ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 78 Brasília - DF, sexta-feira, 24 de abril de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 2
Atos do Congresso Nacional 2
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 5
Ministério da Cidadania 142
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 151
Ministério da Defesa 154
Ministério do Desenvolvimento Regional 155
Ministério da Economia 161
Ministério da Educação 181
Ministério da Infraestrutura 187
Ministério da Justiça e Segurança Pública 189
Ministério de Minas e Energia 192
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 203
Ministério das Relações Exteriores 203
Ministério da Saúde 203
Ministério do Turismo 232
Controladoria-Geral da União 233
Ministério Público da União 233
Tribunal de Contas da União 233
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 305

Esta edição completa do DOU é composta de 310 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SÚMULA VINCULANTE

Em sessão virtual de 03.04.2020 a 14.04.2020, o Tribunal Pleno editou o seguinte enunciado de súmula vinculante, que se publica no Diário da Justiça Eletrônico e no Diário Oficial da União, nos termos do § 4º do artigo 2º da Lei 11.417/2006:

Súmula vinculante nº 57 - A imunidade tributária constante do art. 150, VI, "d", da CF/88 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (*e-book*) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo, como os leitores de livros eletrônicos (*e-readers*), ainda que possuam funcionalidades acessórias.

Precedente: RE 330.817/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, *DJe* de 31/08/2017 (Tema 593 da Repercussão Geral).

Legislação:
Constituição Federal, artigo 150, VI, 'd'.
Lei 11.417/2006, artigo 2º, § 1º.
Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, artigo 354-E.

Brasília, 15 de abril de 2020
Ministro DIAS TOFFOLI
Presidente

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.546 **(1)**
ORIGEM : ADI - 127509 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON
ADV.(A/S) : CARLOS MARIO DA SILVA VELLOSO FILHO (6534/DF)
INTDO.(A/S) : MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade do inciso XXXV do art. 29 e dos incisos IV e IX do art. 49 da Constituição do Estado de Rondônia, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 23 de agosto de 2001, confirmando os termos da medida cautelar anteriormente deferida pelo Plenário, nos termos do voto do Relator. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 6.3.2020 a 12.3.2020.

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Art. 29, inciso XXXV, e art. 49, incisos IV e IX, da Constituição do Estado de Rondônia, na redação dada pela Emenda Constitucional 21/2001. 3. Apreciação, pela Assembleia Legislativa, da legalidade dos atos de concessão de aposentadoria a integrantes do Tribunal de Contas do Estado e necessidade de sua convocação para auditar órgãos do Legislativo. 4. Interferência do Poder Legislativo na autonomia do Tribunal de Contas. 5. Inconstitucionalidade. Precedentes. 6. Medida cautelar concedida pelo Plenário confirmada. 7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.461 **(2)**
ORIGEM : ADI - 5461 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ANASPS
ADV.(A/S) : ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO (09930/DF, 154525/MG)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Marco Aurélio e Rosa Weber. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 16.8.2019 a 22.8.2019.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ARTIGOS 3º E 7º, I, DA LEI FEDERAL 13.135/2015. NOVA SISTEMÁTICA DA PENSÃO POR MORTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. AÇÃO PROPOSTA POR ASSOCIAÇÃO QUE NÃO REPRESENTA A TOTALIDADE DA CATEGORIA EM ÂMBITO NACIONAL. REQUERENTE QUE NÃO SE INCLUI NO ROL TAXATIVO DE LEGITIMADOS À PROPOSITURA DAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 103, IX, DA CONSTITUIÇÃO. ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*. AÇÃO NÃO CONHECIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Constituição de 1988 ampliou consideravelmente a legitimidade ativa para provocar o controle normativo abstrato, reforçando a jurisdição constitucional por meio da democratização das suas vias de acesso. No caso de entidades de classe de âmbito nacional, a legitimidade deve observar três condicionantes procedimentais: a) homogeneidade entre os membros integrantes da entidade (ADI 108-QI, rel. min. Celso de Mello, Plenário, DJ de 5/6/1992; ADI 146, rel. min. Maurício Corrêa, Plenário, DJ de 19/12/2002); b) representatividade da categoria em sua totalidade e comprovação do caráter nacional da entidade, pela presença efetiva de associados em, pelo menos, nove estados-membros (ADI 386, rel. min. Sydney Sanches, Plenário, DJ de 28/6/1991; e ADI 1.486-MC, rel. min. Moreira Alves, Plenário, DJ de 13/12/1996); e c) pertinência temática entre os objetivos institucionais da entidade postulante e a norma objeto da impugnação (ADI 1.873, rel. min. Marco Aurélio, Plenário, DJ de 19/9/2003).

2. A requerente, entidade associativa que representa os servidores ativos, inativos e pensionistas pertencentes aos quadros do Ministério da Previdência Social e do Instituto Nacional do Seguro Social, congrega apenas pequena parcela dos servidores públicos federais, não havendo se falar em representatividade de classe.

3. A requerente carece de representatividade adequada para impugnar os artigos 3º e 7º, I, da Lei federal 13.135/2015, que, por estabelecerem nova sistemática para a pensão por morte dos servidores públicos federais, não se restringem à esfera jurídica dos servidores da previdência social.

4. Agravo regimental a que se **nega provimento.**

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.746 **(3)**
ORIGEM : 5746 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS MILITARES ESTADUAIS E BOMBEIROS MILITARES DO BRASIL-ANERMB
ADV.(A/S) : DANIELLE CHRISTIANNE DA ROCHA (21627/PR) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
AGDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : LUIZ FERNANDO FELTRAN (24705/PR)

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes e Marco Aurélio. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 6.3.2020 a 12.3.2020.

EMENTA: *AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCINALIDADE. ILEGITIMIDADE ATIVA* AD CAUSAM. *ENTIDADE DE CLASSE DE ALCANCE NACIONAL. ASSOCIAÇÃO QUE CONGREGA PARCELA DE CATEGORIA PROFISSIONAL. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE HOMOGENEIDADE. AGRAVANTE QUE NÃO ESTÁ NO ROL TAXATIVO DE LEGITIMADOS À PROPOSITURA DAS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.*

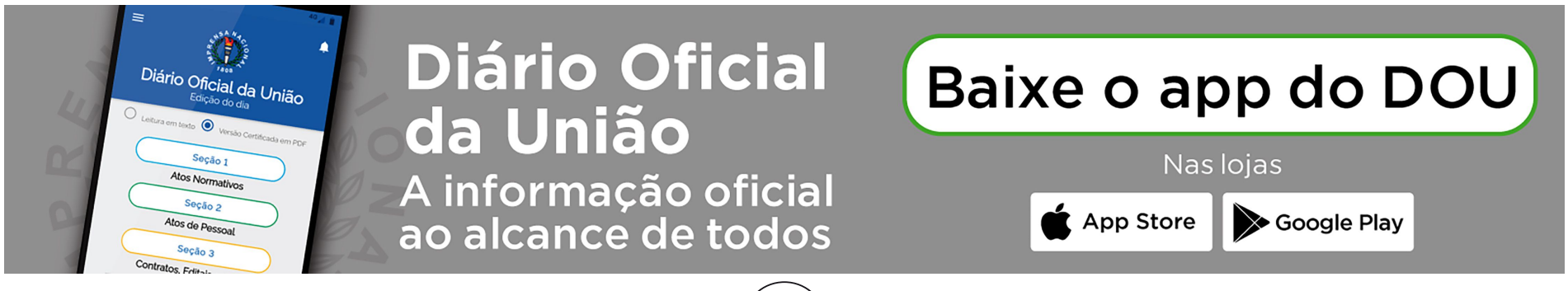
EMB.DECL. NO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.461 **(4)**
ORIGEM : ADI - 5461 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ANASPS
ADV.(A/S) : ANTONIO TORREAO BRAZ FILHO (09930/DF, 154525/MG)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 6.3.2020 a 12.3.2020.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 3º E 7º, I, DA LEI FEDERAL 13.135/2015. NOVA SISTEMÁTICA DA PENSÃO POR MORTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. AÇÃO PROPOSTA POR ASSOCIAÇÃO QUE NÃO REPRESENTA A TOTALIDADE DA CATEGORIA EM ÂMBITO NACIONAL. REQUERENTE QUE NÃO SE INCLUI NO ROL TAXATIVO DE LEGITIMADOS À PROPOSITURA DAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 103, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.

1. O acórdão embargado, ao assentar a ilegitimidade ativa *ad causam* da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social - ANASPS, não incorreu em vícios de **contradição** e **omissão**, restando devidamente fundamentado que a embargante congrega apenas pequena parcela dos servidores públicos federais, de maneira que não se enquadra no conceito de entidade de classe previsto no artigo 103, IX, da Constituição Federal.

2. Os embargos de declaração não têm a finalidade de revisão, reforma ou anulação do julgado, uma vez que não se destinam à produção de uma nova decisão. Eventuais alterações no ato judicial embargado são restritas à correção dos vícios de



obscuridade, omissão, contradição ou erro material (artigo 1.022 do CPC/2015), de forma que a decisão dos embargos terá caráter meramente integrativo. Precedentes: ADI 5.357-MC-Ref-ED, Rel. Min. Edson Fachin, Plenário, *DJe* de 7/3/2017; ADI 3.794-ED-ED, Rel. Min. Roberto Barroso, Plenário, *DJe* de 21/9/2017.

3. Embargos de declaração **desprovidos.**

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.993, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

§ 1º Sem prejuízo da inclusão de outros produtos por ato do Poder Executivo, ficam proibidas as exportações, nos termos do **caput** deste artigo, dos seguintes produtos:

I - equipamentos de proteção individual de uso na área de saúde, tais como luva látex, luva nitrílica, avental impermeável, óculos de proteção, gorro, máscara cirúrgica, protetor facial;

II - ventilador pulmonar mecânico e circuitos;

III - camas hospitalares;

IV - monitores multiparâmetro.

§ 2º Ato do Poder Executivo poderá excluir a proibição de exportação de produtos, desde que por razão fundamentada e sem prejuízo de atendimento da população brasileira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de abril de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Sérgio Moro
Nelson Luiz Sperle Teich

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2020

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE GUABIRUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 933, de 14 de outubro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Guabiruba para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 122, DE 2020

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarema, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 21 de maio de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarema, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 123, DE 2020

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Cidade de Blumenau para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 157, de 24 de maio de 2011, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação de Comunicação Cidade de Blumenau para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 124, DE 2020

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Taquari de Apoio a Comunicação, Educação e Cultura - ATACEC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.936, de 7 de junho de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Taquari de Apoio a Comunicação, Educação e Cultura - ATACEC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 125, DE 2020

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Campeche para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 906, de 9 de maio de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 29 de novembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Campeche para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 126, DE 2020

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Lage Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 893, de 10 de maio de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Cultural Lage Grande para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 127, DE 2020

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social de Ponta Grossa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.631, de 11 de junho de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social de Ponta Grossa para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 128, DE 2020

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Lajeado - RCL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.147, de 30 de julho de 2015, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Lajeado - RCL para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 129, DE 2020

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Educativa de São Jorge do Patrocínio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 26, de 6 de fevereiro de 2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, retificada no Diário Oficial da União, de 25 de março de 2019, que outorga autorização à Associação Cultural e Educativa de São Jorge do Patrocínio para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 130, DE 2020

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Assis Chateaubriand para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 25, de 6 de fevereiro de 2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Assis Chateaubriand para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 131, DE 2020

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Bonito do Iguaçu - ACCARBI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 866, de 9 de maio de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 24 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Bonito do Iguaçu - ACCARBI para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 132, DE 2020

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica de Rio Camboriú - ACERC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 905, de 9 de maio de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 4 de setembro de 2011, a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica de Rio Camboriú - ACERC para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 133, DE 2020

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão da Praia dos Ingleses - Acorpi para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 6.639, de 6 de janeiro de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão da Praia dos Ingleses - Acorpi para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de abril de 2020
Senador ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 216, de 23 de abril de 2020. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DESPACHO

DEFIRO o credenciamento da AR EFETIVA PREMIUM CERTIFICADO DIGITAL. Processo n° 00100.000585/2020-91.

ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA
Diretora

COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

RESOLUÇÃO Nº 170, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Estabelece os procedimentos a serem observados quando da primeira emissão de um certificado digital por meio de videoconferência.

O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em plenária virtual encerrada em 23 de abril de 2020,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO que o art. 5º da Instrução Normativa no 19, de 12 de março de 2020, do Ministério da Economia, determina a suspensão e eventos e reuniões com elevado número de pessoas, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO a publicação da Medida Provisória nº 951, de 15 de abril de 2020, e

CONSIDERANDO que a referida Medida Provisória admite que as Autoridades de Registro - AR da ICP-Brasil procedam à identificação e cadastro de seus usuários mediante comparecimento pessoal do usuário, ou por outra forma que garanta nível de segurança equivalente, observada as normas técnicas da ICP-Brasil, resolveu:

Art. 1º Esta Resolução regulamenta os procedimentos a serem observados quando da primeira emissão de um certificado digital para uma pessoa física ou jurídica por meio de videoconferência.

Art. 2º Para os casos previstos no art. 1º, as entidades credenciadas no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil devem empregar videoconferência de acordo com os procedimentos regulamentados pela Instrução Normativa nº 02, de 20 de março de 2020, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, e observando o que se segue:

I - o prazo de validade dos certificados digitais emitidos nas condições excepcionais ora regulamentadas, em consequência da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), será de no máximo 1 (um) ano;

II - fica dispensada a coleta das impressões digitais para as emissões ora tratadas;

III - não será admitida renovação desses certificados;

IV - a videoconferência deverá ser pré-agendada e os documentos de identificação exigidos enviados previamente, por meio eletrônico, de modo a proporcionar tempo para análise e validação desses documentos, que irão compor o dossiê dos titulares, bem como, consulta à lista negativa.

V - quando da realização da videoconferência, deverá ser coletada e armazenada, no dossiê do titular, imagem de sua face.

VI - observada inconsistência nos documentos apresentados, nas informações coletadas durante a interação na videoconferência ou divergência na imagem da videoconferência com a dos documentos apresentados, o certificado não deverá ser emitido.

VII - observada, a qualquer tempo, inconsistência ou divergência dos dados, informações, imagens ou documentos utilizados nos procedimentos ora regulados, os correspondentes certificados deverão ser revogados, observando-se os procedimentos regulamentados em caso de fraudes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus (COVID-19).

THIAGO MEIRELLES FERNANDES PEREIRA

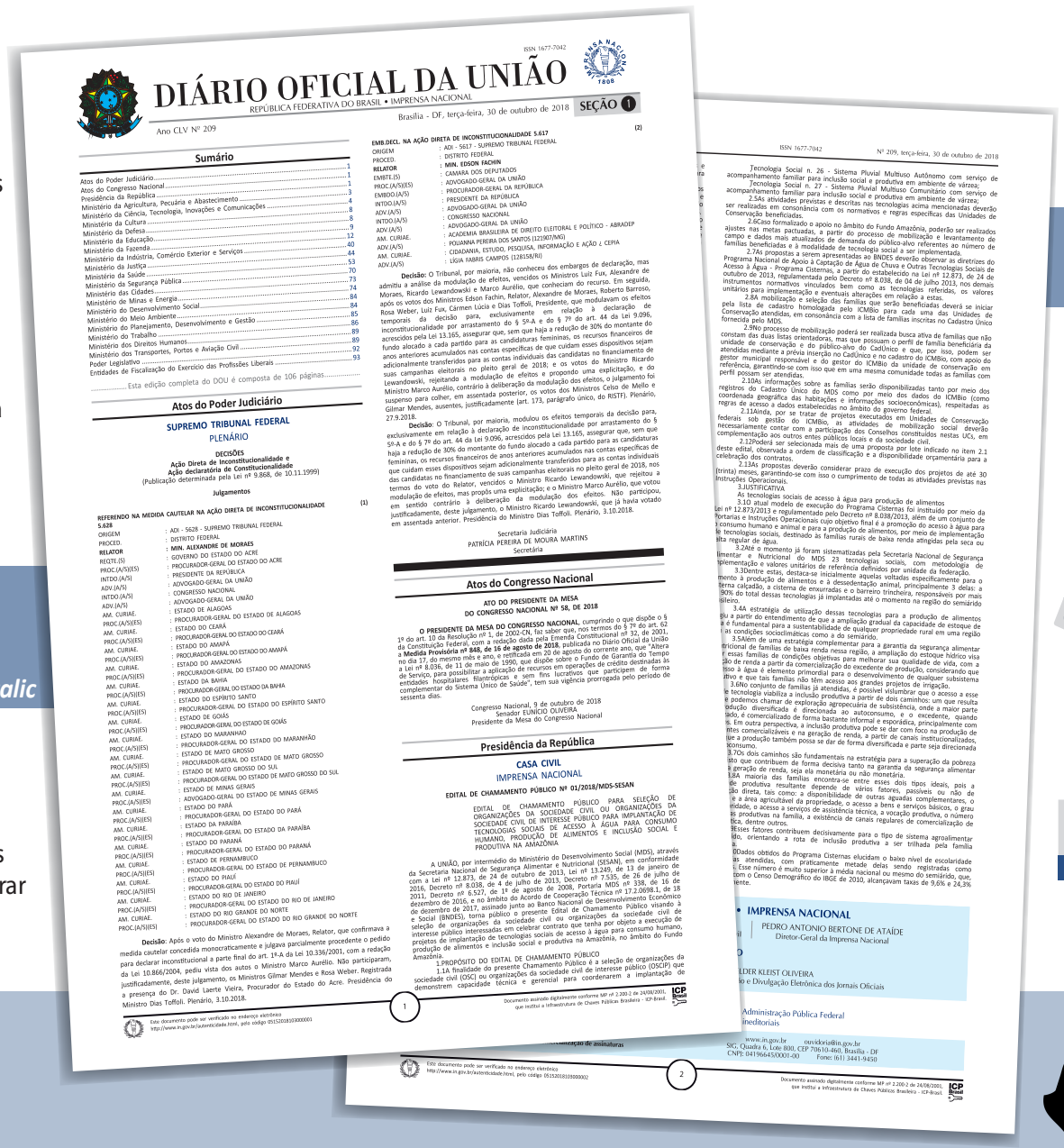
Conheça os detalhes das principais mudanças visuais no Diário Oficial da União

Sumário com *hiperlinks*, navegação mais rápida no pdf

Mudança de fonte e corpo para otimizar a visualização em tela e aumentar a legibilidade

CORPO 9 Calibri *Calibri Italic* **Calibri Bold** ***Calibri Bold Italic***

Margens adequadas para perfurar e arquivar



Formato com melhor aproveitamento de espaço para impressão

Recursos de cor

Duas colunas

Tabelas e imagens com padrão de 12 ou 25 centímetros de largura e, no caso das imagens, altura máxima de 37 centímetros

Podem ser enviadas imagens unicamente nos formatos JPG, TIFF e PDF

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Estabelece os requisitos para o livre comércio de produtos de origem animal, inspecionados por consórcio público de Municípios.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal de 1988, tendo em vista o disposto nos arts. 2º e 156-A do Anexo do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e considerando o que consta do processo nº 21000.020882/2020-51, resolve:

Art. 1º Estabelecer os requisitos para o livre comércio de produtos de origem animal na área de atuação de consórcios públicos de Municípios.

§1º A área de atuação de um consórcio público de Municípios corresponde à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

§2º Os produtos de origem animal inspecionados por serviço de inspeção vinculado a consórcio público de Municípios, atendidos os requisitos estabelecidos no art. 2º desta Instrução Normativa, poderão ser comercializados nos territórios dos Municípios consorciados de mesma unidade da Federação daquele que mantém o registro do produto.

Art. 2º Os requisitos para o livre comércio de produtos de origem animal na área de atuação do consórcio público de Municípios de mesma unidade da Federação são:

I - o consórcio deve efetuar e manter atualizado seu cadastro em sistema eletrônico disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, em sua página oficial na rede mundial de computadores, prestando as informações solicitadas no sistema sobre seu serviço de inspeção, todos os estabelecimentos e produtos registrados no âmbito do consórcio;

II - o consórcio, no ato de seu cadastro junto ao MAPA, deve comprovar sua competência legal e informar seu quadro de pessoal para desenvolver atividades de inspeção de produtos de origem animal;

III - o serviço de inspeção vinculado ao consórcio e seus estabelecimentos registrados deverão providenciar o registro e manter atualizados, no que competir a cada parte, os mapas estatísticos previstos no sistema referido no inciso I deste artigo; e

IV - o produto de origem animal inspecionado pelo serviço de inspeção vinculado a consórcio público de Municípios cadastrado no MAPA deve:

a) estar devidamente registrado; e

b) estar rotulado com as informações abaixo, sem prejuízo das demais especificidades regulamentares vigentes:

1. identificação do consórcio com letras maiúsculas, na forma 'SIGLA - UF', com tamanho de fonte não superior a maior usada na logomarca do serviço de inspeção e posicionada logo abaixo desta logomarca;

2. denominação do consórcio, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e o endereço da sede onde possa ser demandado o cumprimento de obrigações;

3. relação dos Municípios/UF consorciados, exceto se essa informação já constar de página eletrônica própria, na rede mundial de computadores;

4. data de cadastro do consórcio público junto ao MAPA; e

5. código de barras do produto.

Art. 3º O consórcio público de Municípios deve obter o reconhecimento da equivalência de seu serviço de inspeção e aderir ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) no prazo de 3 (três) anos, após seu cadastro junto ao MAPA.

§1º O reconhecimento da equivalência do serviço de inspeção de consórcio público de Municípios e sua adesão ao SISBI-POA deverão ocorrer e serem mantidos com, pelo menos, um estabelecimento aprovado.

§2º O produto de origem animal inspecionado por serviço de inspeção vinculado a consórcio público de Municípios aderido e regular com o SISBI-POA, mas sem a logomarca SISBI, poderá ser comercializado na área de atuação do consórcio onde o produto esteja registrado, desde que cumpridos os requisitos exigidos nos artigos 1º e 2º desta Instrução Normativa.

§3º O consórcio público de Municípios que, no prazo de 3 (três) anos de cadastro junto ao MAPA, não obtiver o reconhecimento da equivalência de seu serviço de inspeção e adesão junto ao SISBI-POA, somente poderá comercializar seus produtos de origem animal inspecionados nos limites geográficos do Município onde o produto esteja registrado.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 4 de maio de 2020.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

PORTARIA Nº 148, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Prorrogar o prazo de inscrição previsto no art. 3º do regulamento da premiação "Selo Mais Integridade" - exercício 2020/2021 - anexo à Portaria nº 61, de 20 de fevereiro de 2020.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista a proposição acolhida no âmbito do Comitê Gestor do Selo Mais Integridade - MAPA e o disposto na Portaria MAPA nº 61, de 20 de fevereiro de 2020, bem como na instrução constante do processo nº 21000.004885/2020-48, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 3 de agosto de 2020, o prazo para as inscrições previstas no art. 3º do regulamento relativo à premiação "Selo Mais Integridade" - exercício 2020/2021, aprovado pela Portaria MAPA nº 61, de 20 de fevereiro de 2020, para as empresas e cooperativas do agronegócio.

Parágrafo único. Os interessados deverão realizar a inscrição diretamente no site oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA no link: www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/integridade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 4 de maio de 2020.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

PORTARIA Nº 147, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Aprova as normas e procedimentos para o Fluxo de Pedidos de Acesso à Informação no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e o que consta do Processo nº 21000.048724/2019-22, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas as normas e procedimentos para o Fluxo de Pedidos de Acesso à Informação no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, advindos do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC, na forma dos Anexos desta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1.434, de 3 de julho de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 4 de maio de 2020.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

ANEXO I

FLUXO DE PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA E FINALIDADE

Art. 1º A Ouvidoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento exercerá as atribuições de Serviço de Informação ao Cidadão - SIC/MAPA de que trata o inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).

Parágrafo único. Em conformidade com o previsto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, quaisquer outros canais de atendimento ao usuário de serviços públicos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estão submetidos à supervisão técnica da Ouvidoria/MAPA.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - usuário: pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público;

II - administração pública: órgão ou entidade integrante da administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública;

III - área técnica responsável: os Departamentos, Coordenações-Gerais, Divisões, Serviços ou áreas de natureza similar das Unidades Administrativas do MAPA, nas quais se insiram as competências sobre o assunto objeto do pedido de informação;

IV - linguagem cidadã: linguagem simples, clara, concisa e objetiva, que considera o contexto sociocultural do usuário, de forma a facilitar a comunicação e o mútuo entendimento;

V - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

VI - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

VII - informação pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, inclusive aquela que possibilite a identificação de denunciante;

VIII - pedido apto: pedido de acesso à informação que atende aos requisitos do art. 12 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012; e

IX - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

Art. 3º Compete ao SIC/MAPA:

I - receber e analisar os pedidos de acesso à informação advindos do canal e-SIC;

II - fornecer de forma imediata resposta à informação requerida, caso esteja disponível;

III - encaminhar os pedidos de acesso à informação à Unidade Administrativa responsável pelo fornecimento da resposta, quando couber;

IV - monitorar os prazos de respostas e recursos referentes aos pedidos de acesso à informação; e

V - orientar aos interlocutores sobre dúvidas na interpretação desta Portaria.

Art. 4º A supervisão sistemática da atuação do SIC/MAPA no atendimento aos pedidos de acesso à informação, conforme o disposto na Lei de Acesso à Informação e demais dispositivos legais e normativos sobre o tema, será de responsabilidade imediata e direta:

I - da autoridade designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011; e

II - da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS/MAPA.

Art. 5º O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão - e-SIC será o canal prioritário de competência da Ouvidoria para o recebimento dos pedidos de acesso à informação no âmbito do MAPA, conforme o disposto na Portaria Interministerial nº 1.254, de 19 de maio de 2015.

§1º Sempre que o cidadão encaminhar a solicitação por outros canais disponibilizados por esta Ouvidoria, deverá ser orientado a registrar o seu pedido de acesso à informação no e-SIC.§2º Constatada a impossibilidade de apresentação do pedido de acesso à informação por meio do canal e-SIC, poderá ser recepcionado o referido pedido por qualquer outro meio legítimo disponibilizado pela Ouvidoria, desde que considerado apto pelo SIC/MAPA.

Art. 6º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como a reprodução de documentos, mídias digitais e/ou postagem.

§1º Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983; e

§2º Nos casos em que a informação será acessada presencialmente, compete à área detentora da informação a indicação do local, dia, hora e o nome do servidor que irá atender ao usuário, a identificação do solicitante ou confirmação dos poderes outorgados em procuração e, quando for o caso, a disponibilização de cópia e a emissão de Guia de Recolhimento da União - GRU ou documento equivalente.

Art. 7º Quando o fornecimento da informação implicar na reprodução de documentos pela administração pública, serão observados os seguintes critérios:

I - até o limite de 10 (dez) cópias serão disponibilizadas gratuitamente e acima de 10 (dez) cópias será emitida a GRU ou documento equivalente, considerando o número total de cópias, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados;

II - no caso de solicitações de reprodução de documentos que tenham direitos autorais, serão observadas as restrições de acordo com a legislação vigente; e

III - no caso de documentos antigos, cuja reprodução comprometa seu estado geral, será garantido ao demandante o acesso apenas para consulta, acompanhado por um servidor habilitado no manuseio dos documentos.

§ 1º Não serão enquadradas no limite de gratuidade as solicitações que caracterizem fracionamento, ou seja, o requerente que solicitar reproduções sequenciadas de um mesmo documento buscando deliberadamente se enquadrar na gratuidade, neste caso serão emitidas GRU para cobertura das despesas.

§ 2º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da comprovação do pagamento pelo requerente ou da entrega de declaração de pobreza por ele firmada, segundo o modelo constante do Anexo III desta Portaria, ressalvadas as hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

§ 3º Caso o usuário se negue a pagar a GRU referente ao serviço solicitado, o pedido poderá ser dado como concluído.

§ 4º A unidade administrativa responsável pelo fornecimento dos documentos, deverá utilizar como base para definição do valor da cópia, a Portaria nº. 1.087, de 19 de julho de 2018, da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Art. 8º Para fins desta Portaria, serão considerados Unidades Administrativas do MAPA, responsáveis pelo atendimento aos pedidos de acesso à informação:

I - Gabinete da Ministra - GM;

II - Gabinete da Secretaria-Executiva - SE;

III - Departamento de Administração - DA;

IV - Departamento de Governança e Gestão - DGG;

V - Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF;

VI - Secretaria de Política Agrícola - SPA;

VII - Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA;

VIII - Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP;

IX - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF;

X - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação - SDI;

XI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI;

XII - Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFAs;

XIII - Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - Lanagros; e

XIV - Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

Art. 9º Os titulares das Unidades Administrativas listadas no art. 8º desta Portaria, deverão, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da publicação desta Portaria, designar dois servidores, um para interlocutor titular e o outro para interlocutor substituto, para atuarem como responsáveis pelos trâmites internos na coleta das informações e apresentação ao SIC das respostas às demandas solicitadas.

Parágrafo único. Os servidores designados conforme o disposto no caput serão responsáveis pelo atendimento dos pedidos de acesso à informação, devendo, preferencialmente, estar lotados nos gabinetes das Unidades Administrativas listadas no art. 8º desta Portaria.

CAPÍTULO II

DO FLUXO INTERNO PARA ATENDIMENTO A PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 10. O pedido de acesso à informação deverá ser respondido no prazo de 20 (vinte) dias, contado a partir da data do protocolo, podendo ser prorrogado por 10 (dez) dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial, conforme o previsto na Lei que regulamenta o acesso à informação.

Art. 11. Compete ao SIC/MAPA, no prazo de 2 (dois) dias úteis do recebimento do pedido de acesso à informação:

I - identificar se o pedido de acesso à informação se enquadra no escopo da Lei nº 12.527, de 2011, e em caso negativo, deverá o SIC/MAPA redirecionar o referido pedido para o canal adequado;

II - analisar se o pedido de acesso à informação apresentado está apto a ser respondido e, em caso negativo, instruir o demandante a apresentar novo pedido;

III - conceder acesso imediato à informação que estiver disponível em seu sítio eletrônico ou, caso não esteja disponível, deverá encaminhar o pedido ao interlocutor da Unidade Administrativa competente; e

IV - encaminhar ao órgão ou entidade responsável pela informação, por meio do e-SIC, o pedido de acesso à informação que tratar de matéria alheia à competência do MAPA, salvo situações em que o órgão ou entidade não estiver cadastrado no referido sistema, quando o cidadão será orientado a contatá-lo diretamente.

Art. 12. Compete aos interlocutores das Unidades Administrativas, no prazo de 2 (dois) dias úteis do recebimento do pedido de acesso à informação:

I - devolver o pedido de acesso à informação, com registro de:

a) indisponibilidade da informação no âmbito da sua Unidade e, se for do seu conhecimento, indicação da Unidade Administrativa do MAPA que a detém; ou

b) negativa de acesso à informação, devidamente fundamentada, e indicação da hipótese legal de sigilo incidente no caso.

II - encaminhar o pedido de acesso à informação para análise e manifestação da área técnica responsável.

Parágrafo único. No caso do Gabinete da Ministra e do Gabinete da Secretaria- Executiva, por meio da Coordenação Administrativa que lhes presta assessoramento, competirá as atribuições de interlocutor em relação às subunidades administrativas que lhes estão vinculadas, para fins de subsidiar a resposta a ser enviada ao SIC.

Art. 13. Compete à Área Técnica responsável, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da demanda:

I - elaborar resposta aos pedidos de acesso à informação em linguagem cidadã, de forma a facilitar a comunicação e o mútuo entendimento com o usuário demandante;

II - fornecer o documento ou a informação solicitada;

III - comunicar a data, o local e a forma como o requerente irá realizar a consulta à informação, indicando as medidas de exceção, nas seguintes hipóteses:

a) quando o pedido de acesso à informação demandar manuseio de grande volume de documentos ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação; e

b) quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento.

IV - comunicar que não possui a informação, indicando, caso tenha conhecimento, a Unidade Administrativa, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que possivelmente a detenha;

V - manifestar pela recusa de acesso à informação, devidamente fundamentada, indicando a hipótese legal de sigilo incidente no caso; e

VI - solicitar ao interlocutor, de forma fundamentada, a prorrogação de 10 (dez) dias, caso o prazo inicialmente fixado seja insuficiente para apresentar as informações demandadas.

§1º Será garantido ao requerente solicitar que as informações sejam digitalizadas e inseridas em meio eletrônico disponibilizado por ele ou encaminhada para reprodução às suas expensas;

§2º Caso haja impossibilidade de reprodução do documento nas instalações do MAPA, o requerente poderá fazê-lo às suas expensas em local externo, sob supervisão de servidor público.

§3º Quando a solicitação de informação recair sobre documento em que coexistam informações de acesso restrito, caberá à unidade que haja produzido a informação ou que a custodie a produção de versão com a obliteração da parte restrita, ou a elaboração de extrato ou de certidão que preserve a compreensão da informação remanescente.

Art. 14. Ao receber a resposta da área técnica responsável, compete ao interlocutor, no prazo de 2 (dois) dias úteis:

I - analisar as informações prestadas, inclusive quanto ao emprego de linguagem cidadã, e, caso entenda necessário, solicitar a sua complementação pela área técnica responsável;

II - enviar ao SIC/MAPA as informações prestadas pela área técnica responsável; ou

III - solicitar ao SIC/MAPA, se necessário, de forma fundamentada, até 24 (vinte e quatro) horas antes do vencimento do prazo inicial de resposta, sua prorrogação por 10 (dez) dias.

Art. 15. Ao receber a resposta do interlocutor, o SIC/MAPA deverá enviar ao requerente as informações prestadas por meio do e-SIC, observando o prazo final para atendimento do pedido.

Parágrafo único. Em se tratando de acesso a informação pessoal, sensível ou não, o SIC/MAPA instará as Unidades Administrativas listadas no art. 8º, para que disponibilizem a informação requerida, que observará os procedimentos definidos no Capítulo V desta portaria.

CAPÍTULO III

DO FLUXO INTERNO PARA ATENDIMENTO AOS RECURSOS

Art. 16. Compete ao SIC/MAPA no prazo de 1 (um) dia do recebimento do recurso, proceder a sua análise prévia e encaminhá-lo ao titular da Unidade Administrativa detentora da informação requerida.

Art. 17. Compete ao titular da Unidade Administrativa detentora da informação requerida, ou seus respectivo adjunto ou substituto, apreciar, no prazo de até 3 (três) dias, o recurso interposto.

Art. 18. Ao receber a resposta da Unidade Administrativa, o SIC/MAPA deverá, no prazo de 1(um) dia, enviar ao interessado as informações prestadas, por meio do Sistema e-SIC.

Art. 19. Desprovido o recurso de que trata o art. 18 desta Portaria, poderá ainda o interessado apresentar novo recurso, o qual será apreciado pela autoridade máxima do órgão, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do seu recebimento.

§1º A autoridade de monitoramento designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, deverá apresentar manifestação formal para fins de subsidiar a decisão da Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, como última instância recursal no âmbito deste Ministério, no prazo de 2 (dois) dias.

§2º Sempre que necessário, poderá ser solicitado parecer da Consultoria Jurídica do MAPA, exclusivamente pela referida autoridade, desde que dentro do prazo de resposta.

CAPÍTULO IV DA RECLAMAÇÃO

Art. 20. Compete ao SIC/MAPA encaminhar as reclamações à autoridade de monitoramento de que trata o art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011.

§ 1º Compete à referida autoridade de monitoramento instar a Unidade Administrativa competente para que sane a omissão de resposta no prazo impreterível de 5 (cinco) dias, contados do registro da reclamação.

§ 2º Em persistindo a situação de omissão de resposta, caberá à referida autoridade de monitoramento comunicar o fato à Corregedoria-Geral do MAPA.

CAPÍTULO V

DO ACESSO A INFORMAÇÃO PESSOAL

Art. 21. O acesso a informação pessoal, sensível ou não, será disponibilizado apenas ao seu titular ou ao seu procurador, mediante comprovação de identidade, nos termos do art. 55, II, c/c art. 60, parágrafo único, I, do Decreto nº 7.724, de 2012.

§ 1º A informação pessoal de que trata o caput somente será disponibilizada presencialmente, após a comprovação de identificação, por meio de recursos disponíveis na Unidade Administrativa detentora da informação.

§ 2º Os agentes públicos terão acesso às informações pessoais quando necessário ao exercício de suas atribuições.

§ 3º Serão disponibilizadas as informações pessoais a terceiros em caso de consentimento expresso do titular da informação, de ordem judicial ou de disposição legal.

§ 4º Não sofrem restrição de acesso informações pessoais cujo próprio titular tenha disseminado.

§ 5º Os documentos que evidenciem a prática de irregularidades poderão ser encaminhados aos órgãos competentes por sua apuração, independentemente de sua restrição.

Art. 22. Caso o titular da informação pessoal esteja morto ou ausente, o acesso a essa informação será disponibilizado ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Art. 23. O acesso à informação pessoal observará o disposto nos arts. 55 a 62 do Decreto nº 7.724, de 2012 e, quando se tratar de acesso por terceiros, será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade (Anexo II), que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização e sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 24. Será encaminhado à Corregedoria-Geral do MAPA, para fins do competente juízo de admissibilidade, processo autuado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, informando sobre a conduta de membro do SIC, interlocutor, servidor de área técnica, dirigente titular, adjunto ou substituto de quaisquer das Unidades Administrativas do MAPA que:

I - recusar, retardar ou fornecer intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa o acesso à informação de que trata esta Portaria;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, as informações que estão sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre a qual tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições do cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar ou permitir a divulgação, acessar indevidamente ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo a informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possível violação de direitos humanos por parte de agente do Estado.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Os casos omissos desta Portaria serão dirimidos pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS/MAPA.

ANEXO II

TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA ACESSO A INFORMAÇÃO PESSOAL POR TERCEIROS

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e de sua regulamentação, declaro que tive acesso à informação aqui descrita, e que a utilizarei exclusivamente com a finalidade declarada, responsabilizando-me civil, penal e administrativamente por qualquer uso diverso ou por qualquer prejuízo à intimidade, honra e vida privada de seus titulares e de seus herdeiros.

Dados da informação:

Nome(s) completo(s) do(s) titular(es) da informação:	
Descrição da Informação:	
Finalidade do Acesso:	
Forma do Acesso:	[acesso local], [cópia]
Data do Acesso:	
Prazo de acesso (quando aplicável)	Entre [00:00] e [00:00] horas

Dados do Requerente:

Nome completo:	
Endereço residencial:	
Documento de identificação	[Incluir a cópia do documento]
Telefone:	

(Local), (data)

_____

(assinatura do requerente)

(juntar documento de identidade com foto)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE ECONÔMICA DE RESSARCIR CUSTOS DE SERVIÇOS E MATERIAIS, NOS TERMOS DA LEI Nº 7.115, DE 1983.

Eu _____, portador do documento nº _____(especificar tipo do documento: _____), endereço eletrônico (e- mail) _____, declaro, sob as penalidades da Lei[1], para fins de aplicação da isenção prevista no art. 12, Parágrafo único da Lei nº 12.527, de 2011, que minha condição econômica se revela hipossuficiente para arcar com o pagamento do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados para reprodução de documentos, cujo objetivo é a obtenção de informações.

A referida condição de hipossuficiência econômica justifica-se em razão de:

( ) não possuir trabalho remunerado;

( ) não possuir renda;

( ) possuir perfil de renda familiar de até meio salário mínimo per capita ou renda familiar total de até 3 (três) salários mínimos;

( ) Outros (descrever) _____

Por ser expressão da verdade, assino a presente DECLARAÇÃO, para os devidos fins de direito.

Local, / / .

_____

(nome e assinatura)

[1] Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.115, de 1983.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE USUÁRIO

(Firmada por representante legal)

Eu _____, portador do documento nº _____ (especificar tipo do documento: _____), endereço eletrônico (e-mail) _____, na condição de representante legal do(a) _____,portador do documento nº _____ (tipo de documento: _____), endereço eletrônico (e-mail) _____, declaro, sob as penalidades da Lei[2], para fins de aplicação da isenção prevista no art. 12, Parágrafo único da Lei nº 12.527, de 2011, que minha condição econômica se revela hipossuficiente para arcar com o pagamento do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados para reprodução de documentos, cujo objetivo é a obtenção de informações.

A referida condição de hipossuficiência econômica justifica-se em razão de:

( ) não possuir trabalho remunerado;

( ) não possuir renda;

( ) possuir perfil de renda familiar de até meio salário mínimo per capita ou renda familiar total de até 3 (três) salários mínimos;

( ) Outros (descrever) _____

Por ser expressão da verdade, assino a presente DECLARAÇÃO, para os devidos fins de direito.

Local, / / .

_____

(nome e assinatura do representante legal)

[2] Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.115, de 1983.

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 7, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria Ministerial nº 1.429 de 26/06/2017, publicada no DOU de 28/06/2017, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, concomitante com o artigo 274 e seu Parágrafo único e artigo 276 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo Administrativo nº 21050.004759/2017-01, resolve:

Art. 1º Alterar o credenciamento sob o nº BR-SC644 da empresa POSSAMAI EMBALAGENS DE MADEIRA LTDA, CNPJ Nº 24.207.962/0001-84, localizada na Avenida Brasília, 239, Centro, Ascurra/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: TRATAMENTO TERMICO (HT) e SECAGEM EM ESTUFA (KD).

Art. 2º A presente alteração não modifica o prazo de validade do credenciamento estabelecido na Portaria nº 267, de 09 de julho de 2018. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

JORGE JACINTO CALIXTO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 49, DE 20 DE ABRIL DE 2020

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao art. 46, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a) a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda., do Brasil, da cultivar de soja (Glycine max (L.) Merr.), denominada SYN1263 RR, Certificado de Proteção nº 20170136, com base no disposto no inciso II, do art. 40, da Lei nº 9.456, de 1997.

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas decisões.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

DECISÃO Nº 50, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao art. 46, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a) o DEFERIMENTO dos pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO	PROTOCOLO Nº
Gossypium hirsutum L.	DP 1552 RF	21806.000022/2016
Gossypium hirsutum L.	DP 1536 B2RF	21806.000023/2016
Kalanchoe blossfeldiana Poelln.	Don Enzo	21806.000122/2017
Anthurium Schott	ANTHFYTWAL	21806.000273/2018
Alstroemeria L.	Zalsabaron	21806.000012/2019
Avena sativa L.	URS MONARCA	21806.000060/2019
Begonia x hiemalis Fotsch.	BKPBECRM	21806.000071/2019
Chrysanthemum L.	DLFALAM12	21806.000104/2019
Manihot esculenta Crantz	BRS 429	21806.000141/2019
Phaseolus vulgaris L.	TAA Marhe	21806.000165/2019

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas decisões.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 32, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco climático para a cultura de feijão 1ª safra no Distrito Federal, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

1.NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Distrito Federal, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 80$ dias); Grupo II (80 dias $\leq n \leq$ 95 dias); e Grupo III ($n >$ 95 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C.

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA [3] 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Notas:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. Visando a prevenção e controle da mosca-branca, Bemisia tabaci, devem ser observadas as determinações relativas ao vazio sanitário, estabelecidas nas Portarias nº 46 e 32, de 16 de maio de 2013 e de 28 de maio de 2014, respectivamente, da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, SEAGRI - DF.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Distrito Federal os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Distrito Federal, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 5;

AGROP. TERRA ALTA: TAA Bola Cheia, TAA GOL e TAA Marhe;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: Jalo Precoce, BRS Radiante, BRSMG Realce, BRS Ártico, BRS FS305, BRS FC104, BRS FS308, BRS FC310 e BRS FS212;

IAC: IAC Diplomata, IAC Formoso, IAC Harmonia e IAC Imperador.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9 e ANfp 110;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRSMG Uai, BRS Sublime, Emgopa 201 (Ouro), Diamante Negro, Aporé, Rudá, Xamego, Pérola, BRS VALENTE, BRS Timbó, BRS Vereda, BRS Grafite, BRS Requinte, BRS Pontal, BRS Horizonte, BRS 7762, BRS Pitanga, BRS Marfim, BRS 9435 Cometa, BRS Esplendor, BRS Agreste, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS Ametista, BRS 10408, BRS Esteio, BRS FC402, BRS FP403, BRS FC406, BRS FC409 e BRS FS311;

IAC: IAC Alvorada.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Distrito Federal obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		

PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II **e III**								
SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		

PORTARIA Nº 33, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Goiás, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 80$ dias); Grupo II (80 dias $\leq n \leq 95$ dias); e Grupo III ($n > 95$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ^{3} 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Notas:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. Visando a prevenção e controle da mosca-branca, Bemisia tabaci, devem ser observadas as determinações relativas ao vazio sanitário e calendário de plantio, estabelecidas na Instrução Normativa nº 05 de 26 de abril de 2018 da Agência Goiana de Defesa Agropecuária - Agrodefesa.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 5 e Rajado;

AGROP. TERRA ALTA: TAA Bola Cheia, TAA GOL e TAA Marhe;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: Jalo Precoce, BRS Radiante, BRSMG Realce, BRS Ártico, BRS FS305, BRS FC104, BRS FS308, BRS FC310 e BRS FS212;

IAC: IAC Diplomata, IAC Formoso, IAC Harmonia e IAC Imperador;

IAPAR: IPR Graúna e IPR Siriri.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9 e ANfp 110;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRSMG Uai, BRS Sublime, Emgopa 201 (Ouro), Diamante Negro, Aporé, Rudá, Xamego, Pérola, BRS VALENTE, BRS Timbó, BRS Vereda, BRS Grafite, BRS Requinte, BRS Pontal, BRS Horizonte, BRS 7762, BRS Pitanga, BRS Marfim, BRSMG Majestoso, BRS 9435 Cometa, BRS Embaixador, BRS Executivo, BRS Esplendor, BRS Agreste, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS Ametista, BRS 10408, BRS Esteio, BRS FC402, BRS FP403, BRS FC406, BRS FC409 e BRS FS311;

IAC: IAC Alvorada e IAC 1850;

IAPAR: Iapar 81, IPR Uirapuru, IPR Juriti, IPR Tiziu e IPR Tuiuiú.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Abadiânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Acreúna	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Adelândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Água Fria De Goiás	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Água Limpa	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Águas Lindas De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Alexânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aloândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alto Horizonte	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Alto Paraíso De Goiás	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Alvorada Do Norte	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Amaralina	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36			30 a 36		
Americano Do Brasil	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Amorinópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Anápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Anhanguera	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Anicuns	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aparecida De Goiânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aparecida Do Rio Doce	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aporé	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Araçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aragarças	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aragoiânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Araguapaz	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Arenópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aruanã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aurilândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Avelinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Baliza	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Barro Alto	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Bela Vista De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Jardim De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Bom Jesus De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Bonfinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bonópolis	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36			30 a 36		
Brazabrantes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Britânia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Buriti Alegre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Buriti De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Buritinópolis	31 a 32	33 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36		31 a 35	36	30
Cabeceiras	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 36	30	
Cachoeira Alta	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Cachoeira De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Cachoeira Dourada	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Caçu	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Caiapônia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Caldas Novas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Caldazinha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campestre De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campinaçu	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36	30		30 a 36		
Campinorte	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Campo Alegre De Goiás	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Campo Limpo De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campos Belos	31	32 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Campos Verdes	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Carmo Do Rio Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Castelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Catalão	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Caturaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cavalcante	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Ceres	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cezarina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Chapadão Do Céu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cidade Ocidental	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cocalzinho De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Colinas Do Sul	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Córrego Do Ouro	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Corumbá De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Corumbaíba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cristalina	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cristianópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Crixás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Cromínia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cumari	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Damianópolis	31 a 32	33 a 34	35	31 a 34	35	36	31 a 35	36	30
Damolândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Davinópolis	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Diorama	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Divinópolis De Goiás		31 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Doverlândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Edealina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Edéia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Estrela Do Norte	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36			30 a 36		
Faina	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Fazenda Nova	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Firminópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Flores De Goiás	31 a 33	34 a 36		31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 36	30	
Formosa	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Formoso	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36			30 a 36		
Gameleira De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goianápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goiandira	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Goianésia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goiânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goianira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goiatuba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Gouvelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Guapó	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guaraíta	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guarani De Goiás	31 a 32	33 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Guarinos	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Heitoraí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Hidrolândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Hidrolina	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Iaciara	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Inaciolândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Indiara	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Inhumas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ipameri	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Ipiranga De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Iporá	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Israelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itaberaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itaguari	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itaguaru	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itajá	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itapaci	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itapirapuã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itapuranga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itarumã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itauçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itumbiara	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ivolândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Jandaia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Jaraguá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jataí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jaupaci	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Jesúpolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Joviânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jussara	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Lagoa Santa	32 a 36	31	30	31 a 36	30		30 a 36		
Leopoldo De Bulhões	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Luziânia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Mairipotaba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mambaí	31 a 32	33 a 34		31 a 34	35	36	31 a 34	35 a 36	30
Mara Rosa	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Marzagão	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Matrinchã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Maurilândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Mimoso De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Minaçu	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Mineiros	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Moiporá	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Monte Alegre De Goiás	31	32 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Montes Claros De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Montividiu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Montividiu Do Norte	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Morrinhos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Morro Agudo De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mossâmedes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mozarlândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Mundo Novo	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Mutunópolis	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36			30 a 36		
Nazário	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nerópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Niquelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova América	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova Aurora	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Nova Crixás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova Glória	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova Iguaçu De Goiás	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Nova Roma	31 a 33	34	35 a 36	31 a 36	30		31 a 36	30	
Nova Veneza	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Novo Brasil	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Novo Gama	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Novo Planalto	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Orizona	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ouro Verde De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ouvidor	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Padre Bernardo	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		

Palestina De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Palmeiras De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Palmelo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Palminópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Panamá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Paranaiguara	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Paraúna	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Perolândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Petrolina De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pilar De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Piracanjuba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Piranhas	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Pirenópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pires Do Rio	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Planaltina	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Pontalina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Porangatu	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Porteirão	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Portelândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Posse	31 a 32	33 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Professor Jamil	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Quirinópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Rialma	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rianápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rio Quente	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rio Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rubiataba	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Sanclerlândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santa Bárbara De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Cruz De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Fé De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santa Helena De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santa Isabel	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita Do Araguaia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita Do Novo Destino	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santa Rosa De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Tereza De Goiás	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36			30 a 36		
Santa Terezinha De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio Da Barra	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio Do Descoberto	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Domingos		31 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
São Francisco De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São João Da Paraúna	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
São João D'Aliança	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
São Luís De Montes Belos	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
São Luíz Do Norte	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
São Miguel Do Araguaia	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
São Miguel Do Passa Quatro	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Patrício	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Simão	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Senador Canedo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serranópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Silvânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Simolândia	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Sítio D'Abadia	31 a 32	33 a 34	35 a 36	31 a 34	35	36	31 a 35	36	30
Taquaral De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Teresina De Goiás	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Terezópolis De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Três Ranchos	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Trindade	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Trombas	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Turvânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Turvelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Uirapuru	31 a 35	30 + 36		30 a 36			30 a 36		
Uruaçu	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Uruana	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Urutaí	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Valparaíso De Goiás	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Varjão	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Vianópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Vicentinópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Vila Boa	31 a 33	34 a 36		31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 36	30	
Vila Propício	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Abadiânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Acreúna	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Adelândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Água Fria De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Água Limpa	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Águas Lindas De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Alexânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aloândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alto Horizonte	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Alto Paraíso De Goiás	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Alvorada Do Norte	31 a 33	34 a 36		31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30

Amaralina	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Americano Do Brasil	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Amorinópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Anápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Anhanguera	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Anicuns	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aparecida De Goiânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aparecida Do Rio Doce	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aporé	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Araçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aragarças	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aragoiânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Araguapaz	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Arenópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aruanã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aurilândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Avelinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Baliza	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Barro Alto	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Bela Vista De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Jardim De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Bom Jesus De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Bonfinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bonópolis	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Brazabrantes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Britânia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Buriti Alegre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Buriti De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Buritinópolis	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36		31 a 36		30
Cabeceiras	31 a 33	34 a 36		31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 36	30	
Cachoeira Alta	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Cachoeira De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Cachoeira Dourada	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Caçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Caiapônia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Caldas Novas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Caldazinha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campestre De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campinaçu	31 a 36		30	31 a 36	30		30 a 36		
Campinorte	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Campo Alegre De Goiás	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Campo Limpo De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campos Belos	31 a 33	34 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Campos Verdes	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Carmo Do Rio Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Castelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Catalão	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Caturaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cavalcante	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Ceres	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cezarina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Chapadão Do Céu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cidade Ocidental	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Cocalzinho De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Colinas Do Sul	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Córrego Do Ouro	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Corumbá De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Corumbaíba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cristalina	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cristianópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Crixás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Cromínia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cumari	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Damianópolis	31 a 32	33 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36		31 a 34	35 a 36	30
Damolândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Davinópolis	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Diorama	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Doverlândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Edealina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Edéia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Estrela Do Norte	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Faina	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Fazenda Nova	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Firminópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Flores De Goiás	31 a 33	34 a 36		31 a 36	30		31 a 36	30	
Formosa	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Formoso	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Gameleira De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Divinópolis De Goiás	31 a 33	34 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Goianápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goiandira	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Goianésia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goiânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goianira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goiatuba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Gouvelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Guapó	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guaraíta	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guarani De Goiás	31 a 33	34 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30

Guarinos	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Heitoraí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Hidrolândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Hidrolina	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Iaciara	31 a 33	34 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Inaciolândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Indiara	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Inhumas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ipameri	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Ipiranga De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Iporá	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Israelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itaberaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itaguari	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itaguaru	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itajá	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itapaci	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itapirapuã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itapuranga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itarumã	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itauçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itumbiara	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ivolândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Jandaia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Jaraguá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jataí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jaupaci	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Jesúpolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Joviânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jussara	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Lagoa Santa	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Leopoldo De Bulhões	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Luziânia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Mairipotaba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mambaí	31 a 32	33 a 34	35 a 36	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30
Mara Rosa	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Marzagão	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Matrinchã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Maurilândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Mimoso De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Minaçu	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Mineiros	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Moiporá	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Monte Alegre De Goiás	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Montes Claros De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Montividiu	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Montividiu Do Norte	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Morrinhos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Morro Agudo De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mossâmedes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mozarlândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Mundo Novo	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Mutunópolis	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Nazário	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nerópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Niquelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova América	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova Aurora	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova Crixás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova Glória	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova Iguaçu De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova Roma	31 a 33	34 a 36		31 a 36	30		31 a 36	30	
Nova Veneza	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Novo Brasil	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Novo Gama	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Novo Planalto	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Orizona	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ouro Verde De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ouvidor	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Padre Bernardo	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Palestina De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Palmeiras De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Palmelo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Palminópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Panamá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Paranaiguara	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Paraúna	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Perolândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Petrolina De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pilar De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Piracanjuba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Piranhas	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Pirenópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pires Do Rio	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Planaltina	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Pontalina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Porangatu	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Porteirão	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Portelândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Posse	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Professor Jamil	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Quirinópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Rialma	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rianápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rio Quente	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rio Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rubiataba	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Sanclerlândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santa Bárbara De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Cruz De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Fé De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santa Helena De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santa Isabel	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita Do Araguaia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita Do Novo Destino	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santa Rosa De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Tereza De Goiás	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Santa Terezinha De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio Da Barra	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio Do Descoberto	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
São Domingos	31 a 33	34 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
São Francisco De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São João D'Aliança	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
São João Da Paraúna	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
São Luís De Montes Belos	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
São Luíz Do Norte	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
São Miguel Do Araguaia	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
São Miguel Do Passa Quatro	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Patrício	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Simão	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Senador Canedo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serranópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Silvânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Simolândia	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Sítio D'Abadia	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36		31 a 34	35 a 36	30
Taquaral De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Teresina De Goiás	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Terezópolis De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Três Ranchos	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Trindade	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Trombas	31 a 36		30	31 a 36	30		30 a 36		
Turvânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Turvelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Uirapuru	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Uruaçu	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Uruana	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Urutaí	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Valparaíso De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Varjão	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Vianópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Vicentinópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Vila Boa	31 a 34	35 a 36		31 a 36	30		31 a 36	30	
Vila Propício	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Abadiânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Acreúna	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Adelândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Água Fria De Goiás	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Água Limpa	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Águas Lindas De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alexânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aloândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alto Horizonte	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Alto Paraíso De Goiás	31 a 32	33 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Alvorada Do Norte	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36		30
Amaralina	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Americano Do Brasil	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Amorinópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Anápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Anhanguera	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Anicuns	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aparecida De Goiânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aparecida Do Rio Doce	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aporé	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Araçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Aragarças	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aragoiânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Araguapaz	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Arenópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aruanã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aurilândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Avelinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Baliza	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Barro Alto	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Bela Vista De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Jardim De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		

Bom Jesus De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bonfinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bonópolis	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Brazabrantes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Britânia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Buriti Alegre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Buriti De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Buritinópolis	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 33	34 a 36	30
Cabeceiras	31 a 32	33	34 a 36	31 a 33	30 + 34 a 36		31 a 36	30	
Cachoeira Alta	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cachoeira De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Cachoeira Dourada	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Caçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Caiapônia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Caldas Novas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Caldazinha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campestre De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campinaçu	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36	30		30 a 36		
Campinorte	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Campo Alegre De Goiás	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Campo Limpo De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campos Belos	31	32 a 33	34 a 36	31 a 36		30	31 a 36	30	
Campos Verdes	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Carmo Do Rio Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Castelândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Catalão	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Caturaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cavalcante	31 a 32	33 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Ceres	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cezarina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Chapadão Do Céu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cidade Ocidental	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Cocalzinho De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Colinas Do Sul	31 a 32	33 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Córrego Do Ouro	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Corumbá De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Corumbaíba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cristalina	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cristianópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Crixás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Cromínia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cumari	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Damianópolis	31	32 a 33	34 a 36	31 a 32	33	34 a 36 + 30	31 a 33	34 a 36	30
Damolândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Davinópolis	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Diorama	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Divinópolis De Goiás	31	32 a 33	34 a 36	31 a 32	33 a 36	30	31 a 36		30
Doverlândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Edealina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Edéia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Estrela Do Norte	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Faina	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Fazenda Nova	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Firminópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Flores De Goiás	31	32 a 33	34 a 36	31 a 36	30		31 a 36	30	
Formosa	31 a 32	33 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Formoso	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36			30 a 36		
Gameleira De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goianápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goiandira	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Goianésia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goiânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goianira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Goiatuba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Gouvelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Guapó	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guaraíta	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guarani De Goiás	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36		30
Guarinos	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Heitoraí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Hidrolândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Hidrolina	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Iaciara	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36	30	
Inaciolândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Indiara	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Inhumas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ipameri	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Ipiranga De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Iporá	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Israelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itaberaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itaguari	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itaguaru	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itajá	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itapaci	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itapirapuã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itapuranga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Itarumã	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itauçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itumbiara	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ivolândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Jandaia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jaraguá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jataí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jaupaci	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Jesúpolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Joviânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jussara	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Lagoa Santa	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Leopoldo De Bulhões	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Luziânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mairipotaba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mambaí	31	32	33	31 a 32	33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30
Mara Rosa	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Marzagão	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Matrinchã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Maurilândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mimoso De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Minaçu	31 a 32	33 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Mineiros	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Moiporá	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Monte Alegre De Goiás	31	32 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Montes Claros De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Montividiu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Montividiu Do Norte	31 a 32 + 36	33 a 35	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Morrinhos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Morro Agudo De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mossâmedes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mozarlândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Mundo Novo	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Mutunópolis	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36			30 a 36		
Nazário	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nerópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Niquelândia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova América	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova Aurora	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nova Crixás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova Glória	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Nova Iguaçu De Goiás	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Nova Roma	31	32 a 33	34 a 36	31 a 36	30		31 a 36	30	
Nova Veneza	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Novo Brasil	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Novo Gama	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Novo Planalto	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Orizona	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ouro Verde De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ouvidor	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Padre Bernardo	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Palestina De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Palmeiras De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Palmelo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Palminópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Panamá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Paranaiguara	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Paraúna	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Perolândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Petrolina De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pilar De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Piracanjuba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Piranhas	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Pirenópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pires Do Rio	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Planaltina	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Pontalina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Porangatu	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Porteirão	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Portelândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Posse	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36		30
Professor Jamil	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Quirinópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Rialma	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rianápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rio Quente	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rio Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rubiataba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Sanclerlândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Bárbara De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Cruz De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Fé De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santa Helena De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Isabel	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita Do Araguaia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita Do Novo Destino	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santa Rosa De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Tereza De Goiás	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36			30 a 36		
Santa Terezinha De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		

Santo Antônio Da Barra	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio Do Descoberto	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Domingos	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36		30
São Francisco De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São João Da Paraúna	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
São João D'Aliança	31 a 32	33 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
São Luís De Montes Belos	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
São Luíz Do Norte	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
São Miguel Do Araguaia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
São Miguel Do Passa Quatro	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Patrício	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Simão	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Senador Canedo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serranópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Silvânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Simolândia	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36		30
Sítio D'Abadia	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 33	34 a 36	30
Taquaral De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Teresina De Goiás	31	32 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Terezópolis De Goiás	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Três Ranchos	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Trindade	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Trombas	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36	30		30 a 36		
Turvânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Turvelândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Uirapuru	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Uruaçu	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Uruana	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Urutaí	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Valparaíso De Goiás	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Varjão	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Vianópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Vicentinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Vila Boa	31 a 32	33 a 36		31 a 33	30 + 34 a 36		31 a 36	30	
Vila Propício	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

PORTARIA Nº 34, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 80$ dias); Grupo II ($80 \text{ dias} \leq n \leq 95$ dias); e Grupo III ($n > 95$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ^{3} 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Nota:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado, os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 5, BRANQUINHO e Rajado;

AGROP. TERRA ALTA: TAA Bola Cheia, TAA GOL e TAA Marhe;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: Jalo Precoce, BRS Radiante, BRSMG Realce, BRS Ártico, BRS FS305, BRS FC104, BRS FS308, BRS FC310 e BRS FS212;

IAC: IAC Diplomata, IAC Formoso, IAC Harmonia e IAC Imperador;

IAPAR: IPR Colibri e IPR Siriri.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9, ANfp 110 e ANfc 23;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRSMG Uai, BRS Sublime, Emgopa 201 (Ouro), Diamante Negro, Aporé, Rudá, BRS VALENTE, BRS Timbó, BRS Grafite, BRS Requinte, BRS Pontal, BRS 7762, BRS Pitanga, BRSMG Majestoso, BRS 9435 Cometa, BRS Esplendor, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS Ametista, BRS 10408, BRS Esteio, BRS FC402, BRS FP403, BRS FC406, BRS FC409, BRS FS311, Pérola e BRS Campeiro;

IAC: IAC Alvorada;

IAPAR: Iapar 81, IPR Uirapuru, IPR Juriti, IPR Graúna, IPR Saracura, IPR Chopim, IPR Gralha e IPR Tiziu.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Acorizal	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Água Boa	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Alta Floresta	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Alto Araguaia	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Alto Boa Vista	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Alto Garças	30 a 36		29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Alto Paraguai	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Alto Taquari	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Apiacás	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Araguaiana	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		29
Araguainha	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Araputanga	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Arenápolis	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Aripuanã	29 a 36		28	28 a 36			29 a 36	28	
Barão De Melgaço		33 a 36	30 a 32	32 a 36	30 a 31	29	31 a 36	30	29
Barra Do Bugres	33 a 36	30 a 32		30 a 36	29		30 a 36	29	28
Barra Do Garças	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Bom Jesus Do Araguaia	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Brasnorte	29 a 36		28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Cáceres		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29
Campinápolis	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	28
Campo Novo Do Parecis	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Campo Verde	30 a 36		29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Campos De Júlio	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Canabrava Do Norte	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Canarana	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Carlinda	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Castanheira	30 a 36	29	28	28 a 36			29 a 36	28	
Chapada Dos Guimarães	30 a 36		29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Cláudia	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Cocalinho	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		29
Colíder	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Colniza	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Comodoro	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Confresa	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Conquista D'Oeste	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Cotriguaçu	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Cuiabá	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Curvelândia	34 a 36	33	31 a 32	31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
Denise	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Diamantino	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Dom Aquino	30 a 36		29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Feliz Natal	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Figueirópolis D'Oeste	34 a 36	33	31 a 32	31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
Gaúcha Do Norte	30 a 36			30 a 36	29		30 a 36	29	
General Carneiro	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Glória D'Oeste		34 a 36	31 a 33	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29
Guarantã Do Norte	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Guiratinga	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Indiavaí	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Ipiranga Do Norte	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Itanhangá	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Itaúba	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Itiquira	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Jaciara	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Jangada	33 a 36	30 a 32	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Jauru	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Juara	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Juína	30 a 36	29	28	28 a 36			28 a 36		
Juruena	30 a 36	29	28	28 a 36			28 a 36		
Juscimeira	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Lambari D'Oeste	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Lucas Do Rio Verde	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Luciara	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Marcelândia	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Matupá	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Mirassol D'Oeste	34 a 36	32 a 33	30 a 31	31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
Nobres	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Nortelândia	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Nossa Senhora Do Livramento	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	
Nova Bandeirantes	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Nova Brasilândia	30 a 36		29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Nova Canaã Do Norte	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Nova Guarita	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Nova Lacerda	31 a 36	30	29	30 a 36	29		30 a 36	29	
Nova Marilândia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Nova Maringá	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Nova Monte Verde	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Nova Mutum	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Nova Nazaré	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29

Nova Olímpia	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Nova Santa Helena	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Nova Ubiratã	30 a 36		29	30 a 36	29		30 a 36	29	
Nova Xavantina	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Novo Horizonte Do Norte	29 a 36		28	28 a 36			28 a 36		
Novo Mundo	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Novo Santo Antônio	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Novo São Joaquim	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Paranaíta	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Paranatinga	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Pedra Preta	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Peixoto De Azevedo	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Planalto Da Serra	30 a 36		29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Poconé		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29
Pontal Do Araguaia	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Ponte Branca	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Pontes E Lacerda	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Porto Alegre Do Norte	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Porto Dos Gaúchos	29 a 36		28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Porto Esperidião		34 a 36	31 a 33	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29
Porto Estrela	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Poxoréo	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Primavera Do Leste	30 a 36		29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Querência	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Reserva Do Cabaçal	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Ribeirão Cascalheira	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Ribeirãozinho	31 a 36	30		30 a 36		28 a 29	30 a 36	29	28
Rio Branco	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Rondolândia	29 a 36		28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Rondonópolis	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Rosário Oeste	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Salto Do Céu	33 a 36	30 a 32		30 a 36	29		30 a 36	29	
Santa Carmem	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Santa Cruz Do Xingu	30 a 36	28 a 29		28 a 36			28 a 36		
Santa Rita Do Trivelato	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Santa Terezinha	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Santo Afonso	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Santo Antônio Do Leste	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Santo Antônio Do Leverger	33 a 36	30 a 32		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
São Félix Do Araguaia	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
São José Do Povo	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
São José Do Rio Claro	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
São José Do Xingu	30 a 36	28 a 29		28 a 36			28 a 36		
São José Dos Quatro Marcos	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
São Pedro Da Cipa	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Sapezal	29 a 36		28	28 a 36			28 a 36		
Serra Nova Dourada	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	28
Sinop	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Sorriso	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Tabaporã	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Tangará Da Serra	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Tapurah	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Terra Nova Do Norte	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Tesouro	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Torixoréu	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
União Do Sul	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Vale De São Domingos	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Várzea Grande	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	28
Vera	30 a 36	29		30 a 36	29	28	29 a 36		28
Vila Bela Da Santíssima Trindade	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Vila Rica	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Acorizal	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Água Boa	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Alta Floresta	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Alto Araguaia	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Alto Boa Vista	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Alto Garças	30 a 36		29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Alto Paraguai	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Alto Taquari	30 a 36	28 a 29		28 a 36			28 a 36		
Apiacás	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Araguaiana	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Araguainha	30 a 36		29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Araputanga	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Arenápolis	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Aripuanã	29 a 36		28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Barão De Melgaço	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36		29	30 a 36		29
Barra Do Bugres	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	28
Barra Do Garças	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29

Bom Jesus Do Araguaia	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Brasnorte	29 a 36		28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Cáceres	36	33 a 35	30 a 32	33 a 36	30 a 32		30 a 36		29
Campinápolis	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Campo Novo Do Parecis	29 a 36		28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Campo Verde	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Campos De Júlio	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Canabrava Do Norte	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Canarana	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Carlinda	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Castanheira	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Chapada Dos Guimarães	30 a 36		29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Cláudia	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Cocalinho	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Colíder	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Colniza	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Comodoro	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Confresa	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Conquista D'Oeste	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Cotriguaçu	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Cuiabá	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Curvelândia	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36		29	30 a 36		29
Denise	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Diamantino	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Dom Aquino	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Feliz Natal	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Figueirópolis D'Oeste	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Gaúcha Do Norte	30 a 36			30 a 36	29		30 a 36	29	
General Carneiro	31 a 36	28 a 30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Glória D'Oeste	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30		30 a 36		29
Guarantã Do Norte	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Guiratinga	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Indiavaí	32 a 36	31	30	30 a 36		29	30 a 36		29
Ipiranga Do Norte	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Itanhangá	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Itaúba	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Itiquira	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Jaciara	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36		28
Jangada	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Jauru	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Juara	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Juína	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Juruena	30 a 36	29	28	28 a 36			28 a 36		
Juscimeira	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Lambari D'Oeste	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Lucas Do Rio Verde	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Luciara	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Marcelândia	29 a 36	28		29 a 36	28		28 a 36		
Matupá	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Mirassol D'Oeste	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36		29	30 a 36		29
Nobres	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Nortelândia	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Nossa Senhora Do Livramento	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	
Nova Bandeirantes	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Nova Brasilândia	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Nova Canaã Do Norte	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Nova Guarita	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Nova Lacerda	31 a 36	30	29	30 a 36	29		30 a 36	29	
Nova Marilândia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Nova Maringá	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Nova Monte Verde	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Nova Mutum	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Nova Nazaré	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Nova Olímpia	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Nova Santa Helena	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Nova Ubiratã	30 a 36		29	30 a 36	29		30 a 36	29	
Nova Xavantina	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Novo Horizonte Do Norte	29 a 36		28	28 a 36			28 a 36		
Novo Mundo	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Novo Santo Antônio	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Novo São Joaquim	31 a 36	28 a 30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Paranaíta	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Paranatinga	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Pedra Preta	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Peixoto De Azevedo	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Planalto Da Serra	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36		28
Poconé	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36		29
Pontal Do Araguaia	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Ponte Branca	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Pontes E Lacerda	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Porto Alegre Do Norte	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Porto Dos Gaúchos	29 a 36		28	29 a 36	28		28 a 36		

Porto Esperidião	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Porto Estrela	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Poxoréo	30 a 36		28 a 29	29 a 36		28	29 a 36		28
Primavera Do Leste	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28		29 a 36		28
Querência	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Reserva Do Cabaçal	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Ribeirão Cascalheira	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Ribeirãozinho	31 a 36	30		30 a 36		28 a 29	30 a 36	29	28
Rio Branco	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Rondolândia	29 a 36		28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Rondonópolis	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Rosário Oeste	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Salto Do Céu	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Santa Carmem	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Santa Cruz Do Xingu	30 a 36	28 a 29		28 a 36			28 a 36		
Santa Rita Do Trivelato	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Santa Terezinha	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Santo Afonso	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Santo Antônio Do Leste	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Santo Antônio Do Leverger	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
São Félix Do Araguaia	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
São José Do Povo	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
São José Do Rio Claro	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
São José Do Xingu	30 a 36	28 a 29		28 a 36			28 a 36		
São José Dos Quatro Marcos	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36		29	30 a 36		29
São Pedro Da Cipa	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Sapezal	29 a 36		28	29 a 36	28		28 a 36		
Serra Nova Dourada	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	28
Sinop	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Sorriso	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Tabaporã	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Tangará Da Serra	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Tapurah	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Terra Nova Do Norte	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Tesouro	31 a 36	28 a 30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Torixoréu	31 a 36	30		30 a 36		28 a 29	30 a 36	29	28
União Do Sul	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Vale De São Domingos	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Várzea Grande	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	28
Vera	30 a 36	29		30 a 36	29	28	29 a 36		28
Vila Bela Da Santíssima Trindade	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Vila Rica	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Acorizal	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Água Boa	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Alta Floresta	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Alto Araguaia	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Alto Boa Vista	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Alto Garças	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Alto Paraguai	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Alto Taquari	30 a 36	28 a 29		28 a 36			28 a 36		
Apiacás	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Araguaiana	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Araguainha	30 a 36		29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Araputanga	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	
Arenápolis	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Aripuanã	29 a 36		28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Barão De Melgaço	35 a 36	31 a 34	30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Barra Do Bugres	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	28
Barra Do Garças	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Bom Jesus Do Araguaia	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Brasnorte	29 a 36		28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Cáceres		33 a 36	30 a 32	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36		29
Campinápolis	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Campo Novo Do Parecis	29 a 36		28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Campo Verde	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Campos De Júlio	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Canabrava Do Norte	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Canarana	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Carlinda	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Castanheira	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Chapada Dos Guimarães	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Cláudia	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Cocalinho	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Colíder	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Colniza	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Comodoro	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Confresa	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Conquista D'Oeste	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Cotriguaçu	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Cuiabá	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Curvelândia	34 a 36	31 a 33	30	30 a 36		29	30 a 36		29
Denise	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Diamantino	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Dom Aquino	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Feliz Natal	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Figueirópolis D'Oeste	35 a 36	31 a 34	30	30 a 36		29	30 a 36		29
Gaúcha Do Norte	30 a 36		29	30 a 36	29		30 a 36	29	
General Carneiro	30 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28

Glória D'Oeste	36	33 a 35	30 a 32	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Guarantã Do Norte	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Guiratinga	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Indiavaí	32 a 36	31	30	30 a 36		29	30 a 36		29
Ipiranga Do Norte	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Itanhangá	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Itaúba	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Itiquira	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Jaciara	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Jangada	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Jauru	32 a 36	31	30	30 a 36		29	30 a 36		29
Juara	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Juína	30 a 36	29	28	29 a 36	28		28 a 36		
Juruena	30 a 36	29	28	28 a 36			28 a 36		
Juscimeira	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Lambari D'Oeste	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Lucas Do Rio Verde	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Luciara	30 a 36		29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Marcelândia	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Matupá	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Mirassol D'Oeste	34 a 36	31 a 33	30	30 a 36		29	30 a 36		29
Nobres	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Nortelândia	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Nossa Senhora Do Livramento	33 a 36	30 a 32		30 a 36	29		30 a 36	29	
Nova Bandeirantes	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Nova Brasilândia	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Nova Canaã Do Norte	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Nova Guarita	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Nova Lacerda	31 a 36	30	29	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Nova Marilândia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Nova Maringá	29 a 36			29 a 36	28		29 a 36	28	
Nova Monte Verde	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Nova Mutum	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Nova Nazaré	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Nova Olímpia	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Nova Santa Helena	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Nova Ubiratã	30 a 36		29	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Nova Xavantina	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Novo Horizonte Do Norte	29 a 36		28	28 a 36			28 a 36		
Novo Mundo	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Novo Santo Antônio	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Novo São Joaquim	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Paranaíta	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Paranatinga	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Pedra Preta	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Peixoto De Azevedo	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Planalto Da Serra	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Poconé		33 a 36	30 a 32	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36		29
Pontal Do Araguaia	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Ponte Branca	30 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Pontes E Lacerda	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Porto Alegre Do Norte	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Porto Dos Gaúchos	29 a 36		28	29 a 36	28		28 a 36		
Porto Esperidião	36	33 a 35	30 a 32	32 a 36	30 a 31		30 a 36		29
Porto Estrela	33 a 36	30 a 32		30 a 36	29		30 a 36	29	
Poxoréo	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36	28	
Primavera Do Leste	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Querência	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Reserva Do Cabaçal	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Ribeirão Cascalheira	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Ribeirãozinho	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Rio Branco	32 a 36	31	30	30 a 36		29	30 a 36	29	
Rondolândia	29 a 36		28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Rondonópolis	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Rosário Oeste	30 a 36		29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Salto Do Céu	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Santa Carmem	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Santa Cruz Do Xingu	30 a 36	28 a 29		28 a 36			28 a 36		
Santa Rita Do Trivelato	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Santa Terezinha	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Santo Afonso	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Santo Antônio Do Leste	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Santo Antônio Do Leverger	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
São Félix Do Araguaia	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
São José Do Povo	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
São José Do Rio Claro	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
São José Do Xingu	30 a 36	28 a 29		28 a 36			28 a 36		
São José Dos Quatro Marcos	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36		29	30 a 36		29
São Pedro Da Cipa	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Sapezal	29 a 36	28		29 a 36	28		28 a 36		
Serra Nova Dourada	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	28
Sinop	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Sorriso	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Tabaporã	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Tangará Da Serra	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Tapurah	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Terra Nova Do Norte	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Tesouro	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Torixoréu	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
União Do Sul	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Vale De São Domingos	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Várzea Grande	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Vera	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Vila Bela Da Santíssima Trindade	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Vila Rica	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	

PORTARIA Nº 35, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 80$ dias); Grupo II (80 dias $\leq n \leq 95$ dias); e Grupo III ($n > 95$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ^{3} 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Nota:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 5;

AGROP. TERRA ALTA: TAA Bola Cheia, TAA GOL, TAA DAMA e TAA Marhe;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: Jalo Precoce, BRS Radiante, BRSMG Realce, BRS FC104, BRS FS308, BRS FC310 e BRS FS212;

IAC: IAC Diplomata, IAC Formoso, IAC Harmonia, IAC Imperador, IAC Nuance, IAC Tigre, IAC Veloz e IAC 1849 Polaco;

IAPAR: IPR CURIÓ, IPR Andorinha e IPR CELEIRO.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9, ANfp 110;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRS Sublime, Emgopa 201 (Ouro), Diamante Negro, Aporé, Rudá, Pérola, BRS Campeiro, BRS VALENTE, BRS Timbó, BRS Vereda, BRS Requinte, BRS Pontal, BRS 7762, BRS Pitanga, BRSMG Majestoso, BRS 9435 Cometa, BRS Esplendor, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS Ametista, BRS 10408, BRS FC402, BRS FP403, BRS FC406, BRS FC409, BRS FS311 e BRS Esteio;

IAC: IAC Alvorada, IAC Milênio, IAC Netuno, IAC Sintonia e IAC 1850;

IAPAR: Iapar 81, IPR Tangará, IPR Campos Gerais, IPR BEM-TE-VI, IPR Quero-quero, IPR Nhambu, IPR Urutau, IPR Sabiá, IPR Uirapuru e IPR Tuiuiú.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Água Clara	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	28 a 30	31 a 36	28 a 30	
Alcinópolis	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Amambai						28 a 36		28 a 36	
Anastácio					34 a 36	31 a 33		31 a 36	28 a 30
Anaurilândia			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Angélica					34 a 36	31 a 33		32 a 36	28 a 31
Antônio João						31 a 36		28 a 36	
Aparecida Do Taboado	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Aquidauana			33 a 36	34	33 + 35 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	29 a 30
Aral Moreira						28 a 36		28 a 36	
Bandeirantes	34 a 36	33	31 a 32	32 a 36	31	28 a 30	31 a 36	28 a 30	
Bataguassu			33 a 36	34 a 36	33	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Batayporã			35 a 36		35 a 36	31 a 34	34 a 36	32 a 33	28 a 31
Bela Vista						31 a 36		31 a 36	28 a 30
Bodoquena						31 a 36		31 a 36	30
Bonito						31 a 36		31 a 36	29 a 30
Brasilândia		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Caarapó						28 a 36		28 + 34 a 36	29 a 33
Camapuã	33 a 36	31 a 32		31 a 36	28 a 30		30 a 36	28 a 29	
Campo Grande		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	28 a 30
Caracol						34 a 36			28 a 36
Cassilândia	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Chapadão Do Sul	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Corguinho		34 a 36	33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Coronel Sapucaia						28 a 36		28 a 36	
Corumbá		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	30 a 31	32 a 36	31	29 a 30
Costa Rica	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Coxim	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	28
Deodápolis						31 a 36		32 a 36	28 a 31
Dois Irmãos Do Buriti			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Douradina						28 a 36		28 a 36	
Dourados						28 a 36		28 a 36	
Eldorado						28 + 35 a 36		28 + 36	29 a 35
Fátima Do Sul						31 a 36		34 a 36	28 a 33
Figueirão	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	28 a 30		29 a 36	28	
Glória De Dourados						34 a 36		34 a 36	28 a 33
Guia Lopes Da Laguna						31 a 36		31 a 36	28 a 30
Iguatemi						28 + 35 a 36		28 + 36	29 a 35

Inocência	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	
Itaporã					34 a 36	28 a 33		28 a 36	
Itaquiraí						35 a 36		34 a 36	28 a 33
Ivinhema						34 a 36		33 a 36	28 a 32
Japorã						28 + 35 a 36		28 a 29 + 36	30 a 35
Jaraguari	34	33 + 35 a 36	32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Jardim						31 a 36		31 a 36	28 a 30
Jateí						34 a 36		34 a 36	28 a 33
Juti						34 a 36		34 a 36	28 a 33
Ladário						34 a 36		34 a 36	30 a 33
Laguna Carapã						28 a 36		28 a 36	
Maracaju					34 a 36	31 a 33		31 a 36	28 a 30
Miranda					34 a 36	31 a 33		31 a 36	30
Mundo Novo						28		28	29 a 36
Naviraí						34 a 36		34 a 36	28 a 33
Nioaque					34 a 36	31 a 33		31 a 36	28 a 30
Nova Alvorada Do Sul			34 a 36	34 a 36	33	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30

Nova Andradina			35 a 36		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	28 a 31
Novo Horizonte Do Sul						34 a 36		34 a 36	28 a 33
Paraíso Das Águas	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	28 a 30		29 a 36	28	
Paranaíba	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Paranhos					28	29 a 36		28 a 32 + 36	33 a 35
Pedro Gomes	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Ponta Porã						31 a 36		28 a 36	
Porto Murtinho						34 a 36		34 a 36	29 a 33
Ribas Do Rio Pardo	34 a 36	33	32	33 a 36	31 a 32	28 a 30	32 a 36	29 a 31	28
Rio Brilhante					34 a 36	31 a 33	36	31 a 35	28 a 30
Rio Negro	34	35 a 36	32 a 33	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29
Rio Verde De Mato Grosso	34 a 36	33	31 a 32	32 a 36	30 a 31	29	31 a 36	29 a 30	28
Rochedo	34	33 + 35 a 36	32	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29
Santa Rita Do Pardo		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	28 a 30
São Gabriel Do Oeste	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	30 a 31	28 a 29	31 a 36	28 a 30	
Selvíria	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31		32 a 36	31	28 a 30
Sete Quedas						28 a 29 + 35 a 36		28 a 29 + 36	30 a 35
Sidrolândia			34 a 36	34	33 + 35 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Sonora	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Tacuru						28 a 31 + 35 a 36		28 a 32 + 36	33 a 35
Taquarussu					35 a 36	33 a 34		33 a 36	28 a 32
Terenos		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	28 a 30
Três Lagoas	34 a 36	33	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	29 a 31	28
Vicentina						34 a 36		34 a 36	28 a 33

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Água Clara	32 a 36	31	30	31 a 36	28 a 30		29 a 36	28	
Alcinópolis	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Amambai			36		36	28 a 35	36	28 a 35	
Anastácio			32 a 36		31 a 36	30	33 a 36	30 a 32	28 a 29
Anaurilândia		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	28 a 31	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Angélica			34 a 36		33 a 36	28 a 32	34 a 36	28 a 33	
Antônio João					33 a 36	28 a 32	33 a 36	28 a 32	
Aparecida Do Taboado	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Aquidauana		33 a 36	31 a 32	33 a 36	30 a 32		31 a 36	30	28 a 29
Aral Moreira			36		36	28 a 35	36	28 a 35	
Bandeirantes	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	28 a 30		30 a 36	28 a 29	
Bataguassu		33 a 36	32	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Batayporã			33 a 36		33 a 36	28 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Bela Vista					36	28 a 35		28 a 36	
Bodoquena						30 a 36		30 a 36	28 a 29
Bonito						30 a 36		30 a 36	28 a 29
Brasilândia	34 a 36	33	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29
Caarapó			35 a 36		35 a 36	28 a 34	36	28 a 35	
Camapuã	32 a 36	30 a 31	28 a 29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Campo Grande		32 a 36	31	33 a 36	30 a 32	28 a 29	31 a 36	28 a 30	
Caracol						30 a 36		28 a 36	
Cassilândia	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Chapadão Do Sul	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Corguinho	33	34 a 36	30 a 32	31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	28 a 30	
Coronel Sapucaia			36		36	28 a 35	36	28 a 35	
Corumbá		33 a 36	31 a 32	33 a 36	30 a 32		31 a 36	30	29
Costa Rica	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Coxim	31 a 36	30		30 a 36	29	28	29 a 36		28
Deodápolis			35 a 36		34 a 36	28 a 33	34 a 36	28 a 33	
Dois Irmãos Do Buriti			31 a 36		30 a 36		31 a 36	28 a 30	
Douradina			35 a 36		33 a 36	28 a 32	34 a 36	28 a 33	
Dourados			35 a 36		33 a 36	28 a 32	33 a 36	28 a 32	
Eldorado						28 a 36		28 a 36	
Fátima Do Sul			35 a 36		34 a 36	28 a 33	36	28 a 35	
Figueirão	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Glória De Dourados			36		34 a 36	28 a 33	36	31 a 35	28 a 30
Guia Lopes Da Laguna					33 a 36	28 a 32		28 a 36	
Iguatemi					36	28 a 35		28 a 36	
Inocência	31 a 36	30		30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Itaporã			35 a 36		33 a 36	28 a 32	34 a 36	28 a 33	
Itaquiraí						28 a 36		28 a 36	
Ivinhema			35 a 36		34 a 36	28 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Japorã						28 a 36		28 a 36	
Jaraguari	33 a 36	32	30 a 31	31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	28 a 30	
Jardim					33 a 36	30 a 32		28 a 36	
Jateí			36		34 a 36	28 a 33		31 a 36	28 a 30
Juti			36		35 a 36	28 a 34	36	28 a 35	
Ladário					34 a 36	31 a 33		31 a 36	30
Laguna Carapã			35 a 36		35 a 36	28 a 34	36	28 a 35	
Maracaju			32 a 36		31 a 36	28 a 30	33 a 36	28 a 32	
Miranda					33 a 36	30 a 32	34 a 36	30 a 33	28 a 29
Mundo Novo						28 a 36		28 a 31 + 35 a 36	32 a 34
Naviraí			36		36	28 a 35		31 a 36	28 a 30
Nioaque			36		33 a 36	30 a 32	34 a 36	30 a 33	28 a 29
Nova Alvorada Do Sul		33 a 36	32	34 a 36	31 a 33	28 a 30	32 a 36	28 a 31	
Nova Andradina			33 a 36	34 a 36	32 a 33	28 a 31	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Novo Horizonte Do Sul			36		34 a 36	31 a 33		31 a 36	28 a 30
Paraíso Das Águas	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Paranaíba	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28

Paranhos			36		28 + 36	29 a 35	28 + 36	29 a 35	
Pedro Gomes	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Ponta Porã			33 a 36		33 a 36	28 a 32	33 a 36	28 a 32	
Porto Murtinho						30 a 36		30 a 36	28 a 29
Ribas Do Rio Pardo	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	28 a 30	
Rio Brilhante			32 a 36		31 a 36	28 a 30	33 a 36	28 a 32	
Rio Negro	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Rio Verde De Mato Grosso	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Rochedo	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	
Santa Rita Do Pardo		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29
São Gabriel Do Oeste	33 a 36	30 a 32		30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Selvíria	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	29 a 30	28
Sete Quedas					36	28 a 35		28 a 36	
Sidrolândia		32 a 36	31	33 a 36	30 a 32	28 a 29	31 a 36	28 a 30	
Sonora	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Tacuru					36	28 a 35	36	28 a 35	
Taquarussu			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Terenos		32 a 36	31	33 a 36	30 a 32	28 a 29	31 a 36	28 a 30	
Três Lagoas	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	
Vicentina			36		34 a 36	28 a 33	36	28 a 35	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Água Clara	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	
Alcinópolis	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Amambai					36	31 a 35		28 a 36	
Anastácio			36		33 a 36	30 a 32	33 a 36	30 a 32	28 a 29
Anaurilândia			33 a 36		32 a 36	31	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Angélica			36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Antônio João					36	30 a 35		30 a 36	28 a 29
Aparecida Do Taboado	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Aquidauana			32 a 36	33	31 a 32 + 34 a 36	29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Aral Moreira					36	31 a 35		28 a 36	
Bandeirantes	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	
Bataguassu			33 a 36	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Batayporã			36		34 a 36	31 a 33	36	31 a 35	28 a 30
Bela Vista					36	33 a 35		30 a 36	28 a 29
Bodoquena						33 a 36		31 a 36	28 a 30
Bonito					36	32 a 35		30 a 36	28 a 29
Brasilândia		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29
Caarapó					35 a 36	31 a 34	36	31 a 35	28 a 30
Camapuã	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Campo Grande		33 a 36	31 a 32	32 a 36	30 a 31	29	31 a 36	30	28 a 29
Caracol						36		35 a 36	28 a 34
Cassilândia	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Chapadão Do Sul	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Corguinho		33 a 36	31 a 32	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28
Coronel Sapucaia					36	28 a 35		28 a 36	
Corumbá			32 a 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Costa Rica	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28		28 a 36		
Coxim	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Deodápolis			36		35 a 36	31 a 34	36	31 a 35	28 a 30
Dois Irmãos Do Buriti			36		32 a 36	30 a 31	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Douradina			36		35 a 36	30 a 34	35 a 36	30 a 34	28 a 29
Dourados			36		35 a 36	30 a 34	36	30 a 35	28 a 29
Eldorado						35 a 36		35 a 36	28 a 34
Fátima Do Sul					35 a 36	33 a 34	36	31 a 35	28 a 30
Figueirão	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Glória De Dourados					36	33 a 35		31 a 36	28 a 30
Guia Lopes Da Laguna					36	30 a 35		30 a 36	28 a 29
Iguatemi						34 a 36		31 a 36	28 a 30
Inocência	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Itaporã			36		35 a 36	30 a 34	36	30 a 35	28 a 29
Itaquiraí						34 a 36		31 a 36	28 a 30
Ivinhema					36	32 a 35	36	31 a 35	28 a 30
Japorã						35 a 36		28 a 31 + 35 a 36	32 a 34
Jaraguari		32 a 36	31	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Jardim					36	31 a 35		30 a 36	28 a 29
Jateí					36	33 a 35		33 a 36	28 a 32
Juti					36	33 a 35		31 a 36	28 a 30
Ladário						33 a 36		32 a 36	30 a 31
Laguna Carapã					35 a 36	31 a 34	36	31 a 35	28 a 30
Maracaju			36		35 a 36	30 a 34	36	30 a 35	28 a 29
Miranda					36	31 a 35		30 a 36	28 a 29
Mundo Novo						36		31	28 a 30 + 32 a 36
Naviraí					36	33 a 35		34 a 36	28 a 33
Nioaque					36	30 a 35	36	30 a 35	28 a 29
Nova Alvorada Do Sul			33 a 36	36	32 a 35	30 a 31	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Nova Andradina			34 a 36		32 a 36	31	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Novo Horizonte Do Sul					36	33 a 35		32 a 36	30 a 31
Paraíso Das Águas	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Paranaíba	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Paranhos					36	28 a 35		28 a 36	
Pedro Gomes	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Ponta Porã					36	30 a 35	36	30 a 35	28 a 29
Porto Murtinho						36		36	28 a 35
Ribas Do Rio Pardo	33 a 36	32	31	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	
Rio Brilhante			36		33 a 36	30 a 32	33 a 36	30 a 32	28 a 29
Rio Negro		32 a 36	31	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Rio Verde De Mato Grosso	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	28
Rochedo		32 a 36	31	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	
Santa Rita Do Pardo		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29
São Gabriel Do Oeste	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Selvíria	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Sete Quedas						28 + 34 a 36		28 a 31 + 35 a 36	32 a 34
Sidrolândia			33 a 36	33	31 a 32 + 34 a 36	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Sonora	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Tacuru						28 a 36		28 a 36	
Taquarussu					36	31 a 35		31 a 36	30
Terenos		33	32 + 34 a 36	33 a 36	30 a 32	29	31 a 36	29 a 30	28
Três Lagoas	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	
Vicentina					36	33 a 35		31 a 36	28 a 30

PORTARIA Nº 36, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado da Bahia, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 80$ dias); Grupo II (80 dias $\leq n \leq 95$ dias); e Grupo III ($n > 95$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ^{3} 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Nota:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 5;

AGROP. TERRA ALTA: TAA Bola Cheia, TAA GOL e TAA Marhe;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: Jalo Precoce, BRS Radiante, BRSMG Realce, BRS Ártico, BRS FS305, BRS FC104, BRS FS308, BRS FC310 e BRS FS212;

IAC: IAC Diplomata, IAC Formoso e IAC Imperador.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9 e ANfp 110;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRSMG Uai, BRS Sublime, Emgopa 201 (Ouro), Aporé, Rudá, Pérola, Bambuí, Corrente, BRS VALENTE, BRS Grafite, BRS Requinte, BRS Pontal, BRS Horizonte, BRS 7762, BRS Marfim, BRS 9435 Cometa, BRS Esplendor, BRS Agreste, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS Ametista, BRS 10408, BRS Esteio, BRS FC402, BRS FP403, BRS FC406, BRS FC409 e BRS FS311;

IAC: IAC Alvorada.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Alcobaça						29 a 30		30	28 a 29 + 31
Angical						31		31	32 a 34
Arataca									30
Baianópolis						31		31	32 a 34
Barreiras			31 a 34	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	
Belmonte									29 a 30
Bom Jesus Da Lapa									31 a 33
Brejolândia									31 a 32
Buerarema									30
Camacan									30
Canápolis						31		31	32 a 34
Canavieiras									29 a 30
Candiba									31 a 33
Caravelas						29 a 30		30	28 a 29 + 31
Carinhanha						31		31 a 32	33
Catolândia						31		31 a 32	33 a 34
Cocos		31 a 32	33	31 a 33	34	35	31 a 34		35
Condeúba									31
Cordeiros									31
Coribe					31	32 a 33		31 a 33	
Correntina		31 a 33	34	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30
Cotegipe									31 a 32
Cristópolis									31 a 33
Encruzilhada									31
Eunápolis						29 a 30			29 a 30
Feira Da Mata					31	32		31 a 33	
Formosa Do Rio Preto			31 a 36	32 a 33	31 + 34 a 36		31 a 36		
Guanambi									31 a 33
Guaratinga						29 a 30			29 a 31
Ibirapuã					30	29 + 31		29 a 30	28 + 31
Itabela						29 a 30			29 a 31
Itagimirim						30			29 a 30
Itaju Do Colônia									30
Itamaraju						29 a 30		30	29 + 31
Itanhém						30 a 31			30 a 31
Itapebi									29 a 30
Itapetinga									30
Itarantim						30			30
Iuiú						31		31	32 a 33
Jaborandi		31 a 33	34	31 a 33	34	35	31 a 34	35	36
Jacaraci									31 a 32
Jucuruçu						29 a 30			29 a 31

Jussari									30
Lajedão					30	29 + 31		30 a 31	29 + 32
Licínio De Almeida									31
Luís Eduardo Magalhães		31 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Maiquinique									30
Malhada						31		31 a 32	33
Mascote									29 a 30
Matina									31 a 33
Medeiros Neto						29 a 31		31	29 a 30 + 32
Mortugaba								31	32 a 33
Mucuri			30		30	29 + 31		29 a 31	28
Nova Viçosa						29 a 31		29 a 30	28 + 31
Palmas De Monte Alto									31 a 33
Pau Brasil									30
Pindaí									31
Piripá									31
Porto Seguro						29 a 30			29 a 30
Potiraguá									29 a 30
Prado						29 a 30			29 a 31
Riachão Das Neves					31 a 33	34		31 a 34	35 a 36
Riacho De Santana									31 a 33
Santa Cruz Cabrália						29 a 30			29 a 30
Santa Luzia									30
Santa Maria Da Vitória						31 a 32		31 a 33	34
Santa Rita De Cássia									31 a 33
Santana						31			31 a 33
São Desidério		31 a 33	34	31 a 33	34 a 36		31 a 34	35 a 36	30
São Félix Do Coribe						31		31 a 33	
São José Da Vitória									30
Sebastião Laranjeiras						31		31	32 a 33
Serra Do Ramalho						31			31 a 33
Serra Dourada									31 a 33
Sítio Do Mato									31
Tabocas Do Brejo Velho									31 a 33
Teixeira De Freitas						29 a 30		30	28 a 29 + 31
Tremedal									31
Una									30
Urandi									31 a 33
Vereda						29 a 30			28 a 31

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Alcobaça						28 a 30		29	27 a 28 + 30
Angical						31		31 a 32	33 a 34
Arataca									29
Baianópolis						31 a 32		31 a 33	34
Barreiras		31 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36		31 a 36		
Belmonte						29			29 a 30
Bom Jesus Da Lapa									31 a 33
Brejolândia									31 a 33
Buerarema									29
Camacan									29 a 30
Canápolis						31 a 32		31 a 32	33
Canavieiras									29 a 30
Candiba						31			31 a 32
Cândido Sales									31
Caravelas						27 a 30		29 a 30	27 a 28 + 31
Carinhanha						31 a 32		31 a 32	33
Catolândia						31 a 33		31 a 33	34
Cocos		31 a 32	33 a 34	31 a 33	34		31 a 33	34	35 a 36
Condeúba									31
Cordeiros									31
Coribe					31	32	32	31 + 33	
Correntina		31 a 33	34	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30
Cotegipe									31 a 33
Cristópolis						31			31 a 33
Encruzilhada									31
Eunápolis						29		29	30
Feira Da Mata					31	32		31 a 32	33
Formosa Do Rio Preto		31 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36		31 a 36		
Guanambi									31 a 32
Guaratinga						30			29 a 30
Ibirapuã			30			27 a 30		29 a 30	27 a 28 + 31
Ilhéus									29
Itabela						29 a 30		29	28 + 30
Itabuna									29
Itagimirim						29			29 a 30
Itaju Do Colônia									29
Itamaraju						28 a 30		29	27 a 28 + 30 a 31
Itanhém						30			30 a 31
Itapé									29
Itapebi						29			29 a 30
Itarantim									30
Iuiú						31		31	32 a 33
Jaborandi	32	31 + 33	34	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	
Jacaraci									31 a 32
Jucuruçu						30			29 a 31
Jussari									29
Lajedão						27 a 31		30	27 a 29 + 31 a 32
Licínio De Almeida									31
Luís Eduardo Magalhães		31 a 36		31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Malhada						31		31 a 32	33
Mascote						29			29 a 30
Matina									31 a 32

Medeiros Neto						30 a 31			27 a 32
Mortugaba						31		31	32
Mucuri			30			27 a 30		29 a 30	27 a 28 + 31
Nova Viçosa						27 a 30		29 a 30	27 a 28 + 31
Palmas De Monte Alto						31		31	32 a 33
Pau Brasil									29 a 30
Pindaí									31
Piripá									31
Porto Seguro						28 a 30		29	28 + 30
Potiraguá						29			29 a 30
Prado						28 a 30		29	27 a 28 + 30
Riachão Das Neves			33	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	
Riacho De Santana									31 a 33
Santa Cruz Cabrália						29			28 a 30
Santa Luzia									29 a 30
Santa Maria Da Vitória						31 a 32		31 a 33	34
Santa Rita De Cássia									31 a 33
Santana						31		31	32 a 33
São Desidério		31 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 34	35 a 36	30
São Félix Do Coribe						31 a 32		31 a 32	33
São José Da Vitória									29
Sebastião Laranjeiras						31		31	32
Serra Do Ramalho						31			31 a 33
Serra Dourada						31			31 a 33
Sítio Do Mato									31 a 33
Tabocas Do Brejo Velho						31			31 a 33
Teixeira De Freitas						28 a 30		29 a 30	27 a 28 + 31
Tremedal									31
Una									29
Urandi						31		31	32
Vereda						28 a 30		29 a 30	27 a 28 + 31
Wanderley									31

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Alcobaça						28 a 29			27 a 29
Angical									31 a 32
Baianópolis									31 a 32
Barreiras			31 a 33	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	
Belmonte									28
Canápolis									31 a 32
Canavieiras									28
Caravelas						27 a 29			27 a 30
Carinhanha									31 a 32
Catolândia								31	32
Cocos		31	32	31	32	33 a 34	31 a 32	33	34
Coribe						31		31	32
Correntina		31	32 a 33	31 a 32	33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30
Cristópolis									31
Eunápolis									28 a 29
Feira Da Mata								31	32
Formosa Do Rio Preto			31 a 36		31 a 36		31 a 36		
Guaratinga									29
Ibirapuã						27 a 29		29	27 a 28 + 30 a 31
Itabela						28			28 a 29
Itagimirim									29
Itamaraju						28			27 a 29
Itanhém									30 a 31
Itapebi									28
Iuiú									31
Jaborandi		31	32 a 33	31 a 32	33	34 a 36	31 a 33	34	35 a 36
Jucuruçu									29 a 30
Lajedão						27 a 29			27 a 31
Luís Eduardo Magalhães		31 a 32	33 a 36	31 a 32	33 a 36	30	31 a 36		30
Malhada									31
Mascote									28
Medeiros Neto						27 a 29			27 a 31
Mortugaba									31
Mucuri						27 a 29		28 a 29	27 + 30
Nova Viçosa						27 a 29		29	27 a 28 + 30
Palmas De Monte Alto									31
Porto Seguro									28 a 29
Prado						28			27 a 29
Riachão Das Neves					31	32 a 36	31	32	33 a 36
Santa Cruz Cabrália									28 a 29
Santa Maria Da Vitória								31	32
Santana									31
São Desidério		31	32 a 33	31 a 32	33	34 a 36 + 30	31 a 33	34 a 36	30
São Félix Do Coribe									31 a 32
Sebastião Laranjeiras									31
Serra Do Ramalho									31
Tabocas Do Brejo Velho									31
Teixeira De Freitas						27 a 29			27 a 30
Urandi									31
Vereda						28 a 29			27 a 30

PORTARIA Nº 37, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado do Pará, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 80$ dias); Grupo II (80 dias $\leq n \leq 95$ dias); e Grupo III ($n > 95$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ³ 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Nota:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado, os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

GRUPO I

AGROP. TERRA ALTA: TAA Marhe.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento nos Grupos II e III.

Notas:

1. Informações específicas sobre a cultivar indicada devem ser obtidas junto ao respectivo obtentor/mantenedor.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

Áreas de Usos Consolidados, delimitadas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará, instituído pela Lei nº 7.243/2009 que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE da Área de Influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará - Zona Oeste.

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abaetetuba	36		35	35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	34	32 a 33
Abel Figueiredo		34	32 a 33	33 a 36	32		33 a 36	32	31
Acará	36		35	35 a 36	34	33	35 a 36	34	32 a 33
Água Azul Do Norte	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Alenquer	36		35	36	34 a 35	33	35 a 36	33 a 34	
Almeirim	36		35	36	34 a 35	33	35 a 36	34	33
Altamira	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ananindeua		36		36		35	36	35	
Anapu	36	35	34	34 a 36	33	32	35 a 36	33 a 34	32
Aurora Do Pará	36		35	36	35	34	36	35	34
Aveiro	35 a 36	33 a 34		33 a 36		32	33 a 36	32	31
Bagre	36	35	34	35 a 36	34	32 a 33	34 a 36	33	32
Baião	36	35	34	34 a 36	33	32	34 a 36	32 a 33	
Bannach	30 a 36	29	28	29 a 36	28		28 a 36		
Barcarena	36		35	36	35	34	35 a 36		32 a 34
Belém		36		36	35		36	35	34
Belterra	36	35	33 a 34	35 a 36	34	33	34 a 36	33	
Benevides		36		36		35	36		35
Bom Jesus Do Tocantins	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	32		32 a 36		31
Bonito			36			36		36	
Brasil Novo	36	35	34	35 a 36	33 a 34		35 a 36	33 a 34	
Brejo Grande Do Araguaia	34 a 36	32 a 33		32 a 36		31	32 a 36	31	30
Breu Branco	35 a 36		34	34 a 36	32 a 33		34 a 36	32 a 33	
Bujaru		36		36	35		36	35	34
Cachoeira Do Piriá									36
Cametá	36	35	34	34 a 36	33	32	34 a 36	32 a 33	
Canaã Dos Carajás	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Capanema			36			36			36
Capitão Poço		36			36	35	36	35	
Castanhal		36			36			36	35
Colares		36			36			36	
Conceição Do Araguaia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Concórdia Do Pará	36			36	35	34	36	35	34
Cumaru Do Norte	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Curionópolis	33 a 36	32	30 a 31	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	
Curuá	36		34 a 35	35 a 36	33 a 34		34 a 36	33	
Curuçá			36			36			36
Dom Eliseu	36	35	34	35 a 36	33 a 34	32	34 a 36	33	32
Eldorado Do Carajás	33 a 36	32	31	32 a 36	30 a 31	29	31 a 36	30	29
Faro	36	35	33 a 34	33 a 36			33 a 36		32
Floresta Do Araguaia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Garrafão Do Norte		36			36	35		36	35
Goianésia Do Pará	35 a 36		33 a 34	34 a 36	32 a 33		34 a 36	32 a 33	
Gurupá	36	35		36	34 a 35	33	35 a 36	34	33
Igarapé-Açu			36		36			36	

Igarapé-Miri	36	35	34	35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	33 a 34	32
Inhangapi		36			36	35	36		35
Ipixuna Do Pará	36	35		35 a 36	34	33	35 a 36	34	32 a 33
Irituia		36			36	35		36	35
Itaituba	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Itupiranga	34 a 36	33	32	32 a 36		31	32 a 36	31	30
Jacareacanga	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Jacundá	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32		33 a 36	32	31
Juruti	35 a 36	34	33	34 a 36	33	32	33 a 36		32
Limoeiro Do Ajuru	36	35	34	34 a 36	32 a 33		34 a 36	32 a 33	
Mãe Do Rio		36			36	35	36	35	
Magalhães Barata			36			36			36
Marabá	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Maracanã			36			36			36
Marapanim			36			36			36
Marituba		36		36		35	36	35	
Medicilândia	36	35	34	35 a 36	33 a 34		34 a 36	33	
Melgaço	36	35		36	34 a 35	33	35 a 36	34	33
Mocajuba	36	35	34	34 a 36	33	32	34 a 36	32 a 33	
Moju	36	35	34	34 a 36	33	32	34 a 36	33	32
Mojuí Dos Campos	36	35	34	35 a 36	34	33	35 a 36	33 a 34	
Monte Alegre	36		35	35 a 36	34	33	35 a 36	34	33
Nova Esperança Do Piriá		36		36	35	34	36	35	34
Nova Ipixuna	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Nova Timboteua			36			36			36
Novo Progresso	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Novo Repartimento	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36		31
Óbidos	36		34 a 35	36	33 a 35		34 a 36	33	
Oeiras Do Pará	36	35	34	34 a 36	33	32	34 a 36	32 a 33	
Oriximiná	36	35	34	34 a 36	33		34 a 36	33	
Ourém			36			36			36
Ourilândia Do Norte	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Pacajá	36	35	33 a 34	34 a 36	33	32	34 a 36	32 a 33	
Palestina Do Pará	34 a 36	33	32	32 a 36	31	30	32 a 36	31	30
Paragominas	36	35	34	35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	33 a 34	32
Parauapebas	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	30 a 36		29
Pau D'Arco	30 a 36	29	28	29 a 36	28		28 a 36		
Peixe-Boi			36			36			36
Piçarra	34 a 36	32 a 33	30 a 31	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	
Placas	36	35	33 a 34	34 a 36	33		34 a 36	33	32
Portel	36	35		35 a 36	34	33	35 a 36	34	32 a 33
Porto De Moz	36		35	36	34 a 35	33	35 a 36	34	33
Prainha	36		35	36	34 a 35	33	35 a 36	34	33
Primavera						36			36
Redenção	30 a 36	29	28	29 a 36	28		28 a 36		
Rio Maria	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Rondon Do Pará	35 a 36	34	33	34 a 36	32 a 33		33 a 36	32	
Rurópolis	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36		32	33 a 36	32	31
Salinópolis						36			36
Santa Bárbara Do Pará		36			36	35	36		35
Santa Izabel Do Pará		36			36	35	36		35
Santa Luzia Do Pará						36			36
Santa Maria Das Barreiras	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Santa Maria Do Pará			36		36			36	
Santana Do Araguaia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Santarém	36	35	33 a 34	34 a 36	33		33 a 36		32
Santarém Novo			36			36			36
Santo Antônio Do Tauá		36			36			36	35
São Caetano De Odivelas			36		36			36	
São Domingos Do Araguaia	34 a 36	32 a 33		32 a 36	31		32 a 36	31	30
São Domingos Do Capim		36		36	35	34	36	35	34
São Félix Do Xingu	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
São Francisco Do Pará			36		36			36	
São Geraldo Do Araguaia	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
São João Da Ponta			36		36			36	
São João De Pirabas						36			36
São João Do Araguaia	34 a 36	32 a 33		32 a 36		31	32 a 36	31	
São Miguel Do Guamá		36			36	35		36	35
Sapucaia	33 a 36	30 a 32	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Senador José Porfírio	36	35	34	34 a 36	33	32	34 a 36	33	32
Tailândia	36	35	34	35 a 36	34	32 a 33	34 a 36	33	32
Terra Alta			36		36			36	
Terra Santa	36	35	33 a 34	34 a 36	33		33 a 36		32
Tomé-Açu	36	35		35 a 36	34	33	35 a 36	34	32 a 33
Tracuateua						36			36
Trairão	33 a 36	32	31	32 a 36	31	28 a 30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Tucumã	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Tucuruí	35 a 36		33 a 34	34 a 36	32 a 33		33 a 36	32	
Ulianópolis	36		35	35 a 36	34	33	35 a 36	34	33
Uruará	36	35	33 a 34	34 a 36	33		34 a 36	33	32
Vigia			36		36			36	
Viseu									36
Vitória Do Xingu	36	35		35 a 36	34	33	35 a 36	33 a 34	
Xinguara	33 a 36	30 a 32	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abaetetuba	36		35	35 a 36		32 a 34	35 a 36	34	32 a 33
Abel Figueiredo	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Acará	36		35	35 a 36	34	33	35 a 36	34	32 a 33
Água Azul Do Norte	30 a 36	29	28	29 a 36	28		28 a 36		
Alenquer	36		35	35 a 36	34	33	35 a 36	33 a 34	32

Almeirim	36		35	36	34 a 35	33	35 a 36	34	32 a 33
Altamira	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ananindeua		36		36		35	36	35	
Anapu	36	35	34	35 a 36	33 a 34	32	34 a 36	32 a 33	31
Aurora Do Pará	36		35	36	35	34	36	35	34
Aveiro	35 a 36	32 a 34		33 a 36	32	31	32 a 36		31
Bagre	36	35	34	35 a 36	33 a 34	32	35 a 36	33 a 34	31 a 32
Baião	36	35	34	34 a 36	32 a 33	31	34 a 36	32 a 33	31
Bannach	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Barcarena	36		35	36	35	34	35 a 36		32 a 34
Belém		36		36	35		36	35	34
Belterra	36	35	33 a 34	34 a 36	33	32	34 a 36	33	32
Benevides		36		36		35	36	35	
Bom Jesus Do Tocantins	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	32	31	32 a 36		31
Bonito			36			36		36	
Brasil Novo	36	35		35 a 36	33 a 34	32	34 a 36	32 a 33	
Brejo Grande Do Araguaia	33 a 36	32		32 a 36	31		32 a 36	31	
Breu Branco	36	35	34	34 a 36	32 a 33	31	34 a 36	32 a 33	31
Bujaru		36		36	35		36	35	34
Cachoeira Do Piriá									36
Cametá	36	35	34	35 a 36	32 a 34	31	34 a 36	32 a 33	31
Canaã Dos Carajás	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Capanema						36			36
Capitão Poço		36			36	35	36	35	34
Castanhal		36			36			36	35
Colares		36			36			36	
Conceição Do Araguaia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Concórdia Do Pará	36		35	36	35	34	36	35	34
Cumaru Do Norte	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Curionópolis	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Curuá	36		34 a 35	35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	33 a 34	32
Curuçá			36			36		36	
Dom Eliseu	36	35	34	34 a 36	33	32	35 a 36	33 a 34	32
Eldorado Do Carajás	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
Faro	36	35	32 a 34	34 a 36	32 a 33		33 a 36	32	31
Floresta Do Araguaia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Garrafão Do Norte			36		36			36	35
Goianésia Do Pará	36	35	33 a 34	34 a 36	32 a 33	31	34 a 36	32 a 33	31
Gurupá	36	35		36	34 a 35	33	35 a 36	34	32 a 33
Igarapé-Açu			36		36			36	
Igarapé-Miri	36	35	34	35 a 36	34	31 a 33	35 a 36	32 a 34	31
Inhangapi		36			36	35		36	35
Ipixuna Do Pará	36	35		35 a 36	34	33	35 a 36	34	32 a 33
Irituia		36			36			36	35
Itaituba	30 a 36	28 a 29		28 a 36			28 a 36		
Itupiranga	34 a 36	33	32	32 a 36	31	30	32 a 36	31	30
Jacareacanga	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Jacundá	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Juruti	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32		33 a 36	32	31
Limoeiro Do Ajuru	36	35	34	35 a 36	32 a 34	31	35 a 36	32 a 34	31
Mãe Do Rio		36			36	35	36	35	
Magalhães Barata			36			36			36
Marabá	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Maracanã			36			36			36
Marapanim			36			36		36	
Marituba		36		36		35	36	35	
Medicilândia	36	35		35 a 36	33 a 34	32	34 a 36	33	32
Melgaço	36		35	36	34 a 35	33	35 a 36	34	32 a 33
Mocajuba	36	35	34	35 a 36	33 a 34	31 a 32	34 a 36	32 a 33	31
Moju	36	35	34	34 a 36	33	32	34 a 36	32 a 33	31
Mojuí Dos Campos	36	35	34	34 a 36	33	32	34 a 36	33	32
Monte Alegre	36		35	35 a 36	34	33	35 a 36	33 a 34	
Nova Esperança Do Piriá		36		36		34 a 35	36	35	34
Nova Ipixuna	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Nova Timboteua			36			36			36
Novo Progresso	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Novo Repartimento	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	31 a 32		33 a 36	31 a 32	30
Óbidos	36		34 a 35	35 a 36	33 a 34	32	35 a 36	32 a 34	
Oeiras Do Pará	36	35	34	35 a 36	32 a 34	31	34 a 36	32 a 33	31
Oriximiná	36		32 a 35	35 a 36	32 a 34		33 a 36	32	

Ourém			36			36			36
Ourilândia Do Norte	29 a 36		28	28 a 36			28 a 36		
Pacajá	36	35	34	34 a 36	32 a 33	31	34 a 36	32 a 33	31
Palestina Do Pará	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30	31 a 36		30
Paragominas	36	35	34	35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	34	32 a 33
Parauapebas	32 a 36	31	29 a 30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Pau D'Arco	29 a 36		28	29 a 36	28		28 a 36		
Peixe-Boi			36			36			36
Piçarra	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Placas	36	35	32 a 34	34 a 36	32 a 33		33 a 36	32	31
Portel	36	35		35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	34	32 a 33
Porto De Moz	36		35	36	34 a 35	32 a 33	35 a 36	34	32 a 33

Prainha	36		35	35 a 36	34	33	35 a 36	34	33
Primavera						36			36
Quatipuru									36
Redenção	29 a 36		28	29 a 36	28		28 a 36		
Rio Maria	29 a 36			29 a 36	28		29 a 36	28	
Rondon Do Pará	35 a 36	34	33	34 a 36	32 a 33		33 a 36	32	31
Rurópolis	35 a 36	32 a 34	31	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Salinópolis						36			36
Santa Bárbara Do Pará		36			36	35	36		35
Santa Izabel Do Pará		36		36		35	36		35
Santa Luzia Do Pará						36			36
Santa Maria Das Barreiras	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Santa Maria Do Pará			36		36			36	
Santana Do Araguaia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Santarém	36	35	32 a 34	34 a 36	33	32	33 a 36	32	31
Santarém Novo						36			36
Santo Antônio Do Tauá		36			36			36	35
São Caetano De Odivelas			36		36			36	
São Domingos Do Araguaia	33 a 36	32		32 a 36	31		32 a 36	31	30
São Domingos Do Capim		36		36	35	34	36	35	34
São Félix Do Xingu	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
São Francisco Do Pará			36		36			36	
São Geraldo Do Araguaia	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
São João Da Ponta			36		36			36	
São João De Pirabas						36			36
São João Do Araguaia	34 a 36	33	32	32 a 36	31		32 a 36	31	
São Miguel Do Guamá		36			36			36	35
Sapucaia	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Senador José Porfírio	36	35	34	34 a 36	33	32	34 a 36	32 a 33	31
Tailândia	36	35	34	35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	33 a 34	32
Terra Alta			36		36			36	
Terra Santa	36	35	32 a 34	34 a 36	32 a 33		33 a 36	32	
Tomé-Açu	36	35		35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	34	32 a 33
Tracuateua						36			36
Trairão	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	28	31 a 36	28 a 30	
Tucumã	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Tucuruí	35 a 36		33 a 34	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	32	31
Ulianópolis	36		35	35 a 36	34	33	35 a 36	34	32 a 33
Uruará	36	35	32 a 34	35 a 36	33 a 34	32	34 a 36	32 a 33	31
Vigia			36		36			36	
Viseu									36
Vitória Do Xingu	36		35	35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	33 a 34	32
Xinguara	31 a 36	29 a 30		29 a 36		28	29 a 36		28

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abaetetuba	36	35		35 a 36	34	31 a 33	35 a 36	34	31 a 33
Abel Figueiredo	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Acará	36	35		35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	34	32 a 33
Água Azul Do Norte	30 a 36	29	28	29 a 36	28		28 a 36		
Alenquer	36	35		35 a 36	33 a 34	32	35 a 36	32 a 34	
Almeirim	36	35		36	34 a 35	32 a 33	35 a 36	34	32 a 33
Altamira	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Ananindeua		36		36		35	36	35	34
Anapu	36	35	34	35 a 36	33 a 34	31 a 32	35 a 36	32 a 34	31
Aurora Do Pará	36		35	36	35	34	36	34 a 35	
Aveiro	35 a 36	32 a 34	31	32 a 36	31		32 a 36	31	30
Bagre	36	35	34	35 a 36	33 a 34	31 a 32	34 a 36	32 a 33	31
Baião	36	35	34	34 a 36	32 a 33	31	34 a 36	32 a 33	31
Bannach	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Barcarena	36		35	36	35	34	35 a 36	34	32 a 33
Belém		36		36	35		36	35	32 a 34
Belterra	36	35	32 a 34	34 a 36	32 a 33		34 a 36	32 a 33	31
Benevides		36		36		35	36	35	34
Bom Jesus Do Tocantins	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Bonito			36			36		36	
Brasil Novo	36	35	34	35 a 36	33 a 34	31 a 32	35 a 36	32 a 34	31
Brejo Grande Do Araguaia	33 a 36	32		32 a 36	31		32 a 36	31	30
Breu Branco	35 a 36	34		34 a 36	32 a 33	31	34 a 36	32 a 33	31
Bujaru		36		36	35		36	35	34
Cachoeira Do Piriá						36			36
Cametá	36	35	34	35 a 36	32 a 34	31	34 a 36	32 a 33	31
Canaã Dos Carajás	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Capanema						36			36
Capitão Poço		36		36		35	36		34 a 35
Castanhal			36		36			36	
Colares			36		36			36	
Conceição Do Araguaia	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Concórdia Do Pará		36	35	36	35	34	36	35	34
Cumaru Do Norte	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Curionópolis	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Curuá	36	35		35 a 36	32 a 34		35 a 36	32 a 34	
Curuçá			36			36			36
Dom Eliseu	36	35	34	35 a 36	33 a 34	32	34 a 36	33	32
Eldorado Do Carajás	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36		29

Faro	36	35	31 a 34	32 a 36	31		32 a 36	31	
Floresta Do Araguaia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Garrafão Do Norte			36		36			36	35
Goianésia Do Pará	35 a 36	34	33	34 a 36	32 a 33	31	34 a 36	32 a 33	31
Gurupá	36	35		36	34 a 35	32 a 33	36	34 a 35	32 a 33
Igarapé-Açu			36		36			36	
Igarapé-Miri	36	35	34	35 a 36	33 a 34	31 a 32	35 a 36	32 a 34	31
Inhangapi		36			36	35		36	35
Ipixuna Do Pará	36	35		35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	34	32 a 33
Irituia		36			36			36	35
Itaituba	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Itupiranga	34 a 36	33	32	32 a 36	31	30	32 a 36	31	30
Jacareacanga	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Jacundá	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Juruti	35 a 36	32 a 34		32 a 36		31	32 a 36	31	
Limoeiro Do Ajuru	36	35	34	35 a 36	32 a 34	31	34 a 36	32 a 33	31
Mãe Do Rio		36		36		35	36		34 a 35
Magalhães Barata			36			36			36
Marabá	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Maracanã			36			36			36
Marapanim			36			36			36
Marituba		36		36		35	36	35	34
Medicilândia	36	35	34	35 a 36	33 a 34	32	34 a 36	32 a 33	31
Melgaço	36	35		36	34 a 35	32 a 33	36	34 a 35	32 a 33
Mocajuba	36	35	34	35 a 36	33 a 34	31 a 32	34 a 36	32 a 33	31
Moju	36	35	34	35 a 36	33 a 34	31 a 32	34 a 36	32 a 33	31
Mojuí Dos Campos	36	35	32 a 34	34 a 36	32 a 33		34 a 36	32 a 33	31
Monte Alegre	36	35		35 a 36	33 a 34	32	35 a 36	33 a 34	32
Nova Esperança Do Piriá		36		36	35	34	36	35	34
Nova Ipixuna	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	
Nova Timboteua			36			36			36
Novo Progresso	28 a 36			28 a 36			28 a 36		
Novo Repartimento	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	31 a 32		33 a 36	31 a 32	30
Óbidos	36	35		35 a 36	32 a 34	31	34 a 36	32 a 33	31
Oeiras Do Pará	36	35	34	35 a 36	32 a 34	31	34 a 36	32 a 33	31
Oriximiná	36	35	32 a 34	35 a 36	32 a 34	31	32 a 36		31
Ourém			36			36			36
Ourilândia Do Norte	29 a 36	28		28 a 36			28 a 36		
Pacajá	35 a 36	34	33	34 a 36	32 a 33	31	34 a 36	32 a 33	31
Palestina Do Pará	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36		30
Paragominas	36	35	34	35 a 36	34	32 a 33	34 a 36	33	32
Parauapebas	32 a 36	31	29 a 30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Pau D'Arco	29 a 36		28	29 a 36	28		28 a 36		
Peixe-Boi			36			36			36
Piçarra	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	
Placas	36	35	32 a 34	33 a 36	32	31	32 a 36		31
Portel	36	35		35 a 36	33 a 34	32	35 a 36	34	32 a 33
Porto De Moz	36		35	36	34 a 35	32 a 33	35 a 36	34	32 a 33
Prainha	36	35		35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	33 a 34	32
Primavera						36			36
Quatipuru									36
Redenção	29 a 36		28	28 a 36			28 a 36		
Rio Maria	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Rondon Do Pará	35 a 36	34	33	34 a 36	32 a 33		33 a 36	32	31
Rurópolis	35 a 36	32 a 34	31	32 a 36	31	30	32 a 36	31	30
Salinópolis						36			36
Santa Bárbara Do Pará		36			36	35	36		35
Santa Izabel Do Pará		36			36	35	36		35
Santa Luzia Do Pará						36			36
Santa Maria Das Barreiras	30 a 36	29	28	29 a 36	28		29 a 36	28	
Santa Maria Do Pará			36		36			36	
Santana Do Araguaia	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Santarém	36	35	32 a 34	33 a 36	32	31	32 a 36		31
Santarém Novo						36			36
Santo Antônio Do Tauá			36		36			36	

São Caetano De Odivelas			36		36			36	
São Domingos Do Araguaia	33 a 36	32		32 a 36	31		32 a 36	31	30
São Domingos Do Capim		36	35	36	35	34	36	35	34
São Félix Do Xingu	30 a 36	29	28	29 a 36	28		28 a 36		
São Francisco Do Pará			36		36			36	
São Geraldo Do Araguaia	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
São João Da Ponta			36		36			36	
São João De Pirabas						36			36
São João Do Araguaia	34 a 36	32 a 33		32 a 36	31		32 a 36	31	
São Miguel Do Guamá		36			36			36	35
Sapucaia	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Senador José Porfírio	36	35	34	34 a 36	32 a 33	31	34 a 36	32 a 33	31
Tailândia	36	35	34	35 a 36	33 a 34	32	34 a 36	33	32
Terra Alta			36		36			36	
Terra Santa	36	35	32 a 34	32 a 36		31	32 a 36	31	
Tomé-Açu	36	35		35 a 36	34	32 a 33	35 a 36	34	32 a 33
Tracuateua						36			36
Trairão	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28

Tucumã	30 a 36	29	28	28 a 36			28 a 36		
Tucuruí	35 a 36	34	33	34 a 36	32 a 33	31	34 a 36	32 a 33	31
Ulianópolis	36	35	34	35 a 36	34	33	35 a 36	34	32 a 33
Uruará	36	35	32 a 34	34 a 36	32 a 33	31	34 a 36	32 a 33	31
Vigia			36		36			36	
Viseu						36			36
Vitória Do Xingu	36	35	34	35 a 36	33 a 34	31 a 32	35 a 36	33 a 34	31 a 32
Xinguara	31 a 36	29 a 30		29 a 36		28	29 a 36	28	

PORTARIA Nº 38, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Tocantins, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 80$ dias); Grupo II ($80 \text{ dias} \leq n \leq 95$ dias); e Grupo III ($n > 95$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ^{3} 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Nota:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGROP. TERRA ALTA: TAA Bola Cheia, TAA GOL e TAA Marhe;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: Jalo Precoce, BRS Radiante, BRSMG Realce, BRS Ártico, BRS FS305, BRS FC104, BRS FS308, BRS FC310 e BRS FS212;

IAC: IAC Formoso, IAC Harmonia e IAC Imperador.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9, ANFc 5 e ANfp 110;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRSMG Uai, BRS Sublime, Emgopa 201 (Ouro), Pérola, BRS VALENTE, BRS Timbó, BRS Grafite, BRS Requinte, BRS Pontal, BRS Horizonte, BRS 7762, BRS 9435 Cometa, BRS Esplendor, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS Ametista, BRS 10408, BRS Esteio, BRS FC402, BRS FP403, BRS FC406, BRS FC409 e BRS FS311;

IAC: IAC Alvorada.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abreulândia	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Aguiarnópolis		33 a 36	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Aliança Do Tocantins	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29

Almas	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Alvorada	31 a 36		30	31 a 36	30		30 a 36		29
Ananás	34 a 36	33	32	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36		30
Angico	34 a 36	33	32	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36		30
Aparecida Do Rio Negro	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Aragominas	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Araguacema	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Araguaçu	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		29
Araguaína	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Araguanã	33 a 36	32	30 a 31	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Araguatins	34 a 36	33	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Arapoema	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Arraias	31 a 32	33 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Augustinópolis	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32		33 a 36	32	31
Aurora Do Tocantins		31 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Axixá Do Tocantins	36	34 a 35	33	33 a 36	32		33 a 36	32	31
Babaçulândia	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Bandeirantes Do Tocantins	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Barra Do Ouro	32 a 36	31	30	30 a 36		29	30 a 36	29	
Barrolândia	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Bernardo Sayão	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Bom Jesus Do Tocantins	31 a 36	30	29	29 a 36			29 a 36		28
Brasilândia Do Tocantins	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Brejinho De Nazaré	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Buriti Do Tocantins	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32		33 a 36	32	31
Cachoeirinha	36	33 a 35	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Campos Lindos	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Cariri Do Tocantins	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Carmolândia	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Carrasco Bonito	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32		33 a 36	32	
Caseara	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Centenário	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Chapada Da Natividade	31 a 36		30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
Chapada De Areia	30 a 36		29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Colinas Do Tocantins	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Colméia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Combinado		31 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Conceição Do Tocantins	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Couto Magalhães	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Cristalândia	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Crixás Do Tocantins	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Darcinópolis	34 a 36	33	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Dianópolis	31 a 34	35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	
Divinópolis Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Dois Irmãos Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Dueré	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Esperantina	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	32	31	32 a 36		31
Fátima	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Figueirópolis	31 a 36		30	31 a 36	30		30 a 36		29
Filadélfia	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Formoso Do Araguaia	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Fortaleza Do Tabocão	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Goianorte	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Goiatins	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Guaraí	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Gurupi	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Ipueiras	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Itacajá	31 a 36	30	29	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Itaguatins	36	33 a 35		33 a 36		32	33 a 36	32	31
Itapiratins	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Itaporã Do Tocantins	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Jaú Do Tocantins	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Juarina	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Lagoa Da Confusão	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Lagoa Do Tocantins	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Lajeado	30 a 36		29	30 a 36	29		29 a 36		
Lavandeira		31 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Lizarda	31 a 36			31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
Luzinópolis	34 a 36	33	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Marianópolis Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Mateiros	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Maurilândia Do Tocantins	36	33 a 35		33 a 36	32	31	33 a 36	31 a 32	
Miracema Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Miranorte	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Monte Do Carmo	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Monte Santo Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Muricilândia	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Natividade	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Nazaré	34 a 36	33	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Nova Olinda	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Nova Rosalândia	30 a 36			30 a 36	29		30 a 36	29	28
Novo Acordo	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	
Novo Alegre	31	32 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Novo Jardim	32	31 + 33 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Oliveira De Fátima	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Palmas	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Palmeirante	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28

Palmeiras Do Tocantins	34 a 36	33	32	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36		30
Palmeirópolis	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Paraíso Do Tocantins	30 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Paranã	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Pau D'Arco	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Pedro Afonso	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Peixe	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Pequizeiro	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Pindorama Do Tocantins	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Piraquê	33 a 36	32	30 a 31	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Pium	30 a 36		29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Ponte Alta Do Bom Jesus	32	31 + 33 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Ponte Alta Do Tocantins	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Porto Alegre Do Tocantins	31 a 34	35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	
Porto Nacional	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Praia Norte	36	34 a 35	33	33 a 36		32	33 a 36	32	
Presidente Kennedy	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Pugmil	30 a 36			30 a 36	29		30 a 36	29	28
Recursolândia	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Riachinho	34 a 36	33	32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Rio Da Conceição	32 a 34	31 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Rio Dos Bois	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Rio Sono	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Sampaio	36	34 a 35	33	33 a 36	32		33 a 36	32	
Sandolândia	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		29
Santa Fé Do Araguaia	33 a 36	30 a 32	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Santa Maria Do Tocantins	31 a 36	30	29	29 a 36			29 a 36		28
Santa Rita Do Tocantins	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Santa Rosa Do Tocantins	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Santa Tereza Do Tocantins	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Santa Terezinha Do Tocantins	34 a 36	33	32	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36		30
São Bento Do Tocantins	34 a 36	33	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
São Félix Do Tocantins	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	
São Miguel Do Tocantins	36	34 a 35	33	33 a 36		32	33 a 36	32	
São Salvador Do Tocantins	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
São Sebastião Do Tocantins	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32		33 a 36	32	31
São Valério	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Silvanópolis	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Sítio Novo Do Tocantins	36	34 a 35	33	33 a 36		32	33 a 36	32	31
Sucupira	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Taguatinga	32	31 + 33 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Taipas Do Tocantins	31 a 33	34 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	
Talismã	31 a 36		30	31 a 36	30		30 a 36		29
Tocantínia	30 a 36		29	29 a 36			29 a 36		28
Tocantinópolis		33 a 36		33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Tupirama	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Tupiratins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Wanderlândia	33 a 36	32	31	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Xambioá	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	30 a 31	29	31 a 36	29 a 30	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abreulândia	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Aguiarnópolis	33 a 36	32	31	32 a 36	31		31 a 36		30
Aliança Do Tocantins	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Almas	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Alvorada	31 a 36		30	31 a 36	30		30 a 36		29
Ananás	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	
Angico	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36		30
Aparecida Do Rio Negro	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Aragominas	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Araguacema	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Araguaçu	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		29
Araguaína	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Araguanã	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Araguatins	34 a 36	33	32	32 a 36	31		32 a 36	31	
Arapoema	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Arraias	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Augustinópolis	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Aurora Do Tocantins	32 a 33	31 + 34 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Axixá Do Tocantins	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Babaçulândia	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Bandeirantes Do Tocantins	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Barra Do Ouro	32 a 36	31	30	30 a 36		29	30 a 36	29	
Barrolândia	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Bernardo Sayão	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Bom Jesus Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36			29 a 36		28
Brasilândia Do Tocantins	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Brejinho De Nazaré	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Buriti Do Tocantins	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Cachoeirinha	33 a 36	32		32 a 36	31		32 a 36	31	
Campos Lindos	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Cariri Do Tocantins	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29

Carmolândia	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Carrasco Bonito	35 a 36	34	33	33 a 36	32		33 a 36	32	31
Caseara	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Centenário	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Chapada Da Natividade	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Chapada De Areia	30 a 36		29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Colinas Do Tocantins	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Colméia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Combinado	32 a 33	31 + 34 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Conceição Do Tocantins	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Couto Magalhães	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Cristalândia	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Crixás Do Tocantins	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Darcinópolis	33 a 36	31 a 32		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Dianópolis	31 a 36			31 a 36		30	31 a 36	30	
Divinópolis Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Dois Irmãos Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Dueré	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Esperantina	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Fátima	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Figueirópolis	31 a 36		30	31 a 36	30		30 a 36		29
Filadélfia	31 a 36		30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Formoso Do Araguaia	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Fortaleza Do Tabocão	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Goianorte	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Goiatins	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Guaraí	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Gurupi	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Ipueiras	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Itacajá	31 a 36	30	29	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Itaguatins	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Itapiratins	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Itaporã Do Tocantins	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Jaú Do Tocantins	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Juarina	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Lagoa Da Confusão	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Lagoa Do Tocantins	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Lajeado	30 a 36		29	30 a 36	29		29 a 36		
Lavandeira	32 a 33	31 + 34 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Lizarda	31 a 36			31 a 36	30		31 a 36	30	29
Luzinópolis	33 a 36	32	31	32 a 36	31		31 a 36		30
Marianópolis Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Mateiros	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36		30
Maurilândia Do Tocantins	34 a 36	33	32	32 a 36	31		32 a 36	31	
Miracema Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Miranorte	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Monte Do Carmo	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Monte Santo Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Muricilândia	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Natividade	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Nazaré	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30	31 a 36		30
Nova Olinda	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Nova Rosalândia	30 a 36			30 a 36	29		30 a 36	29	28
Novo Acordo	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	
Novo Alegre	31 a 33	34 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Novo Jardim	32 a 33	31 + 34 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Oliveira De Fátima	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Palmas	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Palmeirante	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Palmeiras Do Tocantins	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36		30
Palmeirópolis	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Paraíso Do Tocantins	30 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Paranã	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Pau D'Arco	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Pedro Afonso	30 a 36		29	29 a 36			29 a 36		28
Peixe	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Pequizeiro	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Pindorama Do Tocantins	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	29

Piraquê	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Pium	30 a 36		29	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Ponte Alta Do Bom Jesus	32 a 33	31 + 34 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Ponte Alta Do Tocantins	31 a 36		30	31 a 36	30		30 a 36		29
Porto Alegre Do Tocantins	31 a 36			31 a 36		30	31 a 36	30	
Porto Nacional	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Praia Norte	35 a 36	34	33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Presidente Kennedy	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Pugmil	30 a 36			30 a 36	29		30 a 36	29	28
Recursolândia	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Riachinho	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Rio Da Conceição	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36		30
Rio Dos Bois	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Rio Sono	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Sampaio	35 a 36	34	33	33 a 36	32		33 a 36	32	31
Sandolândia	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Santa Fé Do Araguaia	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Santa Maria Do Tocantins	31 a 36	30	29	30 a 36	29		29 a 36		28

Santa Rita Do Tocantins	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Santa Rosa Do Tocantins	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Santa Tereza Do Tocantins	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Santa Terezinha Do Tocantins	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30	31 a 36		30
São Bento Do Tocantins	33 a 36	32	31	32 a 36	31		32 a 36	31	
São Félix Do Tocantins	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	
São Miguel Do Tocantins	35 a 36	34	33	33 a 36	32		33 a 36	32	31
São Salvador Do Tocantins	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
São Sebastião Do Tocantins	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
São Valério	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Silvanópolis	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Sítio Novo Do Tocantins	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Sucupira	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Taguatinga	31 a 33	34 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Taipas Do Tocantins	31 a 36			31 a 36		30	31 a 36	30	
Talismã	31 a 36		30	31 a 36	30		30 a 36		29
Tocantínia	30 a 36		29	29 a 36			29 a 36		28
Tocantinópolis	33 a 36	32		32 a 36	31		32 a 36	31	
Tupirama	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Tupiratins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Wanderlândia	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Xambioá	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abreulândia	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Aguiarnópolis	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31		31 a 36		30
Aliança Do Tocantins	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Almas	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Alvorada	31 a 32 + 36	33 a 35	30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Ananás	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Angico	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36		30
Aparecida Do Rio Negro	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Aragominas	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	28
Araguacema	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Araguaçu	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		29
Araguaína	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Araguanã	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Araguatins	34 a 36	32 a 33		32 a 36	31		32 a 36	31	
Arapoema	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Arraias	31	32 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Augustinópolis	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Aurora Do Tocantins	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36		30
Axixá Do Tocantins	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	32	31	32 a 36		31
Babaçulândia	32 a 36	31	30	30 a 36		29	30 a 36	29	
Bandeirantes Do Tocantins	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Barra Do Ouro	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	
Barrolândia	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Bernardo Sayão	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Bom Jesus Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Brasilândia Do Tocantins	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Brejinho De Nazaré	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Buriti Do Tocantins	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Cachoeirinha	33 a 36	32		32 a 36	31		32 a 36	31	
Campos Lindos	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Cariri Do Tocantins	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Carmolândia	31 a 36		30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Carrasco Bonito	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Caseara	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Centenário	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Chapada Da Natividade	31 a 36		30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
Chapada De Areia	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Colinas Do Tocantins	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Colméia	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Combinado	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36		30
Conceição Do Tocantins	31 a 32 + 36	33 a 35	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Couto Magalhães	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Cristalândia	30 a 36			30 a 36	29		30 a 36	29	
Crixás Do Tocantins	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Darcinópolis	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Dianópolis	31 a 32	33 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	

Divinópolis Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Dois Irmãos Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Dueré	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Esperantina	35 a 36	33 a 34	32	32 a 36		31	32 a 36	31	
Fátima	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Figueirópolis	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Filadélfia	31 a 36		30	30 a 36	29		30 a 36	29	
Formoso Do Araguaia	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Fortaleza Do Tabocão	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Goianorte	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Goiatins	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Guaraí	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Gurupi	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Ipueiras	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Itacajá	31 a 36	30	29	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Itaguatins	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Itapiratins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Itaporã Do Tocantins	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Jaú Do Tocantins	31 a 32 + 36	33 a 35	30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Juarina	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	
Lagoa Da Confusão	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	

Lagoa Do Tocantins	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Lajeado	30 a 36		29	30 a 36	29		29 a 36		
Lavandeira	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36		30
Lizarda	31 a 36			31 a 36	30		31 a 36	30	29
Luzinópolis	33 a 36	32	31	32 a 36	31		31 a 36		30
Marianópolis Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Mateiros	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36		30
Maurilândia Do Tocantins	34 a 36	33	32	32 a 36	31		32 a 36	31	
Miracema Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Miranorte	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Monte Do Carmo	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Monte Santo Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Muricilândia	31 a 36	30	29	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Natividade	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Nazaré	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36		30
Nova Olinda	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36		28
Nova Rosalândia	30 a 36			30 a 36	29		30 a 36	29	28
Novo Acordo	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	
Novo Alegre	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36		30
Novo Jardim	32	31 + 33 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Oliveira De Fátima	30 a 36			30 a 36	29		30 a 36	29	
Palmas	30 a 36			30 a 36	29		30 a 36	29	
Palmeirante	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Palmeiras Do Tocantins	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36		30
Palmeirópolis	31 a 32 + 36	33 a 35	30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Paraíso Do Tocantins	30 a 36		29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Paranã	31 + 36	32 a 35	30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Pau D'Arco	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Pedro Afonso	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Peixe	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Pequizeiro	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36	28	
Pindorama Do Tocantins	31 a 36		30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Piraquê	32 a 36	31	30	30 a 36		29	30 a 36	29	
Pium	30 a 36		29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Ponte Alta Do Bom Jesus	31 a 32	33 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Ponte Alta Do Tocantins	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Porto Alegre Do Tocantins	31 a 36			31 a 36		30	31 a 36	30	
Porto Nacional	30 a 36			30 a 36	29		30 a 36	29	
Praia Norte	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Presidente Kennedy	30 a 36	29		29 a 36		28	29 a 36		28
Pugmil	30 a 36			30 a 36	29		30 a 36	29	28
Recursolândia	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Riachinho	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Rio Da Conceição	32	31 + 33 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Rio Dos Bois	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Rio Sono	31 a 36	30		30 a 36	29		30 a 36	29	
Sampaio	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32		33 a 36	32	31
Sandolândia	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Santa Fé Do Araguaia	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Santa Maria Do Tocantins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Santa Rita Do Tocantins	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Santa Rosa Do Tocantins	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36		29
Santa Tereza Do Tocantins	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36	29	
Santa Terezinha Do Tocantins	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36		30
São Bento Do Tocantins	33 a 36	32	31	32 a 36	31		32 a 36	31	30
São Félix Do Tocantins	31 a 36			31 a 36		30	31 a 36	30	
São Miguel Do Tocantins	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
São Salvador Do Tocantins	31 a 32 + 36	33 a 35	30	31 a 36	30		31 a 36	30	29
São Sebastião Do Tocantins	35 a 36	33 a 34	32	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
São Valério	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Silvanópolis	31 a 36	30		30 a 36		29	30 a 36		29
Sítio Novo Do Tocantins	35 a 36	34	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	32	31
Sucupira	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36		29
Taguatinga	31	32 a 36		31 a 36		30	31 a 36		30
Taipas Do Tocantins	31 a 32	33 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	
Talismã	31 a 36		30	31 a 36	30		30 a 36		29
Tocantínia	30 a 36		29	29 a 36			29 a 36		28
Tocantinópolis	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31		32 a 36	31	
Tupirama	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Tupiratins	30 a 36		29	29 a 36		28	29 a 36		28
Wanderlândia	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Xambioá	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	

PORTARIA Nº 39, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado do Espírito Santo, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1.NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 80$ dias); Grupo II ($80 \text{ dias} \leq n \leq 95$ dias); e Grupo III ($n > 95$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ³ 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Nota:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGROP. TERRA ALTA: TAA Bola Cheia, TAA GOL e TAA Marhe;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRS Radiante, BRSMG Realce, BRS Ártico, BRS FS305, BRS FC104, BRS FS308, BRS FC310 e BRS FS212.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9, ANFc 5 e ANfp 110;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRSMG Uai, BRS Sublime, Emgopa 201 (Ouro), Rudá, Xamego, Pérola, BRS Campeiro, BRS VALENTE, BRS Requinte, BRS Pontal, BRS Pitanga, BRSMG Majestoso, BRS 9435 Cometa, BRS Esplendor, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS Ametista, BRS 10408, BRS Esteio, BRS FC402, BRS FP403, BRS FC406, BRS FC409 e BRS FS311.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não existem cultivares de feijão indicadas para o cultivo no Estado do Espírito Santo, com enquadramento no grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.
2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Afonso Cláudio	31 a 32	28 a 30	27 + 33	30 a 33	28 a 29 + 34	27	30 a 34	27 a 29	35
Águia Branca			31		31 a 32	29 a 30 + 33	31 a 32	33	34 + 29 a 30
Água Doce Do Norte			31		31	30 + 32 a 33	31	32 a 33	34 + 30
Alegre	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	28 a 33	27 + 34	35	28 a 34	27 + 35	
Alfredo Chaves	30 a 31	28 a 29 + 32	27 + 33	28 a 32	27 + 33	34	28 a 33	27 + 34	35
Alto Rio Novo			31	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Anchieta		28 a 31		28 a 31	32	33 + 27	28 a 32	27 + 33	34
Apiacá	31	28 a 30 + 32	27 + 33	28 a 32	27 + 33	34	29 a 33	27 a 28 + 34	35
Aracruz			30 a 31		28 a 32	33	30 a 32	28 a 29 + 33	34
Atilio Vivacqua		28 a 31	27 + 32	28 a 32	27	33 a 34	28 a 33	27 + 34	35
Baixo Guandu		31 a 32	30	31 a 32	30 + 33	29 + 34	31 a 33	30	29 + 34
Barra De São Francisco			31		31	29 a 30 + 32 a 33	31	32 a 33	34 + 29 a 30
Boa Esperança					31	29 a 30		30 a 32	29 + 33
Bom Jesus Do Norte	31	28 a 30 + 32	27 + 33	29 a 32	27 a 28 + 33	34	29 a 33	27 a 28 + 34	35
Brejetuba	31 a 32	30 + 33	27 a 29 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27	30 a 34	27 a 29	35
Cachoeiro De Itapemirim	30 a 31	28 a 29 + 32	27 + 33	28 a 32	27 + 33	34	28 a 33	27 + 34	35
Cariacica		30 a 31	28 a 29 + 32	29 a 31	28 + 32	27 + 33	28 a 32	33	34 + 27
Castelo	28 a 32	33	34 + 27	28 a 33	27 + 34	35	27 a 34		26 + 35
Colatina		31	30 + 32	31	30 + 32	29 + 33 a 34	31 a 32	30 + 33	29 + 34
Conceição Da Barra					30	29 + 31		29 a 31	28 + 32
Conceição Do Castelo	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	28 a 33	27 + 34	35	28 a 34	27	35
Divino De São Lourenço	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	28 a 33	27 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	
Domingos Martins	30 a 32	28 a 29	27 + 33	28 a 33	27 + 34		28 a 34	27	35
Dores Do Rio Preto	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	
Ecoporanga			31		31	29 a 30 + 32	31	32	33 + 29 a 30
Fundão		31	28 a 30	31	28 a 30 + 32	33	30 a 32	28 a 29 + 33	34
Governador Lindenberg			31		31 a 32	29 a 30 + 33	31 a 32	33	34 + 29 a 30

Guaçuí	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	28 a 33	27 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	
Guarapari		28 a 31		28 a 31	32	33 + 27	28 a 32	27 + 33	34
Ibatiba	31 a 32	28 a 30 + 33	27 + 34	30 a 33	27 a 29 + 34	35	30 a 34	28 a 29 + 35	27
Ibiraçu		31	30	31	29 a 30 + 32	28 + 33	31 a 32	28 a 30 + 33	34
Ibitirama	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	28 a 33	27 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	
Iconha		28 a 31	27 + 32	28 a 32	27	33	28 a 32	27 + 33	34
Irupi	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	
Itaguaçu		31	30 + 32	31 a 32	30 + 33	29 + 34	31 a 33	30 + 34	29
Itapemirim		28 a 31		28 a 31	32	33 + 27	28 a 32	27 + 33	34
Itarana	31	30 + 32	28 a 29 + 33	31 a 32	29 a 30 + 33	28 + 34	30 a 33	29 + 34	27 a 28
Iúna	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	
Jaguaré			30		30 a 31	28 a 29		29 a 32	28 + 33
Jerônimo Monteiro	30 a 32	28 a 29	27 + 33	28 a 33	27 + 34		28 a 33	27 + 34	35
João Neiva			30 a 31	31	29 a 30 + 32	28 + 33	31 a 32	29 a 30 + 33	28 + 34
Laranja Da Terra	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	28 a 29 + 34	31 a 33	29 a 30 + 34	27 a 28 + 35
Linhares			30 a 31		29 a 31	28 + 32 a 33	31	28 a 30 + 32 a 33	34
Mantenópolis			31	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Marataízes			28 a 31		28 a 31	27 + 32	28 a 32	27	33
Marechal Floriano	30 a 31	28 a 29 + 32	27 + 33	28 a 32	33	34 + 27	28 a 33	27 + 34	35
Marilândia			30 a 31	31	30 + 32	29 + 33	31 a 32	30 + 33	28 a 29 + 34

Mimoso Do Sul	31	28 a 30 + 32	27	28 a 32	27 + 33	34	28 a 33	27 + 34	35
Montanha			30		30	29 + 31		30 a 31	29 + 32 a 33
Mucurici					30	29 + 31		30 a 31	29 + 32 a 33
Muniz Freire	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	28 a 33	27 + 34	35	28 a 34	27 + 35	
Muqui	31	28 a 30 + 32	27 + 33	28 a 32	27 + 33	34	28 a 33	27 + 34	35
Nova Venécia					31	29 a 30 + 32 a 33	31	32 a 33	34 + 29 a 30
Pancas			31	31	32	33 + 29 a 30	31 a 32	33	34 + 29 a 30
Pedro Canário			30		30	29 + 31		29 a 31	28 + 32
Pinheiros			30		30	29 + 31		30 a 31	28 a 29 + 32 a 33
Piúma		30	28 a 29 + 31	28 a 31	32	27	28 a 32	27	33 a 34
Ponto Belo					31	29 a 30		31 a 32	29 a 30 + 33
Presidente Kennedy		30 a 31	28 a 29	28 a 31	32	33 + 27	28 a 32	27 + 33	34
Rio Bananal			30 a 31		31	28 a 30 + 32 a 33	31	30 + 32 a 33	28 a 29 + 34
Rio Novo Do Sul		28 a 31	27 + 32	28 a 32	27	33	28 a 32	27 + 33	34
Santa Leopoldina		30 a 31	28 a 29 + 32	29 a 32	28	27 + 33 a 34	28 a 33	34	27
Santa Maria De Jetibá	31	28 a 30 + 32	33	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	29 a 33	28 + 34	27 + 35
Santa Teresa		31	28 a 30 + 32	31 a 32	29 a 30 + 33	28 + 34	31 a 33	29 a 30 + 34	28
São Domingos Do Norte			31		31 a 32	29 a 30 + 33	31 a 32	33	34 + 29 a 30
São Gabriel Da Palha					31	29 a 30 + 32 a 33	31	32 a 33	34 + 29 a 30
São José Do Calçado	31 a 32	28 a 30	27 + 33	28 a 33	27 + 34	35	29 a 34	27 a 28	35
São Mateus			30		30	29 + 31		29 a 32	28 + 33
São Roque Do Canaã		31	30 + 32	31 a 32	30	29 + 33 a 34	31 a 33	30	28 a 29 + 34
Serra		30	28 a 29 + 31	30 a 31	28 a 29 + 32	33	28 a 32	33	34 + 27
Sooretama			30		30 a 31	28 a 29 + 32		29 a 32	28 + 33 a 34
Vargem Alta	29 a 31	28 + 32	27 + 33	28 a 32	27 + 33	34	28 a 33	27 + 34	26 + 35
Venda Nova Do Imigrante	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	28 a 33	27 + 34	35	28 a 34	27	35
Viana		29 a 31	28 + 32	28 a 31	32	33 + 27	28 a 32	33	34 + 27
Vila Pavão					31	29 a 30 + 32	31	32	33 a 34 + 29 a 30
Vila Valério			30		31	29 a 30 + 32	31	30 + 32	28 a 29 + 33 a 34
Vila Velha		30	28 a 29 + 31		28 a 32	27	28 a 32		27 + 33
Vitória		30	28 a 29 + 31	30	28 a 29 + 31 a 32		28 a 32		27 + 33

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Afonso Cláudio	30 a 32	29	27 a 28 + 33	29 a 33	27 a 28	34	30 a 33	27 a 29 + 34	35
Águia Branca			31		31 a 32	29 a 30 + 33	31 a 32		29 a 30 + 33
Água Doce Do Norte			31		31	29 a 30 + 32	31	32	33 + 29 a 30
Alegre	30 a 32	27 a 29 + 33		28 a 33	27 + 34	26 + 35	28 a 34	27 + 35	26
Alfredo Chaves	28 a 31	27 + 32	33	27 a 32	33	34	27 a 32	33	34 + 26
Alto Rio Novo		31		31	32	33 + 30	31 a 32		29 a 30 + 33 a 34
Anchieta		27 a 31		27 a 31	32	33	27 a 32		26 + 33 a 34
Apiacá	31	27 a 30 + 32	33	28 a 32	27 + 33	34	28 a 33	27 + 34	26 + 35
Aracruz		31	27 a 30	31	27 a 30 + 32	33	31	27 a 30 + 32	33 a 34
Atilio Vivacqua	30 a 31	27 a 29	32	27 a 31	32	33	27 a 32	33	34 a 35 + 26
Baixo Guandu	31		30 + 32	31 a 32	30	29 + 33	31 a 32	30 + 33	29 + 34
Barra De São Francisco			31		31	29 a 30 + 32	31	32	33 + 29 a 30
Boa Esperança					30 a 31	29		30 a 32	28 a 29 + 33
Bom Jesus Do Norte	31	27 a 30 + 32	33	29 a 32	27 a 28 + 33	34	29 a 33	27 a 28 + 34	35
Brejetuba	31 a 32	30 + 33	27 a 29	30 a 33	27 a 29	34	30 a 33	27 a 29 + 34	35
Cachoeiro De Itapemirim	28 a 31	27 + 32	33	27 a 32	33	34 + 26	27 a 33	34	35 + 26
Cariacica		27 a 31		27 a 31	32	33	27 a 32	33	34
Castelo	28 a 32	27 + 33		27 a 33		26 + 34	27 a 33	26 + 34	35
Colatina		31	30 + 32	31	30 + 32	29 + 33	31 a 32	30 + 33	29 + 34
Conceição Da Barra					30	28 a 29 + 31		29 a 31	27 a 28 + 32
Conceição Do Castelo	30 a 32	27 a 29 + 33		28 a 33	27 + 34	26	28 a 33	27 + 34	26 + 35
Divino De São Lourenço	30 a 32	27 a 29 + 33	34	28 a 33	27 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	
Domingos Martins	30 a 31	27 a 29 + 32	33	27 a 32	33	34	27 a 33	34	35 + 26
Dores Do Rio Preto	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	
Ecoporanga			31		31	29 a 30 + 32	31	32	33 + 29 a 30
Fundão		31	27 a 30	31	27 a 30 + 32	33	31 a 32	27 a 30 + 33	34
Governador Lindenberg			31	31	32	33 + 29 a 30	31 a 32		29 a 30 + 33 a 34
Guaçuí	30 a 32	27 a 29 + 33	34	28 a 33	27 + 34	26 + 35	28 a 34	27 + 35	26
Guarapari		27 a 31		27 a 31	32	33	27 a 31	32	33 a 34
Ibatiba	30 a 32	33	27 a 29	29 a 33	27 a 28 + 34		30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35

Ibiraçu		31	27 a 30 + 32	31	28 a 30 + 32	27 + 33	31 a 32	27 a 30 + 33	34
Ibitirama	30 a 32	27 a 29 + 33	34	28 a 33	27 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	
Iconha	30	27 a 29 + 31	32	27 a 31	32	33	27 a 32	33	34 + 26
Irupi	30 a 32	29 + 33	27 a 28	29 a 33	27 a 28 + 34		29 a 34	28 + 35	27
Itaguaçu	31		30 + 32	31 a 32	30	29 + 33	31 a 32	30 + 33	29 + 34
Itapemirim		27 a 31		27 a 31	32	33	27 a 32		26 + 33 a 34
Itarana	31	30 + 32	33	31 a 32	29 a 30 + 33	27 a 28 + 34	31 a 33	29 a 30	27 a 28 + 34
Iúna	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	
Jaguaré			30		29 a 31	27 a 28		29 a 31	27 a 28 + 32 a 33
Jerônimo Monteiro	30 a 31	27 a 29 + 32	33	28 a 32	27 + 33	26 + 34	28 a 33	27 + 34	26 + 35
João Neiva		31	30 + 32	31	29 a 30 + 32	27 a 28 + 33	31 a 32	29 a 30 + 33	27 a 28 + 34
Laranja Da Terra	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	27 a 29 + 34	31 a 33	30 + 34	27 a 29
Linhares			28 a 31		28 a 31	27 + 32 a 33	31	28 a 30 + 32	27 + 33
Mantenópolis			31	31	32	33 + 30	31 a 32		29 a 30 + 33
Marataízes		27 a 30	31	27 a 29	30 a 31	32	27 a 31	32	33
Marechal Floriano	30 a 31	27 a 29 + 32	33	27 a 32	33	34	27 a 33		26 + 34
Marilândia		31	30	31	30 + 32	29 + 33	31 a 32	29 a 30 + 33	34
Mimoso Do Sul	31	27 a 30	32	28 a 32	27 + 33	34	28 a 32	27 + 33 a 34	26 + 35
Montanha			30		30	27 a 29 + 31		30 a 31	27 a 29 + 32
Mucurici			30		30	29 + 31		30 a 31	28 a 29 + 32
Muniz Freire	30 a 32	27 a 29 + 33		28 a 33	27 + 34	26	29 a 34	27 a 28	26 + 35
Muqui	30 a 31	27 a 29 + 32		28 a 32	27 + 33	26 + 34	28 a 32	27 + 33 a 34	26 + 35
Nova Venécia			31		31	29 a 30 + 32	31	32	33 + 29 a 30
Pancas		31		31	32	33 + 29 a 30	31 a 32	33	34 + 29 a 30
Pedro Canário			30		30	27 a 29 + 31		29 a 31	27 a 28 + 32
Pinheiros			30		30	27 a 29 + 31		29 a 31	27 a 28 + 32
Piúma		27 a 31		27 a 31		32	27 a 31	32	33 a 34 + 26
Ponto Belo					31	29 a 30		31 a 32	28 a 30 + 33
Presidente Kennedy		27 a 31		28 a 31	27 + 32		27 a 32		33 a 34
Rio Bananal			30 a 31		30 a 31	27 a 29 + 32 a 33	31	29 a 30 + 32	28 + 33
Rio Novo Do Sul	30 a 31	27 a 29	32	27 a 31	32	33	27 a 32	33	34 + 26
Santa Leopoldina		27 a 31	32	28 a 31	27 + 32	33	27 a 32	33	34
Santa Maria De Jetibá	31	28 a 30 + 32	27 + 33	30 a 32	27 a 29 + 33	34	30 a 33	27 a 29 + 34	
Santa Teresa	31		27 a 30 + 32	31 a 32	29 a 30	27 a 28 + 33	31 a 32	29 a 30 + 33	27 a 28 + 34
São Domingos Do Norte			31	31	32	33 + 29 a 30	31 a 32		29 a 30 + 33 a 34
São Gabriel Da Palha			31		31	29 a 30 + 32	31	32	33 + 29 a 30
São José Do Calçado	30 a 31	27 a 29 + 32	33	28 a 33	27	26 + 34	28 a 33	27 + 34	26 + 35
São Mateus			30		30 a 31	27 a 29		29 a 31	27 a 28 + 32 a 33
São Roque Do Canaã		31	30 + 32	31 a 32	30	27 a 29 + 33	31 a 32	29 a 30 + 33	27 a 28 + 34
Serra		28 a 31	27	29 a 31	27 a 28 + 32	33	28 a 31	27 + 32	33 a 34
Sooretama			30		30 a 31	27 a 29 + 32	31	29 a 30 + 32	27 a 28 + 33
Vargem Alta	28 a 31	27 + 32	33	27 a 32	33	34 + 26	27 a 33	34	35 + 26
Venda Nova Do Imigrante	30 a 32	27 a 29 + 33		28 a 33	27	26 + 34	28 a 33	27 + 34	26 + 35
Viana		27 a 31		27 a 31	32	33	27 a 32	33	34
Vila Pavão			31		31	29 a 30 + 32	31	32	33 + 29 a 30
Vila Valério			31		30 a 31	29 + 32	31	29 a 30 + 32	33
Vila Velha		27 a 31		27 a 31		32	27 a 31	32	33
Vitória		28 a 31	27	28 a 31	27	32	27 a 31	32	33

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Afonso Cláudio		28 a 31	27 + 32	29 a 31	27 a 28 + 32	33	29 a 32	27 a 28 + 33	34
Água Doce Do Norte						30 a 31		31	30 + 32
Águia Branca						29 a 31		31	29 a 30 + 32
Alegre	30 a 31	27 a 29	32	28 a 32	27	26 + 33	28 a 32	27 + 33	26 + 34 a 35
Alfredo Chaves	28 a 30	27	26 + 31	27 a 31	26	32	27 a 31	26 + 32	25 + 33
Alto Rio Novo					31	30	31		30 + 32
Anchieta		27 a 29	26 + 30	27 a 30	26	31	27 a 31	26	32
Apiacá		27 a 30	31	28 a 31	27 + 32	26	28 a 32	27	26 + 33
Aracruz			27 a 30		27 a 30	31	30	27 a 29 + 31	26 + 32
Atilio Vivacqua		27 a 30	26 + 31	27 a 30	26 + 31	32	27 a 31	26 + 32	33
Baixo Guandu			30 a 31	31	30	29 + 32	31	30 + 32	29 + 33
Barra De São Francisco						30 a 31		31	29 a 30 + 32
Boa Esperança						27 a 30		30	27 a 29 + 31
Bom Jesus Do Norte		27 a 31		29 a 31	27 a 28 + 32	26	29 a 32	27 a 28	26 + 33
Brejetuba	31	28 a 30	27 + 32	30 a 32	27 a 29	33	30 a 32	27 a 29 + 33	34

Cachoeiro De Itapemirim	28 a 30	27 + 31	26	27 a 31	26 + 32		27 a 32	26 + 33	25
Cariacica		27 a 28	29 a 30	27 a 30	31	26	27 a 31	26	32
Castelo	28 a 30	27 + 31	26 + 32	27 a 32	26	33	27 a 32	26 + 33	25 + 34 a 35
Colatina			30		30 a 31	27 a 29 + 32	31	30 + 32	29 + 33
Conceição Da Barra						27 a 29		29	27 a 28 + 30 a 31
Conceição Do Castelo	28 a 31	27	26 + 32	28 a 32	27	26 + 33	28 a 32	27 + 33	26 + 34 a 35
Divino De São Lourenço	30 a 31	27 a 29 + 32		29 a 32	27 a 28 + 33		28 a 32	27 + 33	34 a 35
Domingos Martins	28 a 30	27 + 31	26 + 32	27 a 31	26 + 32	33	27 a 32	26 + 33	25 + 34
Dores Do Rio Preto	30 a 31	27 a 29 + 32		29 a 32	27 a 28 + 33		29 a 32	27 a 28 + 33 a 34	35
Ecoporanga						29 a 31		31	29 a 30 + 32
Fundão			27 a 30		27 a 31	26 + 32	30 a 31	27 a 29 + 32	26
Governador Lindenberg						29 a 31		30 a 31	29 + 32
Guaçuí	30 a 31	27 a 29 + 32		28 a 32	27 + 33	26	28 a 32	27 + 33	26 + 34 a 35
Guarapari		27 a 29	26 + 30	27 a 29	26 + 30	31	27 a 30	26 + 31	32
Ibatiba	30 a 31	28 a 29 + 32	27	30 a 32	27 a 29	33	29 a 32	27 a 28 + 33	34 a 35

Ibiraçu			27 a 30		27 a 31	32	31	29 a 30 + 32	26 a 28 + 33
Ibitirama	30 a 31	27 a 29 + 32		29 a 32	27 a 28 + 33		29 a 32	27 a 28 + 33	34 a 35
Iconha		27 a 30	26	27 a 30	26 + 31		27 a 31	26 + 32	25 + 33
Irupi	30 a 31	28 a 29 + 32	27	29 a 32	27 a 28	33	29 a 32	27 a 28 + 33	34 a 35
Itaguaçu			30 a 31	31	30	29 + 32	31	30 + 32	29 + 33
Itapemirim		27 a 28	26 + 29 a 30	27 a 30	26	31	27 a 31	26	32
Itarana		30	27 a 29 + 31	31	29 a 30 + 32	27 a 28	31	29 a 30 + 32	27 a 28 + 33
Iúna	30 a 31	28 a 29 + 32	27	29 a 32	27 a 28 + 33		29 a 32	27 a 28 + 33	34 a 35
Jaguaré					29	27 a 28 + 30		29 a 30	27 a 28 + 31
Jerônimo Monteiro	30	27 a 29 + 31	26	28 a 31	27 + 32	26 + 33	28 a 32	27 + 33	26 + 34
João Neiva			30		29 a 31	27 a 28 + 32	31	29 a 30 + 32	27 a 28 + 33
Laranja Da Terra		31	30	31	29 a 30 + 32	27 a 28	31 a 32	29 a 30	27 a 28 + 33
Linhares			28		28 a 30	27 + 31		27 a 31	32
Mantenópolis					31	30	31		30 + 32
Marataízes			27 a 30	28	26 a 27 + 29 a 30	31	27 a 30	26 + 31	32
Marechal Floriano	28 a 30	27	26 + 31	27 a 31	26	32	27 a 31	26 + 32	25 + 33
Marilândia			30		30 a 31	27 a 29 + 32	31	30 + 32	29 + 33
Mimoso Do Sul		27 a 30	31	28 a 31	27	26 + 32	28 a 31	27 + 32	26 + 33
Montanha						27 a 30		30	27 a 29 + 31
Mucurici						29 a 30		30	29 + 31
Muniz Freire	30 a 31	27 a 29 + 32		28 a 32	27	26 + 33	28 a 32	27 + 33	26 + 34 a 35
Muqui	30	27 a 29	26 + 31	28 a 31	27	26 + 32	28 a 31	27 + 32	26 + 33
Nova Venécia						29 a 31		30 a 31	29 + 32
Pancas					31	29 a 30	31		29 a 30 + 32
Pedro Canário						27 a 29		29	27 a 28 + 30
Pinheiros						27 a 30		29 a 30	27 a 28 + 31
Piúma		27 a 28	26 + 29 a 30	27 a 29	26 + 30	31	27 a 30	26 + 31	32
Ponto Belo						29 a 30			29 a 31
Presidente Kennedy		27 a 28	26 + 29 a 30	28 a 30	26 a 27	31	27 a 31	26	32
Rio Bananal					29 a 30	27 a 28 + 31		29 a 31	27 a 28 + 32
Rio Novo Do Sul		27 a 30	26	27 a 30	26 + 31	32	27 a 31	26 + 32	25 + 33
Santa Leopoldina		27 a 30	31	27 a 30	31	32 + 26	27 a 31	26 + 32	33
Santa Maria De Jetibá		27 a 31		29 a 31	27 a 28 + 32	26	30 a 32	27 a 29	26 + 33
Santa Teresa			27 a 31	31	29 a 30	27 a 28 + 32	31	29 a 30 + 32	27 a 28 + 33
São Domingos Do Norte						29 a 31		31	29 a 30 + 32
São Gabriel Da Palha						29 a 31		31	29 a 30 + 32
São José Do Calçado	30	27 a 29 + 31	32	28 a 31	27 + 32	26 + 33	28 a 32	27 + 33	26 + 34
São Mateus						27 a 30		29 a 30	27 a 28 + 31
São Roque Do Canaã			30 a 31		29 a 31	27 a 28 + 32	31	30 + 32	27 a 29 + 33
Serra		28	27 + 29 a 30	28	27 + 29 a 30	26 + 31	27 a 30	31	32 + 26
Sooretama					29 a 30	27 a 28 + 31		29 a 31	27 a 28 + 32
Vargem Alta	28 a 30	26 a 27	31	27 a 31	26 + 32		27 a 32	26	25 + 33
Venda Nova Do Imigrante	28 a 31	27	26 + 32	27 a 32	26	33	27 a 32	26 + 33	25 + 34 a 35
Viana		27 a 29	30	27 a 30	31	26	27 a 31	26	32
Vila Pavão						29 a 31		31	29 a 30 + 32
Vila Valério					30	27 a 29 + 31		30 a 31	29 + 32
Vila Velha		27 a 28	29 a 30	28	27 + 29 a 30	26 + 31	27 a 30	26 + 31	32
Vitória		28	27 + 29 a 30	28	27 + 29 a 30	26 + 31	27 a 30	31	32 + 26

PORTARIA Nº 40, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Minas Gerais, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 80$ dias); Grupo II ($80 \text{ dias} \leq n \leq 95$ dias); e Grupo III ($n > 95$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ³ 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Notas:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. Visando a prevenção e controle da mosca-branca, Bemisia tabaci, devem ser observadas as determinações relativas ao vazio sanitário, estabelecidas na Portaria nº 1.537, de 1 de setembro de 2015 do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. (DF, GO e MG)

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 5 e Rajado;

AGROP. TERRA ALTA: TAA Bola Cheia, TAA GOL e TAA Marhe;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: Jalo Precoce, BRS Radiante, BRSMG União, BRSMG Tesouro, BRSMG Realce, BRS Ártico, BRS FS305 e BRS FS308;

IAC: IAC Formoso, IAC Harmonia e IAC Imperador.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9 e ANfp 110;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRS Esteio, Emgopa 201 (Ouro), Diamante Negro, Aporé, Rudá, Pérola, BRS Campeiro, BRS VALENTE, BRSMG Talismã, BRS Timbó, BRS Vereda, BRS Grafite, BRS Requinte, BRS Pontal, BRS 7762, BRS 9435 Cometa, BRSMG Pioneiro, BRS Embaixador, BRS Executivo, BRS Esplendor, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS 10408, BRSMG Uai, BRSMG Majestoso e BRS FP403;

IAC: IAC Alvorada e IAC Diplomata;

IAPAR: Iapar 81.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia Dos Dourados	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Abaeté	31 a 34	30	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Abre Campo	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Acaiaca	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Açucena	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Água Boa	31	32	33	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	35 + 30
Água Comprida	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aguanil	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Águas Formosas						31		31	32 a 33
Águas Vermelhas						31		31	32
Aimorés	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	
Aiuruoca	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alagoa	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Albertina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Além Paraíba	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 36		
Alfenas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alfredo Vasconcelos	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Almenara									31
Alpercata	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Alpinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alterosa	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alto Caparaó	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Alto Jequitibá	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Alto Rio Doce	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Alvarenga	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	
Alvinópolis	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Alvorada De Minas	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Amparo Do Serra	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 34	35 a 36	
Andradas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Andrelândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Angelândia		31	32	31 a 32	33	30	31 a 33		30 + 34
Antônio Carlos	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Antônio Dias	31 a 32	30 + 33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Antônio Prado De Minas	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Araçaí	31 a 34	30	35	31 a 35	30 + 36		30 a 36		
Aracitaba	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Araçuaí			31		31	32	31	32	33
Araguari	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Arantina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Araponga	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Araporã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Arapuá	31 a 34	30 + 35	36	30 a 36			30 a 36		
Araújos	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Araxá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Arceburgo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Arcos	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Areado	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Argirita	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Aricanduva	31	32	33	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	35 + 30
Arinos	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35	36

Astolfo Dutra	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Ataléia			31		31 a 32	30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Augusto De Lima	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30	35	31 a 34	30 + 35 a 36	
Baependi	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Baldim	31 a 34	30	35	30 a 35	36		30 a 36		
Bambuí	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Bandeira									31
Bandeira Do Sul	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Barão De Cocais	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Barão De Monte Alto	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Barbacena	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Barra Longa	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Barroso	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Bela Vista De Minas	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Belmiro Braga	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Belo Horizonte	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Belo Oriente	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Belo Vale	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Berilo			31		31 a 32	33	31 a 32	33	
Berizal						31		31	32 a 33
Bertópolis						30 a 31			30 a 32
Betim	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Bias Fortes	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Bicas	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Biquinhas	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 35	36	
Boa Esperança	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bocaina De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bocaiúva	31 a 32		33	31 a 33	34	30	31 a 34		30 + 35
Bom Despacho	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Bom Jardim De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Jesus Da Penha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Jesus Do Amparo	30 a 34		35	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Bom Jesus Do Galho	31 a 32	30	33 a 34	30 a 33	34		30 a 34		35
Bom Repouso	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Sucesso	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Bonfim	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Bonfinópolis De Minas	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35	36 + 30
Bonito De Minas		31	32	32	31 + 33		31 a 33	34	
Borda Da Mata	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Botelhos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Botumirim		31	32	31 a 32		33	31 a 32	33	34
Brás Pires	30 a 34		35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Brasilândia De Minas	32	31 + 33		31 a 33	34	35	31 a 34	35	36 + 30
Brasília De Minas			31 a 32	32	31 + 33		32 a 33	31	34
Braúnas	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Brazópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Brumadinho	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Bueno Brandão	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Buenópolis	31 a 32	33	34 + 30	31 a 34	30	35	31 a 34	30 + 35	36
Bugre	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Buritis	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 35	36	30
Buritizeiro	32	31 + 33	34	31 a 33	34	35 + 30	31 a 34	35	36 + 30
Cabeceira Grande	31 a 34		30 + 35 a 36	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 36	30	
Cabo Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cachoeira Da Prata	31 a 34	30 + 35		30 a 35	36		30 a 36		
Cachoeira De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cachoeira De Pajeú						31		31	32 a 33
Cachoeira Dourada	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Caetanópolis	31 a 34	30	35	30 a 35	36		30 a 36		
Caeté	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Caiana	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Cajuri	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 35	36	
Caldas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Camacho	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Camanducaia	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Cambuí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cambuquira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campanário		31	32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Campanha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campestre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campina Verde	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Campo Azul		31 a 32		32	31 + 33	34	32 a 33	31 + 34	
Campo Belo	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Campo Do Meio	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campo Florido	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Campos Altos	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Campos Gerais	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cana Verde	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Canaã	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Canápolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Candeias	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Cantagalo	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34 a 35	36
Caparaó	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Capela Nova	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Capelinha		31 a 32	33	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	35 + 30
Capetinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Capim Branco	31 a 34	30	35	30 a 35	36		30 a 36		
Capinópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Capitão Andrade	31	32		31 a 32	33	34 + 30	31 a 33		30 + 34
Capitão Enéas			31 a 32		31 a 33		32	31 + 33	34
Capitólio	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Caputira	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Caraí			31		31	32		31 a 32	33
Caranaíba	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Carandaí	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carangola	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Caratinga	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Carbonita	31	32	33	31 a 32	33	34 + 30	31 a 34		30 + 35
Careaçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carlos Chagas			31		31	30 + 32		31 a 32	30 + 33
Carmésia	31 a 33	30 + 34		30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Carmo Da Cachoeira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Carmo Da Mata	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carmo De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carmo Do Cajuru	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Carmo Do Paranaíba	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carmo Do Rio Claro	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carmópolis De Minas	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carneirinho	33 a 35	31 a 32 + 36		31 a 36	30		31 a 36	30	
Carrancas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carvalhópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carvalhos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Casa Grande	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cascalho Rico	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cássia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cataguases	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 35	36	
Catas Altas	30 a 34		35	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Catas Altas Da Noruega	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Catuji			31		31	32	31	32	33
Catuti						31		31 a 32	33
Caxambu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cedro Do Abaeté	31 a 34	30	35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Central De Minas			31	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Centralina	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Chácara	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Chalé	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34		30 a 34		35
Chapada Do Norte			31	31	32	33	31 a 32	33	
Chapada Gaúcha		31 a 32	33	31 a 33	34	35	31 a 33	34	35
Chiador	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Cipotânea	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		

Claraval	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Claro Dos Poções		31 a 32	33	31 a 33		30 + 34	31 a 34		30 + 35
Cláudio	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Coimbra	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 35	36	
Coluna	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Comendador Gomes	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Comercinho						31		31 a 32	33
Conceição Da Aparecida	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Conceição Da Barra De Minas	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Conceição Das Alagoas	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Conceição Das Pedras	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Conceição De Ipanema	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 34	30	35
Conceição Do Mato Dentro	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Conceição Do Pará	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Conceição Do Rio Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Conceição Dos Ouros	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cônego Marinho			31		31 a 32	33	32	31 + 33	34
Confins	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Congonhal	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Congonhas	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Congonhas Do Norte	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Conquista	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Conselheiro Lafaiete	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Conselheiro Pena		31	32	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33		30 + 34
Consolação	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Contagem	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Coqueiral	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Coração De Jesus		32	31	32	31 + 33	34	32 a 33	31 + 34	
Cordisburgo	31 a 34	30	35	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36	
Cordislândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Corinto	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30 + 35	36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Coroaci	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Coromandel	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Coronel Fabriciano	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Coronel Murta					31	32	31	32	33
Coronel Pacheco	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Coronel Xavier Chaves	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Córrego Danta	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Córrego Do Bom Jesus	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Córrego Fundo	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Córrego Novo	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34		30 a 34	35	
Couto De Magalhães De Minas	31 a 33	34	30	31 a 34	30	35	31 a 34	30 + 35	36
Crisólita						31		31 a 32	30 + 33
Cristais	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Cristália			31	31	32	33	31 a 32	33	34
Cristiano Otoni	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Cristina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Crucilândia	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Cruzeiro Da Fortaleza	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cruzília	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cuparaque			31	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Curral De Dentro						31		31	32 a 33
Curvelo	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36	31 a 35	30 + 36	
Datas	31 a 33	30 + 34		31 a 34	30 + 35	36	31 a 35	30 + 36	
Delfim Moreira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Delfinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Delta	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Descoberto	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Desterro De Entre Rios	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Desterro Do Melo	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Diamantina	31 a 33	34	30	31 a 34	30 + 35		31 a 35	30 + 36	
Diogo De Vasconcelos	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Dionísio	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Divinésia	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Divino	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Divino Das Laranjeiras		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Divinolândia De Minas	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34 a 35	36
Divinópolis	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		

Divisa Alegre									31
Divisa Nova	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Divisópolis									31
Dom Bosco	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 34	35	36 + 30
Dom Cavati	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Dom Joaquim	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Dom Silvério	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Dom Viçoso	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Dona Eusébia	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Dores De Campos	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Dores De Guanhães	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Dores Do Indaiá	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Dores Do Turvo	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Doresópolis	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Douradoquara	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Durandé	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Elói Mendes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Engenheiro Caldas	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Engenheiro Navarro		31 a 32	33	31 a 33		30 + 34	31 a 34		30 + 35
Entre Folhas	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Entre Rios De Minas	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Ervália	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Esmeraldas	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Espera Feliz	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Espinosa						31		31	32 a 33
Espírito Santo Do Dourado	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Estiva	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Estrela Dalva	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35	30 a 34	35 a 36	
Estrela Do Indaiá	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Estrela Do Sul	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Eugenópolis	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Ewbank Da Câmara	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Extrema	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Fama	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Faria Lemos	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Felício Dos Santos	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30	35	31 a 34	30 + 35	36
Felisburgo						31			31
Felixlândia	31 a 33	34	35 + 30	31 a 34	30 + 35	36	31 a 35	30 + 36	
Fernandes Tourinho	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Ferros	31 a 33	30 + 34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Fervedouro	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Florestal	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Formiga	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Formoso	31 a 32	33 a 34	35	31 a 34	35	36	31 a 35	36	30
Fortaleza De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Fortuna De Minas	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Francisco Badaró			31		31 a 32	33	31 a 32	33	
Francisco Dumont	31 a 32	33		31 a 33	34	30	31 a 34		30 + 35 a 36
Francisco Sá		31	32	32	31 + 33		32 a 33	31	34
Franciscópolis		31	32	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33		30 + 34
Frei Gaspar			31	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Frei Inocêncio		31 a 32		31 a 32	33	34 + 30	31 a 33		30 + 34
Frei Lagonegro	31 a 32	33	30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Fronteira	31 a 36		30	31 a 36	30		30 a 36		
Fronteira Dos Vales						31		31	32
Fruta De Leite					31	32		31 a 32	33
Frutal	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Funilândia	31 a 34	30	35	30 a 35	36		30 a 36		
Galiléia		31	32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Gameleiras						31		31	32 a 33
Glaucilândia		31 a 32		32	31 + 33		32 a 33	31 + 34	
Goiabeira			31 a 32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Goianá	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Gonçalves	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Gonzaga	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Gouveia	31 a 33	30 + 34		31 a 34	30 + 35	36	31 a 35	30 + 36	
Governador Valadares	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Grão Mogol			31		31 a 32	33	32	31 + 33	34
Grupiara	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Guanhães	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Guapé	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guaraciaba	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Guaraciama		31 a 32	33	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	35 + 30
Guaranésia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guarani	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Guarará	30 a 34		35	30 a 34	35	36	30 a 36		
Guarda-Mor	31 a 34		30 + 35 a 36	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36		
Guaxupé	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guidoval	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Guimarânia	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Guiricema	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Gurinhatã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Heliodora	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Iapu	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35
Ibertioga	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Ibiá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ibiaí		31 a 32	33	32	31 + 33	34	32 a 33	31 + 34	
Ibiracatu			31		31 a 32	33	32	31 + 33	34
Ibiraci	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ibirité	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Ibitiúra De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ibituruna	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Icaraí De Minas			31 a 32	32	31 + 33		32 a 33	31	34
Igarapé	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Igaratinga	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Iguatama	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Ijaci	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Ilicínea	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Imbé De Minas	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35
Inconfidentes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Indaiabira						31		31	32 a 33
Indianópolis	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Ingaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Inhapim	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35
Inhaúma	31 a 34	30	35	30 a 35	36		30 a 36		
Inimutaba	31 a 33	34	30	31 a 34	30 + 35	36	31 a 35	30 + 36	
Ipaba	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Ipanema	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35
Ipatinga	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34		30 a 34	35	
Ipiaçu	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Ipuiúna	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Iraí De Minas	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Itabira	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Itabirinha			31		31 a 32	30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Itabirito	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Itacambira		31 a 32		31 a 32	33	30	31 a 33	34	30
Itacarambi					31	32 a 33		31 a 33	
Itaguara	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Itaipé			31		31	32 a 33	31	32	33 a 34
Itajubá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itamarandiba	31 a 32	33	30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Itamarati De Minas	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Itambacuri		31	32	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33		30 + 34
Itambé Do Mato Dentro	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Itamogi	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itamonte	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itanhandu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itanhomi	31	32	30	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	
Itaobim						31		31 a 32	33
Itapagipe	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Itapecerica	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Itapeva	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itatiaiuçu	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Itaú De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itaúna	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Itaverava	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Itinga						31 a 32		31 a 32	33
Itueta		31	32	31 a 32	33	34 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Ituiutaba	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itumirim	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Iturama	32 a 35	31 + 36	30	31 a 36	30		30 a 36		
Itutinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jaboticatubas	31 a 34	30	35	30 a 35	36		30 a 36		
Jacinto						30			30 a 31
Jacuí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jacutinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jaguaraçu	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Jaíba					31	32		31 a 32	33
Jampruca		31	32	31 a 32	33	34 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Janaúba			31		31 a 32	33	32	31 + 33	34
Januária		31 a 32	33	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35
Japaraíba	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Japonvar			31 a 32		31 a 33		32 a 33	31	34
Jeceaba	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Jenipapo De Minas			31		31 a 32	33	31 a 32	33	
Jequeri	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35	30 a 34	35 a 36	
Jequitaí		31 a 32	33	31 a 33	34	30	31 a 34		30 + 35
Jequitibá	31 a 34	30	35	30 a 35	36		30 a 36		
Jequitinhonha						31		31	32
Jesuânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Joaíma						31		31	32 a 33
Joanésia	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
João Monlevade	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
João Pinheiro	31 a 33	34		31 a 34	35	36 + 30	31 a 35	30 + 36	
Joaquim Felício	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35 + 30	31 a 34	30 + 35	36
Jordânia						30			30 a 31
José Gonçalves De Minas			31	31	32	33	31 a 32	33	
José Raydan	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Josenópolis			31		31 a 32			31 a 32	33
Juatuba	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Juiz De Fora	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Juramento		31 a 32		32	31 + 33		32 a 33	31	34
Juruaia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Juvenília						31 a 32		31 a 33	
Ladainha			31		31 a 32	30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Lagamar	31 a 34		30 + 35 a 36	31 a 35	30 + 36		30 a 36		
Lagoa Da Prata	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Lagoa Dos Patos		31 a 32	33	32 a 33	31	30 + 34	32 a 34	31	30 + 35
Lagoa Dourada	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Lagoa Formosa	31 a 34	30 + 35	36	30 a 36			30 a 36		
Lagoa Grande	31 a 33	34	35	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 36	30	
Lagoa Santa	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Lajinha	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34		35
Lambari	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Lamim	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Laranjal	31 a 32	30 + 33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Lassance	31 a 32	33	34	31 a 34		30 + 35	31 a 34	30 + 35	36
Lavras	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Leandro Ferreira	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Leme Do Prado		31	32	31	32	33	31 a 32	33	34
Leopoldina	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Liberdade	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Lima Duarte	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Limeira Do Oeste	32 a 35	31 + 36	30	31 a 36	30		30 a 36		
Lontra			31 a 32		31 a 33		32	31 + 33	34
Luisburgo	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Luislândia			31 a 32	32	31 + 33		32 a 33	31	34
Luminárias	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Luz	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Machacalis						30 a 31		31	30 + 32
Machado	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Madre De Deus De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Malacacheta		31	32	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33		30 + 34

Mamonas						31		31	32 a 33
Manga					31	32		31 a 33	
Manhuaçu	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Manhumirim	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Mantena			31		31 a 32	30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Mar De Espanha	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Maravilhas	31 a 34	30	35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Maria Da Fé	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mariana	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Marilac	31	32	33	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	35 + 30
Mário Campos	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Maripá De Minas	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Marliéria	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Marmelópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Martinho Campos	31 a 34	30	35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Martins Soares	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Mata Verde									31
Materlândia	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30	35	31 a 34	30 + 35	36
Mateus Leme	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Mathias Lobato		31 a 32		31 a 32	33	34 + 30	31 a 33		30 + 34
Matias Barbosa	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Matias Cardoso						31		31 a 32	33
Matipó	31 a 32	30 + 33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Mato Verde						31 a 32		31 a 32	33
Matozinhos	31 a 34	30	35	30 a 35	36		30 a 36		
Matutina	31 a 34	30 + 35	36	30 a 36			30 a 36		
Medeiros	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Medina						31		31	32 a 33
Mendes Pimentel			31	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Mercês	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Mesquita	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34		31 a 34	30 + 35	36
Minas Novas		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Minduri	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mirabela			31 a 32	32	31 + 33		32 a 33	31	34
Miradouro	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Miraí	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 34	35 a 36	
Miravânia			31		31	32 a 33		31 a 33	
Moeda	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Moema	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Monjolos	31 a 33	34	30	31 a 34	30 + 35	36	31 a 35	30 + 36	
Monsenhor Paulo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Montalvânia			31		31 a 32	33	32	31 + 33	34
Monte Alegre De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Monte Azul						31		31 a 32	33
Monte Belo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Monte Carmelo	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Monte Formoso						31		31 a 32	33
Monte Santo De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Monte Sião	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Montes Claros		31 a 32		32	31 + 33		32 a 33	31 + 34	
Montezuma						31		31	32 a 33
Morada Nova De Minas	31 a 33	34	35 + 30	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 35	30 + 36	
Morro Da Garça	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30 + 35	36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Morro Do Pilar	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Munhoz	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Muriaé	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Mutum	31 a 32	30	33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Muzambinho	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nacip Raydan	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Nanuque					30	31		30 a 31	32 a 33
Naque	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35
Natalândia	31 a 32	33	34	31 a 34		30 + 35 a 36	31 a 34	35 a 36	30
Natércia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nazareno	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Nepomuceno	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ninheira									31
Nova Belém			31		31 a 32	30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Nova Era	31 a 33	30 + 34		30 a 34		35 a 36	30 a 35	36	
Nova Lima	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Nova Módica		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Nova Ponte	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nova Porteirinha					31	32		31 a 33	
Nova Resende	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nova Serrana	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Nova União	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Novo Cruzeiro			31		31 a 32	33	31 a 32	33	34 + 30
Novo Oriente De Minas			31			31		31 a 32	33
Novorizonte					31	32		31 a 32	33
Olaria	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Olhos-D'Água	31 a 32	33		31 a 33	34	30	31 a 34		30 + 35 a 36
Olímpio Noronha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Oliveira	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Oliveira Fortes	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Onça De Pitangui	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Oratórios	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Orizânia	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Ouro Branco	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Ouro Fino	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ouro Preto	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Ouro Verde De Minas			31		31	30 + 32 a 33	31 a 32	33	34 + 30
Padre Carvalho					31	32		31 a 32	33

Padre Paraíso			31		31	32		31 a 32	33
Pai Pedro					31	32		31 a 32	33
Paineiras	31 a 33	34	35 a 36 + 30	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Pains	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Paiva	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Palma	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Palmópolis						30			30 a 31
Papagaios	31 a 34	30	35	30 a 35	36		30 a 36		
Pará De Minas	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Paracatu	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 36	30	
Paraguaçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Paraisópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Paraopeba	31 a 34	30	35	30 a 35	36		30 a 36		
Passa Quatro	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Passa Tempo	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Passabém	31 a 33	30 + 34		30 a 34		35 a 36	30 a 35	36	
Passa-Vinte	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Passos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Patis			31 a 32	32	31 + 33		32 a 33	31	34
Patos De Minas	31 a 34	30 + 35	36	30 a 36			30 a 36		
Patrocínio	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Patrocínio Do Muriaé	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Paula Cândido	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Paulistas	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Pavão			31		31	30 + 32		31 a 32	30 + 33
Peçanha	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Pedra Azul									31 a 32
Pedra Bonita	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Pedra Do Anta	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 34	35 a 36	
Pedra Do Indaiá	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Pedra Dourada	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Pedralva	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pedras De Maria Da Cruz			31 a 32		31 a 32	33	32	31 + 33	34
Pedrinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pedro Leopoldo	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Pedro Teixeira	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Pequeri	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Pequi	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Perdigão	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Perdizes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Perdões	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Periquito	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Pescador		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Piau	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Piedade De Caratinga	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Piedade De Ponte Nova	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35 a 36	
Piedade Do Rio Grande	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Piedade Dos Gerais	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Pimenta	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Pingo-D'Água	31 a 32		30 + 33 a 34	30 a 33	34		30 a 34		35
Pintópolis		31 a 32		32	31 + 33	34	32 a 33	31 + 34	35
Piracema	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Pirajuba	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Piranga	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Piranguçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Piranguinho	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pirapetinga	31 a 32	30 + 33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Pirapora		31 a 33		31 a 33	34	30	31 a 34		30 + 35 a 36
Piraúba	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Pitangui	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Piumhi	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Planura	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Poço Fundo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Poços De Caldas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pocrane	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	
Pompéu	31 a 34	30	35	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Ponte Nova	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 35	36	
Ponto Chique		31 a 32		32	31 + 33	34	32 a 33	31 + 34	
Ponto Dos Volantes						31		31 a 32	33
Porteirinha					31	32		31 a 32	33
Porto Firme	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Poté		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Pouso Alegre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pouso Alto	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Prados	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Prata	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Pratápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pratinha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Presidente Bernardes	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Presidente Juscelino	31 a 33	30 + 34		31 a 34	30 + 35	36	31 a 35	30 + 36	
Presidente Kubitschek	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Presidente Olegário	31 a 34		30 + 35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Prudente De Morais	31 a 34	30	35	30 a 35	36		30 a 36		
Quartel Geral	31 a 34	30	35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Queluzito	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Raposos	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Raul Soares	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Recreio	31 a 32	30 + 33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Reduto	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Resende Costa	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		

Resplendor		31	32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Ressaquinha	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Riachinho	32	31	33	31 a 33	34	35	31 a 34	35	36
Riacho Dos Machados			31		31 a 32	33		31 a 33	34
Ribeirão Das Neves	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Ribeirão Vermelho	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Rio Acima	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Rio Casca	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Rio Do Prado									31
Rio Doce	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Rio Espera	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Rio Manso	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Rio Novo	30 a 34		35	30 a 35		36	30 a 36		
Rio Paranaíba	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Rio Pardo De Minas					31	32		31 a 32	33
Rio Piracicaba	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Rio Pomba	30 a 34		35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Rio Preto	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rio Vermelho	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Ritápolis	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Rochedo De Minas	30 a 34		35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Rodeiro	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Romaria	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Rosário Da Limeira	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Rubelita					31	32		31 a 32	33
Rubim									31
Sabará	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Sabinópolis	31 a 33	30 + 34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Sacramento	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Salinas					31	32		31 a 32	33
Salto Da Divisa						30			30 a 31
Santa Bárbara	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Santa Bárbara Do Leste	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34		30 a 34		35
Santa Bárbara Do Monte Verde	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Santa Bárbara Do Tugúrio	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Santa Cruz De Minas	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Santa Cruz De Salinas						31		31	32 a 33
Santa Cruz Do Escalvado	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Santa Efigênia De Minas	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35
Santa Fé De Minas		31 a 32	33	31 a 33	34		31 a 34		35 a 36
Santa Helena De Minas						31			30 a 31
Santa Juliana	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Luzia	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Santa Margarida	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Santa Maria De Itabira	31 a 33	30 + 34		30 a 34		35 a 36	30 a 35	36	
Santa Maria Do Salto						30			30 a 31
Santa Maria Do Suaçuí	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Santa Rita De Caldas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita De Ibitipoca	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Santa Rita De Jacutinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita De Minas	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34		30 a 34		35
Santa Rita Do Itueto		31	32	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33		30 + 34
Santa Rita Do Sapucaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rosa Da Serra	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Santa Vitória	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santana Da Vargem	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santana De Cataguases	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Santana De Pirapama	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Santana Do Deserto	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Santana Do Garambéu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santana Do Jacaré	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Santana Do Manhuaçu	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	
Santana Do Paraíso	31 a 32		30 + 33 a 34	31 a 33	30 + 34		31 a 34	30 + 35	
Santana Do Riacho	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Santana Dos Montes	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Santo Antônio Do Amparo	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio Do Aventureiro	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Santo Antônio Do Grama	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Santo Antônio Do Itambé	31 a 33	30 + 34		31 a 34	30	35	31 a 35	30	36
Santo Antônio Do Jacinto						30			30 a 31
Santo Antônio Do Monte	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio Do Retiro						31		31	32 a 33
Santo Antônio Do Rio Abaixo	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Santo Hipólito	31 a 33	34	30	31 a 34	30 + 35	36	31 a 35	30 + 36	
Santos Dumont	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
São Bento Abade	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Brás Do Suaçuí	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
São Domingos Das Dores	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
São Domingos Do Prata	31 a 33	30 + 34		30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
São Félix De Minas			31 a 32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
São Francisco		31	32	32	31 + 33		32 a 33	31 + 34	
São Francisco De Paula	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
São Francisco De Sales	31 a 36		30	31 a 36	30		30 a 36		
São Francisco Do Glória	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
São Geraldo	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
São Geraldo Da Piedade	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
São Geraldo Do Baixio			31 a 32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
São Gonçalo Do Abaeté	31 a 33	34	35 + 30	31 a 34	30 + 35	36	31 a 35	30 + 36	
São Gonçalo Do Pará	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
São Gonçalo Do Rio Abaixo	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
São Gonçalo Do Rio Preto	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30	35	31 a 34	30 + 35	36
São Gonçalo Do Sapucaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

São Gotardo	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
São João Batista Do Glória	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São João Da Lagoa		31 a 32	33	32	31 + 33	34	32 a 33	31 + 34	
São João Da Mata	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São João Da Ponte			31		31 a 32	33	32	31 + 33	34
São João Das Missões					31	32 a 33		31 a 33	
São João Del Rei	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
São João Do Manhuaçu	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
São João Do Manteninha			31		31 a 32	30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
São João Do Oriente	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
São João Do Pacuí		32	31	32	31 + 33	34	32 a 33	31 + 34	
São João Do Paraíso						31		31	32 a 33
São João Evangelista	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
São João Nepomuceno	30 a 34		35	30 a 34	35	36	30 a 36		
São Joaquim De Bicas	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
São José Da Barra	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São José Da Lapa	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
São José Da Safira	31	32	33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
São José Da Varginha	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
São José Do Alegre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São José Do Divino			31	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
São José Do Goiabal	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
São José Do Jacuri	31 a 32	33	30	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34 a 35	
São José Do Mantimento	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34		30 a 34		35
São Lourenço	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Miguel Do Anta	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
São Pedro Da União	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Pedro Do Suaçuí	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
São Pedro Dos Ferros	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
São Romão		31 a 32	33	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35
São Roque De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Sebastião Da Bela Vista	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Sebastião Da Vargem Alegre	30 a 33	34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
São Sebastião Do Anta	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
São Sebastião Do Maranhão	31	32	33 + 30	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35
São Sebastião Do Oeste	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
São Sebastião Do Paraíso	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Sebastião Do Rio Preto	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
São Sebastião Do Rio Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Thomé Das Letras	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Tiago	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
São Tomás De Aquino	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Vicente De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Sapucaí-Mirim	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Sardoá	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Sarzedo	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Sem-Peixe	31 a 32	30 + 33	34	30 a 34		35	30 a 34	35 a 36	
Senador Amaral	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Senador Cortes	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Senador Firmino	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Senador José Bento	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Senador Modestino Gonçalves	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Senhora De Oliveira	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Senhora Do Porto	31 a 33	30 + 34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Senhora Dos Remédios	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Sericita	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Seritinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serra Azul De Minas	31 a 33	34	30	31 a 34	30	35	31 a 34	30 + 35	36
Serra Da Saudade	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Serra Do Salitre	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Serra Dos Aimorés					30	31		30 a 31	32
Serrania	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serranópolis De Minas					31	32		31 a 32	33
Serranos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serro	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Sete Lagoas	31 a 34	30	35	30 a 35	36		30 a 36		
Setubinha		31	32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Silveirânia	30 a 34		35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Silvianópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Simão Pereira	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Simonésia	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	
Sobrália	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Soledade De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Tabuleiro	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Taiobeiras						31		31	32 a 33
Taparuba	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Tapira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Tapiraí	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Taquaraçu De Minas	30 a 34		35	30 a 35	36		30 a 36		
Tarumirim	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Teixeiras	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 35	36	
Teófilo Otoni			31		31 a 32	30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Timóteo	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Tiradentes	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Tiros	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Tocantins	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Tocos Do Moji	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Toledo	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Tombos	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Três Corações	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Três Marias	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30 + 35	36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Três Pontas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Tumiritinga		31	32	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33		30 + 34
Tupaciguara	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Turmalina		31	32	31 a 32		30 + 33	31 a 33		30 + 34
Turvolândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ubá	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Ubaí			31 a 32	32	31 + 33	34	32 a 33	31 + 34	
Ubaporanga	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Uberaba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Uberlândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Umburatiba						30 a 31		31	30 + 32
Unaí	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 36	30	
União De Minas	31 a 35	36	30	31 a 36	30		30 a 36		
Uruana De Minas	31 a 32	33	34	31 a 34		35 a 36	31 a 34	35	36
Urucânia	30 a 32	33	34	30 a 34		35	30 a 34	35 a 36	
Urucuia		31 a 32	33	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35
Vargem Alegre	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Vargem Bonita	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Vargem Grande Do Rio Pardo						31		31	32 a 33
Varginha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Varjão De Minas	31 a 34		30 + 35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Várzea Da Palma	32	31 + 33		31 a 33	34	35 + 30	31 a 34	35	36 + 30
Varzelândia			31		31	32 a 33		31 a 33	34
Vazante	31 a 34		30 + 35 a 36	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36		
Verdelândia					31	32		31 a 33	
Veredinha		31 a 32		31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	35 + 30
Veríssimo	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Vermelho Novo	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	
Vespasiano	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Viçosa	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Vieiras	30 a 32	33 a 34		30 a 34		35	30 a 34	35	36
Virgem Da Lapa			31		31	32	31	32	33
Virgínia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Virginópolis	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Virgolândia	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Visconde Do Rio Branco	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 35	36	
Volta Grande	30 a 32	33 a 34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Wenceslau Braz	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Grupo II

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia Dos Dourados	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Abaeté	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Abre Campo	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Acaiaca	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Açucena	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Água Boa	31	32	33	31 a 32	33	34 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Água Comprida	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aguanil	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Águas Formosas						31		31	32
Águas Vermelhas						31			31 a 32
Aimorés	31	32	30	31 a 32	30 + 33		31 a 32	30 + 33	34
Aiuruoca	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alagoa	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Albertina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Além Paraíba	30 a 33	34	35	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Alfenas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alfredo Vasconcelos	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Almenara									31
Alpercata	31	32	30	31 a 32	30 + 33		31 a 32	30 + 33	34
Alpinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alterosa	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alto Caparaó	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36
Alto Jequitibá	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36
Alto Rio Doce	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Alvarenga	31	32	30	31 a 32	30 + 33		31 a 32	30 + 33	34
Alvinópolis	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Alvorada De Minas	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Amparo Do Serra	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Andradas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Andrelândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Angelândia		31	32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Antônio Carlos	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Antônio Dias	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Antônio Prado De Minas	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Araçaí	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Aracitaba	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Araçuaí			31		31	32	31	32	33
Araguari	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Arantina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Araponga	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Araporã	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Arapuá	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Araújos	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Araxá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Arceburgo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Arcos	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Areado	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Argirita	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Aricanduva	31	32	33	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	35 + 30
Arinos	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	
Astolfo Dutra	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Ataléia			31		31	30 + 32	31	32	33 + 30
Augusto De Lima	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30	35 a 36	31 a 34	30 + 35	36
Baependi	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Baldim	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35	36	30 a 36		
Bambuí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bandeira									31
Bandeira Do Sul	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Barão De Cocais	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Barão De Monte Alto	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Barbacena	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		

Barra Longa	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 34	35 a 36	
Barroso	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Bela Vista De Minas	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	30 a 34	35 a 36	
Belmiro Braga	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Belo Horizonte	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Belo Oriente	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Belo Vale	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Berilo			31		31 a 32		31 a 32		33
Berizal						31		31	32
Bertópolis						31			30 a 32
Betim	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Bias Fortes	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Bicas	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Biquinhas	31 a 33	34	35 a 36 + 30	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Boa Esperança	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bocaina De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bocaiúva	31 a 32		33	31 a 33		30 + 34	31 a 33	34	35 + 30
Bom Despacho	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Bom Jardim De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Jesus Da Penha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Jesus Do Amparo	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Bom Jesus Do Galho	31 a 32	30	33	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36
Bom Repouso	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Sucesso	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bonfim	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Bonfinópolis De Minas	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30
Bonito De Minas		31	32	32	31	33	31 a 32	33	34
Borda Da Mata	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Botelhos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Botumirim		31	32	31 a 32		33	31 a 32	33	34
Brás Pires	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Brasilândia De Minas	32	31 + 33		31 a 33	34	35 a 36	31 a 34		30 + 35 a 36
Brasília De Minas			31 a 32	32	31	33	32	31 + 33	34
Braúnas	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35	31 a 33	30 + 34	35 a 36
Brazópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Brumadinho	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Bueno Brandão	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Buenópolis	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Bugre	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Buritis	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36		30
Buritizeiro	32	31 + 33	34	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 34		30 + 35 a 36
Cabeceira Grande	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Cabo Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cachoeira Da Prata	31 a 34	30	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Cachoeira De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cachoeira De Pajeú						31		31	32
Cachoeira Dourada	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Caetanópolis	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Caeté	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Caiana	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36
Cajuri	30 a 33		34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Caldas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Camacho	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Camanducaia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cambuí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cambuquira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campanário		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Campanha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campestre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campina Verde	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Campo Azul		31 a 32		32	31	33	32	31 + 33	34
Campo Belo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campo Do Meio	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Campo Florido	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Campos Altos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campos Gerais	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cana Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Canaã	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Canápolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Candeias	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cantagalo	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33 a 34		31 a 33	30 + 34	35
Caparaó	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36
Capela Nova	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36		30 a 36		
Capelinha	31	32		31 a 32	33	34 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Capetinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Capim Branco	31 a 34	30	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Capinópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Capitão Andrade	31		32	31 a 32	30	33	31 a 32	33	34 + 30
Capitão Enéas			31 a 32	32	31	33	32	31 + 33	
Capitólio	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Caputira	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34	35	30 a 34		35 a 36
Caraí					31	32	31	32	33
Caranaíba	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carandaí	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		

Carangola	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36
Caratinga	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35
Carbonita	31	32	33	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	35 + 30
Careaçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carlos Chagas					31	30 + 32	31	32	33 + 30
Carmésia	31 a 33	30	34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Carmo Da Cachoeira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carmo Da Mata	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carmo De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carmo Do Cajuru	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carmo Do Paranaíba	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carmo Do Rio Claro	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carmópolis De Minas	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carneirinho	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Carrancas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carvalhópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carvalhos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Casa Grande	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cascalho Rico	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Cássia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cataguases	30 a 33		34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Catas Altas	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Catas Altas Da Noruega	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Catuji			31		31	32	31	32	33
Catuti						31 a 32		31 a 32	
Caxambu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cedro Do Abaeté	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Central De Minas		31		31	32	33 + 30	31 a 32		30 + 33
Centralina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Chácara	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Chalé	31 a 32	30 + 33		30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36
Chapada Do Norte		31		31	32		31 a 32		33
Chapada Gaúcha		31 a 32	33 a 34	31 a 33		34	31 a 33	34	35 a 36
Chiador	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Cipotânea	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Claraval	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Claro Dos Poções		31 a 32	33	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	30
Cláudio	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Coimbra	30 a 33		34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Coluna	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 33	30 + 34	35
Comendador Gomes	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Comercinho						31		31	32
Conceição Da Aparecida	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Conceição Da Barra De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Conceição Das Alagoas	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Conceição Das Pedras	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Conceição De Ipanema	31 a 32	30	33	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35
Conceição Do Mato Dentro	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	30 a 34	35 a 36	
Conceição Do Pará	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Conceição Do Rio Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Conceição Dos Ouros	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cônego Marinho			31		31 a 32	33	32	31 + 33	
Confins	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Congonhal	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Congonhas	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Congonhas Do Norte	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	30 a 34	35 a 36	
Conquista	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Conselheiro Lafaiete	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Conselheiro Pena	31		32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Consolação	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Contagem	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Coqueiral	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Coração De Jesus		32	31	32	31	33	32 a 33	31	34
Cordisburgo	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36	31 a 35	30 + 36	
Cordislândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Corinto	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30 + 35	36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Coroaci	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Coromandel	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Coronel Fabriciano	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34	35	30 a 34		35 a 36
Coronel Murta					31	32	31	32	33
Coronel Pacheco	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Coronel Xavier Chaves	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Córrego Danta	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Córrego Do Bom Jesus	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Córrego Fundo	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Córrego Novo	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34		30 a 33	34	35 a 36
Couto De Magalhães De Minas	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Crisólita						31		31	30 + 32
Cristais	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cristália		31		31	32	33	31 a 32	33	
Cristiano Otoni	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cristina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Crucilândia	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cruzeiro Da Fortaleza	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cruzília	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cuparaque		31		31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Curral De Dentro						31		31	32
Curvelo	31 a 33	34	35 + 30	31 a 34	30 + 35	36	31 a 35	30 + 36	
Datas	31 a 33	30 + 34		31 a 34	30	35 a 36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Delfim Moreira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Delfinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Delta	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Descoberto	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Desterro De Entre Rios	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Desterro Do Melo	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Diamantina	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30	35 a 36	31 a 34	30 + 35	36
Diogo De Vasconcelos	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Dionísio	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Divinésia	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	

Divino	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Divino Das Laranjeiras		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Divinolândia De Minas	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33 a 34		31 a 33	30 + 34	35
Divinópolis	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Divisa Alegre									31
Divisa Nova	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Divisópolis									31
Dom Bosco	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 34	35 a 36	30
Dom Cavati	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	
Dom Joaquim	31 a 33	30	34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Dom Silvério	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Dom Viçoso	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Dona Eusébia	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 35	36	
Dores De Campos	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Dores De Guanhães	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	31 a 34	30 + 35	36
Dores Do Indaiá	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Dores Do Turvo	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Doresópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Douradoquara	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Durandé	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34		30 a 33	34	35 a 36
Elói Mendes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Engenheiro Caldas	31	32	30	31 a 32	30 + 33		31 a 33	30	34
Engenheiro Navarro		31 a 32	33	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	35 + 30
Entre Folhas	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Entre Rios De Minas	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Ervália	30 a 33		34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Esmeraldas	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36		30 a 36		
Espera Feliz	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36
Espinosa						31		31	32
Espírito Santo Do Dourado	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Estiva	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Estrela Dalva	30 a 32	33	34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Estrela Do Indaiá	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Estrela Do Sul	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Eugenópolis	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Ewbank Da Câmara	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Extrema	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Fama	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Faria Lemos	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36
Felício Dos Santos	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Felisburgo									31 a 32
Felixlândia	31 a 33	34	35 + 30	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 34	30 + 35 a 36	
Fernandes Tourinho	31	32	30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	
Ferros	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Fervedouro	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Florestal	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Formiga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Formoso	31 a 32	33 a 34	35 a 36	31 a 34	35 a 36		31 a 34	35 a 36	30
Fortaleza De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Fortuna De Minas	31 a 34	30	35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Francisco Badaró			31		31	32	31 a 32		33
Francisco Dumont	31 a 32	33		31 a 33	34	30	31 a 34		30 + 35 a 36
Francisco Sá		31	32	32	31	33	32	31 + 33	34
Franciscópolis		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Frei Gaspar		31		31	32	33 + 30	31 a 32		30 + 33 a 34
Frei Inocêncio	31		32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Frei Lagonegro	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33 a 34		31 a 33	30 + 34	35
Fronteira	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Fronteira Dos Vales						31		31	32
Fruta De Leite					31	32		31 a 32	33
Frutal	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Funilândia	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Galiléia		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Gameleiras						31		31	32
Glaucilândia		31	32	32	31	33	32	31 + 33	34
Goiabeira		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Goianá	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Gonçalves	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Gonzaga	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Gouveia	31 a 33	30 + 34		31 a 34	30 + 35	36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Governador Valadares	31	32	30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	
Grão Mogol		31	32		31 a 32	33	32	31 + 33	
Grupiara	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Guanhães	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	31 a 34	30 + 35	36
Guapé	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guaraciaba	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Guaraciama		31 a 32		31 a 32	33	30	31 a 33	34	30
Guaranésia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guarani	30 a 33	34	35	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Guarará	30 a 33	34	35	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Guarda-Mor	31 a 34	35 a 36	30	31 a 36	30		30 a 36		
Guaxupé	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guidoval	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	

Guimarânia	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Guiricema	30 a 33		34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Gurinhatã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Heliodora	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Iapu	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Ibertioga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ibiá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ibiaí		31 a 32	33	32	31 + 33	34	32 a 33	31 + 34	
Ibiracatu			31		31 a 32	33	32	31 + 33	
Ibiraci	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ibirité	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Ibitiúra De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ibituruna	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Icaraí De Minas			31 a 32	32	31	33	32	31 + 33	34
Igarapé	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Igaratinga	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Iguatama	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Ijaci	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ilicínea	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Imbé De Minas	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	
Inconfidentes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Indaiabira						31		31	32
Indianópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ingaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Inhapim	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	
Inhaúma	31 a 34	30	35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Inimutaba	31 a 33	34	30	31 a 34	30 + 35	36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Ipaba	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Ipanema	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Ipatinga	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34		31 a 33	30 + 34	35 a 36
Ipiaçu	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Ipuiúna	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Iraí De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itabira	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Itabirinha			31	31	32	33 + 30	31 a 32		30 + 33
Itabirito	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Itacambira		31	32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Itacarambi					31	32		31 a 32	33
Itaguara	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Itaipé			31		31	32	31	32	33
Itajubá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itamarandiba	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35
Itamarati De Minas	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Itambacuri	31		32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Itambé Do Mato Dentro	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Itamogi	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itamonte	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itanhandu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itanhomi	31	32		31 a 32	30 + 33		31 a 32	30 + 33	34
Itaobim						31		31	32
Itapagipe	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Itapecerica	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Itapeva	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itatiaiuçu	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Itaú De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itaúna	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Itaverava	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Itinga					31	32		31 a 32	
Itueta		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Ituiutaba	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itumirim	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Iturama	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Itutinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jaboticatubas	31 a 34	30	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Jacinto									30 a 31
Jacuí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jacutinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jaguaraçu	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34		35 a 36
Jaíba					31	32		31 a 32	33
Jampruca		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Janaúba			31		31 a 32		32	31	33
Januária		31 a 32		31 a 32	33	34	31 a 33	34	
Japaraíba	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Japonvar			31 a 32	32	31	33	32	31 + 33	
Jeceaba	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Jenipapo De Minas			31		31	32	31 a 32		33
Jequeri	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Jequitaí		31 a 32	33	31 a 33		30 + 34	31 a 33	34	35 + 30
Jequitibá	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35	36	30 a 36		
Jequitinhonha						31		31	32
Jesuânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Joaíma						31		31	32
Joanésia	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34	35	31 a 33	30 + 34	35 a 36
João Monlevade	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 34	35 a 36	
João Pinheiro	31 a 32	33	34 a 36	31 a 34	35 a 36	30	31 a 34	30 + 35 a 36	
Joaquim Felício	31 a 32	33		31 a 33	34	35 + 30	31 a 34	30	35 a 36
Jordânia									30
José Gonçalves De Minas		31		31	32		31 a 32		33
José Raydan	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Josenópolis			31		31	32	31	32	33
Juatuba	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Juiz De Fora	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Juramento		31	32	32	31	33	32	31 + 33	34
Juruaia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Juvenília					31	32		31 a 32	33
Ladainha		31		31	32	33 + 30	31 a 32		30 + 33
Lagamar	31 a 34	35 a 36	30	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36		
Lagoa Da Prata	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Lagoa Dos Patos		31 a 32	33	32 a 33	31	34	32 a 33	31 + 34	30 + 35
Lagoa Dourada	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Lagoa Formosa	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Lagoa Grande	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 36	30	

Lagoa Santa	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Lajinha	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34		30 a 33	34	35 a 36
Lambari	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Lamim	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Laranjal	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Lassance	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 34	30 + 35 a 36	
Lavras	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Leandro Ferreira	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Leme Do Prado		31	32	31	32	33	31 a 32	33	
Leopoldina	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Liberdade	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Lima Duarte	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Limeira Do Oeste	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Lontra			31 a 32		31 a 32	33	32	31 + 33	
Luisburgo	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36
Luislândia			31 a 32	32	31	33	32	31 + 33	34
Luminárias	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Luz	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Machacalis						31		31	30 + 32
Machado	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Madre De Deus De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Malacacheta		31	32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Mamonas						31		31	32
Manga					31	32		31 a 32	33
Manhuaçu	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34	35	30 a 34		35 a 36
Manhumirim	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36
Mantena			31	31	32	33 + 30	31 a 32		30 + 33
Mar De Espanha	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Maravilhas	31 a 34	30	35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Maria Da Fé	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mariana	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Marilac	31	32		31 a 32	33	34 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Mário Campos	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Maripá De Minas	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Marliéria	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34	35	30 a 34		35 a 36
Marmelópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Martinho Campos	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Martins Soares	30 a 32	33		30 a 33	34		30 a 34		35 a 36
Mata Verde									31
Materlândia	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Mateus Leme	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Mathias Lobato	31		32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Matias Barbosa	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Matias Cardoso					31	32		31 a 32	33
Matipó	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Mato Verde					31	32		31 a 32	33
Matozinhos	31 a 34	30	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Matutina	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Medeiros	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Medina						31		31	32
Mendes Pimentel		31		31	32	33 + 30	31 a 32		30 + 33
Mercês	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Mesquita	31 a 32		30 + 33	30 a 33	34		31 a 33	30 + 34	35 a 36
Minas Novas		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Minduri	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mirabela			31 a 32	32	31	33	32	31 + 33	34
Miradouro	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Miraí	30 a 33		34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Miravânia			31		31 a 32		32	31	33
Moeda	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Moema	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Monjolos	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30 + 35	36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Monsenhor Paulo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Montalvânia			31		31 a 32		32	31 + 33	
Monte Alegre De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Monte Azul						31		31	32
Monte Belo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Monte Carmelo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Monte Formoso						31		31	32
Monte Santo De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Monte Sião	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Montes Claros		31	32	32	31	33	32	31 + 33	34
Montezuma						31		31	32
Morada Nova De Minas	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 34	30 + 35 a 36	
Morro Da Garça	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30 + 35	36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Morro Do Pilar	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Munhoz	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Muriaé	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36
Mutum	31 a 32	30	33	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35
Muzambinho	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nacip Raydan	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 32	30 + 33 a 34	
Nanuque					30	31		30 a 31	32
Naque	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Natalândia	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 34	35 a 36	30
Natércia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nazareno	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nepomuceno	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Ninheira									31 a 32
Nova Belém			31		31	30 + 32	31	32	33 + 30
Nova Era	31 a 33	30	34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Nova Lima	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Nova Módica		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Nova Ponte	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nova Porteirinha					31	32		31 a 32	33
Nova Resende	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nova Serrana	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Nova União	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Novo Cruzeiro		31		31	32	33	31 a 32		30 + 33
Novo Oriente De Minas					31	32		31 a 32	33
Novorizonte					31	32		31 a 32	33
Olaria	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Olhos-D'Água	31 a 32		33	31 a 33	34	30	31 a 34		30 + 35
Olímpio Noronha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Oliveira	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Oliveira Fortes	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Onça De Pitangui	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Oratórios	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Orizânia	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Ouro Branco	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Ouro Fino	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ouro Preto	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Ouro Verde De Minas			31		31	30 + 32	31	32	33 + 30
Padre Carvalho					31	32		31 a 32	33
Padre Paraíso					31	32	31	32	33
Pai Pedro					31	32		31 a 32	33
Paineiras	31 a 33	34	35 a 36 + 30	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Pains	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Paiva	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Palma	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Palmópolis									30 a 31
Papagaios	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Pará De Minas	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36		30 a 36		
Paracatu	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 36	30	
Paraguaçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Paraisópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Paraopeba	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Passa Quatro	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Passa Tempo	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Passabém	31 a 33	30	34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Passa-Vinte	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Passos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Patis			31 a 32	32	31	33	32	31 + 33	
Patos De Minas	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Patrocínio	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Patrocínio Do Muriaé	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36

Paula Cândido	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Paulistas	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30	35 a 36
Pavão					31	30 + 32	31	32	33 + 30
Peçanha	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Pedra Azul						31			31 a 32
Pedra Bonita	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Pedra Do Anta	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Pedra Do Indaiá	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Pedra Dourada	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36
Pedralva	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pedras De Maria Da Cruz			31 a 32		31 a 32	33	32	31 + 33	
Pedrinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pedro Leopoldo	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Pedro Teixeira	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Pequeri	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Pequi	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Perdigão	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36		30 a 36		
Perdizes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Perdões	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Periquito	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	
Pescador		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32		30 + 33 a 34
Piau	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Piedade De Caratinga	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35
Piedade De Ponte Nova	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Piedade Do Rio Grande	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Piedade Dos Gerais	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Pimenta	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pingo-D'Água	31 a 32	30	33	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36
Pintópolis		31 a 32		32	31 + 33	34	32	31 + 33	34 a 35
Piracema	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Pirajuba	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Piranga	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Piranguçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Piranguinho	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pirapetinga	31 a 32	30 + 33	34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35	36
Pirapora	32	31 + 33		31 a 33	34	30	31 a 33	34	35 a 36 + 30
Piraúba	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Pitangui	31 a 34	30 + 35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Piumhi	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Planura	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Poço Fundo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Poços De Caldas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pocrane	31	32	30	31 a 32	30 + 33		31 a 32	30 + 33	34
Pompéu	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Ponte Nova	30 a 33		34	30 a 34	35	36	30 a 34	35 a 36	
Ponto Chique		31 a 32		32	31 + 33		32 a 33	31 + 34	
Ponto Dos Volantes						31		31 a 32	
Porteirinha					31	32		31 a 32	33
Porto Firme	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Poté		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32		30 + 33 a 34
Pouso Alegre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pouso Alto	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Prados	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		

Prata	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Pratápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pratinha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Presidente Bernardes	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Presidente Juscelino	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Presidente Kubitschek	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Presidente Olegário	31 a 34		30 + 35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Prudente De Morais	31 a 34	30	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Quartel Geral	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Queluzito	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Raposos	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Raul Soares	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34	35	30 a 33	34	35 a 36
Recreio	31 a 32	30 + 33	34	30 a 34		35	30 a 34	35	36
Reduto	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34		30 a 34		35 a 36
Resende Costa	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Resplendor		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Ressaquinha	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Riachinho	32	31	33 a 34	31 a 33	34	35 a 36	31 a 33	34	35 a 36
Riacho Dos Machados			31		31 a 32		32	31	33
Ribeirão Das Neves	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Ribeirão Vermelho	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rio Acima	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Rio Casca	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Rio Do Prado									30 a 31
Rio Doce	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Rio Espera	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Rio Manso	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Rio Novo	30 a 33	34	35	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Rio Paranaíba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rio Pardo De Minas					31	32		31 a 32	33
Rio Piracicaba	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 34	35 a 36	
Rio Pomba	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Rio Preto	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rio Vermelho	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Ritápolis	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Rochedo De Minas	30 a 33	34	35	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Rodeiro	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Romaria	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rosário Da Limeira	30 a 33		34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Rubelita					31	32		31 a 32	33
Rubim									30 a 31
Sabará	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Sabinópolis	31 a 32	30 + 33	34	31 a 34	30	35	31 a 34	30 + 35	36
Sacramento	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Salinas					31	32		31 a 32	33
Salto Da Divisa						30			30
Santa Bárbara	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Santa Bárbara Do Leste	31 a 32	30 + 33		30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36
Santa Bárbara Do Monte Verde	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Santa Bárbara Do Tugúrio	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Santa Cruz De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Cruz De Salinas						31		31	32
Santa Cruz Do Escalvado	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Santa Efigênia De Minas	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Santa Fé De Minas		31 a 32	33	31 a 33		34	31 a 33	34	35 a 36
Santa Helena De Minas						31			30 a 32
Santa Juliana	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Luzia	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Santa Margarida	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Santa Maria De Itabira	31 a 33	30	34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Santa Maria Do Salto						30			30
Santa Maria Do Suaçuí	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Santa Rita De Caldas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita De Ibitipoca	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita De Jacutinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita De Minas	31 a 32	30	33	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36
Santa Rita Do Itueto	31		32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Santa Rita Do Sapucaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rosa Da Serra	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Santa Vitória	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santana Da Vargem	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santana De Cataguases	30 a 32	33	34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35	36
Santana De Pirapama	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Santana Do Deserto	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Santana Do Garambéu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santana Do Jacaré	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santana Do Manhuaçu	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34		30 a 33	34	35 a 36
Santana Do Paraíso	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35
Santana Do Riacho	31 a 33	30 + 34	35	30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Santana Dos Montes	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio Do Amparo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio Do Aventureiro	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Santo Antônio Do Grama	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Santo Antônio Do Itambé	31 a 32	30 + 33	34	31 a 34	30	35	31 a 34	30 + 35	36
Santo Antônio Do Jacinto									30 a 31
Santo Antônio Do Monte	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio Do Retiro						31		31	32
Santo Antônio Do Rio Abaixo	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	30 a 34	35 a 36	
Santo Hipólito	31 a 33		30 + 34	31 a 34	30 + 35	36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Santos Dumont	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
São Bento Abade	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Brás Do Suaçuí	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
São Domingos Das Dores	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	
São Domingos Do Prata	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
São Félix De Minas		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32		30 + 33 a 34
São Francisco		31	32	32	31	33	32	31 + 33	34
São Francisco De Paula	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
São Francisco De Sales	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
São Francisco Do Glória	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
São Geraldo	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
São Geraldo Da Piedade	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
São Geraldo Do Baixio		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
São Gonçalo Do Abaeté	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 34	30 + 35 a 36	
São Gonçalo Do Pará	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
São Gonçalo Do Rio Abaixo	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	

São Gonçalo Do Rio Preto	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
São Gonçalo Do Sapucaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Gotardo	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
São João Batista Do Glória	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São João Da Lagoa		31 a 32		32	31 + 33		32 a 33	31 + 34	
São João Da Mata	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São João Da Ponte			31 a 32		31 a 32	33	32	31 + 33	
São João Das Missões					31	32		31 a 32	33
São João Del Rei	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São João Do Manhuaçu	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35	36
São João Do Manteninha			31	31	32	33 + 30	31 a 32		30 + 33
São João Do Oriente	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	
São João Do Pacuí		32	31	32	31	33	32 a 33	31	34
São João Do Paraíso						31		31	32
São João Evangelista	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30	35 a 36
São João Nepomuceno	30 a 33	34	35	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
São Joaquim De Bicas	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
São José Da Barra	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São José Da Lapa	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
São José Da Safira	31	32	33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 32	33	34 + 30
São José Da Varginha	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36		30 a 36		
São José Do Alegre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São José Do Divino		31		31	32	33 + 30	31 a 32		30 + 33
São José Do Goiabal	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
São José Do Jacuri	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33 a 34		31 a 33	30 + 34	35
São José Do Mantimento	31 a 32	30 + 33		30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36
São Lourenço	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Miguel Do Anta	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
São Pedro Da União	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Pedro Do Suaçuí	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33 a 34		31 a 33	30 + 34	35
São Pedro Dos Ferros	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
São Romão		31 a 32	33	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35 a 36
São Roque De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Sebastião Da Bela Vista	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Sebastião Da Vargem Alegre	30 a 33		34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
São Sebastião Do Anta	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33		31 a 33	30	34
São Sebastião Do Maranhão	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
São Sebastião Do Oeste	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
São Sebastião Do Paraíso	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Sebastião Do Rio Preto	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35	36	30 a 34	35 a 36	
São Sebastião Do Rio Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Thomé Das Letras	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Tiago	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Tomás De Aquino	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Vicente De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Sapucaí-Mirim	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Sardoá	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Sarzedo	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Sem-Peixe	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Senador Amaral	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Senador Cortes	30 a 33	34	35	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Senador Firmino	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Senador José Bento	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Senador Modestino Gonçalves	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34		31 a 34	30	35
Senhora De Oliveira	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Senhora Do Porto	31 a 32	30 + 33	34	30 a 34		35	31 a 34	30 + 35	36
Senhora Dos Remédios	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36		30 a 36		
Sericita	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Seritinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serra Azul De Minas	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35	31 a 34	30 + 35	36
Serra Da Saudade	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Serra Do Salitre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serra Dos Aimorés			30		30	31		30 a 31	32
Serrania	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serranópolis De Minas					31	32		31 a 32	33
Serranos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serro	31 a 33	30 + 34		30 a 34		35 a 36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Sete Lagoas	31 a 34	30	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Setubinha		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Silveirânia	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 35	36	
Silvianópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Simão Pereira	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Simonésia	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34		30 a 33	34	35 a 36
Sobrália	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	
Soledade De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Tabuleiro	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Taiobeiras						31		31	32
Taparuba	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30	34
Tapira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Tapiraí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Taquaraçu De Minas	30 a 34		35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Tarumirim	31	32	30	31 a 32	30 + 33		31 a 33	30	34
Teixeiras	30 a 33		34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Teófilo Otoni			31		31	30 + 32	31 a 32		30 + 33
Timóteo	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34	35	30 a 33	34	35 a 36
Tiradentes	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Tiros	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Tocantins	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Tocos Do Moji	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Toledo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Tombos	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36

Araçuaí						31		31	32
Araguari	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Arantina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Araponga	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Araporã	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Três Corações	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Três Marias	31 a 33		30 + 34 a 35	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 34	30 + 35 a 36	
Três Pontas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Tumiritinga	31		32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Tupaciguara	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Turmalina		31	32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Turvolândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ubá	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Ubaí			31 a 32	32	31	33	32	31 + 33	34
Ubaporanga	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Uberaba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Uberlândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Umburatiba						31		31	30 + 32
Unaí	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 34	30 + 35 a 36		31 a 36	30	
União De Minas	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Uruana De Minas	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35 a 36	31 a 34	35 a 36	
Urucânia	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Urucuia		31 a 32	33	31 a 32	33	34	31 a 33	34	35 a 36
Vargem Alegre	31 a 32		30 + 33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Vargem Bonita	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Vargem Grande Do Rio Pardo						31		31	32
Varginha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Varjão De Minas	31 a 33	34	35 a 36 + 30	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Várzea Da Palma	32	31 + 33		31 a 33	34	35 + 30	31 a 34		30 + 35 a 36
Varzelândia			31		31 a 32		32	31 + 33	
Vazante	31 a 33	34 a 36	30	31 a 34	30 + 35 a 36		30 a 36		
Verdelândia					31	32		31 a 32	33
Veredinha	31		32	31 a 32	33	30	31 a 32	33	34 + 30
Veríssimo	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Vermelho Novo	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34		30 a 33	34	35 a 36
Vespasiano	30 a 34	35	36	30 a 35	36		30 a 36		
Viçosa	30 a 33	34		30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Vieiras	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35	30 a 34	35	36
Virgem Da Lapa			31		31	32	31	32	33
Virgínia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Virginópolis	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34	35	31 a 33	30 + 34	35 a 36
Virgolândia	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35
Visconde Do Rio Branco	30 a 33		34	30 a 34		35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Volta Grande	30 a 33	34		30 a 34	35	36	30 a 35	36	
Wenceslau Braz	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abadia Dos Dourados	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Abaeté	31 a 32	30 + 33	34 a 36	30 a 33	34 a 36		30 a 36		
Abre Campo	30 a 31	32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Acaiaca	30 a 32		33	30 a 33	34	35 a 36	30 a 33	34 a 36	
Açucena		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Água Boa			31	31		30 + 32	31	32	33 + 30
Água Comprida	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Aguanil	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Águas Formosas									31
Aimorés			30 a 31	31	30	32	31	30 + 32	33
Aiuruoca	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Alagoa	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Albertina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Além Paraíba	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Alfenas	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Alfredo Vasconcelos	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Alpercata			30 a 31	31		30 + 32	31	30 + 32	33
Alpinópolis	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Alterosa	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Alto Caparaó	30 a 31	32		30 a 32	33		30 a 33		34 a 36
Alto Jequitibá	30 a 31	32		30 a 32	33		30 a 33		34 a 36
Alto Rio Doce	30 a 32	33	34 a 36	30 a 33	34 a 36		30 a 36		
Alvarenga			30 a 31	31		30 + 32	31	30 + 32	33
Alvinópolis	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Alvorada De Minas	31 a 32	30	33	30 a 33	34		30 a 33	34	35 a 36
Amparo Do Serra	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Andradas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Andrelândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Angelândia			31		31	30 + 32	31	32	33 + 30
Antônio Carlos	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Antônio Dias	31	30 + 32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Antônio Prado De Minas	30 a 31	32	33	30 a 32	33		30 a 33	34	
Araçaí	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Aracitaba	30 a 33		34 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		

Arapuá	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Araújos	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Araxá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Arceburgo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Arcos	30 a 33	34 a 35	36	30 a 36			30 a 36		
Areado	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Argirita	30 a 32		33	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Aricanduva		31		31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Arinos	31		32 a 33	31 a 32	33	34 a 36	31 a 33	34	35 a 36
Astolfo Dutra	30 a 32		33	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Ataléia						30 a 31		31	30 + 32
Augusto De Lima	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35 a 36
Baependi	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Baldim	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Bambuí	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Bandeira Do Sul	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Barão De Cocais	30 a 32	33	34 a 36	30 a 33	34 a 36		30 a 36		
Barão De Monte Alto	31	30 + 32		30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36
Barbacena	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Barra Longa	30 a 32		33	30 a 33	34	35 a 36	30 a 33	34 a 36	
Barroso	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Bela Vista De Minas	31 a 32	30	33	30 a 33	34	35 a 36	30 a 33	34	35 a 36
Belmiro Braga	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Belo Horizonte	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Belo Oriente		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Belo Vale	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Berilo						31		31	32
Berizal									31
Bertópolis									30 a 31
Betim	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Bias Fortes	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Bicas	30 a 32	33	34	30 a 33	34 a 36		30 a 34	35 a 36	
Biquinhas	31 a 32	33	34 + 30	30 a 33	34 a 36		30 a 36		
Boa Esperança	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Bocaina De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bocaiúva		31	32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Bom Despacho	31 a 32	30 + 33 a 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Bom Jardim De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Jesus Da Penha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Jesus Do Amparo	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Bom Jesus Do Galho	31	30	32	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34
Bom Repouso	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Bom Sucesso	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		

Bonfim	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Bonfinópolis De Minas	31		32	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	35 a 36 + 30
Bonito De Minas			31		31	32	31	32	33
Borda Da Mata	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Botelhos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Botumirim			31		31	32	31	32	
Brás Pires	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Brasilândia De Minas		31	32	31 a 32	33	34 + 30	31 a 32	33 a 34	35 a 36 + 30
Brasília De Minas			31		31	32		31 a 32	
Braúnas	31	30	32	31 a 32	30	33	31 a 32	30 + 33	34
Brazópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Brumadinho	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Bueno Brandão	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Buenópolis	31	32	30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35 a 36
Bugre		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	
Buritis	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	30	31 a 36		30
Buritizeiro		31	32	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	35 a 36 + 30
Cabeceira Grande	31 a 32	33	34 a 36 + 30	31 a 36	30		31 a 36	30	
Cabo Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cachoeira Da Prata	31 a 33	30	34	30 a 33	34 a 36		30 a 34	35 a 36	
Cachoeira De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cachoeira De Pajeú									31
Cachoeira Dourada	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Caetanópolis	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Caeté	30 a 33		34 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Caiana	30 a 31	32		30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36
Cajuri	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34 a 36	30 a 33	34	35 a 36
Caldas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Camacho	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Camanducaia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cambuí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cambuquira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campanário					31	30 + 32	31	32	33 + 30
Campanha	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Campestre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Campina Verde	31 a 35	30 + 36		30 a 36			30 a 36		
Campo Azul			31		31	32		31 a 32	33
Campo Belo	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Campo Do Meio	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Campo Florido	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Campos Altos	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Campos Gerais	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Cana Verde	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Canaã	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Canápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Candeias	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cantagalo		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Caparaó	30 a 31	32	33	30 a 32	33		30 a 33		34 a 36

Capela Nova	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Capelinha			31	31		30 + 32	31	32	33 + 30
Capetinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Capim Branco	31 a 33	30	34	30 a 34	35 a 36		30 a 34	35 a 36	
Capinópolis	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Capitão Andrade			31	31		30 + 32	31	30 + 32	33
Capitão Enéas					31	32		31 a 32	
Capitólio	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Caputira	31	30 + 32		30 a 32	33		30 a 33		34 a 36
Caraí						31		31	
Caranaíba	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Carandaí	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carangola	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Caratinga		30 a 31	32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Carbonita		31		31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30

Careaçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carlos Chagas						30		31	30
Carmésia	31 a 32	30	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Carmo Da Cachoeira	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Carmo Da Mata	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carmo De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carmo Do Cajuru	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Carmo Do Paranaíba	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carmo Do Rio Claro	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Carmópolis De Minas	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Carneirinho	31 a 35	36	30	30 a 36			30 a 36		
Carrancas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carvalhópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Carvalhos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Casa Grande	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cascalho Rico	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cássia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cataguases	30 a 31	32	33	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36
Catas Altas	30 a 32	33	34 a 36	30 a 33	34 a 36		30 a 34	35 a 36	
Catas Altas Da Noruega	30 a 33		34 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Catuji						31		31	32
Catuti									31
Caxambu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cedro Do Abaeté	31 a 32	30 + 33 a 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Central De Minas					31	30	31		30 + 32
Centralina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Chácara	30 a 32	33	34	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Chalé	31	30	32	30 a 32		33	30 a 32	33	34
Chapada Do Norte						31	31		32
Chapada Gaúcha		31		31	32	33	31 a 32	33	34
Chiador	30 a 33		34 a 35	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Cipotânea	30 a 32	33	34	30 a 33	34 a 36		30 a 34	35 a 36	
Claraval	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Claro Dos Poções		31		31	32	30	31 a 32	33	30
Cláudio	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Coimbra	30 a 31	32	33	30 a 33		34 a 36	30 a 33	34	35 a 36
Coluna	31		30 + 32	31 a 32	30 + 33		31 a 32	30 + 33	34
Comendador Gomes	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Comercinho									31
Conceição Da Aparecida	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Conceição Da Barra De Minas	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Conceição Das Alagoas	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Conceição Das Pedras	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Conceição De Ipanema		30 a 31	32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	
Conceição Do Mato Dentro	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Conceição Do Pará	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Conceição Do Rio Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Conceição Dos Ouros	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cônego Marinho					31			31 a 32	
Confins	30 a 33	34		30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Congonhal	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Congonhas	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Congonhas Do Norte	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Conquista	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Conselheiro Lafaiete	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Conselheiro Pena			31	31		30 + 32	31	32	30
Consolação	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Contagem	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Coqueiral	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Coração De Jesus			31		31	32	32	31	33
Cordisburgo	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Cordislândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Corinto	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34 a 36	31 a 33	30 + 34 a 36	
Coroaci		31	30	31	30 + 32	33	31 a 32	30	33

Coromandel	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Coronel Fabriciano	31	30	32	30 a 32	33		30 a 33		34
Coronel Murta						31		31	
Coronel Pacheco	30 a 33		34	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Coronel Xavier Chaves	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Córrego Danta	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Córrego Do Bom Jesus	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Córrego Fundo	30 a 33	34 a 35	36	30 a 36			30 a 36		
Córrego Novo	31	30	32	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34
Couto De Magalhães De Minas	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35 a 36
Crisólita									30 a 31
Cristais	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cristália					31		31		32
Cristiano Otoni	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cristina	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Crucilândia	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cruzeiro Da Fortaleza	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Cruzília	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Cuparaque					31	30	31		30 + 32
Curral De Dentro									31
Curvelo	31 a 32	33	30	31 a 33	30 + 34	35 a 36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Datas	31 a 32	30 + 33		31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34 a 36	
Delfim Moreira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Delfinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Delta	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Descoberto	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Desterro De Entre Rios	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Desterro Do Melo	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Diamantina	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30	34	31 a 33	30 + 34	35 a 36
Diogo De Vasconcelos	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Dionísio	31	30 + 32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Divinésia	30 a 32		33	30 a 33	34	35 a 36	30 a 33	34 a 36	
Divino	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Divino Das Laranjeiras					31	30 + 32	31	32	30
Divinolândia De Minas		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Divinópolis	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Divisa Nova	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Dom Bosco	31		32	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	34	35 a 36 + 30
Dom Cavati		31	30	31	30 + 32		31 a 32	30	33
Dom Joaquim	31 a 32	30	33	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36
Dom Silvério	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34 a 36	30 a 33	34 a 36	
Dom Viçoso	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Dona Eusébia	30 a 31	32	33	30 a 33		34 a 36	30 a 33	34	35 a 36
Dores De Campos	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Dores De Guanhães	31	30 + 32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Dores Do Indaiá	31 a 32	30 + 33 a 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Dores Do Turvo	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Doresópolis	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Douradoquara	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Durandé	31	30 + 32		30 a 32		33	30 a 32	33	34 a 36
Elói Mendes	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Engenheiro Caldas			30 a 31	31	30 + 32		31	30 + 32	33
Engenheiro Navarro		31		31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Entre Folhas		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	
Entre Rios De Minas	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Ervália	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Esmeraldas	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Espera Feliz	30 a 31	32	33	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36
Espinosa									31
Espírito Santo Do Dourado	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Estiva	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Estrela Dalva	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36

Estrela Do Indaiá	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Estrela Do Sul	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Eugenópolis	30 a 31	32	33	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36
Ewbank Da Câmara	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Extrema	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Fama	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Faria Lemos	30 a 31	32	33	30 a 32	33		30 a 33		34 a 36
Felício Dos Santos	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35 a 36
Felixlândia	31	32	33 a 34 + 30	31 a 33	30 + 34	35 a 36	31 a 33	30 + 34 a 36	
Fernandes Tourinho		31	30	31	30 + 32		31	30 + 32	33
Ferros	31	30 + 32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Fervedouro	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Florestal	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Formiga	30 a 34	35	36	30 a 36			30 a 36		
Formoso	31	32 a 33	34 a 36	31 a 32	33 a 34	35 a 36 + 30	31 a 33	34 a 36	30
Fortaleza De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Fortuna De Minas	31 a 33	30 + 34		30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Francisco Badaró						31		31	32
Francisco Dumont	31		32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Francisco Sá			31		31	32		31 a 32	
Franciscópolis			31		31	30 + 32	31	32	33 + 30
Frei Gaspar					31	30	31		30 + 32
Frei Inocêncio			31		31	30 + 32	31	32	33 + 30
Frei Lagonegro		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Fronteira	31 a 35	36	30	30 a 36			30 a 36		
Fronteira Dos Vales									31
Fruta De Leite						31		31	32
Frutal	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Funilândia	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Galiléia			31		31	30 + 32	31	32	30
Gameleiras									31
Glaucilândia			31		31	32		31 a 32	30 + 33
Goiabeira					31	30 + 32	31	32	30
Goianá	30 a 32	33	34	30 a 33	34 a 36		30 a 34	35 a 36	
Gonçalves	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Gonzaga		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Gouveia	31 a 32	30 + 33		31 a 33	30 + 34	35 a 36	31 a 33	30 + 34 a 36	
Governador Valadares			30 a 31	31	30	32	31	30 + 32	33
Grão Mogol					31			31 a 32	
Grupiara	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Guanhães	31	30 + 32		31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36

Guapé	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Guaraciaba	30 a 32		33	30 a 33	34	35 a 36	30 a 33	34 a 36	
Guaraciama		31		31	32	30	31 a 32		30 + 33
Guaranésia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guarani	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Guarará	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Guarda-Mor	31 a 32	33	34 a 36 + 30	30 a 36			30 a 36		
Guaxupé	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Guidoval	30 a 31	32	33	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36
Guimarânia	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Guiricema	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Gurinhatã	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Heliodora	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Iapu		31	30	31	30 + 32		31 a 32	30 + 33	
Ibertioga	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Ibiá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ibiaí		31			31 a 32		32	31 + 33	
Ibiracatu					31			31 a 32	
Ibiraci	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ibirité	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Ibitiúra De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ibituruna	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		

Icaraí De Minas			31		31	32		31 a 32	33
Igarapé	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Igaratinga	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Iguatama	30 a 33	34 a 35	36	30 a 36			30 a 36		
Ijaci	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Ilicínea	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Imbé De Minas		31	30	31	30 + 32		31 a 32	30	33
Inconfidentes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Indaiabira									31
Indianópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ingaí	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Inhapim		31	30	31	30 + 32		31 a 32	30 + 33	
Inhaúma	31 a 33	30	34	30 a 34	35 a 36		30 a 34	35 a 36	
Inimutaba	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34	35 a 36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Ipaba		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Ipanema		31	30 + 32	31	30 + 32		31 a 32	30	33
Ipatinga	31	30	32	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34
Ipiaçu	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Ipuiúna	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Iraí De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itabira	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Itabirinha						30 a 31		31	30 + 32
Itabirito	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Itacambira			31	31		30 + 32	31	32	33 + 30
Itacarambi						31		31	32
Itaguara	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Itaipé						31		31	32
Itajubá	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itamarandiba	31		30 + 32	31 a 32	30	33	31 a 32	30 + 33	34
Itamarati De Minas	30 a 31	32	33	30 a 33		34 a 36	30 a 33	34 a 36	
Itambacuri			31		31	30 + 32	31	32	33 + 30
Itambé Do Mato Dentro	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Itamogi	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itamonte	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itanhandu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itanhomi			30 a 31	31		30 + 32	31	30 + 32	33
Itaobim									31
Itapagipe	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Itapecerica	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Itapeva	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itatiaiuçu	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Itaú De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Itaúna	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Itaverava	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Itinga									31
Itueta			31		31	30 + 32	31	32	30
Ituiutaba	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Itumirim	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Iturama	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36			30 a 36		
Itutinga	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Jaboticatubas	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Jacuí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jacutinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Jaguaraçu	31	30 + 32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Jaíba						31		31	
Jampruca			31		31	30 + 32	31	32	33 + 30
Janaúba						31		31	32
Januária			31	31		32	31 a 32		33
Japaraíba	30 a 33	34 a 35	36	30 a 36			30 a 36		
Japonvar					31	32		31 a 32	
Jeceaba	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Jenipapo De Minas						31		31	32
Jequeri	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Jequitaí		31	32	31	32	33 + 30	31 a 32	33	34 + 30
Jequitibá	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Jequitinhonha									31

Jesuânia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Joaíma									31
Joanésia	31	30	32	31 a 32	30 + 33		30 a 33		34
João Monlevade	31 a 32	30	33 a 34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 33	34 a 36	
João Pinheiro	31	32	33	31 a 33	34	35 a 36 + 30	31 a 33	30 + 34 a 36	
Joaquim Felício	31		30 + 32	31 a 32	30 + 33		31 a 33	30	34
José Gonçalves De Minas						31	31		32
José Raydan		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Josenópolis						31		31	32
Juatuba	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Juiz De Fora	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Juramento			31		31	32		31 a 32	33
Juruaia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Juvenília								31	32
Ladainha						31		31	30 + 32
Lagamar	31 a 32	33	34 a 36 + 30	30 a 36			30 a 36		
Lagoa Da Prata	30 a 33	34	35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Lagoa Dos Patos		31			31 a 32	30	32	31 + 33	30
Lagoa Dourada	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Lagoa Formosa	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Lagoa Grande	31	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30 + 34 a 36		31 a 36	30	
Lagoa Santa	30 a 33		34	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Lajinha	31	30	32	30 a 32		33	30 a 32	33	34
Lambari	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Lamim	30 a 33		34 a 36	30 a 33	34 a 36		30 a 36		
Laranjal	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Lassance	31	32		31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34	35 a 36
Lavras	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Leandro Ferreira	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Leme Do Prado					31		31	32	
Leopoldina	30 a 31	32	33	30 a 33		34 a 35	30 a 33	34	35 a 36
Liberdade	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Lima Duarte	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Limeira Do Oeste	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Lontra					31			31 a 32	
Luisburgo	30 a 31	32		30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36
Luislândia			31		31	32		31 a 32	
Luminárias	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Luz	30 a 33	34 a 35	36	30 a 36			30 a 36		
Machacalis									30 a 31
Machado	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Madre De Deus De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Malacacheta			31		31	30 + 32	31	32	33 + 30
Mamonas									31
Manga								31	32
Manhuaçu	31	30 + 32		30 a 32	33		30 a 32	33	34 a 36
Manhumirim	30 a 31	32		30 a 32	33		30 a 33		34 a 36
Mantena						30 a 31		31	30 + 32
Mar De Espanha	30 a 32	33	34	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Maravilhas	31 a 33	30	34	30 a 33	34 a 36		30 a 36		
Maria Da Fé	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mariana	30 a 32	33	34 a 36	30 a 33	34 a 36		30 a 36		
Marilac			31	31		30 + 32	31	32	33 + 30
Mário Campos	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Maripá De Minas	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Marliéria	31	30 + 32		30 a 32	33		30 a 33		34 a 36
Marmelópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Martinho Campos	31 a 32	30 + 33 a 34	35	30 a 33	34 a 36		30 a 36		
Martins Soares	30 a 31	32		30 a 32	33		30 a 32	33	34 a 36
Materlândia	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35 a 36
Mateus Leme	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Mathias Lobato			31	31		30 + 32	31	32	33 + 30
Matias Barbosa	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Matias Cardoso									31

Matipó	30 a 31	32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Mato Verde									31
Matozinhos	31 a 33	30	34	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Matutina	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Medeiros	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Medina									31
Mendes Pimentel					31	30	31		30 + 32
Mercês	30 a 32	33	34	30 a 33	34 a 36		30 a 34	35 a 36	
Mesquita	31		30 + 32	31	30 + 32	33	30 a 32	33	34
Minas Novas					31	30 + 32	31	32	30
Minduri	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Mirabela			31		31	32		31 a 32	
Miradouro	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Miraí	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Miravânia						31		31	32
Moeda	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Moema	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Monjolos	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34	35 a 36
Monsenhor Paulo	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Montalvânia						31		31	32

Monte Alegre De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Monte Azul									31
Monte Belo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Monte Carmelo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Monte Formoso									31
Monte Santo De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Monte Sião	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Montes Claros			31		31	32		31 a 32	33
Montezuma									31
Morada Nova De Minas	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34 a 36		31 a 36	30	
Morro Da Garça	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33 a 34	35 a 36	31 a 33	30 + 34 a 36	
Morro Do Pilar	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Munhoz	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Muriaé	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Mutum		30 a 31	32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	
Muzambinho	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nacip Raydan			30 a 31	31	30	32	31	30 + 32	33
Nanuque						30		30	31
Naque		31	30	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	
Natalândia	31	32	33	31 a 32	33	34 a 36 + 30	31 a 33	34 a 36	30
Natércia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nazareno	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Nepomuceno	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Nova Belém						30 a 31		31	30 + 32
Nova Era	31	30 + 32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Nova Lima	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Nova Módica					31	30 + 32	31		30 + 32
Nova Ponte	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nova Porteirinha						31		31	32
Nova Resende	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Nova Serrana	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Nova União	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36		
Novo Cruzeiro						31		31	30 + 32
Novo Oriente De Minas									31
Novorizonte								31	32
Olaria	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Olhos-D'Água	31		32	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30	34
Olímpio Noronha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Oliveira	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Oliveira Fortes	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Onça De Pitangui	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Oratórios	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Orizânia	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Ouro Branco	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Ouro Fino	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ouro Preto	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Ouro Verde De Minas						30 a 31		31	30 + 32
Padre Carvalho						31		31	32
Padre Paraíso									31
Pai Pedro									31
Paineiras	31 a 32	30 + 33	34 a 36	30 a 33	34 a 36		30 a 36		
Pains	30 a 33	34 a 35	36	30 a 36			30 a 36		
Paiva	30 a 33		34 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Palma	31	30 + 32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Palmópolis									30
Papagaios	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34 a 36		30 a 34	35 a 36	
Pará De Minas	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Paracatu	31 a 32	33	34 a 36 + 30	31 a 33	30 + 34 a 36		31 a 36	30	
Paraguaçu	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Paraisópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Paraopeba	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Passa Quatro	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Passa Tempo	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Passabém	31 a 32	30	33	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36
Passa-Vinte	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Passos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Patis			31		31	32		31 a 32	
Patos De Minas	31 a 33	30 + 34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Patrocínio	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Patrocínio Do Muriaé	30 a 31	32		30 a 32	33		30 a 33	34	
Paula Cândido	30 a 32		33	30 a 33	34	35 a 36	30 a 33	34 a 36	
Paulistas	31		30 + 32	31 a 32	30 + 33	34	31 a 32	30 + 33	34
Pavão						30		31	30
Peçanha		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Pedra Bonita	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Pedra Do Anta	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Pedra Do Indaiá	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Pedra Dourada	30 a 31	32	33	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36
Pedralva	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pedras De Maria Da Cruz					31			31 a 32	
Pedrinópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pedro Leopoldo	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Pedro Teixeira	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Pequeri	30 a 32	33	34	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Pequi	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Perdigão	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Perdizes	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Perdões	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Periquito		31	30	31	30 + 32		31 a 32	30	33
Pescador					31	30 + 32	31		30 + 32
Piau	30 a 33		34	30 a 34	35 a 36		30 a 36		

Piedade De Caratinga		30 a 31	32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	
Piedade De Ponte Nova	30 a 31	32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Piedade Do Rio Grande	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Piedade Dos Gerais	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Pimenta	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Pingo-D'Água	31	30	32	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34
Pintópolis			31		31	32		31 a 32	33
Piracema	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Pirajuba	31 a 36		30	30 a 36			30 a 36		
Piranga	30 a 32	33	34	30 a 33	34 a 36		30 a 36		
Piranguçu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Piranguinho	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pirapetinga	30 a 31	32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Pirapora		31	32	31 a 32		30 + 33	31 a 32	33	34 + 30
Piraúba	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Pitangui	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Piumhi	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Planura	31 a 35	36	30	30 a 36			30 a 36		
Poço Fundo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Poços De Caldas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pocrane		31	30	31	30 + 32		31	30 + 32	33
Pompéu	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34 a 36		30 a 34	35 a 36	
Ponte Nova	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34 a 36	30 a 33	34 a 36	
Ponto Chique			31		31	32	32	31	33
Ponto Dos Volantes									31
Porteirinha						31		31	32
Porto Firme	30 a 32		33	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Poté					31	30 + 32	31	32	30
Pouso Alegre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pouso Alto	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Prados	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Prata	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Pratápolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Pratinha	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Presidente Bernardes	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Presidente Juscelino	31 a 32	30 + 33		31 a 33	30 + 34	35 a 36	31 a 34	30 + 35 a 36	
Presidente Kubitschek	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34		30 a 33	34 a 36	
Presidente Olegário	31 a 32	33	34 a 36 + 30	30 a 36			30 a 36		
Prudente De Morais	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Quartel Geral	31 a 32	30 + 33 a 34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Queluzito	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Raposos	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Raul Soares	31	30	32	30 a 32	33		30 a 32	33	34
Recreio	30 a 31	32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Reduto	31	30 + 32		30 a 32	33		30 a 32	33	34 a 36
Resende Costa	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Resplendor					31	30 + 32	31	32	30
Ressaquinha	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Riachinho		31	32	31	32	33 a 34	31 a 32	33	34 a 36
Riacho Dos Machados						31		31	32
Ribeirão Das Neves	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Ribeirão Vermelho	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Rio Acima	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Rio Casca	31	30 + 32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Rio Do Prado									30
Rio Doce	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34 a 36	30 a 33	34 a 36	
Rio Espera	30 a 33		34 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Rio Manso	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Rio Novo	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Rio Paranaíba	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Rio Pardo De Minas								31	
Rio Piracicaba	30 a 32		33 a 34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 33	34 a 36	
Rio Pomba	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Rio Preto	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rio Vermelho	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35 a 36
Ritápolis	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Rochedo De Minas	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Rodeiro	30 a 32		33	30 a 33		34 a 36	30 a 33	34	35 a 36
Romaria	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Rosário Da Limeira	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Rubelita						31		31	32
Rubim									30
Sabará	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Sabinópolis	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36
Sacramento	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Salinas									31
Santa Bárbara	30 a 33		34 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Santa Bárbara Do Leste	31	30	32	30 a 32		33	30 a 32	33	34
Santa Bárbara Do Monte Verde	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Santa Bárbara Do Tugúrio	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Santa Cruz De Minas	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Santa Cruz De Salinas									31
Santa Cruz Do Escalvado	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36

Santa Efigênia De Minas		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Santa Fé De Minas		31		31	32	33	31 a 32	33	34
Santa Helena De Minas									30 a 31
Santa Juliana	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Luzia	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Santa Margarida	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Santa Maria De Itabira	31 a 32	30	33	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36
Santa Maria Do Suaçuí		31	30	31	30 + 32	33	31 a 32	30	33
Santa Rita De Caldas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita De Ibitipoca	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Santa Rita De Jacutinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rita De Minas	31	30	32	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34
Santa Rita Do Itueto			31	31		30 + 32	31	32	33 + 30
Santa Rita Do Sapucaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santa Rosa Da Serra	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
Santa Vitória	31 a 36	30		30 a 36			30 a 36		
Santana Da Vargem	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Santana De Cataguases	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Santana De Pirapama	31 a 32	30 + 33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Santana Do Deserto	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Santana Do Garambéu	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Santana Do Jacaré	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Santana Do Manhuaçu	31	30	32	30 a 32		33	30 a 32	33	34
Santana Do Paraíso	31		30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Santana Do Riacho	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Santana Dos Montes	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Santo Antônio Do Amparo	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Santo Antônio Do Aventureiro	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Santo Antônio Do Grama	30 a 31	32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Santo Antônio Do Itambé	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35 a 36
Santo Antônio Do Monte	30 a 33	34	35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Santo Antônio Do Retiro									31
Santo Antônio Do Rio Abaixo	31 a 32	30	33	30 a 33	34		30 a 33	34	35 a 36
Santo Hipólito	31 a 32		30 + 33	31 a 33	30 + 34		31 a 33	30 + 34 a 36	
Santos Dumont	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
São Bento Abade	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
São Brás Do Suaçuí	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
São Domingos Das Dores		31	30	31	30 + 32		31 a 32	30	33
São Domingos Do Prata	31	30 + 32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
São Félix De Minas					31	30 + 32	31		30 + 32
São Francisco			31		31	32		31 a 32	33
São Francisco De Paula	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
São Francisco De Sales	31 a 35	36	30	30 a 36			30 a 36		
São Francisco Do Glória	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
São Geraldo	30 a 32		33	30 a 33		34 a 36	30 a 33	34	35 a 36
São Geraldo Da Piedade		31	30	31	30 + 32		31 a 32	30 + 33	
São Geraldo Do Baixio					31	30 + 32	31	32	30
São Gonçalo Do Abaeté	31 a 32	33	34 + 30	31 a 33	30 + 34 a 36		31 a 33	30 + 34 a 36	
São Gonçalo Do Pará	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
São Gonçalo Do Rio Abaixo	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
São Gonçalo Do Rio Preto	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35 a 36
São Gonçalo Do Sapucaí	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Gotardo	30 a 33	34 a 36		30 a 36			30 a 36		
São João Batista Do Glória	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São João Da Lagoa		31			31 a 32		32	31	33
São João Da Mata	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São João Da Ponte					31			31 a 32	
São João Das Missões						31		31	32
São João Del Rei	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São João Do Manhuaçu	30 a 31	32		30 a 32	33		30 a 33		34 a 36
São João Do Manteninha					31	30		31	30 + 32
São João Do Oriente		31	30	31	30 + 32		31 a 32	30	33
São João Do Pacuí			31		31	32		31 a 32	33

São João Do Paraíso									31
São João Evangelista	31		30 + 32	31	30 + 32 a 33		31 a 32	30 + 33	34
São João Nepomuceno	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
São Joaquim De Bicas	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
São José Da Barra	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
São José Da Lapa	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
São José Da Safira			31	31		30 + 32	31	30 + 32	33
São José Da Varginha	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
São José Do Alegre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São José Do Divino					31	30	31		30 + 32
São José Do Goiabal	31	30 + 32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
São José Do Jacuri		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
São José Do Mantimento	31	30	32	30 a 32		33	30 a 32	33	34
São Lourenço	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Miguel Do Anta	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
São Pedro Da União	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Pedro Do Suaçuí		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
São Pedro Dos Ferros	31	30 + 32		30 a 32	33	34	30 a 33		34 a 36
São Romão		31		31	32		31 a 32	33	34
São Roque De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Sebastião Da Bela Vista	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

São Sebastião Da Vargem Alegre	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
São Sebastião Do Anta		31	30	31	30 + 32		31 a 32	30	33
São Sebastião Do Maranhão		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
São Sebastião Do Oeste	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
São Sebastião Do Paraíso	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Sebastião Do Rio Preto	31 a 32	30	33	30 a 33	34		30 a 33	34	35 a 36
São Sebastião Do Rio Verde	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Thomé Das Letras	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Tiago	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
São Tomás De Aquino	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
São Vicente De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Sapucaí-Mirim	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Sardoá		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Sarzedo	30 a 33	34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Sem-Peixe	31	30 + 32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Senador Amaral	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Senador Cortes	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Senador Firmino	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Senador José Bento	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Senador Modestino Gonçalves	31	32	30	31 a 32	30 + 33		31 a 33	30	34
Senhora De Oliveira	30 a 32	33	34	30 a 33	34 a 36		30 a 36		
Senhora Do Porto	31	30 + 32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Senhora Dos Remédios	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Sericita	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Seritinga	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serra Azul De Minas	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33	34	31 a 33	30 + 34	35 a 36
Serra Da Saudade	31 a 33	30 + 34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Serra Do Salitre	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serra Dos Aimorés									30 a 31
Serrania	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serranópolis De Minas						31		31	32
Serranos	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Serro	31 a 32	30	33	31 a 33	30	34	30 a 33	34	35 a 36
Sete Lagoas	31 a 32	30 + 33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Setubinha					31	30 + 32	31	32	30
Silveirânia	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Silvianópolis	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Simão Pereira	30 a 33	34	35 a 36	30 a 35	36		30 a 36		
Simonésia	31	30	32	30 a 32		33	30 a 32	33	34
Sobrália		31	30	31	30 + 32		31 a 32	30	33
Soledade De Minas	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

Tabuleiro	30 a 32	33	34	30 a 33	34 a 36		30 a 34	35 a 36	
Taiobeiras									31
Taparuba		31	30	31	30 + 32		31 a 32	30	33
Tapira	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Tapiraí	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Taquaraçu De Minas	30 a 33		34	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Tarumirim		31	30	31	30 + 32		31	30 + 32	33
Teixeiras	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34 a 36	30 a 33	34	35 a 36
Teófilo Otoni						30 a 31		31	30 + 32
Timóteo	31	30	32	30 a 31	32 a 33		30 a 33		34
Tiradentes	30 a 34	35 a 36		30 a 36			30 a 36		
Tiros	31 a 32	30 + 33 a 34	35 a 36	30 a 36			30 a 36		
Tocantins	30 a 32	33		30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36	
Tocos Do Moji	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Toledo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Tombos	30 a 31	32	33	30 a 32	33		30 a 33		34
Três Corações	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Três Marias	31	32	33 + 30	31 a 32	30 + 33 a 34	35 a 36	31 a 33	30 + 34 a 36	
Três Pontas	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Tumiritinga			31		31	30 + 32	31	32	33 + 30
Tupaciguara	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Turmalina			31		31	30 + 32	31	32	33 + 30
Turvolândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Ubá	30 a 32		33	30 a 33	34	35 a 36	30 a 33	34 a 36	
Ubaí			31		31	32		31 a 32	33
Ubaporanga		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	
Uberaba	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Uberlândia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Umburatiba									30 a 31
Unaí	31 a 32	33	34 a 36 + 30	31 a 33	30 + 34 a 36		31 a 36	30	
União De Minas	31 a 35	30 + 36		30 a 36			30 a 36		
Uruana De Minas	31	32	33	31 a 32	33	34 a 36	31 a 33	34 a 36	
Urucânia	30 a 31	32		30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Urucuia		31		31	32	33	31 a 32	33	34
Vargem Alegre		31	30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Vargem Bonita	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Vargem Grande Do Rio Pardo									31
Varginha	30 a 35	36		30 a 36			30 a 36		
Varjão De Minas	31 a 32	33	34 a 36 + 30	30 a 33	34 a 36		30 a 36		
Várzea Da Palma	31		32	31 a 32	33	30	31 a 32	33	34 + 30
Varzelândia						31		31	32
Vazante	31 a 32	33	34 a 36 + 30	31 a 36	30		30 a 36		

Verdelândia						31		31	32
Veredinha			31	31		30 + 32	31	32	33 + 30
Veríssimo	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Vermelho Novo	31	30	32	30 a 32		33	30 a 32	33	34
Vespasiano	30 a 33	34	35 a 36	30 a 34	35 a 36		30 a 36		
Viçosa	30 a 31	32	33	30 a 33		34 a 36	30 a 33	34	35 a 36
Vieiras	30 a 31	32	33	30 a 32	33	34	30 a 33	34	35 a 36
Virgem Da Lapa						31		31	32
Virgínia	30 a 36			30 a 36			30 a 36		
Virginópolis	31		30 + 32	31	30 + 32	33	31 a 32	30 + 33	34
Virgolândia		31	30	31	30 + 32	33	31 a 32	30	33
Visconde Do Rio Branco	30 a 32		33	30 a 33		34	30 a 33	34	35 a 36
Volta Grande	30 a 31	32	33	30 a 33		34 a 35	30 a 34		35 a 36
Wenceslau Braz	30 a 36			30 a 36			30 a 36		

PORTARIA Nº 41, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado do Rio de Janeiro, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 80$ dias); Grupo II ($80 \text{ dias} \leq n \leq 95$ dias); e Grupo III ($n > 95$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ^{3} 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Nota:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGROP. TERRA ALTA: TAA Bola Cheia e TAA GOL;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRSMG Realce, BRS Ártico, BRS FS305, BRS FC104, BRS FS308, BRS FC310 e BRS FS212;

IAC: IAC Diplomata.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9, ANFc 5 e ANfp 110;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRSMG Uai, BRS Sublime, Xamego, Varre-Sai, BRS VALENTE, BRS Grafite, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS Ametista, BRS 10408, BRS Esteio, BRS FC402, BRS FP403, BRS FC406, BRS FC409 e BRS FS311.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Angra Dos Reis	28 a 35	36	27	28 a 36	27	25 a 26	26 a 36		24 a 25

Aperibé	31 a 32	30	28 a 29 + 33 a 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	30 a 34	28 a 29 + 35	27 + 36
Araruama	28 a 34		27 + 35 a 36	27 a 35	36	23 a 26	26 a 36	24 a 25	22 a 23
Areal	28 a 34	35	36 + 27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Armação Dos Búzios	29 a 32	28 + 33 a 34	27	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	24 a 26
Arraial Do Cabo	28 a 33	34	35 + 27	27 a 35	36	23 a 26	27 a 36	23 a 26	22
Barra Do Piraí	28 a 36		27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Barra Mansa	28 a 36	27		28 a 36	27		28 a 36	27	26
Belford Roxo	29 a 34	28 + 35	36	28 a 36	27		28 a 36	27	25 a 26
Bom Jardim	30 a 34	28 a 29	27 + 35	28 a 35	27 + 36		28 a 36	27	26
Bom Jesus Do Itabapoana	31 a 32	28 a 30	27 + 33	29 a 33	27 a 28 + 34	35	29 a 34	27 a 28	35
Cabo Frio	28 a 33	34	35 + 27	28 a 34	27 + 35 a 36	24 a 26	27 a 36	26	23 a 25
Cachoeiras De Macacu	28 a 34	35	36 + 27	27 a 36	25 a 26	24	26 a 36	25	24
Cambuci	31 a 32	30	28 a 29 + 33	30 a 32	28 a 29 + 33 a 34	27	30 a 33	27 a 29 + 34	35
Campos Dos Goytacazes		30 a 31	28 a 29 + 32	31 a 32	28 a 30	27 + 33 a 34	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34
Cantagalo	30 a 32	33 a 34	27 a 29	30 a 34	27 a 29 + 35	36	30 a 35	27 a 29 + 36	
Carapebus		30 a 32	28 a 29 + 33	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	30 a 33	27 a 29 + 34	35
Cardoso Moreira		31	28 a 30 + 32	31 a 32	28 a 30	27 + 33	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34
Carmo	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	30 a 34	27 a 29 + 35	36	29 a 35	27 a 28 + 36	
Casimiro De Abreu	28 a 34		27 + 35	28 a 34	27 + 35 a 36		27 a 36	26	25
Comendador Levy Gasparian	28 a 34	35	36 + 27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Conceição De Macabu	31 a 32	28 a 30	33 a 34	28 a 33	34	35 + 27	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Cordeiro	30 a 33	28 a 29 + 34	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36	29 a 35	27 a 28 + 36	
Duas Barras	30 a 34	28 a 29	27 + 35	29 a 35	27 a 28 + 36		28 a 36	27	
Duque De Caxias	28 a 34	35	36 + 27	28 a 36	27		28 a 36	27	25 a 26
Engenheiro Paulo De Frontin	28 a 34	35 a 36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Guapimirim	28 a 34	35	36 + 27	28 a 36	27	25 a 26	27 a 36	25 a 26	24
Iguaba Grande	28 a 33	34	35 + 27	27 a 35	36	23 a 26	27 a 36	24 a 26	22 a 23
Itaboraí	28 a 34	35	36 + 27	27 a 36		23 a 26	27 a 36	24 a 26	23
Itaguaí	28 a 34	35 a 36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	26
Italva		30 a 32	28 a 29	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35
Itaocara	31 a 32	30 + 33	28 a 29 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	30 a 34	27 a 29 + 35	36
Itaperuna	31 a 32	30 + 33	28 a 29 + 34	29 a 33	28 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Itatiaia	28 a 36		27	28 a 36	27	25 a 26	27 a 36	26	25
Japeri	28 a 34	35 a 36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Laje Do Muriaé	31 a 32	30 + 33	28 a 29 + 34	29 a 33	28 + 34	27 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Macaé	30 a 33	28 a 29 + 34	27	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	26
Macuco	30 a 33	28 a 29 + 34	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36	29 a 35	27 a 28 + 36	
Magé	28 a 34	35	36 + 27	28 a 36	27	25 a 26	27 a 36		24 a 26
Mangaratiba	30 a 35	28 a 29 + 36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	24 a 26
Maricá	28 a 34	35	36 + 27	27 a 36	24 a 26	23	27 a 36	23 a 26	22
Mendes	28 a 35	36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Mesquita	29 a 34	28 + 35	36	28 a 36	27		28 a 36	27	25 a 26
Miguel Pereira	28 a 34	35 a 36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Miracema	31 a 32	30 + 33	28 a 29 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	29 a 34	28 + 35	27 + 36
Natividade	31 a 32	28 a 30 + 33	27 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Nilópolis	29 a 34	28 + 35	36	28 a 36	27		28 a 36	27	25 a 26
Niterói	28 a 34	35	36 + 27	28 a 36	27	23 a 26	27 a 36	24 a 26	23
Nova Friburgo	28 a 34	35	36 + 27	28 a 35	27 + 36	25 a 26	27 a 36	26	25
Nova Iguaçu	28 a 34	35 a 36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Paracambi	28 a 34	35 a 36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Paraíba Do Sul	28 a 34	35 a 36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Paraty	29 a 36	28	27	28 a 36	25 a 27	24	26 a 36	25	24
Paty Do Alferes	28 a 34	35 a 36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Petrópolis	28 a 34	35	36 + 27	28 a 36	27		28 a 36	27	26
Pinheiral	28 a 35	36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Piraí	28 a 35	36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Porciúncula	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Porto Real	28 a 36	27		28 a 36	27	26	27 a 36		25 a 26
Quatis	28 a 36	27		28 a 36	27	26	27 a 36		25 a 26
Queimados	29 a 34	28 + 35	27 + 36	28 a 36	27		28 a 36	27	
Quissamã		31	28 a 30 + 32	31	28 a 30 + 32	27 + 33 a 34	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34 a 35
Resende	28 a 36	27		28 a 36	27	25 a 26	27 a 36		25 a 26
Rio Bonito	28 a 34	35	36 + 27	27 a 36	25 a 26	23 a 24	26 a 36	24 a 25	23
Rio Claro	28 a 35	36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Rio Das Flores	28 a 35	36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Rio Das Ostras	30 a 32	28 a 29 + 33 a 34		28 a 34	27 + 35		28 a 35	27 + 36	26
Rio De Janeiro	30 a 34	28 a 29 + 35	27 + 36	28 a 36	27		27 a 36		23 a 26
Santa Maria Madalena	31 a 32	30 + 33	28 a 29 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	30 a 34	27 a 29 + 35	36
Santo Antônio De Pádua	31 a 32	30 + 33	28 a 29 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	30 a 34	28 a 29 + 35	27 + 36
São Fidélis	31	30 + 32	28 a 29 + 33	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35
São Francisco De Itabapoana			28 a 31		28 a 32	27	30 a 32	28 a 29	27 + 33
São Gonçalo	28 a 34	35	36 + 27	28 a 36	27	23 a 26	27 a 36	24 a 26	23
São João Da Barra					28 a 31	32		28 a 32	27 + 33
São João De Meriti	28 a 34	35	36 + 27	28 a 36	27		28 a 36	27	24 a 26
São José De Ubá	31 a 32	30	28 a 29 + 33	30 a 33	28 a 29 + 34	27	30 a 33	27 a 29 + 34	35
São José Do Vale Do Rio Preto	28 a 34	35	36 + 27	28 a 36	27		28 a 36	27	
São Pedro Da Aldeia	28 a 33	34	35 + 27	28 a 34	27 + 35 a 36	23 a 26	27 a 36	25 a 26	22 a 24
São Sebastião Do Alto	30 a 32	33	34 + 28 a 29	30 a 34	28 a 29	27 + 35	30 a 34	27 a 29 + 35	36
Sapucaia	30 a 34	28 a 29	27 + 35 a 36	28 a 35	27 + 36		28 a 36	27	
Saquarema	28 a 34	35	36 + 27	27 a 36	24 a 26	23	27 a 36	23 a 26	22
Seropédica	28 a 34	35 a 36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Silva Jardim	28 a 34	35	36 + 27	27 a 36	25 a 26	24	26 a 36	25	24
Sumidouro	28 a 34		27 + 35 a 36	28 a 35	27 + 36		28 a 36	27	26
Tanguá	28 a 34	35	36 + 27	27 a 36		23 a 26	27 a 36	24 a 26	23
Teresópolis	28 a 34	35	36 + 27	28 a 36	27		28 a 36	27	26
Trajano De Moraes	30 a 33	28 a 29 + 34	27	28 a 34	27 + 35	36	28 a 35	27 + 36	
Três Rios	28 a 34	35	36 + 27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Valença	28 a 36	27		28 a 36	27		28 a 36	27	26
Varre-Sai	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	28 a 33	27 + 34	35	29 a 34	27 a 28 + 35	36
Vassouras	28 a 35	36	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Volta Redonda	28 a 36		27	28 a 36	27		28 a 36	27	

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Angra Dos Reis	28 a 36	27	26	27 a 36	26	23 a 25	27 a 36	26	23 a 25
Aperibé	31 a 32	30 + 33	27 a 29	30 a 33	28 a 29 + 34	27	30 a 34	28 a 29 + 35	27 + 36
Araruama	27 a 34		23 a 26 + 35 a 36	27 a 35	23 a 26 + 36	22	26 a 36	23 a 25	22
Areal	28 a 34	27 + 35	36	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26

Armação Dos Búzios	28 a 32	27 + 33 a 34		27 a 34	35	36 + 23 a 26	27 a 35	26 + 36	23 a 25
Arraial Do Cabo	27 a 33	34	35 a 36 + 23 a 26	27 a 35	23 a 26 + 36	22	26 a 36	23 a 25	22
Barra Do Piraí	28 a 36	27		28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Barra Mansa	27 a 36		26	27 a 36	26		27 a 36	26	25
Belford Roxo	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	24 a 26	27 a 36	26	24 a 25
Bom Jardim	28 a 34	27	35 a 36	28 a 35	27 + 36	26	28 a 36	27	25 a 26
Bom Jesus Do Itabapoana	31 a 32	27 a 30 + 33		29 a 33	27 a 28 + 34		29 a 33	27 a 28 + 34	35 a 36
Cabo Frio	27 a 33	34	35	27 a 35	26 + 36	23 a 25	27 a 35	24 a 26 + 36	22 a 23
Cachoeiras De Macacu	27 a 34	35	36 + 24 a 26	27 a 35	24 a 26 + 36	23	26 a 36	24 a 25	23
Cambuci	31	30 + 32	27 a 29 + 33	30 a 32	27 a 29 + 33	34	30 a 33	27 a 29 + 34	35
Campos Dos Goytacazes		30 a 31	27 a 29 + 32	30 a 31	27 a 29 + 32	33	30 a 32	27 a 29 + 33	34
Cantagalo	30 a 33	34	27 a 29	30 a 34	27 a 29 + 35	36	30 a 35	28 a 29 + 36	27
Carapebus	31	28 a 30 + 32	27	30 a 32	27 a 29 + 33	34	29 a 32	27 a 28 + 33 a 34	26 + 35
Cardoso Moreira		30 a 31	27 a 29 + 32	30 a 31	27 a 29 + 32	33	30 a 32	27 a 29 + 33	34
Carmo	30 a 33	28 a 29 + 34	27	29 a 34	27 a 28 + 35	36	29 a 35	28 + 36	27
Casimiro De Abreu	27 a 33	34	35 a 36	27 a 35	26 + 36	24 a 25	26 a 35	25 + 36	24
Comendador Levy Gasparian	30 a 34	27 a 29 + 35 a 36		28 a 36	27		28 a 36	27	
Conceição De Macabu	30 a 31	27 a 29 + 32 a 33		30 a 32	27 a 29 + 33 a 34	35	28 a 33	27 + 34 a 35	26 + 36
Cordeiro	30 a 33	27 a 29 + 34		29 a 34	27 a 28 + 35	26 + 36	28 a 35	27 + 36	26
Duas Barras	30 a 34	27 a 29	35	29 a 35	27 a 28 + 36	26	28 a 36	27	26
Duque De Caxias	28 a 34	27 + 35	36	27 a 36		24 a 26	27 a 36	26	24 a 25
Engenheiro Paulo De Frontin	28 a 34	27 + 35 a 36		28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Guapimirim	27 a 34	35	36 + 26	27 a 35	26 + 36	23 a 25	27 a 36	24 a 26	23
Iguaba Grande	27 a 33	34	35 a 36 + 23 a 26	27 a 35	23 a 26 + 36	22	26 a 35	23 a 25 + 36	22
Itaboraí	27 a 34	35	36 + 23 a 26	27 a 35	24 a 26 + 36	23	26 a 36	24 a 25	22 a 23
Itaguaí	28 a 34	27 + 35 a 36	26	27 a 36	26	24 a 25	27 a 36	26	24 a 25
Italva	31	30	27 a 29 + 32	30 a 32	27 a 29 + 33	34	30 a 32	27 a 29 + 33 a 34	35
Itaocara	31 a 32	30 + 33	27 a 29	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	30 a 34	28 a 29 + 35	27 + 36
Itaperuna	31 a 32	30 + 33	27 a 29	29 a 33	27 a 28 + 34		29 a 34	27 a 28	35 a 36
Itatiaia	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Japeri	28 a 34	27 + 35 a 36		27 a 36		26	27 a 36		26
Laje Do Muriaé	31 a 32	30 + 33	27 a 29	29 a 33	27 a 28 + 34		29 a 34	28 + 35	27 + 36
Macaé	28 a 33	27 + 34		27 a 34	35	36 + 26	27 a 35	26 + 36	25
Macuco	30 a 33	28 a 29 + 34	27	30 a 34	27 a 29 + 35	26 + 36	29 a 35	27 a 28 + 36	
Magé	27 a 34	35	36 + 26	27 a 35	26 + 36	24 a 25	27 a 36	26	23 a 25
Mangaratiba	28 a 35	27 + 36	26	27 a 36	26	24 a 25	27 a 36	26	23 a 25
Maricá	27 a 34	35	36 + 23 a 26	27 a 35	23 a 26 + 36	22	24 a 36	23	22
Mendes	28 a 35	27 + 36		27 a 36		26	28 a 36	27	26
Mesquita	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	24 a 26	27 a 36	26	24 a 25
Miguel Pereira	28 a 34	27 + 35 a 36		28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Miracema	31 a 32	30 + 33	27 a 29	30 a 33	27 a 29 + 34		29 a 34	28 + 35	27 + 36
Natividade	31 a 32	28 a 30 + 33	27	29 a 33	27 a 28 + 34		29 a 34	27 a 28	35 a 36
Nilópolis	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	24 a 26	27 a 36	26	24 a 25
Niterói	27 a 34	35	36 + 23 a 26	27 a 35	26 + 36	23 a 25	27 a 36	24 a 26	22 a 23
Nova Friburgo	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	26 + 36	24 a 25	27 a 36	26	24 a 25
Nova Iguaçu	28 a 34	27 + 35 a 36		27 a 36		24 a 26	27 a 36	26	24 a 25
Paracambi	28 a 35	27 + 36		27 a 36		26	27 a 36		26
Paraíba Do Sul	28 a 34	27 + 35 a 36		28 a 36	27		28 a 36	27	26
Paraty	28 a 36	27	25 a 26	27 a 36	25 a 26	23 a 24	26 a 36	25	23 a 24
Paty Do Alferes	28 a 34	27 + 35 a 36		28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Petrópolis	28 a 34	27 + 35	36	28 a 35	27 + 36	26	28 a 36	27	25 a 26
Pinheiral	28 a 35	27 + 36	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Piraí	28 a 35	27 + 36	26	27 a 36		26	27 a 36	26	25
Porciúncula	30 a 32	28 a 29 + 33	27 + 34	29 a 33	27 a 28 + 34		29 a 34	27 a 28 + 35	36
Porto Real	27 a 36		26	27 a 36		25 a 26	27 a 36	26	25
Quatis	27 a 36		26	27 a 36		25 a 26	27 a 36		26
Queimados	28 a 34	27 + 35 a 36		27 a 36		26	27 a 36	26	24 a 25
Quissamã		30 a 31	27 a 29 + 32	30 a 31	27 a 29 + 32	33	30 a 32	27 a 29 + 33	34 a 35
Resende	27 a 36		26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Rio Bonito	27 a 34	35	36 + 23 a 26	27 a 35	23 a 26 + 36	22	25 a 36	23 a 24	22
Rio Claro	27 a 35	36	26	27 a 36	26		27 a 36	26	25
Rio Das Flores	28 a 35	27 + 36		28 a 36	27		28 a 36	27	
Rio Das Ostras	28 a 32	27 + 33	34	27 a 34	35	36 + 26	27 a 35	26	25 + 36
Rio De Janeiro	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	26 + 36	23 a 25	27 a 36	24 a 26	23
Santa Maria Madalena	30 a 32	33	27 a 29	30 a 32	27 a 29 + 33 a 34	35	30 a 34	27 a 29 + 35	36
Santo Antônio De Pádua	31 a 32	30 + 33	27 a 29 + 34	30 a 33	28 a 29 + 34	27 + 35	30 a 34	28 a 29 + 35	27 + 36
São Fidélis	31	30 + 32	27 a 29	30 a 32	27 a 29 + 33	34	30 a 32	28 a 29 + 33 a 34	27 + 35
São Francisco De Itabapoana		30	27 a 29 + 31	31	27 a 30	32	29 a 31	27 a 28 + 32	33
São Gonçalo	27 a 34	35	36 + 23 a 26	27 a 35	26 + 36	23 a 25	27 a 36	24 a 26	22 a 23
São João Da Barra			27 a 31		27 a 31	32	31	27 a 30 + 32	33
São João De Meriti	28 a 34	27 + 35	36	27 a 35	36	24 a 26	27 a 36	26	24 a 25
São José De Ubá	31	30 + 32	27 a 29 + 33	30 a 32	27 a 29 + 33 a 34		30 a 33	27 a 29 + 34	35
São José Do Vale Do Rio Preto	28 a 34	27 + 35	36	28 a 35	27 + 36		28 a 36	27	
São Pedro Da Aldeia	27 a 33	34	35 + 23 a 26	27 a 35	26 + 36	22 a 25	26 a 35	23 a 25 + 36	22
São Sebastião Do Alto	30 a 32	33	34 + 27 a 29	30 a 33	27 a 29 + 34	35	30 a 34	27 a 29 + 35	36
Sapucaia	30 a 34	27 a 29 + 35	36	28 a 35	27 + 36		28 a 36	27	
Saquarema	27 a 34	35	36 + 23 a 26	27 a 35	23 a 26 + 36	22	24 a 36	23	22
Seropédica	28 a 34	27 + 35 a 36		27 a 36		26	27 a 36	26	24 a 25
Silva Jardim	27 a 34	35	36 + 23 a 26	27 a 35	24 a 26 + 36	23	25 a 36	24	23
Sumidouro	30 a 34	27 a 29	35 a 36	28 a 35	27 + 36	26	28 a 36	27	26
Tanguá	27 a 34	35	36 + 23 a 26	27 a 35	23 a 26 + 36	22	26 a 36	23 a 25	22
Teresópolis	28 a 34	27 + 35	36	28 a 35	27 + 36	26	28 a 36	27	26
Trajano De Moraes	30 a 33	27 a 29 + 34		28 a 34	27 + 35	26 + 36	28 a 35	27 + 36	26
Três Rios	28 a 34	27 + 35 a 36		28 a 36	27		28 a 36	27	
Valença	28 a 36	27		28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Varre-Sai	30 a 32	27 a 29 + 33		28 a 33	27 + 34		29 a 34	27 a 28 + 35	36
Vassouras	28 a 35	27 + 36		28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Volta Redonda	28 a 36	27	26	27 a 36		26	27 a 36		26

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Angra Dos Reis	27 a 34	26 + 35 a 36		27 a 36	26	23 a 25	26 a 36		23 a 25
Aperibé		30 a 31	27 a 29 + 32	30 a 31	27 a 29 + 32	33	30 a 32	27 a 29 + 33	34
Araruama	27 a 32	26 + 33	34	26 a 34	25 + 35 a 36	22 a 24	25 a 34	23 a 24 + 35 a 36	22
Areal	28 a 33	27 + 34	35 a 36	28 a 35	27 + 36	26	28 a 36	27	26
Armação Dos Búzios	28 a 31	27 + 32	26 + 33	27 a 32	26 + 33 a 34	25 + 35 a 36	26 a 34	25	24 + 35 a 36
Arraial Do Cabo	27 a 31	26 + 32 a 33	34	26 a 34	25 + 35 a 36	22 a 24	26 a 34	23 a 25 + 35 a 36	22
Barra Do Piraí	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Barra Mansa	27 a 36		26	27 a 36	26	25	27 a 36		25 a 26
Belford Roxo	27 a 33	34	35 a 36 + 26	27 a 34	26 + 35 a 36	25	26 a 36		24 a 25
Bom Jardim	28 a 32	27 + 33	26 + 34	28 a 34	26 a 27	25 + 35 a 36	28 a 34	26 a 27 + 35 a 36	
Bom Jesus Do Itabapoana	30	27 a 29 + 31	32	29 a 31	27 a 28 + 32	33	29 a 32	27 a 28 + 33	26 + 34
Cabo Frio	27 a 32	33	26	26 a 33	34	35 a 36 + 24 a 25	26 a 34	24 a 25 + 35 a 36	22 a 23
Cachoeiras De Macacu	27 a 33	26 + 34	35 a 36	26 a 34	24 a 25 + 35 a 36	23	26 a 36	24 a 25	23
Cambuci		30 a 31	27 a 29	30 a 31	27 a 29 + 32	33	30 a 32	27 a 29 + 33	34
Carapebus		27 a 30	31	30 a 31	27 a 29	26 + 32 a 33	29 a 31	26 a 28 + 32	33 a 34
Comendador Levy Gasparian	28 a 33	27 + 34	35 a 36	28 a 35	27 + 36		28 a 36	27	
Campos Dos Goytacazes		30	27 a 29	30	27 a 29 + 31	26 + 32	30 a 31	27 a 29 + 32	26 + 33
Cantagalo	30 a 31	28 a 29 + 32	27 + 33	30 a 33	27 a 29	34	30 a 33	27 a 29 + 34	35 a 36
Cardoso Moreira			27 a 30	30	27 a 29 + 31		30 a 31	27 a 29	26 + 32 a 33
Carmo	30 a 32	28 a 29 + 33	27	29 a 33	27 a 28 + 34	35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 35 a 36	
Casimiro De Abreu	27 a 32	33	34 + 26	26 a 33	34	35 a 36 + 24 a 25	26 a 34	24 a 25 + 35 a 36	
Conceição De Macabu	30	27 a 29 + 31	26 + 32	28 a 31	26 a 27 + 32	33	29 a 32	26 a 28 + 33 a 34	
Cordeiro	30 a 32	27 a 29 + 33		29 a 33	27 a 28 + 34	26 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 35 a 36	26
Duas Barras	30 a 32	27 a 29 + 33	34	28 a 33	27 + 34	26 + 35 a 36	28 a 34	27 + 35 a 36	26
Duque De Caxias	27 a 33	34	35 a 36 + 26	27 a 34	26 + 35 a 36	25	27 a 36	26	24 a 25
Engenheiro Paulo De Frontin	28 a 33	27 + 34 a 35	26 + 36	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Guapimirim	27 a 33	26 + 34	35 a 36	26 a 34	35 a 36	24 a 25	26 a 36	25	23 a 24
Iguaba Grande	27 a 32	26 + 33	34	26 a 34	25 + 35 a 36	22 a 24	26 a 34	23 a 25 + 35 a 36	22
Itaboraí	27 a 33	26 + 34	35 a 36	26 a 34	25 + 35 a 36	22 a 24	26 a 36	23 a 25	22
Itaguaí	27 a 33	26 + 34 a 35	36	27 a 36	26	25	26 a 36		25
Italva		30	27 a 29 + 31	30 a 31	27 a 29	32	30 a 31	27 a 29 + 32	33
Itaocara		30 a 31	27 a 29 + 32	30 a 31	27 a 29 + 32	33	30 a 32	27 a 29 + 33 a 34	
Itaperuna		30 a 31	27 a 29 + 32	29 a 32	27 a 28	33	29 a 32	27 a 28 + 33	34
Itatiaia	27 a 36		26	27 a 36	26	25	27 a 36		25 a 26
Japeri	28 a 33	27 + 34	26 + 35 a 36	27 a 36	26		27 a 36	26	25
Laje Do Muriaé	31	30	27 a 29 + 32	29 a 32	27 a 28 + 33		29 a 32	27 a 28 + 33	34
Macaé	28 a 31	27 + 32	26 + 33	27 a 33	26 + 34	25 + 35 a 36	27 a 34	26	25 + 35 a 36
Macuco	30 a 31	28 a 29 + 32	27 + 33	30 a 33	27 a 29 + 34	26 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28	26 + 35 a 36
Magé	27 a 33	26 + 34	35 a 36	26 a 34	35 a 36	25	26 a 36	25	23 a 24
Mangaratiba	28 a 33	26 a 27 + 34 a 35	36	27 a 35	26 + 36	25	26 a 36	25	24
Maricá	27 a 33	26 + 34	35 a 36	26 a 34	25 + 35 a 36	22 a 24	26 a 36	23 a 25	22
Mendes	28 a 34	27 + 35 a 36	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Mesquita	28 a 33	27 + 34	26 + 35 a 36	27 a 34	26 + 35 a 36	25	26 a 36		24 a 25
Miguel Pereira	28 a 33	27 + 34	26 + 35 a 36	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Miracema	31	30	27 a 29 + 32	30 a 32	27 a 29 + 33		29 a 32	27 a 28 + 33	34
Natividade	30 a 31	28 a 29 + 32	27	29 a 32	27 a 28 + 33		29 a 32	27 a 28 + 33	34
Nilópolis	28 a 33	27 + 34	26 + 35 a 36	27 a 34	26 + 35 a 36	25	26 a 36		24 a 25
Niterói	27 a 33	26 + 34	35 a 36	26 a 34	35 a 36	22 a 25	26 a 36	23 a 25	22
Nova Friburgo	27 a 33	26	34 a 36	27 a 34	26 + 35 a 36	24 a 25	27 a 36	26	24 a 25
Nova Iguaçu	27 a 33	34	35 a 36 + 26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Paracambi	28 a 33	27 + 34 a 35	26 + 36	27 a 36	26		28 a 36	26 a 27	
Paraíba Do Sul	28 a 33	27 + 34	35 a 36	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Paraty	28 a 35	26 a 27 + 36		27 a 36	26	23 a 25	26 a 36	24 a 25	23
Paty Do Alferes	28 a 33	27 + 34	26 + 35 a 36	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Petrópolis	28 a 33	27 + 34	26 + 35 a 36	28 a 34	26 a 27 + 35 a 36		28 a 36	27	26
Pinheiral	28 a 34	27 + 35 a 36	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Piraí	27 a 34	35 a 36	26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Porciúncula	30 a 31	27 a 29 + 32		29 a 32	27 a 28 + 33		29 a 32	27 a 28 + 33	34 a 36
Porto Real	27 a 36		26	27 a 36		25 a 26	27 a 36		25 a 26
Quatis	27 a 36		26	27 a 36		25 a 26	27 a 36		25 a 26
Queimados	28 a 33	27 + 34	26 + 35 a 36	27 a 35	26 + 36		27 a 36	26	25
Quissamã		30	27 a 29 + 31	30	27 a 29 + 31	26 + 32	30 a 31	27 a 29 + 32	26 + 33
Resende	27 a 36		26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Rio Bonito	27 a 33	26 + 34	35 a 36	26 a 34	24 a 25 + 35 a 36	22 a 23	24 a 36	23	22
Rio Claro	27 a 34	26 + 35 a 36		27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Rio Das Flores	28 a 34	27 + 35 a 36		28 a 36	27	26	28 a 36	27	
Rio Das Ostras	28 a 31	27 + 32	26 + 33	27 a 32	26 + 33	34	26 a 33	34	35 a 36 + 25
Rio De Janeiro	27 a 33	34	35 a 36 + 26	27 a 34	26 + 35 a 36	25	26 a 36	25	22 a 24
Santa Maria Madalena	30	31	32 + 27 a 29	30 a 31	27 a 29 + 32	26 + 33	29 a 32	27 a 28 + 33 a 34	26
Santo Antônio De Pádua	31	30	27 a 29 + 32	30 a 32	28 a 29 + 33	27	30 a 33	27 a 29 + 34	35 a 36
São Francisco De Itabapoana			27 a 28		27 a 30	26 + 31	29 a 30	27 a 28 + 31	26 + 32
São Fidélis		30	27 a 29 + 31	30 a 31	27 a 29 + 32		30 a 31	27 a 29 + 32 a 33	34
São Gonçalo	27 a 33	26 + 34	35 a 36	26 a 34	25 + 35 a 36	22 a 24	26 a 36	23 a 25	22
São João Da Barra			27		27 a 29	26 + 30		27 a 30	26 + 31
São João De Meriti	27 a 33	34	35 a 36 + 26	27 a 34	26 + 35 a 36	25	26 a 36		24 a 25
São José De Ubá		30 a 31	27 a 29 + 32	30 a 31	27 a 29 + 32	33	29 a 32	27 a 28 + 33	34
São José Do Vale Do Rio Preto	28 a 33	27 + 34	35 a 36	28 a 34	27 + 35 a 36		28 a 36	27	
São Pedro Da Aldeia	27 a 31	26 + 32 a 33	34	26 a 33	25 + 34	22 a 24 + 35 a 36	26 a 34	24 a 25 + 35 a 36	22 a 23
São Sebastião Do Alto	30 a 31	32	27 a 29	30 a 32	27 a 29 + 33	34	30 a 33	27 a 29 + 34	35 a 36
Sapucaia	30 a 33	27 a 29	34 a 35	28 a 34	27 + 35 a 36		28 a 36	27	
Saquarema	27 a 32	26 + 33 a 34	35 a 36	26 a 34	25 + 35 a 36	22 a 24	25 a 36	23 a 24	22
Seropédica	27 a 33	34	35 a 36 + 26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Silva Jardim	27 a 33	26 + 34	35 a 36	26 a 34	24 a 25 + 35 a 36	23	24 a 36	23	22
Sumidouro	28 a 33	27	34	28 a 34	27 + 35 a 36	26	28 a 36	27	26
Tanguá	27 a 33	26 + 34	35 a 36	26 a 34	25 + 35 a 36	22 a 24	25 a 36	23 a 24	22
Teresópolis	28 a 33	27 + 34	26 + 35 a 36	28 a 34	27 + 35 a 36	26	28 a 36	27	26
Trajano De Moraes	30 a 32	27 a 29	26 + 33	28 a 33	26 a 27 + 34	35 a 36	28 a 34	27	26 + 35 a 36
Três Rios	28 a 33	27 + 34	35 a 36	28 a 35	27 + 36		28 a 36	27	
Valença	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Varre-Sai	30 a 31	27 a 29 + 32		28 a 32	27 + 33		28 a 32	27 + 33	34
Vassouras	28 a 34	27 + 35 a 36	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Volta Redonda	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26	27 a 36		26

PORTARIA Nº 42, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de São Paulo, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 80$ dias); Grupo II ($80 \text{ dias} \leq n \leq 95$ dias); e Grupo III ($n > 95$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ^{3} 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Notas:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9 e ANFc 5;

AGROP. TERRA ALTA: TAA Bola Cheia, TAA GOL, TAA DAMA e TAA Marhe;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: Jalo Precoce, BRS Radiante, BRSMG Realce, BRS FC104, BRS FS308, BRS FC310 e BRS FS212;

IAC: IAC Boreal, IAC Imperador, IAC Nuance, IAC Tigre, IAC Veloz e IAC 1849 Polaco;

IAPAR: IPR Siriri, IPR Eldorado, IPR CURIÓ, IPR Andorinha e IPR CELEIRO.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANfp 110;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRS Sublime, Diamante Negro, Aporé, Pérola, BRS Campeiro, BRS VALENTE, BRS Timbó, BRS Vereda, BRS Grafite, BRS Requinte, BRS Pontal, BRS Horizonte, BRS 7762, BRS Pitanga, BRS 9435 Cometa, BRS Esplendor, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS Ametista, BRS 10408, BRS FC402, BRS FP403, BRS FC406, BRS FC409, BRS FS311 e BRS Esteio;

IAC: IAC-Una, IAC Esperança, IAC Jabola, IAC Galante, IAC Milênio, IAC Netuno, IAC Sintonia e IAC 1850;

IAPAR: Iapar 31, Iapar 81, IPR Uirapuru, IPR Juriti, IPR Tiziu, IPR Tangará, IPR Tuiuiú, IPR Campos Gerais, IPR BEM-TE-VI, IPR Quero-quero, IPR Nhambu, IPR Urutau e IPR Sabiá.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	29 a 30
Adolfo	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Aguaí	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Águas Da Prata	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Águas De Lindóia	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	27
Águas De Santa Bárbara	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Águas De São Pedro	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Agudos	34 a 36	32 a 33	31	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Alambari	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Alfredo Marcondes		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	30
Altair	31 a 36			31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Altinópolis	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Alto Alegre		32 a 36	31	32 a 36	31		31 a 36		30
Alumínio	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Álvares Florence	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Álvares Machado		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	30

Álvaro De Carvalho		32 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Alvinlândia		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Americana	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Américo Brasiliense	31 a 36		30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Américo De Campos	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
Amparo	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Analândia	31 a 36		30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Andradina		34 a 36	32 a 33	32 a 36		31	32 a 36	31	30
Angatuba	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Anhembi	34 a 36	31 a 33		31 a 36		29 a 30	31 a 36	29 a 30	28
Anhumas		34 a 36	33	34 a 35	33 + 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30
Aparecida	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	
Aparecida D'Oeste		32 a 36	31	32 a 36	31		31 a 36		30
Apiaí	34 a 36	33	31 a 32	32 a 36	31	26 a 30	32 a 36	26 a 31	23 a 25
Araçariguama	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Araçatuba		34 a 36	32 a 33	32 a 36	31		32 a 36	31	30
Araçoiaba Da Serra	34 a 36	31 a 33		32 a 36	30 a 31	29	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Aramina	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Arandu	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		28 a 30
Arapeí	28 a 36		27	28 a 36	27	26	27 a 36		25 a 26
Araraquara	31 a 36		30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Araras	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Arco-Íris		34 a 36	32 a 33	32 a 36	31		32 a 36	31	30
Arealva	34 a 36	32 a 33	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Areias	28 a 36		27	28 a 36	27	25 a 26	27 a 36	26	25
Areiópolis	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Ariranha	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Artur Nogueira	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Arujá	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Aspásia	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	
Assis		34 a 36	33	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	28 a 30
Atibaia	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Auriflama	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		30
Avaí		32 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Avanhandava		32 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		30
Avaré	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Bady Bassitt	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Balbinos		32 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Bálsamo	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	29 a 30	
Bananal	28 a 36		27	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25
Barão De Antonina		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Barbosa	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Bariri	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Barra Bonita	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Barra Do Chapéu	34 a 36	33	31 a 32	33 a 36	31 a 32	24 a 30	32 a 36	27 a 31	23 a 26
Barra Do Turvo	33 a 36	31 a 32	24 a 30	31 a 36	24 a 30	23	25 a 36	24	22 a 23
Barretos	31 a 35	36	30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Barrinha	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Barueri	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Bastos		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	29 a 30
Batatais	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Bauru	35 a 36	32 a 34	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Bebedouro	32 a 35	31 + 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Bento De Abreu		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Bernardino De Campos		34 a 36	31 a 33	32 a 36	31	30	31 a 36		27 a 30
Bertioga	32 a 36	31	29 a 30 + 25	31 a 36	24 a 30	23	26 a 36	24 a 25	23
Bilac		34 a 36	32 a 33	32 a 36	31		32 a 36	31	30
Birigui		34 a 36	31 a 33	32 a 36	31		31 a 36		30
Biritiba-Mirim	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	24 a 28	30 a 36	25 a 29	24
Boa Esperança Do Sul	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Bocaina	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Bofete	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Boituva	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Bom Jesus Dos Perdões	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Bom Sucesso De Itararé		33 a 36	31 a 32	33 a 36	32	27 a 31	32 a 36	31 + 27	28 a 30 + 23 a 26
Borá		34 a 36	32 a 33	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	28 a 30
Boracéia	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Borborema	34 a 35	32 a 33 + 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Borebi	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Botucatu	33 a 36	31 a 32		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Bragança Paulista	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Braúna		33 a 36	32	32 a 36	31		32 a 36	31	30
Brejo Alegre		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31		31 a 36		29 a 30
Brodowski	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Brotas	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Buri	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29
Buritama	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Buritizal	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Cabrália Paulista	36	32 a 35	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Cabreúva	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Caçapava	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Cachoeira Paulista	28 a 36		27	28 a 36	27		27 a 36		26
Caconde	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	
Cafelândia	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29

Caiabu		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	31 a 32	29 a 30
Caieiras	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Caiuá		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	30
Cajamar	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Cajati	33 a 36	31 a 32	30 + 26	32 a 36	31 + 26 a 27	28 a 30 + 23 a 25	31 a 36	24 a 30	23
Cajobi	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Cajuru	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Campina Do Monte Alegre	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29
Campinas	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Campo Limpo Paulista	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Campos Do Jordão	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Campos Novos Paulista		34 a 36	31 a 33	32 a 36	31	30	32 a 36	31	28 a 30
Cananéia	32 a 36	31 + 26	27 a 30 + 23 a 25	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23	24 a 36	23	22
Canas	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27		28 a 36	27	26
Cândido Mota			34 a 36	35 a 36	32 a 34	31	32 a 36	31	28 a 30
Cândido Rodrigues	32 a 35	31 + 36		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Canitar		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	31	27 a 30
Capão Bonito	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	26 a 30	31 a 36	30 + 26	27 a 29 + 24 a 25
Capela Do Alto	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	28
Capivari	34 a 35	32 a 33 + 36	31	31 a 36		29 a 30	31 a 36	29 a 30	
Caraguatatuba	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	23 a 27
Carapicuíba	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Cardoso	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Casa Branca	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Cássia Dos Coqueiros	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Castilho		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Catanduva	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Catiguá	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Cedral	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Cerqueira César	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Cerquilho	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Cesário Lange	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Charqueada	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Chavantes		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	31	27 a 30
Clementina		33 a 36	32	32 a 36	31		32 a 36	31	30
Colina	32 a 35	31 + 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Colômbia	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Conchal	32 a 36	31	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Conchas	34 a 36	32 a 33	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Cordeirópolis	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Coroados		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31		32 a 36	31	30
Coronel Macedo		34 a 36	31 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	27 a 30
Corumbataí	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Cosmópolis	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Cosmorama	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Cotia	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30	27 a 28	30 a 36	28 a 29	26 a 27
Cravinhos	31 a 36		30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Cristais Paulista	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36		27
Cruzália			34 a 36	35 a 36	34	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Cruzeiro	28 a 36		27	28 a 36	27		28 a 36	27	26
Cubatão	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	23 a 28	29 a 36	24 a 28	23
Cunha	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27	25 a 26	27 a 36	26	24 a 25
Descalvado	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Diadema	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	27 a 28	30 a 36	28 a 29	26 a 27
Dirce Reis	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		30
Divinolândia	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Dobrada	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Dois Córregos	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Dolcinópolis	33 a 34	32 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Dourado	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Dracena		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	
Duartina		32 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Dumont	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Echaporã		34 a 36	32 a 33	32 a 36	31		32 a 36	31	28 a 30
Eldorado	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	24 a 30	23
Elias Fausto	34 a 35	32 a 33 + 36	31	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Elisiário	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Embaúba	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Embu Das Artes	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	26 a 27
Embu-Guaçu	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30	26 a 28	30 a 36	26 a 29	24 a 25
Emilianópolis		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	30
Engenheiro Coelho	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Espírito Santo Do Pinhal	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Espírito Santo Do Turvo		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Estiva Gerbi	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Estrela Do Norte			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	
Estrela D'Oeste	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Euclides Da Cunha Paulista			35 a 36		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	27 a 31
Fartura		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	28 a 30
Fernando Prestes	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Fernandópolis	34 a 35	31 a 33 + 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Fernão		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Ferraz De Vasconcelos	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	27 a 28	29 a 36	28	27
Flora Rica		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	31 a 32	30
Floreal	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Flórida Paulista		33 a 36	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	29 a 30
Florínia			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Franca	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36		27
Francisco Morato	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Franco Da Rocha	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Gabriel Monteiro		34 a 36	32 a 33	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	30
Gália		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Garça		32 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Gastão Vidigal	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Gavião Peixoto	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
General Salgado	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	
Getulina		32 a 36	31	32 a 36	31		31 a 36		29 a 30
Glicério		32 a 36	31	32 a 36	31		31 a 36		29 a 30
Guaiçara	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Guaimbê		32 a 36	31	32 a 36	31		31 a 36		29 a 30
Guaíra	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Guapiaçu	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Guapiara	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	30 + 26	32 a 36	30 a 31	24 a 29
Guará	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Guaraçaí		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Guaraci	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28

Guarani D'Oeste	33 a 35	31 a 32 + 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Guarantã		32 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Guararapes		34 a 36	32 a 33	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	30
Guararema	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Guaratinguetá	30 a 36	29	28	28 a 36		27	28 a 36	27	26
Guareí	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Guariba	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Guarujá	32 a 36	31	29 a 30 + 23 a 25	31 a 36	23 a 30	22	24 a 36	23	22
Guarulhos	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27
Guatapará	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Guzolândia		32 a 36	31	32 a 36	31		31 a 36		30
Herculândia		34 a 36	32 a 33	32 a 36	31		32 a 36	31	29 a 30
Holambra	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Hortolândia	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Iacanga	34 a 36	32 a 33	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Iacri		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	29 a 30
Iaras	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Ibaté	31 a 36		30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Ibirá	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Ibirarema		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	28 a 30
Ibitinga	33 a 36	31 a 32		31 a 36		29 a 30	31 a 36	30	29
Ibiúna	32 a 36	31	30	31 a 36	30	26 a 29	30 a 36	26 a 29	24 a 25
Icém	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Iepê			34 a 36	35	33 a 34 + 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Igaraçu Do Tietê	33 a 36	31 a 32		31 a 36		29 a 30	31 a 36	29 a 30	28
Igarapava	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Igaratá	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Iguape	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Ilha Comprida	32 a 36	31	24 a 26	32 a 36	31 + 24 a 27	28 a 30 + 23	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	22 a 23
Ilha Solteira	34	32 a 33 + 35 a 36		32 a 36	31		32 a 36	31	29 a 30
Indaiatuba	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Indiana		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	30
Indiaporã	33 a 35	31 a 32 + 36		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Inúbia Paulista		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	29 a 30
Ipaussu		34 a 36	32 a 33	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	31	27 a 30
Iperó	34 a 35	31 a 33 + 36		32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	
Ipeúna	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Ipiguá	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Iporanga	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	24 a 30	23
Ipuã	31 a 36	30		30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Iracemápolis	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Irapuã	33 a 35	32 + 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Irapuru		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Itaberá		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	24 a 29
Itaí		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	32 a 36	31	28 a 30
Itajobi	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Itaju	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Itanhaém	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	23 a 29	31 a 36	24 a 30	23
Itaóca	34 a 36	33	31 a 32	33 a 36	31 a 32	23 a 30	32 a 36	27 a 31	23 a 26
Itapecerica Da Serra	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30	27 a 28	30 a 36	28 a 29	26 a 27
Itapetininga	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	30	27 a 29
Itapeva	34	33 + 35 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	24 a 29
Itapevi	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Itapira	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Itapirapuã Paulista	35 a 36	33 a 34	31 a 32	33 a 36	32	23 a 31	32 a 36	24 a 31	23
Itápolis	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Itaporanga		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	27 a 30
Itapuí	33 a 36	31 a 32		31 a 36		30	31 a 36	29 a 30	
Itapura		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	29 a 30
Itaquaquecetuba	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Itararé		33 a 36	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	24 a 30
Itariri	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	26 a 30	23 a 25
Itatiba	32 a 36	31	29 a 30	30 a 36	29		29 a 36		28
Itatinga	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Itirapina	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Itirapuã	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36	27	
Itobi	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Itu	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Itupeva	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Ituverava	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Jaborandi	31 a 35	36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Jaboticabal	32 a 35	31 + 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Jacareí	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Jaci	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Jacupiranga	33 a 36	31 a 32	30 + 25 a 26	32 a 36	25 a 31	23 a 24	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	22 a 23
Jaguariúna	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Jales	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	
Jambeiro	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	27
Jandira	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Jardinópolis	31 a 36	30		29 a 36	28		29 a 36	28	
Jarinu	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29		29 a 36		28
Jaú	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Jeriquara	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36		27
Joanópolis	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36	28	26 a 27
João Ramalho		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	29 a 30
José Bonifácio	33 a 35	31 a 32 + 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Júlio Mesquita		32 a 36	31	32 a 36	31		31 a 36		29 a 30
Jumirim	34 a 35	33 + 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Jundiaí	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Junqueirópolis		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Juquiá	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	25 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Juquitiba	32 a 36	31	30	31 a 36	30	26 a 29	30 a 36	26 a 29	24 a 25
Lagoinha	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Laranjal Paulista	34 a 35	32 a 33 + 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Lavínia		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Lavrinhas	28 a 36	27		28 a 36	27	26	28 a 36	27	25 a 26
Leme	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	28
Lençóis Paulista	34 a 36	32 a 33	31	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Limeira	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Lindóia	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27

Lins	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Lorena	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27		28 a 36	27	26
Lourdes	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		30
Louveira	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Lucélia		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	29 a 30
Lucianópolis		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36		28 a 30
Luís Antônio	31 a 36		30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Luiziânia		33 a 36	32	32 a 36	31		32 a 36	31	30
Lupércio		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Lutécia		34 a 36	32 a 33	32 a 36	31		32 a 36	31	28 a 30
Macatuba	33 a 36	31 a 32		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Macaubal	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Macedônia	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Magda	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Mairinque	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Mairiporã	32 a 36	30 a 31		31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	27 a 28
Manduri		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36		28 a 30
Marabá Paulista			33 a 36	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	
Maracaí			34 a 36	35 a 36	32 a 34	31	32 a 36	31	28 a 30
Marapoama	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Mariápolis		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	33 a 36	31 a 32	29 a 30
Marília		32 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Marinópolis	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31		31 a 36		30
Martinópolis		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	29 a 30
Matão	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Mauá	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	27 a 28	29 a 36	27 a 28	26
Mendonça	33 a 35	32 + 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Meridiano	34 a 35	31 a 33 + 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Mesópolis	33 a 35	31 a 32 + 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Miguelópolis	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Mineiros Do Tietê	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Mira Estrela	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Miracatu	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	26 a 30	31 a 36	26 a 30	23 a 25
Mirandópolis		34 a 36	32 a 33	32 a 36		31	32 a 36	31	30
Mirante Do Paranapanema			34 a 36	34	33 + 35 a 36	31 a 32	33 a 36	32	31
Mirassol	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Mirassolândia	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Mococa	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Mogi Das Cruzes	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	25 a 28	29 a 36	26 a 28	24 a 25
Mogi Guaçu	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Mogi Mirim	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Mombuca	34 a 35	33 + 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Monções	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Mongaguá	32 a 36	31	30	31 a 36	25 a 30	23 a 24	26 + 30 a 36	24 a 25 + 27 a 29	22 a 23
Monte Alegre Do Sul	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Monte Alto	32 a 35	31 + 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Monte Aprazível	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Monte Azul Paulista	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Monte Castelo		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Monte Mor	34 a 35	32 a 33 + 36	31	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Monteiro Lobato	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27
Morro Agudo	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Morungaba	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29		29 a 36		28
Motuca	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Murutinga Do Sul		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Nantes			34 a 36	35	33 a 34 + 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Narandiba			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Natividade Da Serra	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	25 a 27
Nazaré Paulista	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Neves Paulista	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Nhandeara	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Nipoã	33 a 35	31 a 32 + 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Nova Aliança	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Nova Campina		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	31	24 a 30
Nova Canaã Paulista	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31		31 a 36		30
Nova Castilho	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Nova Europa	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Nova Granada	31 a 36		30	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Nova Guataporanga		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	
Nova Independência		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	
Nova Luzitânia	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Nova Odessa	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Novais	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
Novo Horizonte	33 a 35	32 + 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Nuporanga	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Ocauçu		34 a 36	31 a 33	32 a 36	31	30	31 a 36		28 a 30
Óleo		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36		28 a 30
Olímpia	31 a 36			31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Onda Verde	31 a 36			31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Oriente		34 a 36	31 a 33	32 a 36	31		31 a 36		29 a 30
Orindiúva	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Orlândia	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Osasco	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Oscar Bressane		34 a 36	31 a 33	32 a 36	31		31 a 36		28 a 30
Osvaldo Cruz		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	29 a 30
Ourinhos		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	31	27 a 30
Ouro Verde		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	
Ouroeste	33 a 35	31 a 32 + 36		31 a 36	30		31 a 36	30	29

Pacaembu		33 a 36	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Palestina	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Palmares Paulista	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Palmeira D'Oeste	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31		31 a 36		30
Palmital		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	28 a 30
Panorama		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	
Paraguaçu Paulista		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	28 a 30
Paraibuna	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	27
Paraíso	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Paranapanema	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Paranapuã	33 a 34	32 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Parapuã		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	29 a 30
Pardinho	34 a 36	32 a 33	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Pariquera-Açu	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	24 a 30	23
Parisi	34 a 35	31 a 33 + 36		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Patrocínio Paulista	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36		27
Paulicéia		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	
Paulínia	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Paulistânia	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Paulo De Faria	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Pederneiras	33 a 36	32	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Pedra Bela	31 a 36	29 a 30		29 a 36	28		29 a 36	28	27
Pedranópolis	34 a 35	31 a 33 + 36		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Pedregulho	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36		27
Pedreira	32 a 36	31	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Pedrinhas Paulista			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Pedro De Toledo	32 a 36	31		31 a 36	30	24 a 29	31 a 36	26 a 30	23 a 25
Penápolis		32 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Pereira Barreto		34 a 36	32 a 33	32 a 36	31		32 a 36	31	30
Pereiras	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Peruíbe	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Piacatu		34 a 36	32 a 33	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	30
Piedade	32 a 36	31		31 a 36	30	26 a 29	31 a 36	26 a 30	25
Pilar Do Sul	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	26 a 30	31 a 36	30 + 26	27 a 29 + 25
Pindamonhangaba	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36		27
Pindorama	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Pinhalzinho	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Piquerobi		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	
Piquete	29 a 36	28	27	28 a 36	27		28 a 36	27	26
Piracaia	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Piracicaba	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Piraju		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	32 a 36	31	28 a 30
Pirajuí		32 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Pirangi	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Pirapora Do Bom Jesus	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Pirapozinho		34 a 36	33	34 a 35	33 + 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Pirassununga	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Piratininga	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Pitangueiras	31 a 35	36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Planalto	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Platina		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	28 a 30
Poá	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	27 a 28	29 a 36	28	27
Poloni	33 a 35	31 a 32 + 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Pompéia		34 a 36	31 a 33	32 a 36	31		31 a 36		29 a 30
Pongaí	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Pontal	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Pontalinda	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	
Pontes Gestal	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Populina	33 a 35	31 a 32 + 36		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Porangaba	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Porto Feliz	34 a 35	32 a 33 + 36	31	31 a 36		29 a 30	31 a 36	29 a 30	
Porto Ferreira	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Potim	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	
Potirendaba	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Pracinha		34 a 36	33	33 a 36	32	31	33 a 36	31 a 32	29 a 30
Pradópolis	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Praia Grande	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24	26 a 36	24 a 25	23
Pratânia	34 a 36	32 a 33	31	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Presidente Alves		32 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Presidente Bernardes		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	30
Presidente Epitácio			33 a 36	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	30
Presidente Prudente		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	30
Presidente Venceslau		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	
Promissão	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		30
Quadra	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Quatá		34 a 36	32 a 33	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	29 a 30
Queiroz		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31		31 a 36		29 a 30
Queluz	28 a 36	27		28 a 36	27	25 a 26	28 a 36	26 a 27	25
Quintana		34 a 36	32 a 33	32 a 36	31		31 a 36		29 a 30
Rafard	34 a 35	33 + 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Rancharia		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	29 a 30
Redenção Da Serra	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	27
Regente Feijó		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	30
Reginópolis	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Registro	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Restinga	30 a 36		28 a 29	28 a 36		27	28 a 36		27
Ribeira	34 a 36	33	31 a 32	33 a 36	31 a 32	23 a 30	32 a 36	24 a 31	23
Ribeirão Bonito	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Ribeirão Branco	34 a 36	33	31 a 32	32 a 36	31	26 a 30	32 a 36	27 a 31	23 a 26
Ribeirão Corrente	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36		27
Ribeirão Do Sul		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	31	28 a 30
Ribeirão Dos Índios		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	
Ribeirão Grande	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	26 a 30	31 a 36	30 + 26	27 a 29 + 24 a 25
Ribeirão Pires	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	26 a 28	29 a 36	27 a 28	24 a 26
Ribeirão Preto	31 a 36		30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Rifaina	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36		27
Rincão	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Rinópolis		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Rio Claro	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Rio Das Pedras	34 a 36	32 a 33	31	31 a 36		29 a 30	31 a 36	29 a 30	

Rio Grande Da Serra	31 a 36		29 a 30	31 a 36	29 a 30	26 a 28	29 a 36	26 a 28	24 a 25
Riolândia	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Riversul		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	27 a 30
Rosana			35 a 36		34 a 36	32 a 33	34	32 a 33 + 35 a 36	27 a 31
Roseira	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	
Rubiácea		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Rubinéia	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Sabino	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Sagres		34 a 36	33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	29 a 30
Sales	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Sales Oliveira	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Salesópolis	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	24 a 28
Salmourão		33 a 36	32	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Saltinho	34 a 35	32 a 33 + 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Salto	34 a 35	32 a 33 + 36	31	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Salto De Pirapora	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	26 a 28
Salto Grande		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	27 a 30
Sandovalina			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	32	31
Santa Adélia	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Santa Albertina	33 a 35	32 + 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Santa Bárbara D'Oeste	33 a 36	32	31	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Santa Branca	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	28
Santa Clara D'Oeste	33 a 34	32 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Santa Cruz Da Conceição	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	28
Santa Cruz Da Esperança	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Santa Cruz Das Palmeiras	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Santa Cruz Do Rio Pardo		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36		27 a 30
Santa Ernestina	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Santa Fé Do Sul	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31		31 a 36		30
Santa Gertrudes	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Santa Isabel	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Santa Lúcia	31 a 36		30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Santa Maria Da Serra	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Santa Mercedes		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	
Santa Rita Do Passa Quatro	31 a 36		30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Santa Rita D'Oeste	33 a 34	32 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Santa Rosa De Viterbo	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Santa Salete	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	
Santana Da Ponte Pensa	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		30
Santana De Parnaíba	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Santo Anastácio		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	
Santo André	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	24 a 28	29 a 36	25 a 28	23 a 24
Santo Antônio Da Alegria	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Santo Antônio De Posse	32 a 36	31	29 a 30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Santo Antônio Do Aracanguá		34 a 36	31 a 33	32 a 36	31		31 a 36		30
Santo Antônio Do Jardim	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Santo Antônio Do Pinhal	31 a 36	29 a 30		29 a 36	28		29 a 36	28	26 a 27
Santo Expedito		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	30
Santópolis Do Aguapeí		34 a 36	32 a 33	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	30
Santos	32 a 36	31	29 a 30 + 24 a 25	31 a 36	24 a 30	23	25 a 36	23 a 24	22
São Bento Do Sapucaí	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
São Bernardo Do Campo	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	24 a 28	29 a 36	24 a 28	23
São Caetano Do Sul	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	27 a 28	29 a 36	28	27
São Carlos	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
São Francisco	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		30
São João Da Boa Vista	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
São João Das Duas Pontes	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	
São João De Iracema	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	
São João Do Pau D'Alho		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	
São Joaquim Da Barra	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
São José Da Bela Vista	31 a 36	30	28 a 29	28 a 36		27	29 a 36	28	27
São José Do Barreiro	28 a 36		27	28 a 36	27	25 a 26	27 a 36	26	25
São José Do Rio Pardo	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
São José Do Rio Preto	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	29 a 30	
São José Dos Campos	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
São Lourenço Da Serra	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30	26 a 28	30 a 36	26 a 29	24 a 25
São Luís Do Paraitinga	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	25 a 27
São Manuel	33 a 36	31 a 32		31 a 36		29 a 30	31 a 36	29 a 30	28
São Miguel Arcanjo	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	26 a 30	31 a 36	30 + 26	27 a 29 + 24 a 25
São Paulo	31 a 36		29 a 30	31 a 36	29 a 30	26 a 28	30 a 36	26 a 29	24 a 25
São Pedro	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
São Pedro Do Turvo		34 a 36	31 a 33	32 a 36	31	30	31 a 36		28 a 30
São Roque	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
São Sebastião	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	28 + 24	30 a 36	29	23 a 28
São Sebastião Da Grama	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
São Simão	31 a 36		30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
São Vicente	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24	26 a 36	24 a 25	23
Sarapuí	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Sarutaiá		34 a 36	32 a 33	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	28 a 30
Sebastianópolis Do Sul	33 a 35	31 a 32 + 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Serra Azul	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	
Serra Negra	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36	28	27
Serrana	31 a 36		29 a 30	29 a 36	28		29 a 36	28	
Sertãozinho	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Sete Barras	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	25 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Severínia	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Silveiras	28 a 36	27		28 a 36	27	26	27 a 36		25 a 26
Socorro	30 a 36	29		29 a 36	28		29 a 36	28	27
Sorocaba	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Sud Mennucci		32 a 36		32 a 36	31		32 a 36	31	30
Sumaré	33 a 36	31 a 32		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Suzanápolis		32 a 36		32 a 36	31		32 a 36	31	30
Suzano	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	27 a 28	29 a 36	28	25 a 27
Tabapuã	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
Tabatinga	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	
Taboão Da Serra	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	27
Taciba		34 a 36		34 a 35	33 + 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Taguaí		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	28 a 30
Taiaçu	32 a 35	31 + 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Taiúva	32 a 35	31 + 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Tambaú	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Tanabi	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Tapiraí	32 a 36	31		32 a 36	31	25 a 30	31 a 36	26 a 30	24 a 25
Tapiratiba	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Taquaral	32 a 35	31 + 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Taquaritinga	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Taquarituba		34 a 36	31 a 33	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	28 a 30
Taquarivaí	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	30	32 a 36	30 a 31	24 a 29
Tarabai			33 a 36	34 a 35	32 a 33 + 36	31	33 a 36	31 a 32	

Tarumã			34 a 36	35 a 36	32 a 34	31	32 a 36	31	28 a 30
Tatuí	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Taubaté	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Tejupá		34 a 36	31 a 33	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	28 a 30
Teodoro Sampaio			34 a 36		33 a 36	32	34 a 36	32 a 33	27 a 31
Terra Roxa	31 a 35	36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Tietê	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Timburi		34 a 36	32 a 33	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31	28 a 30
Torre De Pedra	34 a 35	32 a 33 + 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Torrinha	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Trabiju	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Tremembé	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Três Fronteiras	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31		31 a 36		30
Tuiuti	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Tupã		34 a 36	32 a 33	32 a 36	31		32 a 36	31	29 a 30
Tupi Paulista		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	
Turiúba	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Turmalina	33 a 35	31 a 32 + 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Ubarana	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Ubatuba	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	24 a 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24
Ubirajara		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36		28 a 30
Uchoa	32 a 36	31		31 a 36	30		31 a 36	30	29
União Paulista	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Urânia	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	
Uru	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Urupês	32 a 36	31		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Valentim Gentil	34 a 35	31 a 33 + 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Valinhos	32 a 36	31	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Valparaíso		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	31	32 a 36	31	30
Vargem	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36	28	27
Vargem Grande Do Sul	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Vargem Grande Paulista	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Várzea Paulista	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Vera Cruz		32 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36		29 a 30
Vinhedo	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Viradouro	31 a 35	36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Vista Alegre Do Alto	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Vitória Brasil	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Votorantim	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Votuporanga	34 a 35	31 a 33 + 36		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Zacarias	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Adolfo	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Aguaí	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Águas Da Prata	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	27 a 28		29 a 36	27 a 28	
Águas De Lindóia	30 a 36	28 a 29		28 a 36		26 a 27	28 a 36	27	26
Águas De Santa Bárbara	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	27 a 29	30 a 36	28 a 29	27
Águas De São Pedro	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Agudos	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Alambari	32 a 36	30 a 31		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	26 a 27
Alfredo Marcondes	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Altair	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Altinópolis	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Alto Alegre	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Alumínio	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27
Álvares Florence	31 a 36		30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Álvares Machado	34	33 + 35 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Álvaro De Carvalho	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Alvinlândia	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30	29	31 a 36	30	27 a 29
Americana	31 a 36		29 a 30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Américo Brasiliense	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Américo De Campos	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Amparo	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	28	26 a 27
Analândia	31 a 36		28 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Andradina	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Angatuba	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Anhembi	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Anhumas		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Aparecida	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27	26	28 a 36	26 a 27	25
Aparecida D'Oeste	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Apiaí	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	23 a 29	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Araçariguama	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	26 a 27
Araçatuba	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Araçoiaba Da Serra	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	26 a 27
Aramina	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27
Arandu	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Arapeí	27 a 36		26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Araraquara	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Araras	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Arco-Íris	34 a 36	31 a 33		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Arealva	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Areias	27 a 36		26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Areiópolis	31 a 36	30		30 a 36		28 a 29	30 a 36	28 a 29	27
Ariranha	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Artur Nogueira	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Arujá	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	26
Aspásia	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Assis	34	33 + 35 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29
Atibaia	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Auriflama	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Avaí	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Avanhandava	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Avaré	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	27
Bady Bassitt	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Balbinos	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Bálsamo	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Bananal	27 a 36		26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Barão De Antonina		32 a 36	31	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Barbosa	32 a 36	31		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Bariri	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	

Barra Bonita	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Barra Do Chapéu	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	23 a 29	31 a 36	24 a 30	23
Barra Do Turvo	31 a 36	30 + 24 a 25	26 a 29 + 23	26 + 30 a 36	23 a 25 + 27 a 29	22	24 a 36	23	22
Barretos	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Barrinha	31 a 36		30	30 a 36	28 a 29		30 a 36	28 a 29	27
Barueri	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	27 a 28	26
Bastos	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Batatais	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Bauru	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Bebedouro	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Bento De Abreu	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Bernardino De Campos	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	28 a 30	26 a 27
Bertioga	30 a 36	29	23 a 28	25 + 29 a 36	23 a 24 + 26 a 28		25 a 36	23 a 24	22
Bilac	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Birigui	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Biritiba-Mirim	30 a 36	29	28	30 a 36	24 a 29	23	29 a 36	24 a 28	23
Boa Esperança Do Sul	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Bocaina	31 a 36		29 a 30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Bofete	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Boituva	33 a 36	30 a 32		30 a 36		28 a 29	30 a 36	29	28
Bom Jesus Dos Perdões	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	26
Bom Sucesso De Itararé	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	23 a 29	31 a 36	26 a 30	23 a 25
Borá	34 a 36	31 a 33		31 a 36		30	31 a 36	30	27 a 29
Boracéia	31 a 36		30	30 a 36		28 a 29	30 a 36	28 a 29	
Borborema	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Borebi	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	27
Botucatu	31 a 36	30		30 a 36		28 a 29	30 a 36	28 a 29	27
Bragança Paulista	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Braúna	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Brejo Alegre	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Brodowski	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Brotas	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Buri	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29	30 a 36	29	23 a 28
Buritama	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Buritizal	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Cabrália Paulista	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Cabreúva	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Caçapava	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	26
Cachoeira Paulista	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Caconde	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	27 a 28		29 a 36	28	27
Cafelândia	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Caiabu	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Caieiras	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	26 a 27
Caiuá		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Cajamar	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	26 a 27
Cajati	31 a 36	30	23 a 29	31 a 36	23 a 30	22	25 a 36	23 a 24	22
Cajobi	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Cajuru	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Campina Do Monte Alegre	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29	30 a 36	29	26 a 28
Campinas	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Campo Limpo Paulista	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Campos Do Jordão	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		27	28 a 36		27
Campos Novos Paulista	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	28 a 30	27
Cananéia	25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 + 30	22 + 27 a 29	24 a 26 + 30 a 36	23 + 27 a 29	22	23 a 36	22	
Canas	28 a 36	27	26	27 a 36	26		28 a 36	26 a 27	25
Cândido Mota		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	27 a 29
Cândido Rodrigues	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Canitar	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		28 a 30	31 a 36	29 a 30	26 a 28
Capão Bonito	32 a 36	31	30	31 a 36	30	23 a 29	30 a 36	26 a 29	23 a 25
Capela Do Alto	32 a 36	30 a 31		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Capivari	32 a 36	30 a 31		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Caraguatatuba	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	23 a 27	28 a 36	27	23 a 26
Carapicuíba	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	27 a 28	26
Cardoso	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Casa Branca	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Cássia Dos Coqueiros	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Castilho	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Catanduva	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Catiguá	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Cedral	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Cerqueira César	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	27
Cerquilho	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Cesário Lange	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Charqueada	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		30 a 36	28 a 29	
Chavantes	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		28 a 30	31 a 36	29 a 30	26 a 28
Clementina	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Colina	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Colômbia	31 a 36		30	30 a 36		28 a 29	30 a 36	29	28
Conchal	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Conchas	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Cordeirópolis	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Coroados	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Coronel Macedo	34	31 a 33 + 35 a 36		32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	30	26 a 29
Corumbataí	31 a 36		28 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Cosmópolis	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Cosmorama	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Cotia	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	24 a 27	29 a 36	26 a 28	25
Cravinhos	31 a 36		30	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27
Cristais Paulista	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		27	28 a 36		27
Cruzália		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Cruzeiro	28 a 36	27	26	28 a 36	26 a 27	25	28 a 36	26 a 27	25
Cubatão	31 a 36	29 a 30	23 a 28	29 a 36	24 a 28	23	26 a 36	23 a 25	22
Cunha	28 a 36	27	26	27 a 36	26	24 a 25	27 a 36	25 a 26	23 a 24
Descalvado	31 a 36		29 a 30	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Diadema	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	26 a 27	29 a 36	26 a 28	25
Dirce Reis	32 a 35	31 + 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36		28 a 29

Divinolândia	30 a 36		27 a 29	29 a 36	27 a 28		29 a 36	28	27
Dobrada	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Dois Córregos	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Dolcinópolis	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Dourado	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Dracena	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Duartina	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Dumont	31 a 36		30	30 a 36	28 a 29	27	30 a 36	28 a 29	27
Echaporã	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30		31 a 36	30	27 a 29
Eldorado	31 a 36		26 a 30	31 a 36	26 a 30	23 a 25	30 a 36	23 a 29	22
Elias Fausto	32 a 36	30 a 31		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Elisiário	31 a 36			31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	28
Embaúba	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Embu Das Artes	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	26 a 27	29 a 36	27 a 28	25 a 26
Embu-Guaçu	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	23 a 27	29 a 36	24 a 28	23
Emilianópolis	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Engenheiro Coelho	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Espírito Santo Do Pinhal	31 a 36	28 a 30		29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Espírito Santo Do Turvo	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	27
Estiva Gerbi	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Estrela Do Norte		34	32 a 33 + 35 a 36	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	31	27 a 30
Estrela D'Oeste	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Euclides Da Cunha Paulista			33 a 36		32 a 36	31 + 27	33 a 36	31 a 32	26 a 30
Fartura	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29
Fernando Prestes	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Fernandópolis	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Fernão	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Ferraz De Vasconcelos	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	25 a 26
Flora Rica	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Floreal	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Flórida Paulista	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Florínia		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Franca	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27		28 a 36		27
Francisco Morato	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	28	26 a 27
Franco Da Rocha	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	28	26 a 27
Gabriel Monteiro	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Gália	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	30 a 36		27 a 29
Garça	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	30 a 36		27 a 29
Gastão Vidigal	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Gavião Peixoto	31 a 36		29 a 30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
General Salgado	32 a 35	31 + 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Getulina	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Glicério	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Guaiçara	31 a 36			31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Guaimbê	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30		31 a 36	30	28 a 29
Guaíra	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Guapiaçu	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Guapiara	32 a 36	31	30	31 a 36	30	23 a 29	31 a 36	26 a 30	23 a 25
Guará	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Guaraçaí	34	31 a 33 + 35 a 36		32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Guaraci	31 a 36		30	30 a 36		28 a 29	30 a 36	29	28
Guarani D'Oeste	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Guarantã	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Guararapes	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Guararema	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	25 a 26
Guaratinguetá	28 a 36	27		28 a 36	27	26	27 a 36	26	25
Guareí	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Guariba	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Guarujá	30 a 36	29 + 23 a 24	25 a 28 + 22	24 a 25 + 29 a 36	22 a 23 + 26 a 28		23 a 36	22	
Guarulhos	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	26
Guatapará	31 a 36		30	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27
Guzolândia	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Herculândia	34 a 36	31 a 33		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Holambra	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Hortolândia	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Iacanga	31 a 36			31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Iacri	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Iaras	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29	30 a 36	28 a 29	27
Ibaté	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Ibirá	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Ibirarema	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		29 a 30	31 a 36	28 a 30	27
Ibitinga	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Ibiúna	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	24 a 27	29 a 36	26 a 28	23 a 25
Icém	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Iepê		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Igaraçu Do Tietê	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Igarapava	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Igaratá	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	26
Iguape	32 a 36	31	30	31 a 36	30	22 a 29	30 a 36	23 a 29	22
Ilha Comprida	31 a 36	30 + 24 a 25	26 a 29 + 23	25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30	22	24 a 36	23	22
Ilha Solteira	34 a 36	31 a 33		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Indaiatuba	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Indiana	34	33 + 35 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Indiaporã	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Inúbia Paulista	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Ipaussu	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	29 a 30	26 a 28
Iperó	32 a 36	30 a 31		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Ipeúna	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Ipiguá	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Iporanga	32 a 36	31	30 + 26	31 a 36	26 a 30	23 a 25	31 a 36	23 a 30	22
Ipuã	31 a 36	30		30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27
Iracemápolis	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Irapuã	31 a 36			31 a 36	30	29	30 a 36	29	28

Irapuru	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Itaberá	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29	31 a 36	29 a 30	23 a 28
Itaí	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	27 a 29
Itajobi	32 a 36	31		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Itaju	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Itanhaém	31 a 36	30	29 + 23 a 25	30 a 36	24 a 29	22 a 23	25 + 29 a 36	23 a 24 + 26 a 28	22
Itaóca	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	23 a 29	31 a 36	23 a 30	
Itapecerica Da Serra	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	24 a 27	29 a 36	26 a 28	25
Itapetininga	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29	30 a 36	28 a 29	26 a 27
Itapeva	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29 + 23	31 a 36	29 a 30	23 a 28
Itapevi	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	26 a 27
Itapira	31 a 36	28 a 30		29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Itapirapuã Paulista	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	23 a 30	
Itápolis	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Itaporanga	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	30	26 a 29
Itapuí	31 a 36		30	30 a 36		28 a 29	30 a 36	28 a 29	
Itapura	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Itaquaquecetuba	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	25 a 26
Itararé	33 a 36	32	30 a 31	32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	27 a 30	23 a 26
Itariri	31 a 36	30	29 + 23	31 a 36	29 a 30	22 a 28	30 a 36	23 a 29	22
Itatiba	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28		28 a 36		27
Itatinga	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Itirapina	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Itirapuã	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Itobi	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Itu	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Itupeva	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Ituverava	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Jaborandi	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Jaboticabal	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Jacareí	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36		26 a 27
Jaci	31 a 36		30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Jacupiranga	31 a 36	30 + 24 a 25	26 a 29 + 23	31 a 36	23 a 30	22	24 a 36	23	22
Jaguariúna	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Jales	31 a 35	36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Jambeiro	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36		26 a 27
Jandira	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	26 a 27
Jardinópolis	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Jarinu	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36		26 a 27
Jaú	31 a 36		30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Jeriquara	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36		27
Joanópolis	30 a 36	28 a 29		28 a 36		26 a 27	28 a 36	27	26
João Ramalho	34	33 + 35 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29
José Bonifácio	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Júlio Mesquita	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Jumirim	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Jundiaí	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Junqueirópolis	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Juquiá	31 a 36		30	31 a 36	30 + 25	26 a 29 + 23 a 24	30 a 36	24 a 29	23
Juquitiba	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	23 a 27	29 a 36	24 a 28	23
Lagoinha	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27	25 a 26	28 a 36	26 a 27	24 a 25
Laranjal Paulista	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Lavínia	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Lavrinhas	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25	28 a 36	26 a 27	25
Leme	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27
Lençóis Paulista	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	27
Limeira	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Lindóia	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36	27	26
Lins	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Lorena	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Lourdes	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Louveira	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Lucélia	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Lucianópolis	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Luís Antônio	31 a 36		30	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Luiziânia	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30		31 a 36	30	28 a 29
Lupércio	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30	29	31 a 36	30	27 a 29
Lutécia	34 a 36	31 a 33		31 a 36		29 a 30	31 a 36	28 a 30	27
Macatuba	31 a 36		30	30 a 36		28 a 29	30 a 36	28 a 29	27
Macaubal	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Macedônia	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Magda	31 a 35	36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Mairinque	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	26 a 27
Mairiporã	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	29 a 36	28	26 a 27
Manduri	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	27 a 29	31 a 36	30	26 a 29
Marabá Paulista		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Maracaí		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	27 a 29
Marapoama	31 a 36			31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Mariápolis	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Marília	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30	29	31 a 36	30	27 a 29
Marinópolis	32 a 34	31 + 35 a 36		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Martinópolis	34	33 + 35 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29
Matão	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Mauá	30 a 36	29	28	29 a 36	27 a 28	26	28 a 36	26 a 27	23 a 25
Mendonça	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Meridiano	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Mesópolis	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Miguelópolis	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Mineiros Do Tietê	31 a 36	30		30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Mira Estrela	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Miracatu	31 a 36	30	29	30 a 36	29	23 a 28	30 a 36	24 a 29	23
Mirandópolis	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Mirante Do Paranapanema		33 a 36	32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	31	27 a 30
Mirassol	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Mirassolândia	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Mococa	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Mogi Das Cruzes	30 a 36	29	28	29 a 36	28	23 a 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24
Mogi Guaçu	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Mogi Mirim	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Mombuca	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Monções	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Mongaguá	31 a 36	30	23 a 29	25 + 30 a 36	23 a 24 + 26 a 29	22	24 a 36	23	22
Monte Alegre Do Sul	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36	27	26

Monte Alto	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Monte Aprazível	31 a 36		30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Monte Azul Paulista	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Monte Castelo	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Monte Mor	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Monteiro Lobato	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	26
Morro Agudo	31 a 36	30		30 a 36	28 a 29	27	30 a 36	28 a 29	27
Morungaba	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28		28 a 36		27
Motuca	31 a 36		30	30 a 36	28 a 29		30 a 36	28 a 29	
Murutinga Do Sul	34	31 a 33 + 35 a 36		32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Nantes		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Narandiba		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Natividade Da Serra	30 a 36	29	28	29 a 36	28	25 a 27	28 a 36	27	24 a 26
Nazaré Paulista	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	26
Neves Paulista	31 a 36		30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Nhandeara	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Nipoã	31 a 36		30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Nova Aliança	31 a 36		30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Nova Campina	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	23 a 29	31 a 36	27 a 30	23 a 26
Nova Canaã Paulista	32 a 35	31 + 36	30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	29
Nova Castilho	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Nova Europa	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Nova Granada	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Nova Guataporanga	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Nova Independência	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Nova Luzitânia	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Nova Odessa	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Novais	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Novo Horizonte	31 a 36			31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Nuporanga	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Ocauçu	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Óleo	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	27 a 29	31 a 36	28 a 30	26 a 27
Olímpia	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Onda Verde	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Oriente	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30	29	31 a 36	30	27 a 29
Orindiúva	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Orlândia	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Osasco	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	27 a 28	26
Oscar Bressane	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30	29	31 a 36	28 a 30	27
Osvaldo Cruz	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Ourinhos	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36	30	27 a 29	31 a 36	28 a 30	26 a 27
Ouro Verde	34	32 a 33 + 35 a 36	31	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Ouroeste	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Pacaembu	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Palestina	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Palmares Paulista	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Palmeira D'Oeste	32 a 34	31 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Palmital		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	27 a 29
Panorama		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Paraguaçu Paulista	34	33 + 35 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29
Paraibuna	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	26 a 27	29 a 36	28	25 a 27
Paraíso	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Paranapanema	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Paranapuã	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Parapuã	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Pardinho	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Pariquera-Açu	31 a 36	30	23 a 29	31 a 36	25 a 30	22 a 24	30 a 36	23 a 29	22
Parisi	31 a 36		30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Patrocínio Paulista	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27		28 a 36		27
Paulicéia		32 a 36	31	32 a 36	31	30	32 a 36	31	29 a 30
Paulínia	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Paulistânia	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Paulo De Faria	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Pederneiras	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Pedra Bela	29 a 36	28		28 a 36		26 a 27	28 a 36	27	26
Pedranópolis	31 a 36		30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Pedregulho	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		27	28 a 36		27
Pedreira	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Pedrinhas Paulista		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Pedro De Toledo	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29	23 a 27	29 a 36	24 a 28	22 a 23
Penápolis	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Pereira Barreto	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Pereiras	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Peruíbe	31 a 36	30	29 + 23 a 24	30 a 36	28 a 29	22 a 27	30 a 36	23 a 29	22
Piacatu	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Piedade	31 a 36	30	29	30 a 36	29	24 a 28	30 a 36	26 a 29	24 a 25
Pilar Do Sul	31 a 36	30	29	30 a 36		25 a 29	30 a 36	26 a 29	23 a 25
Pindamonhangaba	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27	26	28 a 36	27	25 a 26
Pindorama	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Pinhalzinho	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36	27	26
Piquerobi	34	33 + 35 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Piquete	28 a 36	27	26	28 a 36	26 a 27	25	28 a 36	26 a 27	25
Piracaia	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	26

Piracicaba	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Piraju	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	27 a 29
Pirajuí	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Pirangi	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Pirapora Do Bom Jesus	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Pirapozinho		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Pirassununga	31 a 36		28 a 30	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Piratininga	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Pitangueiras	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Planalto	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Platina	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		29 a 30	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Poá	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	25 a 26
Poloni	31 a 36		30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Pompéia	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30		31 a 36	30	28 a 29
Pongaí	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Pontal	31 a 36		30	30 a 36	28 a 29	27	30 a 36	28 a 29	27
Pontalinda	32 a 35	31 + 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Pontes Gestal	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Populina	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Porangaba	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Porto Feliz	32 a 36	30 a 31		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Porto Ferreira	31 a 36		29 a 30	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Potim	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27	26	28 a 36	26 a 27	25
Potirendaba	31 a 36		30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	28
Pracinha	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Pradópolis	31 a 36		30	30 a 36	28 a 29		30 a 36	28 a 29	27
Praia Grande	31 a 36	29 a 30	23 a 28	30 a 36	23 a 29	22	24 a 36	23	22
Pratânia	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	27
Presidente Alves	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Presidente Bernardes	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Presidente Epitácio		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Presidente Prudente	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Presidente Venceslau	34	33 + 35 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Promissão	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Quadra	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Quatá	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	27 a 29
Queiroz	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30		31 a 36	30	28 a 29
Queluz	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25	28 a 36	26 a 27	25
Quintana	34 a 36	31 a 33		31 a 36		30	31 a 36	30	27 a 29
Rafard	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Rancharia	34	33 + 35 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29
Redenção Da Serra	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36		26 a 27
Regente Feijó	34	33 + 35 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Reginópolis	31 a 36			31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Registro	31 a 36		26 + 30	31 a 36	30 + 26	27 a 29 + 23 a 25	31 a 36	24 a 30	22 a 23
Restinga	30 a 36	28 a 29		28 a 36	27		28 a 36		27
Ribeira	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	23 a 29	31 a 36	23 a 30	
Ribeirão Bonito	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Ribeirão Branco	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	23 a 29	31 a 36	26 a 30	23 a 25
Ribeirão Corrente	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36		27
Ribeirão Do Sul	34 a 36	31 a 33		31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	28 a 30	27
Ribeirão Dos Índios	34	32 a 33 + 35 a 36	31	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Ribeirão Grande	32 a 36	31	30	31 a 36	30	23 a 29	31 a 36	26 a 30	23 a 25
Ribeirão Pires	30 a 36	29	28	29 a 36	26 a 28	23 a 25	28 a 36	26 a 27	23 a 25
Ribeirão Preto	31 a 36		30	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27
Rifaina	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		27	28 a 36		27
Rincão	31 a 36		30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Rinópolis	34	32 a 33 + 35 a 36	31	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Rio Claro	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Rio Das Pedras	32 a 36	31	30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Rio Grande Da Serra	30 a 36	29	28	30 a 36	26 a 29	23 a 25	28 a 36	24 a 27	23
Riolândia	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Riversul	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	28 a 30	31 a 36	30	23 a 29
Rosana			33 a 36		33 a 36	27 a 32	33 a 36	31 a 32 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Roseira	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27	26	28 a 36	26 a 27	25
Rubiácea	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Rubinéia	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Sabino	31 a 36			31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Sagres	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Sales	31 a 36			31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Sales Oliveira	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Salesópolis	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	24 a 27	29 a 36	28	23 a 27
Salmourão	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Saltinho	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Salto	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Salto De Pirapora	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28	30 a 36	28 a 29	26 a 27
Salto Grande	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		27 a 30	31 a 36	28 a 30	26 a 27
Sandovalina		33 a 34	32 + 35 a 36	34 a 36	31 a 33		32 a 36	31	27 a 30
Santa Adélia	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Santa Albertina	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Santa Bárbara D'Oeste	32 a 36	30 a 31	29	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Santa Branca	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	26 a 27
Santa Clara D'Oeste	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Santa Cruz Da Conceição	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Santa Cruz Da Esperança	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Santa Cruz Das Palmeiras	31 a 36	30	29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Santa Cruz Do Rio Pardo	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	27 a 29	30 a 36	28 a 29	26 a 27
Santa Ernestina	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Santa Fé Do Sul	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36		28 a 29
Santa Gertrudes	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Santa Isabel	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	26
Santa Lúcia	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Santa Maria Da Serra	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Santa Mercedes	34	32 a 33 + 35 a 36	31	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Santa Rita Do Passa Quatro	31 a 36		29 a 30	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Santa Rita D'Oeste	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Santa Rosa De Viterbo	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Santa Salete	32 a 35	31 + 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Santana Da Ponte Pensa	32 a 35	31 + 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Santana De Parnaíba	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	26 a 27
Santo Anastácio	34	33 + 35 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Santo André	30 a 36	29	28	29 a 36	24 a 28	23	28 a 36	23 a 27	
Santo Antônio Da Alegria	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Santo Antônio De Posse	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Santo Antônio Do Aracanguá	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28

Santo Antônio Do Jardim	30 a 36	28 a 29		29 a 36	27 a 28		28 a 36	27	26
Santo Antônio Do Pinhal	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		26 a 27	28 a 36	27	26
Santo Expedito	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Santópolis Do Aguapeí	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Santos	30 a 36	29	23 a 28	25 + 29 a 36	23 a 24 + 26 a 28	22	24 a 36	23	22
São Bento Do Sapucaí	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
São Bernardo Do Campo	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	24 a 29	23	28 a 36	23 a 27	22
São Caetano Do Sul	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	26 a 27	28 a 36	27	25 a 26
São Carlos	31 a 36		28 a 30	29 a 36	28		29 a 36	28	27
São Francisco	32 a 35	31 + 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
São João Da Boa Vista	31 a 36	28 a 30	27	29 a 36	27 a 28		29 a 36	27 a 28	
São João Das Duas Pontes	31 a 35	36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
São João De Iracema	31 a 35	36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
São João Do Pau D'Alho		32 a 36	31	32 a 36	31	30	32 a 36	31	29 a 30
São Joaquim Da Barra	31 a 36	30	29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
São José Da Bela Vista	31 a 36	30	28 a 29	28 a 36		27	28 a 36		27
São José Do Barreiro	27 a 36		26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	24 a 25
São José Do Rio Pardo	31 a 36	30	27 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
São José Do Rio Preto	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
São José Dos Campos	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	26
São Lourenço Da Serra	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	24 a 27	29 a 36	25 a 28	23 a 24
São Luís Do Paraitinga	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	24 a 27	28 a 36	26 a 27	24 a 25
São Manuel	31 a 36	30		30 a 36		28 a 29	30 a 36	28 a 29	27
São Miguel Arcanjo	31 a 36	30		31 a 36	30	24 a 29	30 a 36	26 a 29	23 a 25
São Paulo	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	23 a 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24
São Pedro	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
São Pedro Do Turvo	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	28 a 30	27
São Roque	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	26 a 27	29 a 36	27 a 28	26
São Sebastião	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	23 a 27	30 a 36	23 a 29	
São Sebastião Da Grama	30 a 36		27 a 29	29 a 36	27 a 28		29 a 36	28	27
São Simão	31 a 36		28 a 30	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
São Vicente	31 a 36	29 a 30	23 a 28	30 a 36	23 a 29	22	24 a 36	23	22
Sarapuí	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28	30 a 36	28 a 29	26 a 27
Sarutaiá	34	31 a 33 + 35 a 36		32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	30	27 a 29
Sebastianópolis Do Sul	31 a 36		30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Serra Azul	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Serra Negra	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36	27	26
Serrana	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Sertãozinho	31 a 36		30	30 a 36	28 a 29	27	30 a 36	28 a 29	27
Sete Barras	31 a 36		30	31 a 36	30	23 a 29	30 a 36	24 a 29	23
Severínia	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Silveiras	27 a 36		26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	24 a 25
Socorro	30 a 36	28 a 29		28 a 36		26 a 27	28 a 36	27	26
Sorocaba	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Sud Mennucci	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Sumaré	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Suzanápolis	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	29
Suzano	30 a 36	29	28	29 a 36	28	24 a 27	28 a 36	26 a 27	23 a 25
Tabapuã	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Tabatinga	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Taboão Da Serra	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	26 a 27	29 a 36	27 a 28	26
Taciba		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Taguaí	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29
Taiaçu	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Taiúva	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Tambaú	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Tanabi	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Tapiraí	31 a 36	30	29	30 a 36	29 + 25	26 a 28 + 23 a 24	30 a 36	24 a 29	23
Tapiratiba	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Taquaral	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Taquaritinga	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Taquarituba	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36		32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	30	26 a 29
Taquarivaí	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	27 a 29	31 a 36	29 a 30	23 a 28
Tarabai		33 a 36	32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Tarumã		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	27 a 29
Tatuí	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Taubaté	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	26
Tejupá	34	31 a 33 + 35 a 36		32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29
Teodoro Sampaio		34	33 + 35 a 36	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Terra Roxa	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Tietê	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Timburi	34	31 a 33 + 35 a 36		32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	30	27 a 29
Torre De Pedra	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Torrinha	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Trabiju	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27
Tremembé	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		26 a 27	28 a 36	27	25 a 26
Três Fronteiras	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Tuiuti	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27	28 a 36		26 a 27
Tupã	34 a 36	31 a 33		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Tupi Paulista	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Turiúba	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Turmalina	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Ubarana	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Ubatuba	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	24 a 27	23	27 a 36	24 a 26	23
Ubirajara	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Uchoa	31 a 36			30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
União Paulista	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Urânia	31 a 35	36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Uru	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Urupês	31 a 36			31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Valentim Gentil	31 a 36		30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Valinhos	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Valparaíso	34	31 a 33 + 35 a 36		31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Vargem	30 a 36	28 a 29		28 a 36		26 a 27	28 a 36	27	26
Vargem Grande Do Sul	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Vargem Grande Paulista	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	27 a 28	26

Várzea Paulista	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Vera Cruz	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	27 a 29
Vinhedo	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Viradouro	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	27 a 28
Vista Alegre Do Alto	31 a 36		30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Vitória Brasil	31 a 36		30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Votorantim	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27
Votuporanga	31 a 36		30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Zacarias	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Adamantina		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Adolfo	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Aguaí	31 a 35	30 + 36	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Águas Da Prata	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Águas De Lindóia	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Águas De Santa Bárbara	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Águas De São Pedro	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Agudos	33 a 35	31 a 32 + 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	27 a 28
Alambari	33 a 35	30 a 32 + 36		31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27
Alfredo Marcondes		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Altair	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Altinópolis	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27	28 a 36		27
Alto Alegre		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Alumínio	31 a 35	30 + 36	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Álvares Florence	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Álvares Machado		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Álvaro De Carvalho		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Alvinlândia	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Americana	31 a 35	30 + 36	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Américo Brasiliense	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27
Américo De Campos	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Amparo	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	27 a 28		28 a 36	27	26
Analândia	31 a 36	30	29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Andradina		31 a 35	36	31 a 36	30		31 a 36	30	29
Angatuba	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Anhembi	31 a 36		29 a 30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Anhumas			32 a 36	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29
Aparecida	29 a 36	27 a 28	26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Aparecida D'Oeste		31 a 35	30 + 36	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Apiaí	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	29 a 30	22 a 28
Araçariguama	31 a 36	30	29	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	26
Araçatuba		31 a 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Araçoiaba Da Serra	31 a 35	30 + 36	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27
Aramina	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Arandu	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Arapeí	27 a 36	26		27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Araraquara	31 a 36		29 a 30	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Araras	31 a 35	30 + 36	29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Arco-Íris		31 a 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Arealva	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Areias	27 a 36	26		27 a 36	26	25	27 a 36	26	24 a 25
Areiópolis	31 a 36		30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Ariranha	31 a 35	36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Artur Nogueira	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	
Arujá	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Aspásia	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Assis		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Atibaia	30 a 36	29	28	28 a 36	27		28 a 36	27	26
Auriflama		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Avaí	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Avanhandava		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Avaré	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	27 a 28
Bady Bassitt	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Balbinos	34	31 a 33 + 35 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Bálsamo	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Bananal	27 a 35	26 + 36		27 a 36	26	25	27 a 36	26	24 a 25
Barão De Antonina		33 a 35	31 a 32 + 36	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Barbosa		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Bariri	31 a 35	36	29 a 30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Barra Bonita	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Barra Do Chapéu	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	29 a 30	22 a 28
Barra Do Turvo	31 a 36	30	23 a 29	30 a 36	23 a 29	22	24 a 36	22 a 23	
Barretos	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Barrinha	31 a 35	36	30	30 a 36	28 a 29	27	30 a 36	28 a 29	27
Barueri	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Bastos		33 a 36	31 a 32	31 a 36		29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Batatais	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Bauru	33 a 35	31 a 32 + 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Bebedouro	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	29	27 a 28
Bento De Abreu		33 a 35	31 a 32 + 36	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29

Bernardino De Campos		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Bertioga	30 a 35	29 + 36	28 + 23	29 a 36	28 + 23 a 24	25 a 27 + 22	24 + 28 a 36	23 + 25 a 27	22
Bilac		31 a 36		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Birigui		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Biritiba-Mirim	30 a 35	29 + 36	28	29 a 36	28	23 a 27	29 a 36	24 a 28	23
Boa Esperança Do Sul	31 a 36		29 a 30	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Bocaina	31 a 36		29 a 30	29 a 36		28	29 a 36	28	27
Bofete	32 a 35	31 + 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Boituva	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Bom Jesus Dos Perdões	30 a 36	29	28	29 a 36	27 a 28		28 a 36	27	26
Bom Sucesso De Itararé	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29	31 a 36	30	23 a 29
Borá		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Boracéia	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Borborema	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Borebi	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36	29		29 a 36		27 a 28
Botucatu	31 a 36		29 a 30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Bragança Paulista	30 a 36	28 a 29		28 a 36	27		28 a 36	27	26
Braúna		31 a 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Brejo Alegre		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Brodowski	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Brotas	31 a 36	30	29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Buri	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	26 a 28
Buritama		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Buritizal	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Cabrália Paulista	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Cabreúva	31 a 36	30	29	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	
Caçapava	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Cachoeira Paulista	28 a 36	26 a 27		27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Caconde	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Cafelândia	34	31 a 33 + 35 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Caiabu		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Caieiras	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Caiuá		33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	27 a 29
Cajamar	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Cajati	32 a 36	30 a 31	28 a 29	30 a 36	29 + 25	26 a 28 + 22 a 24	30 a 36	22 a 29	
Cajobi	31 a 35	36		30 a 36	29	28	30 a 36	29	27 a 28
Cajuru	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Campina Do Monte Alegre	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	26 a 28
Campinas	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	
Campo Limpo Paulista	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Campos Do Jordão	29 a 36	28	27	28 a 36		27	28 a 36		27
Campos Novos Paulista		31 a 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Cananéia	31 a 36	30 + 23 a 24	25 a 29 + 22	23 a 25 + 30 a 36	22 + 26 a 29		23 a 36	22	
Canas	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Cândido Mota			33 a 36	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Cândido Rodrigues	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Canitar		33 a 36	31 a 32	33 a 36	30 a 32	29	30 a 36	29	27 a 28
Capão Bonito	31 a 36	30		31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	23 a 27
Capela Do Alto	33 a 35	31 a 32 + 36	29 a 30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Capivari	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Caraguatatuba	31 a 34	29 a 30 + 35 a 36	28	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	27 a 28	22 a 26
Carapicuíba	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	26
Cardoso	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Casa Branca	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Cássia Dos Coqueiros	31 a 35	30 + 36	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Castilho		33 a 35	31 a 32 + 36	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Catanduva	31 a 35	36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Catiguá	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Cedral	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Cerqueira César	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Cerquilho	33	31 a 32 + 34 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Cesário Lange	33	31 a 32 + 34 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Charqueada	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36	28	27
Chavantes		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Clementina		31 a 36		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Colina	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	27 a 28
Colômbia	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Conchal	31 a 35	30 + 36	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Conchas	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		27 a 28
Cordeirópolis	31 a 35	30 + 36	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Coroados		31 a 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Coronel Macedo		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Corumbataí	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Cosmópolis	31 a 35	30 + 36	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Cosmorama	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Cotia	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	25 a 26
Cravinhos	31 a 35	36	28 a 30	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Cristais Paulista	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		27	28 a 36		27
Cruzália			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	30 a 31	29
Cruzeiro	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Cubatão	30 a 36	29	28	29 a 36	27 a 28	22 a 26	28 a 36	23 a 27	22
Cunha	28 a 35	26 a 27 + 36		27 a 36	26	24 a 25	27 a 36	25 a 26	23 a 24
Descalvado	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Diadema	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	25 a 26
Dirce Reis	33	31 a 32 + 34 a 36	30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Divinolândia	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Dobrada	31 a 35	36	30	30 a 36	28 a 29		30 a 36	28 a 29	27
Dois Córregos	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36	28	27
Dolcinópolis	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Dourado	31 a 36		29 a 30	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Dracena		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Duartina	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Dumont	31 a 35	36	30	30 a 36	28 a 29	27	30 a 36	28 a 29	27
Echaporã		31 a 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Eldorado	31 a 36	30		31 a 36	29 a 30	22 a 28	30 a 36	25 a 29	22 a 24
Elias Fausto	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	29 a 30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Elisiário	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Embaúba	31 a 35	36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Embu Das Artes	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	25 a 26
Embu-Guaçu	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	25 a 27	29 a 36	26 a 28	23 a 25
Emilianópolis		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Engenheiro Coelho	31 a 35	30 + 36	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Espírito Santo Do Pinhal	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27	29 a 36	28	26 a 27
Espírito Santo Do Turvo	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Estiva Gerbi	31 a 35	30 + 36	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	26 a 27
Estrela Do Norte			33 a 36		31 a 36	30	31 a 36	30	29
Estrela D'Oeste	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Euclides Da Cunha Paulista					33 a 36	31 a 32	36	31 a 35	26 a 30
Fartura		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	28
Fernando Prestes	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Fernandópolis	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Fernão	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Ferraz De Vasconcelos	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	25 a 26
Flora Rica		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Floreal	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28

Flórida Paulista		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Florínia			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	33 a 36	30 a 32	29
Franca	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		27	28 a 36		27
Francisco Morato	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Franco Da Rocha	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Gabriel Monteiro		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Gália	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Garça	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Gastão Vidigal	33	31 a 32 + 34 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Gavião Peixoto	31 a 35	36	29 a 30	30 a 36	28 a 29		30 a 36	28 a 29	27
General Salgado	33	31 a 32 + 34 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Getulina		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Glicério		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Guaiçara		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Guaimbê		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Guaíra	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Guapiaçu	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Guapiara	32 a 36	31	30 + 24	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	22 a 28
Guará	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Guaraçaí		31 a 35	36	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Guaraci	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Guarani D'Oeste	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Guarantã		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Guararapes		31 a 35	36	31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Guararema	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Guaratinguetá	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Guareí	32 a 35	31 + 36	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Guariba	31 a 35	36	30	30 a 36	28 a 29	27	30 a 36	28 a 29	27
Guarujá	30 a 35	29 + 36	28 + 22 a 23	23 + 29 a 36	22 + 24 a 28		23 a 36	22	
Guarulhos	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Guatapará	31 a 35	36	30	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27
Guzolândia		31 a 35	30 + 36	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Herculândia		31 a 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Holambra	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	
Hortolândia	31 a 35	30 + 36	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Iacanga	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Iacri		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Iaras	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Ibaté	31 a 36		29 a 30	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Ibirá	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Ibirarema		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Ibitinga	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Ibiúna	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	27 a 28	23 a 26
Icém	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Iepê			33 a 36	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	32 a 36	30 a 31	29
Igaraçu Do Tietê	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Igarapava	30 a 36		28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Igaratá	30 a 36	29	28	28 a 36	27		28 a 36	27	26
Iguape	32 a 36	30 a 31		31 a 36	29 a 30	23 a 28	30 a 36	25 a 29	22 a 24
Ilha Comprida	32 a 36	30 a 31	29 + 22 a 24	30 a 36	29 + 23 a 25	26 a 28 + 22	24 a 25 + 30 a 36	22 a 23 + 26 a 29	
Ilha Solteira		31 a 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Indaiatuba	31 a 35	30 + 36	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Indiana		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Indiaporã	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Inúbia Paulista		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Ipaussu		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Iperó	33 a 35	31 a 32 + 36	29 a 30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Ipeúna	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Ipiguá	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Iporanga	32 a 36	31	30	31 a 36	30	25 a 29	30 a 36	25 a 29	22 a 24
Ipuã	31 a 35	30 + 36		30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27
Iracemápolis	31 a 35	30 + 36	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Irapuã	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Irapuru		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Itaberá	33	31 a 32 + 34 a 36	30	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	26 a 28
Itaí	33	31 a 32 + 34 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Itajobi	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Itaju	31 a 35	36	29 a 30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Itanhaém	31 a 36	30	29	30 a 36	29	23 a 28	29 a 36	23 a 28	22
Itaóca	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	25 a 29	31 a 36	25 a 30	22 a 24
Itapecerica Da Serra	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	25 a 26
Itapetininga	33 a 36	30 a 32		31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	26 a 27
Itapeva	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	29 a 30	26 a 28
Itapevi	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	26
Itapira	30 a 36	28 a 29		29 a 36	27 a 28		28 a 36	27	26
Itapirapuã Paulista	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	23 a 29	31 a 36	25 a 30	22 a 24
Itápolis	31 a 35	36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Itaporanga		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	29 a 30	28
Itapuí	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Itapura		31 a 36		31 a 36	30		31 a 36	30	29
Itaquaquecetuba	30 a 36	29	28	29 a 36	27 a 28	26	28 a 36	27	26
Itararé		31 a 36		32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	25 a 28
Itariri	31 a 36	30	29	30 a 36	29	23 a 28	29 a 36	25 a 28	22 a 24
Itatiba	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Itatinga	32 a 35	31 + 36	30	30 a 36		29	30 a 36	29	27 a 28
Itirapina	31 a 36	30	29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Itirapuã	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		27	28 a 36		27
Itobi	31 a 36	30	27 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Itu	31 a 35	30 + 36	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Itupeva	31 a 35	30 + 36	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Ituverava	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Jaborandi	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	27 a 28	30 a 36	29	27 a 28
Jaboticabal	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	27 a 28	30 a 36	28 a 29	27
Jacareí	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Jaci	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Jacupiranga	31 a 36	30	28 a 29 + 23 a 24	30 a 36	23 a 29	22	24 a 25 + 29 a 36	22 a 23 + 26 a 28	
Jaguariúna	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	
Jales	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Jambeiro	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Jandira	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	26
Jardinópolis	31 a 35	30 + 36	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Jarinu	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Jaú	31 a 36		29 a 30	29 a 36		28	29 a 36	28	27
Jeriquara	30 a 36	28 a 29		28 a 36		27	28 a 36		27
Joanópolis	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26	28 a 36	27	25 a 26

João Ramalho		33 a 36	31 a 32	31 a 36		29 a 30	31 a 36	29 a 30	28
José Bonifácio	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Júlio Mesquita		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Jumirim	33	31 a 32 + 34 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Jundiaí	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	
Junqueirópolis		31 a 35	36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Juquiá	31 a 36	30		31 a 36	29 a 30	23 a 28	30 a 36	28 a 29 + 24	25 a 27 + 22 a 23
Juquitiba	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29	23 a 27	29 a 36	26 a 28	23 a 25
Lagoinha	30 a 35	28 a 29 + 36	27	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25
Laranjal Paulista	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Lavínia		31 a 35	36	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Lavrinhas	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Leme	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Lençóis Paulista	33 a 36	31 a 32	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Limeira	31 a 35	30 + 36	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Lindóia	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Lins		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Lorena	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Lourdes		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Louveira	31 a 35	29 a 30 + 36		29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	
Lucélia		33 a 36	31 a 32	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Lucianópolis	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Luís Antônio	31 a 36		29 a 30	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Luiziânia		31 a 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Lupércio	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Lutécia		31 a 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Macatuba	31 a 36	30		30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Macaubal	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Macedônia	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Magda	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Mairinque	31 a 36	30	29	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	27 a 28	26
Mairiporã	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Manduri	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Marabá Paulista			32 a 36	33	31 a 32 + 34 a 36	30	31 a 36	30	29
Maracaí			33 a 36	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29
Marapoama	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Mariápolis		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Marília		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Marinópolis		31 a 35	30 + 36	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Martinópolis		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Matão	31 a 35	36	30	30 a 36	28 a 29		30 a 36	28 a 29	27
Mauá	30 a 36	29	28	29 a 36	28	25 a 27	28 a 36	26 a 27	25
Mendonça	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Meridiano	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Mesópolis	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Miguelópolis	31 a 36	30		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Mineiros Do Tietê	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36	28	27
Mira Estrela	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Miracatu	31 a 36	30	29	30 a 36	29	25 a 28	29 a 36	28	23 a 27
Mirandópolis		31 a 35	36	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Mirante Do Paranapanema			33 a 36		31 a 36	30	31 a 36	30	29
Mirassol	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Mirassolândia	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Mococa	30 a 36		27 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Mogi Das Cruzes	30 a 36	29	28	29 a 36	28	23 a 27	28 a 36	24 a 27	23
Mogi Guaçu	31 a 35	30 + 36	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Mogi Mirim	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	
Mombuca	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Monções	33	31 a 32 + 34 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Mongaguá	31 a 35	30 + 36	28 a 29 + 23	30 a 36	28 a 29 + 23 a 24	25 a 27 + 22	24 + 28 a 36	23 + 25 a 27	22
Monte Alegre Do Sul	30 a 36	28 a 29		28 a 36	27		28 a 36	27	26
Monte Alto	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	29	27 a 28
Monte Aprazível	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Monte Azul Paulista	31 a 35	36		30 a 36	29	28	30 a 36	29	27 a 28
Monte Castelo		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Monte Mor	31 a 34	35 a 36	29 a 30	29 a 36		28	29 a 36	28	27
Monteiro Lobato	29 a 36	28	27	28 a 36	27		28 a 36	27	25 a 26
Morro Agudo	31 a 35	36	30	30 a 36	28 a 29	27	30 a 36	28 a 29	27
Morungaba	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Motuca	31 a 35	36	30	30 a 36	28 a 29	27	30 a 36	28 a 29	27
Murutinga Do Sul		31 a 35	36	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Nantes			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29
Narandiba			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29
Natividade Da Serra	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Nazaré Paulista	30 a 36	29	28	28 a 36		27	28 a 36	27	26
Neves Paulista	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Nhandeara	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Nipoã	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Nova Aliança	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Nova Campina	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	23 a 28
Nova Canaã Paulista	33	31 a 32 + 34 a 35	30 + 36	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Nova Castilho		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Nova Europa	31 a 35	36	29 a 30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Nova Granada	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Nova Guataporanga		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Nova Independência		31 a 35	36	31 a 36		30	31 a 36	30	29
Nova Luzitânia		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Nova Odessa	31 a 35	30 + 36	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Novais	31 a 35	36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Novo Horizonte	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Nuporanga	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Ocauçu		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Óleo	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Olímpia	31 a 35	36		30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Onda Verde	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Oriente		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28

Orindiúva	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Orlândia	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Osasco	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Oscar Bressane		31 a 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Osvaldo Cruz		33 a 36	31 a 32	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Ourinhos		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Ouro Verde		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Ouroeste	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Pacaembu		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Palestina	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Palmares Paulista	31 a 35	36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Palmeira D'Oeste	33	31 a 32 + 34 a 35	30 + 36	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Palmital		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Panorama		33 a 35	31 a 32 + 36	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29
Paraguaçu Paulista		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Paraibuna	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	26
Paraíso	31 a 35	36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Paranapanema	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	27 a 28
Paranapuã	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Parapuã		33 a 36	31 a 32	31 a 36		29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Pardinho	31 a 35	36	30	30 a 36	29		29 a 36		27 a 28
Pariquera-Açu	32 a 36	30 a 31	29	31 a 36	29 a 30	22 a 28	30 a 36	23 a 29	22
Parisi	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Patrocínio Paulista	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		27	28 a 36	27	
Paulicéia		33 a 35	31 a 32 + 36	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	29
Paulínia	31 a 35	30 + 36	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Paulistânia	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	27 a 28
Paulo De Faria	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Pederneiras	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Pedra Bela	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26	28 a 36	27	25 a 26
Pedranópolis	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Pedregulho	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		27	28 a 36		27
Pedreira	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	
Pedrinhas Paulista			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	33 a 36	30 a 32	29
Pedro De Toledo	31 a 36	30	29	30 a 36	29	23 a 28	29 a 36	25 a 28	22 a 24
Penápolis		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Pereira Barreto		31 a 35	36	31 a 36	30		30 a 36		29
Pereiras	33	31 a 32 + 34 a 36	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Peruíbe	31 a 36	30	29	30 a 36	29	23 a 28	29 a 36	25 a 28	22 a 24
Piacatu		33 a 35	31 a 32 + 36	31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Piedade	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	24 a 27
Pilar Do Sul	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	24 a 27
Pindamonhangaba	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26	28 a 36	26 a 27	25
Pindorama	31 a 35	36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Pinhalzinho	30 a 36	28 a 29		28 a 36	27		28 a 36	27	26
Piquerobi		33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Piquete	28 a 36	27	26	28 a 36	26 a 27	25	28 a 36	26 a 27	25
Piracaia	30 a 36	28 a 29		28 a 36	27		28 a 36	27	25 a 26
Piracicaba	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Piraju	33	31 a 32 + 34 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Pirajuí	34	31 a 33 + 35 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Pirangi	31 a 35	36		30 a 36	29	28	30 a 36	29	27 a 28
Pirapora Do Bom Jesus	31 a 36	29 a 30		29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	26
Pirapozinho			32 a 36	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29
Pirassununga	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Piratininga	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	29 a 30		30 a 36	29	28
Pitangueiras	31 a 35	36	30	30 a 36	29	27 a 28	30 a 36	28 a 29	27
Planalto	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Platina		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Poá	30 a 36	29	28	29 a 36	27 a 28	26	28 a 36	27	25 a 26
Poloni	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Pompéia		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Pongaí	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Pontal	31 a 35	36	30	30 a 36	28 a 29	27	30 a 36	28 a 29	27
Pontalinda	33	31 a 32 + 34 a 36	30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Pontes Gestal	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Populina	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Porangaba	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Porto Feliz	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Porto Ferreira	31 a 35	30 + 36	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Potim	29 a 36	27 a 28	26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Potirendaba	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
Pracinha		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Pradópolis	31 a 35	36	30	30 a 36	28 a 29	27	30 a 36	28 a 29	27
Praia Grande	31 a 35	30 + 36	28 a 29 + 23	29 a 36	28 + 23 a 24	25 a 27 + 22	24 + 28 a 36	23 + 25 a 27	22
Pratânia	31 a 36		30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Presidente Alves	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Presidente Bernardes		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Presidente Epitácio		33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	27 a 29
Presidente Prudente		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Presidente Venceslau		33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Promissão		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Quadra	33	31 a 32 + 34 a 36	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	28
Quatá		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Queiroz		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Queluz	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25

Quintana		31 a 36		31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Rafard	33	31 a 32 + 34 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Rancharia		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Redenção Da Serra	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Regente Feijó		33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	30	29
Reginópolis	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Registro	31 a 36	30		31 a 36	29 a 30	23 a 28	30 a 36	25 a 29	22 a 24
Restinga	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		27	28 a 36		27
Ribeira	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	25 a 29	31 a 36	25 a 30	22 a 24
Ribeirão Bonito	31 a 36		29 a 30	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Ribeirão Branco	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	31 a 36	29 a 30	22 a 28
Ribeirão Corrente	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		27	28 a 36		27
Ribeirão Do Sul		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Ribeirão Dos Índios		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Ribeirão Grande	32 a 36	31	30 + 24	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	22 a 28
Ribeirão Pires	30 a 36	29	28	29 a 36	27 a 28	25 a 26	28 a 36	26 a 27	23 a 25
Ribeirão Preto	31 a 35	36	28 a 30	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27
Rifaina	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		27	28 a 36		27
Rincão	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27
Rinópolis		33 a 36	31 a 32	31 a 36		29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Rio Claro	31 a 36	30	29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Rio Das Pedras	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Rio Grande Da Serra	30 a 36	29	28	29 a 36	28	25 a 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24
Riolândia	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Riversul		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	26 a 28
Rosana					34 a 36	31 a 33	36	31 a 35	26 a 30
Roseira	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	26	27 a 36	26	25
Rubiácea		33 a 35	31 a 32 + 36	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Rubinéia	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Sabino	31 a 32	33 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Sagres		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	30	31 a 36	30	28 a 29
Sales	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Sales Oliveira	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Salesópolis	31 a 35	29 a 30 + 36	28	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	23 a 27
Salmourão		33 a 36	31 a 32	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Saltinho	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Salto	31 a 35	36	29 a 30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Salto De Pirapora	31 a 35	30 + 36	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27
Salto Grande		33 a 36	31 a 32	33 a 36	30 a 32	29	30 a 36	29	27 a 28
Sandovalina			33 a 36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	29
Santa Adélia	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Santa Albertina	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Santa Bárbara D'Oeste	31 a 34	35 a 36	29 a 30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Santa Branca	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	26
Santa Clara D'Oeste	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Santa Cruz Da Conceição	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Santa Cruz Da Esperança	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Santa Cruz Das Palmeiras	31 a 35	30 + 36	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Santa Cruz Do Rio Pardo	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Santa Ernestina	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Santa Fé Do Sul	31 a 33	34 a 35	36 + 30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Santa Gertrudes	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Santa Isabel	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Santa Lúcia	31 a 36		29 a 30	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27
Santa Maria Da Serra	31 a 36	30	29	29 a 36		28	29 a 36	28	27
Santa Mercedes		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Santa Rita Do Passa Quatro	31 a 36	30	29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Santa Rita D'Oeste	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Santa Rosa De Viterbo	31 a 35	30 + 36	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Santa Salete	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Santana Da Ponte Pensa	31 a 33	34 a 35	36 + 30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Santana De Parnaíba	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Santo Anastácio		33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Santo André	30 a 36	29	28	29 a 36	28	23 a 27	28 a 36	23 a 27	22
Santo Antônio Da Alegria	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Santo Antônio De Posse	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	
Santo Antônio Do Aracanguá		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Santo Antônio Do Jardim	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36		26 a 27	28 a 36		26 a 27
Santo Antônio Do Pinhal	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26	28 a 36	26 a 27	
Santo Expedito		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Santópolis Do Aguapeí		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	31 a 36	30	28 a 29
Santos	30 a 36	29	28 + 23	29 a 36	23 a 28	22	24 a 36	22 a 23	
São Bento Do Sapucaí	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26	28 a 36	26 a 27	
São Bernardo Do Campo	30 a 36	29	28	29 a 36	28	23 a 27	28 a 36	23 a 27	22
São Caetano Do Sul	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27	28 a 36	27	25 a 26
São Carlos	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
São Francisco	33	31 a 32 + 34 a 36	30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
São João Da Boa Vista	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
São João Das Duas Pontes	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
São João De Iracema	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
São João Do Pau D'Alho		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
São Joaquim Da Barra	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
São José Da Bela Vista	31 a 36	28 a 30		29 a 36	28	27	28 a 36		27
São José Do Barreiro	27 a 36	26		27 a 36	26	24 a 25	27 a 36	26	23 a 25
São José Do Rio Pardo	30 a 36		27 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
São José Do Rio Preto	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
São José Dos Campos	30 a 36	28 a 29		28 a 36	27		28 a 36	27	26
São Lourenço Da Serra	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	26 a 27	29 a 36	26 a 28	23 a 25
São Luís Do Paraitinga	30 a 35	29 + 36	28	29 a 36	27 a 28	26	28 a 36	26 a 27	24 a 25
São Manuel	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
São Miguel Arcanjo	31 a 36	30		31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	23 a 27
São Paulo	30 a 36	29	28	29 a 36	28	25 a 27	28 a 36	26 a 27	23 a 25
São Pedro	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
São Pedro Do Turvo		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
São Roque	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	26
São Sebastião	31 a 34	29 a 30 + 35 a 36	28	30 a 36	28 a 29	27 + 23	29 a 36	27 a 28	22 a 26
São Sebastião Da Grama	30 a 36		27 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
São Simão	31 a 35	30 + 36	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
São Vicente	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28 + 23 a 24	25 a 27 + 22	24 + 28 a 36	23 + 25 a 27	22
Sarapuí	31 a 35	30 + 36	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	26 a 27
Sarutaiá		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Sebastianópolis Do Sul	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Serra Azul	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Serra Negra	30 a 36	28 a 29		28 a 36	27		28 a 36	27	26
Serrana	31 a 36	30	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Sertãozinho	31 a 35	36	30	30 a 36	28 a 29	27	30 a 36	28 a 29	27
Sete Barras	31 a 36	30		31 a 36	29 a 30	24 a 28	30 a 36	24 a 29	22 a 23
Severínia	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	27 a 28

Silveiras	27 a 36	26		27 a 36	26	25	27 a 36	26	24 a 25
Socorro	30 a 36	28 a 29	27	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Sorocaba	31 a 35	30 + 36	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Sud Mennucci		31 a 35	36	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Sumaré	31 a 35	30 + 36	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Suzanápolis		31 a 35	36	31 a 36	30	29	30 a 36	29	
Suzano	30 a 36	29	28	29 a 36	28	25 a 27	28 a 36	26 a 27	23 a 25
Tabapuã	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	
Tabatinga	31 a 34	35 a 36	29 a 30	30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Taboão Da Serra	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Taciba			32 a 36	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29
Taguaí		33 a 36	31 a 32	31 a 36		29 a 30	31 a 36	29 a 30	28
Taiaçu	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	29	27 a 28
Taiúva	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	29	27 a 28
Tambaú	31 a 35	30 + 36	28 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Tanabi	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Tapiraí	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28 + 24	29 a 36	28 + 24	25 a 27 + 23
Tapiratiba	30 a 36	28 a 29	27	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Taquaral	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	29	27 a 28
Taquaritinga	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Taquarituba		31 a 36	30	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Taquarivaí	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29	30 a 36	29	26 a 28
Tarabai			32 a 36	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29
Tarumã			33 a 36	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	28 a 29
Tatuí	33	31 a 32 + 34 a 36	30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	27 a 28
Taubaté	30 a 35	28 a 29 + 36	27	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Tejupá		31 a 36		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Teodoro Sampaio			33 a 36		32 a 36	31	32 a 36	31	29 a 30
Terra Roxa	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	27 a 28	30 a 36	29	27 a 28
Tietê	33	31 a 32 + 34 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Timburi		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Torre De Pedra	32 a 34	31 + 35 a 36	30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Torrinha	31 a 36	30	29	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Trabiju	31 a 36		29 a 30	29 a 36	28		29 a 36	28	27
Tremembé	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26	28 a 36	26 a 27	25
Três Fronteiras	31 a 33	34 a 35	36 + 30	30 a 36		29	30 a 36	29	28
Tuiuti	30 a 36	29	28	28 a 36	27		28 a 36	27	26
Tupã		33 a 36	31 a 32	31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	28
Tupi Paulista		33 a 35	31 a 32 + 36	32 a 36	31	30	31 a 36	30	29
Turiúba		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Turmalina	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Ubarana	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29		29 a 36		28
Ubatuba	30 a 34	28 a 29 + 35 a 36	27	28 a 36	27	23 a 26	27 a 36	24 a 26	22 a 23
Ubirajara	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	27 a 28
Uchoa	31 a 35	36	30	30 a 36	29	28	29 a 36		28
União Paulista	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Urânia	31 a 33	34 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Uru	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29		30 a 36	29	28
Urupês	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	29 a 36	28	
Valentim Gentil	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Valinhos	31 a 35	29 a 30 + 36	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	
Valparaíso		31 a 35	36	31 a 36		30	31 a 36	30	28 a 29
Vargem	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Vargem Grande Do Sul	31 a 36	30	27 a 29	29 a 36	28	27	29 a 36	28	27
Vargem Grande Paulista	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	26
Várzea Paulista	31 a 36	29 a 30	28	29 a 36	28	27	28 a 36	27	26
Vera Cruz	34	31 a 33 + 35 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28
Vinhedo	31 a 35	29 a 30 + 36		29 a 36	28	27	29 a 36	27 a 28	
Viradouro	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	27 a 28	30 a 36	29	27 a 28
Vista Alegre Do Alto	31 a 34	35 a 36		30 a 36	29	28	30 a 36	28 a 29	27
Vitória Brasil	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Votorantim	31 a 35	30 + 36	29	30 a 36	29	28	29 a 36	28	27
Votuporanga	31 a 34	35 a 36	30	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Zacarias		31 a 36	30	31 a 36	30	29	30 a 36	29	28

PORTARIA Nº 43, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado do Paraná, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 80 dias); Grupo II (80 dias ≤ n ≤ 95 dias); e Grupo III (n > 95 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ³ 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Nota:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGROP. TERRA ALTA: TAA GOL e TAA Marhe;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: Jalo Precoce, BRS Radiante, BRSMG Realce, BRS Ártico, BRS FS305, BRS FC104, BRS FS308, BRS FC310 e BRS FS212;

IAC: IAC Diplomata, IAC Formoso, IAC Harmonia, IAC Imperador, IAC Nuance, IAC Tigre, IAC Veloz, IAC 1849 Polaco

IAPAR: IPR Colibri, IPR Siriri, IPR Eldorado, IPR Garça, IPR CURIÓ, IPR Andorinha, IPR Maracanã e IPR CELEIRO.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9, ANFc 5, ANfp 110

AGROP. TERRA ALTA: TAA DAMA

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRS Sublime, Diamante Negro, Rudá, Xamego, Pérola, BRS Campeiro, BRS VALENTE, BRSMG Talismã, BRS Timbó, BRS Vereda, BRS Grafite, BRS Requinte, BRS Pontal, BRS Horizonte, BRS 7762, BRSMG Majestoso, BRS 9435 Cometa, BRSMG Pioneiro, BRS Embaixador, BRS Executivo, BRS Esplendor, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS Ametista, BRS 10408, BRS FC402, BRS FP403, BRS FC406, BRS FC409, BRS FS311 e BRS Esteio;

EPAGRI: SCS205 Riqueza, SCS204 Predileto e SCS206 Potência;

IAC: IAC Alvorada, IAC Milênio, IAC Netuno, IAC Sintonia e IAC 1850;

IAPAR: Iapar 31, Iapar 81, IPR Uirapuru, IPR Juriti, IPR Graúna, IPR Saracura, IPR Chopim, IPR Gralha, IPR Tiziu, IPR Tangará, IPR Corujinha, IPR 139, IPR Tuiuiú, IPR Campos Gerais, IPR BEM-TE-VI, IPR Quero-quero, IPR Nhambu, IPR Urutau e IPR Sabiá.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abatiá			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Adrianópolis	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31 + 27	28 a 30 + 23 a 26	31 a 36	24 a 30	23
Agudos Do Sul	25 + 34 a 36	23 a 24 + 26 + 31 a 33	27 a 30	24 a 26 + 32 a 36	23 + 27 a 31	22	24 a 36	23	22
Almirante Tamandaré	35 a 36	32 a 34 + 25	31 + 24 + 26	25 a 26 + 33 a 36	27 + 31 a 32	28 a 30 + 24	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	24
Altamira Do Paraná			24 a 27 + 31 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36		25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Alto Paraíso						24 + 35 a 36		27 + 36	24 a 26 + 28 a 35
Alto Paraná					33 a 36	31 a 32	34 a 36	32 a 33	27 a 31
Alto Piquiri					26	24 a 25 + 27 a 36		24 a 28 + 34 a 36	29 a 33
Altônia						24 a 28 + 35 a 36		25 a 28	24 + 29 a 36
Alvorada Do Sul			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Amaporã					34 a 36	31 a 33		32 a 36	24 a 31
Ampére		24 a 27	23 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Anahy			24 a 26	26 a 27	24 a 25 + 28 + 35 a 36	29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Andirá			34 a 36	35 a 36	32 a 34	31	32 a 36	31	28 a 30
Ângulo			34 a 36		32 a 36	31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Antonina	26 + 32 a 36	24 a 25 + 31	23 + 27 a 30	24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	22	23 a 36		19 a 22
Antônio Olinto		25 + 34 a 36	24 + 26 a 27 + 31 a 33	26 + 34 a 36	25 + 27 a 33	24	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24
Apucarana			34 a 36		31 a 36	27 a 30	32 a 36	27 a 31	24 a 26
Arapongas			34 a 36		31 a 36	28 a 30	32 a 36	27 a 31	25 a 26
Arapoti		33 a 36	32	33 a 36	32	24 a 31	32 a 36	31 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Arapuã			34 a 36		26 a 36	24 a 25	26 a 28 + 33 a 36	24 a 25 + 29 a 32	
Araruna					33 a 36	24 a 32	34 a 36	25 a 33	24
Araucária		24 a 25 + 32 a 36	23 + 26 + 31	25 a 26 + 32 a 36	24 + 27 a 31	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Ariranha Do Ivaí			34 a 36	36	25 a 35	24	26 a 28 + 33 a 36	24 a 25 + 29 a 32	
Assaí			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	27 a 30
Assis Chateaubriand					24 a 27	28 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36	
Astorga			34 a 36		32 a 36	28 a 31	32 a 36	28 a 31	27
Atalaia			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Balsa Nova		25 + 34 a 36	24 + 26 + 31 a 33	25 a 26 + 34 a 36	24 + 27 a 33	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Bandeirantes			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30

Barbosa Ferraz			35 a 36		34 a 36	24 a 33	27 + 34 a 36	25 a 26 + 28 a 33	24
Barra Do Jacaré			34 a 36	35 a 36	32 a 34	31	32 a 36	31	28 a 30
Barracão	26	25 + 27	28 + 36	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	30 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	
Bela Vista Da Caroba		24 a 26	23 + 27 + 36	25 a 27	24 + 28 + 36	23 + 29 a 35	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Bela Vista Do Paraíso			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Bituruna		26 a 36	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Boa Esperança					26 a 27 + 34 a 36	24 a 25 + 28 a 33	27 + 34 a 36	24 a 26 + 28 a 33	
Boa Esperança Do Iguaçu		24 a 26	27 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Boa Ventura De São Roque		34 a 36	24 a 33	26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	24	26 a 36	25	23 a 24
Boa Vista Da Aparecida		24 a 26	27 + 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Bocaiúva Do Sul	34 a 36	31 a 33	30 + 24 a 26	25 a 26 + 32 a 36	24 + 27 a 31	23	24 a 36	23	22
Bom Jesus Do Sul	26	25 + 27	24 + 28 + 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Bom Sucesso			34 a 36		31 a 36	26 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
Bom Sucesso Do Sul	26	25 + 27	24 + 28 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 a 36	24	26 a 29 + 34 a 36	25 + 30 a 33	24
Borrazópolis			34 a 36		31 a 36	24 a 30	27 + 32 a 36	25 a 26 + 28 a 31	24
Braganey			24 a 27	25 a 27	24 + 28 a 31 + 35 a 36	32 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Brasilândia Do Sul					26	24 a 25 + 27 a 36		24 a 28 + 35 a 36	29 a 34
Cafeara			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Cafelândia			24 a 26	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	29 a 34	25 a 28	24 + 29 a 36	23
Cafezal Do Sul						24 a 27 + 35 a 36		25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34
Califórnia			33 a 36		31 a 36	27 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
Cambará		35 a 36	32 a 34	35 a 36	32 a 34	31	32 a 36	31	27 a 30
Cambé			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	27 a 30
Cambira			34 a 36		31 a 36	26 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
Campina Da Lagoa			24 a 26 + 35 a 36	27	24 a 26 + 28 a 36		25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Campina Do Simão		25 a 26 + 32 a 36	24 + 27 a 31	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24	26 a 36	25	24
Campina Grande Do Sul	33 a 36	31 a 32 + 24 a 25	26 a 30 + 23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23	24 a 36	23	22
Campo Bonito		26	24 a 25 + 27 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36	23	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Campo Do Tenente		24 a 26 + 33 a 36	23 + 27 a 32	25 a 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31	23	25 a 36	24	23
Campo Largo		34 a 36	31 a 33 + 24 a 26	25 a 26 + 34 a 36	24 + 27 + 31 a 33	23 + 28 a 30	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Campo Magro		34 a 36	31 a 33 + 24 a 26	25 a 26 + 33 a 36	24 + 27 + 31 a 32	23 + 28 a 30	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Campo Mourão			35 a 36		33 a 36	24 a 32	33 a 36	25 a 32	24
Cândido De Abreu		35 a 36	31 a 34 + 24 a 25	35 a 36	25 a 34	24	26 a 28 + 33 a 36	24 a 25 + 29 a 32	23
Candói	26	25 + 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24	26 a 36	25	24
Cantagalo	26	25 + 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	24	25 a 36		24
Capanema		24 a 26	27 + 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Capitão Leônidas Marques		24 a 26	27 + 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Carambeí		33 a 36	31 a 32 + 25 a 26	33 a 36	26 a 32	25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25
Carlópolis			33 a 36	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Cascavel		25 a 26	24 + 27 + 36	25 a 27	24 + 28 a 36	23	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Castro	34 a 36	32 a 33	31 + 25	33 a 36	31 a 32 + 25 a 27	28 a 30	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	
Catanduvas	26	24 a 25	27 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36	23	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Centenário Do Sul			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Cerro Azul	34 a 36	33	31 a 32	33 a 36	31 a 32 + 26	27 a 30 + 23 a 25	32 a 36	24 a 31	23
Céu Azul		26	24 a 25 + 27	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28	24 + 29 a 36	23
Chopinzinho	26	25 + 27 + 36	24 + 28 a 35	26 a 28	25 + 29 a 36	24	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24
Cianorte					33 a 36	31 a 32 + 26 a 27	34 a 36	31 a 33 + 25 a 27	28 a 30 + 24
Cidade Gaúcha						31 a 36		27 + 32 a 36	24 a 26 + 28 a 31
Clevelândia		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25	27 a 36	26	25
Colombo	34 a 36	32 a 33 + 25	30 a 31 + 23 a 24 + 26	25 a 26 + 32 a 36	24 + 27 a 31	23	25 a 36	24	23
Colorado			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	32	28 a 31
Congonhinhas			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	32	28 a 31
Conselheiro Mairinck			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	32	28 a 31
Contenda		24 a 25 + 33 a 36	23 + 26 + 31 a 32	25 a 26 + 33 a 36	24 + 27 a 32	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Corbélia			24 a 27	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Cornélio Procópio			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Coronel Domingos Soares	26	27 a 36	25	26 a 36		25	26 a 36		25
Coronel Vivida	26	25 + 27 + 36	24 + 28 a 35	26 a 28	25 + 29 a 36	24	26 a 36	25	24
Corumbataí Do Sul			35 a 36		33 a 36	24 a 32	27 + 33 a 36	25 a 26 + 28 a 32	24
Cruz Machado	26	27 a 36	25	26 a 36		25	26 a 36		25
Cruzeiro Do Iguaçu	26	24 a 25	27 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 + 32 a 36	23 + 29 a 31	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Cruzeiro Do Oeste						24 a 27 + 31 a 36		25 a 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31
Cruzeiro Do Sul			35 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	32 a 33	27 a 31
Cruzmaltina			34 a 36	36	27 a 35	24 a 26	27 + 32 a 36	25 a 26 + 28 a 31	24
Curitiba	34 a 36	32 a 33 + 25	31 + 23 a 24 + 26	25 a 26 + 32 a 36	24 + 27 a 31	23	25 a 36	24	23
Curiúva		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	27 a 31	33 a 36	31 a 32 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Diamante Do Norte					35 a 36	32 a 34		32 a 36	27 a 31
Diamante Do Sul		26	24 a 25 + 27 + 31 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36	23	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Diamante D'Oeste			24 a 26	25 a 26	24 + 27	28 a 31 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 35 a 36	23 + 30 a 34
Dois Vizinhos		25 a 27	24 + 35 a 36	25 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 24	25 a 28 + 36	29 a 35	24
Douradina						24 + 32 a 36		27 + 33 a 36	24 a 26 + 28 a 32
Doutor Camargo			35 a 36		32 a 36	27 a 31	34 a 36	27 a 33	24 a 26
Doutor Ulysses	35 a 36	33 a 34	31 a 32	33 a 36	32	23 a 31	32 a 36	24 a 31	23
Enéas Marques		25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Engenheiro Beltrão			35 a 36		32 a 36	26 a 31	34 a 36	27 a 33	24 a 26
Entre Rios Do Oeste					24 a 27	28 a 29 + 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 36	23 + 30 a 35
Esperança Nova						24 a 27 + 35 a 36		25 a 27	24 + 28 a 36
Espigão Alto Do Iguaçu	26	25 + 27	24 + 31 a 36	25 a 27	28 a 36	23 a 24	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	23 a 24
Farol					33 a 36	24 a 32	27 + 34 a 36	25 a 26 + 28 a 33	24
Faxinal			34 a 36	36	31 a 35	24 a 30	27 + 33 a 36	25 a 26 + 28 a 32	24
Fazenda Rio Grande	34 a 36	32 a 33 + 24 a 25	26 a 31 + 23	25 a 26 + 32 a 36	24 + 27 a 31	23	25 a 36	24	23
Fênix			35 a 36		31 a 36	26 a 30	35 a 36	26 a 34	24 a 25
Fernandes Pinheiro		26 + 34 a 36	25 + 31 a 33	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25	27 a 28 + 33 a 36	26 + 29 a 32	25
Figueira		34	33 + 35 a 36	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	26 a 30
Flor Da Serra Do Sul	26	27	28 + 35 a 36 + 25	26 a 28	29 + 34 a 36	30 a 33 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Floraí			35 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Floresta			35 a 36		32 a 36	27 a 31	35 a 36	27 a 34	24 a 26
Florestópolis			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Flórida			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Formosa Do Oeste					25 a 27	24 + 28 a 36	26 a 27	24 a 25 + 28 a 36	
Foz Do Iguaçu			24		24 a 27	23 + 28 + 36	25 a 27	24 + 28 + 36	23 + 29 a 35
Foz Do Jordão	26	25 + 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24	26 a 36	25	24
Francisco Alves						24 a 28 + 35 a 36		24 a 28 + 36	29 a 35
Francisco Beltrão		25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
General Carneiro		26 a 36		27 a 36	26		27 a 36	26	

Godoy Moreira			34 a 36		32 a 36	24 a 31	27 + 33 a 36	25 a 26 + 28 a 32	24
Goioerê					26	24 a 25 + 27 a 36	27	24 a 26 + 28 a 36	
Goioxim		24 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23	25 a 36	24	23
Grandes Rios			34 a 36	36	27 a 35	24 a 26	27 + 33 a 36	25 a 26 + 28 a 32	24
Guaíra					25 a 26	24 + 27 a 29	26 a 27	24 a 25 + 28 a 29	30 a 36
Guairaçá					34 a 36	32 a 33		32 a 36	27 a 31
Guamiranga		34 a 36	31 a 33 + 25 a 26	26 a 27 + 34 a 36	28 a 33	25	26 a 28 + 33 a 36	29 a 32	25
Guapirama			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Guaporema					34 a 36	31 a 33	34 a 36	32 a 33	24 a 31
Guaraci			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Guaraniaçu		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36	23	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Guarapuava		26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Guaraqueçaba	32 a 36	31 + 24 a 26	27 a 30 + 23	24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	22	24 a 36	23	19 a 22
Guaratuba	24 + 32 a 36	23 + 25 a 31		23 a 36		22	23 a 36	22	19 a 21
Honório Serpa	26	25 + 27 + 36	28 a 35	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35		26 a 36	25	
Ibaiti			33 a 36	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	32	27 a 31
Ibema		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36	23	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Ibiporã			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Icaraíma						34 a 36		34 a 36	24 a 33
Iguaraçu			34 a 36		32 a 36	28 a 31	33 a 36	28 a 32	27
Iguatu			24 a 26	26 a 27	24 a 25 + 28 + 35 a 36	29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Imbaú		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33 + 25 a 27	28 a 31 + 24	27 + 33 a 36	25 a 26 + 28 a 32	24
Imbituva		34 a 36	31 a 33 + 25 a 26	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25	27 a 28 + 33 a 36	26 + 29 a 32	25
Inácio Martins		26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Inajá			35 a 36		34 a 36	32 a 33	34	32 a 33 + 35 a 36	28 a 31
Indianópolis					33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	24 a 30
Ipiranga		34 a 36	31 a 33 + 25 a 26	33 a 36	26 a 32	25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25
Iporã						24 a 28 + 35 a 36		24 a 28 + 36	29 a 35
Iracema Do Oeste					24 a 27	28 a 36	26 a 27	24 a 25 + 28 a 36	
Irati		26 + 34 a 36	25 + 27 a 33	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25	27 a 36	26	25
Iretama			31 a 36		25 a 36	24	26 a 28 + 33 a 36	24 a 25 + 29 a 32	
Itaguajé			34 a 36		33 a 36	32	34 a 36	32 a 33	31
Itaipulândia			24		24 a 27	28 a 29 + 36	25 a 27	24 + 28 + 36	23 + 29 a 35
Itambaracá			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Itambé			35 a 36		31 a 36	26 a 30	35 a 36	26 a 34	24 a 25
Itapejara D'Oeste	26	25 + 27	24 + 28 + 35 a 36	25 a 28	29 a 36	24	25 a 28 + 35 a 36	29 a 34	24
Itaperuçu		34 a 36	31 a 33 + 24 a 25	34 a 36	32 a 33 + 24 a 26	27 a 31 + 23	25 a 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31	23
Itaúna Do Sul					35 a 36	32 a 34		32 a 36	27 a 31
Ivaí		34 a 36	31 a 33 + 25 a 26	26 + 34 a 36	25 + 27 a 33		26 a 28 + 33 a 36	25 + 29 a 32	
Ivaiporã			34 a 36	36	26 a 35	24 a 25	26 a 27 + 33 a 36	24 a 25 + 28 a 32	
Ivaté						24 + 34 a 36		34 a 36	24 a 33
Ivatuba			35 a 36		32 a 36	27 a 31	34 a 36	27 a 33	24 a 26
Jaboti			34 a 36	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	32	27 a 31
Jacarezinho		36	32 a 35	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	28 a 30
Jaguapitã			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Jaguariaíva		33 a 36	32	33 a 36	32	24 a 31	32 a 36	25 a 31	24
Jandaia Do Sul			34 a 36		31 a 36	26 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
Janiópolis					35 a 36	24 a 34	27 + 34 a 36	25 a 26 + 28 a 33	24
Japira			33 a 36	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	32	27 a 31
Japurá					33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Jardim Alegre			34 a 36		26 a 36	24 a 25	27 + 33 a 36	24 a 26 + 28 a 32	
Jardim Olinda			34 a 36		33 a 36	32	34 a 36	32 a 33	28 a 31
Jataizinho			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Jesuítas					24 a 27	28 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36	
Joaquim Távora			34 a 36	36	32 a 35	31	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Jundiaí Do Sul			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Juranda					25 a 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 27 + 34 a 36	24 a 25 + 28 a 33	
Jussara			35 a 36		32 a 36	31 + 27	34 a 36	25 a 33	24
Kaloré			34 a 36		31 a 36	26 a 30	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	24 a 25
Lapa		24 a 25 + 34 a 36	26 + 31 a 33	25 a 26 + 34 a 36	24 + 27 a 33		25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	
Laranjal		26	24 a 25 + 27 + 31 a 36	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Laranjeiras Do Sul		25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24
Leópolis			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Lidianópolis			34 a 36		27 a 36	24 a 26	27 + 33 a 36	25 a 26 + 28 a 32	24
Lindoeste		25 a 26	24 + 27 + 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Loanda						32 a 36		33 a 36	24 a 32
Lobato			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Londrina			34 a 36		32 a 36	28 a 31	33 a 36	28 a 32	25 a 27
Luiziana			34 a 36		25 a 36	24	26 a 28 + 33 a 36	24 a 25 + 29 a 32	
Lunardelli			34 a 36		31 a 36	24 a 30	27 + 33 a 36	25 a 26 + 28 a 32	24
Lupionópolis			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Mallet		26 + 34 a 36	25 + 27 a 33	27 a 28 + 33 a 36	26 + 29 a 32	25	27 a 36	26	25
Mamborê			35 a 36		25 a 28 + 33 a 36	24 + 29 a 32	26 a 27 + 33 a 36	24 a 25 + 28 a 32	
Mandaguaçu			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Mandaguari			34 a 36		31 a 36	27 a 30	32 a 36	27 a 31	24 a 26
Mandirituba	34 a 36	31 a 33 + 24 a 25	26 a 30 + 23	24 a 27 + 32 a 36	23 + 28 a 31		24 a 36	23	
Manfrinópolis	26	25 + 27	24 + 28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Mangueirinha	26	27 + 35 a 36	28 a 34 + 25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25	26 a 36		25

Manoel Ribas			31 a 36	36	24 a 35		26 a 28 + 33 a 36	24 a 25 + 29 a 32	23
Marechal Cândido Rondon					24 a 27	28 a 29 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 36	30 a 35
Maria Helena						24 + 32 a 36		27 + 32 a 36	24 a 26 + 28 a 31
Marialva			34 a 36		31 a 36	27 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
Marilândia Do Sul			34 a 36		31 a 36	26 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
Marilena					35 a 36	32 a 34		33 a 36	27 a 32
Mariluz						24 a 27 + 31 a 36		24 a 36	
Maringá			34 a 36		32 a 36	27 a 31	32 a 36	27 a 31	24 a 26
Mariópolis	26	27	28 + 32 a 36 + 25	26 a 28	29 a 36	25	26 a 36		25
Maripá					24 a 27	28 a 31 + 35 a 36	26 a 27	24 a 25 + 28 a 29 + 35 a 36	30 a 34
Marmeleiro	26	25 + 27	28 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 + 34 a 36	30 a 33	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	
Marquinho		24 a 26 + 35 a 36	27 a 34	25 a 28 + 34 a 36	24 + 29 a 33	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Marumbi			34 a 36		31 a 36	26 a 30	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	24 a 25
Matelândia		26	24 a 25	25 a 27	24 + 36	23 + 28 a 35	25 a 27	24 + 28 a 29 + 33 a 36	23 + 30 a 32
Matinhos	24 + 32 a 36	23 + 25 a 31		23 a 36	22		23 a 36	22	19 a 21
Mato Rico			24 a 26 + 31 a 36	26 a 27 + 34 a 36	24 a 25 + 28 a 33		25 a 28 + 33 a 36	24 + 29 a 32	23
Mauá Da Serra			33 a 36	36	32 a 35	26 a 31	33 a 36	26 a 32	24 a 25
Medianeira			24 a 26	25 a 26	24 + 27	23 + 28 a 29 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34
Mercedes					25 a 27	24 + 28 a 29	25 a 27	24 + 28 a 29	30 a 36
Mirador					34 a 36	31 a 33	34 a 36	32 a 33	24 a 31
Miraselva			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Missal			24 a 26	25	24 + 26 a 27	28 a 29 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 36	23 + 30 a 35
Moreira Sales					35 a 36	24 a 34		25 a 36	24
Morretes	26 + 32 a 36	24 a 25 + 30 a 31	23 + 27 a 29	24 a 36	23	22	23 a 36	22	19 a 21
Munhoz De Melo			34 a 36		32 a 36	31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Nossa Senhora Das Graças			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Nova Aliança Do Ivaí					33 a 36	31 a 32	34 a 36	32 a 33	24 a 31
Nova América Da Colina			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Nova Aurora			26	26	24 a 25 + 27	28 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36	
Nova Cantu			24 a 26 + 31 a 36	26 a 27	24 a 25 + 28 a 36		25 a 28 + 33 a 36	24 + 29 a 32	23
Nova Esperança			35 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	26 a 30
Nova Esperança Do Sudoeste		25 a 27	24 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Nova Fátima			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Nova Laranjeiras		25 a 27	24 + 28 a 36	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Nova Londrina					35 a 36	32 a 34		33 a 36	27 a 32
Nova Olímpia						32 a 36		27 + 32 a 36	24 a 26 + 28 a 31
Nova Prata Do Iguaçu		24 a 26	27 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Nova Santa Bárbara			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Nova Santa Rosa					24 a 27	28 a 31 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 36	30 a 35
Nova Tebas			31 a 36	34 a 36	24 a 33		26 a 28 + 32 a 36	24 a 25 + 29 a 31	23
Novo Itacolomi			34 a 36		31 a 36	26 a 30	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	24 a 25
Ortigueira		34 a 36	33	35 a 36	32 a 34	24 a 31	27 + 33 a 36	25 a 26 + 28 a 32	24
Ourizona			35 a 36		32 a 36	31 + 27	33 a 36	27 a 32	24 a 26
Ouro Verde Do Oeste			24 a 26	25 a 27	24 + 28	29 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36	23
Paiçandu			35 a 36		32 a 36	27 a 31	33 a 36	27 a 32	24 a 26
Palmas		26 a 36	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Palmeira		25 + 34 a 36	24 + 26 + 31 a 33	26 + 34 a 36	25 + 27 a 28 + 32 a 33	24 + 29 a 31	26 a 28 + 33 a 36	25 + 29 a 32	24
Palmital		25 a 26	24 + 27 + 31 a 36	25 a 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Palotina					25 a 27	24 + 28 a 31 + 35 a 36	27	24 a 26 + 28 a 29 + 36	30 a 35
Paraíso Do Norte					33 a 36	31 a 32	34 a 36	32 a 33	24 a 31
Paranacity			35 a 36		33 a 36	32	34 a 36	32 a 33	27 a 31
Paranaguá	24 + 32 a 36	23 + 25 a 31		23 a 36		22	23 a 36	22	19 a 21
Paranapoema			35 a 36		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31
Paranavaí					33 a 36	32	34 a 36	32 a 33	27 a 31
Pato Bragado					24 a 27	28 a 29 + 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 36	30 a 35
Pato Branco	26	25 + 27	28 + 32 a 36	26 a 28	25 + 29 a 36		26 a 36	25	
Paula Freitas		25 a 27 + 34 a 36	28 a 33	26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33		26 a 36	25	
Paulo Frontin		26 + 34 a 36	25 + 27 a 33	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25	27 a 36	26	25
Peabiru			35 a 36		33 a 36	24 a 32	34 a 36	25 a 33	24
Perobal						24 a 27 + 31 a 36		25 a 27 + 33 a 36	24 + 28 a 32
Pérola						24 a 27 + 35 a 36		25 a 27	24 + 28 a 36
Pérola D'Oeste		25 a 26	24 + 27 + 36	25 a 27	28 + 36	29 a 35 + 24	25 a 28 + 36	29 a 35	24
Piên	25 + 34 a 36	24 + 26 + 31 a 33	23 + 27 a 30	25 a 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31	23	25 a 36	24	23
Pinhais	34 a 36	31 a 33 + 24 a 25	30 + 23 + 26	25 a 26 + 32 a 36	24 + 27 a 31	23	25 a 36	24	23
Pinhal De São Bento	26	24 a 25 + 27	23 + 28 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Pinhalão		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Pinhão	26	27 a 36	25	26 a 36		25	26 a 36		25
Piraí Do Sul	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	25 a 26	27 a 31	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	
Piraquara	33 a 36	31 a 32 + 24 a 26	27 a 30 + 23	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	23	25 a 36	24	23
Pitanga		34 a 36	31 a 33 + 24 a 26	26 a 27 + 34 a 36	24 a 25 + 28 a 33		25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Pitangueiras			34 a 36		32 a 36	28 a 31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Planaltina Do Paraná						31 a 36		32 a 36	24 a 31
Planalto		25 a 26	24 + 27 + 36	25 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 24	25 a 28 + 36	29 a 35	24
Ponta Grossa		33 a 36	31 a 32 + 25 a 26	26 + 33 a 36	25 + 27 a 28 + 32	29 a 31	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	
Pontal Do Paraná	24 + 31 a 36	23 + 25 a 30		23 a 36	22		23 a 36	22	19 a 21
Porecatu			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Porto Amazonas		25 + 34 a 36	24 + 26 + 31 a 33	25 a 26 + 34 a 36	27 a 33	24	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	24
Porto Barreiro	26	25 + 27 + 36	24 + 28 a 35	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24

Porto Rico						34 a 36		34 a 36	26 a 33
Porto Vitória		26 a 36	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25	27 a 36	26	25
Prado Ferreira			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Pranchita	26	25	24 + 27 + 36	25 a 27	28 + 36	29 a 35 + 24	25 a 28 + 36	29 a 35	24
Presidente Castelo Branco			35 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	24 a 30
Primeiro De Maio			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Prudentópolis		34 a 36	24 a 33	26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	24	26 a 36	25	24
Quarto Centenário					25 a 27	24 + 28 a 36	26 a 27	24 a 25 + 28 a 36	
Quatiguá			34 a 36	36	32 a 35	31	33 a 36	31 a 32	30
Quatro Barras	33 a 36	31 a 32 + 24 a 26	27 a 30 + 23	24 a 26 + 31 a 36	27 a 30	23	24 a 36		23
Quatro Pontes					24 a 27	28 a 31 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 36	30 a 35
Quedas Do Iguaçu	26	24 a 25 + 27	35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Querência Do Norte						34 a 36		27 + 34 a 36	24 a 26 + 28 a 33
Quinta Do Sol			35 a 36		33 a 36	26 a 32	35 a 36	27 a 34	24 a 26
Quitandinha	36	32 a 35 + 24 a 25	26 a 31 + 23	25 a 27 + 32 a 36	23 a 24 + 28 a 31		25 a 36	23 a 24	
Ramilândia			24 a 26	25 a 26	24 + 27	23 + 28 a 31 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 35 a 36	23 + 30 a 34
Rancho Alegre			35 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Rancho Alegre D'Oeste					26 a 27 + 35 a 36	24 a 25 + 28 a 34	27 + 36	24 a 26 + 28 a 35	
Realeza		24 a 26	27 + 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Rebouças		26 + 34 a 36	25 + 27 + 31 a 33	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25
Renascença	26	25 + 27	28 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 + 34 a 36	30 a 33	26 a 29 + 35 a 36	25 + 30 a 34	
Reserva		34 a 36	31 a 33	35 a 36	32 a 34 + 26 a 28	29 a 31 + 24 a 25	26 a 28 + 33 a 36	25 + 29 a 32	24
Reserva Do Iguaçu	26	25 + 27 + 31 a 36	28 a 30	26 a 36	25		26 a 36	25	
Ribeirão Claro		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	28 a 30
Ribeirão Do Pinhal			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Rio Azul		26 + 34 a 36	25 + 27 a 33	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25	27 a 36	26	25
Rio Bom			33 a 36		31 a 36	26 a 30	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	24 a 25
Rio Bonito Do Iguaçu	26	25 + 27 + 36	24 + 31 a 35	25 a 28	29 a 36	24	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	24
Rio Branco Do Ivaí			34 a 36	35 a 36	27 a 34	24 a 26	27 + 33 a 36	24 a 26 + 28 a 32	
Rio Branco Do Sul	34 a 36	32 a 33	31 + 24 a 25	33 a 36	31 a 32 + 24 a 26	27 a 30 + 23	25 a 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31	23
Rio Negro	25	24 + 26 + 32 a 36	23 + 27 a 31	25 a 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31	23	25 a 36	24	23
Rolândia			34 a 36		32 a 36	28 a 31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Roncador			25 a 26 + 31 a 36	26 a 27	24 a 25 + 28 a 36		25 a 28 + 33 a 36	24 + 29 a 32	23
Rondon					34 a 36	31 a 33	34 a 36	32 a 33 + 27	28 a 31 + 24 a 26
Rosário Do Ivaí			34 a 36	35 a 36	32 a 34 + 27 a 28	29 a 31 + 24 a 26	27 + 33 a 36	24 a 26 + 28 a 32	
Sabáudia			34 a 36		31 a 36	28 a 30	32 a 36	28 a 31	26 a 27
Salgado Filho	26	25 + 27	24 + 28 + 35 a 36	25 a 27	28 a 29 + 35 a 36	30 a 34 + 24	25 a 28 + 36	29 a 35	24
Salto Do Itararé		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Salto Do Lontra		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	25 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 24	25 a 28 + 36	29 a 35	24
Santa Amélia			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Santa Cecília Do Pavão			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	27 a 30
Santa Cruz De Monte Castelo						27 + 34 a 36		27 + 34 a 36	24 a 26 + 28 a 33
Santa Fé			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Santa Helena					24 a 27	28 a 29 + 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 36	23 + 30 a 35
Santa Inês			34 a 36		33 a 36	32	34 a 36	32 a 33	28 a 31
Santa Isabel Do Ivaí						32 a 36		32 a 36	24 a 31
Santa Izabel Do Oeste		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	25 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 24	25 a 28 + 36	29 a 35	24
Santa Lúcia		24 a 26	27 + 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Santa Maria Do Oeste		25 a 26 + 34 a 36	24 + 27 a 33	25 a 27 + 33 a 36	24 + 28 a 32	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Santa Mariana			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Santa Mônica						31 a 36		32 a 36	24 a 31
Santa Tereza Do Oeste		25 a 26	24 + 27	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28	24 + 29 a 36	23
Santa Terezinha De Itaipu			24		24 a 27	23 + 28 + 36	25 a 27	24 + 28 + 36	23 + 29 a 35
Santana Do Itararé		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Santo Antônio Da Platina			34 a 36	35 a 36	32 a 34	31	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Santo Antônio Do Caiuá			35 a 36		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	27 a 31
Santo Antônio Do Paraíso			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Santo Antônio Do Sudoeste	26	25 + 27	24 + 36	25 a 27	28 + 36	29 a 35 + 24	25 a 28 + 36	29 a 35	24
Santo Inácio			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	32	28 a 31
São Carlos Do Ivaí			35 a 36		32 a 36	31	34 a 36	31 a 33 + 27	28 a 30 + 24 a 26
São Jerônimo Da Serra			33 a 36	35 a 36	33 a 34	31 a 32	33 a 36	31 a 32	26 a 30
São João	26	25 + 27	24 + 35 a 36	25 a 27	28 + 32 a 36	29 a 31 + 24	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	24
São João Do Caiuá			35 a 36		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	27 a 31
São João Do Ivaí			35 a 36		31 a 36	24 a 30	27 + 34 a 36	25 a 26 + 28 a 33	24
São João Do Triunfo		34 a 36	31 a 33 + 25 a 26	26 + 34 a 36	27 a 33	25	26 a 28 + 33 a 36	29 a 32	25
São Jorge Do Ivaí			35 a 36		32 a 36	31	34 a 36	31 a 33 + 27	28 a 30 + 24 a 26
São Jorge Do Patrocínio						24 a 27 + 35 a 36		26 a 27	24 a 25 + 28 a 36
São Jorge D'Oeste	26	24 a 25 + 27	35 a 36	25 a 27	24 + 28 + 32 a 36	23 + 29 a 31	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
São José Da Boa Vista		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	32 a 36	31	24 a 30
São José Das Palmeiras			24 a 26		24 a 27	28 a 31 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 35 a 36	23 + 30 a 34
São José Dos Pinhais	32 a 36	31 + 24 a 26	27 a 30 + 23	24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30		24 a 36	23	
São Manoel Do Paraná					33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	24 a 30
São Mateus Do Sul		35 a 36	25 a 34	26 a 27 + 34 a 36	28 a 33	25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25
São Miguel Do Iguaçu			24 a 26		24 a 27	23 + 28 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34
São Pedro Do Iguaçu			24 a 26	25 a 27	24 + 28	29 a 36	25 a 28	24 + 29 a 36	23
São Pedro Do Ivaí			35 a 36		31 a 36	26 a 30	35 a 36	26 a 34	24 a 25
São Pedro Do Paraná					35 a 36	32 a 34		33 a 36	26 a 32
São Sebastião Da Amoreira			34 a 36		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	28 a 30

São Tomé					32 a 36	31	34 a 36	31 a 33 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Sapopema		34 a 36	33	34 a 36	32 a 33	28 a 31	33 a 36	31 a 32	24 a 30
Sarandi			34 a 36		31 a 36	27 a 30	32 a 36	27 a 31	24 a 26
Saudade Do Iguaçu	26	25 + 27	24 + 32 a 36	26 a 27	25 + 28 a 36	24	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24
Sengés		33 a 36	32	33 a 36	32	31 + 24 a 27	32 a 36	31 + 26 a 27	28 a 30 + 24 a 25
Serranópolis Do Iguaçu			24 a 26	25 a 26	24 + 27 + 36	23 + 28 a 31 + 35	25 a 27	24 + 28 a 29 + 35 a 36	23 + 30 a 34
Sertaneja			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Sertanópolis			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Siqueira Campos			33 a 36	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	28 a 30
Sulina	26	25 + 27	24 + 32 a 36	25 a 27	28 + 32 a 36	29 a 31 + 24	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	24
Tamarana			33 a 36	36	32 a 35	27 a 31	33 a 36	27 a 32	24 a 26
Tamboara					33 a 36	31 a 32	34 a 36	32 a 33	24 a 31
Tapejara						26 a 27 + 31 a 36		25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30
Tapira						32 a 36		32 a 36	24 a 31
Teixeira Soares		34 a 36	31 a 33 + 25 a 26	26 + 34 a 36	27 a 28 + 32 a 33	29 a 31 + 25	26 a 28 + 33 a 36	29 a 32	25
Telêmaco Borba		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	24 a 31	32 a 36	25 a 31	24
Terra Boa			35 a 36		32 a 36	31 + 26 a 27	34 a 36	25 a 33	24
Terra Rica					34 a 36	32 a 33		32 a 36	27 a 31
Terra Roxa					25 a 26	24 + 27 a 29	27	24 a 26 + 28 a 29 + 36	30 a 35
Tibagi		33 a 36	31 a 32 + 25	33 a 36	25 a 32		26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	
Tijucas Do Sul	32 a 36	31 + 24 a 26	27 a 30 + 23	24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	22	23 a 36		22
Toledo			24 a 26	25 a 27	24 + 28	29 a 36	25 a 28	24 + 29 a 36	23
Tomazina			33 a 36	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Três Barras Do Paraná	26	24 a 25	27 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 + 32 a 36	23 + 29 a 31	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	23
Tunas Do Paraná	34 a 36	32 a 33	31 + 24	32 a 36	31 + 24 a 27	28 a 30 + 23	27 + 31 a 36	24 a 26 + 28 a 30	23
Tuneiras Do Oeste					35 a 36	31 a 34 + 24 a 27		25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30
Tupãssi			24 a 26	26 a 27	24 a 25 + 28	29 a 36	25 a 28	24 + 29 a 36	23
Turvo		26 + 34 a 36	25 + 27 a 33	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25	26 a 36		25
Ubiratã			26		24 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25 a 28 + 36	24 + 29 a 35	
Umuarama						24 a 27 + 32 a 36		25 a 27 + 33 a 36	24 + 28 a 32
União Da Vitória		26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25	27 a 36	26	25
Uniflor			34 a 36		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Uraí			34 a 36		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30
Ventania		33 a 36	32	33 a 36	32	24 a 31	32 a 36	25 a 31	24
Vera Cruz Do Oeste			24 a 26	25 a 27	24 + 28	23 + 29 a 36	25 a 28	24 + 29 a 36	23
Verê		25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	25 a 27	28 a 36	24	25 a 28 + 35 a 36	29 a 34	24
Virmond	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	24	25 a 36		24
Vitorino		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	27 a 28	26 + 29 a 36	25	27 a 29 + 34 a 36	26 + 30 a 33	25
Wenceslau Braz		34 a 36	32 a 33	34 a 36	32 a 33	31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Xambrê						24 a 27 + 34 a 36		25 a 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abatiá		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Adrianópolis	32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	23 a 30		27 a 36	23 a 26	22
Agudos Do Sul	24 a 25 + 32 a 36	23 + 26 a 31	22	24 a 36	23	22	24 a 36	23	22
Almirante Tamandaré	33 a 36	31 a 32 + 25	26 a 30 + 24	25 a 26 + 31 a 36	27 a 30	24	25 a 27 + 31 a 36	28 a 30	24
Altamira Do Paraná		25 a 27 + 35 a 36	23 a 24 + 28 a 34	24 a 27 + 35 a 36	23 + 28 a 34		24 a 28 + 32 a 36	23 + 29 a 31	
Alto Paraíso						24 a 27 + 31 a 36		25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30
Alto Paraná			33 a 36		32 a 36	27 a 31	32 a 36	31 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Alto Piquiri					24 a 26 + 36	23 + 27 a 35	26 a 27	23 a 25 + 28 a 36	
Altônia					25	23 a 24 + 26 a 36		24 a 36	23
Alvorada Do Sul		34 a 36	32 a 33	34 a 35	31 a 33 + 36	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Amaporã			34 a 36		32 a 36	26 a 31	33 a 36	31 a 32 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Ampére		24 a 27 + 36	23 + 28 + 32 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35	23 + 29 a 31	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Anahy		25	23 a 24 + 26 a 27 + 31 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36		24 a 27 + 35 a 36	23 + 28 a 34	
Andirá		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	27 a 29
Ângulo			31 a 36	34 a 36	31 a 33	27 a 30	32 a 36	27 a 31	24 a 26
Antonina	24 a 25 + 31 a 36	23 + 26 a 30	22	23 a 36	22		23 a 36	22	19 a 21
Antônio Olinto		25 a 26 + 33 a 36	24 + 27 a 32	26 a 27 + 33 a 36	25 + 28 a 32	24	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24
Apucarana		34 a 36	31 a 33	34 a 36	27 a 33	24 a 26	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Arapongas		34 a 36	31 a 33	34 a 36	30 a 33	26 a 29	31 a 36	27 a 30	24 a 26
Arapoti	33 a 34	32 + 35 a 36	31	32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Arapuã		34 a 36	25 a 33	26 + 33 a 36	24 a 25 + 27 a 32	23	26 a 27 + 31 a 36	24 a 25 + 28 a 30	23
Araruna			31 a 36		25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30	32 a 36	24 a 31	23
Araucária	34 a 36	31 a 33 + 24 a 26	27 a 30 + 23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23	25 a 36	24	23
Ariranha Do Ivaí		34 a 36	25 a 33	26 + 34 a 36	24 a 25 + 27 a 33	23	26 a 27 + 31 a 36	24 a 25 + 28 a 30	23
Assaí		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	27 a 30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Assis Chateaubriand			23 a 26	25 a 26	23 a 24 + 27 + 35 a 36	28 a 34	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36	
Astorga			31 a 36	34 a 36	31 a 33	26 a 30	31 a 36	27 a 30	24 a 26
Atalaia			33 a 36	34 a 36	31 a 33	27 a 30	32 a 36	27 a 31	24 a 26
Balsa Nova	36	31 a 35 + 24 a 25	26 a 30 + 23	25 a 26 + 32 a 36	24 + 27 a 31	23	25 a 36	24	23
Bandeirantes		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Barbosa Ferraz		36	31 a 35	34 a 36	25 a 33	23 a 24	26 a 27 + 32 a 36	24 a 25 + 28 a 31	23
Barra Do Jacaré		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	31 a 36	30	27 a 29
Barracão	26	25 + 27 + 36	28 + 32 a 35	26 a 27	25 + 28 a 36		26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	
Bela Vista Da Caroba		24 a 27 + 36	23 + 32 a 35	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23

Bela Vista Do Paraíso		34 a 36	33	34 a 35	31 a 33 + 36	30	33 a 36	30 a 32	27 a 29
Bituruna	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Boa Esperança			31 a 36		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	26 a 27 + 33 a 36	23 a 25 + 28 a 32	
Boa Esperança Do Iguaçu		24 a 27 + 36	23 + 31 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Boa Ventura De São Roque	36	31 a 35 + 25 a 27	28 a 30 + 23 a 24	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	23 a 24	25 a 36		23 a 24
Boa Vista Da Aparecida		24 a 27 + 36	23 + 32 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Bocaiúva Do Sul	31 a 36	30 + 24 a 25	26 a 29 + 23	24 a 26 + 31 a 36	23 + 27 a 30	22	24 a 36	23	22
Bom Jesus Do Sul	26	25 + 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35	26 a 27	25 + 28 a 36	24	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Bom Sucesso		36	31 a 35	34 a 36	26 a 33	25	27 + 31 a 36	25 a 26 + 28 a 30	23 a 24
Bom Sucesso Do Sul	26	25 + 27 + 36	24 + 28 a 35	26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	24	26 a 36	25	24
Borrazópolis		34 a 36	30 a 33	34 a 36	26 a 33	23 a 25	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	23 a 24
Braganey		25 a 27	23 a 24 + 28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36		25 a 28 + 35 a 36	23 a 24 + 29 a 34	
Brasilândia Do Sul					24 a 27	23 + 28 a 36	26 a 27	23 a 25 + 28 a 36	
Cafeara			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	31	27 a 30
Cafelândia		25	23 a 24 + 26 a 27 + 31 + 35 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36		25 a 27 + 35 a 36	23 a 24 + 28 a 34	
Cafezal Do Sul					25	23 a 24 + 26 a 36		24 a 36	23
Califórnia		34 a 36	31 a 33	34 a 36	30 a 33	24 a 29	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Cambará		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	29 a 30	31 a 36	30	27 a 29
Cambé		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30	32 a 36	29 a 31	27 a 28
Cambira		34 a 36	31 a 33	34 a 36	27 a 33	24 a 26	27 + 31 a 36	25 a 26 + 28 a 30	23 a 24
Campina Da Lagoa		25 + 36	23 a 24 + 26 a 35	25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35		24 a 27 + 32 a 36	23 + 28 a 31	
Campina Do Simão	34 a 36	25 a 33	24	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	24	26 a 36	25	24
Campina Grande Do Sul	31 a 36	30 + 23 a 26	27 a 29	24 a 26 + 30 a 36	23 + 27 a 29	22	23 a 36		22
Campo Bonito		25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35	25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35		25 a 28 + 32 a 36	23 a 24 + 29 a 31	
Campo Do Tenente	25 + 35 a 36	24 + 26 + 31 a 34	23 + 27 a 30	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	23	25 a 36	24	23
Campo Largo	34 a 36	31 a 33 + 24 a 25	26 a 30 + 23	25 a 26 + 32 a 36	24 + 27 a 31	23	25 a 36	24	23
Campo Magro	34 a 36	31 a 33 + 24 a 25	26 a 30 + 23	25 a 26 + 32 a 36	24 + 27 a 31	23	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	23
Campo Mourão			31 a 36		25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31	23 a 24
Cândido De Abreu		31 a 36	23 a 30	26 + 32 a 36	24 a 25 + 27 a 31	23	26 a 36	24 a 25	23
Candói	26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	24	26 a 36	25	24	26 a 36	25	24
Cantagalo	26 + 36	25 + 27 + 31 a 35	24 + 28 a 30	25 a 27 + 31 a 36	28 a 30	24	25 a 36		24
Capanema		24 a 26	23 + 27 + 34 a 36	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
Capitão Leônidas Marques		24 a 26	23 + 27 + 32 a 36	25 a 27	24 + 28 + 32 a 36	23 + 29 a 31	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
Carambeí	33 a 36	31 a 32	25 a 30	26 + 32 a 36	27 a 31	25	26 a 27 + 31 a 36	28 a 30	25
Carlópolis		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Cascavel		25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23	25 a 28 + 33 a 36	24 + 29 a 32	23
Castro	33 a 36	31 a 32	30 + 25 a 26	32 a 36	25 a 31		26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	
Catanduvas		24 a 27 + 36	23 + 28 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Centenário Do Sul		34	33 + 35 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	31	27 a 30
Cerro Azul	33 a 36	31 a 32	30 + 23 a 26	32 a 36	24 a 31	23	25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30	
Céu Azul		25 a 26	23 a 24 + 27 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 + 32 a 36	23 + 29 a 31	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
Chopinzinho	26	25 + 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24	26 a 36	25	24
Cianorte			31 a 36		31 a 36	24 a 30	32 a 36	25 a 31	23 a 24
Cidade Gaúcha			34 a 36		32 a 36	26 a 31	33	31 a 32 + 34 a 36 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Clevelândia	27 + 36	26 + 28 a 35	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Colombo	32 a 36	30 a 31 + 24 a 25	26 a 29 + 23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23	25 a 36	24	23
Colorado			33 a 36	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	31	27 a 30
Congonhinhas		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Conselheiro Mairinck		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Contenda	34 a 36	31 a 33 + 24 a 26	27 a 30 + 23	25 a 26 + 32 a 36	24 + 27 a 31	23	25 a 36	24	23
Corbélia		25 a 26	23 a 24 + 27 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36		24 a 28 + 35 a 36	23 + 29 a 34	
Cornélio Procópio		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	33 a 36	30 a 32	27 a 29
Coronel Domingos Soares	26 a 27 + 36	28 a 35	25	26 a 36		25	26 a 36		25
Coronel Vivida	26	25 + 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24	26 a 36	25	24
Corumbataí Do Sul		36	31 a 35	34 a 36	31 a 33 + 25 a 27	28 a 30 + 23 a 24	26 a 27 + 32 a 36	24 a 25 + 28 a 31	23
Cruz Machado	26 a 27 + 33 a 36	28 a 32	25	26 a 36		25	26 a 36		25
Cruzeiro Do Iguaçu		24 a 27 + 36	23 + 31 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Cruzeiro Do Oeste			36		32 a 36	23 a 31		24 a 36	23
Cruzeiro Do Sul			33 a 36	34 a 36	32 a 33	30 a 31	32 a 36	31	26 a 30
Cruzmaltina		34 a 36	30 a 33	34 a 36	25 a 33	23 a 24	26 a 27 + 31 a 36	24 a 25 + 28 a 30	23
Curitiba	33 a 36	31 a 32 + 24 a 26	27 a 30 + 23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23	25 a 36	24	23
Curiúva		32 a 36	31	32 a 36	31	24 a 30	32 a 36	26 a 31	23 a 25
Diamante Do Norte			34 a 36		33 a 36	31 a 32 + 27	34 a 36	31 a 33 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Diamante Do Sul		23 a 27 + 35 a 36	28 a 34	25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35		25 a 28 + 32 a 36	23 a 24 + 29 a 31	22
Diamante D'Oeste			23 a 26	25 a 26	23 a 24 + 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36	
Dois Vizinhos		25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	25 a 27 + 36	28 a 35	24	25 a 28 + 35 a 36	29 a 34	24
Douradina					34 a 36	31 a 33 + 24 a 27		27 + 31 a 36	23 a 26 + 28 a 30
Doutor Camargo			31 a 36		31 a 36	25 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
Doutor Ulysses	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	31 + 25 a 27	28 a 30 + 23 a 24	31 a 36	23 a 30	
Enéas Marques		25 a 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35	26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	24	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Engenheiro Beltrão			31 a 36		31 a 36	24 a 30	32 a 36	26 a 31	23 a 25
Entre Rios Do Oeste			23 a 26	25 a 26	23 a 24 + 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 31 + 35 a 36	32 a 34
Esperança Nova						23 a 27 + 31 a 36		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30
Espigão Alto Do Iguaçu	26	25 + 27 + 35 a 36	23 a 24 + 28 a 34	25 a 27 + 36	28 a 35	23 a 24	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	23 a 24
Farol			31 a 36		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	26 a 27 + 32 a 36	24 a 25 + 28 a 31	23
Faxinal		34 a 36	31 a 33	34 a 36	26 a 33	23 a 25	26 a 27 + 31 a 36	24 a 25 + 28 a 30	23
Fazenda Rio Grande	33 a 36	30 a 32 + 24 a 26	27 a 29 + 23	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	23	25 a 36	24	23
Fênix		36	31 a 35	36	31 a 35 + 26 a 27	28 a 30 + 24 a 25	32 a 36	25 a 31	23 a 24
Fernandes Pinheiro		26 + 32 a 36	25 + 27 a 31	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25
Figueira		33 a 36	31 a 32	34 a 36	31 a 33	27 a 30	32 a 36	30 a 31	24 a 29
Flor Da Serra Do Sul	26	27 + 36	28 + 32 a 35 + 25	26 a 27 + 36	28 a 35	25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25
Floraí			31 a 36		31 a 36	26 a 30	32 a 36	27 a 31	24 a 26
Floresta		36	31 a 35		31 a 36	25 a 30	31 a 36	26 a 30	24 a 25
Florestópolis		34 a 36	33	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Flórida			33 a 36	34 a 36	31 a 33	27 a 30	32 a 36	27 a 31	26

Formosa Do Oeste			25		24 a 27 + 35 a 36	23 + 28 a 34	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36	
Foz Do Iguaçu			23 a 26	25	24 + 26 a 27	23 + 28 a 29 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 35 a 36	23 + 30 a 34
Foz Do Jordão	26 + 36	25 + 27 + 31 a 35	24 + 28 a 30	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	24	26 a 36	25	24
Francisco Alves					24 a 27	23 + 28 a 36	26 a 27	24 a 25 + 28 a 36	23
Francisco Beltrão	26	25 + 27 + 36	24 + 28 a 35	26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	24	26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	24
General Carneiro	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30		27 a 36	26		27 a 36	26	
Godoy Moreira		34 a 36	31 a 33	34 a 36	25 a 33	23 a 24	26 a 27 + 32 a 36	24 a 25 + 28 a 31	23
Goioerê			25 + 31 a 36		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	26 a 27 + 33 a 36	23 a 25 + 28 a 32	
Goioxim	26 + 36	25 + 27 a 35	23 a 24	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	23	25 a 36	24	23
Grandes Rios		34 a 36	30 a 33	34 a 36	25 a 33	23 a 24	26 a 27 + 31 a 36	24 a 25 + 28 a 30	23
Guaíra				25	24 + 26 a 27	23 + 28 a 36	25 a 27	24 + 28 a 31 + 35 a 36	23 + 32 a 34
Guairaçá			34 a 36		33 a 36	31 a 32 + 27	33 a 36	31 a 32 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Guamiranga	34 a 36	31 a 33 + 26 a 27	28 a 30 + 25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25
Guapirama		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Guaporema			34 a 36		32 a 36	26 a 31	33 a 36	31 a 32 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Guaraci			33 a 36	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Guaraniaçu		25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35	25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35		25 a 28 + 32 a 36	23 a 24 + 29 a 31	
Guarapuava	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Guaraqueçaba	24 a 25 + 31 a 36	23 + 26 a 30	22	23 a 36	22		23 a 36	22	19 a 21
Guaratuba	23 a 25 + 30 a 36	22 + 26 a 29		23 a 36	22	21	22 a 36		19 a 21
Honório Serpa	26 a 27 + 36	25 + 31 a 35	28 a 30	26 a 36	25		26 a 36	25	
Ibaiti		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	27 a 30	32 a 36	30 a 31	26 a 29
Ibema		25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Ibiporã		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Icaraíma						24 a 27 + 31 a 36		25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30
Iguaraçu			31 a 36	34 a 36	31 a 33	27 a 30	31 a 36	27 a 30	24 a 26
Iguatu		25	23 a 24 + 26 a 36	24 a 27	23 + 28 a 36		24 a 27 + 35 a 36	23 + 28 a 34	
Imbaú		32 a 36	31	32 a 36	25 a 31	24	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24
Imbituva	34 a 36	32 a 33 + 26	27 a 31 + 25	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25
Inácio Martins	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Inajá			33 a 36		32 a 36	31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Indianópolis			31 a 36		31 a 36	25 a 30	33 a 36	31 a 32 + 26 a 27	28 a 30 + 24 a 25
Ipiranga	34 a 36	31 a 33 + 26	27 a 30 + 25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25
Iporã					24 a 26	23 + 27 a 36		24 a 36	23
Iracema Do Oeste			23 a 26 + 36	25	23 a 24 + 26 a 27 + 34 a 36	28 a 33	25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35	
Irati	34 a 36	31 a 33 + 26 a 27	28 a 30 + 25	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25	27 a 36	26	25
Iretama		31 a 36	25 a 30	26 + 33 a 36	24 a 25 + 27 a 32	23	25 a 28 + 32 a 36	23 a 24 + 29 a 31	
Itaguajé			33 a 36	34	32 a 33 + 35 a 36	31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Itaipulândia			23 a 26	25 a 26	24 + 27	23 + 28 a 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 35 a 36	23 + 30 a 34
Itambaracá		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Itambé		36	31 a 35	36	27 a 35	25 a 26	31 a 36	26 a 30	23 a 25
Itapejara D'Oeste	25 a 26	27 + 36	28 a 35 + 24	25 a 27 + 36	28 a 35	24	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	24
Itaperuçu	34 a 36	31 a 33	30 + 23 a 26	25 + 32 a 36	23 a 24 + 26 a 27 + 31	28 a 30	24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	
Itaúna Do Sul			34 a 36		33 a 36	31 a 32 + 27	34 a 36	31 a 33 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Ivaí	34 a 36	32 a 33	25 a 31	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31		26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	
Ivaiporã		34 a 36	30 a 33 + 26	26 + 34 a 36	24 a 25 + 27 a 33	23	26 a 27 + 31 a 36	24 a 25 + 28 a 30	23
Ivaté					34 a 36	31 a 33 + 24 a 27		25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30
Ivatuba			31 a 36		31 a 36	25 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
Jaboti		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Jacarezinho		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	30	27 a 29
Jaguapitã		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Jaguariaíva	33 a 36	31 a 32		32 a 36	31 + 25	26 a 30 + 24	31 a 36	25 a 30	24
Jandaia Do Sul		34 a 36	31 a 33	34 a 36	27 a 33	25 a 26	27 + 31 a 36	25 a 26 + 28 a 30	23 a 24
Janiópolis			31 a 36		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	26 a 27 + 33 a 36	24 a 25 + 28 a 32	23
Japira		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	26 a 29
Japurá			31 a 36		31 a 36	26 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
Jardim Alegre		34 a 36	30 a 33 + 26	34 a 36	25 a 33	23 a 24	26 a 27 + 31 a 36	24 a 25 + 28 a 30	23
Jardim Olinda			33 a 36	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	27 a 30
Jataizinho		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	33 a 36	30 a 32	27 a 29
Jesuítas			23 a 26 + 36	25 a 26	23 a 24 + 27 + 35 a 36	28 a 34	25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35	
Joaquim Távora		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Jundiaí Do Sul		34	31 a 33 + 35 a 36	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Juranda			23 a 26 + 31 a 36		23 a 27 + 31 a 36	28 a 30	25 a 27 + 33 a 36	23 a 24 + 28 a 32	
Jussara			31 a 36		31 a 36	25 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
Kaloré		34 a 36	30 a 33	34 a 36	26 a 33	23 a 25	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	23 a 24
Lapa	36	31 a 35 + 24 a 26	27 a 30	25 a 26 + 32 a 36	24 + 27 a 31		25 a 36	24	
Laranjal		23 a 27 + 31 a 36	28 a 30	25 a 27 + 33 a 36	23 a 24 + 28 a 32		25 a 36	23 a 24	22
Laranjeiras Do Sul	26 + 36	25 + 27 + 31 a 35	24 + 28 a 30	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24	26 a 36	25	24
Leópolis		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	34 a 36	30 a 33	27 a 29
Lidianópolis		34 a 36	30 a 33	34 a 36	25 a 33	23 a 24	26 a 27 + 31 a 36	24 a 25 + 28 a 30	23
Lindoeste		25 a 26	23 a 24 + 27 + 34 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36	23	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
Loanda			34 a 36		33 a 36	31 a 32 + 26 a 27	34 a 36	31 a 33 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Lobato			33 a 36	34 a 36	31 a 33	27 a 30	32 a 36	31 + 27	28 a 30
Londrina		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	27 a 30	31 a 36	27 a 30	24 a 26
Luiziana		34 a 36	25 a 33	26 + 33 a 36	24 a 25 + 27 a 32	23	25 a 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31	23
Lunardelli		34 a 36	30 a 33	34 a 36	25 a 33	23 a 24	26 a 27 + 31 a 36	24 a 25 + 28 a 30	23
Lupionópolis			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	31	27 a 30
Mallet	34 a 36	31 a 33 + 26 a 27	28 a 30 + 25	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25	27 a 36	26	25
Mamborê			25 a 26 + 30 a 36	26	23 a 25 + 27 a 36		25 a 27 + 32 a 36	23 a 24 + 28 a 31	
Mandaguaçu			31 a 36	34 a 36	31 a 33	26 a 30	32 a 36	27 a 31	24 a 26
Mandaguari		34 a 36	31 a 33	34 a 36	27 a 33	25 a 26	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Mandirituba	24 + 32 a 36	23 + 25 a 31		24 a 36	23		24 a 36	23	
Manfrinópolis	26	25 + 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35	26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	24	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Mangueirinha	26 a 27 + 36	31 a 35	28 a 30 + 25	26 a 36		25	26 a 36		25
Manoel Ribas		31 a 36	23 a 30	26 + 32 a 36	24 a 25 + 27 a 31	23	25 a 36	23 a 24	
Marechal Cândido Rondon			23 a 26	25 a 26	23 a 24 + 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36	
Maria Helena					34 a 36	31 a 33 + 23 a 27		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30
Marialva		36	31 a 35	34 a 36	27 a 33	25 a 26	31 a 36	26 a 30	23 a 25
Marilândia Do Sul		34 a 36	31 a 33	34 a 36	27 a 33	24 a 26	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Marilena			34 a 36		33 a 36	31 a 32 + 27	34 a 36	31 a 33 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Mariluz					24 a 26 + 34 a 36	23 + 27 a 33	26	23 a 25 + 27 a 36	
Maringá		36	31 a 35	34 a 36	31 a 33	26 a 30	31 a 36	26 a 30	24 a 25
Mariópolis	26 a 27	35 a 36	28 a 34 + 25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25	26 a 36		25
Maripá			23 a 26	25	23 a 24 + 26 a 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36	

Marmeleiro	26	25 + 27 + 35 a 36	28 a 34	26 a 27 + 36	25 + 28 a 35		26 a 28 + 33 a 36	25 + 29 a 32	
Marquinho	26	23 a 25 + 27 + 31 a 36	28 a 30	25 a 27 + 32 a 36	23 a 24 + 28 a 31		25 a 36	23 a 24	22
Marumbi		34 a 36	30 a 33	34 a 36	26 a 33	23 a 25	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	23 a 24
Matelândia		25 a 26	23 a 24 + 27 + 35 a 36	25 a 27	24 + 35 a 36	23 + 28 a 34	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23
Matinhos	23 a 26 + 30 a 36	22 + 27 a 29		22 a 36		21	22 a 36		19 a 21
Mato Rico		25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30	25 a 27 + 33 a 36	23 a 24 + 28 a 32		25 a 36	23 a 24	
Mauá Da Serra		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33 + 27	28 a 30 + 24 a 26	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Medianeira			23 a 26	25 a 26	24 + 27 + 36	23 + 28 a 35	25 a 27	24 + 28 a 36	23
Mercedes			23 a 25	25	24 + 26 a 27	23 + 28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 31 + 35 a 36	32 a 34
Mirador			33 a 36		32 a 36	27 a 31	33 a 36	31 a 32 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Miraselva		34 a 36	33	34 a 35	31 a 33 + 36	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Missal			23 a 26	25 a 26	23 a 24 + 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 31 + 35 a 36	32 a 34
Moreira Sales			31 a 36		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	26 + 33 a 36	24 a 25 + 27 a 32	23
Morretes	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30	22	23 a 36	22		23 a 36	22	19 a 21
Munhoz De Melo			31 a 36	34 a 36	31 a 33	27 a 30	31 a 36	27 a 30	26
Nossa Senhora Das Graças			33 a 36	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	31	27 a 30
Nova Aliança Do Ivaí			33 a 36		32 a 36	27 a 31	33 a 36	31 a 32 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Nova América Da Colina		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	33 a 36	30 a 32	27 a 29
Nova Aurora			23 a 26 + 31 + 36	25 a 26	23 a 24 + 27 + 31 a 36	28 a 30	24 a 27 + 36	23 + 28 a 35	
Nova Cantu		25 a 26 + 36	23 a 24 + 27 a 35	25 a 27 + 34 a 36	23 a 24 + 28 a 33		25 a 28 + 32 a 36	23 a 24 + 29 a 31	
Nova Esperança			33 a 36		31 a 36	27 a 30	32 a 36	31 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Nova Esperança Do Sudoeste		25 a 27 + 36	24 + 28 + 34 a 35	26 a 27 + 36	25 + 28 + 32 a 35	24 + 29 a 31	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Nova Fátima		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Nova Laranjeiras	26	23 a 25 + 27 + 34 a 36	28 a 33	25 a 27 + 32 a 36	23 a 24 + 28 a 31		25 a 36	23 a 24	22
Nova Londrina			34 a 36		33 a 36	31 a 32 + 27	34 a 36	31 a 33 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Nova Olímpia					33 a 36	31 a 32 + 24 a 27		27 + 31 a 36	23 a 26 + 28 a 30
Nova Prata Do Iguaçu		24 a 27 + 36	23 + 32 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Nova Santa Bárbara		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	27 a 30	32 a 36	30 a 31	26 a 29
Nova Santa Rosa			23 a 26	25	23 a 24 + 26 a 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36	
Nova Tebas		31 a 36	23 a 30	25 a 26 + 32 a 36	23 a 24 + 27 a 31		25 a 36	23 a 24	
Novo Itacolomi		34 a 36	30 a 33	34 a 36	26 a 33	23 a 25	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	23 a 24
Ortigueira		34 a 36	31 a 33	34 a 36	25 a 33	23 a 24	26 a 27 + 32 a 36	24 a 25 + 28 a 31	23
Ourizona			31 a 36		31 a 36	26 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
Ouro Verde Do Oeste			23 a 27	25 a 27	23 a 24 + 35 a 36	28 a 34	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36	
Paiçandu			31 a 36		31 a 36	26 a 30	31 a 36	26 a 30	24 a 25
Palmas	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Palmeira	34 a 36	31 a 33 + 25 a 26	27 a 30 + 24	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31	24	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24
Palmital		25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30	25 a 27 + 32 a 36	23 a 24 + 28 a 31		25 a 36	23 a 24	
Palotina					24 a 27	23 + 28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36	
Paraíso Do Norte			33 a 36		32 a 36	26 a 31	33 a 36	31 a 32 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Paranacity			33 a 36	34	32 a 33 + 35 a 36	31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Paranaguá	23 a 26 + 30 a 36	22 + 27 a 29		23 a 36	22	21	22 a 36		19 a 21
Paranapoema			33 a 36		32 a 36	31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Paranavaí			33 a 36		32 a 36	31 + 27	33 a 36	31 a 32 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Pato Bragado			23 a 26	25 a 26	23 a 24 + 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 31 + 35 a 36	32 a 34
Pato Branco	26	25 + 27 + 35 a 36	28 a 34	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34		26 a 36	25	
Paula Freitas	26 + 36	25 + 27 a 35		26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31		26 a 36	25	
Paulo Frontin		26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25	27 a 36	26	25
Peabiru			31 a 36		26 a 27 + 31 a 36	24 a 25 + 28 a 30	32 a 36	25 a 31	23 a 24
Perobal					25 + 36	23 a 24 + 26 a 35		24 a 36	23
Pérola						23 a 36		24 a 36	23
Pérola D'Oeste		25 a 27 + 36	24 + 34 a 35	25 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 24	25 a 27 + 35 a 36	28 a 34	24
Piên	25 + 33 a 36	24 + 26 a 32	23	25 a 36	24	23	25 a 36	24	23
Pinhais	31 a 36	30 + 24 a 26	27 a 29 + 23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23	25 a 36	24	23
Pinhal De São Bento		24 a 27 + 36	23 + 28 + 32 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23	25 a 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	23
Pinhalão		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	27 a 30	32 a 36	30 a 31	23 a 29
Pinhão	26 a 27 + 31 a 36	28 a 30	25	26 a 36		25	26 a 36		25
Piraí Do Sul	33 a 36	31 a 32	30 + 25	32 a 36	25 a 31		26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	
Piraquara	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23	25 a 36	24	23	25 a 36	24	23
Pitanga		25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30	25 a 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31	23	25 a 36	24	23
Pitangueiras		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	27 a 30	31 a 36	27 a 30	24 a 26
Planaltina Do Paraná			34 a 36		33 a 36	27 a 32	34 a 36	31 a 33 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Planalto		25 a 26 + 36	24 + 27 + 34 a 35	25 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 24	25 a 27 + 35 a 36	28 a 34	24
Ponta Grossa	34 a 36	31 a 33 + 25	26 a 30	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31		26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	
Pontal Do Paraná	23 a 26 + 30 a 36	22 + 27 a 29		22 a 36		21	22 a 36		19 a 21
Porecatu		34 a 36	32 a 33	34 a 35	31 a 33 + 36	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Porto Amazonas	36	31 a 35 + 25 a 26	27 a 30 + 24	25 a 26 + 32 a 36	27 a 31	24	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	24
Porto Barreiro	26 + 36	25 + 27 + 31 a 35	24 + 28 a 30	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	24	26 a 36	25	24
Porto Rico			36		34 a 36	31 a 33 + 26 a 27		27 + 31 a 36	24 a 26 + 28 a 30
Porto Vitória	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Prado Ferreira			33 a 36	34 a 35	31 a 33 + 36	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Pranchita		25 a 27 + 36	24 + 32 a 35	25 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 24	25 a 28 + 35 a 36	29 a 34	24
Presidente Castelo Branco			31 a 36		31 a 36	26 a 30	32 a 36	27 a 31	24 a 26
Primeiro De Maio		34 a 36	33	34 a 35	31 a 33 + 36	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Prudentópolis	34 a 36	31 a 33 + 26 a 27	28 a 30 + 24 a 25	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24	26 a 36	25	24
Quarto Centenário			25 + 31 + 36		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35	
Quatiguá		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Quatro Barras	25 + 31 a 36	24 + 26 + 30	23 + 27 a 29	24 a 36		23	24 a 36		23
Quatro Pontes			23 a 26	25 a 26	23 a 24 + 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36	
Quedas Do Iguaçu	26	24 a 25 + 27 + 36	23 + 28 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
Querência Do Norte					34 a 36	31 a 33 + 26 a 27		27 + 31 a 36	24 a 26 + 28 a 30
Quinta Do Sol		36	31 a 35		27 + 31 a 36	24 a 26 + 28 a 30	32 a 36	26 a 31	23 a 25
Quitandinha	33 a 36	23 a 32		25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30		25 a 36	23 a 24	
Ramilândia			23 a 27	25 a 27	24 + 35 a 36	23 + 28 a 34	25 a 27	24 + 28 a 36	23
Rancho Alegre		34 a 36	33	34 a 36	31 a 33	30	34 a 36	30 a 33	27 a 29

Rancho Alegre D'Oeste			25 + 31 a 36		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	25 a 27 + 33 a 36	23 a 24 + 28 a 32	
Realeza		24 a 26 + 36	23 + 27 + 34 a 35	25 a 27	24 + 28 + 34 a 36	23 + 29 a 33	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
Rebouças	36	31 a 35 + 26 a 27	28 a 30 + 25	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25	27 a 36	26	25
Renascença	26	25 + 27 + 35 a 36	28 a 34	26 a 27 + 36	25 + 28 a 35		26 a 36	25	
Reserva		32 a 36	25 a 31	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31	23 a 24	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	23 a 24
Reserva Do Iguaçu	26 a 27 + 36	25 + 28 a 35		26 a 36	25		26 a 36	25	
Ribeirão Claro		32 a 36	31	32 a 36	31	30	31 a 36	30	27 a 29
Ribeirão Do Pinhal		34	32 a 33 + 35 a 36	34 a 36	32 a 33	30 a 31	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Rio Azul	34 a 36	31 a 33 + 26 a 27	28 a 30 + 25	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25	27 a 36	26	25
Rio Bom		34 a 36	31 a 33	34 a 36	26 a 33	23 a 25	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	23 a 24
Rio Bonito Do Iguaçu	26	25 + 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31	25 a 27 + 32 a 36	28 a 31	24	25 a 36		24
Rio Branco Do Ivaí		34 a 36	27 a 33	32 a 36	24 a 31	23	26 a 27 + 31 a 36	24 a 25 + 28 a 30	23
Rio Branco Do Sul	33 a 36	31 a 32	23 a 30	25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	
Rio Negro	25 + 33 a 36	24 + 26 a 27 + 31 a 32	23 + 28 a 30	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	23	25 a 36	24	23
Rolândia		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	27 a 30	31 a 36	27 a 30	24 a 26
Roncador		25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30	25 a 27 + 33 a 36	23 a 24 + 28 a 32		25 a 28 + 32 a 36	23 a 24 + 29 a 31	
Rondon			34 a 36		31 a 36	24 a 30	33 a 36	31 a 32 + 26 a 27	28 a 30 + 24 a 25
Rosário Do Ivaí		34 a 36	31 a 33	34 a 36	25 a 33	23 a 24	26 a 27 + 31 a 36	24 a 25 + 28 a 30	23
Sabáudia		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	26 a 30	31 a 36	27 a 30	24 a 26
Salgado Filho	26	25 + 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35	25 a 27 + 36	28 a 35	24	25 a 28 + 35 a 36	29 a 34	24
Salto Do Itararé		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Salto Do Lontra		25 a 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35	25 a 27 + 36	28 + 32 a 35	29 a 31 + 24	25 a 28 + 35 a 36	29 a 34	24
Santa Amélia		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Santa Cecília Do Pavão		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	27 a 30	32 a 36	30 a 31	26 a 29
Santa Cruz De Monte Castelo					34 a 36	31 a 33 + 26 a 27		27 + 31 a 36	24 a 26 + 28 a 30
Santa Fé			31 a 36	34 a 36	31 a 33	27 a 30	32 a 36	27 a 31	26
Santa Helena			23 a 26	25 a 26	23 a 24 + 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 31 + 35 a 36	32 a 34
Santa Inês			33 a 36	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	27 a 30
Santa Isabel Do Ivaí			36		34 a 36	31 a 33 + 26 a 27		27 + 31 a 36	24 a 26 + 28 a 30
Santa Izabel Do Oeste		25 a 27 + 36	24 + 28 + 34 a 35	25 a 27 + 36	28 + 32 a 35	29 a 31 + 24	25 a 28 + 35 a 36	29 a 34	24
Santa Lúcia		24 a 26	23 + 27 + 32 a 36	25 a 27	24 + 28 + 32 a 36	23 + 29 a 31	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
Santa Maria Do Oeste		25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	23	25 a 36	24	23
Santa Mariana		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Santa Mônica			36		33 a 36	26 a 32		27 + 31 a 36	24 a 26 + 28 a 30
Santa Tereza Do Oeste		25 a 26	23 a 24 + 27 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 36	23	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
Santa Terezinha De Itaipu			23 a 26	25	24 + 26 a 27	23 + 28 + 35 a 36	25 a 27	24 + 28 a 29 + 35 a 36	23 + 30 a 34
Santana Do Itararé		32 a 36	31	33 a 36	31 a 32	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Santo Antônio Da Platina		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Santo Antônio Do Caiuá			33 a 36		32 a 36	31	33 a 36	31 a 32	27 a 30
Santo Antônio Do Paraíso		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Santo Antônio Do Sudoeste		25 a 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35	25 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 24	25 a 28 + 35 a 36	29 a 34	24
Santo Inácio			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	31	27 a 30
São Carlos Do Ivaí			31 a 36		31 a 36	26 a 30	32 a 36	27 a 31	24 a 26
São Jerônimo Da Serra		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	27 a 30	32 a 36	27 a 31	24 a 26
São João	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	25 a 27 + 36	28 a 35	24	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	24
São João Do Caiuá			33 a 36		32 a 36	31	33 a 36	31 a 32	26 a 30
São João Do Ivaí		34 a 36	31 a 33	34 a 36	26 a 33	23 a 25	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	23 a 24
São João Do Triunfo		26 + 33 a 36	25 + 27 a 32	26 a 27 + 33 a 36	28 a 32	25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25
São Jorge Do Ivaí			31 a 36		31 a 36	26 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
São Jorge Do Patrocínio						23 a 36		24 a 36	23
São Jorge D'Oeste	26	24 a 25 + 27 + 36	23 + 31 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23	25 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31	23
São José Da Boa Vista	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	27 a 30	31 a 36	30	23 a 29
São José Das Palmeiras			23 a 26	25 a 26	23 a 24 + 27	28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36	
São José Dos Pinhais	24 a 25 + 31 a 36	23 + 26 a 30		24 a 36	23		24 a 36	23	
São Manoel Do Paraná			31 a 36		31 a 36	26 a 30	32 a 36	31 + 27	28 a 30 + 24 a 26
São Mateus Do Sul	36	31 a 35 + 26 a 27	28 a 30 + 25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25
São Miguel Do Iguaçu			23 a 26	25 a 26	24 + 27 + 36	23 + 28 a 35	25 a 27	24 + 28 a 29 + 35 a 36	23 + 30 a 34
São Pedro Do Iguaçu			23 a 27 + 36	25 a 27	23 a 24 + 35 a 36	28 a 34	25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35	
São Pedro Do Ivaí		36	31 a 35	34 a 36	26 a 33	25	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	23 a 24
São Pedro Do Paraná			34 a 36		33 a 36	31 a 32 + 27	34	31 a 33 + 35 a 36 + 27	28 a 30 + 24 a 26
São Sebastião Da Amoreira		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	28 a 30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
São Tomé			31 a 36		31 a 36	25 a 30	32 a 36	26 a 31	24 a 25
Sapopema		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	26 a 30	32 a 36	26 a 31	23 a 25
Sarandi		36	31 a 35	34 a 36	31 a 33	25 a 30	31 a 36	26 a 30	23 a 25
Saudade Do Iguaçu	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24	26 a 36	25	24
Sengés	33 a 36	32	31	32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Serranópolis Do Iguaçu		25	23 a 24 + 26 a 27 + 36	25 a 27	24 + 35 a 36	23 + 28 a 34	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23
Sertaneja		34 a 36	33	34 a 36	31 a 33	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Sertanópolis		34 a 36	33	34 a 36	31 a 33	30	34 a 36	30 a 33	27 a 29
Siqueira Campos		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Sulina	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	25 a 27 + 36	28 a 35	24	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	24
Tamarana		34 a 36	31 a 33	34 a 36	31 a 33	25 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Tamboara			33 a 36		31 a 36	27 a 30	33 a 36	31 a 32 + 27	28 a 30 + 24 a 26
Tapejara			31 a 36		31 a 36	24 a 30	33 a 36	31 a 32 + 25 a 27	28 a 30 + 23 a 24
Tapira					34 a 36	31 a 33 + 26 a 27		27 + 31 a 36	23 a 26 + 28 a 30
Teixeira Soares	34 a 36	32 a 33 + 26	27 a 31 + 25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25
Telêmaco Borba	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	25 a 31	23 a 24	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31	23 a 24
Terra Boa			31 a 36		31 a 36	24 a 30	32 a 36	25 a 31	23 a 24
Terra Rica			34 a 36		33 a 36	27 a 32	33 a 36	31 a 32 + 27	28 a 30 + 26
Terra Roxa					24 a 27	23 + 28 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36	
Tibagi	33 a 36	31 a 32	25 a 30	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31		26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	
Tijucas Do Sul	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30	22	23 a 36		22	23 a 36		22
Toledo			23 a 27 + 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 31 + 35 a 36	32 a 34	25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35	
Tomazina		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	28 a 30	32 a 36	30 a 31	26 a 29
Três Barras Do Paraná		24 a 27 + 36	23 + 31 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	23	25 a 28 + 33 a 36	24 + 29 a 32	23
Tunas Do Paraná	32 a 36	30 a 31	23 a 29	31 a 36	23 a 30		24 a 36	23	22
Tuneiras Do Oeste			31 a 36		31 a 36	23 a 30	33 a 36	24 a 32	23
Tupãssi			23 a 27 + 36	25 a 27	23 a 24 + 31 a 36	28 a 30	25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 a 35	
Turvo	34 a 36	31 a 33 + 26 a 27	28 a 30 + 25	26 a 27 + 31 a 36	28 a 30	25	26 a 36		25

Ubiratã			23 a 27 + 31 a 36	25 a 27	23 a 24 + 28 a 36		24 a 27 + 34 a 36	23 + 28 a 33	
Umuarama					36	31 a 35 + 23 a 27		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30
União Da Vitória	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Uniflor			33 a 36	34 a 36	31 a 33	27 a 30	32 a 36	31 + 27	28 a 30 + 26
Uraí		34 a 36	32 a 33	34 a 36	31 a 33	30	34 a 36	30 a 33	27 a 29
Ventania	34	32 a 33 + 35 a 36	31	32 a 36	31	24 a 30	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	23 a 24
Vera Cruz Do Oeste			23 a 27	25 a 27	24 + 35 a 36	23 + 28 a 34	25 a 27	24 + 28 a 36	23
Verê	26	25 + 27 + 36	24 + 28 a 35	25 a 27 + 36	28 a 35	24	25 a 28 + 34 a 36	29 a 33	24
Virmond	25 a 26 + 36	27 + 31 a 35	28 a 30 + 24	25 a 27 + 31 a 36	28 a 30	24	25 a 36		24
Vitorino	27	26 + 35 a 36	25 + 28 a 34	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25	27 a 36	26	25
Wenceslau Braz		32 a 36	31	33 a 36	31 a 32	28 a 30	31 a 36	30	23 a 29
Xambrê						23 a 27 + 31 a 36		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abatiá			33 a 36		31 a 36	29 a 30	33 a 36	30 a 32	29
Adrianópolis	32 a 36	30 a 31		31 a 36	30	22 a 29	30 a 36	23 a 29	22
Agudos Do Sul	32 a 36	30 a 31 + 23 a 24	25 a 29 + 22	24 a 25 + 30 a 36	23 + 26 a 29	22	24 a 36	23	22
Almirante Tamandaré	33 a 36	31 a 32	30 + 24	31 a 36	30 + 25 a 26	27 a 29 + 24	25 a 26 + 31 a 36	27 a 30	24
Altamira Do Paraná		36	33 a 35 + 23 a 25	25 a 26 + 36	23 a 24 + 27 + 31 a 35	22 + 28 a 30	24 a 27 + 33 a 36	23 + 28 a 32	22
Alto Paraíso						35 a 36		31 + 35 a 36	23 a 30 + 32 a 34
Alto Paraná			36		31 a 36		32 a 36	31	26 a 30
Alto Piquiri						23 a 26 + 31 a 36		23 a 27 + 31 a 36	22 + 28 a 30
Altônia						23 a 26 + 36		24 a 26 + 31 + 36	23 + 27 a 30 + 32 a 35
Alvorada Do Sul			33 a 36		31 a 36	30	33 a 36	30 a 32	29
Amaporã					36	31 a 35		31 a 36	25 a 30
Ampére		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 34 a 36	23 + 28 a 33	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
Anahy			24 + 36	25	23 a 24 + 26 + 34 a 36	22 + 27 a 33	24 a 26 + 35 a 36	23 + 27 a 34	22
Andirá			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	29 a 30	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Ângulo			35 a 36		31 a 36	30	31 a 36	30	26 a 29
Antonina	24 + 30 a 36	23 + 25 a 29	22	23 a 36	22	21	22 a 36	21	19 a 20
Antônio Olinto	36	33 a 35	30 a 32 + 24 a 25	33 a 36	30 a 32 + 25 a 26	27 a 29 + 24	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	24
Apucarana		36	31 a 35	34 a 36	30 a 33	27 a 29	31 a 36	26 a 30	24 a 25
Arapongas			31 a 36	34 a 36	30 a 33	27 a 29	31 a 36	28 a 30	25 a 27
Arapoti		31 a 36		31 a 36	30	29	31 a 36	29 a 30	23 a 28
Arapuã		36	32 a 35	36	31 a 35 + 24 a 26	27 a 30 + 23	25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30	
Araruna			36		31 a 36	23 a 30	32 a 36	30 a 31 + 24 a 26	27 a 29 + 23
Araucária	35 a 36	31 a 34	30 + 23 a 25	31 a 36	24 a 30	23	25 a 26 + 30 a 36	24 + 27 a 29	23
Ariranha Do Ivaí		36	31 a 35	35 a 36	31 a 34 + 24 a 26	27 a 30 + 23	25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30	
Assaí			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	29 a 31	27 a 28
Assis Chateaubriand					23 a 26	22 + 27 a 36	24 a 26	23 + 27 a 36	22
Astorga			33 a 36	36	31 a 35	29 a 30	31 a 36	29 a 30	25 a 28
Atalaia			36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	26 a 29
Balsa Nova	36	33 a 35	30 a 32 + 23 a 25	32 a 36	30 a 31 + 24 a 26	27 a 29 + 23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23
Bandeirantes			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	29 a 30	33 a 36	30 a 32	27 a 29
Barbosa Ferraz			33 a 36	36	31 a 35 + 25	26 a 30 + 23 a 24	32 a 36	24 a 31	23
Barra Do Jacaré			31 a 36	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	29 a 30	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Barracão		25	26 + 35 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	28 a 33	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	
Bela Vista Da Caroba		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	23 + 28 a 34	25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 a 34	23
Bela Vista Do Paraíso			33 a 36		33 a 36	30 a 32	33 a 36	30 a 32	29
Bituruna	35 a 36	30 a 34 + 26	27 a 29 + 25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Boa Esperança			36		25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30	25 + 33 a 36	23 a 24 + 26 a 32	
Boa Esperança Do Iguaçu		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 33 a 36	23 + 28 a 32	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
Boa Ventura De São Roque		31 a 36	30 + 24 a 26	31 a 36	25 a 30	23 a 24	25 a 27 + 31 a 36	28 a 30	23 a 24
Boa Vista Da Aparecida		24 a 25	23 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 34 a 36	23 + 28 a 33	25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 a 34	23
Bocaiúva Do Sul	32 a 36	30 a 31	28 a 29 + 23 a 24	30 a 36	23 a 29	22	23 a 36		22
Bom Jesus Do Sul		25	24 + 26 + 35 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24
Bom Sucesso		36	31 a 35	36	31 a 35	25 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Bom Sucesso Do Sul		25	24 + 26 + 33 a 36	26 + 36	25 + 27 + 31 a 35	24 + 28 a 30	26 a 27 + 33 a 36	25 + 28 a 32	24
Borrazópolis		36	31 a 35	35 a 36	31 a 34	24 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Braganey			23 a 25 + 35 a 36	25 a 26	23 a 24 + 27 + 33 a 36	22 + 28 a 32	25 a 27 + 35 a 36	23 a 24 + 28 a 34	22
Brasilândia Do Sul						23 a 26 + 34 a 36		23 a 27 + 34 a 36	22 + 28 a 33
Cafeara			34 a 36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	29
Cafelândia			23 a 25 + 36	25	23 a 24 + 26 a 27 + 35 a 36	22 + 28 a 34	25 a 26 + 35 a 36	23 a 24 + 27 a 34	22
Cafezal Do Sul						23 a 25 + 34 a 36		24 a 26 + 31 + 35 a 36	23 + 27 a 30 + 32 a 34
Califórnia		36	31 a 35	34 a 36	31 a 33	27 a 30	31 a 36	26 a 30	24 a 25
Cambará		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Cambé			33 a 36		31 a 36	30	33 a 36	29 a 32	27 a 28
Cambira		36	31 a 35	35 a 36	30 a 34	25 a 29	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Campina Da Lagoa			24 + 34 a 36	25	23 a 24 + 26 a 27 + 31 a 36	22 + 28 a 30	24 a 26 + 33 a 36	23 + 27 a 32	22
Campina Do Simão	36	31 a 35 + 25	26 a 30 + 24	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	24	26 a 36	25	24
Campina Grande Do Sul	32 a 36	30 a 31 + 23 a 24	25 a 29 + 22	24 a 25 + 30 a 36	22 a 23 + 26 a 29		23 a 36	22	21
Campo Bonito		25	23 a 24 + 26 + 34 a 36	25 a 26 + 36	23 a 24 + 27 + 31 a 35	22 + 28 a 30	25 a 27 + 34 a 36	23 a 24 + 28 a 33	22
Campo Do Tenente	35 a 36	31 a 34 + 24	30 + 23 + 25 a 26	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23	25 a 36	24	23
Campo Largo	35 a 36	32 a 34	30 a 31 + 23 a 24	32 a 36	30 a 31 + 24 a 26	27 a 29 + 23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23
Campo Magro	35 a 36	31 a 34	30 + 23 a 24	31 a 36	30 + 24 a 25	26 a 29 + 23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23
Campo Mourão			36		31 a 36	23 a 30	32 a 36	25 a 31	23 a 24
Cândido De Abreu		33 a 36	30 a 32	33 a 36	31 a 32 + 24 a 27	28 a 30 + 23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23
Candói	36	31 a 35 + 25	26 a 30 + 24	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	24	26 a 36	25	24
Cantagalo		25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	25 a 26 + 31 a 36	27 a 30	24	25 a 36		24
Capanema			23 a 25 + 35 a 36	25 a 26	24 + 35 a 36	23 + 27 a 34	25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 a 34	23
Capitão Leônidas Marques		24	23 + 25 + 35 a 36	25 a 26	24 + 35 a 36	23 + 27 a 34	25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 a 34	23
Carambeí	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30 + 26	27 a 29 + 25	26 + 31 a 36	27 a 30	25
Carlópolis			31 a 36	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Cascavel		25	23 a 24 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 33 a 36	23 + 28 a 32	25 a 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	23
Castro	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30 + 25	26 a 29	31 a 36	25 a 30	
Catanduvas		24 a 25	23 + 26 + 34 a 36	25 a 26 + 36	24 + 27 + 31 a 35	23 + 28 a 30	25 a 27 + 33 a 36	24 + 28 a 32	23

Centenário Do Sul			34 a 36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	29
Cerro Azul	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	23 a 29	31 a 36	23 a 30	22
Céu Azul			23 a 25 + 36	25	24 + 26 + 35 a 36	23 + 27 a 34	25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 a 34	23
Chopinzinho		25 + 35 a 36	24 + 26 + 30 a 34	26 + 35 a 36	25 + 27 a 34	24	26 a 36	25	24
Cianorte			36		31 a 36	30	36	30 a 35 + 25	26 a 29 + 23 a 24
Cidade Gaúcha					36	30 a 35		31 a 36	24 a 30
Clevelândia		26 + 34 a 36	25 + 27 a 33	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25	27 a 36	26	25
Colombo	32 a 36	30 a 31	23 a 29	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23	25 a 36	24	23
Colorado			36		31 a 36		32 a 36	31	29 a 30
Congonhinhas			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Conselheiro Mairinck			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	30 a 31	28 a 29
Contenda	35 a 36	31 a 34	30 + 23 a 25	25 + 31 a 36	24 + 26 + 30	23 + 27 a 29	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23
Corbélia			23 a 25 + 36	25 a 26	23 a 24 + 27 + 34 a 36	22 + 28 a 33	24 a 27 + 35 a 36	23 + 28 a 34	22
Cornélio Procópio			33 a 36	34	33 + 35 a 36	30 a 32	33 a 36	30 a 32	27 a 29
Coronel Domingos Soares	36	30 a 35 + 26	27 a 29 + 25	26 a 36		25	26 a 36		25
Coronel Vivida		25 + 35 a 36	24 + 26 + 31 a 34	26 + 35 a 36	25 + 27 a 34	24	26 a 36	25	24
Corumbataí Do Sul			34 a 36	36	31 a 35	23 a 30	32 a 36	24 a 31	23
Cruz Machado	35 a 36	30 a 34 + 26	27 a 29 + 25	26 a 36		25	26 a 36		25
Cruzeiro Do Iguaçu		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 33 a 36	23 + 28 a 32	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
Cruzeiro Do Oeste					36	30 a 35 + 24 a 25		25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30
Cruzeiro Do Sul			36		31 a 36		32 a 36	31	29 a 30
Cruzmaltina		36	31 a 35	34 a 36	31 a 33	23 a 30	31 a 36	24 a 30	23
Curitiba	33 a 36	30 a 32	23 a 29	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23	25 a 36	24	23
Curiúva		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	29 a 30	23 a 28
Diamante Do Norte					36	31 a 35		31 a 36	26 a 30
Diamante Do Sul		36	33 a 35 + 23 a 25	25 a 26 + 36	23 a 24 + 27 a 35	22	25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30	22
Diamante D'Oeste			23		23 a 26	22 + 27 + 34 a 36	25 a 26	23 a 24 + 27 + 35 a 36	22 + 28 a 34
Dois Vizinhos		25	24 + 26 + 34 a 36	25 a 26	27 + 34 a 36	28 a 33 + 24	25 a 27 + 35 a 36	28 a 34	24
Douradina						31 a 36		31 a 36	23 a 30
Doutor Camargo			35 a 36		31 a 36	29 a 30	32 a 36	30 a 31	24 a 29
Doutor Ulysses	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	23 a 29	31 a 36	24 a 30	23
Enéas Marques		25	24 + 26 + 35 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24
Engenheiro Beltrão			35 a 36		31 a 36	27 a 30	34 a 36	30 a 33 + 25 a 26	27 a 29 + 23 a 24
Entre Rios Do Oeste			23		23 a 26	22 + 27 + 36	24 a 26	23 + 27 + 36	22 + 28 a 35
Esperança Nova						23 a 24 + 36		24 a 26 + 31 + 36	23 + 27 a 30 + 32 a 35
Espigão Alto Do Iguaçu		25 + 36	23 a 24 + 26 + 31 a 35	25 a 26 + 36	27 a 35	23 a 24	25 a 27 + 31 a 36	28 a 30	23 a 24
Farol			36		31 a 36	23 a 30	32 a 36	23 a 31	
Faxinal		36	31 a 35	34 a 36	31 a 33	24 a 30	31 a 36	24 a 30	23
Fazenda Rio Grande	33 a 36	30 a 32	23 a 29	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23	25 a 36	24	23

Fênix			34 a 36	36	31 a 35	25 a 30	33 a 36	25 a 32	23 a 24
Fernandes Pinheiro	36	33 a 35	30 a 32 + 25	33 a 36	30 a 32 + 26	27 a 29 + 25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25
Figueira			31 a 36	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	30	31 a 36	30	26 a 29
Flor Da Serra Do Sul			25 a 27 + 34 a 36	26 + 36	27 + 33 a 35	28 a 32 + 25	26 a 27 + 35 a 36	28 a 34	25
Floraí			36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	25 a 29
Floresta			34 a 36	36	31 a 35	27 a 30	31 a 36	30 + 25 a 26	27 a 29 + 23 a 24
Florestópolis			33 a 36		31 a 36	30	33 a 36	30 a 32	29
Flórida			36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	26 a 29
Formosa Do Oeste					24 a 25	23 + 26 a 27 + 31 a 36	25	23 a 24 + 26 a 27 + 31 a 36	22 + 28 a 30
Foz Do Iguaçu					24 a 25	23 + 26 a 27 + 36	25 a 26	24 + 27 + 36	23 + 28 a 35
Foz Do Jordão		25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	24	26 a 36	25	24
Francisco Alves						23 a 27 + 35 a 36		23 a 27 + 31 + 36	28 a 30 + 32 a 35
Francisco Beltrão		25	24 + 26 + 34 a 36	26	25 + 27 + 33 a 36	24 + 28 a 32	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24
General Carneiro	35 a 36	30 a 34 + 26	27 a 29	27 a 36	26		27 a 36	26	
Godoy Moreira			33 a 36	36	31 a 35 + 25	26 a 30 + 23 a 24	32 a 36	24 a 31	23
Goioerê					36	23 a 35		23 a 36	22
Goioxim		24 a 25 + 31 a 36	23 + 26 a 30	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23	25 a 36	24	23
Grandes Rios		36	31 a 35	35 a 36	31 a 34 + 25 a 26	27 a 30 + 23 a 24	25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30	
Guaíra					24 a 25	23 + 26 a 27 + 36	25	23 a 24 + 26 a 28	22 + 29 a 36
Guairaçá					36	31 a 35		31 a 36	30 + 26
Guamiranga		33 a 36	30 a 32 + 25	32 a 36	26 a 31	25	26 + 31 a 36	27 a 30	25
Guapirama			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	29 a 30	33 a 36	30 a 32	28 a 29
Guaporema					36	30 a 35		31 a 36	25 a 30
Guaraci			34 a 36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	29
Guaraniaçu		24 a 25 + 36	23 + 26 + 34 a 35	25 a 26 + 36	23 a 24 + 27 a 35	22	25 a 27 + 33 a 36	23 a 24 + 28 a 32	22
Guarapuava	36	30 a 35	25 a 29	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Guaraqueçaba	30 a 36	29 + 23 a 24	25 a 28 + 22	23 a 25 + 29 a 36	22 + 26 a 28	21	22 a 36	21	
Guaratuba	23 + 30 a 36	22 + 24 a 29	21	22 a 36	21		22 a 36	21	19 a 20
Honório Serpa		25 a 26 + 35 a 36	27 a 34	26 + 34 a 36	25 + 27 a 33		26 a 36	25	
Ibaiti			31 a 36	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	30	26 a 29
Ibema		24 a 25	23 + 26 + 34 a 36	25 a 26 + 36	24 + 27 a 35	23	25 a 27 + 33 a 36	24 + 28 a 32	23
Ibiporã			33 a 36		31 a 36	30	33 a 36	29 a 32	27 a 28
Icaraíma						34 a 36		31 a 36	23 a 30
Iguaraçu			33 a 36		31 a 36	30	31 a 36	30	26 a 29
Iguatu			24 + 36	25	23 a 24 + 26 a 27 + 34 a 36	22 + 28 a 33	24 a 26 + 35 a 36	23 + 27 a 34	22
Imbaú		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	24 a 30	31 a 36	25 a 30	24
Imbituva	36	33 a 35	30 a 32 + 25	32 a 36	30 a 31 + 26	27 a 29 + 25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25
Inácio Martins	36	30 a 35 + 26	27 a 29 + 25	31 a 36	26 a 30	25	27 a 36	26	25
Inajá					33 a 36	31 a 32	32 a 33	31 + 34 a 36	30
Indianópolis			36		33 a 36	30 a 32	36	30 a 35	24 a 29
Ipiranga		32 a 36	30 a 31 + 25	32 a 36	30 a 31 + 26	27 a 29 + 25	26 + 31 a 36	27 a 30	25
Iporã						23 a 26 + 34 a 36		23 a 26 + 31 + 36	27 a 30 + 32 a 35
Iracema Do Oeste					23 a 25 + 36	22 + 26 a 35	25 a 26	23 a 24 + 27 + 31 a 36	22 + 28 a 30
Irati	36	32 a 35	30 a 31 + 25 a 26	31 a 36	26 a 30	25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25
Iretama		36	31 a 35	33 a 36	30 a 32 + 24 a 26	27 a 29 + 23	25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30	22
Itaguajé			34		32 a 36	31	32 a 36	31	30

Itaipulândia					24 a 25	23 + 26 a 27 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 36	23 + 28 a 35
Itambaracá			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	29 a 30	31 a 36	30	27 a 29
Itambé			34 a 36	36	31 a 35	25 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Itapejara D'Oeste		25	24 + 26 + 33 a 36	25 a 26 + 36	27 + 31 a 35	28 a 30 + 24	25 a 27 + 33 a 36	28 a 32	24
Itaperuçu	35 a 36	31 a 34	30 + 23	32 a 36	30 a 31 + 23 a 25	26 a 29	24 a 25 + 31 a 36	23 + 26 a 30	
Itaúna Do Sul					36	31 a 35		31 a 36	26 a 30
Ivaí		33 a 36	30 a 32 + 25	32 a 36	30 a 31 + 25 a 26	27 a 29	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	
Ivaiporã		36	31 a 35	35 a 36	31 a 34 + 24 a 26	27 a 30 + 23	25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30	
Ivaté						31 a 36		31 a 36	23 a 30
Ivatuba			35 a 36		31 a 36	29 a 30	34 a 36	30 a 33 + 25	26 a 29 + 24
Jaboti			33 a 36	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	30	28 a 29
Jacarezinho		36	31 a 35	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Jaguapitã			33 a 36		31 a 36	30	33 a 36	30 a 32	27 a 29
Jaguariaíva	33	31 a 32 + 34 a 36	30	31 a 36	30	29 + 25	31 a 36	25 a 30	24
Jandaia Do Sul		36	31 a 35	36	30 a 35	25 a 29	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Janiópolis			36		31 a 36	23 a 30	34 a 36	23 a 33	
Japira			31 a 36	33 a 35	31 a 32 + 36	30	31 a 36	30	28 a 29
Japurá			36		31 a 36	30	32 + 36	30 a 31 + 33 a 35	25 a 29
Jardim Alegre		36	33 a 35	36	31 a 35 + 25 a 26	27 a 30 + 23 a 24	25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30	
Jardim Olinda			34		32 a 36	31	32 a 36	31	30
Jataizinho			33 a 36		31 a 36	30	33 a 36	29 a 32	27 a 28
Jesuítas					23 a 26 + 36	22 + 27 a 35	25 a 26	23 a 24 + 27 a 36	22
Joaquim Távora			31 a 36	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Jundiaí Do Sul			33 a 36		31 a 36	30	33 a 36	30 a 32	29
Juranda			36		23 a 26 + 31 a 36	22 + 27 a 30	25 a 26 + 34 a 36	23 a 24 + 27 a 33	22
Jussara			35 a 36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	23 a 29
Kaloré		36	31 a 35	36	31 a 35	25 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Lapa	36	32 a 35	30 a 31 + 24 a 25	25 + 32 a 36	24 + 26 + 30 a 31	27 a 29	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	
Laranjal		35 a 36	30 a 34 + 23 a 26	25 a 26 + 35 a 36	23 a 24 + 27 a 34	22	25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30	22
Laranjeiras Do Sul		25 + 31 a 36	24 + 26 + 30	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	24	26 a 36	25	24
Leópolis			33 a 36	34	33 + 35 a 36	30 a 32	33 a 36	30 a 32	28 a 29

Lidianópolis		36	31 a 35	35 a 36	31 a 34 + 25	26 a 30 + 23 a 24	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23
Lindoeste		24 a 25	23 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 34 a 36	23 + 28 a 33	25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 a 34	23
Loanda						31 a 36		31 a 36	30 + 25 a 26
Lobato			36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Londrina			31 a 36	34 a 36	31 a 33	28 a 30	31 a 36	28 a 30	25 a 27
Luiziana			33 a 36	36	31 a 35 + 24 a 26	27 a 30 + 23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23
Lunardelli		36	33 a 35	36	31 a 35 + 25	26 a 30 + 23 a 24	31 a 36	24 a 30	23
Lupionópolis			34 a 36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	29
Mallet	36	31 a 35	30 + 25 a 26	31 a 36	26 a 30	25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25
Mamborê			36		23 a 26 + 31 a 36	27 a 30	25 a 26 + 32 a 36	23 a 24 + 27 a 31	22
Mandaguaçu			35 a 36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	25 a 29
Mandaguari		36	31 a 35	36	30 a 35	26 a 29	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Mandirituba	33 a 36	30 a 32 + 23 a 24	25 a 29	24 a 25 + 31 a 36	23 + 26 a 30		24 a 36	23	
Manfrinópolis		25	24 + 26 + 34 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24
Mangueirinha		26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	26 a 27 + 31 a 36	28 a 30	25	26 a 36		25
Manoel Ribas		36	31 a 35	33 a 36	31 a 32 + 23 a 26	27 a 30	25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30	22
Marechal Cândido Rondon			23		23 a 26	22 + 27 + 35 a 36	25 a 26	23 a 24 + 27 a 28 + 36	22 + 29 a 35
Maria Helena						31 a 36		31 a 36	23 a 30
Marialva			31 a 36	36	30 a 35	27 a 29	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Marilândia Do Sul		36	31 a 35	34 a 36	31 a 33	26 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Marilena					36	31 a 35		31 a 36	25 a 30
Mariluz					36	31 a 35 + 23 a 26		23 a 26 + 31 a 36	27 a 30
Maringá			33 a 36	36	31 a 35	27 a 30	31 a 36	26 a 30	25
Mariópolis		36	31 a 35 + 25 a 27	26 + 35 a 36	27 a 34	25	26 a 36		25
Maripá					23 a 25	22 + 26 a 27 + 34 a 36	25 a 26	23 a 24 + 27 a 28 + 34 a 36	22 + 29 a 33
Marmeleiro		25	26 + 34 a 36	26 + 36	25 + 27 a 28 + 33 a 35	29 a 32	26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	
Marquinho		23 a 25 + 31 a 36	22 + 26 + 30	25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30	22	25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30	22
Marumbi		36	31 a 35	35 a 36	30 a 34	25 a 29	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Matelândia			23 a 25	25	24 + 26 + 35 a 36	23 + 27 + 31 a 34	25 a 26	24 + 27 + 33 a 36	23 + 28 a 32
Matinhos	23 + 30 a 36	22 + 24 a 29	21	22 a 36	21		22 a 36	21	19 a 20
Mato Rico		35 a 36	30 a 34 + 23 a 25	25 + 32 a 36	23 a 24 + 26 a 31	22	25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30	22
Mauá Da Serra		36	31 a 35	34 a 36	31 a 33	25 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Medianeira			23 a 24		24 a 26	23 + 27 + 34 a 36	25 a 26	24 + 27 + 34 a 36	23 + 28 a 33
Mercedes					23 a 25	22 + 26 a 27 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28 + 36	22 + 29 a 35
Mirador					33 a 36	31 a 32		31 a 36	25 a 30
Miraselva			33 a 36		31 a 36	30	33 a 36	30 a 32	29
Missal			23		23 a 26	22 + 27 + 34 a 36	25 a 26	23 a 24 + 27 + 35 a 36	22 + 28 a 34
Moreira Sales					36	30 a 35 + 23 a 26		24 a 36	23
Morretes	23 a 24 + 30 a 36	22 + 25 a 29		22 a 36		21	22 a 36	21	19 a 20
Munhoz De Melo			33 a 36		31 a 36	30	31 a 36	30	26 a 29
Nossa Senhora Das Graças			36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	29
Nova Aliança Do Ivaí					33 a 36	31 a 32		31 a 36	25 a 30
Nova América Da Colina			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	33 a 36	30 a 32	27 a 29
Nova Aurora					23 a 26 + 36	22 + 27 a 35	24 a 26	23 + 27 a 36	22
Nova Cantu		36	33 a 35 + 23 a 24	25 + 36	23 a 24 + 26 a 27 + 31 a 35	22 + 28 a 30	25 a 26 + 32 a 36	23 a 24 + 27 a 31	22
Nova Esperança			36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	25 a 29
Nova Esperança Do Sudoeste		25	24 + 26 + 35 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24
Nova Fátima			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	33 a 36	30 a 32	28 a 29
Nova Laranjeiras		23 a 25 + 35 a 36	26 + 30 a 34	25 a 26 + 35 a 36	23 a 24 + 27 a 34	22	25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30	22
Nova Londrina					36	31 a 35		31 a 36	30 + 26
Nova Olímpia					36	31 a 35		31 a 36	30 + 23 a 26
Nova Prata Do Iguaçu		24 a 25	23 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 34 a 36	23 + 28 a 33	25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 a 34	23
Nova Santa Bárbara			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	29 a 31	26 a 28
Nova Santa Rosa					23 a 25	22 + 26 a 27 + 34 a 36	25 a 26	23 a 24 + 27 a 28 + 36	22 + 29 a 35
Nova Tebas		36	31 a 35	32 a 36	23 a 31		25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30	22
Novo Itacolomi		36	31 a 35	34 a 36	30 a 33	25 a 29	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Ortigueira		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	23 a 30	31 a 36	24 a 30	23

Ourizona			35 a 36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	25 a 29
Ouro Verde Do Oeste			23		23 a 26 + 36	22 + 27 a 35	25 a 26	23 a 24 + 27 a 36	22
Paiçandu			34 a 36	36	31 a 35	29 a 30	31 a 36	30	25 a 29
Palmas	35 a 36	26 a 34	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Palmeira	36	33 a 35	30 a 32 + 24 a 25	32 a 36	30 a 31 + 25 a 26	27 a 29 + 24	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	24
Palmital		35 a 36	30 a 34 + 23 a 26	25 a 26 + 32 a 36	23 a 24 + 27 a 31	22	25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30	22
Palotina					23 a 25	26 a 27 + 35 a 36		23 a 27 + 36	22 + 28 a 35
Paraíso Do Norte			36		33 a 36	30 a 32	36	30 a 35	25 a 29
Paranacity			36		31 a 36		32 a 36	31	29 a 30
Paranaguá	23 + 30 a 36	22 + 24 a 29	21	22 a 36	21		22 a 36	21	19 a 20
Paranapoema					32 a 36	31	32 a 36	31	30
Paranavaí					33 a 36	31 a 32	33	31 a 32 + 34 a 36	26 a 30
Pato Bragado			23		23 a 25	22 + 26 a 27 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28 + 36	22 + 29 a 35
Pato Branco		25 + 36	26 a 27 + 32 a 35	26 + 36	25 + 27 a 35		26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	
Paula Freitas	36	33 a 35 + 25	26 a 32	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31		26 a 36	25	
Paulo Frontin	36	33 a 35	30 a 32 + 25 a 26	32 a 36	26 a 31	25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25
Peabiru			35 a 36		31 a 36	25 a 30	32 a 36	25 a 31	23 a 24
Perobal						23 a 25 + 31 a 36		24 a 26 + 31 a 36	23 + 27 a 30
Pérola						23 a 25 + 36		24 a 26 + 31 + 36	23 + 27 a 30 + 32 a 35
Pérola D'Oeste		25	24 + 35 a 36	25 a 26	27 + 35 a 36	28 a 34 + 24	25 a 26 + 35 a 36	27 a 34	24
Piên	33 a 36	30 a 32 + 24 a 25	26 a 29 + 23	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23	25 a 36	24	23
Pinhais	32 a 36	30 a 31	23 a 29	25 + 30 a 36	24 + 26 a 29	23	25 a 36	24	23
Pinhal De São Bento		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 34 a 36	23 + 28 a 33	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
Pinhalão		33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	26 a 29
Pinhão	35 a 36	30 a 34 + 26	27 a 29 + 25	26 a 36		25	26 a 36		25
Piraí Do Sul	33	31 a 32 + 34 a 36	30	31 a 36	30	25 a 29	31 a 36	25 a 30	
Piraquara	31 a 36	30 + 24	25 a 29 + 23	25 + 30 a 36	24 + 26 a 29	23	25 a 36	24	23
Pitanga		33 a 36	30 a 32 + 23 a 25	32 a 36	24 a 31	23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23
Pitangueiras			33 a 36	36	31 a 35	29 a 30	31 a 36	29 a 30	26 a 28
Planaltina Do Paraná					36	31 a 35		31 a 36	30 + 25 a 26
Planalto			24 a 25 + 35 a 36	25 a 26	35 a 36	27 a 34 + 24	25 a 26 + 35 a 36	27 a 34	24
Ponta Grossa	35 a 36	31 a 34	30 + 25	32 a 36	30 a 31 + 25 a 26	27 a 29	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	
Pontal Do Paraná	23 + 30 a 36	22 + 24 a 29	21	22 a 36	21		21 a 36		19 a 20
Porecatu			33 a 36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	29
Porto Amazonas	36	33 a 35	30 a 32 + 24 a 25	32 a 36	30 a 31 + 25 a 26	27 a 29 + 24	25 a 26 + 31 a 36	27 a 30	24
Porto Barreiro		25 + 31 a 36	24 + 26 + 30	26 + 31 + 35 a 36	25 + 27 a 30 + 32 a 34	24	26 a 36	25	24
Porto Rico						31 a 36		31 a 36	30 + 25 a 26
Porto Vitória	35 a 36	31 a 34 + 26	27 a 30 + 25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25	27 a 36	26	25
Prado Ferreira			33 a 36		31 a 36	30	33 a 36	30 a 32	29
Pranchita		25	24 + 35 a 36	25 a 26	27 + 35 a 36	28 a 34 + 24	25 a 26 + 35 a 36	27 a 34	24
Presidente Castelo Branco			36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	25 a 29
Primeiro De Maio			33 a 36	34	33 + 35 a 36	30 a 32	33 a 36	30 a 32	29
Prudentópolis	36	33 a 35	30 a 32 + 24 a 26	31 a 36	25 a 30	24	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	24
Quarto Centenário					24 a 25 + 36	23 + 26 a 35	25 a 26	23 a 24 + 27 + 31 a 36	22 + 28 a 30
Quatiguá			33 a 36	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Quatro Barras	31 a 36	30 + 24	25 a 29 + 23	24 a 25 + 30 a 36	26 a 29	23	24 a 36		23
Quatro Pontes					23 a 26	22 + 27 + 34 a 36	25 a 26	23 a 24 + 27 a 28 + 36	22 + 29 a 35
Quedas Do Iguaçu		24 a 25	23 + 26 + 34 a 36	25 a 26 + 36	24 + 27 a 35	23	25 a 27 + 33 a 36	24 + 28 a 32	23
Querência Do Norte					36	33 a 35		31 a 36	25 a 30
Quinta Do Sol			34 a 36	36	31 a 35	25 a 30	34 a 36	25 a 33	23 a 24
Quitandinha	34 a 36	31 a 33 + 23 a 24	25 a 30	25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30		25 a 36	23 a 24	
Ramilândia			23 a 24		24 a 26	23 + 27 + 34 a 36	25 a 26	24 + 27 + 34 a 36	23 + 28 a 33
Rancho Alegre			33 a 36		33 a 36	30 a 32	33 a 36	30 a 32	28 a 29
Rancho Alegre D'Oeste					25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30	25 a 26	23 a 24 + 27 a 36	22
Realeza		25	23 a 24 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	23 + 28 a 34	25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 a 34	23
Rebouças	36	33 a 35	30 a 32 + 25	33 a 36	26 a 32	25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25
Renascença		25	26 + 33 a 36	26 + 36	25 + 27 a 35		26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	
Reserva		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32 + 26	27 a 30 + 23 a 25	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	23 a 24
Reserva Do Iguaçu	36	31 a 35 + 25 a 26	27 a 30	26 a 36	25		26 a 36	25	
Ribeirão Claro		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Ribeirão Do Pinhal			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	33 a 36	30 a 32	28 a 29
Rio Azul	36	32 a 35	30 a 31 + 25 a 26	31 a 36	26 a 30	25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25
Rio Bom		36	31 a 35	34 a 36	30 a 33	25 a 29	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Rio Bonito Do Iguaçu		25 + 35 a 36	24 + 26 + 31 a 34	25 a 26 + 36	27 a 35	24	25 a 27 + 31 a 36	28 a 30	24
Rio Branco Do Ivaí		36	31 a 35	34 a 36	31 a 33 + 24 a 26	27 a 30 + 23	25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30	
Rio Branco Do Sul	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30 + 24 a 25	26 a 29 + 23	25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30	
Rio Negro	35 a 36	31 a 34 + 24 a 25	26 a 30 + 23	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23	25 a 36	24	23
Rolândia			33 a 36	34 a 36	31 a 33	29 a 30	31 a 36	29 a 30	26 a 28
Roncador		36	31 a 35 + 24	33 a 36	23 a 32		25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30	22
Rondon					33 a 36	30 a 32	36	30 a 35	23 a 29
Rosário Do Ivaí		36	31 a 35	34 a 36	31 a 33 + 26	27 a 30 + 23 a 25	31 a 36	23 a 30	
Sabáudia			31 a 36	36	30 a 35	28 a 29	31 a 36	28 a 30	25 a 27
Salgado Filho		25	24 + 26 + 35 a 36	25 a 26	27 + 34 a 36	28 a 33 + 24	25 a 27 + 35 a 36	28 a 34	24
Salto Do Itararé			31 a 36	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Salto Do Lontra		25	24 + 26 + 35 a 36	25 a 26	27 + 34 a 36	28 a 33 + 24	25 a 26 + 35 a 36	27 a 34	24
Santa Amélia			33 a 36		31 a 36	29 a 30	33 a 36	30 a 32	28 a 29
Santa Cecília Do Pavão			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	29 a 31	27 a 28
Santa Cruz De Monte Castelo						31 a 36		31 a 36	25 a 30
Santa Fé			34 a 36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	26 a 29
Santa Helena			23		23 a 25	22 + 26 a 27 + 36	24 a 26	23 + 27 + 36	22 + 28 a 35
Santa Inês			34 a 36		31 a 36		32 a 36	31	29 a 30
Santa Isabel Do Ivaí						31 a 36		31 a 36	25 a 30
Santa Izabel Do Oeste		25	24 + 26 + 35 a 36	25 a 26	27 + 34 a 36	28 a 33 + 24	25 a 26 + 35 a 36	27 a 34	24
Santa Lúcia		24 a 25	23 + 35 a 36	25 a 26	24 + 34 a 36	23 + 27 a 33	25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 a 34	23
Santa Maria Do Oeste		24 + 31 a 36	23 + 25 a 26 + 30	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	23
Santa Mariana			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	33 a 36	30 a 32	27 a 29
Santa Mônica					36	31 a 35		31 a 36	25 a 30
Santa Tereza Do Oeste			23 a 25 + 36	25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	23 + 28 a 34	25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 a 34	23
Santa Terezinha De Itaipu					24 a 25	23 + 26 a 27 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 36	23 + 28 a 35
Santana Do Itararé		34 a 36	31 a 33	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Santo Antônio Da Platina			31 a 36	33 a 34	31 a 32 + 35 a 36	29 a 30	31 a 36	29 a 30	27 a 28
Santo Antônio Do Caiuá					33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	29 a 30
Santo Antônio Do Paraíso			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
Santo Antônio Do Sudoeste		25	24 + 26 + 35 a 36	25 a 26	27 + 35 a 36	28 a 34 + 24	25 a 27 + 35 a 36	28 a 34	24

Santo Inácio			34 a 36		31 a 36	30	32 a 36	31	29 a 30
São Carlos Do Ivaí			36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	25 a 29
São Jerônimo Da Serra		33	31 a 32 + 34 a 36	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	29 a 30	25 a 28
São João		25	24 + 26 + 33 a 36	25 a 26	27 + 31 a 36	28 a 30 + 24	25 a 27 + 33 a 36	28 a 32	24
São João Do Caiuá					33 a 36	31 a 32	32 a 33	31 + 34 a 36	30
São João Do Ivaí			33 a 36	36	31 a 35	24 a 30	31 a 36	24 a 30	23
São João Do Triunfo	36	33 a 35	30 a 32 + 25	33 a 36	30 a 32 + 26	27 a 29 + 25	26 + 31 a 36	27 a 30	25
São Jorge Do Ivaí			35 a 36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	25 a 29
São Jorge Do Patrocínio						24 a 25 + 36		25 a 26 + 31 + 36	23 a 24 + 27 a 30 + 32 a 35
São Jorge D'Oeste		24 a 25	23 + 26 + 34 a 36	25 a 26	24 + 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
São José Da Boa Vista		33 a 36	31 a 32	32 a 36	31	29 a 30	31 a 36	29 a 30	26 a 28
São José Das Palmeiras			23		23 a 26	22 + 27 + 34 a 36	25 a 26	23 a 24 + 27 a 28 + 35 a 36	22 + 29 a 34
São José Dos Pinhais	31 a 36	23 a 30		24 a 36	23		24 a 36	23	
São Manoel Do Paraná			36		33 a 36	30 a 32	36	30 a 35	25 a 29
São Mateus Do Sul	36	33 a 35	30 a 32 + 25 a 26	33 a 36	26 a 32	25	26 a 27 + 31 a 36	28 a 30	25
São Miguel Do Iguaçu			23		24 a 26	23 + 27 + 34 a 36	25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	23 + 28 a 34
São Pedro Do Iguaçu			23 a 25	25	23 a 24 + 26 + 36	22 + 27 a 35	25 a 26 + 36	23 a 24 + 27 a 35	22
São Pedro Do Ivaí			33 a 36	36	31 a 35	25 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
São Pedro Do Paraná					36	31 a 35		31 a 36	30 + 25 a 26
São Sebastião Da Amoreira			33 a 36	34	31 a 33 + 35 a 36	30	32 a 36	30 a 31	27 a 29
São Tomé			36		31 a 36	30	32 a 36	30 a 31	24 a 29
Sapopema		33	31 a 32 + 34 a 36	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	29 a 30	24 a 28
Sarandi			31 a 36	36	31 a 35	27 a 30	31 a 36	26 a 30	23 a 25
Saudade Do Iguaçu		25 + 36	24 + 26 + 31 a 35	26 + 36	25 + 27 a 35	24	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	24
Sengés	33	31 a 32 + 34 a 36		31 a 36		29 a 30	31 a 36	30	23 a 29
Serranópolis Do Iguaçu			23 a 25	25	24 + 26 + 36	23 + 27 + 34 a 35	25 a 26	24 + 27 + 34 a 36	23 + 28 a 33
Sertaneja			33 a 36	34	33 + 35 a 36	30 a 32	33 a 36	30 a 32	29
Sertanópolis			33 a 36		33 a 36	30 a 32	33 a 36	30 a 32	28 a 29
Siqueira Campos			31 a 36	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	30	28 a 29
Sulina		25	24 + 26 + 31 a 36	25 a 26 + 36	27 + 31 a 35	28 a 30 + 24	25 a 27 + 31 a 36	28 a 30	24
Tamarana		33	31 a 32 + 34 a 36	33 a 36	31 a 32	28 a 30	31 a 36	26 a 30	24 a 25
Tamboara			36		31 a 36	30	32 + 36	30 a 31 + 33 a 35	25 a 29
Tapejara					36	30 a 35		30 a 36	23 a 29
Tapira					36	31 a 35		31 a 36	30 + 24 a 26
Teixeira Soares		32 a 36	30 a 31 + 25	32 a 36	30 a 31 + 26	27 a 29 + 25	26 + 31 a 36	27 a 30	25
Telêmaco Borba		33 a 36	31 a 32	31 a 36		24 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Terra Boa			35 a 36		31 a 36	29 a 30	32 a 36	30 a 31 + 25 a 26	27 a 29 + 23 a 24
Terra Rica					36	31 a 35		31 a 36	26 a 30
Terra Roxa					23 a 25	22 + 26 a 27 + 36	25	23 a 24 + 26 a 28 + 36	22 + 29 a 35
Tibagi		31 a 36	30	31 a 36	30 + 25 a 26	27 a 29	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	
Tijucas Do Sul	24 + 31 a 36	23 + 25 + 30	22 + 26 a 29	23 a 36		22	23 a 36		22
Toledo			23 a 25	25	23 a 24 + 26 + 36	22 + 27 a 35	25 a 26 + 36	23 a 24 + 27 a 35	22
Tomazina			31 a 36	33 a 36	31 a 32	30	31 a 36	30	28 a 29
Três Barras Do Paraná		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 33 a 36	23 + 28 a 32	25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	23
Tunas Do Paraná	32 a 36	30 a 31	28 a 29	31 a 36	25 a 30	22 a 24	26 + 30 a 36	23 a 25 + 27 a 29	22
Tuneiras Do Oeste					36	30 a 35 + 24 a 25		25 a 26 + 30 a 36	23 a 24 + 27 a 29
Tupãssi			23		23 a 26 + 36	22 + 27 a 35	25 a 26 + 36	23 a 24 + 27 a 35	22
Turvo		31 a 36	25 a 30	31 a 36	26 a 30	25	26 a 36		25
Ubiratã			36		23 a 26 + 33 a 36	22 + 27 a 32	24 a 26 + 35 a 36	23 + 27 a 34	22
Umuarama						23 a 24 + 31 a 36		25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30
União Da Vitória	35 a 36	31 a 34 + 26	27 a 30 + 25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25	27 a 36	26	25
Uniflor			36		31 a 36	30	32 a 36	31	27 a 30
Uraí			33 a 36		33 a 36	30 a 32	33 a 36	29 a 32	27 a 28
Ventania		32 a 36	31	31 a 36		25 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Vera Cruz Do Oeste			23 a 25	25	24 + 26 + 36	23 + 27 a 35	25 a 26	24 + 27 a 36	23
Verê		25	24 + 26 + 34 a 36	25 a 26	27 + 31 a 36	28 a 30 + 24	25 a 27 + 35 a 36	28 a 34	24
Virmond		25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	25 a 26 + 31 a 36	27 a 30	24	25 a 36		24
Vitorino			25 a 27 + 33 a 36	36	26 a 35	25	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25
Wenceslau Braz		33 a 36	31 a 32	33 a 36	31 a 32	29 a 30	31 a 36	30	26 a 29
Xambrê						23 a 25 + 34 a 36		24 a 25 + 31 + 35 a 36	23 + 26 a 30 + 32 a 34

PORTARIA Nº 44, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 80 dias); Grupo II (80 dias ≤ n ≤ 95 dias); e Grupo III (n > 95 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ³ 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Nota:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 5;

AGROP. TERRA ALTA: TAA Bola Cheia, TAA GOL e TAA Marhe;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: Jalo Precoce, BRS Radiante, BRSMG Realce, BRS FC104, BRS FS308, BRS FC310 e BRS FS212;

IAC: IAC Diplomata, IAC Formoso, IAC Harmonia, IAC Imperador, IAC Nuance, IAC Tigre e IAC 1849 Polaco;

IAPAR: IPR CURIÓ e IPR Andorinha.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9 e ANfp 110;

AGROP. TERRA ALTA: TAA DAMA;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRS Sublime, Diamante Negro, Pérola, BR Ipagro 1 (Macanudo), BRS Campeiro, BRS VALENTE, BRS Timbó, BRS Vereda, BRS Grafite, BRS Requinte, BRS Pontal, BRS Horizonte, BRS 7762, BRS 9435 Cometa, BRSMG Pioneiro, BRS Esplendor, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS Ametista, BRS 10408, BRS FC402, BRS FP403, BRS FC406, BRS FC409, BRS FS311 e BRS Esteio;

EPAGRI: SCS205 Riqueza, SCS204 Predileto e SCS206 Potência;

IAC: IAC Alvorada, IAC Milênio, IAC Netuno, IAC Sintonia, IAC Veloz e IAC 1850;

IAPAR: Iapar 81, IPR Uirapuru, IPR Juriti, IPR Graúna, IPR Tiziu, IPR Siriri, IPR Tangará, IPR Tuiuiú, IPR Campos Gerais, IPR BEM-TE-VI, IPR Quero-quero, IPR Nhambu, IPR Urutau e IPR Sabiá.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Aceguá						26		27	26 + 28
Água Santa		26	27 a 28	27	26 + 28 + 36	29 a 30 + 34 a 35	27 a 28	26 + 29 a 36	
Agudo		24	23		24 a 26	23 + 27	25 a 26	24 + 27	23 + 28 + 36
Ajuricaba			25 a 26	26	25 + 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Alecrim					25 a 26	27	26 a 27	25 + 28	
Alegrete						25 a 26		25 a 26	27
Alegria					25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Almirante Tamandaré Do Sul			25 a 26	26	27 a 28	36 + 25	26 a 27	28 + 36	29 a 30 + 34 a 35 + 25
Alpestre			24 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34
Alto Alegre		25	26		25 a 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
Alto Feliz			24 a 25		25 a 26	24 + 27 a 28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 + 34 a 35
Alvorada		23	22	23	24	25 a 27 + 22	23 a 24	25	26 a 28 + 22
Amaral Ferrador			24		25	24 + 26 a 27		25 a 27	24 + 28 + 36
Ametista Do Sul			25 a 27	26 a 27	25 + 28	29 + 35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 36	30 a 35
André Da Rocha			26 a 28 + 35 a 36	27 a 28	35 a 36	29 a 34 + 26	27 a 28 + 36	29 a 35	26
Anta Gorda			25 a 26	26	25 + 27 a 28 + 36	35	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Antônio Prado			25 a 27 + 36		26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Arambaré		23	24	24	23 + 25		24 a 25	23 + 26	27 a 28
Araricá	23	22 + 24		23 a 24	22 + 25	26 a 27 + 36	23 a 25	22 + 26 a 28	29 + 35 a 36
Aratiba		25 a 26	24 + 27 a 28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Arroio Do Meio		23 a 24	25	25	23 a 24 + 26 a 27	28 + 36	25 a 27	23 a 24 + 28 + 36	29 + 35
Arroio Do Padre		25	24	25 a 26		24 + 27 a 28	25 a 27	28	29 + 36 + 24
Arroio Do Sal			23 a 24	24	23 + 25	22 + 26 a 27 + 36	23 a 25	22 + 26 a 27 + 36	28 a 29 + 34 a 35
Arroio Do Tigre			24 a 25	25	26 a 27	28 + 36 + 24	25 a 27	28	29 + 36 + 24
Arroio Dos Ratos		23	24	24	23 + 25		24 a 25	23 + 26	27 a 28
Arroio Grande		25	24	25 a 26		24 + 27 a 28	25 a 27	28	29 + 24
Arvorezinha			26		26 a 28 + 36	35	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Augusto Pestana			25		25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	36
Áurea		26	27 a 28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Bagé						26		27	26 + 28
Balneário Pinhal			23		23 a 24	22	23 a 24	25	26 a 27 + 22
Barão			25		26	25 + 27 a 28 + 36	27	26 + 28 + 36	25 + 29 + 35
Barão De Cotegipe			26 a 27	27	28 + 36	29 a 35 + 26	27 a 28	29 a 36	26
Barão Do Triunfo			23 a 24		24 a 25	23 + 26	25	24 + 26	23 + 27 a 28
Barra Do Guarita			24 a 26	26	25 + 27 a 28	24 + 36	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35

Barra Do Quaraí								26	25 + 27
Barra Do Ribeiro		23	22	23	24	25 + 22	23 a 24	25	26 a 28 + 22
Barra Do Rio Azul		25 a 26	27 + 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	
Barra Funda		25	24 + 26	26	25 + 27	24 + 28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 + 34 a 35
Barracão		27	26 + 28 + 34 a 36	27 a 28 + 36	29 a 35	26	27 a 36		26
Barros Cassal			25 a 26		26 a 27	25 + 28 + 36	26 a 27	28 + 36	29 + 35 + 25
Benjamin Constant Do Sul			25 a 27	27	26 + 28	25 + 29 + 34 a 36	27 a 28	26 + 29 a 36	25
Bento Gonçalves		25		26	25 + 27 a 28	29 + 35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Boa Vista Das Missões					26 a 27	28 + 36	27	26 + 28	29 + 35 a 36
Boa Vista Do Buricá			24		25 a 27	24 + 28	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 36
Boa Vista Do Cadeado			25 a 26		25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Boa Vista Do Incra			25		25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Boa Vista Do Sul					26 a 27	28 + 36	27	26 + 28 + 36	29 + 35
Bom Jesus		35 a 36	28 a 34	35 a 36	28 a 34		29 a 36	28	
Bom Princípio		23 a 24	25	24 a 25	23 + 26	27 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28 + 36	29 + 35
Bom Progresso			25		26 a 27	25 + 28	26 a 27	28	29 + 35 a 36 + 25
Bom Retiro Do Sul		24	23		24 a 25	23 + 26 a 28 + 36	25	24 + 26 a 28	23 + 29 + 35 a 36
Boqueirão Do Leão					26 a 27	28 + 36	27	26 + 28 + 36	29 + 35
Bossoroca					26	24 a 25 + 27		25 a 27	24 + 28
Bozano			25 a 26		25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Braga			25	26	27	28 + 25	26 a 27	28	29 + 35 a 36 + 25
Brochier		24	23		24 a 26	23 + 27 a 28 + 36	25 a 26	24 + 27 a 28	23 + 29 + 35 a 36
Butiá		23	24	24	23 + 25	26 a 27	24 a 25	23 + 26 a 27	28 + 36
Caçapava Do Sul					26	25		25 a 27	28
Cacequi						25 a 26		25 a 27	
Cachoeira Do Sul			24			24 a 27		25 a 27	24 + 28
Cachoeirinha		23	22 + 24	23 a 24		22 + 25 a 27	23 a 24	25	26 a 28 + 36 + 22
Cacique Doble		26	27 a 28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 a 36		27 a 29 + 35 a 36	26 + 30 a 34	
Caibaté			24		25 a 26	24 + 27	26 a 27	25	24 + 28
Caiçara			25 a 26	26	25 + 27 a 28	29 + 36	26 a 28	25 + 29 + 36	30 a 35
Camaquã		24	23		24 a 25	23 + 26	25	24 + 26 a 27	23 + 28
Camargo			25 a 27	26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
Cambará Do Sul		25 + 36	26 + 33 a 35	26 + 36	25 + 27 + 33 a 35	28 a 32	26 a 27 + 33 a 36	25 + 28 a 32	
Campestre Da Serra			26 a 28 + 35 a 36	28	27 + 29 + 34 a 36	26 + 30 a 33	27 a 29 + 35 a 36	30 a 34	26
Campina Das Missões					25 a 26	27	26 a 27	25	28
Campinas Do Sul			25 a 27	27	26 + 28	25 + 29 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	25 + 30 a 34
Campo Bom		23 a 24	22	23 a 24	22 + 25	26 a 27	23 a 25	22 + 26 a 28	29 + 36
Campo Novo			25		26 a 27	25 + 28	27	26 + 28	25 + 29 + 35 a 36
Campos Borges			25 a 26		25 a 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
Candelária		24	23		24 a 26	23 + 27	25 a 26	24 + 27	23 + 28 + 36
Cândido Godói					25 a 26	27	26 a 27	25	28
Candiota					26	27		26 a 27	28
Canela			25		26 + 36	25 + 27 a 28 + 35	26 a 27	28 + 34 a 36	29 a 33 + 25
Canguçu			24 a 26	26	25	24 + 27 a 28	26 a 27	25	24 + 28 a 29 + 36
Canoas		23	22 + 24	23 a 24		22 + 25 a 27	23 a 24	25 a 27	28 + 36 + 22
Canudos Do Vale			25		25 a 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
Capão Bonito Do Sul			26 a 28 + 35 a 36	28	27 + 29 a 36	26	28 a 29 + 35 a 36	27 + 30 a 34	26
Capão Da Canoa			23 a 24	24	23	22 + 25	23 a 25	22 + 26 + 36	27 a 28 + 35
Capão Do Cipó					26	24 a 25 + 27		25 a 27	24 + 28
Capão Do Leão		25	24 + 26	25 a 26		24 + 27 a 28	25 a 27	28	29 + 36 + 24
Capela De Santana		23 a 24		24	23 + 25	26 a 28	24 a 25	23 + 26 a 28	29 + 36
Capitão			25		26 a 27	25 + 28 + 36	27	26 + 28 + 36	25 + 29 + 35
Capivari Do Sul			23	23	24	22	23 a 24	25	26 a 28 + 22
Caraá		23	22 + 24	23 a 24	25	26 + 22	23 a 25	26	27 a 28 + 36 + 22
Carazinho			25 a 26	26	27 a 28	35 a 36 + 25	26 a 28	36	34 a 35 + 25 + 29 a 30
Carlos Barbosa					26 a 27	28 + 36	27	26 + 28 + 36	29 + 34 a 35
Carlos Gomes		26	25 + 27 a 28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 34 a 36	25 + 29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Casca			26 a 27	27	26 + 28 + 36	29 + 34 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 + 34 a 35	30 a 33
Caseiros			26 a 28 + 36		27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	28 + 36	27 + 29 a 35	26
Catuípe			25		25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	36
Caxias Do Sul			26 a 27 + 35 a 36		26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Centenário		26	27 a 28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Cerrito		25	24 + 26	25 a 26		24 + 27 a 28	25 a 27	28	29 + 36 + 24
Cerro Branco			24		25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28 + 36
Cerro Grande			24 a 26	26	25 + 27	24 + 28 + 36	26 a 28	25 + 36	24 + 29 a 35
Cerro Grande Do Sul		23	24	24	23 + 25	26	24 a 25	23 + 26	27 a 28
Cerro Largo					25 a 26	24 + 27	26 a 27	25	24 + 28
Chapada			25 a 26	26	27	28 + 36 + 25	26 a 27	28 + 36	29 + 35 + 25
Charqueadas		23	22 + 24	23 a 24		22 + 25	23 a 25		22 + 26 a 28 + 36
Charrua		26	25 + 27 a 28 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Chiapetta			25		26 a 27	25 + 28	27	26 + 28	25 + 29 + 36
Chuí					25	24		25 a 27	24 + 28
Chuvisca			24		25	24 + 26 a 27	25 a 26	27	28 + 24
Cidreira			23		22 a 24		23 a 24	22 + 25	26 a 28
Ciríaco		26	27 a 28 + 36	27	26 + 28 + 36	29 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Colinas		24	23 + 25	25	24 + 26 a 27	23 + 28 + 36	25 a 27	24 + 28 + 36	23 + 29 + 35
Colorado			25 a 26	26	27	28 + 36 + 25	26 a 27	28 + 36	29 + 35 + 25
Condor			25 a 26	26	25 + 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 35 a 36
Constantina			25 a 26	26	25 + 27 a 28	35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 36	30 a 35
Coqueiro Baixo			25		25 a 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 34 a 35
Coqueiros Do Sul		26			26 a 28	35 a 36	27 a 28	26 + 36	29 a 35
Coronel Barros			25		25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	36
Coronel Bicaco			25		26 a 27	25 + 28	27	26 + 28	25 + 29 + 35 a 36
Coronel Pilar			25		26 a 27	25 + 28 + 36	27	26 + 28 + 36	25 + 29 + 34 a 35
Cotiporã		25	26 a 27	26	25 + 27 a 28 + 36	29 + 35	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Coxilha		26	27	27	26 + 28 + 36	29 + 34 a 35	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Crissiumal					25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Cristal		24	23		24 a 25	23 + 26 a 27	25 a 26	24 + 27	23 + 28 a 29 + 36
Cristal Do Sul			24 a 26	26	25 + 27 a 28	24 + 29 + 36	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35
Cruz Alta			25 a 26		25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Cruzaltense			25 a 27	26 a 27	28	29 + 34 a 36 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
Cruzeiro Do Sul		23 a 24		24	23 + 25 a 26	27 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28 + 36	29 + 35
David Canabarro		26	27 a 28 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Derrubadas			25 a 26	26	25 + 27 a 28	36	26 a 28	25 + 29 + 36	30 a 31 + 35
Dezesseis De Novembro					25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28
Dilermando De Aguiar			24		25	24 + 26 a 27	25	26 a 27	28 + 24
Dois Irmãos		24	23		24 a 25	23 + 26 a 28 + 36	25 a 26	24 + 27 a 28	23 + 29 + 35 a 36
Dois Irmãos Das Missões			25		26 a 27	25 + 28	27	26 + 28	25 + 29 + 35 a 36
Dois Lajeados			25 a 26	26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25

Dom Feliciano			24		25	24 + 26 a 27	26	25 + 27	24 + 28
Dom Pedrito						26		26 a 27	
Dom Pedro De Alcântara		23 a 24		23 a 24	25 + 36	26 a 27 + 34 a 35 + 22	23 a 25	22 + 26 a 27 + 34 a 36	28 a 29 + 33
Dona Francisca		24	23		24 a 26	23 + 27	25 a 26	24 + 27	23 + 28 + 36
Doutor Maurício Cardoso					25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Doutor Ricardo			25		25 a 27	28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 + 34
Eldorado Do Sul		23	22 + 24	23 a 24		22 + 25	23 a 25		22 + 26 a 28
Encantado			23 a 25	25	26 a 27	28 + 36 + 23 a 24	25 a 27	28 + 36	29 + 34 a 35 + 23 a 24
Encruzilhada Do Sul						25 a 27		26 a 27	25 + 28 + 36
Engenho Velho			25 a 26	26	27 a 28	35 a 36 + 25	26 a 28	29 + 36	30 a 35 + 25
Entre Rios Do Sul			25 a 27	26 a 27	28	29 + 34 a 36 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
Entre-Ijuís					25 a 27		26 a 27	25	28
Erebango			26 a 28	27	28 + 36	29 a 35 + 26	27 a 28	29 a 36	26
Erechim			26 a 28 + 36	27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 26	27 a 28 + 36	29 a 35	26
Ernestina		26	25	26	27 a 28	35 a 36 + 25	26 a 28	29 + 36	30 a 35 + 25
Erval Grande			25 a 27	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28	29 a 36	25
Erval Seco			25	26	25 + 27	28	26 a 28	25	29 a 30 + 35 a 36
Esmeralda			26 a 28 + 34 a 36	28 + 36	27 + 29 a 35	26	28 a 36	27	26
Esperança Do Sul			25	26	25 + 27	28	26 a 28	25	29 + 35 a 36
Espumoso		25	26	26	25 + 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
Estação			26 a 27	27	28 + 36	29 a 30 + 34 a 35 + 26	27 a 28	29 a 36	26
Estância Velha		23 a 24	22	24	23 + 25	22 + 26 a 28	24 a 25	23 + 26 a 28	22 + 29 + 35 a 36
Esteio		23	22 + 24	23 a 24		22 + 25 a 27	23 a 25	26 a 27	28 + 36 + 22
Estrela		23 a 24		24 a 25	23 + 26	27 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28 + 36	29 + 35
Estrela Velha			24 a 25	25	26 a 27	28 + 24	25 a 27	28	29 + 36 + 24
Eugênio De Castro					25 a 27		26 a 27	25	28
Fagundes Varela			25 a 27	26	27 a 28 + 36	29 + 34 a 35 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
Farroupilha					27	26 + 28 a 29 + 35 a 36	27	28 a 29 + 35 a 36	30 a 34 + 26
Faxinal Do Soturno		24	23		24 a 26	23 + 27	25 a 26	24 + 27	23 + 28
Faxinalzinho			25 a 27	26 a 27	28	29 a 36 + 25	26 a 28	29 a 36	25
Fazenda Vilanova		24	23		24 a 25	23 + 26 a 28 + 36	25	24 + 26 a 28	23 + 29 + 35 a 36
Feliz		23 a 24	25	24 a 25	23 + 26	27 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28 + 36	29 + 35
Flores Da Cunha			25 a 27		26 a 28 + 36	25 + 29 + 33 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 + 33 a 35	25 + 30 a 32
Floriano Peixoto		26	25 + 27 a 28 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Fontoura Xavier			25 a 26		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	27	26 + 28 + 35 a 36	25 + 29 + 34
Formigueiro			24		25	24 + 26 a 27	25	26 a 27	28 + 24
Forquetinha		24	23 + 25	25	24 + 26	23 + 27 a 28 + 36	25 a 27	24 + 28 + 36	23 + 29 + 35
Fortaleza Dos Valos			25 a 26		25 a 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
Frederico Westphalen			25 a 26	26	25 + 27 a 28	29 + 36	26 a 28	25 + 29 + 36	30 a 35
Garibaldi					27	26 + 28 + 35 a 36	27	28 + 36	29 a 30 + 34 a 35 + 26
Garruchos						24 a 27		25 a 27	24 + 28
Gaurama		26	27 a 28 + 35 a 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
General Câmara		23 a 24		24	23 + 25	26 a 27	24 a 25	23 + 26 a 27	28 + 36
Gentil			26 a 27	27	28 + 36	29 + 34 a 35 + 26	27 a 28	29 + 34 a 36	30 a 33 + 26
Getúlio Vargas		26	27 a 28 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Giruá					26 a 27	25	26 a 27	28	25
Glorinha		23	22 + 24	23 a 24		22 + 25 a 27	23 a 25	26 a 27	28 + 36 + 22
Gramado			25		26	25 + 27 a 28 + 35 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Gramado Dos Loureiros			26 a 27	27	26 + 28	29 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Gramado Xavier			25		26 a 27	25 + 28 + 36	26 a 27	28	29 + 35 a 36 + 25
Gravataí		23	22 + 24	23 a 24		22 + 25 a 27	23 a 25	26 a 27	28 a 29 + 36 + 22
Guabiju			26 a 28 + 36	27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 26	27 a 28 + 36	29 a 35	26
Guaíba		23	22	23 a 24		22 + 25	23 a 24	25	26 a 28 + 22
Guaporé			25 a 27	26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
Guarani Das Missões			24		25 a 26	24 + 27	26 a 27	25	24 + 28
Harmonia		23 a 24		24 a 25	23	26 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28	29 + 35 a 36
Herval			25	26	25	27	26 a 27	25	28
Herveiras			25		26	25 + 27 a 28 + 36	26	27	28 a 29 + 36 + 25
Horizontina					25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Hulha Negra						26 a 27		27	26 + 28
Humaitá					25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Ibarama			24 a 25	25	26	27 + 24	25 a 26	27	28 + 36 + 24
Ibiaçá		26	27 a 28 + 36	27 a 28	26 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Ibiraiaras			26 a 28 + 36	27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 26	27 a 28 + 36	29 a 35	26
Ibirapuitã			26		26 a 28	35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Ibirubá			25 a 26	26	25 + 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
Igrejinha	23	24	25 + 22	23 a 25	26	27 a 28 + 36 + 22	23 a 26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 22
Ijuí			25 a 26		25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Ilópolis			26		27	26 + 28 + 35 a 36	27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 26
Imbé			23		22 a 24	25	23 a 24	22 + 25	26 a 27
Imigrante			25		26 a 27	25 + 28 + 36	26 a 27	28 + 36	29 + 35 + 25
Independência					25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	36
Inhacorá			25		25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Ipê			26 a 28 + 35 a 36	27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 26	27 a 29 + 36	30 a 35	26
Ipiranga Do Sul		26	27	27	26 + 28 + 36	29 + 34 a 35	27 a 28	26 + 29 a 36	

Iraí			24 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35
Itaara					26	27		26 a 27	28
Itacurubi						24 a 27		25 a 27	24 + 28
Itapuca			26 a 27		26 a 28 + 36	29 + 35	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Itaqui								25 a 26	27
Itati		23 a 25	22	23 a 25	22 + 26 + 36	27 a 28 + 34 a 35	23 a 26	22 + 27 a 28 + 34 a 36	29 + 33
Itatiba Do Sul		25 a 26	24 + 27 + 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Ivorá			24		25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28
Ivoti		23 a 24		24	23 + 25	26 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28	29 + 35 a 36
Jaboticaba			25 a 26	26	27	28 + 36 + 25	26 a 28	36	33 a 35 + 25 + 29
Jacuizinho			24 a 26		25 a 27	24 + 28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 + 35
Jacutinga			25 a 27	27	26 + 28	25 + 29 + 34 a 36	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	25 + 30 a 34
Jaguarão			25		25 a 26	27 a 28	26	25 + 27	28 a 29
Jaguari			24			24 a 27		25 a 27	24 + 28
Jaquirana		36	33 a 35 + 26 a 27	36	32 a 35 + 27 a 28	29 a 31 + 26	27 a 28 + 32 a 36	29 a 31	26
Jari					25 a 26	27	26	25 + 27	28
Jóia					25 a 26	27 a 28	26 a 27	25	28 + 36
Júlio De Castilhos			25		25 a 26	27 a 28	26 a 27	25	28 + 36
Lagoa Bonita Do Sul					26	27		26 a 27	28 + 36
Lagoa Dos Patos			22 a 25	23 a 25	26	27 + 22	23 a 26	27	28 a 29 + 22
Lagoa Dos Três Cantos			25 a 26	26	27	28 + 36 + 25	26 a 27	28 + 36	29 + 34 a 35 + 25
Lagoa Mirim			24 a 25	25	26	27 a 28 + 24	25 a 27	28	29 + 24
Lagoa Vermelha			26 a 28 + 35 a 36	27 a 28	35 a 36	29 a 34 + 26	27 a 29 + 35 a 36	30 a 34	26
Lagoão			25		26 a 27	25 + 28 + 36	26 a 27	28 + 36	29 + 35 + 25
Lajeado		23 a 24		24 a 25	23 + 26	27 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28 + 36	29 + 35
Lajeado Do Bugre			25 a 26	26	25 + 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 33 a 35
Lavras Do Sul						25 a 26		26 a 27	25
Liberato Salzano			24 a 26	26	25 + 27 a 28	24 + 35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35
Lindolfo Collor		23 a 24		24	23 + 25	26 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28	29 + 35 a 36
Linha Nova			24 a 25	25	26	27 a 28 + 36 + 24	25 a 26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 24
Maçambará						24 a 26		25 a 27	24
Machadinho		26 a 27	28 + 34 a 36	27 a 28	26 + 29 a 36		27 a 36	26	
Mampituba	24	23	22 + 25 + 36	23 a 25	22 + 26 + 36	27 a 28 + 33 a 35	23 a 26 + 36	22 + 27 a 28 + 33 a 35	29 a 32
Manoel Viana						24 a 26		25 a 26	24 + 27
Maquiné		23 a 24	25	23 a 24	22 + 25	26 a 27 + 36	23 a 25	22 + 26 a 27 + 36	28 a 29 + 34 a 35
Maratá		23 a 24		24	23 + 25	26 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28	29 + 35 a 36
Marau		26	25 + 27	26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
Marcelino Ramos		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	26 a 28	29 a 36	25	26 a 29 + 34 a 36	30 a 33	25
Mariana Pimentel		23	24	24	23	25	24 a 25	23	26 a 28
Mariano Moro		25 a 26	24 + 27 a 28 + 35 a 36	26 a 28	25 + 34 a 36	24 + 29 a 33	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Marques De Souza		24	23 + 25	25	24 + 26 a 27	23 + 28 + 36	25 a 27	24 + 28 + 36	23 + 29 + 35
Mata			24			24 a 27		25 a 27	24 + 28
Mato Castelhano			26 a 27	27	28 + 36	29 + 34 a 35 + 26	27 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 26
Mato Leitão		23 a 24		24 a 25	23 + 26	27 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28	29 + 35 a 36
Mato Queimado			24		25 a 26	24 + 27	25 a 27		24 + 28
Maximiliano De Almeida		26	25 + 27 a 28 + 34 a 36	27 a 28	26 + 29 a 36	25	27 a 29 + 34 a 36	26 + 30 a 33	25
Minas Do Leão			23 a 24		24 a 25	23 + 26 a 27	25	24 + 26 a 27	23 + 28 + 36
Miraguaí			25	26	27	28 + 25	26 a 27	28	29 + 35 a 36 + 25
Montauri			25 a 27	26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
Monte Alegre Dos Campos		36	33 a 35 + 26 a 28	36	27 a 35	26	28 a 36	27	26
Monte Belo Do Sul			25		25 a 27	28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	30 a 34
Montenegro		23 a 24		24	23 + 25	26 a 28	24 a 25	23 + 26 a 28	29 + 36
Mormaço		25	26	26	25 + 27	28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 34 a 35
Morrinhos Do Sul		23 a 24	25	23 a 24	25 + 36	26 a 27 + 34 a 35 + 22	23 a 26	22 + 27 a 28 + 34 a 36	29 a 33
Morro Redondo		25	24 + 26	26	25	24 + 27 a 28	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 36
Morro Reuter			25		26	25 + 27 a 28 + 36	26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 25
Mostardas		23	22	23	24	22	23 a 24	25	26 a 28 + 22
Muçum			24 a 25		25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 + 34
Muitos Capões			26 a 28 + 35 a 36	27 a 28 + 36	29 a 35	26	27 a 36		26
Muliterno			26 a 28 + 36		27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	28 + 36	27 + 29 a 35	26
Não-Me-Toque			25 a 26	26	27 a 28	35 a 36 + 25	26 a 27	28 + 36	29 a 30 + 34 a 35 + 25
Nicolau Vergueiro			25 a 26	26	27 a 28	35 a 36 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
Nonoai			25 a 27	26 a 27	28	29 + 33 a 36 + 25	26 a 28	29 a 36	25
Nova Alvorada			25 a 27	26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
Nova Araçá			26 a 28 + 36	27	26 + 28 + 36	29 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Nova Bassano			25 a 28	27	26 + 28 + 36	25 + 29 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 + 34 a 35	25 + 30 a 33
Nova Boa Vista		25	26	26	25 + 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 34 a 35
Nova Bréscia			25		26 a 27	25 + 28 + 36	26 a 27	28 + 36	29 + 35 + 25
Nova Candelária					25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Nova Esperança Do Sul			24			24 a 27		25 a 27	24
Nova Hartz	23	24	25 + 22	23 a 24	25 a 26	27 a 28 + 36 + 22	23 a 26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 22
Nova Pádua			25 a 27	26	27 a 28 + 36	29 + 34 a 35 + 25	26 a 28 + 36	29 + 34 a 35	30 a 33 + 25
Nova Palma			24 a 25		25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28 + 36
Nova Petrópolis			24 a 25		25 a 26	24 + 27 a 28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34
Nova Prata			26 a 28 + 36		27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	27 a 28 + 36	29 a 35	26
Nova Ramada			25		26 a 27	25 + 28	26 a 27	28	29 + 36 + 25

Nova Roma Do Sul			25 a 27		26 a 28 + 36	25 + 29 + 34 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 + 34 a 35	25 + 30 a 33
Nova Santa Rita		23	22 + 24	23 a 24		22 + 25 a 27	23 a 25	26 a 27	28 + 36 + 22
Novo Barreiro		25	24 + 26	26	25 + 27	24 + 28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 + 35
Novo Cabrais		24	23		24 a 26	23 + 27	25 a 26	24 + 27	23 + 28 + 36
Novo Hamburgo		23	22 + 24	23 a 24	22 + 25	26 a 27	23 a 25	22 + 26 a 28	29 + 36
Novo Machado					25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	36
Novo Tiradentes			24 a 26	26	25 + 27	24 + 28 + 35 a 36	26 a 28	25 + 36	24 + 29 a 35
Novo Xingu		25	24 + 26	26	25 + 27	24 + 28 + 36	26 a 28	25 + 36	24 + 29 a 35
Osório			23 a 24	23 a 24	22	25	23 a 24	22 + 25	26 a 28 + 36
Paim Filho		26	27 a 28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 a 36		27 a 29 + 35 a 36	26 + 30 a 34	
Palmares Do Sul			23		23 a 24	22	23 a 24		22 + 25 a 27
Palmeira Das Missões			25 a 26		26 a 27	25 + 28	27	26 + 28	25 + 29 + 35 a 36
Palmitinho			25 a 26	26	25 + 27 a 28	36	26 a 28	25	29 a 36
Panambi			25 a 26	26	25 + 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 35 a 36
Pantano Grande			24		25	24 + 26 a 27		25 a 27	24 + 28
Paraí			25 a 28 + 36	27	26 + 28 + 36	25 + 29 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Paraíso Do Sul		24	23		24 a 26	23 + 27	25 a 26	24 + 27	23 + 28 + 36
Pareci Novo		23 a 24		24	23 + 25	26 a 28	24 a 25	23 + 26 a 28	29 + 35 a 36
Parobé	23	22 + 24		23 a 24	22 + 25	26 a 27	23 a 25	22 + 26 a 28	29 + 35 a 36
Passa Sete			25		26	25 + 27 a 28	26	27	28 + 36 + 25
Passo Do Sobrado		23 a 24			23 a 25	26 a 27	25	23 a 24 + 26 a 27	28 + 36
Passo Fundo		26	27		26 a 28	29 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Paulo Bento		26	25 + 27	27	26 + 28 + 36	25 + 29 + 34 a 35	27 a 28	26 + 29 a 36	25
Paverama		24	23		24 a 25	23 + 26 a 28 + 36	25	24 + 26 a 28	23 + 29 + 35 a 36
Pedras Altas					26	27		26 a 27	28
Pedro Osório		25	24	25 a 26		24 + 27 a 28	25 a 27	28	29 + 24
Pejuçara			25 a 26		26 a 27	25 + 28	26 a 27	28	29 + 36 + 25
Pelotas		25	24 + 26	25 a 26		24 + 27 a 28	25 a 27	28	29 + 36 + 24
Picada Café			23 a 25	25	26	27 a 28 + 36 + 23 a 24	25 a 26	27 a 28 + 36	29 + 34 a 35 + 23 a 24
Pinhal			25 a 26	26	27	28 + 36 + 25	26 a 28	36	29 a 35 + 25
Pinhal Da Serra		27	26 + 28 + 33 a 36	27 a 28 + 36	29 a 35	26	27 a 36		26
Pinhal Grande			24 a 25		25 a 26	24 + 27 a 28	26 a 27	25	24 + 28 + 36
Pinheirinho Do Vale			24 a 26	26	25 + 27 a 28	24 + 36	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35
Pinheiro Machado			25		26	25 + 27 a 28	27	26	25 + 28
Pinto Bandeira			25	26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
Pirapó					25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28
Piratini		25	24 + 26	26	25	24 + 27 a 28	26 a 27	25	24 + 28 a 29
Planalto			25 a 27	27	26 + 28	25 + 29 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 36	25 + 30 a 35
Poço Das Antas			24		25 a 26	24 + 27 a 28 + 36	26	25 + 27 a 28 + 36	24 + 29 + 35
Pontão		26			26 a 28	29 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 36	30 a 35
Ponte Preta			25 a 27	26 a 27	28	29 + 34 a 36 + 25	26 a 28	29 + 34 a 36	30 a 33 + 25
Portão		23 a 24	22	23 a 24	25	26 a 28 + 22	23 a 25	26 a 28	29 + 36 + 22
Porto Alegre		23	22	23	24	25 a 27 + 22	23 a 24	25	26 a 28 + 22
Porto Lucena					25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28
Porto Mauá					25 a 27	24	26 a 27	25 + 28	24
Porto Vera Cruz					25 a 26	24 + 27	25 a 27		24 + 28
Porto Xavier					25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28
Pouso Novo			24 a 25		25 a 27	24 + 28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 + 34 a 35
Presidente Lucena		23 a 24	25	24 a 25	23 + 26	27 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28	29 + 35 a 36
Progresso			25		25 a 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
Protásio Alves			26 a 28 + 36	27	26 + 28 + 36	29 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Putinga			25 a 26		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	27	26 + 28 + 35 a 36	25 + 29 + 34
Quaraí						25 a 26		26	25 + 27
Quatro Irmãos		26	27	27	26 + 28 + 36	29 + 34 a 35	27 a 28	26 + 29 + 34 a 36	30 a 33
Quevedos			24 a 25		25 a 26	24 + 27	26 a 27	25	24 + 28
Quinze De Novembro			25 a 26		25 a 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
Redentora			25	26	27	28 + 25	26 a 27	28	29 + 35 a 36 + 25
Relvado			25		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	27	26 + 28 + 36	25 + 29 + 34 a 35
Restinga Seca		24	23		24 a 26	23 + 27	25 a 26	24 + 27	23 + 28
Rio Dos Índios			24 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 33 a 36	26 a 28	25 + 29 + 34 a 36	24 + 30 a 33
Rio Grande		25	24	25 a 26		24 + 27 a 28	25 a 27	28	29 + 24
Rio Pardo			23 a 24		25	23 a 24 + 26 a 27	25	26 a 27	28 + 36 + 23 a 24
Riozinho		23 a 24	22 + 25	24	23 + 25 a 26	22 + 27 + 36	24 a 25	23 + 26 a 27 + 36	22 + 28 a 29 + 34 a 35
Roca Sales			23 a 25	25	26 a 27	28 + 36 + 23 a 24	25 a 27	28 + 36	29 + 34 a 35 + 23 a 24
Rodeio Bonito			24 a 27	26	25 + 27 a 28	24 + 29 + 35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35
Rolador					25 a 26	24 + 27	25 a 26	27	28 + 24
Rolante		23 a 24	22 + 25	23 a 24	22 + 25 a 26	27 + 36	23 a 25	22 + 26 a 27 + 36	28 a 29 + 34 a 35
Ronda Alta			26		26 a 28	29 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 36	30 a 35
Rondinha			25 a 26	26	27 a 28	35 a 36 + 25	26 a 28	36	29 a 35 + 25
Roque Gonzales					25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28
Rosário Do Sul						25 a 26		26 a 27	25
Sagrada Família			24 a 26	26	25 + 27	24 + 28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 + 33 a 35
Saldanha Marinho			25 a 26	26	27	28 + 36 + 25	26 a 27	28 + 36	29 + 35 + 25
Salto Do Jacuí			24 a 25		25 a 27	24 + 28 + 36	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 36
Salvador Das Missões					25 a 26	27	26	25 + 27	28
Salvador Do Sul					26	25 + 27 a 28 + 36	26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 25
Sananduva		26	25 + 27 a 28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 35 a 36	25 + 29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25

Santa Bárbara Do Sul			25 a 26	26	27	28 + 36 + 25	26 a 27	28	29 + 35 a 36 + 25
Santa Cecília Do Sul		26	27 a 28 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Santa Clara Do Sul		24	23 + 25	25	24 + 26	23 + 27 a 28 + 36	25 a 26	24 + 27 a 28 + 36	23 + 29 + 35
Santa Cruz Do Sul		24	23		24 a 26	23 + 27 a 28	25 a 26	24 + 27 a 28	23 + 29 + 36
Santa Margarida Do Sul						25 a 26		25 a 27	
Santa Maria			24		24 a 26	27	25 a 26	24 + 27	28
Santa Maria Do Herval						26 a 28 + 36		27 a 28 + 36	26 + 29 + 34 a 35
Santa Rosa					25 a 26	27	26 a 27	25 + 28	
Santa Tereza			24 a 25		25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 30 + 34
Santa Vitória Do Palmar			24		25	24 + 26 a 28	25	26 a 28	29 + 24
Santana Da Boa Vista					26	25 + 27		26 a 27	25 + 28
Sant'Ana Do Livramento						26			26 a 27
Santiago						24 a 27		25 a 27	24 + 28
Santo Ângelo					25 a 27		26 a 27	25 + 28	
Santo Antônio Da Patrulha		23	22 + 24	23 a 24	22 + 25	26 a 27	23 a 25	22 + 26 a 27	28 + 36
Santo Antônio Das Missões					26	24 a 25 + 27		25 a 27	24 + 28
Santo Antônio Do Palma		26	27 a 28	27	26 + 28 + 36	29 + 34 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 + 34 a 35	30 a 33
Santo Antônio Do Planalto		26			26 a 28	35 a 36	27 a 28	26 + 36	29 a 35
Santo Augusto			25		26 a 27	25 + 28	27	26 + 28	25 + 29 + 36
Santo Cristo					25 a 26	27	26 a 27	25 + 28	
Santo Expedito Do Sul		26	25 + 27 a 28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 34 a 36	25 + 29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
São Borja						24 a 27		25 a 27	24
São Domingos Do Sul			26 a 28	27	26 + 28 + 36	29 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 + 34 a 35	30 a 33
São Francisco De Assis						24 a 27		25 a 27	24
São Francisco De Paula			25 a 26 + 35 a 36		25 a 28 + 34 a 36	29 a 33	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	
São Gabriel						25 a 26		25 a 27	
São Jerônimo		23	24	24	23 + 25	26	24 a 25	23 + 26 a 27	28 + 36
São João Da Urtiga		26	27 a 28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 34 a 36	29 a 33	27 a 29 + 35 a 36	26 + 30 a 34	
São João Do Polêsine		24	23		24 a 26	23 + 27	25 a 26	24 + 27	23 + 28
São Jorge			26 a 28 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
São José Das Missões		25	26	26	25 + 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
São José Do Herval			25 a 26		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	27	26 + 28 + 36	25 + 29 + 34 a 35
São José Do Hortêncio		23 a 24		24 a 25	23 + 26	27 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28	29 + 35 a 36
São José Do Inhacorá			24		25 a 27	24 + 28	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 36
São José Do Norte		24	23		24 a 25	23 + 26	25 a 26	24 + 27	23 + 28
São José Do Ouro			26 a 28 + 34 a 36	28	27 + 29 a 36	26	28 a 29 + 34 a 36	27 + 30 a 33	26
São José Do Sul		23 a 24		24	23 + 25	26 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28	29 + 35 a 36
São José Dos Ausentes		33 a 36	28 a 32	33 a 36	28 a 32		30 a 36	28 a 29	
São Leopoldo		23	22 + 24	23 a 24	22 + 25	26 a 27	23 a 25	22 + 26 a 27	28 a 29 + 36
São Lourenço Do Sul		24 a 25	23	25 a 26	24	23 + 27 a 28	25 a 27	24	23 + 28 a 29 + 36
São Luiz Gonzaga					25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28
São Marcos			26 a 27 + 35 a 36		26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
São Martinho			25		26 a 27	25 + 28	26 a 27	28	29 + 36 + 25
São Martinho Da Serra					25 a 26	27	26	25 + 27	28
São Miguel Das Missões			24		25 a 26	24 + 27	26 a 27	25	24 + 28
São Nicolau					25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28
São Paulo Das Missões					25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28
São Pedro Da Serra					26	27 a 28 + 36		26 a 28 + 36	29 + 35
São Pedro Das Missões			25 a 26	26	27	28 + 36 + 25	26 a 27	28	29 + 35 a 36 + 25
São Pedro Do Butiá					25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28
São Pedro Do Sul			24		25 a 26	24 + 27	25	26 a 27	28 + 24
São Sebastião Do Caí		23 a 24		24	23 + 25	26 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28	29 + 35 a 36
São Sepé			24			24 a 26	25	26 a 27	28 + 24
São Valentim			26 a 27	27	26 + 28 + 36	29 + 34 a 35	27 a 28	26 + 29 a 36	
São Valentim Do Sul			25		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
São Valério Do Sul			25		26 a 27	25 + 28	26 a 27	28	29 + 36 + 25
São Vendelino			24 a 25		25 a 26	24 + 27 a 28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 + 34 a 35
São Vicente Do Sul			24			24 a 26		25 a 27	24
Sapiranga		23 a 24	22	23 a 24	25	26 a 28 + 36 + 22	23 a 25	26 a 28	29 + 35 a 36 + 22
Sapucaia Do Sul		23	22 + 24	23 a 24		22 + 25 a 27	23 a 25	26 a 27	28 a 29 + 36 + 22
Sarandi			25 a 26	26	27 a 28	35 a 36 + 25	26 a 28	36	29 a 35 + 25
Seberi			25 a 26	26	27	28 + 36 + 25	26 a 28	36	29 a 35 + 25
Sede Nova					26 a 27	25 + 28	27	26 + 28	25 + 29 + 36
Segredo			25		25 a 26	27 a 28 + 36	26 a 27	25 + 28	29 + 36
Selbach		25	26	26	25 + 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
Senador Salgado Filho					26	25 + 27	26 a 27		25 + 28
Sentinela Do Sul		23	24	24	23 + 25		24 a 25	23 + 26	27 a 28
Serafina Corrêa			25 a 27		26 a 28 + 36	25 + 29 + 34 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 + 34 a 35	25 + 30 a 33
Sério			25		26	25 + 27 a 28 + 36	27	26 + 28 + 36	25 + 29 + 35
Sertão		26	27	27	26 + 28 + 36	29 a 30 + 34 a 35	27 a 28	26 + 29 a 36	
Sertão Santana		23	24	24	23 + 25		24 a 25	23 + 26	27 a 28
Sete De Setembro					25 a 26	27	26 a 27	25	28
Severiano De Almeida		26	25 + 27 a 28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 34 a 36	25 + 30 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Silveira Martins					26	25 + 27		26 a 27	25 + 28
Sinimbu			24 a 25		25 a 26	24 + 27 a 28 + 36	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 35 a 36
Sobradinho			25		26	25 + 27 a 28	26	27	28 + 36 + 25
Soledade			26		26 a 28	35 a 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34
Tabaí		24	23		24 a 25	23 + 26 a 28	25	24 + 26 a 28	23 + 29 + 36
Tapejara		26	25 + 27 a 28 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Tapera		25	26	26	25 + 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
Tapes		23	24	23 a 24		25	23 a 25		26 a 28
Taquara	23	24	25 + 22	23 a 24	22 + 25 a 26	27 + 36	23 a 25	22 + 26 a 27	28 a 29 + 35 a 36
Taquari		23 a 24		24	23 + 25	26 a 27	24 a 25	23 + 26 a 28	36
Taquaruçu Do Sul			25		26 a 28	25 + 36	27 a 28	26 + 36	25 + 29 a 35
Tavares		23	22 + 24	24	23	22 + 25	24 a 25	23	22 + 26 a 28
Tenente Portela			25	26	27	28 + 25	26 a 28		25 + 29 a 30 + 35 a 36
Terra De Areia		23 a 24		23 a 24	22 + 25	26 a 27 + 36	23 a 25	22 + 26 a 27 + 36	28 a 29 + 34 a 35
Teutônia		24	23	25	24 + 26	23 + 27 a 28 + 36	25 a 26	24 + 27 a 28 + 36	23 + 29 + 35
Tio Hugo			25 a 26	26	27 a 28	35 a 36 + 25	26 a 28	36	34 a 35 + 25 + 29 a 30
Tiradentes Do Sul				26	25 + 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28	29 + 35 a 36
Toropi			24		25 a 26	24 + 27	25	26 a 27	28 + 24
Torres		23 a 24		23 a 24	25 + 36	26 a 27 + 34 a 35 + 22	23 a 25	22 + 26 a 27 + 34 a 36	28 a 29 + 33
Tramandaí			23		22 a 24	25	23 a 24	22 + 25	26 a 28
Travesseiro		24	23 + 25	25	24 + 26 a 27	23 + 28 + 36	25 a 27	24 + 28 + 36	23 + 29 + 35
Três Arroios		26	25 + 27 a 28 + 35 a 36	27	26 + 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Três Cachoeiras		23 a 24		23 a 24	25	26 a 27 + 35 a 36 + 22	23 a 25	22 + 26 a 27 + 35 a 36	28 a 29 + 33 a 34
Três Coroas	23 a 24	25	22	23 a 25	26	27 a 28 + 36 + 22	23 a 26	27 a 28 + 36	29 + 34 a 35 + 22
Três De Maio					25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 36

Três Forquilhas		23 a 24	25	23 a 24	22 + 25 a 26 + 36	27 a 28 + 34 a 35	23 a 26	22 + 27 a 28 + 34 a 36	29 a 33
Três Palmeiras			26	27	26 + 28	29 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Três Passos			25	26	25 + 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 35 a 36
Trindade Do Sul			25 a 27	27	26 + 28	25 + 29 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	25 + 30 a 34
Triunfo		23	22 + 24	23 a 24	25	26 a 27 + 22	23 a 25	26 a 27	28 + 36 + 22
Tucunduva					25 a 27	28	26 a 27	25 + 28	
Tunas			24 a 25		25 a 27	24 + 28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 + 35
Tupanci Do Sul			26 a 28 + 35 a 36	28	27 + 29 a 36	26	28 a 29 + 35 a 36	27 + 30 a 34	26
Tupanciretã			25		25 a 26	27 a 28	26 a 27	25	28 + 36
Tupandi		24	23 + 25	25	24 + 26	23 + 27 a 28 + 36	25 a 26	24 + 27 a 28 + 36	23 + 29 + 35
Tuparendi					25 a 27		26 a 27	25 + 28	
Turuçu		25	23 a 24	25 a 26		23 a 24 + 27 a 28	25 a 27	28	29 + 36 + 23 a 24
Ubiretama					25 a 26	27	26 a 27	25	28
União Da Serra			25 a 27	26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
Unistalda						24 a 27		25 a 27	24 + 28
Uruguaiana						25		26	25 + 27
Vacaria		36	27 a 35	28 + 36	27 + 29 a 35		28 a 36	27	
Vale Do Sol		23 a 24		24	23 + 25 a 26	27 a 28	24 a 26	23 + 27	28 + 36
Vale Real		24	23 + 25	25	24 + 26	23 + 27 a 28 + 36	25 a 27	24 + 28 + 36	23 + 29 + 34 a 35
Vale Verde		24	23		24 a 25	23 + 26 a 27	25	24 + 26 a 27	23 + 28 + 36
Vanini			26 a 28	27	26 + 28 + 36	29 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Venâncio Aires		23 a 24		24	23 + 25 a 26	27 a 28 + 36	24 a 26	23 + 27 a 28	29 + 35 a 36
Vera Cruz		24	23		24 a 26	23 + 27	25 a 26	24 + 27	23 + 28 + 36
Veranópolis		25	26 a 27	26	25 + 27 a 28 + 36	29 + 34 a 35	26 a 28	25 + 29 + 34 a 36	30 a 33
Vespasiano Correa			25		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	27	26 + 28 a 29 + 35 a 36	25 + 30 a 34
Viadutos		26	25 + 27 a 28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 34 a 36	25 + 29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Viamão			22 a 23	23	24	22	23 a 24	25	26 a 28 + 22
Vicente Dutra			24 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35
Victor Graeff			25 a 26	26	27 a 28	35 a 36 + 25	26 a 28	36	34 a 35 + 25 + 29 a 30
Vila Flores			26 a 27		26 a 28 + 36	29 + 34 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 + 34 a 35	30 a 33
Vila Lângaro		26	25 + 27	27	26 + 28 + 36	25 + 29 a 30 + 34 a 35	27 a 28	26 + 29 a 36	25
Vila Maria		26	25 + 27	26	27 a 28 + 36	29 + 35 + 25	26 a 28	29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
Vila Nova Do Sul						25 a 26		25 a 27	28
Vista Alegre			25 a 26		26 a 28	25 + 36	27 a 28	26 + 29 + 36	25 + 30 a 35
Vista Alegre Do Prata			25 a 27		26 a 28 + 36	25 + 29 + 34 a 35	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	25 + 30 a 34
Vista Gaúcha			24 a 26	26	25 + 27 a 28	24 + 36	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35
Vitória Das Missões			24		25 a 26	24 + 27	26 a 27	25	24 + 28
Westfalia			24		25 a 26	24 + 27 a 28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 + 35
Xangri-Lá			23 a 24	24	22 a 23	25	23 a 25	22	26 a 28 + 36

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Aceguá						26		27	26
Água Santa		26 a 27	28 + 34 a 36	27	26 + 28 + 34 a 36	29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Agudo		24 a 25	23		24 a 26	23 + 27 + 36	25 a 26	24 + 27 + 36	23 + 28 + 35
Ajuricaba		25	26		25 a 27	36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
Alecrim			25		25 a 27		26 a 27	25	28 + 36
Alegrete						25 a 26		25 a 26	27
Alegria		25			25 a 27		26 a 27	25	28 a 29 + 35 a 36
Almirante Tamandaré Do Sul			25 a 27	26 a 27		25 + 28 + 34 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Alpestre		25 a 26	24 + 27 + 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	26 a 28	25 + 29 a 36	24
Alto Alegre		25	26 a 27		25 a 27 + 36	28 + 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 + 34
Alto Feliz			24 a 25 + 36		25 a 27 + 36	24 + 28 + 34 a 35	26 a 27 + 36	25 + 28 + 35	24 + 29 a 34
Alvorada		23	22	23	24	25 a 27 + 36 + 22	23 a 24	25 a 27 + 36	28 + 35 + 22
Amaral Ferrador			24		25	24 + 26 a 27 + 36		25 a 27	24 + 28 + 36
Ametista Do Sul		25	26 a 27	26 a 27	25 + 28	29 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	30 a 34
André Da Rocha		27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	27 + 36	28 + 34 a 35	29 a 33 + 26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26
Anta Gorda		25	26 a 27 + 36	26	25 + 27 a 28 + 35 a 36	33 a 34	26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	29 a 33
Antônio Prado		36	33 a 35 + 25 a 28	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	25 + 29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Arambaré		23	24		23 a 25	26 a 27	24 a 25	23 + 26 a 27	28 + 36
Araricá	23	22 + 24		23 a 24	22 + 25 + 36	26 a 28 + 35	23 a 25	22 + 26 a 28 + 36	29 + 34 a 35
Aratiba		25 a 27 + 36	24 + 28 + 34 a 35	26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	24	26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	24
Arroio Do Meio		23 a 25			23 a 27 + 36	28 + 35	25 a 27	23 a 24 + 28 + 35 a 36	29 + 34
Arroio Do Padre		25	24	25	26	27 a 28 + 36 + 24	25 a 26	27 + 36	28 a 29 + 24
Arroio Do Sal		23 a 24	22 + 36	23 a 24	22 + 36	25 a 27 + 33 a 35	23 a 24 + 36	22 + 25 a 27 + 34 a 35	28 a 29 + 33
Arroio Do Tigre		25	24	25	26 a 27	28 + 35 a 36 + 24	25 a 27	36	35 + 24 + 28
Arroio Dos Ratos		23	24		23 a 24	25 a 26	24 a 25	23 + 26	27 a 28 + 36
Arroio Grande		25	24	25	26	27 + 36 + 24	25 a 26	27	28 + 36 + 24
Arvorezinha			26 a 27 + 35 a 36		26 a 28 + 35 a 36	33 a 34	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	29 a 33
Augusto Pestana		25			25 a 27	36	26 a 27	25 + 36	28 + 35
Áurea		26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 a 35		27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	
Bagé						26 a 27		27	26 + 36
Balneário Pinhal			22 a 23	23	24	22	23 a 24		22 + 25 a 27 + 36

Barão			25		26 + 36	25 + 27 a 28 + 35		26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34
Barão De Cotegipe		27	26 + 28 + 34 a 36	27	28 + 34 a 36	29 a 33 + 26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26
Barão Do Triunfo			23 a 24		24 a 25	23 + 26	25	24 + 26	23 + 27 + 36
Barra Do Guarita		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25	24 + 28 a 29 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34
Barra Do Quaraí						25			25 a 26
Barra Do Ribeiro		23	22	23	24	25 + 22	23 a 24	25	26 a 27 + 36 + 22
Barra Do Rio Azul		25 a 27 + 36	28 + 34 a 35	26 a 27	25 + 28 a 36		26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	
Barra Funda		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25	24 + 28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34
Barracão		27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	27 a 28 + 34 a 36	29 a 33	26	27 a 36		26
Barros Cassal			25 a 27 + 36		26 a 27 + 36	25 + 28 + 35	26 a 27	28 + 35 a 36	29 + 34 + 25
Benjamin Constant Do Sul		26 a 27	25 + 35 a 36	27	26 + 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Bento Gonçalves		25	26 a 27 + 35 a 36	26	25 + 27 a 28 + 35 a 36	33 a 34	26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	29 a 33
Boa Vista Das Missões			26 a 27		26 a 27	28 + 35 a 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34
Boa Vista Do Buricá			24 a 26	26	25 + 27	24 + 28	26 a 27	25	24 + 28 a 29 + 35 a 36
Boa Vista Do Cadeado		25	26		25 a 27	36	26 a 27	25 + 36	28 + 35
Boa Vista Do Incra		25	26 a 27		25 a 27	28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 36	35
Boa Vista Do Sul					26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27	26 + 28 + 35 a 36	29 + 34
Bom Jesus	35 a 36	31 a 34	28 a 30	31 a 36	28 a 30		29 a 36	28	
Bom Princípio		23 a 24	25	24 a 25	23 + 26 + 36	27 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 35 a 36	29 + 34
Bom Progresso			25 a 27	26	27	28 + 36 + 25	26 a 27	28	29 a 30 + 35 a 36 + 25
Bom Retiro Do Sul			23 a 25		24 a 26 + 36	23 + 27 + 35	25 a 26	24 + 27 a 28 + 35 a 36	23 + 34
Boqueirão Do Leão					26 a 27 + 36	28 + 35	27	26 + 28 + 35 a 36	29 + 34
Bossoroca			25		25 a 26	24 + 27		25 a 27	24 + 36
Bozano		25	26		25 a 27	36	26 a 27	25 + 28 + 36	35
Braga			25 a 27	26	27	28 + 35 a 36 + 25	26 a 27	28 + 36	29 a 30 + 34 a 35 + 25
Brochier		24	23 + 25		24 a 26 + 36	23 + 27 a 28 + 35	25 a 26	24 + 27 a 28 + 35 a 36	23 + 29 + 34
Butiá		23	24	24	23 + 25	26 a 27 + 36	24 a 25	23 + 26 a 27 + 36	28 + 35
Caçapava Do Sul			25		25	26 a 27		25 a 27	36
Cacequi					25	26		25 a 26	27 + 36
Cachoeira Do Sul		25	24		25	24 + 26 a 27 + 36		25 a 27 + 36	24
Cachoeirinha		23	22 + 24	23	24	25 a 27 + 36 + 22	23 a 24	25 a 27 + 36	28 + 35 + 22
Cacique Doble		26 a 27 + 35 a 36	28 a 34	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34		27 a 36	26	
Caibaté			24 a 25		25 a 27	24	26	25 + 27	24 + 28 + 36
Caiçara		25	26 a 27	26 a 27	25	28 a 29 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	30 a 34
Camaquã		24	23		24 a 25	23 + 26 a 27	25	24 + 26 a 27	23 + 28 + 36
Camargo			25 a 27 + 35 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Cambará Do Sul	36	33 a 35 + 25	26 a 32	33 a 36	32 + 25 a 28	29 a 31	26 a 36	25	
Campestre Da Serra		27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	28 + 35 a 36	27 + 29 a 34	26	27 a 36		26
Campina Das Missões			25		25 a 27		26	25 + 27	28 + 36
Campinas Do Sul			25 a 27 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Campo Bom	23	22 + 24		23 a 24	22 + 25 + 36	26 a 27 + 35	23 a 25	22 + 26 a 28 + 36	29 + 35
Campo Novo			25 a 26		26 a 27	25 + 28 + 36	27	26 + 28	25 + 29 + 35 a 36
Campos Borges		25	26 a 27		25 a 27 + 36	28 + 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 + 34
Candelária	25	24	23		24 a 26	23 + 27 + 36	25 a 26	24 + 27 + 36	23 + 28 + 35
Cândido Godói			25		25 a 27		26	25 + 27	28 + 36
Candiota						26 a 27		26 a 27	28 + 36
Canela			25 + 35 a 36		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 + 33 a 34	26 + 36	27 a 28 + 33 a 35	29 a 32 + 25
Canguçu			24 a 25		25 a 26	24 + 27 a 28 + 36	26	25 + 27 + 36	24 + 28
Canoas		23	22	23	24	25 a 27 + 36 + 22	23 a 24	25 a 27 + 36	28 + 35 + 22
Canudos Do Vale		25			25 a 27 + 36	28 + 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 + 34
Capão Bonito Do Sul		27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	28 + 35 a 36	27 + 29 a 34	26	28 a 36	27	26
Capão Da Canoa		23 a 24	22	23 a 24	22 + 36	25 a 26 + 35	23 a 24	22 + 25 a 27 + 36	28 + 33 a 35
Capão Do Cipó			24 a 25		25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28 + 36
Capão Do Leão		25	24	25	26	27 + 36 + 24	25 a 26	27	28 + 36 + 24
Capela De Santana		23	24	24	23 + 25 + 36	26 a 28 + 35	24 a 25	23 + 26 a 28 + 36	29 + 35
Capitão			25		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	27	26 + 28 + 35 a 36	25 + 29 + 34
Capivari Do Sul			22 a 23	23	24	36 + 22	23 a 24		22 + 25 a 28 + 36
Caraá		23 a 24	22	23 a 24	25	26 + 35 a 36 + 22	23 a 24	25 a 27 + 36	28 + 34 a 35 + 22
Carazinho			25 a 27	26 a 27	28 + 36	34 a 35 + 25	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Carlos Barbosa					26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 35	29 a 34
Carlos Gomes		26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	27 + 36	26 + 28 a 35	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25
Casca		26 a 27	28 + 34 a 36	27 + 36	26 + 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Caseiros		27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	36	27 a 35	26	28 + 35 a 36	27 + 29 a 34	26
Catuípe		25			25 a 27	36	26 a 27	25	28 + 35 a 36
Caxias Do Sul		36	33 a 35 + 26 a 28	36	32 a 35 + 26 a 28	29 a 31	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Centenário		26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 a 35		27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	
Cerrito		25	24	25	26	27 a 28 + 36 + 24	25 a 26	27	28 + 36 + 24
Cerro Branco		25	24		25 a 26	24 + 27 + 36	26	25 + 27 + 36	24 + 28 + 35
Cerro Grande		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25	24 + 28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34
Cerro Grande Do Sul		23	24		23 a 25	26	24 a 25	23 + 26	27 a 28 + 36
Cerro Largo			24 a 25		25 a 27	24	26	25 + 27	24 + 28 + 36
Chapada			25 a 27	26	27	28 + 34 a 36 + 25	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Charqueadas		23	22	23	24	25 a 27 + 36 + 22	23 a 24	25 a 27 + 36	28 + 35 + 22
Charrua		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 a 35	25	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25

Chiapetta			25		26 a 27	25 + 36	27	26	25 + 28 a 29 + 35 a 36
Chuí						24 a 26		25 a 26	24 + 27 a 28
Chuvisca			24		25	24 + 26 a 27	25	26 a 27	28 + 36 + 24
Cidreira			22 a 23	23	22 + 24	36	23 a 24	22	25 a 28 + 36
Ciríaco		26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Colinas		24	23 + 25		24 a 27 + 36	23 + 28 + 35	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 + 34
Colorado			25 a 27	26	27 + 36	28 + 34 a 35 + 25	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Condor		25	26 a 27	26	25 + 27	28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 34 a 35
Constantina		25	26 a 27	26 a 27	25 + 28	34 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 34
Coqueiro Baixo		25	26 a 27		25 a 27 + 36	28 + 34 a 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 34
Coqueiros Do Sul			26 a 27 + 36	27	26 + 28 + 36	34 a 35	27	26 + 28 + 34 a 36	29 a 33
Coronel Barros		25			25 a 27	36	26 a 27	25	28 + 35 a 36
Coronel Bicaco			25 a 26		26 a 27	25 + 28 + 36	27	26 + 28 + 36	25 + 29 + 34 a 35
Coronel Pilar			25 + 36		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 35	25 + 29 a 34
Cotiporã		25	26 a 27 + 35 a 36	26	25 + 27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 + 34 a 35	30 a 33
Coxilha			26 a 27 + 35 a 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Crissiumal			25 a 27	26	25 + 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28	29 a 30 + 35 a 36
Cristal		24	23 + 25		24 a 25	23 + 26 a 27 + 36	25	24 + 26 a 27	23 + 28 + 36
Cristal Do Sul		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25	24 + 28 a 29 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34
Cruz Alta		25	26 a 27		25 a 27	28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 35
Cruzaltense		26 a 27	25 + 35 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Cruzeiro Do Sul		23 a 25		24	23 + 25 a 26 + 36	27 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 35 a 36	29 + 34
David Canabarro		26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Derrubadas		25	26 a 27	26 a 27	25	28 a 29 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	30 a 34
Dezesseis De Novembro			25		25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24
Dilermando De Aguiar			24 a 25		25	24 + 26 a 27	25	26 a 27	36 + 24
Dois Irmãos		24	23 + 25		24 a 25 + 36	23 + 26 a 28 + 35	25	24 + 26 a 28 + 36	23 + 29 + 34 a 35
Dois Irmãos Das Missões			25 a 27		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	27	26 + 28 + 36	25 + 29 a 35
Dois Lajeados			25 a 27 + 35 a 36	26	27 a 28 + 35 a 36	29 + 33 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 + 34 a 35	30 a 33 + 25
Dom Feliciano			24		25	24 + 26 a 27		25 a 27	24 + 28 + 36
Dom Pedrito						26		26	27
Dom Pedro De Alcântara		23 a 24	22 + 35 a 36	23 a 24	22 + 25 + 35 a 36	26 a 27 + 33 a 34	23 a 25 + 36	22 + 26 a 28 + 33 a 35	29 a 32
Dona Francisca		24 a 25	23		24 a 26	23 + 27 + 36	25 a 26	24 + 27 + 36	23 + 28
Doutor Maurício Cardoso			25 a 26	26	25 + 27	28	26 a 27	25	28 a 29 + 35 a 36
Doutor Ricardo		25	26 a 27 + 36		25 a 27 + 35 a 36	28 + 34	26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	29 a 33
Eldorado Do Sul		23	22	23	24	25 a 26 + 36 + 22	23 a 24	25 a 27	28 + 36 + 22
Encantado		25	23 a 24 + 26 a 27 + 36		25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 + 34 a 35	25 a 27 + 36	28 + 35	29 a 34 + 23 a 24
Encruzilhada Do Sul			25			25 a 27 + 36		26 a 27 + 36	25 + 28
Engenho Velho			25 a 27	26 a 27	28 + 36	34 a 35 + 25	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Entre Rios Do Sul		26	25 + 27 + 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Entre-Ijuís		25			25 a 27		26 a 27	25	28 + 35 a 36
Erebango		27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	27	28 + 34 a 36	29 a 33 + 26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26
Erechim		27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	27	28 a 36	26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26
Ernestina			25 a 27 + 36	26 a 27	28 + 36	33 a 35 + 25	26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	29 a 33 + 25
Erval Grande		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	26 a 27	28 + 34 a 36	29 a 33 + 25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25
Erval Seco		25	26 a 27	26 a 27	25	28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 34
Esmeralda		27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	28 + 35 a 36	27 + 29 a 34	26	28 a 36	27	26
Esperança Do Sul		25	26 a 27	26 a 27	25	28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 a 35
Espumoso		25	26 a 27 + 36		25 a 27 + 36	28 + 34 a 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 34
Estação		27	26 + 28 + 35 a 36	27	28 + 34 a 36	29 a 33 + 26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26
Estância Velha		23 a 24	22	24	23 + 25 + 36	22 + 26 a 28 + 35	24 a 25	23 + 26 a 28 + 36	22 + 29 + 34 a 35
Esteio		23	22 + 24	23	24	25 a 27 + 36 + 22	23 a 24	25 a 27 + 36	28 + 35 + 22
Estrela		23 a 24	25	24	23 + 25 a 27 + 36	28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 35 a 36	29 + 34
Estrela Velha		25	24	25	26 a 27	35 a 36 + 24	25 a 27	36	35 + 24 + 28
Eugênio De Castro		25			25 a 27	36	26 a 27	25	28 + 35 a 36
Fagundes Varela			25 a 27 + 35 a 36	26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Farroupilha			26 a 27 + 35 a 36		27 a 28 + 35 a 36	26 + 33 a 34	27 + 36	28 + 34 a 35	29 a 33 + 26
Faxinal Do Soturno		24 a 25	23		24 a 26	23 + 27 + 36	25 a 26	24 + 27 + 36	23 + 28
Faxinalzinho		26 a 27	25 + 34 a 36	26 a 27	28 + 34 a 36	29 a 33 + 25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25
Fazenda Vilanova		24	23 + 25		24 a 26 + 36	23 + 27 a 28 + 35	25 a 26	24 + 27 a 28 + 35 a 36	23 + 29 + 34

Feliz		23 a 24	25	24	23 + 25 a 26 + 36	27 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 35 a 36	29 a 34
Flores Da Cunha		36	34 a 35 + 25 a 28	36	34 a 35 + 26 a 28	29 a 33 + 25	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Floriano Peixoto		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 a 35	25	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	25
Fontoura Xavier			25 a 27 + 36		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 + 34	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	25 + 29 a 33
Formigueiro			24 a 25		25	24 + 26 a 27 + 36	25	26 a 27	36 + 24
Forquetinha		24 a 25	23		24 a 27 + 36	23 + 28 + 35	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 + 34
Fortaleza Dos Valos		25	26 a 27		25 a 27 + 36	28 + 35	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 34 a 35
Frederico Westphalen		25	26 a 27	26 a 27	25 + 28	29 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	30 a 34
Garibaldi			26 a 27 + 36		27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	27 + 36	28 + 35	29 a 34 + 26
Garruchos					25	24 + 26 a 27		25 a 27	24
Gaurama		26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 a 35		27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	
General Câmara		23	24 a 25	24	23 + 25	26 a 27 + 36	24 a 25	23 + 26 a 27 + 36	28 + 35
Gentil		27	26 + 28 + 34 a 36	27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26
Getúlio Vargas		26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 a 35		27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Giruá			25		26 a 27	25	26 a 27		25 + 28 + 36
Glorinha		23	22 + 24	23 a 24		22 + 25 a 27 + 36	23 a 24	25 a 27 + 36	28 + 35 + 22

Gramado			25 + 35 a 36		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 + 33 a 34	26 a 27 + 36	28 + 33 a 35	29 a 32 + 25
Gramado Dos Loureiros			26 a 27 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Gramado Xavier			25		26 a 27 + 36	25 + 28 + 35	26 a 27	36	34 a 35 + 25 + 28
Gravataí		23	22 + 24	23	24	25 a 27 + 36 + 22	23 a 24	25 a 27 + 36	28 + 35 + 22
Guabiju		27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	27 + 36	28 + 34 a 35	29 a 33 + 26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26
Guaíba		23	22	23	24	25 + 22	23 a 24	25	26 a 28 + 36 + 22
Guaporé			25 a 27 + 35 a 36	26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Guarani Das Missões			24 a 25		25 a 27	24	26	25 + 27	24 + 28 + 36
Harmonia		23 a 24	25	24	23 + 25 a 26 + 36	27 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 35 a 36	29 + 34
Herval			25		25 a 26	27	26	25 + 27	28 + 36
Herveiras			25		26 a 27	25 + 35 a 36	26	27 + 36	28 + 35 + 25
Horizontina			25 a 26	26	25 + 27	28	26 a 27	25	28 a 29 + 35 a 36
Hulha Negra						26 a 27		27	26 + 28 + 36
Humaitá			25 a 26	26	25 + 27	28 + 36	26 a 27	25 + 28	29 + 35 a 36
Ibarama		25	24		25 a 26	24 + 27 + 36	25 a 26	27 + 36	28 + 35 + 24
Ibiaçá		26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 a 35		27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Ibiraiaras		27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	27 + 36	28 a 35	26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26
Ibirapuitã			26 a 27 + 36		26 a 28 + 35 a 36	33 a 34	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	29 a 33
Ibirubá		25	26 a 27		25 a 27 + 36	28 + 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 30 + 34
Igrejinha	23	24	25 + 22	23 a 24	25 + 36	26 a 28 + 35 + 22	23 a 26 + 36	27 a 28 + 35	29 + 33 a 34 + 22
Ijuí		25	26		25 a 27	36	26 a 27	25 + 36	28 + 35
Ilópolis			26 a 27 + 36		27 a 28 + 35 a 36	26 + 34	27 + 36	28 + 34 a 35	29 a 33 + 26
Imbé		23	22 + 24	23	22 + 24	25 + 36	23 a 24	22 + 25	26 a 28 + 35 a 36
Imigrante			25		26 a 27 + 36	25 + 28 + 35	26 a 27	28 + 35 a 36	29 + 34 + 25
Independência			25		25 a 27		26 a 27	25	28 + 35 a 36
Inhacorá		25			25 a 27		26 a 27	25	28 a 29 + 35 a 36
Ipê		27 + 35 a 36	26 + 28 + 33 a 34	27 + 36	28 a 35	26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26
Ipiranga Do Sul		26 a 27	35 a 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Iraí		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 a 36	26 a 28	25 + 29 + 33 a 36	24 + 30 a 32
Itaara					26	27 + 36		26 a 27	36
Itacurubi					25	24 + 26 a 27		25 a 27	24
Itapuca			26 a 27 + 35 a 36		26 a 28 + 35 a 36	29 + 33 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 + 34 a 35	30 a 33
Itaqui						25 a 26		25 a 26	27
Itati	23	22 + 24	25 + 35 a 36	23 a 24 + 36	22 + 25 a 26 + 35	27 a 28 + 33 a 34	23 a 26 + 36	22 + 27 a 28 + 33 a 35	29 a 32
Itatiba Do Sul		25 a 27 + 36	24 + 28 + 34 a 35	26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	24 + 29 a 33	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Ivorá		25	24		25 a 26	24 + 27 + 36	26	25 + 27 + 36	24 + 28
Ivoti		23 a 24	25	24	23 + 25 + 36	26 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 36	29 + 34 a 35
Jaboticaba			25 a 27	26 a 27		25 + 28 + 34 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Jacuizinho		25	24 + 26 a 27		25 a 27 + 36	24 + 28 + 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 + 34
Jacutinga		26	25 + 27 + 35 a 36	27	26 + 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Jaguarão			25		25 a 26	27	26	25 + 27	28 + 36
Jaguari			25		25 a 26	24 + 27	25	26 a 27	36 + 24
Jaquirana	36	33 a 35	26 a 32	33 a 36	27 a 32	26	27 a 36		26
Jari			25		25 a 26	27	26	25 + 27	28 + 36
Jóia		25			25 a 27	36	26 a 27	25	28 + 35 a 36
Júlio De Castilhos		25			25 a 27	36	26	25 + 27 + 36	28 + 35
Lagoa Bonita Do Sul					26	27 + 36		26 a 27 + 36	28 + 35
Lagoa Dos Patos		23 a 25	22	23 a 25	26	27 + 22	23 a 26	27	28 + 36 + 22
Lagoa Dos Três Cantos			25 a 27	26	27 + 36	28 + 34 a 35 + 25	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Lagoa Mirim		25	24	25	26	27 + 36 + 24	25 a 26	27	28 + 36 + 24
Lagoa Vermelha		27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	27 a 28 + 36	29 a 35	26	27 a 28 + 32 a 36	29 a 31	26
Lagoão			25		26 a 27 + 36	25 + 28 + 35	26 a 27	28 + 35 a 36	29 + 34 + 25
Lajeado		23 a 25		24	23 + 25 a 27 + 36	28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 35 a 36	29 + 34
Lajeado Do Bugre		25	26 a 27	26 a 27	25	28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 34
Lavras Do Sul						25 a 26		26	25 + 27
Liberato Salzano		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34
Lindolfo Collor		23 a 24	25	24	23 + 25 + 36	26 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 36	29 + 34 a 35
Linha Nova			24 a 25		25 a 26 + 36	24 + 27 a 28 + 35	25 a 26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34 + 24
Maçambará					25	24 + 26		25 a 26	24 + 27
Machadinho		26 a 28 + 34 a 36	29 a 33	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33		27 a 36	26	
Mampituba	23 a 24	22 + 36	25 + 33 a 35	23 a 25 + 36	22 + 26 + 33 a 35	27 a 28 + 32	23 a 26 + 33 a 36	22 + 27 a 28 + 32	29 a 31
Manoel Viana					25	24 + 26		25 a 26	24 + 27
Maquiné		23 a 24	22 + 25	23 a 24	22 + 25 + 36	26 a 27 + 34 a 35	23 a 25 + 36	22 + 26 a 27 + 34 a 35	28 a 29 + 33
Maratá		23 a 24	25	24	23 + 25 a 26 + 36	27 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 35 a 36	29 + 34
Marau			25 a 27 + 35 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Marcelino Ramos	26	27 + 35 a 36	28 a 34 + 25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25	26 a 36		25
Mariana Pimentel		23			23 a 24	25	24	23 + 25 a 26	27 + 36
Mariano Moro		25 a 27 + 36	24 + 28 a 35	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24
Marques De Souza		24 a 25	23	25	24 + 26 a 27 + 36	23 + 28 + 35	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 + 34
Mata			24 a 25		25 a 26	24 + 27	25	26 a 27	36 + 24
Mato Castelhano			26 a 27 + 35 a 36	27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 26	27 a 28 + 36	29 a 35	26
Mato Leitão		23 a 25		24	23 + 25 a 26 + 36	27 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 35 a 36	34
Mato Queimado			24 a 25	25	26 a 27	24	25 a 26	27	28 + 36 + 24
Maximiliano De Almeida		26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25	27 a 36	26	25
Minas Do Leão			23 a 25		24 a 25	23 + 26 a 27 + 36	25	24 + 26 a 27 + 36	23 + 28 + 35
Miraguaí			25 a 27	26 a 27		25 + 28 + 35 a 36	26 a 27	28 + 36	29 a 35 + 25
Montauri			25 a 27 + 35 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Monte Alegre Dos Campos	36	34 a 35	26 a 33	35 a 36	27 a 34	26	28 a 36	27	26
Monte Belo Do Sul		25	26 a 27 + 36		25 a 28 + 35 a 36	34	26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	29 a 33
Montenegro		23	24	24	23 + 25	26 a 27 + 35 a 36	24 a 25	23 + 26 a 28 + 36	29 + 35
Mormaço		25	26 a 27 + 36	26	25 + 27 + 36	28 + 34 a 35	26 a 27 + 36	25 + 28 + 35	29 a 34
Morrinhos Do Sul	23	22 + 24	25 + 35 a 36	23 a 24 + 36	22 + 25 + 35	26 a 28 + 32 a 34	23 a 26 + 36	22 + 27 a 28 + 33 a 35	29 a 32

Morro Redondo		25	24		25 a 26	24 + 27 a 28 + 36	26	25 + 27 a 28 + 36	24 + 29
Morro Reuter			25		26 + 36	25 + 27 a 28 + 35	26	27 a 28 + 35 a 36	29 + 33 a 34 + 25
Mostardas		23	22	23	24	22	23 a 24		22 + 25 a 28 + 36
Muçum		25	24 + 26 a 27 + 36		25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 + 34	26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	24 + 29 a 33
Muitos Capões		27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26	27 a 36		26
Muliterno		27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	36	34 a 35 + 27 a 28	29 a 33 + 26	28 + 35 a 36	27 + 29 a 34	26
Não-Me-Toque			25 a 27	26	27 + 36	28 + 34 a 35 + 25	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Nicolau Vergueiro			25 a 27 + 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 + 33 a 34 + 25	26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	29 a 33 + 25
Nonoai		26 a 27	25 + 35 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Nova Alvorada			25 a 27 + 35 a 36	26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Nova Araçá		26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Nova Bassano		27 + 36	25 a 26 + 28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	25 + 29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Nova Boa Vista		25	26 a 27	26 a 27	25	28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 34
Nova Bréscia			25		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	26 a 27	28 + 35 a 36	29 + 34 + 25
Nova Candelária			25 a 26	26	25 + 27	28	26 a 27	25 + 28	29 + 35 a 36
Nova Esperança Do Sul			25		25	24 + 26 a 27		25 a 27	24
Nova Hartz	23	24	25 + 22	23 a 24	25 + 36	26 a 28 + 35 + 22	23 a 26	27 a 28 + 35 a 36	29 + 34 + 22
Nova Pádua		36	34 a 35 + 25 a 28	26 + 36	27 a 28 + 35	29 a 34 + 25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25
Nova Palma		25	24		25 a 26	24 + 27 + 36	26	25 + 27 + 36	24 + 28 + 35
Nova Petrópolis		25	24 + 36		25 a 27 + 36	24 + 28 + 33 a 35	26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	24 + 29 a 33
Nova Prata		27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	27 + 36	28 + 34 a 35	29 a 33 + 26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26
Nova Ramada			25 a 26		26 a 27	25 + 28 + 36	26 a 27	28 + 36	29 + 35 + 25
Nova Roma Do Sul			25 a 28 + 34 a 36	36	35 + 26 a 28	29 a 34 + 25	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Nova Santa Rita		23	22 + 24	23	24	25 a 27 + 36 + 22	23 a 24	25 a 27 + 36	28 + 35 + 22
Novo Barreiro		25	24 + 26 a 27	26	25 + 27	24 + 28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34
Novo Cabrais	25	24	23		24 a 25	23 + 26 a 27 + 36	25	24 + 26 a 27 + 36	23 + 28 + 35
Novo Hamburgo	23	22	24	23 a 24	22 + 25 + 36	26 a 27 + 35	23 a 25	22 + 26 a 27 + 36	28 a 29 + 35
Novo Machado			25 a 26		25 a 27		26 a 27	25	28 + 35 a 36
Novo Tiradentes		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25	24 + 28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34
Novo Xingu		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25	24 + 28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34
Osório		23	22 + 24	23 a 24	22	25 + 36	23 a 24	22 + 25 + 36	26 a 28 + 35
Paim Filho		26 a 27 + 35 a 36	28 a 34	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34		27 a 36	26	
Palmares Do Sul			22 a 23		23	22 + 24	23 a 24		22 + 25 a 27 + 36
Palmeira Das Missões			25 a 27		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	27	26 + 28 + 36	25 + 29 a 30 + 34 a 35
Palmitinho		25	26 a 27	26 a 27	25	28 a 29 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	30 a 34
Panambi		25	26 a 27		25 a 27	28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 + 34 a 35
Pantano Grande			24 a 25		25	24 + 26 a 27 + 36		25 a 27	24 + 28 + 36

Paraí		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	25 + 29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Paraíso Do Sul	25	24	23		24 a 25	23 + 26 a 27 + 36	25	24 + 26 a 27 + 36	23 + 28
Pareci Novo		23 a 24		24	23 + 25 a 26 + 36	27 a 28 + 35	24 a 25	23 + 26 a 28 + 36	29 + 34 a 35
Parobé	23	22 + 24		23 a 24	22 + 25 + 36	26 a 27 + 35	23 a 25	22 + 26 a 28 + 36	29 + 34 a 35
Passa Sete			25		26 a 27	25 + 35 a 36	26	27 + 36	28 + 35 + 25
Passo Do Sobrado		23 a 25			23 a 25	26 a 27 + 35 a 36	25 a 26	23 a 24 + 27 + 36	28 + 35
Passo Fundo			26 a 27 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Paulo Bento		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	27	26 + 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Paverama		24	23 + 25		24 a 26 + 36	23 + 27 a 28 + 35	25 a 26	24 + 27 a 28 + 35 a 36	23 + 29 + 34
Pedras Altas					26	27		26 a 27	28 + 36
Pedro Osório		25	24	25	26	27 + 36 + 24	25 a 26	27	28 + 36 + 24
Pejuçara			25 a 27		26 a 27	25 + 28 + 36	26 a 27	28 + 36	29 + 35 + 25
Pelotas	25		24	25	26	27 a 28 + 36 + 24	25 a 26	27 + 36	28 a 29 + 24
Picada Café			23 a 25 + 36		25 a 26 + 36	23 a 24 + 27 a 28 + 34 a 35	25 a 26 + 36	27 a 28 + 35	29 a 34 + 23 a 24
Pinhal			25 a 27	26 a 27		25 + 28 + 34 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Pinhal Da Serra		27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	27 a 28 + 34 a 36	29 a 33	26	27 a 36		26
Pinhal Grande		25	24		25 a 27	24 + 36	26	25 + 27 + 36	24 + 28 + 35
Pinheirinho Do Vale		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25	24 + 28 a 29 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34
Pinheiro Machado			25		26	25 + 27 + 36		26 a 27	25 + 28 + 36
Pinto Bandeira			25 a 27 + 35 a 36	26	27 a 28 + 35 a 36	29 + 33 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 + 34 a 35	30 a 33 + 25
Pirapó			25		25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24
Piratini		25	24		25 a 26	24 + 27 + 36	26	25 + 27	24 + 28 + 36
Planalto			25 a 27	27	26 + 28	25 + 29 a 36	27 a 28	26 + 29 a 36	25
Poço Das Antas			24 a 25		25 a 26 + 36	24 + 27 a 28 + 35	26	25 + 27 a 28 + 35 a 36	24 + 29 + 34
Pontão			26 a 27 + 36	27	26 + 28 + 36	29 a 35	27 a 28	26 + 34 a 36	29 a 33
Ponte Preta		26 a 27	25 + 35 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Portão	23		22 + 24	23 a 24	25 + 36	26 a 28 + 35 + 22	23 a 25	26 a 28 + 36	29 + 35 + 22
Porto Alegre		23	22	23	24	25 a 27 + 36 + 22	23 a 24	25 a 27 + 36	28 + 35 + 22
Porto Lucena			25		25 a 27	24	26	25 + 27	24 + 28
Porto Mauá			24 a 25		25 a 27	24	26 a 27	25	24 + 28 + 36
Porto Vera Cruz			25	25	26 a 27	24	25 a 26	27	28 + 24
Porto Xavier			25		25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24
Pouso Novo		25	24 + 26 a 27		25 a 27 + 36	24 + 28 + 34 a 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 + 34
Presidente Lucena		23 a 24	25	24	23 + 25 a 26 + 36	27 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 35 a 36	29 + 34
Progresso		25			25 a 27 + 36	28 + 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 + 34
Protásio Alves		27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Putinga			25 a 27 + 36		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 + 34	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	25 + 29 a 33
Quaraí						25 a 26		26	25 + 27
Quatro Irmãos		26 a 27	35 a 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Quevedos			24 a 25		25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28 + 36
Quinze De Novembro		25	26 a 27		25 a 27 + 36	28 + 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 + 34
Redentora			25 a 27	26 a 27		25 + 28 + 35 a 36	26 a 27	28 + 36	29 a 35 + 25
Relvado			25 a 27 + 36		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 35	25 + 29 a 34
Restinga Seca		24 a 25	23		24 a 25	23 + 26 a 27 + 36	25	24 + 26 a 27 + 36	23
Rio Dos Índios		25 a 27	24 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Rio Grande		25	24	25	26	27 + 36 + 24	25 a 26	27	28 + 36 + 24
Rio Pardo		25	23 a 24		25	23 a 24 + 26 a 27 + 36	25	26 a 27 + 36	28 + 35 + 23 a 24

Riozinho		23 a 24	22 + 25	24	23 + 25 + 36	22 + 26 a 27 + 34 a 35	24 a 26 + 36	23 + 27 + 35	22 + 28 a 29 + 33 a 34
Roca Sales		25	23 a 24 + 26 a 27 + 36		25 a 27 + 36	23 a 24 + 28 + 34 a 35	25 a 27 + 36	28 + 35	29 a 34 + 23 a 24
Rodeio Bonito		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34
Rolador			25		25 a 27	24	25 a 26	27	28 + 36 + 24
Rolante	23	22 + 24	25	23 a 24	22 + 25 + 36	26 a 27 + 35	23 a 26 + 36	22 + 27 + 35	28 a 29 + 33 a 34
Ronda Alta			26 a 27 + 36	27	26 + 28 + 36	29 a 35	27 a 28	26 + 34 a 36	29 a 33
Rondinha			25 a 27	26 a 27	36	34 a 35 + 25 + 28	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Roque Gonzales			25		25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24
Rosário Do Sul						25 a 26		26	25 + 27
Sagrada Família		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25	24 + 28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34
Saldanha Marinho			25 a 27	26	27	28 + 35 a 36 + 25	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Salto Do Jacuí		25	24 + 26		25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 36	24 + 28 + 35
Salvador Das Missões			25		25 a 27		26	25 + 27	28 + 36
Salvador Do Sul			25		26 + 36	25 + 27 a 28 + 35	26	27 a 28 + 35 a 36	29 + 34 + 25
Sananduva		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 a 35	25	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	25
Santa Bárbara Do Sul			25 a 27	26	27	28 + 35 a 36 + 25	26 a 27	28 + 36	29 + 34 a 35 + 25
Santa Cecília Do Sul		26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Santa Clara Do Sul		24 a 25	23		24 a 27 + 36	23 + 28 + 35	25 a 26	24 + 27 a 28 + 35 a 36	23 + 29 + 34
Santa Cruz Do Sul		24 a 25	23		24 a 26	23 + 27 + 35 a 36	25 a 26	24 + 27 + 36	23 + 28 + 35
Santa Margarida Do Sul					25	26		25 a 26	27 + 36
Santa Maria			24 a 25		24 a 25	26 a 27	25	24 + 26 a 27	36
Santa Maria Do Herval			36		36	34 a 35 + 26 a 28	36	35 + 27 a 28	29 a 34 + 26
Santa Rosa			25		25 a 27		26 a 27	25	28 + 36
Santa Tereza		25	24 + 26 a 27 + 36		25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 + 34	26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	24 + 29 a 33
Santa Vitória Do Palmar			24		25	24 + 26 a 27		25 a 27	24 + 28 + 36
Santana Da Boa Vista			25		26	25 + 27 + 36		26 a 27	25 + 36
Sant'Ana Do Livramento						26			26 a 27
Santiago			25		25 a 26	24 + 27		25 a 27	24 + 36
Santo Ângelo		25			25 a 27		26 a 27	25	28 + 36
Santo Antônio Da Patrulha		22 a 24		23 a 24	22 + 25	26 a 27 + 36	23 a 24	22 + 25 a 27 + 36	28 + 35
Santo Antônio Das Missões			25		25	24 + 26 a 27		25 a 27	24
Santo Antônio Do Palma		27	26 + 28 + 34 a 36	27 + 36	26 + 28 + 35	29 a 34	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Santo Antônio Do Planalto			26 a 27 + 36	27	26 + 28 + 36	34 a 35	27	26 + 28 + 34 a 36	29 a 33
Santo Augusto			25 a 26		26 a 27	25 + 28 + 36	27	26 + 28 + 36	25 + 29 + 35
Santo Cristo			25		25 a 27		26	25 + 27	28 + 36
Santo Expedito Do Sul		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	27 + 36	26 + 28 a 35	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25
São Borja						24 a 27		25 a 27	24
São Domingos Do Sul		26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
São Francisco De Assis					25	24 + 26 a 27		25 a 27	24
São Francisco De Paula		35 a 36	32 a 34 + 25 a 28	36	32 a 35 + 25 a 28	29 a 31	26 a 28 + 33 a 36	25 + 29 a 32	
São Gabriel					25	26		25 a 26	27 + 36
São Jerônimo		23	24	24	23 + 25	26 a 27 + 36	24 a 25	23 + 26 a 27	28 + 35 a 36
São João Da Urtiga		26 a 27 + 36	28 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35		27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	
São João Do Polêsine		24 a 25	23		24 a 26	23 + 27 + 36	25 a 26	24 + 27 + 36	23
São Jorge		26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
São José Das Missões		25	26 a 27	26 a 27	25	28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 34
São José Do Herval			25 a 27 + 36		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 35	25 + 29 a 34
São José Do Hortêncio		23 a 24	25	24	23 + 25 a 26 + 36	27 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 35 a 36	29 + 34
São José Do Inhacorá			24 a 26		25 a 27	24 + 28	26 a 27	25	24 + 28 a 29 + 35 a 36
São José Do Norte		24	23	25	24	23 + 26 a 27	25	24 + 26 a 27	23 + 28 + 36
São José Do Ouro		27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	28 + 35 a 36	27 + 29 a 34	26	28 a 36	27	26
São José Do Sul		23 a 24	25	24	23 + 25 a 26 + 36	27 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 35 a 36	29 + 34
São José Dos Ausentes	36	31 a 35	28 a 30	32 a 36	28 a 31		30 a 36	28 a 29	
São Leopoldo	23	22	24	23 a 24	22 + 25	26 a 27 + 35 a 36	23 a 25	22 + 26 a 27 + 36	28 a 29 + 35
São Lourenço Do Sul		24 a 25	23	25	24 + 26	23 + 27 + 36	25 a 26	24 + 27	23 + 28 + 36
São Luiz Gonzaga			25		25 a 27	24	26	25 + 27	24 + 28 + 36
São Marcos		36	33 a 35 + 26 a 28	36	33 a 35 + 26 a 28	29 a 32	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
São Martinho			25 a 26		26 a 27	25 + 28	26 a 27	28	29 + 35 a 36 + 25
São Martinho Da Serra			25		25 a 26	27 + 36	26	25 + 27	28 + 36
São Miguel Das Missões			24 a 25		25 a 27	24	26	25 + 27	24 + 28 + 36
São Nicolau			25		25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24
São Paulo Das Missões			25		25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24
São Pedro Da Serra					26 + 36	27 a 28 + 35		26 a 28 + 35 a 36	29 + 34
São Pedro Das Missões			25 a 27	26	27	28 + 34 a 36 + 25	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
São Pedro Do Butiá			25		25 a 26	24 + 27	26	25 + 27	24 + 28
São Pedro Do Sul			24 a 25		25 a 26	24 + 27	25 a 26	27	36 + 24
São Sebastião Do Caí		23 a 24	25	24	23 + 25 a 26 + 36	27 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 a 28 + 35 a 36	29 + 34
São Sepé			24 a 25		25	24 + 26 a 27	25	26 a 27	36 + 24
São Valentim		26 a 27	35 a 36	27	26 + 28 + 34 a 36	29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
São Valentim Do Sul			25 a 27 + 35 a 36		26 a 28 + 35 a 36	25 + 33 a 34	26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	29 a 33 + 25
São Valério Do Sul			25		26 a 27	25 + 28	26 a 27		25 + 28 a 29 + 35 a 36
São Vendelino		25	24		25 a 26 + 36	24 + 27 a 28 + 34 a 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34
São Vicente Do Sul					25	24 + 26	25	26 a 27	24
Sapiranga	23	24	25 + 22	23 a 24	25 + 36	26 a 28 + 35 + 22	23 a 25	26 a 28 + 36	29 + 34 a 35 + 22
Sapucaia Do Sul		23	22 + 24	23	24	25 a 27 + 36 + 22	23 a 24	25 a 27 + 36	28 + 35 + 22
Sarandi			25 a 27	26 a 27		25 + 28 + 34 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Seberi			25 a 27	26 a 27		25 + 28 + 34 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Sede Nova			25 a 26		26 a 27	25 + 28 + 36	27	26 + 28	25 + 29 + 35 a 36
Segredo		25			25 a 27	35 a 36	26	25 + 27 + 36	28 + 35
Selbach		25	26 a 27		25 a 27 + 36	28 + 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 30 + 34
Senador Salgado Filho			25		26 a 27	25	26	27	28 + 36 + 25
Sentinela Do Sul		23	24		23 a 24	25 a 26	24 a 25	23 + 26	27 a 28 + 36

Serafina Corrêa		27	25 a 26 + 28 + 34 a 36	27 + 36	26 + 28 + 35	25 + 29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Sério			25		26 a 27 + 36	25 + 28 + 35		26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 + 34
Sertão		26 a 27	28 + 34 a 36	27	26 + 28 + 34 a 36	29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Sertão Santana		23	24		23 a 24	25	24 a 25	23 + 26	27 + 36
Sete De Setembro			25		25 a 27		26	25 + 27	28 + 36
Severiano De Almeida		26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25
Silveira Martins			25		26	25 + 27 + 36		26 a 27 + 36	25
Sinimbu		25	24		25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	26	25 + 27 + 36	24 + 28 + 35
Sobradinho			25		26	25 + 27 + 36	26	27 + 36	28 + 35 + 25
Soledade			26 a 27 + 36		26 a 28 + 35 a 36	34	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	29 a 33
Tabaí			23 a 25		24 a 25 + 36	23 + 26 a 27 + 35	25	24 + 26 a 27 + 36	23 + 28 + 35
Tapejara		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	25 + 29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Tapera		25	26 a 27	26	25 + 27 + 36	28 + 34 a 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 34
Tapes		23		23	24	25	23 a 25	26	27 a 28 + 36
Taquara	23	22 + 24	25	23 a 24	22 + 25 + 36	26 a 27 + 35	23 a 26	22 + 27 + 36	28 a 29 + 33 a 35
Taquari		23	24 a 25	24	23 + 25	26 a 27 + 35 a 36	24 a 25	23 + 26 a 27 + 36	28 + 35
Taquaruçu Do Sul			25 a 27	27	26	25 + 28 + 34 a 36	27	26 + 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34
Tavares		23	22 + 24	24	23	22 + 25 a 26	24	23 + 25	22 + 26 a 28 + 36
Tenente Portela			25 a 27	26 a 27		25 + 28 + 35 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Terra De Areia		23 a 24	22	23 a 24	22 + 25 + 36	26 a 27 + 34 a 35	22 a 25 + 36	26 a 27 + 35	28 + 33 a 34
Teutônia		24	23 + 25		24 a 27 + 36	23 + 28 + 35	25 a 26	24 + 27 a 28 + 35 a 36	23 + 29 + 34
Tio Hugo			25 a 27 + 36	26	27 a 28 + 36	34 a 35 + 25	26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	29 a 33 + 25
Tiradentes Do Sul		25	26 a 27	26 a 27	25	28 + 36	26 a 27	25 + 28	29 a 30 + 35 a 36
Toropi			24 a 25		25 a 26	24 + 27	25 a 26	27	36 + 24
Torres		23 a 24	22 + 35 a 36	23 a 24 + 36	22 + 25 + 35	26 a 28 + 33 a 34	23 a 25 + 36	22 + 26 a 28 + 33 a 35	29 a 32
Tramandaí			22 a 23	23	22 + 24	36	23 a 24	22	25 a 28 + 36
Travesseiro		24 a 25	23	25	24 + 26 a 27 + 36	23 + 28 + 35	25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	23 + 29 + 34
Três Arroios		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 a 35	25	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	25
Três Cachoeiras		23 a 24	22 + 36	23 a 24	22 + 25 + 36	26 a 27 + 33 a 35	23 a 25 + 36	22 + 26 a 28 + 33 a 35	29 a 32
Três Coroas	23 a 24	25	36 + 22	23 a 25	26 + 36	27 a 28 + 33 a 35 + 22	23 a 26 + 36	27 a 28 + 34 a 35	29 a 33 + 22
Três De Maio			25 a 26		25 a 27		26 a 27	25	28 a 29 + 35 a 36
Três Forquilhas		23 a 24	22 + 25 + 35 a 36	23 a 24 + 36	22 + 25 + 35	26 a 28 + 33 a 34	23 a 26 + 36	22 + 27 a 28 + 33 a 35	29 a 32
Três Palmeiras			26 a 27 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	29 a 34	27 a 28	26 + 29 + 34 a 36	30 a 33
Três Passos		25	26 a 27	26 a 27	25	28 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 a 30 + 34 a 35
Trindade Do Sul			25 a 27 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Triunfo		23	22 + 24	23 a 24	25	26 a 27 + 35 a 36 + 22	23 a 25	26 a 27 + 36	28 + 35 + 22
Tucunduva			25 a 26		25 a 27		26 a 27	25	28 + 35 a 36
Tunas		25	24 + 26 a 27		25 a 27 + 36	24 + 28 + 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 + 34
Tupanci Do Sul		27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	28 + 35 a 36	27 + 29 a 34	26	28 a 36	27	26
Tupanciretã			25		25 a 27	36	26 a 27	25 + 36	28 + 35
Tupandi		24	23 + 25		24 a 26 + 36	23 + 27 a 28 + 35	25 a 26	24 + 27 a 28 + 35 a 36	23 + 29 + 34
Tuparendi			25		25 a 27		26 a 27	25	28 + 36
Turuçu		25	23 a 24	25	26	27 a 28 + 36 + 23 a 24	25 a 26	27	28 + 36 + 23 a 24
Ubiretama			25		25 a 27		26	25 + 27	28 + 36
União Da Serra			25 a 27 + 35 a 36	26	27 a 28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Unistalda					25	24 + 26 a 27		25 a 27	24
Uruguaiana						25		26	25 + 27
Vacaria	36	27 a 35		28 a 36	27		28 a 36	27	
Vale Do Sol	25	23 a 24		24	23 + 25 a 26	27 + 36	24 a 26	23 + 27 + 36	28 + 35
Vale Real		24 a 25	23 + 36	25	24 + 26 a 27 + 36	23 + 28 + 34 a 35	25 a 27 + 36	24 + 28 + 35	23 + 29 a 34
Vale Verde			23 a 25		24 a 25	23 + 26 a 27 + 36	25	24 + 26 a 27 + 36	23 + 28 + 35
Vanini		26 a 27 + 36	28 + 34 a 35	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Venâncio Aires		23 a 25		24	23 + 25 a 26 + 36	27 a 28 + 35	24 a 26	23 + 27 + 36	28 + 34 a 35
Vera Cruz		24 a 25	23		24 a 26	23 + 27 + 36	25 a 26	24 + 27 + 36	23 + 28 + 35
Veranópolis		25	26 a 27 + 35 a 36	26	25 + 27 a 28 + 35 a 36	29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	
Vespasiano Correa			25 a 27 + 36		26 a 28 + 35 a 36	25 + 34	27 + 36	26 + 28 + 34 a 35	25 + 29 a 33
Viadutos		26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25
Viamão		23	22	23	24	36 + 22	23 a 24		22 + 25 a 28 + 36
Vicente Dutra		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 33 a 36	24 + 30 a 32
Victor Graeff			25 a 27 + 36	26	27 a 28 + 36	34 a 35 + 25	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25
Vila Flores			26 a 28 + 34 a 36	36	35 + 26 a 28	29 a 34	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Vila Lângaro		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	27	26 + 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Vila Maria			25 a 27 + 35 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Vila Nova Do Sul			25		25	26		25 a 26	27 + 36
Vista Alegre			25 a 27	27	26	25 + 28 a 29 + 34 a 36	27	26 + 28 a 29 + 35 a 36	25 + 30 a 34
Vista Alegre Do Prata			25 a 28 + 34 a 36		26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Vista Gaúcha		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25	24 + 28 a 29 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34
Vitória Das Missões			24 a 25		25 a 27	24	26	25 + 27	24 + 28 + 36
Westfalia			24 a 25		25 a 27 + 36	24 + 28 + 35	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 + 34
Xangri-Lá		23	22 + 24	23 a 24	22	25 + 36	23 a 24	22 + 25 + 36	26 a 28 + 35

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Aceguá						36			26 + 36
Água Santa			36		26 a 27 + 34 a 36	28 + 32 a 33	27 + 35 a 36	26 + 28 + 33 a 34	29 a 32
Agudo			23		24	23 + 25 + 36		24 a 26 + 36	23 + 35
Ajuricaba					25	26 + 36		25 a 26	27 + 35 a 36
Alecrim					25	26		25 a 26	27

Alegrete									25
Alegria					25	26		25 a 26	27 + 36
Almirante Tamandaré Do Sul			25		26	25 + 27 + 35 a 36	26	27 + 35 a 36	28 + 32 a 34 + 25
Alpestre			24 a 25		25 a 26 + 36	24 + 27 + 34 a 35	26	25 + 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31
Alto Alegre					25 a 26	27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 35 a 36	28 + 34
Alto Feliz			24		36	34 a 35 + 24 a 26		25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 + 33 a 34
Alvorada			22			22 a 23 + 36	23	36	35 + 22 + 24 a 26
Amaral Ferrador						24 a 25 + 36		25 + 36	24 + 26 a 27 + 35
Ametista Do Sul					25 a 26	27 + 34 a 36	26	25 + 27 + 32 a 36	28 a 31
André Da Rocha		36	34 a 35 + 26	36	34 a 35 + 27	28 a 33 + 26	27 + 34 a 36	28 a 33	26
Anta Gorda			36		25 a 26 + 35 a 36	27 + 33 a 34	26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	28 a 33
Antônio Prado		36	35 + 25	36	34 a 35 + 26 a 27	32 a 33 + 25 + 28	27 + 35 a 36	26 + 28 + 32 a 34	25 + 29 a 31
Arambaré					23	24		23 a 25	26 + 36
Araricá		22	23	23	22 + 24	25 + 35 a 36	23 a 24	22 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Aratiba		36	34 a 35 + 24 a 26	26 + 36	25 + 27 + 33 a 35	24 + 28 a 32	26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	24
Arroio Do Meio			23 a 24		23 a 25	26 + 35 a 36	25	23 a 24 + 26 + 35 a 36	27 + 34
Arroio Do Padre			24		25	24 + 26 + 36	25	26 + 36	27 + 35 + 24
Arroio Do Sal			22		22 a 23 + 36	24 + 35	23 + 36	22 + 24 + 35	25 a 27 + 32 a 34
Arroio Do Tigre			24		25	24 + 26 + 36	25	26 + 36	27 + 34 a 35 + 24
Arroio Dos Ratos					23	24		23 a 24	25 a 26 + 36
Arroio Grande			24		25	24 + 26 + 36	25	26 + 36	27 + 35 + 24
Arvorezinha			36		26 + 35 a 36	27 + 33 a 34	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33
Augusto Pestana					25	26 + 36		25 a 26 + 36	27 + 35
Áurea		36	34 a 35 + 26	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	
Bagé						36			26 + 36
Balneário Pinhal						22		23	22 + 24 + 36
Barão						25 a 26 + 35 a 36		26 + 35 a 36	25 + 27 a 28 + 33 a 34
Barão De Cotegipe			36		27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	36	27 a 35	26
Barão Do Triunfo						23 a 24		24 a 25	23 + 26 + 36
Barra Do Guarita			24		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 36	24 + 28 a 35
Barra Do Quaraí									25
Barra Do Ribeiro			22			22 a 23	23	24	25 a 26 + 36 + 22
Barra Do Rio Azul			25 + 34 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	28 a 33	26 + 35 a 36	25 + 27 a 34	
Barra Funda			24		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 + 32 a 34
Barracão		35 a 36	33 a 34 + 26 a 27	35 a 36	27 a 34	26	27 + 32 a 36	28 a 31	26
Barros Cassal					36	34 a 35 + 25 a 27		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 + 33 a 34
Benjamin Constant Do Sul			25 + 36		26 a 27 + 36	25 + 28 + 33 a 35	36	32 a 35 + 26 a 28	29 a 31 + 25
Bento Gonçalves					25 a 26 + 35 a 36	27 + 33 a 34	26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	28 a 33
Boa Vista Das Missões					26	27 + 36		26 a 27 + 36	28 + 32 a 35
Boa Vista Do Buricá					25	24 + 26		25 a 26	24 + 27 + 36
Boa Vista Do Cadeado					25	26 + 36		25 a 26 + 36	27 + 35
Boa Vista Do Incra					25	26 + 36		25 a 26 + 36	27 + 34 a 35
Boa Vista Do Sul					36	35 + 26		26 + 35 a 36	27 + 33 a 34
Bom Jesus	35 a 36	33 a 34	28 a 32	32 a 36	28 a 31		30 a 36	28 a 29	
Bom Princípio			23		23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	27 a 28 + 34
Bom Progresso						25 a 26		26	25 + 27 a 28 + 35 a 36
Bom Retiro Do Sul			23		24	23 + 25 a 26 + 35 a 36		24 a 26 + 35 a 36	23 + 27 + 34
Boqueirão Do Leão						26 + 35 a 36		26 + 35 a 36	27 + 34
Bossoroca						24 a 26		25 a 26	24 + 36
Bozano					25	26 + 36		25 a 26 + 36	27 + 35
Braga						25 a 26		26	25 + 27 a 28 + 34 a 36
Brochier			23		24	23 + 25 a 26 + 35 a 36		24 a 26 + 35 a 36	23 + 27 + 34
Butiá					23 a 24	36		23 a 25	26 + 35 a 36
Caçapava Do Sul						25		25	26 + 36
Cacequi						25		25	26 + 36
Cachoeira Do Sul						24 a 25 + 36		25	24 + 26 + 35 a 36
Cachoeirinha			22		23	22 + 24 + 36	23	24 + 36	25 a 27 + 35 + 22
Cacique Doble		36	34 a 35 + 26 a 27	36	33 a 35 + 26 a 27	28 a 32	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32	
Caibaté					25	24 + 26		25 a 26	24 + 36
Caiçara					25 a 26	27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 32 a 36	28 a 31
Camaquã			23		24	23 + 25		24 a 25	23 + 26 a 27 + 36
Camargo			25 + 36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34	26 + 36	27 + 34 a 35	28 a 33 + 25
Cambará Do Sul		35 a 36	32 a 34	35 a 36	32 a 34 + 25	26 a 31	32 a 36	25 a 31	
Campestre Da Serra		36	34 a 35	35 a 36	33 a 34 + 27	28 a 32 + 26	27 + 34 a 36	28 a 33	26
Campina Das Missões					25	26		25 a 26	
Campinas Do Sul			25		26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33 + 25
Campo Bom		22	23	23	22 + 24	25 + 35 a 36	23 a 24	22 + 25 a 26 + 36	27 + 35
Campo Novo						25 a 26		26	25 + 27 + 35 a 36
Campos Borges					25	26 a 27 + 35 a 36		25 a 27 + 35 a 36	34
Candelária			23		24	23 + 25 + 36		24 a 26 + 36	23 + 27 + 35
Cândido Godói					25	26		25 a 26	27
Candiota						36			26 + 36
Canela			36		35 a 36	33 a 34 + 25 a 26	35 a 36	33 a 34 + 26 a 27	32 + 25 + 28
Canguçu					25	24 + 26 + 36		25 a 26 + 36	24 + 27 + 35
Canoas			22		23	22 + 24 + 36	23	24 + 36	25 a 26 + 35 + 22
Canudos Do Vale					25	26 + 35 a 36		25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Capão Bonito Do Sul		36	34 a 35 + 26	35 a 36	34 + 27	28 a 33 + 26	34 a 36	27 a 33	26
Capão Da Canoa			22		22 a 23	24 + 35 a 36	23	22 + 24 + 35 a 36	25 a 26 + 33 a 34
Capão Do Cipó					25	24 + 26		25 a 26	24 + 36
Capão Do Leão			24		25	24 + 26 + 36	25	26 + 36	27 + 35 + 24
Capela De Santana					23 a 24	25 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 36	27 + 35
Capitão					36	35 + 25 a 26		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34
Capivari Do Sul			22			22 a 23		23	22 + 24 a 26 + 35 a 36
Caraá			22		23	22 + 24 + 36	23	24 + 36	25 a 26 + 35 + 22
Carazinho			25		26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	26	27 + 35 a 36	28 + 33 a 34 + 25
Carlos Barbosa					36	34 a 35 + 26		26 a 27 + 35 a 36	28 + 33 a 34

Carlos Gomes		36	34 a 35 + 25 a 26	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33 + 25	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25
Casca			36		26 a 27 + 34 a 36	28 + 33	35 a 36	33 a 34 + 26 a 28	29 a 32
Caseiros		36	34 a 35 + 26	36	34 a 35 + 27	28 a 33 + 26	35 a 36	27 a 34	26
Catuípe					25	26		25 a 26	27 + 36
Caxias Do Sul		36	34 a 35	36	34 a 35	26 a 33	34 a 36	26 a 33	
Centenário		36	34 a 35 + 26	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	
Cerrito			24		25	24 + 26 + 36	25	26 + 36	27 + 35 + 24
Cerro Branco						24 a 25 + 36		25 a 26 + 36	24 + 35
Cerro Grande			24		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 + 32 a 34
Cerro Grande Do Sul					23 a 24		24	23 + 25	26 + 36
Cerro Largo					25	24 + 26		25 a 26	24 + 36
Chapada					26	25 + 27 + 35 a 36	26	27 + 36	28 + 33 a 35 + 25
Charqueadas			22		23	22 + 24 + 36	23	24	25 a 26 + 35 a 36 + 22
Charrua			25 a 26 + 34 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33 + 25	27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	25
Chiapetta						25 a 26		26	25 + 27 + 35 a 36
Chuí						24			24 a 27 + 36
Chuvisca						24 a 25 + 36		25	24 + 26 a 27 + 36
Cidreira					22	23		22 a 23	24 a 25 + 36
Ciríaco			26 + 35 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	32 a 33 + 28	27 + 35 a 36	26 + 28 + 32 a 34	29 a 31
Colinas			23		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36		24 a 26 + 35 a 36	23 + 27 + 34
Colorado			25		26	25 + 27 + 35 a 36	26	27 + 35 a 36	28 + 33 a 34 + 25
Condor					25	26 + 36		25 a 26 + 36	27 + 34 a 35
Constantina					25 a 26	27 + 34 a 36	26	25 + 27 + 35 a 36	28 a 34
Coqueiro Baixo					25 + 36	26 a 27 + 34 a 35		25 a 27 + 34 a 36	28 + 33
Coqueiros Do Sul					26 + 36	27 + 34 a 35		26 a 27 + 35 a 36	28 + 32 a 34
Coronel Barros					25	26 + 36		25 a 26	27 + 35 a 36
Coronel Bicaco						25 a 26 + 36		26	25 + 27 + 34 a 36
Coronel Pilar					36	34 a 35 + 25 a 27		26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 + 33
Cotiporã			36		25 a 26 + 35 a 36	27 + 33 a 34	26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	28 a 33
Coxilha			36		26 + 36	27 + 33 a 35	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33
Crissiumal					25	26		25 a 26	27 + 35 a 36
Cristal			23		24	23 + 25 + 36		24 a 25	23 + 26 a 27 + 35 a 36
Cristal Do Sul			24		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31
Cruz Alta					25	26 + 36		25 a 26 + 36	27 + 34 a 35
Cruzaltense			25 + 36		26 + 36	25 + 27 + 33 a 35	26 + 36	27 + 32 a 35	28 a 31 + 25
Cruzeiro Do Sul			23		23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
David Canabarro			26 + 35 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	32 a 33 + 28	27 + 35 a 36	26 + 28 + 32 a 34	29 a 31
Derrubadas					25 a 26	27 + 36	26	25 + 27 + 36	28 a 35
Dezesseis De Novembro						24 a 25		25	24 + 26
Dilermando De Aguiar						24 a 25		25	24 + 26 + 36
Dois Irmãos			23		24	23 + 25 + 35 a 36		24 a 26 + 35 a 36	23 + 27 + 34
Dois Irmãos Das Missões					26	25 + 27 + 36		26 a 27 + 36	25 + 28 + 32 a 35
Dois Lajeados			36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34	26 + 36	27 + 34 a 35	28 a 33 + 25
Dom Feliciano						24 a 25 + 36		25	24 + 26 + 36
Dom Pedrito									26
Dom Pedro De Alcântara			22 a 23 + 36	23	22 + 24 + 35 a 36	25 + 33 a 34	23 a 24 + 36	22 + 25 a 26 + 33 a 35	27 a 28 + 32
Dona Francisca			23		24	23 + 25 + 36		24 a 26 + 36	23 + 35
Doutor Maurício Cardoso					25	26		25 a 26	27 + 36
Doutor Ricardo					25 a 26 + 36	27 + 34 a 35		25 a 27 + 34 a 36	28 + 33
Eldorado Do Sul			22		23	22 + 24 + 36	23	24	25 a 26 + 35 a 36 + 22
Encantado			23 a 24		25 + 36	23 a 24 + 26 a 27 + 34 a 35	25	26 a 27 + 34 a 36	28 + 33 + 23 a 24
Encruzilhada Do Sul						25 + 36		36	35 + 25 a 27
Engenho Velho			25		26	25 + 27 + 34 a 36	26	27 + 35 a 36	28 a 34 + 25
Entre Rios Do Sul			25 + 36		26 + 36	25 + 27 + 33 a 35	26 + 36	27 + 32 a 35	28 a 31 + 25
Entre-Ijuís					25	26		25 a 26	27 + 36
Erebango			36		27 + 35 a 36	26 + 28 + 32 a 34	36	33 a 35 + 27 a 28	29 a 32 + 26
Erechim			26 + 35 a 36	36	34 a 35 + 27	28 a 33 + 26	27 + 35 a 36	28 a 34	26
Ernestina			25		26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	26 + 36	27 + 34 a 35	28 a 33 + 25
Erval Grande			25 + 36		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	26 + 36	27 a 35	25
Erval Seco					25 a 26	27 + 36	26	25 + 27 + 36	28 + 32 a 35
Esmeralda		35 a 36	33 a 34 + 26 a 27	34 a 36	27 a 33	26	28 + 32 a 36	27 + 29 a 31	26
Esperança Do Sul					25 a 26	27	26	25 + 27	28 + 34 a 36
Espumoso					25 a 26 + 36	27 + 34 a 35	26	25 + 27 + 35 a 36	28 + 33 a 34
Estação			36		27 + 35 a 36	26 + 28 + 32 a 34	36	33 a 35 + 27 a 28	29 a 32 + 26
Estância Velha			22 a 23		23 a 24	22 + 25 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 36	22 + 27 + 34 a 35
Esteio			22		23	22 + 24 + 36	23	24 + 36	25 a 27 + 35 + 22
Estrela			23		23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Estrela Velha			24		25	24 + 26 + 36	25	26 + 36	27 + 34 a 35 + 24
Eugênio De Castro					25	26		25 a 26	27 + 36
Fagundes Varela			25 + 36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34	26 + 35 a 36	27 + 33 a 34	28 a 32 + 25
Farroupilha			36		35 a 36	33 a 34 + 26 a 27	36	34 a 35 + 27	28 a 33 + 26
Faxinal Do Soturno			23		24	23 + 25 + 36		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36
Faxinalzinho			25 + 36		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 + 32 a 34	26 + 36	27 a 28 + 32 a 35	29 a 31 + 25
Fazenda Vilanova			23		24	23 + 25 a 26 + 35 a 36		24 a 26 + 35 a 36	23 + 27 + 34
Feliz		23	24		23 a 24 + 36	25 a 26 + 35	24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	27 a 28 + 33 a 34
Flores Da Cunha			35 a 36	36	34 a 35 + 26	32 a 33 + 25 + 27 a 28	35 a 36	32 a 34 + 26 a 28	29 a 31 + 25
Floriano Peixoto		36	34 a 35 + 25 a 26	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33 + 25	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25
Fontoura Xavier			36		26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	36	34 a 35 + 26 a 27	33 + 25 + 28
Formigueiro						24 a 25 + 36		25	24 + 26 + 36
Forquetinha			23 a 24		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	25	24 + 26 + 35 a 36	23 + 27 + 34
Fortaleza Dos Valos					25	26 + 35 a 36		25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Frederico Westphalen					25 a 26	27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 32 a 36	28 a 31
Garibaldi					36	34 a 35 + 26 a 27		27 + 34 a 36	26 + 28 + 33
Garruchos						24 a 25		25	24 + 26

Gaurama		36	34 a 35 + 26	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	
General Câmara					23 a 24	25 + 36	24	23 + 25 + 36	26 a 27 + 35
Gentil			36		27 + 35 a 36	26 + 28 + 33 a 34	35 a 36	33 a 34 + 27 a 28	29 a 32 + 26
Getúlio Vargas			26 + 35 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33	27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	
Giruá						25 a 26		26	25 + 27 + 36
Glorinha			22		23	22 + 24 + 36	23	24 + 36	25 a 27 + 35 + 22
Gramado			36		35 a 36	33 a 34 + 25 a 27	36	34 a 35 + 26 a 27	32 a 33 + 25 + 28
Gramado Dos Loureiros					26 + 36	27 + 34 a 35	36	32 a 35 + 26 a 27	28 a 31
Gramado Xavier						25 a 26 + 35 a 36		26 + 36	25 + 27 + 34 a 35
Gravataí			22		23	22 + 24 + 36	23	24 + 36	25 a 27 + 35 + 22
Guabiju		36	34 a 35 + 26	36	34 a 35 + 27	28 a 33 + 26	27 + 35 a 36	28 a 34	26
Guaíba			22			22 a 24	23	24	25 a 26 + 36 + 22
Guaporé			25 + 36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34	26 + 36	27 + 34 a 35	28 a 33 + 25
Guarani Das Missões					25	24 + 26		25 a 26	24 + 36
Harmonia			23		23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Herval					25	36		25 a 26	27 + 36
Herveiras						25 a 26 + 35 a 36		26 + 36	25 + 27 + 34 a 35
Horizontina					25	26		25 a 26	27 + 36
Hulha Negra						36			26 + 36
Humaitá					25	26		25 a 26	27 + 35 a 36
Ibarama					25	24 + 26 + 36		25 a 26 + 36	24 + 27 + 35
Ibiaçá		36	34 a 35 + 26	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33	27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	
Ibiraiaras		36	34 a 35 + 26	36	34 a 35 + 27	28 a 33 + 26	27 + 35 a 36	28 a 34	26
Ibirapuitã			36		26 + 36	27 + 34 a 35	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33
Ibirubá					25 a 26	27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 35 a 36	28 + 34
Igrejinha		23	22	23	24 + 36	25 + 35 + 22	23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	27 + 33 a 34 + 22
Ijuí					25	26 + 36		25 a 26 + 36	27 + 35
Ilópolis					35 a 36	34 + 26 a 27	36	34 a 35 + 27	32 a 33 + 26 + 28
Imbé			22		22	23	23	22	24 a 25 + 35 a 36
Imigrante					36	35 + 25 a 26		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34
Independência					25	26		25 a 26	27 + 36
Inhacorá					25	26		25 a 26	27 + 36
Ipê		36	34 a 35 + 26	36	34 a 35 + 27	28 a 33 + 26	27 + 34 a 36	28 a 33	26
Ipiranga Do Sul			36		26 a 27 + 36	28 + 33 a 35	36	33 a 35 + 26 a 28	29 a 32
Iraí			24		25 a 26	24 + 27 + 34 a 36	26	25 + 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31
Itaara						36			26 + 36
Itacurubi						24 a 25		25	24 + 26
Itapuca			36		26 + 35 a 36	27 + 33 a 34	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33
Itaqui									25 a 26
Itati		22 a 23	24 + 36	23	22 + 24 + 35 a 36	25 a 26 + 32 a 34	23 a 24 + 35 a 36	22 + 25 a 26 + 33 a 34	27 a 28 + 32
Itatiba Do Sul			24 a 25 + 34 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 + 35 a 36	25 + 27 a 34	24
Ivorá						24 a 25 + 36		25	24 + 26 + 35 a 36
Ivoti			23		23 a 24	25 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Jaboticaba					26	25 + 27 + 36	26	27 + 36	28 + 32 a 35 + 25
Jacuizinho			24		25	24 + 26 + 35 a 36		25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 + 34
Jacutinga			25		26 + 36	25 + 27 + 33 a 35	36	32 a 35 + 26 a 27	28 a 31 + 25
Jaguarão						25 + 36		25 a 26	27 + 36
Jaguari						24 a 25		25	24 + 26 + 36
Jaquirana	36	35	32 a 34	34 a 36	31 a 33	26 a 30	32 a 36	27 a 31	26
Jari						25		25 a 26	36
Jóia					25	26 + 36		25 a 26 + 36	27 + 35
Júlio De Castilhos					25	26 + 36		25 a 26 + 36	27 + 35
Lagoa Bonita Do Sul						26 + 36		26 + 36	27 + 35
Lagoa Dos Patos			24		25	22 a 24 + 36	25	23 a 24 + 26	22 + 27 + 36
Lagoa Dos Três Cantos			25		26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	26	27 + 35 a 36	28 + 33 a 34 + 25
Lagoa Mirim			24		25	24 + 26 + 36	25	26 + 36	27 + 35 + 24
Lagoa Vermelha		36	34 a 35 + 26	36	34 a 35 + 27	28 a 33 + 26	27 + 34 a 36	28 a 33	26
Lagoão						25 a 26 + 35 a 36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 34

Lajeado			23		23 a 25	26 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Lajeado Do Bugre					25 a 26	27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 36	28 + 32 a 35
Lavras Do Sul									25 a 26 + 36
Liberato Salzano			24		25 a 26	24 + 27 + 34 a 36	26	25 + 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31
Lindolfo Collor			23		23 a 24	25 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Linha Nova					36	35 + 24 a 26	25	26 + 35 a 36	27 a 28 + 33 a 34 + 24
Maçambará						25		25	24 + 26
Machadinho		36	33 a 35 + 26 a 27	35 a 36	26 a 34		27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	
Mampituba		22 a 23	24 + 35 a 36	23 a 24 + 36	22 + 33 a 35	25 a 26 + 32	23 a 24 + 35 a 36	22 + 25 a 26 + 32 a 34	27 a 31
Manoel Viana						24 a 25		25	24 + 26
Maquiné			22 a 23		22 a 24 + 36	25 + 35	23 a 24	22 + 25 + 35 a 36	26 a 27 + 33 a 34
Maratá			23		23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Marau			25 + 36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34	26 + 36	27 + 34 a 35	28 a 33 + 25
Marcelino Ramos		36	34 a 35 + 25 a 27	26 + 36	27 + 31 a 35	28 a 30 + 25	26 a 27 + 33 a 36	28 a 32	25
Mariana Pimentel					23	24		23 a 24	25 a 26 + 36
Mariano Moro		25 + 36	24 + 26 + 34 a 35	26 + 36	25 + 27 + 32 a 35	24 + 28 a 31	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24
Marques De Souza			23 a 24		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	25	24 + 26 + 35 a 36	23 + 27 + 33 a 34
Mata						24 a 25		25	24 + 26 + 36
Mato Castelhano			36		35 a 36	33 a 34 + 26 a 27	36	33 a 35 + 27	28 a 32 + 26
Mato Leitão			23		23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Mato Queimado					25	24 + 26		25 a 26	24 + 36

Maximiliano De Almeida		36	34 a 35 + 25 a 27	36	31 a 35 + 26 a 27	28 a 30 + 25	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32	25
Minas Do Leão					24	23 + 25 + 36		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36
Miraguaí					26	25 + 36		26 a 27	25 + 28 + 32 a 36
Montauri			25 + 36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34	26 + 35 a 36	27 a 28 + 33 a 34	29 a 32 + 25
Monte Alegre Dos Campos	36	35	32 a 34 + 26	34 a 36	27 a 33	26	31 a 36	27 a 30	26
Monte Belo Do Sul					25 a 26 + 36	27 + 34 a 35	36	34 a 35 + 25 a 27	33 + 28
Montenegro					23 a 24	25 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 36	27 + 35
Mormaço			25		25 a 26 + 36	27 + 34 a 35	26	25 + 27 + 34 a 36	28 + 33
Morrinhos Do Sul		22	23 + 36	23	22 + 24 + 35 a 36	25 + 32 a 34	23 a 24 + 35 a 36	22 + 25 a 26 + 32 a 34	27 a 28
Morro Redondo			24		25	24 + 26 + 36		25 a 26 + 36	24 + 27 + 35
Morro Reuter					36	35 + 25 a 26		26 + 35 a 36	25 + 27 a 28 + 34
Mostardas			22			22 a 23		23	22 + 24 a 26
Muçum			24		25 + 36	24 + 26 a 27 + 34 a 35	36	34 a 35 + 25 a 27	33 + 24 + 28
Muitos Capões		35 a 36	34 + 26 a 27	35 a 36	32 a 34 + 27 a 28	29 a 31 + 26	27 + 34 a 36	28 a 33	26
Muliterno			26 + 35 a 36	36	34 a 35 + 27	28 a 33 + 26	35 a 36	27 a 34	26
Não-Me-Toque			25		26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	26	27 + 35 a 36	28 + 33 a 34 + 25
Nicolau Vergueiro			25		26 + 36	25 + 27 + 33 a 35	26 + 36	27 + 34 a 35	28 a 33 + 25
Nonoai			25 + 36		26 a 27 + 36	25 + 28 + 33 a 35	26 + 36	27 a 28 + 32 a 35	29 a 31 + 25
Nova Alvorada			25 + 36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34	26 + 36	27 + 34 a 35	28 a 33 + 25
Nova Araçá			26 + 35 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33	27 + 35 a 36	26 + 28 a 29 + 33 a 34	30 a 32
Nova Bassano			25 a 26 + 35 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	32 a 33 + 25 + 28	27 + 35 a 36	26 + 28 + 33 a 34	25 + 29 a 32
Nova Boa Vista					25 a 26	27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 35 a 36	28 + 32 a 34
Nova Bréscia						25 a 26 + 34 a 36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34
Nova Candelária					25	26		25 a 26	27 + 36
Nova Esperança Do Sul						24 a 25		25	24 + 26 + 36
Nova Hartz			22 a 23	23	24	25 + 35 a 36 + 22	23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	27 + 34 + 22
Nova Pádua			25 + 36	36	34 a 35 + 26	32 a 33 + 25 + 27 a 28	26 + 35 a 36	27 a 28 + 33 a 34	29 a 32 + 25
Nova Palma						24 a 26 + 36		25 a 26 + 36	24 + 35
Nova Petrópolis			24 + 36		25 + 35 a 36	24 + 26 a 27 + 34	36	34 a 35 + 25 a 27	32 a 33 + 24 + 28
Nova Prata			35 a 36	36	34 a 35 + 27	32 a 33 + 26 + 28	27 + 35 a 36	28 + 33 a 34	29 a 32 + 26
Nova Ramada						25 a 26 + 36		26	25 + 27 + 35 a 36
Nova Roma Do Sul			25 + 36		26 + 35 a 36	25 + 27 a 28 + 33 a 34	35 a 36	33 a 34 + 26 a 28	29 a 32 + 25
Nova Santa Rita			22		23	22 + 24 + 36	23	24 a 25 + 36	26 a 27 + 35 + 22
Novo Barreiro			24		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35
Novo Cabrais					24	23 + 25 + 36		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36
Novo Hamburgo		22		23	22 + 24	25 + 35 a 36	23 a 24	22 + 25 a 26 + 36	27 + 35
Novo Machado					25	26		25 a 26	27 + 36
Novo Tiradentes			24		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34
Novo Xingu			24		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 + 32 a 34
Osório			22		22 a 23	24 + 36	23	22 + 24 + 36	25 a 26 + 35
Paim Filho		36	34 a 35 + 26 a 27	36	33 a 35 + 26 a 27	28 a 32	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32	
Palmares Do Sul						22		23	22 + 36
Palmeira Das Missões						25 a 26 + 36		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35
Palmitinho					25 a 26	27 + 36	26	25 + 27 + 36	28 a 35
Panambi					25	26 + 36		25 a 26 + 36	27 + 34 a 35
Pantano Grande						24 a 25 + 36		25	24 + 26 + 35 a 36
Paraí			25 a 26 + 35 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	32 a 33 + 25 + 28	27 + 35 a 36	26 + 28 + 33 a 34	25 + 29 a 32
Paraíso Do Sul					24	23 + 25 + 36		24 a 25 + 36	23 + 26 + 35
Pareci Novo			23		23 a 24	25 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 36	27 + 34 a 35
Parobé		22	23	23	22 + 24	25 + 35 a 36	23 a 24	22 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Passa Sete						25 a 26 + 36		26 + 36	25 + 27 + 34 a 35
Passo Do Sobrado			23		23 a 24	25 + 36		23 a 26 + 36	27 + 35
Passo Fundo					26 + 36	27 + 33 a 35	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33
Paulo Bento			25 + 36		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 + 32 a 34	36	32 a 35 + 26 a 28	29 a 31 + 25
Paverama			23		24	23 + 25 a 26 + 35 a 36		24 a 26 + 35 a 36	23 + 27 + 34
Pedras Altas						36			26 a 27 + 36
Pedro Osório			24		25	24 + 26 + 36	25	26 + 36	27 + 35 + 24
Pejuçara						25 a 26 + 36		26 + 36	25 + 27 + 34 a 35
Pelotas			24		25	24 + 26 + 36	25	26 + 36	27 + 35 + 24
Picada Café			23 a 24		36	35 + 23 a 26	25	26 + 35 a 36	27 a 28 + 33 a 34 + 23 a 24
Pinhal					26	25 + 27 + 35 a 36	26	27 + 35 a 36	28 + 32 a 34 + 25
Pinhal Da Serra		35 a 36	33 a 34 + 26 a 27	34 a 36	27 a 33	26	27 a 28 + 32 a 36	29 a 31	26
Pinhal Grande					25	24 + 26 + 36		25 a 26 + 36	24 + 27 + 35
Pinheirinho Do Vale			24		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 36	24 + 28 a 35
Pinheiro Machado						25 + 36		26	25 + 27 + 36
Pinto Bandeira			36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34	26 + 36	27 + 33 a 35	28 a 32 + 25
Pirapó						24 a 25		25	24 + 26
Piratini					25	24 + 26 + 36		25 a 26 + 36	24 + 27 + 35
Planalto					26 + 36	25 + 27 + 34 a 35		26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31
Poço Das Antas						24 a 26 + 35 a 36		25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 + 34
Pontão					26 + 36	27 + 34 a 35	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33
Ponte Preta			25 + 36		26 a 27 + 36	25 + 33 a 35	26 + 36	27 a 28 + 32 a 35	29 a 31 + 25
Portão			22 a 23		23 a 24	22 + 25 + 35 a 36	23 a 24	25 a 26 + 36	27 + 35 + 22
Porto Alegre			22			22 a 23 + 36	23		22 + 24 a 26 + 35 a 36
Porto Lucena					25	24 + 26		25 a 26	24
Porto Mauá					25	24 + 26		25 a 26	24 + 27
Porto Vera Cruz					25	24 + 26		25 a 26	24 + 27
Porto Xavier						24 a 25		25	24 + 26
Pouso Novo			24		25 + 36	24 + 26 a 27 + 34 a 35		25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 + 33 a 34
Presidente Lucena			23		23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	27 + 34
Progresso					25	26 + 35 a 36		25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Protásio Alves			35 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	32 a 33 + 28	27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	
Putinga					26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	36	34 a 35 + 26 a 27	33 + 25 + 28
Quaraí									25
Quatro Irmãos			36		26 + 36	27 a 28 + 33 a 35	36	33 a 35 + 26 a 28	29 a 32
Quevedos					25	24		25 a 26	24 + 36
Quinze De Novembro					25	26 a 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 35 a 36	28 + 34

Redentora					26	25 + 27 + 36	26	27 + 36	28 + 32 a 35 + 25
Relvado					36	34 a 35 + 25 a 27		26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 + 33
Restinga Seca					24	23 + 25 + 36		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36
Rio Dos Índios			24 a 25 + 36		25 a 27 + 36	24 + 28 + 33 a 35	26 + 36	25 + 27 a 28 + 32 a 35	24 + 29 a 31
Rio Grande			24		25	24 + 36	25	26	27 + 35 a 36 + 24
Rio Pardo						23 a 25 + 36		25	23 a 24 + 26 + 35 a 36
Riozinho		23	22 + 24		23 a 24 + 36	22 + 25 + 35	24	23 + 25 + 35 a 36	22 + 26 a 27 + 33 a 34
Roca Sales			23 a 24		25 + 36	23 a 24 + 26 + 34 a 35	25	26 a 27 + 34 a 36	28 + 33 + 23 a 24
Rodeio Bonito			24		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31
Rolador					25	24 + 26		25 a 26	24 + 36
Rolante		22 a 23	24	23	22 + 24 + 36	25 + 35	23 a 24	22 + 25 + 35 a 36	26 a 27 + 33 a 34
Ronda Alta					26 + 36	27 + 34 a 35	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33
Rondinha					26	25 + 27 + 34 a 36	26	27 + 35 a 36	28 + 32 a 34 + 25
Roque Gonzales						24 a 25		25	24 + 26
Rosário Do Sul									25
Sagrada Família			24		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35
Saldanha Marinho			25		26	25 + 27 + 35 a 36	26	27 + 36	28 + 34 a 35 + 25
Salto Do Jacuí			24		25	24 + 26 + 36		25 a 26 + 36	24 + 27 + 34 a 35
Salvador Das Missões					25			25 a 26	
Salvador Do Sul						25 a 26 + 35 a 36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 34
Sananduva		36	34 a 35 + 25 a 26	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33 + 25	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25
Santa Bárbara Do Sul						25 a 27 + 36	26	27 + 36	28 + 34 a 35 + 25
Santa Cecília Do Sul			26 + 35 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33	27 + 35 a 36	26 + 28 + 32 a 34	29 a 31
Santa Clara Do Sul			23		24	23 + 25 a 26 + 35 a 36		24 a 26 + 35 a 36	23 + 27 + 34
Santa Cruz Do Sul			23		24	23 + 25 a 26 + 36		24 a 26 + 36	23 + 27 + 34 a 35
Santa Margarida Do Sul						25		25	26 + 36
Santa Maria					24	25 + 36		24 a 25	26 + 36
Santa Maria Do Herval					36	34 a 35 + 26	36	35	33 a 34 + 26 a 28
Santa Rosa					25	26		25 a 26	27 + 36
Santa Tereza			24		25 + 36	24 + 26 a 27 + 34 a 35	36	34 a 35 + 25 a 27	33 + 24 + 28
Santa Vitória Do Palmar						24 a 25 + 36		25 a 26	24 + 27 + 36
Santana Da Boa Vista						25 + 36			25 a 26 + 36
Santiago						24 a 25		25	24 + 26 + 36
Santo Ângelo					25	26		25 a 26	27 + 36
Santo Antônio Da Patrulha			22		22 a 23	24 + 36	23	22 + 24 + 36	25 a 26 + 35
Santo Antônio Das Missões						24 a 25		25	24 + 26
Santo Antônio Do Palma			36		26 a 27 + 34 a 36	28 + 33	27 + 35 a 36	26 + 28 + 33 a 34	29 a 32
Santo Antônio Do Planalto					26 + 36	27 + 34 a 35	36	34 a 35 + 26 a 27	33 + 28
Santo Augusto						25 a 26		26	25 + 27 + 35 a 36
Santo Cristo					25	26		25 a 26	27 + 36
Santo Expedito Do Sul		36	34 a 35 + 25 a 26	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33 + 25	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25
São Borja						24 a 25			24 a 26
São Domingos Do Sul			35 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	32 a 33 + 28	27 + 35 a 36	26 + 28 + 33 a 34	29 a 32
São Francisco De Assis						24 a 25		25	24 + 26
São Francisco De Paula		36	33 a 35	35 a 36	32 a 34	25 a 31	34 a 36	25 a 33	
São Gabriel						25		25	26 + 36
São Jerônimo					23	24 + 36		23 a 25	26 + 35 a 36
São João Da Urtiga		36	34 a 35 + 26	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	
São João Do Polêsine			23		24	23 + 25 + 36		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36
São Jorge			26 + 35 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33	27 + 35 a 36	26 + 28 + 32 a 34	29 a 31
São José Das Missões					25 a 26	27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 36	28 + 32 a 35
São José Do Herval					36	34 a 35 + 25 a 27		26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 + 33
São José Do Hortêncio			23		23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	27 + 34
São José Do Inhacorá					25	24 + 26		25 a 26	24 + 27 + 36
São José Do Norte			23		24	23 + 25		24 a 25	23 + 26 a 27 + 36
São José Do Ouro		36	34 a 35 + 26 a 27	35 a 36	27 a 34	26	33 a 36	27 a 32	26
São José Do Sul			23		23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
São José Dos Ausentes	35 a 36	32 a 34	31	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	28 a 29	
São Leopoldo		22			22 a 23	24 a 25 + 36	23 a 24	22 + 25 + 36	26 a 27 + 35
São Lourenço Do Sul			23 a 24		24 a 25	23 + 36	25	24 + 26 + 36	23 + 27 + 35
São Luiz Gonzaga					25	24 + 26		25 a 26	24 + 36
São Marcos		36	34 a 35	36	34 a 35 + 26	27 a 33	35 a 36	26 a 34	
São Martinho						25 a 26		26	25 + 27 + 35 a 36
São Martinho Da Serra						25 + 36		25	26 + 36
São Miguel Das Missões					25	24 + 26		25 a 26	24 + 27 + 36
São Nicolau						24 a 25		25	24 + 26
São Paulo Das Missões					25	24		25 a 26	24
São Pedro Da Serra						26 + 35 a 36		26 + 35 a 36	27 + 34
São Pedro Das Missões					26	25 + 27 + 36	26	27 + 36	28 + 32 a 35 + 25
São Pedro Do Butiá					25	24		25 a 26	24
São Pedro Do Sul						24 a 25		25	24 + 26 + 36
São Sebastião Do Caí			23		23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
São Sepé						24 a 25		25	24 + 26 + 36
São Valentim			36		26 a 27 + 35 a 36	28 + 33 a 34	36	32 a 35 + 26 a 28	29 a 31
São Valentim Do Sul					26 + 35 a 36	25 + 27 + 34	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33 + 25
São Valério Do Sul						25 a 26		26	25 + 27 + 35 a 36
São Vendelino			24		25 + 36	24 + 26 + 35		25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 + 33 a 34
São Vicente Do Sul						24 a 25		25	24 + 26 + 36
Sapiranga			22 a 23	23	24	25 + 35 a 36 + 22	23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	27 + 34 + 22
Sapucaia Do Sul			22		23	22 + 24 + 36	23	24 + 36	25 a 27 + 35 + 22
Sarandi					26	25 + 27 + 35 a 36	26	27 + 35 a 36	28 + 32 a 34 + 25
Seberi					26	25 + 27 + 35 a 36	26	27 + 36	28 + 32 a 35 + 25
Sede Nova						25 a 26		26	25 + 27 + 35 a 36
Segredo					25	26 + 36		25 a 26 + 36	27 + 34 a 35
Selbach					25 a 26	27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 35 a 36	28 + 34
Senador Salgado Filho						25 a 26		26	25 + 27 + 36
Sentinela Do Sul					23	24		23 a 24	25 a 26 + 36

Serafina Corrêa			25 + 36		26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 + 33	35 a 36	33 a 34 + 26 a 28	29 a 32 + 25
Sério						25 a 26 + 35 a 36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 34
Sertão			36		26 a 27 + 35 a 36	28 + 32 a 34	36	33 a 35 + 26 a 28	29 a 32
Sertão Santana					23	24		23 a 24	25 a 26 + 36
Sete De Setembro					25	26		25 a 26	27 + 36
Severiano De Almeida		36	34 a 35 + 25 a 26	36	32 a 35 + 26 a 27	28 a 31 + 25	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32	25
Silveira Martins						25 + 36			25 a 26 + 35 a 36
Sinimbu					25	24 + 26 + 35 a 36		25 a 26 + 36	24 + 27 + 34 a 35
Sobradinho						25 a 26 + 36		26 + 36	25 + 27 + 35
Soledade			36		26 + 36	27 + 34 a 35	36	34 a 35 + 26 a 27	33 + 28
Tabaí			23		24	23 + 25 + 35 a 36		24 a 26 + 36	23 + 27 + 35
Tapejara			25 + 35 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	28 a 33 + 25	27 + 35 a 36	26 + 28 + 32 a 34	25 + 29 a 31
Tapera			25		25 a 26 + 36	27 + 34 a 35	26	25 + 27 + 35 a 36	28 + 33 a 34
Tapes					23	24	23	24	25 a 26 + 36
Taquara		22 a 23		23	22 + 24	25 + 35 a 36	23 a 24	22 + 25 a 26 + 35 a 36	27 + 34
Taquari					23 a 24	25 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 36	27 + 35
Taquaruçu Do Sul					26	25 + 27 + 36		26 a 27 + 36	25 + 28 a 35
Tavares			22		23	22 + 24		23 a 24	22 + 25 a 26 + 36
Tenente Portela					26	25 + 27 + 36	26	27 + 36	28 + 32 a 35 + 25
Terra De Areia			22 a 23	23	22 + 24 + 36	35	22 a 24	25 + 35 a 36	26 a 27 + 33 a 34
Teutônia			23		24	23 + 25 a 26 + 35 a 36		24 a 26 + 35 a 36	23 + 27 + 34
Tio Hugo			25		26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	26 + 36	27 + 34 a 35	28 + 33 + 25
Tiradentes Do Sul					25 a 26		26	25 + 27	28 + 35 a 36
Toropi						24 a 25		25	24 + 26 + 36
Torres			22 a 23 + 36	23	22 + 24 + 35 a 36	25 + 32 a 34	23 a 24 + 35 a 36	22 + 25 a 26 + 33 a 34	27 a 28 + 32
Tramandaí			22		22	23		22 a 23	24 a 26 + 35 a 36
Travesseiro			23 a 24		24 a 25	23 + 26 + 35 a 36	25	24 + 26 + 35 a 36	23 + 27 + 33 a 34
Três Arroios		36	34 a 35 + 25 a 26	36	33 a 35 + 26 a 27	28 a 32 + 25	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25
Três Cachoeiras			22 a 23 + 36	23	22 + 24 + 35 a 36	25 + 33 a 34	23 a 24 + 36	22 + 25 a 26 + 33 a 35	27 a 28 + 32
Três Coroas		23	22 + 24	23 a 24	36	34 a 35 + 22 + 25 a 26	23 a 25 + 36	26 + 35	27 a 28 + 33 a 34 + 22
Três De Maio					25	26		25 a 26	27 + 36
Três Forquilhas		23	22 + 24 + 36	23	22 + 24 + 35 a 36	25 a 26 + 33 a 34	23 a 24 + 35 a 36	22 + 25 a 26 + 33 a 34	27 a 28 + 32
Três Palmeiras					26 + 36	27 + 34 a 35	36	32 a 35 + 26 a 27	28 a 31
Três Passos					25 a 26		26	25 + 27	28 + 34 a 36
Trindade Do Sul					26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	36	32 a 35 + 26 a 27	28 a 31 + 25
Triunfo			22		23	22 + 24 a 25 + 36	23 a 24	25 + 36	26 a 27 + 35 + 22
Tucunduva					25	26		25 a 26	27 + 36
Tunas			24		25	24 + 26 + 35 a 36		25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 + 34
Tupanci Do Sul		36	34 a 35 + 26	36	34 a 35 + 27	28 a 33 + 26	34 a 36	27 a 33	26
Tupanciretã					25	26 + 36		25 a 26 + 36	27 + 35
Tupandi			23		24	23 + 25 a 26 + 35 a 36	25	24 + 26 + 35 a 36	23 + 27 + 34
Tuparendi					25	26		25 a 26	27
Turuçu			23 a 24		25	23 a 24 + 36	25	26 + 36	27 + 35 + 23 a 24
Ubiretama					25	26		25 a 26	36
União Da Serra			25 + 36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34	26 + 36	27 + 34 a 35	28 a 33 + 25
Unistalda						24 a 25		25	24 + 26
Uruguaiana									25
Vacaria	36	34 a 35	31 a 33 + 27	34 a 36	27 a 33		28 a 36	27	
Vale Do Sol			23		23 a 24	25 a 26 + 36	24	23 + 25 a 26 + 36	27 + 34 a 35
Vale Real			23 a 24		24 a 25 + 36	23 + 26 + 34 a 35	25 + 36	24 + 26 a 27 + 34 a 35	23 + 28 + 33
Vale Verde					24	23 + 25 + 36		24 a 26 + 36	23 + 27 + 35
Vanini			26 + 35 a 36	36	34 a 35 + 26 a 27	32 a 33 + 28	27 + 35 a 36	26 + 28 + 33 a 34	29 a 32
Venâncio Aires			23		23 a 24	25 a 26 + 35 a 36	24	23 + 25 a 26 + 36	27 + 34 a 35
Vera Cruz			23		24	23 + 25 + 36		24 a 26 + 36	23 + 27 + 35
Veranópolis			36		25 a 26 + 35 a 36	27 + 33 a 34	26 + 35 a 36	25 + 27 a 28 + 33 a 34	29 a 32
Vespasiano Correa					26 + 35 a 36	25 + 27 + 34	36	34 a 35 + 26 a 27	33 + 25 + 28
Viadutos		36	34 a 35 + 25 a 26	36	33 a 35 + 26 a 27	28 a 32 + 25	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25
Viamão			22			22 a 23	23		22 + 24 a 26 + 35 a 36
Vicente Dutra			24		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31
Victor Graeff			25		26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	26	27 + 34 a 36	28 + 33 + 25
Vila Flores			36		26 + 34 a 36	27 a 28 + 33	35 a 36	33 a 34 + 26 a 28	29 a 32
Vila Lângaro			25 + 36		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 + 32 a 34	36	33 a 35 + 26 a 28	29 a 32 + 25
Vila Maria			25 + 36		26 + 35 a 36	25 + 27 + 33 a 34	26 + 36	27 a 28 + 34 a 35	29 a 33 + 25
Vila Nova Do Sul						25		25	26 + 36
Vista Alegre					26	25 + 27 + 35 a 36		26 a 27 + 32 + 36	25 + 28 a 31 + 33 a 35
Vista Alegre Do Prata			25 + 36		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 + 33 a 34	35 a 36	33 a 34 + 26 a 28	29 a 32 + 25
Vista Gaúcha			24		25 a 26	24 + 27 + 36	26	25 + 27 + 36	24 + 28 a 35
Vitória Das Missões					25	24 + 26		25 a 26	24 + 27 + 36
Westfalia						24 a 26 + 35 a 36		25 a 26 + 35 a 36	24 + 27 + 34
Xangri-Lá			22		22 a 23	24 + 36	23	22 + 24 + 36	25 a 26 + 35

PORTARIA Nº 45, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e observado, no que couber, o contido no Decreto nº 9.841 de 18 de junho de 2019 e nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 16, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de feijão 1ª safra no Estado de Santa Catarina, ano-safra 2020/2021, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO SAMPAIO MARQUES

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O feijão é considerado a leguminosa mais importante no mundo para consumo humano direto, entre as espécies de feijoeiro, as do gênero Phaseolus são as mais cultivadas, sendo o feijão comum (Phaseolus vulgaris L.), responsável por 80% das espécies de feijão consumidas.

O Brasil se destaca sendo o maior produtor e consumidor mundial de feijão, sendo essa a principal fonte de proteína na dieta da população brasileira.

O feijoeiro apresenta uma ampla distribuição geográfica, sendo cultivado em todos os continentes, em regiões com diferenças térmicas entre 10°C e 35°C. A temperatura do ar pode ser considerada o elemento climático que mais exerce influência sobre a porcentagem de vingamento de vagens e, de maneira geral, faz referência sobre o efeito prejudicial das altas temperaturas sobre o florescimento e a frutificação do feijoeiro.

Para que o feijoeiro possa atingir seu rendimento potencial torna-se necessário que a temperatura do ar apresente valores mínimo, ótimo e máximo como sendo 12ºC, 21ºC e 30ºC respectivamente. Por outro lado, regiões que apresentam valores de temperaturas do ar noturnas altas provocam maiores prejuízos ao rendimento do feijoeiro.

O feijoeiro é mais susceptível à deficiência hídrica durante a floração e o estádio inicial de formação das vagens. O período crítico se situa 15 dias antes da floração. Quando a diminuição de água ocorre no período de floração, pode haver redução na estatura da planta, no tamanho das vagens, no número de vagens e de sementes por vagem, que afetam o rendimento da cultura.

Objetivou-se, com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura, para o cultivo de feijão no Estado, em três níveis de risco: 20%, 30%, 40%.

Essa identificação foi realizada com a aplicação de um modelo de balanço hídrico da cultura. Neste modelo são consideradas as exigências hídrica e térmica, duração das fases fenológicas e do ciclo e, da reserva útil de solos para cultivo desta espécie, bem como dados de precipitação pluviométrica e evapotranspiração de referência de séries com, no mínimo, 15 anos de dados diários registrados em 3.500 estações pluviométricas selecionadas no país.

As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I ($n < 80$ dias); Grupo II ($80 \text{ dias} \leq n \leq 95$ dias); e Grupo III ($n > 95$ dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Ressalta-se que por se tratar de um modelo agroclimático, parte-se do pressuposto de que não ocorrerão limitações quanto à fertilidade dos solos e danos às plantas devido à ocorrência de pragas e doenças.

Ao modelo de balanço hídrico adaptado à cultura do feijoeiro, foram incorporados os seguintes parâmetros e variáveis:

I. Temperatura do ar:

Foi utilizado como limite de corte temperatura máxima do ar de 32 °C e mínima de 12°, amplitude térmica mais apropriada para um bom crescimento e desenvolvimento do feijoeiro. Com relação a geada foi definido um limite de 3°C

II. Ciclo e estádios fenológicos:

Para simulação do balanço hídrico foram analisados os comportamentos das cultivares dos ciclos de 70, 80 e 90 dias; os quais foram divididos em 4 fases fenológicas: Fase I germinação emergência; Fase II crescimento e desenvolvimento; Fase III florescimento e enchimento da panícula e Fase IV maturação fisiológica e colheita.

III. Reserva Útil de Água dos Solos:

A reserva útil de água dos solos foi estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da Capacidade de Água Disponível (CAD) dos solos. Foram considerados os solos Tipo 1 (textura arenosa), Tipo 2 (textura média) e Tipo 3 (textura argilosa), com reserva útil de 28 mm, 44mm e 60 mm de água, respectivamente.

IV. Índice de Satisfação das Necessidades de Água (ISNA):

ISNA ³ 0,50 na fase 1, germinação emergência e 0,60 na fase 3, florescimento e enchimento da panícula.

Notas:

1. A mosca-branca é uma das principais pragas que afeta a cultura do feijoeiro, por ser transmissora de doenças viróticas, como o vírus-do-mosaico- dourado do feijoeiro (VMDF), medidas de manejo, que incluem o período de vazio sanitário, são recomendadas pelas instituições de pesquisa, com o objetivo de reduzir a densidade populacional do inseto na entressafra e diminuição de infecção das plantas.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de feijão 1ª safra no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 5;

AGROP. TERRA ALTA: TAA Bola Cheia, TAA GOL e TAA Marhe;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRSMG Realce, BRS FC104, BRS FS308, BRS FC310, BRS FS212

IAC: IAC Diplomata, IAC Formoso, IAC Imperador, IAC Tigre, IAC Veloz, IAC Nuance e IAC 1849 Polaco;

IAPAR: IPR CURIÓ e IPR Andorinha.

GRUPO II

AGRO NORTE PESQUISA E SEMENTES LTDA: ANFc 9 e ANfp 110;

AGROP. TERRA ALTA: TAA DAMA;

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO - CNPAF: BRS Sublime, Diamante Negro, Pérola, BR Ipagro 3 (Minuano), BR Ipagro 35 (Macotaço), BR Ipagro 44 (Guapo Brilhante), BR Ipagro 1 (Macanudo), BRS Campeiro, BRS VALENTE, BRS Grafite, BRS Pontal, BRS 7762, BRSMG Majestoso, BRS Expedito, BRS 9435 Cometa, BRSMG Pioneiro, BRS Esplendor, BRS Estilo, BRSMG Madrepérola, BRS Ametista, BRS 10408, BRS FC402, BRS FP403, BRS FC406, BRS FC409, BRS FS311 e BRS Esteio;

EPAGRI: SCS205 Riqueza, SCS204 Predileto e SCS206 Potência;

IAC: IAC Alvorada, IAC Milênio, IAC Netuno, IAC 1850 e IAC Sintonia;

IAPAR: Iapar 81, IPR Uirapuru, IPR Juriti, IPR Graúna, IPR Tiziu, IPR Siriri, IPR Tangará, IPR Tuiuiú, IPR Campos Gerais, IPR BEM-TE-VI, IPR Quero-quero, IPR Nhambu, IPR Urutau e IPR Sabiá.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no Grupo III.

Notas:

1. Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2. Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abdon Batista		27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	27 a 28 + 34 a 36	29 a 33	26	27 a 36		26
Abelardo Luz	26	27 a 28 + 34 a 36	29 a 33 + 25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25	26 a 36		25
Agrolândia	36	31 a 35 + 25 a 27	28 a 30	26 a 36	25		26 a 36	25	
Agronômica	36	34 a 35 + 25 a 27	28 a 33 + 24	26 a 28 + 33 a 36	25 + 29 a 32	24	26 a 36	25	24
Água Doce		27 a 36	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Águas De Chapecó			24 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 33 a 36	26 a 28	25 + 29 + 33 a 36	24 + 30 a 32
Águas Frias		26 a 27	24 a 25	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Águas Mornas	23 a 26 + 33 a 36	27 a 32		23 a 36			23 a 36		
Alfredo Wagner	33 a 36	25 a 32	24	26 a 36	25	24	26 a 36	25	24
Alto Bela Vista		25 a 27	28 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 a 36		26 a 29 + 34 a 36	25 + 30 a 33	
Anchieta	26	25 + 27	24 + 28 + 36	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Angelina	24 a 26 + 33 a 36	23 + 27 a 32		24 a 36	23		24 a 36	23	
Anita Garibaldi		27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	27 a 28 + 34 a 36	29 a 33	26	27 a 36		26
Anitápolis	33 a 36	25 a 32	24	26 a 36	25	24	26 a 36	25	24
Antônio Carlos	23 a 26 + 33 a 36	27 a 32		23 a 36			23 a 36		
Apiúna	23 a 25 + 35 a 36	26 + 33 a 34	27 a 32	23 a 28 + 32 a 36	29 a 31		23 a 36		
Arabutã		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	26 a 28	29 a 36	25	26 a 29 + 34 a 36	30 a 33	25
Araquari	33 a 36	31 a 32 + 23 a 25	26 a 30	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36		
Araranguá			23 a 24 + 35 a 36	36	34 a 35 + 24	33 + 23 + 25 a 29	36	24 a 35	23
Armazém		23 a 24 + 33 a 36	25 a 32	25 + 33 a 36	23 a 24 + 26 a 32		25 a 36	23 a 24	
Arroio Trinta		26 a 36	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25	27 a 36	26	25
Arvoredo		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	26 a 28	34 a 36	29 a 33 + 25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25

Ascurra	24 a 25 + 36	23 + 33 a 35	26 a 32	23 a 27 + 32 a 36	28 a 31		23 a 36		
Atalanta	36	31 a 35 + 25 a 27	28 a 30	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31		26 a 36	25	
Aurora	36	33 a 35 + 25 a 27	28 a 32 + 24	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24	26 a 36	25	24
Balneário Arroio Do Silva			23 + 35 a 36		23 a 24 + 35 a 36	25 a 29 + 33 a 34	36	33 a 35 + 23 a 29	30 a 32
Balneário Barra Do Sul	33 a 36	31 a 32 + 23 a 24	25 a 30	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36		
Balneário Camboriú	24 a 25 + 33 a 36	23 + 31 a 32	26 a 30	23 a 36			23 a 36		
Balneário Gaivota			23 a 24 + 36	24	23 + 36	25 a 29 + 33 a 35	23 a 25 + 36	26 a 28 + 33 a 35	29 a 32
Balneário Piçarras	24 + 34 a 36	23 + 25 + 31 a 33	26 a 30	23 a 36			23 a 36		
Balneário Rincão			35 a 36		34 a 36	33 + 24 a 29	36	33 a 35 + 25 a 29	30 a 32 + 24
Bandeirante		25 a 26	27	26 a 27	25 + 28	29 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 + 34 a 36	30 a 33
Barra Bonita		25 a 27	24	25 a 27	28 a 29 + 36	30 a 35 + 24	25 a 28	29 a 36	24
Barra Velha	34 a 36	32 a 33 + 23 a 25	26 a 31	23 a 26 + 32 a 36	27 a 31		23 a 36		
Bela Vista Do Toldo		25 a 26 + 34 a 36	27 a 33	26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33		26 a 36	25	
Belmonte		25 a 26	27	26 a 27	25 + 28	29 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Benedito Novo	24 a 25 + 36	23 + 26 + 33 a 35	27 a 32	23 a 27 + 32 a 36	28 a 31		23 a 36		
Biguaçu	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Blumenau	24 a 25 + 34 a 36	23 + 32 a 33	26 a 31	23 a 27 + 32 a 36	28 a 31		23 a 36		
Bocaina Do Sul	35 a 36	27 a 34	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Bom Jardim Da Serra	36	32 a 35	28 a 31	32 a 36	28 a 31		30 a 36	28 a 29	
Bom Jesus		26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25	27 a 36	26	25
Bom Jesus Do Oeste		26 a 27	25	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	25 + 30 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Bom Retiro	33 a 36	27 a 32	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Bombinhas	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Botuverá	23 a 25 + 34 a 36	26 + 31 a 33	27 a 30	23 a 36			23 a 36		
Braço Do Norte	36	33 a 35 + 24	25 a 32 + 23	25 + 33 a 36	24 + 26 a 32	23	25 a 36	24	23
Braço Do Trombudo		25 a 27 + 31 a 36	28 a 30	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31		26 a 36	25	
Brunópolis		27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	27 a 28 + 32 a 36	29 a 31	26	27 a 36		26
Brusque	23 a 25 + 34 a 36	26 + 31 a 33	27 a 30	23 a 36			23 a 36		
Caçador	34 a 36	26 a 33		27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31		27 a 36	26	
Caibi			24 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 33 a 36	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34
Calmon		27 a 36	26	27 a 28 + 32 a 36	29 a 31	26	27 a 36		26
Camboriú	23 a 25 + 33 a 36	26 + 31 a 32	27 a 30	23 a 36			23 a 36		
Campo Alegre	25 + 33 a 36	23 a 24 + 26 + 31 a 32	27 a 30	24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30		24 a 36	23	
Campo Belo Do Sul		27 a 28 + 34 a 36	29 a 33	28 + 34 a 36	27 + 29 a 33		28 a 36	27	
Campo Erê		26 a 27	28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 34 a 36	30 a 33	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	
Campos Novos		27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	28 + 34 a 36	27 + 29 a 33	26	28 a 36	27	26
Canelinha	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Canoinhas		25 a 26 + 34 a 36	27 a 33	26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33		26 a 36	25	
Capão Alto		27 a 36		28 a 36	27		28 a 36	27	
Capinzal		26 a 27 + 35 a 36	28 a 34	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33		27 a 36	26	
Capivari De Baixo		36	33 a 35 + 23 a 24	36	33 a 35 + 24	25 a 32 + 23	25 + 33 a 36	24 + 26 a 32	23
Catanduvas		26 a 28 + 33 a 36	29 a 32	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31		27 a 36	26	
Caxambu Do Sul			24 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 a 36	26 a 28	25 + 29 a 36	24
Celso Ramos		27 + 36	26 + 28 a 35	27 a 28 + 36	29 a 35	26	27 a 36		26
Cerro Negro		27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	27 a 28 + 34 a 36	29 a 33	26	27 a 36		26
Chapadão Do Lageado	25 + 34 a 36	24 + 26 a 33	23	25 a 36	24	23	25 a 36	24	23
Chapecó		26	25 + 27 + 35 a 36	26 a 27	28 + 35 a 36	29 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Cocal Do Sul		36	33 a 35	36	33 a 35	25 a 32	33 a 36	26 a 32	25
Concórdia		25 a 27 + 35 a 36	28 a 34	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34		26 a 36	25	
Cordilheira Alta		26 a 27	28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 34 a 36	30 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	
Coronel Freitas		25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 34 a 36	24 + 30 a 33	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Coronel Martins		25 a 27	28 + 33 a 36	26 a 28	25 + 29 a 36		26 a 29 + 34 a 36	25 + 30 a 33	
Correia Pinto		27 a 36	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Corupá	24 a 25 + 34 a 36	23 + 26 + 31 a 33	27 a 30	23 a 27 + 32 a 36	28 a 31		23 a 36		
Criciúma		36	34 a 35 + 24	36	33 a 35 + 25	26 a 32 + 24	33 a 36	25 a 32	24
Cunha Porã		26	25 + 27	27	26 + 28	25 + 29 a 36	27 a 28	26 + 29 a 36	25
Cunhataí			25 a 27	27	26 + 28	25 + 29 + 33 a 36	27 a 28	26 + 29 + 33 a 36	25 + 30 a 32
Curitibanos		27 a 36	26	27 a 28 + 32 a 36	29 a 31	26	27 a 36		26
Descanso		25 a 26	24 + 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 33 a 36	26 a 28	25 + 29 + 34 a 36	24 + 30 a 33
Dionísio Cerqueira		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 35 a 36	25 + 30 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Dona Emma	25	23 a 24 + 26 + 34 a 36	27 a 33	25 a 27 + 33 a 36	23 a 24 + 28 a 32		25 a 36	23 a 24	
Doutor Pedrinho	24 a 25 + 36	23 + 26 + 33 a 35	27 a 32	24 a 27 + 32 a 36	23 + 28 a 31		24 a 36	23	
Entre Rios		25 a 27	24 + 28 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 a 36	24	26 a 36	25	24
Ermo		23 a 24 + 36	35	36	34 a 35 + 23 a 25	26 a 33	25 + 35 a 36	23 a 24 + 26 a 34	
Erval Velho		26 a 28 + 34 a 36	29 a 33	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33		27 a 36	26	
Faxinal Dos Guedes		26 a 27 + 35 a 36	28 a 34	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34		27 a 36	26	
Flor Do Sertão		25 a 27	24	25 a 27	28 + 36	29 a 35 + 24	25 a 28	29 a 36	24
Florianópolis	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Formosa Do Sul		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	26 a 28	29 + 34 a 36	30 a 33 + 25	26 a 29 + 35 a 36	30 a 34	25
Forquilhinha		24 + 36	23 + 34 a 35	36	33 a 35 + 24 a 25	26 a 32 + 23	25 + 33 a 36	24 + 26 a 32	23
Fraiburgo		27 a 36	26	27 a 28 + 32 a 36	29 a 31	26	27 a 36		26
Frei Rogério		26 a 36		27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31		27 a 36	26	
Galvão		26 a 27	25 + 28 + 32 a 36	26 a 28	29 a 36	25	26 a 36		25
Garopaba	24 + 34 a 36	23 + 25 + 32 a 33	26 a 31	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36		
Garuva	25 + 32 a 36	23 a 24 + 26 + 31	27 a 30	23 a 36			23 a 36		
Gaspar	24 a 25 + 34 a 36	23 + 32 a 33	26 a 31	23 a 26 + 32 a 36	27 a 31		23 a 36		
Governador Celso Ramos	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Grão Pará	33 a 36	32 + 24 a 25	26 a 31 + 23	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23	25 a 36	24	23
Gravatal		34 a 36	32 a 33 + 23 a 24	33 a 36	25 a 32	23 a 24	32 a 36	25 a 31	23 a 24
Guabiruba	23 a 25 + 34 a 36	26 + 31 a 33	27 a 30	23 a 36			23 a 36		
Guaraciaba	26	25 + 27	24 + 28	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Guaramirim	24 + 33 a 36	23 + 25 + 31 a 32	26 a 30	23 a 26 + 31 a 36	27 a 30		23 a 36		
Guarujá Do Sul	26	25 + 27	28 + 36	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	30 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	
Guatambú			25 a 27	26 a 27	25 + 28 + 36	29 a 35	26 a 28	25 + 29 a 36	
Herval D'Oeste	26	27 a 28 + 33 a 36	29 a 32 + 25	26 a 28 + 33 a 36	29 a 32	25	26 a 36		25
Ibiam		27 a 28 + 33 a 36	26 + 29 a 32	27 a 28 + 32 a 36	29 a 31	26	27 a 36		26
Ibicaré	26	27 a 28 + 33 a 36	29 a 32 + 25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25	26 a 36		25
Ibirama	24 a 25	23 + 26 + 34 a 36	27 a 33	23 a 27 + 33 a 36	28 a 32		23 a 36		
Içara		36	34 a 35	36	34 a 35	24 a 33	35 a 36	25 a 34	24
Ilhota	24 + 34 a 36	23 + 25 + 32 a 33	26 a 31	23 a 26 + 31 a 36	27 a 30		23 a 36		
Imaruí		23 a 24 + 33 a 36	25 a 32	25 + 33 a 36	23 a 24 + 26 a 32		25 a 36	23 a 24	
Imbituba		23 a 24 + 33 a 36	25 a 32	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36		
Imbuia	34 a 36	25 a 33		26 a 36	25		26 a 36	25	

Indaial	24 a 25 + 35 a 36	23 + 33 a 34	26 a 32	23 a 27 + 32 a 36	28 a 31		23 a 36		
Iomerê		26 a 36	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25	27 a 36	26	25
Ipira		26 a 27	25 + 28 a 36	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25	27 a 36	26	25
Iporã Do Oeste		25	26 a 27	26 a 27	25 + 28	29 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Ipuaçu	26	25 + 27 + 35 a 36	28 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35		26 a 36	25	
Ipumirim		26 a 27 + 35 a 36	28 + 33 a 34	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34		27 a 36	26	
Iraceminha		25 a 26	24 + 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 33 a 36	26 a 28	25 + 29 a 36	24
Irani		26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	25	27 a 36	26	25
Irati		25 a 27	28 + 35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 34 a 36	30 a 33	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	
Irineópolis		25 a 27 + 34 a 36	28 a 33	26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33		26 a 36	25	
Itá		25 a 26	24 + 27 a 28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	24 + 29 a 33	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Itaiópolis	25	26 + 34 a 36	27 a 33 + 24	25 a 27 + 33 a 36	28 a 32	24	25 a 36		24
Itajaí	24 a 25 + 34 a 36	23 + 31 a 33	26 a 30	23 a 36			23 a 36		
Itapema	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Itapiranga		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 36	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35
Itapoá	32 a 36	23 a 31		23 a 36			23 a 36		
Ituporanga	25 + 35 a 36	26 a 34	24	25 a 36		24	25 a 36		24
Jaborá		26 a 28 + 34 a 36	29 a 33	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33		27 a 36	26	
Jacinto Machado	24	23 + 36	25 + 34 a 35	24 a 25 + 36	23 + 26 + 33 a 35	27 a 32	24 a 26 + 33 a 36	23 + 27 a 32	
Jaguaruna			34 a 36	36	34 a 35	23 a 33	36	25 a 35	23 a 24
Jaraguá Do Sul	24 a 25 + 33 a 36	23 + 31 a 32	26 a 30	23 a 26 + 31 a 36	27 a 30		23 a 36		
Jardinópolis		25 a 27	28 + 35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 34 a 36	30 a 33	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	
Joaçaba		26 a 28 + 34 a 36	29 a 33	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33		27 a 36	26	
Joinville	24 a 25 + 33 a 36	23 + 26 + 31 a 32	27 a 30	23 a 26 + 31 a 36	27 a 30		23 a 36		
José Boiteux	24 a 25 + 36	23 + 26 + 34 a 35	27 a 33	24 a 27 + 33 a 36	23 + 28 a 32		24 a 36	23	
Jupiá		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	26 a 28	29 a 36	25	26 a 29 + 34 a 36	30 a 33	25
Lacerdópolis	26	27 a 28 + 34 a 36	29 a 33 + 25	26 a 28 + 34 a 36	29 a 33	25	26 a 36		25
Lages	36	27 a 35		28 a 36	27		28 a 36	27	
Laguna			23 a 24 + 34 a 36	36	33 a 35 + 24	25 a 32 + 23	25 + 33 a 36	24 + 26 a 32	23
Lajeado Grande		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	27 a 28	26 + 29 a 36	25	27 a 36	26	25
Laurentino	25	26 + 34 a 36	27 a 33 + 24	25 a 28 + 34 a 36	29 a 33	24	25 a 36		24
Lauro Muller		25 + 33 a 36	24 + 29 a 32	33 a 36	25 a 32	24	26 a 36	25	24
Lebon Régis		26 a 36		27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31		27 a 36	26	
Leoberto Leal	25 + 34 a 36	23 a 24 + 26 a 33		25 a 36	23 a 24		25 a 36	23 a 24	
Lindóia Do Sul		26 a 27 + 34 a 36	28 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34		27 a 36	26	
Lontras	24 a 25 + 36	23 + 26 + 34 a 35	27 a 33	24 a 28 + 33 a 36	23 + 29 a 32		24 a 36	23	
Luiz Alves	34 a 36	32 a 33 + 23 a 25	26 a 31	23 a 26 + 32 a 36	27 a 31		23 a 36		
Luzerna	26	27 a 28 + 33 a 36	29 a 32 + 25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25	26 a 36		25
Macieira		27 a 36	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Mafra		25 a 26 + 33 a 36	23 a 24 + 27 a 32	26 a 27 + 33 a 36	25 + 28 a 32	23 a 24	26 a 36	25	23 a 24
Major Gercino	23 a 26 + 33 a 36	27 a 32		23 a 36			23 a 36		
Major Vieira		25 a 26 + 34 a 36	27 a 33	26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33		26 a 36	25	
Maracajá			24 + 35 a 36	36	34 a 35	24 a 33	36	25 a 35	24
Maravilha		26 a 27	25	27 a 28	26 + 29 + 36	25 + 30 a 35	27 a 28	26 + 29 a 36	25
Marema		25 a 27	24 + 28 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 a 36	24	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Massaranduba	24 + 34 a 36	23 + 25 + 32 a 33	26 a 31	23 a 26 + 31 a 36	27 a 30		23 a 36		
Matos Costa		26 a 36		27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31		27 a 36	26	
Meleiro		24 + 36	23 + 34 a 35	36	33 a 35 + 24 a 25	26 a 32 + 23	25 + 33 a 36	24 + 26 a 32	23
Mirim Doce	26	25 + 27 + 32 a 36	28 a 31	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31		26 a 36	25	
Modelo		26 a 27	25	27 a 28	26 + 29 + 36	25 + 30 a 35	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Mondaí			24 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35
Monte Carlo		27 a 36	26	28 + 32 a 36	27 + 29 a 31	26	28 a 36	27	26
Monte Castelo		25 a 26 + 34 a 36	27 a 33	26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33		26 a 36	25	
Morro Da Fumaça		36	34 a 35	36	33 a 35	25 a 32	33 a 36	25 a 32	
Morro Grande		23 a 24 + 35 a 36	25 + 32 a 34	25 + 35 a 36	23 a 24 + 26 a 34		25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30	
Navegantes	24 + 34 a 36	23 + 25 + 31 a 33	26 a 30	23 a 36			23 a 36		
Nova Erechim		26	24 a 25 + 27	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 a 35	26 a 28	25 + 29 a 36	24
Nova Itaberaba		26	24 a 25 + 27 + 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Nova Trento	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Nova Veneza		23 a 24 + 35 a 36	25 + 33 a 34	25 + 36	23 a 24 + 26 a 28 + 32 a 35	29 a 31	25 a 26 + 32 a 36	23 a 24 + 27 a 31	
Novo Horizonte		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	26 a 28	29 + 33 a 36	30 a 32 + 25	26 a 29 + 35 a 36	30 a 34	25
Orleans	36	32 a 35 + 25	26 a 31	32 a 36	25 a 31		26 a 36	25	
Otacílio Costa	36	31 a 35 + 27	28 a 30 + 26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Ouro		26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	25	27 a 36	26	25
Ouro Verde		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25	27 a 36	26	25
Paial		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Painel	35 a 36	28 a 34		29 a 36	28		29 a 36	28	
Palhoça	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Palma Sola	26	25 + 27	28 + 35 a 36	26 a 28	25 + 29 + 34 a 36	30 a 33	26 a 29 + 36	25 + 30 a 35	
Palmeira	36	31 a 35 + 27	28 a 30 + 26	27 a 36		26	27 a 36		26
Palmitos			25 a 27	26 a 27	25 + 28	29 + 33 a 36	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	30 a 34
Papanduva		25 a 26 + 34 a 36	24 + 27 a 33	26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	24	26 a 36	25	24
Paraíso		25 a 26	27	26 a 27	25 + 28 + 36	29 a 35	26 a 28	25 + 29 + 34 a 36	30 a 33
Passo De Torres			23 a 24	24	23 + 25 + 36	26 a 27 + 34 a 35	23 a 25 + 36	26 a 27 + 34 a 35	28 a 33
Passos Maia		26 a 36	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Paulo Lopes	24 a 25 + 33 a 36	23 + 26 + 32	27 a 31	23 a 36			23 a 36		
Pedras Grandes		35 a 36	33 a 34	35 a 36	32 a 34	25 a 31	33 a 36	27 a 32	25 a 26
Penha	24 + 34 a 36	23 + 25 + 31 a 33	26 a 30	23 a 36			23 a 36		
Peritiba		26 a 27	25 + 28 + 33 a 36	27 a 28	26 + 29 a 36	25	27 a 36	26	25
Pescaria Brava		36	33 a 35 + 23 a 24	36	33 a 35 + 24 a 25	26 a 32 + 23	25 + 33 a 36	24 + 26 a 32	23
Petrolândia	35 a 36	25 a 34		26 a 36	25		26 a 36	25	
Pinhalzinho		26 a 27	25	26 a 27	25 + 28 + 36	29 a 35	26 a 28	25 + 29 a 36	
Pinheiro Preto	26	27 a 36	25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25	26 a 36		25
Piratuba		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	26 a 28	29 a 36	25	26 a 36		25

Planalto Alegre			25 a 27	26 a 27	28 + 36	29 a 35 + 25	26 a 28	29 a 36	25
Pomerode	24 + 34 a 36	23 + 25 + 32 a 33	26 a 31	23 a 26 + 32 a 36	27 a 31		23 a 36		
Ponte Alta		27 a 36	26	27 a 28 + 32 a 36	29 a 31	26	27 a 36		26
Ponte Alta Do Norte		27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	27 a 28 + 32 a 36	29 a 31	26	27 a 36		26
Ponte Serrada		26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	27 a 36	26		27 a 36	26	
Porto Belo	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Porto União		25 a 36		26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31		26 a 36	25	
Pouso Redondo	25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31 + 24	25 a 28 + 32 a 36	29 a 31	24	25 a 36		24
Praia Grande	24	23 + 25	35 a 36	23 a 25	26 + 34 a 36	27 a 29 + 33	23 a 26 + 36	27 a 29 + 33 a 35	30 a 32
Presidente Castello Branco		26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	25	27 a 36	26	25
Presidente Getúlio	24 a 25	23 + 26 + 34 a 36	27 a 33	24 a 27 + 33 a 36	23 + 28 a 32		24 a 36	23	
Presidente Nereu	24 a 25 + 35 a 36	23 + 26 + 31 a 34	27 a 30	24 a 36	23		24 a 36	23	
Princesa	26	27	28 + 36 + 25	26 a 28	29 + 36	30 a 35 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Quilombo		25 a 27	24 + 28 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 + 33 a 36	24 + 30 a 32	26 a 29 + 35 a 36	25 + 30 a 34	24
Rancho Queimado	25 a 26 + 33 a 36	24 + 27 a 32	23	25 a 36	24	23	25 a 36	24	23
Rio Das Antas	34 a 36	26 a 33	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25	27 a 36	26	25
Rio Do Campo		25 a 27 + 34 a 36	28 a 33	26 a 28 + 33 a 36	25 + 29 a 32		26 a 36	25	
Rio Do Oeste		25 a 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	24	26 a 36	25	24
Rio Do Sul	25	26 + 34 a 36	27 a 33 + 23 a 24	25 a 28 + 33 a 36	29 a 32	23 a 24	25 a 36		23 a 24
Rio Dos Cedros	24 a 25 + 34 a 36	23 + 26 + 32 a 33	27 a 31	23 a 27 + 32 a 36	28 a 31		23 a 36		
Rio Fortuna	33 a 36	32 + 25	26 a 31 + 23 a 24	25 + 31 a 36	26 a 30	23 a 24	25 a 36		23 a 24
Rio Negrinho	25 + 36	24 + 26 + 32 a 35	23 + 27 a 31	25 a 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31	23	25 a 36	24	23
Rio Rufino	35 a 36	29 a 34	27 a 28	28 a 36	27		28 a 36	27	
Riqueza		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 33 a 36	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34
Rodeio	24 a 25 + 36	23 + 33 a 35	26 a 32	23 a 27 + 32 a 36	28 a 31		23 a 36		
Romelândia		25 a 27	24 + 28	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Salete		25 a 27 + 34 a 36	28 a 33	26 a 28 + 33 a 36	25 + 29 a 32		26 a 36	25	
Saltinho		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	27 a 28	26 + 29 + 34 a 36	25 + 30 a 33	27 a 29 + 36	26 + 30 a 35	25
Salto Veloso		26 a 36		27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31		27 a 36	26	
Sangão			34 a 36	36	34 a 35	24 a 33	36	25 a 35	24
Santa Cecília		26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31		27 a 36	26	
Santa Helena		25	26 a 27	26 a 27	25 + 28	29 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 + 36	30 a 35
Santa Rosa De Lima	25 + 33 a 36	24 + 26 a 32	23	25 a 36	24	23	25 a 36	24	23
Santa Rosa Do Sul		23 a 24	35 a 36	23 a 24	25 + 34 a 36	26 a 29 + 33	23 a 25 + 36	26 a 29 + 33 a 35	30 a 32
Santa Terezinha	25	24 + 26 + 34 a 36	23 + 27 a 33	25 a 28 + 33 a 36	24 + 29 a 32	23	25 a 36	24	23
Santa Terezinha Do Progresso		25 a 27	24 + 28 + 36	26 a 28	25 + 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Santiago Do Sul		25 a 27	28 + 34 a 36	26 a 28	25 + 29 + 33 a 36	30 a 32	26 a 29 + 35 a 36	25 + 30 a 34	
Santo Amaro Da Imperatriz	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
São Bento Do Sul	25 + 34 a 36	23 a 24 + 26 + 31 a 33	27 a 30	25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30		25 a 36	23 a 24	
São Bernardino		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	26 a 28	29 + 34 a 36	30 a 33 + 25	26 a 29 + 35 a 36	30 a 34	25
São Bonifácio	25 + 33 a 36	23 a 24 + 26 a 32		25 a 36	23 a 24		25 a 36	23 a 24	
São Carlos			24 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 33 a 36	26 a 28	25 + 29 + 33 a 36	24 + 30 a 32
São Cristovão Do Sul		27 a 36		28 + 32 a 36	27 + 29 a 31		28 a 36	27	
São Domingos	26	25 + 27	28 a 36	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35		26 a 36	25	
São Francisco Do Sul	32 a 36	31 + 23 a 25	26 a 30	23 a 36			23 a 36		
São João Batista	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
São João Do Itaperiú	34 a 36	32 a 33 + 23 a 25	26 a 31	23 a 25 + 32 a 36	26 a 31		23 a 36		
São João Do Oeste			25 a 27	26 a 27	28	29 + 36 + 25	26 a 28	29 + 36	30 a 35 + 25
São João Do Sul		23 a 24	36	23 a 24	25 + 36	26 a 28 + 33 a 35	23 a 26 + 36	27 a 28 + 33 a 35	29 a 32
São Joaquim	36	32 a 35	28 a 31	31 a 36	28 a 30		30 a 36	28 a 29	
São José	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
São José Do Cedro	26	25 + 27	24 + 28 + 36	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
São José Do Cerrito		27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	27 a 28 + 32 a 36	29 a 31	26	27 a 36		26
São Lourenço Do Oeste		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	27 a 28	26 + 29 + 33 a 36	25 + 30 a 32	27 a 29 + 34 a 36	26 + 30 a 33	25
São Ludgero		33 a 36	32 + 23 a 25	33 a 36	25 a 32	23 a 24	28 a 36	25 a 27	23 a 24
São Martinho	33 a 36	32 + 23 a 25	26 a 31	25 + 32 a 36	23 a 24 + 26 a 31		25 a 36	23 a 24	
São Miguel Da Boa Vista		25 a 27	24	26 a 28	25 + 29 + 36	24 + 30 a 35	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
São Miguel Do Oeste		26 a 27	25	26 a 27	28 + 36	29 a 35 + 25	26 a 28	29 a 36	25
São Pedro De Alcântara	23 a 26 + 33 a 36	27 a 32		23 a 36			23 a 36		
Saudades		26	25 + 27	26 a 27	25 + 28	29 a 36	26 a 28	25 + 29 a 36	
Schroeder	24 a 25 + 33 a 36	23 + 26 + 31 a 32	27 a 30	23 a 26 + 31 a 36	27 a 30		23 a 36		
Seara		26	25 + 27 a 28 + 34 a 36	26 a 28	34 a 36	29 a 33 + 25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25
Serra Alta		26 a 27	25 + 28	26 a 28	29 + 34 a 36	30 a 33 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Siderópolis		34 a 36	32 a 33 + 23 a 25	33 a 36	25 a 32	23 a 24	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31	23 a 24
Sombrio		23 a 24	35 a 36	24	23 + 25 + 34 a 36	26 a 29 + 33	24 a 25 + 36	23 + 26 a 29 + 33 a 35	30 a 32
Sul Brasil		25 a 27	28 + 36	26 a 28	25 + 29 + 34 a 36	30 a 33	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	
Taió	26	25 + 27 + 33 a 36	24 + 28 a 32	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24	26 a 36	25	24
Tangará		26 a 36	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25	27 a 36	26	25
Tigrinhos		26 a 27	25	26 a 28	29 + 36	30 a 35 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25
Tijucas	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Timbé Do Sul		23 a 25 + 36	33 a 35	25 a 26 + 36	23 a 24 + 27 a 28 + 32 a 35	29 a 31	25 a 28 + 32 a 36	23 a 24 + 29 a 31	
Timbó	24 a 25 + 35 a 36	23 + 33 a 34	26 a 32	23 a 26 + 32 a 36	27 a 31		23 a 36		
Timbó Grande		26 a 27 + 33 a 36	25 + 28 a 32	27 a 28 + 33 a 36	26 + 29 a 32	25	27 a 36	26	25
Três Barras		25 a 26 + 34 a 36	24 + 27 a 33	26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	24	26 a 36	25	24
Treviso		33 a 36	32 + 23 a 25	33 a 36	25 a 32	23 a 24	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31	23 a 24
Treze De Maio		36	34 a 35	36	33 a 35	25 a 32	33 a 36	27 a 32	25 a 26
Treze Tílias		26 a 36	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25	27 a 36	26	25
Trombudo Central		25 a 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	24	26 a 36	25	24
Tubarão		36	33 a 35 + 23 a 24	36	33 a 35	23 a 32	33 a 36	25 a 32	23 a 24
Tunápolis			25 a 27	26 a 27	28	29 + 35 a 36 + 25	26 a 28	29 + 36	30 a 35 + 25
Turvo		23 a 24 + 36	25 + 34 a 35	25 + 36	23 a 24 + 33 a 35	26 a 32	25 a 26 + 33 a 36	23 a 24 + 27 a 32	
União Do Oeste		26 a 27	25	26 a 27	25 + 28 a 29 + 34 a 36	30 a 33	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	

Urubici	33 a 36	29 a 32	28	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Urupema	35 a 36	31 a 34	28 a 30	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	28
Urussanga		34 a 36	32 a 33	33 a 36	32	25 a 31	32 a 36	26 a 31	25
Vargeão		26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25	27 a 36	26	25
Vargem		27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	27 a 28 + 34 a 36	29 a 33	26	27 a 36		26
Vargem Bonita		27 a 28 + 33 a 36	26 + 29 a 32	27 a 28 + 32 a 36	29 a 31	26	27 a 36		26
Vidal Ramos	25 + 34 a 36	23 a 24 + 26 a 33		25 a 36	23 a 24		25 a 36	23 a 24	
Videira	34 a 36	26 a 33	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25	27 a 36	26	25
Vitor Meireles	24 a 25	23 + 26 + 34 a 36	27 a 33	24 a 27 + 33 a 36	23 + 28 a 32		24 a 36	23	
Witmarsum	25	24 + 26 + 34 a 36	23 + 27 a 33	25 a 28 + 33 a 36	24 + 29 a 32	23	25 a 36	24	23
Xanxerê		26 a 27	25 + 28 + 33 a 36	27 a 28	26 + 29 a 36	25	27 a 36	26	25
Xavantina		26 a 27	28 + 34 a 36	27 a 28	26 + 29 a 36		27 a 29 + 34 a 36	26 + 30 a 33	
Xaxim		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	27 a 28	26 + 29 + 34 a 36	25 + 30 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Zortéa		27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	27 a 28 + 34 a 36	29 a 33	26	27 a 36		26

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abdon Batista		27 a 36	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Abelardo Luz	26 a 27 + 36	28 a 35	25	26 a 36		25	26 a 36		25
Agrolândia	26 + 34 a 36	25 + 27 a 33		26 a 36	25		26 a 36	25	
Agronômica	34 a 36	25 a 33	24	26 a 36	25	24	26 a 36	25	24
Água Doce	27 + 33 a 36	28 a 32	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Águas De Chapecó		25 a 27	24 + 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Águas Frias		25 a 27	24 + 28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 a 36	24	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Águas Mornas	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Alfredo Wagner	31 a 36	25 a 30	24	26 a 36	25	24	26 a 36	25	24
Alto Bela Vista	26	25 + 27 a 28 + 34 a 36	29 a 33	26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33		26 a 36	25	
Anchieta	26	25 + 27	24 + 28 + 32 a 36	26 a 27	25 + 28 a 36	24	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Angelina	24 a 25 + 31 a 36	23 + 26 a 30		24 a 36	23		24 a 36	23	
Anita Garibaldi		27 a 36	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Anitápolis	31 a 36	25 a 30	24	26 a 36	25	24	26 a 36	25	24
Antônio Carlos	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Apiúna	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Arabutã	26	27 + 34 a 36	28 a 33 + 25	26 a 28 + 34 a 36	29 a 33	25	26 a 36		25
Araquari	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Araranguá		35 a 36	33 a 34 + 23 a 24	35 a 36	33 a 34 + 24 a 27	28 a 32 + 23	33 a 36	24 a 32	23
Armazém	33 a 36	31 a 32 + 23 a 24	25 a 30	31 a 36	23 a 30		25 a 36	23 a 24	
Arroio Trinta	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Arvoredo	26	27 + 36	28 a 35 + 25	26 a 27 + 35 a 36	28 a 34	25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25
Ascurra	23 a 24 + 33 a 36	25 a 27 + 31 a 32	28 a 30	23 a 36			23 a 36		
Atalanta	34 a 36	25 a 33		26 a 36	25		26 a 36	25	
Aurora	34 a 36	25 a 33	24	26 a 36	25	24	26 a 36	25	24
Balneário Arroio Do Silva		35 a 36	34 + 23 a 24	36	33 a 35 + 23 a 24	25 a 32	35 a 36	23 a 34	
Balneário Barra Do Sul	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Balneário Camboriú	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Balneário Gaivota		23 + 36	24 + 34 a 35	23 a 24 + 36	33 a 35	25 a 32	23 a 24 + 35 a 36	25 a 28 + 32 a 34	29 a 31
Balneário Piçarras	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Balneário Rincão		35 a 36	34	36	33 a 35 + 27	28 a 32 + 24 a 26	35 a 36	25 a 34	24
Bandeirante		25 a 27	36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	
Barra Bonita	25 a 26	27	28 + 34 a 36 + 24	25 a 27	28 a 29 + 33 a 36	30 a 32 + 24	25 a 28 + 35 a 36	29 a 34	24
Barra Velha	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Bela Vista Do Toldo	34 a 36	25 a 33		26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31		26 a 36	25	
Belmonte		25 a 27		26 a 27	25 + 28 + 36	29 a 35	26 a 28	25 + 29 a 36	
Benedito Novo	23 a 25 + 33 a 36	26 a 27 + 31 a 32	28 a 30	23 a 27 + 31 a 36	28 a 30		23 a 36		
Biguaçu	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Blumenau	23 a 24 + 33 a 36	25 a 32		23 a 36			23 a 36		
Bocaina Do Sul	31 a 36	27 a 30	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Bom Jardim Da Serra	33 a 36	31 a 32	28 a 30	31 a 36	28 a 30		29 a 36	28	
Bom Jesus	27	26 + 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	25	27 a 36	26	25
Bom Jesus Do Oeste		26 a 27	25 + 28 + 33 a 36	27	26 + 28 a 36	25	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Bom Retiro	31 a 36	27 a 30	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Bombinhas	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Botuverá	23 a 25 + 32 a 36	26 a 31		23 a 36			23 a 36		
Braço Do Norte	33 a 36	31 a 32 + 24	25 a 30 + 23	31 a 36	24 a 30	23	25 a 36	24	23
Braço Do Trombudo	26 + 34 a 36	25 + 27 a 33		26 a 36	25		26 a 36	25	
Brunópolis	27 + 34 a 36	28 a 33	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Brusque	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Caçador	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32		27 a 36	26		27 a 36	26	
Caibi		25 a 26	24 + 27	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 a 35	26 a 28	25 + 29 a 36	24
Calmon	27 + 33 a 36	28 a 32	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Camboriú	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Campo Alegre	24 a 25 + 31 a 36	23 + 26 a 30		24 a 36	23		24 a 36	23	
Campo Belo Do Sul	35 a 36	27 a 34		28 a 36	27		28 a 36	27	
Campo Erê		26 a 27 + 36	28 + 32 a 35	27	26 + 28 a 36		27 a 28 + 33 a 36	26 + 29 a 32	
Campos Novos	35 a 36	27 a 34	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Canelinha	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Canoinhas	34 a 36	31 a 33 + 25 a 27	28 a 30	26 a 27 + 33 a 36	25 + 28 a 32		26 a 36	25	
Capão Alto	35 a 36	27 a 34		28 a 36	27		28 a 36	27	
Capinzal		26 a 36		27 a 28 + 33 a 36	26 + 29 a 32		27 a 36	26	
Capivari De Baixo	36	33 a 35	23 a 32	33 a 36	24 a 32	23	27 + 32 a 36	24 a 26 + 28 a 31	23
Catanduvas	27	26 + 28 a 36		27 a 36	26		27 a 36	26	
Caxambu Do Sul		25 a 27	24 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Celso Ramos		27 a 36	26	27 a 28 + 34 a 36	29 a 33	26	27 a 36		26
Cerro Negro	35 a 36	27 a 34	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Chapadão Do Lageado	25 a 26 + 31 a 36	27 a 30	23 a 24	25 a 36		23 a 24	25 a 36		23 a 24
Chapecó		26 a 27 + 36	25 + 28 + 34 a 35	26 a 27	28 a 36	25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25
Cocal Do Sul	36	33 a 35	27 a 32	33 a 36	27 a 32	25 a 26	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25
Concórdia	26 a 27	25 + 28 a 36		26 a 28 + 33 a 36	25 + 29 a 32		26 a 36	25	
Cordilheira Alta		26 a 27 + 36	28 + 32 a 35	27 + 36	26 + 28 a 35		27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	
Coronel Freitas	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 + 32 a 34	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24	26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	24

Coronel Martins	26 a 27	25 + 35 a 36	28 a 34	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34		26 a 36	25	
Correia Pinto	34 a 36	27 a 33	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Corupá	23 a 25 + 32 a 36	26 a 31		23 a 36			23 a 36		
Criciúma	36	34 a 35	24 a 33	33 a 36	32 + 27 a 28	29 a 31 + 24 a 26	32 a 36	25 a 31	24
Cunha Porã		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	27	26 + 28 + 33 a 36	25 + 29 a 32	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Cunhataí		26 a 27	25 + 36	27	26 + 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	27 a 28 + 36	26 + 29 a 35	25
Curitibanos	27 + 34 a 36	28 a 33	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Descanso		25 a 27	24 + 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Dionísio Cerqueira		26 a 27 + 36	25 + 28 + 32 a 35	27	26 + 28 a 36	25	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Dona Emma	25 + 34 a 36	23 a 24 + 26 a 33		25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30		25 a 36	23 a 24	
Doutor Pedrinho	24 a 25 + 33 a 36	23 + 26 a 32		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30		24 a 36	23	
Entre Rios	26 a 27	25 + 35 a 36	24 + 28 a 34	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24	26 a 36	25	24
Ermo	36	35 + 23 a 24	33 a 34 + 25 a 27	35 a 36	32 a 34 + 23 a 27	28 a 31	25 + 33 a 36	23 a 24 + 26 a 32	
Erval Velho	27	26 + 28 a 36		27 a 36	26		27 a 36	26	
Faxinal Dos Guedes	27	26 + 28 a 36		27 a 28 + 33 a 36	26 + 29 a 32		27 a 36	26	
Flor Do Sertão	25	26 a 27	28 + 34 a 36 + 24	25 a 27	28 a 29 + 33 a 36	30 a 32 + 24	25 a 28 + 35 a 36	29 a 34	24
Florianópolis	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Formosa Do Sul	26	27 + 35 a 36	28 + 32 a 34 + 25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25	26 a 28 + 33 a 36	29 a 32	25
Forquilhinha	36	34 a 35 + 24	25 a 33 + 23	33 a 36	32 + 24 a 28	29 a 31 + 23	32 a 36	24 a 31	23
Fraiburgo	27 + 33 a 36	28 a 32	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Frei Rogério	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33		27 a 36	26		27 a 36	26	
Galvão	26 a 27	35 a 36	28 a 34 + 25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25	26 a 36		25
Garopaba	23 a 24 + 32 a 36	25 a 31		23 a 36			23 a 36		
Garuva	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Gaspar	23 a 24 + 33 a 36	25 a 32		23 a 36			23 a 36		
Governador Celso Ramos	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Grão Pará	31 a 36	24 a 30	23	28 a 36	24 a 27	23	25 a 36	24	23
Gravatal	35 a 36	32 a 34	23 a 31	32 a 36	26 a 31	23 a 25	27 a 36	25 a 26	23 a 24
Guabiruba	23 a 25 + 32 a 36	26 a 31		23 a 36			23 a 36		
Guaraciaba	26	25 + 27	24 + 28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 33 a 36	24 + 30 a 32	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Guaramirim	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Guarujá Do Sul	26	25 + 27 + 36	28 + 32 a 35	26 a 27	25 + 28 a 36		26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	
Guatambú		25 a 27	28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	29 a 33	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	
Herval D'Oeste	26 a 27 + 35 a 36	28 a 34	25	26 a 36		25	26 a 36		25
Ibiam	27 + 34 a 36	28 a 33	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Ibicaré	26 a 27 + 34 a 36	28 a 33	25	26 a 36		25	26 a 36		25
Ibirama	23 a 25 + 35 a 36	26 a 34		23 a 27 + 31 a 36	28 a 30		23 a 36		
Içara	36	35	33 a 34 + 24 + 28	35 a 36	32 a 34 + 27 a 28	29 a 31 + 24 a 26	33 a 36	25 a 32	24
Ilhota	23 a 24 + 32 a 36	25 a 31		23 a 36			23 a 36		
Imaruí	33 a 36	31 a 32 + 23 a 24	25 a 30	31 a 36	23 a 30		25 a 36	23 a 24	
Imbituba	23 a 24 + 33 a 36	25 + 31 a 32	26 a 30	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36		
Imbuia	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30		26 a 36	25		26 a 36	25	
Indaial	23 a 24 + 33 a 36	25 a 32		23 a 36			23 a 36		
Iomerê	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Ipira	27	26 + 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	27 a 28 + 33 a 36	26 + 29 a 32	25	27 a 36	26	25
Iporã Do Oeste		25 a 26	27	26 a 27	25 + 28 + 36	29 a 35	26 a 28	25 + 29 a 36	
Ipuaçu	26 a 27	25 + 28 a 36		26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33		26 a 36	25	
Ipumirim		26 a 27 + 34 a 36	28 a 33	27 a 28 + 33 a 36	26 + 29 a 32		27 a 36	26	
Iraceminha		25 a 27	24 + 28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Irani	27	26 + 28 a 36	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Irati	26	25 + 27 + 36	28 + 32 a 35	26 a 27	25 + 28 a 36		26 a 28 + 33 a 36	25 + 29 a 32	
Irineópolis	26 + 34 a 36	25 + 27 a 33		26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31		26 a 36	25	
Itá		25 a 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24	26 a 28 + 33 a 36	25 + 29 a 32	24
Itaiópolis	25 + 35 a 36	26 a 27 + 31 a 34	28 a 30 + 24	25 a 27 + 32 a 36	28 a 31	24	25 a 36		24
Itajaí	23 a 25 + 32 a 36	26 a 31		23 a 36			23 a 36		
Itapema	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Itapiranga		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25 + 28	24 + 29 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 35 a 36	24 + 30 a 34
Itapoá	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36			23 a 36		
Ituporanga	25 a 26 + 31 a 36	27 a 30	24	25 a 36		24	25 a 36		24
Jaborá	27	26 + 28 a 36		27 a 36	26		27 a 36	26	
Jacinto Machado	24 + 36	23 + 35	25 a 28 + 32 a 34	24 a 25 + 33 a 36	23 + 26 a 28 + 32	29 a 31	24 a 26 + 32 a 36	23 + 27 a 31	
Jaguaruna		35 a 36	33 a 34 + 23 a 24 + 28	35 a 36	32 a 34 + 27 a 28	29 a 31 + 23 a 26	33 a 36	25 a 32	23 a 24
Jaraguá Do Sul	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Jardinópolis	26	25 + 27	28 + 32 a 36	26 a 27	25 + 28 a 36		26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	
Joaçaba	27	26 + 28 a 36		27 a 36	26		27 a 36	26	
Joinville	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		

José Boiteux	24 a 25 + 33 a 36	23 + 26 a 32		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30		24 a 36	23	
Jupiá	26 a 27	35 a 36	28 a 34 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25	26 a 36		25
Lacerdópolis	26 a 27	28 a 36	25	26 a 36		25	26 a 36		25
Lages	31 a 36	27 a 30		28 a 36	27		28 a 36	27	
Laguna	36	33 a 35	23 a 32	33 a 36	24 a 32	23	27 + 32 a 36	24 a 26 + 28 a 31	23
Lajeado Grande		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	25	27 a 36	26	25
Laurentino	25 + 34 a 36	26 a 33	24	25 a 36		24	25 a 36		24
Lauro Muller	33 a 36	31 a 32	24 a 30	32 a 36	25 a 31	24	26 a 36	25	24
Lebon Régis	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32		27 a 36	26		27 a 36	26	
Leoberto Leal	25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30		25 a 36	23 a 24		25 a 36	23 a 24	
Lindóia Do Sul	27	26 + 28 a 36		27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31		27 a 36	26	
Lontras	24 a 25 + 34 a 36	23 + 26 a 33		24 a 36	23		24 a 36	23	
Luiz Alves	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Luzerna	26 a 27 + 34 a 36	28 a 33	25	26 a 36		25	26 a 36		25
Macieira	27 + 33 a 36	28 a 32	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Mafra	33 a 36	31 a 32 + 25 a 27	28 a 30 + 23 a 24	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	23 a 24	26 a 36	25	23 a 24
Major Gercino	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		

Major Vieira	34 a 36	25 a 33		26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31		26 a 36	25	
Maracajá		35 a 36	33 a 34 + 24	35 a 36	32 a 34 + 27 a 28	29 a 31 + 24 a 26	33 a 36	25 a 32	24
Maravilha		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	27	26 + 28 a 36	25	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Marema	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24	26 a 36	25	24
Massaranduba	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Matos Costa	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32		27 a 36	26		27 a 36	26	
Meleiro	36	34 a 35 + 24	25 a 33 + 23	33 a 36	32 + 24 a 28	29 a 31 + 23	25 + 32 a 36	24 + 26 a 31	23
Mirim Doce	26 + 34 a 36	25 + 27 a 33		26 a 36	25		26 a 36	25	
Modelo		26 a 27	25 + 28 + 33 a 36	27	26 + 28 a 36	25	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25
Mondaí		25	24 + 26 a 27	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 a 35	26 a 28	25 + 29 a 36	24
Monte Carlo	34 a 36	27 a 33	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Monte Castelo	34 a 36	25 a 33		26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31		26 a 36	25	
Morro Da Fumaça	36	34 a 35	27 a 33	33 a 36	32 + 27 a 28	29 a 31 + 25 a 26	32 a 36	25 a 31	
Morro Grande	36	32 a 35 + 23 a 24	25 a 31	25 + 32 a 36	23 a 24 + 26 a 31		25 a 36	23 a 24	
Navegantes	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Nova Erechim		25 a 27	24 + 28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 33 a 36	24 + 30 a 32	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Nova Itaberaba		25 a 27	24 + 28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 a 36	24	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Nova Trento	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Nova Veneza	36	33 a 35 + 23 a 24	25 a 32	33 a 36	23 a 32		25 a 36	23 a 24	
Novo Horizonte	26	27 + 36	28 a 35 + 25	26 a 28 + 36	29 a 35	25	26 a 36		25
Orleans	33 a 36	31 a 32 + 25	26 a 30	30 a 36	25 a 29		26 a 36	25	
Otacílio Costa	31 a 36	27 a 30	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Ouro	27	26 + 28 a 36	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Ouro Verde	27	26 + 28 a 36	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Paial		25 a 27 + 36	24 + 28 + 34 a 35	26 a 27	25 + 28 a 36	24	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Painel	31 a 36	28 a 30		29 a 36	28		29 a 36	28	
Palhoça	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Palma Sola	26	25 + 27 + 36	28 + 32 a 35	26 a 27 + 36	25 + 28 a 35		26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	
Palmeira	34 a 36	27 a 33	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Palmitos		25 a 26	27 + 36	26 a 27	25 + 28 + 36	29 a 35	26 a 28	25 + 29 a 36	
Papanduva	34 a 36	25 a 33	24	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24	26 a 36	25	24
Paraíso		25 a 27	28 + 35 a 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	
Passo De Torres		23 a 24 + 36	35	23 a 24 + 36	25 + 34 a 35	26 a 28 + 32 a 33	23 a 24 + 36	25 a 28 + 33 a 35	29 a 32
Passos Maia	27 + 36	26 + 28 a 35	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Paulo Lopes	23 a 25 + 32 a 36	26 a 31		23 a 36			23 a 36		
Pedras Grandes	36	33 a 35	26 a 32	33 a 36	27 a 32	25 a 26	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25
Penha	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Peritiba		26 a 28 + 34 a 36	25 + 29 a 33	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33	25	27 a 36	26	25
Pescaria Brava	36	33 a 35	23 a 32	33 a 36	24 a 32	23	27 a 28 + 32 a 36	24 a 26 + 29 a 31	23
Petrolândia	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30		26 a 36	25		26 a 36	25	
Pinhalzinho		25 a 27	28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 a 36		26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	
Pinheiro Preto	26 a 27 + 34 a 36	28 a 33	25	26 a 36		25	26 a 36		25
Piratuba	26	27 a 28 + 34 a 36	29 a 33 + 25	26 a 28 + 34 a 36	29 a 33	25	26 a 36		25
Planalto Alegre		26 a 27	25 + 28 + 34 a 36	26 a 27	28 + 34 a 36	29 a 33 + 25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25
Pomerode	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Ponte Alta	34 a 36	27 a 33	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Ponte Alta Do Norte	33 a 36	27 a 32	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Ponte Serrada	27 + 36	26 + 28 a 35		27 a 36	26		27 a 36	26	
Porto Belo	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Porto União	26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33		26 a 36	25		26 a 36	25	
Pouso Redondo	25 a 26 + 34 a 36	27 a 33	24	25 a 36		24	25 a 36		24
Praia Grande	23 a 24	25 + 35 a 36	33 a 34	23 a 25 + 36	26 + 33 a 35	27 a 32	23 a 26 + 33 a 36	27 a 32	
Presidente Castello Branco	27	26 + 28 a 36	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Presidente Getúlio	24 a 25 + 34 a 36	23 + 26 a 33		24 a 36	23		24 a 36	23	
Presidente Nereu	25 + 33 a 36	23 a 24 + 26 a 32		25 a 36	23 a 24		25 a 36	23 a 24	
Princesa	26	27	28 + 32 a 36 + 25	26 a 27	28 a 36	25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25
Quilombo	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24	26 a 36	25	24
Rancho Queimado	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23	25 a 36	24	23	25 a 36	24	23
Rio Das Antas	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Rio Do Campo	26 + 34 a 36	25 + 27 a 33		26 a 36	25		26 a 36	25	
Rio Do Oeste	34 a 36	25 a 33	24	26 a 36	25	24	26 a 36	25	24
Rio Do Sul	25 + 35 a 36	26 a 34	23 a 24	25 a 36		23 a 24	25 a 36		23 a 24
Rio Dos Cedros	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32		23 a 36			23 a 36		
Rio Fortuna	31 a 36	25 a 30	23 a 24	25 a 36		23 a 24	25 a 36		23 a 24
Rio Negrinho	25 + 33 a 36	24 + 26 a 27 + 31 a 32	23 + 28 a 30	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	23	25 a 36	24	23
Rio Rufino	31 a 36	27 a 30		28 a 36	27		28 a 36	27	
Riqueza		25 a 27	24	26 a 27	25 + 28 + 36	24 + 29 a 35	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
Rodeio	23 a 24 + 33 a 36	25 a 26 + 31 a 32	27 a 30	23 a 27 + 31 a 36	28 a 30		23 a 36		
Romelândia	26	25 + 27	24 + 28 + 33 a 36	26 a 27	25 + 28 a 36	24	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Salete	26 + 34 a 36	25 + 27 a 33		26 a 36	25		26 a 36	25	
Saltinho		26 a 27 + 36	25 + 28 + 32 a 35	27	26 + 28 a 36	25	27 a 28 + 33 a 36	26 + 29 a 32	25
	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32		27 a 36	26		27 a 36	26	

Sangão	36	34 a 35	33 + 24	35 a 36	32 a 34 + 27 a 28	29 a 31 + 24 a 26	33 a 36	25 a 32	24
Santa Cecília	33 a 36	26 a 32		27 a 36	26		27 a 36	26	
Santa Helena		25 a 27		26 a 27	25 + 28 + 36	29 a 35	26 a 28	25 + 29 a 36	
Santa Rosa De Lima	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23	25 a 36	24	23	25 a 36	24	23
Santa Rosa Do Sul		23 a 24 + 35 a 36	33 a 34	23 a 24 + 36	25 + 33 a 35	26 a 32	23 a 25 + 33 a 36	26 a 32	
Santa Terezinha	25 + 34 a 36	24 + 26 a 33	23	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	23	25 a 36	24	23
Santa Terezinha Do Progresso	26	25 + 27	24 + 28 + 33 a 36	26 a 27	25 + 28 a 36	24	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
Santiago Do Sul	26	25 + 27 + 35 a 36	28 a 34	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34		26 a 36	25	
Santo Amaro Da Imperatriz	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
São Bento Do Sul	25 + 32 a 36	23 a 24 + 26 a 31		25 a 36	23 a 24		25 a 36	23 a 24	

São Bernardino	26	27 + 35 a 36	28 + 32 a 34 + 25	26 a 27 + 36	28 a 35	25	26 a 36		25
São Bonifácio	25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30		25 a 36	23 a 24		25 a 36	23 a 24	
São Carlos		25 a 27	24 + 36	26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	24 + 29 a 34	26 a 28 + 36	25 + 29 a 35	24
São Cristovão Do Sul	34 a 36	27 a 33		28 a 36	27		28 a 36	27	
São Domingos	26 a 27	25 + 34 a 36	28 a 33	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34		26 a 36	25	
São Francisco Do Sul	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
São João Batista	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
São João Do Itaperiú	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
São João Do Oeste			25 a 27	26 a 27	28	29 + 33 a 36 + 25	26 a 27	28 a 29 + 35 a 36	30 a 34 + 25
São João Do Sul	23	24 + 36	33 a 35	23 a 24 + 36	25 + 33 a 35	26 a 28 + 32	23 a 25 + 33 a 36	26 a 28 + 32	29 a 31
São Joaquim	33 a 36	30 a 32	28 a 29	30 a 36	28 a 29		30 a 36	28 a 29	
São José	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
São José Do Cedro	26	25 + 27	24 + 28 + 32 a 36	26 a 27	25 + 28 a 36	24	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
São José Do Cerrito	27 + 35 a 36	28 a 34	26	27 a 36		26	27 a 36		26
São Lourenço Do Oeste		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25	27 a 36	26	25
São Ludgero	35 a 36	31 a 34	23 a 30	32 a 36	25 a 31	23 a 24	27 a 36	25 a 26	23 a 24
São Martinho	32 a 36	23 a 31		25 + 29 a 36	23 a 24 + 26 a 28		25 a 36	23 a 24	
São Miguel Da Boa Vista		25 a 27	24 + 28 + 33 a 36	26 a 27	25 + 28 a 36	24	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	24
São Miguel Do Oeste		26 a 27	25 + 28 + 35 a 36	26 a 27	28 a 29 + 33 a 36	30 a 32 + 25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25
São Pedro De Alcântara	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Saudades		25 a 27	28 + 34 a 36	26 a 27	25 + 28 a 29 + 33 a 36	30 a 32	26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	
Schroeder	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Seara		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	26 a 27 + 35 a 36	28 a 34	25	26 a 28 + 32 a 36	29 a 31	25
Serra Alta	26	27	28 + 33 a 36 + 25	26 a 27	28 a 36	25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25
Siderópolis	36	32 a 35	23 a 31	32 a 36	25 a 31	23 a 24	27 a 36	25 a 26	23 a 24
Sombrio		23 a 24 + 35 a 36	33 a 34	24 + 36	23 + 25 + 33 a 35	26 a 32	24 + 33 a 36	23 + 25 a 32	
Sul Brasil	26	25 + 27	28 + 32 a 36	26 a 27	25 + 28 a 36		26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	
Taió	26 + 34 a 36	25 + 27 a 33	24	26 a 36	25	24	26 a 36	25	24
Tangará	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33		27 a 36	26		27 a 36	26	
Tigrinhos	26	27	28 + 33 a 36 + 25	26 a 27	28 a 36	25	26 a 28 + 35 a 36	29 a 34	25
Tijucas	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36			23 a 36		
Timbé Do Sul	36	33 a 35 + 23 a 25	26 a 32	25 + 33 a 36	23 a 24 + 26 a 32		25 a 36	23 a 24	
Timbó	23 a 24 + 33 a 36	25 a 26 + 31 a 32	27 a 30	23 a 27 + 31 a 36	28 a 30		23 a 36		
Timbó Grande	34 a 36	26 a 33	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Três Barras	36	33 a 35 + 25 a 27	28 a 32 + 24	26 a 27 + 33 a 36	25 + 28 a 32	24	26 a 36	25	24
Treviso	35 a 36	32 a 34	23 a 31	32 a 36	25 a 31	23 a 24	27 a 36	25 a 26	23 a 24
Treze De Maio	36	33 a 35	27 a 32	33 a 36	27 a 32	25 a 26	32 a 36	26 a 31	25
Treze Tílias	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Trombudo Central	26 + 34 a 36	25 + 27 a 33	24	26 a 36	25	24	26 a 36	25	24
Tubarão	36	33 a 35	23 a 32	33 a 36	27 a 32	23 a 26	27 + 31 a 36	25 a 26 + 28 a 30	23 a 24
Tunápolis		26	25 + 27	26 a 27	28	29 a 36 + 25	26 a 28	29 + 33 a 36	30 a 32 + 25
Turvo	36	34 a 35 + 23 a 24	25 a 33	33 a 36	32 + 23 a 28	29 a 31	25 a 27 + 31 a 36	23 a 24 + 28 a 30	
União Do Oeste		25 a 27	28 + 33 a 36	26 a 27	25 + 28 a 36		26 a 28 + 35 a 36	25 + 29 a 34	
Urubici	31 a 36	28 a 30		29 a 36	28		29 a 36	28	
Urupema	31 a 36	29 a 30	28	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Urussanga	35 a 36	32 a 34	26 a 31	32 a 36	26 a 31	25	27 a 36	26	25
Vargeão	27	26 + 28 a 36	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Vargem	35 a 36	27 a 34	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Vargem Bonita	27	28 a 36	26	27 a 36		26	27 a 36		26
Vidal Ramos	25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30		25 a 36	23 a 24		25 a 36	23 a 24	
Videira	27 + 33 a 36	26 + 28 a 32	25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Vitor Meireles	24 a 25 + 34 a 36	23 + 26 a 33		24 a 27 + 31 a 36	23 + 28 a 30		24 a 36	23	
Witmarsum	25 + 34 a 36	24 + 26 a 33	23	25 a 27 + 31 a 36	24 + 28 a 30	23	25 a 36	24	23
Xanxerê	27	26 + 34 a 36	25 + 28 a 33	27 a 28 + 35 a 36	26 + 29 a 34	25	27 a 36	26	25
Xavantina		26 a 27 + 34 a 36	28 a 33	27 a 28 + 34 a 36	26 + 29 a 33		27 a 36	26	
Xaxim		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	25	27 a 28 + 32 a 36	26 + 29 a 31	25
Zortéa		27 a 36	26	27 a 28 + 33 a 36	29 a 32	26	27 a 36		26

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abdon Batista	36	34 a 35	26 a 33	27 + 32 a 36	28 a 31	26	27 a 36		26
Abelardo Luz		26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	26 a 27 + 31 a 36	28 a 30	25	26 a 36		25
Agrolândia	34 a 36	30 a 33 + 25 a 26	27 a 29	26 a 36	25		26 a 36	25	
Agronômica	35 a 36	31 a 34 + 25	26 a 30 + 24	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	24	26 a 36	25	24
Água Doce	36	30 a 35	26 a 29	27 a 36		26	27 a 36		26
Águas De Chapecó			24 a 25		25 a 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35	26 + 32 + 36	25 + 27 a 28 + 33 a 35	24 + 29 a 31
Águas Frias			24 a 26 + 35 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24
Águas Mornas	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Alfredo Wagner	31 a 36	25 a 30	24	26 a 36	25	24	26 a 36	25	24
Alto Bela Vista		25 + 36	26 a 27 + 33 a 35	26 + 36	25 + 27 a 35		26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	
Anchieta		25	24 + 26 + 35 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24
Angelina	24 + 31 a 36	23 + 25 a 30		24 a 36	23		24 a 36	23	
Anita Garibaldi	36	35	26 a 34	27 + 33 a 36	28 a 32	26	27 a 36		26
Anitápolis	31 a 36	25 a 30	24	27 a 36	25 a 26	24	26 a 36	25	24
Antônio Carlos	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Apiúna	23 + 34 a 36	24 a 25 + 31 a 33	26 a 30	23 a 26 + 30 a 36	27 a 29		23 a 36		
Arabutã		36	32 a 35 + 25 a 27	26 + 36	27 a 35	25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25
Araquari	31 a 36	30 + 23	24 a 29	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Araranguá		35 a 36	34	35 a 36	33 a 34	23 a 32	34 a 36	24 a 33	23
Armazém	35 a 36	31 a 34 + 23	24 a 30	31 a 36	23 a 30		26 a 36	23 a 25	

Arroio Trinta	36	31 a 35 + 26	27 a 30 + 25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25	27 a 36	26	25
Arvoredo		36	34 a 35 + 25 a 26	26 + 36	27 + 32 a 35	28 a 31 + 25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25
Ascurra	23 + 34 a 36	24 a 25 + 31 a 33	26 a 30	23 a 26 + 31 a 36	27 a 30		23 a 36		
Atalanta	34 a 36	30 a 33 + 25 a 26	27 a 29	26 a 36	25		26 a 36	25	
Aurora	34 a 36	31 a 33 + 25	26 a 30 + 24	26 a 36	25	24	26 a 36	25	24
Balneário Arroio Do Silva		36	34 a 35	35 a 36	33 a 34	32 + 23 a 27	34 a 36	32 a 33 + 23 a 27	28 a 31
Balneário Barra Do Sul	31 a 36	30 + 23	24 a 29	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Balneário Camboriú	23 + 32 a 36	24 a 25 + 30 a 31	26 a 29	23 a 36			23 a 36		
Balneário Gaivota		36	35	36	34 a 35 + 23	32 a 33 + 24 a 26	23 + 35 a 36	24 a 26 + 32 a 34	27 a 31
Balneário Piçarras	32 a 36	30 a 31 + 23 a 25	26 a 29	23 a 36			23 a 36		
Balneário Rincão		35 a 36	34	35 a 36	33 a 34	26 a 32	34 a 36	32 a 33 + 26 a 28	29 a 31 + 24 a 25
Bandeirante			25	26	25 + 27 + 36	28 + 32 a 35	26 a 27	25 + 28 + 32 a 36	29 a 31
Barra Bonita		25	24 + 26 + 36	25 a 26	27 + 35 a 36	28 a 34 + 24	25 a 27 + 36	28 a 35	24
Barra Velha	32 a 36	30 a 31 + 23	24 a 29	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Bela Vista Do Toldo	35 a 36	32 a 34 + 25	26 a 31	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31		26 a 36	25	
Belmonte			25		25 a 27 + 36	28 + 34 a 35	26	25 + 27 a 28 + 32 a 36	29 a 31
Benedito Novo	23 + 34 a 36	24 a 25 + 31 a 33	26 a 30	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36		
Biguaçu	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Blumenau	23 + 33 a 36	24 a 25 + 31 a 32	26 a 30	23 a 26 + 30 a 36	27 a 29		23 a 36		
Bocaina Do Sul	34 a 36	27 a 33	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Bom Jardim Da Serra	35 a 36	31 a 34	28 a 30	31 a 36	28 a 30		29 a 36	28	
Bom Jesus		26 + 35 a 36	25 + 27 + 31 a 34	34 a 36	26 a 33	25	27 a 36	26	25
Bom Jesus Do Oeste			25 a 26 + 36		26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25
Bom Retiro	32 a 36	27 a 31	26	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Bombinhas	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Botuverá	23 a 24 + 32 a 36	25 + 30 a 31	26 a 29	23 a 36			23 a 36		
Braço Do Norte	34 a 36	31 a 33	23 a 30	31 a 36	24 a 30	23	26 a 36	24 a 25	23
Braço Do Trombudo	35 a 36	31 a 34 + 25 a 26	27 a 30	26 a 36	25		26 a 36	25	
Brunópolis	36	31 a 35	26 a 30	27 + 31 a 36	28 a 30	26	27 a 36		26
Brusque	23 a 24 + 32 a 36	25 + 30 a 31	26 a 29	23 a 36			23 a 36		
Caçador	35 a 36	30 a 34 + 26	27 a 29	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30		27 a 36	26	
Caibi			24 a 25		25 a 26 + 36	24 + 27 a 28 + 32 a 35	26	25 + 27 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31
Calmon	35 a 36	31 a 34	26 a 30	27 + 31 a 36	28 a 30	26	27 a 36		26
Camboriú	23 + 32 a 36	24 a 25 + 30 a 31	26 a 29	23 a 36			23 a 36		
Campo Alegre	24 + 31 a 36	23 + 25 + 30	26 a 29	24 a 25 + 30 a 36	23 + 26 a 29		24 a 36	23	
Campo Belo Do Sul	36	34 a 35	27 a 33	31 a 36	27 a 30		28 a 36	27	
Campo Erê			26 + 34 a 36	36	33 a 35 + 26 a 27	28 a 32	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	
Campos Novos	36	32 a 35	26 a 31	31 a 36	27 a 30	26	28 a 36	27	26
Canelinha	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Canoinhas	36	33 a 35	25 a 32	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31		26 a 36	25	
Capão Alto	35 a 36	31 a 34	27 a 30	28 a 36	27		28 a 36	27	
Capinzal		35 a 36	31 a 34 + 26 a 27	34 a 36	26 a 33		27 a 36	26	
Capivari De Baixo	36	34 a 35	32 a 33	34 a 36	31 a 33	23 a 30	32 a 36	24 a 31	23
Catanduvas	36	31 a 35 + 26	27 a 30	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30		27 a 36	26	
Caxambu Do Sul			24 a 25 + 36		25 a 27 + 35 a 36	24 + 28 + 32 a 34	26 + 32 + 36	25 + 27 a 28 + 33 a 35	24 + 29 a 31
Celso Ramos		35 a 36	31 a 34 + 26 a 27	34 a 36	27 a 33	26	27 a 36		26
Cerro Negro	36	34 a 35	26 a 33	33 a 36	27 a 32	26	27 a 36		26
Chapadão Do Lageado	33 a 36	25 a 32	23 a 24	25 a 36		23 a 24	25 a 36		23 a 24
Chapecó			25 a 26 + 34 a 36		26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25
Cocal Do Sul	36	34 a 35	32 a 33	34 a 36	31 a 33	25 a 30	32 a 36	26 a 31	25
Concórdia		36	31 a 35 + 25 a 27	26 + 34 a 36	25 + 27 a 33		26 a 36	25	
Cordilheira Alta			26 + 34 a 36	36	33 a 35 + 26 a 27	28 a 32	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	
Coronel Freitas		25 + 36	24 + 26 + 34 a 35	26 + 36	25 + 27 + 33 a 35	24 + 28 a 32	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24
Coronel Martins		25 + 36	26 a 27 + 32 a 35	26 + 36	25 + 27 a 35		26 a 28 + 32 a 36	25 + 29 a 31	
Correia Pinto	35 a 36	31 a 34 + 27	28 a 30 + 26	27 a 36		26	27 a 36		26
Corupá	23 a 24 + 32 a 36	25 + 30 a 31	26 a 29	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Criciúma	36	34 a 35	33	34 a 36	32 a 33	24 a 31	32 a 36	25 a 31	24
Cunha Porã			25 a 26		26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	27 + 32 + 36	26 + 28 a 31 + 33 a 35	25
Cunhataí			25		26 a 27 + 36	25 + 28 + 32 a 35	27 + 32	26 + 28 + 33 a 36	25 + 29 a 31
Curitibanos	35 a 36	31 a 34	26 a 30	27 a 36		26	27 a 36		26
Descanso			24 a 25		25 a 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35	26 a 27	25 + 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31
Dionísio Cerqueira			25 a 26 + 35 a 36		26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	27 + 35 a 36	26 + 28 a 34	25
Dona Emma	35 a 36	32 a 34 + 23 a 25	26 a 31	25 a 26 + 31 a 36	23 a 24 + 27 a 30		25 a 36	23 a 24	
Doutor Pedrinho	24 + 34 a 36	23 + 25 + 31 a 33	26 a 30	24 a 25 + 31 a 36	23 + 26 a 30		24 a 36	23	
Entre Rios		25 + 36	24 + 26 a 27 + 32 a 35	26 + 35 a 36	25 + 27 a 34	24	26 a 36	25	24
Ermo		35 a 36	34 + 23	35 a 36	33 a 34 + 23	24 a 32	34 a 36	23 a 33	
Erval Velho	36	32 a 35 + 26	27 a 31	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31		27 a 36	26	
Faxinal Dos Guedes		34 a 36	31 a 33 + 26 a 27	34 a 36	26 a 33		27 a 36	26	
Flor Do Sertão			24 a 26 + 36	25 a 26	27 + 35 a 36	28 a 34 + 24	25 a 27 + 32 + 36	28 a 31 + 33 a 35	24
Florianópolis	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Formosa Do Sul			25 a 26 + 33 a 36	26	27 + 32 a 36	28 a 31 + 25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25
Forquilhinha	36	34 a 35	33	34 a 36	32 a 33	23 a 31	32 a 36	24 a 31	23
Fraiburgo	35 a 36	31 a 34	26 a 30	27 + 31 a 36	28 a 30	26	27 a 36		26
Frei Rogério	35 a 36	31 a 34 + 26	27 a 30	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30		27 a 36	26	
Galvão		36	32 a 35 + 25 a 27	26 + 36	27 a 35	25	26 a 36		25
Garopaba	23 + 33 a 36	24 + 31 a 32	25 a 30	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36		
Garuva	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Gaspar	23 + 33 a 36	24 a 25 + 31 a 32	26 a 30	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Governador Celso Ramos	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Grão Pará	32 a 36	31	23 a 30	30 a 36	24 a 29	23	25 a 36	24	23
Gravatal	35 a 36	33 a 34	31 a 32 + 23	33 a 36	31 a 32 + 26 a 27	28 a 30 + 23 a 25	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Guabiruba	23 + 32 a 36	24 a 25 + 30 a 31	26 a 29	23 a 36			23 a 36		
Guaraciaba		25	24 + 26 + 36	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	24
Guaramirim	31 a 36	30 + 23	24 a 29	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Guarujá Do Sul		25	26 + 35 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	28 a 33	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	
Guatambú			25 + 36		25 a 27 + 34 a 36	28 a 33	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31	
Herval D'Oeste	36	32 a 35 + 26	27 a 31 + 25	26 a 27 + 31 a 36	28 a 30	25	26 a 36		25

Ibiam	36	31 a 35	26 a 30	27 + 31 a 36	28 a 30	26	27 a 36		26
Ibicaré	36	31 a 35 + 26	27 a 30 + 25	26 a 27 + 31 a 36	28 a 30	25	26 a 36		25
Ibirama	23 + 35 a 36	24 a 25 + 32 a 34	26 a 31	23 a 26 + 31 a 36	27 a 30		23 a 36		
Içara		35 a 36	33 a 34	35 a 36	32 a 34	25 a 31	34 a 36	26 a 33	24 a 25
Ilhota	32 a 36	30 a 31 + 23	24 a 29	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Imaruí	35 a 36	31 a 34 + 23	24 a 30	31 a 36	23 a 30		26 a 36	23 a 25	
Imbituba	35 a 36	31 a 34 + 23	24 a 30	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36		
Imbuia	33 a 36	25 a 32		26 a 36	25		26 a 36	25	
Indaial	23 + 34 a 36	24 a 25 + 31 a 33	26 a 30	23 a 26 + 30 a 36	27 a 29		23 a 36		
Iomerê	36	31 a 35 + 26	27 a 30 + 25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25	27 a 36	26	25
Ipira		35 a 36	31 a 34 + 25 a 27	34 a 36	26 a 33	25	27 a 36	26	25
Iporã Do Oeste			25		25 a 26	27 + 34 a 36	26	25 + 27 + 32 a 36	28 a 31
Ipuaçu		25 a 26 + 34 a 36	27 + 31 a 33	26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33		26 a 36	25	
Ipumirim		35 a 36	31 a 34 + 26 a 27	34 a 36	26 a 33		27 a 36	26	
Iraceminha			24 a 25	26	25 + 27 + 36	24 + 28 a 35	26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	24
Irani		32 a 36	25 a 31	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25	27 a 36	26	25
Irati		25	26 + 34 a 36	26	25 + 27 + 33 a 36	28 a 32	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	
Irineópolis	35 a 36	32 a 34 + 25	26 a 31	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31		26 a 36	25	
Itá		25 + 36	24 + 26 + 34 a 35	26 + 36	25 + 27 + 33 a 35	24 + 28 a 32	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24
Itaiópolis	35 a 36	31 a 34 + 25	26 a 30 + 24	25 a 26 + 31 a 36	27 a 30	24	25 a 36		24
Itajaí	23 + 32 a 36	24 a 25 + 30 a 31	26 a 29	23 a 36			23 a 36		
Itapema	23 a 24 + 31 a 36	25 + 30	26 a 29	23 a 36			23 a 36		
Itapiranga			24		25 a 26	24 + 27 + 35 a 36	26	25 + 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31
Itapoá	30 a 36	23 a 29		23 a 36			23 a 36		
Ituporanga	34 a 36	25 a 33	24	25 a 36		24	25 a 36		24
Jaborá		32 a 36	26 a 31	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31		27 a 36	26	
Jacinto Machado		23 + 35 a 36	33 a 34	35 a 36	32 a 34 + 23 a 25	26 a 31	24 a 25 + 32 a 36	23 + 26 a 31	
Jaguaruna		35 a 36	34	35 a 36	33 a 34	23 a 32	34 a 36	26 a 33	23 a 25
Jaraguá Do Sul	23 + 31 a 36	24 + 30	25 a 29	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Jardinópolis		25	26 + 34 a 36	26	25 + 27 + 33 a 36	28 a 32	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	
Joaçaba	36	32 a 35 + 26	27 a 31	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31		27 a 36	26	
Joinville	23 a 24 + 31 a 36	30	25 a 29	23 a 25 + 29 a 36	26 a 28		23 a 36		
José Boiteux	24 + 35 a 36	23 + 25 + 31 a 34	26 a 30	24 a 26 + 31 a 36	23 + 27 a 30		24 a 36	23	
Jupiá			25 a 27 + 32 a 36	26 + 36	27 a 35	25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25
Lacerdópolis		26 + 33 a 36	25 + 27 a 32	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25	26 a 36		25
Lages	34 a 36	27 a 33		28 a 36	27		28 a 36	27	
Laguna	36	35	33 a 34	34 a 36	32 a 33	23 a 31	32 a 36	24 a 31	23
Lajeado Grande		36	33 a 35 + 25 a 27	36	26 a 35	25	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25
Laurentino	35 a 36	32 a 34 + 25	26 a 31 + 24	25 a 26 + 32 a 36	27 a 31	24	25 a 36		24
Lauro Muller	35 a 36	31 a 34	24	31 a 36	25 a 30	24	26 a 36	25	24
Lebon Régis	35 a 36	31 a 34 + 26	27 a 30	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30		27 a 36	26	
Leoberto Leal	31 a 36	23 a 30		25 a 36	23 a 24		25 a 36	23 a 24	
Lindóia Do Sul		34 a 36	31 a 33 + 26 a 27	34 a 36	26 a 33		27 a 36	26	
Lontras	35 a 36	32 a 34 + 23 a 25	26 a 31	24 a 26 + 31 a 36	23 + 27 a 30		24 a 36	23	
Luiz Alves	33 a 36	30 a 32 + 23	24 a 29	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Luzerna	36	31 a 35 + 26	27 a 30 + 25	26 a 27 + 31 a 36	28 a 30	25	26 a 36		25
Macieira	36	30 a 35	26 a 29	27 a 36		26	27 a 36		26
Mafra	35 a 36	31 a 34	30 + 23 a 26	31 a 36	25 a 30	23 a 24	26 a 36	25	23 a 24
Major Gercino	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Major Vieira	35 a 36	32 a 34 + 25	26 a 31	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31		26 a 36	25	
Maracajá		35 a 36	34	35 a 36	33 a 34	24 a 32	34 a 36	25 a 33	24
Maravilha			25 a 26 + 36		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	27 + 32 + 36	26 + 28 a 31 + 33 a 35	25
Marema		25 + 36	24 + 26 a 27 + 33 a 35	26 + 36	25 + 27 a 35	24	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24
Massaranduba	32 a 36	30 a 31 + 23	24 a 29	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Matos Costa	35 a 36	30 a 34 + 26	27 a 29	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30		27 a 36	26	
Meleiro	36	34 a 35	33 + 23	34 a 36	32 a 33 + 24	25 a 31 + 23	32 a 36	24 a 31	23
Mirim Doce	35 a 36	31 a 34 + 25 a 26	27 a 30	26 a 36	25		26 a 36	25	
Modelo			25 a 26 + 36		26 a 27 + 34 a 36	25 + 28 a 33	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25
Mondaí			24		25 a 26	24 + 27 + 34 a 36	26	25 + 27 + 32 a 36	24 + 28 a 31
Monte Carlo	36	31 a 35	26 a 30	31 a 36	27 a 30	26	28 a 36	27	26
Monte Castelo	35 a 36	32 a 34 + 25	26 a 31	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30		26 a 36	25	
Morro Da Fumaça	36	35	33 a 34	34 a 36	32 a 33	25 a 31	32 a 36	26 a 31	25
Morro Grande	35 a 36	33 a 34 + 23	31 a 32	32 a 36	31 + 23 a 26	27 a 30	25 + 31 a 36	23 a 24 + 26 a 30	
Navegantes	32 a 36	30 a 31 + 23 a 25	26 a 29	23 a 36			23 a 36		
Nova Erechim			24 a 26 + 36	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	26 a 27 + 32 + 36	25 + 28 a 31 + 33 a 35	24
Nova Itaberaba			24 a 26 + 35 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24
Nova Trento	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Nova Veneza	36	34 a 35	31 a 33 + 23	34 a 36	31 a 33 + 23 a 24	25 a 30	32 a 36	23 a 31	
Novo Horizonte			25 a 26 + 33 a 36	26 + 36	27 a 28 + 32 a 35	29 a 31 + 25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25
Orleans	34 a 36	31 a 33	25 a 30	31 a 36	25 a 30		26 a 36	25	
Otacílio Costa	34 a 36	30 a 33	26 a 29	28 a 36	27	26	28 a 36	27	26
Ouro		34 a 36	25 a 33	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25	27 a 36	26	25
Ouro Verde		26 + 34 a 36	25 + 27 a 33	27 + 34 a 36	26 + 28 a 33	25	27 a 36	26	25
Paial			24 a 25 + 34 a 36	26 + 36	25 + 27 + 34 a 35	24 + 28 a 33	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31	24
Painel	34 a 36	28 a 33		29 a 36	28		29 a 36	28	
Palhoça	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Palma Sola		25	26 a 27 + 34 a 36	26 + 36	25 + 27 + 33 a 35	28 a 32	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	
Palmeira	35 a 36	31 a 34	26 a 30	27 a 36		26	27 a 36		26
Palmitos			25		25 a 26 + 36	27 a 28 + 33 a 35	26	25 + 27 a 28 + 32 a 36	29 a 31
Papanduva	35 a 36	32 a 34 + 25	26 a 31 + 24	26 + 32 a 36	25 + 27 a 31	24	26 a 36	25	24
Paraíso			25 a 26	26	25 + 27 + 36	28 a 35	26 a 27 + 36	25 + 28 a 35	
Passo De Torres			35 a 36	36	35 + 23	32 a 34 + 24 a 25	23 + 35 a 36	24 a 25 + 33 a 34	26 a 32
Passos Maia	36	31 a 35 + 26	27 a 30 + 25	27 a 36	26	25	27 a 36	26	25
Paulo Lopes	23 + 31 a 36	24 + 30	25 a 29	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Pedras Grandes	36	34 a 35	31 a 33	34 a 36	31 a 33	25 a 30	32 a 36	26 a 31	25
Penha	32 a 36	30 a 31 + 23 a 25	26 a 29	23 a 36			23 a 36		
Peritiba		36	31 a 35 + 25 a 27	34 a 36	26 a 33	25	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25
Pescaria Brava	36	34 a 35	32 a 33	34 a 36	31 a 33	23 a 30	32 a 36	24 a 31	23
Petrolândia	34 a 36	25 a 33		26 a 36	25		26 a 36	25	
Pinhalzinho			25 a 26 + 36	26	25 + 27 + 34 a 36	28 a 33	26 a 27 + 32 + 36	25 + 28 a 31 + 33 a 35	

Pinheiro Preto	36	31 a 35 + 26	27 a 30 + 25	26 a 27 + 31 a 36	28 a 30	25	26 a 36		25
Piratuba		36	33 a 35 + 25 a 27	26 + 35 a 36	27 a 34	25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25
Planalto Alegre			25 + 36		26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25
Pomerode	23 + 33 a 36	24 + 31 a 32	25 a 30	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Ponte Alta	35 a 36	31 a 34	26 a 30	27 a 36		26	27 a 36		26
Ponte Alta Do Norte	35 a 36	31 a 34	26 a 30	27 + 31 a 36	28 a 30	26	27 a 36		26
Ponte Serrada	36	31 a 35 + 26	27 a 30	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30		27 a 36	26	
Porto Belo	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Porto União	35 a 36	31 a 34 + 25 a 26	27 a 30	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30		26 a 36	25	
Pouso Redondo	35 a 36	31 a 34 + 25 a 26	27 a 30 + 24	25 a 36		24	25 a 36		24
Praia Grande		23 + 36	24 + 35	23 a 24 + 35 a 36	25 + 33 a 34	26 a 27 + 31 a 32	23 a 24 + 34 a 36	25 a 27 + 32 a 33	28 a 31
Presidente Castello Branco		34 a 36	25 a 33	32 a 36	26 a 31	25	27 a 36	26	25
Presidente Getúlio	35 a 36	32 a 34 + 23 a 25	26 a 31	24 a 26 + 31 a 36	23 + 27 a 30		24 a 36	23	
Presidente Nereu	33 a 36	30 a 32 + 23 a 25	26 a 29	25 a 36	23 a 24		25 a 36	23 a 24	
Princesa			25 a 26 + 35 a 36	26	27 + 35 a 36	28 a 34 + 25	26 a 27 + 35 a 36	28 a 34	25
Quilombo		25 + 36	24 + 26 a 27 + 33 a 35	26 + 36	25 + 27 a 35	24	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24
Rancho Queimado	31 a 36	24 a 30	23	25 a 36	24	23	25 a 36	24	23
Rio Das Antas	35 a 36	31 a 34 + 26	27 a 30 + 25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25	27 a 36	26	25
Rio Do Campo	35 a 36	32 a 34 + 25 a 26	27 a 31	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30		26 a 36	25	
Rio Do Oeste	35 a 36	32 a 34 + 25	26 a 31 + 24	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	24	26 a 36	25	24
Rio Do Sul	35 a 36	32 a 34 + 25	26 a 31 + 23 a 24	25 a 26 + 31 a 36	27 a 30	23 a 24	25 a 36		23 a 24
Rio Dos Cedros	23 + 33 a 36	24 a 25 + 31 a 32	26 a 30	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Rio Fortuna	32 a 36	30 a 31	23 a 29	30 a 36	25 a 29	23 a 24	25 a 36		23 a 24
Rio Negrinho	35 a 36	31 a 34 + 24 a 25	26 a 30 + 23	25 + 31 a 36	24 + 26 a 30	23	25 a 36	24	23
Rio Rufino	34 a 36	28 a 33	27	28 a 36	27		28 a 36	27	
Riqueza			24 a 25		25 a 26 + 36	24 + 27 a 28 + 33 a 35	26	25 + 27 a 28 + 32 a 36	24 + 29 a 31
Rodeio	23 + 34 a 36	24 a 25 + 31 a 33	26 a 30	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36		
Romelândia		25	24 + 26 + 36	26	25 + 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24
Salete	35 a 36	32 a 34 + 25	26 a 31	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30		26 a 36	25	
Saltinho			25 a 26 + 34 a 36		26 a 27 + 33 a 36	25 + 28 a 32	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25
Salto Veloso	36	31 a 35 + 26	27 a 30	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30		27 a 36	26	
Sangão		35 a 36	33 a 34	35 a 36	32 a 34	26 a 31	34 a 36	26 a 33	24 a 25
Santa Cecília	35 a 36	31 a 34 + 26	27 a 30	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30		27 a 36	26	
Santa Helena			25		25 a 26	27 + 34 a 36	26	25 + 27 + 32 a 36	28 a 31
Santa Rosa De Lima	31 a 36	30 + 24	25 a 29 + 23	25 a 36	24	23	25 a 36	24	23
Santa Rosa Do Sul		36	34 a 35 + 23	23 + 35 a 36	24 + 33 a 34	25 a 27 + 31 a 32	23 a 24 + 34 a 36	25 a 27 + 32 a 33	28 a 31
Santa Terezinha	35 a 36	32 a 34 + 24 a 25	26 a 31 + 23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23	25 a 36	24	23
Santa Terezinha Do Progresso		25	24 + 26 + 35 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24
Santiago Do Sul		25	26 a 27 + 33 a 36	26 + 36	25 + 27 a 35		26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	
Santo Amaro Da Imperatriz	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
São Bento Do Sul	32 a 36	30 a 31 + 23 a 25	26 a 29	25 + 30 a 36	23 a 24 + 26 a 29		25 a 36	23 a 24	
São Bernardino			25 a 26 + 33 a 36	26 + 36	27 a 28 + 32 a 35	29 a 31 + 25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25
São Bonifácio	31 a 36	30 + 23 a 25	26 a 29	25 a 36	23 a 24		25 a 36	23 a 24	
São Carlos			24 a 25		25 a 27 + 36	24 + 28 + 32 a 35	26 + 32	25 + 27 a 28 + 33 a 36	24 + 29 a 31
São Cristovão Do Sul	35 a 36	31 a 34	27 a 30	30 a 36	27 a 29		28 a 36	27	
São Domingos		25 a 26 + 35 a 36	27 + 31 a 34	26 + 35 a 36	25 + 27 a 34		26 a 36	25	
São Francisco Do Sul	31 a 36	23 a 30		23 a 36			23 a 36		
São João Batista	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
São João Do Itaperiú	32 a 36	30 a 31 + 23	24 a 29	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
São João Do Oeste					26	25 + 27 + 35 a 36	26	27 + 32 a 36	28 a 31 + 25
São João Do Sul		36	35 + 23	23 + 36	24 + 33 a 35	25 + 32	23 a 24 + 35 a 36	25 a 26 + 32 a 34	27 a 31
São Joaquim	35 a 36	31 a 34	28 a 30	30 a 36	28 a 29		30 a 36	28 a 29	
São José	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
São José Do Cedro		25	24 + 26 + 35 a 36	26	25 + 27 + 34 a 36	24 + 28 a 33	26 a 27 + 35 a 36	25 + 28 a 34	24
São José Do Cerrito	35 a 36	31 a 34	26 a 30	27 + 31 a 36	28 a 30	26	27 a 36		26
São Lourenço Do Oeste			25 a 26 + 33 a 36	36	32 a 35 + 26 a 28	29 a 31 + 25	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25
São Ludgero	35 a 36	33 a 34	31 a 32 + 23	32 a 36	26 a 31	23 a 25	30 a 36	25 a 29	23 a 24
São Martinho	32 a 36	31 + 23	24 a 30	31 a 36	23 a 30		25 a 36	23 a 24	
São Miguel Da Boa Vista			24 a 26 + 36	26	25 + 27 + 35 a 36	24 + 28 a 34	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	24
São Miguel Do Oeste			25 a 26 + 36	26	27 + 35 a 36	28 a 34 + 25	26 a 27 + 36	28 a 35	25
São Pedro De Alcântara	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Saudades			25 a 26 + 36	26	25 + 27 + 35 a 36	28 a 34	26 a 27 + 32 + 36	25 + 28 a 31 + 33 a 35	
Schroeder	23 a 24 + 31 a 36	30	25 a 29	23 a 25 + 30 a 36	26 a 29		23 a 36		
Seara		36	33 a 35 + 25 a 26	26 + 36	27 + 31 a 35	28 a 30 + 25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25
Serra Alta			25 a 26 + 35 a 36	26	27 + 33 a 36	28 a 32 + 25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25
Siderópolis	35 a 36	33 a 34	31 a 32 + 23	32 a 36	31	23 a 30	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Sombrio		35 a 36	34	35 a 36	33 a 34 + 23	31 a 32 + 24 a 27	34 a 36	31 a 33 + 23 a 27	28 a 30
Sul Brasil		25	26 + 34 a 36	26	25 + 27 + 33 a 36	28 a 32	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	
Taió	35 a 36	31 a 34 + 25 a 26	27 a 30 + 24	26 + 31 a 36	25 + 27 a 30	24	26 a 36	25	24

Tangará	36	31 a 35 + 26	27 a 30	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30		27 a 36	26	
Tigrinhos			25 a 26 + 36	26	27 + 34 a 36	28 a 33 + 25	26 a 27 + 32 a 36	28 a 31	25
Tijucas	23 a 24 + 31 a 36	25 a 30		23 a 36			23 a 36		
Timbé Do Sul	36	34 a 35 + 23	31 a 33 + 24	34 a 36	31 a 33 + 23 a 26	27 a 30	25 + 32 a 36	23 a 24 + 26 a 31	
Timbó	23 + 34 a 36	24 + 31 a 33	25 a 30	23 a 25 + 31 a 36	26 a 30		23 a 36		
Timbó Grande	35 a 36	31 a 34 + 26	27 a 30 + 25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25	27 a 36	26	25
Três Barras	36	33 a 35	30 a 32 + 24 a 26	33 a 36	25 a 32	24	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	24
Treviso	35 a 36	32 a 34	31 + 23	32 a 36	30 a 31 + 26	27 a 29 + 23 a 25	31 a 36	25 a 30	23 a 24
Treze De Maio	36	34 a 35	33	34 a 36	32 a 33	25 a 31	32 a 36	26 a 31	25

Treze Tílias	36	31 a 35 + 26	27 a 30 + 25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25	27 a 36	26	25
Trombudo Central	35 a 36	32 a 34 + 25 a 26	27 a 31 + 24	26 a 27 + 31 a 36	25 + 28 a 30	24	26 a 36	25	24
Tubarão	36	34 a 35	32 a 33	34 a 36	31 a 33	23 a 30	32 a 36	25 a 31	23 a 24
Tunápolis			25		26	25 + 27 + 34 a 36	26	27 + 32 a 36	28 a 31 + 25
Turvo	36	34 a 35	33 + 23	34 a 36	32 a 33 + 23 a 24	25 a 31	32 a 36	23 a 31	
União Do Oeste			25 a 26 + 34 a 36	26	25 + 27 + 33 a 36	28 a 32	26 a 27 + 32 a 36	25 + 28 a 31	
Urubici	32 a 36	30 a 31	28 a 29	30 a 36	28 a 29		29 a 36	28	
Urupema	34 a 36	30 a 33	28 a 29	30 a 36	29	28	30 a 36	29	28
Urussanga	35 a 36	33 a 34	31 a 32	32 a 36	31	25 a 30	31 a 36	26 a 30	25
Vargeão		26 + 32 a 36	25 + 27 a 31	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25	27 a 36	26	25
Vargem	36	32 a 35	26 a 31	27 + 31 a 36	28 a 30	26	27 a 36		26
Vargem Bonita	36	31 a 35	26 a 30	27 + 31 a 36	28 a 30	26	27 a 36		26
Vidal Ramos	33 a 36	23 a 32		25 a 36	23 a 24		25 a 36	23 a 24	
Videira	35 a 36	31 a 34 + 26	27 a 30 + 25	27 + 31 a 36	26 + 28 a 30	25	27 a 36	26	25
Vitor Meireles	24 + 35 a 36	23 + 25 + 32 a 34	26 a 31	24 a 26 + 31 a 36	23 + 27 a 30		24 a 36	23	
Witmarsum	35 a 36	32 a 34 + 24 a 25	26 a 31 + 23	25 a 26 + 31 a 36	24 + 27 a 30	23	25 a 36	24	23
Xanxerê		36	32 a 35 + 25 a 27	35 a 36	26 a 34	25	27 a 36	26	25
Xavantina		36	32 a 35 + 26 a 27	36	31 a 35 + 26 a 27	28 a 30	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	
Xaxim		36	33 a 35 + 25 a 26	36	31 a 35 + 26 a 27	28 a 30 + 25	27 + 32 a 36	26 + 28 a 31	25
Zortéa		35 a 36	31 a 34 + 26 a 27	34 a 36	27 a 33	26	27 a 36		26

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 776, DE 20 DE ABRIL DE 2020

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno aprovado pelo Presidente por meio da Portaria nº 531 de 23 de março de 2020; e:

Considerando o disposto no Decreto nº 8.638, de 10 de maio de 2016, na Instrução Normativa ME / SGD nº 01, de 04 de abril de 2019; e na Portaria ME / SGD nº 778, de 04 de abril de 2019;

Considerando a necessidade de comando estratégico sobre recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a cargo da alta direção; resolve:

Art. 1º Instituir Comitê de Governança Digital (CGD) para deliberações sobre investimentos, diretrizes e normas sobre recursos de TIC do Incra, acumulando as atribuições do Comitê de Tecnologia da Informação - CTI.

Art. 2º O CGD, unidade Colegiada de nível estratégico da Autarquia, será composto pelas seguintes autoridades:

I - Diretor de Gestão Operacional (DO); que o presidirá;

II - Chefe de Gabinete;

III - Diretor da Câmara de Conciliação Agrária (CCA);

IV - Diretor de Gestão Estratégica (DE);

V - Diretor de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento (DD);

VI - Diretor de Governança Fundiária (DF); e

VII - Coordenador-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação.

Art. 3º O Procurador-Chefe participará, sem direito a voto, das reuniões do Comitê de Governança Digital para fins de consultoria e assessoramento jurídico.

Art. 4º Em caso de afastamento ou impedimento legal de algum dos representantes, as atividades inerentes ao CGD serão desempenhadas por seus substitutos legais e regimentais.

Art. 5º O Coordenador-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação - DOT, atuará como Secretário Executivo do CGD, incumbindo-lhe a prestação de todo apoio técnico e logístico necessário ao seu funcionamento.

Art. 6º O CGD deverá se reunir:

a) trimestralmente para reuniões ordinárias, observada a convocação prévia e a respectiva propositura de pauta; e

b) a qualquer tempo, em caráter extraordinário, por convocação de um dos membros do CGD.

§ Único - as reuniões também poderão ocorrer por videoconferência a decisão do presidente do Comitê.

Art. 7º Compete ao CGD:

I - Aprovar e monitorar, com o apoio da Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação do Incra, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC);

II - Aprovar o Plano Anual de Contratações de Soluções de TIC;

III - Aprovar Normas e Diretrizes de Gestão de TIC, Segurança da Informação e Comunicações e Política de Dados da Autarquia;

IV - Aprovar e monitorar o Programa de Continuidade de Negócios da Autarquia;

V - Elaborar e aprovar Relatórios Executivos periódicos, conforme a necessidade, e anual conforme definido no artigo 10;

VI - Decidir sobre a Política de Classificação das Informações;

VII - Aprovar o Plano de Dados Abertos (PDA) e monitorar as ações de compartilhamento de dados;

VIII - Monitorar as ações do Plano de Transformação Digital pactuado com o órgão central do SISP; e

IX - Outras competências inerentes ao Colegiado.

Art. 8º O quórum para as reuniões do CGD será de pelo menos metade mais um de seus membros; as decisões exigirão concordância de metade mais um dos presentes.

Art. 9º A Coordenação Geral de Tecnologia e Gestão da Informação (DOT) prestará apoio técnico e administrativo ao CGD.

Art. 10 Ao final de cada exercício, na última reunião ordinária, o CGD apresentará e aprovará o relatório executivo relativo à governança digital do Incra, submetido à aprovação do presidente da Autarquia e integrante do Relatório Anual de Gestão.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS

PORTARIA Nº 72, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Portaria nº 942, de 17 de maio de 2019, e o art. 53 da Instrução Normativa MC nº 02/2019, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº2, de 23 de abril de 2019, conforme anexo I.

Art. 2º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AYRTON GALICIANI MARTINELLO

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO (R$)
126438	2ª Mostra da Dança Tradicional e da Gaita Gaúcha	VH - Produções Culturais e Artísticas LTDA - ME	Evento aonde uniremos os maiores Grupos de Dança Tradicional e os Maiores Gaiteiros do Rio Grande do Sul em forma de mostra.	165.000,00
140403	Brincando com o Folclore	Palco Produções Artísticas LTDA	Realização de temporada popular e gratuita do espetáculo SE ESSA RUA FOSSE MINHA ESPETÁCULO DE BRINCAR.	334.100,00
162418	Cine Air Festival	SAGRE Consultoria Empresarial Ltda.	Mostra audiovisual com curtas e médias metragens de produção nacional e filmes clássicos do cinema mundial.	324.789,54
180815	12ª Mostra CineBH	Universo Produção LTDA	Exibir mais de 60 filmes, promover debates, realizar oficinas, workshops, mostrinha de cinema, sessões cine-escola e atrações artísticas.	500.000,00
177821	13ª CineOP - Mostra de Cinema de Ouro Preto	Universo Produção LTDA	Exibição de mais de 50 filmes, realizar o programa A escola vai ao cinema, debates, oficinas, encontros, exposição temática e manifestações artísticas.	800.000,00
171634	11ª Mostra CineBH	Universo Produção LTDA	Exibir mais de 50 filmes, promover debates, realizar oficinas, workshops, mostrinha de cinema, sessões cine-escola e atrações artísticas.	500.000,00
175693	23º E Tudo Verdade - Festival Inter. de Documentários	Circunstância Cinematográfica e Produções Artísticas LTDA	Mostras competitivas, informativas, especiais e retrospectivas, e promoção de atividades paralelas para discutir o gênero documental.	710.000,00

COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.364, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 06/11/2019 e 18/03/2020

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 06/11/2019 e 18/03/2020.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL BORGES HAYNE
Presidente da Comissão Técnica
Substituto

ANEXO I

1 - Processo: 71000.054554/2019-93
Proponente: Associação Atlética Desportiva Recreativa Cultural e Educacional Estrela Dalva
Título: BEAUTY RUN
Registro: 02SP117192013
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 86.964.608/0001-51
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.185.285,22
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0584 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 48817-8
Período de Captação até: 18/03/2022

2 - Processo: 71000.050675/2019-66
Proponente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE
Título: Cidadania em Movimento
Registro: 02RS013432007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 88.505.821/0001-20
Cidade: Três de Maio UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 196.175,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0682 DV:3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 25430-4
Período de Captação até: 18/03/2022

3 - Processo: 71000.053644/2019-67
Proponente: Instituto Gabriel Medina
Título: Instituto Gabriel Medina Ano 4
Registro: 02SP155182016
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 23.686.783/0001-04
Cidade: São Sebastião UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.806.199,16
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0715 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 51154-4
Período de Captação até: 18/03/2022

4 - Processo: 71000.034649/2019-91
Proponente: Instituto Superar
Título: Formação para Inclusão - Ano II
Registro: 02RJ032742008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 08.986.683/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 597.745,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2909 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 52928-1
Período de Captação até: 06/11/2021

5 - Processo: 71000.054833/2019-57
Proponente: Ong Elite Sport Academy Brasília Sport Race
Título: Escola de Pilotagem do Brasília kart
Registro: 02DF174072018
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 09.196.179/0001-79
Cidade: Brasília UF: DF
Valor autorizado para captação: R$ 429.190,49
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2863 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 431168-X
Período de Captação até: 18/03/2022

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 71000.053171/2019-06

No Diário Oficial da União nº 66, de 06 de abril de 2020, na Seção 1, página 33 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1363/2020, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 1.118.387,67, leia-se: Valor aprovado para captação, após recurso aprovado na Reunião da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 15 de abril de 2020, no valor de R$ 1.218.855,66.

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 298, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
202016 - BATATINHA QUANDO NASCE...
DENISE BARROS HUSSEIN
CNPJ/CPF: 107.040.736-41
Processo: 01400001983202011
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.824,30
Prazo de Captação: 24/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Será realizado um evento com apresentação de Teatro de Bonecos realçando as tradições e costumes do homem simples do interior de Minas Gerais, além da realização de diversas ações culturais às quais serão promovidas ao longo de 04 dias de eventos. Essas ações serão pautadas em diversas apresentações como o Teatro de Bonecos, Orquestra de viola (formada por pessoas em sua maioria de 3° idade), teatralização de poemas e atividades lúdicas com brincadeiras infantis.

202017 - Bafafá
GUANABARA PRODUCOES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 20.985.209/0001-69
Processo: 01400001984202058
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 550.728,75
Prazo de Captação: 24/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto cultural trata da circulação do espetáculo "Bafafá" que retrata o protagonismo feminino na atuaçãode diferentes papéis em suas vidas. A produção que integra música, humor e participação da plateia deverá circular por 5 estados brasileiros, ampliando assim o acesso a discussão sobre essa temática.

202018 - Cartas para Gonzaguinha
SOPRO - ESCRITORIO DE CULTURA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 16.877.605/0001-03
Processo: 01400001985202001
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.267.386,00
Prazo de Captação: 24/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto Cartas para Gonzaguinha é um espetáculo de teatro musical, de texto autoral com cançõess do Gonzaguinha, incluindo uma inédita e seus grandes sucessos como: O que é, o que é, Grito de Alerta, Explode Coração e Sangrando. É também uma homenagem a um dos maiores cantores e compositores do Brasil, que deixou uma indiscutível contribuição para a música brasileira. O projeto realizou mais de um temporada do espetáculo no Rio de Janeiro e agora pretende realizar temporada em São Paulo.

202019 - Quarta Doze e Trinta - UFMG
FUNDAÇÃO RODRIGO MELLO FRANCO DE ANDRADE
CNPJ/CPF: 31.605.058/0001-92
Processo: 01400001986202047
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 144.474,00
Prazo de Captação: 24/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização de programação comemorativa de 40 anos do projetoQuarta Doze e Trinta, realizado pela Diretoria de Ação Cultural (DAC) - UFMG. O projeto configura-se como divulgação cultural das produções artísticas dos membros da comunidade interna e externa à UFMG, na cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais. OQuarta Doze e Trintaobjetiva compartilhar ações culturais relevantes que propiciem o desenvolvimento, a divulgação e a produção cultural, a formação do público e o aprimoramento de sua capacidade crítica, a partir da fruição de uma série de apresentações culturais, em suas diversas linguagens - teatro, dança, música, performance, artes visuais e cênicas, entre outras. Dessa forma, ofereceremos ao público em geral acesso a programação artístico-cultural de excelência, inteiramente gratuita.

202020 - Cultura e Arte 2020: Plano Anual de Atividades Culturais da Universidade Estadual do Centro-Oeste Â- Unicentro
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste
CNPJ/CPF: 77.902.914/0001-72
Processo: 01400001987202091
Cidade: Guarapuava - PR;
Valor Aprovado: R$ 551.959,65
Prazo de Captação: 24/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: A proposta trata da apresentação do Plano Anual de Atividades Culturais da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro por meio de ações e eventos de variadas atividades artístico-culturais que serão realizadas nos municípios e regiões de abrangência da universidade. O plano anual contempla a realização de eventos que já apresentam maturidade como o IV Festival Canta Aí, X Festival Unicentro da Canção, XXIII Festival de Teatro, XXXIII Encontro da Arte Folclórica e lançamento da I Virada Cultural. Além dos eventos específicos, inclui a manutenção de atividades contínuas como o Centro de Exposições de Artes, um veículo adesivado de Cultura Itinerante e a manutenção de realização de eventos, atividades e apresentações ao longo do ano nas áreas de música, artes cênicas, cultura urbana e popular, dança, artes visuais, fotografia, cinema e literatura, conforme demandas da comunidade universitária e da comunidade em geral.

202023 - Turnê Qual é meu nome, mamãe?
LORENA DE OLIVEIRA CHAGAS
CNPJ/CPF: 23.695.491/0001-38
Processo: 01400001990202013
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 198.071,88
Prazo de Captação: 24/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: "Qual é meu nome, mamãe?" é um espetáculo para toda família de texto inspirado pelo premiado livro "My name is not Refugee" de Kate Milner, lançado em 2016. O espetáculo mistura diversas linguagens artísticas, marca do trabalho do grupo Cegonha - Bando de Criação. Nessa peça, a encenação faz uso de bonecos, elementos de circo e animação digital em mapping para contar, com muita poesia e ludicidade, a difícil trajetória de uma mãe e seu filho, desde quando tem de deixar seu país de origem até achar um novo lugar para sobreviver. O projeto prevê a circulação por três cidades do país, com apresentações a preço popular. Como ação formativa cultural / contrapartida social será realizada uma oficina de animação gratuita em cada cidade, com o propósito de passar o conhecimento do grupo na área para outros artistas locais.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
202021 - Empreender em 3D
SOCIEDADE CULTURAL CIENT E ECOLOGICA TRILHA VERDE
CNPJ/CPF: 01.080.078/0001-26
Processo: 01400001988202036
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.762,35
Prazo de Captação: 24/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O presente projeto visa a disseminação cultural através da produção de um trabalho artístico, onde o público-alvo terá a oportunidade de aprender a desenvolver um trabalho de acabamento e pintura nas peças impressas em 3D, aliando aprendizado às necessidades de mercado e as oportunidades de geração de emprego e renda.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
202022 - Livro e Obra Camille Kachani
CAMILLE KACHANI
CNPJ/CPF: 103.888.658-90
Processo: 01400001989202081
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.729,86
Prazo de Captação: 24/04/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto Cultural do livro fotográfico "Camille Kachani" pretende criar um produto dentro do escopo das Artes Visuais, contendo imagens que retratam a obra do Artista Plástico desde 2001. O livro contará com cerca de 100 imagens de obras variadas, além de um texto apresentação escrito por um crítico de arte renomado e conhecedor da obra de Kachani, além de uma exposição gratuita com as principais obras do artista (contrapartida social).

PORTARIA Nº 299, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
191635 - Arte em Movimento Â- Plano Anual 2020
Instituto de Pedagogia Terapêutica Professor Norberto de Souza Pinto
CNPJ/CPF: 46.099.891/0001-86
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
190282 - EDUCANDO COM ARTE
Thiago Alves Oliveira
CNPJ/CPF: 105.453.717-83
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 23/04/2020 à 31/12/2020

192155 - Espetáculo de Natal - edição 2020
ARTE MAIOR CENTRO DE EDUCACAO MUSICAL LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 01.846.483/0001-02
Cidade: Joinville - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193635 - AÇÃO CULTURAL ABECAO 2
ASSOCIACAO BENEFICENTE CULTURAL E ASSISTENCIAL DE OLIMPIA
CNPJ/CPF: 12.647.352/0001-12
Cidade: Olímpia - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

PORTARIA Nº 300, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
184519 - SILVIO SANTOS VEM AÍ
PARIS ACOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 31.615.904/0001-55
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 189.000,00
Valor total atual: R$ 9.767.265,00

190544 - TransformAção
REKRIARTE PRODUÇÃO DE EVENTOS EIRELI
CNPJ/CPF: 09.084.546/0001-42
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 14.850,00
Valor total atual: R$ 695.871,00

191673 - Quer TC? Uma comédia virtual.
LEMI RIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 09.201.207/0001-07
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 7.425,00
Valor total atual: R$ 860.719,29

193476 - SHOW GRUPO DE DANÇA FOLCLÓRICA ISRAELI KADIMA E DANÇAS MACHOL MISGAV DE ISRAEL
Fundação Israelita Brasileira de Arte e Cultura Kadima
CNPJ/CPF: 97.264.972/0001-25
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 6.352,50
Valor total atual: R$ 38.542,35

193922 - Borda
ASSOCIACAO DOS ARTISTAS E PRODUTORES DO CENTRO DE SAO PAULO
CNPJ/CPF: 32.877.709/0001-66
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 108.537,00
Valor total atual: R$ 534.457,00

194098 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES GENTE AMIGA 2020
ASSOCIACAO BENEFICIENTE EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL GENTE AMIGA
CNPJ/CPF: 07.004.037/0001-37
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 17.875,00
Valor total atual: R$ 222.241,25

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
193292 - Felicidade na prática
GAIA
CNPJ/CPF: 21.354.603/0001-61
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Reduzido: R$ 22.378,54
Valor total atual: R$ 249.669,91

193388 - XV ENCONTRO DAS ACADEMIAS DE LETRAS DO PARANÁ Â- PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA
ACADEMIA DE LETRAS DE TOLEDO (ALT)
CNPJ/CPF: 18.296.654/0001-70
Cidade: Toledo - PR;
Valor Reduzido: R$ 7.920,00
Valor total atual: R$ 148.434,00

193460 - Festival Sabiá
DEBORA CAMPOS BATISTA 05873544611
CNPJ/CPF: 15.929.794/0001-40
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 200.315,06
Valor total atual: R$ 634.859,94

193670 - PROJETO PEQUENAS DAMAS 2020
ASSOCIACAO DAS DAMAS DE CARIDADE DE ARAPONGAS
CNPJ/CPF: 78.014.529/0001-51
Cidade: Arapongas - PR;
Valor Reduzido: R$ 2.320,00
Valor total atual: R$ 104.028,80

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
193545 - Exposição das 15 Estações da Via Sacra
ROGERIO DUARTE SARMENTO
CNPJ/CPF: 349.020.234-15
Cidade: Maceió - AL;
Valor Reduzido: R$ 9.652,50
Valor total atual: R$ 408.672,00

194132 - Plano Anual de Atividades 2020
FUNDAÇÃO CULTURAL BADESC
CNPJ/CPF: 09.176.236/0001-58
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 20.362,59
Valor total atual: R$ 481.139,30

194270 - Retrospectiva Yutaka Toyota - Itinerância Curitiba
ATELIER DE ARTE YUTAKA TOYOTA DE PRODUTOS ARTESANAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 07.429.452/0001-32
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 177.430,00
Valor total atual: R$ 1.000.560,00

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
192781 - Atletas de Corpo e Alma
Arte Ensaio Editora Ltda
CNPJ/CPF: 05.083.179/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 17.875,00
Valor total atual: R$ 387.853,13

193394 - A ARTE CORPORAL AFRICANA DOS PENTEADOS TRANÇADOS E A RELAÇÃO BARROCA
Roberio Eduardo de Mendonça Braga
CNPJ/CPF: 513.120.935-87
Cidade: Salvador - BA;
Valor Reduzido: R$ 73.751,04
Valor total atual: R$ 285.381,36

193511 - Carnaval da Salvador: maior festa popular do mundo (nome provisório)
Arte Ensaio Editora Ltda
CNPJ/CPF: 05.083.179/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 110.165,00
Valor total atual: R$ 383.421,50

193529 - Sabores e Lembranças
INSTITUTO DE REINTEGRACAO DO REFUGIADO - BRASIL
CNPJ/CPF: 13.063.347/0001-25
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 70.224,00
Valor total atual: R$ 403.788,00

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
193035 - Plano anual de atividade do Museu do Café 2020
INSTITUTO DE PRESERVA O E DIFUS O DA HISTORIA DO CAFE E DA IMIGRA O
CNPJ/CPF: 02.634.914/0001-30
Cidade: Santos - SP;
Valor Reduzido: R$ 3.234,00
Valor total atual: R$ 1.083.337,01

194239 - PLANO ANUAL DO CENTRO CULTURAL SÃO PAULO ? CCSP 2020
Associação Amigos do Centro Cultural São Paulo
CNPJ/CPF: 02.593.372/0001-02
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 1.394.428,50
Valor total atual: R$ 11.772.418,63

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
193732 - Turnê AmarElo
LABORATORIO FANTASMA PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.823.922/0001-88
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 6.754,20
Valor total atual em: R$ 193.195,80

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 31, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O(A) SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 184, de 15 de abril de 2020 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEBER MOURA TRIGUEIRO

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
163274 - O SOM NASCE PARA TODOS
Geisan Varne Dourado Santos
CNPJ/CPF: 088.664.207-86
Cidade: Salvador - BA;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

185017 - Rede Cineclube Escola Animada 2019
Instituto Fábrica do Futuro
CNPJ/CPF: 10.676.238/0001-95
Cidade: Cataguases - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 30/12/2020

190751 - longev documentário - VIVENDO BEM ATÉ OS 120
CRIANDO CONSULTORIA LTDA
CNPJ/CPF: 67.649.830/0001-15
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 16/04/2020 à 31/12/2020

192438 - Rodo Cine Brasil (título provisório)
PORTO ARQUITETURA E CULTURA EIRELI
CNPJ/CPF: 10.567.528/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 02/04/2020 à 31/08/2020

193248 - 19a. Mostra do Filme Livre
WSET PRODUCOES E SERVICOS LTDA.
CNPJ/CPF: 04.039.221/0001-24
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/10/2020

193938 - Marlon e Muriel
GARCIA CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.849.469/0001-01
Cidade: Palmas - TO;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

ANEXO II

192750 - Inconsequentes - Web série
YAGO ROBERTO SILVA DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 432.581.528-70
Cidade: Guarujá - SP;
Prazo de Captação: 21/04/2020 à 30/11/2020

PORTARIA Nº 32, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O(A) SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 184, de 15 de abril de 2020 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 177579 - MoV.Cidade - Mostra de Criatividade e Sustentabilidade Urbana, publicado na portaria nº 0171/17 de 08/12/2017, publicada no D.O.U. em 11/12/2017.

Onde se lê: Depois de pedalar por Vitória, você assiste a uma mostra gratuitas de filmes.MoV.Cidade é a primeira mostra de cinema de mobilidade de Vitória, no Espírito Santo. O projeto visa a realização deuma mostrade cinema promovida em ruas, parques, praças ou outros locais estratégicos da cidade, exibindo filmes com temáticas sustentáveis envolvendo prioritariamente o tema da mobilidade urbana. O objetivo principal é proporcionar reflexão e consciência quanto ao tema da mobilidade, sobretudo através das bicicletas, exibindo cerca de 06 títulos cinematográficos de curta metragem nos gêneros de ficção, animação ou documentário. O projeto propõe ainda a realização de uma pedalada participativa, uma espécie de bicicletaço pelas ruas da cidade, culminando nas exibições cinematográficas. A proposta é concluir a mostra com uma apresentação musical, estimulandoo engajamento cultural e ampliando a participação. A mostra pode ocorrer em dias seguidos ou em apenas 1 dia.

Leia-se: Depois de pedalar por Vitória, você também pode assistir a uma mostra gratuita de filmes. MoV.Cidade é uma mostra de cinema sobre criatividade e sustentabilidade urbana, incluindo temas como mobilidade urbana e cultura urbana de Vitória, no Espírito Santo. O projeto visa a realização de uma mostra de cinema promovida em ruas, parques, praças ou outros locais estratégicos da cidade, exibindo filmes com temáticas culturais e sustentáveis. O objetivo principal é proporcionar acesso ao cinema e ao audiovisual que difunda questões emergentes e relevantes do cenário criativo e sustentável de nossas cidades exibindo cerca de 06 títulos cinematográficos de curta metragem nos gêneros de ficção, animação ou documentário. O projeto propõe ainda a realização de uma pedalada participativa, uma espécie de bicicletaço pelas ruas da cidade. A proposta é concluir a mostra com apresentações musicais, estimulando o engajamento cultural e ampliando a participação e a ligação com o tema da criatividade urbana. A mostra pode ocorrer em dias seguidos ou em apenas 1 dia.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEBER MOURA TRIGUEIRO

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 59, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Aprova orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS dos estados, municípios e Distrito Federal quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do então Ministério do Desenvolvimento Social, na Portaria nº 337, de 24 de março de 2020, do Ministério da Cidadania, que dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e com fundamento no Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019, e

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a disseminação do novo coronavírus (COVID-19) e sua classificação mundial como pandemia, e as medidas adotadas no âmbito de estados, municípios e do Distrito Federal para prevenir a disseminação do vírus, reforça-se a importância de o Estado brasileiro garantir a oferta regular de serviços e programas socioassistenciais voltados à população mais vulnerável e em risco social e promover a integração necessária entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria/MS nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Recomendação Conjunta nº 1, de 16 de abril de 2020, que dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, a Nota Técnica nº 11/2020, com orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS dos estados, municípios e Distrito Federal quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19.

Parágrafo Único. Nos termos da Portaria nº 337, de 24 de março de 2020, do Ministério da Cidadania, estados, municípios e Distrito Federal devem compatibilizar a aplicabilidade destas recomendações conforme as normativas e as condições de saúde pública local.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

ANEXO

NOTA TÉCNICA Nº 11/2020

1. ASSUNTO

1.1 Orientações acerca do acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e recomendações quanto a medidas e procedimentos relacionados.

2. CONTEÚDO

- Introdução
- Recomendações gerais para o órgão gestor da Assistência Social
  - Articulação com o Sistema de Justiça
  - Articulação com a política de Saúde
  - Trabalhadores que atuam nos serviços de Acolhimento
  - Recursos
- Redução da aglomeração e manejo do fluxo de entrada e saída de profissionais nos serviços de Acolhimento Institucional
  - Medidas para fortalecer alternativas de proteção à criança e ao adolescente em ambiente familiar seguro e assegurar a excepcionalidade e a provisoriedade do Acolhimento Institucional
    - Medidas para manter a criança ou o adolescente em ambiente familiar seguro e prevenir o Acolhimento
    - Medidas para abreviar, de forma segura, a permanência no Serviço de Acolhimento
    - Acolhimento em Famílias Acolhedoras
    - Cuidados, em caráter excepcional, na residência de profissionais do serviço de Acolhimento ou de pessoas com vínculos significativos com os acolhidos
  - Medidas para reduzir o número de acolhidos nas unidades de Acolhimento Institucional
    - Organização emergencial de novas Unidades de Acolhimento para pequenos grupos
    - Setorização da unidade de Acolhimento Institucional, dividindo-a em subgrupos
    - Procedimentos necessários
      - Apoio e acompanhamento nos casos de cuidados em ambiente familiar
      - Manejo adequado nas situações de mudança de local de acolhimento
  - Medidas para apoiar deslocamentos seguros e o distanciamento social dos trabalhadores
- Recomendações para o funcionamento dos serviços de Acolhimento Institucional
  - Medidas para a prevenção da transmissibilidade do Coronavírus
    - Recomendações Gerais para Dirigentes das Unidades
    - Recomendação para os profissionais que atuam nas unidades
  - Medidas para promover a qualidade de vida e o manejo do estresse
    - Ações para promover a qualidade de vida e manejo do estresse dos acolhidos
    - Cuidando de quem cuida: suporte aos trabalhadores dos serviços de Acolhimento
  - Acompanhamento das famílias dos acolhidos
- Casos suspeitos ou confirmados de contaminação pelo novo Coronavírus
- Acolhimento para crianças e adolescentes em situação de rua
- Documentos relacionados

3. INTRODUÇÃO

3.1 Em atenção à Declaração de Emergência em Saúde Pública Internacional da Organização Mundial de Saúde, de 30 de janeiro de 2020, à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarada pela Portaria nº 188, de 04 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, e ao reconhecimento da situação de calamidade pública, pelo Decreto Legislativo nº 6, de 18 de março de 2020, esta Nota Técnica, da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social (SEDS), do Ministério da Cidadania (MC), tem como objetivo orientar gestores e trabalhadores do

Sistema Único de Assistência Social (SUAS) quanto ao atendimento nos serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes e medidas e procedimentos relacionados.

3.2 Considerando o Decreto Federal nº 10.282/2020, que relacionou a Assistência Social e o atendimento à população em estado de vulnerabilidade como um dos serviços públicos e atividades essenciais, a Portaria MC nº 337, de 24 de março de 2020, a Portaria SNAS/SESD/MC nº 54, de 1º de abril de 2020, e a natureza essencial dos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, deve-se assegurar a continuidade de sua oferta no contexto da pandemia. Para tanto, o cenário exige a adoção de medidas, procedimentos e a reorganização destes serviços, a fim de apoiar o distanciamento social e mitigar riscos de transmissibilidade. Estas providências de caráter emergencial devem alcançar a totalidade dos serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, incluindo os de natureza pública estatal e os não-governamentais, prestados pelas Organizações da Sociedade Civil, ainda que não recebam recursos públicos.

3.3 Nesse contexto de pandemia, especial atenção deve ser dada a crianças e adolescentes com problemas de saúde que comprometem sua imunidade, adolescentes gestantes e puérperas, crianças de até 5 (cinco) anos e outras condições que representem maiores riscos quando da infecção pelo novo Coronavírus e, ainda, crianças e adolescentes com deficiência que também exigem maior contato físico com os cuidadores. Nesses casos, deve-se priorizar alternativas de cuidados mais individualizados e com menor exposição à rotatividade de profissionais.

3.4 Outro público que também requer um olhar especial são crianças e adolescentes indígenas. É importante informar ao equipamento de referência do SUS local sobre a existência de indígenas acolhidos ou entrar em contato com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, envolvendo, sempre que possível, a FUNAI. Nesses casos, recomenda-se a leitura do "Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas" publicado pelo Ministério da Saúde.

3.5 Destaca-se também a importância do trabalho colaborativo e articulado entre SUAS, Sistema de Justiça e Sistema Único de Saúde (SUS), visando à coordenação e convergência de esforços. As definições em cada localidade devem considerar o curso da epidemia, as legislações relacionadas ao tema em cada esfera e as recomendações do Ministério da Cidadania, do Ministério da Saúde e das autoridades sanitárias locais.

3.6 As orientações e recomendações apontadas nesta Nota Técnica abordam as especificidades dos Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, complementando outros documentos do Ministério da Cidadania, já divulgados anteriormente:

Nota Pública do Ministério da Cidadania (MC) e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), de 20 de março de 2020: que apresenta "Medidas de Prevenção ao Coronavírus nas Unidades de Acolhimento Institucional".

Portaria MC nº 337, de 24 de março de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública decorrente da COVID-19, no âmbito do SUAS;

Portaria SNAS/SEDS/MC nº 54, de 1º de abril de 2020: que reúne recomendações a gestores e trabalhadores do SUAS visando assegurar a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, garantindo segurança e a saúde de usuários e profissionais;

Recomendação Conjunta Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), MC e MMFDH nº 1/2020: que dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19) e dá outras providências.

3.7 Alinham-se a este documento, ainda, as Recomendações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) para a proteção integral a crianças e adolescentes durante a pandemia do COVID -19.

3.8 A presente Nota Técnica detalha e aprofunda dispositivos da Recomendação Conjunta CNJ, CNMP, MC e MMFDH nº 1/2020, contemplando aspectos de gestão, metodológicos e técnicos relativos à oferta dos serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes no contexto da pandemia. O objetivo é apoiar os órgãos gestores da Assistência Social, os dirigentes e trabalhadores de Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes na adoção de medidas e procedimentos que possam favorecer a proteção à saúde de crianças, adolescentes, familiares e profissionais que atuem nestes serviços.

3.9 As medidas e procedimentos previstos nesta Nota Técnica relativas a serviços de Acolhimento Institucional, referem-se, sobretudo, à modalidade Abrigo Institucional. Ressalte-se que a modalidade Casa-Lar, que atende um número de até 10 (dez) acolhidos e tem menor fluxo de entrada e saída de pessoas, são ambientes com menor exposição a riscos de transmissibilidade do novo Coronavírus. Apesar disso, deve-se igualmente observar as medidas e procedimentos contidos nesta Nota Técnica que sejam pertinentes às Casas-Lares.

3.10 As recomendações, medidas e procedimentos previstos nesta Nota Técnica devem ser compatibilizados localmente, avaliando-se os benefícios aos acolhidos, seus familiares e trabalhadores dos serviços de Acolhimento. O escopo desta Nota Técnica não impede que a gestão da Assistência Social, de forma articulada com dirigentes de Serviços de acolhimento, organize outros arranjos aderentes à realidade local, às recomendações sanitárias e ao superior interesse da criança e do adolescente, que possam, nesse momento, mitigar riscos de transmissibilidade do novo Coronavírus nestes serviços.

4. RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA O ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1 No contexto da atual emergência em saúde pública, o órgão gestor local da Assistência Social tem papel central na coordenação da rede socioassistencial, na organização e na implementação das ações necessárias no âmbito do SUAS para a proteção da população.

4.2 Nessa direção, a gestão local, de forma coordenada e estratégica, deve mapear demandas, orientar e prestar o apoio necessário a todas as unidades do SUAS - incluindo as governamentais e as Organizações da Sociedade Civil que ofertam serviços socioassistencias e integram a rede socioassistencial privada do SUAS, inclusive aquelas que porventura ainda não recebam recursos públicos.

4.3 Para tanto, é importante partir de um diagnóstico local da rede socioassistencial que permita identificar adequações urgentes e necessárias e planejar respostas ágeis e efetivas para a proteção de usuários e trabalhadores do SUAS. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada aos Serviços de Acolhimento Institucional, considerando riscos de transmissibilidade inerentes ao caráter coletivo destes serviços e ao fluxo diário de entrada e saída de profissionais.

4.4 Assim, o órgão gestor da Assistência Social, em parceria com os dirigentes dos Serviços de Acolhimento, devem considerar tais riscos, planejar e implementar, em caráter emergencial, medidas e procedimentos que possam mitigá-los. Tal planejamento deve abranger a totalidade dos Serviços de Acolhimento e ser realizado de forma articulada com o Sistema de Justiça, a rede de Saúde, outras políticas públicas e órgãos de defesa de direitos.

4.5 Nesse sentido, recomenda-se à gestão da Assistência Social:

Realização de diagnóstico local, que permita mapear os principais riscos à transmissibilidade e subsidiar: i. a elaboração junto a cada Serviço de Acolhimento de Planos de Contingência; ii. a coordenação de ações de reorganização dos Serviços de Acolhimento, considerando as alternativas elencadas nesta Nota Técnica ou, ainda, outros arranjos locais que se mostrem mais benéficos e aderentes à realidade local.

Elaboração de Planos de Contingência, com previsão de ações articuladas entre a gestão da Assistência Social, Serviços de Acolhimento, Sistema de Justiça, sistema de Saúde e outras políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, de modo a mitigar riscos à transmissibilidade e proteger crianças, adolescentes, famílias e profissionais dos serviços de acolhimento.

Nas localidades impactadas pela pandemia, deve haver pactuação com o Sistema de Justiça de fluxos e procedimentos necessários à implementação das medidas e procedimentos previstos nesta Nota Técnica e na Recomendação Conjunta CNJ, CNMP, MC e MMFDH nº 1/2020, sempre considerando a realidade local, a realidade de cada Serviço de Acolhimento e as especificidades de cada criança e adolescente.

Pactuação com a gestão da Saúde de fluxos e procedimentos nos casos de suspeita ou confirmação de COVID-19.

Capacitação e informações, em parceria com o órgão gestor da Saúde, para toda a rede socioassistencial (governamental e não-governamental) quanto à prevenção da transmissibilidade e cuidados em casos suspeitos e confirmados, destacando questões específicas relativas aos Serviços de Acolhimento, com especial atenção às crianças e aos adolescentes que integram grupos de risco à infecção pelo novo Coronavírus, conforme definição do Ministério da Saúde[1].

Acompanhamento mais sistemático dos Serviços de Acolhimento do território, criando fluxos e meios ágeis para comunicação com a gestão e o monitoramento, de forma a possibilitar a rápida identificação e resolução de necessidades emergenciais.

Adoção de medidas e procedimentos para mitigar riscos relacionados à COVID-19 nos Serviços de Acolhimento, incluindo, quando necessário, a reorganização de unidades existentes ou a organização, em caráter emergencial, de novas unidades.

Apoio, inclusive com novos recursos financeiros, às Unidades de Acolhimento - tanto governamentais quanto não-governamentais, prestados pelas Organizações da Sociedade Civil - para se adequarem às recomendações sanitárias e para implementarem, quando necessário, medidas e procedimentos previstos na Recomendação Conjunta CNJ, CNMP, MC e MMFDH nº 1/2020, nesta Nota Técnica e nas demais normativas referentes à Emergência em Saúde Pública.

4.6 Para além das ações destacadas acima, a Assistência Social deve considerar, ainda, as questões elencadas a seguir.

4.7 Articulação com o Sistema de Justiça

4.7.1 Para que sejam implementadas algumas das recomendações constantes da presente Nota Técnica, é essencial o envolvimento do Sistema de Justiça e órgãos de defesa de direitos - especialmente Judiciário, Ministério Público e Defensorias Públicas - responsáveis pelos atos processuais e decisões referentes à aplicação ou suspensão das medidas de Acolhimento, reintegração familiar ou colocação em família substituta.

4.7.2 Dessa forma, é necessária a articulação entre o órgão gestor da Assistência Social, dirigentes dos Serviços de Acolhimento, Sistema de Justiça e órgãos de defesa de direitos, para discutir as especificidades locais e definir ações necessárias no contexto da atual pandemia. Nesse sentido, devem ser pactuados fluxos e procedimentos que possibilitem a implementação, quando necessário, das medidas e procedimentos previstos nesta Nota Técnica e na Recomendação Conjunta CNJ, CNMP, MC e MMFDH nº 1/2020, assim como de outros arranjos acordadas localmente, sempre considerando a realidade local e a análise da situação de cada Serviço de Acolhimento e de cada criança e adolescente.

4.7.3 Cabe ressaltar que medidas referentes à mudança de guarda ou colocação familiar de crianças e adolescentes dependem de decisão da autoridade judiciária. Assim, qualquer medida que implique em tais procedimentos deverá ser sugerida, por meio de relatório elaborado pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento ou do Juízo, à Autoridade Judiciária e ao Ministério Público, visando à adoção das providências necessárias, nelas se incluindo a concessão de termo de compromisso e responsabilidade, ou de guarda provisória, se for o caso.

4.8 Articulação com a política de Saúde

4.8.1 A articulação entre os órgãos gestores das políticas de Saúde e Assistência Social em âmbito local deve assegurar o suporte necessário aos Serviços de Acolhimento, incluindo a colaboração na definição de medidas voltadas à prevenção da transmissibilidade e na construção de fluxos e protocolos para o atendimento em casos de suspeita ou contaminação, incluindo aqueles que requeiram hospitalização.

4.8.2 Sempre que possível, os fluxos devem contemplar definições quanto às possibilidades de atendimento remoto por profissional de saúde, testagem, orientações à equipe do Serviço de Acolhimento tanto em relação à prevenção da transmissibilidade e procedimentos quanto aos cuidados, encaminhamentos e comunicação nos casos de suspeita ou confirmação de contaminação pelo novo Coronavírus.

4.8.3 Devem-se avaliar as possibilidades de suporte das autoridades sanitárias locais, para orientação aos profissionais dos Serviços de Acolhimento quanto ao uso de EPI (Equipamentos de Proteção Individual).

4.8.4 A articulação com a política de Saúde deve assegurar, ainda, a continuidade de cuidados em saúde - com acesso a atendimento e medicamentos na rede do SUS e o atendimento a novas demandas de saúde que se observem durante o período da pandemia. Para tanto, é importante que sejam definidos fluxos locais das Unidades de Acolhimento com as unidades de referência do SUS no território, verificando-se alternativas de suporte da saúde aos serviços de acolhimento, que possam ser mais aderentes a este momento - como teleatendimento, etc.

4.9 Trabalhadores que atuam nos Serviços de Acolhimento

4.9.1 O órgão gestor da Assistência Social deve planejar medidas de proteção e segurança no trabalho e prevenção do adoecimento dos trabalhadores do SUAS, inclusive psicológico ou emocional, e adotar medidas de recomposição da força de trabalho, em casos de afastamentos, para assegurar a continuidade da oferta dos serviços.

4.9.2 Quando necessária a recomposição da força de trabalho de Serviços de Acolhimento, pode-se recorrer a alternativas como: i. remanejamento de profissionais de outros serviços do SUAS (da rede pública e privada) ou até mesmo de outras políticas públicas, cujas atividades tenham sido temporariamente reduzidas ou suspensas; ii. e contratação temporária em caráter emergencial de novos trabalhadores, dentre outros arranjos possíveis localmente.

4.9.3 Os novos profissionais, quando for o caso, deverão receber capacitação e orientações prévias quanto às atividades a serem desenvolvidas, às medidas e aos procedimentos necessários para a prevenção da transmissibilidade do novo Coronavírus - incluindo uso de EPI e distanciamento social, além de recomendações do Ministério da Saúde, das autoridades sanitárias locais e do Ministério da Cidadania.

4.9.4 Nos casos de remanejamento de trabalhadores de outros serviços para atuar nos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, devem ser disponibilizadas orientações, informações e supervisão necessárias para o bom desempenho das novas atividades. Sempre que possível, recomenda-se que o novo trabalhador passe um período inicial apoiando um trabalhador experiente na atividade, de modo a possibilitar a capacitação em serviço. Recomenda-se que os trabalhadores possam contar, ainda, com apoio por meios remotos e canais de comunicação abertos para perguntas e respostas específicas sobre a situação emergencial.

4.10 Recursos

4.10.1 Na implementação de medidas, procedimentos e reorganização da oferta dos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes abordados nesta Nota Técnica, poderão ser utilizados, além de recursos próprios, aqueles do cofinanciamento federal repassados a municípios, Distrito Federal e estados, incluindo recursos voltados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus, previstos na MP nº 953, de 15 de abril de 2020, observadas:

A Portaria Conjunta SNAS/SEDS e SGFT nº 1, de 2 de abril de 2020, do Ministério da Cidadania;

Outras Portarias que regulamentem a destinação de recursos previstos na MP nº953, de 15 de abril de 2020;

4.10.2 Para atender as demandas decorrentes da pandemia, recomenda-se a municípios, estados e Distrito Federal a avaliação quanto às possibilidades de flexibilização do uso de recursos pelas Organizações da Sociedade Civil com as quais possuam convênios ou termos de parceria. Nesse sentido, recomenda-se avaliação quanto à possibilidade de: i. adotar mecanismos e instrumentos que assegurem maior agilidade no repasse, na utilização de recursos e na prestação de contas; e ii. aditamento dos termos de parceria ou convênios, de modo a viabilizar o uso dos recursos para atender as demandas específicas do período de Emergência em Saúde Pública.

[1]Protocolo de Manejo Clínico da COVID-19, na Atenção Especializada. Disponível em: https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/14/Protocolo-de-Manejo-Cl--nico-para-o-Covid-19.pdf

5. REDUÇÃO DA AGLOMERAÇÃO E MANEJO DO FLUXO DE ENTRADA E SAÍDA DE PROFISSIONAIS NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

5.1 Medidas para fortalecer alternativas de proteção à criança e ao adolescente em ambiente familiar seguro e assegurar a excepcionalidade e a provisoriedade do Acolhimento Institucional

5.1.1 No contexto da Emergência em Saúde Pública, em que a permanência em ambientes coletivos - como os Serviços de Acolhimento Institucional - pode representar maior risco à transmissibilidade do novo Coronavírus, faz-se ainda mais

necessário direcionar esforços para fortalecer possibilidades de proteção a crianças e adolescentes em ambiente familiar e assegurar a excepcionalidade da medida protetiva de acolhimento.

5.1.2 O distanciamento social, a proteção da criança e do adolescente e o atendimento a suas necessidades emocionais podem ser facilitados quando seus cuidados puderem ser prestados em ambiente familiar seguro, no convívio com pessoas com as quais tenham vínculos significativos de afeto e confiança. Assim, considerando a Recomendação Conjunta CNJ, CNMP, MC e MMFDH nº1/2020, recomenda-se, às localidades impactadas pela epidemia, fortalecer alternativas de proteção à criança e ao adolescente em ambiente familiar seguro e assegurar a excepcionalidade do Acolhimento Institucional.

5.1.3 Medidas para manter a criança ou o adolescente em ambiente familiar seguro e prevenir o acolhimento

5.1.3.1 Nos casos de violência intrafamiliar ou de outras situações graves de violação de direitos no âmbito familiar que possam ensejar a aplicação da medida de acolhimento, indica-se que sejam verificadas também outras possibilidades que garantam a proteção da criança ou adolescente sob cuidados de familiares ou pessoas próximas com quem tenham vínculo de afeto e confiança, e que tenham condições de prover seu cuidado e proteção.

5.1.3.2 Nesse sentido, recomenda-se a análise caso a caso e a avaliação quanto à possibilidade de utilização de alguma das seguintes alternativas para atender ao superior interesse da criança e do adolescente:

a) Precedência da aplicação do disposto no Art. 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, afastamento do agressor da moradia comum: Nas situações em que a convivência com um dos pais ou outra pessoa que resida no domicílio apresente risco à segurança e integridade física e psíquica da criança ou do adolescente, deve-se atentar para a precedência da aplicação do disposto no Art. 130 do ECA. Apenas quando isso não for possível ou adequado, deve-se buscar outras alternativas de proteção que envolvam o afastamento da criança ou do adolescente do lar.

b) Oferta de espaço seguro para a manutenção da criança ou do adolescente sob os cuidados do responsável não agressor: Nas situações em que seja necessário e urgente o afastamento da criança ou adolescente do(a) agressor(a), impossibilitando sua permanência no domicílio, mas um dos responsáveis tenha condições de assegurar a proteção - desde que afastados do(da) agressor(a) - as seguintes medidas poderão ser adotadas:

I - auxílio que possibilite ao responsável alugar de forma autônoma moradia temporária, onde possa permanecer em segurança com a criança ou adolescente;

II - contratos, pelo poder público, com meios de hospedagem como hotéis e pousadas, ou aluguel de imóvel que possam ser utilizados como moradia provisória para o responsável e a criança ou o adolescente;

III - provimento de alimentação e outros itens básicos de subsistência que assegurem a proteção da criança ou adolescente e seu responsável no novo ambiente.

c) Manutenção da criança ou adolescente sob cuidados da família extensa ou de pessoa da rede social de apoio com a qual a criança ou adolescente possua vínculos significativos de afeto e confiança: Nas situações em que a criança ou adolescente precise ser afastado do convívio com seus pais ou responsáveis, visto que nenhum deles possui condições de ofertar-lhe proteção, deve-se avaliar se algum membro da família extensa ou da rede social de apoio, com o qual possua vínculo afetivo, pode responsabilizar-se temporariamente por seus cuidados e proteção, em condições de segurança. Nessas situações, deve-se garantir o apoio material que se fizer necessário e o acompanhamento técnico - mesmo que remoto.

5.1.4 Medidas para abreviar, de forma segura, a permanência no Serviço de Acolhimento

5.1.4.1 Durante o período de Emergência em Saúde Pública, há que se pensar em alternativas possíveis para abreviar, de forma segura, a permanência nos Serviços de Acolhimento Institucional, buscando soluções mais benéficas às crianças e aos adolescentes.

5.1.4.2 Neste sentido, recomenda-se a análise caso a caso e a avaliação quanto à possibilidade de utilização de alguma das seguintes alternativas para atender ao superior interesse da criança e do adolescente:

a) Análise da situação de cada criança ou adolescente acolhido e das reais possibilidades de retorno à família de origem, nuclear ou extensa: reintegração familiar de crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento Institucional, quando observadas condições seguras para cuidado e proteção junto à família de origem, nuclear ou extensa, com vínculo afetivo. Nos processos de reintegração familiar em curso, quando a medida for avaliada pela equipe técnica como segura para a criança ou adolescente e voltada a seu superior interesse, recomenda-se proceder à sua finalização no menor tempo possível. Ressalta-se que deve ser assegurado o acompanhamento - ainda que remoto durante o período da pandemia - da família, no pós-desligamento da criança ou adolescente acolhido, por período não inferior a 6 (seis) meses, pela equipe técnica do serviço de acolhimento em conjunto com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS ou o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - dependendo do arranjo local.

b) Priorização de procedimentos para a concessão de guarda provisória a pretendentes previamente habilitados para adoção: esta medida se refere aos casos de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento que se encontrem em estágio de convivência para adoção, mediante relatório técnico favorável e decisão judicial competente.

c) Em processos de adoção - na fase de estágio de convivência com os adotantes - havendo avaliação positiva da aproximação pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento, recomenda-se que seja solicitada ao Poder Judiciário a guarda provisória, de forma que a criança ou adolescente possa passar a residir com os adotantes.

5.1.5 Acolhimento em Famílias Acolhedoras

5.1.5.1 Considerando-se os riscos de transmissibilidade do novo Coronavírus inerentes ao acolhimento em ambiente institucional, recomenda-se que se analise localmente a possibilidade de ampliação do acolhimento em Famílias Acolhedoras. Esta medida visa possibilitar o acolhimento em ambiente familiar, com atenção individualizada e menor exposição a riscos de transmissibilidade do Coronavírus podendo beneficiar também crianças e adolescentes que estejam atualmente em Acolhimento Institucional ou que porventura necessitem de acolhimento durante o período da pandemia.

5.1.5.2 Quando necessário diminuir a aglomeração nos Serviços de Acolhimento Institucional durante o período de emergência em saúde pública, recomenda-se que nas localidades que possuam Serviço de Acolhimento em famílias acolhedoras, seja avaliada a possibilidade das famílias acolhedoras cadastradas acolherem mais de uma criança ou adolescente por vez, mesmo quando não se tratar de grupos de irmãos.

5.1.5.3 Ressalte-se que no contexto de pandemia deve-se priorizar a inclusão nesta modalidade de acolhimento sobretudo das crianças e dos adolescentes com problemas de saúde que comprometem sua imunidade, crianças de até 5 (cinco) anos e outras condições que representem maiores riscos à infecção pelo novo Coronavírus, conforme definição dos grupos de risco pelo Ministério da Saúde, e, ainda, de crianças e adolescentes com deficiência, cujos cuidados exigem maior contato físico. Deve-se, inclusive, avaliar os benefícios de transferência para acolhimento em famílias acolhedoras daqueles que tenham estes perfis e estejam acolhidos em Serviços de Acolhimento Institucional.

5.1.5.4 Para tanto, faz-se necessário, inicialmente, a sensibilização das famílias acolhedoras para o acolhimento de mais de uma criança ou adolescente nesse período, e preparação para tanto. A equipe do serviço deve realizar uma avaliação caso a caso, considerando se a família tem condições de prover temporariamente cuidado e proteção para mais uma criança ou adolescente e se o espaço físico da residência comporta. No caso de acolhimento de mais uma criança ou adolescente, se faz necessário também o complemento proporcional do subsídio referente ao acolhimento.

5.1.5.5 Quando se optar por esse encaminhamento, é importante que as equipes dos dois Serviços de Acolhimento se articulem para preparar a criança/adolescente para essa transferência, explicando - com linguagem simples e adequada a cada faixa etária - os motivos da transferência, o que é o acolhimento familiar, que ficará temporariamente sob os cuidados de uma família, que contará com o acompanhamento da equipe, etc. As famílias de origem devem igualmente ser comunicadas a respeito da mudança, devendo-se planejar, nestes casos, como se dará o contato com a equipe e a criança ou adolescente.

5.1.5.6 É importante que, nessa preparação, se possibilite o contato entre a criança/adolescente e a família acolhedora que vai acolhê-la, que pode ser viabilizado inicialmente de maneira remota. Este contato inicial é importante para que possam se conhecer previamente, para que a família possa expressar para a criança ou adolescente que são bem-vindos, contar um pouco da rotina da casa, etc. Assim, a criança ou adolescente pode se sentir mais segura e à vontade para o início do acolhimento familiar. A mudança do Acolhimento Institucional para o familiar deve considerar a opinião do acolhido, não devendo ser imposta ou realizada contra a sua vontade.

5.1.5.7 Nos locais onde exista norma específica indicando que cada família acolhedora poderá acolher apenas uma criança ou adolescente por vez, indica-se publicar norma complementar, excetuando essa exigência pelo período de emergência em saúde pública.

5.1.5.8 Deve-se assegurar o acompanhamento das famílias acolhedoras, ainda que remoto. Este acompanhamento deve ser mantido durante todo o período do acolhimento, para apoiar a família e monitorar o bem estar do acolhido, prestando as orientações necessárias e identificando as necessidades de suportes e apoios que surgirem.

5.1.6 Cuidados, em caráter excepcional, na residência de profissionais do Serviço de Acolhimento ou de pessoas com vínculos significativos com os acolhidos

5.1.6.1 Nas situações em que haja dificuldades para assegurar a qualidade do atendimento e a segurança de acolhidos e trabalhadores nos Serviços de Acolhimento Institucional durante o período da pandemia, e após esgotadas as possibilidades de manutenção da medida de Acolhimento Institucional, pode-se avaliar a possibilidade de permanência da criança ou adolescente na residência de cuidadores diretos, de demais profissionais do Serviço de Acolhimento ou de padrinhos afetivos, quando houver condições suficientes e seguras para cuidado e proteção, após decisão judicial autorizando tal medida.

5.1.6.2 Nesse sentido, o serviço pode identificar entre os seus trabalhadores que tenham contato e vínculo prévio com as crianças e adolescentes - principalmente os cuidadores diretos - aqueles que tenham condições de recebê-los em sua residência e prestar os cuidados necessários em condições seguras. Cabe ressaltar que a adesão a essa medida deve ser espontânea, e em nenhuma hipótese deverá ser imposta aos cuidadores ou outros profissionais do serviço.

5.1.6.3 Da mesma forma, "padrinhos afetivos", nos termos do art. 19-B do ECA, que já tenham vínculo com a criança ou o adolescente também podem ser sensibilizados para receber os afilhados em sua residência e prestar os cuidados necessários, durante o período de pandemia.

5.1.6.4 Esta medida também poderá ser considerada para a proteção daqueles que completarem a maioridade durante o acolhimento. Na sua impossibilidade, deve-se assegurar, excepcionalmente, a permanência do adolescente no Serviço de Acolhimento onde já estiver acolhido, enquanto não houver condições seguras para seu desligamento durante a pandemia, observado o disposto no parágrafo único do art. 2º do ECA.

5.1.6.5 Para a utilização desta medida deve-se considerar a existência de vinculação prévia com a pessoa que acolherá, a disponibilidade desta e de sua família para o acolhimento e se há condições de segurança para a criança ou adolescente e os demais envolvidos. Nestes casos é necessário que o ambiente e as condições para o acolhimento sejam adequados e monitorados, ainda que de modo remoto, pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento e/ou do Juízo. Destaca-se, ainda, a necessidade de preparação e acompanhamento por parte da equipe técnica do Serviço de Acolhimento das pessoas que receberão as crianças e adolescentes em suas residências.

5.1.6.6 A criança e o adolescente devem ser previamente ouvidos acerca desta possibilidade - sendo sua opinião levada em consideração - e preparados para esta transferência. Para tanto deverão contar com explicação, que exponha em linguagem simples e adequada a seu estágio de desenvolvimento o motivo de sua transferência, que ficará temporariamente na residência do profissional do Serviço de Acolhimento ou de padrinhos.

5.1.6.7 Nos termos da Recomendação Conjunta CNJ, CNMP, MC e MMFDH nº 1/2020, nestes casos, a transferência da criança ou do adolescente deverá ser sugerida por meio de relatório elaborado pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento ou do Juízo, à Autoridade Judiciária e ao Ministério Público, visando às providências necessárias, nelas se incluindo a concessão de termo de compromisso e responsabilidade, ou, de guarda provisória, se for o caso. No caso de concessão de termo de compromisso e responsabilidade, a situação deverá ser registrada no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, no campo Observações do Acolhimento.

5.1.6.8 Deve-se assegurar o acompanhamento dessas famílias, próximo dos profissionais do Serviço de Acolhimento ou padrinhos que estejam prestando os cuidados às crianças ou aos adolescentes em suas residências, ainda que de maneira remota, por meio de subsídio técnico para o cuidado, através de vídeo chamadas e contatos telefônicos frequentes com a equipe técnica do acolhimento institucional, além de suporte material (p.ex. fraldas, material de higiene, alimentação, vestuário, dentre outros). Este acompanhamento deve ser mantido durante todo o período do acolhimento, para apoiar a família e monitorar o bem estar do acolhido, prestando as orientações necessárias e identificando as necessidades de suportes e apoios que surgirem, aplicando-se as ações relacionadas no item 5.3.1.

5.1.6.9 A equipe técnica e a coordenação do Serviço de Acolhimento Institucional ficarão responsáveis pelo acompanhamento de todas as crianças ou adolescentes que estiverem sob cuidados na residência de profissionais do serviço ou padrinhos, bem como da articulação com os demais órgãos dos Sistema de Garantia de Direitos.

5.2 Medidas para reduzir o número de acolhidos nas Unidades de Acolhimento Institucional

5.2.1 Diversas situações - como elevado quantitativo de acolhidos; presença de crianças/adolescentes pertencentes aos grupos de risco ao contágio com o novo Coronavírus; tamanho e estrutura do imóvel onde funciona o serviço; quantitativo de profissionais que integrem grupos de risco e, portanto, precisem ficar em casa - exigirão reorganização dos Serviços de Acolhimento Institucional, de modo a garantir a continuidade da oferta, mitigar riscos de transmissibilidade e primar pela segurança dos acolhidos e dos profissionais. Esta reorganização pode envolver medidas e procedimentos diversos, como as indicadas a seguir, sem prejuízo de outros arranjos locais que se mostrem mais aderentes à realidade local e benéficos para a proteção de crianças, adolescentes e profissionais destes Serviços.

5.2.2 Organização emergencial de novas Unidades de Acolhimento para pequenos grupos de até 10 (dez) acolhidos

I - A organização de Serviços de Acolhimento para pequenos grupos poderá ser adotada como alternativa para:

II - atender novas demandas de inclusão em Serviço de Acolhimento, pelo período de quarentena;

III - assegurar o adequado isolamento social em casos de suspeita de contágio com Coronavírus.

IV - assegurar o adequado isolamento social em casos de confirmação de contágio com Coronavírus, que não exijam hospitalização.

V - remanejar crianças e adolescentes como medida de caráter emergencial para reduzir a aglomeração em Unidades de Acolhimento Institucional, com o objetivo mitigar riscos de transmissibilidade.

5.2.3 Esta medida exigirá a organização de infraestrutura das novas unidades, incluindo: aluguel ou cessão de imóvel (preferencialmente casas), mobiliário, utensílios e outros itens necessários. Se necessário, pode-se transferir itens da Unidade de Acolhimento que está sendo reorganizada. É importante que estas unidades possam contar com acesso à internet, o que pode ser viabilizado por celulares, tablets, etc.

5.2.4 Nos casos em que a finalidade da organização destes Serviços de Acolhimento for a redução da aglomeração nos Serviços de Acolhimento Institucional, a definição dos acolhidos que serão remanejados deve ser feita a partir da análise caso a caso, considerando o que será mais benéfico a cada acolhido, ser transferido ou permanecer no serviço onde atualmente se encontra.

5.2.5 A partir dessa análise devem-se identificar quais acolhidos devem fazer parte do mesmo subgrupo, considerando vínculos entre eles, condições de saúde, autonomia ou dependência de cuidados, dentre outros aspectos relevantes. A composição da equipe das novas unidades deve considerar, ainda, vínculos existentes entre acolhidos e profissionais, como forma de minimizar impactos com a mudança. Nestes casos deve-se priorizar, sempre que possível, o regime de funcionamento emergencial com cuidador(es) residente(s).

5.2.6 Setorização da Unidade de Acolhimento Institucional, dividindo-a em subgrupos.

5.2.6.1 A setorização da unidade implica na organização dos acolhidos por subgrupo de até 10 (dez) pessoas, com limitação do convívio e do uso de espaços a cada subgrupo. Nesses casos, a ideia é reorganizar o serviço e o espaço físico da unidade de modo que cada subgrupo não conviva ou utilize os mesmos espaços do(s) outro (s) subgrupo (s).

5.2.6.2 Este arranjo poderá ser adotado quando a infraestrutura física comportar, com algumas adaptações necessárias. Nestes casos, é importante também fixar os profissionais (cuidadores e encarregados da limpeza) por subgrupos, de modo a limitar a circulação e o contato entre subgrupos. Sempre que possível, deve-se priorizar o regime de funcionamento emergencial com profissionais que possam permanecer como residentes no Serviço de Acolhimento durante a pandemia. Quando isso não for possível, recomenda-se a avaliação quanto ao espaçamento maior para troca de equipes, como por exemplo, a cada semana, ou a cada 10 (dez) ou 15 (quinze) dias.

5.2.6.3 Nos casos de setorização da Unidade de Acolhimento Institucional por subgrupos, sugere-se avaliar em âmbito local as seguintes recomendações:

I - Analisar o espaço físico e identificar possibilidades de reorganização do serviço setorizando áreas que possam acomodar os subgrupos, com algumas adaptações.

II - Planejar a delimitação dos espaços de uso comum e viabilizar adaptações necessárias (divisórias, tendas, fitas de isolamento, cones, arranjos para ampliação de banheiros, etc).

III - Planejar logística de suprimentos para cada subgrupo, garantindo itens de limpeza, higiene, alimentação, dentre outros, prevendo locais específicos para seu armazenamento. Recomenda-se que o refeitório/cozinha faça o suprimento de itens de alimentação e refeições com logística simples e utilização de espaço destinado a cada subgrupo, de modo a evitar que compartilhem ou transitem pelo mesmo espaço.

5.3 Procedimentos necessários

5.3.1 Apoio e acompanhamento nos casos de cuidados em ambiente familiar

5.3.1.1 Nas hipóteses de manutenção na família ou com pessoa da rede social de apoio, reintegração familiar ou inserção temporária na residência de cuidadores, outros profissionais do abrigo ou padrinhos afetivos, deve-se avaliar se há condições de segurança para tanto, considerando, dentre outras questões específicas relativas a cada situação, os seguintes pontos:

I - vinculação afetiva com o acolhido e concordância de todo o núcleo familiar para recebê-lo em sua residência, prestando-lhe apoios e cuidados necessários;

II - verificação quanto a situações ou condições que possam colocar em risco a segurança do acolhido na residência (risco de violência ou de não se prestar os cuidados necessários, etc);

III - consciência da família sobre a pandemia, os riscos relacionados e a importância do distanciamento social para a prevenção da transmissibilidade do novo Coronavírus, observando se há condições para tal e necessidades de suporte nesse sentido.

5.3.1.2 Para viabilizar a manutenção ou reintegração da criança ou adolescente com a família (natural ou extensa) ou pessoa da rede social de apoio ou sua inserção temporária na residência de cuidadores, outros profissionais do abrigo ou padrinhos afetivos, deve-se identificar necessidades de apoio para viabilizar o acolhimento, prevendo ações como:

a) Planejamento com o órgão gestor da Assistência Social local, quando for o caso, os encaminhamentos necessários para viabilizar apoios como inclusão em programas de transferência de renda, recebimento de benefícios eventuais, etc.

b) Identificação de possibilidades de apoios - diretamente pelo Serviço de Acolhimento ou em parceria com a rede ou comunidade - para atender demandas como acesso a medicamentos e à continuidade de atendimentos em saúde; acesso a itens de alimentação, higiene e de uso pessoal do acolhido; orientação e poio remoto aos familiares em relação aos cuidados específicos para com os acolhidos, que sejam necessários, fazendo articulações com a rede local para assegurá-los;

c) Realização de acompanhamento à família, ainda que remoto. Este acompanhamento deve ser planejado e ofertado pela equipe do Serviço de Acolhimento em articulação com as equipes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - dependendo do arranjo local, possibilitando apoio à família e monitoramento do bem estar da criança ou adolescente, prestando as orientações necessárias e identificando as necessidades de suportes e apoios que surgirem.

d) Orientar as famílias, as crianças e os adolescentes quanto à utilização dos dispositivos que serão utilizados para esse acompanhamento remoto, viabilizando, quando necessário, o acesso aos mesmos.

e) Orientar previamente as famílias, as crianças e os adolescentes quanto à pandemia e seus riscos, necessidade de distanciamento social, práticas de higiene e outros cuidados necessários para a prevenção da transmissibilidade, além daqueles cuidados específicos que o acolhido porventura requeira.

5.3.2 Manejo adequado nas situações de mudança de local de acolhimento

5.3.2.1 Nas situações que envolvam a mudança de local de acolhimento - como nos casos de implantação de novas Unidades de Acolhimento, cuidados na residência de profissionais ou padrinhos, encaminhamento para família acolhedora - é importante considerar as vinculações construídas no Serviço.

5.3.2.2 Considerando os impactos emocionais inerentes a mudanças, é preciso adotar estratégias para mitigá-los. Na medida do possível, deve-se viabilizar que os acolhidos que já possuam vinculações de afeto e amizade possam permanecer juntos, se isso não representar riscos. Deve-se considerar, ainda, as vinculações com cuidadores e outros profissionais do serviço, pois a manutenção de algum profissional já conhecido pode amenizar o impacto das mudanças, deixando os acolhidos mais seguros e tranquilos.

5.3.2.3 É importante que sejam pensados quais arranjos podem ser mais benéficos para crianças e adolescentes com necessidades específicas e que sejam mais sensíveis a mudanças, como aqueles com deficiência intelectual, transtorno mental, doenças neurológicas, dentre outras.

5.3.2.4 Nesse sentido, para rearranjos que impliquem mudanças e remanejamento de acolhidos para outro espaço, fora da unidade ou dentro da mesma unidade é importante identificar crianças e adolescentes que possam se adaptar aos mesmos mais facilmente, de modo a preservar, na medida do possível, aqueles que possam ser mais impactados por estas alterações.

5.3.2.5 Cabe destacar a necessidade de preparação e consulta aos acolhidos em relação às mudanças que se fizerem necessárias durante o período de pandemia, especialmente quando se tratar de mudança de local de acolhimento para outros espaços. Tal preparação deve ser feita de forma acessível e condizente com as condições de compreensão de cada acolhido, com informações simples e objetivas e recursos adequados ao estágio de desenvolvimento e presença de deficiência.

5.3.2.6 No que se refere à composição das equipes que irão atender os acolhidos que forem remanejados, também deverão ser consideradas, sempre que possível, as vinculações existentes entre acolhidos e profissionais do serviço atual. Quando necessário, também poderão ser utilizados remanejamento de profissionais ou contratação temporária em caráter emergencial, dentre outros arranjos possíveis localmente, como previsto no item 4.9. deste documento. Nos casos de remanejamento é importante que se sejam definidas as melhores estratégias para manutenção do suporte adequado de equipe técnica (psicólogo e assistente social) aos acolhidos e profissionais responsáveis pelos cuidados diretos.

5.3.2.7 Destaca-se, ainda, a necessidade de informar às famílias dos acolhidos sobre as mudanças necessárias no período de pandemia, principalmente quando for necessário o remanejamento do acolhido para outros espaços. Devendo sempre ser mantidos canais de comunicação entre a família de origem e a equipe do serviço, assim como viabilizados meios de contato remoto entre as famílias e os acolhidos, de forma a manter e fortalecer os vínculos existentes.

5.4 Medidas para apoiar deslocamentos seguros e o distanciamento social dos trabalhadores

5.4.1 No contexto da pandemia do novo Coronavírus, um dos principais riscos que devem ser mitigados para prevenir a transmissibilidade nos Serviços de Acolhimento Institucional é o fluxo de entrada e saída de pessoas no serviço. Tais riscos podem devem ser manejados para assegurar a segurança e a proteção de acolhidos e trabalhadores.

5.4.2 Como forma de assegurar um distanciamento social mais seguro e com menos exposição a riscos nos Serviços de Acolhimento Institucional, pode-se avaliar localmente a viabilidade das seguintes medidas e procedimentos para mitigar os riscos derivados do fluxo diário de entrada e saída de profissionais no serviço, dentre outros que possam responder à realidade local:

Adequações para que os Serviços de Acolhimento Institucional - na modalidade abrigo institucional - possam adotar temporariamente o regime de funcionamento emergencial com cuidador(es) residente(s), de modo a reduzir o fluxo diário de entrada e saída de profissionais. Sempre que possível, recomenda-se a fixação de equipe no local, organizando o espaço de forma a possibilitar que os profissionais que atuam em contato direto com os acolhidos passem a residir na unidade durante a pandemia, atuando temporariamente como cuidadores-residentes, a exemplo do que já ocorre na modalidade da Casa-lar. Recomenda-se a avaliação, ainda, quanto à possibilidade de fixação também dos profissionais de limpeza. Quando não for possível a fixação dos profissionais para residirem temporariamente no serviço, recomenda-se a avaliação quanto ao espaçamento maior para troca de equipes, como por exemplo, a cada semana, ou a cada 10 (dez) ou 15 (quinze) dias.

Suporte aos profissionais com acomodação mais próxima do Serviço de Acolhimento: acomodação dos profissionais em hotéis ou pousadas próximos ao Serviço de Acolhimento como opção para apoiar o distanciamento social dos profissionais e mitigar riscos no trajeto para o Serviço de Acolhimento;

Suporte aos profissionais de transporte mais seguro: suporte para deslocamentos de trabalhadores e acolhidos, com utilização de meios de transporte mais seguros (que possibilitem o distanciamento entre passageiros, boa ventilação etc.). Nestes casos, recomenda-se, adicionalmente, que motorista e passageiros: i. utilizem máscaras durante o trajeto todo, ainda que sejam máscaras caseiras; ii. façam uso de álcool gel; iii; e observem outras recomendações quanto a medidas preventivas à transmissibilidade que se aplicarem a este contexto.

6. RECOMENDAÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

6.1 Medidas para a prevenção da transmissibilidade do Coronavírus

6.1.1 Neste tópico serão apresentadas recomendações aos dirigentes e profissionais dos Serviços de Acolhimento, em complemento àquelas já apontadas na Nota Pública do MC e MMFDH "Medidas de Prevenção ao Coronavírus nas Unidades de Acolhimento Institucional" e na Portaria SNAS/SEDS/MC nº 54, de 1º de abril de 2020.

6.1.2 Recomendações Gerais para Dirigentes das Unidades

a) Assegurar a continuidade da oferta do serviço, viabilizando as atividades essenciais e a sua adequação às recomendações sanitárias;

b) Organizar a equipe, adotando ajustes necessários para mitigar riscos inerentes ao fluxo diário de entrada e saída de profissionais e apoiar deslocamentos mais seguros. Considerar as medidas e procedimentos apontados nesta Nota Técnica e na Portaria SNAS/SEDS/MC nº 54/2020 e a totalidade dos trabalhadores (equipe técnica, cuidadores, profissionais da área administrativa, limpeza, cozinha, lavanderia, etc), identificando possibilidades relacionadas - como, por exemplo, escalas de revezamento, adoção de trabalho remoto para trabalhadores da área administrativa, reuniões e orientações à equipe de modo remoto, funcionamento das atividades de lavanderia em dias alternados, redução das atividades de cozinha ao estritamente necessário, etc. ;

c) Organizar e coordenar a utilização dos espaços comuns da unidade (refeitórios, áreas de lazer, sala de televisão, dentre outros), estabelecendo dinâmicas de revezamento e limpeza sistemática;

d) Estabelecer protocolos de limpeza e higienização dos ambientes, com estratégias para orientações a todos os profissionais e acolhidos, e assegurar materiais de limpeza e higiene necessários;

e) Informar a todos, profissionais e acolhidos, quanto à importância dessas medidas e do distanciamento social, recomendando aos trabalhadores a adoção rigorosa destas orientações também no contexto de sua vida pessoal;

f) Identificar possíveis riscos referentes à pandemia do novo Coronavírus diante da realidade local e das especificidades da unidade e de seus acolhidos, e elaborar planos de contingência, em articulação com o órgão gestor da Assistência Social[1], que incluam as medidas necessárias como a reorganização do Serviço;

g) Identificar previamente necessidades de recomposição da força de trabalho e comunicar ao órgão gestor da Assistência Social.

h) Identificar e quantificar a demanda de EPI (máscaras, capotes, etc) e planejar sua aquisição, por meios próprios ou articulação com órgãos gestores da Assistência Social e da Saúde;

i) Viabilizar orientações a todos os trabalhadores do Serviço quanto ao uso de EPI e demais medidas e procedimentos necessários para mitigar riscos e prevenir a transmissibilidade do novo Coronavírus. Para tanto, articular-se com os órgãos gestores da Assistência Social e da Saúde. Especial atenção deve ser dada aos profissionais que desempenhem atividades que demandem mais contato físico direto com os acolhidos, como aqueles que cuidam de crianças de colo, de crianças e adolescentes com deficiência e dependência de cuidados[2].

j) Adotar logística para entrega de alimentos e outros suprimentos diretamente na Unidade de Acolhimento e práticas de higienização segura destes produtos.

6.1.3 Recomendação para os profissionais que atuam nas unidades

a) Adotar práticas mais rigorosas de cuidados com a própria higiene quando da entrada no serviço, no decorrer do expediente e de volta à suas casas. Ao chegar à Unidade de Acolhimento, os profissionais deverão trocar a roupa e o calçado e lavar bem mãos, braços e rosto. Recomenda-se que seja também aferida sua temperatura.

b) Afastar-se imediatamente das atividades na unidade, caso apresente sintomas relacionados à contaminação pelo Coronavírus (febre - aferida ou referida - associada à falta de ar, tosse ou dor de garganta), e realizar isolamento domiciliar por 14 dias. Conforme a gravidade dos sintomas ou necessidade de atestado para o afastamento, procurar atendimento de saúde.

6.2 Medidas para promover a qualidade de vida e manejo do estresse

6.2.1 Situações de Emergência Social como a atual podem ser altamente estressantes. No contexto da pandemia do Coronavírus, a tensão e o estresse podem permear o cotidiano dos Serviços de Acolhimento, impactando crianças e adolescentes e trabalhadores, razão pela qual é importante que sejam adotadas medidas preventivas para o manejo do estresse e a promoção da qualidade de vida nestes espaços (IASC, 2020).

6.2.2 Ações para promover a qualidade de vida e manejo do estresse dos acolhidos

6.2.2.1 Algumas medidas e procedimentos necessários para manter a segurança no período da pandemia podem gerar diferentes impactos emocionais nas crianças e adolescentes, podendo deixá-los, por exemplo, mais ansiosos, agitados, agressivos, tristes ou retraídos. Por outro lado, se bem trabalhadas junto aos acolhidos, a adoção de medidas para a prevenção da transmissibilidade pode favorecer um senso de segurança e a confiança.

6.2.2.2 Crianças e adolescentes estarão propensas a lidar melhor com a situação de distanciamento social se tiverem autonomia para certas escolhas e decisões possíveis, e se puderem contar com informações adequadas, ter uma rotina mais

estruturada, atividades que favoreçam a qualidade de vida e a manutenção de contatos com familiares e pessoas significativas - ainda que por meios remotos - sempre observando as recomendações sanitárias.

6.2.2.3 Apresentamos abaixo algumas recomendações e sugestões que podem favorecer o manejo do estresse e a promoção da qualidade de vida nos Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, cuja aplicabilidade deverá ser avaliada levando em consideração as particularidades da realidade local e do perfil das crianças e dos adolescentes atendidos.

6.2.2.4 Comunicação, Informação e Orientação

6.2.2.5 As crianças e adolescentes devem ser esclarecidos sobre a epidemia de forma clara e apropriada a seu estágio de desenvolvimento, sem evidenciar detalhes ou informações que em seu universo e capacidade de compreensão possam gerar temor desmedido e sofrimento desnecessário (mencionar número de óbitos, por exemplo).

6.2.2.6 No caso de crianças, sobretudo as menores, e de crianças e adolescentes com deficiência é importante adequar a informação a ser socializada. Nesses casos, pode-se fazer uso de histórias com ilustrações ou contadas de forma lúdica com elementos suficientes para compreender a situação - como histórias com explicação sobre a disseminação do vírus e os cuidados necessários. Pode-se recorrer a teatro de bonecos, músicas, brincadeiras e atividades de orientação sobre higiene, dentre outras possibilidades. Brincar de lavar as mãos pode ser bastante eficiente.

6.2.2.7 Participação

6.2.2.8 As crianças e adolescentes são atores fundamentais para o sucesso do distanciamento social e devem estar cientes dessa responsabilidade. Nesse sentido, deve-se buscar formas de conscientiza-los, fortalecendo o senso de responsabilidade individual e coletiva, para que se percebam como corresponsáveis na implementação de medidas e mudanças necessárias à proteção de todos, contribuindo para a redução de comportamentos que possam elevar o nível de estresse e colocar todos em risco, como por exemplo as saídas desavisadas e o descumprimento de regras sanitárias.

6.2.2.9 Deve-se estimular a participação das crianças e adolescentes na implementação das mudanças necessárias no espaço físico da unidade (p.ex. mudança de quartos, afastamento das camas, reorganização dos espaços comuns, distribuição de álcool gel, etc), e criar espaços para sugestões, acordos e produção de materiais visuais (como cartazes com frases e lembretes, pinturas, desenhos e outros para afixar em locais visíveis). As crianças também podem auxiliar na decoração interna, em desenhos sobre a importância da higiene, podem fazer redações ou peças de teatro sobre a importância de um cuidar do outro, etc.

6.2.2.10 As rotinas sanitárias, como lavar as mãos, usar álcool gel, separação de objetos e protocolos de entrada e saída podem ser apresentadas em formas de brincar, com indicativos de cumprimento de tarefas como um ganho para todos, o que desenvolve o sentimento de responsabilidade e de união.

6.2.2.11 Também devemos considerar as especificidades do público adolescente. Respeitando sua relativa autonomia, estes podem ser mobilizados no auxílio às orientações e combate à disseminação do COVID-19 dentro da unidade, para tanto podem participar, dentro das limitações institucionais, do planejamento das ações e do suporte aos demais acolhidos.

6.2.2.12 Espaços de Escuta, Acolhida e Expressão

6.2.2.13 É importante que os profissionais do serviço estejam atentos e disponíveis para escutar e acolher as crianças e adolescentes, criando oportunidades para se expressarem nas atividades cotidianas ou em atividades mais estruturadas com este objetivo. Ao expressar seus desconfortos, medos e inseguranças em um ambiente de apoio e segurança, poderão lidar com este momento de uma forma mais leve.

6.2.2.14 A escuta ativa, a compreensão dos impactos da situação para os acolhidos e a oportunidade para que estes expressem seus desconfortos, medos, inseguranças e até mesmo raiva poderão contribuir para apoiá-los emocionalmente. Espaços de escuta, acolhida e expressão - que pode ocorrer até mesmo durante uma brincadeira ou atividade rotineira - podem favorecer o compartilhamento de sentimentos difíceis e ajudar, inclusive, nos casos de crianças e adolescentes com maiores dificuldades para se adaptar às mudanças, criando oportunidades para se sentirem proativos, abordarem suas dificuldades e se sentirem apoiados, com palavras de suporte e encorajamento.

6.2.2.15 Construção e respeito a regras

6.2.2.16 A construção de regras em conjunto com as crianças e adolescentes pode facilitar a diminuição de possíveis conflitos decorrentes das restrições às saídas ou visitas, por exemplo. Os adolescentes devem ser conscientizados sobre sua responsabilidade individual e coletiva e sobre os riscos de algumas ações individuais para todos no Serviço - como saídas não autorizadas ou descumprimento de medidas sanitárias.

6.2.2.17 Caso haja descumprimento de regras que arrisquem a segurança da unidade, deve-se buscar entender as motivações (saudade da família, perda de um amigo, ansiedade, angústia, medo, etc.) e alternativas de solução de conflito (rodas de conversa on-line ou presencial, mas com afastamento entre as pessoas). Medidas de responsabilização podem ser adotadas e previamente acordadas com o grupo, como advertência, pedido coletivo de desculpas, dentre outros. Deve-se informar previamente situações que possam demandar a colocação em espaços de quarentena.

6.2.2.18 Estabelecimento de rotina e desenvolvimento de atividades que contribuem para a qualidade de vida e manejo do estresse e do ócio

6.2.2.19 A situação emergência em saúde pública tem impacto direto na rotina das crianças e adolescentes - muitas atividades precisam ser suspensas ou alteradas. Nesse momento, é importante estabelecer uma nova rotina, com horários regulares: refeições, sono e atividades escolares, lúdicas, esportivas, artísticas, etc.

6.2.2.20 Uma rotina estruturada, mais palpável e compreensível, com atividades que sejam do interesse dos acolhidos e respeitem as recomendações sanitárias pode contribuir significativamente para a qualidade de vida no período de distanciamento social. Os profissionais do Serviço e os acolhidos podem ser envolvidos nas propostas de uma nova rotina. Alguns instrumentos e recursos podem ajudar crianças e adolescentes a visualizarem as novas rotinas, como um quadro com programação semanal, em local visível, com imagens (desenho de criança acordando, escovando os dentes, etc). A programação de cada dia pode ser lida na noite anterior. Sugere-se uso de calendários que ajudem a criança e o adolescente se organizarem quanto ao dia do mês e semana, relembrando datas comemorativas, etc (FIKS, 2020; IASC, 2020).

6.2.2.21 No planejamento da rotina do serviço é importante que sejam pensadas atividades cotidianas nas quais as crianças e adolescentes possam ser envolvidos - como arrumar sua cama, roupas e armários, organizar seus pertences individuais, aguar plantas, etc - e atividades criativas, lúdicas, culturais e relaxantes (FIKS, 2020). Nesse sentido, pode-se ilustrar um conjunto de atividades facilmente executáveis como, por exemplo: brincadeiras com balão e bolha de sabão, mímica, jogos de adivinhação, adedonha, origami, jardinagem, teatro, construção de brinquedos com materiais recicláveis, massinha (que pode ser feita no serviço pelas próprias crianças), atividades manuais, música e danças e outras que possam ser realizadas com distância segura, sem contato físico e com uso de materiais individuais. Dependendo da idade e do interesse dos acolhidos, pode-se pensar, ainda, em atividades como relaxamento, exercícios de respiração, alongamentos leves, yoga. Deve-se ter atenção, no entanto, para se evitar o excesso de atividades.

6.2.2.22 Cabe destacar que a importância de se planejar atividades específicas para as diferentes faixas etárias, devendo-se considerar, ainda, as preferências individuais. No caso dos adolescentes leitura, jogos online, "cinema comentado", atividades esportes leves e diálogos sobre questões próprias da adolescência, como sexualidade, relacionamentos, responsabilidades, inserção no mundo do trabalho, etc., também podem ser oportunizados.

6.2.2.23 Para o planejamento e desenvolvimento de atividades nesse período, pode-se aproveitar os conhecimentos e habilidades da equipe e dos próprios acolhidos, aproveitando este período para desenvolver e valorizar habilidades, compartilhando conquistas no ambiente do serviço e na comunicação com familiares e amigos, por exemplo, e recebendo feedbacks positivos sobre suas conquistas (FICKS, 2020). Para o desenvolvimento destas atividades, pode-se considerar também possibilidades de suporte remoto de profissionais de outros serviços do SUAS - como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, da Saúde, da Cultura, etc. Uma estratégia, inclusive, que pode ser considerada, é a possibilidade de remanejamento de algum profissional do SCFV para exercer temporariamente o papel de cuidador, se for necessário.

6.2.2.24 Recomenda-se que as atividades coletivas sejam feitas em subgrupos, sem aglomerações, com distância segura e sem contato físico e com uso de materiais individuais. Outro cuidado necessário diz respeito ao uso de brinquedos, sugere-se o uso daqueles que possam ser lavados ou higienizados mais facilmente. Outra sugestão é o uso de caixas individuais para cada criança ou adolescente guardar seus próprios materiais ou brinquedos.

6.2.2.25 Caso seja do interesse dos acolhidos, sugere-se também que se viabilize o acesso remoto às práticas religiosas e espirituais, respeitando as crenças de cada um e o caráter facultativo dessas práticas.

6.2.2.26 No caso da rede de educação local optar por manter atividades escolares por meios remotos, deve-se incluir na rotina diária um tempo adequado para a realização de tais atividades. Nesse sentido, os profissionais do serviço deverão estar atentos às orientações e informações da escola, mantendo contato com professores e colegas de escola como estratégia também para apoiar estudos e atividades escolares

6.2.2.27 Estratégias para a preservação de vínculos e contatos com a família e pessoas significativas, durante o período da pandemia

6.2.2.28 Vínculos afetivos saudáveis e seguros são estruturantes para crianças e adolescentes. Dessa forma, durante o período da pandemia é importante viabilizar estratégias de contato remoto que contribuam para preservar as vinculações positivas dos acolhidos, incluindo familiares, padrinhos, namorado (a), professores e colegas de escola, amigos e outras pessoas significativas.

6.2.2.29 Em se tratando de adolescentes, inclusive, deve-se ter em mente que os vínculos grupais e comunitários são estruturantes nessa faixa etária.

6.2.2.30 Telefonemas e uso de aplicativos de mensagens, redes sociais, áudios e vídeos poderão viabilizar o contato e a comunicação com as famílias de origem ou outras pessoas significativas para as crianças e os adolescentes. A manutenção de tais contatos contribuirá para amenizar os efeitos do distanciamento social e, principalmente, para proteger a saúde mental dos acolhidos.

6.2.2.31 Deve-se, igualmente, considerar as vinculações construídas no Serviço de Acolhimento, considerando-as em casos de reorganização dos Serviços de Acolhimento e remanejamentos dos acolhidos, oportunizando, sempre que for o caso, rituais de despedidas (como cantar uma música, bater palmas).

6.2.2.32 Manejo com situações de perdas e lutos

6.2.2.33 A comunicação de falecimentos de amigos, familiares ou pessoas de referência é direito dos acolhidos. No entanto, é importante que se faça uma conversa prévia entre a equipe do Serviço de Acolhimento e a família sobre a melhor forma de fazê-lo. Em situações como essa, é importante se criar espaços para que as crianças e adolescentes possam expressar sua dor diante da perda de amigos, familiares ou outras pessoas queridas e se sentirem acolhidas, sobretudo num momento em que as restrições podem atingir também a realização de velórios e outras práticas religiosas e culturais de despedida.

6.2.2.34 Nesses casos, pode-se promover nos Serviços de Acolhimento alguns rituais de despedida, que podem ser sugeridos pelos próprios acolhidos considerando suas crenças e cultura, como cantar uma música que a pessoa gostava, manifestar mensagens de despedida, fazer algum tipo de homenagem, fazer preces e orações, etc. Esses rituais podem, inclusive, ser individuais e, embora simples, podem ser bastante simbólicos e reconfortantes.

6.2.2.35 A notícia da morte de pessoa próxima deve ser dada de modo privado, respeitando o estágio de desenvolvimento e outras especificidades de cada um, como presença de deficiência. Deve ser respeitado o desejo da criança ou adolescente quanto à comunicação da perda a outras pessoas. Escuta, palavras afetuosas e demonstrações de empatia e compaixão podem, nesse momento, oferecer suporte, num momento em que a tristeza, o choro e até mesmo expressões de raiva fazer parte do processo de luto, que pode durar alguns meses.

6.2.3 Cuidando de quem cuida: suporte aos trabalhadores dos Serviços de Acolhimento

6.2.3.1 Os profissionais envolvidos no cuidado direto aos usuários também devem contar com medidas voltadas a seu cuidado e proteção. Abrir canais de diálogo sobre o impacto das medidas na subjetividade dos trabalhadores, sobre as dificuldades na implementação das ações necessárias junto às crianças e aos adolescentes, medos e angústias decorrentes desse período de crise são fundamentais para a prevenção de situações de adoecimento físico e mental, como estafa, Síndrome de Burnout, crises depressivas, dentre outras. Para tanto, é necessário que os dirigentes e equipe técnica estejam atentos quanto à importância de cuidar dos trabalhadores, sob risco de inviabilizar o serviço caso essa dimensão seja negligenciada.

6.2.3.2 Nesse sentido, destaca-se algumas ações que podem ser implementadas com vistas a apoiar e dar suporte aos trabalhadores:

Disponibilizar informações sobre a epidemia, formas de contágio e de prevenção, etc.

Orientar quanto a medidas e procedimentos a serem adotados para o distanciamento social e a prevenção da transmissibilidade (rotinas de triagem, cuidados com a chegada ao serviço, durante o trabalho e retorno para casa, uso de EPI, observância de sintomas em si ou nos acolhidos etc), para que se sintam mais respaldados, seguros e protegidos no trabalho.

Oportunizar espaços para sugestões quanto a medidas e procedimentos necessários à prevenção da transmissibilidade, que possam contribuir para melhorias e dar maior segurança ao ambiente, aos usuários e trabalhadores;

Planejar medidas de suporte técnico/supervisão por profissionais da saúde, para sanar dúvidas quanto a medidas preventivas, cuidados em caso de suspeita ou confirmação de contágio dos usuários e outras que surgirem durante o percurso da epidemia. Mobilizar, sempre que possível, profissional da rede de saúde local ou da comunidade para este tipo de suporte técnico/supervisão, que pode contribuir para a segurança e tranquilidade dos profissionais no trabalho e manejo com situações mais estressantes (como suspeita de contágio ou confirmação).

Abrir canais de diálogo remoto entre os trabalhadores, para compartilhamento das dificuldades, dúvidas, angústias, socialização de informações, troca de experiências e apoio mútuo.

Planejar estratégias de suporte emocional especializado, como conexão com redes de psicólogos para atendimento remoto e encaminhamentos para atendimento na rede local por profissionais especializados - psicólogos e psiquiatras. Estes espaços são muito importantes para lidar com estresse, medo e angústia no contexto do trabalho e da vida privada e familiar;

Realizar reuniões de equipe e supervisão técnica com a equipe do serviço, que podem ser realizadas de modo remoto, para a avaliação e aprimoramento das medidas e procedimentos.

6.2.4 Acompanhamento das famílias dos acolhidos

6.2.4.1 No período de emergência em saúde pelo COVID-19, orienta-se que o acompanhamento das famílias de origem de crianças e adolescentes acolhidos, realizado pelas equipes dos Serviços de Acolhimento em articulação com as equipes do CREAS e/ou do CRAS ocorra, preferencialmente, de maneira remota.

6.2.4.2 O acompanhamento remoto contínuo pode representar um importante suporte para a família neste momento e possibilitar às famílias e às crianças ou adolescentes acolhidos a manutenção do contato e a preservação dos vínculos. É importante orientar e apoiar as famílias quanto à utilização de dispositivos que possam facilitar os contatos e acompanhamento, caso elas necessitem.

[1] Os planos de contingência devem conter estratégias que estabeleçam procedimentos e ações a serem desencadeadas diante do acontecimento de cada risco, de modo a dar respostas rápidas e efetivas aos eventos indesejados que porventura venham a ocorrer.

[2] Verificar recomendações dispostas na Portaria nº 54, de 1º de abril de 2020.

7. CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS

7.1 Em caso de algum acolhido apresentar sintomas que possam indicar contaminação, os profissionais devem providenciar seu isolamento e comunicar imediatamente às autoridades sanitárias locais, de modo a assegurar as medidas necessárias para a proteção da criança ou do adolescente com suspeita de contaminação e dos demais acolhidos e trabalhadores. Nessas situações, deve-se seguir rigorosamente as orientações da Saúde, considerando os fluxos previamente pactuados para comunicação e atendimento desses casos, além de procedimentos para isolamento e cuidados nos casos com suspeita ou confirmação de contágio.

7.2 Uma vez que se trata de unidades de atendimento coletivo, o que agrava o risco de disseminação do vírus entre os demais acolhidos, há que se ter cuidados redobrados nos casos de suspeita e contaminação, assim como com a chegada de novas crianças e adolescentes que necessitem de acolhimento durante o período de pandemia.

7.3 Nesse sentido, orienta-se que os casos de suspeita ou confirmação de contaminação pelo Coronavírus sejam preferencialmente inseridos em espaços exclusivamente destinados ao atendimento a esta demanda, devendo-se, sempre que possível, separar locais específicos para atendimento de cada umas das situações de risco: i. novos acolhidos - que devem ficar em espaços específicos durante 14 (quatorze) dias após a chegada; ii. Acolhidos com suspeita de contaminação; e iii. Acolhidos com confirmação de contaminação.

7.4 Ressalta-se que, embora em isolamento, os profissionais do serviço devem manter contato com a criança ou adolescente. É preciso que ela saiba os motivos da separação momentânea dos demais acolhidos, que não se trata de punição e que o isolamento é para que ela possa restabelecer sua saúde. Os profissionais também devem procurar redobrar a atenção individual para a criança ou adolescente que se encontre nessa situação de isolamento, planejando atividades lúdicas e de entretenimento que possam ser desenvolvidas individualmente e possibilitar condições de contato remoto com os demais acolhidos e familiares.

7.5 Nas situações de suspeita ou confirmação de contaminação, assim como nas situações de chegada de novo acolhido durante o período de pandemia, deve-se atentar para as seguintes medidas:

Acomodação em quarto individual, com ventilação adequada, e banheiro diferenciado dos demais, além de outras recomendações quanto à prevenção da transmissibilidade - do Ministério da Saúde, das autoridades sanitárias locais, e do Ministério da Cidadania, inclusive a Portaria SNAS/MC nº 54/2020 e a Nota Pública: Medidas de Prevenção ao Coronavírus nas Unidades de Acolhimento Institucional, do Ministério da Cidadania e Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos.

Orientação quanto às limitações para utilização dos espaços comuns nesse momento e quanto à utilização, sempre que possível, de máscara pelo acolhido com suspeita ou confirmação de contágio;

Destinação de profissionais exclusivos para realização da limpeza dos ambientes e cuidados dos acolhidos com suspeita ou confirmação de contaminação. Nesses casos, a limpeza dos quartos e descarte dos materiais utilizados deve ser realizada por profissionais treinados especificamente para esse fim.

Necessidade de se seguir rigorosamente todas as orientações de procedimentos relativos ao uso de EPIs e cuidados no contato com a pessoa contaminada, descarte de lixo, higienização de roupas e objetos, dentre outras recomendações das autoridades sanitárias. Nos casos em que o acolhido tiver autonomia e condições para tal, recomenda-se que a possa realizar a limpeza básica do seu quarto, de modo a diminuir as possibilidades de disseminação do vírus.

Separação do vestuário e roupas de cama usadas pela criança ou adolescente com suspeita ou confirmação de contágio, para que sejam higienizadas à parte. Caso não haja a possibilidade de fazer a lavagem das roupas imediatamente, armazená-las em sacos de lixo plástico até que seja possível lavar. Devem ser separados o lixo produzido, toalhas de banho, garfos, facas, colheres, pratos, copos, dentre outros objetos de uso pessoal. Sofás e cadeiras também não devem ser compartilhados.

Deve-se priorizar a utilização de materiais de limpeza descartáveis e que sejam utilizados exclusivamente na limpeza dos espaços reservados para o uso das pessoas com suspeita ou confirmação contaminação.

7.6 Além das recomendações acima, quando existir suspeita ou confirmação de infecção pelo Coronavírus entre acolhidos deve-se, ainda, atentar para os seguintes procedimentos:

Proporcionar cuidados mais sistemáticos, apoio e suporte ao acolhido com suspeita ou confirmação de contaminação;

Possibilitar repouso, hidratação e alimentação adequada;

Monitorar condições de saúde constantemente, por profissional treinado;

Caso seja necessária nova avaliação (surgimento de novo sintoma ou piora dos sintomas já apresentados), a unidade de acolhimento deve buscar apoio e orientação unidade de referência da Saúde, podendo, ainda, ligar para 136 (número de suporte da saúde referente ao novo Coronavírus).

8. ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

8.1 As crianças e os adolescentes em situação de rua podem se encontrar em situações diversas: podem estar com suas famílias, com algum adulto responsável com o qual possua vínculo afetivo, ou até mesmo sozinhas, mantendo ou não contato com a família. Portanto, para ofertar proteção integral, pode ser necessário que haja alguma flexibilidade para adequação dos serviços socioassistenciais voltados a esse público, reconhecendo que são sujeitos em desenvolvimento em situação de risco social e que a construção de vínculos de confiança com os serviços é um processo a ser construído.

8.2 Essa atuação está disposta da Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1/2016, que conta com orientações sobre os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes em situação rua, e na Resolução Conjunta CNAS/CONANDA Nº 1, de 07 de junho de 2017, que estabelece as Diretrizes Políticas e Metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da Política de Assistência Social.

8.3 Considerando a especificidade da situação dessas crianças e adolescentes é necessário organizar e adequar a oferta dos Serviços de Acolhimento visando à proteção integral desse público.

8.4 Nesse sentido, as seguintes medidas podem ser adotadas, considerando a realidade local:

I - Nos casos de crianças e adolescentes em situação de rua acompanhados por familiares que tenham condições de oferecer o cuidado e proteção necessários, orienta-se o acolhimento do grupo familiar em conjunto, com acompanhamento técnico remoto. Suportes e apoios nestas situações podem contemplar, por exemplo:

a) Recurso que possibilite ao responsável alugar de forma autônoma moradia temporária, onde possa permanecer em segurança com a criança ou adolescente;

b) Contratos, pelo poder público, com meios de hospedagem como hotéis e pousadas ou aluguel de imóveis que possam ser utilizados como moradia provisória para o responsável e a criança ou adolescente;

c) Provimento de alimentação e outros itens básicos que assegurem proteção da criança ou adolescente e seu responsável;

d) Acolhimento do grupo familiar em Unidades de Acolhimento voltado a famílias, já existentes ou em abrigos provisórios implantados em decorrência da situação de emergência em saúde pública.

II - Nos casos de crianças e adolescentes em situação de rua desacompanhados, um primeiro esforço deve ser no sentido de identificar se existe algum familiar ou adulto da rede social de apoio com o qual possua vínculos afetivos significativos e que possa, nesse momento, se responsabilizar pela proteção da criança ou adolescente, acolhendo-a, ainda que temporariamente, durante esse período da pandemia. Nessas situações, deve-se garantir o apoio material que se fizer necessário e acompanhamento técnico - mesmo que remoto.

III - Nas situações em que as crianças e os adolescentes em situação de rua estejam desacompanhados e não possuam familiares ou algum adulto em sua rede social de apoio que tenham condições de acolhê-los, é necessário ofertar Serviços de Acolhimento. As formas desta oferta podem contemplar:

a) Acolhimento em famílias acolhedoras;

b) Acolhimento institucional, podendo ser organizada oferta específica para este público, por meio do Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes em situação rua.

8.5 É necessário envidar esforços no processo de aproximação e sensibilização junto a crianças e adolescentes em situação de rua, especialmente as desacompanhadas, para convencê-las sobre a importância de ir para o acolhimento, ainda que de forma temporária durante esse momento. Nesse sentido, é fundamental a articulação entre as equipes dos Serviços de Acolhimento, do Serviço Especializado em Abordagem Social, das equipes de Consultório na Rua, além de outros arranjos emergenciais desenvolvidos pelos municípios ou DF que devem intensificar a atuação junto a crianças e adolescentes em situação de rua.

8.6 Outro desafio comum no Acolhimento Institucional desse público, especialmente em relação às crianças maiores e aos adolescentes, diz respeito à dificuldade de permanência na instituição, com constantes saídas - inclusive não autorizadas - e evasões. Nessas situações, diante do atual cenário de risco à saúde, é crucial estabelecer estratégias para evitar ou reduzir essas saídas e possibilitar o distanciamento social necessário à prevenção da transmissibilidade do novo Coronavírus. Em complemento às recomendações já apresentadas para situações de novas entradas, saídas não autorizadas e retornos ao Serviço, podem contribuir para o manejo destas situações:

O diálogo claro e franco sobre os riscos da exposição ao contágio, tanto para eles próprios quanto para as demais pessoas, para não disseminação do novo Coronavírus.

A participação das crianças e adolescentes na elaboração e decisão sobre as regras de funcionamento da instituição e no planejamento e execução - quando couber - das atividades de rotina da instituição e das atividades lúdicas, de lazer e de convívio entre os acolhidos, respeitando as medidas sanitárias para a prevenção de contágio com o novo Coronavírus.

8.7 Ainda assim, na ocorrência de saídas não autorizadas, caso a criança ou adolescente retorne à Unidade de Acolhimento são necessários cuidados específicos para evitar ou reduzir as chances de disseminação do vírus. Nesses casos, é necessário assegurar o retorno da criança e/ou adolescente ao acolhimento, mesmo daqueles que retornaram à situação de rua e queiram voltar, mantendo estes em quarentena, conforme já abordado nesta Nota Técnica, ressaltando a busca por saídas alternativas de solução de conflito.

9. DOCUMENTOS RELACIONADOS

9.1 Brasil. Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério da Cidadania e Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Recomendação Conjunta nº 1 de 16 de abril de 2020. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/dou/-/recomendacao-conjunta-n-1-de-16-de-abril-de-2020-253004251;

9.2 Brasil. Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020;

9.3 Brasil. Medida Provisória nº 953, de 15 de abril de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv953.htm;

9.4 Brasil. Ministério da Cidadania. Portaria nº 337, de 24 de março de 2020. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-337-de-24-de-marco-de-2020/;

9.5 Brasil. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 54, de 1º de abril de 2020, da Secretaria Nacional de Assistência Social/Secretaria Especial de Desenvolvimento Social/Ministério da Cidadania. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-54-de-1-de-abril-de-2020-250849730;

9.6 Brasil. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social e Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências. Portaria Conjunta SNAS/SEDS e SGFT nº 1, de 2 de abril de 2020. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-1-de-2-de-abril-de-2020-251067584;

9.7 Brasil. Ministério da Cidadania e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. NOTA PÚBLICA Medidas de Prevenção ao Coronavírus nas Unidades de Acolhimento Institucional, de 20 de março de 2020. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/nota-publica-medidas-de-prevencao-ao-coronavirus-nas-unidades-de-acolhimento-institucional/;

9.8 Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 454, de 20 de março de 2020. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/PRT%20454-2020?OpenDocument;

9.9 Brasil. Ministério da Saúde: www.saude.gov.br/coronavirus;

9.10 Brasil. Ministério da Saúde. Protocolo de manejo clínico do coronavírus (covid-19) na Atenção Primária à Saúde. Disponível em: https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/24/20200323-ProtocoloManejo-ver05.pdf;

9.11 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Especializada. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2020;

9.12 Brasil. Ministério da Saúde. Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígena." Disponível em: https://www.saude.gov.br/noticias/sesai/46548-ministerio-da-saude-lanca-medidas-para-prevenir-coronavirus-em-povos-indigenas;

9.13 Brasil. NORMA REGULAMENTADORA 32 (NR 32) para segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, disponível em http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR32.pdf;

9.14 Comitê Permanente Interagências (IASC). Guia: Como lidar com os aspectos psicossociais e de saúde mental referentes ao surto de covid-19, Versão 1.5, Março 2020;

9.15 FIKS, M. Como educadores sociais podem ajudar as crianças e adolescentes em SAICAs em tempos de covid-19: o princípio da continuidade. São Paulo, NECA, 2020;

9.16 Inter-Agency Standing Committee (IASC, Comitê Permanente Interagências). Diretrizes do IASC sobre saúde mental e apoio psicossocial em emergências humanitárias. Tradução de Márcio Gagliato. Genebra, Suíça: IASC, 2007.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 20 ABRIL DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Arquivar os processos, abaixo relacionados sem aplicação de sanção.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
53000.018330/2014	Associação Cultural Comunitária De Itainópolis - Pi	RADCOM	Itainópolis	PI	Portaria DECEF n° 1403 de 20/04/2020
53900.004161/2015	Associação Comunitária De Comunicação E Cultura De Barra	RADCOM	Barra	BA	Portaria DECEF n° 1486 de 20/04/2020
53900.011665/2015	Associação Comunitária De Desenvolvimento Cultural E Artístico De Mamboré	RADCOM	Mamboré	PR	Portaria DECEF n° 1491 de 20/04/2020
53000.055661/2013	Rede Tropical De Comunicação	FM	Boa Vista	RR	Portaria DECEF n° 1549 de 20/04/2020
53900.028470/2015	CEBELWAM Comunicações E Consultoria Ltda	FM	Miguel Alves	PI	Portaria DECEF n° 1674 de 20/04/2020
53900.012901/2015	Radio Aliança Fm Ltda	FM	Macarani	BA	Portaria DECEF n° 1678 de 20/04/2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou advertência e/ou revogação de autorização.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.013625/2016	Instituto De Ensino Profissionalizante Santo Antônio Da Cachoeira	RADCOM	Piracaia	SP	Multa e advertência	667,90	Art. 40, XII e XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1043 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.014033/2016	Rádio Hits Fm Ltda	FM	Cubatão	SP	Multa	23.937,64	Art. 5º, Parágrafo Único, da Portaria nº 26/96, e item II, da Portaria MC n° 160/87.	Portaria DECEF n° 1166 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53520.001964/2016	Televisão Cultura Sociedade Anônima	TV	Florianópolis	SC	Multa	11.781,81	Itens 5.1, alínea "a" c/c 7.1, alínea "g", da Norma Complementar nº 1/2006	Portaria DECEF n° 1196 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.003870/2014	Associação Comunitária Itauense De Radiodifusão - Acir	RADCOM	Itaú de Minas	MG	Multa	1.485,03	Incisos XXII e XXIX, do art. 40, do Decreto n° 2.615/98, c/c item 15.3, "c" da Portaria 462/2011	Portaria DECEF n° 1237 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.052466/2015	Associação Cultural E Social De Novo Cruzeiro	RADCOM	Novo Cruzeiro	MG	Multa	534,32	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1442 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.050007/2015	Associação Educativa E Comunitária Serrana De Cunha	RADCOM	Cunha	SP	Multa	1.068,64	Art. 40, VII e XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1465 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53000.012127/2013	SM Comunicações Ltda	RTV	Campo Grande	MS	Multa	1.243,92	Art. 27 c/c art. 31 do Decreto 5.371/2005.	Portaria DECEF n° 1485 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53900.009318/2015	Associação Comunitária De Comunicação E Cultura De Aracatiaçu	RADCOM	Sobral	CE	Multa	2.137,29	Art. 40, V, VII e XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1498 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.050249/2015	Associação Cultural E Social De Novo Cruzeiro	RADCOM	Novo Cruzeiro	MG	Multa	534,32	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1515 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.021345/2015	Associação Beneficente De Difusão Cultural E Comunitária Betel De Terra Roxa	RADCOM	Terra Roxa	SP	Multa e advertência	1.602,97	Art. 40, VII, XII e XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1519 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.061465/2015	Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense De Radiodifusão	RADCOM	Coronel Murta	MG	Multa e advertência	1.602,97	Art. 40, V, VII, XII e XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1525 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.031469/2015	Associação Comunitária De Madalena	RADCOM	Madalena	CE	Multa	2.137,29	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1538 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53548.001971/2016	Ibiapina Radiodifusão Ltda	FM	Inocência	MS	Multa	7.694,24	Art. 122, Item 34, do Decreto n° 52.795/63, c/c Art. 2º da Portaria MC n"26/96.	Portaria DECEF n° 1540 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.068595/2015	Associação Da Rádio Comunitária De Vitória Do Xingu	RADCOM	Vitória do Xingu	PA	Multa	2.137,29	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1554 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.002390/2015	Associação Comunitária E Cultural Do Vale Do Rio Grande	RADCOM	Colômbia	SP	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1555 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.050049/2015	Associação Comunitária Radio, Jornal E Televisão Verde Vale (Radio Verde Vale Fm)	RADCOM	Divinolândia	SP	Advertência		Art. 40, II Do Decreto N° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1558 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013
53900.008960/2015	Associação Comunitária Do Alto Palestina E Camposaltinho	RADCOM	Campos Altos	MG	Multa	1.602,97	Art. 40, VII E XXIX Do Decreto N° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1562 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.002375/2015	Associação Cultural E Comunitária De Planura	RADCOM	Planura	MG	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX Do Decreto N° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1593 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.005261/2015	Associação Comunitária Diamantina	RADCOM	Morro Do Chapéu	BA	Multa	3.562,15	Art. 40, V E XXIX Do Decreto N° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1599 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.077230/2015	Rádio São Gabriel Ltda	OM	São Gabriel	RS	Multa	7.854,54	Art. 62 Da Lei N° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 1608 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.004567/2014	Associação Comunitária De Santo André	RADCOM	Santo André	PB	Multa	1.736,55	Art. 40, XV E XXIX Do Decreto N° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1609 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.077954/2015	Rede De Emissoras Unidas Da Ilha De Marajó Ltda	OM	São Sebastião Da Boa Vista	PA	Multa	6.545,45	Art. 62 Da Lei N° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 1611 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.003190/2014	Associação Comunitária De Difusão Cultural Ramal Livre	RADCOM	Jaboticabal	SP	Multa E Revogação De Autorização	5.825,87	Art. 40, XIX, XXII E XXIX Do Decreto N° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 1617 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.069375/2015	Rádio Cidade De Pedreira Ltda	OM	Pedreira	SP	Multa	6.545,45	Art. 62 Da Lei N° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 1633 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.071775/2015	Radio América Do Rio Grande Do Sul Ltda	OM	Montenegro	RS	Multa	7.854,54	Art. 62 Da Lei N° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 1634 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.003095/2015	Empreendimentos Guimarães Ltda	OM	Santa Vitória	MG	Multa	5.610,38	Art. 62 Da Lei N° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 1635 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53000.001607/2013	Fundação Quilombo	FME	Maceió	AL	Multa	1.570,70	Art. 3º Da Portaria Interministerial Nº 651/99.	Portaria DECEF n° 1642 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.022070/2015	Prefeitura Municipal De Paranatinga	RTV	Paranatinga	MT	Multa	4.675,32	Art. 31 Do Decreto 5.371/2005 E Art. 40 Da Portaria MC Nº 366/2012.	Portaria DECEF n° 1692 de 20/04/2020	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 17 DE ABRIL DE 2020

Nº 148 - Processo nº 53500.021830/2018-33
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 63/2020/EC (SEI nº 5335110), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela CLARO S.A. contra o Despacho Decisório nº 96/2019/COQL/SCO (SEI nº 4392208) para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) corrigir erro material constante do Despacho Decisório nº 96/2019/COQL/SCO (SEI nº 4392208), para que, onde se lê: "em razão do descumprimento das metas dos indicadores de qualidade previstos nos artigos 13; 15; 17; 18; 19; 22; 23; 31, caput e §1º; 32 §1º; e, 33, todos do Regulamento da Gestão da Qualidade do SMP, aprovado pela Resolução nº 575, de 28.10.2011", leia-se: "em razão do descumprimento das metas dos indicadores de qualidade previstos nos artigos 8º, 13; 15; 17; 18; 19; 22; 23; 31, caput e § 1º; 32, § 1º; e 33, todos do Regulamento da Gestão da Qualidade do SMP, aprovado pela Resolução nº 575, de 28.10.2011"; e,

c) conhecer da petição SEI 5376161 e indeferir os pedidos nela contidos.

Nº 149 - Processo nº 53524.000574/2014-49
Recorrente/Interessado: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CNPJ nº 17.516.113/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 79/2020/VA (SEI nº 5370069), integrante deste acórdão:

a) homologar o pedido de desistência do Recurso Administrativo interposto; e,

b) dar prosseguimento ao processo, em atenção ao disposto no art. 51, § 2º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para reformar, de ofício, o valor da multa, de R$ 1.275,77 (mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos) para R$ 2.738,13 (dois mil, setecentos e trinta e oito reais e treze centavos).

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 150, DE 18 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 53560.000776/2010-21
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S/A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 65/2020/EC (SEI nº 5343549), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, o valor da multa aplicada pela infração ao art. 74, § 3º, do RSTFC, em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, passando de R$ 3.000,00 (três mil reais) para R$ 2.000,00 (dois mil reais).

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 19 DE ABRIL DE 2020

Nº 151 - Processo nº 53504.003871/2011-31
Recorrente/Interessado: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL. CNPJ nº 33.530.486/0001-29

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 70/2020/EC (SEI nº 5349604), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

b) retificar o enquadramento da infração ao art. 98, caput, do RSTFC, para art. 98, parágrafo único, do RSTFC, e cumular a infração ao art. 96 do RSTFC com o art. 98, caput, do RSTFC;

c) reformar o valor da multa de R$ 1.940.948,22 (um milhão, novecentos e quarenta mil, novecentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos) para R$ 745.332,19 (setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e dezenove centavos), pelas infrações aos arts. 11, incisos IV e VII, c/c art. 79 do RSTFC; art. 11, inciso XXVII, do RSTFC; art. 27, inciso II, da Resolução nº 86/1998 c/c art. 82 do RSTFC; art. 96 c/c art. 98, caput, do RSTFC; art. 98, parágrafo único, do RSTFC; art. 29, I, da Resolução nº 86/1998; art. 4º da Resolução nº 560/2011 c/c art. 79 do RSTFC; e, art. 30, inciso I, da Resolução nº 86/1998; e,

d) determinar que a Recorrente proceda aos ressarcimentos pendentes conforme procedimentos descritos no Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC), aprovado pela Resolução nº 632, de 7 de março de 2014.

Nº 152 - Processo nº 53508.010285/2010-22
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 86/2020/EC (SEI nº 5397274), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para descaracterizar a infração relativa ao art. 34, § 1º, do RSTFC, retirando-se o valor correspondente a esta infração do valor total da multa;

b) reformar, de ofício, o valor da multa aplicada por meio do Despacho Decisório nº 74/2018/SEI/CODI/SCO (SEI nº 2651202), de R$ 1.826.735,66 (um milhão, oitocentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos) para o valor total de R$ 105.990,28 (cento e cinco mil, novecentos e noventa reais e vinte e oito centavos), em decorrência da correção do erro material detectado;

c) conhecer das alegações adicionais (SEI nº 4039229), nos termos da Súmula nº 21, de 10 de outubro de 2017, e indeferir os pedidos ali constantes; e,

d) não conhecer da manifestação (SEI nº 5441725), nos termos da Súmula nº 21, de 10 de outubro de 2017.

Nº 153 - Processo nº 53500.016805/2015-95
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 82/2020/EC (SEI nº 5385286), integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado por TELEFÔNICA BRASIL S.A. contra decisão do Conselho Diretor consubstanciada na alínea "a" do Acórdão nº 30, de 10 de fevereiro de 2020, para, no mérito, dar-lhe provimento para atestar o cumprimento do item "i" do § 5º do Ato nº 50.169/2016-CD.

Nº 154 - Processo nº 53500.016502/2015-72
Recorrente/Interessado: ULISSES COSTA DE ALMEIDA. CNPJ nº 08.830.352/0001-86

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 66/2020/EC (SEI nº 5345610), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, o Despacho Decisório nº 99/2018/SEI/COGE/SCO (SEI nº 2719207), no sentido de alterar o valor da multa aplicada de R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) para R$ 37.440,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais).

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 20 DE ABRIL DE 2020

Nº 155 - Processo nº 53500.004884/2012-49
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 94/2020/EC (SEI nº 5418746), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) revogar a determinação de ressarcimento aos usuários contida no item "2" do Despacho Decisório nº 179/2018/SEI/CODI/SCO;

c) reformar, de ofício, o valor da multa de R$ 5.710.614,78 (cinco milhões, setecentos e dez mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e oito centavos) para R$ 15.453.982,25 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos), pelos descumprimentos do art. 42, parágrafo único, do CDC, c/c art. 98, parágrafo único, do RSTFC, e das determinações de ressarcimento contidas nos Despachos nº 4.738/SPB, de 16 de junho de 2011; nº 3.281/SPB, de 25 de abril de 2011; nº 3.283/SPB, de 25 de abril de 2011; nº 3.633/SPB, de 5 de maio de 2011; nº 3.632/SPB, de 5 de maio de 2011; nº 5.790/PBCPA/PBCP/SPB, de 28 de setembro de 2011; nº 5.463/SPB, de 5 de julho de 2010; e nº 4.353/SPB, de 3 de junho de 2011, emitidos, respectivamente nos Pados nº 53524.000058/2007, 53554.001756/2007, 53539.000619/2007 53532.001632/2007, 53536.000470/2007, 53542.000750/2008, 53560.002585/2008 e 53569.001729/2007; e,

d) em obediência à decisão judicial proferida pelo juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos autos da Recuperação judicial do GRUPO OI (Processo Judicial nº 0203711-65.2016.8.19.0001), determinar a suspensão da eficácia da multa referente ao art. 42, parágrafo único, do CDC, c/c art. 98, parágrafo único, do RSTFC, correspondente ao montante de R$ 7.726.082,84 (sete milhões, setecentos e vinte e seis mil, oitenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), enquanto o r. decisum estiver em vigor.

Nº 156 - Processo nº 53569.001974/2007-26
Recorrente/Interessado: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL. CNPJ nº 33.530.486/0001-29

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 3/2020/MM (SEI nº 5098754), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, a sanção de multa de R$ 351.098,31 (trezentos e cinquenta e um mil, noventa e oito reais e trinta e um centavos) para R$ 441.183,75 (quatrocentos e quarenta e um mil, cento e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Nº 158 - Processo nº 53500.057388/2017-01
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 77/2020/EC (SEI nº 5384794), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 160 - Processo nº 53500.032620/2019-51
Recorrente/Interessado: OI MÓVEL S.A. CNPJ nº 05.423.963/0001-11

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 97/2020/VA (SEI nº 5426013), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 161 - Processo nº 53560.002706/2012-79
Recorrente/Interessado: TV DIÁRIO LTDA. CNPJ nº 23.493.364/0001-56

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 96/2020/VA (SEI nº 5425394), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, a sanção de multa aplicada, alterando-a de R$ 3.029,96 (três mil, vinte e nove reais e noventa e seis centavos) para R$ 2.711,02 (dois mil, setecentos e onze reais e dois centavos), devido à incidência de circunstâncias atenuantes previstas no art. 20, incisos III e IV, do Regulamento para Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012.

Nº 163 - Processo nº 53524.003780/2013-20
Recorrente/Interessado: MUNICÍPIO DE ITABIRITO. CNPJ nº 18.307.835/0001-54

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 90/2020/VA (SEI nº 5399410), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) rever, de ofício, o Despacho Decisório nº 9.765, de 28 de outubro de 2015, a fim de se majorar o valor da multa aplicada de R$ 2.870,49 (dois mil, oitocentos e setenta reais e quarenta e nove centavos) para R$ 3.189,43 (três mil, cento e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos), em razão do não cabimento da circunstância atenuante prevista no art. 20, inciso IV, do Regulamento para Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012.

Nº 164 - Processo nº 53500.021843/2019-93
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A., TIM CELULAR S.A. CNPJs nº 33.000.118/0001-79 e 02.421.421/0001-11

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 92/2020/VA (SEI nº 5408710), integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso Administrativo interposto pela TIM S.A. em face do Despacho Decisório nº 57/2019/CPRP/SCP, de 17 de maio de 2019 (SEI nº 4024314), por ausência de interesse recursal provocada por fato superveniente.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 2.239, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Outorga autorização para uso de radiofrequências à TELEVISÃO SUL DE MINAS S.A., CNPJ nº 25.166.281/0001-88 associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 12 DE ABRIL DE 2020

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 2.177 - ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE RESIDENCIAL 3, CNPJ 51.243.905/0001-23, PROCESSO 53504.002005/2020-14;

Nº 2.178 - ROBSON DONIZETI PIERINI ANIBAL, CPF 265.166.508-88, PROCESSO 53504.001450/2020-67;

Nº 2.179 - ALARMES GARRA MONITORAMENTO LTDA, CNPJ 01.619.970/0001-32, PROCESSO 53504.001447/2020-43.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO 2.240, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, CNPJ/CPF: 43.915.172/0001-06, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 2.244, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Transferir a autorização do Serviço Limitado Privado, expedida a RODOBAN SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ 23.245.012/0009-39, por meio do Ato nº 41653, de 9 de Janeiro de 2004, para BRINK"S SEGURANCA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, CNPJ 60.860.087/0001-07.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 2.246, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Transferir a autorização do Serviço Limitado Privado, expedida a EMBRAER S.A., CNPJ 07.689.002/0001-89, por meio do Ato nº 945, de 6 de Dezembro de 1993, para YABORA INDUSTRIA AERONAUTICA S.A., CNPJ 30.657.250/0001-60.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020

Nº 1.018 - Processo nº 53500.002536/2020-47.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO INDEPENDENCIA DE RIBEIRAO PRETO LTDA, CNPJ 49.236.300/0001-63, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ribeirão Preto/SP.

Nº 1.019 - Processo nº 53500.002619/2020-36.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CLUBE ARARENSE LTDA - ME, CNPJ 44.213.056/0001-08, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Araras/SP.

Nº 1.020 - Processo nº 53500.005826/2020-42.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ 24.365.710/0001-83, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Natal/RN.

Nº 1.021 - Processo nº 53500.006891/2020-95.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO GALILEIA FM DE PORANGATU LTDA, CNPJ 01.844.729/0001-07, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Porangatu/GO.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020

Nº 1.047 - Processo nº 53500.004585/2020-14.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FATOR RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 03.912.654/0001-80, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Capivari do Sul/RS.

Nº 1.048 - Processo nº 53500.006403/2020-40.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE CENTRO MINAS DE RADIO LTDA, CNPJ 03.834.834/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Bom Despacho/MG.

Nº 1.049 - Processo nº 53500.006811/2020-00.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ACROPOLE SISTEMA DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 01.892.824/0001-86, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Rio Casca/MG.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATO Nº 1.774, DE 1º DE ABRIL DE 2020

Processo nº 53500.008924/2020-31.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SERRA GERAL SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 04.966.161/0001-95, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Nova Porteirinha/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 2.073, DE 14 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 53500.006114/2009-35.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 17/03/2020, a autorização outorgada a TRICOR TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 05.602.535/0001-56, por intermédio do Ato nº 4130, de 17/07/2009, publicado no DOU de 31/07/2009, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 15 DE ABRIL DE 2020

Nº 2.119 - Processo nº 53500.009154/2020-44.
Expede autorização à Edson Aparecido Maia, CNPJ/MF nº 32.088.192/0001-26, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.120 - Processo nº 53500.014789/2020-63.
Expede autorização à JN TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 11.667.283/0001-46, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.133 - Processo nº 53500.009560/2020-15.
Expede autorização à RDL TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 24.186.888/0001-67, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 16 DE ABRIL DE 2020

Nº 2.143 - Processo nº 53500.015916/2020-41.
Expede autorização à Rsconnection Telecom Comercio e Servicos Ltda, CNPJ/MF nº 03.260.150/0001-22, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em caráter de exclusividade, em todo o território nacional.

Nº 2.146 - Processo nº 53500.009798/2020-32.
Expede autorização à Net4you Internet Solution Eireli, CNPJ nº 03.667.658/0001-40, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.148 - Processo nº 53500.010425/2020-12.
Expede autorização à Net-link Servicos de Provedores de Internet Ltda, CNPJ/MF nº 31.507.622/0001-34, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.151 - Processo nº 53500.010512/2020-61.
Expede autorização à Juniornet Servico de Comunicacao Multimidia Ltda, CNPJ/MF nº 34.525.591/0001-32, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.155 - Processo nº 53500.044116/2018-13.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 07/04/2020, a autorização outorgada a QWERTY COMUNICACOES E TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA, CNPJ/MF nº 92.920.966/0001-65, por intermédio do Ato nº 7611, de 10/10/2018, publicado no DOU de 20/11/2018, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.157 - Processo nº 53500.014329/2020-35.
Expede autorização à CLEBER ATAIDE PASTI & CIA LTDA, CNPJ nº 17.846.392/0002-98, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.158 - Processo nº 53500.012350/2020-04.
Expede autorização à Gabriel Soares Bender Eireli, CNPJ/MF nº 34.745.006/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.159 - Processo nº 53500.016226/2020-18.
Expede autorização à Juliano de Oliveira, CNPJ/MF nº 03.334.564/0001-59, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.160 - Processo nº 53500.013408/2020-29.
Expede autorização à HOINASKI & SKLASKY LTDA, CNPJ nº 09.385.611/0001-70, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 17 DE ABRIL DE 2020

Nº 2.173 - Processo nº 53500.016479/2020-83.
Expede autorização à NATAN BISPO LOPES, CNPJ/MF nº 13.608.453/0001-47, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.184 - Processo nº 53500.015978/2020-53.
Expede autorização à F1 Fibra Telecomunicacoes Ltda, CNPJ/MF nº 33.144.975/0001-42, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.185 - Processo nº 53500.013653/2020-36.
Expede autorização à C. de O. Medina Vitoria Provider Network Telecom Eireli, CNPJ/MF nº 31.275.304/0001-95, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.189 - Processo nº 53500.007125/2020-48.
Expede autorização à LIKE PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 28.098.472/0001-48, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.190 - Processo nº 53500.007000/2020-18.
Expede autorização à ALLYSSON DARIO FERNANDES ARRUDA E CIA LTDA, CNPJ/MF nº 27.083.346/0001-57, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.191 - Processo nº 53500.014029/2020-56.
Expede autorização à ZAFEX TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 24.952.347/0001-00, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 2.192 - Processo nº 53500.016549/2020-01.
Expede autorização à Mp Telecomunicacoes Eireli, CNPJ/MF nº 23.191.953/0001-80, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.193 - Processo nº 53500.014932/2020-17.
Expede autorização à EDUARDO DOUGLAS DE LIMA OLIVEIRA LTDA, CNPJ/MF nº 35.896.958/0001-97, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.194 - Processo nº 53500.015961/2020-04.
Expede autorização à Lli Provedor Internet Ltda, CNPJ/MF nº 33.299.138/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.196 - Processo nº 53500.049666/2019-18.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 20/11/2019, a autorização outorgada à TECNET COMÉRCIO & SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.743.543/0001-12, por meio do Ato nº 7638, de 10/12/2008, publicado no DOU em 17/12/2008, para a exploração do Serviço Limitado Privado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 119/MB, 23 DE ABRIL DE 2020

Delega competência ao Comandante de Operações Navais para celebrar o Contrato para gerenciamento da implantação do Programa de Gestão e Eficiência Energética da Marinha do Brasil (Programa ENERGIA NAVAL) com a Empresa Gerencial de Projetos Navais.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e o art. 26, inciso XX e § 1º , do Anexo I ao Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Comandante de Operações Navais para celebrar o Contrato para gerenciamento da implantação do Programa de Gestão e Eficiência Energética da Marinha do Brasil (Programa ENERGIA NAVAL) com a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), sendo autorizada a subdelegação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data

ILQUES BARBOSA JUNIOR

PORTARIA Nº 121/MB, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Indica as autoridades que detêm prerrogativa para utilização do serviço de taifa.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do art. 26 do Anexo I do Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, e considerando a necessidade de regulamentar, no âmbito da Marinha do Brasil, a aplicação do disposto no art. 1º, parágrafo único, da Portaria Normativa nº 29/GM-MD, de 3 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 85, de 6 de maio de 2019, Seção 1, página 8, resolve:

Art. 1º As Autoridades que exercem função de natureza política, de direção, chefia ou comando, no âmbito da Marinha do Brasil, que detém a prerrogativa do serviço de taifa empregado em situações de cunho representativo, são os Almirantes da ativa e, desde que autorizados pelo primeiro Oficial-General da sua cadeia de Comando, os demais Comandantes ou Diretores de Organização Militar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILQUES BARBOSA JUNIOR

COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS

5º DISTRITO NAVAL

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA EM RIO GRANDE

PORTARIA Nº 44/COM5ºDN, DE 30 DE JANEIRO DE 2020

O COMANDANTE DO 5º DISTRITO NAVAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 46, inciso II, e de acordo com o disposto no art. 40 do Anexo I do Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003, resolve:

Art. 1º Promover ao posto de Capitão-Tenente da Reserva de 2ª Classe da Marinha, a partir de 1º de fevereiro de 2020, os seguintes Primeiros-Tenentes (RM2):

1ºTen (RM2-T) 13.0423.27 HELEN NEVES DA SILVA Com5°DN
1ºTen (RM2-S) 13.0424.67 ANA PAULA CARDOSO KIRCHHOF PNRG
1ºTen (RM2-EN) 13.0425.99 ALESSANDRA VIEIRA MIGLIORINI Com5°DN
1ºTen (RM2-T) 13.0425.48 EDUARDO CALDEIRA ESTRELA Com5°DN
1ºTen (RM2-S) 13.0424.41 GEISA PIRES BRIESE PNRG
1ºTen (RM2-T) 13.0422.89 ELLEN JULIANE HAUSCHILDT DIAS ERMRG

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Vice-Almirante FLÁVIO MACEDO BRASIL

PORTARIA Nº 45/COM5ºDN, DE 30 DE JANEIRO DE 2020

O COMANDANTE DO 5º DISTRITO NAVAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 46, inciso II do Anexo I do Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003, e de acordo com o art. 25, § 1º, da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, resolve:

Art. 1º Promover ao posto de Capitão-Tenente da Reserva de 2ª Classe da Marinha (MFDV), a partir de 1º de fevereiro de 2020, a 1ºTen (RM2-S) 13.0423.51 LARISSA DUARTE CHRISTOFOLETTI (EAMSC).

Art. 2º Promover ao posto de Primeiro-Tenente da Reserva de 2ª Classe da Marinha, a partir de 1º de fevereiro de 2020, os seguintes Segundos-Tenentes (RM2-MFDV):

2ºTen (RM2-Md) 19.0194.08 HALAN FELIPE LAZAROTTO PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0195.72 JOSÉ RICARDO GRAMS SCHMITZ EAMSC
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.41 DANIEL LUIZ DO CARMO JUNIOR PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0195.64 VICTOR WILLIAN SOARES DE OLIVEIRA EAMSC
2ºTen (RM2-Md) 19.0195.81 GUILHERME DE OLIVEIRA LUCIANI EAMSC

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Vice-Almirante FLÁVIO MACEDO BRASIL

PORTARIA Nº 46/COM5ºDN, DE 30 DE JANEIRO DE 2020

O COMANDANTE DO 5º DISTRITO NAVAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 46, inciso II do Anexo I do Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003, e de acordo com o art. 26, da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, resolve:

Art. 1º Promover ao posto de Primeiro-Tenente da Reserva de 2ª Classe da Marinha, a partir de 1º de fevereiro de 2020, os seguintes Segundos-Tenentes (RM2-MFDV):

2ºTen (RM2-Md) 19.0194.67 FRANCISCO LOES CFPA
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.83 GUILHERME VALIM ALVES PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.16 FREDERICO BALLVERDU ZAUK PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.75 GUILHERME BRAGA LAVIAGUERRE DA SILVA PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0193.94 DAIAN RODRIGO TURCATO CECCON PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0195.30 LUCAS SELISTRE LERSCH EAMSC
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.59 EDUARDO DE ALMEIDA ROSALES PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.91 HEITHOR DE CASTRO SELL PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.32 ANDREY BARROS DA SILVA PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.24 HENRIQUE BÜRGER CFPA
2ºTen (RM2-Md) 19.0195.56 CHARLLES CASMIERCHCKI PICOLLO EAMSC
2ºTen (RM2-Md) 19.0195.48 STEFANOS KRAUSPENHAR DEMETRIOU DelSFSul

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Vice-Almirante FLÁVIO MACEDO BRASIL

PORTARIA Nº 48/COM5ºDN, DE 30 DE JANEIRO DE 2020

O COMANDANTE DO 5º DISTRITO NAVAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 48, § 1º, inciso II, alínea c do Anexo I do Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003, e de acordo com o contido no art. 121, inciso II, § 3º, alínea a, da Lei nº 6.880 de 9 de dezembro de 1980, resolve:

Art. 1º Licenciar do Serviço Ativo da Marinha, ex officio, por conclusão de Estágio, e incluir na Reserva Não Remunerada, os Oficiais da Reserva de 2ª Classe da Marinha, a seguir mencionados, a partir da data declarada acima de seus nomes:

I - a partir de 31 de janeiro de 2020 (que terminam a 2ª Prorrogação)
1ºTen (RM2-T) 08.0301.62 DAVID FERNANDES GAYO CFPA
1ºTen (RM2-T) 15.2212.96 DIEGO BOZA CAMILO DelItajaí
II - a partir de 31 de janeiro de 2020 (que terminam a 6ª Prorrogação)
1ºTen (RM2-T) 13.0422.71 LEONARDO ZUNINO SIMONE EAMSC
1ºTen (RM2-EN) 12.2040.99 FREDERICO CHIVANSKI BANDEIRA ENRG
III - a partir de 31 de janeiro de 2020 (que terminam a 7ª Prorrogação)
CT (RM2-S) 12.0452.17 ROSIMEYRE MOIA MARTINEZ PNRG
CT (RM2-S) 12.0452.25 KATIUCI HILÁRIO CHAVES CPSC
CT (RM2-T) 12.0449.54 CONCEIÇÃO CONDE GUIMARÃES Com5°DN
CT (RM2-T) 12.0451.87 VERÔNICA WAVRZENIACK BRAZ Com5°DN
CT (RM2-T) 12.0451.01 RAQUEL DE ÁVILA SANTOS Com5°DN
CT (RM2-EN) 12.0448.57 ATAUALPA DA SILVA AGOSTINHO Com5°DN
CT (RM2-S) 12.0447.68 ANA CAROLINA SILVA DE SOUZA MOREIRA EAMSC
1ºTen (RM2-T) 12.0450.55 MICHAEL SILVA ENDERLE CeIMRG
1ºTen (RM2-T) 12.0449.46 CAMILA DA SILVA LUZ EAMSC

Art. 2º De acordo com o inciso 10.6.7 da DGPM-308 (4ª Revisão) os seguintes militares permanecerão adidos às OM declaradas ao lado de seus nomes, até a conclusão da Inspeção de Saúde fim LSAM:

CT (RM2-S) 12.0447.68 ANA CAROLINA SILVA DE SOUZA MOREIRA EAMSC
1ºTen (RM2-T) 12.0450.55 MICHAEL SILVA ENDERLE CeIMRG

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Vice-Almirante FLÁVIO MACEDO BRASIL

PORTARIA Nº 49/COM5ºDN, DE 30 DE JANEIRO DE 2020

O COMANDANTE DO 5º DISTRITO NAVAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 48, § 1º, inciso II, alínea c, do Anexo I do Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003 e de acordo com o contido no art. 121, inciso II, § 3º, alínea a, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, resolve:

Art. 1º Licenciar do Serviço Ativo da Marinha, ex officio, por conclusão de Estágio os Oficiais Médicos e Cirurgiões Dentistas da Reserva de 2ª Classe da Marinha, a seguir mencionados, a partir da data declarada acima de seus nomes:

I - a partir de 31 de janeiro de 2020 (que concluíram o SMO/SMV)
2ºTen (RM2-Md) 19.0195.56 CHARLLES CASMIERCHCKI PICOLLO EAMSC
2ºTen (RM2-Md) 19.0195.30 LUCAS SELISTRE LERSCH EAMSC
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.83 GUILHERME VALIM ALVES PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.16 FREDERICO BALLVERDU ZAUK PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.75 GUILHERME BRAGA LAVIAGUERRE DA SILVA PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0193.94 DAIAN RODRIGO TURCATO CECCON PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.59 EDUARDO DE ALMEIDA ROSALES PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.91 HEITHOR DE CASTRO SELL PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.32 ANDREY BARROS DA SILVA PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.24 HENRIQUE BÜRGER CFPA
2ºTen (RM2-Md) 19.0195.48 STEFANOS KRAUSPENHAR DEMETRIOU DelSFSul
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.67 FRANCISCO LOES CFPA
II - a partir de 31 de janeiro de 2020 (que terminam a 1ª Prorrogação)
1ºTen (RM2-Md) 18.0209.84 OTÁVIO AUGUSTO FRANCESCHI PNRG
1ºTen (RM2-Md) 18.0210.18 FÁBIO JOSÉ DE ANDRADE PNRG
1ºTen (RM2-Md) 18.0210.93 MIGUEL BOSENBECKER BÖHM PNRG
1ºTen (RM2-Md) 18.0210.26 FERNANDO WOHLFEIL PNRG
1ºTen (RM2-Md) 18.0210.00 EDUARDO UMPIERREZ AMARAL PNRG
1ºTen (RM2-Md) 18.0210.85 DOUGLLAS SIGMAR BERTOLO DelUruguaiana
1ºTen (RM2-Md) 18.0192.00 RENAN ARAUJO CABRAL TABORDA DelItajaí
1ºTen (RM2-Md) 18.0191.70 ANDERSON SILVA LEITÃO EAMSC
III - a partir de 31 de janeiro de 2020 (que termina a 2ª Prorrogação)
1ºTen (RM2-Md) 17.0205.57 ÁLISSON HOLSTEIN EAMSC
IV - a partir de 31 de janeiro de 2020 (que termina 4ª Prorrogação)
1ºTen (RM2-CD) 04.0326.32 MARCELO COELHO GUARANY PNRG
V - a partir de 31 de janeiro de 2020 (que termina 5ª Prorrogação)
1ºTen (RM2-CD) 15.0524.78 ROGER LEMOS MEIRELLES PNRG
1ºTen (RM2-CD) 15.0525.59 MARTA SILVEIRA DA MOTA KRÜGER PNRG
VI - a partir de 31 de janeiro de 2020 (que termina 6ª Prorrogação)
1ºTen (RM2-Md) 06.0365.97 MAHMUD NAYEF MAHD HASAN IHAMID PNRG
1ºTen (RM2-CD) 13.0426.29 GUSTAVO ZANATTA BRANDEBURGO EAMSC
VII - a partir de 31 de janeiro de 2020 (que termina 7ª Prorrogação)
CT (RM2-S) 12.0450.98 FÁBIA PEIXOTO DA SILVA PNRG
CT (RM2-CD) 12.0449.20 CÍCERO BEZERUSKA EAMSC
CT (RM2-CD) 12.0447.84 DEISE DE AVILA SILVA PNRG
CT (RM2-CD) 12.0450.04 VÍVIAN PRESTES ALMEIDA PNRG

Art. 2º De acordo com o inciso 10.6.7 da DGPM-308 (4ª Revisão) a CT (RM2-S) 12.0450.98 FÁBIA PEIXOTO DA SILVA permanecera adida à PNRG até a conclusão da Inspeção de Saúde fim LSAM.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Vice-Almirante FLÁVIO MACEDO BRASIL

PORTARIA Nº 74/COM5ºDN, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020

O COMANDANTE DO 5º DISTRITO NAVAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 46, inciso II e de acordo com o disposto no art. 40 do Anexo I do Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003, e de acordo com o art. 39, § 1º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, resolve:

Art. 1º Promover ao posto de Capitão-Tenente da Reserva de 2ª Classe da Marinha (MFDV), a partir de 1º de fevereiro de 2020, a 1ºTen (RM2-S) 13.0423.51 LARISSA DUARTE CHRISTOFOLETTI (EAMSC).

Art. 2º Promover ao posto de Primeiro-Tenente da Reserva de 2ª Classe da Marinha, a partir de 1º de fevereiro de 2020, os seguintes Segundos-Tenentes (RM2-MFDV):

2ºTen (RM2-Md) 19.0194.08 HALAN FELIPE LAZAROTTO PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0195.72 JOSÉ RICARDO GRAMS SCHMITZ EAMSC
2ºTen (RM2-Md) 19.0194.41 DANIEL LUIZ DO CARMO JUNIOR PNRG
2ºTen (RM2-Md) 19.0195.64 VICTOR WILLIAN SOARES DE OLIVEIRA EAMSC
2ºTen (RM2-Md) 19.0195.81 GUILHERME DE OLIVEIRA LUCIANI EAMSC

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 45/Com5ºDN, de 30 de janeiro de 2020.

Vice-Almirante FLÁVIO MACEDO BRASIL

PORTARIA Nº 89/COM5ºDN, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020

O COMANDANTE DO 5º DISTRITO NAVAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 48, § 1º, inciso II, alínea c, do Anexo I do Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003 e de acordo com o contido no art. 121, inciso II, § 3º, alínea a, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, resolve:

Art. 1º Licenciar do Serviço Ativo da Marinha, ex officio, por término do 8°ano, a partir de 05 de março de 2020 a 1°Ten (RM2-CD) 12.0523.88 CAROLINE BUENO SALAZAR (PNRG):

Art. 2º Licenciar do Serviço Ativo da Marinha, ex officio, por ter apresentado termo de desistência, a partir de 11 de março de 2020 a 2°Ten (RM2-CD) 19.0383.64 CARINE TAÍS WELTER MEEREIS (EAMSC):

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Vice-Almirante FLÁVIO MACEDO BRASIL

PORTARIA Nº 111/COM5ºDN, DE 12 DE MARÇO DE 2020

O COMANDANTE DO 5º DISTRITO NAVAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 46, inciso II do Anexo I do Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003, e de acordo com o art. 26, da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, resolve:

Art. 1º Incluir no QAA a 2°Ten (RM2-CD) CARINE TAÍS WELTER MEEREIS, a fim de ser promovida na reserva ao posto de Primeiro-Tenente;

Art. 2º Promover na reserva, a 2°Ten (RM2-CD) CARINE TAÍS WELTER MEEREIS ao posto de Primeiro-Tenente da Reserva de 2ª Classe da Marinha (RM2), a partir de 12 de março de 2020:

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Vice-Almirante FLÁVIO MACEDO BRASIL

PORTARIA Nº 119/COM5ºDN, DE 19 DE MARÇO DE 2020

O COMANDANTE DO 5º DISTRITO NAVAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos art. 46, inciso II, e de acordo com o disposto no art. 39, §§ 1º e 2º, do Anexo I do Decreto nº 4.780, de 15 de julho de 2003, resolve:

Art. 1º Excluir da Portaria nº 582/Com5ºDN, de 02 de dezembro de 2019 as seguintes Guardas-Marinha:

GM (RM2-T) 19.0816.18 MARIA EDUARDA PEDRON BONA

GM (RM2-S) 19.0862.88 ADRIANA PRESTES DIAS

Art. 2º Promover ao posto de Segundo-Tenente da Reserva de 2ª Classe da Marinha, e incluir no Corpo de Oficiais da Reserva da Mainha, a partir de 10 de dezembro de 2019, continuando designados e incorporados como Oficial, para a conclusão do Estágio de Adaptação e Serviço/Estágio de Serviço Técnico, as Guardas-Marinha (RM2) a seguir relacionadas:

GM (RM2-T) 19.0816.18 MARIA EDUARDA PEDRON BONA

GM (RM2-S) 19.0862.88 ADRIANA PRESTES DIAS

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Vice-Almirante FLÁVIO MACEDO BRASIL

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.155, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Designa os nomes das unidades, e suas respectivas siglas, e aloca cargos da estrutura organizacional do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O MINISTRO DE ESTADO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020, e no Decreto n. 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Designar os nomes das unidades, e suas respectivas siglas, e alocar cargos da estrutura organizacional do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 2º A Assessoria Especial (AESP) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação-Geral de Gestão Integrada (CGGI):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

Art. 3º O Gabinete (GM) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Assessoria Técnica e Administrativa (Astad);

II - Assessoria de Comunicação Social (Ascom);

III - Assessoria de Cerimonial (Acer); e

IV - Assessoria Internacional (Assin):

a) Coordenação de Temas Multilaterais (CTM).

Art. 4º A Assessoria Especial de Relações Institucionais (AESPRI) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

II - Coordenação-Geral de Gestão Integrada (CGGI);

III - Coordenação-Geral de Acompanhamento Legislativo (CGAL); e

IV - Coordenação-Geral de Assuntos Federativos (CGAF).

Art. 5º A Consultoria Jurídica (Conjur) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação de Atos Normativos (CAN);

II - Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo (CAA):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

III - Coordenação-Geral de Matéria Administrativa (CGMA):

a) Coordenação de Matéria Administrativa (CMA);

IV - Coordenação-Geral de Convênios (CGC):

a) Coordenação de Convênios (CC);

V - Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos (CGAE):

a) Coordenação de Assuntos Estratégicos (CAE); e

VI - Coordenação-Geral de Assuntos Habitacionais e Urbanos (CGAU):

a) Coordenação de Assuntos Habitacionais e Urbanos (CAU).

Art. 6º A Secretaria-Executiva (SE) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete (GAB-SE):

a) Divisão de Apoio Administrativo (DAA);

II - Ouvidoria-Geral (Ouvidoria);

III - Corregedoria-Geral (Corregedoria);

IV - Coordenação-Geral de Regulação, Parcerias e Arranjos Institucionais (CGRPA):

a) Coordenação de Regulação, Parcerias e Arranjos Institucionais (CRPA);

V - Representação na Região Norte (Renort):

a) Divisão de Apoio Administrativo (DAA);

VI - Representação na Região Nordeste (Renor):

a) Divisão de Apoio Administrativo (DAA);

VII - Representação na Região Sudeste (Resud):

a) Divisão de Apoio Administrativo (DAA);

VIII - Representação na Região Sul (Resul):

a) Divisão de Apoio Administrativo (DAA);

IX - Assessoria Especial de Controle Interno (AECI):

a) Coordenação-Geral de Governança e Integridade (CGGI):

1. Coordenação de Governança e Integridade (CGI);

b) Coordenação-Geral de Inteligência e Riscos (CGIR):

1. Coordenação de Inteligência e Riscos (CIR);

X - Subsecretaria de Fundos e Incentivos Fiscais (SFI):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação-Geral de Gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CGFGTS);

c) Coordenação-Geral de Gestão dos Fundos Constitucionais de Financiamento (CGFC); e

d) Coordenação-Geral de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional, de Investimentos e dos Incentivos Fiscais (CGDIF);

XI - Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa (Secog):

a) Gabinete (GAB-Secog);

b) Diretoria de Gestão Estratégica e Coordenação Estrutural (Digec):

1. Coordenação-Geral de Planejamento Institucional e Desenvolvimento (CGPD):

1.1. Coordenação de Alinhamento Estratégico (Caes);

2. Coordenação-Geral de Informações Estratégicas (CGIE):

2.1 Coordenação de Gerenciamento de Dados (CGD);

3. Coordenação-Geral de Articulação Institucional (CGAI);

4. Coordenação-Geral de Gestão de Processos e Inovação (CGPRO):

4.1 Coordenação de Aprimoramento de Processos (CAPR);

5. Coordenação-Geral de Integração e Projetos (CGIP):

5.1 Coordenação de Gerenciamento de Projetos (CGP); e

5.2 Coordenação de Projetos Estratégicos (CPES);

c) Diretoria de Administração (DA):

1. Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

2. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI):

2.1 Coordenação de Infraestrutura e Suporte (Cisup):

2.1.1 Divisão de Suporte e Atendimento ao Usuário (DAU); e

2.1.2 Divisão de Operações (Diop);

2.2 Coordenação de Sistema de Informação (Cosis):

2.2.1 Divisão de Análise de Negócio e Administração de Dados (DND); e

2.2.2 Divisão de Sistemas de Informação (DSI);

3. Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP):

3.1 Coordenação de Desenvolvimento e Atenção à Saúde do Servidor (CDAS):

3.1.1 Divisão de Desenvolvimento e Gestão do Desempenho (DDG):

3.1.1.1 Serviço de Avaliação Funcional e Estágio (Safe);

3.1.2 Divisão de Legislação e Atenção à Saúde do Servidor (DLAS):

3.1.2.1 Serviço de Atenção à Saúde do Servidor (Sass);

3.2 Coordenação de Cadastro e Pagamento (Cocap):

3.2.1 Divisão de Cadastro (DCA):

3.2.1.1 Serviço de Frequência e Identificação Funcional (Sefi);

3.2.2 Divisão de Pagamento (DPAG):

3.2.2.1 Serviço de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira (SEOF);

4. Coordenação-Geral de Suporte Logístico (CGSL):

4.1 Coordenação de Licitações e Contratações (Colic):

4.1.1 Divisão de Compras e Licitações (DCL):

4.1.1.1 Serviço de Licitações (Selic);

4.1.2 Divisão de Gestão de Contratos (DGC):

4.1.2.1 Serviço de Contratos (Secon);

4.2 Coordenação de Infraestrutura (Coinf):

4.2.1 Divisão de Acompanhamento de Contratos (DAC):

4.2.1.1 Serviço de Faturamento de Contratos (Sefac);

4.2.2 Divisão de Gestão Operacional (DGO):

4.2.2.1 Serviço de Transportes (Setra); e

4.2.2.2 Serviço de Patrimônio e Almoxarifado (Sepa);

4.3 Coordenação de Documentação e Informação (CDOC):

4.3.1 Serviço de Arquivo (Sarq); e

4.3.2 Serviço de Protocolo (Protocolo);

d) Diretoria de Orçamento e Finanças (Diorf):

1. Serviço de Coordenação de Orçamento (SCOR);

2. Coordenação de Contabilidade (CCont):

2.1 Serviço de Orientação e Registro Contábil (Sorc); e

2.2 Serviço de Acompanhamento e Análise Contábil (SAAC);

3. Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOR):

3.1 Coordenação de Orçamento (COR); e

3.2 Coordenação de Finanças (Cofin);

4. Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira (CGEOF):

4.1 Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF):

4.1.1 Divisão de Execução Financeira (Defi);

4.1.2 Divisão de Execução Orçamentária (Deor); e

4.1.3 Divisão de Análise (Dian);

5. Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios e de Tomada de Contas Especial (CGPC):

5.1 Coordenação de Diligências e de Tomada de Contas Especial (CDTCE):

5.1.1 Divisão de Acompanhamento de Diligências (DIAD); e

5.1.2 Divisão de Tomada de Contas Especial (DTCE);

5.2 Coordenação de Avaliação de Prestação de Contas (CAPC):

5.2.1 Divisão de Análise e Notificação (DAN); e

5.2.2 Divisão de Orientação e Registros (Dior).

Art. 7º A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete (GAB-Sedec):

a) Divisão de Apoio Administrativo (DAA);

II - Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação-Geral de Gerenciamento de Riscos (CGGR):

1. Coordenação de Preparação (CPRE); e

2. Coordenação de Análise de Riscos (Coari);

c) Coordenação-Geral de Gerenciamento de Desastres (CGGD):

1. Coordenação de Monitoramento e Alerta (CMA);

2. Coordenação de Reconhecimento, Socorro e Assistência (CRSA); e

3. Coordenação de Operações em Desastres (COD);

III - Departamento de Articulação e Gestão (DAG):

a) Serviço de Diligência (SDI);

b) Coordenação-Geral de Gestão (CGG):

1. Coordenação de Orçamento e Instrumentos de Repasse (COI):

1.1 Divisão de Gestão (DG); e

1.2 Divisão de Transferência de Recursos (DTR);

2. Coordenação de Planejamento e Projetos (CPP); e

3. Coordenação de Sistematização de Processos (CSI);

c) Coordenação-Geral de Articulação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (CGA):

1. Coordenação de Normatização (CN); e

2. Coordenação de Fortalecimento e Capacitação (CFA);

IV- Departamento de Obras de Proteção e Defesa Civil (DOP):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação-Geral de Restabelecimento e Reconstrução (CGRR):

1. Coordenação de Restabelecimento de Serviços Essenciais (Corse); e

2. Coordenação de Reconstrução (Core);

c) Coordenação-Geral de Prevenção e Programas Estratégicos (CGPP):

1. Coordenação de Prevenção (Cope); e

2. Coordenação de Programas Estratégicos (CPE);

d) Coordenação-Geral de Estudos e Avaliação (CGEA):

1. Coordenação de Estudos Integrados (CEI); e

2. Coordenação de Avaliação (COA).

Art. 8º A Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete (GAB-SNSH):

a) Coordenação de Procedimentos Administrativos (CPA):

1. Divisão de Apoio Administrativo (DAA);

b) Coordenação de Demandas de Controle (CDC); e

c) Coordenação de Planejamento e Orçamento (CPO);

II - Coordenação-Geral de Gestão Integrada (CGGI):

a) Coordenação de Gestão da Informação (CGI);

III - Departamento de Obras Hídricas e Apoio a Estudos sobre Segurança Hídrica (DOH):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação-Geral de Análise de Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica (CGAEP):

1. Coordenação de Planejamento de Estudos e Projetos (CPEP);

c) Coordenação-Geral de Supervisão de Obras (CGSOB):

1. Coordenação de Acompanhamento de Projetos Estruturantes (Cape);

d) Coordenação-Geral de Gestão de Acordos e Convênios (CGGAC):

1. Coordenação de Acompanhamento de Contratos de Repasse (CACR);

IV - Departamento de Projetos Estratégicos (DPE):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação-Geral de Estudos e Projetos (CGEP):

1. Coordenação de Análise de Projetos (CAP);

c) Coordenação-Geral de Obras e Fiscalização, em Recife (CGOF):

1. Coordenação de Obras e Fiscalização na sub-região Norte do Nordeste Setentrional (CFN); e

2. Coordenação de Obras e Fiscalização na sub-região Leste do Nordeste Setentrional (CFL);

d) Coordenação-Geral de Contratos e Orçamento (CGCO):

1. Coordenação de Orçamento e Apoio Contratual (COA);

e) Coordenação-Geral de Programas Ambientais (CGPA):

1. Coordenação de Gestão Ambiental (CGA);

V - Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas (DRHB):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação-Geral de Planejamento e Políticas de Recursos Hídricos (CGPRH):

1. Coordenação de Planos de Recursos Hídricos (CPRH); e

2. Coordenação de Articulação Inter Setorial (Cais);

c) Coordenação-Geral de Revitalização de Bacias Hidrográficas (CGRB):

1. Coordenação de Dessalinização de Águas (CDA);

d) Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos (CGRH):

1. Coordenação de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos (CAGRH).

Art. 9º A Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano (SMDRU) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete (GAB-SMDRU):

a) Coordenação de Assuntos Administrativos (CAAD):

1. Divisão de Apoio Administrativo (DAA);

b) Coordenação de Gestão de Monitoramento e Informação (CMI);

c) Coordenação de Cooperação e Parcerias (CCP); e

d) Coordenação de Planejamento Estratégico e Programação de Investimentos (CPP);

II - Coordenação-Geral de Gestão Integrada de Mobilidade (CGIM);

III - Coordenação-Geral de Gestão Integrada de Desenvolvimento Regional e Urbano (CGGI):

a) Coordenação de Gestão Integrada de Desenvolvimento Regional e Urbano (CGI);

IV - Departamento de Estruturação Regional e Urbana (Deru):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação de Estruturas de Suporte à Atividade Produtiva (Cesap);

c) Coordenação-Geral de Análise de Projetos de Estruturação Regional e Urbana (CGAP):

1. Coordenação de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COF);

d) Coordenação-Geral de Obras e Aquisições (CGOA);

V - Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano (DDRU):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação-Geral de Gestão do Território (CGGT):

1. Coordenação da Faixa de Fronteira (CFF);

c) Coordenação-Geral de Sistemas Produtivos e Inovadores (CGPI):

1. Coordenação de Projetos Integrados (CPI);

2. Coordenador de Geoinformações (Cgeo);

d) Coordenação-Geral de Agricultura Irrigada (CGIR):

1. Coordenação de Instrumentos de Agricultura Irrigada (Ciai); e

2. Coordenação de Projetos e Polo de Irrigação (CPPI);

e) Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Regional e Urbana (CGDRU):

1. Coordenação de Fortalecimento de Capacidades (Ccap);

VI - Departamento de Projetos de Mobilidade e Serviços Urbanos (Demob):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação-Geral de Ações Estratégicas (CGAE):

1. Coordenação de Ações Estratégicas (CAE);

c) Coordenação-Geral de Análise de Empreendimentos (CGAEM):

1. Coordenação de Análise de Empreendimentos (CAEM);

d) Coordenação-Geral de Monitoramento de Empreendimentos (CGME):

1. Coordenação de Monitoramento de Empreendimentos (CME);

e) Coordenação-Geral de Gestão de Empreendimentos (CGGE):

1. Coordenação de Gestão de Empreendimentos (CGE).

Art. 10. A Secretaria Nacional de Habitação (SNH) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete (GAB-SNH):

a) Coordenação de Atendimento aos Órgãos de Controle (CAOC);

b) Coordenação de Orçamento e Planejamento (COP);

c) Coordenação de Cooperação Técnica (CCT); e

d) Divisão de Apoio Administrativo (DAA);

II - Coordenação-Geral de Gestão Integrada (CGGI):

a) Coordenação de Gestão Integrada (CGI);

III - Departamento de Produção Habitacional (DPH):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação-Geral de Apoio à Produção de Empreendimentos (CGPE):

1. Coordenação de Apoio à Produção de Empreendimentos (CPE);

c) Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos (CGAE):

1. Coordenação de Assuntos Estratégicos (CAE);

d) Coordenação-Geral de Financiamento Habitacional (CGFH):

1. Coordenação de Financiamento Habitacional (CFH);

IV - Departamento de Urbanização (DUR):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação-Geral de Urbanização de Assentamentos (CGUrb):

1. Coordenação de Urbanização de Assentamentos Precários (CUrb);

c) Coordenação-Geral de Regularização Fundiária Urbana (CGReg):

1. Coordenação de Regularização Fundiária Urbana (CReg);

d) Coordenação-Geral de Melhoria Habitacional (CGMH):

1. Coordenação de Melhoria Habitacional (CMH).

Art. 11. A Secretaria Nacional de Saneamento (SNS) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete (GAB-SNS):

a) Coordenação de Orçamento e Finanças (COF):

1. Divisão de Orçamento e Finanças (DOF);

b) Coordenação de Articulação Institucional (Coain);

c) Coordenação de Planejamento (Coplan);

II - Coordenação-Geral de Gestão Integrada (CGGI):

a) Coordenação de Gestão Integrada (CGI);

III - Departamento de Repasses a Projetos (DRP):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação-Geral de Projetos de Água e Esgoto (CGAE):

1. Coordenação de Projetos de Água e Esgoto (CAE);

c) Coordenação-Geral de Saneamento Integrado, Resíduos e Drenagem (CGSI):

1. Coordenação de Saneamento Integrado, Resíduos e Drenagem (CSI);

d) Coordenação-Geral de Operações de Saneamento (CGop):

1. Coordenação de Operações em Saneamento (COP);

IV - Departamento de Financiamento de Projetos (DFIN):

a) Serviço de Apoio Administrativo (SAA);

b) Coordenação-Geral de Projetos do Setor Público (CGPub):

1. Coordenação de Projetos do Setor Público (CPub);

c) Coordenação-Geral de Projetos do Setor Privado (CGPri):

1. Coordenação de Projetos do Setor Privado (CPri).

Art. 12. Ficam alocados na Coordenação-Geral de Suporte Logístico da Diretoria de Administração da Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva, na forma do Anexo I, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) da Diretoria de Administração da Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva: um DAS 101.3 e um DAS 101.1.

Art. 13. Fica revogada a Portaria n. 313, de 1º de fevereiro de 2019.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor sete dias após sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

ANEXO I

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
ASSESSORIA ESPECIAL	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.6
	7	Assessor Especial	DAS 102.5
Coordenação-Geral de Gestão Integrada	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente	DAS 102.2
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	4	Assessor	DAS 102.4
	6	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente	DAS 102.2
	26		FG-1
	4		FG-2
Assessoria Técnica e Administrativa	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria de Cerimonial	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria Internacional	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.6
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Gestão Integrada	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Acompanhamento Legislativo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Assuntos Federativos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Matéria Administrativa	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Convênios	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Assuntos Habitacionais e Urbanos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Adjunto	DAS 101.6
	2	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Ouvidoria-Geral	1	Ouvidor	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Corregedoria-Geral	1	Corregedor	FCPE 101.4
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Regulação, Parcerias e Arranjos Institucionais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Representação na Região Norte	1	Chefe de Representação	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Representação na Região Nordeste	1	Chefe de Representação	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Representação na Região Sudeste	1	Chefe de Representação	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Representação na Região Sul	1	Chefe de Representação	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Governança e Integridade	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3

Coordenação-Geral de Inteligência e Riscos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
SUBSECRETARIA DE FUNDOS E INCENTIVOS FISCAIS	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Gestão dos Fundos Constitucionais de Financiamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional, de Investimentos e dos Incentivos Fiscais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ESTRUTURAL E GESTÃO CORPORATIVA	1	Secretário	DAS 101.6
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E COORDENAÇÃO ESTRUTURAL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Planejamento Institucional e Desenvolvimento	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Informações Estratégicas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Articulação Institucional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Gestão de Processos e Inovação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Integração e Projetos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Serviço	4	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Suporte Logístico	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Serviço	7	Chefe	DAS 101.1
DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assistente	FCPE 102.2
	4	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios e de Tomada de Contas Especial	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
CENTRO NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DESASTRES	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1

Coordenação-Geral de Gerenciamento de Riscos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Gerenciamento de Desastres	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E GESTÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Gestão	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Articulação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE OBRAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Restabelecimento e Reconstrução	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Prevenção e Programas Estratégicos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Estudos e Avaliação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Gerente de Projeto	DAS 103.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	2	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão Integrada	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE OBRAS HÍDRICAS E APOIO A ESTUDOS SOBRE SEGURANÇA HÍDRICA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Análise de Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Supervisão de Obras	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Gestão de Acordos e Convênios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 103.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Estudos e Projetos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Obras e Fiscalização em Recife	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Contratos e Orçamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Programas Ambientais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Planejamento e Políticas de Recursos Hídricos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Revitalização de Bacias Hidrográficas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3

SECRETARIA NACIONAL DE MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão Integrada de Mobilidade	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Gestão Integrada de Desenvolvimento Regional e Urbano	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO REGIONAL E URBANA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Análise de Projetos de Estruturação Regional e Urbana	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Obras e Aquisições	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Gestão do Território	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Sistemas Produtivos e Inovadores	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Agricultura Irrigada	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Regional e Urbana	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE PROJETOS DE MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Ações Estratégicas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Análise de Empreendimentos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Monitoramento de Empreendimentos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Gestão de Empreendimentos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	2	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão Integrada	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO HABITACIONAL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Apoio à Produção de Empreendimentos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Financiamento Habitacional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE URBANIZAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Urbanização de Assentamentos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Regularização Fundiária Urbana	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2

Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Melhoria Habitacional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	2	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão Integrada	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE REPASSES A PROJETOS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Projetos de Água e Esgoto	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Saneamento Integrado, Resíduos e Drenagem	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Operações de Saneamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Projetos do Setor Público	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Projetos do Setor Privado	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.181, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1° de dezembro de 2010, da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59204.001444/2017-31, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 325, de 08 de agosto de 2018, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Rio Pomba - MG, para ações de Defesa Civil, para até 30/10/2020.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.182, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Paula Cândido - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Paula Cândido - MG, no valor de R$ 52.250,26 (cinquenta e dois mil duzentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003974/2020-34.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.183, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Norte/RN.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer, por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Norte/RN, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19), DECRETO Nº 29.630, de 22 de abril de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.186, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio de Janeiro/RJ.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer, por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado do Rio de Janeiro/RJ, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19), Decreto N° 46.984, de 20 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.187, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Acre/AC.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer, por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado do Acre/AC, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19), Decreto N° 5.830, de 23 de abril de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.192, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado de Santa Catarina/SC.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer, por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de Santa Catarina/SC, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19), Decreto N° 562, de 17 de abril de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Altera a Instrução Normativa nº 5, de 24 de junho de 2019, que dispõe sobre práticas de governança e gestão dos processos dos órgãos e entidades que atuam nas transferências voluntárias de recursos da União, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO, no uso da atribuição que lhe conferem a alínea "b" do inciso IX e o inciso X do art. 127 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Portaria nº 66, de 31 de março de 2017, , resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa MP nº 5, de 24 de junho de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

IV - aplicar um dos instrumentos de melhoria de gestão do MEG-TR anualmente, após adesão ao Modelo pelos órgãos e entidades, e encaminhar o Relatório de Melhoria da Gestão para validação da Coordenação da Rede +Brasil, contendo o Plano de Melhoria da Gestão-PMG e o Nível de Maturidade da Gestão, gerados pela aplicação de um dos instrumentos, observados os seguintes prazos:

a) órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Federal, bem como de Estados, Distrito Federal, municípios capitais de Estados e a partir de 50.001 (cinquenta mil e um) habitantes: até 30 de setembro de cada ano;

b) municípios com população entre 15.001 (quinze mil e um) e 50.000(cinquenta mil) habitantes: até 31 de março de cada ano;

c) municípios com população até 15.000 (quinze mil) habitantes: até 30 de setembro de cada ano.

Art. 5º .....

I - órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Federal, bem como de Estados, Distrito Federal, municípios capitais de Estados e a partir de 50.001 (cinquenta mil e um) habitantes: até 30/09/2021;

II - municípios com população entre 15.001 (quinze mil e um) e 50.000(cinquenta mil) habitantes: até 31/03/2022;

III - municípios com população até 15.000 (quinze mil) habitantes: até 30/09/2022.

Art. 6º A Coordenação da Rede +Brasil emitirá certificado e selo, demonstrando o Nível de Maturidade da Gestão apresentado no Relatório de Melhoria da Gestão, em nome do órgão e entidade, com validade de dezoito meses.

Parágrafo único. Para os órgãos e entidades em que os coordenadores da Rede +Brasil estejam lotados, caberá, ao Departamento de Transferências da União, a emissão de certificado e selo de que trata o caput deste artigo.

Art. 7º Serão divulgados, no âmbito das ações da Rede +Brasil, os avanços na melhoria da capacidade institucional dos órgãos e entidades e as boas práticas que já foram implementadas, testadas e que já apresentam bons resultados, podendo formar banco de práticas de excelência a serem aplicadas por outras organizações públicas como solução para situações semelhantes."

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Ficam suspensos automaticamente o prazo de que trata o art. 5º, I, no período compreendido entre 31 de março de 2020 e a data da publicação desta Instrução Normativa.

CRISTIANO ROCHA HECKERT

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 10.499, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Aprova o quantitativo de pessoal próprio das empresas do Grupo Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 98, inciso VI, letra g, do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8.4.2019, resolve:

Art. 1º Fixar o limite para o quadro de pessoal próprio das empresas Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A - Amazonas GT; Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras; Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte; Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear; e Furnas - Centrais Elétricas S.A, conforme disposto no quadro abaixo.

Empresa	Anistiados	Quadro Permanente	Quadro Total
Amazonas GT	0	382	382
CGT Eletrosul	196	1.429	1.625
Chesf	35	3.337	3.372
Eletrobras *Holding*	111	739	850
Eletronorte	147	2.477	2.624
Eletronuclear	36	1.760	1.796
Furnas	22	2.526	2.548

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal das empresas são considerados:

I. os empregados efetivos admitidos por concursos público;

II. os empregados efetivos admitidos sem concurso público antes de 5.10.1988;

III. os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas;

IV. os empregados que estão cedidos ou disponibilizados para outros órgãos ou entidades;

V. os empregados cedidos ou requeridos de outros órgãos ou entidades;

VI. os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994;

VII. os empregados readmitidos e reintegrados;

VIII. os empregados contratados por prazo determinado (temporários);

IX. os empregados ou servidores movimentados para compor força de trabalho conforme disposto no art. 93, § 7º, da Lei nº 8.112/90; e

X. os empregados com contrato de trabalho interrompido ou suspenso, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez.

Art. 3º Compete às empresas do Grupo Eletrobras gerenciar o seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para contratar ou desligar empregados, desde que observado o limite estabelecido no Art. 1º, as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Ficam revogadas a Portaria nº 2850, de 27.3.2019, quanto ao quadro de pessoal da Amazonas GT, Eletrosul e Furnas; e a Portaria nº 13, de 7.6.2019, quanto ao quadro de pessoal da CGTEE, Chesf, Eletrobras Holding, Eletronorte e Eletronuclear

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

PORTARIA Nº 3.541, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União Nº 123, Seção 2, folhas 75 e 76, em 30 de junho de 2010, e Portaria MP nº 50, de 25 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União Nº 40, Seção 2, folhas 18, em 26 de fevereiro de 2019, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa Nº 4, de 14 de agosto de 2018, Art. 14 e 28, publicada no Diário Oficial da União Nº 157, Seção 1, folhas 171-173, em 15 de agosto de 2018, e em observação ao Parecer nº 01424/2019/WWGS/CPU/PGACPNP/PGFN/AGU e as observações constantes nos itens 9, 12, 13, 14 e 15, bem como os elementos que integram os processos nº 10380.028922/99-30, 10380.009299/00-31, 10380.010826/00-31, 10380.021684/00-19, 10380.021685/00-73, 05035.000119/2001-98, 05035.000255/2001-88, 04988.005181/2008-11, 04988.005209/2008-10, 04988.005240/2008-51, 04988.005241/2008-03, 04988.006713/2008-37, 04988.004160/2009-69, 04988.005016/2011-64, 04988.005338/2011-11, 04988.005374/2011-77, 04988.005652/2011-96, resolve:

Art. 1º Declarar a nulidade de 17 inscrições de ocupação, as quais são objeto dos RIPs nº 1389.0009861-23 (processo 10380.028922/99-30), 1389.0009464-15 (processo 10380.009299/00-31), 1389.0009858-28 (processo 10380.010826/00-31), 1389.0009888-43 (processo 10380.021684/00-19), 1389.000.9891-49 (processo 10380.021685/00-73), 1389.0009492-79 (processo 05035.000119/2001-98), 1389.0009441-29 (processo 05035.000255/2001-88), 1389.0009466-87 (processo 04988.005181/2008-11), 1389.0009909-02 (processo 04988.005209/2008-10), 1389.0009431-57 (processo 04988.005240/2008-51), 1389.0009465-04 (processo 04988.005241/2008-03), 1389.0009475-78 (processo 04988.006713/2008-37), 1389.0009865-57 (processo 04988.004160/2009-69), 1389.0009847-75 (processo 04988.005016/2011-64), 1389.0009466-87 (processo 04988.005338/2011-11), 1389.0009469-20 (processo 04988.005374/2011-77) e 1389.0009852-32 (processo 04988.005652/2011-96), localizados no bairro Cristo Redentor, Jacarecanga e Pirambu, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, os quais estão inseridos na área declarada de utilidade pública, necessária ao melhoramento habitacional, com execução de plano de urbanização, obras de higiene, e abertura de vias e logradouros públicos, conforme Decreto nº 1.058, de 25 de maio de 1962.

Parágrafo Único. A área compreendida por esta portaria foi declarada de interesse do serviço público com fins de regularização fundiária pela Portaria/MP nº 198, de 7 de agosto de 2006, publicada no D.O.U. no dia 8 de agosto de 2006 e está inscrita na Matrícula 61.126 do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona da Comarca de Fortaleza, tendo sido objeto de regularização fundiária, no ano de 2017, por meio de CDRU, ao Município de Fortaleza/CE (04988.201198/2015-26).

Art. 2º Reconhecer que o ato de inscrição de ocupação estava eivado de vícios de legalidade, conforme art. 53 da Lei nº 9.784/99, e que a presente declaração de nulidade importa o automático cancelamento de todos os débitos constituídos ou não decorrentes de tal ato administrativo viciado, retroagindo seus efeitos até o ano de 1992.

Art. 3º A relação contendo os RIP's cancelados, bem como os nomes dos respectivos responsáveis será fixada na Superintendência no Estado do Ceará, bem como divulgada no sítio eletrônico desta Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União no link http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/beneficiarios-regularizacao-fundiaria

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDESVALDO DE CARVALHO MOURA

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO, ENERGIA E LOTERIA

PORTARIA Nº 10.435, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO, ENERGIA E LOTERIA - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 181 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e suas alterações posteriores, que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sítio eletrônico do Ministério da Economia, por meio do endereço eletrônico http://www.economia.gov.br/, a versão atualizada do Manual Técnico do PPA 2020-2023, contendo as instruções para elaboração e gestão do Plano Plurianual referente ao ciclo 2020-2023.

Art. 2º A partir da publicação desta Portaria, sempre que necessário, o Manual de que trata o art. 1º será atualizado no sítio eletrônico do Ministério da Economia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON LEITÃO PAES

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 227, DE 14 DE ABRIL DE 2020

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de Março de 2020:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
112	03/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	04/03/2020	2,2500	188.500	746.198.107,52	0	0,00
112	03/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2025	2	04/03/2020	2,2500	37.696	149.223.787,02	0	0,00
112	03/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2030	1	04/03/2020	2,9280	111.500	469.211.787,00	0	0,00
112	03/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2030	2	04/03/2020	2,9280	22.297	93.829.732,81	0	0,00
112	03/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2040	1	04/03/2020	3,4220	78.000	354.243.489,74	0	0,00
112	03/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2040	2	04/03/2020	3,4220	15.263	69.318.184,32	0	0,00
112	03/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	04/03/2020	3,5287	22.000	109.608.060,79	0	0,00
112	03/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2055	2	04/03/2020	3,5287	2.605	12.978.590,74	0	0,00
114	05/03/2020	Venda	LTN	01/04/2021	1	06/03/2020	3,9638	1.000.000	959.531.053,06	0	0,00
114	05/03/2020	Venda	LTN	01/04/2021	2	09/03/2020	3,9608	0	0,00	0	0,00
114	05/03/2020	Venda	LTN	01/04/2022	1	06/03/2020	4,5774	3.205.000	2.923.095.004,22	0	0,00

114	05/03/2020	Venda	LTN	01/04/2022	2	09/03/2020	4,5628	0	0,00	0	0,00
114	05/03/2020	Venda	LTN	01/01/2024	1	06/03/2020	5,5874	3.523.000	2.866.342.281,52	0	0,00
114	05/03/2020	Venda	LTN	01/01/2024	2	09/03/2020	5,5759	0	0,00	0	0,00
115	05/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2027	1	06/03/2020	6,3600	150.000	181.552.939,60	0	0,00
115	05/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2027	2	09/03/2020	6,3583	0	0,00	0	0,00
115	05/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2031	1	06/03/2020	6,9149	16.000	19.906.506,24	0	0,00
126	12/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2024	1	13/03/2020	3,3550	1.093.350	4.018.918.608,05	0	0,00
126	12/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2025	1	13/03/2020	3,6000	528.600	1.976.980.437,86	0	0,00
126	12/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2026	1	13/03/2020	3,8850	678.350	2.518.031.838,75	0	0,00
126	12/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2028	1	13/03/2020	4,1000	337.500	1.269.598.114,79	0	0,00
126	12/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2030	1	13/03/2020	4,3000	136.250	516.050.675,54	0	0,00
127	12/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2024	1	13/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
127	12/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	13/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
127	12/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2026	1	13/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
127	12/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	13/03/2020	4,1000	5.000	18.808.860,96	0	0,00
127	12/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2030	1	13/03/2020	4,3000	13.800	52.267.884,93	0	0,00
128	12/03/2020	Venda	LTN	01/07/2023	1	13/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
128	12/03/2020	Venda	LTN	01/01/2024	1	13/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
129	12/03/2020	Compra	LTN	01/07/2023	1	13/03/2020	7,5399	910.000	716.656.900,05	0	0,00
129	12/03/2020	Compra	LTN	01/01/2024	1	13/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
130	12/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	13/03/2020	8,0999	45.450	49.613.751,31	0	0,00
130	12/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2027	1	13/03/2020	8,6000	20.000	21.774.190,16	0	0,00
130	12/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	13/03/2020	8,9200	50.000	54.185.066,70	0	0,00
131	12/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	13/03/2020	8,2000	25.000	27.192.073,30	0	0,00

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
131	12/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	13/03/2020	8,9000	15.000	16.103.495,50	0	0,00
131	12/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	13/03/2020	9,0500	159.800	171.928.763,43	0	0,00
133	13/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	16/03/2020	3,8000	6.500	27.282.157,18	0	0,00
133	13/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2040	1	16/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
133	13/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2045	1	16/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
133	13/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2050	1	16/03/2020	4,3500	4.700	19.899.643,07	0	0,00
133	13/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	16/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
134	13/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2035	1	16/03/2020	4,0000	54.400	223.735.505,66	0	0,00
134	13/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2040	1	16/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
134	13/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2045	1	16/03/2020	4,5500	5.900	24.096.957,27	0	0,00
134	13/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2050	1	16/03/2020	4,5100	20.250	83.662.238,84	0	0,00
134	13/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2055	1	16/03/2020	4,5500	2.500	10.519.661,46	0	0,00
137	16/03/2020	Venda	LTN	01/07/2023	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
137	16/03/2020	Venda	LTN	01/01/2024	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
138	16/03/2020	Compra	LTN	01/07/2023	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
138	16/03/2020	Compra	LTN	01/01/2024	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
139	16/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
139	16/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2027	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
139	16/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
140	16/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	17/03/2020	7,3500	42.000	47.138.656,99	0	0,00
140	16/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	17/03/2020	7,8500	544.000	613.941.387,46	0	0,00
140	16/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	17/03/2020	8,4500	10.000	11.133.028,30	0	0,00
141	16/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2024	1	17/03/2020	3,3000	364.550	1.343.502.437,33	0	0,00
141	16/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2025	1	17/03/2020	3,3600	341.200	1.290.059.591,34	0	0,00
141	16/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2026	1	17/03/2020	3,6000	30.250	114.047.628,76	0	0,00
141	16/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2028	1	17/03/2020	3,8000	203.900	782.724.288,09	0	0,00
141	16/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2030	1	17/03/2020	3,8500	60.000	235.450.318,68	0	0,00
142	16/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2024	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
142	16/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
142	16/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2026	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
142	16/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
142	16/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2030	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
143	16/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2035	1	17/03/2020	4,0500	146.750	600.620.344,12	0	0,00
143	16/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2040	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
143	16/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2045	1	17/03/2020	4,5000	88.350	363.382.708,81	0	0,00
143	16/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2050	1	17/03/2020	4,5100	267.700	1.106.227.443,93	0	0,00
143	16/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2055	1	17/03/2020	4,5770	4.000	16.762.376,79	0	0,00
144	16/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	17/03/2020	4,0000	5.000	20.567.849,04	0	0,00
144	16/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2040	1	17/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
144	16/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2045	1	17/03/2020	4,5000	50.000	205.649.523,95	0	0,00
144	16/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2050	1	17/03/2020	4,5000	50.000	206.931.829,25	0	0,00
144	16/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	17/03/2020	4,5000	82.000	347.902.821,38	0	0,00
145	17/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2024	1	18/03/2020	2,7700	20.000	75.230.207,42	0	0,00
145	17/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
145	17/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2026	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
145	17/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
145	17/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2030	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
146	17/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2024	1	18/03/2020	2,8200	58.950	221.315.786,33	0	0,00
146	17/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2025	1	18/03/2020	3,0000	204.000	783.560.061,78	0	0,00
146	17/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2026	1	18/03/2020	3,2910	70.000	268.303.666,12	0	0,00
146	17/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2028	1	18/03/2020	3,5900	670.200	2.609.088.426,41	0	0,00
146	17/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2030	1	18/03/2020	3,7000	10.000	39.710.696,93	0	0,00
147	17/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
147	17/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2040	1	18/03/2020	4,2300	10.000	41.137.554,23	0	0,00
147	17/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2045	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
147	17/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2050	1	18/03/2020	4,3800	10.000	42.161.945,09	0	0,00
147	17/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	18/03/2020	4,4000	6.000	25.876.980,94	0	0,00
148	17/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2035	1	18/03/2020	3,9350	31.450	130.251.674,85	0	0,00
148	17/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2040	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
148	17/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2045	1	18/03/2020	4,4010	50.000	208.495.303,30	0	0,00
148	17/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2050	1	18/03/2020	4,4000	103.000	432.936.471,95	0	0,00
148	17/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2055	1	18/03/2020	4,4060	40.000	172.345.161,60	0	0,00
149	17/03/2020	Venda	LTN	01/07/2023	1	18/03/2020	5,7400	30.000	24.990.007,32	0	0,00
149	17/03/2020	Venda	LTN	01/01/2024	1	18/03/2020	6,0000	1.000	802.788,06	0	0,00
150	17/03/2020	Compra	LTN	01/07/2023	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
150	17/03/2020	Compra	LTN	01/01/2024	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
151	17/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
151	17/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2027	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
151	17/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
152	17/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	18/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
152	17/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	18/03/2020	7,4000	500.000	576.662.809,00	0	0,00
152	17/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	18/03/2020	7,6100	500.000	584.000.312,00	0	0,00
153	18/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2024	1	19/03/2020	3,1000	20.000	74.296.479,54	0	0,00
153	18/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
153	18/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2026	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
153	18/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00

153	18/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2030	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
154	18/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2024	1	19/03/2020	3,1000	405.700	1.507.104.087,46	0	0,00
154	18/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2025	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
154	18/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2026	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
154	18/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2028	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
154	18/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2030	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
155	18/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	19/03/2020	4,1500	3.000	12.159.946,99	0	0,00
155	18/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2040	1	19/03/2020	4,4898	10.000	39.851.650,89	0	0,00
155	18/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2045	1	19/03/2020	4,6500	7.900	31.851.817,49	0	0,00
155	18/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2050	1	19/03/2020	4,6500	10.600	42.902.750,12	0	0,00
155	18/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	19/03/2020	4,6500	76.050	315.142.800,87	0	0,00
156	18/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2035	1	19/03/2020	4,2000	24.800	100.018.020,87	0	0,00
156	18/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2040	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
156	18/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2045	1	19/03/2020	4,6500	201.700	813.229.314,96	0	0,00

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
156	18/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2050	1	19/03/2020	4,6500	211.300	855.221.802,41	0	0,00
156	18/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2055	1	19/03/2020	4,6500	20.000	82.877.791,16	0	0,00
157	18/03/2020	Venda	LTN	01/07/2023	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
157	18/03/2020	Venda	LTN	01/01/2024	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
158	18/03/2020	Compra	LTN	01/07/2023	1	19/03/2020	6,9849	100.000	80.189.739,10	0	0,00
158	18/03/2020	Compra	LTN	01/01/2024	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
159	18/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
159	18/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2027	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
159	18/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
160	18/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
160	18/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	19/03/2020	8,8499	1.000.000	1.077.519.158,00	0	0,00
160	18/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	19/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
167	19/03/2020	Venda	LTN	01/07/2023	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
167	19/03/2020	Venda	LTN	01/01/2024	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
168	19/03/2020	Compra	LTN	01/07/2023	1	20/03/2020	7,9449	200.000	155.809.791,60	0	0,00
168	19/03/2020	Compra	LTN	01/01/2024	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
169	19/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
169	19/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2027	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
169	19/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
169	19/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2031	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
170	19/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	20/03/2020	8,7099	483.750	517.477.687,58	0	0,00
170	19/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	20/03/2020	9,4099	800.000	840.290.591,20	0	0,00
170	19/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	20/03/2020	9,7499	123.600	128.191.385,63	0	0,00
170	19/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2031	1	20/03/2020	9,9499	92.650	95.107.552,92	0	0,00
171	19/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2024	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
171	19/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
171	19/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2026	1	20/03/2020	4,1500	10.000	36.649.426,49	0	0,00
171	19/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	20/03/2020	4,3000	10.000	37.172.666,68	0	0,00
171	19/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2030	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
172	19/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2024	1	20/03/2020	4,2000	3.700	13.185.560,54	0	0,00
172	19/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2025	1	20/03/2020	4,1700	24.700	90.247.268,35	0	0,00
172	19/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2026	1	20/03/2020	4,2000	83.550	305.407.915,19	0	0,00
172	19/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2028	1	20/03/2020	4,3000	3.400	12.638.706,66	0	0,00
172	19/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2030	1	20/03/2020	4,3500	10.000	37.774.505,47	0	0,00
173	19/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	20/03/2020	4,4800	1.000	3.922.463,96	0	0,00
173	19/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2040	1	20/03/2020	4,7500	1.200	4.634.509,64	0	0,00
173	19/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2045	1	20/03/2020	4,7500	50.000	198.943.841,65	0	0,00
173	19/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2050	1	20/03/2020	4,7200	400	1.602.400,91	0	0,00
173	19/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
174	19/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2035	1	20/03/2020	4,5100	30.100	117.714.581,30	0	0,00
174	19/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2040	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
174	19/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2045	1	20/03/2020	4,7999	12.500	49.404.300,16	0	0,00
174	19/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2050	1	20/03/2020	4,7599	14.600	58.139.214,50	0	0,00
174	19/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2055	1	20/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
175	20/03/2020	Venda	LTN	01/07/2023	1	23/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
175	20/03/2020	Venda	LTN	01/01/2024	1	23/03/2020	7,5099	13.150	10.017.121,15	0	0,00
176	20/03/2020	Compra	LTN	01/07/2023	1	23/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
176	20/03/2020	Compra	LTN	01/01/2024	1	23/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
177	20/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	23/03/2020	8,0499	9.150	10.024.751,75	0	0,00
177	20/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2027	1	23/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
177	20/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	23/03/2020	9,0800	40.000	43.053.422,68	0	0,00
177	20/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2031	1	23/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
178	20/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	23/03/2020	8,1199	614.100	671.121.592,27	0	0,00
178	20/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	23/03/2020	8,9899	800.000	857.019.430,40	0	0,00
178	20/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	23/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
178	20/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2031	1	23/03/2020	9,5000	85.900	90.696.425,53	0	0,00
179	20/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2024	1	23/03/2020	3,7500	7.200	26.104.644,14	0	0,00
179	20/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	23/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
179	20/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2026	1	23/03/2020	4,0000	3.300	12.192.693,38	0	0,00
179	20/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	23/03/2020	4,0100	20.000	75.786.446,50	0	0,00
179	20/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2030	1	23/03/2020	4,1900	10.000	38.253.311,99	0	0,00
180	20/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2024	1	23/03/2020	3,8000	80.000	289.503.803,12	0	0,00
180	20/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2025	1	23/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
180	20/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2026	1	23/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
180	20/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2028	1	23/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
180	20/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2030	1	23/03/2020	4,2500	40.000	152.306.778,68	0	0,00
186	23/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	24/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00

186	23/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2027	1	24/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
186	23/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	24/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
186	23/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2031	1	24/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
187	23/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	24/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
187	23/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	24/03/2020	9,2499	174.500	184.772.377,87	0	0,00
187	23/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	24/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
187	23/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2031	1	24/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
192	24/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2023	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
192	24/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
192	24/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2027	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
192	24/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
192	24/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2031	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
193	24/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2023	1	25/03/2020	7,0499	600.000	655.865.548,20	0	0,00
193	24/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
193	24/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	25/03/2020	9,2199	50.000	53.035.075,50	0	0,00
193	24/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
193	24/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2031	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
194	24/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2022	1	25/03/2020	3,4100	41.300	145.568.303,78	0	0,00
194	24/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2023	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
194	24/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2024	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
194	24/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
194	24/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2026	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
195	24/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2022	1	25/03/2020	3,4500	265.000	933.223.082,04	0	0,00
195	24/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2023	1	25/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
195	24/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2024	1	25/03/2020	4,2000	60.000	213.962.525,40	0	0,00
195	24/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2025	1	25/03/2020	4,2700	50.000	182.033.054,10	0	0,00
195	24/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2026	1	25/03/2020	4,4500	40.000	144.424.936,44	0	0,00
198	25/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2023	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
198	25/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
198	25/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2027	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
198	25/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
198	25/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2031	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
199	25/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2023	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
199	25/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
199	25/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
199	25/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
199	25/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2031	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
200	25/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2022	1	26/03/2020	3,1000	20.000	70.981.490,58	0	0,00
200	25/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2023	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
200	25/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2024	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
200	25/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
200	25/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2026	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
201	25/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2022	1	26/03/2020	3,1300	20.000	70.935.129,40	0	0,00
201	25/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2023	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
201	25/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2024	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
201	25/03/2020	Compra	NTN-B	15/05/2025	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
201	25/03/2020	Compra	NTN-B	15/08/2026	1	26/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
202	26/03/2020	Venda	LFT	01/09/2022	1	27/03/2020	0,0191	50.000	528.422.391,40	0	0,00
202	26/03/2020	Venda	LFT	01/03/2026	1	27/03/2020	0,0319	374.350	3.950.673.928,83	0	0,00
203	26/03/2020	Venda	LTN	01/10/2020	1	27/03/2020	3,3849	1.000.000	983.135.343,87	0	0,00
203	26/03/2020	Venda	LTN	01/10/2020	2	30/03/2020	3,3784	0	0,00	0	0,00
203	26/03/2020	Venda	LTN	01/04/2022	1	27/03/2020	4,7329	1.000.000	911.705.226,95	0	0,00
203	26/03/2020	Venda	LTN	01/04/2022	2	30/03/2020	4,7208	0	0,00	0	0,00
204	26/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2023	1	27/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
204	26/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	27/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
204	26/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2027	1	27/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
204	26/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	27/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
204	26/03/2020	Venda	NTN-F	01/01/2031	1	27/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
205	26/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2023	1	27/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
205	26/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	27/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
205	26/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	27/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
205	26/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	27/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
205	26/03/2020	Compra	NTN-F	01/01/2031	1	27/03/2020	0,0000	0	0,00	0	0,00
209	31/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	01/04/2020	3,3989	41.000	155.066.877,26	0	0,00
209	31/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2030	1	01/04/2020	3,9695	4.500	17.534.517,28	0	0,00
209	31/03/2020	Venda	NTN-B	15/08/2040	1	01/04/2020	4,3675	500	2.026.719,64	0	0,00
209	31/03/2020	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	01/04/2020	4,4995	8.800	37.430.630,05	0	0,00

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA Nº 10.486, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Edita normas relativas ao processamento e pagamento do Benefício Emergencial de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. (Processo nº 19964.103985/2020-16).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso I do art. 71 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e considerando a Medida Provisória nº 936, de 1° de abril de 2020, resolve

Art. 1º Esta portaria dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos ao recebimento de informações, concessão e pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), nos termos da Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Capítulo I

Das Hipóteses de Concessão do BEm

Art. 2º O BEm é direito pessoal e intransferível e será pago aos empregados que, durante o estado de calamidade pública, pactuarem com os empregadores a:

I - redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, por até 90 dias; ou

II - suspensão temporária do contrato de trabalho, por até 60 dias.

Parágrafo único. O BEm será devido ao empregado independentemente do:

I - cumprimento de qualquer período aquisitivo;

II - tempo de vínculo empregatício; e

III - número de salários recebidos.

Art. 3º Cada vínculo empregatício com redução proporcional de jornada e de salário ou suspenso temporariamente dará direito à concessão de um BEm, observadas as regras para o vínculo na modalidade de contrato intermitente, nos termos do disposto no § 3º do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, elencadas no art. 7º desta minuta.

Art. 4º O BEm não será devido ao empregado com redução proporcional de jornada e de salário ou suspensão do contrato de trabalho que:

I - também esteja ocupando cargo ou emprego público, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração ou seja titular de mandato eletivo;

II - tiver o contrato de trabalho celebrado após a data de entrada em vigor da Medida Provisória 936, de 2020;

III - estiver em gozo de:

a) benefício de prestação continuada do Regime Geral de Previdência Social ou dos Regimes Próprios de Previdência Social, ressalvados os benefícios de pensão por morte e auxílio acidente.

b) seguro-desemprego, em qualquer de suas modalidades; ou

c) bolsa de qualificação profissional de que trata o art. 2º-A da Lei n° 7.998, de 1990.

§ 1º. Considera-se contrato de trabalho celebrado, para fins de aplicação do disposto no inciso II do caput, o contrato de trabalho iniciado até 1° de abril de 2020 e informado no e-social até 2 de abril de 2020.

§ 2º É vedada a celebração de acordo individual para redução proporcional de jornada de trabalho e de salário ou para suspensão temporária do contrato de trabalho com empregado que se enquadre em alguma das vedações à percepção do BEm previstas neste artigo.

§ 3º O BEm não será devido caso verificada a manutenção do mesmo nível de exigência de produtividade ou de efetivo desempenho do trabalho existente durante a prestação de serviço em período anterior à redução proporcional de jornada de trabalho e de salário para os seguintes trabalhadores:

I - os empregados não sujeitos a controle de jornada; e

II - os empregados que percebam remuneração variável.

Capítulo II

Do Cálculo do BEm

Art. 5º O BEm terá como valor base o valor do benefício de Seguro Desemprego a que o empregado teria direito, calculado nos termos do art. 5º da lei nº 7.998/90, observando o seguinte:

I - para média de salários com valor de até R$ 1.599,61, multiplica-se a média de salários por 0,8, observado como valor mínimo o valor do salário mínimo nacional;

II - para média de salários com valor de R$ 1.599,62 até R$ 2.666,29, multiplica-se a média de salários que exceder a R$ 1.599,61 por 0,5, e soma-se o resultado ao valor de R$ 1.279,69; e

III - para média de salários com valor superior a R$ 2.666,29, o valor base é de R$ 1.813,03.

§ 1º A média de salários será apurada considerando os últimos 3 (três) meses anteriores ao mês da celebração do acordo.

§ 2º O salário utilizado para o cálculo da média aritmética de que trata o caput refere-se ao salário de contribuição estabelecido no inciso I do art. 28 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, informados no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS.

§ 3º Se, excepcionalmente, o salário de contribuição de que trata o § 1º deste artigo não constar na base CNIS após o prazo previsto para o empregador prestar a informação, o mês sem informação será desconsiderado.

§ 4º O salário será calculado com base no mês completo de trabalho, mesmo que o trabalhador não tenha trabalhado integralmente em qualquer dos três últimos meses.

§ 5º Não será computada na média de salários a competência em que houver redução proporcional de jornada e de salários.

§ 6º Para o trabalhador que esteve em gozo de auxílio-doença ou foi convocado para prestação do serviço militar, bem assim na hipótese de não ter percebido os (três) últimos salários, o valor base será apurado com a média dos 2 (dois) últimos ou, ainda, no valor do último salário.

§ 7º Na ausência de informações no CNIS sobre os últimos três meses do salário, o valor base será o valor do salário mínimo nacional.

§ 8º O empregador é responsável pelo pagamento de eventual diferença entre o valor pago pela União e o efetivamente devido ao empregado, quando a diferença decorrer de ausência ou erro nas informações prestadas pelo empregador que constituem as bases do CNIS.

Art. 6º O valor do BEm corresponderá a:

I - 100% do valor base previsto no artigo 5º, no caso da suspensão do contrato de trabalho de empregado de empregador com faturamento de até R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);

II - 70% do valor base previsto no artigo 5º, no caso de:

a) suspensão do contrato de trabalho de empregado de empregador com faturamento superior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais); ou

b) para redução proporcional de jornada e de salário igual ou superior à 70%;

III - 50% do valor base previsto no artigo 5º, no caso de redução proporcional de jornada e de salário igual ou superior à 50% e inferior à 70%; ou

IV - 25% do valor base previsto no artigo 5º, no caso de redução proporcional de jornada e de salário igual ou superior à 25% e inferior à 50%.

Parágrafo único. Nos casos em que o cálculo do BEm resultar em valores decimais, o valor a ser pago deverá ser arredondado para a unidade inteira imediatamente superior.

Art. 7º O empregado com contrato de trabalho intermitente, nos termos do § 3º do artigo 443 do Decreto-lei nº 5.452, de 1943, fará jus ao BEm no valor de três parcelas mensais de R$ 600,00, na forma do art. 18 da Medida Provisória nº 936, de 2020.

§ 1º A existência de mais de um contrato de trabalho nos termos do disposto no § 3º do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, não gerará direito à concessão de mais de um BEm mensal.

§ 2º Será considerado apto a receber o BEm o empregado com contrato de trabalho intermitente celebrado até 1º de abril de 2020, independentemente de:

I - se encontrar em período de inatividade, nos termos do § 5° do art. 452-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, ou possuir remunerações no CNIS, no período anterior a 1° de abril de 2020; ou

II - ter o contrato de trabalho intermitente rescindido após 1° de abril de 2020.

§ 3° Para os fins de aplicação do § 2º, será considerado empregado com contrato de trabalho intermitente aquele cujo contrato de trabalho tenha sido informado pelo empregador até 2 de abril de 2020 e esteja identificado na base de dados do CNIS.

Art. 8º O BEm não será acumulável com o auxílio emergencial previsto no artigo 2° da Lei n°13.982, de 2 de abril de 2020.

Capítulo III

Do Processo Administrativo

Seção I

Da informação dos acordos

Art. 9º Para a habilitação do empregado ao recebimento do BEm, o empregador informará ao Ministério da Economia a realização de acordo de redução de jornada de trabalho e de salário ou da suspensão temporária de contrato de trabalho com o empregado, no prazo de dez dias, contados a partir da data da celebração do acordo.

§ 1º Deverão constar da informação dos acordos pelo empregador ao Ministério da Economia as seguintes informações:

I - número de Inscrição do empregador (CNPJ, CEI ou CNO);

II - data de admissão do empregado;

III - número de inscrição no CPF do empregado;

IV - número de inscrição no PIS/PASEP do empregado;

V - nome do empregado;

VI - nome da mãe do empregado;

VII - data de nascimento do empregado;

VIII - salários dos últimos três meses;

IX - tipo de acordo firmado: suspensão temporária do contrato, redução proporcional da jornada e do salário ou a combinação de ambos;

X - data do início e duração de cada período acordado de redução ou suspensão;

XI - percentual de redução da jornada para cada período do acordo, se o tipo de adesão for redução de jornada;

XII - caso o empregado possua conta bancária, os dados necessários para pagamento: número do banco, número da agência, número da conta corrente e tipo da conta; e

XIII - tratando-se de pessoa jurídica, se o faturamento é superior a R$ 4.800.000 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

§ 2º A informação do acordo para recebimento do BEm deverá ser realizada pelo empregador exclusivamente por meio eletrônico, no endereço https://servicos.mte.gov.br/bem.

§ 3º O empregador doméstico e empregador pessoa física serão direcionados para o portal "gov.br" para:

I - providenciar sua senha de acesso, conforme os procedimentos do portal;

II - informar individualmente cada acordo; e

III - após a informação do acordo, acompanhar o resultado do processamento das informações remetidas e o resultado do pedido de concessão do BEm.

§ 4º O empregador pessoa jurídica será direcionado para o portal "empregador web", atendendo aos requisitos de habilitação do ambiente, para:

I - informar individualmente, ou por meio de arquivos no formato "csv", os acordos celebrados; e

II - após a informação do acordo, acompanhar o resultado do processamento das informações remetidas e o resultado do pedido de concessão do BEm.

§ 5º Para informar ao Ministério da Economia a realização dos acordos, o empregador poderá enviar arquivos contendo as informações solicitadas no § 1º, conforme leiaute padronizado disponível no endereço eletrônico "http://servicos.mte.gov.br/bem/".

§ 6º O fornecimento da conta bancária do empregado pelo empregador, prevista no inciso XII do § 1º, deverá ser precedido de expressa autorização do empregado.

§ 7º Se não for concedida a autorização prevista no § 6º, o BEm será creditado na forma do artigo 18.

§ 8º O prazo de dez dias para comunicação do acordo previsto no caput será contado a partir da data da publicação desta portaria para os acordos realizados antes da sua vigência.

Seção II

Da informação de alteração do acordo

Art. 10 Empregador e empregado poderão alterar a qualquer tempo os termos do acordo pactuado informado ao Ministério da Economia.

§ 1º O empregador deverá informar os dados do acordo alterado, na forma prevista no artigo 9º, em até 2 (dois) dias corridos, contados da nova pactuação.

§ 2º As informações prestadas dentro do intervalo de até 10 (dez) dias anteriores às datas de pagamento previstas na forma do §5º não serão processadas na parcela do mês corrente, tendo seus efeitos aplicados na parcela do mês subsequente.

§ 3º A ausência de comunicação pelo empregador no prazo previsto no §1º:

I - acarretará na sua responsabilização pela devolução à União dos valores recebidos a maior pelo empregado; ou

II - implicará no dever de pagar ao empregado a diferença entre o BEm pago e o devido por força da mudança do acordo.

§ 4º Respeitados os prazos de comunicação previstos nos §§ 1º e 2º, a alteração produzirá efeito:

I - no primeiro pagamento mensal, caso realizada nos 20 primeiros dias de vigência da redução ou suspensão;

II - no segundo pagamento mensal, caso realizada após o 20º até o 50º dia de vigência da redução ou suspensão;

III - no terceiro pagamento mensal, caso realizada após o 50º até o 80º dia de vigência da redução ou suspensão; ou

IV- no pagamento final para ajuste, caso realizado após o 80º dia.

§ 5º A primeira parcela será liberada 30 (trinta) dias após a data do início da redução ou suspensão, na hipótese da informação ser prestada no prazo de dez dias da celebração do acordo, ou a partir da informação do empregador, se a comunicação for efetivada após o prazo de dez dias da celebração do acordo, e as demais parcelas serão creditadas a cada intervalo de 30 (trinta) dias, contados da emissão da parcela anterior.

Seção III

Da análise, da concessão e da notificação

Art. 11. Informado o acordo, os dados enviados serão analisados e o pagamento do BEm:

I - será deferido, se todas as informações estirem corretas e as condições de elegibilidade forem atingidas;

II - aguardará o cumprimento das exigências solicitadas, se alguma informação estiver faltando ou estiver incorreta ou em desconformidade com as bases de dados do Poder Executivo; ou

III - será indeferido, na hipótese de não preenchimento dos requisitos previstos nesta Portaria.

Parágrafo Único. O empregado poderá acompanhar o andamento do processo de concessão do BEm pelo portal Gov.br e também pelo aplicativo da Carteira Digital do Trabalho, conforme ato da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Art. 12. O empregador será notificado da exigência de regularização das informações, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, conforme ato da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

§ 1° Quando a exigência envolver dados não declarados ou declarados incorretamente, a concessão do BEm e os prazos de pagamento ficarão condicionados à retificação das informações.

§ 2º A retificação prevista no § 1° deverá conter todas as informações previstas no § 1° do art. 9º.

§ 3° Caso o empregador cumpra as exigências no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da notificação, será mantida como data de início da vigência aquela constante da informação do acordo, sendo a parcela do BEm incluída próximo lote de pagamento posterior à decisão.

§ 4º O não atendimento da exigência de regularização das informações no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da notificação, implicará no arquivamento da informação.

Seção IV

Do recurso administrativo

Art. 13. Na hipótese de indeferimento do BEm ou de seu arquivamento por não atendimento de exigências de regularização das informações, o empregador será notificado dos motivos da decisão e poderá interpor recurso no prazo de 10 (dez) dias corridos, conforme ato da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

§ 1° O prazo para julgamento do recurso de que trata o caput é de até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da interposição.

§ 2º Julgado procedente o recurso, a data de início do benefício será mantida na data da informação do acordo, e a primeira parcela do BEm será incluída no próximo lote de pagamento posterior à decisão.

§ 3º O resultado do recurso será comunicado conforme ato da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Seção V

Da responsabilidade do empregador pela informação de acordo irregular

Art. 14. Na hipótese de indeferimento do BEm ou de seu arquivamento por não atendimento de exigências de regularização das informações, o empregador ficará responsável pelo pagamento da remuneração no valor anterior à redução proporcional da jornada de trabalho e de salário ou à suspensão temporária do contrato de trabalho do empregado, inclusive dos respectivos tributos, contribuições e encargos devidos.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput para os casos de cessação de BEm motivados por ato atribuível ao empregador e para os períodos cujos pagamentos tenham sido considerados indevidos.

Capítulo IV

Das hipóteses de cessação e devolução do BEm

Seção I

Das hipóteses de cessação do BEm

Art. 15.O pagamento do BEm será cessado nas seguintes situações:

I - transcurso do prazo pactuado de redução e suspensão informado pelo empregador;

II - retomada da jornada normal de trabalho ou encerramento da suspensão do contrato de trabalho antes do prazo pactuado;

III - pela recusa, por parte do empregado, de atender ao chamado do empregador para retomar sua jornada normal de trabalho;

IV - início de percepção de benefício de prestação continuada do Regime Geral da Previdência Social ou de Regime Próprio de Previdência Social, exceto o auxílio-acidente e a pensão por morte;

V - início de percepção do benefício de seguro desemprego, em qualquer de suas modalidades, ou da bolsa qualificação de que trata o art. 2° da Lei art. 2º-A da Lei n° 7.998, de 1990.

VI - posse em cargo público, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, emprego público ou mandato eletivo;

VII - por comprovação da falsidade na prestação de informações necessárias à habilitação;

VIII - por comprovação de fraude visando à percepção indevida do BEm; e

IX - por morte do beneficiário.

§ 1° Compete ao empregador informar, no prazo de 2 (dois) dias corridos, na forma prevista no art. 10, as hipóteses do inciso II e III do caput, aplicando-se o disposto no inciso I do § 3º, do art. 10 se a informação não for prestada e implicar no pagamento indevido do BEm.

§ 2º Verificados indícios suficientes da ocorrência das hipóteses previstas nos incisos VII e VIII, o pagamento do BEm será suspenso e o empregador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da comunicação da decisão.

§ 3º O BEm será restabelecido, desde a data de sua suspensão, caso seja acolhida a defesa do § 2º, ou será cessado se esta for julgada intempestiva ou improcedente.

§ 4º O empregador poderá recorrer da decisão de cessação, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da comunicação da decisão, observado o disposto no artigo 13.

§ 5º O empregado deverá informar a ocorrência das situações previstas nos incisos IV a VI, na forma prevista em ato da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Seção II

Da devolução dos valores recebidos indevidamente e da inscrição em dívida ativa

Art. 16. As parcelas ou valores do BEm recebidos indevidamente ou além do devido pelos empregados, serão restituídos mediante depósito na Conta Única do Tesouro Nacional, mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, em até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de notificação.

§ 1º Poderá o interessado apresentar defesa no prazo do caput, a qual será decidida em 30 (trinta) dias, conforme ato da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

§ 2º Indeferida a defesa, a obrigação terá vencimento no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da ciência da decisão, devendo ser restituídas por meio de GRU.

§ 3º Da decisão do § 2º, caberá recurso, sem efeito suspensivo, pelo interessado dirigido à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da ciência da decisão.

§ 4° O recurso será formalizado conforme ato da Secretaria de Trabalho da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

§5° O prazo para julgamento do recurso de que trata o § 3º se dará em até 15 (quinze) dias, contados da data da interposição.

§ 6º Nas hipóteses previstas no inciso I do § 3º do art. 10 e no § 1º do art. 20, a responsabilidade pela devolução dos valores indevidamente recebidos pelo empregado é do empregador.

§ 7º Serão inscritos em dívida ativa da União os créditos constituídos em decorrência de BEm pago indevidamente ou além do devido, hipótese em que se aplica o disposto na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para a execução judicial.

Capítulo V

Disposições Finais

Art. 17. Os acordos informados até a data de entrada em vigor desta portaria em desconformidade com suas disposições deverão ser regularizados em até 15 (quinze) dias, se necessária alguma informação complementar do empregador.

§ 1º O empregador será notificado para cumprimento das exigências no prazo previsto no caput, conforme ato da Secretaria de Trabalho da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

§ 2º O não cumprimento das exigências no prazo previsto no caput implicará no arquivamento da informação, aplicando-se o disposto no art. 14.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 28, 29 e 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos 84 e 85 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional CGSN nº140, de 22 de maio de 2018 e o que consta do processo administrativo nº 11522.720434/2019-75, DECLARA:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL a pessoa jurídica a seguir identificada, em virtude de infração ao disposto nos incisos II e VIII do artigo 29, incisos II e VIII, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pela Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional CGSN nº140, de 22 de maio de 2018 - II - for oferecido embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade que estiverem intimadas a apresentar, e nas demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública e VIII - houver falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária.

Nome Empresarial: M SOARES DANTAS ME

CNPJ: 04.523.619/0001-31

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 01/01/2015 até 31/12/2017, ficando impedida de realizar opção nos 03 (três) anos-calendários subsequentes, nos termos do §1º, do artigo 29, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentado pelo artigo 84, inciso IV, letras "a" e "g", item 2, da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional CGSN nº140, de 22 de maio de 2018.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento de Belém-PA, protocolada na Unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972 - Processo

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 207, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a entrega de documentos relativos aos procedimentos de habilitação previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 3ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 335 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada em 11 de outubro de 2017, considerando a necessidade de conferir maior controle e padronização na entrega dos documentos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015, tendo em vista ainda conferir maior transparência e racionalidade à atuação fiscal e, ainda, em função da implantação do sistema Habilita, resolve:

Art. 1º Os requerimentos de habilitação no Siscomex serão submetidos aos procedimentos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.603, de 15 de dezembro de 2015, na Portaria COANA nº 123, de 17 de dezembro de 2015, e em outras normas complementares expedidas pela Coordenação-Geral de Administração Aduaneira - COANA.

Art. 2º O requerimento de revisão de estimativa da capacidade financeira da empresa, previsto no artigo 5º da IN RFB nº 1.603/2015 e regulado nos artigos 5º e 6º da Portaria COANA 123/2015, deverá ser acompanhado de comprovação da existência de capacidade superior a previamente estimada, juntamente a uma documentação mínima que permita verificar sua capacidade operacional.

Art. 3º Considera-se como documentação mínima, para fins de verificação da capacidade operacional da empresa solicitante de uma revisão de estimativa ou de habilitação selecionada para análise fiscal pelo Sistema Habilita, nos termos da alínea "c", do inciso II do artigo 7º da IN RFB nº 1.603/2015, os seguintes documentos:

I - cópia da conta do consumo de energia e plano de internet da empresa solicitante, referente aos últimos 03 (três) meses imediatamente anteriores a data de protocolização do requerimento;

II - cópia da guia do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU com indicação do proprietário e do contrato de locação, quando for o caso, com os comprovantes do pagamento dos seus últimos 3 (três) meses.

Art. 4º Para a comprovação da capacidade financeira prevista no inciso I do parágrafo único do artigo 5º da Portaria COANA n° 123/2015, que visa comprovar a existência de recursos financeiros de livre movimentação ou de liquidez imediata da própria requerente, há a necessidade da apresentação dos seguintes documentos, a fim de comprovar a sua origem lícita, efetiva transferência e disponibilidade:

I - extratos bancários da conta da empresa dos últimos 3 (três) meses imediatamente anteriores à data da protocolização do requerimento. Caso a empresa tenha iniciado suas atividades há menos de 3 (três) meses da solicitação protocolada, será necessária a apresentação dos extratos e balancetes de todo o seu período de atividade;

II - balancetes de verificação da empresa, abrangendo o período dos 3 (três) meses imediatamente anteriores à data da protocolização do requerimento, individualizados por mês;

III - nos casos de empréstimos bancários, apresentar o contrato de empréstimo da empresa feito junto à instituição financeira concedente, com todos os detalhes referente a taxas, garantias oferecidas, custos e prazo para sua devolução;

IV - nos casos de empréstimos oriundos de pessoa física ou jurídica, apresentar o contrato de mútuo registrado em cartório, contendo: o valor, data do(s) repasse(s) do dinheiro, comprovante de transferência do(s) recurso(s), condições de pagamento, correção dos valores, data do contrato, 2 testemunhas (de preferência com firma das assinaturas reconhecidas) e a identificação do remetente desse(s) empréstimo(s) tendo como beneficiário o mutuante. A fim de comprovar de maneira inequívoca a origem lícita dos recursos disponíveis, o mutuante pessoa jurídica deverá apresentar suas escriturações contábeis do período de 3 (três) meses que antecedem esse contrato de mútuo, sem prejuízo da solicitação do inciso II deste presente artigo e o mutuante pessoa física terá sua DIRPF consultada, ambos sujeitos a posterior fiscalização e representações, nos termos do art. 6º, §3º da IN RFB nº 1.603/2015.

§1º - Para fins do disposto no inciso I do art. 5° da Portaria COANA n° 123/2015, serão considerados como recursos financeiros de livre movimentação ou de liquidez imediata da própria requerente, apenas os valores constantes das contas "Bancos" e/ou "Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata" no ativo circulante.

§2º - No caso do inciso IV do artigo 4° desta Portaria, caso o mutuante seja pessoa jurídica, apresentar a cópia do DARF do pagamento do IOF devido conforme preceitua o artigo 13 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999.

§3º - Será considerada, para fins de definição de estimativa, a capacidade financeira comprovada referente ao mês imediatamente anterior à data de protocolização do requerimento.

Art. 5º Para comprovação da capacidade financeira prevista no inciso V do artigo 5º da Portaria COANA nº 123/2015, caso do início ou retomada das atividades operacionais da pessoa jurídica requerente há menos de 5 (cinco) anos, deverá ser apresentado a comprovação dos recolhimentos tributários e previdenciários dos 6 (seis) meses consecutivos dentre os últimos 12 (doze) meses completos anteriores ao protocolo do requerimento, a serem utilizados para cálculo da nova estimativa.

Art. 6º Todas as empresas que integralizaram seu capital social nos 3 (três) anos imediatamente anteriores à protocolização da solicitação, deverão apresentar a comprovação da origem lícita desse montante, a efetiva transferência e sua disponibilidade. Tal comprovação se dará mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - extratos bancários da conta da empresa no mês do aporte, demonstrando a entrada dos valores;

II - Balanço Patrimonial da empresa comprovando o devido registro dessa integralização de capital social;

III - comprovante de transferência de recursos, com a identificação do remetente;

IV - outros documentos que ajudem a comprovar, de maneira inequívoca, a origem lícita dos recursos utilizados.

Art. 7º O requerimento de revisão de estimativa apresentado em desacordo com esta Portaria aguardará, após a ciência do contribuinte do despacho de conclusão de análise, uma nova juntada de documentos para seu eventual saneamento.

§ 1º - Os novos documentos juntados, e apenas esses documentos, serão analisados em um prazo de até 10 (dez) dias, levando-se em conta o despacho decorrente da análise anterior.

§ 2º - Caso não haja nenhuma manifestação do contribuinte no prazo de 10 (dez) dias após a ciência do despacho, o processo será arquivado, sem a necessidade de cientificar o contribuinte do arquivamento.

§ 3º - Por motivo de validade das informações prestadas, o processo ficará ativo para juntadas de documentos por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data do seu protocolo, ou seja, toda a juntada de documentação neste processo deverá ser feita dentro deste prazo. Caso este prazo expire, um novo processo deverá ser protocolado.

Art. 8º Os requerimentos de habilitação no SISCOMEX obrigados a serem feitos mediante apresentação de dossiê eletrônico serão arquivados sumariamente, após ciência do interessado, quando apresentados sem a documentação necessária.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO BATISTA BARROS DA SILVA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

PORTARIA Nº 13, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Disciplina as operações de fornecimento de equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo, de retirada de resíduos, de retirada e devolução de partes e peças para conserto, manutenção ou reparo e de prestação de outros serviços a embarcações atracadas em locais jurisdicionados à Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de Suape (IRF/SPE).

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (ALF/REC), no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 336, 340 e 341 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 430, de 09 de outubro de 2017 alterada pela Portaria RFB nº 101, de 24 de janeiro de 2018, pela Portaria MF nº 37, de 29 de janeiro de 2018, pela Portaria MF nº 331, de 03 de julho de 2018, pela Portaria RFB nº 1017, de 05 de julho de 2018, pela Portaria RFB nº 1171, de 03 de agosto de 2018, pela Portaria RFB nº 1414, de 10 de setembro de 2018 e pela Portaria RFB nº 1456, de 20 de setembro de 2018.

CONSIDERANDO a necessidade de organizar, aperfeiçoar e disciplinar a execução de processos de trabalho relativamente à fiscalização, à vigilância e ao controle aduaneiro no âmbito da Inspetoria do Porto de Suape (IRF/SPE), resolve:

Art. 1º. As operações de fornecimento de equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo a embarcações ou em locais e recintos alfandegados, de retirada de resíduos de embarcações, de retirada e devolução de partes e peças de embarcações para conserto, manutenção ou reparo e de prestação de outros serviços a embarcações atracadas em locais jurisdicionados à Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de Suape, deverão observar o disposto nesta portaria.

CAPÍTULO I

DO REGIME DE NAVEGAÇÃO

Art. 2º. Para os efeitos desta portaria, o regime de navegação da embarcação pode ser definido como:

I - Cabotagem: quando for realizado por embarcações de bandeira estrangeira ou brasileira, entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores, nos termos do inciso IX do artigo 2º da lei 9.432 de 8 de janeiro de 1997;

II - Longo Curso: quando for realizado por embarcações de bandeira estrangeira ou brasileira, entre portos brasileiros e portos marítimos, fluviais ou lacustres estrangeiros, nos termos do inciso XI do artigo 2º da lei 9.432 de 8 de janeiro de 1997 c/c o inciso III do artigo 2º da IN RFB no 800 de 27 de dezembro de 2007;

III - Apoio Portuário: quando for realizada exclusivamente nos portos e terminais aquaviários, para atendimento a embarcações e instalações portuárias, a exemplo dos rebocadores, nos termos do inciso VII do artigo 2º da lei 9.432 de 8 de janeiro de 1997.

CAPÍTULO II

DA ABERTURA E SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS DIGITAIS A DOSSIÊ DIGITAL DE ATENDIMENTO

Art. 3º. Para requerer a autorização para realizar as operações de que trata o artigo 1o, inicialmente a Empresa Interessada deverá solicitar a abertura de Dossiê Digital de Atendimento, por meio do Portal e-CAC, disponível no sítio da RFB na Internet, no endereço https://receita.economia.gov.br/interface/atendimento-virtual, ao qual terá acesso mediante assinatura digital válida, conforme disciplinado pelo inciso I do artigo 2º da IN RFB nº 1.783 e pelo inciso I do artigo 9º da IN RFB no 1.782, ambas de 11 de janeiro de 2018.

§ 1º. A Empresa Interessada deverá solicitar a abertura de apenas um Dossiê Digital de Atendimento, em nome da pessoa jurídica, o qual será utilizado para realizar todas as operações de que trata o artigo 1º.

§ 2o. Não será admitida a abertura de Dossiê Digital de Atendimento em forma diversa daquela regulamentada pelas Instruções Normativas mencionadas no caput.

§ 3º. Na ocasião da abertura do Dossiê Digital de Atendimento de que trata o caput, a Empresa Interessada deve preencher os campos do sistema conforme a seguir:

I - No campo "Área de Concentração de Serviço", selecionar a opção "Assuntos Aduaneiros";

II - No campo "Serviço", selecionar a opção "Sistemas de Inf. De Comércio Exterior - Outros Serviços";

III - No campo "Informe Telefone com DDD", informar o número de telefone do requerente;

IV - No campo "Unidade Federativa", selecionar a opção "Pernambuco";

V - No campo "Município", selecionar a opção "Ipojuca";

VI - No campo "Unidade de Atendimento RFB", selecionar a opção "ALF - Recife".

Art. 4o. Após a abertura do Dossiê Digital de Atendimento, a Empresa Interessada deverá proceder à solicitação de juntada, por meio do Portal e-CAC, do formulário "Pedido de Autorização de Acesso", constante nos Anexos I, II, III ou IV, conforme o caso, acompanhado dos documentos instrutivos da operação, na forma disciplinada pelo artigo 5o da IN RFB no 1.782, de 11 de janeiro de 2018.

§ 1o. A solicitação de juntada de que trata o caput deverá ser realizada até as 12 horas da data da operação, caso seja dia útil, e até as 12 horas do dia útil anterior à operação, caso a mesma seja realizada em final de semana ou feriado.

§ 2o. Os pedidos apresentados após as 12 horas, ou fora do horário da repartição, somente serão analisados no expediente do dia seguinte ao da solicitação de juntada.

§ 3o. Não serão aceitos, para juntada ao Dossiê Digital de Atendimento, os documentos que não guardem relação de pertinência com o pedido de autorização requerido.

§ 4o. Em caso de falha ou indisponibilidade dos sistemas informatizados da RFB que impeça a transmissão dos documentos por meio do Portal e-CAC, a entrega poderá ser feita, excepcionalmente, mediante atendimento presencial, em unidade de atendimento da RFB, observado o disposto no artigo 6o da IN RFB no 1.782, de 11 de janeiro de 2018.

§ 5o. A Empresa Interessada deverá efetuar a solicitação de juntada do formulário "Pedido de Autorização de Acesso" em um arquivo digital com a nomenclatura "Peticao.pdf" e dos demais documentos instrutivos da operação em outro arquivo digital com a nomenclatura "Doc_Comprobatorios.pdf", conforme disposições contidas no Anexo I da IN RFB no 1.782, de 11 de janeiro de 2018.

§ 6o. A solicitação de juntada dos documentos de que trata o parágrafo anterior será feita mediante transmissão dos arquivos digitais correspondentes, por meio do Portal e-CAC.

§ 7o. Para efetuar a solicitação de juntada do formulário "Pedido de Autorização de Acesso", por meio do Portal e-CAC, a Empresa Interessada deve preencher os campos do sistema conforme a seguir:

I - No campo "Classificação do Documento", selecionar a opção "Pedidos/Requerimentos";

II - No campo "Subclassificação do Documento", selecionar a opção "Petição";

III - No campo "Tipo de Documento", selecionar a opção "Petição";

IV - No campo "Título", escrever o texto "Pedido número/ano".

§ 8o. O número descrito no texto de que trata o inciso IV do parágrafo anterior deve ser preenchido de maneira sequencial, iniciando-se o primeiro pedido com "01", o segundo pedido com "02" e assim sucessivamente.

§ 9o. O ano descrito no texto de que trata o inciso IV do § 7o deve corresponder àquele no qual está sendo protocolado o pedido.

§ 10o. Ao ocorrer a mudança de ano, deve-se iniciar uma nova numeração sequencial na forma do § 8o deste artigo.

§ 11. É dever da Empresa Interessada manter o controle do ano e da numeração sequencial de que tratam os §§8o e 9o deste artigo, sob pena de indeferimento do pedido, nos termos do § 2o do artigo 16 desta portaria.

§ 12. Para efetuar a solicitação de juntada dos demais documentos instrutivos da operação, por meio do Portal e-CAC, a Empresa Interessada deve preencher os campos do sistema conforme a seguir:

I - No campo "Classificação do Documento", selecionar a opção "Documentos Comprobatórios";

II - No campo "Subclassificação do Documento", selecionar a opção "Comprovantes";

III - No campo "Tipo de Documento", selecionar a opção "Nota Fiscal";

IV - No campo "Título", escrever o texto "Notas Fiscais e Outros".

Art. 5o. Ao efetuar a solicitação de juntada de que trata o artigo 4o, a Empresa Interessada deverá encaminhar um e-mail, no mesmo prazo previsto no § 1o daquele dispositivo, para o endereço eletrônico comunicado pela IRF/SPE, informando o número do respectivo Dossiê Digital de Atendimento ao qual a solicitação de juntada do pedido foi requerida, a fim de possibilitar a agilização da análise.

Parágrafo Único. A falta da comunicação prevista no caput poderá ocasionar demora na análise e a consequente perda do prazo para realizar a operação.

CAPÍTULO III

DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SOBRESSALENTES E PROVISÕES DE BORDO

Art. 6º. Para os efeitos desta portaria e em conformidade com o disposto no capítulo primeiro do Anexo do Decreto 80.672 de 7 de novembro de 1977, entende-se como:

I - Aparelhos e equipamentos, os artigos que não são peças de reposição, transportados a bordo do navio para nele serem utilizados e que são amovíveis, mas não consumíveis, principalmente acessórios tais como os botes salva-vidas, o material de salvamento, os móveis e outros objetos para equipar a embarcação.

II - Sobressalentes, os artigos para conserto ou substituição, as peças de reposição destinadas a serem incorporadas ao navio que os transporta.

III - Provisões de bordo, as mercadorias para uso e consumo do navio, incluindo gêneros consumíveis como água potável, alimentos, bebidas, combustível e lubrificantes, entre outros, excluídos os aparelhos, equipamentos e sobressalentes.

Art. 7º. O Pedido de Autorização de Acesso para o fornecimento de equipamentos, de sobressalentes ou de provisões de consumo de bordo deverá ser requerido pela Empresa Interessada, por meio do formulário do Anexo I, na forma prevista no Capítulo II, e deverá conter as seguintes informações e documentos:

I - Número e ano do pedido, conforme disposto no inciso IV do § 2o do artigo 5o desta portaria;

II - Informações da Empresa Interessada (nome e CNPJ);

III - Informações da empresa representante do transportador/armador (informar, conforme o caso, o nome e o CNPJ do Agente Protetor, do Agente do Afretador, do Agente do Armador ou de outro);

IV - Informações da embarcação (nome, bandeira e número "IMO" da embarcação);

V - Informações do veículo (placa, modelo e marca) que efetivamente ingressará no recinto;

VI - Informações das pessoas (nome e CPF) que efetivamente ingressarão no recinto;

VII - Descrição do tipo de fornecimento (equipamento, sobressalentes ou provisões de bordo);

VIII - Número da escala da embarcação no Porto de Suape;

IX - Regime de navegação (cabotagem, longo curso ou apoio portuário);

X - Data, horário, local e tempo de duração da operação;

XI - Número do Dossiê Digital de Atendimento;

XII - Número das notas fiscais;

XIII - Termo de Responsabilidade assinado digitalmente pela Empresa Interessada.

XIV - Cópia das respectivas notas fiscais;

§ 1o. Considera-se Empresa Interessada, para fins dos procedimentos tratados neste capítulo, a pessoa jurídica fornecedora de equipamentos, de sobressalentes ou de provisões de consumo de bordo, requerente do pedido de autorização de acesso.

§ 2º. O fornecimento de equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo poderá ser destinado:

I - à exportação, para embarcações em regime de navegação de longo curso; ou

II - ao mercado nacional, para as embarcações em regime de navegação de cabotagem ou de apoio portuário.

§ 3º. O fornecimento de equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo a embarcações, de bandeira brasileira ou estrangeira, que estejam em regime de navegação de longo curso, mas possuírem manifestos de cabotagem vinculados

às escalas registradas no Siscomex Carga, não será considerado como exportação, devendo a nota fiscal apresentada conter o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) de venda normal no mercado nacional.

§ 4o. O fornecimento de equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo a embarcações, de bandeira brasileira ou estrangeira, que estejam em regime de navegação de cabotagem ou de apoio portuário, não será considerado como operação de exportação, devendo a nota fiscal apresentada conter o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) de venda normal no mercado nacional.

§ 5o. O fornecimento de equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo a embarcações, de bandeira brasileira ou estrangeira, que estejam regime de navegação de longo curso será objeto de despacho de exportação na forma prevista no inciso I do artigo 52 da IN SRF no 28 de 27 de abril de 1994 c/c o inciso I do artigo 102 da IN RFB no 1.702 de 21 de março de 2017, devendo a nota fiscal apresentada conter o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) de exportação.

§ 6o. A nota fiscal apresentada deverá conter apenas os equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo que serão fornecidos na operação e deverá descrever no campo "informações complementares" o nome, a bandeira, o número de identificação (IMO) da embarcação e o número da escala no Porto de Suape.

§ 7o. O campo destinatário da nota fiscal deverá ser preenchido com as informações da empresa que efetivamente está comprando os equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo requisitados.

CAPÍTULO IV

DA RETIRADA DE RESÍDUOS DE EMBARCAÇÕES

Art. 8o. São considerados resíduos de embarcação, nos termos da Resolução ANTAQ no 2.190 de 28 de julho de 2011, os resíduos sólidos, semissólidos ou pastosos, e líquidos gerados durante a operação normal da embarcação, tais como: resíduo hospitalar ou de saúde, água de lastro suja, água oleosa de porão, mistura oleosa contendo químicos, resíduos oleosos (borra), água com óleo resultante de lavagem de tanques, crosta e borra resultantes da raspagem de tanques, substâncias químicas líquidas nocivas, esgoto e águas servidas, lixo doméstico operacional, resíduos de limpeza de sistemas de exaustão de gases e substâncias redutoras da camada de ozônio.

Art. 9o. A Empresa Interessada em prestar serviços de retirada de resíduos de embarcações deverá estar previamente habilitada na SAVIG da IRF/SPE, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Atos constitutivos da empresa;

II - Designação de representantes legais perante a IRF/SPE;

III - Autorização da Autoridade Portuária ou arrendatário de terminal portuário para a retirada de resíduos de embarcação atracada em cais de sua responsabilidade;

IV - Autorização do órgão de controle ambiental para execução da atividade de coleta, processamento e destinação dos resíduos de embarcações.

§ 1o. A habilitação de que trata o caput terá prazo de validade, sendo considerada a data mais próxima dentre as autorizações constantes dos incisos III e IV acima.

§ 2o. A empresa habilitada apenas poderá efetuar a retirada dos tipos de resíduos de embarcação para os quais foi autorizada pelo órgão de controle ambiental e pela autoridade portuária.

Art. 10. O Pedido de Autorização de Acesso para a retirada de resíduos de embarcações deverá ser requerido pela Empresa Interessada, por meio do formulário do Anexo II, na forma prevista no Capítulo II, e deverá conter as seguintes informações e documentos:

I - Número e ano do pedido, conforme disposto no inciso IV do § 2o do artigo 5o desta portaria;

II - Informações da Empresa Interessada, (nome, CNPJ e número de habilitação SAVIG);

III - Informações da empresa representante do transportador/armador (informar, conforme o caso, o nome e o CNPJ do Agente Protetor, do Agente do Afretador, do Agente do Armador ou de outro);

IV - Informações da embarcação (nome, bandeira e número "IMO" da embarcação);

V - Informações do veículo (placa, modelo e marca) que efetivamente ingressará no recinto;

VI - Informações das pessoas (nome e CPF) que efetivamente ingressarão no recinto;

VII - Descrição do serviço prestado (tipo de resíduo, destino e tratamento);

VIII - Descrição dos materiais que serão utilizados na operação;

IX - Número da escala da embarcação no Porto de Suape;

X - Regime de navegação (cabotagem, longo curso ou apoio portuário);

XI - Data, horário, local e tempo de duração da operação;

XII - Número do Dossiê Digital de Atendimento;

XIII - Termo de Responsabilidade assinado digitalmente pela Empresa Interessada;

Parágrafo Único. Considera-se Empresa Interessada, para fins dos procedimentos tratados neste capítulo, a pessoa jurídica prestadora do serviço de retirada de resíduos, requerente do pedido de autorização de acesso.

CAPÍTULO V

DA RETIRADA E DEVOLUÇÃO DE PARTES E PEÇAS DE EMBARCAÇÕES PARA CONSERTO, REPARO OU MANUTENÇÃO

Art. 11. O Pedido de Autorização de Acesso para a retirada e a posterior devolução de partes e peças de embarcações para conserto, reparo ou manutenção deverá ser requerido pela Empresa Interessada, por meio do formulário do Anexo III, na forma prevista no Capítulo II, e deverá conter as seguintes informações e documentos:

I - Número e ano do pedido, conforme disposto no inciso IV do § 2o do artigo 5o desta portaria;

II - Informações da Empresa Interessada, (nome, CNPJ);

III - Informações da empresa responsável pela prestação do serviço (nome e CNPJ);

IV - Informações da embarcação (nome, bandeira e número "IMO" da embarcação);

V - Informações do veículo (placa, modelo e marca) que efetivamente ingressará no recinto;

VI - Informações das pessoas (nome e CPF) que efetivamente ingressarão no recinto;

VII - Descrição do serviço de conserto, reparo ou manutenção que será prestado;

VIII - Descrição dos materiais que serão utilizados na operação;

IX - Número da escala da embarcação no Porto de Suape;

X - Regime de navegação (cabotagem, longo curso ou apoio portuário);

XI - Data, horário, local e tempo de duração da operação;

XII - Número do Dossiê Digital de Atendimento;

XIII - Na operação de RETIRADA, o requerimento também deverá conter as seguintes informações e documentos:

a) descrição das partes e peças a serem retiradas;

b) previsão de retorno;

c) valor dos bens em moeda nacional;

d) fotografias das partes e peças a serem retiradas que permitam a identificação das mesmas, contendo, se for o caso, o número de série;

XIV - Na operação de DEVOLUÇÃO, o requerimento também deverá conter as seguintes informações e documentos:

a) descrição das partes e peças a serem devolvidas;

b) valor dos bens em moeda nacional;

c) fotografias das partes e peças a serem devolvidas que permitam a identificação das mesmas, contendo, se for o caso, o número de série;

d) cópia da nota fiscal de serviço (NFS) de conserto, reparo ou manutenção;

XV - Termo de Responsabilidade assinado digitalmente pela Empresa Interessada.

§ 1o. Considera-se Empresa Interessada, para fins dos procedimentos tratados neste capítulo, a pessoa jurídica representante do transportador/armador, requerente do pedido de autorização de acesso.

§ 2o. A nota fiscal de serviço (NFS) deverá conter o serviço de conserto, reparo ou manutenção realizado e descrever no campo "informações complementares" o nome, a bandeira, o número de identificação (IMO) da embarcação e o número da escala no Porto de Suape.

Art. 12. O disposto neste capítulo também se aplica à retirada de recipientes para enchimento em terra, a exemplo de extintores de incêndio, e à posterior devolução à embarcação.

Parágrafo único. Caso a embarcação esteja em regime de navegação de longo curso, o retorno de recipiente abastecido, observados os procedimentos previstos no § 5o do artigo 7o, deverá ser objeto de despacho de exportação, a ser realizado pela empresa fornecedora ou prestadora do serviço de enchimento de recipientes, na forma prevista no inciso I do artigo 52 da IN SRF 28, de 27 de abril de 1994, c/c o inciso I do artigo 102 da IN RFB no 1702, de 21 de março de 2017.

CAPÍTULO VI

DAS DEMAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS A EMBARCAÇÕES

Art. 13. Também será objeto de Pedido de Autorização de Acesso a prestação dos seguintes serviços em embarcações que estejam em locais jurisdicionados à Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de Suape:

I - Inspeção e limpeza de tanques, reservatórios ou porões de embarcações;

II - Manutenção de equipamentos e peças na própria embarcação;

III - Dedetização, desratização, fumigação e semelhantes;

IV - Inspeção de cães de faro;

V - Outros serviços.

Art. 14. O Pedido de Autorização de Acesso para a prestação dos serviços deste capítulo deverá ser requerido pela Empresa Interessada, por meio do formulário do Anexo IV, na forma prevista no Capítulo II, e conter as seguintes informações e documentos:

I - Número e ano do pedido, conforme disposto no inciso IV do § 2o do artigo 5o desta portaria.

II - Informações da Empresa Interessada, (nome e CNPJ);

III - Informações da empresa representante do transportador/armador (informar, conforme o caso, o nome e o CNPJ do Agente Protetor, do Agente do Afretador, do Agente do Armador ou de outro);

IV - Informações da embarcação (nome, bandeira e número "IMO" da embarcação);

V - Informações do veículo (placa, modelo e marca) que efetivamente ingressará no recinto;

VI - Informações das pessoas (nome e CPF) que efetivamente ingressarão no recinto;

VII - Descrição do serviço que será prestado;

VIII - Descrição dos materiais que serão utilizados na operação;

IX - Número da escala da embarcação no Porto de Suape;

X - Regime de navegação (cabotagem, longo curso ou apoio portuário);

XI - Data, horário, local e tempo de duração da operação;

XII - Número do Dossiê Digital de Atendimento;

XIII - Termo de Responsabilidade assinado digitalmente pela Empresa Interessada;

Parágrafo Único. Considera-se Empresa Interessada, para fins dos procedimentos tratados neste capítulo, a pessoa jurídica prestadora do serviço a ser realizado na embarcação, requerente do pedido de autorização de acesso.

CAPÍTULO VII

DOS DEMAIS REQUISITOS

Art. 15. Para realizar as operações de que tratam os capítulos III, IV, V e VI é obrigatório o cumprimento, cumulativamente, dos seguintes requisitos:

I - a efetiva atracação do navio no Porto de Suape tenha sido registrada no sistema Siscomex Carga;

II - o termo de responsabilidade esteja assinado no sistema Siscomex Carga; e

III - o passe de saída do navio atracado no Porto de Suape não tenha sido emitido e, consequentemente, a escala não tenha sido encerrada nos termos da alínea "c" do inciso I do § 1o do artigo 2º da Instrução Normativa RFB no 800 de 27 de dezembro de 2007.

§ 1o. A obrigatoriedade da informação da escala não se aplica a embarcações de recreio ou competição esportiva, embarcações em missão de socorro, rebocadores e plataformas, consoante o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa RFB no 800, de 27 de dezembro de 2007.

§ 2o. Na ocasião da solicitação de juntada de que trata o artigo 4o, caso ainda não tenham ocorrido as condições mencionadas nos incisos I e II do caput deste artigo, a escala do navio no Porto de Suape deve estar com a situação "prevista" no sistema Siscomex Carga e as datas de previsão de atracação e de emissão do passe de saída do navio devem estar atualizadas e compatíveis com as informações prestadas no formulário "Pedido de Autorização de Acesso".

§ 3o. O disposto no parágrafo anterior não desobriga os responsáveis de atenderem as condições estabelecidas nos incisos I e II do caput deste artigo para realizar a operação.

§ 4o. A Empresa Interessada poderá realizar as operações de que trata o caput em área de fundeio, ou a contrabordo de outro navio, desde que:

I - o transporte entre o cais e o navio fundeado, ou posicionado a contrabordo de outro navio, seja realizado por embarcação auxiliar habilitada na SAVIG da IRF/SPE;

II - o cais, de onde parte a embarcação auxiliar, seja alfandegado e acessível passando por área de controle do administrador do recinto; e

III - seja informado em campo apropriado dos formulários dos anexos I, II, III ou IV, conforme o caso, que a operação será realizada em área de fundeio, ou a contrabordo de outro navio, descrevendo o número de habilitação SAVIG atribuído à embarcação auxiliar.

§ 5o. A habilitação de que trata o parágrafo anterior será requerida mediante abertura de Dossiê Digital de Atendimento, conforme estabelecido na Instrução Normativa RFB no 1.782, de 11 de janeiro de 2018, instruído com:

I - Cópia do documento de identidade do proprietário da embarcação;

II - Cópia do documento da embarcação;

III - Nome, endereço e telefone de contato do responsável;

IV - Cópia do documento de identidade do responsável;

V - Cópia da autorização da ANVISA para a embarcação realizar o transporte de alimentos e bebidas.

§ 6o. Os proprietários das embarcações auxiliares, que já realizam o transporte de que trata o inciso I do parágrafo § 4o, terão o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta portaria, para providenciarem a respectiva habilitação na forma estabelecida no parágrafo anterior.

§ 7o. O proprietário da embarcação auxiliar fica obrigado a manter as informações e os documentos atualizados na RFB, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea "c" do inciso IV do artigo 107 do Decreto Lei no 37/66.

CAPÍTULO VIII

DA ANÁLISE DO PEDIDO

Art. 16. O Pedido de Autorização de Acesso, objeto da solicitação de juntada de que trata o artigo 4o desta portaria, será analisado por servidor da carreira Tributária e Aduaneira da RFB.

§ 1o. Considera-se deferido o Pedido de Autorização de Acesso após o aceite da documentação digital, objeto da solicitação de juntada de que trata o artigo 4o desta portaria, no sistema e-Processo, pelo servidor da carreira Tributária e Aduaneira da RFB.

§ 2o. Será rejeitada a solicitação de juntada, e considerado indeferido o pedido, cuja documentação digital esteja incompleta, inexata ou em desacordo com quaisquer dispositivos desta portaria.

§ 3o. Os pedidos apresentados no prazo previsto no § 1º do artigo 4º e que sejam indeferidos, poderão ser objeto de nova solicitação de juntada, ficando sua análise, na mesma data, condicionada ao quantitativo de pedidos regularmente deferidos a serem analisados dentro do expediente vespertino da repartição, ressalvadas situações extraordinárias, devidamente justificadas, assim consideradas pelo chefe da SAVIG, da IRF/SPE.

§ 4o. O servidor responsável pela análise selecionará, mediante adoção de critérios de análise de risco para o controle aduaneiro, os Pedidos de Autorização de Acesso a embarcações em regime de navegação de longo curso que serão objeto de verificação física ou de acompanhamento fiscal, no respectivo cais onde ocorrerá a operação, e aqueles que estarão dispensados dos referidos procedimentos.

§ 5o. O deferimento de que trata o § 1o deste artigo não prejudica nem exclui a responsabilidade pelo pagamento dos tributos, multas e demais obrigações que devam ser satisfeitas por força de eventuais divergências apuradas pela fiscalização aduaneira.

§ 6o. A realização das operações de que tratam os capítulos III, IV, V e VI em embarcações, de bandeira estrangeira ou brasileira, em regime de navegação de cabotagem ou de apoio portuário, está dispensada dos procedimentos de verificação física ou de acompanhamento fiscal, previstos no § 4o deste artigo.

§ 7o. A dispensa de que trata o parágrafo anterior não impede que a fiscalização aduaneira, mediante adoção de critérios de análise de risco para o controle aduaneiro, decida realizar os procedimentos de verificação física ou de acompanhamento fiscal.

CAPÍTULO IX

DO ACESSO AO RECINTO OU AO CAIS

Art. 17. Após o deferimento de que trata o § 1o do artigo anterior, a Empresa Interessada deverá acessar o Dossiê Digital de Atendimento, através do Portal e-CAC, e providenciar a impressão, por meio da funcionalidade "obter cópia para impressão do documento" do sistema e-Processo, do formulário "Pedido de Autorização de Acesso" e da Página de Autenticação contendo o Código de Localização de Documento.

§ 1o. Ao acessar a funcionalidade "obter cópia para impressão do documento", o sistema questionará se deseja gerar o Código de Localização de Documento e a Empresa Interessada deverá escolher a opção "sim".

§ 2o. A Empresa Interessada somente poderá acessar o recinto ou o cais para realizar a operação portando o formulário "Pedido de Autorização de Acesso" acompanhado da respectiva Página de Autenticação contendo o Código de Localização de Documento, impressos na forma do caput deste artigo.

§ 3o. O veículo da Empresa Interessada, que ingressará no recinto ou no cais, deverá portar os documentos descritos no § 2o deste artigo, acompanhados, se for o caso, dos originais das notas fiscais que instruem a operação, carregando apenas o material correspondente ao Pedido de Autorização de Acesso, sendo vedado o transporte de bens não declarados.

Art.18. A segurança portuária e os demais responsáveis pelo controle de entrada nas áreas alfandegadas apenas poderão permitir o acesso ao recinto ou ao cais, relativamente às operações de que trata esta portaria, se o Código de Localização de Documento da Página de Autenticação corresponder àquele descrito no rodapé do formulário "Pedido de Autorização de Acesso" deferido pela RFB.

§ 1º. É vedado o acesso ao recinto ou ao cais de veículos, pessoas ou bens não informados no Pedido de Autorização de Acesso e em data, horário ou local distintos daqueles constantes no referido requerimento.

§ 2º. Após o ingresso na data, horário e local previstos, a permanência no recinto ou no cais poderá durar enquanto não concluída a operação, observada a razoabilidade para cada tipo de operação.

§ 3º. Detectada qualquer irregularidade na operação, o fato deverá ser comunicado imediatamente à IRF/SPE que iniciará investigação e, sendo o caso, aplicará penalidade graduada de acordo com a infração.

§ 4º. Caso alguma ocorrência de irregularidade seja verificada fora do horário de expediente normal da repartição, o fato deverá ser comunicado à IRF/SPE no primeiro dia útil seguinte.

§ 5º. Poderá ser solicitado ao recinto alfandegado, a qualquer tempo, para fins de comprovação, o registro de entrada e saída do veículo que participou da operação.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. A prestação de informação de maneira inexata, incompleta ou em desacordo com os dispositivos contidos nesta portaria, de modo a dificultar ou a impedir a ação da fiscalização aduaneira, constitui infração de embaraço à ação fiscal e sujeita os requerentes à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) prevista na alínea "c" do inciso IV do artigo 107 do Decreto Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, regulamentada pela alínea "c" do artigo 728 do Decreto 6.759 de 5 de fevereiro de 2009.

Art. 20. A embarcação que atracar a contrabordo de navio na zona primária, vindo do exterior ou a ele destinado, de modo a tornar possível o transbordo de pessoa ou carga, sem a observância dos procedimentos estabelecidos nesta portaria, estará sujeita à pena de perdimento, conforme determina o inciso III do artigo 104 do Decreto Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 21. Na hipótese do § 5º do artigo 7o desta portaria, o descumprimento dos prazos previstos na IN SRF no 28, de 27 de abril de 1994, e na IN RFB no 1.702, de 21 de março de 2017, sujeita a Empresa Interessada à suspensão da utilização do procedimento de despacho de exportação a posteriori.

§ 1º. No caso de aplicação da suspensão de que trata o caput, a autorização para fornecimento de equipamentos, de sobressalentes ou de provisões de consumo de bordo prevista no capítulo III ocorrerá apenas após o desembaraço da Declaração Única de Exportação (DU-E).

§ 2º. O disposto no caput e no § 1º também se aplica às empresas fornecedoras ou prestadoras do serviço de enchimento descrito no artigo 12, em caso de descumprimento dos prazos previstos na IN SRF no 28, de 27 de abril de 1994, e na IN RFB no 1.702, de 21 de março de 2017.

Art. 22. O disposto nesta portaria não prejudica as disposições das demais autoridades com prerrogativas sobre a matéria, a exemplo das autoridades portuária, sanitária e policial, nem exclui a apuração de responsabilidade criminal e a imposição de outras penalidades previstas na legislação aduaneira ou em legislação específica.

Art. 23. As demais situações que tenham correlação com os temas disciplinados nos capítulos III, IV, V e VI desta portaria, mas não estejam previstas nesta norma, devem ser objeto de requerimento devidamente fundamentado dirigido ao Inspetor-Chefe da IRF/SPE que decidirá a respeito do pedido.

Art. 24. Fica revogada a Portaria ALF/REC no 11, de 27 de março de 2020.

Art. 25. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias da publicação para adaptação de procedimentos.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

PORTARIA Nº 13, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Disciplina as operações de fornecimento de equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo, de retirada de resíduos, de retirada e devolução de partes e peças para conserto, manutenção ou reparo e de prestação de outros serviços a embarcações atracadas em locais jurisdicionados à Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de Suape (IRF/SPE).

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (ALF/REC), no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 336, 340 e 341 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF no 430, de 09 de outubro de 2017 alterada pela Portaria RFB nº 101, de 24 de janeiro de 2018, pela Portaria MF nº 37, de 29 de janeiro de 2018, pela Portaria MF nº 331, de 03 de julho de 2018, pela Portaria RFB nº 1017, de 05 de julho de 2018, pela Portaria RFB nº 1171, de 03 de agosto de 2018, pela Portaria RFB nº 1414, de 10 de setembro de 2018 e pela Portaria RFB nº 1456, de 20 de setembro de 2018.

CONSIDERANDO a necessidade de organizar, aperfeiçoar e disciplinar a execução de processos de trabalho relativamente à fiscalização, à vigilância e ao controle aduaneiro no âmbito da Inspetoria do Porto de Suape (IRF/SPE), resolve:

Art. 1º. As operações de fornecimento de equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo a embarcações ou em locais e recintos alfandegados, de retirada de resíduos de embarcações, de retirada e devolução de partes e peças de embarcações para conserto, manutenção ou reparo e de prestação de outros serviços a embarcações atracadas em locais jurisdicionados à Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de Suape, deverão observar o disposto nesta portaria.

CAPÍTULO I

DO REGIME DE NAVEGAÇÃO

Art. 2º. Para os efeitos desta portaria, o regime de navegação da embarcação pode ser definido como:

I - Cabotagem: quando for realizado por embarcações de bandeira estrangeira ou brasileira, entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores, nos termos do inciso IX do artigo 2º da lei 9.432 de 8 de janeiro de 1997;

II - Longo Curso: quando for realizado por embarcações de bandeira estrangeira ou brasileira, entre portos brasileiros e portos marítimos, fluviais ou lacustres estrangeiros, nos termos do inciso XI do artigo 2º da lei 9.432 de 8 de janeiro de 1997 c/c o inciso III do artigo 2º da IN RFB no 800 de 27 de dezembro de 2007;

III - Apoio Portuário: quando for realizada exclusivamente nos portos e terminais aquaviários, para atendimento a embarcações e instalações portuárias, a exemplo dos rebocadores, nos termos do inciso VII do artigo 2º da lei 9.432 de 8 de janeiro de 1997.

CAPÍTULO II

DA ABERTURA E SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS DIGITAIS A DOSSIÊ DIGITAL DE ATENDIMENTO

Art. 3º. Para requerer a autorização para realizar as operações de que trata o artigo 1o, inicialmente a Empresa Interessada deverá solicitar a abertura de Dossiê Digital de Atendimento, por meio do Portal e-CAC, disponível no sítio da RFB na Internet, no endereço https://receita.economia.gov.br/interface/atendimento-virtual, ao qual terá acesso mediante assinatura digital válida, conforme disciplinado pelo inciso I do artigo 2º da IN RFB nº 1.783 e pelo inciso I do artigo 9º da IN RFB no 1.782, ambas de 11 de janeiro de 2018.

§ 1º. A Empresa Interessada deverá solicitar a abertura de apenas um Dossiê Digital de Atendimento, em nome da pessoa jurídica, o qual será utilizado para realizar todas as operações de que trata o artigo 1º.

§ 2o. Não será admitida a abertura de Dossiê Digital de Atendimento em forma diversa daquela regulamentada pelas Instruções Normativas mencionadas no caput.

§ 3º. Na ocasião da abertura do Dossiê Digital de Atendimento de que trata o caput, a Empresa Interessada deve preencher os campos do sistema conforme a seguir:

I - No campo "Área de Concentração de Serviço", selecionar a opção "Assuntos Aduaneiros";

II - No campo "Serviço", selecionar a opção "Sistemas de Inf. De Comércio Exterior - Outros Serviços";

III - No campo "Informe Telefone com DDD", informar o número de telefone do requerente;

IV - No campo "Unidade Federativa", selecionar a opção "Pernambuco";

V - No campo "Município", selecionar a opção "Ipojuca";

VI - No campo "Unidade de Atendimento RFB", selecionar a opção "ALF - Recife".

Art. 4o. Após a abertura do Dossiê Digital de Atendimento, a Empresa Interessada deverá proceder à solicitação de juntada, por meio do Portal e-CAC, do formulário "Pedido de Autorização de Acesso", constante nos Anexos I, II, III ou IV, conforme o caso, acompanhado dos documentos instrutivos da operação, na forma disciplinada pelo artigo 5o da IN RFB no 1.782, de 11 de janeiro de 2018.

§ 1o. A solicitação de juntada de que trata o caput deverá ser realizada até as 12 horas da data da operação, caso seja dia útil, e até as 12 horas do dia útil anterior à operação, caso a mesma seja realizada em final de semana ou feriado.

§ 2o. Os pedidos apresentados após as 12 horas, ou fora do horário da repartição, somente serão analisados no expediente do dia seguinte ao da solicitação de juntada.

§ 3o. Não serão aceitos, para juntada ao Dossiê Digital de Atendimento, os documentos que não guardem relação de pertinência com o pedido de autorização requerido.

§ 4o. Em caso de falha ou indisponibilidade dos sistemas informatizados da RFB que impeça a transmissão dos documentos por meio do Portal e-CAC, a entrega poderá ser feita, excepcionalmente, mediante atendimento presencial, em unidade de atendimento da RFB, observado o disposto no artigo 6o da IN RFB no 1.782, de 11 de janeiro de 2018.

§ 5o. A Empresa Interessada deverá efetuar a solicitação de juntada do formulário "Pedido de Autorização de Acesso" em um arquivo digital com a nomenclatura "Peticao.pdf" e dos demais documentos instrutivos da operação em outro arquivo digital com a nomenclatura "Doc_Comprobatorios.pdf", conforme disposições contidas no Anexo I da IN RFB no 1.782, de 11 de janeiro de 2018.

§ 6o. A solicitação de juntada dos documentos de que trata o parágrafo anterior será feita mediante transmissão dos arquivos digitais correspondentes, por meio do Portal e-CAC.

§ 7o. Para efetuar a solicitação de juntada do formulário "Pedido de Autorização de Acesso", por meio do Portal e-CAC, a Empresa Interessada deve preencher os campos do sistema conforme a seguir:

I - No campo "Classificação do Documento", selecionar a opção "Pedidos/Requerimentos";

II - No campo "Subclassificação do Documento", selecionar a opção "Petição";

III - No campo "Tipo de Documento", selecionar a opção "Petição";

IV - No campo "Título", escrever o texto "Pedido número/ano".

§ 8o. O número descrito no texto de que trata o inciso IV do parágrafo anterior deve ser preenchido de maneira sequencial, iniciando-se o primeiro pedido com "01", o segundo pedido com "02" e assim sucessivamente.

§ 9o. O ano descrito no texto de que trata o inciso IV do § 7o deve corresponder àquele no qual está sendo protocolado o pedido.

§ 10o. Ao ocorrer a mudança de ano, deve-se iniciar uma nova numeração sequencial na forma do § 8o deste artigo.

§ 11. É dever da Empresa Interessada manter o controle do ano e da numeração sequencial de que tratam os §§8o e 9o deste artigo, sob pena de indeferimento do pedido, nos termos do § 2o do artigo 16 desta portaria.

§ 12. Para efetuar a solicitação de juntada dos demais documentos instrutivos da operação, por meio do Portal e-CAC, a Empresa Interessada deve preencher os campos do sistema conforme a seguir:

I - No campo "Classificação do Documento", selecionar a opção "Documentos Comprobatórios";

II - No campo "Subclassificação do Documento", selecionar a opção "Comprovantes";

III - No campo "Tipo de Documento", selecionar a opção "Nota Fiscal";

IV - No campo "Título", escrever o texto "Notas Fiscais e Outros".

Art. 5o. Ao efetuar a solicitação de juntada de que trata o artigo 4o, a Empresa Interessada deverá encaminhar um e-mail, no mesmo prazo previsto no § 1o daquele dispositivo, para o endereço eletrônico comunicado pela IRF/SPE, informando o número do respectivo Dossiê Digital de Atendimento ao qual a solicitação de juntada do pedido foi requerida, a fim de possibilitar a agilização da análise.

Parágrafo Único. A falta da comunicação prevista no caput poderá ocasionar demora na análise e a consequente perda do prazo para realizar a operação.

CAPÍTULO III

DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SOBRESSALENTES E PROVISÕES DE BORDO

Art. 6º. Para os efeitos desta portaria e em conformidade com o disposto no capítulo primeiro do Anexo do Decreto 80.672 de 7 de novembro de 1977, entende-se como:

I - Aparelhos e equipamentos, os artigos que não são peças de reposição, transportados a bordo do navio para nele serem utilizados e que são amovíveis, mas não consumíveis, principalmente acessórios tais como os botes salva-vidas, o material de salvamento, os móveis e outros objetos para equipar a embarcação.

II - Sobressalentes, os artigos para conserto ou substituição, as peças de reposição destinadas a serem incorporadas ao navio que os transporta.

III - Provisões de bordo, as mercadorias para uso e consumo do navio, incluindo gêneros consumíveis como água potável, alimentos, bebidas, combustível e lubrificantes, entre outros, excluídos os aparelhos, equipamentos e sobressalentes.

Art. 7º. O Pedido de Autorização de Acesso para o fornecimento de equipamentos, de sobressalentes ou de provisões de consumo de bordo deverá ser requerido pela Empresa Interessada, por meio do formulário do Anexo I, na forma prevista no Capítulo II, e deverá conter as seguintes informações e documentos:

I - Número e ano do pedido, conforme disposto no inciso IV do § 2o do artigo 5o desta portaria;

II - Informações da Empresa Interessada (nome e CNPJ);

III - Informações da empresa representante do transportador/armador (informar, conforme o caso, o nome e o CNPJ do Agente Protetor, do Agente do Afretador, do Agente do Armador ou de outro);

IV - Informações da embarcação (nome, bandeira e número "IMO" da embarcação);

V - Informações do veículo (placa, modelo e marca) que efetivamente ingressará no recinto;

VI - Informações das pessoas (nome e CPF) que efetivamente ingressarão no recinto;

VII - Descrição do tipo de fornecimento (equipamento, sobressalentes ou provisões de bordo);

VIII - Número da escala da embarcação no Porto de Suape;

IX - Regime de navegação (cabotagem, longo curso ou apoio portuário);

X - Data, horário, local e tempo de duração da operação;

XI - Número do Dossiê Digital de Atendimento;

XII - Número das notas fiscais;

XIII - Termo de Responsabilidade assinado digitalmente pela Empresa Interessada.

XIV - Cópia das respectivas notas fiscais;

§ 1o. Considera-se Empresa Interessada, para fins dos procedimentos tratados neste capítulo, a pessoa jurídica fornecedora de equipamentos, de sobressalentes ou de provisões de consumo de bordo, requerente do pedido de autorização de acesso.

§ 2º. O fornecimento de equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo poderá ser destinado:

I - à exportação, para embarcações em regime de navegação de longo curso; ou

II - ao mercado nacional, para as embarcações em regime de navegação de cabotagem ou de apoio portuário.

§ 3º. O fornecimento de equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo a embarcações, de bandeira brasileira ou estrangeira, que estejam em regime de navegação de longo curso, mas possuírem manifestos de cabotagem vinculados às escalas registradas no Siscomex Carga, não será considerado como exportação, devendo a nota fiscal apresentada conter o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) de venda normal no mercado nacional.

§ 4o. O fornecimento de equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo a embarcações, de bandeira brasileira ou estrangeira, que estejam em regime de navegação de cabotagem ou de apoio portuário, não será considerado como operação de exportação, devendo a nota fiscal apresentada conter o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) de venda normal no mercado nacional.

§ 5o. O fornecimento de equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo a embarcações, de bandeira brasileira ou estrangeira, que estejam regime de navegação de longo curso será objeto de despacho de exportação na forma prevista no inciso I do artigo 52 da IN SRF no 28 de 27 de abril de 1994 c/c o inciso I do artigo 102 da IN RFB no 1.702 de 21 de março de 2017, devendo a nota fiscal apresentada conter o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) de exportação.

§ 6o. A nota fiscal apresentada deverá conter apenas os equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo de bordo que serão fornecidos na operação e deverá descrever no campo "informações complementares" o nome, a bandeira, o número de identificação (IMO) da embarcação e o número da escala no Porto de Suape.

§ 7o. O campo destinatário da nota fiscal deverá ser preenchido com as informações da empresa que efetivamente está comprando os equipamentos, sobressalentes ou provisões de consumo requisitados.

CAPÍTULO IV

DA RETIRADA DE RESÍDUOS DE EMBARCAÇÕES

Art. 8o. São considerados resíduos de embarcação, nos termos da Resolução ANTAQ no 2.190 de 28 de julho de 2011, os resíduos sólidos, semissólidos ou pastosos, e líquidos gerados durante a operação normal da embarcação, tais como: resíduo hospitalar ou de saúde, água de lastro suja, água oleosa de porão, mistura oleosa contendo químicos, resíduos oleosos (borra), água com óleo resultante de lavagem de tanques, crosta e borra resultantes da raspagem de tanques, substâncias químicas líquidas nocivas, esgoto e águas servidas, lixo doméstico operacional, resíduos de limpeza de sistemas de exaustão de gases e substâncias redutoras da camada de ozônio.

Art. 9o. A Empresa Interessada em prestar serviços de retirada de resíduos de embarcações deverá estar previamente habilitada na SAVIG da IRF/SPE, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Atos constitutivos da empresa;

II - Designação de representantes legais perante a IRF/SPE;

III - Autorização da Autoridade Portuária ou arrendatário de terminal portuário para a retirada de resíduos de embarcação atracada em cais de sua responsabilidade;

IV - Autorização do órgão de controle ambiental para execução da atividade de coleta, processamento e destinação dos resíduos de embarcações.

§ 1o. A habilitação de que trata o caput terá prazo de validade, sendo considerada a data mais próxima dentre as autorizações constantes dos incisos III e IV acima.

§ 2o. A empresa habilitada apenas poderá efetuar a retirada dos tipos de resíduos de embarcação para os quais foi autorizada pelo órgão de controle ambiental e pela autoridade portuária.

Art. 10. O Pedido de Autorização de Acesso para a retirada de resíduos de embarcações deverá ser requerido pela Empresa Interessada, por meio do formulário do Anexo II, na forma prevista no Capítulo II, e deverá conter as seguintes informações e documentos:

I - Número e ano do pedido, conforme disposto no inciso IV do § 2o do artigo 5o desta portaria;

II - Informações da Empresa Interessada, (nome, CNPJ e número de habilitação SAVIG);

III - Informações da empresa representante do transportador/armador (informar, conforme o caso, o nome e o CNPJ do Agente Protetor, do Agente do Afretador, do Agente do Armador ou de outro);

IV - Informações da embarcação (nome, bandeira e número "IMO" da embarcação);

V - Informações do veículo (placa, modelo e marca) que efetivamente ingressará no recinto;

VI - Informações das pessoas (nome e CPF) que efetivamente ingressarão no recinto;

VII - Descrição do serviço prestado (tipo de resíduo, destino e tratamento);

VIII - Descrição dos materiais que serão utilizados na operação;

IX - Número da escala da embarcação no Porto de Suape;

X - Regime de navegação (cabotagem, longo curso ou apoio portuário);

XI - Data, horário, local e tempo de duração da operação;

XII - Número do Dossiê Digital de Atendimento;

XIII - Termo de Responsabilidade assinado digitalmente pela Empresa Interessada;

Parágrafo Único. Considera-se Empresa Interessada, para fins dos procedimentos tratados neste capítulo, a pessoa jurídica prestadora do serviço de retirada de resíduos, requerente do pedido de autorização de acesso.

CAPÍTULO V

DA RETIRADA E DEVOLUÇÃO DE PARTES E PEÇAS DE EMBARCAÇÕES PARA CONSERTO, REPARO OU MANUTENÇÃO

Art. 11. O Pedido de Autorização de Acesso para a retirada e a posterior devolução de partes e peças de embarcações para conserto, reparo ou manutenção deverá ser requerido pela Empresa Interessada, por meio do formulário do Anexo III, na forma prevista no Capítulo II, e deverá conter as seguintes informações e documentos:

I - Número e ano do pedido, conforme disposto no inciso IV do § 2o do artigo 5o desta portaria;

II - Informações da Empresa Interessada, (nome, CNPJ);

III - Informações da empresa responsável pela prestação do serviço (nome e CNPJ);

IV - Informações da embarcação (nome, bandeira e número "IMO" da embarcação);

V - Informações do veículo (placa, modelo e marca) que efetivamente ingressará no recinto;

VI - Informações das pessoas (nome e CPF) que efetivamente ingressarão no recinto;

VII - Descrição do serviço de conserto, reparo ou manutenção que será prestado;

VIII - Descrição dos materiais que serão utilizados na operação;

IX - Número da escala da embarcação no Porto de Suape;

X - Regime de navegação (cabotagem, longo curso ou apoio portuário);

XI - Data, horário, local e tempo de duração da operação;

XII - Número do Dossiê Digital de Atendimento;

XIII - Na operação de RETIRADA, o requerimento também deverá conter as seguintes informações e documentos:

a) descrição das partes e peças a serem retiradas;

b) previsão de retorno;

c) valor dos bens em moeda nacional;

d) fotografias das partes e peças a serem retiradas que permitam a identificação das mesmas, contendo, se for o caso, o número de série;

XIV - Na operação de DEVOLUÇÃO, o requerimento também deverá conter as seguintes informações e documentos:

a) descrição das partes e peças a serem devolvidas;

b) valor dos bens em moeda nacional;

c) fotografias das partes e peças a serem devolvidas que permitam a identificação das mesmas, contendo, se for o caso, o número de série;

d) cópia da nota fiscal de serviço (NFS) de conserto, reparo ou manutenção;

XV - Termo de Responsabilidade assinado digitalmente pela Empresa Interessada.

§ 1o. Considera-se Empresa Interessada, para fins dos procedimentos tratados neste capítulo, a pessoa jurídica representante do transportador/armador, requerente do pedido de autorização de acesso.

§ 2o. A nota fiscal de serviço (NFS) deverá conter o serviço de conserto, reparo ou manutenção realizado e descrever no campo "informações complementares" o nome, a bandeira, o número de identificação (IMO) da embarcação e o número da escala no Porto de Suape.

Art. 12. O disposto neste capítulo também se aplica à retirada de recipientes para enchimento em terra, a exemplo de extintores de incêndio, e à posterior devolução à embarcação.

Parágrafo único. Caso a embarcação esteja em regime de navegação de longo curso, o retorno de recipiente abastecido, observados os procedimentos previstos no § 5o do artigo 7o, deverá ser objeto de despacho de exportação, a ser realizado pela empresa fornecedora ou prestadora do serviço de enchimento de recipientes, na forma prevista no inciso I do artigo 52 da IN SRF 28, de 27 de abril de 1994, c/c o inciso I do artigo 102 da IN RFB no 1702, de 21 de março de 2017.

CAPÍTULO VI

DAS DEMAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS A EMBARCAÇÕES

Art. 13. Também será objeto de Pedido de Autorização de Acesso a prestação dos seguintes serviços em embarcações que estejam em locais jurisdicionados à Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de Suape:

I - Inspeção e limpeza de tanques, reservatórios ou porões de embarcações;

II - Manutenção de equipamentos e peças na própria embarcação;

III - Dedetização, desratização, fumigação e semelhantes;

IV - Inspeção de cães de faro;

V - Outros serviços.

Art. 14. O Pedido de Autorização de Acesso para a prestação dos serviços deste capítulo deverá ser requerido pela Empresa Interessada, por meio do formulário do Anexo IV, na forma prevista no Capítulo II, e conter as seguintes informações e documentos:

I - Número e ano do pedido, conforme disposto no inciso IV do § 2o do artigo 5o desta portaria.

II - Informações da Empresa Interessada, (nome e CNPJ);

III - Informações da empresa representante do transportador/armador (informar, conforme o caso, o nome e o CNPJ do Agente Protetor, do Agente do Afretador, do Agente do Armador ou de outro);

IV - Informações da embarcação (nome, bandeira e número "IMO" da embarcação);

V - Informações do veículo (placa, modelo e marca) que efetivamente ingressará no recinto;

VI - Informações das pessoas (nome e CPF) que efetivamente ingressarão no recinto;

VII - Descrição do serviço que será prestado;

VIII - Descrição dos materiais que serão utilizados na operação;

IX - Número da escala da embarcação no Porto de Suape;

X - Regime de navegação (cabotagem, longo curso ou apoio portuário);

XI - Data, horário, local e tempo de duração da operação;

XII - Número do Dossiê Digital de Atendimento;

XIII - Termo de Responsabilidade assinado digitalmente pela Empresa Interessada;

Parágrafo Único. Considera-se Empresa Interessada, para fins dos procedimentos tratados neste capítulo, a pessoa jurídica prestadora do serviço a ser realizado na embarcação, requerente do pedido de autorização de acesso.

CAPÍTULO VII

DOS DEMAIS REQUISITOS

Art. 15. Para realizar as operações de que tratam os capítulos III, IV, V e VI é obrigatório o cumprimento, cumulativamente, dos seguintes requisitos:

I - a efetiva atracação do navio no Porto de Suape tenha sido registrada no sistema Siscomex Carga;

II - o termo de responsabilidade esteja assinado no sistema Siscomex Carga; e

III - o passe de saída do navio atracado no Porto de Suape não tenha sido emitido e, consequentemente, a escala não tenha sido encerrada nos termos da alínea "c" do inciso I do § 1o do artigo 2º da Instrução Normativa RFB no 800 de 27 de dezembro de 2007.

§ 1o. A obrigatoriedade da informação da escala não se aplica a embarcações de recreio ou competição esportiva, embarcações em missão de socorro, rebocadores e plataformas, consoante o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa RFB no 800, de 27 de dezembro de 2007.

§ 2o. Na ocasião da solicitação de juntada de que trata o artigo 4o, caso ainda não tenham ocorrido as condições mencionadas nos incisos I e II do caput deste artigo, a escala do navio no Porto de Suape deve estar com a situação "prevista" no sistema Siscomex Carga e as datas de previsão de atracação e de emissão do passe de saída do navio devem estar atualizadas e compatíveis com as informações prestadas no formulário "Pedido de Autorização de Acesso".

§ 3o. O disposto no parágrafo anterior não desobriga os responsáveis de atenderem as condições estabelecidas nos incisos I e II do caput deste artigo para realizar a operação.

§ 4o. A Empresa Interessada poderá realizar as operações de que trata o caput em área de fundeio, ou a contrabordo de outro navio, desde que:

I - o transporte entre o cais e o navio fundeado, ou posicionado a contrabordo de outro navio, seja realizado por embarcação auxiliar habilitada na SAVIG da IRF/SPE;

II - o cais, de onde parte a embarcação auxiliar, seja alfandegado e acessível passando por área de controle do administrador do recinto; e

III - seja informado em campo apropriado dos formulários dos anexos I, II, III ou IV, conforme o caso, que a operação será realizada em área de fundeio, ou a contrabordo de outro navio, descrevendo o número de habilitação SAVIG atribuído à embarcação auxiliar.

§ 5o. A habilitação de que trata o parágrafo anterior será requerida mediante abertura de Dossiê Digital de Atendimento, conforme estabelecido na Instrução Normativa RFB no 1.782, de 11 de janeiro de 2018, instruído com:

I - Cópia do documento de identidade do proprietário da embarcação;

II - Cópia do documento da embarcação;

III - Nome, endereço e telefone de contato do responsável;

IV - Cópia do documento de identidade do responsável;

V - Cópia da autorização da ANVISA para a embarcação realizar o transporte de alimentos e bebidas.

§ 6o. Os proprietários das embarcações auxiliares, que já realizam o transporte de que trata o inciso I do parágrafo § 4o, terão o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta portaria, para providenciarem a respectiva habilitação na forma estabelecida no parágrafo anterior.

§ 7o. O proprietário da embarcação auxiliar fica obrigado a manter as informações e os documentos atualizados na RFB, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea "c" do inciso IV do artigo 107 do Decreto Lei no 37/66.

CAPÍTULO VIII

DA ANÁLISE DO PEDIDO

Art. 16. O Pedido de Autorização de Acesso, objeto da solicitação de juntada de que trata o artigo 4o desta portaria, será analisado por servidor da carreira Tributária e Aduaneira da RFB.

§ 1o. Considera-se deferido o Pedido de Autorização de Acesso após o aceite da documentação digital, objeto da solicitação de juntada de que trata o artigo 4o desta portaria, no sistema e-Processo, pelo servidor da carreira Tributária e Aduaneira da RFB.

§ 2o. Será rejeitada a solicitação de juntada, e considerado indeferido o pedido, cuja documentação digital esteja incompleta, inexata ou em desacordo com quaisquer dispositivos desta portaria.

§ 3o. Os pedidos apresentados no prazo previsto no § 1º do artigo 4º e que sejam indeferidos, poderão ser objeto de nova solicitação de juntada, ficando sua análise, na mesma data, condicionada ao quantitativo de pedidos regularmente deferidos a serem analisados dentro do expediente vespertino da repartição, ressalvadas situações extraordinárias, devidamente justificadas, assim consideradas pelo chefe da SAVIG, da IRF/SPE.

§ 4o. O servidor responsável pela análise selecionará, mediante adoção de critérios de análise de risco para o controle aduaneiro, os Pedidos de Autorização de Acesso a embarcações em regime de navegação de longo curso que serão objeto de verificação física ou de acompanhamento fiscal, no respectivo cais onde ocorrerá a operação, e aqueles que estarão dispensados dos referidos procedimentos.

§ 5o. O deferimento de que trata o § 1o deste artigo não prejudica nem exclui a responsabilidade pelo pagamento dos tributos, multas e demais obrigações que devam ser satisfeitas por força de eventuais divergências apuradas pela fiscalização aduaneira.

§ 6o. A realização das operações de que tratam os capítulos III, IV, V e VI em embarcações, de bandeira estrangeira ou brasileira, em regime de navegação de cabotagem ou de apoio portuário, está dispensada dos procedimentos de verificação física ou de acompanhamento fiscal, previstos no § 4o deste artigo.

§ 7o. A dispensa de que trata o parágrafo anterior não impede que a fiscalização aduaneira, mediante adoção de critérios de análise de risco para o controle aduaneiro, decida realizar os procedimentos de verificação física ou de acompanhamento fiscal.

CAPÍTULO IX

DO ACESSO AO RECINTO OU AO CAIS

Art. 17. Após o deferimento de que trata o § 1o do artigo anterior, a Empresa Interessada deverá acessar o Dossiê Digital de Atendimento, através do Portal e-CAC, e providenciar a impressão, por meio da funcionalidade "obter cópia para impressão do documento" do sistema e-Processo, do formulário "Pedido de Autorização de Acesso" e da Página de Autenticação contendo o Código de Localização de Documento.

§ 1o. Ao acessar a funcionalidade "obter cópia para impressão do documento", o sistema questionará se deseja gerar o Código de Localização de Documento e a Empresa Interessada deverá escolher a opção "sim".

§ 2o. A Empresa Interessada somente poderá acessar o recinto ou o cais para realizar a operação portando o formulário "Pedido de Autorização de Acesso" acompanhado da respectiva Página de Autenticação contendo o Código de Localização de Documento, impressos na forma do caput deste artigo.

§ 3o. O veículo da Empresa Interessada, que ingressará no recinto ou no cais, deverá portar os documentos descritos no § 2o deste artigo, acompanhados, se for o caso, dos originais das notas fiscais que instruem a operação, carregando apenas o material correspondente ao Pedido de Autorização de Acesso, sendo vedado o transporte de bens não declarados.

Art.18. A segurança portuária e os demais responsáveis pelo controle de entrada nas áreas alfandegadas apenas poderão permitir o acesso ao recinto ou ao cais, relativamente às operações de que trata esta portaria, se o Código de Localização de Documento da Página de Autenticação corresponder àquele descrito no rodapé do formulário "Pedido de Autorização de Acesso" deferido pela RFB.

§ 1º. É vedado o acesso ao recinto ou ao cais de veículos, pessoas ou bens não informados no Pedido de Autorização de Acesso e em data, horário ou local distintos daqueles constantes no referido requerimento.

§ 2º. Após o ingresso na data, horário e local previstos, a permanência no recinto ou no cais poderá durar enquanto não concluída a operação, observada a razoabilidade para cada tipo de operação.

§ 3º. Detectada qualquer irregularidade na operação, o fato deverá ser comunicado imediatamente à IRF/SPE que iniciará investigação e, sendo o caso, aplicará penalidade graduada de acordo com a infração.

§ 4º. Caso alguma ocorrência de irregularidade seja verificada fora do horário de expediente normal da repartição, o fato deverá ser comunicado à IRF/SPE no primeiro dia útil seguinte.

§ 5º. Poderá ser solicitado ao recinto alfandegado, a qualquer tempo, para fins de comprovação, o registro de entrada e saída do veículo que participou da operação.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. A prestação de informação de maneira inexata, incompleta ou em desacordo com os dispositivos contidos nesta portaria, de modo a dificultar ou a impedir a ação da fiscalização aduaneira, constitui infração de embaraço à ação fiscal e sujeita os requerentes à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) prevista na alínea "c" do inciso IV do artigo 107 do Decreto Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, regulamentada pela alínea "c" do artigo 728 do Decreto 6.759 de 5 de fevereiro de 2009.

Art. 20. A embarcação que atracar a contrabordo de navio na zona primária, vindo do exterior ou a ele destinado, de modo a tornar possível o transbordo de pessoa ou carga, sem a observância dos procedimentos estabelecidos nesta portaria, estará sujeita à pena de perdimento, conforme determina o inciso III do artigo 104 do Decreto Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 21. Na hipótese do § 5º do artigo 7o desta portaria, o descumprimento dos prazos previstos na IN SRF no 28, de 27 de abril de 1994, e na IN RFB no 1.702, de 21 de março de 2017, sujeita a Empresa Interessada à suspensão da utilização do procedimento de despacho de exportação a posteriori.

§ 1º. No caso de aplicação da suspensão de que trata o caput, a autorização para fornecimento de equipamentos, de sobressalentes ou de provisões de consumo de bordo prevista no capítulo III ocorrerá apenas após o desembaraço da Declaração Única de Exportação (DU-E).

§ 2º. O disposto no caput e no § 1º também se aplica às empresas fornecedoras ou prestadoras do serviço de enchimento descrito no artigo 12, em caso de descumprimento dos prazos previstos na IN SRF no 28, de 27 de abril de 1994, e na IN RFB no 1.702, de 21 de março de 2017.

Art. 22. O disposto nesta portaria não prejudica as disposições das demais autoridades com prerrogativas sobre a matéria, a exemplo das autoridades portuária, sanitária e policial, nem exclui a apuração de responsabilidade criminal e a imposição de outras penalidades previstas na legislação aduaneira ou em legislação específica.

Art. 23. As demais situações que tenham correlação com os temas disciplinados nos capítulos III, IV, V e VI desta portaria, mas não estejam previstas nesta norma, devem ser objeto de requerimento devidamente fundamentado dirigido ao Inspetor-Chefe da IRF/SPE que decidirá a respeito do pedido.

Art. 24. Fica revogada a Portaria ALF/REC no 11, de 27 de março de 2020.

Art. 25. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias da publicação para adaptação de procedimentos.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Receita Federal

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO

ANEXO I – Fornecimento de Equipamentos, Sobressalentes e Provisões de Bordo

I – Pedido: _____/_____
(número)/(ano)

II – Empresa Interessada

Nome:	CNPJ:

III – Representante do Transportador /Armador *(Informar conforme o caso)*

Agente Protetor	Nome:	CNPJ:
Agente do Afretador	Nome:	CNPJ:
Agente do Armador /ou/ Outro	Nome:	CNPJ:

IV - Embarcação

Nome:	Bandeira:	IMO:

V – Identificação do(s) veículo(s)

Placa(s) / Modelo(s)/ Marca(s):	

VI – Identificação da(s) pessoa(s)

Nome / CPF:	

VII – Descrição do tipo de fornecimento

( ) Equipamentos ( )Sobressalentes ( ) Provisões de Bordo

VIII – Escala	**IX - Regime de Navegação**
Número:	( ) Longo Curso ( ) Cabotagem ( ) Apoio Portuário

X – Data / Horário /Local (cais) / Tempo de duração da operação

Data:	Horário:	Local (cais):	Duração:

XI – Número do Dossiê Digital de Atendimento	**XII – Número da Nota Fiscal**
Número:	Número:

XIII – Termo de Responsabilidade

A Empresa Interessada acima qualificada declara que são verdadeiras as informações prestadas, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento dos dispositivos previstos na legislação, estando ciente das penalidades em caso de descumprimento, ficando os responsáveis legais obrigados ao pagamento dos tributos, multas e demais obrigações que devam ser satisfeitas por força de divergências apuradas pela fiscalização aduaneira. Declara ainda que o compromisso ora assumido prevalece enquanto não decair o direito da Fazenda Nacional de constituir eventuais créditos tributários, estando ciente de que deverá manter arquivados, pelo prazo de cinco anos, todos os documentos inerentes à autorização da operação requerida.

_____
Assinado digitalmente

Caso a operação seja realizada com o navio fundeado ou a contrabordo de outro navio, preencher o campo abaixo:

( ) Fundeio ( ) Contrabordo	Número da habilitação SAVIG (atribuída à embarcação auxiliar):

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Receita Federal

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO
ANEXO II – Retirada de Resíduos de Embarcações

I – Pedido: _____/_____
(número)/(ano)

II – Empresa Interessada

Nome:	CNPJ:	Habilitação Savig nº:

III – Representante do Transportador /Armador *(informar, conforme o caso)*

Agente Protetor	Nome:	CNPJ:
Agente do Afretador	Nome:	CNPJ:
Agente do Armador */ou/* Outro	Nome:	CNPJ:

IV - Embarcação

Nome:	Bandeira:	IMO:

V – Identificação do(s) veículo(s)

Placa(s) / Modelo(s)/ Marca(s):	

VI – Identificação da(s) pessoa(s)

Nome / CPF:	

VII – Descrição do serviço prestado / Tipo de resíduo / Destino / Tratamento

Descrição do serviço:		
Tipo de resíduo:	Destino:	Tratamento:

VIII – Descrição dos materiais que serão utilizados na operação

IX – Escala **X - Regime de Navegação**

Número:	( ) Longo Curso ( ) Cabotagem ( ) Apoio Portuário

XI – Data / Horário / Local (cais) / Tempo de duração da operação

Data:	Horário:	Local (cais):	Duração:

XII – Número do Dossiê Digital de Atendimento

Número:

XIII – Termo de Responsabilidade

A Empresa Interessada acima qualificada declara que são verdadeiras as informações prestadas, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento dos dispositivos previstos na legislação, estando ciente das penalidades em caso de descumprimento, ficando os responsáveis legais obrigados ao pagamento dos tributos, multas e demais obrigações que devam ser satisfeitas por força de divergências apuradas pela fiscalização aduaneira. Declara ainda que o compromisso ora assumido prevalece enquanto não decair o direito da Fazenda Nacional de constituir eventuais créditos tributários, estando ciente de que deverá manter arquivados, pelo prazo de cinco anos, todos os documentos inerentes à autorização da operação requerida.

_____
Assinado digitalmente

Caso a operação seja realizada com o navio fundeado ou a contrabordo de outro navio, preencher o campo abaixo:

( ) Fundeio ( ) Contrabordo	Número da habilitação SAVIG (atribuída à embarcação auxiliar):

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Receita Federal

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO
ANEXO III – Retirada/Devolução de Partes e Peças de embarcações para conserto, reparo ou manutenção

I – Pedido: _____/_____
(número)/(ano)

II – Empresa Interessada

Nome:	CNPJ:

III – Empresa Prestadora de Serviço

Nome:	CNPJ:

IV - Embarcação

Nome:	Bandeira:	IMO:

V – Identificação do(s) veículo(s)

Placa(s) / Modelo(s)/Marca(s):	

VI – Identificação da(s) pessoa(s)

Nome / CPF:	

VII – Descrição do serviço de conserto, reparo ou manutenção que será prestado

VIII – Descrição dos materiais que serão utilizados na operação

IX – Escala **X - Regime de Navegação**

Número:	( ) Longo Curso ( ) Cabotagem ( ) Apoio Portuário

XI – Data / Horário / Local (cais) / Tempo de duração da operação

Data:	Horário:	Local (cais):	Duração:

XII – Número do Dossiê Digital de Atendimento

Número:

XIII – Tipo de Operação: ( ) RETIRADA ou ( ) DEVOLUÇÃO

Descrição das partes/peças retiradas/devolvidas:	
Previsão de Retorno (se operação de RETIRADA):	Valor dos bens: R$

XIV – Termo de Responsabilidade

A Empresa Interessada acima qualificado declara que são verdadeiras as informações prestadas, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento dos dispositivos previstos na legislação, estando ciente das penalidades em caso de descumprimento, ficando os responsáveis legais obrigados ao pagamento dos tributos, multas e demais obrigações que devam ser satisfeitas por força de divergências apuradas pela fiscalização aduaneira. Declara ainda que o compromisso ora assumido prevalece enquanto não decair o direito da Fazenda Nacional de constituir eventuais créditos tributários, estando ciente de que deverá manter arquivados, pelo prazo de cinco anos, todos os documentos inerentes à autorização da operação requerida.

_____
Assinado digitalmente

Caso a operação seja realizada com o navio fundeado ou a contrabordo de outro navio, preencher o campo abaixo:

( ) Fundeio ( ) Contrabordo	Número da habilitação SAVIG (atribuída à embarcação auxiliar):

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Receita Federal

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO
ANEXO IV – Demais prestações de serviço a embarcações

I – Pedido: _____/_____
(número)/(ano)

II – Empresa Interessada

Nome:	CNPJ:

III – Representantes do Transportador /Armador *(informar, conforme o caso)*

Agente Protetor	Nome:	CNPJ:
Agente do Afretador	Nome:	CNPJ:
Agente do Armador */ou/* Outro	Nome:	CNPJ:

IV - Embarcação

Nome:	Bandeira:	IMO:

V – Identificação do(s) veículo(s)

Placa(s) / Modelo(s)/Marca(s):	

VI – Identificação da(s) pessoa(s)

Nome / CPF:	

VII – Descrição do serviço que será prestado

( ) Inspeção e limpeza de tanques, reservatórios ou porões ( ) Dedetização, desratização, fumigação e semelhantes
( ) Manutenção de equipamentos e peças na própria embarcação ( ) Inspeção de cães de faro
( ) Outros:_____

VIII – Descrição dos materiais que serão utilizados na operação

IX – Escala **X - Regime de Navegação**

Número:	( ) Longo Curso ( ) Cabotagem ( ) Apoio Portuário

XI – Data / Horário /Local (cais) / Tempo de duração da operação

Data:	Horário:	Local (cais):	Duração:

XII – Número do Dossiê Digital de Atendimento

Número:

XIII – Termo de Responsabilidade

A Empresa Interessada acima qualificada declara que são verdadeiras as informações prestadas, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento dos dispositivos previstos na legislação, estando ciente das penalidades em caso de descumprimento, ficando os responsáveis legais obrigados ao pagamento dos tributos, multas e demais obrigações que devam ser satisfeitas por força de divergências apuradas pela fiscalização aduaneira. Declara ainda que o compromisso ora assumido prevalece enquanto não decair o direito da Fazenda Nacional de constituir eventuais créditos tributários, estando ciente de que deverá manter arquivados, pelo prazo de cinco anos, todos os documentos inerentes à autorização da operação requerida.

_____
Assinado digitalmente

Caso a operação seja realizada com o navio fundeado ou a contrabordo de outro navio, preencher o campo abaixo:

( ) Fundeio ( ) Contrabordo	Número da habilitação SAVIG (atribuída à embarcação auxiliar):

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, 23 DE 22 DE ABRIL 2020

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017 tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta no dossiê nº 13031.136703/2020-10,

DECLARA:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica COOPERATIVA MISTA AGRO PECUARIA DE PATOS DE MINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.338.189/0001-22, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/10/2019 a 30/09/2022, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.010392/2019-03.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.005, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS EM ESTABELECIMENTO DE TERCEIROS.

Aplica-se o percentual de 32% (trinta e dois por cento) para fins de definição da base de cálculo do IRPJ, na sistemática do lucro presumido, relativamente à receita bruta obtida pela prestação de serviços de saúde, quando referidos serviços não são prestados nas próprias instalações do estabelecimento de saúde do contribuinte.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 260, DE 26 DE MARÇO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15; Lei nº 9.430, de 1996, art. 25, I; ADI nº 18, de 2003; ADI nº 19, de 2007 e IN RFB nº 1.234, de 2012.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS EM ESTABELECIMENTO DE TERCEIROS.

Aplica-se o percentual de 32% (trinta e dois por cento) para fins de definição da base de cálculo da CSLL, na sistemática do lucro presumido, relativamente à receita bruta obtida pela prestação de serviços de saúde, quando referidos serviços não são prestados nas próprias instalações do estabelecimento de saúde do contribuinte.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 260, DE 26 DE MARÇO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 20; Lei nº 9.430, de 1996, art. 25, I; ADI nº 18, de 2003; ADI nº 19, de 2007 e IN RFB nº 1.234, de 2012.

RENATA MARIA DE CASTRO PARANHOS
Chefe Substituta

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.006, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. DIREITO A CRÉDITO. INSUMOS. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. IMPOSSIBILIDADE.

No caso de pessoa jurídica que explora atividade industrial, os valores pagos a outras pessoas jurídicas a título de comissão sobre vendas não geram direito à apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep na modalidade aquisição de insumos, consoante o inciso II do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA à SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 31, DE 30 DE MARÇO DE 2020.

Dispositivos Legais: art. 3º da Lei n° 10.637, de 2002; e Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. DIREITO A CRÉDITO. INSUMOS. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. IMPOSSIBILIDADE.

No caso de pessoa jurídica que explora atividade industrial, os valores pagos a outras pessoas jurídicas a título de comissão sobre vendas não geram direito à apuração de créditos da Cofins na modalidade aquisição de insumos, consoante inciso II do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA à SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 31, DE 30 DE MARÇO DE 2020.

Dispositivos Legais: art. 3º da Lei n° 10.833, de 2003; e Parecer Normativo Cosit/RFB nº 5, de 2018.

RENATA MARIA DE CASTRO PARANHOS
Chefe Substituta

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.007, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. VENDA DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR. PERCENTUAL APLICÁVEL. ATIVIDADES DIVERSIFICADAS.

Para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ pelo regime do lucro presumido, o percentual aplicável à receita bruta decorrente da comercialização de programas de computador deve ser determinado à luz da natureza da atividade prevalecente na relação entre as partes (venda de mercadoria ou prestação de serviço).

Em relação a isso, considera-se que adaptações feitas no produto pronto para cada cliente representam meros ajustes no programa, permitindo que o software (que já existia antes da relação jurídica) possa atender às necessidades daquele cliente. Tais adaptações não configuram verdadeira encomenda de um programa e, portanto, as respectivas receitas não são auferidas em decorrência da prestação de serviços. Logo, nestes casos, o percentual aplicável é de 8% (oito por cento).

Contudo, caso se verifique que essas adaptações representam, em verdade, o próprio desenvolvimento de um programa aderente às necessidades do cliente e impliquem nova versão do produto ou sejam significativas ao ponto de não se enquadrarem como os meros ajustes mencionados, configurada estará a prestação de um serviço, o que sujeita a receita decorrente ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

Caso a consulente desempenhe concomitantemente mais de uma atividade, o percentual de presunção correspondente deve ser aplicado sobre o valor da receita bruta auferida em cada atividade.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15.

LUCRO PRESUMIDO. PROGRAMAS DE COMPUTADOR. SOFTWARE. SUPORTE TÉCNICO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. PERCENTUAL APLICÁVEL.

O suporte técnico oferecido aos usuários de programas de computador destinado ao seu adequado funcionamento denota como atividade preponderante uma obrigação de fazer, ou seja, prestação de serviço, sendo irrelevante que sua prestação decorra de uma exigência legal. O percentual de presunção para determinação da base de cálculo do IRPJ é de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15; Lei nº 9.609, de 1998, art. 8º.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 269, de 24 de setembro de 2019.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

LUCRO PRESUMIDO. VENDA DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR. PERCENTUAL APLICÁVEL. ATIVIDADES DIVERSIFICADAS.

Para fins de determinação da base de cálculo da CSLL pelo regime do lucro presumido, o percentual aplicável à receita bruta decorrente da comercialização de programas de computador deve ser determinado à luz da natureza da atividade prevalecente na relação entre as partes (venda de mercadoria ou prestação de serviço).

Em relação a isso, considera-se que adaptações feitas no produto pronto para cada cliente representam meros ajustes no programa, permitindo que o software (que já existia antes da relação jurídica) possa atender às necessidades daquele cliente. Tais adaptações não configuram verdadeira encomenda de um programa e, portanto, as respectivas receitas não são auferidas em decorrência da prestação de serviços. Logo, nestes casos, o percentual de presunção aplicável é de 12% (doze por cento).

Contudo, caso se verifique que essas adaptações representam, em verdade, o próprio desenvolvimento de um programa aderente às necessidades do cliente e impliquem nova versão do produto ou sejam significativas ao ponto de não se enquadrarem como os meros ajustes mencionados, configurada estará a prestação de um serviço, o que sujeita a receita decorrente ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

Caso a consulente desempenhe concomitantemente mais de uma atividade, o percentual de presunção correspondente deve ser aplicado sobre o valor da receita bruta auferida em cada atividade.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 20, c/c art. 15, §§ 1º e 2º.

LUCRO PRESUMIDO. PROGRAMAS DE COMPUTADOR. SOFTWARE. SUPORTE TÉCNICO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. PERCENTUAL APLICÁVEL.

O suporte técnico oferecido aos usuários de programas de computador destinado ao seu adequado funcionamento denota como atividade preponderante uma obrigação de fazer, ou seja, prestação de serviço, sendo irrelevante que sua prestação decorra de uma exigência legal. O percentual de presunção para determinação da base de cálculo da CSLL é de 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 20; Lei nº 9.609, de 1998, art. 8º.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 269, de 24 de setembro de 2019.

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PROCESSO DE CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos a consulta que se refere a fato disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes de sua apresentação.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, VII.

RENATA MARIA DE CASTRO PARANHOS
Chefe Substituta

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 387, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Transferência de Competência

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso IV do art. 335 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, resolve:, resolve:

Art. 1º Transferir, até 21/12/2020, as atribuições constantes no art. 257 do Regimento Interno da RFB, referentes ao Setec da Divisão de Tecnologia da Informação - DITEC da SRRF08, para a Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação da Delegacia Especial de Instituições Financeiras da Receita Federaldo Brasil - DEINF, em relação ao Escritório de Pesquisa e Investigação - ESPEI e Laboratório de Lavagem de Dinheiro - LABLD, localizado na 8ªRF.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados a partir do dia 17 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogar a Portaria SRRF08- Nº 71, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019, publicada no Diário Oficial da União - Edição 31 - Seção 1 - Página 26 - Brasília, quarta-feira, 13 DE FEVEREIRO DE 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

PORTARIA Nº 39, DE 3 DE ABRIL DE 2020

Altera a Portaria ALF/VCP nº 33, de 23 de março de 2020.

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso de suas atribuições regimentais previstas nos arts. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, tendo em vista o disposto no artigo 26, no artigo 29 e na alínea "c" do inciso I do caput do artigo 41 da Instrução Normativa SRF n° 680, de 02 de outubro de 2006, no inciso II do § 1º do art. 63 da Instrução Normativa RFB nº 1.702, de 21 de março de 2017, artigo 49 da Instrução Normativa nº 1737, de 15 de setembro de 2017 e considerando o que determina o § 7º do art. 3º do Decreto 10.282, de 20 de março de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria ALF/VCP nº 33, de 23 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º .....

.....

§5° Em relação às cargas que, por suas características, sejam de difícil movimentação até a área de verificação, esta poderá ser realizada remotamente por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB) responsável pelo despacho que, a seu critério e considerado seu convencimento, poderá se valer de imagens constantes de vídeos, fotografias ou qualquer outro meio (mídia) que considere suficiente para o fim pretendido, dispensada a verificação física presencial. Estão incluídas nesse rol as cargas armazenadas em câmaras frigoríficas, em áreas climatizadas ou no pátio, as cargas que por suas dimensões ou peso não possam ser facilmente movimentadas e, ainda, as cargas compostas por um número muito grande de volumes."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e permanecerá vigente enquanto durarem as medidas de enfrentamento ao Coronavírus - Covid 19.

CAMILO PINHEIRO CREMONEZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

PORTARIA Nº 16, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Altera dispositivo da Portaria DRF/SAE nº 64, de 2 de setembro de 2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Portaria SRRF08 nº 362, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a criação de Equipes Regionais Especializadas para planejamento, coordenação, supervisão, controle e execução de atividades relativas aos Processos de Gestão do Crédito Tributário e de Cadastro no âmbito da 8ª Região Fiscal, resolve:

Art.1º A Portaria DRF/SAE nº 64, de 2 de setembro de 2019, publicada no DOU de 5/9/2019, seção 1, página 48, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º - Delegar competência aos Supervisores da Equipe Regional de Cobrança Convencional e da Equipe Regional de Cobrança Especial definida na Portaria RFB nº 1.265, de 3 de setembro de 2015, ambas sob a gerência regional de Cobrança pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santo André, e aos seus Substitutos, com observância da legislação que versa sobre sigilo fiscal, para: " (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, convalidados os atos praticados, até 13/04/2020, de acordo com as competências delegadas.

ALEXANDRE GALARDINOVIC RIBEIRO

PORTARIA Nº 17, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Revoga a Portaria DRF/SAE nº 67, de 8 de outubro de 2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Portaria SRRF08 nº 362, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a criação de Equipes Regionais Especializadas para planejamento, coordenação, supervisão, controle e execução de atividades relativas aos Processos de Gestão do Crédito Tributário e de Cadastro no âmbito da 8ª Região Fiscal, resolve:

Art.1º Revogar a Portaria DRF/SAE nº 67, de 8 de outubro de 2019, publicada no DOU de 10/10/2019, seção 1, página 56, que delegava competências ao Supervisor e demais servidores da Equipe Regional de Garantia do Crédito Tributário, restando mantida a eficácia normativa dos atos praticados até 13/04/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE GALARDINOVIC RIBEIRO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Co-Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 286, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e o constante do processo administrativo nº 19985.723749/2019-39, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Co-Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que tratam os artigos 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Nome empresarial: Companhia Paranaense de Construção S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 76.519.974/0001-48

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 978, de 7 de dezembro de 2017, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, publicada no Diário Oficial da União de 08/12/2017

Nome do projeto: Concorrência Internacional nº 03/2016 - Rodovia do Centro-Oeste Paulista - Lote Florínea e Borborema - Contratp ARTESP nº 0352/ARTESP/2017

Setor de infraestrutura favorecido: transportes

Prazo estimado da obra: 01/07/2017 a 01/07/2025

Nº de matrícula CEI: 90.002.14996/77

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Cancela os Registro Especial do estabelecimento engarrafador de bebidas alcoólicas na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.432/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL-RS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 336 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e, tendo em vista o disposto no artigo 333, I do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e o que consta do processo administrativo nº 13005.000685/2007-71, DECLARA:

Art. 1º - Cancelado os Registro Especial, na atividade de PRODUTOR sob Nº 10111/041, nos termos do inciso I do art. 8º, da IN RFB nº 1.432/2013, de ANELISE DIVA DA ROSA, CNPJ 01.077.172/0001-26, conforme consta no processo administrativo nº 13005.000685/2007-71.

Art. 2º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

LEOMAR PADILHA

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ 03.334.170/0003-62.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13005.722472/2020-71,

DECLARA:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0003-62, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Romênia	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
WINSTON BLUE (LONGS)	R$ 5,50 / vintena	360.000
5) Cigarro	Slims 98mm	
6) Embalagem	Rígida	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E ESTUDOS

PORTARIA Nº 14, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Dá publicidade ao relatório de acompanhamento do 1º trimestre de 2020, referente à atividade supervisionada por esta Unidade, do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho.

O COORDENADOR-GERAL DE PROGRAMAÇÃO E ESTUDOS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do artigo 334 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e inciso VIII do art. 23 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, considerando o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e na Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao relatório de acompanhamento do 1º trimestre de 2020, referente à atividade supervisionada por esta Unidade, do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho, na forma do Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. Os resultados individualizados por servidor serão divulgados no Boletim de Serviços da RFB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO ANTONIO ESPINDOLA GONZALEZ

ANEXO ÚNICO

ATIVIDADE	META	RESULTADO
ANÁLISE DE INTERESSE FISCAL	1,00	1,58

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.804, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Altera a Resolução nº 4.687, de 25 de setembro de 2018, que estabelece normas aplicáveis às operações de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 23 de abril de 2020, com base no art. 4º, incisos V, VI, XVII e XXXI, da referida Lei e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e no art. 3º do Decreto nº 7.710, de 3 de abril de 2012, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 4.687, de 25 de setembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º-A No caso excepcional de suspensão de pagamento de principal e juros dos financiamentos amparados pela equalização de taxa de juros do Proex deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - será mantido o direito ao resgate das NTN-I relacionadas às parcelas vincendas de juros da operação, desde que não haja alteração nas emissões de NTN-I e nem aumento de despesa para o Tesouro Nacional decorrente das alterações do cálculo do saldo devedor ou aumento do prazo do financiamento;

II - será devolvido ao Tesouro Nacional pelo financiador ou refinanciador, o valor recebido de equalização, acrescido de encargos calculados com base na taxa Selic acumulada entre a data do resgate da NTN-I e o dia útil anterior ao da efetiva devolução, caso o pagamento de juros não tenha ocorrido por nenhuma forma após o vencimento da primeira parcela após a suspensão de pagamento de juros e principal, observado o § 1º do art. 7º-B desta Resolução.

Parágrafo único. Será mantido o fluxo das NTN-I enquanto houver pagamento de juros relativos ao financiamento em decorrência de honra de garantia." (NR)

"Art. 7º-B Os casos de suspensão de pagamento de principal e juros dos financiamentos de que trata o art. 7º-A deverão ser enviados ao Agente Financeiro do Proex, que procederá ao enquadramento do pleito, e deverão conter, ao menos:

I - as justificativas para a suspensão de pagamento de principal e juros dos financiamentos;

II - o novo cronograma do prazo de pagamento de juros.

§ 1º Se, ao final do prazo do novo cronograma, não forem apresentados os comprovantes de pagamento de juros, o financiador ou refinanciador poderá apresentar cronogramas adicionais, justificando as alterações.

§ 2º Se, ao final do período de suspensão de pagamento de principal e juros dos financiamentos, não forem apresentados um novo cronograma de repagamento ou os comprovantes de pagamento de juros da operação, aplica-se o disposto no art. 7º.

§ 3º Nos casos de financiamentos concedidos por instituições financeiras oficiais federais, os comprovantes de pagamento de juros da operação efetuados pelos financiados ou garantidores deverão ser guardados pela instituição financiadora pelo prazo de 10 (dez) anos, após o término do financiamento ou refinanciamento, sendo dispensada a sua apresentação ao Agente do Programa." (NR)

"Art. 7º-C As condições previstas nos arts. 7º-A e 7º-B aplicam-se aos novos pleitos de equalização e aos financiamentos em que já houve emissão de NTN-I." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO Nº 4.805, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Altera a Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013, e o Regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), de que trata o Anexo II, para autorizar o Depósito a Prazo com Garantia Especial entre instituições financeiras associadas.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 23 de abril de 2020, com base nos arts. 3º, inciso VI, e 4º, incisos VIII e XXXII, da referida Lei, no art. 28, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 1º, § 1º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º .....

.....

§ 13. Na hipótese de o depositante ser instituição financeira associada, os contratos relativos aos depósitos referidos no caput devem observar o disposto nesta Resolução e, no que couber, a regulamentação aplicável aos depósitos interfinanceiros." (NR)

Art. 2º O Anexo II à Resolução nº 4.222, de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10. O total de créditos de cada titular contra a mesma instituição associada ao FGC, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro, relativo aos DPGE, será garantido:

I - até o valor máximo de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) nas operações cujo titular do crédito seja instituição associada ao FGC; e

II - até o valor máximo de R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para os demais titulares.

Parágrafo único. .....

I - titular do crédito é aquele em cujo nome o crédito estiver registrado na escrituração da instituição associada ou aquele designado em título por ela emitido ou aceito, prevalecendo, em qualquer caso, o registro de titularidade mantido pela entidade registradora de que trata o art. 12 do Regulamento do FGC; e

....." (NR)

Art. 3º Fica revogado o inciso III do parágrafo único do art. 10 do Anexo II à Resolução nº 4.222, de 2013.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 4.006, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Altera as Circulares ns. 3.644, de 4 de março de 2013, e 3.748, de 27 de fevereiro de 2015, relativas ao procedimento para cálculo do requerimento de capital das exposições sujeitas a risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) e à metodologia de apuração da Razão de Alavancagem, respectivamente.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 22 de abril de 2020, com base no disposto nos arts. 9º, 10, inciso IX, e 11, inciso VII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos arts. 3º, § 2º, e 15 da Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, e no art. 1º da Resolução nº 4.615, de 30 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º A Circular nº 3.644, de 4 de março de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

.....

IX - a carta de crédito de importação emitida pela instituição, vinculada a contrato de câmbio de importação, desde que ocorrida a entrega total do contravalor em moeda nacional;

X - as operações de crédito com órgãos e entidades do setor público referentes ao destaque de parcela do PR, nos termos do art. 2º da Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017; e

XI - a parcela das operações de crédito abrangidas pelo Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, custeada com recursos da União.

....." (NR)

Art. 2º A Circular nº 3.748, de 27 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

§ 4º .....

.....

VI - as operações de crédito com órgãos e entidades do setor público em que há aplicação exclusiva de parcela destacada de instrumentos elegíveis a Nível I nos termos do art. 2º da Resolução nº 4.589, de 2017;

VII - a carta de crédito de importação emitida pela instituição, vinculada a contrato de câmbio de importação, desde que ocorrida a entrega total do contravalor em moeda nacional; e

VIII - a parcela das operações de crédito abrangidas pelo Programa Emergencial de Suporte a Empregos, instituído pela Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, custeada com recursos da União.

....." (NR)

Art. 3º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 111, de 27 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2020, seção 01, páginas 31 a 32, onde se lê: "...Considerando a necessidade de estabelecer condições extraordinárias devido à pandemia pelo coronavírus (COVID-19), de forma a permitir a manutenção das atividades de avaliação da conformidade de produtos regulamentados pelo Inmetro;" Leia-se: "...Considerando a necessidade de estabelecer condições extraordinárias devido à pandemia pelo coronavírus (COVID-19), de forma a permitir a manutenção das atividades de Programas de Avaliação da Conformidade - PAC publicados pelo Inmetro;"

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 122, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da delegação da competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidor de volume de água, aprovado pela Portaria Inmetro nº 246/2000, e;

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro SEI nº 0052600.000865/2020-62 e Sistema Orquestra nº 1672987, resolve:

Incluir os modelos SAGASONIC 3,5, SAGASONIC 5 e SAGASONIC 10 na família de modelos SAGASONIC, de medidor de volume de água, tipo eletrônico, aprovada pela Portaria Inmetro/Dimel nº 123, de 06 de agosto, de 2018, de acordo com as condições especificadas no sítio do INMETRO: http://www.inmetro.gov.br/pam/

BRUNO DE CARVALHO DO COUTO

PORTARIA Nº 123, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da delegação da competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para esfigmomanômetros de medição não invasiva, aprovado pela Portaria Inmetro nº 46/2016 e Portaria 505/2018, e;

Considerando o elemento constante do processo Inmetro SEI nº 0052600.018029/2019-09 e Sistema Orquestra nº 1628092, resolve:

Incluir país de origem das braçadeiras no item 2 (IDENTIFICAÇÃO DO MODELO), substituir os Anexos 3, 5, 6, 7 e incluir o Anexo 8 no item 6 (ANEXOS) da pela Portaria Inmetro/Dimel nº 037, de 21 de março de 2017, de acordo com as condições especificadas no sítio do INMETRO: http://www.inmetro.gov.br/pam/

BRUNO DE CARVALHO DO COUTO
Substituto

PORTARIA Nº 124, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da delegação da competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

Art. 1º Retificar a contagem de itens da Portaria Inmetro/Dimel nº 076, de 14 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 15 de abril de 2016, seção 1, página 238. Onde se lê: 6 CONDIÇÕES PARTICULARES DE CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO, UTILIZAÇÃO E RESTRIÇÕES; leia-se: 5 CONDIÇÕES PARTICULARES DE CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO, UTILIZAÇÃO E RESTRIÇÕES.

Art. 2º Retificar o preâmbulo da Portaria Inmetro/Dimel nº 274, de 13 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2019, seção 1, página 128. Onde se lê: De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de termômetros clínicos digitais com dispositivo de máxima aprovado pela Portaria nº 402, de 23 de agosto de 2019; leia-se: De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de termômetros clínicos digitais com dispositivo de máxima aprovado pela Portaria nº 89, de 06 de abril de 2006.

Nota: condições especificadas no sítio do INMETRO: http://www.inmetro.gov.br/pam/

BRUNO DE CARVALHO DO COUTO
Substituto

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA Nº 528, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Altera a Portaria nº 450/PRES/INSS, de 3 de abril de 2020.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 35014.032277/2019-45, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 450/PRES/INSS, de 3 de abril de 2020, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

Parágrafo único. Quando implementados os requisitos à obtenção do benefício requerido em data anterior à vigência da EC nº 103, de 2019, serão aplicadas as regras então vigentes, independentemente da DER." (NR)

"Art. 4º Ficam mantidas as concessões da aposentadoria por idade rural, agora denominada de aposentadoria por idade do trabalhador rural, e as aposentadorias da pessoa com deficiência da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, nas mesmas condições anteriormente previstas, observado o disposto no art. 26 da EC nº 103, de 2019.

Parágrafo único. É também considerado trabalhador rural o segurado que exerça suas atividades em regime de economia familiar, incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal, conforme § 7º do inciso II do art. 201 da Constituição Federal." (NR)

"Art. 5º Fica mantida a carência disciplinada pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, mantendo-se, assim, a exigência de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais para as aposentadorias programáveis e de 12 (doze) contribuições mensais para a aposentadoria por incapacidade permanente previdenciária, antiga aposentadoria por invalidez previdenciária, classificada como não-programável.

Parágrafo único. Para definição da carência das aposentadorias programáveis, deve ser verificado o direito à aplicação da tabela progressiva prevista no art. 142 da Lei nº 8.213, de 1991." (NR)

"Art. 7º .....

.....

III - 180 (cento e oitenta) contribuições mensais de carência." (NR)

"Art. 8º .....

.....

III - 180 (cento e oitenta) contribuições mensais de carência." (NR)

"Art. 11 .....

.....

III - 180 (cento e oitenta) contribuições mensais de carência.

Parágrafo único. A pontuação exigida será acrescida de um ponto a cada ano, aplicando-se o primeiro acréscimo a partir de janeiro de 2020, até que se atinjam 100 (cem) pontos para a mulher e 105 (cento e cinco) para o homem, conforme Anexo II desta Portaria, sendo aplicada a pontuação em vigor no ano do implemento das condições ao benefício." (NR)

"Art. 12 .....

.....

III - 180 (cento e oitenta) contribuições mensais de carência." (NR)

"Art. 13 .....

.....

III - 180 (cento e oitenta) contribuições mensais de carência." (NR)

"Art. 14 .....

.....

III - 180 (cento e oitenta) contribuições mensais de carência." (NR)

"Art. 16 .....

.....

IV - 180 (cento e oitenta) contribuições mensais de carência, na forma do art. 5º desta Portaria." (NR)

"Art. 17 .....

.....

IV - 180 (cento e oitenta) contribuições mensais de carência, na forma do art. 5º desta Portaria." (NR)

"Art. 20 .....

.....

III - 180 (cento e oitenta) contribuições mensais de carência." (NR)

"Art. 22 .....

.....

§ 2º A pontuação de que trata o caput será acrescida de um ponto a cada ano, aplicando-se o primeiro acréscimo a partir de janeiro de 2020, até que se atinjam 92 (noventa e dois) pontos, se mulher, e 100 (cem) pontos, se homem, conforme Anexo II desta Portaria, mantida a aplicação da pontuação em vigor no ano do implemento das condições do direito ao benefício.

§ 3º Deverá ser observada a exigência de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais de carência, na forma do art. 5º desta Portaria." (NR)

"Art. 23 .....

.....

III - 180 (cento e oitenta) contribuições mensais de carência." (NR)

"Art. 24 .....

.....

IV - 180 (cento e oitenta) contribuições mensais de carência." (NR)

"Seção VII

Da aposentadoria por idade do trabalhador rural (art. 201 da Constituição Federal)" (NR)

"Art. 26. O trabalhador rural que não satisfaça aos requisitos fixados pelo art. 143 da Lei nº 8.213, de 1991, a partir de 13 de novembro de 2019, mantém o direito de computar os períodos de contribuição sob outras categorias de segurado, fazendo jus ao benefício na forma híbrida, a partir do implemento dos requisitos para a aposentadoria programada, observado o parágrafo único do art. 4º desta Portaria." (NR)

"Art. 37 .....

§ 1º É vedada a utilização das contribuições excluídas na forma do caput para qualquer finalidade, inclusive para acréscimo do percentual da renda mensal, para o somatório de pontos das aposentadorias por tempo de contribuição e especial ou para atingir o período adicional exigido para as aposentadorias por tempo de contribuição, bem como para averbação em outro regime previdenciário, ou para a obtenção dos proventos de inatividade das atividades de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, por força do § 6º do art. 26 da EC nº 103, de 2019.

§ 2º Não se aplica a previsão do caput deste artigo aos benefícios previdenciários não programáveis." (NR)

"Art. 38. A fixação da RMI decorre do SB, conforme as regras estabelecidas para cada espécie, exceto para a pensão por morte, o auxílio-reclusão, o salário-maternidade e o salário-família, aos quais não se aplica o SB." (NR)

"Art. 39 .....

Parágrafo único. A definição da renda mensal não sofreu alterações, mantendo-se 91% (noventa e um por cento) do salário-de-benefício, conforme art. 61 da Lei nº 8.213, de 1991." (NR)

"Art. 46. As previsões dos arts. 43, 44 e 45 se aplicam inclusive aos benefícios precedidos de auxílio-doença, hipótese que haverá o recálculo do salário de benefício com base no valor da aposentadoria por incapacidade permanente." (NR)

"Art. 50 .....

§ 1º Quando a cota cessada for de dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor do benefício deverá ser recalculado nos termos do art. 49, conforme fixado pelo § 3º do art. 23 da EC nº 103, de 2019, na hipótese de inexistir outro dependente nesta condição." (NR)

"Art. 59 .....

.....

Parágrafo único. .....

.....

II - nas hipóteses em que o fato gerador ou preenchimento dos requisitos de qualquer dos benefícios seja a partir de 14 de novembro de 2019, independentemente do início dos demais." (NR)

Art. 2º O Anexo I da Portaria nº 450/PRES/INSS, de 2020, passa a vigorar conforme Anexo I desta Portaria.

Art. 3º Revoga-se o parágrafo único do art. 8º da Portaria nº 450/PRES/INSS, de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

ANEXO I

PORTARIA Nº 450/PRES/INSS, DE 3 DE ABRIL DE 2020

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO OU APOSENTADORIA EM OUTRO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Eu, _____ (nome do requerente), portador do CPF nº _____ e RG nº _____, declaro, sob as penas do art. 299 do Código Penal, que:

( ) não recebo aposentadoria/pensão de outro regime de previdência.

( ) recebo aposentadoria/pensão de outro regime de previdência.

Caso receba aposentadoria ou pensão de outro regime de previdência, deverá declarar:

- Tipo do benefício: ( ) Pensão* ( ) Aposentadoria

* Caso opção seja Pensão, informar se a relação com o instituidor era como cônjuge ou companheiro (a) - S/N ( )

- Ente de origem: ( ) Estadual ( ) Municipal ( ) Federal - Tipo de servidor: ( ) Civil ( ) Militar

- Data de início do benefício no outro regime: _____/_____/_____.

- Nome do órgão da pensão/aposentadoria: _____

- Última remuneração bruta*: R$ _____ - Mês/ano: _____/_____

*última remuneração bruta sem considerar valores de 13º salário (abono anual).

Na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, art. 24, § 1º, a acumulação de pensão por morte com outro benefício, sujeita à redução do valor daquele menos vantajoso, é admitida nas seguintes situações:

I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro (a) do RGPS com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social, inclusive as decorrentes das atividades militares, exceto regime de previdência complementar; e

II - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro (a) de qualquer regime de previdência social, inclusive as decorrentes das atividades militares, com aposentadoria concedida por qualquer regime de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares, exceto regime de previdência complementar.

A declaração falsa ou diversa de fato ou situação real ocorrida, além de obrigar à devolução de eventuais importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-me-á às penalidades previstas nos arts. 171 e 299 do Código Penal.

Local: _____ Data: ____ / _____ / _____

_____

Assinatura e identificação do (a) requerente ou representante legal

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

PORTARIA Nº 292, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Divulga a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, para o exercício de 2020, de que trata a Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018.

A DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO - DIFIS, DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 71 do Regimento Interno da Previc, aprovado pela Portaria MF nº 529, de 8 de dezembro de 2017, decide:

Art. 1º Aplica-se, para o exercício de 2020, a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média disposta no Anexo I, para definição da taxa de juros parâmetro de que trata o art. 6º da Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - Portaria nº 300, de 12 de abril de 2019;

II - Portaria nº 363, de 26 de abril de 2018;

III - Portaria nº 375, de 17 de abril de 2017; e

IV - Portaria nº 186, de 28 de abril de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 30 de abril de 2020.

CARLOS MARNE DIAS ALVES
Diretor

ANEXO I

Pontos (em anos)	Taxa de Juros Parâmetro (% a.a.)	Limite Inferior (% a.a.)	Limite Superior (% a.a.)
1,00	4,07	2,85	4,47
1,50	4,18	2,92	4,58
2,00	4,42	3,09	4,82
2,50	4,64	3,25	5,04
3,00	4,82	3,37	5,22
3,50	4,95	3,46	5,35
4,00	5,04	3,53	5,44
4,50	5,12	3,58	5,52
5,00	5,17	3,62	5,57
5,50	5,22	3,65	5,62
6,00	5,25	3,68	5,65
6,50	5,28	3,69	5,68
7,00	5,30	3,71	5,70
7,50	5,32	3,72	5,72
8,00	5,33	3,73	5,73
8,50	5,35	3,74	5,75
9,00	5,36	3,75	5,76
9,50	5,34	3,74	5,74
10,00	5,35	3,74	5,75
10,50	5,35	3,75	5,75
11,00	5,36	3,75	5,76
11,50	5,37	3,76	5,77
12,00	5,37	3,76	5,77
12,50	5,38	3,77	5,78
13,00	5,39	3,77	5,79
13,50	5,39	3,77	5,79
14,00	5,39	3,78	5,79
14,50	5,40	3,78	5,80
15,00	5,40	3,78	5,80
15,50	5,41	3,78	5,81
16,00	5,41	3,79	5,81
16,50	5,41	3,79	5,81
17,00	5,42	3,79	5,82
17,50	5,42	3,79	5,82
18,00	5,42	3,80	5,82
18,50	5,43	3,80	5,83
19,00	5,43	3,80	5,83
19,50	5,43	3,80	5,83
20,00	5,43	3,80	5,83
20,50	5,44	3,80	5,84
21,00	5,44	3,81	5,84
21,50	5,44	3,81	5,84
22,00	5,44	3,81	5,84
22,50	5,44	3,81	5,84
23,00	5,45	3,81	5,85
23,50	5,45	3,81	5,85
24,00	5,45	3,81	5,85
24,50	5,45	3,82	5,85
25,00	5,45	3,82	5,85
25,50	5,45	3,82	5,85
26,00	5,45	3,82	5,85
26,50	5,46	3,82	5,86
27,00	5,46	3,82	5,86
27,50	5,46	3,82	5,86
28,00	5,46	3,82	5,86
28,50	5,46	3,82	5,86
29,00	5,46	3,82	5,86
29,50	5,46	3,82	5,86
30,00	5,46	3,82	5,86
30,50	5,46	3,83	5,86
31,00	5,47	3,83	5,87
31,50	5,47	3,83	5,87
32,00	5,47	3,83	5,87
32,50	5,47	3,83	5,87
33,00	5,47	3,83	5,87
33,50	5,47	3,83	5,87
34,00	5,47	3,83	5,87
34,5 ou mais	5,47	3,83	5,87

DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO PREVIC Nº 25, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Estabelece procedimentos para a execução pelas entidades fechadas de previdência complementar das medidas determinadas pela Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre o cumprimento das sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais, de pessoas jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (Previc), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o art. 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e o art. 10 do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, e no Decreto nº 9.825, de 5 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º As entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) devem cumprir imediatamente medidas estabelecidas nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou as designações de seus comitês de sanções que determinem a indisponibilidade de ativos de titularidade, direta ou indireta, de pessoas naturais, de pessoas jurídicas ou de entidades, nos termos da Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019.

§ 1º O disposto no caput deve ser observado sem prejuízo do dever de cumprir determinações judiciais de indisponibilidade previstas na referida Lei.

§ 2º A indisponibilidade de que trata o caput refere-se à proibição de transferir, converter, trasladar, disponibilizar ativos ou deles dispor, direta ou indiretamente, conforme o previsto no inciso II do art. 2º e no § 2º do 31, da Lei nº 13.810, de 2019.

Art. 2º As EFPC devem monitorar permanentemente as determinações de indisponibilidade referidas no art. 1º desta Instrução, bem como eventuais informações a serem observadas para o seu atendimento, visando ao seu cumprimento imediato, independentemente da comunicação da Previc mencionada no inciso I do art. 10 da Lei nº 13.810, de 2019.

Art. 3º As EFPC devem comunicar imediatamente a indisponibilidade de ativos e as tentativas de sua transferência relacionadas às pessoas naturais, às pessoas jurídicas ou às entidades sancionadas por resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou por designações de seus comitês de sanções, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.810, de 2019:

I - à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);

II - ao Ministério da Justiça e Segurança Pública; e

III - ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), na forma utilizada para efetivar as comunicações previstas no inciso II do art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Art. 4º As EFPC devem informar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, imediatamente, sobre a existência de pessoas ou ativos sujeitos a determinações de indisponibilidade referidas nesta Instrução às quais deixaram de dar cumprimento imediato na forma dos arts. 6º a 11 da Lei nº 13.810, de 2019, informando as razões para tanto.

Art. 5º As EFPC devem adequar seus sistemas de controles internos com o objetivo de assegurar o cumprimento da Lei nº 13.810, de 2019, e desta Instrução.

Art. 6º As EFPC e seus dirigentes que deixarem de cumprir as obrigações previstas na Lei nº 13.810, de 2019, ou nesta Instrução, sujeitam-se às sanções previstas no art. 65 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, na forma prevista no Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 7º Esta Instrução entra em vigor no dia 04 de maio de 2020.

LUCIO RODRIGUES CAPELLETTO
Diretor Superintendente

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 311, DE 15 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006980/2019-19, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Reforço de Benefícios, CNPB nº 1998.0032-56, administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - SABESPREV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR N° 602, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o recadastramento dos corretores de seguros, de capitalização, de previdência complementar aberta e de microsseguros, pessoa natural ou jurídica, e dá outras providências.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b", do art. 36, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o inciso XIII, do art. 25, do Regimento Interno, de que trata o Anexo I da Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019, considerando o disposto no art. 9º, da Resolução CNSP nº 249, de 16 de fevereiro de 2012, no art. 1º, da Resolução CNSP nº 303, de 16 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo Susep nº 15414.605286/2020-81, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o recadastramento dos corretores de seguros, de capitalização, de previdência complementar aberta e de microsseguros, pessoa natural e jurídica.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Circular, consideram-se:

I - corretor de seguros: pessoa natural legalmente autorizada a intermediar contratos de seguros, de capitalização, de previdência complementar aberta e de microsseguros;

II - sociedade corretora: corretor de seguros constituído sob a forma de pessoa jurídica e suas dependências; e

III - corretor responsável técnico: corretor(es) responsável(is) pelo uso do nome da sociedade corretora relativamente aos atos de corretagem de seguros e perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Art. 3º Os corretores de seguros e as sociedades corretoras deverão se recadastrar, por meio de sistema específico no sítio eletrônico da SUSEP, no qual serão informados os seus dados cadastrais, os de seus prepostos e os de suas filiais, e anexados os documentos exigidos, conforme as orientações contidas no próprio sistema.

§ 1º As sociedades corretoras deverão se recadastrar por meio de um corretor de seguros registrado na SUSEP, devidamente recadastrado, que será o corretor responsável técnico.

§ 2º Após informar ou confirmar os dados cadastrais, anexar os documentos solicitados e efetuar as declarações exigidas, os corretores de seguros e as sociedades corretoras deverão finalizar o pedido.

§ 3º Após finalizar o pedido, o sistema encaminhará mensagem de confirmação e mensagem contendo login e senha de acesso ao sistema ao endereço eletrônico informado pelo corretor de seguros.

§ 4º Realizado o recadastramento pelo corretor de seguros será disponibilizada oportunamente a carteira eletrônica de identificação profissional.

Art. 4º O período de recadastramento para os corretores de seguros e para as sociedades corretoras se estenderá entre a data de publicação desta Circular até o dia 31 de julho de 2020.

Art. 5º O corretor de seguros e a sociedade corretora deverão atualizar seus dados no sistema de corretores sempre que houver alterações, mantendo sob guarda os documentos comprobatórios.

Parágrafo único. A SUSEP poderá suspender os registros de corretores de seguros e de sociedades corretoras sempre que identificar divergências nos dados cadastrados, a qual perdurará até a regularização dos respectivos cadastros.

Art. 6º O corretor de seguros ou a sociedade corretora poderão verificar a situação do seu cadastro, por meio de consulta no sítio eletrônico da SUSEP.

Parágrafo único. A SUSEP disponibilizará em seu sítio eletrônico a lista completa dos corretores de seguros e sociedades de corretores registrados, assim como os ramos para os quais se encontram habilitados.

Art. 7º Os corretores de seguros e as sociedades corretoras que não efetuarem o recadastramento dentro do prazo estipulado por esta Circular terão seus respectivos registros suspensos, e ficarão impedidos de intermediar negócios de seguros, capitalização, previdência complementar aberta e microsseguros, até a regularização de seus respectivos cadastros.

Art. 8º O recadastramento de que trata esta Circular é gratuito para os corretores de seguros e para as sociedades corretoras.

Art. 9º Ficam revogadas:

I - a Circular SUSEP nº 447, de 09 de agosto de 2012;
II - a Circular SUSEP nº 519, de 1º de outubro de 2015;
III - a Circular SUSEP nº 551, de 17 de maio de 2017;
IV - a Circular SUSEP nº 552, de 17 de maio de 2017;
V - a Circular SUSEP nº 558, de 29 de setembro de 2017; e
VI - a Circular SUSEP nº 584, de 15 de janeiro de 2019.

Art. 10. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 315, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Aprova o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa CAL-COMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 9º, inciso III; os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 97/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.012641/2019-12, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa CAL-COMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA. (CNPJ: 07.200.194/0003-80 e Inscrição SUFRAMA: 20.0117.94-7), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 97/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de TERMINAL DE CAPTURA DE DADOS (TRANSAÇÕES COMERCIAIS), código SUFRAMA 0335, recebendo os benefícios fiscais previstos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislações posteriores.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/1991.

Art. 3º ESTABELECER para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Produto	Valor em US$ 1.00		
	1º Ano	2º Ano	3º Ano
TERMINAL DE CAPTURA DE DADOS (TRANSAÇÕES COMERCIAIS)	25,264,068	41,117,131	56,129,925

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial SEPEC/ME/MCTIC nº 69, de 30 de dezembro de 2019.

II - o investimento anual em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no percentual mínimo exigido pelo § 3º do Art. 2º da Lei 8.387, de 30 de dezembro de 1991, sobre o faturamento bruto - deduzidos os tributos incidentes e demais reduções pertinentes previstas na lei - do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, cuja comercialização seja decorrente do mercado interno;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

lV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 06 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR

PORTARIA Nº 316, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa TECHNO PLAST FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2020, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Inciso II do Art. 9º, os termos do Parecer Técnico de Projeto nº 99/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.013033/2019-25, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa TECHNO PLAST FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS LTDA. (CNPJ: 34.468.979/0001-49 e Inscrição SUFRAMA: 20.0192.12-4), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 99/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM (código SUFRAMA 0395), recebendo os benefícios fiscais previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECER para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Produto	Ano 1	Ano 2	Ano 3
ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM	3,489,458	4,652,611	5,040,328

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido no Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR

PORTARIA Nº 317, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa DS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2020, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso I do Art. 9º, os termos do Parecer Técnico de Projeto nº 98/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, e o que consta no processo SEI - SUFRAMA nº 710.00122/2020-08, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa DS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA., CNPJ: 35.617.211/0001-52, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 98/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA), código SUFRAMA 0674, recebendo os benefícios fiscais previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECER para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Produto	Ano 1	Ano 2	Ano 3
CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA	1,023,732	1,126,105	1,238,715

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido no Anexo VII do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR

PORTARIA Nº 319, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Suspensão dos incentivos fiscais da empresa GIGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA S/A, pela não implantação do Programa de Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados da Empresa - PPLR, e inadimplência referente aos investimentos em P&D no ano 2016.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20 do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, e os §§ 2º e 5° do art. 33 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 52710.608899/2017-57, os termos da Nota Técnica nº 23/2020 - COATE/CGTEC/SAP e a constatação de inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia, como contrapartida do usufruto dos incentivos fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e por não ter cumprido o inciso II do art. 25 do Decreto nº 6.008/2006, que versa sobre a implantação do Programa de Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados da Empresa - PPLR, que deveriam ter sido realizados pela empresa GIGA INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA S/A, produtora de bens de informática na Zona Franca de Manaus, no ano 2016; e

CONSIDERANDO esgotado o prazo estabelecido pelo art. 24, § 1º da Resolução nº 71, de 6 de maio 2016, sem que a empresa se pronunciasse sobre a regularização referente aos investimentos em atividades de P&D;, resolve:

Art. 1º Suspender, por 90 dias, com base no § 2º do art. 33 do Decreto n° 6.008, de 2006, disciplinado pelo § 4º do art. 27 da Resolução SUFRAMA nº 71, de 6 de maio de 2016, os incentivos fiscais concedidos às linhas do produto de informática, abaixo listado, da empresa GIGA INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA S/A, beneficiária do incentivo previsto no art. 2° da Lei n° 8.387, de 30 de dezembro de 1991, em face da não regularização quanto à implantação do Programa de Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados da Empresa - PPLR conforme dispõe o inciso II do art. 25 do Decreto nº 6.008/2006, e a constatação de inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia, como contrapartida do usufruto dos incentivos fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO/CÓDIGO SUFRAMA
Controle Remoto para aparelho controlador / liberado r de acesso a ambientes restritos / 1996
Aparelho controlador / liberador de acesso a ambientes restritos / 1997

Art. 2º A suspensão vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, expire-se o prazo estabelecido, quando serão cancelados os benefícios por meio de Resolução do Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS, com ressarcimento previsto no art. 33 do Decreto nº 6.008, de 2006, relativo aos tributos do período de inadimplemento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR

PORTARIA Nº 320, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre condições, conceitos e critérios para desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) que tenham como objetivo o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) na Amazônia Ocidental (AMOC) e no Estado do Amapá.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20, inciso I e artigo 83, inciso I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o investimento em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) na Amazônia Ocidental (AMOC) e no Estado do Amapá.

Art. 2º Para os fins desta Portaria para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus considera-se:

I - Investimento em atividades de PD&I: aporte de recursos da obrigação de PD&I de empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), beneficiárias da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991;

II - Projetos de PD&I para enfrentamento do novo coronavírus (PROCOVID-19): ações ou atividades de PD&I regionais, que tenham como objetivo a geração e o desenvolvimento de produtos, serviços ou processos, incorporando características inovadoras regionais, cuja principal característica seja prover solução aos problemas de saúde pública na região da AMOC ou no Estado do Amapá provocados pela situação de emergência na saúde pública decorrente do novo coronavírus;

III - Inovação regional: introdução de novidade, customização, parametrização ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social, mesmo que existente em outras regiões do país, que resulte em produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades, características ou simplesmente o desenvolvimento de produto, serviço ou processo já existente, mas que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho para o enfrentamento ao novo coronavírus na região da AMOC e no Estado do Amapá;

IV - Empresa Nascente de Base Tecnológica (Startup): empresas com sede ou atividade principal na AMOC ou no Estado do Amapá, cujo produto, serviço ou processo seja de área correlata ao objeto do investimento em atividades de PD&I para enfrentamento da emergência de saúde pública de corrente do novo coronavírus;

V - Efetividade dos PROCOVID-19: apresentação dos impactos e resultados do desenvolvimento de PROCOVID-19, conforme previsto no pleito de projeto, pelas empresas beneficiárias da Lei nº 8.387, de 1991, ou no Plano de Utilização de Recursos (PUR).

Parágrafo único. A efetividade dos projetos que trata esta Portaria será demonstrada pela comprovação do cumprimento das entregas propostas no pleito de projeto de PROCOVID-19, conforme Anexos I ou II desta Portaria, ou PUR.

Art. 3º São objetivos desta Portaria:

I - criar condições especiais para o desenvolvimento de projetos de PD&I destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus;

II - apoiar ações governamentais na AMOC e no Estado do Amapá destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus;

III - incentivar na AMOC e no Estado do Amapá a geração, agregação de valor e o uso de produtos, serviços ou processos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus;

IV - gerar e desenvolver negócios, por meio de pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental ou inovação de produtos e processos para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus;

V - estimular e apoiar a interação entre as empresas beneficiárias, institutos, startups, fundos de investimentos e demais atores do ecossistema, para que possam investir em PROCOVID-19;

VI - atrair investidores nacionais e internacionais para investirem em projetos e ações que tenham como foco o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus na região da AMOC e no Estado do Amapá;

VII - incrementar o nível de investimento em projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, inovação ou a produção local de insumos ou produtos tecnológicos, ou ainda o desenvolvimento de serviços ou processos, sejam eles customizados, parametrizados ou replicados de similares nacionais ou internacionais, desde que sejam voltados para resultados regionais que tenham como objetivo o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus;

VIII - buscar impactos duradouros dos PROCOVID-19 voltados para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus no ecossistema de inovação da AMOC e Estado do Amapá com foco no estímulo ao desenvolvimento de novo vetor econômico nas áreas de farmacológica, médica e biomédica;

IX - desenvolver competências e criar cadeia produtiva relacionada a tecnologias médicas e biotecnologia;

X - contribuir no âmbito da AMOC e do Estado do Amapá para a consecução das diretrizes e ações do governo federal no enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus.

CAPÍTULO II

DA EMPRESA BENEFICIÁRIA

Art. 4º As empresas beneficiárias da Lei nº 8.387, de 1991, estão autorizadas a aplicar em PROCOVID-19, nas modalidades a seguir elencadas, desde que apresentem pleito de projeto à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para análise e autorização.

I - mediante convênio com Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs), bem como com instituições de pesquisa ou instituições de ensino superior mantidas pelo poder público, com sede ou estabelecimento principal na AMOC ou no Estado do Amapá, credenciadas pelo (Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia) CAPDA;

II - aplicação em programas prioritários definidos pelo CAPDA;

III - atividades realizadas diretamente pelas próprias empresas ou por elas contratadas com outras empresas ou ICTs, com sede ou atividade principal na AMOC ou no Estado do Amapá.

§ 1º As aplicações realizadas no inciso I do caput serão consideradas como cumprimento do disposto nos incisos I ou VI do § 4º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 1991, cujo enquadramento dependerá da natureza da ICT executora.

§ 2º As aplicações realizadas no inciso II do caput serão consideradas como cumprimento do disposto no inciso IV do § 4º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 1991, e não necessitam de análise e autorização prévia por parte da Suframa.

§ 3º As aplicações realizadas no inciso III do caput serão contabilizadas como o complemento mencionado no inciso IV do § 18 do art. 2º da Lei nº 8.387, de 1991.

§ 4º Para efeitos do inciso III do caput, poderão ser contratadas empresas nascentes de base tecnológica.

§ 5º A medição da efetividade será comprovada na análise individualizada de cada projeto, podendo a Suframa fazer a solicitação de complementação documental a qualquer momento.

Art. 5º O comprovante de depósito na conta bancária específica é suficiente para a comprovação da aplicação em PROCOVID-19 nas modalidades dos incisos I e II do art. 4º desta Portaria, devendo haver a identificação do responsável pelo depósito, bem como do destinatário, além do valor depositado.

Parágrafo único. No caso de repasse de recursos efetuado diretamente à ICT pública credenciada no CAPDA, o aporte deverá ser efetuado para respectiva fundação de apoio, que também será parte interessada no convênio firmado.

CAPÍTULO III

DO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (PROCOVID-19)

Art. 6º A empresa beneficiária no desenvolvimento dos PROCOVID-19 poderá investir em ações para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus que proporcionem:

I - uso de medicamentos conhecidos para o desenvolvimento de novas formas de tratamento e desenvolvimento de testes de diagnósticos com insumos de origem nacional;

II - formas múltiplas de isolamento vertical ou horizontal;

III - customização ou parametrização de tratamento existente;

IV - tratamento e destinação de lixo orgânico, inorgânico e hospitalar gerado pelo enfrentamento ao novo coronavírus;

V - customização, parametrização ou produção de produtos, processos ou serviços com origem na região da AMOC ou Amapá;

VI - controle e medição de resultados e impactos da aplicação de produtos, processos e serviços oriundos de PROCOVID-19 para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus;

VII - realização de prospecção de princípios ativos e novos materiais, a partir da biodiversidade amazônica, na profilaxia e tratamento da COVID-19;

VIII - aplicação de métodos e processos organizacionais de enfrentamento da emergência de saúde pública que auxiliem no lockdown inteligente de empresas da região AMOC ou do Estado do Amapá.

Parágrafo único. As empresas beneficiárias poderão realizar investimentos em outros métodos organizacionais de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus que possam ter resultados que beneficiem a região da AMOC ou Amapá.

Art. 7º No desenvolvimento dos PROCOVID-19 serão considerados como dispêndios aqueles que tiverem aderência aos incisos II e III do art. 2º desta Portaria, além dos relacionados às atividades dos incisos II, III e V do art. 10 da Resolução CAS nº 71, de 06 de maio de 2016.

Art. 8º Os instrumentos jurídicos firmados com ICT credenciada no CAPDA, de acordo com o inciso I do art. 4º, poderão prever que até 20% (vinte por cento) do seu valor seja utilizado para fins de ressarcimento de custos incorridos e para constituição de reserva a ser utilizada pela ICT em pesquisa, desenvolvimento e inovação no futuro.

Parágrafo único. Na execução de PROCOVID-19 com ICTs públicas, o percentual mencionado no caput poderá ser utilizado para pagamento da fundação de apoio que participe do projeto.

Art. 9º As instituições coordenadoras de Programas Prioritários definidos pelo CAPDA poderão pleitear a execução de PROCOVID-19, com recursos oriundos do inciso II do art. 4º, desde que apresentem à Suframa o PUR, independentemente do valor anual envolvido, para análise e aprovação pela Suframa.

Art. 10 O pleito para apresentação dos projetos de PD&I para enfrentamento do novo coronavírus, conforme incisos I e III do art. 4º, deverá seguir o formulário apresentado no Anexo I desta Portaria.

CAPÍTULO IV

das vedações

Art. 11 São expressamente proibidas as seguintes formas de destinação ou uso dos recursos para o desenvolvimento de PROCOVID-19:

I - desenvolvimento de projetos sem análise e autorização da Suframa, antes de iniciar o projeto;

II - escala de produção visando à aferição, em decorrência do projeto, de vantagem pecuniária nesta atividade;

III - pagamento de benefício financeiro para a empresa beneficiária ou suas afiliadas ou subsidiárias controladas direta ou indiretamente e seus respectivos seus sócios;

IV - prática de operações indiretas que caracterizem as condutas nos incisos anteriores.

CAPÍTULO V

da prestação de contas

Art. 12 Para efeitos de contabilização de investimentos por parte das empresas beneficiárias, serão considerados como aplicação em PROCOVID-19:

I - os aportes, conforme disposto nos incisos I e II do art. 4º;

II - dispêndios executados, conforme disposto no inciso III do art. 4º.

Parágrafo único. As informações dispostas nos incisos deverão constar no Relatório Demonstrativo dos anos-base aplicáveis da empresa beneficiária.

Art. 13 As ICTs credenciadas no CAPDA, conforme inciso I do art. 4º, deverão apresentar relatório de execução do projeto até 31 de março de 2021, estando sujeitas ao disposto no art. 14 em caso de não entrega ou de glosa na utilização dos valores.

Art. 14 No caso de não consecução dos resultados propostos no pleito de projeto por parte da ICT credenciada no CAPDA, o assunto será encaminhado ao CAPDA para deliberação.

§ 1º Anteriormente ao encaminhamento mencionado no caput, a ICT credenciada no CAPDA poderá, no que for aplicável, exercer seu direito de defesa, conforme disposto no art. 25 da Resolução CAS nº 71, de 2016.

§ 2º Mediante justificativa, desde que comprovada a correta execução dos PROCOVID-19, a Suframa poderá considerar projetos com indicadores abaixo dos aprovados no pleito de projeto.

§ 3º O CAPDA poderá, na análise dos investimentos nos PROCOVID-19, penalizar a ICT credenciada no CAPDA, observando as sanções previstas nas respectivas resoluções de credenciamento.

Art. 15 Os pagamentos relativos à remuneração e benefícios individuais e coletivos pagos aos funcionários, prestadores de serviço e terceiros que participarem do desenvolvimento de PROCOVID-19 deverão manter-se coerentes com os praticados por empresas de mesmo porte, situação, atuação e localização geográfica.

CAPÍTULO VI

daS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 A Suframa terá até dez dias para se manifestar sobre os pleitos de projeto ou PURs encaminhados.

Art. 17 Na execução dos PROCOVID-19 nas modalidades previstas no inciso III do art. 4º e art. 9º, o acompanhamento por parte da Suframa observará o previsto nas respectivas legislações.

Art. 18 Aplica-se o disposto nesta resolução, no que couber, às empresas que realizarem investimentos em PD&I em contrapartida à dispensa de cumprimento de etapa de processo produtivo básico, respeitados os termos da norma instituidora e do ato aprobatório do projeto industrial.

Art. 19 A empresa beneficiária deve disponibilizar quaisquer informações ou dados relacionados ao desenvolvimento dos PROCOVID-19 sempre que solicitadas pela Suframa, preservado eventual sigilo que recaia sobre elas.

Art. 20 É de responsabilidade de todos que recebem aportes de recursos de empresa beneficiária no desenvolvimento dos PROCOVID-19 zelar pela observância dos critérios estabelecidos nesta Portaria em conformidade com o pleito de projeto ou dos PUR.

Parágrafo único. A divulgação dos indicadores de resultados por parte da Suframa independe de prévia autorização.

Art. 21 O Superintendente poderá estabelecer normas necessárias à interpretação e aplicação desta Portaria.

Art. 22 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR

ANEXO I

ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO DE PLEITO DE PROJETO DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (PD&I) PARA FINS DESTA PORTARIA

APRESENTAÇÃO

1.1. Os pleitos deverão ser encaminhados, mediante correspondência datada e assinada pelo representante legal da empresa, conforme o seguinte modelo:

"A empresa ....., CNPJ: ..... com vistas à execução de projetos de PD&I para enfrentamento do novo coronavírus (PROCOVID-19), encaminha à Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa seu pleito de projeto.

declara que as informações prestadas são a expressão da verdade, dispondo dos elementos legais comprobatórios das mesmas.

Data/Assinatura

Nome do representante legal"

1.2. As propostas deverão ser encaminhadas à Coordenação-Geral de Gestão Tecnológica da Suframa, por meio do endereço eletrônico silvia.costa@suframa.gov.br, com o seguinte título: "Pleito de projeto de PD&I para enfrentamento do novo coronavírus - empresa xxx".

1.3. Esclarecimentos adicionais sobre as instruções baixadas neste roteiro poderão ser obtidos no endereço eletrônico cgtec@suframa.gov.br.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1. Identificação da Sede/Matriz da Empresa

2.1.1. Razão Social:

2.1.2. CNPJ:

2.1.3. Inscrição Suframa:

2.1.4. Endereço (logradouro, bairro, CEP, cidade, UF):

2.1.5. Telefone (DDD, número):

2.2. Representação

2.2.1. Nome:

2.2.2. Cargo:

2.2.3. Telefone (DDD, número):

2.2.4. E-mail:

2.3. Responsável pelas informações e pelo acompanhamento do projeto (em caso de representação terceirizada, encaminhar procuração). Indicar a (s) pessoa (s) autorizada (s) a prestar (em) esclarecimento (s) sobre o projeto fornecendo os seguintes dados:

2.3.1. Nome:

2.3.2. Cargo ou ocupação:

2.3.3. Telefone (DDD, número):

2.3.4. E- mail:

(TÍTULO DO PROJETO)

No caso da empresa apresente mais de um projeto, estes deverão ser listados em um Sumário com a identificação das páginas. Cada projeto deverá constar das seguintes informações.

3.1. Estratégia

Como o projeto será executado, considerando as opções dispostas no art. 4º desta Portaria.

3.2. Identificação

3.2.1. Executor: (se o projeto for executado por ICT credenciada no CAPDA ou realizado por terceira)

3.2.2. Responsável pela Execução do Projeto:

3.2.3. Nome Completo:

3.2.4. CPF / RG Órgão Emissor:

3.2.5. Telefone:

3.2.6. E-mail:

3.3. Motivação

A empresa deve justificar a escolha do projeto, explicando sua importância, as razões que motivaram sua execução.

3.4. Escopo

Descrever do que trata o projeto e a respectiva enquadrabilidade aos termos do art. 10 da Resolução nº 71, de 2016.

3.5. Objetivos e Metas

Descrever o que se deseja alcançar com o projeto, por meio da delimitação dos seus objetivos geral e específico e metas.

3.6. Infraestrutura

Descrever a infraestrutura dos laboratórios (área do laboratório (m²) e estrutura física necessários à execução do projeto.

3.7. Plano de Ação

Descrever a execução do projeto, por meio da quantificação e qualificação das atividades a serem realizadas, bem como de suas etapas. Deve-se, também, preencher o quadro 1.

Quadro 1: Plano de Ação

Atividade	Início	Fim
(Nome da Atividade)	Data de início	Data da conclusão
- (Nome da Etapa)	Data de início	Data da conclusão

3.8. Recursos Humanos

Descrever a equipe que irá executar o projeto, considerando a estratégia de execução, através da quantificação e qualificação, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Recursos Humanos

Nome	Formação	Atividade a realizar	Horas dedicadas ao projeto
(Nome do profissional)	(formação escolar / acadêmica. Ex: mestre em engenharia da computação, graduado em engenharia elétrica, técnico em informática)	(atividade a ser realizada pelo profissional no projeto)	(quantidade de horas previstas de dedicação pelo profissional no projeto)

3.9. Orçamento

Previsão orçamentária do projeto conforme dispêndios estabelecidos no art. 15 da Resolução nº 71, de 2016.

Quadro 3: Dispêndios

Item	Valor previsto (R$)
Recursos Humanos Diretos.	
Recursos Humanos Indiretos.	
Uso de programas de computador, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, seus acessórios, sobressalentes e ferramentas, assim como serviços de instalação dessas máquinas e equipamentos.	
Implantação, ampliação ou modernização de laboratório de pesquisa e desenvolvimento.	
Aquisição de livros e periódicos técnicos.	
Materiais de consumo.	
Viagens do pessoal participante do projeto e em sua função.	
Treinamento do pessoal participante do projeto.	
Serviços técnicos de terceiros.	
Outros Correlatos	
SUBTOTAL	
Custos Incorridos e Constituição de Reserva (somente para projetos executados por ICTs credenciadas no CAPDA)	
TOTAL	

3.10. Cronograma de Desembolso

Apresentar o cronograma de desembolso do recurso aplicado no projeto, caso haja parcelamento, conforme Quadro 4:

Quadro 4: Previsão de Desembolsos

Parcela	Data Prevista	Valor	%
Parcela 1			
Parcela n			
TOTAL			

3.11. Características Inovadoras

Destacar as características inovadoras do projeto.

3.12. Resultados Esperados

Descrever quais são os principais produtos esperados depois da execução do projeto: ex. qual foi a melhora na produtividade, quanto foi o aumento no markup da empresa, quantas patentes devem ser solicitadas, quantos artigos científicos foram publicados, e outros.

3.13. Aplicabilidade do Projeto

Descrever quais os benefícios serão obtidos pela empresa/comunidade/região ou outros após projeto sua conclusão.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA AGENTE OPERADOR

CIRCULAR Nº 901, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a divulgação da versão 10 do Manual de Orientação ao Empregador - Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso II, da Lei 8.036/90, de 11/05/1990, e de acordo com o Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684/90, de 08/11/1990, alterado pelo Decreto nº 1.522/95, de 13/06/1995, em consonância com a Lei nº 9.012/95, de 11/03/1995, , a Lei Complementar nº 110/01, de 29/06/2001, regulamentada pelos Decretos nº 3.913/01 e 3.914/01, de 11/09/2001, e a Lei Complementar 150, de 01/06/2005, publica a presente Circular:

1 Divulga a atualização do Manual de Orientação - Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais que dispõe sobre os procedimentos pertinentes a arrecadação do FGTS, versão 10, disponibilizada no sítio da CAIXA, www.caixa.gov.br, opção "download" - FGTS - Manuais e Cartilhas Operacionais.

2 Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Circular CAIXA 888/2020.

EDILSON CARROGI RIBEIRO VIANNA
Vice-Presidente
Em exercício

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

PORTARIA N° 64, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a delegação de competência de APROVAÇÃO de Termos de Referência e Planos de Trabalho na formalização de parcerias no SGAC - Sistema de Gestão de Acordos de Cooperação Técnica, Convênios e Contratos de Pesquisa firmados no âmbito do IPEA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, no exercício de suas atribuições, contidas no art. 17 e o disposto no inciso V do art. 3º, combinado com o artigo 15, ambos de seu Estatuto aprovado pelo Decreto 7.142, de 29 de março de 2010; e de acordo com o disposto na Portaria IPEA nº 339, de 12 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º À Diretoria de Desenvolvimento Institucional - DIDES caberá a responsabilidade de APROVAR os Termos de Referência, bem como Planos de Trabalho que façam parte dos processos de formalização de parcerias pretendidas entre o Ipea e instituições públicas e/ou privadas propostas no âmbito do SGAC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS VON DOELLINGER

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 421, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10 c/c art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir o Programa Conta pra Mim, com a finalidade de orientar, estimular e promover práticas de literacia familiar em todo o território nacional.

Parágrafo único. O programa integra a Política Nacional de Alfabetização, instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, e tem como objeto a efetivação do disposto em seu art. 8º, IV bem como das disposições da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2019.

Art. 2º É considerado público-alvo do programa todas as famílias brasileiras, tendo prioridade aquelas em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Art. 3º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - literacia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva;

II - numeracia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática;

III - literacia familiar - conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores; e

IV - literacia emergente - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização.

Art. 4º As ações do programa são voluntárias e as entregas obedecerão a critérios previamente estabelecidos pelo Ministério da Educação em cada caso.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 5º São princípios do Programa Conta pra Mim:

I - o reconhecimento da família como ator fundamental para o sucesso educacional dos filhos;

II - o incentivo ao trabalho voluntário para a realização de atividades ou para a participação de projetos voltados à promoção das práticas de literacia familiar;

III - a integração e cooperação entre sociedade civil, escolas, redes educacionais e todas as esferas governamentais com vistas ao sucesso de iniciativas relativas à literacia familiar;

IV - a fundamentação de suas ações em evidências científicas e em práticas exitosas nacionais e internacionais; e

V - a priorização de famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Art. 6º São objetivos do Programa Conta pra Mim:

I - sensibilizar toda a sociedade quanto à importância de se cultivar a leitura em família;

II - oferecer orientações acerca das melhores práticas de literacia familiar;

III - incentivar o hábito de leitura na população;

IV - encorajar pais a se engajarem na vida escolar dos filhos;

V - impactar positivamente a aprendizagem de literacia e de numeracia no decorrer de toda a trajetória educacional, em suas diferentes fases e etapas;

VI - fomentar a promoção e a divulgação das práticas de literacia familiar em escolas e sistemas de ensino; e

VII - incentivar o aprimoramento e a divulgação de conhecimentos científicos sobre o tema da Literacia Familiar.

CAPÍTULO III

DAS DIMENSÕES DO PROGRAMA

Art. 7º O Programa Conta pra Mim contemplará as seguintes dimensões:

I - promoção de campanhas e eventos de divulgação e sensibilização sobre a importância da literacia familiar;

II - produção e difusão de materiais de orientação acerca de práticas de literacia familiar;

III - condução de projetos de literacia familiar buscando, sempre que possível, a execução de ações e programas intersetoriais;

IV - fomento e promoção de pesquisa científica acerca de literacia familiar e seu impacto sobre aquisição de numeracia e literacia; e

V - apoio e fomento a iniciativas e projetos regionais e locais afetos à literacia familiar.

Art. 8º As campanhas e eventos de incentivo ao engajamento das famílias em práticas de leitura e literacia emergente serão conduzidas pelo Ministério da Educação por meio da mobilização de diferentes veículos de divulgação.

Art. 9º Serão ofertados materiais de orientação, cursos, atividades e outros recursos com vistas a instituir e facilitar práticas de literacia por parte das famílias.

Parágrafo único. A oferta de cursos a que diz respeito o caput será operacionalizada preferencialmente na modalidade a distância.

Art. 10. As ações e projetos desenvolvidos no âmbito do programa buscarão a colaboração de entidades e organizações governamentais e da sociedade civil.

Art. 11. O Ministério da Educação irá propor o estabelecimento e incentivo de linhas de pesquisas relacionadas ao tema da literacia familiar com o objetivo de estabelecer, consolidar e desenvolver essa prática no Brasil.

Art. 12. O Ministério da Educação incentivará a adesão dos municípios às iniciativas de literacia familiar de seus respectivos estados, bem como apoiará os programas locais sobre o tema.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA

Art. 13. O Ministério da Educação poderá apoiar iniciativas locais e regionais de desenvolvimento de literacia familiar, por meio da disponibilização de materiais de orientação, capacitações e outros recursos, materiais e financeiros, que venham a ser necessários.

Art. 14. O Ministério da Educação poderá conduzir, estimular ou fomentar a implementação de projetos piloto para posterior expansão ou para sua assunção pelas autonomias locais.

Art. 15. As diferentes ações do Programa Conta pra Mim serão implementadas por meio de atos do Secretário de Alfabetização.

Art. 16. O monitoramento do programa será conduzido com vistas à adaptação de sua execução ou ao aprimoramento de seus ciclos futuros.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação.

Art. 18. Esta portaria entra em vigor em 4 de maio de 2020.

ABRAHAM WEINTRAUB

DESPACHOS DE 22 DE ABRIL DE 2020

Vistos os autos do processo em referência, com fulcro no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e no Parecer nº 00073/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - CONJUR-MEC, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o Ministro de Estado da Educação deixa de homologar o Parecer CNE/CP nº 21/2019, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que examinou o recurso interposto e manteve os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 546/2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, o qual indeferiu o pedido de credenciamento da Faculdade Santa Maria de Pinheiro, que seria instalada na Rua Presidente Dutra, nº 465, bairro Centro, no município de Pinheiro, no estado do Maranhão, mantida pela S.M.P. Guterres - ME, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.000212/2020-84 (e-MEC nº 201209031).

Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência e com fulcro no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, bem como no Parecer nº 00053/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica deste Ministério da Educação, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, deixo de homologar o Parecer CNE/CES nº 89/2020, que reexaminou o Parecer CNE/CES nº 988/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que examinou o pedido de credenciamento da Faculdade de Ciências Jurídicas de Santa Maria - UNISM, que seria instalada no município de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul, mantida pelo Instituto de Educação Santa Maria Ltda. - ME, a partir da oferta do curso superior de Direito, bacharelado (e-MEC nº 201801347), conforme consta do Processo nº 00732.003749/2019-62 (e-MEC 201800945).

Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, com fulcro no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, no Parecer nº 00189/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - CONJUR-MEC, e nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o Ministro de Estado da Educação deixa de homologar o Parecer CNE/CES nº 941/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que examinou recurso interposto pela Faculdade do Norte Goiano - FNG, com sede na Rua 6, nº 21, Setor Leste, município de Porangatu, no estado de Goiás, mantida pelo Centro de Educação Superior do Norte Goiano Ltda.-ME, com sede no mesmo município e estado, mantendo os efeitos da Portaria nº 1.365, de 21 de dezembro de 2017, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que indeferiu o funcionamento do curso de Agronomia, bacharelado, da mencionada Instituição, conforme consta do Processo nº 00732.001852/2018-97 (e-MEC 201607179).

ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 126, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em cumprimento a decisão judicial proferida no Procedimento Comum nº 1030221-02.2019.4.01.3400, da 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 20/2020/DIRAP/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do processo nº 23000.040068/2016-01, resolve:

Art.1º Fica deferido o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS a Associação Cultural de Renovação Tecnológica Sorocabana, com sede em Sorocaba/SP, CNPJ nº 45.718.988/0001-67, nos autos do processo nº 23000.040068/2016-01, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos do Procedimento Comum nº 1030221-02.2019.4.01.3400/DF, por atendimento ao disposto no artigo 14 do CTN, com período de certificação assegurado para 01/01/2013 a 31/12/2015.

Art.2º Cientificar a Procuradoria Regional da União da 1ª Região do cumprimento da decisão judicial;

Art.3º Cientificar a Associação Cultural de Renovação Tecnológica Sorocabana do cumprimento da decisão judicial;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 618, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O REITOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Decreto Presidencial de 10/06/2019, publicado no DOU n.º 111, de 11/06/2019, Seção 2, pág. 1, resolve:

Prorrogar, por 12 (doze) meses a partir de 29/04/2020, o prazo de validade do Edital de Homologação nº 02, de 26/04/2019, publicado no DOU nº 81, de 29/04/2019, seção 3, página 46, que trata do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, objeto do Edital nº 01 - CAMPUS PARINTINS, de 27/03/2019, publicado no DOU nº 60, de 28/03/2019, seção 3, página 55.

ANTÔNIO VENANCIO CASTELO BRANCO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 319, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Altera o Cronograma do Censo da Educação Superior 2019

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no exercício de suas atribuições, conforme estabelece o inciso I, II e VI, do art. 16, do Anexo I, do Decreto n° 6.317, de 20 de dezembro de 2007, o Art. 4º e 6º do Decreto n° 6.425, de 4 de abril de 2008, o art. 31, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e a Portaria nº 794, de 23 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a prorrogação, em caráter excepcional, dos prazos de coleta do Censo da Educação Superior, previstos na Portaria nº 911, de 06 de novembro de 2019, passando a vigorar as seguintes novas datas e os respectivos responsáveis para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2019, a ser realizado em todo território nacional, via Internet, por meio do Sistema Censup, no endereço eletrônico: http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2019/, por todas Instituições de Educação Superior, sejam elas Federais, Estaduais, Municipais, Privadas ou Especiais, que ofertam cursos de graduação e cursos sequencias de formação específica:

I -período de coleta dos dados declarados no Sistema Censup 2019, por digitação nos formulários eletrônicos e por importação de dados pela Internet, tendo como referência o ano de 2019:

a) Data Inicial: 20/01/2020;
b) Data Final: 05/06/2020;
c) Responsáveis: Representante legal e Pesquisador Institucional da IES;

II -período de verificação da consistência, conferência, ajustes, validação dos dados coletados e envio das justificativas de dados inconsistentes:

a) Data Inicial: 08/06/2020;
b) Data Final: 26/06/2020;
c) Responsáveis: Representante legal e Pesquisador Institucional da IES;

III -período de análise e respostas às justificativas de dados inconsistentes:

a) Data Inicial: 29/06/2020;
b) Data Final: 10/07/2020;
c) Responsável: Inep

IV -período de ajustes dos dados conforme as orientações do Inep:

a) Data Inicial: 13/07/2020;
b) Data Final: 31/07/2020;
c) Responsável: Representante legal e Pesquisador Institucional da IES

V -período de consolidação e homologação dos dados:

a) Data Inicial: 03/08/2020;
b) Data Final: 04/09/2020;
c) Responsável: Inep;

VI -período de preparação dos dados:

a) Data Inicial: 08/09/2020;
b) Data Final: 16/10/2020;
c) Responsável: Inep;

VII - data de divulgação do Censo da Educação Superior:

a) Data: 23/10/2020;
b) Responsável: Inep.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 6 DE ABRIL DE 2020

Aprova a recriação do órgão colegiado denominado "Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (CGTIC-UFSM) "vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:

- o Art. 56 da Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

- o Decreto N. 9.191, de 1º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado;

- o Decreto N. 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal;

- o Decreto n. 8.638/2016, que Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

- a Resolução N. 032/2016, de 08 de setembro de 2016, que aprova a reformulação do Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação da UFSM e institui seu Regimento Interno; revogada pela Resolução N. 020/2019, de 02 de setembro de 2019, que aprova a revogação expressa das Resoluções referentes aos colegiados extintos em decorrência do disposto no Decreto N. 9.759, de 11 de abril de 2019, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); e

- o Parecer ad referendum da Comissão de Legislação e Regimentos (CLR), do Conselho Universitário (CONSU), referente ao Processo n. 23081.012524/2020-48, resolve:

Art. 1º Aprovar a recriação do órgão colegiado denominado "Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (CGTIC-UFSM) "vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Parágrafo único. O órgão colegiado mencionado no Caput deste Artigo está sendo recriado considerando sua previsão anterior na Resolução N. 032/2016, de 08 de setembro de 2016, que aprova a reformulação do Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação da UFSM e institui seu Regimento Interno.

TÍTULO I

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação:

I - propor atualização do seu regimento interno;

II - elaborar o Plano Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicação da UFSM;

III - elaborar o Plano de Segurança da Informação e Comunicação e de Segurança Cibernética;

IV - apreciar Políticas de Segurança relativas a Tecnologias de Informação e Comunicação;

V - apreciar o Plano Anual de Investimento para a área de Tecnologia de Informação, para o exercício subsequente;

VI - propor as diretrizes de planejamento, organização e execução das atividades de Tecnologia de Informação e Comunicação;

VII - propor a definição de prioridades na formulação e execução de planos e projetos institucionais relacionados à Tecnologia de Informação e Comunicação; e

VIII - estabelecer um cronograma de atividades do Comitê para o exercício, sempre na primeira sessão ordinária.

Parágrafo único. Os incisos citados acima devem ser submetidos ao Conselho Universitário da UFSM, para aprovação.

Art. 3º Compete ao Presidente do Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação:

I - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - aprovar a pauta das reuniões;

III - resolver as questões de ordem;

IV - exercer o voto de desempate (ou de qualidade);

V - baixar atos necessários a organização interna; e

VI - indicar o secretário.

Art. 4º Compete à Secretaria do Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação:

I - secretariar as reuniões;

II - redigir, providenciar as devidas assinaturas e divulgar as atas das reuniões;

III - organizar os processos administrativos e seus trâmites;

IV - distribuir previamente a pauta das reuniões, com cópias dos respectivos temas a serem tratados;

V - fazer as convocações determinadas pelo presidente;

VI - assistir aos membros do Comitê no exercício da sua função; e

VII - manter atualizada a correspondência e documentação do Comitê.

Art. 5º Compete aos membros do Comitê:

I - participar das reuniões do Comitê, contribuindo no estudo, nas discussões e na busca de soluções de consenso dos membros;

II - exercer o direito de voto nas tomadas de decisões;

III - relatar mediante emissão de parecer a ser submetido à aprovação do Comitê, as matérias que lhe tenham sido encaminhadas pelo Presidente; e

IV - participar dos grupos de trabalho designados pelo Presidente.

TÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E AUTORIDADE

Art. 6º O Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação será constituído pelos seguintes membros:

I - Reitor(a);

II - Pró-Reitor(a) de Administração;

III - Pró-Reitor(a) de Planejamento;

IV - Pró-Reitor(a) de Graduação;

V - Pró-Reitor(a) de Pós-Graduação e Pesquisa;

VI - Pró-Reitor(a) de Extensão;

VII - dois representantes das Unidades de Ensino do Campus Sede da UFSM;

VIII - um representante das Unidades de Ensino, dos Campi fora de sede;

IX - um representante do Gabinete do Reitor, indicado pelo Reitor;

X - o Diretor(a) do Centro de Processamento de Dados;

XI - o Coordenador(a) da Coordenadoria de Comunicação Social;

XII - o Coordenador da Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (CEBTT);

XIII - o Diretor do Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE);

XIV - o Diretor da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia (AGITTEC);

XV - um professor representante dos cursos de Tecnologia da Informação da UFSM;

XVI - um representante discente indicado pelo Diretório Central de Estudantes (DCE); e

XVI - um servidor da UFSM, escolhido pelo Presidente, que será o secretário e não poderá tomar parte nas discussões e votações do Comitê.

§ 1º O Presidente do Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação será o Reitor e, na sua ausência ou impedimento o Vice-Reitor da UFSM.

§ 2º Os suplentes dos Pró-Reitores serão os substitutos oficialmente designados via portaria do Reitor como seus substitutos nas respectivas áreas de atuação.

§ 3º Os representantes e suplentes das Unidades de Ensino serão escolhidos e indicados pelos Diretores de tais unidades.

§ 4º O professor representante dos cursos de Tecnologia da Informação da UFSM e seu suplente serão indicados pelos Coordenadores de Curso dos Cursos de Tecnologia da Informação, oficialmente designado via portaria.

§ 5º Os demais suplentes serão indicados pelo Reitor e oficialmente designados via portaria.

§ 6º Os membros terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos pelo mesmo período.

§ 7º Justifica-se o quantitativo de membros integrantes do órgão colegiado possuir número superior a 7 (sete) tendo em vista as especificidades e demandas da área em questão.

TÍTULO III

DO QUÓRUM DE REUNIÃO E DE VOTAÇÃO

Art. 7º As sessões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de cinco dias úteis e as extraordinárias com antecedência mínima de três dias úteis.

§ 1º As sessões funcionarão com dois terços dos seus membros, considerando-se esse o número legal para a deliberação e votação.

§ 2º Constatada a falta de quórum, o início da sessão fica transferido para trinta minutos e, após este prazo, funcionará com qualquer número, considerando-se esse o número legal para a deliberação e votação.

§ 3º Quando da ocorrência de empate na votação, caberá ao(à) Presidente da sessão o voto qualificado.

TÍTULO IV

DA periodicidade das reuniões

Art. 8º O Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação reunir-se-á ordinariamente quatro vezes por ano e extraordinariamente por convocação do seu Presidente ou pela subscrição de dois terços dos seus membros.

§ 1º As reuniões ordinárias realizar-se-ão em horários e dias fixados pelo Presidente antecipadamente para cada ano.

§ 2º As reuniões serão realizadas em local a ser indicado no aviso de convocação às reuniões.

§ 3º A juízo da plenária e quando convidados pelo presidente poderão participar da reunião pessoas cujos depoimentos possam esclarecer assuntos pertinentes à convocação, não podendo tais pessoas votarem.

§ 4º As reuniões deste órgão colegiado, cujos membros, convidados ou participantes estejam em entes federativos diversos, serão realizadas por videoconferência, sem pagamento de diárias e deslocamento.

TÍTULO V

Do órgão DE apoio administrativo

Art. 9º Caberá ao Centro de Processamento de dados (CPD), no que se refere ao funcionamento do Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação, a responsabilidade de realizar o apoio administrativo e demais encaminhamentos para o devido andamento dos trabalhos.

TÍTULO Vi
do regimento interno
Art. 10 O Regimento Interno do CGTIC, anexo à Resolução N. 032/2016, de 08 de setembro de 2016, será atualizado, adequando-se a esta Resolução e demais legislações vigentes.
Parágrafo único. Tal Regimento poderá ser alterado por decisão de dois terços do Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação, em reunião especialmente convocada para tal, e entrará em vigor após homologação do Conselho Universitário.
TÍTULO VII
DO MEMBROS não natos
Art. 11 Nas reuniões do referido órgão colegiado poderão comparecer, a juízo da plenária e quando convidados pelo presidente, servidores e/ou discentes, a fim de prestarem esclarecimentos sobre assuntos que lhes forem pertinentes.
Parágrafo único. As reuniões deste órgão colegiado, cujos membros possuírem domicílio e/ou residência legal ou estiverem em local diverso da realização da atividade serão realizadas por videoconferência, sem pagamento de diárias e deslocamento."
TÍTULO VIII
Dos relatórios periódicose DO RElatório final
Art. 12 Os documentos elaborados pelo Comitê Gestor de Tecnologias de Informação e Comunicação serão publicados no Portal Institucional.
TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITórias
Art. 13 É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do Reitor da UFSM.
Art. 14 A participação dos membros deste órgão colegiado será considerada prestação de serviço público relevante, e não será remunerada.
Parágrafo único. As atividades do(a) CGTIC e de seus membros não poderá causar prejuízo à prestação do serviço público pelo servidor membro do Colegiado.
Art. 15 As reuniões deste órgão colegiado cujos membros estejam em entes federativos diversos serão realizadas por videoconferência.
Parágrafo único. Na hipótese de ser demonstrada, de modo fundamentado, a inviabilidade ou a inconveniência de se realizar a reunião por videoconferência, serão estimados os gastos com diárias e passagens dos membros deste colegiado, assim como, a comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso.
Art. 16 É vedada a possibilidade de criação de subcolegiados por ato deste colegiado, exceto se na presente Resolução houver:
I - limitado o número máximo de seus membros;
II - estabelecido caráter temporário e duração não superior a um ano; e
III - fixado o número máximo de subcolegiados que poderão operar simultaneamente.
Parágrafo único. A mera necessidade de reuniões eventuais para debate, articulação ou trabalho que envolva agentes públicos da administração pública federal não será admitida como fundamento para as propostas de que trata o caput.
Art. 17 Esta resolução entra em vigor uma semana após a data de sua publicação e sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil, revogando as disposições em contrário.
§1º O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de urgência justiGada no expediente administrativo.
§2º Havendo qualquer modificação legislativa, ou ainda, havendo qualquer situação legal que impacte na legalidade da presente Resolução, a mesma se aplica de imediato.

PAULO AFONSO BURMANN

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 6 DE ABRIL DE 2020

Aprova a recriação do órgão colegiado denominado "Comissão Permanente de Avaliação e Baixa Patrimonial de Bens Móveis (CPABP-UFSM)" vinculado a Pró-Reitoria de Administração (PRA) órgão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:
- o Art. 56 da Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- o Decreto N. 9.191, de 1º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado;
- o Decreto N. 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal;
- o Art. 10 do Decreto Nº 9.373, de 11 de maio de 2018, que estabelece que as classificações e avaliações de bens serão efetuadas por comissão especial, instituída pela autoridade competente e composta por três servidores do órgão ou da entidade, no mínimo;
- os artigos 39 ao 44 da Resolução nº 016 de 17 de junho de 1996 da UFSM, que dispõe sobre as normas e procedimentos administrativos relativos ao controle patrimonial dos bens móveis, imóveis e semoventes da UFSM e da outras providências; e,
- o Parecer ad referendum da Comissão de Legislação e Regimentos (CLR), do Conselho Universitário (CONSU), referente ao Processo N. 23081.003256/2020-73, resolve:

Art. 1º Aprovar a recriação do órgão colegiado denominado Comissão Permanente de Avaliação e Baixa Patrimonial de Bens Móveis" (CPABP-UFSM)" vinculado a Pró-Reitoria de Administração (PRA) órgão consultivo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
Parágrafo único. O órgão colegiado mencionado no Caput deste Artigo está sendo recriado considerando sua previsão anterior no Art. 10 do decreto Nº 9.373, de 11 de maio de 2018, que estabelece que as classificações e avaliações de bens serão efetuadas por comissão especial, instituída pela autoridade competente e composta por 3 (três) servidores do órgão ou da entidade, no mínimo.
TÍTULO I
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 2º Caberá ao órgão colegiado denominado Comissão Permanente de Avaliação e Baixa Patrimonial de Bens Móveis (CPABP-UFSM) vinculado a Pró-Reitoria de Administração (PRA):
I - avaliar, sob demanda da Divisão de Patrimônio (DIPAT), os bens que a mesma entender estarem com valores defasados ou superestimados;
II - emitir parecer sobre a viabilidade de baixa de bens a partir das demandas apresentadas pela Divisão de Patrimônio (DIPAT);
III - encaminhará a avaliação e/ou o parecer para homologação pela Divisão de Patrimônio (DIPAT).
TÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E AUTORIDADE
Art. 3º A Comissão Permanente de Avaliação e Baixa Patrimonial de Bens Móveis (CPABP-UFSM), será composta por 9 (nove) membro, sendo:
I - 2 (dois) Contadores indicados pelo Diretor do DCF;
II - 1 (um) Assistente em Administração indicado pelo Centro de Educação - CE;
III - 1 (um) Analista de tecnologia da Informação indicado pelo Diretor do CPD;
IV - 1 (um) Administrador indicado pelo Pró-Reitor de Planejamento - PROPLAN;
V - 1 (um) Engenheiro Mecânico indicado pelo Pró-Reitor de Infrastrutura - PROINFRA;
VI - 1 (um) Assistente em Administração indicado pelo Diretor da Divisão de Patrimônio - DIPAT;
VII - 1 (um) Assistente em Administração Bibliotecário-Documentalista indicado pelo Diretor da Biblioteca Central;
VIII - 1 (um) Secretário-Executivo indicado pelo Pró-Reitor de Extensão - PRE.
§ 1º Os membros terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos pelo mesmo período.
§ 2º Cada membro poderá ser substituído em qualquer época, sempre que houver consenso da maioria, por meio de uma solicitação escrita do respectivo segmento de representação, ou se o próprio representante assim o desejar.
§ 3º O Presidente e Vice-Presidente da Comissão (CPABP-UFSM) serão eleitos por votação anual dos membros integrantes da referida comissão.
§ 4º A quantidade de 9 (nove) membros que compõe a Comissão Permanente de Avaliação e Baixa Patrimonial de Bens Móveis (CPABP-UFSM), deve-se a grande demanda de trabalho e bens patrimoniais a serem devidamente analisados antes do devido processo de desfazimento.
TÍTULO III
DO QUÓRUM DE REUNIÃO E DE VOTAÇÃO
Art. 4º As reuniões da CPABP-UFSM acontecerão com a presença mínima de 3 (três) de seus membros, considerando-se esse o número legal para a deliberação e votação.
Parágrafo único. Quando da ocorrência de empate na votação, caberá ao Presidente da sessão o voto qualificado.
Art. 5º As convocações, ordinárias ou extraordinárias, serão feitas via correio eletrônico, pelo presidente, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, devendo constar da mesma a Ordem do Dia.
Art. 6º Havendo número legal e declarada aberta a sessão, proceder-se-á a discussão e posterior realização dos pareceres que deverão embasar os processos a serem analisados pelo órgão colegiado em questão.
Parágrafo único. Não havendo quórum, os membros serão convocados para nova reunião 48 (quarenta e oito) horas depois, com a mesma pauta.
TÍTULO IV
DA PERIODICIDADE DAS REUNIÕES
Art. 7º A Comissão Permanente de Avaliação e Baixa Patrimonial de Bens Móveis (CPABP-UFSM), reunir-se-á, ordinariamente, por um turno, 1 (uma) vez por mês ou extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou maioria de seus membros e desde que haja demanda para o referido órgão colegiado.
Parágrafo único. As reuniões deste órgão colegiado, cujos membros, convidados ou participantes estejam em entes federativos diversos, serão realizadas por videoconferência, sem pagamento de diárias e deslocamento.
TÍTULO V
DO ÓRGÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO
Art. 8º Caberá à Divisão de Patrimônio (DIPAT), no que se refere ao funcionamento da Comissão Permanente de Avaliação e Baixa Patrimonial de Bens Móveis (CPABP-UFSM), a responsabilidade de realizar o apoio administrativo e demais encaminhamentos para o devido andamento dos trabalhos.
TÍTULO VI
DO REGIMENTO INTERNO
Art. 9º Por se tratar de comissão permanente para tratar da avaliação e baixa patrimonial dos Bens permanentes da Instituição, não há necessidade de Regimento específico.
TÍTULO VII
DOS MEMBROS NÃO NATOS
Art. 10 Consideram-se como membros variáveis ou não natos, os servidores com conhecimento técnico necessário sob os bens que estão sendo avaliados.
Art. 11 Nas reuniões da CPABP-UFSM poderão comparecer, quando convidados pelo presidente, servidores e/ou discentes, a fim de prestarem esclarecimentos sobre assuntos que lhes forem pertinentes:
I - responsável técnico quando se tratar de "bens patrimoniais" de natureza específica;
II - servidor da Divisão de Patrimônio quando necessitar de esclarecimentos ou auxílio para continuação do trabalho realizado pela comissão.
Parágrafo único. As reuniões deste órgão colegiado, cujos membros possuírem domicílio e/ou residência legal ou estiverem em local diverso da realização da atividade serão realizadas por videoconferência, sem pagamento de diárias e deslocamento.
TÍTULO VIII
DOS RELATÓRIOS PERIÓDICOS E DO RELATÓRIO FINAL
Art. 11 A Comissão Permanente de Avaliação e Baixa Patrimonial de Bens Móveis (CPABP-UFSM), emitirá parecer mensal e específico para os processos de sua área, não havendo necessidades de emitir relatórios periódicos e anuais.
TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS
Art. 12 É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do titular da Pró-Reitoria de Administração (PRA) ao qual este órgão colegiado está vinculado.
Art. 13 A participação dos membros deste órgão colegiado será considerada prestação de serviço público relevante, e não será remunerada.
Parágrafo único. As atividades da Comissão Permanente de Avaliação e Baixa Patrimonial de Bens Móveis (CPABP-UFSM), e de seus membros não poderá causar prejuízo à prestação do serviço público pelo servidor membro do Colegiado.
Art. 14 As reuniões deste órgão colegiado cujos membros estejam em entes federativos diversos serão realizadas por videoconferência.
Parágrafo único. Na hipótese de ser demonstrada, de modo fundamentado, a inviabilidade ou a inconveniência de se realizar a reunião por videoconferência, serão estimados os gastos com diárias e passagens dos membros deste colegiado, assim como, a comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso.
Art. 15 É vedada a possibilidade de criação de subcolegiados por ato deste colegiado, exceto se na presente Resolução houver:
I - limitado o número máximo de seus membros;
II - estabelecido caráter temporário e duração não superior a um ano; e
III - fixado o número máximo de subcolegiados que poderão operar simultaneamente.
Parágrafo único. A mera necessidade de reuniões eventuais para debate, articulação ou trabalho que envolva agentes públicos da administração pública federal não será admitida como fundamento para as propostas de que trata o caput.
Art. 16 Esta resolução entra em vigor uma semana após a data de sua publicação e sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil.
§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de urgência justiGada no expediente administrativo.
§ 2º Havendo qualquer modificação legislativa, ou ainda, havendo qualquer situação legal que impacte na legalidade da presente Resolução, a mesma se aplica de imediato.

PAULO AFONSO BURMANN

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 6 DE ABRIL DE 2020

Altera a Resolução N. 041/2016, que institui o Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para Refugiados e Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:
- a Nota N. 00331/2019/PROJUR/PFUFSM/PGF/AGU, da Procuradoria Federal Junto à UFSM, de 13 de setembro de 2019; e,

- o Parecer ad referendum da Comissão de Legislação e Normas (CLN), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), referente ao Processo n. 23081.061432/2019-58, resolve:

Art. 1º Incluir o Parágrafo único ao Artigo 1º, da Resolução N. 041/2016, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O Processo Seletivo para Ingresso de Imigrantes e Refugiados em Situação de Vulnerabilidade do presente programa, dependerá de consulta prévia sobre a viabilidade financeira às Pró-Reitorias de Administração (PRA), de Planejamento (PROPLAN) e de Assuntos Estudantis (PRAE)."

Art. 2º Alterar o caput do Artigo 2º, da Resolução N. 041/2016, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A Universidade Federal de Santa Maria viabilizará o ingresso como aluno ao portador de estado de refugiado ou imigrante em situação de vulnerabilidade nos Cursos Técnicos, Tecnológicos e de Graduação, por meio de vagas suplementares. A definição do quantitativo de vagas por curso resultará da análise e aprovação ou não por parte de cada colegiado, após consulta pela PROGRAD, e não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) das vagas semestrais da oferta do curso."

Art. 3º Alterar o § 7º, do Artigo 2º, da Resolução N. 041/2016, o qual passa a ter a seguinte redação:

"§ 7º Os Colegiados de Curso serão consultados quanto a viabilidade e será aberto, a cada ano, um Edital para o Processo Seletivo do Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior da UFSM para Refugiados e Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade com as respectivas vagas (conforme dispõe o Artigo 2º da presente Resolução), bem como com as orientações para inscrição no Processo Seletivo."

Art. 4º Revogar o § 8º, do Artigo 2º, da Resolução N. 041/2016.

Art. 5º Alterar o Artigo 9º, da Resolução N. 041/2016, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9º No caso da demanda ser superior ao número de vagas previsto no Art. 2º da presente Resolução, a PROGRAD poderá adotar critérios de prioridade (idade mais avançada e análise socioeconômica) e lista de espera, constantes no processo seletivo especifico."

Art. 6º Esta resolução entra em vigor uma semana após a data de sua publicação e sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil, revogando as disposições em contrário.

§1º O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de urgência justificada no expediente administrativo.

§2º Havendo qualquer modificação legislativa, ou ainda, havendo qualquer situação legal que impacte na legalidade da presente Resolução, a mesma se aplica de imediato.

PAULO AFONSO BURMANN

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 14 DE ABRIL DE 2020

Aprova a revogação expressa das Resoluções já revogadas tacitamente ou cujos efeitos tenham se exaurido no tempo em decorrência do disposto no Decreto N. 10.139, de 28 de novembro de 2019, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:

- a Lei Complementar N. 85, de 26 de fevereiro de 1998, que dispões sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o Parágrafo Único do Art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona;

- o Decreto N. 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto;

- o Decreto N. 9.191, de 1º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado;

- o processo administrativo N. 23081.009850/2015-19 que juntamente com o Instituto Federal Farroupilha solicita providências necessárias para a migração do CAFW da UFSM para o I. F. Farroupilha;

- a Resolução N. 022/2015, de 06 de outubro de 2015, que aprova a criação do Campus de Palmeira das Missões por meio do desmembramento do Centro de Educação Superior Norte - RS/UFSM (CESNORS-UFSM) e dá outras Providências;

- a Resolução N. 008/2016, de 08 de março de 2016, que institui o Campus da Universidade Federal de Santa Maria - Frederico Westphalen (UFSM-FW) na estrutura organizacional da UFSM e dá outras providências;

- a Resolução N. 014/2017, de 05 de outubro de 2017, que aprova a extinção da Unidade Descentralizada de Educação Superior da Universidade Federal de Santa Maria, em Silveira Martins (UDESSM);

- o Parecer ad referendum da Comissão de Legislação e Normas (CLN), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), referente ao Processo N. 23081.001921/2020-94;

- o Parecer ad referendum da Comissão de Legislação e Regimentos (CLR), Conselho Universitário (CONSU), referente ao Processo N. 23081. 001921/2020-94, resolve:

Art. 1º Aprovar a revogação expressa das Resoluções, constantes no Anexo I, já revogadas tacitamente ou cujos efeitos tenham se exaurido no tempo em decorrência do disposto no Decreto N. 10.139, de 28 de novembro de 2019, na estrutura organizacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Parágrafo único. Os atos de que trata o caput deste artigo serão considerados não vigentes e ficarão disponíveis no Portal de Documentos da UFSM como repositório para fins de consulta, pesquisa e registro histórico.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor uma semana após a data de sua publicação e sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil, revogando as disposições em contrário.

§1º O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de urgência justificada no expediente administrativo.

§2º Havendo qualquer modificação legislativa, ou ainda, havendo qualquer situação legal que impacte na legalidade da presente Resolução, a mesma se aplica de imediato.

PAULO AFONSO BURMANN

ANEXO I

Descrição	Ementa/Resumo	Data Publicação
Resolução N. 001/1970	Designa João Manoel Rossés e Nelson Costa como ajudantes do Gabinete.	20/10/1970
Resolução N. 001/1971	Cria mais 274 vagas além das fixadas em edital para concurso vestibular.	13/01/1971
Resolução N. 001/1971GR	Coloca o servidor Luiz Fernando Vinadé à disposição do curso de Engenharia Florestal.	31/01/1971
Resolução N. 001/1971A	Cede o ajudante do Gabinete RENO SCHMIDT a vice-reitoria.	23/11/1971
Resolução N. 001/1972	Designa servidores para comissão sobre situação dos serventes.	03/06/1972
Resolução N. 002/1972	Determina que o servidor Rainer Oscar Muller responderá pela Direção da Imprensa Universitária.	04/07/1972
Resolução N. 027/1978	Dispõe sobre a oferta de disciplinas para o primeiro semestre de 1978.	04/10/1978
Resolução N. 044/1978	Remove e lota servidores do Centro de Ciências da Saúde - CCS.	03/03/1978
Resolução N. 045/1978	Remove e lota servidores do Centro de Ciências Sociais e Humanas - CCSH.	02/03/1978
Resolução N. 046/1978	Remove e lota servidores do Centro de Educação Física e Desportos - CEFD.	02/03/1978
Resolução N. 047/1978	Remove e lota servidores do Centro de Tecnologia -CT.	02/03/1978
Resolução N. 048/1978	Remove e lota servidores do Centro de Educação - CE.	02/03/1978
Resolução N. 049/1978	Remove e lota servidores do Centro de Ciências Rurais - CCR.	02/03/1978
Resolução N. 050/1978	Remove e lota servidores do Centro de Artes e Letras - CAL.	02/03/1978
Resolução N. 036/1979	Remove e relota docentes nos departamentos de ensino do Centro de Ciências Naturais e Exatas - CCNE.	01/03/1979
Resolução N. 037/1979	Remove e relota docentes nos departamentos de ensino do Centro de Educação Física e Desporto - CEFD.	01/03/1979
Resolução N. 038/1979	Remove e relota docentes nos departamentos de ensino do Centro de Artes e Letras - CAL.	01/03/1979
Resolução N. 039/1979	Remove e relota docentes nos departamentos de ensino do Centro de Educação - CE.	01/03/1979
Resolução N. 040/1979	Remove e relota docentes nos departamentos de ensino do Centro de Ciências da Saúde - CCS.	01/03/1979
Resolução N. 041/1979	Remove e lota docentes nos departamentos de ensino do Centro de Tecnologia - CT.	01/03/1979
Resolução N. 042/1979	Remove e relota docentes nos departamentos de ensino do Centro de Ciências Rurais - CCR.	01/03/1979
Resolução N. 043/1979	Remove e relota docentes nos departamentos de ensino do Centro de Ciências da Sociais e Humanas.	01/03/1979
Resolução N. 051/1979	Remove e relota docentes e servidores nos departamentos de ensino.	19/03/1979
Resolução N. 069/1979	Estabelece o horário de verão.	01/11/1979
Resolução N. 085/1980	Aprova e divulga as diretrizes relacionadas com a elaboração do plano operativo PICD/UFSM/1981.	11/08/1980
Resolução N. 088/1980	Altera o prazo de realização da Seleção Pública para auxiliar de ensino, na área de Língua Inglesa do Centro de Artes e Letras da UFSM.	16/10/1980
Resolução N. 118/1981	Estabelece o horário de verão.	24/11/1981
Resolução N. 119/1981	Revoga a licitação constante do processo N. 020248/80-UFSM.	10/12/1981
Resolução N. 004/1982	Fixa o preço das refeições nos restaurantes da Universidade Federal de Santa Maria e dá outras providências.	04/03/1982
Resolução N. 005/1982	Autoriza a suspensão das atividades dos restaurantes da Universidade Federal de Santa Maria.	08/03/1982
Resolução N. 006/1982	Autoriza a reabertura dos restaurantes universitários.	26/03/1982
Resolução N. 007/1982	Extingue a equipe de assessoria para assuntos de pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa PRPGP.	01/04/1982
Resolução N. 016/1982	Dá nova redação aos Arts. 1º e 2º da Resolução N. 117/1981, de 22 de outubro de 1981, e dá outras providências.	09/09/1982
Resolução N. 020/1982	Estabelece o horário de verão.	25/11/1982
Resolução N. 021/1982	Altera a constituição do conselho de administração do Hospital Universitário da UFSM.	25/11/1982
Resolução N. 008/1983	Modifica a representação acadêmica de que trata a Resolução N. 021/1982..	14/04/1983
Resolução N. 016/1983	Estabelece horário de trabalho especial. Horário de inverno.	16/06/1983
Resolução N. 019/1983	Fixa o preço das refeições nos restaurantes da UFSM e dá outras providências.	03/08/1983
Resolução N. 021/1983	Modifica a representação acadêmica de que trata a Resolução N. 008/1983.	25/08/1983
Resolução N. 025/1983	Estabelece Horário de Verão e dá outras providências.	21/11/1983
Resolução N. 003/1984	Fixa os preços das refeições nos restaurantes universitários da UFSM e dá outras providências.	01/03/1984
Resolução N. 012/1984	Fixa preços do restaurante universitário - RU.	26/09/1984
Resolução N. 001/1985	Fixa os valores das refeições, no 1º semestre de 1985, nos Restaurantes Universitários, e dá outras providências.	22/03/1985
Resolução N. 011/1985	Fixa os valores das refeições, no 2º semestre de 1985, nos Restaurantes Universitários, e dá outras providências.	20/08/1985
Resolução N. 022/1985	Estabelece o horário de verão e dá outras providências.	10/12/1985
Resolução N. 002/1986	Fixa os valores de taxas e emolumentos a vigorarem no primeiro semestre de 1986.	03/01/1986
Resolução N. 006/1986	Reativa os Restaurantes Universitários, emergencialmente e fixa valores de refeições.	30/05/1986
Resolução N. 010/1986	Estabelece o horário de expediente para o período de 13/07 a 13/08.	16/07/1986
Resolução N. 013/1986	Adita procedimentos vinculados aos Restaurantes Universitários em complemento à Resolução N. 006/1986.	18/09/1986
Resolução N. 016/1986	Estabelece horário de trabalho temporário, durante o vestibular.	16/12/1986
Resolução N. 017/1987	Fixa diretrizes para a execução orçamentária do exercício financeiro de 1987.	28/01/1987
Resolução N. 018/1987	Reativa os restaurantes universitários (RU), e fixa provisóriamente os valores das refeições..	11/03/1987
Resolução N. 019/1987	Fixa preços a vigorarem, para os restaurantes universitários, no 1º semestre Letivo de 1987.	25/03/1987

Resolução N. 029/1987	Estabelece horário e turnos de trabalho.	28/07/1987
Resolução N. 031/1987	Estabelece horário e turnos de trabalho no verão.	23/10/1987
Resolução N. 041/1988	Estabelece horário e turnos de trabalho durante o vestibular.	31/10/1988
Resolução N. 045/1988	Estabelece horários e turnos de trabalho no final de ano.	07/12/1988
Resolução N. 048/1989	Extinguir as taxas de matrícula a partir do 1º semestre de 1989.	27/02/1989
Resolução N. 053/1989	Estabelecer, para os dias 8, 9 e 10 de janeiro, que o expediente da Universidade, compreendendo atividades didáticas e administrativas, será cumprido no horário das 13 às 19 horas.	18/10/1989
Resolução N. 001/1990	Estabelece horário de verão de 22.1 a 28.2 das 7h às 13h30.	08/01/1990
Resolução N. 002/1990	Autoriza a utilização de recursos orçamentários pelas unidades gestoras da Universidade Federal de Santa Maria até o limite de 1/12 de cada dotação alocadas na UFSM através do Sistema SIAFI para (...).	23/01/1990
Resolução N. 005/1990	Estabelece para dia 28.02 horário das 13h às 19h.	16/02/1990
Resolução N. 009/1990	Fixa preços para os Restaurantes Universitários.	03/04/1990
Resolução N. 017/1990	Convocar uma Assembléia Estatuinte para, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da sua instalação, apresentar o Novo Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, a ser (...).	27/08/1990
Resolução N. 020/1990	Firmar acordo de final de Greve entre a UFSM e ABS/UFSM, endossado pelo Comando de Greve.	08/11/1990
Resolução N. 021/1990	Rescinde o acordo firmado na Resolução N. 020/1990, no dia 22.10.90 entre a UFSM e a Associação Beneficente dos Servidores, desta Universidade e endossado pelo Comando de Greve dos Servidores (...).	08/11/1990
Resolução N. 024/1990	Regulamenta a atividade funcional e a jornada de trabalho da UFSM durante a realização do concurso Vestibular de 1991.	28/11/1990
Resolução N. 003/1991	Determinar ao Departamento de Pessoal o lançamento nos assentamentos individuais dos docentes e técnico-administrativos que participaram do evento, "o elogio e o agradecimento da Universidade, (...).	24/01/1991
Resolução N. 011/1991	Suspende Atividades Previstas Calendário Escolar/91 - UFSM.	25/07/1991
Resolução N. 015/1991	Estabelece Horário Especial para as Atividades Internas na Universidade Federal de Santa Maria e dá outras providências.	29/11/1991
Resolução N. 005/1992	Programa Seminário sobre o tema "O Futuro da Universidade e a Proposta de Autonomia Universitária".	26/06/1992
Resolução N. 011/1992	Regulamenta a matrícula do Aluno Especial II no âmbito da UFSM.	28/07/1992
Resolução N. 015/1992	Estabelece horário de verão e dá outras providências.	30/10/1992
Resolução N. 019/1992	Regulamenta parcelamento da taxa de inscrição no Concurso Vestibular/93 consignável em folha de pagamento.	04/11/1992
Resolução N. 020/1992	Altera a Resolução N. 015/1992 e define horário de verão para os Colégios de 2º Grau.	20/10/1992
Resolução N. 022/1992	Regulamenta a Atividade Funcional e a Jornada de Trabalho da UFSM Durante a realização do Concurso Vestibular 1993.	14/12/1992
Resolução N. 009/1993	Suspende atividades previstas no Calendário Escolar/93 - UFSM.	20/05/1993
Resolução N. 010/1993	Suspende vigência da Resolução 009/1993.	11/06/1993
Resolução N. 020/1993	Prorroga a experiência da Reestruturação do CCSH.	04/11/1993
Resolução N. 021/1993	Regulamenta a atividade funcional e jornada de trabalho UFSM durante a realização concurso Vestibular 1994.	08/11/1993
Resolução N. 026/1993	Estabelece horário de verão e dá outras providências.	06/12/1993
Resolução N. 001/1994	Fixa preços para os Restaurantes Universitários..	07/03/1994
Resolução N. 007/1994	Fixar preços para os Restaurantes Universitários.	26/05/1994
Resolução N. 008/1994	Fixa preços para os Restaurantes Universitários.	30/06/1994
Resolução N. 017/1994	Suspende aplicação do Art. 2º Parágrafo Único, alínea "a" da Resolução N. 025/93.	29/08/1994
Resolução N. 030/1994	Estabelece horário de verão e dá outras providências.	28/11/1994
Resolução N. 032/1994	Define as datas de matrícula para o primeiro semestre de 1995.	06/12/1994
Resolução N. 002/1995	Fixa preços para os Restaurantes Universitários.	08/03/1995
Resolução N. 017/1995	Regulamenta a atividade de fiscalização do concurso Vestibular 1996 e dispõe sobre o expediente da Instituição no período de sua realização.	16/10/1995
Resolução N. 023/1995	Estabelece alterações no Calendário Escolar/95 da UFSM, tendo em vista a oficialização do Feriado Municipal de 08 de Dezembro.	23/11/1995
Resolução N. 025/1995	Estabelece o horário de verão e dá outras providências.	28/11/1995
Resolução N. 018/1996	Regulamenta a reformulação do Calendário Escolar/96 da Universidade Federal de Santa Maria.	03/07/1996
Resolução N. 024/1996	Estabelece o horário de verão e dá outras providências.	13/11/1996
Resolução N. 001/1997	declara encerrada a experiência de Reestruturação do CCSH e revoga a Resolução N. 017/96, de 28/06/96.	02/01/1997
Resolução N. 015/1997	Estabelece o horário de verão e dá outras providências.	17/11/1997
Resolução N. 003/1998	declara luto oficial na UFSM.	15/02/1998
Resolução N. 006/1998	Estabelece o horário de expediente durante os jogos do Brasil na Copa do Mundo/98.	08/06/1998
Resolução N. 017/1998	Regulamenta a atividade de fiscalização do concurso Vestibular/99 e dispõe sobre o expediente da Instituição no período de sua realização.	27/10/1998
Resolução N. 022/1998	Estabelece o horário de verão e dá outras providências.	24/11/1998
Resolução N. 026/1998	Aprova as Normas para Distribuição de Recursos de Outros Custeios e Capital - OCC para o Orçamento 1999 - Abertura.	30/12/1998
Resolução N. 018/1999	Regulamenta a atividade de fiscalização do Concurso Vestibular 2000 e dispõe sobre o expediente da instituição no Período de sua Realização.	03/11/1999
Resolução N. 021/1999	Dispõe sobre datas de formaturas referentes ao segundo semestre de 1999.	12/11/1999
Resolução N. 025/1999	Estabelece o horário de verão e dá outras providências.	14/12/1999
Resolução N. 001/2000	Prorroga o horário de verão da UFSM e dá outras providências.	29/02/2000
Resolução N. 009/2000	Dispõe sobre datas de formatura referentes ao segundo semestre letivo de 2000.	13/10/2000
Resolução N. 015/2000	Estabelece o horário de verão e dá outras providências.	11/12/2000
Resolução N. 016/2000	Regulamenta a atividade de fiscalização do concurso Vestibular 2001 e dispõe sobre o expediente da instituição no período de sua realização.	13/12/2000
Resolução N. 013/2001	Estabelece o horário de verão e dá outras providências.	18/12/2001
Resolução N. 014/2001	Disciplina o desenvolvimento das atividades acadêmicas da UFSM, referentes ao 2º semestre letivo do ano de 2001.	18/12/2001
Resolução N. 017/2002	Estabelece horário especial para o período de Festas Natalinas e de Ano Novo.	23/12/2002
Resolução N. 016/2002	Estabelece horário de verão e dá outras providências.	26/12/2002
Resolução N. 002/2003	Regulamenta a Atividade de Fiscalização do Concurso Vestibular 2003.	30/01/2003
Resolução N. 001/2004	Estabelece o horário de verão e dá outras providências.	12/01/2004
Resolução N. 003/2004	Estabelece o horário de expediente na Universidade Federal de Santa Maria para o dia 25.02.04, Quarta-Feira de Cinzas, rerratificando a Resolução N.001/2004 de 12.01.04.	18/02/2004
Resolução N. 014/2004	Estabelece o Horário de Verão e dá outras providências.	09/12/2004
Resolução N. 001/2005	Regulamenta a atividade de fiscalização do concurso Vestibular 2005.	12/01/2005
Resolução N. 014/2005	Cria, no Âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, o Centro de Educação Superior Norte-RS/UFSM - CESNORS/RS e dá outras providências.	10/11/2005
Resolução N. 015/2005	Regulamenta a atividade de fiscalização do Vestibular 2006.	29/11/2005
Resolução N. 016/2005	Estabelece o horário de verão e dá outras providências.	29/12/2005
Resolução N. 010/2006	Estabelece, no âmbito da UFSM, o horário de expediente durante os jogos do Brasil da primeira fase da Copa do Mundo/2006.	07/06/2006
Resolução Orçamentária N. 01/2007	Orça a Receita e fixa a Despesa da Universidade Federal de Santa Maria para o exercício financeiro de 2007	17/09/2007
Resolução N. 001/2007	Decreta luto oficial na Universidade Federal de Santa Maria em razão do falecimento do Prof. Fugued Calil	26/03/2007
Resolução N. 028/2008	Cria a Unidade Descentralizada de Educação Superior da Universidade Federal de Santa Maria, em Silveira Martins.	01/12/2008
Resolução Orçamentária N. 001/2009	Orça a Receita e fixa a Despesa da Universidade Federal de Santa Maria para o exercício financeiro de 2009	05/10/2009
Resolução N. 008/2009	Aprova o Regimento Interno do Centro de Educação Superior Norte - RS - CESNORS/UFSM.	06/08/2009
Resolução N. 017/2009	Cria o Restaurante Universitário do Centro de Educação Superior Norte - RS/UFSM - CESNORS e dispõe sobre o seu funcionamento.	22/10/2009
Resolução Orçamentária N. 001/2010	Orça a Receita e fixa a Despesa da Universidade Federal de Santa Maria para o exercício financeiro de 2010	02/08/2010
Resolução N. 021/2010	Altera a denominação do Departamento de Relações Empresariais e Estágio do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen para Departamento de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa.	28/07/2010
Resolução N. 023/2010	Aprova o Plano de Gestão 2010-2013 da Universidade Federal de Santa Maria.	02/08/2010

Resolução N. 038/2010	Estabelece o horário de verão na Universidade Federal de Santa Maria e dá outras providências.	09/12/2010
Resolução Orçamentária N. 001/2011	Orça a Receita e fixa a Despesa da Universidade Federal de Santa Maria para o exercício financeiro de 2011	27/06/2011
Resolução N. 003/2011	Estabelece o horário de expediente na Universidade Federal de Santa Maria durante o período do Carnaval 2011.	23/02/2011
Resolução N. 015/2011	Cria, na estrutura organizacional do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, o Gabinete de Projetos - GAP e dá outras providências.	30/05/2011
Resolução N. 028/2011	Aprova a criação do curso de pós-graduação, em nível de especialização, em Gestão de Tecnologia da Informação, vinculado ao Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, da UFSM.	05/09/2011
Resolução N. 034/2011	Altera a Resolução N. 029/2010 que trata do Regulamento de Empréstimo de Material Bibliográfico das Bibliotecas Central e Setoriais da Universidade Federal de Santa Maria, revogando-a.	03/10/2011
Resolução N. 035/2011	Aprova o Regimento Interno da Unidade Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins - UDESSM, da Universidade Federal de Santa Maria.	03/10/2011
Resolução N. 048/2011	Estabelece o Horário de Verão na Universidade Federal de Santa Maria, e dá outras providências.	16/12/2011
Resolução N. 049/2011	Decreta luto oficial na Universidade Federal de Santa Maria em razão do falecimento do Técnico-Administrativo em Educação e Professor do Magistério Superior João Manoel Espina Rossés.	22/12/2011
Resolução N. 008/2013	Aprova a Criação do Curso de Ciências e Humanidades - Ênfase em Gestão Sustentável, Bacharelado Interdisciplinar, na estrutura organizacional da Unidade Descentralizada de Educação Superior da (....)	07/03/2013
Resolução N. 026/2013	Aprova alterações no Regimento Interno da Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM em Silveira Martins.	30/09/2013
Resolução N. 031/2016	Autoriza o funcionamento dos cursos da Unidade Descentralizada de Ensino Superior de Silveira Martins - UDESSM no Campus Sede da Universidade Federal de Santa Maria.	15/08/2016

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 14 DE ABRIL DE 2020

Aprova a recriação das Comissões de Seleção dos Programas e Cursos de Pós-Graduação Strictu Sensu e Latu Sensu vinculados à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:

- o Art. 56 da Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

- o Decreto N. 9.191, de 1° de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado;

- o Decreto N. 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal;

- o artigo 46 do Regimento Geral da Pós-Graduação Strictu Sensu e Latu Sensu, aprovado pela Resolução N. 015/2014, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);

- o Parecer ad referendum da Comissão de Legislação e Normas (CLN), do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), referente ao Processo N. 23081.059458/2019-36;

- o Parecer ad referendum da Comissão de Legislação e Regimentos (CLR), do Conselho Universitário (CONSU), referente ao Processo N. 23081.059458/2019-36. resolve:

Art. 1º Aprovar a recriação das Comissões de Seleção dos Programas e Cursos de Pós-Graduação Strictu Sensu e Latu Sensu, vinculadas à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

§1º O órgão colegiado mencionado no Caput deste artigo é recriado considerando sua previsão anterior no artigo 46 do Regimento Geral da Pós-Graduação Strictu Sensu e Latu Sensu, aprovado pela Resolução N. 015/2014, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

§2º Todos os Programas/Cursos de Pós-Graduação, que participam do Edital de Seleção elaborado pela PRPGP, deverão indicar uma Comissão de Seleção para o Processo seletivo de ingresso.

TÍTULO I

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º Compete às Comissões de Seleção dos Programas/Cursos de Pós-Graduação Strictu Sensu e Latu Sensu:

I - coordenar, supervisionar e executar o Processo de Seleção;

II - assistir, quando possível, na elaboração do edital para o processo de seleção dos discentes para ingresso no Programa/Curso, observando a sistemática de seleção dos candidatos e os critérios gerais à seleção definidos no Regulamento do Programa/Curso de Pós-Graduação;

III - encaminhar as solicitações de alterações ao Edital à Coordenação do Programa/Curso para análise e aprovação do Colegiado;

IV - organizar todas as etapas à aplicação do Exame de Seleção e definir, se for o caso, os membros participantes de cada etapa do processo de seleção;

V - garantir acessibilidade a todos os candidatos portadores de necessidades especiais, solicitando assistência, se necessário, ao Núcleo de Acessibilidade da UFSM;

VI - proceder à seleção dos candidatos, segundo as normas constantes no edital de seleção, aprovado pelo Colegiado;

VII - proceder a publicação do resultado parcial referente a cada etapa do processo seletivo, com a pontuação obtida por todos os candidatos;

VIII - conceder período para Reconsideração após publicação do resultado parcial referente a cada etapa do processo de seleção, analisando e julgando estes pedidos de reconsideração;

IX - aprovar o resultado do processo seletivo e classificar os candidatos selecionados para a matrícula;

X - encaminhar à Coordenação do Programa/Curso as atas das reuniões com os resultados obtidos por todos os candidatos e a relação final dos candidatos classificados e suplentes, para publicação, com a pontuação obtida pelos candidatos; e,

XI - demais atribuições constantes no Regulamento de cada Programa/Curso e no respectivo Edital de Seleção.

§1º Das decisões da Comissão de Seleção ao resultado final do Processo Seletivo, caberá recurso ao Colegiado do Programa/Curso, que será a única instância.

§2º O órgão colegiado mencionado no Caput deste artigo é recriado considerando sua previsão anterior no artigo 46 do Regimento Geral da Pós-Graduação Strictu Sensu e Latu Sensu, aprovado pela Resolução N. 015/2014, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Art. 3º Ao presidente da Comissão de Seleção compete:

I - convocar a Comissão para as reuniões;

II - distribuir e designar, quando necessário, os membros da comissão para avaliação de cada etapa do processo seletivo e respeitando o mínimo de 3 (três) membros;

III - solicitar informações para esclarecer, dirimir dúvidas ou fornecer subsídios com relação ao processo seletivo;

IV - manter lista atualizada com todos os candidatos do processo seletivo;

V - encaminhar ao Colegiado as atas das reuniões e os resultados do processo seletivo de todos os candidatos;

VI - encaminhar os recursos ao resultado final ao Colegiado do Programa/Curso;

VII - cumprir e fazer cumprir o disposto em cada Edital de Seleção.

VIII - demais atribuições constantes no Regulamento de cada Programa/Curso e no respectivo Edital de Seleção.

Art. 4º São atribuições dos demais membros da Comissão de Seleção, além de outras atribuídas pelo Presidente e/ou Colegiado:

I - participar de cada etapa de avaliação ao processo seletivo e deliberar de acordo com os critérios estabelecidos em cada Edital de Seleção;

II - colaborar na análise documental dos candidatos, na criação dos documentos de controle do processo seletivo e divulgação dos resultados de cada etapa do certame;

III - informar previamente a impossibilidade de participar em uma etapa do processo seletivo e/ou de todo o certame; e,

IV - demais atribuições constantes no Regulamento de cada Programa/Curso.

Art. 5º O trabalho da Comissão de Seleção deverá ser supervisionado pela Coordenação do Programa/Curso e receber o auxílio, sempre que necessário, da respectiva Secretaria.

TÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E AUTORIDADE

Art. 6º A Comissão de Seleção será composta por docentes credenciados no Programa/Curso, sendo no mínimo, 3 (três) docentes do quadro permanente da UFSM, indicados pelo Colegiado do Programa/Curso e designados por Portaria emitida pelo(a) Diretor(a) da respectiva Unidade de Ensino.

§1º Programas com mais de uma Linha de Pesquisa devem conter, pelo menos, 1 (um) docente de cada Linha de Pesquisa na Comissão de Seleção.

§2º Cabe ao Coordenador do Programa/Curso a Presidência da Comissão de Seleção e, quando não membro desta Comissão, o Colegiado do Programa/Curso designará 1 (um) dos membros como o Presidente da comissão.

Art. 7º A composição da Comissão de Seleção poderá ser renovada a cada edição do processo seletivo.

Parágrafo único. Em todos os casos, o Programa de Pós-Graduação deve manter em sua página web os nomes dos integrantes atuais da Comissão de Seleção.

Art. 8º Há impedimento ou suspeição à participação de membro da Comissão de Seleção, nos termos da Lei nº 9784, de 29 de janeiro de 1999, e, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, quando verificar que:

I - após a homologação dos candidatos inscritos participantes do certame, tenha cônjuge, companheiro, amigos íntimos, inimigos notórios ou parentes em 1º (primeiro), 2º (segundo) ou 3º (terceiro) graus participando do processo seletivo; e,

II - sua atuação no processo de seleção configurar eventuais conflitos de interesse.

§1º O membro da Comissão de Seleção deverá se declarar impedido de participar do processo de seleção;

§2º Constatada a impossibilidade de participação no certame e a composição de membros da Comissão passar a ser inferior ao mínimo de 3 (três) docentes, haverá a necessidade de substituição imediata deste membro na Comissão, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo seletivo.

TÍTULO III

DO QUÓRUM DE REUNIÃO E DE VOTAÇÃO

Art. 9º O quórum para as deliberações da Comissão será de, pelo menos, 3 (três) membros docentes da Comissão de Seleção.

§1º Cada etapa do processo de seleção será composta/avaliada de/por, pelo menos, 3 (três) membros da Comissão.

§2º Havendo necessidade de votação, ela será por maioria simples.

TÍTULO IV

DA PERIODICIDADE DAS REUNIÕES

Art. 10 A Comissão de Seleção se reunirá, sempre que necessário, para deliberação e a cada etapa do processo de seleção.

§1º As reuniões ordinárias serão realizadas de acordo com o cronograma do Edital de Seleção previamente publicado.

§2º As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que necessária ao processo seletivo vigente e sua convocação será feita preferencialmente via correio eletrônico, pelo Presidente da Comissão, com antecedência mínima que respeite cronograma fixado no Edital, devendo ser informado a Ordem do Dia.

§3º As reuniões deste órgão colegiado, cujos membros, convidados ou participantes estejam em entes federativos diversos, serão realizadas preferencialmente por videoconferência, sem pagamento de diárias e deslocamento.

TÍTULO V

DO ÓRGÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 11 A Comissão de Seleção contará com apoio logístico (infraestrutura material e pessoal) e administrativo de cada (ou do seu respectivo) Programa/Curso de Pós-Graduação e/ou Unidade de Ensino.

§1º Quando for julgado necessário, a Comissão de Seleção poderá solicitar, através da Coordenação do Programa/Curso, a manifestação do Colegiado do Programa/Curso e/ou manifestação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

§2º Cabe ao respectivo setor de apoio informar sobre os pedidos de reconsideração e recursos encaminhados, de acordo com o constante em cada Edital de Seleção, para análise e deliberação da Comissão de Seleção e Colegiado.

TÍTULO VI

DO REGIMENTO INTERNO

Art. 12 As demais atribuições, composição, quórum e periodicidade das reuniões das Comissões de Seleção devem ser definidas nos Regulamentos de cada Programa ou Curso de Pós-Graduação, não havendo necessidade de um Regimento Interno específico para as Comissões de Seleção.

TÍTULO VII

DOS MEMBROS NÃO NATOS

Art. 13 Nas reuniões da referida comissão não é permitida a participação de membros não natos.

TÍTULO VII

DOS RELATÓRIOS PERIÓDICOS E DO RELATÓRIO FINAL

Art. 14 Não há necessidade de emissão de relatórios periódico e/ou finais, considerando que a comissão de seleção encaminhará à Coordenação do Programa/Curso toda documentação referente ao Processo seletivo.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15 É vedada, aos membros da comissão, a divulgação dos resultados das etapas em curso no processo seletivo.

§ 1º Após a conclusão das etapas, os resultados deverão ser divulgados, pelo Presidente da Comissão, considerando o que segue:

I - o resultado parcial referente a cada etapa do processo seletivo e o resultado final deverão ser divulgados, com as notas obtidas por candidato, eletronicamente e disponibilizados por escrito na Secretaria do Programa/Curso de Pós-graduação;

II - o candidato poderá ter acesso a todas as suas próprias provas, avaliações e entrevista, bem como as notas atribuídas ao seu desempenho parcial constante em suas fichas de avaliação. A solicitação de acesso deverá ser feita formalmente por escrito à Comissão de Seleção, conforme aplicável, dentro dos prazos estabelecidos em cada Edital.

Art. 16 A participação dos membros deste órgão colegiado será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Parágrafo único. As atividades da Comissão e deus membros não poderão causar prejuízo à prestação do serviço público pelo servidor membro do Colegiado.

Art. 17 As reuniões deste órgão colegiado cujos membros estejam em entes federativos diversos devem ser realizadas por videoconferência, sem pagamento de diárias e deslocamento.

Parágrafo único. Na hipótese de ser demonstrada, de modo fundamentado, a inviabilidade ou a inconveniência de se realizar a reunião por videoconferência, serão estimados os gastos com diárias e passagens dos membros deste colegiado, assim como, a comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso.

Art. 18 É vedada a possibilidade de criação de subcolegiados por ato deste colegiado, exceto se na presente Resolução houver:

I - limitado o número máximo de seus membros;

II - estabelecido caráter temporário e duração não superior a um ano; ou

III - fixado o número máximo de subcolegiados que poderão operar simultaneamente.

Parágrafo único. A mera necessidade de reuniões eventuais para debate, articulação ou trabalho que envolva agentes públicos da administração pública federal não será admitida como fundamento para as propostas de que trata o caput.

Art. 19 Os casos omissos deverão ser resolvidos por deliberação dos Colegiados Acadêmicos dos Programas/Cursos de Pós-Graduação em sintonia com o Regulamento Geral de Pós-Graduação da UFSM.

Art. 20 Esta resolução entra em vigor uma semana após a data de sua publicação e sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil, revogando as disposições em contrário.

§1º O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de urgência justificada no expediente administrativo.

§2º Havendo qualquer modificação legislativa, ou ainda, havendo qualquer situação legal que impacte na legalidade da presente Resolução, a mesma se aplica de imediato.

PAULO AFONSO BURMANN

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PORTARIA Nº 1.090, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o disposto no item III, do artigo 37 da Constituição Federal, resolve:

Prorrogar, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade dos Processos Seletivos Simplificados, dos Editais de homologação de resultados nº 155/2019 de 26/04/2019, publicado no DOU de 30/04/2019, e nº 193/2019, de 16/05/2019, publicado no DOU de 20/05/2019 e suas retificações no Edital nº 203/2019, publicadas nos DOU de 22/05/2019 e 23/05/2019, referentes ao Edital de Abertura nº 44/2019 de 27/02/2019, publicado no DOU de 28/02/2019, para provimentos do cargo de Professor Substituto do Magistério Superior da Fundação Universidade Federal do Pampa.

ROBERLAINE RIBEIRO JORGE

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 1.115, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 3º, inciso II, alínea b, item 4, da Portaria 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, com fundamento nos Arts. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 00065.005504/2018-07, resolve:

Art. 1º Validar as curvas de ruído para o Aeroporto Internacional Hercílio Luz / Florianópolis, SC - CIAD: SC0001 (código OACI: SBFL), apresentadas pela Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.

Art. 2º As curvas de ruído descritas no Art. 1º desta Portaria servirão de base para o Plano Específico de Zoneamento de Ruído - PEZR do SBFL, de acordo com o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 161, Emenda nº 01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 7.711, DE 23 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.005037/2020-70 e tendo em vista o deliberado em sua 476ª Reunião Ordinária, realizada entre 20 e 23 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de consulta e audiência públicas, visando à obtenção de subsídios para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos tendentes à realização de certame licitatório referente ao arrendamento de área portuária destinada à movimentação e armazenagem de granéis líquidos e gasosos, denominada STS08A, localizada no porto organizado de Santos/SP.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.713, DE 23 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004957/2020-71 e tendo em vista o deliberado em sua 476ª Reunião Ordinária, realizada entre 20 e 23 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de consulta e audiência públicas, visando a obtenção de subsídios para aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório referente ao arrendamento de terminal portuário destinado à armazenagem e distribuição granéis líquidos de combustíveis, na região da Alamoa do Complexo Portuário de Santos, denominada área STS08.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.715, DE 23 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002519/2020-78 e tendo em vista o deliberado em sua 476ª Reunião Ordinária, realizada entre 20 e 23 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Autorizar a AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A - SPA - a celebrar instrumento contratual de transição junto à empresa SET PORT LOGISTICS LTDA, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, visando à exploração da instalação portuária com área de 21.000 m², localizada no Cais do Saboó, no Porto de Santos/SP, para movimentação de graneis sólidos e carga geral, nos termos do art. 46 e seguintes do anexo da Resolução Normativa nº 07-ANTAQ, ficando a assinatura do contrato condicionada à realização dos ajustes na minuta do contrato de transição visando à inclusão de obrigação correspondente ao art. 34, XI, "i" da Resolução Normativa Nº 07-ANTAQ.

Art. 2º Expirado o prazo contratual, sem que a licitação para o arrendamento da área seja ultimado, desde que mantidas as mesmas condições de exploração e operacionalidade, a Autoridade Portuária ficará autorizada a firmar novos instrumentos contratuais, nos mesmos moldes, devendo encaminhá-los à ANTAQ, por cópia, em até 30 (trinta) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Ficará a cargo da Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, articular-se junto à SPA no sentido de dar os contornos finais ao conteúdo do instrumento de transição, procedendo aos ajustes necessários determinados nesta decisão.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.716, DE 23 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002522/2020-91 e tendo em vista o deliberado em sua 476ª Reunião Ordinária, realizada entre 20 e 23 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Autorizar a AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A - SPA - a celebrar instrumento contratual de transição junto à empresa BRASIL TERMINAL PORTUÁRIO S/A, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, visando à exploração da instalação portuária com área de 19.000 m², para movimentação de carga geral, localizada no Cais do Saboó, no Porto de Santos/SP, nos termos do art. 46 e seguintes do anexo da Resolução Normativa nº 07-ANTAQ, ficando a assinatura do contrato condicionada à realização dos ajustes na minuta do contrato de transição visando à inclusão de obrigação correspondente ao art. 34, XI, "i" da Resolução Normativa Nº 07-ANTAQ.

Art. 2º Expirado o prazo contratual, sem que a licitação para o arrendamento da área seja ultimada, desde que mantidas as mesmas condições de exploração e operacionalidade, a Autoridade Portuária ficará autorizada a firmar novos instrumentos contratuais, nos mesmos moldes, devendo encaminhá-los à ANTAQ, por cópia, em até 30 (trinta) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Ficará a cargo da Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, articular-se junto à SPA no sentido de dar os contornos finais ao conteúdo do instrumento de transição, procedendo aos ajustes necessários determinados nesta decisão.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.717, DE 23 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002524/2020-81 e tendo em vista o deliberado em sua 476ª Reunião Ordinária, realizada entre 20 e 23 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Autorizar a AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A - SPA - a celebrar instrumento contratual de transição junto à empresa SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S/A, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, visando à exploração da instalação portuária com área de 42.000 m², localizada no Cais do Saboó, no Porto de Santos/SP, para movimentação de carga geral, nos termos do art. 46 e seguintes do anexo da Resolução Normativa nº 07-ANTAQ, ficando a assinatura do contrato condicionada à realização dos ajustes na minuta do contrato de transição visando à inclusão de obrigação correspondente ao art. 34, XI, "i" da Resolução Normativa Nº 07-ANTAQ.

Art. 2º Expirado o prazo contratual, sem que a licitação para o arrendamento da área seja ultimado, desde que mantidas as mesmas condições de exploração e operacionalidade, a Autoridade Portuária ficará autorizada a firmar novos instrumentos contratuais, nos mesmos moldes, devendo encaminhá-los à ANTAQ, por cópia, em até 30 (trinta) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Ficará a cargo da Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, articular-se junto à SPA no sentido de dar os contornos finais ao conteúdo do instrumento de transição, procedendo aos ajustes necessários determinados nesta decisão.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO Nº 20, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 50300.014429/2018-13. Fiscalizada: SONIA CORREIA DE ASSUNÇÃO - MEI, CNPJ nº 30.325.810/0001-89. Objeto e Fundamento legal: conhecer o recurso, dada a sua tempestividade e, no mérito, dar-lhe provimento, mantendo a decisão proferida no Despacho de Julgamento nº 30/2019/UREMN/SFC (SEI 0781290).

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente
Substituta

DESPACHO Nº 24, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 50300.016686/2018-81. Fiscalizada: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ERLON ROCHA TRANSPORTES LTDA - ME, CNPJ nº 07.851.657/0001-01. Objeto e Fundamento legal: conhecer o recurso, dada a sua tempestividade e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, aplicando a penalidade de MULTA pecuniária no valor reformado de R$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais), pelo cometimento da infração tipificada no art. 20, inciso XXX, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-Antaq.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente
Substituta

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 126, DE 14 DE ABRIL DE 2020

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018,e alterações e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.337078/2019-32, resolve:

Art. 1º Autorizar a regularização de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, sob concessão à Concessionária Autopista Litoral Sul, no Km 110+600m, sentido norte, em Navegantes/SC, de interesse de Barracão da 101 LTDA.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Autopista Litoral Sul deverá encaminhar, à Unidade Regional de Santa Catarina - URSC, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre o Barracão da 101 e a Autopista Litoral Sul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Autopista Litoral Sul acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º O Barracão da 101 deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 5 (cinco) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na regularização e conservação da referida obra, o Barracão da 101 deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º O Barracão da 101 assumirá todo o ônus relativo à regularização, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º O Barracão da 101 deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Autopista Litoral Sul cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. O Barracão da 101 abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 129, DE 14 DE ABRIL DE 2020

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03/05/2018, e alterações e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta no Processo nº 50500.029816/2020-12, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de ocupação aérea transversal, relativa à cabos de fibra ótica na faixa de domínio da Rodovia BR-040/RJ, sob concessão à Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio - CONCER, no km 117+646m, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, de interesse da Claro S.A.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2 A CONCER deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a CLARO S.A. e a CONCER, e trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à CONCER acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A CLARO S.A. deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a CLARO S.A. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CONCER, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º A CLARO S.A. assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2552/2008 no valor inicial de R$ 1.745,03 (hum mil, setecentos e quarenta e cinco reais e três centavos), .

Art. 9º A CLARO S.A. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à CONCER cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A CLARO S.A. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 132, DE 14 DE ABRIL DE 2020

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e alterações e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta no Processo nº 50500.017380/2020-19, resolve:

Art.1º Alterar o art. 1º da Portaria n.º 301/2018/SUINF/ANTT, de 10/12/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Autorizar a implantação de equipamentos de leitura automática de placas conforme Projeto Alerta Brasil ll na faixa de domínio da Rodovia Transbrasiliana, BR-153/SP, nos km 098+500m ao km 096+900m, na Pista Norte, e no km 098+400m, de interesse da Consórcio Monitoramento SSCB."

Art.2º . Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 138, DE 14 DE ABRIL DE 2020

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e alterações e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta no Processo nº 50500.017898/2020-44, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de placa de publicidade na faixa de domínio da Rodovia BR-116/RS, sob concessão à Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A - ECOSUL, no 657+430m, sentido Norte, em Jaguarão/RS, de interesse de Ana Silva Feijó Bom.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A ECOSUL deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre Ana Silva Feijó Bom e a ECOSUL e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à ECOSUL acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º Ana Silva Feijó Bom deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, Ana Silva Feijó Bom deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ECOSUL, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º Ana Silva Feijó Bom assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2552/2008 no valor inicial de R$ 3.463,53 (três mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos).

Art. 9º Ana Silva Feijó Bom deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à ECOSUL cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. Ana Silva Feijó Bom abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 152, DE 16 DE ABRIL DE 2020

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e alterações e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.430309/2019-86, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG, sob concessão à Concessionária BR 040 S.A., situada no km 618+200 m, em Conselheiro Lafaiete/MG, de interesse da SCOF - Serviços Complementares de Operações Ferroviárias.

§1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A Concessionária BR 040 S.A. deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais (URMG), uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a SCOF - Serviços Complementares de Operações Ferroviárias e a Concessionária BR 040 S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à Concessionária BR 040 S.A. acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A SCOF - Serviços Complementares de Operações Ferroviárias deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a SCOF - Serviços Complementares de Operações Ferroviárias deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária BR 040 S.A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.7º A SCOF - Serviços Complementares de Operações Ferroviárias assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art.8º A SCOF - Serviços Complementares de Operações Ferroviárias deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária BR 040 S.A. cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A SCOF - Serviços Complementares de Operações Ferroviárias abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 78, DE 14 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.035381/2020-37, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para readequação de viaduto, no km 331+706 m, com impacto na malha concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA, no município de Mogi Guaçu/SP.

Parágrafo único Sobre a Receita Alternativa Líquida será realizado recolhimento em conformidade com o estabelecido na Resolução nº 5.746, de 21 de fevereiro de 2018, e com o previsto no Contrato de Concessão.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 79, DE 14 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.035371/2020-00, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela Prefeitura Municipal, relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para intervenção com impactos na faixa de domínio da via férrea visando à duplicação de uma passagem inferior rodoviária - PI, localizada no km 90+696 m da malha concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA, no município de Lavras/SP.

Parágrafo único Sobre a Receita Alternativa Líquida será realizado recolhimento em conformidade com o estabelecido na Resolução nº 5.746, de 21 de fevereiro de 2018, e com o previsto no Contrato de Concessão.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 86, DE 17 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.017738/2020-03, resolve:

Art. 1º Autorizar a execução, pela Rumo Malha Paulista - RMP, de obras relativas a Projeto de Interesse Próprio - PIP para ampliação no sentido exportação, entre o km 289+065 e o km 290+077, do pátio de cruzamento ZZM, localizado no município de Votuporanga/SP.

Parágrafo único As intervenções relativas às obras referidas no caput estão autorizadas exclusivamente nos limites da faixa de domínio ferroviária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 87, DE 17 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.017798/2020-18, resolve:

Art. 1º Autorizar a execução, pela Rumo Malha Paulista - RMP, de obras relativas a Projeto de Interesse Próprio - PIP para ampliação do pátio de cruzamento ZUC, localizado no município de Uchoa/SP, tanto no sentido exportação quanto no sentido importação, entre o km 167+161 e o km 167+747, bem como entre o km 169+534 e o km 169+867.

Parágrafo único As intervenções relativas às obras referidas no caput estão autorizadas exclusivamente nos limites da faixa de domínio ferroviária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 88, DE 17 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.017723/2020-37, resolve:

Art. 1º Autorizar a execução, pela Rumo Malha Paulista S.A., de obras relativas a Projeto de Interesse Próprio - PIP para ampliação do pátio de cruzamento ZJA, localizado no município de Jales/SP, no sentido exportação, entre o km 370+526,9 e o km 371+897,2.

Parágrafo único As intervenções relativas às obras referidas no caput estão autorizadas exclusivamente nos limites da faixa de domínio ferroviária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 2.333, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem subdelegadas pelo Diretor-Geral do DNIT conforme o Regimento Interno art. 140, inciso XXV, em estrito atendimento à Instrução de Serviço/DG nº 17, de 31 de outubro de 2016, e ao art. I, inciso VI da Portaria nº 1515, de 16/03/2020, resolve:

Declarar Situação de Emergência na rodovia federal BR-135/MA, no segmento do km 150,40 ao km 166,40, com vistas a promover a restauração e manutenção da integridade da infraestrutura rodoviária. Processo Administrativo: 50615.000392/2020-17.

GLAUCO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 186, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a aprovação do Edital de Seleção Pública - CONARQ 01/2020 e delega competência à Diretora-Geral do Arquivo Nacional.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e tendo em vista o disposto no inciso IV do § 2º do art. 3º do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o Edital de Seleção Pública - CONARQ 01/2020, que disciplina a seleção pública de representantes de segmentos do poder público e de entidades civis, para atuarem como Conselheiros do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, nas vagas previstas nos incisos V, VI, VII e VIII do art. 3º do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

Art. 2º Fica delegada competência à Diretora-Geral do Arquivo Nacional, na qualidade de Presidente do CONARQ, conforme estabelece o § 1º do art. 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, para publicar e executar o referido Edital, devendo enviar os resultados da seleção pública ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública para homologação do resultado e ulterior designação dos novos membros do colegiado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MORO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre Diretrizes Básicas para o Sistema Prisional Nacional no período de enfrentamento da pandemia novo Coronavírus (2019-nCoV).

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCP), no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO que cabe ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária propor diretrizes para a execução das penas e das medidas de segurança (art. 64, I, última parte, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984);

CONSIDERANDO que é da competência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária promover a avaliação periódica do sistema criminal para a sua adequação às necessidades do País (art. 64, I, da Lei nº 7.210, de 1984);

CONSIDERANDO a Resolução nº 16, de 17 de dezembro de 2003 que dispões sobre as Diretrizes Básicas de Política Criminal quanto à prevenção do delito, administração da justiça criminal e execução das penas e das medidas de segurança;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministro de Estado da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial nº 7, de 18 de março de 2020, dos Ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública e de Estado da Saúde, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no âmbito do Sistema Prisional;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, relacionada à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, do Ministro de Estado da Saúde, que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO que a população carcerária se encontra em isolamento, só sendo possível a contaminação pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) mediante o contato com o público externo;

CONSIDERANDO que a Organização Nacional da Saúde (OMS), no documento denominado Preparedness, prevention and control of COVID-19 in prison and other places of detention (disponível em: http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0019/434026/Preparedness-prevention-and-control-of-COVID-19-in-prisons.pdf?ua=1) inclui a possibilidade de restrição de visitas íntimas e sociais aos presos, devendo os estabelecimentos prisionais viabilizar que esses contatos externos sejam realizados por videoconferência;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos e danos à saúde dos presos, dos advogados, do Ministério Público, dos juízes, dos servidores e colaboradores, a fim de evitar a disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no interior dos estabelecimentos penais;

CONSIDERANDO que 31 (trinta e um) países, dentre eles Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, França, Itália, Portugal, Reino Unido, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Venezuela, adotaram restrições a visitas sociais em presídios como política adequada para evitar a disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no interior dos estabelecimentos penais (disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWM2ZTU1ZDUtMTg3ZS00ZmZmLWJhNDgtYTM4YzBlNDUxZWJjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9);

CONSIDERANDO que a Portaria nº 5, de 2020, do Diretor do Sistema Penitenciário Federal, como medida para evitar a disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV), suspendeu temporariamente, no âmbito dos presídios federais, as visitas sociais e atendimentos de advogados, viabilizando a realização por videoconferência;

CONSIDERANDO que, conforme a Informação nº 11/2020/AAE/GAB-DEPEN/DEPEN do Departamento Penitenciário Nacional, os Estados do Amazonas, Maranhão, Pará, Paraná, Piauí e Rondônia, como medida para evitar a disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV), suspenderam as visitas presenciais e estão adotando a videoconferência para as visitas sociais e os atendimentos pelos advogados;

CONSIDERANDO que o Departamento Penitenciário Nacional precisa ter informações quanto aos presos que estão sendo liberados como forma de prevenção à disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV), a fim de poder auxiliar os Estados na fiscalização do cumprimento das condições estabelecidas;, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Diretrizes Extraordinárias e Específicas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária para o enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito dos estabelecimentos penais.

Parágrafo único. A observância dessas Diretrizes Extraordinárias e Específicas poderá ser considerada quando da avaliação de proposições e destinação de recursos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 2º São Diretrizes Extraordinárias e Específicas para o enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) referentes à administração da justiça pelo juiz da execução penal:

I - cumprimento do disposto no art. 66, VII, da Lei nº 7.210, de 1984, realizando as inspeções mensais por videoconferência, especificamente para obter informações sobre as medidas preventivas adotadas pela direção do estabelecimento penal quanto ao novo Coronavírus (2019-nCoV);

II - durante o período da pandemia, conhecer e, se for o caso, deliberar sobre situações urgentes, com a oitiva de presos, quando necessário;

III - exame das medidas preventivas para o enfrentamento da pandemia adotadas pela administração do estabelecimento penal, com a apresentação de sugestões para fins de seu aprimoramento;

IV - previsão de protocolo para o recebimento e tratamento das comunicações do diretor de estabelecimento penal quanto aos casos de necessidade de atendimento médico em unidade de saúde pública ou de óbitos relacionados ao novo Coronavírus (2019-nCoV);

IV - fiscalização do cumprimento das Diretrizes Extraordinárias e específicas estabelecidas nesta Resolução; e

V - liberação de preso não integrante de facção criminosa como medida preventiva ou curativa relacionada ao novo Coronavírus (2019-nCoV), nos termos da Resolução n° 62, de 17 de março de 2020, com exame criterioso do perfil do preso com base em prévia manifestação do setor de Assistência à Saúde e da Comissão Técnica de Classificação ou da Direção do estabelecimento penal.

Art. 3º São Diretrizes Extraordinárias e Específicas para o enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) referentes à administração penitenciária, que deverão ser observadas durante o período que a autoridade local entender necessárias as medidas, conforme a realidade de cada Estado:

I - suspensão das visitas íntimas e sociais com contato físico, assegurada a realização das visitas sociais por meio de videoconferência;

II - suspensão dos atendimentos presenciais de advogados nos estabelecimentos penais, assegurada a realização por meio de videoconferência, salvo nos casos urgentes ou que envolvam prazos processuais não suspensos, quando não for viável o agendamento oportuno;

III - restrição da escolta de preso, salvo quando estritamente necessário;

IV - participação de preso em audiência judicial exclusivamente por videoconferência;

V - viabilização da realização das visitas sociais e os atendimentos dos advogados por meio de videoconferência, com disciplinamento do agendamento;

VI - inclusão de preso em estabelecimento penal, se possível, antecedido de teste para o novo Coronavírus (2019-nCoV);

V - permanência em quarentena pelo período de 14 (quatorze) dias de todo e qualquer preso que for incluído na unidade prisional;

VI - comunicação ao Departamento Penitenciário Nacional e ao juiz da execução penal, com as devidas atualizações, dos protocolos de atuação e planos de contenção adotados para evitar a disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV)

VII - imediato distanciamento do preso do convívio coletivo dentro do estabelecimento penal, em caso de suspeita ou de confirmação de teste positivo para o novo Coronavírus (2019-nCoV);

IX - comunicação diária ao DEPEN dos casos de suspeita, confirmação e óbitos relacionados ao novo Coronavírus (2019-nCoV);

X - comunicação imediata ao juiz da execução penal sobre os casos de necessidade de atendimento médico em unidade de saúde pública ou de óbito relacionados ao novo Coronavírus (2019-nCoV); e

XI - avaliação semanal das medidas adotadas para evitar a disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) dentro do estabelecimento penal, com a promoção dos ajustes necessários para o seu aprimoramento.

Art. 4º São Diretrizes Extraordinárias e Específicas para o enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) referentes a todos os órgãos da execução penal, especialmente ao Ministério Público e à Defensoria Pública:

I - fiscalização do cumprimento das Diretrizes Extraordinárias e específicas estabelecidas nesta Resolução; e

II - requerimento mediante incidente à execução quanto à adoção de medidas necessárias para o cumprimento das Diretrizes Extraordinárias e Especificas desta Resolução.

Art. 5º Diretrizes Extraordinárias e Específicas para o enfrentamento à disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) referentes ao Departamento Penitenciário Nacional:

I - fiscalização dos estabelecimentos penais quanto ao cumprimento destas Diretrizes Extraordinárias e Específicas;

II - suporte técnico aos estabelecimentos penais para que seja viabilizada a realização de videoconferência em todos os estabelecimentos penais para o atendimento das Diretrizes Extraordinárias e Específicas;

III - apresentação de relatório sobre a situação prisional em cada um dos Estados da federação, contendo o número de casos suspeitos, confirmados e de óbitos relacionados novo Coronavírus (2019-nCoV), nas reuniões ordinárias do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER NUNES DA SILVA JUNIOR
Relator

CESAR MECCHI MORALES
Presidente

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.215, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23877 - DPF/BRU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0026-17, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

60 (sessenta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.218, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23878 - DPF/VDC/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0015-64, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

40 (quarenta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 14.465.614, DE 14 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada nos Processos nºs 2020/22769-GESP e 08211.001767/2020-34-SEI/PF, resolve:

RETIFICAR o Alvará nº 2.090, publicado no D.O.U. em 09 de abril de 2020, página 39, Seção 1, referente à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 16.328.205/0002-11 de modo que:

Onde se lê: Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

Leia-se: Da empresa cedente SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0001-96:

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 14.465.147, DE 14 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08520.000722/2020-59-DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

RETIFICAR a Portaria nº 14.408.160, publicado no D.O.U. em 13 de abril de 2020, página 38, Seção 1, referente à empresa ITAGUASSU AGRO-INDUSTRIAL S/A, CNPJ: 27.184.951/0001-14 de modo que:

Onde se lê: Processo nº 08520.02/2020-59 - DELESP/DREX/SR/PF/SE

Leia-se: Processo nº 08520.000722/2020-59 - DELESP/DREX/SR/PF/SE

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 14.464.734, DE 14 DE ABRIL DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08385.003195/2020-36-DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

RETIFICAR a Portaria 14.291.440/2020, publicado no D.O.U. em 13 de abril de 2020, página 38, Seção 1, referente à empresa CAPITAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ: 20.799.031/0001-61 de modo que:

Onde se lê: CAPITAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ: 20.799.031/0001-6

Leia-se: CAPITAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ: 20.799.031/0001-61

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.076, DE 20 DE ABRIL DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 249 do Decreto nº 9.199/2017:

LAISA WATANABE, nascida em 05 de junho de 1998, filha de Lineu Yuji Watanabe e de Eiko Sumida Watanabe, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08000.012105/2020-75);

ALINE LARA REZENDE, nascida em 12 de agosto de 1979, filha de Antonio José Lara Rezende e de Maria Neide de Oliveira Rezende, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08018.017390/2020-21);

RICARDO BALDUINO, nascido em 16 de junho de 1970, filho de Sérgio Balduino e de Célia Conceição de Lima Balduino, adquirindo a nacionalidade norte americana (Processo nº 08000.012530/2020-64);

CRISTIENE DE PAULA MONTEIRO MACHADO BALDUINO, nascida em 05 de setembro de 1974, filha de Nelson Machado Filho e de Cleide de Pinho Monteiro Machado, adquirindo a nacionalidade norte americana (Processo nº 08000.012531/2020-17);

DIVINA SELMA DA SILVA CHAVEIRO, nascida em 19 de julho de 1964, filha de Jovelino Rodrigues Chaveiro e de Joventina Maria da Silva Chaveiro, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08018.024706/2020-31);

LUIZ CARLOS DE ALBUQUERQUE, nascido em 03 de fevereiro de 1977, filho de João Miranda de Albuquerque e de Maria de Lourdes Albuquerque, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.012520/2020-29);

KÁTIA QUIRINO SAMPAIO, nascida em 16 de maio de 1975, filha de Francisco Correia Sampaio e de Maria das Graças Quirino da Silva, adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08018.025066/2020-87);

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.104, DE 23 DE ABRIL DE 2020

A Coordenadora de Processos Migratórios em Exercício, no uso da competência delegada, nos termos do art. 1°, inciso VIII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, resolve:

RECONHECER, nos termos do art. 26 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a condição de apátrida de INÊS ALVES, nascida em 16/06/2006, filha de Marilete Alves, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08179.000268/2018-59).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.106, DE 23 DE ABRIL DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos, nos termos do Art. 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

JOSÉ EDUARDO CABRAL MENDONÇA - W335625-A, natural de Portugal, nascido em 29 de abril de 1982, filho de Maria Ines Cabral Mendonça, residente no Estado de Goiás/GO (Processo nº 08000.010384/2020-32).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.107, DE 23 DE ABRIL DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos Arts. 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos:

JORGE MIGUEL FERREIRA DE OLIVEIRA - G087351-J, natural de Portugal, nascido em 06 de novembro de 1976, filho de Antonio Laurindo Lopes de Oliveira e de Ana Maria da Rocha Ferreira de Oliveira, residente no Estado de São Paulo/SP (Processo nº 08018.022715/2020-98).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 23 DE ABRIL DE 2020

Nº 459 -Ato de Concentração nº 08700.000752/2020-47. Requerentes: DMA Distribuidora S.A. e Makro Atacadista S.A. Advogados: Fabricio A. Cardim de Almeida, Alan Bittar Prado e Mayara Lins Ogea. Tendo em vista o Parecer nº 14/2020/CGAA2/SGA1/SG, de 23 de abril de 2020, e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

Nº 462 - Ato de Concentração nº 08700.001839/2020-31. Requerentes: Diagnósticos da América S.A. e Santa Celina Participações S.A. Advogadas: Maria Eugênia Novis de Oliveira e Thalita Novo. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

Diário Oficial da União Digital

Cada vez mais acessível e conectado ao cidadão



O portal da Imprensa Nacional oferece:

Acesso livre e gratuito às edições do DOU publicadas desde 1990

Edições certificadas desde agosto de 2009, com validade e autenticidade garantidas pela certificação digital

Busca por palavra ou expressão, incluindo **Pesquisa Fonética**, que proporciona a localização de termos grafados de formas diversas

Filtros por data, órgão e tipo de ato na busca por matéria

Aquisição das edições completas em PDF, pelo serviço de assinaturas **e-Diários**, a partir da publicação, ou, gratuitamente, das 12h às 23h59

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial
www.IN.gov.br

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 177, DE 15 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Portaria MME nº 232, de 13 de abril de 2012, e o que consta do Processo nº 48610.212568/2019-38, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Bahiagás - Companhia de Gás da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 34.432.153/0001-20, situada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.838, Edifício Civil Business, Pituba, Salvador, Estado da Bahia, a exercer atividade de importação de Gás Natural Liquefeito - GNL, com as seguintes características:

I - País de Origem: o GNL será adquirido no mercado spot, sem fornecedor previamente definido;

II - Volume Total a ser Importado: até 1,825 milhão de m³ de gás natural na forma liquefeita;

III - Mercado Potencial: Estado da Bahia;

IV - Transporte: Marítimo; e

V - Local de Entrega: Terminal de Regaseificação de GNL da Bahia - TRBA, Cidade de Salvador/BA.

§ 1º As especificações técnicas do Gás Natural deverão estar de acordo com o disposto na Resolução nº 16, de 17 de junho de 2008, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, ou regulamentação superveniente.

§ 2º A presente Autorização terá validade de três anos a contar da data de publicação desta Portaria e limita-se exclusivamente à importação de Gás Natural Liquefeito.

Art. 2º A Autorizada deverá apresentar à ANP os documentos denominados Contratos Principais de Compra e Venda, do inglês Master Sale and Purchase Agreements - MSA, assinados com os potenciais fornecedores de GNL, no prazo de quinze dias contados de sua assinatura, sob pena de imediata suspensão da autorização até o cumprimento desse requisito.

Parágrafo único. A ANP poderá requerer documentos complementares que julgar necessários.

Art. 3º A Autorizada deverá apresentar à ANP, até o dia vinte e cinco de cada mês, relatório detalhado sobre as operações de importação realizadas no mês imediatamente anterior.

§ 1º Os relatórios atinentes à atividade de importação de GNL deverão conter informações detalhadas, para cada operação, dos veículos utilizados no transporte do produto, além de outros dados que vierem a ser solicitados pela ANP, a seguir elencadas:

I - País de origem e data do carregamento do GNL;

II - volume de GNL de cada carregamento e seu equivalente na forma gasosa;

III - quantidade de energia correspondente ao volume de cada carregamento;

IV - poder calorífico do Gás Natural de cada carregamento;

V - quantidade de energia evaporada (boil-off);

VI - data de entrega do carregamento na base logística;

VII - volume de GNL descarregado de cada carregamento e seu equivalente na forma gasosa;

VIII - quantidade de energia corresponde ao volume de cada carregamento descarregado;

IX - identificação do veículo transportador;

X - preços de compra do GNL importado calculados no ponto de internalização do produto; e

XI - volume total importado desde a vigência desta Portaria.

§ 2º A ANP publicará na internet as informações referidas nesse artigo, no sítio www.anp.gov.br, que devam ser divulgadas para conhecimento geral.

Art. 4º A Autorizada deverá informar à ANP a ocorrência de quaisquer alterações indicadas nos incisos a seguir, mediante encaminhamento de nova Ficha Cadastral e respectiva documentação comprobatória, no prazo de trinta dias contados da ocorrência:

I - dados cadastrais da Autorizada;

II - mudança de endereço de matriz ou de filial relacionada com a atividade de importação de GNL;

III - quadro societário;

IV - inclusão ou exclusão da filial na atividade de importação de GNL; e

V - alterações ocorridas que comprometam as informações remetidas à ANP quando do encaminhamento do requerimento inicial de autorização para importação de GNL.

Art. 5º A Autorizada deverá preencher, em caráter permanente, os requisitos estabelecidos na legislação sobre comércio exterior.

Art. 6º A Autorização para o exercício da atividade de importação de GNL será revogada, entre outras hipóteses, em casos de:

I - extinção judicial ou extrajudicial da sociedade ou consórcio autorizado;

II - requerimento da autorizada; ou

III - descumprimento da legislação aplicável.

Art. 7º O não atendimento ao disposto nesta Portaria sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, ou em legislação que venha substituí-la, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 8º A Autorização de que trata o art. 1º fica condicionada à manutenção das condições para o exercício da atividade de importação de Gás Natural na forma Liquefeita, à época de sua outorga, desde que comprovadas pela Empresa.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 178, DE 15 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006809/2019-59, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Sol Serra do Mel II SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.835.571/0001-20, com Sede no Lote 6, Vila Ceará, Zona Rural, Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica denominada Serra do Mel II, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.RN.037812-7.01, com 20.000 kW de capacidade instalada e 7.000 kW médios de garantia física de energia, constituída por vinte Unidades Geradoras de 1.000 kW, localizada às coordenadas planimétricas E 719.397 m e N 9.433.531 m, Fuso 24S, Datum SIRGAS2000.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Serra do Mel II, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/500 kV, junto à central geradora, e uma linha em 500 kV, com cerca de cinquenta e um quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Açu III, de responsabilidade da Esperanza Transmissora de Energia S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Fotovoltaica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 3 de janeiro de 2024;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 15 de janeiro de 2024;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos painéis fotovoltaicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 15 de janeiro de 2024;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 4 de março de 2024;

e) início da Montagem dos Painéis Fotovoltaicos: até 2 de agosto de 2024;

f) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 15 de outubro de 2024;

g) conclusão da Montagem dos Painéis Fotovoltaicos: até 1º de novembro de 2024;

h) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de novembro de 2024;

i) início da Operação em Teste da 1ª à 20ª Unidade Geradora: até 15 de novembro de 2024; e

j) início da Operação Comercial da 1ª à 20ª Unidade Geradora: até 15 de dezembro de 2024.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 3.726.236,00 (três milhões, setecentos e vinte e seis mil, duzentos e trinta e seis reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da UFV Serra do Mel II;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UFV Serra do Mel II, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da UFV Serra do Mel II, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Sol Serra do Mel II SPE S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Sol Serra do Mel II SPE S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Sol Serra do Mel II SPE S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da UFV Serra do Mel II, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Sol Serra do Mel II SPE S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Sol Serra do Mel II SPE S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Robert David Klein	CPF: 056.185.937-00
Representante legal: Nicolas Paul Antoine Thouverez	CPF: 233.971.118-54
Responsável técnico: Vitor Rodrigo Alves Emerenciano	CPF: 046.596.904-66
Contador: Olivia Raquel Vieira dos Santos	CPF: 118.055.627-54
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	68.990.580,00
Serviços	2.012.870,00
Outros	3.521.270,00
Total (1)	74.524.720,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	62.608.950,00
Serviços	1.826.680,00
Outros	3.195.550,00
Total (2)	67.631.180,00
Período de execução do projeto: De 18 de janeiro de 2024 a 18 de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Voltalia Energia do Brasil Ltda.	08.351.042/0001-89	100%

PORTARIA Nº 180, DE 15 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, no art. 53 do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, no art. 5º da Portaria MME nº 232, de 13 de abril de 2012, e o que consta do Processo nº 48340.000477/2020-12, resolve:

Art. 1º A Portaria MME nº 100, de 12 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Autorizar a empresa Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, inscrita no CNPJ sob os nº 61.409.892/0001-73 (Matriz) e nº 61.409.892/0003-35 (Filial), tendo sua Sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105, 14º Andar, São Paulo, Estado de São Paulo, a exercer atividade de importação de Gás Natural, com as seguintes características:

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 181, DE 16 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, no art. 53 do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, no art. 5º da Portaria MME nº 232, de 13 de abril de 2012, e o que consta do Processo nº 48340.001311/2020-13, resolve:

Art. 1º A Portaria MME nº 219, de 15 de maio de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

§ 2º A presente Autorização terá validade até 31 de dezembro de 2022." (NR)

Art. 2º Fica revogada a Portaria MME nº 70, de 5 de março de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 182, DE 20 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006783/2019-49, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.831.892/0001-57, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 1.801 e 1.802, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Serra do Seridó VII, no Município de Junco do Seridó, Estado da Paraíba, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PB.038305-8.01, com 48.510 kW de capacidade instalada e 19.700 kW médios de garantia física de energia, constituída por quatorze unidades geradoras de 3.465 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Serra do Seridó VII, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/500 kV, junto à central geradora, e uma linha em 500 kV, com cerca de vinte e quatro quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Santa Luzia II, de responsabilidade da EKTT 2 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de abril de 2023;

b) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de junho de 2023;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2023;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de julho de 2023;

e) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 1º de setembro de 2023;

f) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de dezembro de 2023;

g) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 1º de maio de 2024;

h) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de junho de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de outubro de 2024;

j) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 31 de outubro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 14ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2024; e

l) início da Operação Comercial da 1ª à 14ª unidade geradora: até 1º de janeiro de 2025.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 9.871.350,00 (nove milhões, oitocentos e setenta e um mil, trezentos e cinquenta reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Serra do Seridó VII;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o

contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Serra do Seridó VII, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Serra do Seridó VII, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Serra do Seridó VII, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Paulo Alexandre Coelho Abranches	CPF: 063.234.517-94
Responsável técnico: Anderson Bragagnolo	CPF: 042.487.109-27
Contador: Uipiquer Gomes dos Santos	CPF: 110.910.958-09
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	166.981.000,00
Serviços	21.798.000,00
Outros	8.648.000,00
Total (1)	197.427.000,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	151.629.150,00
Serviços	21.131.770,00
Outros	8.648.000,00
Total (2)	181.408.920,00
Período de execução do projeto: De 1º de junho de 2023 a 1º de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	21.812.954/0001-79	99,99%
Pec Energia S.A.	07.157.459/0001-42	0,01%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Serra do Seridó VII		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	749.066	9.228.921
2	748.894	9.228.477
3	748.699	9.228.051
4	748.499	9.227.624
5	747.884	9.229.661
6	747.758	9.229.066
7	747.672	9.228.609
8	747.562	9.228.151
9	746.357	9.229.486
10	746.381	9.229.097
11	746.459	9.228.687
12	746.497	9.228.271
13	746.515	9.227.853
14	746.481	9.227.508

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 183, DE 20 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006755/2019-21, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Tanque Novo I Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.718.914/0001-77, com sede na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 555, conjunto 162, Centro, Município de Curitiba, Estado do Paraná, a

estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Tanque Novo 01, no Município de Tanque Novo, Estado da Bahia, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.044961-0.01, com 21.200 kW de capacidade instalada e 7.100 kW médios de garantia física de energia, constituída por quatro unidades geradoras de 5.300 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Aura Tanque Novo 01, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/230 kV, junto à central geradora, e uma linha em 230 kV, com cerca de cinquenta e dois quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Igaporã III, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 19 de junho de 2023;

b) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 19 de julho de 2023;

c) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 20 de julho de 2023;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 19 de agosto de 2023;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 3 de outubro de 2023;

f) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 2 de dezembro de 2023;

g) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 31 de janeiro de 2024;

h) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 27 de outubro de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 11 de novembro de 2024;

j) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 26 de novembro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 26 de novembro de 2024;

l) início da Operação Comercial da 1ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2024;

m) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 6 de dezembro de 2024;

n) início da Operação Comercial da 2ª unidade geradora: até 11 de dezembro de 2024;

o) início da Operação em Teste da 3ª unidade geradora: até 16 de dezembro de 2024;

p) início da Operação Comercial da 3ª unidade geradora: até 21 de dezembro de 2024;

q) início da Operação em Teste da 4ª unidade geradora: até 26 de dezembro de 2024; e

r) início da Operação Comercial da 4ª unidade geradora: até 31 de dezembro de 2024.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 4.953.215,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e três mil, duzentos e quinze reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Aura Tanque Novo 01;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Aura Tanque Novo 01, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Aura Tanque Novo 01, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Tanque Novo I Energias Renováveis S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Tanque Novo I Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Tanque Novo I Energias Renováveis S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Aura Tanque Novo 01, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Tanque Novo I Energias Renováveis S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Tanque Novo I Energias Renováveis S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: José Roberto de Moraes	CPF: 007.481.418-47
Representante legal: Gabriel Luaces Fernandez	CPF: 012.979.739-17
Responsável técnico: Armando Correia de Barros	CPF: 702.040.351-47
Contador: Vagner Garcia Toneli	CPF: 040.786.629-94
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	81.797.450,00
Serviços	16.860.570,00
Outros	406.280,00
Total (1)	99.064.300,00

Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	74.871.800,00
Serviços	16.266.830,00
Outros	391.970,00
Total (2)	91.530.600,00
Período de execução do projeto: De 19 de agosto de 2023 a 19 de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A.	35.481.793/0001-92	100%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Aura Tanque Novo 01		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	764.051	8.495.592
2	763.991	8.495.276
3	764.246	8.495.025
4	764.342	8.494.721

Fuso/Datum: 23S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 185, DE 20 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006778/2019-36, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Parque Eólico Serra do Seridó II S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.831.799/0001-42, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 1.801 e 1.802, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Serra do Seridó II, no Município de Santa Luzia, Estado da Paraíba, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PB.035225-0.01, com 17.325 kW de capacidade instalada e 7.600 kW médios de garantia física de energia, constituída por cinco unidades geradoras de 3.465 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Serra do Seridó II, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/500 kV, junto à central geradora, e uma linha em 500 kV, com cerca de vinte e quatro quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Santa Luzia II, de responsabilidade da EKTT 2 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de abril de 2023;

b) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de junho de 2023;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2023;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de julho de 2023;

e) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 1º de setembro de 2023;

f) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de dezembro de 2023;

g) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 1º de maio de 2024;

h) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de junho de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de outubro de 2024;

j) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 31 de outubro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 5ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2024; e

l) início da Operação Comercial da 1ª à 5ª unidade geradora: até 1º de janeiro de 2025.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 3.543.400,00 (três milhões, quinhentos e quarenta e três mil e quatrocentos reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Serra do Seridó II;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Serra do Seridó II, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Serra do Seridó II, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Parque Eólico Serra do Seridó II S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Parque Eólico Serra do Seridó II S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Parque Eólico Serra do Seridó II S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Serra do Seridó II, detalhado

nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Parque Eólico Serra do Seridó II S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Parque Eólico Serra do Seridó II S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Paulo Alexandre Coelho Abranches	CPF: 063.234.517-94
Responsável técnico: Anderson Bragagnolo	CPF: 042.487.109-27
Contador: Uipiquer Gomes dos Santos	CPF: 110.910.958-09
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	60.993.000,00
Serviços	6.786.000,00
Outros	3.089.000,00
Total (1)	70.868.000,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	55.384.730,00
Serviços	6.584.520,00
Outros	3.089.000,00
Total (2)	65.058.250,00
Período de execução do projeto: De 1º de junho de 2023 a 1º de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	21.812.954/0001-79	99,99%
Pec Energia S.A.	07.157.459/0001-42	0,01%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Serra do Seridó II		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	741.863	9.232.093
2	741.627	9.231.829
3	741.398	9.231.558
4	741.174	9.231.280
5	740.913	9.231.036

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 186, DE 20 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006782/2019-02, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.831.535/0001-99, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 1.801 e 1.802, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Serra do Seridó IX, no Município de Santa Luzia, Estado da Paraíba, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PB.040613-9.01, com 45.045 kW de capacidade instalada e 21.700 kW médios de garantia física de energia, constituída por treze unidades geradoras de 3.465 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Serra do Seridó IX, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/500 kV, junto à central geradora, e uma linha em 500 kV, com cerca de vinte e quatro quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Santa Luzia II, de responsabilidade da EKTT 2 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de abril de 2023;

b) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de junho de 2023;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2023;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de julho de 2023;

e) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 1º de setembro de 2023;

f) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de dezembro de 2023;

g) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 1º de maio de 2024;

h) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de junho de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de outubro de 2024;

j) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 31 de outubro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 13ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2024; e

l) início da Operação Comercial da 1ª à 13ª unidade geradora: até 1º de janeiro de 2025.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 9.187.720,00 (nove milhões, cento e oitenta e sete mil, setecentos e vinte reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Serra do Seridó IX;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Serra do Seridó IX, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Serra do Seridó IX, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Serra do Seridó IX, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Paulo Alexandre Coelho Abranches	CPF: 063.234.517-94
Responsável técnico: Anderson Bragagnolo	CPF: 042.487.109-27
Contador: Uipiquer Gomes dos Santos	CPF: 110.910.958-09
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	155.482.000,00
Serviços	20.242.400,00
Outros	8.030.000,00
Total (1)	183.754.400,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	141.187.050,00
Serviços	19.623.730,00
Outros	8.030.000,00
Total (2)	168.840.780,00
Período de execução do projeto: De 1º de junho de 2023 a 1º de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	21.812.954/0001-79	99,99%
Pec Energia S.A.	07.157.459/0001-42	0,01%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Serra do Seridó IX		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	739.769	9.234.021
2	739.595	9.233.735
3	739.358	9.233.478
4	739.237	9.233.159
5	739.235	9.232.446
6	739.002	9.232.180
7	738.941	9.231.885
8	742.199	9.234.106
9	741.956	9.233.953
10	741.767	9.233.738
11	741.257	9.233.443
12	740.878	9.233.259
13	740.454	9.233.130

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 187, DE 20 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006780/2019-13, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.957.107/0001-07, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 1.801 e 1.802, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Serra do Seridó IV, no Município de Junco do Seridó, Estado da Paraíba, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PB.035227-6.01, com 34.650 kW de capacidade instalada e 16.300 kW médios de garantia física de energia, constituída por dez unidades geradoras de 3.465 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Serra do Seridó IV, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/500 kV, junto à central geradora, e uma linha em 500 kV, com cerca de vinte e quatro quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Santa Luzia II, de responsabilidade da EKTT 2 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de abril de 2023;

b) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de junho de 2023;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2023;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de julho de 2023;

e) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 1º de setembro de 2023;

f) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de dezembro de 2023;

g) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 1º de maio de 2024;

h) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de junho de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de outubro de 2024;

j) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 31 de outubro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 10ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2024; e

l) início da Operação Comercial da 1ª à 10ª unidade geradora: até 1º de janeiro de 2025.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 7.136.650,00 (sete milhões, cento e trinta e seis mil, seiscentos e cinquenta reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Serra do Seridó IV;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Serra do Seridó IV, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Serra do Seridó IV, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Serra do Seridó IV, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Paulo Alexandre Coelho Abranches	CPF: 063.234.517-94
Responsável técnico: Anderson Bragagnolo	CPF: 042.487.109-27
Contador: Uipiquer Gomes dos Santos	CPF: 110.910.958-09
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	120.985.000,00
Serviços	15.571.000,00
Outros	6.177.000,00
Total (1)	142.733.000,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	109.860.860,00
Serviços	15.095.110,00
Outros	6.177.000,00
Total (2)	131.132.970,00
Período de execução do projeto: De 1º de junho de 2023 a 1º de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	21.812.954/0001-79	99,99%
Pec Energia S.A.	07.157.459/0001-42	0,01%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Serra do Seridó IV		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	744.137	9.229.322
2	743.783	9.229.096
3	743.430	9.228.906
4	743.102	9.228.675
5	742.912	9.228.206
6	742.634	9.227.846
7	742.449	9.227.414
8	742.063	9.227.286
9	741.695	9.227.115
10	741.236	9.226.901

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 188, DE 20 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006779/2019-81, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Parque Eólico Serra do Seridó III S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.835.835/0001-46, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 1.801 e 1.802, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Serra do Seridó III, no Município de Junco do Seridó, Estado da Paraíba, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PB.035226-8.01, com 45.045 kW de capacidade instalada e 20.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por treze unidades geradoras de 3.465 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Serra do Seridó III, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/500 kV, junto à central geradora, e uma linha em 500 kV, com cerca de vinte e quatro quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Santa Luzia II, de

responsabilidade da EKTT 2 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de abril de 2023;

b) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de junho de 2023;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2023;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de julho de 2023;

e) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 1º de setembro de 2023;

f) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de dezembro de 2023;

g) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 1º de maio de 2024;

h) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de junho de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de outubro de 2024;

j) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 31 de outubro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 13ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2024; e

l) início da Operação Comercial da 1ª à 13ª unidade geradora: até 1º de janeiro de 2025.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 9.187.720,00 (nove milhões, cento e oitenta e sete mil, setecentos e vinte reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Serra do Seridó III;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Serra do Seridó III, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Serra do Seridó III, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Parque Eólico Serra do Seridó III S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Parque Eólico Serra do Seridó III S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Parque Eólico Serra do Seridó III S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Serra do Seridó III, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Parque Eólico Serra do Seridó III S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Parque Eólico Serra do Seridó III S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Paulo Alexandre Coelho Abranches	CPF: 063.234.517-94
Responsável técnico: Anderson Bragagnolo	CPF: 042.487.109-27
Contador: Uipiquer Gomes dos Santos	CPF: 110.910.958-09
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	155.482.000,00
Serviços	20.242.400,00
Outros	8.030.000,00
Total (1)	183.754.400,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	141.187.050,00
Serviços	19.623.730,00
Outros	8.030.000,00
Total (2)	168.840.780,00
Período de execução do projeto: De 1º de junho de 2023 a 1º de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)

Razão Social	CNPJ	Participação
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	21.812.954/0001-79	99,99%
Pec Energia S.A.	07.157.459/0001-42	0,01%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Serra do Seridó III		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	744.869	9.227.528
2	744.498	9.227.313
3	744.141	9.227.081
4	743.751	9.226.900
5	743.522	9.226.653
6	743.257	9.226.458
7	742.998	9.226.249
8	739.723	9.229.615
9	739.605	9.229.382
10	739.648	9.229.121
11	739.530	9.228.888
12	739.373	9.228.683
13	739.250	9.228.466

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 189, DE 20 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.006781/2019-50, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.882.365/0001-71, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, salas 1.801 e 1.802, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Serra do Seridó VI, no Município de Junco do Seridó, Estado da Paraíba, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PB.038304-0.01, com 24.255 kW de capacidade instalada e 10.700 kW médios de garantia física de energia, constituída por sete unidades geradoras de 3.465 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Serra do Seridó VI, constituído de uma subestação elevadora de 34,5/500 kV, junto à central geradora, e uma linha em 500 kV, com cerca de vinte e quatro quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Santa Luzia II, de responsabilidade da EKTT 2 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de abril de 2023;

b) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de junho de 2023;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2023;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de julho de 2023;

e) início da Concretagem das Bases das unidades geradoras: até 1º de setembro de 2023;

f) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de dezembro de 2023;

g) início da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 1º de maio de 2024;

h) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de junho de 2024;

i) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de outubro de 2024;

j) conclusão da Montagem das Torres das unidades geradoras: até 31 de outubro de 2024;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 7ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2024; e

l) início da Operação Comercial da 1ª à 7ª unidade geradora: até 1º de janeiro de 2025.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 4.985.700,00 (quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil e setecentos reais), que vigorará até noventa dias após o início da operação comercial da última unidade geradora da EOL Serra do Seridó VI;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Art. 4º Por infrações às disposições legais, regulamentares ou contratuais pertinentes às instalações e serviços de produção e comercialização de energia elétrica, ou pela inexecução total ou parcial, ou pelo atraso injustificado na execução de qualquer condição estabelecida nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades tipificadas neste artigo, considerando a fase de implantação ou operação do empreendimento, mediante processo administrativo em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cominadas na legislação.

§ 1º Durante a fase de implantação do empreendimento, conforme cronograma apresentado à ANEEL e constante desta Portaria, aplicam-se à autorizada as sanções dos arts. 86, 87 e 77 c/c arts. 78, 79 (I) e 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a seguir discriminadas:

I - Advertência;

II - Multa editalícia ou contratual;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar ou de receber outorga da Administração por até 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a ANEEL, de competência do Ministro de Estado; e

V - Rescisão unilateral da outorga, mediante cassação da autorização.

§ 2º Aplicam-se ainda à autorizada, subsidiariamente, na fase de implantação do empreendimento, as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 11 de junho de 2019, e suas alterações, por fatos infracionais ou descumprimento de obrigações não expressamente previstos no Edital do Leilão nº 04/2019-ANEEL e nesta outorga de autorização.

§ 3º As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da autorizada, no respectivo processo.

§ 4º As penalidades previstas nos incisos III e IV do § 1º alcançam, também, o acionista controlador da autorizada.

§ 5º No período de que trata o § 1º, a multa editalícia ou contratual será no valor de:

I - 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, quando restar caracterizada a inexecução total ou parcial da outorga, considerando eventuais circunstâncias atenuantes que comprovem a diligência da autorizada na busca da execução do cronograma de obras;

II - 5% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, nas hipóteses equiparáveis à inexecução total do objeto da outorga, nos termos do edital do leilão que lhe deu origem;

III - no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) e no máximo 5,0% (cinco por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento, proporcionalmente ao tempo de atraso injustificado verificado no período de 61 a 360 dias ou mais em relação ao marco de início da Operação Comercial constante desta outorga, podendo haver redução do valor variável que exceder 2,5% do investimento, em face de circunstâncias reconhecidas pela ANEEL como comprobatórias da diligência da autorizada na execução do empreendimento; e

IV - 0,05% (cinco centésimos por cento) do investimento estimado para implantação do empreendimento pela mora injustificada no envio de informações mensais para o acompanhamento da implantação do empreendimento, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 2009, e nos termos do Comunicado SFG/ANEEL nº 1, de 18 de março de 2019, que trata dos procedimentos de entrega do Relatório de Acompanhamento da Implantação de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica - RAPEEL.

§ 6º Exceto em relação ao previsto no inciso IV do § 5º, que não constitui hipótese de execução da Garantia, a multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da Garantia de Fiel Cumprimento oferecida pelo tomador, caso não seja paga por este no prazo regulamentar, observando-se que na hipótese de atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias no início da Operação Comercial do empreendimento, em relação à data prevista no cronograma constante desta outorga, o processo de apuração da inadimplência somente será finalizado após o efetivo início da Operação Comercial da última unidade geradora, para fins de aplicação da multa correspondente à mora verificada.

§ 7º Se a multa for de valor superior ao da Garantia de Fiel Cumprimento prestada, além da perda desta, responderá a autorizada pela sua diferença.

§ 8º Após o desconto da Garantia de Fiel Cumprimento e até o valor desta, proceder-se-á à quitação da multa imposta à autorizada.

§ 9º Ocorrendo o pagamento da multa editalícia ou contratual pela autorizada, e não havendo obrigação a ser por esta cumprida em face do Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL ou desta outorga, a Garantia de Fiel Cumprimento será devolvida ou liberada ao seu prestador.

§ 10 Na ocorrência de descumprimento de quaisquer deveres de que possa resultar a aplicação das sanções referidas no § 1º deste artigo, a autorizada será notificada pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto à inadimplência ou, se for o caso, atender à obrigação em atraso.

§ 11 Durante a fase de exploração do empreendimento, que se dá a partir do início da Operação Comercial de sua última unidade geradora, e nas situações abrangidas pelo § 2º deste artigo, aplicam-se à autorizada as penalidades da Resolução Normativa ANEEL nº 846, de 2019, e suas alterações posteriores, observados os procedimentos, parâmetros e critérios ali estabelecidos.

Art. 5º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Serra do Seridó VI, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 6º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 7º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Serra do Seridó VI, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 8º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Serra do Seridó VI, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 11. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Paulo Alexandre Coelho Abranches	CPF: 063.234.517-94
Responsável técnico: Anderson Bragagnolo	CPF: 042.487.109-27
Contador: Uipiquer Gomes dos Santos	CPF: 110.910.958-09
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	85.491.000,00
Serviços	9.900.000,00
Outros	4.323.000,00
Total (1)	99.714.000,00
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	77.629.980,00
Serviços	9.603.360,00
Outros	4.323.000,00
Total (2)	91.556.340,00
Período de execução do projeto: De 1º de junho de 2023 a 1º de dezembro de 2024.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	21.812.954/0001-79	99,99%
Pec Energia S.A.	07.157.459/0001-42	0,01%

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Serra do Seridó VI		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	740.577	9.230.589
2	740.443	9.230.323
3	740.326	9.230.066
4	740.094	9.229.878
5	740.817	9.224.942
6	740.433	9.224.779
7	740.111	9.224.562

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 190, DE 20 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o que consta do Processo nº 48360.000281/2018-75, resolve:

Art. 1º Designar a CEB Geração S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.232.314/0001-70, como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada PCH Paranoá, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PH.DF.001975-5.02, com vistas a garantir a continuidade do serviço.

§ 1º A Prestação do Serviço de que trata o caput dar-se-á nos termos e condições estabelecidos na Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013, estando a CEB Geração S.A. obrigada a manter ou melhorar a produção de energia elétrica, em padrões compatíveis com sua Garantia Física e potência instalada, observando os índices de desempenho apurados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 541, de 12 de março de 2013, ou regulamento superveniente.

§ 2º A Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica terá início em 30 de abril de 2020 e dar-se-á até a assunção do Concessionário vencedor da licitação da Usina Hidrelétrica.

Art. 2º O Custo da Gestão dos Ativos de Geração - GAG da Usina Hidrelétrica no valor de R$ 9.204.656,68 (nove milhões, duzentos e quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos) por ano, a preços de julho de 2019, será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração - RAG inicial da referida Usina.

Art. 3º Aplicam-se à Prestação do Serviço de que trata esta Portaria, a legislação e a regulamentação relativas à exploração de Potenciais Hidráulicos para fins de Geração de Energia Elétrica em Regime de Cotas, a legislação superveniente e complementar, as normas e regulamentos expedidos pelo Poder Concedente e pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

ANEXO

USINA HIDRELÉTRICA PARANOÁ

Usina Hidrelétrica	Potência Instalada (kW)	Nº de Unidades Geradoras	Rio	Localização (Municípios/UF)
Paranoá (*)	30.000	3	Paranoá	Brasília/DF

(*) Usina não Despachada Centralizadamente.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 129, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000429/2020-44. Interessada: Central Eólica Boqueirão I S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 31.252.889/0001-28. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Boqueirão I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.040816-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.460, de 17 de dezembro de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 130, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000430/2020-79. Interessada: Central Eólica Boqueirão II S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 31.232.196/0001-73. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Boqueirão II, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.040818-2.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.461, de 17 de dezembro de 2019, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 131, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001688/2020-92. Interessada: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, inscrita no CNPJ sob o nº 02.998.611/0001-04. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforço em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto do 29º Termo Aditivo ao Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão CCT nº 008/2000, de 4 de setembro de 2019, de titularidade da interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi/repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 132, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.001705/2020-91. Interessada: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, inscrita no CNPJ sob o nº 02.998.611/0001-04. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforço em instalações de transmissão de energia elétrica, objeto do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão CCT nº 027/2002, de 29 de agosto de 2019, de titularidade da interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi/repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 133, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.006871/2019-41. Interessada: Sol do São Francisco I Energética S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 34.905.852/0001-40. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Sol do São Francisco, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.BA.045570-9.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.597, de 18 de fevereiro de 2020, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 882, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Altera a Resolução Normativa nº 874, de 10 de março de 2020.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Lei 9.074, de 7 de julho de 1995, na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com base no artigo 4º, inciso X, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº

5.163, de 30 de julho de 2004, na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no art. 6º do Anexo da Portaria nº 117, de 5 de abril de 2013, no Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017 e o que consta do Processo nº 48500.001761/2018-10, e

Considerando que a Diretoria decidiu conhecer dos Pedidos de Reconsideração interpostos em face da Resolução Normativa nº 874, de 10 de março de 2020, para, no mérito, dar-lhes parcial provimento, resolve:

Art. 1º Alterar os submódulos 2.4, 9.1, 12.1 e 12.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovados pela Resolução Normativa nº 874, de 10 de março de 2020.

Parágrafo único. Os Submódulos de que trata esta Resolução estão disponíveis no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulos I e J - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

PORTARIA Nº 6.354, DE 20 DE ABRIL DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso IX, e no art. 9º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 349, de 28 de novembro de 1997, do Ministério de Minas e Energia, na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, na Portaria MS nº 454, de 20 de março de 2020, e o que consta do Processo nº 48500.001903/2020-55, resolve:

Art. 1º O caput do art. 2º da Portaria nº 6.310, de 24 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Suspender, até 3 de maio de 2020, os prazos processuais dos processos no âmbito da ANEEL."

Art. 2º O caput do art. 4º da Portaria nº 6.310, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Determinar preventivamente que as reuniões deliberativas da Diretoria serão exclusivamente virtuais até o dia 31 de maio de 2020."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.118, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Processo nº 48500.001718/2020-61. Interessado: ASJA Paraíba Serviços Ambientais SPE Ltda. Decisão: (i) Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE ASJA João Pessoa, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº UTE.RU.PB.043199-0.02, com 5.704 kW de Potência Instalada, localizada no município de João Pessoa, estado da Paraíba; e (ii) informar que a opção por emissão de outorga pela ANEEL depende de apresentação dos documentos constantes dos Anexos I e II da REN nº 876/2020. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 22 DE ABRIL DE 2020

Nº 1.126 - Processo nº 48500.001413/2020-59. Interessados: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda. e Norte Participações e Investimentos S.A. Decisão: (i) conferir o Registro para Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do córrego Rancho Queimado, da nascente até a foz, e seus afluentes córrego das Antas e córrego Água Bonita, integrantes da sub-bacia 66, no estado de Mato Grosso; e (ii) conferir o prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da publicação deste despacho, para a elaboração desses estudos.

Nº 1.127 - Processo nº 48500.005669/2019-00. Interessados: Frigorífico Nutribrás S.A. e Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda. Decisão: (i) não conceder o Registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Juína, no trecho entre o canal de fuga da PCH JUI 117 até o remanso da UHE JUI-029b, integrante da sub-bacia 17, no estado de Mato Grosso, tendo em vista o não atendimento ao disposto no item 6, do Anexo I, da Resolução Normativa n° 875/2020; e (ii) devolver a garantia de registro aportada na ANEEL, conforme o disposto no item 6, subitem 6.1, do Anexo V, da mencionada Resolução.

Nº 1.128 - Processos nºs: listados no ANEXO I. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Velho Chico LTDA. Decisão: Registrar o Despacho de Registro do Requerimento de Outorga (DRO) dos empreendimentos relacionados no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Buritizeiro, estado de Minas Gerais.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 23 DE ABRIL DE 2020

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início da operação em teste a partir de 24 de abril de 2020.

Nº 1.151 - Processo nº: 48500.002047/2019-11. Interessados Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A. Usina: EOL Vila Piauí III. Unidades Geradoras: UG9 e UG10, de 4.200 kW cada, totalizando 8.400 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte

Nº 1.152 - Processo nº: 48500.006996/2013-85. Interessados: Hidrelétrica Capivara LTDA. Usina: CGH Rio Capivara. Unidade Geradora: UG2 de 1.000 kW, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Pinhão, estado do Paraná.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHO Nº 1.153, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Processo nº: 48500.002790/2018-91. Interessados: Ventos de Vila Paraíba II SPE S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 24 de abril de 2020. Usina EOL Ventos de Vila Paraíba II. Unidades Geradoras: UG1 a UG4, de 3.465 kW cada, totalizando 13.860 kW de capacidade instalada. Localização: Município Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 236, de 03 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 66, de 06 de abril de 2020, Seção 1, página 79, que estabelece a delegação de competências para assinatura de contratos administrativos no âmbito da Agência Nacional de Mineração - ANM, no Art. 1º, onde se lê: "atividades de custeio", leia-se: "atividades de custeio e investimento".

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 73/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de aprovação do Relatório Pesquisa(196)
861.292/2016-CLEUNICE GUNDIM MENDONÇA- DOU de 22/04/2019
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
860.342/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA- AI N°194/2019

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Torna sem efeito despacho de aprovação do Relatório Pesquisa(2264)
860.405/2014-MINERAÇÃO J NETO LTDA ME- DOU de 19/02/2020

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 88/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
850.014/2011-LBR MINERAÇÃO LTDA- Alvará N°5.525/2014- DOU de 13/06/2014
Despacho publicado(256)
850.014/2011-LBR MINERAÇÃO LTDA-DETERMINO REVOGAÇÃO DA GUIA Nº 04/2015, publicada no DOU 07/07/2015.

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE

PORTARIA Nº 13, DE 23 DE ABRIL DE 2019

Regulamenta os artigos 13, §2º, e 16-A, §1º do Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional da Juventude - Sinajuve.

A SECRETÁRIA NACIONAL DA JUVENTUDE DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 13, § 2º, e 16-A, § 1º do Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, resolve:

Art. 1º - Ficam definidos como requisitos exigidos para cadastro de unidades de juventude no Sinajuve:

I. quanto ao conselho estadual, distrital ou municipal de juventude:
a) ato constitutivo; e
b) ata de eleição.
II. quanto às organizações da sociedade civil:
a) ata de fundação;
b) estatuto aprovado; e
c) registro em cartório.

Art. 2º - Ficam definidas as condições para utilização dos benefícios aos entes federativos que aderirem ao Sinajuve:

I. observar o atendimento ao público alvo, jovens de 15 a 29 anos;
II. atender os parâmetros da Lei nº 12.852, de 12 de agosto de 2013, dentre eles:
desenvolver a intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações;
b) valorizar o diálogo e convívio do jovem com as demais gerações; e
c) promover o bem-estar, a experimentação e o desenvolvimento integral do jovem;
III. subscrição de pactuação interfederativa

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor no primeiro dia do mês de maio de 2020.

JAYANA NICARETTA DA SILVA

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO RIO BRANCO

PORTARIA Nº 168, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Acrescenta dispositivo ao regulamento do Curso de Altos Estudos.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo presente o disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Incluir, na Portaria nº 157, de 15 de fevereiro de 2018, que aprovou o regulamento do Curso de Altos Estudos, o seguinte art. 17-A:

"Art. 17-A As arguições orais dos candidatos e outras atividades do Curso de Altos Estudos poderão realizar-se de forma remota quando, por motivos de força maior, estiver impossibilitada a realização dessas atividades na Secretaria de Estado."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERNESTO ARAÚJO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 828, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a necessidade de aprimorar os mecanismos de monitoramento e transparência dos recursos federais

transferidos para financiamentos de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS e as recomendações do Acórdão nº 847/2019 - TCU - Plenário, resolve:

Art. 1º A Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Saúde, destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, a serem repassados na modalidade fundo a fundo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão organizados e transferidos na forma dos seguintes blocos de financiamento:

I - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde; e

II - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

....." (NR)

"Art. 5º Os recursos financeiros referentes ao Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde que trata o inciso I do caput do art. 3º serão transferidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em conta corrente única e destinar-se-ão:

I - à manutenção das condições de oferta e continuidade da prestação das ações e serviços públicos de saúde, inclusive para financiar despesas com reparos e adaptações, nos termos da classificação serviço de terceiros do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, instituído pela Portaria STN/SOF nº 6, de 18 de dezembro de 2018; e

II - ao funcionamento dos órgãos e estabelecimentos responsáveis pela implementação das ações e serviços públicos de saúde.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização de recursos financeiros referentes ao Bloco de Manutenção para o pagamento de:

.....

V - obras de construções novas bem como de ampliações de imóveis já existentes, ainda que utilizados para a realização de ações e/ou serviços de saúde." (NR)

"Art 6º Os recursos financeiros referentes ao Bloco de Estruturação da Rede de Serviços de Saúde de que trata o inciso II do caput do art. 3º serão transferidos em conta corrente única, aplicados conforme definido no ato normativo que lhe deu origem, e destinar-se-ão, exclusivamente, à:

.....

II - obras de construções novas ou ampliação de imóveis existentes utilizados para a realização de ações e serviços públicos de saúde; e

III - obras de reforma de imóveis já existentes utilizados para a realização de ações e serviços públicos de saúde.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização de recursos financeiros referentes ao Bloco de Estruturação em órgãos e unidades voltados, exclusivamente, à realização de atividades administrativas." (NR)

"Art. 1150. Para fins de transparência, registro de série histórica e monitoramento, bem como em observância ao disposto no inciso VII do caput do art. 5º do Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, a Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde - FNS/SE/MS divulgará em seu sítio eletrônico as informações sobre os recursos federais transferidos aos Estados, ao Distrito Federal por Bloco de Financiamento, organizando-as por Grupo de Identificação das Transferências relacionados ao nível de atenção ou à finalidade da despesa na saúde, tais como:

I - Atenção primária;

II - Atenção especializada;

III - Assistência Farmacêutica;

IV - Vigilância em Saúde; e

V - Gestão do SUS.

....." (NR)

Art. 2º As citações ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde e ao Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, feitas nos atos normativos anteriores à data de publicação desta Portaria, devem ser interpretadas, no que couber, como referências ao Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde e ao Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde, respectivamente, de que trata o art. 3º da Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS.

Art. 3º A Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, por meio da Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde - FNS/SE/MS e do Departamento de Informática do SUS - DATASUS, em articulação com as áreas técnicas pertinentes do Ministério da Saúde, adotará as providências necessárias à implementação do disposto nesta Portaria em até 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

PORTARIA Nº 858, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020 que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.050768/2020-15, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no anexo.

Parágrafo único. A habilitação tratada no caput desse artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Distrito Federal, em parcela única, no montante de R$ 11.680.000,00 (onze milhões e seiscentos e oitenta mil reais).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal, IBGE 530000, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR CUSTEIO DIARIA COVID-19 (MES)	PARCELA ÚNICA
DF	530000	BRASÍLIA	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE BRASILIA	0010510	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
DF	530000	BRASÍLIA	HRSM	5717515	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	60	60	2.920.000,00	8.760.000,00
DF	530000	BRASÍLIA	HOSPITAL DA CRIANCA DE BRASILIA JOSE ALENCAR HCB	6876617	ESTADUAL	UTI PEDIÁTRICO II - COVID-19	26.13 - UTI PEDIÁTRICO II - COVID-19	10	60	486.666,67	1.460.000,00
TOTAL								80	80	3.893.333,34	R$ 11.680.000,00

PORTARIA Nº 859, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a ser disponibilizado aos Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública, de importância internacional, decorrente do coronavírus - COVID 19, responsável pela atual pandemia;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que regulamenta a operacionalização do disposto na Lei supracitada; e

Considerando a Medida Provisória nº 940, de 2 de abril de 2020, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde no montante de R$ 181.149,10 (cento e oitenta um mil cento e quarenta e nove reais e dez centavos), a ser disponibilizado em parcela única aos Municípios de Paraíso das Águas/MS e Alta Floresta D'Oeste/RO, conforme abaixo:

IBGE	UF	Município	Gestão	Valor
500627	MS	Paraíso das Águas	Municipal	13.395,87
110001	RO	Alta Floresta d'Oeste	Municipal	167.753,23

§ 1º Para o Município de Paraíso das Águas (MS), o valor a ser repassado é referente à competência financeira fevereiro de 2020 do Piso de Atenção Básica-PAB.

§ 2º Para o Município de Alta Floresta D'Oeste (RO), o valor a ser repassado se refere a 1/12 (um doze avos) do limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade.

§ 3º A parcela única a que se refere o caput será repassada em caráter excepcional, não reduzindo, em qualquer hipótese, os repasses regulares e automáticos devidos pelo Ministério da Saúde para o custeio da Média e Alta Complexidade e da Atenção Básica.

Art. 2º Os recursos financeiros serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde requeridos para o enfretamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, abrangendo atenção primária, especializada, vigilância em saúde, assistência farmacêutica e outras que se fizerem necessárias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º aos Fundos Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

PORTARIA Nº 861, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e UTI Pediátrico Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Estado de Rondônia e Município de Ariquemes e Vilhena.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.052045/2020-42, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II - COVID-19, do estabelecimento descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no caput desse artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Estado de Rondônia e Município de Ariquemes e Vilhena, em parcela única, no montante de R$ 7.446.000,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil reais).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundos Estadual e Municipal de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	Município	Estabelecimento	GESTÃO	CNES	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	Valor Custeio Diária COVID-19 Mês	Parcela Única
RO	110000	PORTO VELHO	CEMETRON - CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA	ESTADUAL	2493853	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	12	12	R$ 584.000,00	R$ 1.752.000,00
		CACOAL	HRC - HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL	ESTADUAL	6599877	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	16	16	R$ 778.666,67	R$ 2.336.000,00
		PORTO VELHO	HOSPITAL INFANTIL COSME DAMIÃO	ESTADUAL	2493896	UTI PEDIATRICO II- COVID 19	26.13 - UTI PEDIATRICO II - COVID-19	7	7	R$ 340.666,67	R$ 1.022.000,00
	110002	ARIQUEMES	HOSPITAL DE CAMPANHA COVID 19 C DE AFECÇÕES RESPIRATÓRIAS	MUNICIPAL	102091	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	6	6	R$ 292.000,00	R$ 876.000,00
	110030	VILHENA	HOSPITAL REGIONAL ADAMASTOR TEIXEIRA DE OLIVEIRA	MUNICIPAL	2798484	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	R$ 486.666,67	R$ 1.460.000,00
TOTAL DE LEITOS PARA COVID - 19 E IMPACTO FINANCEIRO								51		R$ 2.482.000,00	R$ 7.446.000,00

PORTARIA Nº 862, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Autoriza o repasse do valor de recurso federal ao Fundo Municipal de Saúde de Jacareacanga, Estado do Pará, do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser alocado no Grupo de Vigilância em Saúde para o fortalecimento das ações de prevenção, controle e eliminação da Malária e ações de vigilância da Leishmaniose Visceral e Doença de Chagas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais e municipais, e dá outras providências;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo II da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.775/GM/MS, de 24 de dezembro de 2019, que autoriza o repasse dos valores de recursos federais aos Fundos de Saúde dos Estados e Municípios, do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde para o fortalecimento das ações de prevenção, controle e eliminação da Malária e ações de vigilância da Leishmaniose Visceral e Doença de Chagas; e

Considerando o que consta do Processo SEI nº 25000.038294/2020-25, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o repasse do valor de recurso federal ao Fundo Municipal de Saúde de Jacareacanga, Estado do Pará, do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser alocado no Grupo de Vigilância em Saúde para o fortalecimento das ações de vigilância da Malária, Leishmaniose Visceral e Doença de Chagas.

Art. 2º O valor a ser transferido, em parcela única, do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Jacareacanga, do Estado do Pará, totaliza o montante de R$ 20.000.00 (vinte mil reais).

Parágrafo único. Foi complementado o valor devido a alteração do enquadramento do Município para o estrato 3, uma vez que o Município recebeu o repasse pela Portaria GM/MS nº 3.775/2019 referente ao estrato 4.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do recurso estabelecido nesta Portaria ao respectivo Fundos de Saúde, em conformidade com o processo de pagamento instruído.

Art. 4º O recurso orçamentário de que trata a presente Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL.0001 - Plano Orçamentário 0000 - Incentivo Financeiro aos Estados e Municípios para Vigilância em Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de vigilância em saúde, desde que garantido o fortalecimento da vigilância da Malária, Leishmaniose Visceral e Doença de Chagas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

PORTARIA Nº 865, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Estado da Bahia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.050582/2020-58, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, do estabelecimento descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no caput deste artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado ao Estado da Bahia, em parcela única, no montante de R$ 7.300.000,00 (sete milhões e trezentos mil reais).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde da Bahia, IBGE 290000, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR CUSTEIO DIARIA COVID-19 (MES)	PARCELA ÚNICA
BA	290000	SALVADOR	INSTITUTO COUTO MAIA	0005428	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
		ALAGOINHAS	HOSPITAL REGIONAL DANTAS BIÃO	2487438		UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
		IRECÊ	HOSPITAL REGIONAL DR. MARIO DOURADO SOBRINHO	4026896		UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	5	243.333,33	730.000,00
		BARREIRAS	HOSPITAL DO OESTE	3972925		UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	5	243.333,33	730.000,00
		VITÓRIA DA CONQUISTA	HOSPITAL GERAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA	2402076		UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
		FEIRA DE SANTANA	HOSPITAL GERAL CLERISTON ANDRADE	2799758		UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
TOTAL									50	R$ 2.433.333,34	R$ 7.300.000,00

PORTARIA Nº 866, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Credencia municípios a receberem incentivos financeiros referentes às Equipes de Atenção Primária (eAP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, que institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e

Considerando a importância de se ampliar a cobertura populacional da Atenção Primária à Saúde no Brasil, por meio de conformações diferenciadas de equipes, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no Anexo a esta Portaria a receberem os incentivos de custeio referentes às Equipes de Atenção Primária, com periodicidade de transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A- Piso de Atenção Básica em Saúde no seguinte plano orçamentário PO - 0008 - Incentivo Financeiro da APS - Capitação Ponderada.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA CREDENCIADAS

UF	IBGE	Município	Novos Credenciamentos EAP	Total EAP após credenciamento
AL	270030	ARAPIRACA	2	6
AL	270160	CANAPI	1	1
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	1	1
AL	270930	UNIÃO DOS PALMARES	1	1
AM	130260	MANAUS	76	76
AM	130350	PAUINI	1	1
AP	160025	ITAUBAL	1	1
AP	160060	SANTANA	2	2
BA	290320	BARREIRAS	1	1
BA	290650	CANDEIAS	1	3
BA	290660	CANDIBA	1	1
BA	291360	ILHÉUS	2	11
BA	291800	JEQUIÉ	9	9
BA	291920	LAURO DE FREITAS	2	2
BA	292273	NOVA FÁTIMA	1	1
BA	292740	SALVADOR	81	81
BA	292890	SÃO DESIDÉRIO	1	1
ES	320130	CARIACICA	3	29
ES	320500	SERRA	4	49
ES	320520	VILA VELHA	8	38
ES	320530	VITÓRIA	10	17
GO	520110	ANÁPOLIS	2	2
GO	520170	ARAGARÇAS	2	2
GO	520215	ARAGUAPAZ	1	1
GO	520510	CATALÃO	2	2
GO	520850	GOIANDIRA	1	1
GO	520870	GOIÂNIA	7	44
GO	521190	JATAÍ	2	2
GO	521560	PADRE BERNARDO	1	2
GO	521880	RIO VERDE	9	9
GO	522119	TEREZÓPOLIS DE GOIÁS	1	2
GO	522185	VALPARAÍSO DE GOIÁS	3	3
MA	210405	ESTREITO	1	1
MA	210560	JOSELÂNDIA	2	2
MA	210975	SANTA FILOMENA DO MARANHÃO	2	2
MA	211125	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS	2	2
MA	211130	SÃO LUÍS	6	8
MG	310350	ARAGUARI	3	7
MG	310710	BOA ESPERANÇA	1	1
MG	310830	BORDA DA MATA	1	1
MG	310950	CABO VERDE	1	1
MG	311090	CAMPANHA	1	1
MG	311160	CAMPOS GERAIS	1	1
MG	311940	CORONEL FABRICIANO	5	5
MG	312090	CURVELO	1	3
MG	312200	DIVINO	1	1
MG	312230	DIVINÓPOLIS	2	4
MG	312385	ENTRE FOLHAS	1	1
MG	312738	GOIANÁ	1	1
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	2	9
MG	312870	GUAXUPÉ	1	1
MG	313060	INCONFIDENTES	1	1
MG	313120	IPANEMA	1	1
MG	313130	IPATINGA	2	2
MG	313240	ITAJUBÁ	4	4
MG	313380	ITAÚNA	1	1
MG	313670	JUIZ DE FORA	2	4
MG	313820	LAVRAS	2	3
MG	314500	NOVA PONTE	1	1
MG	315140	PITANGUI	1	1
MG	315170	POÇO FUNDO	1	1
MG	315670	SABARÁ	4	4
MG	316030	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	1	1
MG	316095	SÃO DOMINGOS DAS DORES	1	1
MG	316180	SÃO GONÇALO DO PARÁ	1	1
MG	316840	TARUMIRIM	1	1
MG	317020	UBERLÂNDIA	62	62
MS	500025	ALCINÓPOLIS	1	1
MS	500470	IVINHEMA	1	1
MS	500720	RIO BRILHANTE	1	1
MS	500830	TRÊS LAGOAS	5	5
MT	510010	ACORIZAL	1	1
MT	510267	CAMPO VERDE	1	1
MT	510792	SORRISO	2	2
MT	510840	VÁRZEA GRANDE	11	11
PA	150140	BELÉM	94	94
PA	150420	MARABÁ	8	8
PA	150650	SANTA ISABEL DO PARÁ	1	1
PA	150660	SANTA MARIA DO PARÁ	1	1
PB	250060	ALHANDRA	1	1
PB	251280	RIACHO DOS CAVALOS	1	1
PE	260005	ABREU E LIMA	1	1
PE	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	3	3
PE	260460	CONDADO	1	1
PE	260680	IGARASSU	1	2
PE	260845	LAGOA DO CARRO	1	1
PE	260900	MACAPARANA	2	2
PE	261070	PAULISTA	3	6
PE	261130	POMBOS	1	1
PE	261160	RECIFE	1	1
PE	261210	SALGADINHO	1	1
PE	261220	SALGUEIRO	1	1
PE	261550	TRACUNHAÉM	1	1
PR	410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ	4	4
PR	410070	ALTO PIQUIRI	1	1
PR	410200	ASSIS CHATEAUBRIAND	1	3
PR	410210	ASTORGA	1	2
PR	410410	CAMPO DO TENENTE	2	2
PR	410480	CASCAVEL	1	23
PR	410490	CASTRO	1	3
PR	410690	CURITIBA	24	76
PR	410753	ENTRE RIOS DO OESTE	1	1
PR	410920	GUARACI	2	2
PR	410975	IBEMA	2	2
PR	411140	IVAÍ	2	4
PR	411150	IVAIPORÃ	1	1
PR	411320	LAPA	1	1
PR	411410	MANDAGUAÇU	1	1
PR	411520	MARINGÁ	2	6
PR	411575	MAUÁ DA SERRA	1	1
PR	411750	PAIÇANDU	1	1
PR	411915	PINHAIS	3	3
PR	411960	PITANGA	1	3
PR	412100	QUERÊNCIA DO NORTE	1	1
PR	412190	RIBEIRÃO DO PINHAL	1	2
PR	412340	SANTA FÉ	1	3
PR	412350	SANTA HELENA	3	3
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	10	20
PR	412730	TERRA RICA	1	4
PR	412770	TOLEDO	5	6
RJ	330023	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	2	2
RJ	330040	BARRA MANSA	5	7
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	46	46
RJ	330190	ITABORAÍ	2	8
RJ	330210	ITAOCARA	1	1
RJ	330380	PARATI	1	1
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	49	49
RJ	330480	SÃO FIDÉLIS	1	2
RJ	330490	SÃO GONÇALO	12	19
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	5	5
RJ	330550	SAQUAREMA	1	1
RO	110080	CANDEIAS DO JAMARI	2	2
RO	110015	OURO PRETO DO OESTE	1	1
RS	430003	ACEGUÁ	2	2
RS	430010	AGUDO	1	1
RS	430057	ALTO FELIZ	1	1
RS	430060	ALVORADA	2	2

RS	430130	ARROIO GRANDE	4	4
RS	430200	BARROS CASSAL	1	1
RS	430240	BOM RETIRO DO SUL	1	1
RS	430265	BROCHIER	1	1
RS	430350	CAMAQUÃ	1	1
RS	430390	CAMPO BOM	2	2
RS	430420	CANDELÁRIA	3	3
RS	430440	CANELA	2	2
RS	430450	CANGUÇU	6	8
RS	430460	CANOAS	11	11
RS	430466	CAPÃO DO LEÃO	2	7
RS	430510	CAXIAS DO SUL	2	23
RS	430593	CORONEL PILAR	2	2
RS	430770	ESTEIO	5	13
RS	430780	ESTRELA	4	4
RS	430790	FARROUPILHA	3	3
RS	430820	FLORES DA CUNHA	8	8
RS	430920	GRAVATAÍ	5	16
RS	431020	IJUÍ	4	4
RS	431080	IVOTI	3	3
RS	431110	JAGUARI	3	3
RS	431130	LAGOA VERMELHA	1	1
RS	431140	LAJEADO	2	2
RS	431198	MARIANA PIMENTEL	1	1
RS	431250	MOSTARDAS	1	1
RS	431330	NOVA PRATA	2	2
RS	431340	NOVO HAMBURGO	10	10
RS	431402	PARAÍSO DO SUL	2	2
RS	431410	PASSO FUNDO	2	12
RS	431415	PAVERAMA	2	2
RS	431460	PIRATINI	1	1
RS	431475	POÇO DAS ANTAS	2	2
RS	431580	ROCA SALES	2	4
RS	431645	SALTO DO JACUÍ	2	2
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	8	8
RS	431690	SANTA MARIA	7	8
RS	431750	SANTO ÂNGELO	1	5
RS	431800	SÃO BORJA	2	2
RS	431830	SÃO GABRIEL	8	8
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	7	14
RS	431900	SÃO MARCOS	2	2
RS	431990	SAPIRANGA	1	1
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	4	11
RS	432055	SERTÃO SANTANA	1	1
RS	432080	SOLEDADE	2	2
RS	432143	TERRA DE AREIA	1	1
RS	432145	TEUTÔNIA	4	4
RS	432170	TRÊS COROAS	1	1
RS	432260	VENÂNCIO AIRES	3	3
RS	432345	VILA NOVA DO SUL	1	1
SC	420120	ANTÔNIO CARLOS	2	2
SC	420195	BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	1	1
SC	420240	BLUMENAU	36	36
SC	420360	CAMPOS NOVOS	1	1
SC	420460	CRICIÚMA	2	2
SC	420517	ENTRE RIOS	1	1
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	14	55
SC	420620	GRAVATAL	1	1
SC	420710	ILHOTA	1	1
SC	420820	ITAJAÍ	1	1
SC	420890	JARAGUÁ DO SUL	5	5
SC	421000	LUIZ ALVES	1	1
SC	421220	PAPANDUVA	1	1
SC	421225	PASSO DE TORRES	1	2
SC	421500	RIO NEGRINHO	2	2
SC	421660	SÃO JOSÉ	1	1
SC	421720	SÃO MIGUEL DO OESTE	1	1
SE	280250	GENERAL MAYNARD	1	1
SE	280660	SANTO AMARO DAS BROTAS	1	1
SE	280670	SÃO CRISTÓVÃO	1	1
SP	350050	ÁGUAS DE LINDÓIA	1	2
SP	350120	ÁLVARES FLORENCE	1	1
SP	350160	AMERICANA	5	5
SP	350170	AMÉRICO BRASILIENSE	1	1
SP	350220	ANGATUBA	1	1
SP	350250	APARECIDA	1	1
SP	350280	ARAÇATUBA	1	1
SP	350320	ARARAQUARA	21	21
SP	350330	ARARAS	4	5
SP	350390	ARUJÁ	1	3
SP	350410	ATIBAIA	3	10
SP	350420	AURIFLAMA	1	1
SP	350430	AVAÍ	1	1
SP	350450	AVARÉ	2	3
SP	350460	BADY BASSITT	1	1
SP	350480	BÁLSAMO	1	1
SP	350510	BARBOSA	2	2
SP	350570	BARUERI	48	59
SP	350590	BATATAIS	3	5
SP	350600	BAURU	3	26
SP	350635	BERTIOGA	1	1
SP	350650	BIRIGUI	4	4
SP	350700	BOITUVA	3	9
SP	350710	BOM JESUS DOS PERDÕES	1	3
SP	350740	BORBOREMA	1	1
SP	350760	BRAGANÇA PAULISTA	10	10
SP	350790	BROTAS	2	2
SP	350820	BURITIZAL	1	1
SP	350840	CABREÚVA	1	1
SP	350920	CAJAMAR	1	1
SP	350930	CAJOBI	1	1
SP	350970	CAMPOS DO JORDÃO	1	4
SP	351000	CÂNDIDO MOTA	1	3
SP	351015	CANITAR	1	1
SP	351030	CAPELA DO ALTO	1	2
SP	351110	CATANDUVA	6	6
SP	351130	CEDRAL	1	1
SP	351160	CESÁRIO LANGE	1	1
SP	351170	CHARQUEADA	2	2
SP	355720	CHAVANTES	3	3
SP	351300	COTIA	11	16
SP	351310	CRAVINHOS	2	2
SP	351340	CRUZEIRO	4	4
SP	351360	CUNHA	1	2
SP	351410	DOIS CÓRREGOS	2	2
SP	351440	DRACENA	5	15
SP	351460	DUMONT	1	1
SP	351500	EMBU	3	11
SP	351518	ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	1	1
SP	351630	FRANCISCO MORATO	2	2
SP	351640	FRANCO DA ROCHA	2	12
SP	351770	GUARÁ	2	4
SP	351820	GUARARAPES	1	1
SP	351860	GUARIBA	2	2
SP	351880	GUARULHOS	33	33
SP	352010	IGARAPAVA	1	1
SP	352020	IGARATÁ	4	4
SP	352050	INDAIATUBA	6	8
SP	352180	ITAÍ	2	6
SP	352220	ITAPECERICA DA SERRA	4	5
SP	352230	ITAPETININGA	1	10
SP	352270	ITÁPOLIS	4	4
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	9	9
SP	352360	ITIRAPINA	2	2
SP	352390	ITU	10	10
SP	352430	JABOTICABAL	3	3
SP	352440	JACAREÍ	1	6
SP	352450	JACI	1	1
SP	352510	JARDINÓPOLIS	2	7
SP	352550	JOANÓPOLIS	1	1
SP	352570	JOSÉ BONIFÁCIO	4	4
SP	352590	JUNDIAÍ	18	53
SP	352640	LARANJAL PAULISTA	3	3
SP	352650	LAVÍNIA	4	4
SP	352670	LEME	1	5
SP	352690	LIMEIRA	4	4
SP	352710	LINS	1	5
SP	352720	LORENA	2	3
SP	352730	LOUVEIRA	5	5
SP	352740	LUCÉLIA	1	2
SP	352920	MARTINÓPOLIS	1	1
SP	352930	MATÃO	4	4
SP	353010	MIRANDÓPOLIS	2	2
SP	353030	MIRASSOL	2	3
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	12	12
SP	353140	MONTE APRAZÍVEL	4	4
SP	353230	NATIVIDADE DA SERRA	2	2
SP	353240	NAZARÉ PAULISTA	3	3
SP	353340	NOVA ODESSA	4	5
SP	353440	OSASCO	35	35
SP	353560	PARAIBUNA	3	3
SP	353590	PARANAPUÃ	1	1
SP	353610	PARDINHO	1	2
SP	353650	PAULÍNIA	22	22
SP	353660	PAULO DE FARIA	1	1
SP	353800	PINDAMONHANGABA	4	10
SP	353810	PINDORAMA	1	4
SP	353820	PINHALZINHO	1	4
SP	353860	PIRACAIA	2	5
SP	353870	PIRACICABA	8	17
SP	353920	PIRAPOZINHO	1	1
SP	353950	PITANGUEIRAS	3	3
SP	353980	POÁ	2	6
SP	354025	PONTALINDA	1	1
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	10	27
SP	354150	PRESIDENTE VENCESLAU	1	1
SP	354160	PROMISSÃO	4	4
SP	354270	RESTINGA	1	2
SP	354320	RIBEIRÃO DO SUL	1	1
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	34	73
SP	354390	RIO CLARO	4	4
SP	354400	RIO DAS PEDRAS	2	2
SP	354420	RIOLÂNDIA	2	2
SP	354425	ROSANA	1	1
SP	354460	SABINO	3	3
SP	354500	SALESÓPOLIS	3	3
SP	354580	SANTA BÁRBARA D'OESTE	2	14
SP	354620	SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO	1	1
SP	354700	SANTA MARIA DA SERRA	1	1
SP	354730	SANTANA DE PARNAÍBA	1	1
SP	354770	SANTO ANASTÁCIO	1	1
SP	354780	SANTO ANDRÉ	56	96
SP	354850	SANTOS	12	12
SP	354860	SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	1	2
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	22	22
SP	354880	SÃO CAETANO DO SUL	5	13
SP	354890	SÃO CARLOS	18	18
SP	354910	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	4	4
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	7	18
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	8	38
SP	355010	SÃO MANUEL	1	1
SP	355050	SÃO PEDRO DO TURVO	1	1
SP	355080	SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	1	1
SP	355100	SÃO VICENTE	8	11
SP	355110	SARAPUÍ	4	5
SP	355160	SERRA NEGRA	1	1
SP	355150	SERRANA	1	1
SP	355210	SOCORRO	1	1
SP	355220	SOROCABA	2	2
SP	355250	SUZANO	21	21
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	15	15
SP	355300	TAGUAÍ	1	1
SP	355370	TAQUARITINGA	1	3
SP	355380	TAQUARITUBA	1	1
SP	355410	TAUBATÉ	24	24
SP	355495	TUIUTI	1	1
SP	355500	TUPÃ	10	10
SP	355635	VARGEM	1	2
SP	355645	VARGEM GRANDE PAULISTA	1	4
SP	355650	VÁRZEA PAULISTA	6	6
SP	355670	VINHEDO	2	6
SP	355690	VISTA ALEGRE DO ALTO	2	3
SP	355710	VOTUPORANGA	2	2
TOTAL			1.691	2.491

PORTARIA Nº 878, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) a serem disponibilizados ao Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título VII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Ofício AS.2 nº 054/2020, de 6 de março de 2020, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP, que manifesta favorável à continuidade da execução do Projeto de Transplantes Renais, Pediátricos e de Adultos, da Associação Samaritano; e

Considerando a Nota Técnica nº 18/2020-CGSNT/DAET/SAES/MS, emitida pela Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes - CGSNT/DAET/SAES/MS, de 23 de março de 2020, constante do NUP-SEI 25000.182243/2019-04, que se posiciona favoravelmente à execução do Projeto de Transplantes Renais, Pediátricos e de Adultos, pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, no montante de R$ 48.784.801,33 (quarenta e oito milhões, setecentos e oitenta e quatro mil oitocentos e um reais e trinta e três centavos), a serem disponibilizados ao Estado de São Paulo, em 3 (três) parcelas de R$ 16.261.600,44 (dezesseis milhões, duzentos e sessenta um mil seiscentos reais e quarenta e quatro centavos), conforme cronograma a seguir:

Ano	2020	2021	2022
Valor	16.261.600,44	16.261.600,44	16.261.600,44

Parágrafo único. O recurso financeiro de que trata o caput deste artigo é destinado ao custeio da execução do Projeto de Transplantes Renais, Pediátricos e de Adultos pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência ao Fundo Estadual de Saúde de São Paulo, do montante estabelecido no art. 1º, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

PORTARIA Nº 893, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria 414/GM/MS, de 18 de março de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto/Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19;

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.052804/2020-77, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no caput deste artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estados e Municípios, em parcela única, no montante de R$ 14.600.000,00 (quatorze milhões e seiscentos mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR CUSTEIO DIARIA COVID-19 (MES)	VALOR
MS	500270	CAMPO GRANDE	HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL	0009725	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
PA	150000	BELÉM	HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DR ABELARDO SANTOS	9917322	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20	973.333,33	2.920.000,00
PE	260000	CABO DE SANTO AGOSTINHO	HOSPITAL DOM HELDER CÂMARA	6559379	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
PR	411370	LONDRINA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ	2781859	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
PR	410690	CURITIBA	COMPLEXO HOSPITALAR DO TRABALHADOR -CENTRO HOSPITALAR DE REABILITAÇÃO DO PARANÁ	0015369	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
PR	411520	MARINGÁ	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ	2587335	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
RN	240000	NATAL	HOSPITAL CENTRAL CORONEL PEDRO GERMANO	2679469	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
SC	420000	FLORIANÓPOLIS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO - UFSC	3157245	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
SC	420000	FLORIANÓPOLIS	HOSPITAL DE FLORIANÓPOLIS	0019305	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
TOTAL								100	100	4.866.666,69	14.600.000,00

PORTARIA Nº 894, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.052434/2020-78, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no caput deste, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Maranhão e Municípios, em parcela única, no montante de R$ 14.600.000,00 (quatorze milhões e seiscentos mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estadual e Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON LUIZ SPERLE TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR CUSTEIO DIARIA COVID-19 (MES)	PARCELA ÚNICA
MA	210000	SÃO LUÍS	HOSPITAL DE REF. EST. DE ALTA COMPLEXIDADE DR. CARLOS MACIEIRA	2464594	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20	973.333,33	2.920.000,00
MA	210000	SÃO LUÍS	HOSPITAL DAS CLINICAS INTEGRADAS - HCI	9161449	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	30	30	1.460.000,00	4.380.000,00
MA	211130	SÃO LUÍS	HOSPITAL DA MULHER	5446546	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
MA	210000	TIMON	HOSPITAL REGIONAL ALARICO PACHECO	2452782	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
MA	210000	PRESIDENTE DUTRA	HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE PRESIDNETE DUTRA	6483089	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
MA	210000	IMPERATRIZ	HOSPITAL MACRORREGIONAL DRA. RUTH NOLETO	9065768	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
MA	210000	COROATÁ	HOSPITAL REG. ALEXANDRE M. TROVÃO DE COROATÁ	7088302	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
TOTAL								100	100	4.866.666,68	14.600.000,00

PORTARIA Nº 895, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Costa Rica.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.052430/2020-90, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, do estabelecimento descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação que trata o caput deste artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Município de Costa Rica/MS, em parcela única, no montante de R$ 1.022.000,00 (um milhão e vinte e dois mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Costa Rica, IBGE 500325, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR CUSTEIO DIÁRIA COVID-19 (MÊS) R$	VALOR R$
MS	500325	COSTA RICA	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE COSTA RICA	2375826	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	7	7	340.666,67	1.022.000,00

PORTARIA Nº 896, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Sidrolândia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.053412/2020-25, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, do estabelecimento descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no art. 1º, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Sidrolândia, em parcela única, no montante de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais)

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no art. 2º equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Sidrolândia, IBGE 500790, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR
MS	500790	SIDROLÂNDIA	SOCIEDADE BENEFICENTE DONA ERMÍRIA SILVÉRIO BARBOSA	2370816	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	5	R$ 720.000,00

PORTARIA Nº 898, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado;

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS,Considerando a Deliberação CIB 26/2020, que aprova "Ad Referendum", o mapa do conjunto de hospitais e respectivos leitos para o enfrentamento da COVID-19, no Estado de São Paulo; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.053920/2020-11, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no caput deste artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo e Municípios, em parcela única, no montante de R$ 93.600.000,00 (noventa e três milhões e seiscentos mil reais)

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estadual e Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	PARCELA ÚNICA
SP	350950	CAMPINAS	2022648	HOSPITAL IRMÃOS PENTEADO E SANTA CASA DE CAMPINAS	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	1.440.000,00
	350950	CAMPINAS	2078465	REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA	MUNICIPAL			13	13	1.872.000,00
	350000	CAMPINAS	2079798	HOSPITAL DAS CLINICAS DA UNICAMP DE CAMPINAS	ESTADUAL			18	18	2.592.000,00
	350950	CAMPINAS	2081490	HOSPITAL MUNICIPAL DR MARIO GATTI CAMPINAS	MUNICIPAL			40	40	5.760.000,00
	350950	CAMPINAS	2082128	HOSPITAL E MATERNIDADE CELSO PIERRO	MUNICIPAL			12	12	1.728.000,00
	350950	CAMPINAS	6053858	COMPLEXO HOSPITALAR PREFEITO EDIVALDO ORSI	MUNICIPAL			15	15	2.160.000,00
	350000	MOGI DAS CRUZES	2080680	HOSPITAL DAS CLINICAS LUZIA DE PINHO MELO MOGI DAS CRUZES	ESTADUAL			12	12	1.728.000,00
	353070	MOGI GUAÇU	2096463	SANTA CASA DE MOGI GUAÇU	MUNICIPAL			10	10	1.440.000,00
	353440	OSASCO	0008028	HOSPITAL MUNICIPAL ANTONIO GIGLIO	MUNICIPAL			10	10	1.440.000,00
	350000	OSASCO	0008052	HOSPITAL REGIONAL DR VIVALDO MARTINS SIMÕES OSASCO	ESTADUAL			30	30	4.320.000,00
	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	7373465	HOSPITAL DE CLINICAS MUNICIPAL	MUNICIPAL			20	20	2.880.000,00
	350000	SÃO PAULO	2028840	INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMÍLIO RIBAS SÃO PAULO	ESTADUAL			30	50	4.320.000,00
	350000	SÃO PAULO	2066092	HOSPITAL GERAL DE PEDREIRA	ESTADUAL			10	10	1.440.000,00
	350000	SÃO PAULO	2071568	HC DA FMUSP INSTITUTO DO CORAÇÃO INCOR SÃO PAULO	ESTADUAL			15	15	2.160.000,00
	355030	SÃO PAULO	2075717	HOSP MUN MATERNIDADE PROFESSOR MARIO DEGNI	MUNICIPAL			10	10	1.440.000,00
	350000	SÃO PAULO	2077426	HOSPITAL ESTADUAL DE VILA ALPINA ORG SOCIAL SECONCI SÃO PAULO	ESTADUAL			10	10	1.440.000,00
	355030	SÃO PAULO	2077450	HOSP MUN DR JOSE SOARES HUNGRIA	MUNICIPAL			20	20	2.880.000,00
	350000	SÃO PAULO	2077485	HOSPITAL SÃO PAULO HOSPITAL DE ENSINO DA UNIFESP SÃO PAULO	ESTADUAL			35	35	5.040.000,00
	350000	SÃO PAULO	2077620	HOSPITAL GERAL SANTA MARCELINA DE ITAIM PAULISTA SÃO PAULO	ESTADUAL			10	10	1.440.000,00
	355030	SÃO PAULO	2077639	HOSP MUN PROF DR WALDOMIRO DE PAULA	MUNICIPAL			10	10	1.440.000,00
	350000	SÃO PAULO	2078015	HC DA FMUSP HOSPITAL DAS CLINICAS SÃO PAULO	ESTADUAL			90	130	12.960.000,00
	355030	SÃO PAULO	2080346	HOSP MUN DR CARMINO CARICCHIO	MUNICIPAL			20	20	2.880.000,00
	355030	SÃO PAULO	2080583	HOSP MUN TIDE SETUBAL	MUNICIPAL			10	10	1.440.000,00
	355030	SÃO PAULO	2081970	HOSP MUN JABAQUARA ARTUR RIBEIRO DE SABOYA	MUNICIPAL			10	10	1.440.000,00
	355030	SÃO PAULO	2082829	HOSP MUN PROFESSOR DOUTOR ALÍPIO CORREA NETTO	MUNICIPAL			10	10	1.440.000,00
	355030	SÃO PAULO	2084473	HOSP MUN DR IGNÁCIO PROENÇA DE GOUVEA	MUNICIPAL			20	20	2.880.000,00
	350000	SÃO PAULO	2091755	HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO DR JOSE PANGELLA SAO PAULO	ESTADUAL			10	10	1.440.000,00
	355030	SÃO PAULO	2786680	HOSP MUN FERNANDO MAURO PIRES DA ROCHA	MUNICIPAL			10	10	1.440.000,00
	355030	SÃO PAULO	3212130	HOSP MUN VER JOSE STOROPOLLI	MUNICIPAL			10	10	1.440.000,00
	355030	SÃO PAULO	5420938	HOSP MUN CARMEN PRUDENTE	MUNICIPAL			10	10	1.440.000,00
	355030	SÃO PAULO	5718368	HOSP MUN M BOI MIRIM	MUNICIPAL			30	30	4.320.000,00
	355030	SÃO PAULO	7711980	HOSP MUN GILSON DE CASSIA MARQUES DE CARVALHO	MUNICIPAL			30	30	4.320.000,00
	355030	SÃO PAULO	9465464	HOSP MUN JOSANIAS CASTANHA BRAGA	MUNICIPAL			40	40	5.760.000,00
	355280	TABOÃO DA SERRA	2079828	HOSPITAL GERAL PIRAJUSSARA TABOÃO DA SERRA	ESTADUAL			10	10	1.440.000,00
TOTAL									650	93.600.000,00

PORTARIA Nº 899, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Sergipe e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.041161/2020-36, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no caput deste artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Sergipe e Municípios, em parcela única, no montante de R$ 6.424.000,00 (seis milhões e quatrocentos e vinte e quatro mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR CUSTEIO DIARIA COVID-19 (MES)	PARCELA ÚNICA
SE	280030	ARACAJU	HOSPITAL UNIVERSITARIO DE SERGIPE HUSE	0002534	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	14	14	681.333,33	2.044.000,00
SE	280000	ARACAJU	HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO	2816210	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
SE	280000	ARACAJU	HOSPITAL DE CIRURGIA	0002283	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
SE	280000	LAGARTO	HOSPITAL UNIV MONSENHOR JOAO BATISTA DE CARVALHO DALTRO	6568343	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
TOTAL								44	44	R$ 2.141.333,34	R$ 6.424.000,00

PORTARIA Nº 900, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.053236/2020-21, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, do estabelecimento descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no art. 1º, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Piauí, em parcela única, no montante de R$ 1.460.000,00 (um milhão e quatrocentos e sessenta mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no art. 2º equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde do Piauí, IBGE 220000, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR CUSTEIO DIARIA COVID-19 (MES)	VALOR
PI	220000	OEIRAS	HOSPITAL REGIONAL DEOLINDO COUTO	2777762	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	R$ 486.666,67	R$ 1.460.000,00

PORTARIA Nº 901, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.041528/2020-11, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no caput deste artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Santa Catarina e Municípios, em parcela única, no montante de R$ 7.592.000,00 (sete milhões e quinhentos e noventa e dois mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estadual e Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR CUSTEIO DIARIA COVID-19 (MES)	VALOR
SC	420000	FLORIANOPOLIS	HOSPITAL GOVERNADOR CELSO RAMOS	2691841	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	8	8	389.333,33	1.168.000,00
SC	420420	CHAPECO	HOSPITAL REGIONAL DO OESTE	2537788	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
SC	420460	CRICIUMA	HOSPITAL SAO JOSE	2758164	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	15	15	730.000,00	2.190.000,00
SC	420930	LAGES	HOSPITAL E MATERNIDADE TEREZA RAMOS	2504332	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	9	9	438.000,00	1.314.000,00
SC	420000	TUBARAO	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	2491710	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
TOTAL								52	52	R$ 2.530.666,67	R$ 7.592.000,00

PORTARIA Nº 902, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios do Estado de Minas Gerais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria 414/GM/MS, de 18 de março de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto/Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19;

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.052273/2020-12, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no caput deste artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Municípios do Estado de Minas Gerais, em parcela única, no montante de R$ 4.380.000,00 (quatro milhões e trezentos e oitenta mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR CUSTEIO DIARIA COVID-19 (MES)	VALOR
MG	310620	BELO HORIZONTE	HOSPITAL EDUARDO DE MENEZES	2181770	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
MG	314800	PATOS DE MINAS	HOSPITAL REGIONAL ANTÔNIO DIAS	2726726	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
MG	313670	JUIZ DE FORA	HOSPITAL REGIONAL JOÃO PENIDO	2111624	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	486.666,67	1.460.000,00
TOTAL								30	30	1.460.000,01	4.380.000,00

PORTARIA Nº 903, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e Município de Fortaleza.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.038855/2020-96, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no caput deste artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Ceará e Município de Fortaleza, em parcela única, no montante de R$ 25.920.000,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e vinte mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estadual e Municipal de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	PARCELA ÚNICA
CE	230440	FORTALEZA	IJF INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA CENTRAL	2529149	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	44	44	6.336.000,00
	230440	FORTALEZA	HGF HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	2497654	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	16	16	2.304.000,00
	230000	FORTALEZA	HOSPITAL LEONARDO DA VINCI	0086673	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	60	60	8.640.000,00
	230000	JUAZEIRO DO NORTE	HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI	6779522	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20	2.880.000,00
	230000	QUIXERAMOBIM	HOSPITAL REGIONAL DO SERTÃO CENTRAL	7061021	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20	2.880.000,00
	230000	SOBRAL	HOSPITAL REGIONAL NORTE	6848710	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20	2.880.000,00
TOTAL									180	R$ 25.920.000,00

PORTARIA Nº 924, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Três Lagoas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.054135/2020-78, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no caput deste artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Três Lagoas, em parcela única, no montante de R$ 2.160.000,00 (dois milhões, cento e sessenta mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estadual e Municipal de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	PARCELA ÚNICA
MS	500000	BATAGUASSU	SANTA CASA DE MISSERICÓRDIA DE BATAGUASSU	2371782	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	5	720.000,00
MS	500830	TRÊS LAGOAS	HOSPITAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	2756951	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	1.440.000,00
TOTAL									15	R$ 2.160.000,00

PORTARIA Nº 925, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Chapadão do Sul.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.053842/2020-47, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, do estabelecimento descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação que trata o art. 1º, ocorrerá, excepcionalmente, pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Chapadão do Sul, em parcela única, no montante de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Chapadão do Sul, IBGE 500295, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	PARCELA ÚNICA R$
MS	500295	CHAPADÃO DO SUL	HOSPITAL MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL	2536293	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID 19	5	5	720.000,00

PORTARIA Nº 926, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Pará e Município de Ananindeua

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.053559/2020-15, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, dos estabelecimentos descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação tratada no art. 1º, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Pará e Município de Ananindeua, em parcela única, no montante de R$ 4.608.000,00 (quatro milhões e seiscentos e oito mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no art. 2º equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Ananindeua, IBGE 150080, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR
PA	150080	ANANINDEUA	HOSPITAL CAMILO SALGADO LTDA	2328534	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	7	7	1.008.000,00
PA	150080	ANANINDEUA	HOSPITAL SANTA MARIA DE ANANINDEUA LTDA	7283458	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20	2.880.000,00
PA	150080	ANANINDEUA	HOSPITAL MODELO DE ANANINDEUA	6250564	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	5	720.000,00
TOTAL									32	R$ 4.608.000,00

PORTARIA Nº 927, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Nova Andradina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.053773/2020-71, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, do estabelecimento descrito no anexo.

Parágrafo único. A habilitação tratada no caput deste artigo, ocorrerá excepcionalmente pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Mato Grosso do Sul e Município de Nova Andradina, em parcela única, no montante de R$ 2.592.000,00 (dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Nova Andradina, IBGE 500620, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	PARCELA ÚNICA
MS	500620	NOVA ANDRADINA	FUNDAÇÃO SERV DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA	2371243	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	18	18	R$ 2.592.000,00

PORTARIA Nº 928, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Acre.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Adulto para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19, e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.053989/2020-00, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19, do estabelecimento descrito no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A habilitação que trata o art. 1º, ocorrerá, excepcionalmente, pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado do Acre, em parcela única, no montante de R$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais).

Parágrafo único. Os recursos disponibilizados no caput deste artigo equivalem aos 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde do Acre, IBGE 120000, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON TEICH

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR R$
AC	120000	RIO BRANCO	HOSPITAL GERAL DE CLÍNICAS DE RIO BRANCO	2001578	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID 19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID 19	10	10	1.440.000,00

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

DESPACHO Nº 22, DE 22 DE ABRIL DE 2020

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 21 de agosto de 2019, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.380, de 22 de maio de 2018, resolve:

1. Fica aprovada, a partir da publicação deste Despacho, a seguinte solicitação de readequação da rede física do SUS:

PROCESSO NUP: 25000.115037/2019-81

MUNICÍPIO: BRUMADO/BA

ESTABELECIMENTO ORIGINALMENTE PACTUADO: Unidade de Pronto Atendimento - UPA Porte I (Proposta SISMOB n° 14105.7040001/09-001)

READEQUAÇÃO SOLICITADA: Policlínica.

DECISÃO: READEQUAÇÃO APROVADA.

EMBASAMENTO: Nota Técnica 41/2020-CQIS/CGES/DESID/SE/MS

MARIA ERIDAN PIMENTA NETA

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 10, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Tabagismo.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem parâmetros sobre o tabagismo no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando a Portaria nº 571/GM/MS, de 5 de abril de 2013, que atualiza as diretrizes de cuidado à pessoa tabagista no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências;

Considerando os registros de deliberação nº 468/2019 e nº 511/2020 e os relatórios de recomendação nº 468 - Julho de 2019 e nº 520 - Fevereiro de 2020 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde (DGITIS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS), do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS) e do Instituto Nacional de Câncer (INCA/SAES/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Tabagismo.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral do tabagismo, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio http://portalms.saude.gov.br/protocolos-e-diretrizes, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento do tabagismo.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essa doença em todas as etapas descritas no anexo a esta Portaria, disponível no sítio citado no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 761/SAS/MS, de 21 de junho 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 22 de junho de 2016, seção 1, páginas 68.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

DENIZAR VIANNA

PORTARIA Nº 335, DE 14 DE ABRIL DE 2020

Inclui descrições em procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde - Seção VII da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde SUS;

Considerando o processo constante de qualificação da Tabela de Procedimentos do SUS; e

Considerando a avaliação do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS) e Departamento de Regulação Avaliação e Controle (DRAC/SAES/MS), resolve:

Art. 1º Ficam incluídas, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde, descrições em procedimentos, conforme descrito no anexo a esta Portaria:

Art. 2º Caberá à Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle (CGSI/DRAC/SAES/MS) a adoção das providências necessárias no sentido de adequar o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP) com vistas a implantar as inclusões definidas por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no Sistema de Informações do SUS na competência seguinte à data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO

Código	Nome	Descrições
03.03.02.005-9	TRATAMENTO DE ANEMIAS NUTRICIONAIS	CONSISTE NO TRATAMENTO CLÍNICO DE QUALQUER TIPO DE ANEMIA NUTRICIONAL, COMPREENDIDA COMO A CONDIÇÃO NA QUAL A CONCENTRAÇÃO DE HEMOGLOBINA NO SANGUE ESTÁ INSUFICIENTE, ABAIXO DOS NÍVEIS CONSIDERADOS NORMAIS, ASSOCIADA A MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS, COMO CONSEQUÊNCIA DE UMA DEFICIÊNCIA DE NUTRIENTES ESSENCIAIS PARA A SÍNTESE DOS ELEMENTOS SANGUÍNEOS.
03.03.02.007-5	TRATAMENTO DE HEMOFILIAS	CONSISTE NO TRATAMENTO HOSPITALAR DAS HEMORRAGIAS, ESPONTÂNEAS OU TRAUMÁTICAS, EM PORTADORES DE QUALQUER TIPO DE HEMOFILIA, HEREDITÁRIAS OU ADQUIRIDAS, TAIS COMO HEMOFILIA A, HEMOFILIA B, DOENÇA DE VON WILLEBRAND E OUTRAS DEFICIÊNCIAS DE FATORES DE COAGULAÇÃO.
03.03.02.008-3	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS DO SANGUE E DOS ÓRGÃOS HEMATOPOIÉTICOS	CONSISTE NO TRATAMENTO CLÍNICO DE DOENÇAS DO SANGUE E DOS ÓRGÃOS HEMATOPOIÉTICOS, COMPREENDIDAS COMO AQUELAS QUE RESULTAM DE MUDANÇAS NA COMPOSIÇÃO DO SANGUE OU DO FUNCIONAMENTO DO TECIDO HEMATOPOIÉTICO, TAIS COMO A ERITROCITOSE FAMILIAR, A POLICITEMIA SECUNDÁRIA, A TROMBOCITOSE ESSENCIAL, ALÉM DE OUTRAS, INCLUSIVE AQUELAS NÃO ESPECIFICADAS.
03.03.03.001-1	TRATAMENTO DA FIBROSE CÍSTICA	CONSISTE NO TRATAMENTO CLÍNICO DAS MANIFESTAÇÕES DA FIBROSE CÍSTICA, DOENÇA GENÉTICA QUE ACOMETE PRINCIPALMENTE OS PULMÕES, O PÂNCREAS, O FÍGADO, OS RINS E OS INTESTINOS, OCASIONANDO DIFICULDADES RESPIRATÓRIAS, TOSSE COM MUCO, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DEFICIENTE E OUTROS SINAIS E SINTOMAS.
03.03.03.002-0	TRATAMENTO DE DESNUTRIÇÃO	CONJUNTO DE AÇÕES PARA TRATAR DOENÇAS CAUSADAS PELA BAIXA OU INSUFICIENTE INGESTÃO DE PROTEÍNAS, CARBOIDRATOS, VITAMINAS, LIPÍDIOS E SAIS MINERAIS.
03.03.03.003-8	TRATAMENTO DE DIABETES MELLITUS	CONJUNTO DE AÇÕES PARA O CONTROLE DO NÍVEL DE GLICEMIA NO SANGUE POR MEIO DE DIETAS, MEDICAMENTOS ORAIS, INSULINA, ENTRE OUTROS.
03.03.03.004-6	TRATAMENTO DE DISTÚRBIOS METABÓLICOS	CONJUNTO DE AÇÕES PARA O CONTROLE DOS TRANSTORNOS METABÓLICOS COMO A ACIDOSE, ALCALOSE, ENTRE OUTROS.
03.03.03.005-4	TRATAMENTO DE TRANSTORNOS DA GLÂNDULA TIREOIDE	CONJUNTO DE AÇÕES PARA O CONTROLE DA SÍNDROME DE DEFICIÊNCIA CONGÊNITA DE IODO, TRANSTORNOS TIREOIDIANOS, AFECÇÕES ASSOCIADAS, ENTRE OUTROS.
03.03.03.006-2	TRATAMENTO DE TRANSTORNOS DE OUTRAS GLANDULAS ENDOCRINAS	CONJUNTO DE AÇÕES PARA O TRATAMENTO DAS DISFUNÇÕES DA GLÂNDULA PARATIREOIDE, DA HIPÓFISE, DA GLÂNDULA SUPRA-RENAL, DA SÍNDROME DE CUSHING, DOS TRANSTORNOS ADRENOGENITAIS, DISFUNÇÃO OVARIANA, DISFUNÇÃO TESTICULAR, TRANSTORNOS DA PUBERDADE NÃO CLASSIFICADOS EM OUTRA PARTE, DISFUNÇÃO POLIGLANDULAR, DOENÇAS DO TIMO E OUTROS TRANSTORNOS ENDÓCRINOS.
03.03.04.018-1	TRATAMENTO DE DOENÇA DE PARKINSON	CONSISTE NO TRATAMENTO CLÍNICO DAS MANIFESTAÇÕES DA DOENÇA DE PARKINSON, COMO OCASIONANDO, ENTRE OUTROS SINAIS E SINTOMAS, TREMORES INVOLUNTÁRIOS E RIGIDEZ MUSCULAR, DORES MUSCULARES E CONSTIPAÇÃO.
03.03.06.001-8	TRATAMENTO DE ANEURISMA DA AORTA	CONSISTE NO TRATAMENTO CLÍNICO DE ANEURISMA DA AORTA, CONSIDERANDO SUAS MANIFESTAÇÕES, EM ESPECIAL O PRINCIPAL RISCO RELACIONADO, QUE É A SUA RUPTURA CARDÍACAS.
03.03.06.002-6	TRATAMENTO DE ARRITMIAS	CONSISTE NO TRATAMENTO CLÍNICO DAS MANIFESTAÇÕES DAS ARRITMIAS.
03.03.06.003-4	TRATAMENTO DE CARDIOPATIA HIPERTRÓFICA	CONSISTE NO TRATAMENTO CLÍNICO DAS MANIFESTAÇÕES DA CARDIOPATIA HIPERTRÓFICA, CONDIÇÃO NA QUAL HÁ UMA HIPERTROFIA DO MÚSCULO CARDÍACO, SEM QUALQUER RAZÃO OU FATOR ÓBVIO OU APARENTE.
03.03.06.004-2	TRATAMENTO DE CARDIOPATIA ISQUÊMICA CRÔNICA	CONSISTE NO TRATAMENTO CLÍNICO DAS MANIFESTAÇÕES DA CARDIOPATIA ISQUÊMICA CRÔNICA, COM AMPLO ESPECTRO DE APRESENTAÇÃO CLÍNICA, VARIANDO DESDE A ANGINA ESTÁVEL, A QUADROS DE INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO, ATÉ A MORTE SÚBITA.

PORTARIA Nº 336, DE 14 DE ABRIL DE 2020

Inclui medicamento pertencente ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 47/SCTIE/MS de 1 de novembro de 2017, que torna publica a decisão de incorporar as apresentações do medicamento somatropina, nas concentrações 15UI, 16UI, 18 UI, 24UI,e 30UI, para o tratamento da Síndrome de Turner e Deficiência do Hormônio do Crescimento - Hipopituitarismo no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS; e

Considerando a avaliação da Coordenação Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, constante do NUP 25000.048654/2020-05, resolve:

Art. 1º Fica incluído no Grupo 06 - Medicamentos, Subgrupo 04 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, Forma de Organização 61 - Somatropina e agonistas da somatropina da Tabela de Procedimentos do SUS o medicamento especificado, no anexo a esta Portaria:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS- SIGTAP na competência maio de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO

Procedimento:	06.04.61.003-3 SOMATROPINA 16 UI INJETÁVEL (POR FRASCO AMPOLA)
Instrumento de Registro	06- APAC (Proc.Principal)
Modalidade	01-Ambulatorial
Complexidade	AC- Alta Complexidade
Tipo de Financiamento	02- Assistência Farmacêutica
Quantidade máxima	93
Sexo	Ambos
Idade Mínima	0 mês (es)
Idade Máxima	130 Anos
Valor Ambulatorial SA:	R$ 0,00
Valor Ambulatorial Total:	R$ 0,00
Valor Hospitalar SP:	R$ 0,00
Valor Hospitalar SH:	R$ 0,00
Valor Hospitalar Total:	R$ 0,00
CID-10	E23.0, Q96.0, Q96.1, Q96.2, Q96.3, Q96.4, Q96.8
Serviço/classificação	125-Serviço de farmácia-001 - Dispensação de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farnacêutica.
Atributo Complementar	009- Exige CNS, 014-Admite APAC de Continuidade, 022-Exige registro na APAC de dados complementares

PORTARIA Nº 347, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Inclui atributos de medicamento pertencente ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Conjunta nº 5/SAES/SCTIE/MS, de 16 de março de 2020, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Artrite Reumatóide e Artrite Idiopática Juvenil (AIJ);

Considerando a publicação da Portaria nº 84/SCTIE/MS, de 19 de dezembro de 2018, que atualiza o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para hepatite C e coinfecções, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, constante do NUP/SEI 25000.045234/2020-69, resolve:

Art.1º Ficam incluídos na Tabela de Procedimentos do SUS o CID-10: M05.1e M05.2, para os medicamentos a seguir especificados.

CÓDIGO/NOME
06.04.01.009-5 SULFASSALAZINA 500 mg (POR COMPRIMIDO)
06.04.08.001-8 CLOROQUINA 150 mg (POR COMPRIMIDO)
06.04.08.002-6 HIDROXICLOROQUINA 400 mg (POR COMPRIMIDO)
06.04.32.004-3 LEFLUNOMIDA 20 mg (POR COMPRIMIDO)
06.04.32.012-4 ABATACEPTE 250 mg INJETÀVEL (POR FRASCO AMPOLA)
06.04.32.014-0 ABATACEPTE 125 mg INJETÀVEL (POR SERINGA PREENCHIDA)
06.04.38.001-1 ADALIMUMABE 40 mg INJETÁVEL (POR SERINGA PREENCHIDA)
06.04.38.002-0 ETANERCEPTE 25 mg INJETÁVEL (POR FRASCO AMPOLA)
06.04.38.003-8 ETANERCEPTE 50 mg INJETÀVEL (POR FRASCO AMPOLA OU SERINGA PREENCHIDA)
06.04.38.004-6 INFLIXIMABE 10 mg/mL INJETÀVEL (POR FRASCO AMPOLA COM 10 mL)
06.04.38.007-0 CERTOLIZUMABE PEGOL 200 mg/mL INJETÁVEL (POR SERINGA PREENCHIDA)
06.04.38.008-9 GOLIMUMABE 50 mg INJETÁVEL (POR SERINGA PREENCHIDA)
06.04.53.001-3 AZATIOPRINA 50 mg (POR COMPRIMIDO)
06.04.53.002-1 METOTREXATO 2,5 mg (POR COMPRIMIDO)
06.04.53.003-0 METOTREXATO 25 mg/mL INJETÀVEL (POR AMPOLA DE 2 mL)
06.04.68.002-3 RITUXIMABE 500 mg INJETÀVEL (POR FRASCO AMPOLA DE 50 mL)
06.04.69.001-0 TOCILIZUMABE 20 mg/mL INJETÀVEL (POR FRASCO AMPOLA DE 4 mL)
06.04.72.001-7 NAPROXENO 250 mg (POR COMPRIMIDO)
06.04.72.002-5 NAPROXENO 500 mg (POR COMPRIMIDO)

Art.2º Ficam incluídos na Tabela de Procedimentos do SUS o CID-10: M05.0, M05.3, M05.8, M06.0 e M06.8, para os medicamentos do CEAF conforme a seguir:

CÓDIGO/NOME
06.04.34.001-0 CICLOSPORINA 10 mg (POR CÁPSULA).
06.04.34.002-8 CICLOSPORINA 25 mg (POR CÁPSULA)
06.04.34.003-6 CICLOSPORINA 50 mg (POR CÁPSULA)

06.04.34.004-4 CICLOSPORINA 100 mg (POR CÁPSULA)
06.04.34.005-2 CICLOSPORINA 100 mg/mL SOLUÇÂO ORAL (POR FRASCO DE 50 mL)

Art.3º Ficam excluídos da Tabela de Procedimentos do SUS o CID-10: B17.1 e B18.2, dos medicamentos a seguir relacionados:

CÓDIGO/NOME
06.04.39.005-0 ALFAPEGINTERFERONA 2B 80 mcg (POR FRASCO AMPOLA)
06.04.39.006-8 ALFAPEGINTERFERONA 2B 100 mcg (POR FRASCO AMPOLA)
06.04.39.007-6 ALFAPEGINTERFERONA 2B 120 mcg (POR FRASCO AMPOLA)

Art 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos operacionais no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS - SIGTAP, na competência Maio de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 348, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora das Graças, com sede em Nova Esperança (PR).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 71/SAS/MS, de 20 de janeiro de 2015, constante do SIPAR/SEI nº 25000.207360/2011-22, que concedeu a Renovação do CEBAS, para o período de 24 de maio de 2013 a 23 de maio de 2018;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 89/2019-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 1921, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.197546/2018-32, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora das Graças, CNPJ nº 01.087.739/0001-45, com sede em Nova Esperança (PR).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2018, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 349, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirajuí, com sede em Pirajuí (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 750/SAS/MS, de 17 de novembro de 2011, constante do SIPAR/SEI nº 25000.024887/2010-32, que concedeu a Renovação do CEBAS, para o período de 18 de novembro de 2011 a 17 de novembro de 2014;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 54/2019-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 2145, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.036346/20109-95, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirajuí, CNPJ nº 54.731.377/0001-40, com sede em Pirajuí (SP).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de dezembro de 2012, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 350, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Associação da Santa Casa de Misericórdia de Serra Negra, com sede em Serra Negra (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 2193/SAS/MS, de 21 de dezembro de 2016, constante do SIPAR/SEI nº 25000.109801/2015-55, que concedeu a Renovação do CEBAS, para o período de 21 de fevereiro de 2016 a 20 de fevereiro de 2019;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 205/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 2911, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.155953/2019-53, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Associação da Santa Casa de Misericórdia de Serra Negra, CNPJ nº 71.262.703/0001-36, com sede em Serra Negra (SP).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2018, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 351, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, do Hospital Santo Antônio, com sede em São Francisco de Assis (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 259/SAS/MS, de 26 de março de 2015, constante do SIPAR/SEI nº 25000.106376/2012-08, que concedeu a Renovação do CEBAS, para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 206/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 1262, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.015873/2018-85, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido ao Hospital Santo Antônio, CNPJ nº 96.535.760/0001-72, com sede em São Francisco de Assis (RS).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2013, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 352, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, do Hospital e Maternidade Jaraguá Obra Unida a Sociedade São Vicente de Paulo, com sede em Jaraguá (GO).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 123/SAS/MS, de 4 de fevereiro de 2015, constante do SIPAR/SEI nº 25000.179790/2010-66, que concedeu a Renovação do CEBAS, para o período de 25 de junho de 2010 a 24 de junho de 2015;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 69/2019-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 791, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.036794/2017-27, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido ao Hospital e Maternidade Jaraguá Obra Unida a Sociedade São Vicente de Paulo, CNPJ nº 02.237.246/0001-07, com sede em Jaraguá (GO).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 25 de junho de 2010, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 353, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Define recursos financeiros para a realização da estratégia de acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado de Roraima.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.932/GM/MS, de 30 de dezembro de 2019, que define, para o exercício de 2020, a estratégia de acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Resolução Ad Referendum CIB/RR nº 01, de 21 de março de 2020, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Roraima, que define as responsabilidades das cirurgias eletivas a serem realizadas no Estado de Roraima, resolve:

Art. 1º Fica definida a alocação de recursos financeiros para a realização da estratégia de acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Estado de Roraima, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos financeiros ao Fundo Estadual e Municipal de Saúde, após a apuração da produção na Base de Dados dos Sistemas de Informações do SUS.

Art. 3º A definição não acarretará ônus para o Ministério da Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência Janeiro de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR R$
RR	140000	GESTÃO ESTADUAL	ESTADUAL	725.000,00
TOTAL R$				725.000,00

PORTARIA Nº 354, DE 17 DE ABRIL DE 2020

Inclui medicamento pertencente ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Conjunta nº 8/SAS/SCTIE/MS, de 15 de março de 2018, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), de Fibrose Cística-Manifestações Pulmonares;

Considerando a Portaria Conjunta nº 10/SAES/SCTIE/MS, de 6 de setembro de 2019, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), da Psoriase; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, constante do NUP 25000.049902/2020-17, resolve:

Art. 1º Fica incluído no grupo 06 - Medicamentos, subgrupo 04 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, Forma de Organização 69 - Inibidores de Interleucinas da Tabela de Procedimentos do SUS, o medicamento a seguir especificado:

PROCEDIMENTO:	06.04.69.003-7 USTEQUINUMABE 45 mg/0,5mL SOLUÇÃO INJETÁVEL (POR SERINGA PREENCHIDA)
Instrumento de Registro	06- APAC (Proc.Principal)
Modalidade	01-Ambulatorial
Complexidade	AC- Alta Complexidade
Tipo de Financiamento	02- Assistência Farmacêutica
Quantidade máxima	4
Sexo	Ambos
Idade Mínima	0 mês (es)
Idade Máxima	130 Anos
Valor Ambulatorial SA:	R$ 0,00
Valor Ambulatorial Total:	R$ 0,00
Valor Hospitalar SP:	R$ 0,00
Valor Hospitalar SH:	R$ 0,00
Valor Hospitalar Total:	R$ 0,00
CID-10	L40.0; L40.1; L40.4;L40.8
Serviço/classificação	125-Serviço de farmácia-001 - Dispensação de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farnacêutica.
Atributo Complementar	009- Exige CNS, 014-Admite APAC de Continuidade, 022-Exige registro na APAC de dados complementares

Art.2º Fica incluída no grupo 06 - Medicamentos, subgrupo 04 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica a forma de organização 81 - Outros Aminoglicosídeos na Tabela de Procedimentos do SUS.

Art.3º Fica incluído no grupo 06 - Medicamentos, subgrupo 04 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, forma de organização 81 - Outros Aminoglicosídeos na Tabela de Procedimentos do SUS o medicamento a seguir relacionado:

PROCEDIMENTO:	06.04.81.001-6 TOBRAMICINA 300 mg/5mL SOLUÇÃO INALATÓRIA (POR AMPOLA)
Instrumento de Registro	06- APAC (Proc.Principal)
Modalidade	01-Ambulatorial
Complexidade	AC- Alta Complexidade
Tipo de Financiamento	02- Assistência Farmacêutica
Quantidade máxima	56
Sexo	Ambos
Idade Mínima	0 mês (es)
Idade Máxima	130 Anos
Valor Ambulatorial SA:	R$ 0,00
Valor Ambulatorial Total:	R$ 0,00
Valor Hospitalar SP:	R$ 0,00
Valor Hospitalar SH:	R$ 0,00
Valor Hospitalar Total:	R$ 0,00
CID-10	E84.0; E84.8
Serviço/classificação	125-Serviço de farmácia-001 - Dispensação de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farnacêutica.
Atributo Complementar	009- Exige CNS, 014-Admite APAC de Continuidade, 022-Exige registro na APAC de dados complementares

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos operacionais no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS - SIGTAP, na competência Maio de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 358, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Indefere a Concessão do CEBAS, do Instituto Nacional de Educação e Prevenção às Drogas - ENSINAPREV, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 137/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.169159/2019-97, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Instituto Nacional de Educação e Prevenção às Drogas - ENSINAPREV, CNPJ nº 09.060.135/0001-17, com sede em São Paulo (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 359, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Indefere a Renovação do CEBAS, do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná, com sede em Toledo (PR).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 136/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000. 210478/2019-95, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná, CNPJ nº 73.449.977/0001-64, com sede em Toledo (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 360, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de Umarizal, com sede em Umarizal (RN).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 308/SAS/MS, de 11 de abril de 2012, constante do SIPAR/SEI nº 25000.044549/2010-17, que concedeu a Renovação do CEBAS, para o período de 12 de abril de 2012 a 11 de abril de 2015;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 215/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 1.092, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.009604/2018-80, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância de Umarizal, CNPJ nº 08.318.339/0001-42, com sede em Umarizal (RN).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 12 de abril de 2012, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 361, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Fundação Agripino Lima, com sede em Duque de Caxias (RJ).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.741/SAS/MS, de 14 de novembro de 2017, constante do SIPAR/SEI nº 25000.165837/2011-95, que concedeu a Renovação do CEBAS, para o período de 29 de março de 2013 a 28 de março de 2018;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 71/2019-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 1489, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.023855/2018-77, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Fundação Agripino Lima, CNPJ nº 57.320.848/0001-15, com sede em Duque de Caxias (RJ).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2018, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 362, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Defere a Renovação do CEBAS, do Instituto Social das Medianeiras da Paz, com sede em Araripina (PE).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 135/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.201561/2018-92, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto Social das Medianeiras da Paz, CNPJ nº 10.739.225/0001-18, com sede em Araripina (PE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 24 de dezembro de 2018 a 23 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 363, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Indefere a Concessão do CEBAS, do Grupo de Encaminhamento e Apoio na Prevenção e Reabilitação a Dependentes Químicos - Vita de Passo Fundo, com sede em Passo Fundo (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 138/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.173840/2019-30, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Grupo de Encaminhamento e Apoio na Prevenção e Reabilitação a Dependentes Químicos - Vita de Passo Fundo, CNPJ nº 05.435.501/0001-14, com sede em Passo Fundo (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 364, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Defere a Renovação do CEBAS, da Fundação de Saúde de Montalvânia, com sede em Montalvânia (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 139/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.205736/2018-31, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação de Saúde de Montalvânia, CNPJ nº 18.892.042/0001-40, com sede em Montalvânia (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 23 de abril de 2019 a 22 de abril de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 365, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Defere a Renovação do CEBAS, da Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, com sede em Lima Duarte (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 140/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.060094/2019-15, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, CNPJ nº 20.452.280/0001-86, com sede em Lima Duarte (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 5 de abril de 2019 a 4 de abril de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 366, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Associação Hospital Santa Isabel, com sede em Valença (RJ).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 535/SAS/MS, de 3 de julho de 2014, constante do SIPAR/SEI nº 25000.081559/2010-33, que concedeu a RENOVAÇÃO do CEBAS, para o período de 25 de junho de 2010 a 24 de junho de 2015 e a Portaria nº 194/SAS/MS, de 4 de março de 2016, constante do SIPAR/SEI nº 25000.240789/2014-74, que concedeu a RENOVAÇÃO do CEBAS, para o período de 25 de junho de 2015 a 24 de junho de 2018;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 138/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 2356 e 2357, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.060397/2019-38, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Associação Hospital Santa Isabel, CNPJ nº 32.352.403/0001-96, com sede em Valença (RJ).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2018, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 367, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Sociedade Beneficente e Amparo Social de Poções, com sede em Poções (BA).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 210/SAS/MS, de 13 de março de 2015, constante do SIPAR/SEI nº 25000.082955/2011-69, que concedeu a RENOVAÇÃO do CEBAS, para o período de 16 de março de 2015 a 15 de março de 2018;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 142/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 2090, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.226028/2018-33, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Sociedade Beneficente e Amparo Social de Poções, CNPJ nº 13.908.231/0001-40, com sede em Poções (BA).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2018, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 368, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas, com sede em Lavras (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.161/SAS/MS, de 30 de outubro de 2014, constante do SIPAR/SEI nº 25000.209574/2013-03, que concedeu a RENOVAÇÃO do CEBAS, para o período de 20 de outubro de 2010 a 19 de outubro de 2015;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 219/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 868, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.068984/2017-11, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas, CNPJ nº 02.630.818/0001-13, com sede em Lavras (MG).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2014, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 369, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Sociedade Evangélica Beneficente de Ponta Grossa, com sede em Ponta Grossa (PR).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 729/SAS/MS, de 7 de abril de 2017, constante do SIPAR/SEI nº 25000.216701/2010-70, que concedeu a RENOVAÇÃO do CEBAS, para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 218/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 914, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.493955/2017-86, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Sociedade Evangélica Beneficente de Ponta Grossa, CNPJ nº 80.251.838/0001-97, com sede em Ponta Grossa (PR).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2010, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 370, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Inclui e Altera atributos de medicamentos pertencentes ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria Conjunta nº 6/SAES/SCTIE/MS, de 26 de março de 2020, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Retocolite Ulcerativa;

Considerando a publicação da Portaria Conjunta nº 8 SAES/SCTIE, de 14 de abril de 2020, que aprova o Protocolo e Diretrizes Terapêuticas da Síndrome Nefrótica Primária em Adultos; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, constante do Ofício nº 356/2020/CGCEAF/DAF/SCTIE/MS, NUP/SEI 25000.051417/2020-13, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos na Tabela de Procedimentos do SUS, CID-10: N04.9, para os medicamentos especificados a seguir:

CÓDIGOS/NOMES
06.04.09.001-3 - CICLOFOSFAMIDA 50 mg (POR DRÁGEA)
06.04.34.001-0 - CICLOSPORINA 10 mg (POR CÁPSULA)
06.04.34.002-8 - CICLOSPORINA 25 mg (POR CÁPSULA)
06.04.34.003-6 - CICLOSPORINA 50 mg (POR CÁPSULA)
06.04.34.004-4 - CICLOSPORINA 100 mg (POR CÁPSULA)

Art.2º Fica incluído na Tabela de Procedimentos do SUS, os atributos referente à CID-10, para o medicamento a seguir especificado:

CÓDIGOS/NOMES	
06.04.38.005-4 INFLIXIMABE 10 mg/mL INJETÁVEL (POR FRASCO AMPOLA COM 10 mL)	Incluir: CID-10: K51.0, K51.2, K51.3, K51.5 e K51.8
	Incluir: DESCRIÇÃO ESTE PROCEDIMENTO DEVERÁ SER INDICADO COM OS CRITÉRIOS DEFINIDOS NO PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS VIGENTE, APENAS NO CASO DA RETOCOLITE ULCERATIVA (CID-10: K51.0, K51.2, K51.3, K51.5 e K51.8). PODERÁ SER REGISTRADA QUANTIDADE SUPERIOR A 05 (CINCO).

Art.3º Fica alterado na Tabela de Procedimentos do SUS, o atributo quantidade máxima, para os medicamentos a seguir relacionados:

CÓDIGOS/NOMES	ALTERAÇÕES
06.04.01.001-0 MESALAZINA 400mg (POR COMPRIMIDO)	De: 310 Para: 372
06.04.01.002-8 MESALAZINA 500mg (POR COMPRIMIDO)	De: 248 Para: 310
06.04.01.003-6 MESALAZINA 800mg (POR COMPRIMIDO)	De: 155 Para: 186
06.04.01.006-0 MESALAZINA 1000mg (POR SUPOSITÓRIO)	De: 31 Para: 62
06.04.01.007-9 MESALAZINA 1g + DILUENTE 100 mL (ENEMA) - POR DOSE	De: 124 Para: 155
06.04.01.008-7 MESALAZINA 3g + DILUENTE 100 mL (ENEMA) - POR DOSE	De: 31 Para: 62
06.04.38.005-4 INFLIXIMABE 10 mg/mL INJETÁVEL (POR FRASCO AMPOLA COM 10 mL)	De: 05 Para: 10

Art 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos operacionais no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS - SIGTAP, na competência Maio de 2020.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 371, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Felisburgo, com sede em Felisburgo (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 526/SAS/MS, de 1º de julho de 2014, constante do SIPAR/SEI nº 25000.040176/2010-13, que concedeu a RENOVAÇÃO do CEBAS, para o período de 2 de abril de 2010 a 1º de abril de 2015 e a Portaria nº 1388/SAS/MS, de 11 de outubro de 2016, constante do SIPAR/SEI nº 25000.200112/2014-01, que concedeu a RENOVAÇÃO do CEBAS, para o período de 2 de abril de 2015 à 1º de abril de 2018;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 136/2019-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 2113 e 2114, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.031201/2019-06, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Felisburgo, CNPJ nº 17.117.656/0001-91, com sede em Felisburgo (MG).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 20 de julho de 2015, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 372, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Cancela o CEBAS, da Associaçao Hospital de Caridade de Santo Cristo, com sede em Santo Cristo (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando o disposto no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e sobre procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1884/SAS/MS, de 7 de dezembro de 2016, constante do SIPAR/SEI nº 25000.165503/2015-45 , que concedeu a RENOVAÇÃO do CEBAS, para o período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018;

Considerando o disposto no art. 140 ao art. 229 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado; e

Considerando o Parecer nº 221/2020-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 2759, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.124006/2019-11, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedido à Associaçao Hospital de Caridade de Santo Cristo, CNPJ nº 96.418.025/0001-89, com sede em Santo Cristo (RS).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 21 de agosto de 2018, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

RETIFICAÇÃO

No art 1º da Portaria nº 59/SAES/MS, de 30 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 23, de 3 de fevereiro de 2020, Seção 1, página 155,

Onde se lê:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada no art. 13, da Portaria nº 880/SAES/MS, de 22 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 142, de 25 de julho de 2019, Seção 1, página 167, o membro a seguir:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

PARANÁ

Nº do SNT 1 21 09 PR 06
VI - membro: Nestor Saucedo Saucedo Junior, cirurgião geral, CRM 22900.

Leia-se:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada no art. 4°, da Portaria nº 880/SAES/MS, de 22 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 142, de 25 de julho de 2019, Seção 1, página 166, o membro a seguir:

FÍGADO: 24.09

PARANÁ

Nº do SNT 1 02 17 PR 04
IX - membro: Nestor Saucedo Saucedo Junior, cirurgião geral, CRM 22900.

RETIFICAÇÕES

No art 1º da Portaria nº 313/SAES/MS, de 7 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 70, de 13 de abril de 2020, Seção 1, página 112,

Onde se lê:

Art. 1º.....

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

FÍGADO: 24.09

ALAGOAS

Nº do SNT: 2 01 20 AL 01
I - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Maceió
II - CNPJ: 12.307.187/0001-50
III - CNES: 2007037
IV - endereço: Rua Barão de Maceió, n° 346, Bairro: Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-360.

Leia-se:

Art. 1º.....

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

FÍGADO: 24.09

ALAGOAS

Nº do SNT: 2 02 20 AL 01
I - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Maceió
II - CNPJ: 12.307.187/0001-50
III - CNES: 2007037
IV - endereço: Rua Barão de Maceió, n° 346, Bairro: Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-360.

No art 2º da Portaria nº 313/SAES/MS, de 7 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 70, de 13 de abril de 2020, Seção 1, página 112,

Onde se lê:

Art. 2º .....

FÍGADO: 24.09

ALAGOAS

Nº do SNT: 1 01 20 AL 01
I - responsável técnico: Oscar Cavalcante Ferro Neto, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 6160;
II - membro: Filipe augusto Porto Farias de Oliveira, cirurgião geral, CRM 4746;
III - membro: Leonardo Wanderley Soutinho, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 5592;
IV - membro: Fernando Gomes de Barros Costa, gastroenterologista, CRM 5341;
V - membro: Nélio Ernane Monteiro da Silva, anestesiologista, CRM 6197;
VI - membro: Cira Queiroz da Cunha, anestesiologista, CRM 6387.

Leia-se:

Art. 2º .....

FÍGADO: 24.09

ALAGOAS

Nº do SNT: 1 02 20 AL 01
I - responsável técnico: Oscar Cavalcante Ferro Neto, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 6160;
II - membro: Filipe augusto Porto Farias de Oliveira, cirurgião geral, CRM 4746;
III - membro: Leonardo Wanderley Soutinho, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 5592;
IV - membro: Fernando Gomes de Barros Costa, gastroenterologista, CRM 5341;
V - membro: Nélio Ernane Monteiro da Silva, anestesiologista, CRM 6197;
VI - membro: Cira Queiroz da Cunha, anestesiologista, CRM 6387.

RETIFICAÇÃO

No art 4º da Portaria nº 314/SAES/MS, de 7 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 70, de 13 de abril de 2020, Seção 1, páginas 112 e 113,

Onde se lê:

Art. 4º.....

RIM: 24.08

PARANÁ

Nº do SNT: 1 01 99 PR 10
I - responsável técnico: Getúlio José Mattos do Amaral, nefrologista, CRM 5954;
II - membro: Horácio Alvarenga Moreira, urologista, CRM 12085;
III - membro: Marco Aurélio de Freitas Rodrigues, urologista, CRM 7702;
IV - membro: João Soitiro Yokoyama, nefrologista, CRM 7114;
V - membro: Getúlio José Mattos do Amaral Filho, nefrologista, CRM 21876;
VI - membro: Assako Utisumi, nefrologista, CRM 8774;
VII - membro: Danilo Ramos Cunha, nefrologista, CRM 21875;
VIII - membro: Tatiane Cavalcante Trindade, nefrologista, CRM 24092;

Leia-se:

Art. 4º.....

RIM: 24.08

PARANÁ

Nº do SNT: 1 01 99 PR 10
I - responsável técnico: Getúlio José Mattos do Amaral, nefrologista, CRM 5954;
II - membro: Horácio Alvarenga Moreira, urologista, CRM 12085;
III - membro: Marco Aurélio de Freitas Rodrigues, urologista, CRM 7702;
IV - membro: João Soitiro Yokoyama, nefrologista, CRM 7114;
V - membro: Getúlio José Mattos do Amaral Filho, nefrologista, CRM 21876;
VI - membro: Assako Utisumi, nefrologista, CRM 8774;
VII - membro: Danilo Ramos Cunha, nefrologista, CRM 21875;
VIII - membro: Tatiane Cavalcante Trindade, nefrologista, CRM 24092;
IX - membro: Marcos Abel Lopes de Menezes, anestesiologista, CRM 11276;
X - membro: Luciano da Fonseca Pinto, anestesiologista, CRM 21635;
XI - membro: Cristiano Resina Inácio da Silva, cirurgião geral, CRM 37778.

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA Nº 30, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 9795, de 17 de maio de 2019, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Considerando o disposto no art. 16, § 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981;

Considerando o disposto no art. 1º, § 1º e 3º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, que dispõe sobre a emissão do registro único e da carteira de identificação para os médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, de que trata a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e

Considerando o disposto nos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, que dispõe sobre a emissão do número de registro único para os médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil e a respectiva carteira de identificação, decide:

Art. 1º Conceder, com base no respectivo processo administrativo, registro único para o exercício da medicina, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, ao médico intercambista, indicado na lista constante do Anexo desta Portaria, com adesão na seleção do Edital SGTES/MS nº 11, de 10 de maio de 2019 (18º ciclo) em cumprimento às decisões liminares, bem como determinar a expedição da respectiva carteira de identificação, por ter atendido a todos os requisitos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERNO HARZHEIM

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.159327/2019-36	JOÃO MENDES	3300916	RJ	Belford Roxo

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

PORTARIA Nº 14, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Torna pública a decisão de não incorporar o orlistate para a redução de peso em indivíduos com sobrepeso ou obesidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Ref.: 25000.142361/2019-71, 0014538178.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos art. 20 e art. 23, do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar o orlistate para a redução de peso em indivíduos com sobrepeso ou obesidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela Conitec caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENIZAR VIANNA ARAUJO

PORTARIA Nº 15, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Torna pública a decisão de não incorporar a sibutramina para o tratamento dos pacientes com obesidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Ref.: 25000.091039/2019-77, 0014544888.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE - SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos art. 20 e art. 23, do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar a sibutramina para o tratamento dos pacientes com obesidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANIA CRISTINA CANUTO SANTOS

DESPACHO DE 16 DE ABRIL DE 2020

Ref.: Processo n.º 25000.117693/2019-18
Interessado: DROGARIA ONOFRE LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 61 da Portaria de Consolidação nº. 05, de 28 de setembro de 2017, Seção III, artigo 572, Anexo LXXVII, DEFERE o descredenciamento das Filiais a seguir relacionadas da empresa DROGARIA ONOFRE LTDA, inscrita no CNPJ matriz sob o nº 61.549.259/0001-80, localizada no município de SÃO PAULO /SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	MUNICÍPIO	UF
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0030-15	RIO DE JANEIRO	RJ
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0002-61	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0011-52	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0029-81	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0005-04	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0015-86	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0016-67	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0003-42	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0006-95	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0010-71	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0014-03	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0021-24	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0028-09	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0031-04	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0045-00	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0027-10	COTIA	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0040-97	GUARULHOS	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0037-91	SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0046-82	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0032-87	BELO HORIZONTE	MG
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0007-76	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0017-48	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0026-39	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0041-78	SÃO PAULO	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0042-59	DIADEMA	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0039-53	MOGI DAS CRUZES	SP
DROGARIA ONOFRE LTDA	61.549.259/0018-29	SÃO PAULO	SP

DENIZAR VIANNA ARAUJO

DESPACHOS DE 16 DE ABRIL DE 2020

Ref.: Processo n.º 25025.004879/2019-20
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA ACAIACA LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação nº. 05, de 28 de setembro de 2017, Seção III, artigo 572, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA E PERFUMARIA ACAIACA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.974.747/0001-55, Ref.: SIPAR: 25000.068063/2013-17, localizada no Município de BELO HORIZONTE/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 00737.007683/2019-30
Interessado: ELISA OTILIA SAGRADO BOGAZ BENEZ
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação nº. 05, de 28 de setembro de 2017, Seção III, artigo 572, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa ELISA OTILIA SAGRADO BOGAZ BENEZ, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.432.725/0001-95, Ref.: SIPAR: 25000.212872/2008-13, localizada no Município de IRAPURU/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.174790/2019-16
Interessado: GUILHERME GOMES COELHO CARLOS
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação nº. 05, de 28 de setembro de 2017, Seção III, artigo 572, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa GUILHERME GOMES COELHO CARLOS, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.660.971/0001-32, Ref.: SIPAR: 25000.018280/2014-47, localizada no Município de ALVINÓPOLIS/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.182536/2019-83
Interessado: FARMA MARCOS LTDA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação nº. 05, de 28 de setembro de 2017, Seção III, artigo 572, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa FARMA MARCOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.930.242/0001-38, Ref.: SIPAR: 25000.165466/2012-22, localizada no Município de SÃO PAULO/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Ref.: Processo n.º 25000.151970/2013-26
Interessado: DAILVA DA CONCEICAO LINHARES FERREIRA
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 39, Inciso I da Portaria de Consolidação nº. 05, de 28 de setembro de 2017, Seção III, artigo 572, Anexo LXXVII, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DAILVA DA CONCEICAO LINHARES FERREIRA, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.247.218/0001-12, Ref.: SIPAR: 25000.151970/2013-26, localizada no Município de GOVERNADOR VALADARES/MG, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

DENIZAR VIANNA ARAUJO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 301, DE 21 DE AGOSTO DE 2019 (*)

Dispõe sobre as Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 20 de agosto de 2019, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
Seção I
Do objetivo

Art. 1º Esta Resolução possui o objetivo de adotar as diretrizes gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos do Esquema de Cooperação em Inspeção Farmacêutica, PIC/S, como requisitos mínimos a serem seguidos na fabricação de medicamentos.

Seção II
Da abrangência

Art. 2º Esta Resolução se aplica às empresas que realizam as operações envolvidas na fabricação de medicamentos, incluindo os medicamentos experimentais.

Seção III
Das definições

Art. 3º Para fins desta Resolução e das instruções normativas vinculadas a ela, aplicam-se as seguintes definições:

I - acordo técnico: documento que define responsabilidades, atribuições, direitos e deveres de/entre contratante e contratado em relação às atividades terceirizadas;

II - ação corretiva: medidas adotadas para tratar e eliminar a causa raiz de desvio ou não conformidade já ocorrida. Na sua essência, a ação corretiva remete à uma contenção reativa;

III - ação preventiva: medidas adotadas para se evitar que um desvio ou não conformidade venha a ocorrer. Na sua essência, a ação preventiva remete à mitigação proativa de riscos. Em última instância, a ação preventiva busca eliminar a causa de um potencial desvio ou não conformidade;

IV - antecâmara: espaço fechado com duas ou mais portas, que é interposto entre duas ou mais salas, como, por exemplo, de diferentes classes de limpeza, com a finalidade de controlar o fluxo de ar entre essas salas quando precisam ser adentradas. Uma antecâmara é projetada de forma a ser utilizada para pessoas, materiais ou equipamentos;

V - área limpa: área com controle ambiental definido de contaminação particulada e microbiana, construída e utilizada de forma a reduzir a introdução, geração e retenção de contaminantes dentro da área;

VI - arquivo mestre da planta: documento que descreve as atividades relacionadas às boas práticas de fabricação do fabricante;

VII - calibração: conjunto de operações que estabelece, sob condições especificadas, a relação entre os valores indicados por um instrumento ou sistema de medição, ou valores representados por uma medida materializada, e os valores correspondentes conhecidos de um padrão de referência;

VIII - certificado de análise: documento que fornece um resumo dos resultados dos testes em amostras de produtos ou de materiais juntamente com a avaliação de sua conformidade com a especificação declarada. Alternativamente, a certificação pode basear-se, em todo ou em parte, na avalição de dados em tempo real (resumos e relatórios de exceção) da tecnologia analítica de processo lote-relacionada, parâmetros ou métricas, conforme a autorização de comercialização/registro do produto;

IX - contaminação: a introdução não desejada de impurezas de natureza química ou microbiológica, ou de matéria estranha, em matéria-prima, produto intermediário e/ou produto terminado durante as etapas de amostragem, pesagem, formulação, produção (re) embalagem, armazenamento ou transporte;

X - contaminação cruzada: contaminação de determinada matéria-prima, produto intermediário, produto a granel ou produto terminado por outra matéria-prima, produto intermediário, produto a granel ou produto terminado durante as etapas de amostragem, pesagem, formulação, produção (re) embalagem e armazenamento;

XI - contenção: ação de confinar um agente biológico ou outra substância dentro de um espaço definido;

XII - controle em processo: verificações realizadas durante a produção para monitorar e, se necessário, ajustar o processo para garantir que o produto esteja em conformidade com sua especificação. O controle do ambiente ou dos equipamentos também pode ser considerado como parte do controle em processo;

XIII - data de validade de matéria-prima/insumo: data definida pelo fabricante de tais materiais, a qual estabelece o tempo (com base em estudos de estabilidade específicos) durante o qual os materiais em comento permanecem dentro das especificações de prazo de validade estabelecidas (caracterizado como o período de vida útil), se armazenados sob condições definidas e após o qual não devem ser usados;

XIV - data de validade de produto: data estabelecida nas embalagens de medicamentos (usualmente em rótulos) até a qual se espera que o produto permaneça dentro das especificações, desde que armazenados corretamente. Esta data é estabelecida por lote, somando-se o prazo de validade à data de fabricação;

XV - data de reteste: data estabelecida pelo fabricante da matéria-prima/insumo, baseada em estudos de estabilidade, após a qual o material deve ser reanalisado para garantir que ainda está adequado para uso, conforme testes indicativos de estabilidade definidos pelo fabricante da matéria-prima/insumo e mantidas as condições de armazenamento preestabelecidas. A data de reteste somente é aplicável quando o prazo de validade não foi estabelecido pelo fabricante da matéria-prima/insumo;

XVI - desvio: não cumprimento de requisitos determinados pelo sistema de gestão da qualidade farmacêutica ou necessários para a manutenção da qualidade, segurança e eficácia dos produtos;

XVII - devolução: envio de medicamentos ao fabricante, após sias expedições por aquele, que poderão ou não apresentar um defeito de qualidade;

XVIII - embalagem: todas as operações, incluindo envase e rotulagem, pelas quais o produto a granel deve passar para se tornar um produto acabado. O envase de produtos estéreis não é considerado parte do processo de embalagem, sendo esses considerados produtos a granel quando em sua embalagem primária;

XIX - especificação: documento que descreve em detalhes os requisitos com os quais produtos ou materiais usados ou obtidos durante a fabricação devem atender. Servem de base para a avaliação da qualidade;

XX - esterilidade: é a ausência de organismos vivos. As condições dos testes de esterilidade são estabelecidas pela Farmacopeia Brasileira ou outra oficialmente reconhecida pela Anvisa;

XXI - fabricação: todas as operações envolvidas no preparo de determinado medicamento, incluindo a aquisição de materiais, produção, controle de qualidade, liberação, armazenamento, expedição de produtos acabados e os controles relacionados;

XXII - fabricante: detentor de autorização para a fabricação de medicamentos, de acordo com o regramento sanitário do país em que se localiza;

XXIII - fórmulas (de fabricação; de processamento; de embalagem) e instruções (de testes): documentos que fornecem detalhes de todas as matérias-primas, equipamentos e sistemas computadorizados a serem utilizados e especificam todas as instruções dos processos (de embalagem; de amostragens) e de testes;

XXIV - Instruções de processos: documentos que especificam, de forma detalhada, ainda que com uma linguagem simples, como realizar uma das etapas dos processos. Ao contrário dos procedimentos, que geralmente abrigam informações e diretrizes mais detalhadas acerca do gerenciamento do sistema de qualidade farmacêutica, as instruções de processos visam facilitar a execução das tarefas de rotina (do ponto de vista técnico-operacional) pelos operadores e analistas;

XXV - insumo farmacêutico ativo atípico: Excipiente, insumo da indústria alimentícia ou cosmética utilizado na indústria farmacêutica como insumo farmacêutico ativo;

XXVI - limite de ação: critério estabelecido, exigindo acompanhamento imediato e ação corretiva se excedido;

XXVII - limite de alerta: critérios estabelecidos que dão o alerta antecipado do desvio potencial de condições normais que não são necessariamente motivos para uma ação corretiva definitiva, mas que requerem ações de acompanhamento;

XXVIII - lote: quantidade definida de matéria-prima, material de embalagem ou produto processado em um ou mais processos, cuja característica essencial é a homogeneidade. Para completar determinados estágios de fabricação, pode ser necessário dividir um lote em vários sublotes, que depois são reunidos para formar um lote final homogêneo. No caso da fabricação contínua, o lote deverá corresponder a uma fração definida da produção, caracterizada pela homogeneidade pretendida. Para o controle do produto acabado, um lote de medicamento inclui todas as unidades da forma farmacêutica, que são feitas a partir da mesma massa inicial de material e foram submetidas a uma única série de operações de fabricação ou a uma única operação de esterilização ou, no caso de um processo de produção contínuo, todas as unidades fabricadas em um determinado período de tempo;

XXIX - material de embalagem: qualquer material empregado na embalagem de medicamentos, excluindo qualquer embalagem externa usada para transporte ou embarque. Os materiais de embalagem são classificados como primários ou secundários, de acordo com o grau de contato com o produto;

XXX - matéria-prima: qualquer substância utilizada na produção de medicamentos, excluindo os materiais de embalagem;

XXXI - medicamento: produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico;

XXXII - não conformidade: o não atendimento de um requisito preestabelecido. Tais requisitos poder variar entre fatores externos e internos. Como exemplos de uma lista não exaustiva, as não conformidades podem relacionar-se com: procedimentos, normas, legislações, instalações, equipamentos, sistemas, processos, produtos, fornecedores, materiais, serviços, métodos etc.;

XXXIII - número do lote: combinação distintiva de números e/ou letras que identifica especificamente um lote;

XXXIV - patrocinador: pessoa, empresa, instituição ou organização responsável por iniciar, administrar, controlar ou financiar um estudo clínico;

XXXV - procedimento: descrição das operações a serem realizadas, das precauções a serem tomadas e das medidas a serem aplicadas, direta ou indiretamente relacionadas com a fabricação de um medicamento;

XXXVI - produção: todas as operações envolvidas na preparação de um medicamento, desde o recebimento dos materiais, passando pelo processamento e embalagem, até a sua conclusão como um produto acabado;

XXXVII - produto acabado: produto que tenha passado por todas as etapas de produção, incluindo rotulagem e embalagem final;

XXXVIII - produto a granel: qualquer produto que tenha completado todos os estágios de processamento até, mas não incluindo, a embalagem primária. Os produtos estéreis em sua embalagem primária são considerados produto a granel;

XXXIX - produto intermediário: produto parcialmente processado que deve ser submetido a etapas subsequentes de fabricação antes de se tornar um produto a granel;

XL - protocolo: documento que fornece instruções de como executar e registrar certas operações discretas;

XLI - qualificação: ação de provar que quaisquer instalações, equipamentos, utilidades e sistemas funcionam corretamente e realmente levam aos resultados esperados;

XLII - quarentena: estado das matérias-primas ou do material de embalagem, produtos intermediários, a granel ou acabados, separados fisicamente, não necessariamente em ambientes distintos, ou por outros meios eficazes, enquanto se aguarda uma decisão sobre a sua liberação ou recusa;

XLIII - reanálise: análise realizada em matéria-prima/insumo, previamente analisada e aprovada, para confirmar a manutenção das especificações estabelecidas pelo fabricante, dentro do prazo de validade;

XLIV - reconciliação: comparação, considerando a variação normal, entre a quantidade teórica e real de produto ou materiais produzidos ou utilizados;

XLV - recuperação: introdução de todos ou parte dos lotes anteriores de qualidade exigida em outro lote em um estágio definido de fabricação;

XLVI - registro: documento que fornece evidências das ações adotadas para demonstrar a conformidade com as instruções, por exemplo, atividades, eventos, investigações e, no caso de lotes fabricados, um histórico de cada lote do produto, incluindo sua distribuição. Os registros incluem os dados brutos utilizados para gerar outros registros. No mínimo, todos os dados sobre os quais as decisões da qualidade são baseadas devem ser considerados como dados brutos;

XLVII - relatório: documentação que registra a condução de exercícios, de projetos e de investigações específicas, juntamente com os resultados, conclusões e recomendações;

XLVIII - reprocesso: operação de todo ou parte de um lote de produto, de qualidade inaceitável, a partir de um estágio de produção definido, para que sua qualidade possa ser aceita após a realização de uma ou mais operações adicionais;

XLIX - Responsável Técnico: profissional reconhecido pela autoridade regulatória nacional como tendo a responsabilidade de garantir que cada lote de produto terminado tenha sido fabricado, testado e aprovado para liberação em consonância com as leis e normas em vigor no país;

L - rótulo: identificação impressa ou litografada, bem como dizeres pintados ou gravados a fogo, pressão ou decalco, aplicados diretamente sobre recipientes, vasilhames, invólucros, envoltórios ou qualquer outro protetor de embalagem;

LI - simulação do processo asséptico: método de avaliação de um processo asséptico por intermédio de um meio de crescimento microbiano. Enchimento de meios são sinônimos de enchimentos de produtos simulados, testes do meio, testes de enchimento etc.;

LII - sistema de Ação Corretiva e Ação Preventiva (CAPA): processo de trabalho, na qual podem ser utilizadas diversas ferramentas tanto de gestão qualidade quanto do gerenciamento de risco, que se aplica à identificação; à avaliação e à investigação de eventos (desvios, não conformidades, etc.) passados; se aplica à definição do plano de ação; se aplica à implementação das ações definidas no plano de ação e, por último, se aplica à verificação da efetividade das ações (corretivas e preventivas) implementadas, ou para cessar a causa raiz de eventos passados (desvios, não conformidades, etc.), evitando-se reincidências, ou para prevenir a ocorrência de eventos futuros (desvios, não conformidades, etc.). Dito de outra forma, um Sistema de CAPA refere-se a um componente do sistema da qualidade que, conduzido de maneira consistente e eficaz pela empresa, tem o poder de auxiliar na promoção da melhoria contínua do sistema da qualidade farmacêutica;

LIII - sistema informatizado: sistema que inclui a entrada de dados, o processamento eletrônico e a saída de informações a serem utilizadas para relatórios ou controle automático;

LIV - Solução Parenteral de Grande Volume (SPGV): solução estéril e apirogênica, destinada à aplicação parenteral em dose única, cujo volume é de 100mL ou superior. Estão incluídas nesta definição as soluções para irrigação e soluções para diálise peritoneal;

LV - validação: ação de provar, de acordo com os princípios das Boas Práticas de Fabricação, que qualquer procedimento, processo, equipamento, material, atividade ou sistema realmente leva aos resultados esperados.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DA QUALIDADE FARMACÊUTICA

Seção I

Da introdução

Art. 4º O detentor de uma autorização para fabricação deve fabricar medicamentos, de forma a garantir que correspondam à finalidade pretendida, satisfaçam os requisitos do registro ou da autorização para uso em ensaio clínico, conforme apropriado, de forma a não colocar os pacientes em risco devido à segurança, qualidade ou eficácia inadequadas.

§ 1º O cumprimento deste objetivo de qualidade é responsabilidade da administração superior da empresa e exige a participação e o comprometimento da equipe em todos os níveis da organização, bem como de seus fornecedores e distribuidores.

§ 2º Para alcançar este objetivo de qualidade de forma confiável, deve haver um Sistema da Qualidade Farmacêutica abrangente e corretamente implementado, incorporando as Boas Práticas de Fabricação e Gerenciamento dos Riscos de Qualidade.

§ 3º O Sistema da Qualidade Farmacêutica deve ser totalmente documentado e ter sua efetividade monitorada, por meio de revisão gerencial, de forma a promover a melhoria contínua da qualidade.

§ 4º Todos os componentes do Sistema da Qualidade Farmacêutica devem dispor de recursos adequados e pessoal competente, além de instalações e equipamentos apropriados e suficientes.

Art. 5º O Gerenciamento da Qualidade é um conceito abrangente, que cobre todas as questões que determinam, isolada ou conjuntamente, a qualidade de um produto.

§ 1º O Gerenciamento da Qualidade corresponde à soma dos arranjos organizados com o objetivo de garantir que os medicamentos tenham a qualidade exigida para o uso pretendido.

§ 2º O gerenciamento da Qualidade incorpora as Boas Práticas de Fabricação.

Art. 6º As Boas Práticas de Fabricação se aplicam a todas as etapas do ciclo de vida do produto, desde a fabricação de medicamentos experimentais, transferência de tecnologia, fabricação comercial até a descontinuação do produto.

Parágrafo único. O Sistema da Qualidade Farmacêutica pode se estender ao estágio do desenvolvimento farmacêutico, de forma a facilitar a inovação e a melhoria contínua, e fortalecer o vínculo entre o desenvolvimento farmacêutico e as atividades de fabricação.

Art. 7º O tamanho e a complexidade das atividades da empresa devem ser levados em consideração ao se desenvolver um novo Sistema de Qualidade Farmacêutica ou modificar um já existente.

§ 1º O projeto do sistema deve incorporar princípios apropriados do gerenciamento de risco, incluindo o uso de ferramentas apropriadas.

§ 2º Embora alguns aspectos do sistema possam ser coorporativos de toda a empresa e outros se aplicarem em estabelecimentos específicos, a eficácia do sistema é normalmente demonstrada no nível do estabelecimento específico.

Art. 8º Um Sistema da Qualidade Farmacêutica adequado à fabricação de medicamentos deve garantir que:

I - a concepção do produto seja alcançada por meio do projeto, planejamento, implementação, manutenção e melhoria contínua de um sistema que permita a fabricação consistente de produtos com atributos de qualidade apropriados;

II - o conhecimento de produtos e processos seja gerenciado em todas as etapas do ciclo de vida;

III - os medicamentos sejam concebidos e desenvolvidos de forma a se levar em consideração os requerimentos das Boas Práticas de Fabricação;

IV - as operações de produção e controle sejam claramente especificadas, e sejam adotadas as Boas Práticas de Fabricação;

V - as responsabilidades gerenciais sejam claramente especificadas;

VI - sejam tomadas providências para a fabricação, fornecimento e uso das matérias-primas e materiais de embalagem corretos, a seleção e monitoramento dos fornecedores e verificação da conformidade de cada recebimento com o fornecedor aprovado;

VII - existam processos para assegurar a gestão de atividades terceirizadas;

VIII - um estado de controle seja estabelecido e mantido por meio do desenvolvimento e uso de sistemas eficazes de monitoramento e controle para o desempenho do processo e para a qualidade do produto;

IX - os resultados do monitoramento de produtos e processos sejam levados em consideração na liberação do lote, na investigação de desvios e com o objetivo de tomar ações preventivas para evitar desvios potenciais que possam ocorrer no futuro;

X - todos os controles necessários em produtos intermediários e quaisquer outros controles em processo e validações sejam realizados;

XI - a melhoria contínua seja facilitada por meio da implementação de melhorias da qualidade apropriadas ao nível de conhecimento do processo e do produto;

XII - estejam implementados procedimentos para a avaliação prospectiva de mudanças planejadas e sua aprovação antes da implementação, levando-se em consideração as notificações e aprovações regulatórias, quando necessário;

XIII - após a implementação de qualquer mudança, uma avaliação seja realizada para confirmar que os objetivos de qualidade foram alcançados e que não houve impacto prejudicial não intencional na qualidade do produto;

XIV - um nível apropriado de análise da causa raiz seja aplicado durante a investigação de desvios, suspeitas de defeitos no produto e outros problemas:

a) o nível apropriado pode ser determinado pelo estabelecimento por meio da aplicação dos princípios de Gerenciamento de Risco na Qualidade;

b) nos casos em que a(s) verdadeira(s) causa(s) raiz(es) do problema não puder(em) ser determinada(s), deve-se considerar a identificação da(s) causa(s) raiz(es) mais provável(eis) e abordá-la(s);

c) quando se suspeitar ou identificar erro humano como causa, isso deve ser justificado, tendo-se o cuidado de garantir que erros ou problemas de processo, de procedimento ou de sistema não tenham sido negligenciados, se for o caso;

d) ações corretivas e/ou ações preventivas (CAPAs) apropriadas devem ser identificadas e implementadas em resposta às investigações. A eficácia dessas ações deve ser monitorada e avaliada, de acordo com os princípios do Gerenciamento de Riscos da Qualidade.

XV - os medicamentos não sejam comercializados ou distribuídos antes da Pessoa Delegada pelo Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica ter certificado que cada lote do produto foi produzido e controlado de acordo com os requerimentos de registro e quaisquer outras normas relevantes à produção, ao controle e à liberação de medicamentos;

XVI - existam mecanismos para garantir que os medicamentos sejam armazenados, distribuídos e posteriormente manuseados de modo que a qualidade seja mantida ao longo do seu período de vida útil;

XVII - exista um processo de auto inspeção e/ou auditoria da qualidade, que avalie regularmente a efetividade e a aplicabilidade do Sistema da Qualidade Farmacêutica.

Art. 9º A gestão superior da empresa tem a responsabilidade final de garantir que um Sistema da Qualidade Farmacêutica eficaz esteja implementado, disponha de recursos adequados e que as responsabilidades e autoridades sejam definidas, comunicadas e implementadas em toda a organização.

§ 1º A liderança da administração superior da empresa e sua participação ativa no Sistema da Qualidade Farmacêutica é essencial.

§ 2º Essa liderança deve garantir o apoio e o comprometimento da equipe em todos os níveis da organização ao Sistema da Qualidade Farmacêutica.

Art. 10. Deve haver revisão gerencial periódica, com o envolvimento da administração superior da empresa, do desempenho do Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica de forma que se identifiquem oportunidades de melhoria contínua de produtos, processos e do próprio sistema.

Art. 11. O Sistema da Qualidade Farmacêutica deve ser definido e documentado.

Parágrafo Único. Um Manual da Qualidade ou documentação equivalente deve estar estabelecido e deve conter uma descrição do sistema de gestão da qualidade, incluindo as responsabilidades de gestão.

Seção II

Das Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos

Art. 12. Boas Práticas de Fabricação (BPF) é a parte do Gerenciamento da Qualidade que assegura que os produtos são consistentemente produzidos e controlados, de acordo com os padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido e requerido pelo registro sanitário, autorização para uso em ensaio clínico ou especificações do produto.

§ 1º As Boas Práticas de Fabricação dizem respeito tanto à produção como ao controle de qualidade.

§ 2º Os requisitos básicos das BPF são:

I - todos os processos de fabricação devem estar claramente definidos, sistematicamente revisados à luz da experiência, e demonstrar serem capazes de produzir medicamentos com a qualidade exigida e em conformidade com as suas especificações;

II - as etapas críticas dos processos de fabricação, bem como quaisquer mudanças significativas, devem estar validadas;

III - sejam fornecidos todos os recursos necessários, incluindo:

a) pessoal qualificado e adequadamente treinado;

b) instalações e áreas adequadas;

c) equipamento e serviços apropriados;

d) materiais, recipientes e rótulos corretos;

e) procedimentos e instruções aprovadas, de acordo com o Sistema da Qualidade Farmacêutica;

f) armazenagem e transporte adequados.

IV - as instruções e procedimentos devem ser escritos de forma instrutiva, em linguagem clara e inequívoca, especificamente aplicáveis aos recursos fornecidos;

V - os procedimentos devem ser seguidos corretamente e os operadores devem ser treinados para tal;

VI - os registros, que demonstrem que todas as etapas exigidas pelos procedimentos e instruções definidos foram consideradas e que a quantidade e qualidade do produto estão conforme o previsto, devem ser realizados durante a fabricação, manualmente e/ou através de instrumentos de registro automático;

VII - quaisquer desvios significativos devem ser integralmente registrados e investigados com o objetivo de determinar a causa raiz e implementar as ações corretivas e preventivas apropriadas;

VIII - registros de fabricação, incluindo a distribuição, que permitam o rastreamento do histórico completo de um lote devem ser mantidos de forma compreensível e acessível;

IX - a distribuição dos produtos deve minimizar qualquer risco a sua qualidade e levar em consideração as boas práticas de distribuição;

X - um sistema deve estar disponível para recolher qualquer lote de produto, em comercialização ou distribuição;

XI - as reclamações sobre os produtos devem ser examinadas, as causas dos desvios de qualidade investigadas e medidas apropriadas adotadas em relação aos produtos com desvio e em relação à prevenção da recorrência.

Seção III

Do controle de qualidade

Art. 13. O Controle de Qualidade é a parte das BPF referente à coleta de amostras, às especificações e à execução de testes, bem como à organização, à documentação e aos procedimentos de liberação que asseguram que os testes relevantes e necessários sejam executados, e que os materiais não sejam liberados para uso, ou que produtos não sejam liberados para comercialização ou distribuição, até que a sua qualidade tenha sido considerada satisfatória.

Art. 14. Os requerimentos básicos do Controle de Qualidade são:

I - instalações adequadas, pessoal treinado e procedimentos aprovados devem estar disponíveis para amostragem e teste de matérias-primas, materiais de embalagem, produtos intermediários, a granel e terminados e, onde apropriado, para monitoramento das condições ambientais para fins de BPF;

II - amostras de matérias-primas, materiais de embalagem, produtos intermediários, produtos a granel e produtos acabados devem ser coletadas por pessoal autorizado e por meio de métodos aprovados;

III - os métodos analíticos devem ser validados;

IV - devem ser feitos registros (manual ou por meio eletrônico) demonstrando que todos os procedimentos de amostragem, inspeção e testes foram de fato realizados e que quaisquer desvios foram devidamente registrados e investigados;

V - os produtos acabados devem possuir a composição qualitativa e quantitativa em conformidade com o descrito no registro ou na autorização para uso em ensaio clínico; os componentes devem ter a pureza exigida, devem estar em recipientes apropriados e devidamente rotulados;

VI - devem ser registrados os resultados da inspeção e dos testes realizados nos materiais, produtos intermediários, a granel e terminados, demonstrando que foram formalmente avaliados em relação à especificação, que deve incluir a revisão e avaliação da documentação relevante de produção e uma avaliação dos desvios dos procedimentos especificados;

VII - nenhum lote de produto deve ser liberado para comercialização ou distribuição antes da certificação, por uma Pessoa Delegada pelo Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica, de que este está em conformidade com os requerimentos das autorizações relevantes;

VIII - amostras de referência suficientes de matérias-primas e produtos devem ser mantidas de acordo com a instrução normativa específica para permitir a futura análise do produto, se necessário.

Seção IV

Da revisão da qualidade do produto

Art. 15. Revisões periódicas da qualidade de todos os medicamentos autorizados, incluindo produtos exclusivos de exportação, devem ser conduzidas com o objetivo de verificar a consistência do processo existente, a adequação das especificações aplicadas tanto para matéria-prima quanto para produto acabado, evidenciar quaisquer tendências e identificar melhorias em produtos e processos.

Art. 16. As revisões da qualidade do produto devem, normalmente, ser conduzidas e documentadas anualmente, levando em consideração as revisões anteriores.

Art. 17. A Revisão da Qualidade do Produto deve incluir pelo menos:

I - revisão das matérias-primas, incluindo os materiais de embalagem utilizados no produto, especialmente aqueles provenientes de novas fontes e, em especial, a análise da rastreabilidade da cadeia de fornecimento das substâncias ativas;

II - revisão dos controles em processos críticos e dos resultados de controle de qualidade dos produtos acabados;

III - revisão de todos os lotes que não cumpriram com as especificações estabelecidas e suas investigações;

IV - revisão de todos os desvios significativos ou não-conformidades, suas investigações relacionadas e a efetividade das ações corretivas e preventivas resultantes;

V - revisão de todas as mudanças realizadas nos processos ou métodos analíticos;

VI - revisão das alterações pós-registro submetidas, autorizadas ou indeferidas, incluindo aquelas relativas a produtos registrados em outros países (apenas para exportação);

VII - revisão dos resultados do programa de estabilidade de acompanhamento e quaisquer tendências adversas;

VIII - revisão de todas as devoluções, reclamações e recolhimentos relacionados à qualidade do produto e às investigações realizadas na ocasião;

IX - revisão da adequação de quaisquer ações corretivas prévias relacionadas ao processo ou equipamento do produto;

X - para novos registros e alterações pós-registro, deve ser realizada uma revisão dos compromissos pós-aprovação;

XI - revisão da situação da qualificação de equipamentos e utilidades relevantes, como por exemplo: sistema de ventilação, aquecimento e ar condicionado (HVAC), água, sistemas de gás comprimido, etc; e

XII - revisão de quaisquer disposições contratuais, definidas na seção desta norma referente às atividades terceirizadas, para assegurar que estejam atualizadas.

Art. 18. O fabricante e, eventualmente, o detentor do registro do medicamento, devem avaliar os resultados da revisão e decidir se uma ação corretiva e preventiva ou qualquer revalidação precisam ser realizadas, no âmbito do Sistema da Qualidade Farmacêutica.

Parágrafo único. Devem existir procedimentos de gerenciamento para a revisão e gestão permanente dessas ações, e a efetividade desses procedimentos deve ser verificada durante a auto inspeção.

Art. 19. Revisões de qualidade podem ser agrupadas por tipo de produto, quando justificado cientificamente.

Art. 20. Se o detentor do registro não for o fabricante do medicamento, deve existir um acordo técnico implementado entre as partes que defina as respectivas responsabilidades na elaboração da revisão de qualidade do produto.

Parágrafo único. A Pessoa Delegada pelo Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica responsável pela certificação final do lote, juntamente com o detentor do registro, deve assegurar que a revisão de qualidade seja precisa e efetuada dentro do prazo estabelecido.

Seção V

Do Gerenciamento de Risco da Qualidade

Art. 21. O Gerenciamento de Risco da Qualidade (GRQ) é um processo sistemático de avaliação, controle, comunicação e revisão de riscos para a qualidade do medicamento.

Parágrafo único. O Gerenciamento de Risco da Qualidade pode ser aplicado de forma proativa e retrospectiva.

Art. 22. Os princípios do Gerenciamento de Riscos da Qualidade são:

I - a avaliação do risco à qualidade é baseada em conhecimento científico, experiência com o processo e, em última instância, vincula-se à proteção do paciente;

II - o nível de esforço, formalidade e documentação do processo de Gerenciamento de Risco da Qualidade é compatível com o nível de risco.

CAPÍTULO III

DO PESSOAL

Seção I

Da introdução

Art. 23. Deve haver pessoal qualificado em quantidade suficiente para desempenhar corretamente todas as atividades pelas quais o fabricante é responsável.

Art. 24. As responsabilidades individuais devem estar claramente definidas, compreendidas e registradas por todos os envolvidos.

Art. 25. Todo o pessoal deve estar ciente dos princípios das Boas Práticas de Fabricação que os afetam e receber treinamento inicial e contínuo, incluindo instruções de higiene, relevantes para suas necessidades.

Seção II

Das disposições gerais

Art. 26. O fabricante deve dispor de pessoal em número adequado e com as qualificações e experiência prática necessárias.

Art. 27. A administração superior da empresa deve determinar e fornecer recursos adequados e apropriados (humanos, financeiros, de materiais, instalações e equipamentos) para implementar e manter o Sistema da Qualidade Farmacêutica e melhorar sua efetividade continuamente.

Art. 28. As responsabilidades atribuídas a qualquer indivíduo não devem ser tão extensas a ponto de apresentar qualquer risco para a qualidade.

Art. 29. O fabricante deve possuir um organograma em que as relações entre os Responsáveis pela Produção, Controle de Qualidade e, quando aplicável, o Responsável pela Garantia da Qualidade ou Unidade da Qualidade, e a posição do Responsável Técnico sejam claramente apresentados na hierarquia gerencial.

Art. 30. As pessoas que ocupam cargos de responsabilidade devem ter as suas funções específicas registradas em descrições de cargo e a autoridade adequada para execução das suas responsabilidades.

§ 1º As funções de responsabilidade podem ser delegadas para pessoas designadas com um nível satisfatório de qualificação.

§ 2º Não deve haver lacunas ou sobreposições de responsabilidade injustificadas no que diga respeito ao pessoal envolvido na aplicação das Boas Práticas de Fabricação.

Art. 31. A administração superior da empresa tem a responsabilidade final de garantir que um Sistema da Qualidade Farmacêutica efetivo esteja implementado para atingir os objetivos da qualidade; e que as atribuições, responsabilidades e autoridades sejam definidas, comunicadas e implementadas em toda a organização.

Art. 32. A administração superior da empresa deve estabelecer uma política da qualidade que descreva as definições e intenções gerais da empresa em relação à qualidade e deve, ainda, garantir adequação e efetividade contínuas do Sistema da Qualidade Farmacêutica e da conformidade com as BPF, por meio da participação na revisão do gerenciamento.

Seção III

Do pessoal-chave

Art. 33. A administração superior deve designar o Pessoal-Chave da Gestão, incluindo o Responsável pela Produção, o Responsável pelo Controle de Qualidade, Pessoa(s) Delegada(s) pelo Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica para a liberação dos produtos.

Parágrafo único. Deve haver independência entre o Responsável pela Produção e as Pessoa(s) Delegada(s) pelo Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica designada(s) para as liberações dos produtos.

Art. 34. As posições-chave, normalmente, devem ser ocupadas por pessoal em tempo integral.

Art. 35. Os Responsáveis pela Produção e Controle de Qualidade devem ser independentes entre si.

§ 1º Em grandes organizações, pode ser necessário delegar algumas das funções do Pessoal-Chave.

§ 2º Um responsável pela unidade da qualidade ou responsável pela garantia da qualidade pode ser nomeado, dependendo do tamanho e estrutura organizacional da empresa.

§ 3º Quando a separação prevista no parágrafo anterior ocorrer, algumas das responsabilidades descritas a seguir são compartilhadas com o Responsável pelo Controle de Qualidade e com o Responsável pela Produção, e a administração superior deve, portanto, providenciar a definição das funções, responsabilidades e autoridades.

Art. 36. O Responsável pela Produção tem as seguintes responsabilidades:

I - garantir que os produtos sejam produzidos e armazenados de acordo com a documentação apropriada, a fim de se obter a qualidade requerida;

II - aprovar as instruções relativas às operações de produção e assegurar sua estrita implementação;

III - assegurar que os registros de produção sejam avaliados e assinados por uma pessoa designada;

IV - garantir a qualificação e manutenção do seu departamento, instalações e equipamentos;

V - garantir que as validações apropriadas sejam executadas;

VI - assegurar que os treinamentos iniciais e contínuos necessários ao pessoal do seu departamento sejam realizados e adaptados de acordo com as necessidades.

Art. 37. O Responsável pelo Controle de Qualidade geralmente tem as seguintes responsabilidades:

I - aprovar ou rejeitar, conforme julgar apropriado, matérias-primas, materiais de embalagem, produtos intermediários, a granel e terminados;

II - garantir que todos os testes necessários sejam realizados e os registros associados avaliados;

III - aprovar especificações, instruções de amostragem, métodos de análise e outros procedimentos do Controle de Qualidade;

IV - aprovar e monitorar quaisquer análises contratadas;

V - assegurar a qualificação e manutenção do seu departamento, instalações e equipamentos;

VI - garantir que as validações apropriadas sejam realizadas;

VII - assegurar que os treinamentos iniciais e contínuos do pessoal do seu departamento sejam realizados e adaptados, conforme as necessidades.

Art. 38. Os Responsáveis pela Produção, Controle de Qualidade e, quando relevante, o Responsável pela Garantia de Qualidade ou Responsável pela Unidade da Qualidade, geralmente tem algumas responsabilidades compartilhadas, ou exercidas conjuntamente, relacionadas à qualidade, incluindo a concepção, a efetiva implementação, o monitoramento e a manutenção do Sistema da Qualidade Farmacêutica.

Parágrafo único. Essas responsabilidades podem incluir:

I - a autorização de procedimentos por escrito e outros documentos, incluindo alterações;

II - o monitoramento e o controle dos ambientes de fabricação;

III - a higiene das instalações;

IV - a validação de processo;

V - treinamento;

VI - a aprovação e o monitoramento de fornecedores de materiais;

VII - a aprovação e o monitoramento dos fabricantes contratados e prestadores de outros serviços terceirizados relacionadas às BPF;

VIII - o estabelecimento e monitoramento das condições de armazenamento de materiais e produtos;

IX - a retenção de registros;

X - o monitoramento do cumprimento dos requisitos das BPF;

XI - a inspeção, a investigação e amostragem, com o objetivo de monitorar os fatores que possam afetar a qualidade do produto;

XII - a participação em revisões gerenciais de desempenho do processo, qualidade do produto e do Sistema da Qualidade Farmacêutica em busca da melhoria contínua;

XIII - garantir que exista um processo de comunicação e escalonamento temporal e efetivo de forma que problemas de qualidade sejam tratados nos níveis apropriados de gestão.

Seção IV

Do treinamento

Art. 39. O fabricante deve fornecer treinamento para todo o pessoal cujas funções sejam exercidas nas áreas de produção e armazenamento ou laboratórios de controle (incluindo o pessoal técnico, de manutenção e limpeza) e para outras pessoas cujas atividades possam afetar a qualidade do produto.

Art. 40. Além do treinamento básico sobre a teoria e a prática do Sistema da Qualidade Farmacêutica e das BPF, o pessoal recém-contratado deve receber treinamento adequado às tarefas que lhe são atribuídas.

Art. 41. Deve ser fornecido treinamento continuado, e sua efetividade prática deve ser periodicamente avaliada.

Art. 42. Os programas de treinamento devem estar disponíveis, aprovados pelo Responsável pela Produção ou pelo Responsável pelo Controle de Qualidade, conforme apropriado.

Art. 43. Os registros de treinamento devem ser mantidos.

Art. 44. O pessoal que trabalha em áreas com risco de contaminação microbiológica dos produtos, por exemplo, em áreas limpas, ou o pessoal que trabalha em áreas com risco de contaminação do operador e cruzada entre produtos, como as áreas onde materiais altamente ativos, tóxicos, infecciosos ou sensibilizantes são manuseados, devem receber treinamento específico.

Art. 45. Os visitantes ou pessoal não treinado, preferencialmente, não devem ser conduzidos pelas áreas de produção e de controle de qualidade.

Parágrafo único. Se for inevitável, eles devem ser cuidadosamente supervisionados e receber informações com antecedência, especialmente sobre higiene pessoal e roupas protetoras necessárias.

Art. 46. O Sistema da Qualidade Farmacêutica e todas as medidas capazes de melhorar sua compreensão e implementação devem ser amplamente discutidos durante as sessões de treinamento.

Seção V

Da higiene pessoal

Art. 47. Devem ser estabelecidos programas de higiene detalhados e adaptados às várias necessidades da fábrica.

Art. 48. Os programas de higiene devem incluir procedimentos relativos à saúde, práticas de higiene e paramentação.

Parágrafo único. Esses procedimentos devem ser compreendidos e seguidos rigorosamente por todas as pessoas cujas funções impliquem na presença nas áreas de produção e controle.

Art. 49. A gestão deve promover os programas de higiene que devem ser amplamente discutidos durante as sessões de treinamento.

Art. 50. Todo o pessoal deve passar por exame médico no momento da contratação.

Art. 51. Após o primeiro exame médico, outros exames devem ser realizados quando necessário para assegurar o trabalho e a saúde pessoal.

Art. 52. É de responsabilidade do fabricante prover instruções escritas para garantir que as condições de saúde de seus colaboradores que possam impactar na qualidade dos produtos sejam imediatamente informadas.

Art. 53. Devem ser adotadas medidas para garantir que nenhuma pessoa afetada por uma doença infecciosa ou que tenha lesões abertas na superfície exposta do corpo seja envolvida na fabricação de medicamentos.

Art. 54. Toda pessoa que entrar nas áreas de fabricação deve usar roupas protetoras adequadas às operações a serem executadas.

Art. 55. É proibido comer, beber, mascar, fumar, ou armazenar alimentos, bebidas, materiais derivados do tabaco ou medicamentos de uso pessoal nas áreas de produção e armazenamento.

Art. 56. Qualquer prática que não seja higiênica dentro das áreas de fabricação ou em qualquer outra área em que o produto possa ser adversamente afetado deve ser proibida.

Art. 57. Deve ser evitado contato direto entre as mãos do operador e o produto exposto, assim como com qualquer parte do equipamento que entre em contato com os produtos.

Art. 58. O pessoal deve ser instruído sobre a utilização das instalações para lavagem das mãos.

Art. 59. Quaisquer requerimentos específicos para a fabricação de grupos especiais de produtos, por exemplo preparações estéreis, estão estabelecidos nas nas instruções normativas específicas.

Seção VI

Dos consultores

Art. 60. Os consultores devem ter instrução, treinamento e experiência adequados, para que estejam aptos a orientarem sobre o assunto para o qual foram selecionados.

Art. 61. Os registros devem ser mantidos com informações sobre nome, endereço, qualificações e tipo de serviço prestado por consultores.

CAPÍTULO IV

DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Seção I

Da introdução

Art. 62. As instalações e os equipamentos devem estar localizados, projetados, construídos, adaptados e mantidos de acordo com as operações a serem executadas.

Art. 63. O desenho e o projeto devem minimizar risco de erros e permitir limpeza e manutenção efetiva, de modo a evitar a contaminação cruzada, o acúmulo de pó ou sujeira ou quaisquer prejuízos para a qualidade dos produtos.

Seção II

Das instalações

Subseção I

Das disposições gerais

Art. 64. As instalações devem estar situadas em um local que, quando considerado juntamente com as medidas para proteger o processo de fabricação, apresente risco mínimo de causar qualquer contaminação de materiais ou produtos.

Art. 65. As instalações devem ser cuidadosamente mantidas, garantindo que as operações de reparo e manutenção não apresentem quaisquer riscos para a qualidade dos produtos.

Art. 66. As instalações devem ser limpas e, quando for o caso, desinfetadas de acordo com procedimentos detalhados e escritos.

Art. 67. A iluminação, temperatura, umidade e ventilação devem ser adequadas, não devendo prejudicar, direta ou indiretamente, os medicamentos durante a sua fabricação e armazenamento, ou o funcionamento preciso dos equipamentos.

Art. 68. As instalações devem ser projetadas e equipadas de forma a garantir máxima proteção contra a entrada de insetos ou outros animais.

Art. 69. Devem ser tomadas medidas para impedir a entrada de pessoas não autorizadas nas instalações em geral.

Art. 70. As áreas de produção, armazenamento e controle de qualidade não devem ser utilizadas como passagem por pessoal que não trabalhe nessas áreas.

Subseção II

Das áreas de produção

Art. 71. A contaminação cruzada deve ser prevenida para todos os produtos por meio de um projeto adequado e da operação apropriada das instalações de fabricação.

§ 1º As medidas para prevenir a contaminação cruzada devem ser proporcionais aos riscos.

§ 2º Os princípios do Gerenciamento de Riscos da Qualidade devem ser utilizados para avaliar e controlar os riscos.

§ 3º Dependendo do nível de risco, pode ser necessário dedicar instalações e equipamentos para operações de fabricação e/ou embalagem de forma a controlar o risco apresentado por alguns medicamentos.

§ 4º Instalações dedicadas são necessárias para fabricação, quando:

I - o risco não pode ser adequadamente controlado por medidas operacionais e/ou técnicas;

II - os dados científicos da avaliação toxicológica não dão suporte a um risco controlável, como potencial alergênico de materiais altamente sensibilizantes, incluindo os beta-lactâmicos;

III - os limites de resíduos relevantes, derivados da avaliação toxicológica, não podem ser satisfatoriamente determinados por um método analítico validado.

Art. 72. As instalações devem, preferencialmente, ser planejadas de uma maneira que permita que a produção seja conduzida em áreas interligadas de acordo com uma ordem lógica, que corresponda à sequência das operações e aos níveis de limpeza requeridos.

Art. 73. O espaço de trabalho e de armazenamento durante o processamento deve permitir a disposição ordenada e lógica dos equipamentos e materiais, a fim de minimizar o risco de mistura entre os diversos produtos farmacêuticos, ou os seus componentes, evitar a contaminação cruzada e minimizar o risco de omissão ou de aplicação incorreta de qualquer uma das etapas de fabricação ou controle.

Art. 74. Nas áreas onde matérias-primas, materiais de embalagem primária, produtos intermediários ou a granel estiverem expostos ao ambiente, as superfícies internas (paredes, pisos e tetos) devem ser lisas, livres de rachaduras e juntas abertas, e não devem liberar material particulado, permitindo limpeza fácil e efetiva e, se necessário, desinfecção.

Art. 75. As tubulações, luminárias, pontos de ventilação e outras instalações devem ser projetados e instaladas de forma a evitar a criação de reentrâncias e facilitar a limpeza.

Art. 76. Sempre que possível, o acesso para manutenção deve estar localizado externamente às áreas de fabricação.

Art. 77. Os ralos devem ser sifonados e ter dimensões adequadas.

Art. 78. Canaletas abertas devem ser evitadas, entretanto, se necessárias, essas devem ser rasas para facilitar a limpeza e a desinfecção.

Art. 79. As áreas de produção devem ser efetivamente ventiladas, com instalações de tratamento do ar apropriadas aos produtos manipulados, incluindo temperatura e, onde necessário, umidade e filtração, às operações realizadas e ao ambiente externo.

Art. 80. A pesagem de matérias-primas usualmente deve ser realizada em uma sala separada, projetada para tal uso.

Art. 81. Nos casos em que é gerado pó, como durante as operações de amostragem, pesagem, mistura e processamento, ou na embalagem de produtos sólidos, devem ser tomadas medidas específicas para evitar a contaminação cruzada e facilitar a limpeza.

Art. 82. As instalações de embalagem de medicamentos devem ser especificamente projetadas e construídas para que misturas ou contaminação cruzada sejam evitadas.

Art. 83. As áreas de produção devem ser bem iluminadas, particularmente onde se realizam controles visuais em linha.

Art. 84. Os controles em processo podem ser executados na área de produção, desde que não representem nenhum risco para esta atividade.

Subseção III

Das áreas de armazenamento

Art. 85. As áreas de armazenamento devem ter capacidade suficiente para permitir o estoque ordenado das várias categorias de materiais e produtos, tais como matérias-primas, materiais de embalagem, produtos intermediários, a granel e terminados, em sua condição de quarentena, liberados, rejeitados, devolvidos ou recolhidos.

Art. 86. As áreas de armazenamento devem ser projetadas ou adaptadas para assegurar as condições ideais de estocagem; devem ser limpas, secas e mantidas dentro de limites aceitáveis de temperatura.

Parágrafo único. Nos casos em que forem necessárias condições especiais de armazenamento, tais como temperatura e umidade, essas devem ser providenciadas, verificadas e monitoradas.

Art. 87. As áreas de recebimento e expedição devem proteger os materiais e os produtos das variações climáticas.

Art. 88. As áreas de recebimento devem ser projetadas e equipadas para permitir que os recipientes sejam limpos, se necessário, antes do armazenamento.

Art. 89. Se a quarentena for assegurada por meio da armazenagem em áreas separadas, estas áreas devem ser claramente identificadas e o seu acesso, restrito ao pessoal autorizado.

Parágrafo único. Qualquer sistema que substitua a quarentena física deve proporcionar um grau de segurança equivalente.

Art. 90. Normalmente, deve existir uma área separada para a amostragem de matérias-primas.

Parágrafo único. Caso a amostragem seja realizada na área de armazenamento, deve ser conduzida de forma a evitar contaminação ou contaminação cruzada.

Art. 91. Devem existir locais segregados destinados ao armazenamento de materiais ou produtos rejeitados, recolhidos ou devolvidos.

Art. 92. Materiais ou produtos altamente ativos devem ser armazenados em áreas seguras e protegidas.

Art. 93. Os materiais impressos de embalagem são considerados críticos para a conformidade do medicamento, devendo ser dada especial atenção ao armazenamento seguro destes materiais.

Subseção IV

Das áreas de controle de qualidade

Art. 94. Normalmente, os laboratórios de Controle de Qualidade devem ser separados das áreas de produção.

Parágrafo único. Os laboratórios de controle de produtos biológicos, microbiológicos e radioisótopos também devem estar separados não somente entre si, mas também das áreas de produção.

Art. 95. Os laboratórios de controle devem ser projetados para as operações realizadas.

Parágrafo único. Deve existir espaço suficiente para evitar misturas e contaminação cruzada e para o armazenamento adequado de amostras e registros.

Art. 96. Salas separadas podem ser necessárias para proteger instrumentos sensíveis à vibração, interferência elétrica, umidade etc.

Art. 97. Requerimentos especiais são necessários nos laboratórios que manuseiam substâncias particulares, tais como amostras biológicas ou radioativas.

Subseção V

Das áreas auxiliares

Art. 98. As salas de descanso e refeitórios devem ser separadas de outras áreas.

Art. 99. Os vestiários e sanitários devem ser facilmente acessíveis e apropriados ao número de usuários.

Art. 100. Os sanitários não devem se comunicar diretamente com as áreas de produção ou armazenamento.

Art. 101. As áreas de manutenção devem estar situadas em locais separados das áreas de produção.

Parágrafo único. Se for necessário armazenar peças e ferramentas na área de produção, estas devem ser mantidas em salas ou armários reservados para esse fim.

Art. 102. Instalações para animais devem ser isoladas de outras áreas, possuir entrada separada para os animais e sistema de ventilação exclusivo.

Seção III

Dos equipamentos

Art. 103. Os equipamentos utilizados na fabricação devem ser projetados, localizados e mantidos de acordo com a finalidade pretendida.

Art. 104. As operações de reparo e manutenção não devem apresentar qualquer perigo à qualidade dos produtos.

Art. 105. Os equipamentos de fabricação devem ser projetados de modo a permitir a limpeza fácil e completa.

Parágrafo único. Devem ser limpos, em conformidade com procedimentos detalhados por escrito, e somente devem ser armazenados se estiverem limpos e secos.

Art. 106. A lavagem e a limpeza dos equipamentos devem ser selecionadas e realizadas de forma a não constituírem fonte de contaminação.

Art. 107. Os equipamentos devem ser instalados de forma a evitar qualquer risco de erro ou de contaminação.

Art. 108. Os equipamentos de produção não devem apresentar qualquer perigo aos produtos.

Parágrafo único. As partes destes equipamentos que entram em contato com os produtos não devem ser reativas, aditivas ou absortivas a tal ponto que afetem a qualidade do produto e, dessa forma, representem um perigo.

Art. 109. As balanças e equipamentos de medição, com precisão e escala apropriadas, devem estar disponíveis para operações de produção e controle.

Art. 110. Os equipamentos de medição, pesagem, registro e controle devem ser calibrados e verificados em intervalos definidos e por métodos apropriados.

Parágrafo único. Registros adequados destes testes devem ser mantidos.

Art. 111. A tubulação fixa deve ser claramente identificada para indicar o seu conteúdo e, quando aplicável, a direção do fluxo.

Art. 112. A tubulação de água purificada e água para injetáveis e, se for o caso, de qualquer outro tipo de água, deve ser sanitizada de acordo com procedimentos escritos que contenham detalhes sobre os limites de contaminação microbiológica, bem como as medidas a serem adotadas.

Art. 113. Os equipamentos com defeitos devem, se possível, ser removidos das áreas de produção e de controle de qualidade, ou, pelo menos devem ser claramente identificados como tal.

CAPÍTULO V

DA DOCUMENTAÇÃO

Seção I

Da introdução

Art. 114. A documentação constitui parte essencial do Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica, sendo fundamental para operar em conformidade com os requisitos das Boas Práticas de Fabricação.

§1º Os vários tipos de documentos e mídias utilizados devem ser totalmente definidos no Sistema de Gestão da Qualidade do fabricante.

§2º A documentação pode existir em uma variedade de formas, incluindo mídia impressa, eletrônica ou fotográfica.

§3º O principal objetivo do sistema de documentação utilizado deve ser estabelecer, controlar, monitorar e registrar todas as atividades que, direta ou indiretamente, afetam todos os aspectos da qualidade dos medicamentos.

§4º O Sistema de Gestão da Qualidade deve incluir detalhes instrutivos suficientes para facilitar o entendimento comum dos requerimentos, além de permitir o registro satisfatório dos vários processos e a avaliação de quaisquer observações, para que a aplicação contínua dos requisitos possa ser demonstrada.

Art. 115. Existem dois tipos principais de documentação utilizados para gerenciar e registrar a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, as instruções (orientações, requerimentos) e os registros/relatórios.

Parágrafo único. As boas práticas de documentação devem ser aplicadas de acordo com o tipo de documento.

Art. 116. Devem ser implementados controles adequados para garantir a precisão, integridade, disponibilidade e legibilidade dos documentos.

§1º Os documentos de instrução devem estar livres de erros e disponíveis por escrito.

§2º O termo "escrito" significa registrado ou documentado em mídia a partir da qual os dados podem ser processados em um formato legível.

Seção II

Da geração e controle de documentação

Art. 117. Todos os tipos de documentos devem ser definidos e cumpridos.

§1º Os requisitos devem ser igualmente aplicados a todos os tipos de mídia de documento.

§2º Sistemas complexos precisam ser compreendidos, bem documentados, validados e controles adequados devem estar presentes.

§3º Muitos documentos (instruções e registros) podem existir de forma híbrida, ou seja, alguns elementos eletrônicos e outros em papel.

§4º Medidas de controle e de relação para documentos mestres, cópias oficiais, manuseio de dados e registros precisam ser definidos para sistemas híbridos e homogêneos.

§5º Devem ser implementados controles apropriados para documentos eletrônicos, como modelos, formulários e documentos mestre.

§6º Devem existir controles apropriados para garantir a integridade do registro durante todo o período de retenção.

Art. 118. Os documentos devem ser projetados, preparados, revisados e distribuídos com cuidado.

§1º Devem estar em conformidade com as partes relevantes dos arquivos de Especificação do Produto, de Fabricação e dos dossiês de registro, conforme apropriado.

§2º A reprodução de documentos de trabalho a partir de documentos mestres não deve permitir a introdução de erros.

Art. 119. Os documentos contendo instruções devem ser aprovados, assinados e datados por pessoas apropriadas e autorizadas.

§1º Os documentos devem ter conteúdo não ambíguo e identificação única.

§2º A data de efetividade deve ser definida.

Art. 120. Os documentos contendo instruções devem ser dispostos de forma ordenada, e serem fáceis de verificar.

§1º O estilo e o idioma dos documentos devem se adequar ao uso pretendido.

§2º Os Procedimentos Operacionais Padrão, as Instruções de Trabalho e os Métodos devem ser escritos preferencialmente no modo imperativo.

Art. 121. Os documentos relacionados ao Sistema de Gestão da Qualidade devem ser revisados regularmente e mantidos atualizados.

Parágrafo único. Quando um documento for revisado, os sistemas devem operar de forma a impedir o uso inadvertido de documentos obsoletos.

Art. 122. Os documentos não devem ser escritos à mão; no entanto, se houver a necessidade de inserção de dados, deve haver espaço suficiente para tais inserções.

Seção III

Das boas práticas de documentação

Art. 123. As entradas manuscritas devem ser feitas de maneira clara, legível e indelével.

Art. 124. Os registros devem ser realizados ou completados sempre que uma ação for realizada e de modo a permitir que todas as atividades significativas relativas à fabricação de medicamentos sejam rastreáveis.

Art. 125. Toda a alteração feita no registro de um documento deve ser assinada e datada; a alteração deve permitir a leitura da informação original.

Parágrafo único. Quando apropriado, o motivo da alteração deve ser registrado.

Seção IV

Da retenção de documentos

Art. 126. Deve ser claramente definido com qual registro cada atividade de fabricação está relacionada e onde este registro está localizado.

Parágrafo único. Devem existir controles seguros e, se necessário, validados, de forma a garantir a integridade do registro durante todo o período de retenção.

Art. 127. A documentação de lote deve ser mantida por um ano após a expiração do lote a que se refere ou por pelo menos, cinco anos, após a certificação do lote por Pessoa Delegada pelo Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica, o que for mais longo.

§1º No caso de medicamentos experimentais, a documentação de lote deve ser mantida por, pelo menos, cinco anos após a conclusão ou descontinuação formal do último estudo clínico em que o lote tiver sido utilizado.

§2º Outros requisitos para a retenção de documentação podem estar descritos na legislação em relação a tipos específicos de produto (por exemplo, Medicamentos de Terapia Avançada) e podem especificar sobre a necessidade de períodos de retenção mais longos a determinados documentos.

Art. 128. O período de retenção de outros tipos de documentos deve ser definido de acordo com a necessidade destes para com o que fornecem suporte.

§1º A documentação crítica, incluindo dados brutos (por exemplo, relacionados com validação ou estabilidade), a qual suporta informações de registro, deve ser mantida enquanto a autorização permanecer em vigor.

§2º A obsolescência e a posterior não retenção de dados, como por exemplo estudos de validação e estabilidade, que tenham sido substituídos por um conjunto completo de novos dados é aceitável desde que a documentação não tenha determinação temporal de retenção em vigor por força de estar relacionada a um lote comercial.

Seção V

Das especificações

Art. 129. Deve haver especificações devidamente autorizadas e datadas para matérias-primas, material de embalagem e produtos acabados.

Subseção I

Das especificações para matérias-primas e materiais de embalagem

Art. 130. As especificações de matérias-primas e materiais de embalagem primários ou impressos devem incluir ou fazer referência aos itens abaixo, se aplicável:

I - uma descrição dos materiais, incluindo:

a) o nome e a referência do código interno;

b) a referência, se houver, a uma monografia farmacopeica;

c) os fornecedores aprovados e, se for pertinente, o fabricante original do material;

d) um modelo ou arte dos materiais impressos.

II - instruções para amostragem e análise;

III - requisitos qualitativos e quantitativos com limites de aceitação;

IV - condições de armazenamento e precauções;

V - o período máximo de armazenamento antes de uma reanálise.

Subseção II

Das especificações para produtos intermediários e a granel

Art. 131. As especificações para produtos intermediários e a granel devem estar disponíveis para etapas críticas ou se esses produtos forem adquiridos ou expedidos.

Parágrafo único. As especificações devem ser semelhantes às especificações para matérias-primas ou para produtos acabados, conforme o caso.

Subseção III

Das especificações para produtos acabados

Art. 132. As especificações para produtos acabados devem incluir ou fazer referência a(o):

I - nome do produto e o código de referência, quando aplicável;

II - fórmula;

III - descrição da forma farmacêutica e detalhes da embalagem;

IV - instruções para amostragem e análises;

V - requisitos qualitativos e quantitativos, com limites de aceitação;

VI - condições de armazenamento e quaisquer precauções especiais de manuseio, quando aplicável;

VII - prazo de validade.

Seção VI

Da fórmula de fabricação e instruções de processo

Art. 133. Devem existir fórmulas de fabricação e instruções de processo aprovadas e por escrito para cada produto e tamanho de lote a ser fabricado.

Art. 134. A fórmula de fabricação deve incluir:

I - o nome e o código de referência do produto relacionado à sua especificação;

II - descrição da forma farmacêutica, concentração do produto e tamanho do lote;

III - lista de todas as matérias-primas a serem utilizadas, com a quantidade descrita de cada uma; deve ser feita menção a qualquer substância que possa desaparecer durante o processo;

IV - declaração do rendimento final esperado com os limites aceitáveis e dos rendimentos intermediários relevantes, quando aplicável.

Art. 135. As instruções de processo devem incluir:

I - uma declaração do local de processo e do equipamento principal a ser utilizado;

II - os métodos, ou referência aos métodos, a serem utilizados para preparar os equipamentos críticos (por exemplo, limpeza, montagem, calibração, esterilização);

III - verificações para confirmar que o equipamento e a estação de trabalho estão livres de produtos anteriores, documentos ou materiais não necessários para o processo planejado, e que o equipamento esteja limpo e adequado para uso;

IV - instruções de processo detalhadas por etapa [por exemplo verificações de materiais, pré-tratamentos, sequência de adição de materiais, parâmetros críticos do processo (tempo, temperatura etc.);

V - as instruções para qualquer controle em processo e seus limites;

VI - quando necessário, os requisitos para o armazenamento dos produtos a granel; incluindo o recipiente, rotulagem e condições especiais de armazenamento, quando aplicável;

VII - quaisquer precauções especiais a serem observadas.

Subseção I

Das instruções para embalagem

Art. 136. Deve haver instruções aprovadas para a operação de embalagem de cada produto, tamanho e tipo de embalagem.

Parágrafo único. As instruções de que trata o caput devem incluir, ou fazer referência a(o):

I - nome do produto, incluindo o número do lote de produto a granel e terminado;

II - descrição de sua forma farmacêutica e concentração, quando aplicável;

III - o tamanho da embalagem expresso em número, peso ou volume do produto no recipiente final;

IV - uma lista completa de todos os materiais de embalagem necessários, incluindo quantidades, tamanhos e tipos, com o código ou número de referência relativo às especificações de cada material de embalagem;

V - quando apropriado, um exemplo ou reprodução dos materiais de embalagem impressos relevantes e instruções que indiquem onde aplicar as referências aos números de lote e prazo de validade do produto;

VI - verificações para confirmar que o equipamento e a estação de trabalho estão livres de produtos anteriores, documentos ou materiais não necessários às operações de embalagem planejadas (liberação da linha), e que o equipamento esteja limpo e adequado para uso;

VII - precauções especiais a serem observadas, incluindo um exame cuidadoso da área e do equipamento, a fim de assegurar a liberação da linha antes do início das operações;

VIII - uma descrição da operação de embalagem, incluindo quaisquer operações subsidiárias significativas, e do equipamento a ser usado;

IX - detalhes dos controles em processo com instruções para amostragem e limites de aceitação.

Subseção II

Do registro de processamento de lote

Art. 137. Um registro de processamento de lote deve ser mantido para cada lote processado.

§1º Este registro deve ser baseado nas partes relevantes da Fórmula de Fabricação e nas Instruções de Processo atualmente aprovadas, e deve conter as seguintes informações:

I - nome e o número do lote do produto;

II - datas e horários de início de fases intermediárias significativas e de conclusão da produção;

III - identificação (iniciais ou rubricas) do(s) operador(es) que realizou(aram) cada etapa significativa do processo e, quando apropriado, o nome de qualquer pessoa que verificou essas operações;

IV - número do lote e/ou número do controle analítico, bem como as quantidades de cada matéria-prima efetivamente pesada, incluindo o número do lote e a quantidade de qualquer material recuperado ou reprocessado adicionado;

V - qualquer operação de fabricação ou evento relevante e equipamento principal usado;

VI - registro dos controles em processo e as iniciais da(s) pessoa(s) que os executaram e os resultados obtidos;

VII - o rendimento obtido do produto em diferentes e relevantes etapas de fabricação;

VIII - observações sobre quaisquer problemas incluindo os detalhes, com autorização assinada para qualquer desvio da Fórmula de Fabricação e Instruções de Processo;

IX - aprovação das operações de fabricação pela pessoa responsável.

§2º Nos casos de processos validados, continuamente controlados e monitorados, os relatórios gerados automaticamente podem ser limitados a resumos de conformidade e relatórios de dados de exceção/resultados fora de especificações.

Subseção III

Registro de embalagem de lote

Art. 138. Deve ser mantido Registro de Embalagem do Lote para cada lote ou parte de lote processado.

Parágrafo único. Este registro deve ser baseado nas partes relevantes das Instruções de Embalagem.

Art. 139. O registro de embalagem do lote deve conter as seguintes informações:

I - nome e número do lote do produto;

II - a(s) data(s) e horários das operações de embalagem;

III - identificação (iniciais ou rubrica) do(s) operador(es) que realizou(aram) cada etapa significativa do processo e, quando apropriado, o nome da pessoa que verificou essas operações;

IV - registros para verificações de identidade e conformidade com as instruções de embalagem, incluindo os resultados dos controles em processo;

V - detalhes das operações de embalagem realizadas, incluindo referências a equipamentos e linhas de embalagem utilizadas;

VI - sempre que possível, amostras de materiais de embalagem impressos utilizados, incluindo exemplos da codificação de lote, data de validade e qualquer sobreimpressão adicional;

VII - observações sobre quaisquer problemas ou eventos incomuns, incluindo detalhes, com autorização assinada para qualquer desvio das Instruções de Embalagem;

VIII - as quantidades e número de referência ou identificação de todos os materiais de embalagem impressos e produto a granel emitidos, utilizados, destruídos ou devolvidos ao estoque e as quantidades de produto obtido, a fim de proporcionar uma reconciliação adequada. Caso haja controles eletrônicos robustos implementados durante a embalagem, pode haver justificativa para não incluir essa informação;

IX - aprovação pela pessoa responsável das operações de embalagem.

Seção VII

Dos procedimentos e registros

Subseção I

Do recebimento

Art. 140. Devem existir procedimentos escritos e registros para o recebimento de cada entrega de matéria-prima (incluindo produtos a granel, intermediários ou acabados), materiais de embalagem primária, secundária e impressos.

Art. 141. Os registros de recebimento devem incluir:

I - o nome do material e o número de recipientes na nota de entrega;

II - o nome e/ou código interno do material (se diferente do item I);

III - data do recebimento;

IV - nome do fornecedor e nome do fabricante;

V - número de lote ou número de referência do fabricante;

VI - quantidade total e número de recipientes recebidos;

VII - número do lote atribuído após o recebimento;

VIII - qualquer comentário relevante.

Art. 142. Deve haver procedimentos escritos relativos à rotulagem interna, à quarentena e armazenamento de matérias-primas, materiais de embalagem e outros materiais, conforme apropriado.

Subseção II

Da amostragem

Art. 143. Deve haver procedimentos escritos para amostragem, que incluam os métodos e equipamentos a serem utilizados, as quantidades a serem amostradas e quaisquer precauções a serem observadas para evitar a contaminação do material ou qualquer deterioração em sua qualidade.

Subseção III

Das análises

Art. 144. Deve haver procedimentos escritos para analisar materiais e produtos em diferentes estágios de fabricação, descrevendo os métodos e equipamentos a serem utilizados.

Art. 145. Os testes realizados devem ser registrados.

Subseção IV

Outros

Art. 146. Os procedimentos escritos de liberação e rejeição devem estar disponíveis para materiais e produtos e, em particular, para a certificação do produto acabado para a venda por Pessoa Delegada pelo Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica.

§1º Todos os registros devem estar disponíveis para a Pessoa Delegada pelo Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica.

§2º Um sistema deve estar implementado para indicar observações especiais e quaisquer alterações nos dados críticos.

Art. 147. Devem ser mantidos registros para a distribuição de cada lote de um produto a fim de facilitar o recolhimento, caso necessário.

Art. 148. Deve haver políticas, procedimentos, protocolos, relatórios e registros de ações tomadas ou conclusões alcançadas, quando apropriado, para os seguintes exemplos:

I - validação e qualificação de processos, equipamentos e sistemas;

II - montagem e calibração de equipamentos;

III - transferência de tecnologia;

IV - manutenção, limpeza e sanitização;

V - questões de pessoal, incluindo listas de assinaturas, treinamento em Boas Práticas de Fabricação e temas técnicos, vestuário e higiene e verificação da efetividade do treinamento;

VI - monitoramento ambiental;

VII - controle de pragas;

VIII - reclamações;

IX - recolhimento;

X - devoluções;

XI - controle de mudança;

XII - investigações sobre desvios e não conformidades;

XIII - auditorias internas de qualidade / Boas Práticas de Fabricação;

XIV - resumos de registros, quando apropriado (por exemplo, revisão da qualidade do produto);

XV - auditorias em fornecedores.

Art. 149. Devem estar disponíveis procedimentos de operação claros para os principais equipamentos de fabricação e testes.

Art. 150. Devem ser mantidos livros de registros para testes analíticos importantes ou críticos, equipamentos de produção e áreas onde o produto foi processado.

Parágrafo único. Os livros de registro devem ser utilizados para registrar em ordem cronológica, conforme apropriado, qualquer uso da área, equipamento/método, calibrações, manutenção, limpeza ou operações de reparo, incluindo as datas e a identificação das pessoas que realizaram essas operações.

Art. 151. Deve ser mantido um inventário de documentos dentro do Sistema de Gestão da Qualidade.

CAPÍTULO VI
DA PRODUÇÃO
Seção I
Da introdução

Art. 152. As operações de produção devem respeitar procedimentos claramente definidos, devem satisfazer os princípios das Boas Práticas de Fabricação a fim de que sejam obtidos produtos com a qualidade exigida e em conformidade com as respectivas autorizações de fabricação e com o registro.

Seção II
Das disposições gerais

Art. 153. A produção deve ser realizada e supervisionada por pessoas competentes.

Art. 154. Todo o manuseio de materiais e produtos, como recebimento e quarentena, amostragem, armazenamento, rotulagem, dispensação, processamento, embalagem e distribuição deve ser feito em conformidade com procedimentos ou instruções escritas e, se necessário, ser registrado.

Art. 155. Todos os materiais recebidos devem ser verificados para garantir que a remessa corresponda ao pedido.

Parágrafo único. Os recipientes devem ser limpos sempre que necessário e rotulados de modo que incluam os dados requeridos pelo sistema de qualidade da empresa receptora.

Art. 156. Danos aos recipientes e qualquer outro problema que possa afetar adversamente a qualidade do material devem ser investigados, registrados e relatados à Unidade de Qualidade.

Art. 157. Os materiais recebidos e os produtos acabados devem ser fisicamente ou administrativamente colocados em quarentena imediatamente após o recebimento ou processamento, até que sejam liberados para uso ou distribuição.

Art. 158. Produtos intermediários e a granel, adquiridos como tal, devem ser manuseados no recebimento como se fossem matérias-primas.

Art. 159. Todos os materiais e produtos devem ser armazenados em condições adequadas, definidas pelo fabricante de forma a tornar possível, a segregação dos lotes e a rotação do estoque.

Art. 160. As verificações do rendimento e a reconciliação das quantidades devem ser realizadas sempre que necessário para garantir que não haja discrepâncias fora dos limites aceitáveis.

Art. 161. Operações que envolvam produtos diferentes não devem ser realizadas simultaneamente ou consecutivamente na mesma sala, a menos que não haja risco de mistura ou de contaminação cruzada.

Art. 162. Em todas as fases do processo, os materiais e produtos devem ser protegidos contra contaminação microbiana e outras contaminações.

Art. 163. Devem ser tomadas precauções especiais quando se trabalhar com materiais ou produtos secos, a fim de evitar a geração e a disseminação de pó.

Parágrafo único. O conceito acima se aplica particularmente ao manuseio de materiais altamente perigosos, incluindo materiais altamente sensibilizantes.

Art. 164. Em todos os momentos durante o processo, todos os materiais, recipientes de granel, itens principais de equipamentos e, quando necessário, as salas utilizadas devem ser rotuladas e identificadas com uma indicação do produto ou material que está sendo processado, sua concentração, quando aplicável, e número do lote.

Parágrafo único. Quando for o caso, essa indicação também deve mencionar o estágio de produção.

Art. 165. As etiquetas aplicadas em recipientes, equipamentos ou instalações devem ser claras, não ambíguas e no formato acordado pela empresa.

Parágrafo único. É recomendável e útil que, em adição ao texto nas etiquetas, se utilizem cores para indicar o status (por exemplo, em quarentena, aprovado, reprovado, limpo).

Art. 166. Devem ser realizadas verificações para garantir que os dutos e outras partes de equipamentos usados para o transporte de materiais e produtos de uma área para outra estejam conectados de maneira correta.

Art. 167. Qualquer desvio de instruções ou procedimentos deve ser evitado.

Parágrafo único. Caso ocorra um desvio, ele deve ser aprovado formalmente por uma pessoa competente, com o envolvimento da Unidade da Qualidade, quando apropriado.

Art. 168. O acesso às instalações de produção deve ser restrito ao pessoal autorizado.

Seção III
Da prevenção da contaminação cruzada na produção

Art. 169. A fabricação de produtos não medicinais deve ser evitada em áreas e equipamentos destinados à produção de medicamentos, porém desde que justificada, pode ser autorizada desde que as medidas de prevenção à contaminação cruzada descritas nesta seção e no Capítulo IV forem aplicadas.

Parágrafo único. A produção e/ou armazenamento de agrotóxicos, tais como pesticidas (exceto quando utilizados para a fabricação de medicamentos) e herbicidas, não podem ser autorizados em áreas utilizadas para a fabricação e/ou armazenamento de medicamentos.

Art. 170. A contaminação de uma matéria-prima ou de um produto por outra matéria-prima ou produto deve ser evitada.

§1º O risco de contaminação cruzada acidental resultante da liberação descontrolada de pó, gases, vapores, aerossóis, material genético ou organismos de substâncias ativas, outros materiais (de partida ou em processo) e produtos em processo, de resíduos em equipamentos e das roupas dos operadores deve ser avaliado.

§2º A significância deste risco varia com a natureza do contaminante e a do produto que está sendo contaminado.

§3º A contaminação cruzada é provavelmente a mais significativa nos produtos administrados por injeção ou por um longo período de tempo.

§4º A contaminação de todos os produtos representa um risco para a segurança do paciente, dependendo da natureza e extensão da contaminação.

Art. 171. A contaminação cruzada deve ser evitada por meio da atenção ao projeto das instalações e equipamentos, conforme descrito no Capítulo IV.

Parágrafo único. A prevenção da contaminação cruzada deve contemplar atenção ao desenho do processo e implementação de quaisquer medidas técnicas ou organizacionais pertinentes, incluindo processos de limpeza eficazes e reprodutíveis, com vistas a controlar o risco de contaminação cruzada.

Art. 172. Um processo de Gerenciamento de Risco da Qualidade, que inclua avaliação toxicológica e de potência, deve ser utilizado para avaliar e controlar os riscos de contaminação cruzada apresentados pelos produtos fabricados.

§1º Fatores incluindo o projeto e uso da instalação/equipamento, fluxo de pessoal e material, controles microbiológicos, características físico-químicas da substância ativa, características do processo, processos de limpeza e capacidades analíticas referentes aos limites relativos estabelecidos a partir da avaliação dos produtos também devem ser considerados.

§2º O resultado do processo de Gerenciamento de Risco da Qualidade deve ser a base para determinar a necessidade e a extensão de quais instalações e equipamentos devem ser dedicados a um determinado produto ou família de produtos.

§3º O resultado pode incluir a dedicação de partes específicas de contato com o produto ou a dedicação de toda a instalação de fabricação.

§4º Pode ser aceitável que se restrinjam as atividades de fabricação a uma área de produção segregada e autocontida dentro de uma instalação multiproduto, quando houver necessidade.

Art. 173. O resultado do processo de Gerenciamento de Risco da Qualidade deve ser a base para se determinar a extensão das medidas técnicas e organizacionais necessárias para o controle dos riscos de contaminação cruzada.

Parágrafo único. As medidas técnicas e organizacionais citadas no caput podem incluir, mas não se limitam, aos seguintes:

I - medidas técnicas:

a) instalação de fabricação dedicada (instalações e equipamentos);

b) áreas de produção autocontidas com equipamentos de produção e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado separados. Também pode ser desejável isolar certas utilidades de outras usadas em outras áreas;

c) desenho do processo de fabricação, instalações e equipamentos para minimizar o risco de contaminação cruzada durante o processo, manutenção e limpeza;

d) uso de "sistemas fechados" para produção e transferência de material/produto entre equipamentos;

e) uso de sistemas de barreira física, incluindo isoladores, como medidas de contenção;

f) remoção controlada de pó próximo à fonte do contaminante, por exemplo, por meio de exaustão localizada;

g) dedicação de equipamentos, de partes que entram em contato com o produto ou de partes selecionadas que sejam mais difíceis de limpar (por exemplo, filtros), e dedicação de ferramentas de manutenção;

h) uso de tecnologia de descartáveis de uso único;

i) uso de equipamentos projetados para facilitar a limpeza;

j) uso apropriado de antecâmaras e cascata de pressão para confinar um potencial contaminante derivado do ar em uma área específica;

k) minimização do risco de contaminação causado pela recirculação ou reentrada de ar não tratado ou insuficientemente tratado;

l) uso de sistemas de limpeza automáticos locais (Clean in place) de eficácia validada;

m) para áreas comuns de lavagem, separação das áreas de lavagem, secagem e armazenamento de equipamentos.

II - medidas organizacionais:

a) dedicação de toda a instalação de produção ou o uso de uma área de produção autocontida em campanha organizada por tempo, seguida por um processo de limpeza de eficácia validada;

b) manutenção de roupas de proteção específicas dentro de áreas onde produtos com alto risco de contaminação cruzada são processados;

c) a verificação de limpeza após cada campanha de produto deve ser considerada como uma ferramenta de detecção para apoiar a eficácia da abordagem de Gerenciamento de Risco da Qualidade para produtos considerados de maior risco;

d) dependendo do risco de contaminação, verificação da limpeza de superfícies que não tiveram contato com o produto e monitoramento do ar dentro da área de fabricação e/ou áreas adjacentes, a fim de demonstrar a eficácia das medidas de controle para contaminação pelo ar ou contaminação por transferência mecânica;

e) medidas específicas para manuseio de resíduos, água de rinsagem contaminada e vestimentas sujas;

f) registro de derramamentos, eventos acidentais ou desvios de procedimentos;

g) desenho dos processos de limpeza para instalações e equipamentos, de tal forma que os processos de limpeza não apresentem em si um risco de contaminação cruzada;

h) instruções detalhadas para os registros de processos de limpeza para garantir a conclusão da limpeza de acordo com os procedimentos aprovados e uso de etiquetas de status de limpeza em equipamentos e áreas de fabricação;

i) uso em campanha de áreas comuns de lavagem;

j) supervisão do comportamento durante o trabalho para garantir a eficácia do treinamento e a conformidade com os controles em processos relevantes.

Art. 174. Medidas para prevenir a contaminação cruzada e sua eficácia devem ser revistas periodicamente de acordo com os procedimentos estabelecidos.

Seção IV
Da validação

Art. 175. Os estudos de validação devem reforçar as Boas Práticas de Fabricação e serem conduzidos de acordo com procedimentos definidos.

Parágrafo único. Os resultados e conclusões devem ser registradas.

Art. 176. Quando qualquer nova fórmula de fabricação ou método de preparação for adotado, devem ser tomadas medidas para demonstrar sua adequação ao processo da rotina.

Parágrafo único. O processo definido, que usa os materiais e equipamentos estabelecidos, deve demonstrar que produz o produto de acordo com a qualidade exigida de forma consistente.

Art. 177. Alterações significativas no processo de fabricação, incluindo qualquer mudança no equipamento ou materiais, que possam afetar a qualidade do produto e/ou a reprodutibilidade do processo, devem ser validadas.

Art. 178. Processos e procedimentos podem passar por uma revalidação crítica periódica com a finalidade de garantir que eles permaneçam capazes de alcançar os resultados pretendidos.

Seção V
Das matérias-primas

Art. 179. A seleção, qualificação, aprovação e manutenção de fornecedores de matérias-primas, juntamente com o seu processo de compra e aceitação, devem ser documentados como parte do sistema de qualidade farmacêutica.

§1º O nível de supervisão deve ser proporcional aos riscos apresentados pelos materiais individuais, levando-se em conta a sua origem, o processo de fabricação, a complexidade da cadeia de suprimento e a utilização final a que o material é colocado no medicamento.

§2º A evidência da aprovação de cada fornecedor/material deve estar disponível.

§3º A equipe envolvida nessas atividades deve possuir um conhecimento atualizado sobre os fornecedores, da cadeia de suprimento e dos riscos associados envolvidos.

§4º Sempre que possível, as matérias-primas devem ser adquiridas diretamente do seu fabricante.

Art. 180. Os requisitos de qualidade estabelecidos pelo fabricante para as matérias-primas devem ser discutidos e acordados com os fornecedores.

Parágrafo único. Aspectos apropriados da produção, teste e controle, incluindo os requisitos de manuseio, rotulagem, embalagem e procedimentos de distribuição, reclamações, recolhimento e reprovação devem estar documentados como parte de um acordo formal de qualidade ou especificação.

Art. 181. Para a aprovação e manutenção de insumos farmacêuticos ativos os itens seguintes são necessários:

§1º A rastreabilidade da cadeia de suprimento deve ser estabelecida e os riscos associados devem ser formalmente avaliados e verificados periodicamente, desde as matérias-primas até o medicamento acabado, devendo ser tomadas medidas adequadas para reduzir os riscos à qualidade do insumo farmacêutico ativo.

§2º Os registos da cadeia de suprimento e da rastreabilidade de cada insumo farmacêutico ativo, incluindo seus materiais de partida, devem ser mantidos e estar plenamente disponíveis no fabricante do medicamento.

§3º Auditorias devem ser realizadas junto aos fabricantes e distribuidores de insumos farmacêuticos ativos a fim de confirmar que estes estejam cumprindo com as boas práticas de fabricação e os requisitos das boas práticas de distribuição.

§4º As auditorias de que trata o parágrafo anterior podem ser realizadas pela própria empresa ou por meio de uma entidade que atue em seu nome, nos termos de um contrato.

§5º As auditorias devem ter duração e escopo adequados para assegurar que seja feita uma avaliação completa e clara das BPF; deve-se dar atenção especial ao potencial de contaminação cruzada de outros materiais no local.

§6º O relatório deve refletir totalmente o que foi feito e visto na auditoria, sendo quaisquer deficiências claramente identificadas e as ações corretivas e preventivas necessárias implementadas.

Art. 182. Os excipientes e fornecedores de excipientes devem ser controlados apropriadamente com base nos resultados de uma avaliação formalizada do risco de qualidade.

Art. 183. Para cada entrega de matéria-prima, os recipientes devem ser verificados quanto à integridade da embalagem, incluindo o selo de evidência de violação quando pertinente; e para correspondência entre a nota de entrega, o pedido de compra, as etiquetas do fornecedor e as informações aprovadas pelo fabricante do medicamento para o fabricante e fornecedor dos excipientes.

Parágrafo único. As verificações durante o recebimento de cada entrega devem ser documentadas.

Art. 184. Se uma entrega de material for composta de diferentes lotes, cada lote deve ser considerado em separado para amostragem, análise e liberação.

Art. 185. As matérias-primas da área de armazenamento devem ser adequadamente etiquetadas.

Parágrafo único. As etiquetas devem, minimamente, conter as seguintes informações:

I - nome do produto e a referência do código interno, quando aplicável;

II - número de lote dado no recebimento;

III - status do conteúdo (por exemplo, em quarentena, em análise, aprovado, reprovado), quando aplicável;

IV - data de validade ou data de reteste, indicando a necessidade de um novo teste, quando aplicável.

Art. 186. Quando sistemas de armazenamento totalmente computadorizados forem usados, as informações de que trata o art. 184 não precisam necessariamente estar em forma escrita na etiqueta.

Art. 187. Devem existir procedimentos ou medidas apropriadas para assegurar a identidade do conteúdo de cada recipiente de matéria-prima.

Art. 188. Os recipientes de onde foram retiradas as amostras para o teste de identifidade, devem ser identificados.

Art. 189. Somente matérias-primas que tiverem sido liberadas pelo departamento de Controle de Qualidade e que estiverem dentro de sua data de reteste devem ser utilizadas.

Art. 190. Os fabricantes de produtos acabados são responsáveis por quaisquer testes de matérias-primas conforme descrito no dossiê de registro.

Parágrafo único. Podem ser utilizados resultados parciais ou totais do fabricante de matéria-prima aprovado, porém, em cada lote, minimamente, deve ser realizado o teste de identificação.

Art. 191. Quando da utilização de resultados parciais ou totais do fabricante de matéria-prima aprovado no certificado de análise do fabricante do produto acabados, os seguintes itens devem ser avaliados:

I - deve ser dada atenção especial ao controle da cadeia de distribuição, em suas etapas de transporte, distribuição, armazenamento e recebimento, visando manter as características de qualidade das matérias-primas e garantir que os resultados dos testes permaneçam aplicáveis ao material entregue;

II - o fabricante do medicamento deve realizar auditorias por conta própria ou por meio de terceiros, em intervalos apropriados, com base no risco do(s) local(is) de teste (incluindo amostragem) das matérias-primas, a fim de assegurar a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e com as especificações e métodos de análise descritos no dossiê de registro;

III - o certificado de análise fornecido pelo fabricante/fornecedor da matéria-prima deve ser assinado por uma pessoa designada com qualificação e experiência apropriadas. A assinatura garante que cada lote tenha sido verificado quanto à conformidade com a especificação do produto acordada, a menos que essa garantia seja fornecida separadamente;

IV - o fabricante do medicamento deve ter uma experiência adequada ao lidar com o fabricante da matéria-prima (incluindo a experiência com possíveis intermediários), o que inclui a avaliação de lotes previamente recebidos e o histórico de conformidade antes de se reduzirem os testes internos. Qualquer mudança significativa nos processos de fabricação ou testes deve ser considerada;

V - o fabricante do medicamento também deve realizar uma análise completa (por sua conta ou por meio de um laboratório contratualmente aprovado) em intervalos apropriados, com base no risco, e comparar os resultados com o certificado de análise do fabricante ou fornecedor para verificar sua confiabilidade:

a) caso este teste identifique qualquer discrepância, uma investigação deve ser realizada e medidas apropriadas devem ser tomadas;

b) a aceitação de certificados de análise do fabricante ou fornecedor de materiais deve ser descontinuada até que essas medidas sejam concluídas.

Art. 192. As matérias-primas somente podem ser pesadas por pessoas designadas, seguindo um procedimento escrito, para assegurar que os materiais corretos sejam precisamente pesados ou medidos em recipientes limpos e adequadamente etiquetados.

Art. 193. Cada material pesado e seu peso ou volume devem ser verificados independentemente, sendo a verificação registrada.

Art. 194. Os materiais pesados para cada lote devem ser mantidos juntos e visivelmente etiquetados como tal.

Seção VI

Das operações de fabricação: produtos intermediários e a granel

Art. 195. Antes que qualquer operação de processo seja iniciada, devem ser tomadas medidas para assegurar que a área de trabalho e o equipamento estejam limpos e livres de quaisquer matérias-primas, produtos, resíduos de produtos ou documentos não necessários para a operação atual.

Art. 196. Produtos intermediários e a granel devem ser mantidos sob condições apropriadas.

Art. 197. Processos críticos devem ser validados.

Art. 198. Quaisquer controles necessários em processo e controles ambientais devem ser realizados e registrados.

Art. 199. Qualquer desvio significativo do rendimento esperado deve ser registrado e investigado.

Seção VII

Do material de embalagem

Art. 200. A seleção, qualificação, aprovação e manutenção de fornecedores de materiais de embalagem primária e materiais impressos deve receber atenção semelhante àquela dada às matérias-primas.

Art. 201. Os materiais impressos devem ser armazenados em condições adequadamente seguras, visando impedir o acesso não autorizado.

Parágrafo único. As etiquetas cortadas e outros materiais impressos soltos devem ser armazenados e transportados em recipientes fechados e separados para evitar misturas.

Art. 202. Os materiais de embalagem devem ser separados para uso somente por pessoal autorizado, seguindo um procedimento aprovado e documentado.

Art. 203. Cada entrega ou lote de material de embalagem primária ou material impresso deve receber um número de referência específico ou uma marca de identificação.

Art. 204. O material de embalagem primária ou material impresso desatualizado ou obsoleto deve ser destruído e esta disposição deve ser registrada.

Seção VIII

Das operações de embalagem

Art. 205. Ao configurar um programa para as operações de embalagem, deve ser dada especial atenção à minimização do risco de contaminação cruzada, misturas ou substituições.

Parágrafo único. Diferentes produtos não devem ser embalados em proximidade, a menos que haja segregação física.

Art. 206. Antes do início das operações de embalagem, devem ser tomadas medidas para assegurar que a área de trabalho, linhas de embalagem, máquinas de impressão e outros equipamentos estejam limpos e livres de quaisquer produtos, materiais ou documentos usados anteriormente, caso não sejam necessários para a operação atual.

Parágrafo único. A liberação da linha deve ser realizada de acordo com uma lista de verificação apropriada.

Art. 207. O nome e o número de lote do produto que está sendo manipulado devem ser exibidos em cada estação ou linha de embalagem.

Art. 208. Todos os produtos e materiais de embalagem a serem utilizados devem ser verificados na entrega ao departamento de embalagem, no que diz respeito à quantidade, identidade e conformidade com as Instruções de Embalagem.

Art. 209. Os recipientes para envase devem estar limpos antes de serem envasados.

Parágrafo único. Atenção deve ser dada para evitar e remover quaisquer contaminantes, como fragmentos de vidro e partículas de metal.

Art. 210. O enchimento e a selagem devem ser seguidos o mais rápido possível pela rotulagem.

Parágrafo único. Se não for o caso, devem ser aplicados procedimentos adequados para garantir que não ocorram misturas ou erros de rotulagem.

Art. 211. O desempenho correto de qualquer operação de impressão (por exemplo, números de código, datas de validade) a ser feito separadamente ou no decorrer da embalagem deve ser verificado e registrado.

Parágrafo único. Deve-se redobrar a atenção com a impressão manual, a qual terá de ser reavaliada em intervalos regulares.

Art. 212. Cuidados especiais devem ser tomados ao se usar rótulos cortados e quando a sobre impressão for realizada fora da linha de produção.

Parágrafo único. Rótulos acondicionados em rolo são mais indicados do que unidades cortadas e soltas.

Art. 213. Verificações devem ser feitas para garantir que qualquer leitor de código eletrônico, contadores de etiquetas ou dispositivos similares estejam operando corretamente.

Art. 214. Informações impressas ou em relevo sobre materiais de embalagem devem ser distintas e resistentes ao desbotamento ou apagamento.

Art. 215. O controle on-line do produto durante a embalagem deve incluir, pelo menos, a verificação dos seguintes itens:

I - aparência geral das embalagens;

II - se as embalagens estão completas;

III - se os produtos e materiais de embalagem corretos foram usados;

IV - se impressões aplicadas durante o processo de embalagem estão corretas;

V - funcionamento correto dos monitores de linha.

Art. 216. Amostras retiradas da linha de embalagem não podem ser devolvidas.

Art. 217. Os produtos que estiveram envolvidos em um evento incomum só podem ser reintroduzidos no processo após inspeção especial, investigação e aprovação da parte de pessoal autorizado.

Parágrafo único. Um registro detalhado desta operação deve ser mantido.

Art. 218. Qualquer discrepância significativa ou incomum, observada durante a reconciliação da quantidade de produto a granel e materiais de embalagem impressos e o número de unidades produzidas, deve ser investigada e satisfatoriamente contabilizada, antes da liberação.

Art. 219. Após a conclusão de uma operação de embalagem, quaisquer materiais de embalagem codificados não utilizados devem ser destruídos, sendo sua destruição registrada.

Parágrafo único. Caso materiais impressos não codificados retornem ao estoque, um procedimento documentado deve ser seguido.

Seção IX

Dos produtos acabados

Art. 220. Os produtos acabados devem ser mantidos em quarentena até a sua liberação final, sob as condições estabelecidas pelo fabricante.

Art. 221. A avaliação de produtos acabados e a documentação necessária antes da liberação do produto para venda está descrita no Capítulo de Controle de Qualidade.

Art. 222. Após a liberação, os produtos acabados devem ser armazenados como estoque utilizável sob as condições estabelecidas pelo fabricante.

Seção X

Dos materiais rejeitados, recuperados e devolvidos

Art. 223. Os materiais e produtos rejeitados devem ser claramente identificados como tal e armazenados separadamente em áreas restritas.

§1º Eles devem, ser devolvidos aos fornecedores ou, quando apropriado, reprocessados ou destruídos.

§2º Qualquer ação tomada deve ser aprovada e registrada por pessoal autorizado.

Art. 224. O reprocessamento de produtos rejeitados deve ser um fato excepcional.

§1º Deve ser realizado somente se a qualidade do produto final não for afetada, se as especificações forem atendidas e se for feita de acordo com um procedimento definido e autorizado, após a avaliação dos riscos envolvidos.

§2º O registro do reprocessamento deve ser mantido.

Art. 225. A recuperação total ou parcial de lotes anteriores que estejam em conformidade com a qualidade requerida para a incorporação em um lote do mesmo produto, em um estágio definido de fabricação, deve ser autorizada antecipadamente.

§1º Esta recuperação deve ser realizada de acordo com um procedimento definido após a avaliação dos riscos envolvidos, incluindo qualquer possível efeito no prazo de validade.

§2º A recuperação deve ser registrada.

Art. 226. A necessidade de testes adicionais de qualquer produto acabado que tenha sido reprocessado, ou na qual um produto recuperado tiver sido incorporado, deve ser levada em consideração pelo Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica.

Art. 227. Os produtos devolvidos pelo mercado e que deixaram o controle do fabricante devem ser destruídos, a menos que sua qualidade seja satisfatória; eles podem ser considerados para revenda, reembalagem ou recuperação em um lote subsequente, somente após terem sido avaliados criticamente pelo Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica, conforme um procedimento escrito.

§1º A natureza do produto, quaisquer condições especiais de armazenamento requeridas, sua condição e histórico, e o tempo decorrido desde a sua emissão, devem ser todos levados em consideração nesta avaliação.

§2º Quando surgir alguma dúvida sobre a qualidade do produto, este não deve ser considerado adequado para reutilização ou recuperação, embora o reprocesso químico básico para recuperar o ingrediente ativo possa ser possível.

§3º Qualquer ação tomada deve ser apropriadamente registrada.

Seção XI

Da escassez de produtos devido às restrições de fabricação

Art. 228. O fabricante deve comunicar ao detentor do registro quaisquer restrições nas operações de fabricação que possam resultar em uma restrição anormal no suprimento.

Parágrafo único. Isto deve ser feito oportunamente, para facilitar a comunicação da restrição de fornecimento pelo detentor do registro às autoridades competentes, de acordo com Resolução de Diretoria Colegiada, RDC nº 18, de 4 de abril de 2014 e suas atualizações.

CAPÍTULO VII

DO CONTROLE DE QUALIDADE

Seção I

Da introdução

Art. 229. O Controle de Qualidade é responsável pela amostragem, especificações e testes, bem como na organização, documentação e procedimentos de liberação que asseguram que os testes necessários e relevantes sejam realizados, que os materiais não sejam liberados para uso, nem produtos liberados para venda ou fornecimento, até que sua qualidade tenha sido considerada satisfatória.

Art. 230. O Controle de Qualidade não se limita às operações de laboratório, mas deve estar envolvido em todas as decisões que possam afetar a qualidade do produto.

Art. 231. A independência do Controle de Qualidade da Produção é considerada fundamental para o bom funcionamento do Controle de Qualidade.

Seção II

Das disposições gerais

Art. 232. Cada titular de uma autorização de fabricação deve ter um Departamento de Controle de Qualidade.

Art. 233. O Departamento de Controle de Qualidade deve ser independente dos demais departamentos.

Art. 234. O Departamento de Controle de Qualidade deve estar sob a autoridade de uma pessoa com qualificações e experiência adequadas, que tenha um ou vários laboratórios de controle à sua disposição.

Art. 235. Os recursos adequados devem ser disponibilizados com o fim de garantir que todas as atividades do Controle de Qualidade sejam executadas de forma efetiva e confiável.

Art. 236. O Departamento de Controle de Qualidade tem as seguintes responsabilidades:

I - estabelecer, validar e implementar todos os procedimentos de controle de qualidade;

II - supervisionar o controle da referência e/ou retenção de amostras de materiais e produtos quando aplicável;

III - garantir a correta etiquetagem de recipientes de materiais e produtos;

IV - garantir o monitoramento da estabilidade dos produtos;

V - participar da investigação de reclamações relacionadas à qualidade do produto.

Parágrafo único. As operações mencionadas neste artigo devem ser realizadas de acordo com procedimentos escritos e, quando necessário, registrados.

Art. 237. A avaliação do produto acabado deve abranger todos os fatores relevantes, incluindo, mas não limitados a:

I - condições de produção;

II - resultados de testes em processo;

III - revisão da documentação de fabricação (incluindo embalagem);

IV - conformidade com a especificação do produto acabado em sua embalagem primária;

V - avaliação do produto em sua embalagem final.

Art. 238. O pessoal de Controle de Qualidade deve ter acesso às áreas de produção para amostragem e investigação, conforme apropriado.

Seção III

Das boas práticas de laboratório e de controle de qualidade

Art. 239. Os equipamentos de laboratório não podem ser rotineiramente movimentados entre áreas de alto risco, visando evitar a contaminação cruzada acidental.

Art. 240. O laboratório de microbiologia deve ser organizado de forma a minimizar o risco de contaminação cruzada.

Art. 241. O pessoal, instalações e equipamentos dos laboratórios devem ser apropriados às tarefas impostas pela natureza e escala das operações de fabricação.

Art. 242. O uso de laboratórios externos, em conformidade com os princípios detalhados no restante desta norma, pode ser aceito por motivos particulares; isto, porém, deve ser declarado nos registros de Controle de Qualidade.

Subseção I

Da documentação

Art. 243. Os seguintes documentos devem estar prontamente disponíveis para o Departamento de Controle de Qualidade:

I - especificações;

II - procedimentos descrevendo a amostragem, testes, registros (incluindo planilhas de teste e/ou livros de registro do laboratório), e sua respectiva verificação;

III - procedimentos e registros de calibração/qualificação de instrumentos e manutenção de equipamentos;

IV - procedimento para a investigação de resultados fora de especificação e fora de tendência;

V - relatórios de testes e/ou certificados de análise;

VI - dados de monitoramento ambiental (ar, água e outras utilidades), quando necessário;

VII - registros de validação de métodos de análise, quando aplicável.

Art. 244. Qualquer documentação de Controle de Qualidade relativa a um registro de lote deve ser mantida de acordo com os requisitos de retenção de documentos deste regulamento.

Art. 245. Alguns tipos de dados, tais como resultados de testes, rendimentos, controles ambientais, devem ser registrados de maneira a permitir a avaliação de tendência.

Parágrafo único. Quaisquer dados fora da tendência ou da especificação devem ser abordados e sujeitos a investigação.

Art. 246. Além das informações que fazem parte da documentação do lote, outros dados brutos, como livros e ou registros de laboratório, devem ser mantidos e prontamente disponibilizados.

Subseção II

Da amostragem

Art. 247. A amostragem deve ser realizada e registrada de acordo com procedimentos escritos e aprovados, contendo:

I - o método de amostragem;

II - o equipamento a ser utilizado;

III - a quantidade da amostra a ser colhida;

IV - instruções para qualquer subdivisão necessária da amostra;

V - o tipo e condição do recipiente de amostra a ser usado;

VI - a identificação dos recipientes amostrados;

VII - quaisquer precauções especiais a serem observadas, especialmente no que diz respeito à amostragem de materiais estéreis ou nocivos;

VIII - as condições de armazenamento;

IX - instruções para a limpeza e armazenamento de equipamentos de amostragem.

Art. 248. As amostras devem ser representativas do lote de materiais ou produtos do qual são retiradas.

Art. 249. Outras amostras também podem ser coletadas para monitorar a parte mais estressada de um processo, tais como o início ou fim de um processo.

Art. 250. O plano de amostragem utilizado deve ser adequadamente justificado e baseado em uma abordagem de gerenciamento de risco.

Art. 251. Os recipientes das amostras devem ser rotulados indicando o conteúdo, com o número do lote, a data de amostragem e os recipientes dos quais as amostras foram retiradas.

Art. 252. Os recipientes devem ser gerenciados de maneira a minimizar o risco de mistura e proteger as amostras de condições adversas de armazenamento.

Subseção III

Das análises

Art. 253. Os métodos analíticos devem ser validados.

Art. 254. Um laboratório que estiver usando um método analítico e que não realizou a validação original, deve verificar a adequabilidade do método.

Art. 255. Todos os testes descritos no registro ou na especificação devem ser realizados de acordo com os métodos aprovados.

Parágrafo único. Os resultados obtidos devem ser registrados.

Art. 256. Os resultados dos parâmetros identificados como atributos críticos de qualidade devem ser analisados quanto a tendências e verificados, visando garantir que sejam consistentes entre si.

Art. 257. Quaisquer cálculos devem ser examinados criticamente.

Art. 258. Os testes realizados devem ser registrados, e os registros devem conter, minimamente, os seguintes dados:

I - nome do material ou produto e, quando aplicável, forma farmacêutica;

II - número do lote e, se for caso, fabricante e/ou fornecedor;

III - referências às especificações relevantes e procedimentos de teste;

IV - resultados de testes, incluindo observações e cálculos, e referência a quaisquer certificados de análise;

V - datas dos testes;

VI - iniciais ou rubricas das pessoas que realizaram o teste;

VII - iniciais das pessoas que verificaram os testes e os cálculos, quando apropriado;

VIII - declaração clara de aprovação ou reprovação (ou outra decisão de status) e a assinatura datada da pessoa responsável designada;

IX - referência aos equipamentos utilizados.

Art. 259. Todos os controles em processo, incluindo aqueles feitos na área de produção pelo pessoal de produção, devem ser executados de acordo com os métodos aprovados pelo Controle de Qualidade e os resultados registrados.

Art. 260. A qualidade dos reagentes de laboratório, soluções, vidrarias, padrões de referência e meios de cultura deve ser especificada.

§1º Os materiais de que trata o caput deste artigo devem ser preparados e controlados de acordo com procedimentos escritos.

§2º As verificações e testes realizados nos materiais de que trata o caput deste artigo devem ser proporcionais ao seu uso e aos dados de estabilidade disponíveis.

Art. 261. As substâncias químicas de referência devem ser adequadas para o uso pretendido.

§1º As substâncias químicas de referência devem ser preparadas e controladas de acordo com procedimentos escritos.

§2º As verificações e testes realizados devem ser proporcionais ao seu uso e aos dados de estabilidade disponíveis.

§3º Sua qualificação e certificação devem ser claramente declaradas e documentadas.

Art. 262. Sempre que existirem substâncias químicas de referência farmacopeicas de uma fonte oficialmente reconhecida, estas devem, preferencialmente, ser usadas como substâncias químicas de referência primária, a menos que tecnicamente justificado.

§1º O uso de substâncias químicas de trabalho é permitido, desde que sua rastreabilidade até as substâncias químicas de referência tenha sido demonstrada e documentada.

§2º As substâncias químicas de referência farmacopeicas compendiais devem ser usadas para o propósito descrito na monografia apropriada.

Art. 263. Os reagentes de laboratório, soluções, substâncias químicas de referência e meios de cultura devem ser identificados com a data de preparação e abertura e a assinatura da pessoa que os preparou.

§1º A data de validade dos reagentes e meios de cultura deve ser indicada no rótulo, juntamente com as condições de armazenamento específicas.

§2º Para soluções volumétricas, a última data de padronização e o último fator de correção devem ser indicados.

Art. 264. Quando necessário, a data de recebimento de qualquer substância usada para testes, como reagentes, soluções, substâncias químicas de referências e padrões, deve ser indicada no recipiente.

Parágrafo único. Instruções de uso e armazenamento devem ser seguidas.

Art. 265. Pode ser necessária a realização de um teste de identificação e outros testes em reagentes antes de seu uso.

Art. 266. O meio de cultura deve ser preparado de acordo com os requisitos do fabricante do meio, a menos que tecnicamente justificado.

Art. 267. O desempenho de todos os meios de cultura deve ser verificado antes do uso.

Art. 268. Os meios de cultura e as cepas microbiológicas usadas devem ser descontaminados, segundo um procedimento padrão, e descartados de maneira a evitar a contaminação cruzada e a retenção de resíduos.

Art. 269. A validade dos meios microbiológicos em uso deve ser estabelecida, documentada e tecnicamente justificada.

Art. 270. Os animais utilizados em testes, quando apropriado, devem ser colocados em quarentena antes de serem utilizados.

§1º Estes devem ser mantidos e controlados de maneira a garantir sua adequação para o uso pretendido.

§2º Estes devem ser identificados, e os registros adequados devem ser mantidos, mostrando o histórico de seu uso.

Seção IV

Do programa de estabilidade de acompanhamento

Art. 271. Após a comercialização, a estabilidade do medicamento deve ser monitorada de acordo com um programa contínuo e adequado que permita a detecção de qualquer questão de estabilidade associada à formulação.

Art. 272. O objetivo do programa de estabilidade de acompanhamento é monitorar o produto durante sua vida útil e determinar se o produto permanece dentro das especificações sob as condições de armazenamento presentes no rótulo.

Art. 273. O programa de estabilidade de acompanhamento aplica-se, principalmente, ao medicamento na embalagem em que é vendido, mas também deve ser considerada a inclusão de produtos a granel no programa.

Art. 274. O impacto sobre a estabilidade do produto embalado deve ser avaliado e estudado sob as condições de estabilidade de longa duração quando o produto a granel é armazenado por um longo período antes de ser embalado e/ou expedido de um local de fabricação para um local de embalagem.

§1º Deve ser avaliada a estabilidade dos intermediários que são armazenados e utilizados durante períodos prolongados.

§2º Deve ser avaliada a estabilidade do produto reconstituído caso esta seja impactada pelas condições de armazenamento de produto a granel.

Art. 275. O programa de estabilidade de acompanhamento deve ser descrito em um protocolo.

Art. 276. Os equipamentos utilizados para o programa de estabilidade de acompanhamento, câmaras de estabilidade, entre outros, devem ser qualificados e mantidos de acordo com os requisitos deste regulamento.

Art. 277. O protocolo para um programa de estabilidade de acompanhamento deve se estender até o final do período de validade, devendo incluir, mas não se limitando, aos seguintes parâmetros:

I - número de lote(s) por concentração e tamanhos de lotes diferentes, se aplicável;

II - métodos de ensaio físico, químico, microbiológico e biológico pertinentes;

III - critérios de aceitação;

IV - referência a métodos de análise;

V - descrição do(s) sistema(s) de fechamento de embalagem;

VI - intervalos de teste (pontos de análise);

VII - descrição das condições de armazenamento, sendo que devem ser utilizadas as condições padronizadas no regulamento específico vigente;

VIII - outros parâmetros aplicáveis específicos do medicamento.

Art. 278. O conjunto de parâmetros avaliados no protocolo para o programa de estabilidade de acompanhamento pode ser diferente do estudo inicial de estabilidade de longa duração, conforme apresentado no dossiê de registro, desde que devidamente justificado e documentado no protocolo.

Art. 279. O número de lotes e a frequência de testes devem fornecer uma quantidade suficiente de dados a fim de permitir a análise de tendências.

Art. 280. Ao menos um lote por ano de produtos fabricados em todas as concentrações e em todos os tipos de embalagens primárias, deve ser incluído no programa de estabilidade, a menos que se justifique o contrário.

Art. 281. A frequência dos testes pode ser alterada, considerando uma relação de risco-benefício, para os produtos em que a estabilidade de acompanhamento exija a realização de testes em animais e não existam métodos alternativos adequados.

Art. 282. Os princípios de agrupamento e matrização podem ser aplicados aos estudos de estabilidade, caso seja cientificamente justificado no protocolo.

Art. 283. Situações específicas podem requerer a inclusão de lotes adicionais no programa de estabilidade de acompanhamento, dentre elas:

I - na ocorrência de alterações ou desvios significativos relacionados ao processo ou à embalagem;

II - na ocorrência de operações de reprocesso ou recuperação.

Art. 284. Os resultados dos estudos de estabilidade de acompanhamento devem ser disponibilizados ao pessoal-chave e, em particular, o Responsável Técnico.

Art. 285. Quando os estudos de estabilidade de acompanhamento forem realizados em um local diferente do local de fabricação do produto a granel ou terminado, deve haver um acordo por escrito entre as partes envolvidas.

Art. 286. Os resultados dos estudos de estabilidade de acompanhamento devem ser disponibilizados no local de fabricação, para análise por parte da autoridade competente.

Art. 287. Devem ser investigadas as tendências atípicas significativas ou os resultados fora de especificação.

Art. 288. Qualquer resultado confirmado fora de especificação, ou com tendência negativa significativa, que afete os lotes de produtos liberados para o mercado, deve ser comunicado às autoridades competentes.

Art. 289. O possível impacto nos lotes no mercado deve ser considerado em consulta com as autoridades competentes.

Art. 290. Deve ser escrito e mantido um resumo de todos os dados gerados, incluindo quaisquer conclusões intermediárias sobre o programa de estabilidade de acompanhamento.

Parágrafo único. O resumo de que trata o caput deste artigo deve ser submetido a revisões periódicas.

Seção V

Da transferência técnica de métodos analíticos

Art. 291. Antes de ser iniciada a transferência de um método analítico, deve ser verificado se este está em conformidade com o aprovado no registro do produto ou dossiê técnico pertinente.

Art. 292. A validação original do(s) método(s) de análise deve ser revista para garantir a conformidade com o regulamento específico.

Art. 293. Antes de ser iniciado o processo de transferência técnica de um método analítico, deve ser realizada e documentada uma análise de falhas para identificar qualquer necessidade de validação suplementar.

Art. 294. A transferência de métodos analíticos de um laboratório para outro deve ser descrita em um protocolo detalhado.

Art. 295. O protocolo de transferência deve incluir, mas não se limitar, aos seguintes parâmetros:

I - identificação dos ensaios a serem realizados e do(s) método(s) de ensaio pertinente(s) sendo transferidos;

II - identificação dos requisitos adicionais de treinamento;

III - identificação de padrões e amostras a serem testadas;

IV - identificação de quaisquer condições especiais de transporte e armazenamento dos itens de teste;

V - os critérios de aceitação que devem ser baseados no atual estudo de validação da metodologia e sua relação com o regulamento específico vigente.

Art. 296. Os desvios do protocolo devem ser investigados antes do encerramento do processo de transferência de metodologia.

Art. 297. O relatório de transferência deve documentar o resultado comparativo do processo e deve identificar os pontos que requeiram qualquer necessidade de revalidação original.

CAPÍTULO VIII

ATIVIDADES TERCEIRIZADAS

Seção I

Da introdução

Art. 298. Qualquer atividade terceirizada, cujo escopo esteja sujeito às BPF, deve ser adequadamente definida, acordada e controlada, a fim de evitar mal-entendidos que possam resultar em um produto ou operação de qualidade insatisfatória.

Art. 299. Deve haver um contrato escrito entre o Contratante e o Contratado, que estabeleça claramente as funções e responsabilidades de cada parte.

Art. 300. O Sistema da Qualidade do Contratante deve descrever claramente a forma como a pessoa delegada pelo sistema de gestão da qualidade farmacêutica exerce sua autoridade na liberação de cada lote de produto.

Seção II

Das disposições gerais

Art. 301. Deve haver um contrato escrito que englobe as atividades terceirizadas, os produtos ou operações a que estão relacionados e quaisquer acordos técnicos firmados em relação a eles.

Parágrafo único. Todos os preparativos para as atividades terceirizadas, incluindo quaisquer alterações propostas nos dispositivos técnicos ou outros, devem estar de acordo com as regulamentações em vigor e com o registro do produto.

Art. 302. Quando o detentor de registro do produto e o fabricante do produto não forem a mesma pessoa jurídica, devem ser firmados acordos apropriados, seguindo o disposto neste capítulo.

Seção III

Do contratante

Art. 303. O Sistema da Qualidade do Contratante deve incluir o controle e revisão de quaisquer atividades terceirizadas.

Art. 304. O contratante é responsável por garantir que sejam implementados processos para assegurar o controle das atividades terceirizadas.

Parágrafo único. Os processos de que trata o caput devem incorporar princípios de Gerenciamento de Risco da Qualidade e contemplar os seguintes aspectos:

I - antes de terceirizar as atividades, o Contratante é responsável por avaliar a legalidade, a adequação e a competência do Contratado para realizar com sucesso as atividades terceirizadas;

II - o Contratante é responsável por assegurar por meio do contrato que os princípios e diretrizes de BPF, conforme interpretados nesta norma, sejam seguidos;

III - o Contratante deve fornecer ao Contratado todas as informações e conhecimentos necessários para realizar as operações contratadas corretamente de acordo com as normas vigentes e com o registro do produto em questão;

IV - o Contratante deve garantir que o Contratado seja comunicado de quaisquer problemas associados ao produto ou ao trabalho, que possam representar um risco para suas instalações, equipamentos, pessoal, outros materiais ou outros produtos;

V - o Contratante deve monitorar e revisar o desempenho do Contratado e a identificação e implementação de qualquer melhoria necessária.

Art. 305. O Contratante é responsável por revisar e avaliar os registros e os resultados relacionados às atividades terceirizadas.

Art. 306. O Contratante deve assegurar, por conta própria ou com base na confirmação da Unidade de Qualidade do Contratado, que todos os produtos e materiais entregues a ele pelo Contratado foram processados de acordo com as BPF e segundo o registro do produto.

Seção IV

Do contratado

Art. 307. O Contratado deve possuir as condições necessárias para executar satisfatoriamente o trabalho solicitado pelo Contratante, por meio de instalações adequadas, equipamentos, conhecimento, experiência e pessoal competentes.

Art. 308. O Contratado deve assegurar que todos os produtos, materiais e conhecimentos a ele entregues sejam adequados para o propósito a que se destinam.

Art. 309. O Contratado não deve repassar a terceiros qualquer trabalho confiado a ele sob o contrato, sem a prévia avaliação e aprovação do Contratante.

Parágrafo único. Acordos firmados entre o Contratado e qualquer terceiro devem assegurar que a informação e o conhecimento, incluindo aqueles oriundos da avaliação da adequação do terceiro, sejam disponibilizados da mesma forma que entre o Contratado e o Contratante.

Art. 310. É vedado ao contratado a realização de alterações não autorizadas, fora dos termos do Contrato, que possam afetar adversamente a qualidade das atividades terceirizadas para o Contratante.

Art. 311. O Contratado deve estar ciente que as atividades terceirizadas, inclusive a análise de contratos, podem estar sujeitas a inspeção pelas autoridades competentes.

Seção V

Do contrato

Art. 312. Deve ser elaborado contrato entre o Contratante e o Contratado, no qual estejam especificadas suas respectivas responsabilidades e processos de comunicação relacionados às atividades terceirizadas.

Art. 313. Os aspectos técnicos do contrato devem ser elaborados por pessoas competentes e adequadamente informadas sobre atividades terceirizadas relacionadas e acerca das Boas Práticas de Fabricação.

Art. 314. Todos os acordos firmados para atividades terceirizadas devem atender às regulamentações em vigor, ao registro do produto em questão e deve haver concordância dos termos por ambas as partes.

Art. 315. O contrato deve descrever claramente qual das partes é responsável pela condução de cada etapa da atividade terceirizada, por exemplo, da gestão do conhecimento, transferência de tecnologia, cadeia de suprimentos, subcontratação, qualidade e compra de materiais, teste e liberação de materiais, bem como a realização de controles de produção e qualidade, incluindo controles em processo, amostragem e análise.

Art. 316. Todos os registros relacionados às atividades terceirizadas, tais como a fabricação, os registros analíticos e de distribuição, bem como as amostras de referência, devem ser mantidos ou estar disponíveis para o Contratante.

Art. 317. Quaisquer registros pertinentes para a avalição da qualidade de um produto no caso de reclamações, suspeitas de desvios, ou informações para a investigação de suspeita de falsificação devem estar acessíveis e especificados em procedimentos específicos do Contratante.

Art. 318. O contrato deve permitir que o Contratante audite atividades terceirizadas executadas pelo Contratado, ou seus subcontratados mutuamente acordados.

CAPÍTULO IX

DAS RECLAMAÇÕES E RECOLHIMENTO DO PRODUTO

Seção I

Da introdução

Art. 319. Deve haver um sistema e procedimentos apropriados para registrar, avaliar, investigar e revisar reclamações, incluindo possíveis desvios de qualidade; e, se necessário, para recolhimento dos medicamentos destinados a uso humano, incluindo os experimentais, de forma efetiva e imediata, da rede de distribuição.

Art. 320. Os princípios de Gerenciamento de Risco da Qualidade devem ser aplicados à investigação e avaliação de desvios de qualidade, e ao processo de tomada de decisão para ações corretivas, preventivas e outras ações de redução de riscos em relação ao produto.

Art. 321. Quando evidenciado desvio de qualidade de medicamento, a autoridade sanitária deve ser informada, conforme legislação específica, quando do desvio possa decorrer recolhimento do produto ou redução na oferta deste ao mercado.

Art. 322. No caso de atividades terceirizadas, deve haver contrato no qual estão descritos o papel e as responsabilidades do fabricante, do detentor do registro e/ou do patrocinador e de quaisquer outros terceiros pertinentes em relação à avaliação, tomada de decisões, disseminação de informações e implementação de ações de redução de riscos relativos a um produto defeituoso.

Parágrafo único. O contrato de que trata o caput deve abordar a maneira de se contatar os responsáveis em cada parte para a gestão de desvios de qualidade e de questões de recolhimento.

Seção II

Do pessoal e organização

Art. 323. Pessoal adequadamente treinado e experiente deve ser responsável por gerenciar investigações de reclamações e defeitos de qualidade e por decidir as medidas a serem tomadas, a fim de gerir qualquer risco potencial apresentado por essas questões, incluindo recolhimentos.

§1º O pessoal de que trata o caput deve ser independente da organização de vendas e marketing, a menos que haja uma justificativa plausível para outro procedimento.

§2º Se o Responsável Técnico pela certificação para liberação do lote ou lotes em questão não fizer parte da equipe responsável pelas ações de que trata o caput deste artigo, ele deve ser formalmente informado sobre quaisquer investigações, ações de redução de risco e operações de recolhimento, em tempo hábil.

Art. 324. Devem ser disponibilizados pessoal treinado e recursos suficientes para o manuseio, avaliação, investigação e revisão de reclamações e desvios de qualidade, visando implementar quaisquer ações de redução de riscos.

Parágrafo único. Deve ser disponibilizado pessoal treinado e recursos suficientes para a gestão de interações com as autoridades sanitárias dos países com as quais a empresa tenha relações comerciais.

Art. 325. O uso de equipes interdisciplinares deve ser considerado, incluindo pessoal adequadamente treinado em Gerenciamento da Qualidade.

Art. 326. Nas situações em que o tratamento de reclamações e desvios de qualidade for gerenciado de forma centralizada dentro de uma organização, as funções e responsabilidades relativas das partes envolvidas devem ser documentadas.

Parágrafo único. O gerenciamento centralizado não deve, no entanto, resultar em atrasos na investigação e no gerenciamento da problemática.

Seção III

Dos procedimentos para tratamento e investigação de reclamações, incluindo possíveis desvios de qualidade

Art. 327. Deve haver procedimentos escritos descrevendo as ações a serem tomadas após o recebimento de uma reclamação.

Art. 328. Todas as reclamações devem ser documentadas e avaliadas visando a identificação se representam um possível desvio de qualidade ou outro problema.

Art. 329. Deve-se dar atenção especial ao recebimento de uma reclamação ou suspeita de desvio de qualidade relacionado à falsificação.

Art. 330. As reclamações que não indicarem um desvio de qualidade, mas que representarem um possível efeito adverso, devem ser documentadas e comunicadas ao grupo ou pessoa responsável pela investigação e gerenciamento de reclamações dessa natureza.

Art. 331. Devem existir procedimentos para facilitar um pedido de investigação da qualidade de um lote de um medicamento, a fim de apoiar uma investigação sobre a notificação de um evento adverso suspeito.

Art. 332. Quando uma investigação de desvio de qualidade for iniciada, devem ser implementados procedimentos para abordar, minimamente, os seguintes itens:

I - descrição do desvio de qualidade relatado;

II - determinação da extensão do desvio de qualidade;

III - verificação ou teste de amostras de referência e/ou de retenção e, em certos casos, uma revisão do registro de produção do lote, o registro de certificação do lote e os registros de distribuição do lote (especialmente para produtos sensíveis à temperatura);

IV - necessidade de se solicitar uma amostra ou devolução do produto defeituoso do reclamante e, quando uma amostra for fornecida, deve ser realizada avaliação apropriada;

V - avaliação do(s) risco(s) apresentado(s) pelo desvio de qualidade, com base em sua gravidade e extensão;

VI - processo de tomada de decisão a ser adotado, com relação à necessidade potencial de ações de redução de risco a serem tomadas na rede de distribuição, como recolhimentos de lote ou de produto ou outras ações;

VII - avaliação do impacto que qualquer ação de recolhimento pode ter sobre a disponibilização do medicamento a pacientes em qualquer mercado afetado, e a necessidade de se notificar as autoridades competentes sobre esse impacto;

VIII - comunicações internas e externas que devem ser realizadas em relação a um desvio de qualidade e sua investigação;

IX - identificação da(s) potencial(ais) causa(s) raiz(es) do desvio de qualidade;

X - necessidade de Ações Corretivas e Preventivas (CAPAs) apropriadas a serem identificadas e implementadas para a questão, bem como para a avaliação da eficácia dessas CAPAs.

Seção IV

Da investigação e tomada de decisão

Art. 333. As informações relatadas em relação a possíveis desvios de qualidade devem ser registradas, incluindo todos os detalhes originais.

Art. 334. A validade e a extensão de todos os desvios de qualidade relatados devem ser documentadas e avaliadas de acordo com os princípios do Gerenciamento de Riscos da Qualidade, a fim de apoiar decisões relativas ao nível das investigação e ações adotadas.

Art. 335. Se um desvio de qualidade for identificado em um lote, deve-se considerar a verificação de outros lotes e, em alguns casos, de outros produtos, a fim de determinar se eles também foram afetados.

Parágrafo único. Outros lotes que possam conter partes ou componentes do lote com desvio devem ser investigados.

Art. 336. As investigações sobre desvios de qualidade devem incluir revisão de registros de desvios de qualidade anteriores ou qualquer outra informação relevante para qualquer indicativo de problemas específicos ou recorrentes que exijam atenção e, possivelmente, outras ações regulamentares.

Art. 337. As decisões tomadas durante e após as investigações sobre desvios de qualidade devem refletir o nível de risco apresentado pelo desvio, bem como a gravidade de qualquer não conformidade encontrada em relação ao registro, às especificações do produto ou às Boas Práticas de Fabricação.

§1º A temporalidade das ações de que trata o caput deve ser apropriada e correlacionada com o nível de risco do desvio para assegurar que a segurança dos pacientes é mantida.

§2º Ações para redução do risco devem fazer parte do processo de tomada de decisão, dentro de um período apropriado, mesmo que as informações necessárias para a compreensão da natureza e extensão do desvio não estejam presentes no início da investigação.

§3º Todas as decisões e medidas tomadas como resultado de um desvio de qualidade devem ser documentadas.

Art. 338. Os desvios de qualidade devem ser comunicados oportunamente pelo fabricante ao detentor do registro/ patrocinador e a todas as autoridades sanitárias pertinentes, nos casos em que o desvio de qualidade puder vir a resultar no recolhimento do produto ou em desabastecimento de mercado.

Seção V

Da análise da causa raiz e ações corretivas e preventivas

Art. 339. A análise da causa raiz deve ser aplicada durante a investigação de desvios de qualidade.

Parágrafo único. Nos casos em que a(s) causa(s) raiz(es) verdadeira(s) do desvio de qualidade não puder(em) ser determinada(s), deve-se considerar a possibilidade de identificar a(s) causa(s) raiz(es) mais provável(is) e abordá-la(s).

Art. 340. Quando houver suspeita de erro humano ou este for identificado como a causa de um desvio de qualidade, este deve ser formalmente justificado para garantir que causas reais relacionadas aos processos, procedimentos ou sistemas não sejam mascaradas e negligenciadas.

Art. 341. Ações corretivas e preventivas apropriadas devem ser elaboradas e adotadas em resposta aos desvios de qualidade.

Parágrafo único. A efetividade das ações corretivas e preventivas deve ser monitorada e avaliada.

Art. 342. Os registros de desvios de qualidade devem ser regularmente revisados e análises de tendência devem ser regularmente aplicadas para a indicação de desvios recorrentes que requeiram atenção adicional.

Seção VI

Do recolhimento de produtos e outras ações para a redução dos riscos

Art. 343. Devem existir procedimentos escritos, que sejam regularmente revistos e atualizados, para a determinação das atividades de recolhimento e de outras ações de mitigação de riscos.

Art. 344. Após um produto ter sido distribuído ao mercado, qualquer retirada da rede de distribuição em decorrência de desvio de qualidade deve ser considerada e gerenciada como um recolhimento.

Parágrafo único. O recolhimento não se aplica à recuperação ou devolução de amostras do produto da rede de distribuição para facilitar uma investigação sobre um problema ou desvio de qualidade.

Art. 345. Deve haver a capacidade de realização das operações de recolhimento a qualquer momento.

Parágrafo único. Em certos casos, pode ser necessário iniciar as operações de recolhimento, visando proteger os pacientes, antes da determinação das causas raízes e compreensão da extensão do desvio.

Art. 346. Os registros de distribuição de lote/produto devem estar prontamente disponíveis para as pessoas responsáveis pelo recolhimento.

Art. 347. Os registros de distribuição devem conter informações suficientes sobre atacadistas e clientes diretamente abastecidos, mesmo quando se trate de produtos exportados e amostras médicas.

Art. 348. No caso de medicamentos destinados a ensaios clínicos, todos os locais de ensaio devem ser identificados e os países de destino devem ser indicados.

§1º No caso de medicamentos destinados a ensaios clínicos para o qual tenha sido emitido um registro sanitário, o fabricante do medicamento deve, em cooperação com o patrocinador do estudo, informar o detentor do registro de qualquer defeito de qualidade que possa estar relacionado com o medicamento autorizado.

§2º O patrocinador deve implementar um procedimento para a rápida revelação dos produtos submetidos a estudos randomizados cegos, quando isso for necessário para um recolhimento efetivo.

§3º O patrocinador deve garantir que o procedimento divulgue a identidade do produto em teste no estudo randomizado cego à medida em que isto for estritamente necessário ao recolhimento.

Art. 349. Deve ser realizada uma análise sobre a extensão da ação de recolhimento na rede de distribuição do produto, que considere os riscos ao paciente, após consulta à autoridade sanitária.

Art. 350. A autoridade sanitária deve ser informada nos casos em que uma ação de recolhimento proposta não seja executada pelo fato de o prazo de validade do medicamento estar expirado.

Art. 351. Todas as autoridades sanitárias competentes interessadas devem ser informadas com antecedência nos casos em que exista a intenção do recolhimento.

§1º Em situações muito graves, isto é, naquelas com o potencial de causar sérios impactos à saúde do paciente, pode ser necessário tomar medidas rápidas de redução de risco antes de se notificar as Autoridades Competentes.

§2º Sempre que possível, deve-se acordar as medidas com as Autoridades Competentes, antes da sua execução.

Art. 352. Deve-se considerar se a ação de recolhimento proposta pode afetar diferentes mercados de diferentes maneiras, e, se este for o caso, devem ser desenvolvidas e discutidas as ações apropriadas de redução de risco específicas do mercado com as autoridades sanitárias competentes.

Art. 353. Deve ser considerado o risco de desabastecimento de um medicamento que não tenha uma alternativa registrada levando em conta o seu uso terapêutico, antes de se decidir sobre uma medida de redução do risco como um recolhimento.

Parágrafo único. Qualquer decisão de não se executar uma ação de redução de risco que de outra forma seria necessária deve ser previamente acordada com a Autoridade Competente.

Art. 354. Os produtos recolhidos devem ser identificados e armazenados separadamente em um local seguro enquanto aguardam uma decisão sobre seu destino.

Parágrafo único. Deve-se emitir e documentar uma disposição formal de todos os lotes recolhidos.

Art. 355. A justificativa para qualquer decisão de reprocesso dos produtos recolhidos deve ser documentada e discutida com a autoridade sanitária.

Art. 356. A extensão do prazo de validade remanescente para qualquer lote reprocessado que possa vir a ser recolocado no mercado deve ser considerada junto à Autoridade Sanitária.

Art. 357. O progresso do processo de recolhimento deve ser registrado até o encerramento.

Art. 358. Deve ser emitido um relatório final sobre o recolhimento, incluindo uma reconciliação entre as quantidades entregues e recuperadas dos produtos/lotes em questão.

Art. 359. A eficácia do sistema de recolhimento deve ser periodicamente avaliada para a confirmação de que este permanece robusto e adequado ao uso.

§1º As avaliações de que trata o caput devem ser realizadas durante as horas úteis e não úteis de funcionamento.

§2º Ações simuladas de recolhimento devem dispor de avaliação documentada e justificada sobre quando devem ser empregadas.

Art. 360. Em adição aos recolhimentos, outras ações de mitigação de riscos podem ser consideradas para se gerenciar os riscos apresentados pelos desvios de qualidade.

§1º As ações de que trata o caput podem incluir a emissão de comunicações preventivas aos profissionais de saúde em relação ao uso de um lote potencialmente com desvios.

§2º As ações devem ser consideradas caso a caso e devem ser discutidas com as autoridades sanitárias competentes em questão.

CAPÍTULO X

AUTOINSPEÇÃO

Art. 361. Devem ser realizadas autoinspeções a fim de monitorar a implementação e a conformidade com os princípios das Boas Práticas de Fabricação, e propor as medidas corretivas necessárias.

Art. 362. As questões relacionadas com pessoal, instalações, equipamento, documentação, produção, controle de qualidade, distribuição dos medicamentos, procedimentos para gerenciamento de reclamações e recolhimentos, bem como a autoinspeção, devem ser examinadas em intervalos regulares, seguindo um programa pré-estabelecido com o fim de verificar sua conformidade com os princípios de Garantia da Qualidade.

Art. 363. As autoinspeções devem ser conduzidas de forma independente e detalhada por pessoa(s) competente designada pela empresa.

Parágrafo único. Auditorias independentes, realizadas por especialistas externos, podem ser utilizadas.

Art. 364. Todas as autoinspeções devem ser registradas.

Art. 365. Os relatórios devem conter todas as observações feitas durante as inspeções e, quando aplicável, as propostas com medidas corretivas.

Art. 366. As declarações sobre as ações tomadas posteriormente também devem ser registradas.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 367. O inciso VII, do art. 8º, passa a vigorar 06 (seis) meses após a vigência da norma.

Art. 368. O art. 10 passa a vigorar após 03 (três) meses após a vigência da norma.

Art. 369. Os requisitos normativos dos dispositivos art. 74; art. 75 e seu parágrafo único; art. 76 e seu parágrafo único; art. 77 contidos nesta Resolução não se aplicam às empresas de gases medicinais.

Art. 370. De forma que as empresas se adéquem e atendam aos requerimentos normativos constantes do art. 171 constante nesta Resolução, estão estabelecidos os seguintes prazos, a contar da vigência da norma:

I - em até 06 (seis) meses da vigência da Resolução, as empresas já deverão ter concluído as (re) estruturações/integrações de seus Sistemas de Qualidade Farmacêutica e de Gerenciamento de Risco; terem capacitado e treinado seus colaboradores (de diversos departamentos caso se envolvam nas atividades de operações produtivas, incluindo principalmente o gerenciamento/controle de risco de contaminação cruzada); identificado e contratado serviços/profissionais qualificados (profissional toxicologista capacitado; treinamento; com perícia e experiência prática) para as determinações dos valores de Exposição Diária Permitida dos produtos, de forma a subsidiar as reavaliações dos limites residuais máximos permitidos carreados entre produtos, no que tange às validações dos procedimentos de limpeza de superfícies de equipamentos em contato com os produtos;

II - em até 12 (doze) meses de vigência da norma, quando da introdução de quaisquer produtos (comerciais e experimentais) nas linhas de produção, as empresas já deverão atender, na íntegra, o novo requisito normativo;

III - em até 12 (doze) meses da vigência da Resolução, as empresas já deverão atender, na íntegra, o novo requisito normativo para todos produtos (comerciais e experimentais) com pelo menos uma das seguintes características: genotoxicidade; carcinogenicidade; toxicidade reprodutiva/desenvolvimental; altamente sensibilizantes;

IV - em até 24 (vinte e quatro) meses da vigência da Resolução, as empresas já deverão cumprir, na íntegra, o novo requisito normativo para 30% de todos os produtos do portfólio (comercial e experimentais);

V - em até 36 (trinta e seis) meses da vigência da Resolução, as empresas já deverão cumprir, na íntegra, o novo requisito normativo para 60% de todos os produtos do portfólio (comercial e experimentais);

VI - em até 48 (quarenta e oito) meses da vigência da Resolução, as empresas já deverão cumprir, na íntegra, o novo requisito normativo para 100% de todos os produtos do portfólio (comercial e experimentais).

Art. 371. Os requisitos do art. 178 passam a vigorar para produtos legados 1 (um) ano após a vigência desta Resolução.

Parágrafo único. Entende-se por produtos legados aqueles já registrados.

Art. 372. O Art. 214 passa a vigorar 4 (quatro) anos após a vigência desta norma.

§1º As ações descritas abaixo devem dispor de comprovação de execução, de acordo com os prazos apresentados, entre a vigência da norma e a vigência do artigo:

I - em até 12 (doze) meses da vigência da norma, deve ser realizada a Elaboração dos Requisitos do Usuário (ERU) e prospecção de fabricantes;

II - em até 18 (dezoito) meses da vigência da norma, deve ser realizada a seleção do fabricante e a Qualificação do Desenho;

III - em até 24 (vinte e quatro) meses da vigência da norma, deve ser confirmada a compra;

IV - em até 36 (trinta e seis) meses da vigência da norma, deve ser realizada a instalação do equipamento;

V - em até 48 (quarenta e oito) meses da vigência da norma, devem ser realizadas as demais etapas de qualificação dos equipamentos necessários à operacionalização do art. 214 e seu início de operação na rotina.

§2º Não devem ser interpretadas como não necessárias as etapas de qualificação não citadas na transitoriedade acima estipulada.

Art. 373. As normas gerais previstas nesta Resolução são complementadas pelas diretrizes específicas publicadas pelas Instruções Normativas vinculadas a esta Resolução.

Art. 374. Fica autorizada a elaboração pela Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária (GGFIS) do documento Perguntas & Respostas Dinâmico das Diretrizes de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, a ser publicado no sítio eletrônico da ANVISA, com a interpretação e orientação técnica, a serem utilizadas durante as inspeções, referente às disposições contidas nesta Resolução e nas Instruções Normativas a ela vinculadas.

Parágrafo único. A primeira versão e posteriores alterações do documento especificado no caput deste artigo devem ser apresentadas e aprovadas em Reunião Pública da Diretoria Colegiada da ANVISA.

Art. 375. A classificação dos estabelecimentos fabricantes de medicamentos e insumos farmacêuticos quanto ao cumprimento das Boas Práticas é estabelecida pelos respectivos Procedimentos Operacionais Padrão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária harmonizados em nível tripartite e publicados no sítio eletrônico da Anvisa.

Art. 376. A Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, conforme requisitos desta Resolução, das Instruções Normativas a esta vinculadas e da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 69, de 8 de dezembro de 2014, tem os critérios de concessão ditados pelos respectivos Procedimentos Operacionais Padrão do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária harmonizados em nível tripartite e publicados no sítio eletrônico da Anvisa.

Parágrafo único. As linhas de produção que devem constar no certificado são estabelecidas por Procedimentos Operacionais Padrão da Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária e publicados no sítio eletrônico da Anvisa.

Art. 377. No que se refere aos insumos farmacêuticos ativos denominados como atípicos, a falta de comprovação da conformidade com as Boas Práticas de Fabricação deve ser justificada observando os princípios do Gerenciamento de Risco na Qualidade, afim de possibilitar o uso do material na fabricação de medicamentos.

§1º A premissa da possibilidade de uso dos insumos citados no caput recai na sua indisponibilidade no mercado como um insumo farmacêutico.

§2º Como justificativa para o não cumprimento integral das boas práticas pertinentes, deve constar a comprovação de que o referido insumo é na prática encontrado apenas como, por exemplo, um insumo da indústria alimentícia ou cosmética.

§3º A avaliação de risco da utilização deste insumo farmacêutico atípico na fabricação de medicamentos deve considerar até que ponto as Boas Práticas de Fabricação aplicáveis foram seguidas pelo fabricante e, consequentemente, a aceitabilidade dos riscos associados aos pontos não seguidos.

§4º A ausência de informação, a dificuldade de acesso ao fabricante do insumo farmacêutico ativo atípico ou questões comerciais não justificam a utilização dos referidos insumos sem o devido Gerenciamento do Risco.

Art. 378. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 379. Revogam-se:

I - Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 18 de maio de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2000;

II - Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 69, de 1º de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 2 de outubro de 2008;

III- Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 63, de 18 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2009;

IV - Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 17, de 16 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2010;

V - Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 13, de 14 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 15 de março de 2013;

VI - Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 33, de 4 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2015; e

VII - Instrução Normativa - IN nº 2, de 4 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2015.

Art. 380. Esta Resolução entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente
Substituto

(*)N. da Coejo: Republicada por ter saído, no DOU nº 49, de 12-3-2020, Seção 1, págs. 198 a 208, com erro de montagem.

2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.229, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. - 44.734.671/0001-51
cloridrato de levobupivacaína + cloridrato de dextrobupivacaína
28/2020
25351.138747/2019-07 0211771/19-1
10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Sintético
25351.184492/2019-46 0282418/19-3
10482 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Medicamentos Sintéticos
---
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 61.072.393/0001-33
Marstacimabe
47/2018
25351.111697/2020-46 0504365/20-4
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
---
PPD DO BRASIL SUPORTE A PESQUISA CLINICA LTDA - 00.251.699/0001-62
Mepolizumabe
9/2018
25351.581525/2019-01 2384558/19-9
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
---
FARMOQUÍMICA S/A 33.349.473/0001-58
Nitazoxanida
29/2020
25351.304264/2020-32 1166273/20-5
10482 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Medicamentos Sintéticos

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.208, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: UNIÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 03071276000159
Produto - (Lote): AGEL - ÁLCOOL 70% PARA AS MÃOS(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1214682/20-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a comercialização e a fabricação do produto sem registro por empresa sem autorização de funcionamento para a fabricação de cosméticos infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
2. Empresa: SANTOS E SANTOS IND. QUÍMICA - CNPJ: 44443059000
Produto - (Lote): GEL ASSÉPTICO (TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1180345/20-2
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a infração aos arts 2 e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.254, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 4°, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 346/2020, de 13 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Shanghai Biogerm Medical Technology Co., Ltd.
Endereço: Room 1302, 1303, 1304, 1304, 1305, 1306, 1307, 1309, Building 3, No. 1588, Huhang Highway, Fengxian District, Shanghai, China
Solicitante: CPMH - Comércio e Indústria de Produtos Médicos Hospitalares e Odontológicos Ltda. CNPJ: 13.532.259/0001-25
Autorização de Funcionamento: 8.08.598-4 Expediente: 0991076/20-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.255, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Beijing Lepu Medical Technology Co., Ltd
Endereço: Building 7-1, No.37 Chaoqian Road, Pequim, 102200, China
Solicitante: Quantum - Importação e Distribuição de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 10.617.046/0001-08
Autorização de Funcionamento: 8.06.384-1 Expediente: 1114517/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

Fabricante: Nantong Egens Biotechnology Co., Ltd.
Endereço: Building 15, Building 12 (West), No.1692 Xinghu Avenue, Nantong, Economy & Technology Development Zone, Jiangsu Province, 26000, China
Solicitante: Tekmarket Indústria, Comércio e Serviços Limitada CNPJ: 21.579.468/0001-52
Autorização de Funcionamento: 8.16.584-0 Expediente: 0951858/20-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

Ministério do Turismo

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 2, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 9.238, de 15 de dezembro de 2017, e tendo em vista as determinações contidas na Portaria IPHAN nº 175, de 18 de Março de 2020 e posteriores, resolve:

Art 1º Suspender o prazo do contrato 01/2019, processo 01506.001842/2019-79, firmado entre o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, por intermédio de sua SUPERINTENDÊNCIA em São Paulo e a EMPRESA ANX ENGENHARIA E ARQUEOLOGIA LTDA, com efeitos a partir de 15 de março de 2020 até o dia 30 de abril de 2020, podendo ser prorrogado.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO CUNHA RUIZ

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

PORTARIA Nº 915, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE COMBATE À CORRUPÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, incisos I e IV, do Decreto n.º 9.681, de 03 de janeiro de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 4º da Portaria n.º 830/2020, publicada no Diário Oficial da União de 07 de abril de 2020, Seção 1, página 78, resolve:

Art. 1º. Delegar competência ao Secretário Adjunto de Combate à Corrupção, vedada a subdelegação, para a autorização de trabalhos conjuntos de operação especial no âmbito da Secretaria de Combate à Corrupção da Controladoria-Geral da União.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO CARLOS FIGUEIREDO CARDOSO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 278ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, A SER REALIZADA EM 28/04/2020

Hora: 14:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Feitos com Pedido de Vista

Processo NF-000520.2013.01.001/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/ PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO/PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA/PTM VOLTA REDONDA, NOTICIADO: SINDICADO DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE B. MANSA E V. REDONDA, NOTICIADO: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Barra Mansa, Volta Redonda e Resende - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-007169.2019.02.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: RAFAEL DE ARAUJO GOMES, SUSCITADO: MARIZA MAZOTTI DE MORAES - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo CNS-000004.2019.30.000/5 - Assunto: - Interessados: CONSULENTE: CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - CCR - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

II - Consultas

Processo CNS-000002.2020.30.000/3 - Assunto: - Interessados: CONSULENTE: PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA - PGR - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo CNS-000003.2020.30.000/1 - Assunto: - Interessados: CONSULENTE: PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA - PGR - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo CNS-000004.2020.30.000/0 - Assunto: - Interessados: CONSULENTE: PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA - PGR - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo CNS-000005.2020.30.000/8 - Assunto: - Interessados: CONSULENTE: PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA - PGR - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo CNS-000001.2020.30.000/5 - Assunto: - Interessados: CONSULENTE: PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA - PGR - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

III - Conflitos de atribuições

Processo NF-000107.2020.01.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: SUSCITANTE: LUCIANA TOSTES DE GUADALUPE E SILVA, SUSCITADO: ALEXANDRE SALGADO DOURADO MARTINS - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000135.2020.17.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITADO: ESTANISLAU TALLON BÓZI, SUSCITANTE: ANA LÚCIA COELHO DE LIMA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-001222.2019.02.002/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITADO: GUSTAVO TENORIO ACCIOLY, SUSCITANTE: DAMARIS FERRAZ SALVIONI - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-000145.2019.03.003/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITADO: ALOÍSIO ALVES , SUSCITANTE: RODRIGO OCTAVIO DE GODOY ASSIS MESQUITA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-001284.2020.02.000/2 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-000317.2018.01.001/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITANTE: LUCIANA TOSTES DE GUADALUPE E SILVA, SUSCITADO: ELCIMAR RODRIGUES REIS BITENCOURT - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-005472.2019.01.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: CARLOS AUGUSTO SAMPAIO SOLAR , SUSCITADO: ARTUR DE AZAMBUJA RODRIGUES, NOTICIADO: ALEXANDRE R. DANTAS , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-006935.2019.01.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITANTE: GUADALUPE LOURO TUROS COUTO, SUSCITADO: SARAH BONACCORSI GOLGHER - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo IC-000476.2019.04.001/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: ROBERTO PORTELA MILDNER, SUSCITADO: MARTHA DIVERIO KRUSE - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000371.2020.15.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO: LUANA LIMA DUARTE VIEIRA LEAL - PROCURADORA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, SUSCITANTE: MARCO AURÉLIO ESTRAIOTTO ALVES - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000859.2020.15.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: EVERSON CARLOS ROSSI, SUSCITADO: JULIANA MENDES MARTINS ROSOLEN - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

IV - Anulação ou alteração de termo de ajuste de conduta

Processo PP-000075.2002.05.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DO RESGATE LTDA , NOTICIANTE: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000106.2003.23.001/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NO ESTADO DE MATO GROSSO, NOTICIANTE: LAURI LUIZ DARONCO E ORLANDO LUIZ KULN, NOTICIANTE: MPT/PRT 23ª/PTM DE RONDONÓPOLIS-MT, INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE RONDONÓPOLIS E REGIÃO, INQUIRIDO: SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DO MATERIAL ELÉTRICO DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-000115.2019.12.004/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: AFRIB ABATEDOURO E FRIGORÍFICO BIONDO LTDA., NOTICIANTE: SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - MINISTÉRIO DA ECONOMIA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-000217.2008.12.004/8 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: CELULOSE IRANI S.A., NOTICIANTE: MPT-PRT12-SEDE - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo IC-000266.2017.04.003/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE SANTO ÂNGELO, INQUIRIDO: LORENTZ CONSTRUÇÕES LTDA. - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

SANDRA LIA SIMÓN
Subprocuradora Geral do Trabalho
Coordenadora da Câmara Coordenação e Revisão do MPT

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 12, DE 15 DE ABRIL DE 2020
(Sessão Virtual do Plenário)

Presidência: Ministro José Mucio Monteiro (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcelo Martins Pimentel
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Às 14 horas e 30 minutos, foi aberta a sessão virtual do Plenário, com a participação dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 11, referente à sessão virtual realizada em 8 de abril de 2020.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Proposta para prorrogar a suspensão dos prazos processuais deste Tribunal, por mais 30 dias, bem como para que a Presidência seja autorizada a promover novas prorrogações de prazo enquanto perdurar a situação de emergência. Aprovada.

Homologação, *ad referendum*, das Resoluções-TCU nºs 311, 312, 313 e 314, as duas primeiras do dia 19 de março, a seguinte de 27 de março e a última de 14 de abril de 2020, bem como das Decisões Normativas-TCU nº 182 e 185, respectivamente, de 19 de março e 14 de abril de 2020. Aprovado.

Aprovada, por meio de despacho, a realização de trabalhos relacionados ao Plano de Auditoria Interna do Tribunal (PAINT), relativo ao período de abril de 2020 a março de 2021.

Do Ministro Augusto Nardes:

Notícia de que foi priorizada, em seu gabinete, a análise da minuta definitiva do termo aditivo ao contrato referente à prorrogação antecipada da concessão da Malha Ferroviária Paulista (TC 009.032/2016-9), encaminhada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-007.103/2007-7, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-005.366/2019-4 e TC-019.552/2014-9, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-004.286/2012-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-005.192/2019-6, TC-010.357/2020-3, TC-027.550/2019-2, TC-036.124/2019-2, TC-036.639/2019-2 e TC-036.653/2019-5, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-007.720/2012-2 e TC-008.557/2016-0, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-000.955/2019-1, TC-008.719/2004-0 e TC-010.557/2003-9, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-003.487/2016-4, TC-039.922/2019-7, TC-039.923/2019-3, TC-039.924/2019-0, TC-039.925/2019-6 e TC-039.926/2019-2, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-001.205/2017-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

TC-036.697/2018-4, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-008.335/2016-8 e TC-024.851/2017-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 893 a 902.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-023.466/2016-2, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Marçal Justen Filho, apresentou, por meio de arquivo de vídeo, sustentação oral em nome da Fundação Cesgranrio.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 903 a 938.

ACÓRDÃOS APROVADOS

Os Acórdãos de nºs 893 a 902, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os Acórdãos de nºs 903 a 938, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 9/2020 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 893/2020 - TCU - Plenário

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei 8.443/1992, deve ser fundado em erro de cálculo; falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando, dessa maneira, que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando que o responsável busca reexaminar matéria fática e jurídica já apreciada exaustivamente nos autos;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU pugnando pelo não conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso e determinar o seu arquivamento, dando-se ciência desta deliberação ao recorrente, de acordo com os pareceres constantes dos autos:

1. Processo TC-031.491/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Danilo Alves de Alvarenga (376.381.816-20); Município de Caraí - MG (18.404.848/0001-41)

1.2. Recorrente: Danilo Alves de Alvarenga (376.381.816-20)

1.3. Entidade: Município de Caraí - MG

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.8. Representação legal: Cynthia Amaro Mamede Madureira (137705/OAB-MG) e outros, representando Danilo Alves de Alvarenga.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 894/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno, em considerar cumpridos os itens 9.1.1. e 9.1.3. do Acórdão 530/2015-Plenário em relação ao TC/PAC 267/2012 e em fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.371/2015-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Na Bahia
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinar à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde na Bahia (SUEST-BA), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que promova, no prazo de sessenta dias, a análise das prestações de contas do Termo de Compromisso 0290/2012, celebrado com o Estado da Bahia para a execução do sistema de abastecimento de água em localidades do município de Encruzilhada/BA, manifestando-se conclusivamente, e instaure, se for o caso, tomada de contas especial, informando ao Tribunal as medidas levadas a efeito ao findar esse prazo;
1.7. Dar ciência à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde na Bahia que o não cumprimento da determinação do item anterior poderá sujeitar ao responsável a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/92, bem como poderá resultar no registro de restrição contábil da unidade gestora, conforme dispõe o art. 10, §12, do Decreto 6.170/2007;
1.8. Determinar ao Estado da Bahia que adote, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas necessárias à regularização das propriedades dos terrenos situados na localidade de Mato Grosso, município de Rio de Contas-BA, nos quais foram construídas as obras relativas ao Termo de Compromisso TC/PAC 184/2012 - Siafi 672186, celebrado com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), apresentando ao Tribunal, no mesmo prazo, os documentos probatórios das medidas adotadas e destacando que, nesses casos, o TCU tem admitido, como suficiente, a imposição de servidão administrativa sobre o terreno afetado pelo equipamento público ou até mesmo a celebração de comodato com a cessão da posse ao ente público, conforme o Acórdão 3963/2019-1ª Câmara;
1.9. Dar ciência ao Estado da Bahia que o não cumprimento da determinação do item anterior poderá resultar na aplicação da multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/92;
1.10. Dar ciência desta deliberação ao Governo do Estado da Bahia, à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde na Bahia e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa);
1.11. Determinar à SecexSaúde que proceda ao monitoramento, nestes autos, das determinações precedentes

ACÓRDÃO Nº 895/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso I, e 243 do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-011.646/2020-9 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. considerar cumpridas ambas as determinações presentes no item 9.1 do Acórdão 919/2017-Plenário;
1.6.2. dar ciência deste acórdão à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; e
1.6.3. apensar os presentes autos ao TC-030.030/2014-5.

ACÓRDÃO Nº 896/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso VII, do Regimento Interno e 103, §1°, da Resolução 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação, e determinar o seu arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.086/2020-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva de Saúde Pública do Pará
1.2. Representante: Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região - Belém
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

RELAÇÃO Nº 10/2020 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 897/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, e de acordo com a proposta oferecida pela unidade técnica especializada (SecexSaúde), em deferir o pedido formulado pela Coordenação de Análise e Monitoramento de Demandas de Órgãos de Controle da Coordenação-Geral de Controle Interno do Ministério da Saúde, por meio do ofício 455/2019/CDOC/CGCIN/DINTEG/MS, de 16/12/2019 (peça 101), prorrogando, por mais 90 (noventa) dias a contar do término do prazo anteriormente concedido, o prazo estipulado no subitem 9.1 do Acórdão 1.944/2019-TCUPlenário, e em dar ciência ao requerente.

1. Processo TC-023.655/2018-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 018.261/2018-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 025.473/2018-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 029.080/2018-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 027.204/2018-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 029.975/2018-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 027.598/2018-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 023.575/2018-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 028.986/2018-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 027.297/2018-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 030.190/2018-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 023.525/2018-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 029.188/2018-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 028.949/2018-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 027.225/2018-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 027.077/2018-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
RELAÇÃO Nº 8/2020 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 898/2020 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, bem como no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, expedir as orientações de que trata o item 1.6. deste Acórdão e arquivar os autos, de acordo com o parecer da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog):

1. Processo TC-010.292/2020-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Crucilândia / MG.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.6.1. dar ciência ao município de Crucilândia/MG, com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014 e de modo a serem adotadas medidas de prevenção a outras ocorrências semelhantes, de que a exigência contida no subitem 3.2 do edital do Pregão Presencial 5/2020 restringe potencialmente a competitividade do certame, em afronta ao art. 3º, § 1º, I, da Lei 8.666/1993, uma vez que afasta outros possíveis interessados que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto do certame;
1.6.2. dar ciência ao município de Crucilândia/MG que, a partir de 1º/6/2020, a utilização de pregão, na forma presencial, de modo injustificado, para a realização de licitação cuja fonte seja de recursos de transferências voluntárias, viola o art. 5º da Instrução Normativa 206, de 18/10/2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; os §§ 3º e 4º, art. 1º, do Decreto 10.024/2019; o art. 50, I, da Resolução do Congresso Nacional 1/2006, de 22/12/2006; e dispositivo de leis de diretrizes orçamentárias da União, a exemplo do art. 78, § 3º, da Lei 13.707/2018.

ACÓRDÃO Nº 899/2020 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de solicitação formulada pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, à época, Antônio de Pádua de Deus Andrade, por meio do Aviso nº 117/2018, de 20/11/2018, requerendo a dilação de prazo até 1º de dezembro de 2022 para análise e remessa a esta Corte de Contas do acervo de tomadas de contas especiais em trâmite no órgão, que foi absorvido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, nos termos da Medida Provisória 870/2019;

Considerando recente precedente deste Tribunal estabelecido no Acórdão 2.815/2018-TCU-Plenario, da lavra no Ministro André Luís de Carvalho.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "c" do Regimento Interno/TCU e no art. 11, § 2º, da Instrução Normativa-TCU nº 71/2012, em conhecer da presente Solicitação; sobrestar seu exame até que sejam encaminhadas as informações a seguir requeridas para análise do pleito pelo Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos; e, informar ao Ministério do Desenvolvimento Regional acerca desta Decisão.

1. Processo TC-000.255/2020-3 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.4. Representação legal: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.5..1 fixar prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação deste Acórdão, para que o Ministério do Desenvolvimento Regional elabore e encaminhe plano de ação para a efetiva análise de todos os processos de contas anteriores a 12/12/2016 que ainda não tenham sido encaminhados a esta Corte, incluindo, na oportunidade, as prestações de contas pendentes de análise ou de apreciação conclusiva, bem como as tomadas de contas especiais decorrentes da reprovação de prestações de contas ou da omissão do dever de prestá-las, que deverá conter: i) os critérios de priorização do exame dos processos, contemplando especialmente a materialidade do dano, o prazo prescricional para aplicação de sanção pecuniária (segundo entendimento fixado no Acórdão 1.441/2016 - TCU - Plenário) e a quantidade de TCEs em nome do mesmo Responsável; ii) o tempo de trabalho consumido na instrução de cada processo na fase interna; iii) os meios disponíveis para dotar o setor competente da força de trabalho necessária; iv) a expectativa de remessa de lotes de processos ao TCU ao longo do tempo, até que se atinja o marco final do prazo solicitado (1º/12/2022); v) a identificação do gestor dos trabalhos;
1.5.2. fixar prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que a Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial analise as informações a serem enviadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

RELAÇÃO Nº 11/2020 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 900/2020 - TCU - Plenário

VISTO, relacionado e discutido este Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial, interposto pelo Sr. Gelson Cordeiro de Oliveira (peça 68) contra o Acórdão 6.220/2016-TCU-2ª Câmara, Relatora Ministra Ana Arraes;

Considerando que, à vista dos elementos contidos nos autos, não foram atendidos os requisitos específicos de admissibilidade estabelecidos pelo art. 35 da Lei n. 8.443/92 (I - erro de cálculo; II - falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e III - superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida);

Considerando a proposta da Secretaria de Recursos às peças 70 a 72;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal à peça 74;

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 35 da Lei Orgânica do TCU, c/c os arts. 143, IV, "b" e 288, do RI/TCU, em:

a) não conhecer do Recurso de Revisão interposto por Gelson Cordeiro de Oliveira, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade constantes dos arts. 35 da Lei 8.443/92 e 288 do RI/TCU;

b) dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor do presente Acórdão, encaminhando-lhes cópia, bem como informando-lhes que o respectivo pode ser consultado em www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.901/2014-6 RECURSO DE REVISÃO (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 023.510/2016-1 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Recorrente: Gelson Cordeiro de Oliveira (565.706.196-91)
1.3. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Capelinha/MG
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria do TCU no Estado de Minas Gerais (Sec-MG).
1.8. Representação legal:
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 10/2020 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 901/2020 - TCU - Plenário

Trata-se de relatório de acompanhamento destinado a avaliar a transição que vem sendo realizada, sob o aspecto da gestão das transferências voluntárias, no âmbito das fundações públicas do estado do Rio Grande do Sul que foram extintas ou estão em processo de extinção, com a seleção de 20 convênios/contratos de repasse que, no início dos trabalhos, ainda se encontravam pendentes - aguardando prestação de contas, em execução ou com prestação de contas em exame.

Ao apreciar o relatório de acompanhamento, o Tribunal proferiu o Acórdão 2.598/2017 - Plenário e expediu as seguintes determinações:

"9.2. determinar ao Ministério da Saúde e ao Estado do Rio Grande do Sul que:

9.2.1. adotem providências, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar das notificações, para promover as sub-rogações dos convênios 792571, 794305, 794410, 836272 e 836834, firmados com a extinta Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde/RS, de forma a evitar atrasos lesivos ao interesse público, e, se for a hipótese, prorrogar os prazos de vigência;

9.2.2. especificamente quanto aos convênios 825890, 826744, 841172 e 841253, firmados com a mesma entidade, avaliem criteriosamente os custos/benefícios envolvidos na sua continuidade e implementem, no mesmo prazo, as medidas para, conforme o caso, efetuar as sub-rogações e prorrogar os prazos de vigência com o objetivo de permitir a realização das ações ajustadas ou promover a extinção dos instrumentos, como previsto no art. 2º, parágrafo único, da Lei Estadual 14.977/2017;

9.2.3. no final do referido prazo, apresentem a este Tribunal os resultados das providências adotadas para cumprimento dos comandos dos subitens anteriores.

9.3. determinar à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa que:

9.3.1. esgote as medidas administrativas a seu cargo a fim de se manifestar conclusivamente, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação, sobre a prestação de contas do Convênio 702003, firmado com a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - Fepagro, e, se for o caso, instaurar a devida tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da Lei 8.443/1992;

9.3.2. no final do referido prazo, informe a este Tribunal o resultado das análises feitas, em especial acerca do acatamento, ou não, das justificativas formuladas pela convenente em relação aos achados com potencial de ensejar ressarcimento aos cofres da União, a exemplo daqueles indicados nos itens NCs 4, 10, 11.1, 11.3, 12.1 e 12.3 do relatório de auditoria AUD/Embrapa 9/2010; NC 9 do relatório de auditoria AUD/Embrapa 12/2011; e A.8, A.12 a A.15, A.18, A.20, A.22 e A.24 a A.28 do relatório de análise de prestação de contas CCE/Embrapa 9/2013."

Em sede de monitoramento daquela deliberação, mediante o Acórdão 876/2019 - Plenário, esta corte considerou atendidos o subitem 9.2 e seus subitens e em atendimento o subitem 9.3 do citado Acordão 2.598/2017 - Plenário.

Nesta oportunidade, retornam os autos para verificação do atendimento integral referido do subitem 9.3.

Considerando que a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente verificou que foi instaurado processo de Tomada de Contas Especial acerca do Convênio 702003, que se encontra na situação "Aguardando ajustes de revisão para auditoria interna", cabendo ao instaurador revisar o relatório e apontar claramente a ocorrência de prejuízo ao Erário, pressuposto necessário para a instauração de TCE e prosseguimento normal até o TCU;

considerando que a unidade técnica entendeu, em pareceres uniformes, cumprida a deliberação;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 250, inciso I, do Regimento Interno, em:

a) considerar cumpridas as determinações do subitem 9.3 do Acordão 2.598/2017 - Plenário;

b) dar ciência desta deliberação à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;

c) apensar o processo ao TC 012.914/2017-7, originador deste acompanhamento.

1. Processo TC-013.365/2017-7 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)

1.1. Apensos: TC 012.685/2018-6 (SOLICITAÇÃO); TC 011.540/2018-4 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Classe de Assunto: V.

1.3. Unidades: Entes do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria Especial da Cultura, Secretaria Especial do Esporte, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 7/2020 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 902/2020 - TCU - Plenário

Considerando que a presente representação já foi apreciada, no mérito, por meio do acórdão 2804/2016-TCU-Plenário e que nesta fase processual objetiva-se tão somente verificar o cumprimento do item 9.2 da referida deliberação.

Considerando-se que a instrução de peça 64 tem a natureza de monitoramento e que, portanto, sob esse aspecto, apenas os parágrafos 79 a 98 fundamentam a presente deliberação.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumprida a determinação contida no subitem 9.2 do acórdão 2804/2016-TCU-Plenário, e determinar o encerramento do processo e arquivamentos dos autos, dando-se ciência desta deliberação ao BNDES.

1. Processo TC-035.625/2015-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Luciano Galvão Coutinho (636.831.808-20).

1.2. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ).

1.6. Representação legal: Isamara Seabra (27685/OAB-DF) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 903/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.863/2019-0

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Fabiano Leite Campos (CPF 006.168.173-39), Marco Aurélio Simões Coelho (CPF 642.518.883-91), Mauro Sérgio Muniz dos Santos (CPF 252.525.343-49), Murilo Andrade de Oliveira (CPF 976.346.386-68), Rafael Velasco Brandani (CPF 938.146.406-59) e Regina Célia Barbosa Ribeiro (CPF 483.501.413-87).

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

4. Unidades: entidades/órgãos do Governo do Estado do Maranhão.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

8. Representação legal: José Reis Rocha Vieira (OAB/MA 6.280) representando Mauro Sérgio Muniz dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, referentes à auditoria realizada no Contrato de Repasse 36.550/2012, que tem por objeto a construção da cadeia pública masculina de São Luís Gonzaga do Maranhão (MA).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 1º, II, e 38, I, da Lei 8.443/1992 e art. 169, V, do Regimento Interno, em:

9.1. acatar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Marco Aurélio Simões Coelho, Regina Célia Barbosa Ribeiro e Rafael Velasco Brandani;

9.2. acatar parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Fabiano Leite Campos, Mauro Sérgio Muniz dos Santos e Murilo Andrade de Oliveira, sem, contudo, imputar-lhes multa, em vista da baixa relevância das falhas remanescentes;

9.3. dar ciência desta deliberação ao presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, em complemento ao atendimento da Solicitação do Congresso Nacional de que trata a Proposta de Fiscalização e Controle 177/2014, à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Maranhão e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública;

9.4. arquivar este processo.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0903-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes (Relatora), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 904/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.271/2020-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Agravo em Representação

3. Recorrente: Total Linhas Aéreas S.A (32.068.363/0001-55).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Marco Tayah (OAB/RJ 11.951) e José Marco Tayah (OAB/RJ 67.177), representando Total Linhas Aéreas S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, agravo interposto pela sociedade empresária Total Linhas Aéreas S.A. contra despacho que indeferiu pedido de medida cautelar e mandou adotar medidas saneadoras ao processo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 82 do Regimento Interno, não conhecer do agravo interposto pela empresa Total Linhas Aéreas S.A.;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0904-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 905/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.896/2009-2.

1.1. Apenso: 015.234/2018-5

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Monitoramento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, CNPJ 42.357.483/0001-26; Companhia de Transportes da Bahia - CTB, CNPJ 03.231.999/0001-78; Consórcio Construtor Metrosal, CNPJ 03.756.037/0001-32; Construções e Comércio Camargo Correa S.A., CNPJ 61.522.512/0001-02; Siemens Aktiengesellschaft, CNPJ 05.721.156/0001-85; Consórcio Bonfim, CNPJ 13.619.912/0002-79; Bombardier Transportation Brasil Ltda., CNPJ 00.811.185/0001-14; Bombardier European Investments SLU; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A., CNPJ 31.876.709/0001/89; Sondotecnica Engenharia de Solos S.A., CNPJ 33.386.210/0001-19; e CCR Companhia do Metrô da Bahia, CNPJ 18.891.185/0001-37.

3.2. Responsáveis: Andrade Gutierrez Engenharia S/A (17.262.213/0001-94); Carlos Von Beckerath Gordilho (002.366.915-20); Denival Damasceno Chaves (004.477.735-34); Fernando Durao Schleder (440.709.507-53); Flávio Mota Monteiro (635.036.208-00); Frederico Pires da Silva (663.602.507-72); Ivan Carlos Alves Barbosa (033.422.635-04); Janary Teixeira de Castro (163.535.875-20); João Luiz da Silva Dias (011.089.806-00); José Hamilton da Silva Bastos (056.283.855-49); Luiz Fernando Tavares Vilar (020.645.705-78); Luiz Otávio Ziza Mota Valadares (110.627.386-91); Nestor Duarte Guimarães Neto (110.289.805-82); Pedro Antonio Dantas Costa Cruz (113.611.405-00).

3.3. Recorrentes: Consorcio Construtor Metrosal (03.756.037/0001-32), integrado pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia S/A (17.262.213/0001-94); Siemens Aktiengesellschaft (05.721.156/0001-85); Construções e Comércio Camargo Correa S/A (61.522.512/0001-02).

4. Órgãos/Entidades: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU); Companhia de Transportes de Salvador (CTS); Companhia de Transportes da Bahia (CTB).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal:

8.1. Bruno Francisco Cabral Aurélio (247054/OAB-SP) e outros, representando Bombardier Transportation Brasil Ltda.

8.2. Ana Carolina Mazoni (31.606/OAB-DF) e outros, representando Ivan Carlos Alves Barbosa.

8.3. Jefferson Barros Figueiredo e outros, representando Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

8.4. Marcelo Antonio Muriel (83931/OAB-SP) e outros, representando Siemens Aktiengesellschaft.

8.5. Theo Francisco Giffoni (150521/OAB-RJ), representando Sondotecnica Engenharia de Solos S A.

8.6. Guilherme Henrique Magaldi Netto (4.110/OAB-DF) e outros, representando Andrade Gutierrez Engenharia S/A.

8.7. Alana Abilio Diniz Vila Nova (35.311/OAB-DF) e outros, representando Andrade Gutierrez Engenharia S/A e Construções e Comércio Camargo Correa S/A.

8.8. Jéssica Loyola Caetano Rios, representando Daniel Vieira Bogéa Soares.

8.9. Arthur Lima Guedes (18.073/DF) e outros, representando Consorcio Construtor Metrosal.

8.10. Antonio Carlos Guimarães Gonçalves (33.766/OAB-DF), representando Ana Claudia Lourenço Stein.

8.11. César Almeida Pereira (36.386/OAB-DF) e outros, representando Luiz Otávio Ziza Mota Valadares.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Consórcio Camargo Corrêa / Andrade Gutierrez / Siemens (Consorcio Construtor Metrosal), integrado pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia S/A, Siemens Aktiengesellschaft, e Construções e Comércio Camargo Correa S/A, em face do Acórdão 1651/2019 - Plenário, proferido na sessão do dia 17/7/2019 ao apreciar matérias ventiladas neste processo de monitoramento acerca da execução das obras do Metrô de Salvador, pertinentes às medidas outrora determinadas pelos Acórdãos 2873/2008, 2366/2009, 2681/2010, 3404/2010, 3253/2011, 519/2012 e 750/2017, todos do Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer os embargos de declaração com fundamento nos art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, e, no mérito, negar-lhes provimento, em virtude do não reconhecimento da adoção de premissa fática equivocada na deliberação embargada, ventilada nas razões recursais ora apresentadas;

9.2. sem embargo do disposto no subitem 9.1 retro, adotar as demais medidas sugeridas no pronunciamento da SeinfraUrbana, conforme os subitens a seguir, com fundamento nos arts. 1º, incisos II e XIX, 230, 243 e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

9.3. determinar à Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB que, no prazo de 90 (noventa) dias, efetue o levantamento dos créditos que a Administração Pública detém junto ao Consórcio Metrosal por força da execução defeituosa do Contrato SA-01/1999, adotando as seguintes providências, dentre outras que entender pertinentes para resguardar a Administração Pública:

9.3.1. atualizar o quadro que integra o item "c" do seu expediente "OF. DIPRE Nº 150/2018" quanto aos itens relacionados ao Contrato SA-01/1999 e, no caso de ainda não ter havido anuência da concessionária às decisões tomadas pela CTB quanto ao atendimento aos pleitos elencados nesse quadro, adotar a quantia pleiteada para efeitos do levantamento dos possíveis débitos do Consórcio Metrosal;

9.3.2. considerar as pendências apontadas nos relatórios elaborados pela empresa Metro de Madrid S.A. denominados "OBRA CIVIL E ARQUITETURA" e "SISTEMAS DE SUBESTAÇÕES, LINHA AÉREA E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA", indicando as providências adotadas (correção pelo Metrosal, correção pela concessionária, ressarcimento à concessionária, inclusão no encontro de contas do Metrosal, entendimento de que a correção é desnecessária etc.);

9.3.3. incluir os superfaturamentos quantitativos indicados no documento "Relatório de Situação Atual - Tramo II", datado de novembro/2012, de autoria do consórcio supervisor Engevix/UFC, peça mencionada no item "h" do expediente "OF. DIPRE Nº 150/2018";

9.4. tornar insubsistentes as determinações constantes dos subitens 9.3.3.8 e 9.3.3.9 do Acórdão 1.651/2019-TCU-Plenário;

9.5. informar à Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB e às empresas que integram o Consórcio Metrosal que, mesmo procedendo-se ao levantamento dos créditos que a Administração Pública detém junto ao Consórcio Metrosal por força da execução defeituosa do Contrato SA-01/1999, a redução da garantia de execução contratual, por se encontrar estritamente vinculada à aceitação do Contrato SA-01, somente poderá ser reduzida após este Tribunal deliberar acerca da resolução das pendências elencadas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 do Acórdão 1.847/2013-TCU-Plenário, e

9.6. dar ciência deste acórdão à Companhia de Transportes do Estado da Bahia (CTB), à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), às empresas integrantes do Consórcio Metrosal e à Concessionária Companhia do Metrô da Bahia.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0905-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 906/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.030/2020-6.
2. Grupo I - Classe: VII - Assunto: Representação.
3. Interessado Ministério da Economia.
4. Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: George de Castro Junior (OAB/CE 16.203), representando Vector Serviços de Atendimento Telefônico Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, previamente conhecida, acerca de supostas irregularidades cometidas pelo Banco do Nordeste Brasil S.A. na condução do pregão eletrônico 126/2019.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar, no mérito, a representação procedente;
9.2. determinar ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., com fundamento no art. 71, IX, da Constituição Federal, c/c art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1 adote, no prazo de 15 (quinze) dias, providências com vistas a anular os atos de desclassificação das licitantes Alô Serviços Empresariais Ltda., Ativa Contact Center e Serviços Ltda., Vector Serviços de Atendimento Telefônico Ltda., Imperatriz Tele Serviços Ltda. e G1 Tecnologias e Teleatendimento Ltda. no pregão eletrônico 126/2019, quando da análise da efetividade de suas propostas, conforme item 8.6 do edital, bem como anular os atos posteriores, com retorno do pregão à fase de análise da proposta da licitante Alô Serviços Empresariais Ltda., caso deseje dar continuidade ao certame;
9.3. informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação desta deliberação, as providências adotadas para o pleno cumprimento da determinação exarada no subitem 9.2.1, supra;
9.4. dar ciência desta deliberação ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., ao Ministério da Economia e ao representante;
9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0906-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 907/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.678/2017-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto (I): Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: André Santos de Oliveira (CPF: 029.849.089-70); Cherri Francine Concer (CPF: 034.275.939-67); Conceição Abadia de Abreu Mendonça (CPF: 203.022.071-04); Denise Maria Mansani Wolff (CPF: 541.914.599-53); Edilson Sérgio Silveira (CPF: 141.231.638-31); Graciela Ines Bolzon de Muniz (CPF: 674.273.759-04); Guiomar Jacobs (CPF: 392.074.209-53); Josiane de Paula Ribeiro (CPF: 539.125.199-00); Júlio Cezar Martins (CPF: 583.997.397-15); Lúcia Regina Assumpção Montanhini (CPF: 313.336.059-00)
3.2. Recorrente: Cherri Francine Concer (CPF: 034.275.939-67).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná/UFPR.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relatora da Deliberação Recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Flavio Pansieri (31.150/OAB-PR) e outros, representando Lúcia Regina Assumpção Montanhini.
8.2. Barbara da Silva Pires (26289/OAB-DF), representando Cherri Francine Concer.
8.3. Francisco Augusto Zardo Guedes (35303/OAB-PR) e outros, representando Edilson Sérgio Silveira.
8.4. Angela Cassia Costaldello (82958/OAB-PR) e outros, representando Graciela Ines Bolzon de Muniz.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, interposto pela Senhora Cherri Francine Concer, contra o Acórdão 93/2019-Plenário, que julgou suas contas irregulares, com imputação de débito e aplicação da multa prevista no art. 57 da LO/TCU,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência a recorrente e aos demais interessados deste Acórdão, bem assim do Relatório e Voto que o fundamentam.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0907-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 908/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.666/2013-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Revisão de Ofício (aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Noeli Mendes (183.878.109-91).
4. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinto).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé e Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (Manifestação Oral).
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal:

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que, nesta fase, é proposta a revisão de ofício do ato de aposentadoria de ex-servidora do extinto Ministério dos Transportes, Srª. Noeli Mendes, apreciado pela legalidade por este Tribunal mediante o Acórdão 2.098/2013 - 1ª Câmara (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), proferido em sessão de 16/4/2013.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. manter o juízo firmado mediante o Acórdão 2.098/2013 - 1ª Câmara (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em atenção ao art. 260, §2º, do Regimento Interno do TCU;
9.2. enviar cópia do presente Acórdão para a Srª. Noeli Mendes, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;
9.3. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0908-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 909/2020 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 008.869/2015-4.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Recorrentes: Artcom Locação de Máquinas e Serviços em Estruturas Metálicas Eireli - EPP (18.416.926/0001-28), DSC Construtora Ltda. - ME (05.506.551/0001-45); Edivan Maciel da Silva - EPP (18.941.381/0001-79); Euzeny Venâncio da Silva (000.929.421-05); Maria de Lourdes Pereira Conceição (952.619.741-00) e Maria Alves dos Santos (012.384.281-69).
4. Entidades/Órgãos: Município de Abreulândia/TO.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: Defensoria Pública da União, representando Euzeny Venâncio da Silva e Maria de Lourdes Pereira Conceição; José Erasmo Pereira Marinho (OAB/TO 1.132), representando Maria Alves dos Santos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 903/2018-TCU-Plenário, retificado por inexatidão material pelo Acórdão 1.497/2018-TCU-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48, caput e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Maria de Lourdes Pereira Conceição e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reduzindo a multa que lhe foi aplicada pelo subitem 9.4 do Acórdão 903/2018-TCU-Plenário para o valor de R$ 20.000,00;
9.2. conhecer dos demais pedidos de reexame e, no mérito, negar-lhes provimento;
9.3. dar ciência da presente deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0909-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 910/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.325/2020-8.
2. Grupo I - Classe: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Casa Civil da Presidência da República.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, encaminhada, via ofício 2/2020 - CDH, de 5/3/2020, pelo Exmo. Sr. senador Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal,

formulada em razão de requerimento 129/2019-CDH de autoria da senadora Zenaide Maia no qual requer que Tribunal de Contas da União "preste informações sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas, no tocante à política de benefícios fiscais concedidos ao mercado de defensivos agrícolas".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 38, II, da Lei 8.443/1992, 232, III, do Regimento Interno do TCU e 4º, I, "b", da Resolução TCU 215/2008;

9.2. informar ao Exmo. Sr. senador Paulo Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que o Tribunal realizou uma avaliação da governança das desonerações tributárias concedidas a agrotóxicos no Brasil, cujo trabalho foi realizado no âmbito da auditoria operacional sobre a preparação do governo federal brasileiro para implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como a preparação governamental relacionada à meta 2.4, que trata de sistemas sustentáveis de produção de alimentos;

9.3. encaminhar ao solicitante, em complemento às informações acima descritas, cópia do acórdão 709/2018-TCU-Plenário, acompanhado dos respectivos relatório e voto fundamentador, relatório da equipe de auditoria, sumário executivo, ficha síntese e infográfico (peças 10 a 16);

9.4. considerar a solicitação integralmente atendida e arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 169, II, do Regimento Interno do TCU e 17, I, da Resolução - TCU 215/2008.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0910-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 911/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.147/2020-6

2. Grupo I - Classe VII - Administrativo.

3. Interessada: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

4. Unidades: 17 entes relacionados na peça 3 destes autos.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip e Coordenação-Geral de Controle Externo de Gestão de Processos e Informações - Copin.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a proposta de acompanhamento das folhas de pagamento de diversas unidades jurisdicionadas ao TCU.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento no art. 17, § 5º, inciso III, da Resolução TCU 308/2019, em:

9.1. autorizar a realização de acompanhamento com o objetivo de monitorar as folhas de pagamento dos entes indicados na peça 3;

9.2. classificar a peça 3 com o grau de confidencialidade de "reservado", nos termos do art. 23, inciso VIII, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) c/c os arts. 4º, parágrafo único, 8º, § 3º, inciso I, e 9º, inciso VIII e § 2º, inciso I, da Resolução-TCU 294/2018, até a comunicação da fiscalização aos entes envolvidos, com acesso somente aos servidores que irão desenvolver atividades relacionadas a este processo;

9.3. restituir os autos à Coordenação-Geral de Controle Externo de Gestão de Processos e Informações, para ciência e providências administrativas cabíveis;

9.4. arquivar este processo.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0911-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes (Relatora), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 912/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.688/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Denúncia)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).

8. Representação legal:

8.1. Marcos Cristiano Carinhanha Castro (33953/OAB-DF) e outros, representando CDI - Centro de Diagnóstico Clínico e por Imagem Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por CDI - Centro de Diagnóstico Clínico e por Imagem Ltda. ao Acórdão 2482/2018 - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos do art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e aos demais interessados.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0912-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 913/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.366/2015-7.

1.1. Apenso: 015.949/2012-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Alderley Pedrosa de Menezes (905.748.697-00); Carlos Roberto de Almeida Bastos (607.695.487-68); Fernando Jota Spohr (820.152.100-59); Gleidson Fernandes Mesquita (092.406.617-27); Jose Ayres Brum Bencardino (760.815.407-15); José Jorge Blanco da Fonseca Junior (056.092.077-62); Rodoplex Engenharia Ltda. (01.950.243/0001-53); Thais Claro Florêncio de Assis (084.765.127-40).

4. Órgão/Entidade: Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Henrique Ferreira Costa, Fernanda Kelly Gomes Couto (154417/OAB-RJ) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada por determinação do Acórdão 1318/2015-TCU-Plenário, em razão de indícios de irregularidades na contratação de obras para expansão do complexo de tiro na Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador (BFNIG), com vistas a atender às necessidades dos Jogos Mundiais Militares (V JMM), levadas a efeito mediante diversas licitações na modalidade convite e um pregão eletrônico,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa de Carlos Roberto de Almeida Bastos e da empresa Rodoplex Engenharia Ltda.;

9.2. julgar irregulares as contas de Carlos Roberto de Almeida Bastos e da empresa Rodoplex Engenharia Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, III, "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-los, em regime de solidariedade, ao pagamento do débito de R$ 230.940,00 (duzentos e trinta mil, novecentos e quarenta reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 14/12/2009 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar aos responsáveis, a seguir discriminados, a multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores especificados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

RESPONSÁVEL	VALOR
Carlos Roberto de Almeida Bastos	R$ 100.000,00
Rodoplex Engenharia Ltda.	R$ 100.000,00

9.4. rejeitar as razões de justificativas apresentadas por Carlos Roberto de Almeida Bastos, José Ayres Brum Bencardino, Thais Claro Florêncio de Assis, Fernando Jota Spohr; Alderley Pedrosa de Menezes, José Jorge Blanco da Fonseca Junior e Gleidson Fernandes Mesquita;

9.5. aplicar aos responsáveis, a seguir discriminados, a multa individual prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos valores especificados, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

RESPONSÁVEL	VALOR
Carlos Roberto de Almeida Bastos	R$ 7.000,00
José Ayres Brum Bencardino	R$ 7.000,00
Fernando Jota Spohr	R$ 7.000,00
Alderley Pedrosa de Menezes	R$ 7.000,00
José Jorge Blanco da Fonseca Junior	R$ 7.000,00
Thais Claro Florêncio de Assis	R$ 3.500,00
Gleidson Fernandes Mesquita	R$ 3.500,00

9.6. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.7. determinar ao Comando da Marinha que proceda ao desconto da dívida na remuneração dos servidores, caso não atendidas as notificações, observado o disposto no art. 28, inciso I da Lei 8.443/92;

9.8. determinar à Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador que, ao realizar certames licitatórios, verifique no sistema Sicaf a composição societária das empresas a serem contratadas a fim de se certificarem que as empresas participantes não possuem os mesmos sócios, considerando previamente tal condição para a eventual adjudicação do objeto e posterior celebração do contrato com a vencedora, em atenção ao Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal, e art. 3º da Lei 8.666/93);

9.9. encaminhar cópia deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0913-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 914/2020 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC 013.677/2019-5

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessada: Câmara dos Deputados.

4. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Cidadania.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública -SecexDefesa e Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e da Assistência Social - SecexPrevidência.

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da Solicitação do Congresso Nacional de autoria da Deputada Federal Leandre Dal Ponte, aprovada pela Mesa Diretora e encaminhada pelo Presidente da Câmara dos Deputados em 06/06/2019, pela qual são requeridas a este Tribunal informações sobre as ações desenvolvidas pelo Governo Federal, no período de 2016 a 2018, alusivas à Política de Apoio à Primeira Infância, disciplinadas pela Lei 13.257/2016, bem como sobre o montante de recursos despendido.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38 da Lei 8.443/1992, no art. 232, inciso II, do Regimento Interno do TCU e no art. 4º, inciso I, alínea a, da Resolução TCU 215/2008;

9.2. dar ciência à Presidência da Câmara dos Deputados e à Deputada Federal Leandre Dal Ponte de que:

9.2.1. as políticas com vistas ao desenvolvimento integral do menor envolvem a articulação das áreas de Saúde, Nutrição, Educação, Assistência Social, Cultura, Trabalho, Habitação, Meio Ambiente e Direitos Humanos Direitos Humanos, dentre outras, nos termos do art. 14 da Lei 13.257/2016;

9.2.2. a reunião de instalação do Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, criado pelo Decreto sem número de 7/3/2017, ocorreu em 13/06/2017, tendo a Portaria 1.071/2008 designado os seus membros e determinado a elaboração do Regimento Interno do órgão;

9.2.3. não houve outra reunião do referido Comitê, extinto pelo Decreto 9.759/2019;

9.2.4. o art. 50, inciso III, do Decreto 9.674/2019 atribui à Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano do Ministério da Cidadania a atribuição de coordenar, supervisionar e acompanhar a implementação do Plano Nacional da Primeira Infância e de consolidar as políticas públicas voltadas à primeira infância;

9.2.5. questionado por este Tribunal sobre a responsabilidade pela coleta e consolidação anual de informações relativas aos recursos aplicados no conjunto dos programas e serviços para a primeira infância, o Ministério da Cidadania informou que é responsável pelo Programa Brasil Carinhoso e pelo Programa Criança Feliz, e que tem buscado parcerias com o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, para aprimorar o monitoramento deste último;

9.2.6. de acordo com o Ministério da Cidadania, o Programa Criança Feliz foi contemplado com dotações orçamentárias de R$ 23.007.489,00 em 2016, R$ 328.982.986,00 em 2017 e R$ 534.758.276,00 em 2018, dos quais foram liquidados e pagos R$ 23.007.489,00 em 2016, R$ 207.930.106,00 em 2017 e R$ 256.666.709,00 em 2018;

9.2.7. de acordo com o Ministério da Cidadania, o Programa Brasil Carinhoso foi aquinhoado com dotações orçamentárias de R$ 344.250.112,00 em 2016, R$ 137.044.274,00 em 2017 e R$ 6.521.389,00 em 2018, dos quais foram liquidados e pagos R$ 140.006.249,00 em 2016, R$ 39.920.093,00 em 2017 e valor nulo em 2018;

9.2.8. não é possível apurar a totalidade dos recursos aplicados em benefício da primeira infância pelo fato de a parcela da população de até seis anos de idade também ser beneficiada por programas, serviços e ações que abrangem público-alvo mais amplo, cujos recursos não estão segmentados no orçamento por faixa etária dos beneficiados;

9.2.9. na estrutura do Governo Federal, não se identificou área, órgão ou entidade que coligisse as informações solicitadas acerca do cumprimento do disposto no art. 11 da Lei 13.257/2016;

9.3. encaminhar ao solicitante, em complemento às informações acima descritas, cópia do Relatório e da Proposta de Deliberação que fundamentam esta deliberação;

9.4. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que avalie a possibilidade de incluir, no próximo plano de controle externo, ação de controle voltada para avaliar o cumprimento dos encargos atribuídos à União pelo art. 11 da Lei 13.257/2016 e das competências conferidas à Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano do Ministério da Cidadania pelo Decreto 9.674/2019, bem como identificar as providências necessárias ao exato cumprimento dos referidos atos normativos, com o intuito de prestar à Câmara dos Deputados as informações ora requeridas;

9.5. considerar integralmente atendida a solicitação versada nestes autos, nos termos do art. 17, incisos I e II, da Resolução TCU 215/2008, e arquivar o presente processo.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0914-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 915/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.768/2019-0.

1.1. Apenso: TC 009.689/2019-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Acompanhamento.

3. Interessadas: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência e Agência Nacional de Transportes Terrestres.

4. Instituições: administração federal.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

8. Representação legal:

8.1. Leilane Morais Alcântara (CPF 009.815.611-01), entre outros, representando a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento conduzido pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) a partir da autorização suscitada à Peça 2 no TC 009.689/2019-2 (administrativo), com as supervenientes convalidações realizadas pelo Acórdão 2.805/2019-TCU-Plenário, para a fiscalização das "*aquisições de bens e serviços na área de tecnologia da informação (TI) promovidas por órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) de modo a realizar de forma sistemática e tempestiva o controle das aquisições e mitigar a ocorrência de desperdício de recursos*";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar integralmente cumprido o presente acompanhamento, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno do TCU, por ter alcançado o seu objetivo;

9.2. determinar, nos termos do art. 250, inciso II, do RITCU, que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) informe o TCU sobre todas as medidas a serem adotadas no correspondente plano de ação para a subsequente aquisição prevista originalmente no Pregão Eletrônico 13/2019 (ora revogado);

9.3. deferir os pedidos de ingresso nos autos como partes interessadas pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, enviando a cópia integral do presente processo às aludidas entidades;

9.4. autorizar a nova realização de semelhante acompanhamento, nos termos do art. 19, § 5º, da Resolução TCU nº 269, de 2015, sobre as aquisições de bens e serviços de TI no âmbito da administração pública federal, aí incluídos, por exemplo, os Tribunais Superiores e os órgãos do Poder Legislativo, durante o período de 1º/4/2020 a 31/3/2021; e

9.5. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.5.1. envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério da Economia, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência, à Agência Nacional de Transportes Terrestres e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para ciência e adoção das providências cabíveis; e

9.5.2. arquive o presente feito, promovendo o subsequente apensamento do presente TC 013.768/2019-0 ao novo processo de acompanhamento autuado em cumprimento ao item 9.4 deste Acórdão.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0915-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 916/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.476/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal: Victor Athayde Silva (OAB 181.411/RJ) e outros, representando Arqhos - Consultoria e Projetos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação noticiando possíveis irregularidades no Regime Diferenciado de Contratação 18/2019, promovido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em que se adotou o critério de julgamento pela melhor combinação de técnica e de preço, com vistas à contratação de serviços de engenharia para o desenvolvimento de anteprojetos, projetos básicos técnicos e projetos executivos nas áreas de arquitetura, estrutura, instalações prediais, engenharia mecânica, automação, infraestrutura (redes) e urbanismo, e desenho industrial (mobiliário e sinalização) em edificações da Fiocruz,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 276, caput e § 1º, do RI/TCU, referendar a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho transcrito no relatório que precede este acórdão;

9.2. dar ciência deste acórdão à Fundação Oswaldo Cruz e à representante.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0916-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 917/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 015.610/2018-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Relatório de Auditoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Adeilson Loureiro Cavalcante CPF (469.974.314-53), Alacoque Lorenzini Erdmann (CPF 180.529.320-68), Antônio Carlos Figueiredo Nardi (CPF 061.827.348-41), Eleonora Milano Falcão Vieira (CPF 455.137.240-49), Erves Ducati (CPF 219.293.199-91), Gilberto Vieira Angelo (CPF 179.758.409-04), Rogerio Cid Bastos (CPF 401.425.409-78), Ubaldo César Balthazar (CPF 169.288.149-34).

3.2. Recorrente: Erves Ducati (CPF 219.293.199-91).

4. Órgãos/Entidades: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - UFSC - MEC; Ministério da Saúde (vinculador), Secretaria Executiva do Ministério da Saúde e Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria apresentado pelo Sr. Erves Ducati, insurgindo-se contra o Acórdão 1.940/2019-TCU-Plenário, por meio do qual o responsável teve suas razões de justificativas rejeitadas, com imputação de multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/92, no valor de R$ 15.000,00, em decorrência de irregularidades na execução do Termo de Execução Descentralizada (TED) 24/2017;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 32, 33 e 48 da Lei 8.443/92,48 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno -TCU, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Erves Ducati para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0917-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 918/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.065/2017-4.

1.1. Apenso: 025.226/2015-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Isac Rodrigo Alves (010.549.994-30).

4. Entidade: Município de Algodão de Jandaíra/PB.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Johnson Gonçalves de Abrantes (10.827/OAB-PB) e outros, representando Isac Rodrigo Alves.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Isac Rodrigo Alves contra o Acórdão 1.230/2018-TCU-Plenário, retificado por erro material pelo Acórdão 2.176/2018-TCU-Plenário, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas do recorrente, condenando-o, solidariamente com demais responsáveis, em débito no valor original R$ 79.163,25 (3/10/2007) e aplicando-lhe multa no valor de R$ 15.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao recurso de reconsideração;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0918-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 919/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 016.524/2007-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa (07.663.511/0001-32).

3.2. Responsáveis: Deusiclea Barboza de Castro (280.020.671-34); Francisco Pessoa Furtado (020.830.003-15); Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa (07.663.511/0001-32); Lauro Sergio de Figueiredo (115.178.321-87); Mestra Ltda. (03.457.778/0001-12); Paulo Ramiro Perez Toscano (076.068.501-00); Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira (130.377.905-63); Raymundo Cesar Bandeira de Alencar (039.076.001-34); Raymundo José Santos Garrido (030.802.695-00); Rui Melo de Carvalho (370.198.997-49).

3.3. Recorrente: Paulo Ramiro Perez Toscano (076.068.501-00).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Alessandra Nunes da Costa e outros, representando Deusiclea Barboza de Castro.

8.2. Juarez Morais Chaves e outros, representando Ceudesp - Centro de Educação Universitário e Desenvolvimento Profissional Ltda.

8.3. Maria Eroneide Alexandre Maia (12833/OAB-CE) e outros, representando Francisco Pessoa Furtado.

8.4. Antônio Lázaro Martins Neto (253540/OAB-DF) e outros, representando Raymundo José Santos Garrido.

8.5. Matheus Machado Mendes de Figueiredo (6597-E/OAB-DF) e outros, representando Raymundo Cesar Bandeira de Alencar.

8.6. Manoel de Santana Neto (13.708/OAB-DF), representando Itazil Fonseca Benicio dos Santos.

8.7. Vinícius Vilardo de Mello Cruz (21.419/OAB-CE) e outros, representando Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa.

8.8. Cristian Klock Deudegant (24734/OAB-DF) e outros, representando Paulo Ramiro Perez Toscano.

8.9. Iuri Mattos de Carvalho (16741/OAB-BA) e outros, representando Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos por Paulo Ramiro Perez Toscano contra o Acórdão 489/2018-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0919-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 920/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.826/2009-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda. (26.921.908/0001-21)

4. Órgão/Entidade: Governo do Estado de Goiás

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur

8. Advogados com procuração nos autos: Antônio Augusto Rosa Gilberti (OAB/GO 11.703), Carla Valente Brandão (OAB/GO 13.267) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda. contra o Acórdão 1858/2018-TCU-Plenário, que negou provimento ao recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1028/2015-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer dos embargos da empresa Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda., para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. comunicar o inteiro teor da presente deliberação à Procuradoria da República no Estado de Goiás, em consonância com o disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, bem como ao Ministério Público do Estado de Goiás, ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, à Secretaria da Saúde do Estado de Goiás, aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0920-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 921/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.940/2018-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Responsáveis: não há.

4. Instituições: Ministério do Turismo e Município de São Lourenço da Mata - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (Secex-Desenvolvimento).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de monitoramento da determinação proferida pelo item 1.8 do Acórdão 737/2018-Plenário, ao apreciar a denúncia autuada sob o TC 035.334/2015-0 diante da notícia sobre as irregularidades na execução dos Convênios 506/2010 e 263/2012 celebrados entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp junto ao então Ministério da Justiça e Cidadania e o Município de São Lourenço da Mata - PE;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar apenas parcialmente cumpridas as determinações prolatadas pelo item 1.8 do Acórdão 737/2018-TCU-Plenário e pelo item 1.7 do Acórdão 1.513/2019-TCU-Plenário;

9.2. determinar, nos termos do art. 250 II, do RITCU, que a Caixa Econômica Federal informe se a prestação de contas final do Contrato de Repasse 1009634/2013 (Siconv 792159/2013) teria sido efetivamente apresentada pelos gestores do Município de São Lourenço da Mata - PE, devendo encaminhar ao TCU, também, a subjacente análise técnica efetuada sobre toda a documentação porventura apresentada e o respectivo parecer emitido, com o subsequente pronunciamento conclusivo, ainda, sobre o efetivo estabelecimento do necessário nexo causal entre os recursos federais aportados e todos os supostos dispêndios incorridos no ajuste e sobre todos os demais elementos de convicção;

9.3. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.3.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Ministério do Turismo, para ciência, e à Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.2 deste Acórdão em sintonia com as determinações prolatadas pelo item 1.8 do Acórdão 737/2018-TCU-Plenário e pelo item 1.7 do Acórdão 1.513/2019-TCU-Plenário;

9.3.2. promova o monitoramento sobre a determinação proferida pelo item 9.2 deste Acórdão em sintonia com as determinações prolatadas pelo item 1.8 do Acórdão 737/2018-TCU-Plenário e pelo item 1.7 do Acórdão 1.513/2019-TCU-Plenário; e

9.3.3. arquive o presente feito, promovendo o subsequente apensamento do presente TC 016.940/2018-0 ao novo processo de monitoramento autuado em cumprimento ao item 9.3.2 deste Acórdão.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0921-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 922/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.705/2016-9.

1.1. Apenso: 029.469/2011-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Anna Thereza Chaves Loureiro (176.367.014-72); Construtora Cristo Rei Eireli (04.312.834/0001-93); Francisco de Oliveira Braga Neto (518.502.304-04); Grayson Kleber Silva Palitot (071.208.294-83); Maria Cenir Ramalho (380.555.974-72); Maria Vilma de Oliveira (263.227.734-53); Valdemir Moreira Palitot (818.477.008-10); Vani Leite Braga de Figueiredo (203.909.804-63)

3.2. Recorrentes: Valdemir Moreira Palitot (818.477.008-10); Construtora Cristo Rei Eireli (04.312.834/0001-93).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Conceição - PB.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Marcelo Antonio Rodrigues de Lucena (OAB/PB nº 21.734), representando Valdemir Moreira Palitot e Construtora Cristo Rei Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Valdemir Moreira Palitot e Construtora Cristo Rei Eireli em face do Acórdão 121/2019 - TCU - Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro, que havia conhecido e negado provimento aos recursos de reconsideração interpostos pelos ora embargantes contra o Acórdão 1653/2017 - TCU - Plenário, relator Ministro Bruno Dantas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Valdemir Moreira Palitot e Construtora Cristo Rei Eireli, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência do inteiro teor desta decisão aos recorrentes, por intermédio de seu advogado, nos termos do art. 179, § 7º, do Regimento Interno deste Tribunal, aos demais responsáveis nesta TCE, à Prefeitura Municipal de Conceição/PB e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0922-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 923/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.221/2018-1.

1.1. Apensos: 022.925/2018-0; 031.677/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entes: Municípios do Estado do Pará (143 Municípios).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada em Municípios do Estado do Pará para verificar a aplicação dos recursos dos precatórios do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), abrangendo o período de 1/1/2005 a 23/11/2018;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à unidade técnica que:

9.1.1. constitua processos apartados dos presentes autos, autuando-os como Tomadas de Contas Especiais, ex-vi do art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c art. 202, incisos I e II, e art. 209, §§5º e 6º, do Regimento Interno/TCU, com a citação solidária do gestor signatário do contrato advocatício e dos escritórios/profissionais contratados, adiante especificados, em face do efetivo pagamento de honorários advocatícios contratuais, a título de verba honorária de 20% (ou 10%) sobre os benefícios auferidos, com recursos dos precatórios do Fundef, para que no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem alegações de defesa e/ou recolham aos cofres do Fundeb do Município correspondente ou à conta corrente específica dos precatórios do Fundef, as quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente a partir das datas discriminadas até a data dos efetivos recolhimentos, abatendo-se na oportunidade, a quantia eventualmente já ressarcida na forma da legislação em vigor:

Processo de TCE	Responsável como gestor municipal signatário	Escritório advocatício e/ou advogado credor dos honorários referentes aos precatórios do Fundef	Valor (R$)	Data	Evidências
1	Izaldino Altoé (CPF 653.525.307-44) Ex-prefeito municipal de Jacundá/PA	Elsimar Roberto Packer (CPF 937.607.289-87);	8.363.620,17	16/2/2016	peça 60, p. 14-16
		Marcio Ziulkoski (CPF 946.819.960-68)	3.863.431,25	22/02/2016	peça 60, p. 14-16
2	Vagner Santos Curi (CPF 730.446.878-53) Falecido - Ex-prefeito municipal de Salinópolis/PA	Moraes & Fontelles Advogados Associados (CNPJ 07.491.324/0001-19) e Ronaldo Luiz Veiga Fontelles de Lima (CPF 401.309.322-72)	8.412.141,02	23/12/2015	Peça 36, p. 7 e Peça 59, p. 22-33
3	Paulo Pombo Tocantins (CPF 247.065.312-68) - Ex-prefeito municipal de Paragominas/PA	Moraes & Fontelles Advogados Associados (CNPJ 07.491.324/0001-19)	14.072.597,40	5/4/2017	Peça 61, p. 8-15; 21-22 81

9.1.2. Especificamente em relação ao Município de Marituba, promova as diligências necessárias, para confirmar se os pagamentos de honorários advocatícios, no valor total de R$ 7.453.617,13, ocorreram com os recursos dos precatórios do Fundef, após o que, caso positivo, deverá adotar, o mesmo encaminhamento do item 9.1.1;

9.1.3. promova diligências para verificar a destinação dada aos valores dos precatórios do Fundef recebidos pelos Municípios de Parauapebas, Paragominas, Marituba, Santarém Novo, Água Azul do Norte e Tucumã, após o que, verificada a aplicação em despesas que não são de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) ou não comprovada sua destinação, deverá ser proposto encaminhamento adequado à presente deliberação;

9.1.3.1. especificamente no caso do Município de Marituba, considerando os indícios mencionados no relatório de auditoria, verifique se houve pagamentos indevidos, expressamente vedados pelo Acórdão 2866/2018 - Plenário, a profissionais da educação, com recursos dos precatórios do Fundef, devendo propor encaminhamento compatível com a presente deliberação;

9.1.4. dar ciência da presente deliberação:

9.1.4.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

9.1.4.2. ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual do Pará, à Controladoria-Geral da União, à Advocacia-Geral da União e aos Municípios auditados nos presentes autos.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0923-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 924/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.957/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Levantamento

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidades: Banco do Brasil S.A.; BB Tecnologia e Serviços S.A.; Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

8. Representação legal: Murilo Muraro Fracari (22.934/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento realizado pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) com o intuito de coletar informações de contratações de TI do Banco do Brasil (BB), da Caixa Econômica Federal (CEF) e da empresa BB Tecnologia e Serviços (BBTS), no período de 2013 a 2017, bem como obter acesso aos correspondentes sistemas de contratação e execução financeira para subsidiar ações de controle futuras;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 determinar ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e à BB Tecnologia e Serviços S.A. que, no prazo de 180 dias, com fulcro no art. 17 da Lei 13.898/2019 e no art. 250, inciso II, do RITCU, disponibilizem informações atualizadas referentes a seus contratos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg;

9.2 recomendar ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e à BB Tecnologia e Serviços S.A. que, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso III, do RITCU:

9.2.1 na elaboração do plano anual de suas auditorias internas, considerem os critérios de risco apontados nesse levantamento e as contratações selecionadas com base nesses critérios;

9.2.2 incluam em seus sistemas informatizados utilizados nos processos de planejamento e gestão das contratações as informações referentes aos responsáveis pelo planejamento das contratações e aprovação das licitações, justificativas para contratação direta, e signatários dos contratos, no intuito de aperfeiçoar os processos e melhorar sua auditabilidade;

9.3 determinar à Secretaria de Gestão de Informações para o Controle Externo (SGI) que realize os estudos e procedimentos necessários para incorporar as informações dos sistemas informatizados de planejamento e gestão de licitações e contratações da Caixa Econômica Federal e da BB Tecnologia e Serviços S.A ao Sistema Alice, de forma similar ao projeto que vem sendo desenvolvido com o Banco do Brasil, no âmbito do TC 013.378/2017-1;

9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia de Informação (Sefti) que:

9.4.1 inclua em seu plano operacional a realização de auditorias de conformidade nos contratos celebrados pelo Banco do Brasil com a empresa Cobra Tecnologia S.A., no período de outubro de 2013 a julho de 2017;

9.4.2 elabore sumário executivo com os resultados consolidados do levantamento, para posterior submissão ao relator, para deliberação sobre sua divulgação;

9.5 tornar sigilosos o relatório da equipe de fiscalização (peça 39), o relatório e o voto pelo prazo de cinco anos, nos termos do art. 23, inciso VIII, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) c/c o art. 8º, inciso I, art. 9º, inciso VIII e §2º, da Resolução-TCU 294, de 2018, adotando as providências para que isso se reflita na base de dados desta Corte e no aplicativo "Classificação de peças do e-TCU com restrição de acesso", de modo que a concessão de vistas e cópias destes autos seja feita de acordo com as restrições ou permissões ali constantes, com acesso somente aos servidores que irão desenvolver atividades relacionadas aos autos;

9.6 encaminhar os Anexos 1-a, 1-b, 1-c destes autos, respectivamente, às auditorias internas do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BBTS, mantendo-se o sigilo das informações pelo prazo indicado no item 9.6, nos termos do art. 25, §2º, da Lei 12.527/2011;

9.7 enviar cópia da presente deliberação à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais à Secretaria de Governo Digital, ambas do Ministério da Economia, mantendo-se o sigilo das informações pelo prazo indicado no item 9.6, nos termos do art. 25, §2º, da Lei 12.527/2011;

9.8 autuar processo apartado de representação a fim de que a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia de Informação (Sefti) aprofunde a apuração dos indícios de irregularidades referentes aos contratos celebrados pela Caixa Econômica Federal com a empresa CPM Braxis e, nos termos do art. 43, II, da Lei 8.443/1992, realize imediatamente as audiências dos gestores responsáveis pelas seguintes irregularidades:

9.8.1 celebração de dez contratos, pela Caixa Econômica Federal, por dispensa e inexigibilidade de licitação, com a empresa CPM Braxis, inclusive os respectivos aditivos, no período de fevereiro de 2013 a março de 2015, com elevados indícios de descumprimento da legislação e da jurisprudência deste Tribunal, com destaque para o entendimento firmado pelo Acórdão 2.094/2004-TCU-Plenário, itens 9.1.2 e 9.1.3 (rel. Min. Marcos Bemquerer);

9.8.2 celebração de contratos com percentual de aditivos superior a 25%, relacionados nas Tabelas 14, 15 e 16 do relatório de levantamento, além dos Contratos 201496000097 (Banco do Brasil) e 337/2013 (Caixa Econômica Federal), em descumprimento ao disposto no art. 65, §§1º e 2º, da Lei 8.666/93.

9.9 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0924-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 925/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 021.503/2013-3.

1.1. Apensos: 035.248/2017-3; 018.365/2015-9; 025.071/2016-5; 004.750/2017-9; 004.754/2018-2; 028.945/2012-3; 014.896/2014-1

2. Grupo II - Classe de Assunto - I: Recursos de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Construtora Queiroz Garcia Ltda. (02.895.841/0001-30); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); João Batista Berretta Neto (007.981.859-53); Luiz Cláudio dos Santos Varejão (905.106.407-10).

3.2. Recorrentes: Construtora Queiroz Garcia Ltda. (02.895.841/0001-30); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); João Batista Berretta Neto (007.981.859-53); Luiz Claudio dos Santos Varejão (905.106.407-10).

4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Mucio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal: Renata Arnaut Araújo Lepsch (18.641/OAB-DF) e outros; Pablo Alves Prado (43164/OAB-DF) e outros; Ted Carrijo Costa (23.671/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Hideraldo Luiz Caron, Luiz Cláudio dos Santos Varejão, João Batista Berretta Neto e pela Construtora Queiroz Garcia Ltda., contra o Acórdão 1060/2017-TCU-Plenário, mantido pelo Acórdão 1.561/2017-TCU-Plenário, ambos da relatoria do E. Ministro José Mucio Monteiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência dessa deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0925-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 926/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.466/2016-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Advocacia-geral da União (26.994.558/0001-23); Fundação Cesgranrio (42.270.181/0001-16)

3.2. Responsáveis: Eunice de Oliveira Ferreira Santos (324.838.131-00); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-Inep (01.678.363/0001-43); Margo Gomes de Oliveira Karnikowski (484.667.860-15); Pedro Massad Júnior (279.379.411-20)

3.3. Recorrentes: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-Inep (01.678.363/0001-43); Fundação Cesgranrio (42.270.181/0001-16).

4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relatora da Deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal: Carolina Scheres Bicca (56875/OAB-RS), Dante Espinola de Carvalho Maia (25.720/OAB-PE), Isabella Felix da Fonseca (57.461/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-Inep e pela Fundação Cesgranrio, contra o Acórdão 925/2019-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 48 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame para, no mérito, dar-lhes parcial provimento, tornando insubsistentes os subitens 9.3 e 9.6 do Acórdão 925/2019-Plenário;

9.2. admitir, excepcionalmente, que, a seu critério, mediante demonstração motivada do pleno atendimento das finalidades e do interesse públicos, o Inep prorrogue o contrato objeto do Pregão Eletrônico 11/2016, para realização do Enad 2020;

9.3 esclarecer ao Inep que novas prorrogações, além de contrarias às regras estabelecidas no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993, ultrapassariam o limite de sessenta meses, expressamente previsto no referido dispositivo legal;

9.4. dar ciência aos gestores do Inep acerca da possibilidade de serem responsabilizados pela ausência das medidas necessárias à realização, em tempo hábil, das contratações inerentes à realização dos exames periódicos a cargo do referido instituto

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0926-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 927/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.969/2015-3.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Ramilson Araújo Moraes (828.371.044-34), ex-Prefeito; Francisco Dário Cavalcante Mota (683.526.033-53), ex-Presidente da Comissão de Licitação e Avaliação; J. Antônio de Morais Pires Eventos-ME (72.129.240/0001-00); Francisco Célio Saboya Freire-ME (10.265.678/0001-50).
4. Entidade: Município de Aiuaba/CE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE, atual Secretaria do TCU no Estado do Ceará - SEC/CE.
8. Representação legal:
8.1. de Ramilson Araújo Moraes: Dr. Antonio Braga Neto, OAB/CE 17.713; Ricardo Gomes de Souza Pitombeira, OAB/CE 31.566; Leonardo Roberto Oliveira De Vasconcelos, OAB/CE 18.185; Karla Renara Milério Benevides, OAB/CE 29.010; Joana Alencar Ferreira de Carvalho, OAB/CE 32.043, Priscila Gonçalves Brito, OAB/CE 33.289, Cássio Felipe Góes Pacheco, OAB/CE 17.410.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em face da impugnação total das despesas realizadas com recursos do Convênio 81/2009 (peça 1, p. 31-48), celebrado com o Município de Aiuaba/CE com o objetivo de apoiar a realização da festa de Carnaval nos dias 21 a 24/02/2009.
ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir o nome do Sr. Francisco Dário Cavalcante Mota do rol de responsáveis destes autos;
9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Ramilson Araújo Moraes e das empresas J. Antônio de Morais Pires Eventos-ME e Francisco Célio Saboya Freire-ME, com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992;
9.3. condenar o Sr. Ramilson Araújo Moraes, solidariamente com as empresas abaixo mencionadas, com fundamento no disposto no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, ao pagamento das quantias descritas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir da respectiva data até o dia da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento do débito ao Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor:
9.3.1. J. Antônio de Morais Pires Eventos-ME:

Valor Original (R$)	Data
98.479,38	23/04/2009

9.3.2. Francisco Célio Saboya Freire-ME:

Valor Original (R$)	Data
51.488,50	23/04/2009

9.4. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, individualmente, ao Sr. Ramilson Araújo Moraes, no valor de R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), à empresa J. Antônio de Morais Pires Eventos-ME, no valor de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais) e à empresa Francisco Célio Saboya Freire-ME, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, caso paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.7. declarar a inidoneidade das empresas J. Antônio de Morais Pires Eventos-ME e Francisco Célio Saboya Freire-ME para participar de licitação na Administração Pública Federal, pelo prazo de 2 (dois) anos, com base no art. 46 da Lei 8.443/1992 c/c art. 271 do RI/TCU;
9.8. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.
10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0927-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 928/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.236/2016-9.
1.1. Apensos: 023.456/2017-5; 041.426/2018-5; 043.461/2018-2
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame(Relatório de Auditoria)
3. Recorrente: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta) ().
4. Órgãos: Ministério da Economia; Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) em desfavor do Acórdão 2.569/2018-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, alterando o subitem 9.2.2 do Acórdão 2.569/2018-Plenário, que passa a ter a seguinte redação:
"9.2.2. à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, com base no caput do art. 37 da Constituição Federal (princípio da eficiência) e nos arts. 98 a 101 do Anexo I do Decreto 9.745/2019, que incentive as empresas estatais no âmbito do Poder Executivo federal a:
9.2.2.1. caso se mostre viável, ingressarem no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo federal (Sisp), conforme possibilidade constante do parágrafo único do art. 1º do Decreto 7.579/2011;
9.2.2.2. incrementarem as contratações de forma conjunta e a centralizarem as compras de softwares de grandes fabricantes, especialmente entre entidades e suas subsidiárias, de modo a desonerar as organizações públicas de, individualmente, levantar, entender e utilizar os modelos de comercialização dos grandes fabricantes de software, em consonância com os arts. 32, inciso I; 63, inciso IV; e 67 da Lei 13.303/2016, com a definição de soluções padronizadas, incluindo os softwares em si e seus serviços agregados, bem como as descrições padronizadas dos respectivos objetos;"
9.2. dar ciência desta decisão à recorrente e à Casa Civil da Presidência da República.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0928-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 929/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.386/2018-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação envolvendo a análise da situação jurídica dos servidores do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) admitidos nos quadros da entidade anteriormente à edição da Lei 8.181/1991,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro no art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. deixar assente que o tempo de exercício de funções comissionadas no âmbito da Embratur anteriormente à edição da Lei 8.181/1991, quando a entidade detinha a natureza jurídica de empresa pública, não é computável para fins de incorporação de "quintos" ou pagamento da vantagem "opção" (art. 193 da Lei 8.112/1990), consoante disposto no art. 8º da Lei 8.911/1994;
9.3. dar ciência desta deliberação ao Instituto Brasileiro de Turismo;
9.4. autorizar o oportuno arquivamento dos autos.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0929-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 930/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.248/2010-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Município de Boa Vista - RR (05.943.030/0001-55); Secretaria de Programas Regionais - MI
3.2. Responsáveis: Anilton Moreira de Menezes (027.830.292-00); José Wilson de Moura Teixeira (325.954.923-49); Maria Teresa Saenz Surita Guimarães (385.344.601-91); Nélio Afonso Borges (310.584.426-00); Sergen Serviços Gerais de Engenharia S A (33.161.340/0008-20)
3.3. Recorrentes: Anilton Moreira de Menezes (027.830.292-00); José Wilson de Moura Teixeira (325.954.923-49).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Boa Vista - RR.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Josue dos Santos Filho (236/OAB-RR), representando Sergen Serviços Gerais de Engenharia S A.
8.2. Públio Rêgo Imbiriba Filho (258/OAB-RR), representando José Wilson de Moura Teixeira e Anilton Moreira de Menezes;
8.3. Maryvaldo Bassal de Freire (066-A/OAB-RR), representando Nélio Afonso Borges.
8.4. Alexandre Matsuda Nagel (18.917/OAB-DF) e outros, representando Maria Teresa Saenz Surita Guimarães.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por José Wilson de Moura Teixeira e Anilton Moreira de Menezes contra o Acórdão 2.841/2012-Plenário, que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenando-os em débito e aplicando-lhes multa;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e, no mérito, dar-lhes provimento;
9.2. tornar insubsistentes os itens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5. do Acórdão 2.841/2012-Plenário;
9.3. julgar regulares as contas de Nélio Afonso Borges, José Wilson de Moura Teixeira e Anilton Moreira de Menezes;
9.4. dar ciência aos recorrentes, aos interessados e à Procuradoria da República no Estado de Roraima.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0930-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 931/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.522/2019-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).
4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetroleo).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria, realizada no âmbito do Fiscobras 2020, em que foram verificados os procedimentos dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) e outros aspectos legais, técnicos e de gestão do empreendimento Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) Rota 3.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar a oitiva da Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobras - para, com fundamento no art. 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as perdas econômicas do Projeto Integrado Rota 3, relatadas na seção III.1 do presente relatório de auditoria, e sobre as tratativas empreendidas junto à Agência Nacional de Petróleo (ANP) para a resolução do problema, juntando os documentos comprobatórios dessas ações;

9.2. determinar a oitiva da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP - para, com fundamento no art. 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU, no prazo de até 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as perdas econômicas do Projeto Integrado Rota 3, relatadas na seção III.1 do presente relatório de auditoria, apresentando esclarecimentos, no mínimo, para os seguintes pontos:

9.2.1. diminuição da capacidade de processamento pela inexistência do gasoduto Itaboraí-Guapimirim;

9.2.2. o histórico, a descrição completa, motivação e conclusões, sobre as providências da ANP acerca da não realização do procedimento licitatório da concessão, em confronto com a afirmação da Petrobras de que, mesmo que ocorra a implementação, esta ocorrerá somente depois das demais obras do projeto, levando a um impacto de US$ 945 milhões negativos no projeto, bem assim os impactos para a União e Estados, decorrentes da não arrecadação de tributos advindos da produção e comercialização do gás natural.

9.2.3. a visão da ANP quanto à pertinência do modelo de outorga vigente para os gasodutos de transporte;

9.2.4. o histórico, a descrição completa, as conclusões, as providências já tomadas, aquelas em curso e as futuras, acerca das tratativas da ANP com a Petrobras com vistas a minimizar os impactos do atraso na conclusão do Projeto Integrado Rota 3;

9.2.5. o cronograma atualizado com os principais marcos para a realização de novo procedimento licitatório, caso exista.

9.3. determinar a oitiva do Ministério de Minas e Energia - MME, com fundamento no art. 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU, para, no prazo de até 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as perdas econômicas do Projeto Integrado Rota 3, relatadas na seção III.1 do presente relatório de auditoria, apresentando esclarecimentos, no mínimo, para os seguintes pontos:

9.3.1. a visão do MME quanto ao modelo de outorga vigente para os gasodutos de transporte;

9.3.2. as providências adotadas ou que deveriam ser tomadas pela ANP acerca da licitação do gasoduto Itaboraí-Guapimirim.

9.4. dar ciência à Petrobras da necessidade de se aplicar as multas previstas no contrato 0804.0106414.17.2, caso a contratada não cumpra os requisitos contratuais;

9.5. tornar público o relatório da unidade técnica (peça 18), à exceção das Figuras 4, 5, 9, 10 e 13; e fazer incidir sobre as peças e papéis de trabalho a classificação proposta no aplicativo "Classificação de peças do e-TCU com restrição de acesso", de modo que a concessão de vistas e cópias destes autos seja feita de acordo com as restrições ou permissões ali constantes;

9.6. enviar cópia desta deliberação ao Ministério de Minas e Energia (MME), ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), alertando-os do caráter sigiloso das Figuras 4, 5, 9, 10 e 13, devendo ser por eles mantido, nos termos do art. 25, §2º, e art. 26, caput, ambos da Lei 12.527/2011 (LAI), e art. 18, § 2º da Resolução-TCU 294, de 18/4/2018; e

9.7. dar ciência desta deliberação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO).

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0931-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 932/2020 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.422/2016-1.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação
3. Responsáveis: Emilia Amaral Silva Rolim, Superintendente Adjunta de Administração substituta (CPF 022.655.832-00); Flávia Skrobot Barbosa Grosso, Superintendente da Suframa (CPF 026.631.392-20); Francisco Arnóbio Bezerra Mota, Superintendente Adjunto de Administração (CPF 027.176.702-20); José Ribamar do Nascimento Araújo, Coordenador Geral de Modernização e Informática em exercício (CPF 026.285.462-72); Plínio Ivan Pessoa da Silva, Coordenador Geral de Execução Orçamentária e Financeira (CPF 145.889.862-87); Raimunda Iracema de Castro Pacheco, Superintendente Adjunta de Administração (CPF 046.700.192-87); Sebastião Gonçalves de Araújo Filho, Coordenador Geral de Modernização e Informática (CPF 363.811.011-72); Thomaz Afonso Queiroz Nogueira, Superintendente da Suframa (CPF 115.834.362-00); Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (CNPJ 04.153.540/0001-66).
4. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amazonas (Sec-AM); Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
8. Representação legal:
8.1. Farid Mendonca Junior (6969/OAB-AM), representando Thomaz Afonso Queiroz Nogueira.
8.2. Antenor dos Santos Neves, representando Fucapi.
8.3. Marco Antonio Portella de Macedo (2039/OAB-AM), representando Emilia Amaral Silva Rolim.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formalizada em processo apartado em atendimento ao item 9.3 do Acórdão 2.271/2016-TCU-Plenário (TC-016.978/2014-5), que apreciou fiscalização realizada na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para verificação da execução do Contrato 19/2008, firmado com a Fundação Centro de Análise, Pesquisas e Inovação Tecnológica (Fucapi) com vistas à prestação de serviços de tecnologia da informação (TI),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar este processo com fundamento no art. 169, inciso V, do RI/TCU; e

9.2. dar ciência deste Acórdão aos responsáveis, à Suframa e à Fucapi.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0932-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 933/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 037.111/2018-3.
1.1. Apenso: 007.765/2019-3
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Monitoramento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento instaurado pela então Secex-MT com objetivo de verificar o cumprimento dos itens 9.7 e 9.8 do Acórdão 2.207/2018-Plenário (TC 015.932/2018-4), que cuidou de auditoria nas contratações de TI da Funasa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. autorizar a Funasa a utilizar, caso ainda não o tenha feito, os equipamentos já entregues e pagos no âmbito do Contrato 2/2019, celebrado com a empresa Dell Computadores do Brasil Ltda.;

9.2. restituir os autos à Sefti, a fim de que:

9.2.1. considerando os elementos aduzidos no voto, pronuncie-se conclusivamente quanto aos seguintes aspectos relacionados ao Contrato 2/2019:

9.2.1.1. necessidade da referida contratação, considerando especialmente os apontamentos da auditoria interna da Funasa e o Plano Diretor de TI 2016-2019;

9.2.1.2. suposta utilização de requisitos técnicos superestimados para a referida contratação, considerando especialmente os apontamentos da auditoria interna da Funasa e as contratações semelhantes identificadas;

9.2.1.3. quantitativos contratados e a destinação de 790 máquinas para a sede da Funasa;

9.2.1.4. eventual existência de sobrepreço;

9.2.1.5. os valores efetivamente pagos.

9.2.2. promova a audiência do Sr. Carlos Luiz Barroso Júnior, em razão do atraso na publicação do extrato do Contrato 02/2019, celebrado em 16/1/2019, em desatenção ao parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993;

9.2.3. aprofunde o exame quanto à prestação de serviços de TI sem cobertura contratual, especialmente no que se refere ao Contrato 90/2012, autorizando-se a realização de diligências, inspeções e oitivas que se afigurarem necessárias;

9.3. remeter cópias do presente Acórdão à Funasa e ao gestor, para subsidiar sua manifestação.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0933-12/20-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 934/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 038.281/2019-8.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Representante: RN Projetos e Gerenciamento de Obras Ltda. (CNPJ 21.508.287/0001-35).
4. Órgão: Escola de Guerra Naval.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela RN Projetos e Gerenciamento de Obras Ltda., nos termos do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, e dos arts. 235 e 237, VII, do RITCU, sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico 25/2019 conduzido pela Escola de Guerra Naval (EGN) para a contratação de serviços comuns de engenharia em prol da ampliação do Setor de Ensino a Distância (Sead) no Rio de Janeiro - RJ sob o valor total estimado de R$ 120.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos dos arts. 235 e 237, VII, do RITCU e do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. manter a cautelar suspensiva deferida pelo Acórdão 95/2020-TCU-Plenário;

9.3. determinar, nos termos do 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, que a Escola de Guerra Naval adote as seguintes medidas:

9.3.1. promova, no prazo de 15 (quinze) dias, a devida anulação do Pregão Eletrônico 25/2019, com todos os eventuais atos administrativos subsequentes, devendo informar o TCU sobre o efetivo cumprimento dessa medida ao final do referido prazo;

9.3.2. atente - nos futuros certames similares ao referido Pregão Eletrônico 25/2019 - para a necessidade de efetiva comprovação da qualificação econômico-financeira da empresa vencedora, diante da irregular conclusão da administração pública no sentido de o mero registro da empresa no Sicaf ser suficiente para a efetiva comprovação da sua qualificação econômico-financeira, até porque, ao não disponibilizar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis para o último exercício financeiro, o Sicaf não permitiria, por si só, a plena comprovação da boa e regular situação econômico-financeira da empresa-licitante e, assim, teria restado na malsinada habilitação da Metro 2 Construções e Reformas - Eireli perante o aludido Pregão Eletrônico nº 25/2019;

9.3.3. abstenha-se, doravante, de aceitar a apresentação de documentação, a despeito das evidências de inidoneidade, a partir da suscitada habilitação técnica pela apresentação de atestados referentes à suposta prestação de serviços em data posterior à própria constituição da respectiva empresa ou pela apresentação de suposta ART sobre contratos públicos sem a subjacente admissão, no entanto, das correspondentes subcontratações, como observado nas ART apresentadas pela Metro 2 Construções e Reformas - Eireli no Pregão Eletrônico 25/2019, fazendo referência a obras públicas realizadas por outra empresa em procedimentos licitatórios e contratos públicos com a expressa vedação à subcontratação dos itens de serviço;

9.4. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.4.1 promova a autuação de processo apartado de representação, por cópia integral do presente processo, para a efetiva apuração dos robustos indícios de fraude ao Pregão Eletrônico nº 25/2019 indicados pela Selog no presente TC 038.281/2019-8 em face da eventual possibilidade de superveniente declaração de inidoneidade em desfavor da Metro 2 Construções e Reformas - Eireli e da VS Leal Construção e Engenharia - Eireli, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443, de 1992;

9.4.2. promova, no âmbito do processo autuado por força do item 9.4.1 deste Acórdão e em sintonia com o art. 250, V, do RITCU, a oitiva da Metro 2 Construções e Reformas - Eireli e da VS Leal Construção e Engenharia - Eireli para, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, apresentarem as suas defesas sobre todas as falhas anunciadas no presente feito e, especialmente, sobre os seguintes indícios de irregularidade:

9.4.2.1. os atestados de capacidade técnica apresentados pela Metro 2 e emitidos pela VS Leal Construção e Engenharia seriam inidôneos, pois as obras indicadas nos aludidos atestados estariam vinculadas aos Pregões Eletrônicos 16/2018 e 29/2018 vencidos pela VS Leal (Peça 1, p. 46 e p. 67), tendo os correspondentes termos de referência nesses certames indicado expressamente, contudo, a impossibilidade de subcontratação dos respectivos objetos pactuados (Peça 1, p. 64 e 83), e, por esse prisma, a suposta participação da Metro 2 nas correspondentes obras não teria amparo legal; e

9.4.2.2. as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART (Peça 1, p. 48 e 69) apresentadas pela Metro 2 indicariam que os itens de serviço teriam sido realizados entre 20/9 e 20/12/2018 (para o Pregão Eletrônico 16/2018) e entre 14/1 e 14/5/2019 (para o Pregão Eletrônico 29/2018), a despeito de a Metro 2 ter iniciado as suas atividades somente em 30/4/2019 (Peça 7: data posterior à suposta emissão das aludidas ART);

9.4.3. promova, no âmbito do processo autuado por força do item 9.4.1 deste Acórdão e em sintonia com o art. 250, IV, do RITCU, a audiência dos membros da comissão de licitação junto à Escola de Guerra Naval, além dos demais gestores responsáveis pela condução do Pregão Eletrônico nº 25/2019, para, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, apresentarem as suas justificativas sobre todas as falhas anunciadas no presente feito e, especialmente, sobre as seguintes falhas:

9.4.3.1. indevida aceitação de documentação, a despeito das evidências de inidoneidade, a partir da suscitada habilitação técnica pela apresentação de atestados referentes à suposta prestação de serviços em data posterior à própria constituição da respectiva empresa ou pela apresentação de suposta ART sobre contratos públicos sem a subjacente admissão, no entanto, das correspondentes subcontratações, como observado nas ART apresentadas pela Metro 2 Construções e Reformas - Eireli no Pregão Eletrônico 25/2019, fazendo referência a obras públicas realizadas por outra empresa em procedimentos licitatórios e contratos públicos com a expressa vedação à subcontratação dos itens de serviço; e

9.4.3.2. indevida ausência de efetiva comprovação sobre a qualificação econômico-financeira da empresa vencedora, diante da irregular conclusão da administração pública no sentido de o mero registro da empresa no Sicaf ser suficiente para a efetiva comprovação da sua qualificação econômico-financeira, até porque, ao não disponibilizar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis para o último exercício financeiro, o Sicaf não permitiria, por si só, a plena comprovação da boa e regular situação econômico-financeira da empresa-licitante e, assim, teria restado na malsinada habilitação da Metro 2 Construções e Reformas - Eireli perante o aludido Pregão Eletrônico nº 25/2019;

9.4.3.3. superveniente promoção de algumas ingerências sobre o aludido Pregão Eletrônico nº 25/2019, a despeito de o certame estar suspenso a partir da cautelar deferida pelo Plenário do TCU;

9.4.4. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Metro 2 Construções e Reformas - Eireli e à VS Leal Construção e Engenharia - Eireli, além do envio aos membros da comissão de licitação junto à Escola de Guerra Naval, para facilitar a correspondente manifestação no âmbito do processo autuado por força do item 9.4.1 deste Acórdão em consonância com os itens 9.4.2 e 9.4.3 deste Acórdão; e

9.4.5. arquive o presente processo por intermédio do definitivo apensamento deste TC 038.281/2019-8 ao novo processo autuado por força do item 9.4.1 deste Acórdão, sem prejuízo de, no bojo desse novo processo, promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3.1 deste Acórdão.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0934-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 935/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 039.129/2018-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Controladoria-Geral da União (Vinculador); Ministério da Economia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos representação acerca da ausência normativa relacionada aos termos de execução descentralizada,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, para considera-la procedente;

9.2. determinar ao Ministério da Econcomia e à Controladoria-Geral da União que, no prazo de 180 dias, demonstrem, conjuntamente, que já foram mitigados os riscos de desvirtuamento no uso do termo de execução descentralizada e de falta de transparência na gestão dos recursos operacionalizados por meio desse instrumento, ou, alternativamente, que apresentem plano de ação, prevendo as medidas a serem adotadas, as unidades e os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para sua implementação.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0935-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 936/2020 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 040.476/2019-7

2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Denúncia (com pedido de medida cautelar)

3. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Penitenciário Nacional - Depen/Ministério da Justiça e Segurança Pública

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia acerca de possíveis irregularidades referentes ao Edital de Chamamento Público nº 1/2019, de responsabilidade do Departamento Penitenciário Nacional (Depen),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos artigos 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

9.2. considerar, no mérito, com fundamento no art. 276, § 6º, do Regimento Interno deste Tribunal, a presente denúncia improcedente;

9.3. considerar prejudicada a medida cautelar pleiteada;

9.4. informar ao Departamento Penitenciário Nacional - Depen/Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao denunciante que o conteúdo desta deliberação poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.5 encaminhar cópia desta deliberação ao Senador José Reguffe;

9.6. retirar o sigilo dos autos, mantendo-o somente em relação denunciante, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) c/c os arts. 3º, inciso III, e 8º, § 3º, inciso II, da Resolução-TCU 294/2018;;

9.7. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, II, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0936-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 937/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 041.215/2018-4.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Bruno Muniz Alves (CPF 006.120.139-10); Márcio Borges (CPF 361.656.540-53).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal:

8.1. Rodrigo Zanella Marcon (OAB-SC 24.386), entre outros, representando Bruno Muniz Alves;

8.2. Micheline Lodetti (OAB-SC 9.287), entre outros, representando Márcio Borges.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor de Bruno Muniz Alves, como então empregado da Caixa, diante do dano ao erário perpetrado a partir de irregularidades em fraudulentas concessões de operações de crédito contratadas junto à correspondente agência em Tubarão - SC, tendo as falhas sido originalmente detectadas no bojo do Processo Administrativo - PAD nº SC.0425.2013.A.000098;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Márcio Borges, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b", 19, parágrafo único, e 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para lhe aplicar a multa prevista no art. 58, II e III, da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU) o recolhimento da dívida em favor do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.2. julgar irregulares as contas de Bruno Muniz Alves, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "c" e "d", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora calculados desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da referida dívida em favor da Caixa Econômica Federal, abatendo os eventuais pagamentos já realizados, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU), sob as seguintes condições:

Valor Histórico (R$):	Data da Ocorrência:
18.436,71	11/9/2012
5.032,81	13/9/2012
11.108,46	2/10/2012
18.925,70	13/12/2012
5.207,00	28/1/2013
9.878,29	14/2/2013
16.229,25	14/2/2013
11.234,82	20/2/2013
51.066,21	11/3/2013
12.953,09	16/3/2013
22.465,85	11/4/2013
18.617,14	12/12/2013

9.3. aplicar em desfavor de Bruno Muniz Alves a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, diante do não atendimento às notificações;

9.6. solicitar, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, que a Caixa Econômica Federal adote as medidas necessárias ao arresto dos bens de Bruno Muniz Alves, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 275 do RITCU, diante da eventual ausência de comprovação do efetivo recolhimento das aludidas dívidas dentro do prazo estabelecido por este Acórdão, devendo informar o TCU sobre o resultado da adoção da correspondente medida no prazo de 90 (noventa) dias contados da ciência desta deliberação;

9.7. considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por Bruno Muniz Alves, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do RITCU;

9.8. decretar a inabilitação de Bruno Muniz Alves, pelo período de 8 (oito) anos, para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;

9.9. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:

9.9.1. à Caixa Econômica Federal, para ciência e adoção das providências cabíveis para o efetivo cumprimento, entre outros, ao item 9.6 deste Acórdão;

9.9.2. à Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção das providências determinadas pelo item 9.8 deste Acórdão; e

9.9.3. à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, para ciência e adoção de eventuais medidas no bojo da Ação Penal 5011183-37.215.4.04.7200.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.

11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0937-12/20-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 938/2020 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 045.710/2012-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (vinculador).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social (SecexPrevi).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pelo E. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, acerca da possibilidade de órgão da Administração Direta celebrar novo convênio, para fins de manutenção da prestação de assistência à saúde suplementar, com entidade que esteja registrada junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) como operadora na modalidade de autogestão, em especial com a Fundação de Seguridade Social (Geap), até o julgamento definitivo da matéria pelo Supremo Tribunal Federal (STF);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. levantar o sobrestamento do presente processo, nos termos do art. 157 do RI/TCU;

9.2. conhecer da presente consulta, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso VI, §§ 1º e 2º, e art. 265 do RI/TCU, para, no mérito considerá-la prejudicada por perda de objeto;

9.3. dar ciência deste acórdão ao consulente;

9.4. encerrar o presente processo com fundamento no art. 169, inciso III, do RI/TCU.

10. Ata n° 12/2020 - Plenário.
11. Data da Sessão: 15/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0938-12/20-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Benjamin Zymler.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 30 minutos, foi encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 22 de abril de 2020.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

2ª CÂMARA

ATA Nº 10, DE 16 DE ABRIL DE 2020
(Sessão Virtual da 2ª Câmara)

Presidente: Ministra Ana Arraes
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 14 horas e 30 minutos, foi aberta a sessão virtual da Segunda Câmara, com a participação dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 9, referente à sessão realizada em 6 de abril de 2020.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-020.754/2019-1 e TC-029.362/2014-8, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes;

- TC-003.676/2015-3, de relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

- TC-006.744/2019-2, TC-022.047/2015-8, TC-031.614/2015-9 e TC-033.743/2019-3, cujo Relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 3582 a 3982.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos nºs 3983 a 4078.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo nº 007.531/2015-0, cujo Relator é o Ministro Aroldo Cedraz, foi adiada para a sessão de 12 de maio de 2020, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Raimundo Carreiro.

ACÓRDÃOS APROVADOS

Os acórdãos de nºs 3582 a 3982, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os Acórdãos de nºs 3983 a 4078, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, os votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 10/2020 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 3582/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.152/2020-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Maria de Moraes Pereira (150.788.681-00); Antonio Augusto Soares (146.080.901-78); Edmilson Marques da Silva (153.038.021-91); Jorge Alo (033.836.281-91); Jose da Silveira Batista (033.809.551-91); Laudeci Jacobina dos Santos (101.647.311-72); Maria do Espirito Santo Pecego da Costa (146.357.391-04); Napoleao Moreira de Oliveira (120.391.281-15); Regina Mara Silva de Vasconcelos de Oliveira (773.858.611-72); Santino Bispo da Silva (184.144.781-15)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3583/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.058/2020-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Angelica Farias (057.841.903-34); Eunice Alcantara Lopes (153.909.183-04); Fernando Martins de Andrade (091.151.453-87); Francisca Chaves Rossas (061.561.773-53); Francisco de Freitas Filho (092.257.143-00); Gilvania Ferreira Castro Grangeiro (081.145.103-82); Lina Pereira do Nascimento (154.864.943-00); Maria Fernandes Amorim (139.377.073-87); Pedro Alves da Costa Filho (121.981.293-53); Pedro Cesar Maia Araujo (113.983.103-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3584/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.063/2020-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Amelia Galvao Soares Silva (179.583.261-49); Iraneide da Graca dos Santos Gomes (147.332.183-20); Joana Luiza de Araujo Lobato (124.760.483-72); Jose Antonio Pereira Cunha (093.728.813-68); Josenilda Catao Constantino (048.652.782-49); Lucinei Rosa de Assis (198.374.023-34); Luis Gonzaga Alves Sousa (044.396.603-63); Maria Cristina Beirao da Costa e Silva (220.476.113-34); Maria Jeanne Borges Duailibe de Deus (239.101.193-87); Maria do Carmo Sousa Martins (903.794.388-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3585/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.109/2020-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Maria Martensen Roland Kaleff (382.927.008-97); Edivaldo Santos Gomes da Silva (492.556.147-20); Fernando Manoel de Oliveira (429.355.807-10); Glauco Bienenstein (487.473.357-34); Italo Martins de Oliveira Junior (281.956.717-72); Ivana Arquejada Faes (804.700.847-15); Katia Martins Lopes de Azevedo (799.948.497-00); Luiz Renato Vallejo (372.709.587-34); Maria Beatriz Costa Soares (475.199.087-04); Waldir Sergio Miralha Monteiro (378.086.807-53)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3586/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria de Gelasio Nelson Cunha, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.379/2020-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Gelasio Nelson Cunha (025.665.673-87),

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3587/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.429/2020-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Flavio Lopes de Oliveira (130.457.170-04); Flavio Lopes de Oliveira (130.457.170-04); Genesio Alves de Vasconcellos (103.596.137-72); Isnald de Holanda Vasconcelos (014.987.624-68); Manoel Umbelino de Araújo (127.514.305-97); Marcolino Tavares da Silva (022.618.801-97); Nysio Prado Meinicke (030.880.497-04); Sebastiao Soares Silva (038.662.466-68); Sulivan Calife Damião (103.396.047-00); Teodoro Seguins Filho (064.095.473-15)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3588/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho

de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.459/2020-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Roberto Danini (864.026.178-49); Magno Clodoveo Bucci (258.453.738-91); Marco Antonio Villa (697.037.878-00); Maria Inez Rauter Mancuso (600.198.918-49); Maristela Olzon Monteiro Dionysio de Souza (988.276.858-04); Nemesio Neves Batista Salvador (086.757.591-34); Paulo Roberto Bescow (241.123.307-82); Pedro Gervasio Faulin (242.824.568-68); Raquel de Lima Camargo Giordano (013.100.148-50); Roberto Chust Carvalho (314.316.317-87)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3589/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Paulo Falconi, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.540/2020-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Falconi (116.824.507-91)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3590/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jonas Medeiros Batista, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.195/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jonas Medeiros Batista (106.171.325-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Na Bahia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3591/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Ricardo da Silva Terres, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes providências:

1. Processo TC-009.522/2020-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ricardo da Silva Terres (228.109.940-72)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Criciúma/sc - Inss/mps

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Gerência Executiva do INSS em Criciúma/SC que justifique, com o envio da documentação pertinente, consistente, por exemplo, na cópia da decisão judicial e da ação executória, bem como do parecer do órgão, a inclusão da rubrica "DECISÃO JUDICIAL N TRAN JUG AP" nos proventos de Ricardo da Silva Terres.

ACÓRDÃO Nº 3592/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria de Joaquim de Romulo Cota, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.945/2020-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joaquim de Romulo Cota (038.159.006-20)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3593/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.949/2020-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria de Fátima Figueiredo de Menêses (176.765.684-04); Mario Alberto de Albuquerque (674.411.654-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3594/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Joao Batista Alves Reis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.970/2020-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joao Batista Alves Reis (951.932.868-87)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - São Paulo Centro/sp - Inss/mps

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3595/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Julio Cesar Crisóstomo Pinto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.006/2020-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Julio Cesar Crisóstomo Pinto (307.927.897-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Ceará

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3596/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria de Carlos Horminio Rebelo e Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.007/2020-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Horminio Rebelo e Silva (096.819.060-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3597/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Joanizete de Oliveira Zewe, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.016/2020-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Joanizete de Oliveira Zewe (275.416.731-53)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/df e TO

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3598/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Pardal Pereira Guimarães, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.539/2019-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Pardal Pereira Guimarães (061.160.431-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Goiás

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3599/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Paulo Roberto Gomes Pereira Junior, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.019/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paulo Roberto Gomes Pereira Junior (151.822.387-70)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando da Marinha (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3600/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.806/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carla Daiane Sousa Santana (835.463.835-91); Danilo Santos Paixao (030.812.135-09); Patricia Raquel Santos Campos (026.716.665-60); Paulo Gabriel Freitas de Vasconcelos (052.051.055-00); Silvia Lorena Fiscina Leal (015.410.435-37); Walquiria Maria dos Reis Goes Machado (166.192.505-72)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3601/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.834/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dalci Alves de Oliveira (398.920.006-25); Fabio Kleber Claro da Silva (120.053.826-98); Gustavo Guimaraes de Oliveira Porto (073.005.416-07); Lorena Luana Abreu Pena (103.066.076-03); Marco Antonio Fidelis Vasconcelos (080.818.806-23); Marcos Paulo Ferreira (109.234.106-43); Matheus Barcia Miranda (117.042.126-18); Paulo Renato Rabelo Cosac Schmalz (081.603.386-27); Renata Barbosa Mendes (123.610.336-07); Yuri Pedra de Souza (087.961.766-79)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3602/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Allisson Dantas de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.926/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Allisson Dantas de Oliveira (084.163.594-31)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3603/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.140/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Caciane Peinhopf Mega (061.142.669-27); Carlos Eduardo Pieri (008.959.319-74); Daniele Pozzebon da Rosa (004.917.590-45); Frederico de Oliveira Santos (052.784.886-70); Helvio Silvester Andrade de Sousa (027.186.133-94); Juliana Rechetelo (032.570.939-42); Mateus Ritter Pasini (090.788.759-76); Raphael da Costa Neves (835.474.280-68); Soraya Juliane da Silva (049.075.689-16); Stenio Severino da Silva (113.364.947-51)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3604/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.214/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adan Santos Martens (062.000.119-40); Anderson Emidio de Macedo Goncalves (022.102.989-38); Emilia Laudiceia Moreira (640.313.819-72)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3605/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Janaina Muniz Picolo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.379/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Janaina Muniz Picolo (351.440.188-82)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3606/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.437/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Carolina Fernandes de Oliveira (062.080.654-02); Fabiana Pereira da Silva (014.678.064-71); Fabiola Viviane Rodrigues da Silva (071.644.854-88); Fagner Carvalho Leite (013.257.214-17); Felipe Luiz Pereira do Nascimento (084.144.724-19); Joyce Ellen Cavalcante Silva (061.830.034-17); Pekcos Gomes de Oliveira (025.736.224-01); Quezia Fonseca de Mendonca (052.737.744-97); Recidia Rayane Reboucas Fernandes (046.089.034-46); Thiago Roberto Maciel Grossi (046.006.594-73)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3607/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.541/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Josiane Laila Bernardes Angelo Santos (044.921.626-82); Mirna Bastos Marques (677.135.726-00); Pablo Moreno Fernandes Viana (013.762.366-64); Patricia Mattar (055.746.596-62)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3608/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.583/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudete Labatut Pinto (008.381.697-67); Gabriella Pereira (126.549.387-19); Geilza Pinheiro Goncalves (747.848.707-68); Gleice Correa Vieira de Souza (137.154.747-50); Gloria Lucia Nunes Franco (912.794.967-20); Grace Kelly Rodrigues (723.760.667-00); Iagho Ezequiel Mendes Estevao Santos (114.447.537-62); Ingrid Goncalves da Silva (124.540.597-70); Julio Cesar da Silva do Valle (116.110.767-30); Rose Mary da Silva Santos (885.929.017-15)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3609/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Livia Nascimento Monteiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.672/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Livia Nascimento Monteiro (068.651.186-77)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3610/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.712/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joao Victor Guinelli da Silva (143.847.177-76); Jonathan Nogueira Gois (118.848.627-64)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3611/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.807/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula da Silva Carvalho (005.051.231-50); Chenia Hanisch de Souza (020.506.471-07); Cosmeilson Rodrigues Soares (004.733.001-50); Eleomar Vilela de Moraes (487.817.461-72); Flavia Dockhorn Rodrigues (042.506.931-12)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3612/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.835/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abdala Carim Nabut Neto (014.026.101-06); Alfredo Roque de Oliveira Freire Filho (045.330.605-52); Barbara Novaes Medeiros (075.724.356-88); Claudia Barreto Azevedo (709.619.561-00); Ellis Regina Araujo da Silva (484.502.271-00); Ivan Soares Ferreira (705.933.101-87); Jose Fernnell Arenas Gomez (700.376.661-26); Maria Emilia Schutesky Della Giustina (726.441.251-20); Rosana Maria Nascimento Castro Silva (020.069.721-89); Tatiane dos Santos Duarte (095.080.567-03)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3613/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.938/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edward Douglas de Melo Pereira Junior (041.183.011-21); Gabriela Gonzaga Moreira (101.649.737-70); Genara Lopes Buhler (822.779.660-53); Raflesia Timoteo Silva Giffoni (047.904.983-10); Raphael Blanco Lombardi (036.072.941-00); Renata Arraes Duarte (026.839.211-01); Rodrigo Andrade Silveira de Araujo (008.182.845-44); Silvana Bergmann Prestes Gusmao (019.123.631-43); Talya Vogado Guimaraes (004.776.471-62); Vitour Gonsalves Tourino (864.124.181-72)

1.2. Órgão/Entidade: Telecomunicações Brasileiras S.a.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3614/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.956/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cleibel Patricia Rivera Belchior (545.119.682-68); Jose Solano de Moraes Neto (029.604.103-35)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3615/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Patricia Scheidegger Santos Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.020/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Patricia Scheidegger Santos Oliveira (112.779.287-38)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3616/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.050/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alaiz Regina de Andrade (408.588.127-20); Alessandra Camargo da Silveira (091.047.927-50); Alessandra Maria Silva Marques (087.078.027-14); Alessandra Souza Campany (051.874.377-20); Alessandra do Desterro (054.776.947-42); Alexandra Loio Amenta Portugal (035.412.707-13); Alexandre Alves da Silva (070.268.417-18); Alexandre Viveiros de Carvalho (886.403.537-00); Alexandre de Miranda e Lemos (000.968.557-03); Aline Freitas da Silva Coutinho (105.344.037-51)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3617/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.075/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Claudia Nolasco da Costa (026.583.945-94); Ana Paula Rodrigues Guimaraes (007.548.821-36); Antonio Felipe Silva Carvalho (062.694.383-30); Cilene Souza Santos (936.932.065-20); Gabriella de Oliveira Sousa Araujo (005.585.151-77); Giuliana Amanda de Oliveira (096.737.224-04); Iwyson Henrique Fernandes da Costa (045.517.503-95); Lucas Hofstadler Peixoto Goncalves (009.435.320-43); Renato Machado de Almeida Junior (074.763.276-67); Veridiana Rebelo dos Santos (059.281.933-78)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3618/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Flavia Novaes Guedes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.131/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Flavia Novaes Guedes (723.916.691-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3619/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.152/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Alves Rocha (054.128.766-41); Graziela Batista da Silva (338.602.598-65); Nagabhushana Kuruduganahalli Ramachandraiah (238.895.398-74); Patricia Bernardo (269.926.098-31); Regina da Silva Ornellas (304.612.018-44); Sheila de Melo Borges (224.122.308-54); Shirley Cavalcante Vasconcelos (118.922.798-35)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3620/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.170/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Ribeiro Lima (117.078.586-75); Gabriel Antonio Fanelli de Souza (404.928.488-07); Mauro Jose Reno Ferreira (078.695.446-98); Thais Carvalho Salvador (074.067.496-00); Thiago Vernaschi Vieira da Costa (218.665.458-09)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3621/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.240/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Iris Cristina Datsch Toebe (012.974.320-88); Rita de Cassia do Rosario Nunes (650.097.970-20); Viviane Rossato Laimer (743.703.590-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3622/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.290/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Afonso Moulin (016.901.501-73); Dayanny de Oliveira Lobato (010.943.302-56); Leonardo Trevisan Massuquetto (006.136.479-71); Marcelo Ferreira Marques (220.748.338-06); Rebeca Lima Martins Villa Nova (392.338.768-70); Rogerio dos Santos Fontenele (479.535.273-91)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3623/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.302/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eliane Silveira de Souza (028.911.697-00); Gabriela Bioni e Silva (056.424.317-57); Rodrigo Jesus Nogueira (080.165.287-16); Ronald Domingos Moreira (844.541.727-49); Silvia Maria Rodrigues Oliveira (093.315.347-36); Simone Melo da Silva (053.507.147-75)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3624/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rogerio Lincoln Tolentino de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.315/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rogerio Lincoln Tolentino de Oliveira (011.383.371-70)

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3625/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.345/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Carolina Dames Varella Pereira (159.050.847-50); Bruno Godoy Segaloti Alves (130.171.357-05); Emmanoel Salles Naufel Moreira (153.571.087-06); Felipe Mendes de Souza (134.473.027-20); Leticia Pacheco Sobral (137.562.267-60); Luiz Carlos Madeira Gabriel (068.772.637-90); Lukas David Pereira Vianna (154.483.937-56); Mapril Barbosa da Fonseca Junior (104.723.627-39); Marcia Cristina Pedrosa Dias (028.345.717-16); Rodrigo Candido Vianna (084.592.597-06)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3626/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de admissão de pessoal de Andreia Carvalho Costa Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.487/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Andreia Carvalho Costa Silva (943.999.131-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça (extinta)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3627/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Danillo Menezes Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.772/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Danillo Menezes Oliveira (019.087.965-37)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3628/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal de Aline Tatiane Nunes da Rosa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.065/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Aline Tatiane Nunes da Rosa (006.641.050-92)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3629/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.234/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Claudia Regina Rodrigues de Amorim (667.293.947-49); Dea Magalhaes de Amorim (073.682.407-34)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3630/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.926/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Esther Giovanini Grant (246.982.998-45); Maria Nazareth Bueno de Camargo (381.430.118-87); Vicente Carlos Dias Cesar (042.094.788-49)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3631/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.977/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonio de Souza Sobrinho (425.560.587-49); Carlos Jorge Leite de Freitas (362.796.767-49); Livia Maria Pereira de Souza (061.854.556-50)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3632/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.993/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adenilsa Oliveira do Carmo Barreto (446.262.155-72); Amenai Rodrigues de Souza (245.127.455-72); Ana Angelica Garcia dos Santos (867.173.755-15); Lindaci Guimaraes do Nascimento (885.945.305-44); Maria Jatiana Coutinho de Lima Mascarenhas (477.125.205-00); Maria de Matos Oliveira (001.223.295-54); Norma Lucia Boaventura de Oliveira (448.193.155-87); Odaleide Chagas Reis de Souza (487.289.425-15); Teresinha de Oliveira Ferreira Lima (210.564.045-15); Zenilucia Lessa Alves (421.827.605-63)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3633/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.752/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Altamira Marins dos Santos (339.750.005-20); Aparecida Franco Moraes Pinto (296.146.718-74); Claudia Regina Cota (002.634.743-13); Francisca Fatima do Amaral Almeida (851.376.423-04); Laura Fortini Santa Croce (136.076.158-61); Maria Renno Schumann de Melo (589.809.546-20); Maria do Rosario Rocha (095.212.916-72); Nilceia Lustre Cerneviva (058.343.068-61); Odete Alves de Oliveira (341.144.398-70); Vera Lucia Moreira Sena (464.314.385-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3634/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.769/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aurora Rocha Rodrigues (251.752.891-87); Consuelo Vasconcelos Carvalho Araújo (046.697.703-49); Célia Maria Brandão Cruz (733.123.806-00); Luiza de Carvalho Bento (504.565.633-34); Maria Dolores Nogueira Linhares (825.460.536-04); Maria Neusa Silveira Marques (311.992.401-68); Maria da Conceição Menezes (264.789.006-49); Marly Abdalla Dalmas (765.832.529-53); Ninfa da Salete Vidal Prado (495.874.046-53); Noeme Gomes Ferreira (673.300.026-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3635/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.869/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adalgisa Alves de Lima (274.094.142-00); Aparecida de Jesus Santana (066.740.348-51); Ariane Barbosa de Lima (029.705.642-54); Camila Pereira do Carmo (031.027.092-81); Davina Scaini Correia (725.644.310-20); Eliana Lúcia do Rosário Pimentel (204.988.962-34); Elizalba Soares da Rocha (892.790.934-87); Florisa Ferreira dos Reis (270.693.621-53); Lionete Soares da Rocha (387.038.664-91); Maria Aparecida da Silva (031.755.546-44); Maria Bernadete Brito Alves (218.950.152-00); Maria Karoline Brito dos Santos (526.909.702-87); Maria Otília Miranda Pereira (678.312.062-72); Maria das Neves Carreia (355.810.850-72); Marilia de Dirce Beghetto (391.855.329-91); Mateus Miranda do Carmo (934.934.602-87); Palmyra Gallati Balzano (103.690.408-30); Raimunda Vieira de Sousa (580.798.662-87); Rosa Fernandes dos Santos (025.486.697-26)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3636/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.832/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alberico Vespucio Lamego Passos (008.204.746-49); Alice Cueba Pinha (533.231.578-34); Aparecida Luque (583.887.888-68); Aurora Pretti Fontana (577.767.337-68); Camila Alves Finco (722.690.491-87); Carolina Alves Finco (722.690.141-20); Diva Valeria Vieira (072.893.136-23); Hilda Pereira Duarte (029.429.747-29); Iacyra França dos Santos (028.941.907-78); Ivone Fonseca de Freitas (490.083.076-34); Josenilda Lopes da Silva (043.445.974-78); Lindalva Raimunda de Morais Pereira (054.423.895-87); Maria Izabel (626.167.306-34); Maria José dos Santos (161.715.865-87); Maria de Freitas Brasil (526.269.624-49); Maria de Lourdes Hugo da Silva (333.270.504-06); Marly Oliveira Ribeiro (696.162.137-68); Vivaldo Bastos (158.978.697-15); Zinayd Rocha (004.857.909-20)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3637/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Paulina Kitsis Ludmer, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.835/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Paulina Kitsis Ludmer (274.857.028-66)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss Em São Paulo/norte
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3638/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Maria Ligia Pereira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.867/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Ligia Pereira (851.691.615-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3639/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Maria Candida da Costa Sales, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.895/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Candida da Costa Sales (430.591.986-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3640/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.721/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cleuza Souza Nonato (639.422.405-72); Marcelo Guedes Nonato (228.982.578-69); Raquel Souza Nonato (763.132.711-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Na Bahia
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3641/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.700/2020-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Adriana Alves das Merces (910.460.929-87); Ana Cristina Alves das Merces (028.963.139-40); Maria Lima Ferreira de Carvalho (754.639.547-04); Nen Nalu Alves das Merces (507.100.959-53); Nery Lucia Alves das Merces (727.971.859-00); Santina Lima Fernandes Silva (260.823.494-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando da Marinha (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3642/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.440/2020-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Alda Ferreira dos Santos (597.256.307-00); Heliana Santos Cordeiro (668.644.537-15); Jeane Ayres Alves (686.516.277-34)
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3643/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.442/2020-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Ivete Camargo Torga (955.683.956-91); Lenize Camargo de Araujo (592.598.176-68); Neuza Souza Freitas (165.205.996-20)
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3644/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.179/2020-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Ana Paula Trindade Moreira (035.899.141-22); Dilma Trindade Moreira Balbueno (921.063.821-20); Sonia Alves Bastos Moreira (080.056.561-49)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3645/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar de Nadia Regina dos Santos Seabra, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.181/2020-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Nadia Regina dos Santos Seabra (275.637.077-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3646/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar de Sylvia Port Brasil Assef, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.236/2020-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Sylvia Port Brasil Assef (609.345.498-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3647/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 4º da IN 78/2018, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.504/2020-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Cecilia Alves de Sousa (165.390.873-49); Francisca Adilma de Souza Pereira (408.494.143-34); Maria Aires de Sousa (058.447.543-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando do Exército (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3648/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.468/2020-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Valmir Maciel da Silva (008.342.542-04); Valtair Figueiredo dos Santos (076.628.584-72); Vicente Correia Neto (001.977.853-87); Wilson Borges Ferreira (367.411.087-34); Wilson Luiz Ribeiro (000.873.782-72)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3649/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.790/2020-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Joselio José de Araujo (046.816.221-68); Joselio José de Araujo (046.816.221-68); Josimar Braga da Silva (253.418.477-68); Josimar Braga da Silva (253.418.477-68); Laércio Clementino de Souza (075.044.547-53); Laércio Clementino de Souza (075.044.547-53)
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3650/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis abaixo indicados, em virtude das falhas adiante relacionadas, dando-lhes quitação:

a) Heli Siqueira de Azevedo (CPF 470.069.357-68), Francisco Arsênio de Mello Esquef (CPF 570.574.517-68), Carlos Roberto Fortner (CPF 064.974.788-76), Eugenio Walter Pinchemel Montenegro Cerqueira (CPF 212.807.461-49), José Furian Filho (CPF 077.873.218-57), Miguel Martinho Dos Santos Junior (CPF 674.243.415-53), Demetrius Torres Guiot (CPF 863.964.207-91), Paulo Roberto Cordeiro (CPF 275.207.739-49), Cristiano Barata Morbach (CPF 591.478.652-53), Henrique Pereira Dourado (CPF 742.611.006-06) e Darlene Pereira (CPF 112.187.972-15), pela inércia da gestão, no exercício de 2017, relativamente ao levantamento das causas e motivos para a redução de receita líquida de vendas e serviços, assim como dos que levaram a uma queda de 40% no lucro bruto da ECT naquele ano (itens 25-26), e pela demora na normatização de itens importantes da Matriz de Informações e Responsabilidades, necessária para resolução das deficiências e riscos detectados pela CGU no Relatório de Auditoria 201701084, relativo às contas de 2016, que ainda estavam longe de serem implementadas em setembro de 2018;

b) Inaldo Rocha Leitão (CPF 074.661.614-72), Fernando Antônio Ribeiro Soares (CPF 005.162.126-64), Ruy do Rêgo Barros Rocha (CPF 363.207.064-49), Marcos Cesar Alves da Silva (CPF 331.795.579-15), José Luís Nunes do Couto (CPF 127.843.888-24), Carlos Luiz Dias da Silva (CPF 213.009.170-91), Fábio Rezende Scarton Coutinho (CPF 774.885.397-53), Waleska da Rosa Vasconcelos (CPF 470.069.357-68), Heli Siqueira de Azevedo (CPF 470.069.357-68), Francisco Arsênio de Mello Esquef (CPF 570.574.517-68), Carlos Roberto Fortner (CPF 064.974.788-76), Eugenio Walter Pinchemel Montenegro Cerqueira (CPF 212.807.461-49), José Furian Filho (CPF 077.873.218-57), Miguel Martinho Dos Santos Junior (CPF 674.243.415-53), Demetrius Torres Guiot (CPF 863.964.207-91), Paulo Roberto Cordeiro (CPF 275.207.739-49), Cristiano Barata Morbach (CPF 591.478.652-53), Henrique Pereira Dourado (CPF 742.611.006-06) e Darlene Pereira (CPF 112.187.972-15), pela não extinção total da "política de flexibilização na ocupação de funções", apesar de recomendação da CGU para que se eliminasse o uso da dita política; sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-005.187/2019-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2018)

1.1. Responsáveis: Carlos Luiz Dias da Silva (213.009.170-91); Carlos Roberto Fortner (064.974.788-76); Cristiano Barata Morbach (591.478.652-53); Darlene Pereira (112.187.972-15); Demetrius Torres Guiot (863.964.207-91); Eugenio Walter Pinchemel Montenegro Cerqueira Novais (212.807.461-49); Fabio de Rezende Scarton Coutinho (774.885.397-53); Fernando Antonio Ribeiro Soares (005.162.126-64); Fernando Miranda Gonçalves (311.108.276-87); Francisco Arsenio de Mello Esquef (570.574.517-68); Francisco Eiji Wakebe (065.149.198-39); Guilherme Campos Junior (048.890.978-30); Heli Siqueira de Azevedo (470.069.357-68); Henrique Pereira Dourado (742.611.006-06); Inaldo Rocha Leitao (074.661.614-72); Jose Luiz Nunes do Couto (127.843.888-24); José Furian Filho (077.873.218-57); Marcos César Alves Silva (331.795.579-15); Miguel Martinho dos Santos Junior (674.243.415-53); Paulo Roberto Cordeiro (275.207.739-49); Ruy do Rego Barros Rocha (363.207.064-49); Waleska Rosa Vasconcellos (491.345.820-53)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que relate no Relatório de Gestão, já no próximo exercício após o julgamento destas contas, as hipóteses consideradas acerca das causas ou motivos para a redução de 40% no seu lucro bruto, conjuntamente com a piora de outros de seus indicadores de desempenho econômico-financeiro, no exercício de 2017, bem como as providências adotadas para enfrentar essas causas ou motivos, com vistas a que se dê cumprimento ao previsto nos artigos 3º e 7º, inciso II, V e VII, da Lei 12.527/2011 c/c artigos 8º e 87, §3º da Lei 13.303/2016, artigos 13 e 45, caput e §1º do Decreto 8.945/2016 e art. 37, caput da CR/1988;

1.7.2. Recomendar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a conveniência e a oportunidade de adotar os seguintes procedimentos:

1.7.2.1.compatibilizar o lançamento das informações concernentes às iniciativas estratégicas com as dos seus projetos, bem como defina metodologia para padronização do cálculo do status de andamento dos projetos estratégicos, com vistas a uma maior transparência, controle e eficiência das ações e da gestão da empresa;

1.7.2.2.acompanhar as recomendações e determinações emanadas do TCU não apenas de processos de contas anuais, mas também as advindas de outros processos de controle externo, tais como representações, denúncias, relatórios de auditoria, monitoramentos e inspeções, com vistas a dotar a ECT de informações na quantidade e qualidade necessária e suficiente para a melhora contínua de sua gestão e de seu desempenho empresarial;

1.7.2.3.conferir celeridade, em atenção às recomendações nesse sentido emitidas pela CGU desde o exercício de 2011, à aprovação e implementação de um novo plano de funções, com vistas a equilibrar e racionalizar os gastos com pessoal, melhorando, por via de consequência, a gestão de recursos humanos;

1.7.3. Dar ciência à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos sobre as seguintes impropriedades:

1.7.3.1.ausência, no rol de responsáveis, de informações a respeito da identificação dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração; endereço residencial completo; e endereço de correio eletrônico, bem como sobre o Rol de Responsáveis contendo períodos a descoberto relativamente a quatro gestores, o que afronta o disposto nos incisos III, IV, V e VI do art. 11 da Instrução Normativa-TCU 63/2010;

1.7.3.2.ausência, no relatório de gestão, da demonstração da aderência das operações da CorreiosPar aos objetivos estratégicos da ECT, o que afronta o disposto no art. 7º e Anexo II (seção: Planejamento Organizacional e Resultados) da Decisão Normativa-TCU 161/2017 c/c art. 14, III e item 2 do Anexo II da Decisão Normativa-TCU 163/2017;

1.7.3.3.ausência, no relatório de gestão, de informações sobre o nível tático no tópico relacionado ao planejamento estratégico, em afronta ao disposto no art. 7º e Anexo II (seção: Planejamento Organizacional e Resultados) da Decisão Normativa-TCU 161/2017, c/c art. 14, inciso III e item 2 do Anexo II da Decisão Normativa-TCU 163/2017;

1.7.3.4.ausência, no relatório de gestão, de informações relativas ao estágio de implementação do planejamento estratégico, em afronta ao disposto no art. 7º e Anexo II (seção: Planejamento Organizacional e Resultados) da Decisão Normativa-TCU 161/2017, c/c art. 14, inciso III e item 2 do Anexo II da Decisão Normativa-TCU 163/2017;

1.7.3.5.ausência, no relatório de gestão, da avaliação dos riscos envolvidos na descentralização de recursos e de esclarecimentos sobre a estrutura dos controles internos para mitigar tais riscos, os quais não se restringem apenas à transferência dos recursos propriamente dita, mas também à consecução da política pública de universalização dos serviços postais, o que afronta o disposto no art. 7º e Anexo II (seção: Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos) da Decisão Normativa-TCU 161/2017, c/c o art. 14, inciso III e itens 5 e 11 do Anexo II da Decisão Normativa-TCU 163/2017 (item 15.1.d);

1.7.3.6.ausência, no relatório de gestão, de informações acerca da gestão do patrimônio imobiliário, o que afronta o disposto no art. 7º e Anexo II (seção: Áreas Especiais de Gestão) da Decisão Normativa-TCU 161/2017, c/c o art. 14, inciso III e item 9 do Anexo II da Decisão Normativa-TCU 163/2017;

1.7.3.7.ausência, no relatório de gestão, de informações relacionadas à gestão de TI, o que afronta o disposto no art. 7º e Anexo II (seção: Áreas Especiais de Gestão) da Decisão Normativa-TCU 161/2017, c/c o art. 14, inciso III e item 8 do Anexo II da Decisão Normativa-TCU 163/2017;

1.7.3.8.não inclusão, no Relatório de Gestão, do endereço de Internet correto e igual ao encontrado no sítio da ECT na Internet, o que afronta o disposto nos artigos 3º e 7º, inciso I, da Lei 12.527/2011 c/c artigos 8º e 87, §3º da Lei 13.303/2016 e art. 37, caput da CR/1988;

1.7.4. Enviar cópia desta deliberação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT);

1.7.5. Sobrestar o julgamento das contas julgamento das contas do Sr. Guilherme Campos Júnior (CPF 048.890.978-30), nos termos dos artigos 10, §1º e 11 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 157 e 201, §1º do Regimento Interno/TCU, até que seja proferida a decisão definitiva de mérito do processo de TCE a ser instaurado por este Tribunal em cumprimento ao Acórdão 12282/2019-TCU-2ª Câmara - Relatora Ministra Ana Arraes, prolatado no âmbito do TC-024.256/2018-8.

ACÓRDÃO Nº 3651/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I e II; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II; da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207, 208 e 214, incisos I e II; do Regimento Interno do TCU, e de conformidade com os pareceres emitidos nos autos, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Gamaliel Herval (CPF 008.163.296-72), Diretor-Presidente da Ceasaminas no período de 1/1/2015 a 18/6/2015 e Gustavo Alberto Franca Fonseca (CPF 038.178.516-50), Diretor-Presidente da Ceasaminas no período de 19/6/2015 a 31/12/2015, em face das falhas descritas na proposta de encaminhamento da unidade técnica (peça 47 item 47 "a" e "b"), dando-lhes quitação, e regulares as contas senhores Wilson Guide da Veiga Junior (CPF 883.899.876-00), Charles Siqueira (CPF 634.439.376-91), Edilberto José da Silva (CPF 600.578.156-15), Gustavo Costa de Almeida (CPF 044.863.946-74) e Juliano Maquiaveli Cardoso (CPF 774.611.776-72), dando-lhes quitação plena, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-008.389/2017-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Charles Siqueira (634.439.376-91); Edilberto José Silva (600.578.156-15); Gamaliel Herval (008.163.296-72); Gustavo Alberto Franca Fonseca (038.178.516-50); Gustavo Costa de Almeida (044.863.946-74); Juliano Maquiaveli Cardoso (774.611.776-72); Wilson Guide da Veiga Junior (883.899.876-00)

1.2. Órgão/Entidade: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Com fundamento no art. 208, § 2º, do Regimento Interno/TCU, determinar à Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. que, no prazo de 180 dias, encaminhe a este Tribunal estudo que justifique a manutenção ou a alteração da sistemática atualmente adotada pela Companhia para transferência definitiva a terceiros dos direitos e obrigações estipulados nos contratos de concessão de uso, normatizada pelo artigo 25 do Regulamento de Mercados da Ceasaminas, de 22/12/2009, devendo, para tanto, tais estudos atentarem para o disposto na Lei 8666/1993 e no Acórdão 2050/2014-TCU-Plenário, em especial o item 9.1.5 (item 40 desta instrução);

1.7.2. Dar ciência à Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. sobre as seguintes impropriedades detectadas durante o exercício de 2015:

1.7.2.1.a não especificação, no rol de responsáveis, de todos os gestores - titulares e/ou seus substitutos - que desempenharem, durante o período a que se referirem as contas, as naturezas de responsabilidade de membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente máximo da unidade jurisdicionada afronta o art. 10, II, da IN/TCU 63/2010;

1.7.2.2.a não implantação da sistemática de avaliação de riscos à sua rotina administrativa, dispondo de identificação clara dos processos críticos e de diagnóstico dos riscos nas áreas de licitação e recursos humanos, que permitam detectar a probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-las, contraria a NBCT 16.8 - Controle Interno, pertencente à NBCT 16 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

1.7.2.3.a ausência de informações no Relatório de Gestão, referentes aos itens 1 (subitens

1.1, 1.2, 1.4 e 1.5), 2, 3 (subitens 3.6 e 3.7), 4 (subitens 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3, 4.1.4, 4.2, 4.3, 4.3.8 e 4.3.9), 5 (subitens 5.7 e 5.11) e 9 (subitem 9.2) do anexo único da Portaria TCU 321/2015, contraria o art. 4º da Instrução Normativa TCU 63/2010 e a Decisão Normativa TCU 146/2015;

1.7.2.4.a ausência de planilha orçamentária, com criterioso detalhamento dos itens, nos termos de referência dos processos licitatórios, infringe os arts. 7º, § 2º, inciso II, c/c art. 40, § 2º, II, da Lei 8.666/1993;

1.7.2.5.o não detalhamento de itens da planilha orçamentária nos termos de referência dos processos licitatórios, para execução dos serviços de obra e engenharia, afronta os arts. 7º, § 2º, II, e 40, § 2º, II, da Lei 8.666/1993;

1.7.3. Arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 3652/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Marcelo Gorgulho Cosentino (CPF 864.662.087-53), Pedro Cesario Cirillo (CPF 349.580.887-68), Vasco Lauria da Fonseca Filho (CPF 174.178.057-87 e Miguel Grassani Neto (CPF 314.907.007-49), em face das falhas apontadas na proposta de encaminhamento da unidade técnica (peça 10/12), dando-lhes quitação sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-040.708/2019-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2018)

1.1. Responsáveis: Marcelo Gorgulho Cosentino (864.662.087-53); Miguel Grassani Neto (314.907.007-49); Pedro Cesario Cirillo (349.580.887-68); Vasco Lauria da Fonseca Filho (174.178.057-87)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal da Lagoa

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Recomendar ao Hospital Federal da Lagoa, com base no art. 250, inciso III, do RITCU, que:

1.7.1.1.defina antecipadamente em seu planejamento as metas institucionais para cada exercício, e as informe nos próximos Relatórios de Gestão, juntamente com os resultados alcançados, de modo que seja possível aferir o atingimento de tais metas e avaliar o desempenho da gestão;

1.7.1.2.monitore o impacto real e os resultados alcançados pelas medidas de sustentabilidade ambiental adotadas e as informe nos próximos Relatórios de Gestão;

1.7.2. Dar ciência desta deliberação, ao Hospital Federal da Lagoa;

1.7.3. Arquivar os autos, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno.

ACÓRDÃO Nº 3653/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do presente processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-036.823/2019-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Genario Rabelo de Alcantara Neto (665.060.425-91)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Dar ciência desta deliberação ao Ministério do Turismo (MTur) e ao responsável Sr. Genario Rabelo de Alcantara Neto (CPF: 665.060.425-91), ex-Prefeito de Canudos/BA na gestão 1/1/2017- atual.

ACÓRDÃO Nº 3654/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 13056/2019/2ª Câmara, prolatado na Sessão de 3/12/2019 - Ordinária, relativamente ao seu subitem 9.2, onde se lê: " 9.2. Com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas das Sras. Ana Maria Cunha do Nascimento Figueiredo (CPF 308.094.102-06) e Maria Eliane Gadelha Carius (CPF 372.805.892- 00), condenando-as ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal..." , Leia-se: " 9.2. Com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas das Sras. Ana Maria Cunha do Nascimento Figueiredo (CPF 308.094.102-06) e Maria Eliane Gadelha Carius (CPF 372.805.892- 00), condenando-as, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal..."mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.171/2018-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Ana Maria Cunha do Nascimento Figueiredo (308.094.102-06); Maria Eliane Gadelha Carius (372.805.892-00)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Assis Brasil - AC
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3655/2020 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de representação sobre possíveis irregularidades ocorridas na atuação dos Correios como réu em litígio no âmbito do direito do consumidor (peça 1, p.1-2), cuja controvérsia foi decidida na instância recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, em 2/10/2019 (peça 1, p.153)

Considerando que, no essencial, a representação em apreço decorre de ação reparatória ajuizada contra a ECT, em 9/10/2018 (peça 1, p.3-11), e versa sobre possível cometimento, no desenrolar do processo, de infrações processuais previstas no art. 80, I, II, V e VI do Novo Código de Processo Civil (NCPC), que deram causa às sanções prescritas no art. 81 do NCPC, as quais representam, a priori, prejuízo aos cofres da ECT (peça 1, p.1-2 e 151-152);

Considerando que a representação não preenche todos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, porque, apesar de referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, de estar redigida em linguagem clara e objetiva, contendo o nome, qualificação e endereço do representante, bem como indícios concernentes às irregularidades ou ilegalidades denunciadas, a matéria em questão não é de competência do Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1°, inciso II, da Lei n° 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, alínea "a", e 235, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expostas pelo relator, em não conhecer da representação, por não atender todos os requisitos de admissibilidade, e em dar ciência desta deliberação ao representante sem prejuízo da providência descrita no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-000.741/2020-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Determinar liminarmente o arquivamento deste processo, com fundamento no parágrafo único do art. 237, c/c o parágrafo único do art. 235, ambos do Regimento Interno do TCU, e no art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 3656/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 250, inciso II, do RI/TCU, em determinar ao Ministério da Cidadania que conclua, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a análise da prestação de contas final do Convênio n. 79020/2017 (Siafi: 850649), firmado entre o extinto Ministério do Esporte e a prefeitura municipal de Timbaúba/PE, instaurando, se for o caso, o devido processo de tomada de contas especial, e informando o resultado ao Tribunal, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.8 desta deliberação.

1. Processo TC-022.344/2019-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Ulisses Felinto Filho (196.774.724-53)
1.2. Interessado: Ministério da Cidadania
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Timbaúba - PE
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrab).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. Determinar à Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (Secex Trabalho) que monitore a determinação acima;
1.8.2. Encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Cidadania e ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;
1.8.3. Determinar o arquivamento do processo, uma vez sanadas as questões que o motivaram, restando assim cumprido o objetivo para o qual foi constituído.

ACÓRDÃO Nº 3657/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a"; 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em conhecer da presente Representação, uma vez satisfeitos os requisitos de legitimidade e admissibilidade, e em determinar o arquivamento do presente processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para que lhe possa ser dada quitação, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, nos arts. 169, inciso VI, e 213 do RI/TCU c/c os arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU 71/2012 e § 4º do art. 11 da DN-TCU 155/2016, sem prejuízo da providência descrita no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-040.069/2019-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Enviar cópia desta deliberação ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

RELAÇÃO Nº 9/2020 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 3658/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.217/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Raimundo Nonato da Silva Lima (090.571.451-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3659/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.406/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Deolinda Maria Michelon Gasperin (008.011.430-04)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - Mec
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3660/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.012/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria da Consolação Brandão (001.953.833-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Em Roraima
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3661/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.465/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Etivaldo Vadão Gomes (784.430.918-00); Fernando Dantas Ferro (125.829.804-04); Félix de Almeida Mendonça (000.732.025-68)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3662/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.841/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Henrique Santos Pereira (388.304.338-96); Bruno Oliveira Bastos (174.646.917-09); Douglas Leite de Carvalho (189.188.387-94); Guilherme Carvalho Venancio da Silva (178.554.277-08); Marcos Vinicius Gomes da Silva Ferreira (154.007.576-18); Matheus da Silva Teixeira (180.502.487-63); Pedro Morrissey Vieira Gomes (194.574.537-19); Renato Douglas Silva de Farias (110.576.974-78); Thiago de Mendonca Durval (174.568.507-39); Vitor Mattos de Siqueira Grey (188.126.987-60)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando da Marinha (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3663/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.137/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Milton de Jesus Filho (039.012.995-05)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3664/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.139/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Krissia Alecrim Carvalho Costa (011.856.696-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3665/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.200/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Allan Vilar de Carvalho (086.950.034-18); Moises Roberto de Araujo Mota (076.566.594-80); Noara Pedrosa Lacerda (035.832.654-08)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3666/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.611/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cassia Taisy Alencar de Andrade (092.355.104-22); Elisangela de Freitas Mariano (095.795.804-80); Fernanda Rafaella de Souza Leite (107.765.434-07); Gabriela Araujo Silveira (098.012.134-50); Iago de Albuquerque Borges (074.496.784-89); Joao Victor Queiroz Leite (088.010.734-02); Nathalia Sobral Bezerra (082.868.794-30); Ralf Tarciso Silva Cordeiro (079.699.944-90)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3667/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.731/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cibelle Maria da Silva (320.681.958-01)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3668/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.744/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Isadora Oliveira Rocha (033.729.461-54)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3669/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.798/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adones da Silva Araujo (095.652.434-60); Jonas Lima Carvalho (055.555.897-51); Mariel Pereira de Barros (044.783.720-63); Rafaela Torales Goulart (023.321.860-26); Rita de Cassia Bastos Pereira (682.995.400-20); Roberta Raseira Caldeira (015.664.620-02); Romulo Cruz Britto Lyra (073.901.164-20); Sadia Pabel La Roza Rodrigues (001.059.330-66); Suzeli Tavares Brandao (007.632.450-89); Tamara da Silva Conter (007.992.290-24)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3670/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.838/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flavio Luiz dos Santos de Souza (379.107.638-83); Heder Dorneles Soares (009.264.041-99); Jamielli Tomaz Pereira (015.330.396-40); Juliana Marino Balera (415.563.888-61); Maura Araujo Dias (296.853.868-38); Natalia Santini Victuri (348.164.468-00); Renan Luis Fragelli (374.972.478-40); Renata de Almeida Vieira (026.089.709-40); Vagner Mendonca Goncalves (403.315.898-77); Vivian Maria Amaral de Oliveira (066.505.919-12).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3671/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.886/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Antonio Goncalves de Aguiar (753.226.336-34); Celia Maria Grandini Albiero (068.099.998-17); Christine Ranier Gusman (191.658.578-79); Dagmar Manieri (020.392.838-54); Denis Ricardo Carloto (908.493.969-72); Dirlei Ruscheinsky (006.648.279-85); Edi Augusto Benini (283.492.828-27).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3672/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.889/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jailson Jose Medeiros Alves (047.594.447-00); Maria Martha Pacheco Pereira de Oliveira (799.859.717-87).
1.2. Órgão/Entidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3673/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.896/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano da Silva Matos (047.127.071-78); Bryan Halmenschlager Pereira (041.363.041-29); Carolina Yumi Shimamoto (059.061.119-48); Danielly Almeida Santana (060.641.141-00); Eduardo Pereira de Aguiar Filho (069.371.651-70); Fernanda Peralta Marcondes Droppa (953.177.671-72); Gabriel Braga Zamproni Lima (048.951.391-31); Gabriele de Arruda Cardoso (034.235.121-48); Leonardo dos Santos Flores (028.110.081-01); Lucas Rangel de Oliveira (385.426.028-89).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3674/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.948/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Ferreira da Silveira (532.660.050-15); Ariel dos Santos Lemos (024.622.640-43); Barttiria Velleda da Luz Silveira (001.135.090-30); Beatriz Belem Buendgens (064.098.469-08); Beatriz Gonczoroski Barbosa (627.107.370-00); Bruna de Moraes Lopes (006.530.490-05)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3675/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.016/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mauricio Jose de Carvalho (078.636.717-28); Mauricio Maynard do Lago (509.192.377-20); Michael Roberto da Silva (120.414.607-17); Musbah Koleilat Camara (084.816.657-46); Natasha Juliana Mascarenhas Pereira (112.416.947-45); Nathalia Oliveira dos Santos (106.607.737-16); Nilton Mendonca Viana Junior (126.674.457-67)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3676/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.040/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Zarembski (995.595.872-34); Daniela Godinho Vanderlinde (001.344.040-33); Elias Gabriel Magalhaes Silva (109.679.776-30); Luciana Reusing (028.059.069-50); Mariana Correa de Azevedo (042.456.699-00); Marilia Sene de Lourenco (365.352.798-80); Mayna de Aquino (055.103.716-41); Patricia Costa Oliveira (433.447.395-49); Rogerio Mazur (025.522.879-13); Thayla Magally Gevehr (071.280.849-32)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3677/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.190/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Gafner da Rocha Bordinhao (081.710.747-90); Juraci Carril Ramos (052.268.177-89); Karla de Araujo Cruz (077.765.167-08); Karla de Cassia Pinto Soares (075.142.417-01); Kelly Cristine Esteves Carlos (006.175.517-66); Marcos Aurelio Ferreira Freitas (069.678.707-50); Maria Candida Aldarina Moreira (090.377.447-02); Maria Ester D Anuzio (762.880.727-53); Monique Mery de Oliveira (117.538.077-60); Vanessa Valverde Lisboa Albuquerque Pacheco (104.878.257-30)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3678/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.228/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marta de Oliveira Metzler (014.682.817-80)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3679/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.233/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria Cecilia Camargo Pereira (004.967.946-55)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3680/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.245/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Meneses Rodrigues da Costa (150.777.697-70); Michelle Lopes de Abreu Vargas (115.339.187-24); Thiago Campos Vieira (118.233.787-22)
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro Ii
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3681/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.476/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria Luiza Koglin (451.353.390-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3682/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.629/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ana Claudia Franco Nunes (036.181.366-09)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/mt
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3683/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.063/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Renata Junqueira Pereira (048.373.596-55)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - Mec
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3684/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.270/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Marcus Vinicius Pessoa Sartini (033.550.406-06)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3685/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.789/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dinah Aparecida Garcia (582.808.631-68); Eliane Xavier de Almeida (223.686.551-15); Francisca de Fatima Bezerra (140.458.422-68); Gercina de Moraes Leal Horacio (099.532.722-04); Kacia Moura Silva Rodrigues (073.129.705-91); Lucinda Rodrigues Pires (030.373.096-01); Maria Edinalva da Silva Coutinho (449.199.304-10); Nivia Gerson Jacques (039.673.709-92); Olindina Queiroz Leal (159.575.512-87); Rosane Ribeiro de Oliveira (730.084.867-20)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3686/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.975/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carmen Ruth Souto Montenegro (246.930.928-00); Janio Germano dos Santos (055.572.348-88); Maria Blandina Lins Coelho e Mello (199.463.368-98); Maria Celia de Araujo Oliveira (335.870.238-32); Maria Paula Brandao (151.788.168-46); Raimundo Marcos Lucena Frazao (245.783.718-91); Sonia Maria Nunes Zuppi (159.465.548-08); Thereza Celestina da Silveira Correa de Barros (199.393.388-30); Zuleika Chaluppe Zogbi (882.756.128-53); Zulema Feldman Grinberg (006.748.758-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3687/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.887/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marlene Rezende Teixeira de Souza (024.134.347-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 11/2020 - 2ª Câmara
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 3688/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.477/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalgiso de Oliveira Costa (115.629.941-15); Claudia de Alvim Carneiro (314.748.961-20); Diva Bernardes Vargas (340.669.851-49); Eduardo Fernandez Silva (139.871.276-00); Gisele Sampaio Fernandes (444.060.451-04); Jayme Antonio de Souza Junior (184.042.351-04); Junia Maria Araujo Malachias (343.908.391-87); Leda Maria Ramos Parreira (350.989.706-44); Sangelly Maria Assuncao e Silva Aires (386.059.881-34); Simone Maria Freitas e Silva (343.915.091-72)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3689/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.490/2020-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Hildebrando Fiori Pinheiro (752.125.287-04); Maria Luiza Maddalena (374.057.647-20); Suely Zadorosny Lopes (803.412.687-04); Vania Borges do Nascimento (096.216.557-30)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3690/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.519/2020-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Arlindo Cardenes Ferreira (073.329.802-82); Jandir Queiroz de Souza (043.266.872-15); Jose do Rosario Costa (124.206.702-72); Lionilio Pinto de Souza (052.712.742-68); Marilene Paes da Fonseca (214.286.702-20); Valcirio Antonio de Brito Santos (048.871.072-34)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3691/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-004.260/2020-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Cristina Lutterbach Lopes da Silva (633.134.997-91); Maria Teresa dos Santos Tavares (743.308.537-87); Rosane Cristina Santos Rocha (607.304.397-04); Wilma Correa Henriques de Souza (373.935.027-04)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3692/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-004.282/2020-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cecilia Pereira Veras (164.337.262-91); Eliane Ferreira Araujo (149.806.492-20); Maria Auricelha de Lima Silva (063.956.862-91); Maria Edna Teixeira de Sousa (170.330.633-34); Maria Luzia Tenorio (064.944.122-20); Nolberto Gomes Vieira (074.601.712-04); Rubens Barbosa dos Santos (063.352.172-87); Rui Barbosa dos Santos (074.738.772-91); Ruth Siqueira Figueiredo (090.855.132-00); Sonia Falcao de Souza (112.167.272-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3693/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-004.290/2020-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edilene Braga da Silva (133.801.092-15); Expedita Barbosa de Sousa (200.758.123-04); Francisco Carlos da Silva Mousinho (078.434.883-91); Francisco das Chagas Pinto de Sousa (342.822.463-91); Francisco de Assis Brito (130.743.183-68); Jose Alberto Rodrigues (097.039.503-53); Jose Arnaldo Franca do Nascimento (138.730.673-15); Jose Maria Rodrigues de Oliveira (038.956.533-49); Lourenco Barbosa da Silva (065.105.073-15); Marynalva Pires Veloso (216.818.563-87)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3694/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-004.313/2020-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Afranio Bizinho de Souza (201.314.104-15); Aldo Paiva de Medeiros (201.181.124-49); Antonia Verissimo de Castro (108.029.914-91); Francisco Fernandes Ferreira (131.366.154-68); Jose Wellington Alves de Oliveira (140.701.384-04); Marcondes Alberto Diogenes (147.499.394-04); Maria Nair de Araujo Castro (156.874.574-53); Maria de Fatima Galvao (913.848.184-72); Maristela Morais Beserra (155.689.034-68); Sonia Maria de Vasconcelos Araujo Silva (147.512.244-68)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3695/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-004.873/2020-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alexandre Herculano Rodrigues (716.214.317-20); Irene dos Prazeres Andrade Nunes (325.700.407-97); Jorcelina de Souza Magalhaes (567.490.317-49); Jose Faustino da Silva (419.272.737-49)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3696/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-005.095/2020-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Joao Inacio de Oliveira (115.354.311-72); Juraci Alves do Nascimento (225.302.742-15); Maria de Fatima Soares dos Santos (115.814.251-04); Patrocinia Maria da Silva (188.473.906-72)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3697/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-005.184/2020-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aguinaldo Monteiro Pena (056.309.832-53); Maria de Fatima de Lima Correa (127.112.332-00); Romero Ximenes Ponte (004.201.742-49)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3698/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-005.267/2020-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angela Cristina Pioli Santana (511.199.866-72); Antonio Eduardo Costa Pereira (602.040.798-53); Jair Oliveira Silva (240.627.236-20); Maria Aparecida de Melo (394.562.776-15); Maria Auxiliadora Cunha Grossi (247.875.826-15); Maria Ivonete Ramos (350.935.871-68); Maria Regina Rodrigues (481.891.466-53); Rubens do Amaral (240.283.476-53); Vanderci Porcinio Lopes (273.504.446-72); Vania Nunes de Rezende (361.079.301-59)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3699/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-005.282/2020-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paschoal do Carmo de Souza (015.080.086-04)

1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3700/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-005.290/2020-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Magda de Jesus Pais (475.584.909-87); Vânia Borgheti (397.664.389-00)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Maringá/PR - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3701/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-005.339/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Mauro Marcheti (540.472.428-53)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Presidente Prudente/SP - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3702/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-005.367/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marice Pereira de Souza Alves Silveira (721.368.808-10)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Poços de Caldas/MG - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3703/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-005.490/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wilson Faria de Souza (404.890.517-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3704/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-005.525/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Cezar Centurion de Lima (598.946.367-72); Luiz Fernando da Cunha (185.475.910-87); Luiz Henrique Lima Rocha (233.629.361-72); Luiz Mario Mattiello (414.497.546-00); Luiz Paulo Ferreira da Cruz (163.119.737-15); Luiz Roberto de Souza Lira (054.749.811-04); Luiz Wagner Carvalho Simões (120.409.591-49); Manoel Augusto Gomes da Costa (049.343.262-00); Manoel Edilson Soares Mota (034.399.842-49); Manoel de Souza Cruz Neto (181.582.852-87)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3705/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II e 143, inciso II; 259, I e 260, § 1º e 4º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão abaixo relacionado, fazendo-se a seguinte determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-005.701/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Robio Schultes Singulani (025.805.618-54)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Araçatuba/SP - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 3706/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido estes autos de Aposentadoria de ex-servidor da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado do Paraná, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado, cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-011.060/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Roberto Conti Naumann (157.117.149-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3707/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.256/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Beatriz Miranda Macedo (167.450.427-62); Felipe Coan Rabbi (125.268.927-67); Felipe Todescat (031.009.820-37); Iara Borges Carneiro (145.672.287-58); Juliana Braz Coutinho (114.315.857-18); Leticia Leao Fronza (010.320.640-05); Mariana Sampaio Landi (142.078.417-09); Renan Gracano Soares (126.270.337-94); Reynaldo de Barros Arantes (159.231.637-99); Ricardo Jones de Souza Barbosa (083.982.887-01)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3708/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.278/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Bruno Luiz de Deus Adao (001.101.192-07)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3709/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.311/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Erick Oliveira Rodrigues (130.528.697-95)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3710/2020 - TCU - 2ª Câmara

VISTO, relacionado e discutido este auto de Admissão, de servidor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do falecimento do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

a) Considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pessoal abaixo relacionado cujo efeito financeiro tenha cessado antes de sua apreciação, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.156/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Dimitri Maia Fontoura Cruz (480.173.613-00)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3711/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.369/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ciro Jamil Silva dos Santos (634.392.982-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3712/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando

aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-003.528/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Santos Monachesi (012.504.257-43); Valtencir Miguel (010.856.107-05)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3713/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-004.679/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Luis Nepomuceno Soares (719.233.492-87); Elemildo Zeichel Milani (011.951.502-45); Elionai da Silva Lisboa (022.929.751-06); Felipe Souza Strozzi (087.992.659-74); Fernanda Tofoli Fernandes (029.734.001-80); Havenilton dos Reis (271.865.202-00); Hugo de Oliveira Monteiro (031.544.132-19); Joas Castro Costa (051.361.981-09); Ketlyn Catrine dos Santos Arruda (009.059.072-48); Magno de Sousa Lopes (009.626.221-41)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3714/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-004.751/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Mario Breda Neto (287.994.088-56); Luciano Henrique da Silva Ribeiro do Valle (068.373.466-01); Sonia Mara Mota dos Reis (047.790.416-51); Vanessa Figueiredo Fraia Baungratz (308.954.548-90)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3715/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-004.757/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Giordano Rafael Tronco Alves (010.231.860-39); Igor Pereira Garcia (097.949.767-17); Isadora Vianna Fernandes (124.200.467-06); Leandro Henrique Avila Silveira (088.381.476-55); Lorena Silva de Moura (057.410.017-26); Magda Caldas Machado (119.863.217-89); Mariane Bagatin Bermudez (078.608.949-04); Neilzo Nunes Oliveira (022.144.475-04); Roberta Freire de Almeida (126.788.077-54); Talita Lazarini Machado (131.267.027-40)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-comando da Aeronáutica (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3716/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-004.774/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Albert Eduardo Dantas de Sousa (025.132.464-89); Alice Maria de Souza Sabino (057.115.024-17); Amanda Helena Moreira (048.730.654-61); Carlos Andre Camara Camelo (061.243.814-78); Clarkson Santos da Silva Melo (053.161.185-02); Johnney Gadelha Fernandes (065.285.284-03); Margarida Maria de Carvalho Regis (995.633.554-15); Pammella Thalita Almeida de Sena (053.032.394-03); Walber dos Santos Oliveira (985.508.025-49); Willian Anderson Souza Silva (086.750.244-44)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3717/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.214/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Igor Silva Honorio (116.995.986-57); Igor Simoes de Souza (074.378.136-88); Joao Arthur Vilela Santos (006.956.629-10); Joao Batista Soldati Junior (057.295.406-98); Joao Paulo Almeida Lemos Faria (043.676.531-45); Jorge Henrique Ramos Xavier (832.718.212-91); Jose Vitor da Silva Macedo (089.731.264-31); Josenilton Rodrigues de Moraes (004.592.290-01); Julia Viana de Sousa Pires (097.226.234-27); Juxson Alves Pereira Junior (035.669.851-39)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3718/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.224/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Sabadini Vicente (090.850.326-10); Caio Zanon de Mendonca (349.106.498-83); Calebe Rodrigues Bartolomasi (427.394.888-58); Camila Chmiel (081.598.199-60); Gabriel Dante Zocca Vaghette (414.704.848-03); Gabriel Nery Scramin (063.888.039-46); Gabriel Tabosa Alves Silva (101.957.944-78); Gabriel de Carvalho Barbosa (100.343.014-70); Gianluca Rodrigues Ribas (045.163.059-92); Glauber Pereira Maia (226.239.608-60)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3719/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.289/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Juliano Gustavo Vieira Strabeli (337.260.908-51)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3720/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.294/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Vinicius de Oliveira (007.719.549-30); Cristiane Vieira dos Santos Furst (048.081.869-00); Fernando Rodrigues Santos (089.285.776-59); Gabriel Beu Nogueira de Macedo (369.245.308-69); Guilherme Braghirolli (079.132.009-01); Herbert Walter Hermann (003.873.790-61); Jeison Cleiton Pandini (068.485.069-90); Luciana Paula Bottamedi Nunes (069.187.979-64); Thayna Osio Teixeira (032.116.840-26)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3721/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.386/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Catia Viana Fagundes (000.551.110-09); Diana Estela Froz Ferreira (007.444.860-92); Francisco Andrade de Oliveira Neto (035.492.900-39); Jefferson Luiz Rosa Alvarenga (001.707.720-63); Jorge Henrique Weimar Sombra (830.848.350-04); Marlene da Silva e Silva (634.338.690-49); Nicolie da Silva de Souza (851.192.290-34); Sheila Cristina Bau (554.496.620-68); Steffano Notti Rodriguez (023.274.970-19); Viviane Gaspari dos Santos Ferreira (000.672.800-64)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3722/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.412/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adalberto Fernandes Sa Junior (797.951.882-91); Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin (347.927.848-59); Aurelio Mateus Araujo Souza (049.563.321-65); Camila Soares Cunha (076.428.386-38); Eduardo Rafael Llapa Rodriguez (228.873.558-99); Gustavo Hassemer (067.718.299-60); Ingrid Duarte Pereira (040.306.531-38); Leucia de Lima Almeida (023.349.191-01); Rafael dos Passos Canteri (069.035.139-90); Roberta Azeredo Murta da Fonseca (084.238.586-00)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3723/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.470/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Mayara Correa Tavares (026.335.630-23)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3724/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.517/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Monteiro de Andrade (103.969.707-02); Arthur Ribeiro de Souza (121.862.927-42); Bernardo Acacio Santini Pereira (082.422.117-60); Camille Rabello Ramos (106.532.717-00); Caroline Mota de Jesus (158.866.637-97); Debora de Lima Silva (110.551.727-69); Josiele Tristao Pontes (104.561.626-58); Keila Cristina Reis Viegas (693.610.533-53); Marcelle Monteiro Correa da Silva (112.502.767-30); Marlon da Silva Sales (163.116.427-94)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3725/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.790/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Brunna Camisasca (085.738.236-58); Carla Leao (060.852.116-78); Carlos Alberto Silva Sena Junior (110.305.436-82); Carolina de Souza Lima (095.353.486-39); James Costa Arthuso (043.856.036-18); Jenner Lorraine Pires Albino (069.796.366-77); Lilian Aparecida dos Santos (054.206.126-07); Paulo Dias dos Santos (047.760.186-32); Robert Rodrigues de Sao Jose (105.712.746-92); Thayron Rafael de Souza Soares (122.911.196-48)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3726/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.898/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ariane Souza Abreu (060.189.167-89); Fernanda Matos Oliveira (139.727.577-43); Wena Dantas Marcarini (040.125.495-02)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3727/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.968/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Eduardo da Silva Ramos (098.689.837-62); Erick Fernandes Vieira Gagliano (134.233.227-05); Erika Reisinger Fernandes Krauss (115.658.917-75); Guilherme Augusto Carpes (350.256.058-73); Isabella de Fatima Cristo Ribeiro dos Santos (111.703.747-94); Jorge Andre Freitas de Souza (121.524.227-16); Karyne Vanesca Costa Ferreira (139.694.857-03); Matheus Elizeu Cabral Felipe (150.826.817-70); Rafael Lopes Oliveira (100.421.357-37); Roberta de Sousa Ilha Alves Pereira (131.158.427-75)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3728/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.006/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Reinaldo Luz Melo (033.007.445-80)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3729/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.056/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Carolina Silva de Souza Jorge (053.189.266-22); Graciane Aparecida de Paula (051.796.466-00); Grasiely Faria de Sousa (070.055.566-82); Leonardo Franchini Pan Martinez (067.530.456-35); Luciana de Souza Braga (047.852.556-76); Luciene Aparecida Costa (043.135.906-76); Priscila de Oliveira Coutinho (092.144.527-09); Rosana de Aguiar Vieira (046.082.446-55); Victoria Silva Amador (105.119.296-09)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3730/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.207/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Renam Luis Acorsi (064.336.929-58)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3731/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.242/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriela Regina Rosa Souza Haberbeck (046.485.389-35); Jenny Sumara Sozo (051.272.729-54); Monise Lara Vaz (084.398.419-81); Priscilla Bastos Jaques (969.527.330-00); Vinicius Provenzi Coltro (084.510.509-48)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3732/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.280/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Baltazar Jose Filho (985.347.346-15); Bianca Paola Santarosa (368.573.578-03); Emily Mayer de Andrade Becheleni (011.812.556-78); Gustavo Leao Rosado (048.725.076-14); Janne Paula Neres de Barros (051.899.336-10); Lucas da Costa Santos (011.591.965-16); Marcelo Luiz Vieira (103.885.846-10); Raul Felipe Pimenta Lopes (113.448.086-54); Thomas Allan Griggs (705.508.046-09)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3733/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.325/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jean Carlos Carniel (401.291.868-05); Robson Ricardo de Araujo (376.201.618-64)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3734/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.339/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Estevao Klein (160.259.497-00); Andre Sarcinelli Faria (131.433.297-00); Ellen Santana do Carmo (103.739.877-73); Leonardo Silva Pereira (122.597.387-29); Marylane Gama dos Santos (125.279.707-96); Priscyla Freire de Almeida (124.155.117-06); Ramon dos Santos (138.429.857-62); Ricardo Valdemar Pilger da Silva (143.914.957-75); Sergio Ricardo Freire de Souza (139.250.147-48); Suellen Lopes Silva (123.511.147-44)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3735/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.400/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Priscila Raquel de Oliveira Santana (026.367.541-64)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Águas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3736/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.417/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Livia Gaby Costa (407.232.728-08)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3737/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.422/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Idio Alves de Sousa Filho (003.063.501-22); Marco Fernando Ottoline de Oliveira (144.748.591-20)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3738/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.456/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Debora Nery Spindola (410.740.238-03); Filipe do Nascimento Prado (441.017.958-60); Isadora Silva Peres da Conceicao (409.070.008-60); Luiz Augusto Emanuel Trindade Rodrigues (227.323.998-09); Marcelo Oliveira dos Santos (213.000.768-60); Marcos Henrique Belan Junior (385.993.578-08); Marcus Vinicius Franca (369.906.238-45); Sandro Canassa (101.761.428-86); Valeria Ludmilla Steigerwald (003.972.648-79); Vinicius Repke (387.426.008-98)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3739/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.472/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aline Jose Luiz Silva (053.493.881-77); David de Lima Rodrigues (048.401.381-50); Ducelice Ferreira de Sousa (649.193.151-04); Jackellyne Fagundes Gomes de Magalhaes (033.989.821-66); Lorrara Dias Cardoso (049.193.611-73); Luis Filipe Garcia da Silva (050.891.373-07); Mariana Alexandre Souza Rodrigues (052.532.221-38); Sandra dos Santos Pimenta (558.652.241-15); Taynara de Oliveira Borges (031.862.411-70); Victor Hugo Vieira Correa (038.865.751-01)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3740/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.484/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Luis Cantuaria Cardoso Oliveira (033.313.117-74); Andre Luiz Lessa Moreira (490.610.381-20); Antonio Joao Queiroz Lima (769.398.397-04)
1.2. Órgão/Entidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3741/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.486/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diogo Augusto Rodrigues de Oliveira (064.357.334-81); Luanderson Gyuseppe da Silva Anjos (095.652.264-50); Marcel Araujo Rocha Paiva (014.312.884-11)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3742/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.550/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adalberto Bento (191.632.468-13); Alessandra Quishida (279.224.268-01); Amanda Krishna Miranda Santos (057.878.091-73); Ana Maria Mathias Morita (395.378.498-64); Helio Silverio Machado (306.089.068-40); Juliano Alessio da Silva (029.984.689-00); Paula Lima Braga (332.140.338-24); Raphael Fortes de Oliveira (368.621.058-41); Sebastiao Garcia Junior (256.164.108-29); Tamiris Batista Leite (357.007.908-23)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3743/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.556/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bernard Josiah Barlow (533.302.772-20); Maria de Los Angeles Arias Guevara (011.269.129-30)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3744/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.557/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Felipe Goncalves Felix (120.526.007-28); Felipe Oliveira Quintanilha (122.930.057-04); Felipe Rabelo Couto (111.451.147-17)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3745/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.576/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliana Lapa Rizza (011.098.400-55); Pamela Amado Tristao (010.550.630-30); Yan Ballinhas Soares (029.246.180-10)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3746/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.581/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Carvalho Pinto Vieira (606.779.109-91); Altidor Pereira de Sousa Junior (562.932.751-87); Ana Karoliny Teixeira da Costa (007.090.091-43); Gaspar Rogerio da Silva Chiappa (694.435.800-04); Ingrid Ferreira Curimbaba

(363.538.398-80); Janaina de Cassia Orlandi Sardi (195.102.008-16); Jean Pierre Oses (907.799.080-15); Marilia Santos Sousa (000.180.243-78); Renan da Silva Costa (038.829.651-85)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3747/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.620/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jose Brito de Souza Filho (519.659.842-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3748/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.623/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Francisca da Graca Cruz (013.320.332-88); Patricia Botelho Alves de Carvalho (079.019.186-59)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3749/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.645/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Cidreira Ribeiro (044.898.405-94); Juliana Crespo Lopes (054.052.839-08)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3750/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.717/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Paulo Francisco (396.118.378-36); Amanda Castelo Branco Contente (748.459.692-20); Anderson da Silva Marcolino (057.000.679-19); Caroline Reichen (047.803.749-01); Daniel Arana (344.811.228-38); Georgia Erdmann do Nascimento (037.701.909-71); Nayara Guetten Ribaski (029.449.259-38); Rosieli Goncalves Tracz (061.110.919-05); Thiago Nogueira Marques Cervantes (061.206.399-26); Vera Lucia Martins da Conceicao (962.957.759-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3751/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.934/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Isabella Maciel Costa (127.767.446-92); Jonio Machado Bethonico (856.305.006-00); Tereza Cristina Peixoto (555.134.766-49); Welbert Luiz Silva (785.649.136-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3752/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.945/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe Balem (005.929.412-48); Felipe Pedroza Maia (891.208.412-72); Guilherme Silveira Simoes (222.967.548-64)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3753/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-008.052/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Siqueira da Silva (081.998.407-81); Amanda Campos Macedo Ramos (082.169.077-96); Ana Alice Ribeiro Gomide (033.320.737-88); Ana Beatriz Ferreira da Rocha Alves de Souza (023.417.587-70); Ana Claudia Almeida Belo da Silva (071.696.417-12); Ana Claudia Erthal da Silva (000.001.997-61); Ana Helena Caetano dos Santos Freire (055.527.777-19); Ana Lucia Borges de Albuquerque (927.062.827-20); Ana Paula de Oliveira Evangelista (024.207.487-19); Cristina Peres de Oliveira (790.453.917-91)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3754/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-008.063/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Denise Isabel Rizzi (087.403.849-93); Eduardo Paiva Scarparo (017.595.000-89); Giana Zarbato Longo (612.142.489-34); Heloa Barroso Cintra (097.732.306-43); Julia Meirelles (064.263.339-80); Karina Cardoso Gulbis Zimmermann (994.792.309-68); Leticia Rocha Machado (010.246.830-36); Luciane Stallivieri (455.576.320-34); Marcelo Silva Barcelos (003.145.920-08); Tassiane Terezinha Pinto (058.495.389-50)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3755/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-008.246/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Agnaldo Podesta Lima Neto (014.863.945-31); Albervan de Souza Miranda (645.812.762-68); Bruna Gondim de Almeida (367.045.868-90); Bruno Junqueira de Morais e Silva (293.987.068-30); Claudio Junior Ribeiro de Sousa (027.001.422-50); Eveline Rose Araujo Batista (821.151.842-20); Larissa Lemos Brito dos Santos (056.045.505-40); Marcelo Nunes Trindade (020.710.565-07); Maria Helena Apolinario Soares (112.459.414-02); Weber Pereira de Almeida Filho (048.019.721-01)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3756/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-002.937/2020-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maristela da Ascencao Ferreira Souza (252.605.023-53); Urubatan de Oliveira Villela (913.744.567-72)

1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3757/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-005.859/2020-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Emerson Piovezan (056.781.028-34); Setsuko Marina Aoki Hirata (900.301.258-04); Takako Massumoto (166.073.908-03)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho No Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3758/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-009.446/2020-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Aloisio Dias Perantoni (181.875.956-04); Marco Antonio Fernandes Pereira (476.800.677-91); Pedro Paulo de Andrade (348.074.467-20); Walter Mattos de Mello Filho (308.149.877-53)

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3759/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 3555/2020 - TCU - 2ª Câmara de minha relatoria, prolatado na Sessão de 6/4/2020, Ata n° 9/2020 - 2ª Câmara, relativamente ao item 9.5, para que:

- onde se lê: "9.5. considerar cumprido o subitem 1.5.1 do Acórdão 4.552/2010-TCU - Plenário, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;"

- leia-se: "9.5. considerar cumprido o subitem 1.5.1 do Acórdão 4.552/2010-TCU - 2ªCâmara, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;"

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela SecexDefesa e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, e informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-028.878/2016-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Antonio Henrique Santos Resende (962.028.581-68); Antônio Borges Filho (157.472.476-20); Cezar Augusto Maranhão dos Santos (578.748.751-68); Clarice Costa Calixto (064.353.386-98); Flavio Teles de Souza (955.648.101-04); Rafael de Lima Chaves (005.595.601-76); Renato Campos Pinto de Vitto (164.221.648-82); Rodrigo Augusto Romeiro (265.714.438-13); Valdirene Daufemback (901.717.999-68); Valquíria Souza Teixeira de Andrade (301.830.651-15)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Penitenciário Nacional

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3760/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 18, 17 e 23, inciso I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas Regular e Regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, conforme os pareceres emitidos nos autos, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-029.685/2013-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Alessandro Mendes da Costa (784.424.783-53); Francisco José Cysne Aderaldo (161.740.113-72); Francisco de Assis Farage Fonseca (152.776.151-72); Genilde Miranda de Paiva (271.899.963-20); José Carlos Freitas Rocha (255.187.471-87); José de Ribamar Cantanhede Araújo (250.687.173-04); Leidyenne Nazaria Araújo (851.914.933-20); Manoel da Vera Cruz Reis Silva Filho (393.577.164-91); Margareth de Cassia Oliveira Aquino (225.947.523-04); Rogério Prazeres da Silva (452.416.433-20)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Conab No Maranhão

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Julgar regulares com ressalva, em face das falhas adiante apontadas as contas dos responsáveis Srs. Rogério Prazeres da Silva (CPF: 452.416.433-20), Gerente de Operações, no período de 1/1/2012 a 11/6/2012 e Francisco José Cysne Aderaldo (CPF: 161.740.113-72), Gerente de Operações, no período de 6/6/2012 a 31/12/2012, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, dando-lhes quitação:

1.7.1. Venda em Balcão: Fragilidades na retirada do produto. Retirada de produtos agrícolas (milho) por pessoas não autorizadas; Retirada do produto por terceiros para utilização em outra atividade que não aquela descrita em cadastro; Quantidade máxima por cliente excedida;

1.7.2. Venda em Balcão: Atendimento a clientes que não se enquadram na condição de criador/agroindústria de pequeno porte.

1.8. Julgar regulares as contas dos responsáveis: Sr. Francisco de Assis Farage Fonseca (CPF: 152.776.151-72), Superintendente no período de 1/1/2012 a 24/4/2012; Sra. Margareth de Cássia Oliveira Aquino (CPF: 225.947.523-04), Superintendente no período de 25/4/2012 a 31/12/2012; Sr. José de Ribamar Cantanhede Araújo (CPF: 250.687.173-04), Superintendente Substituto no período de 28/6/2012 a 31/12/2012, Sr. José Carlos Freitas Rocha (CPF: 255.187.471-87), Gerente Administrativo no período de 1/1/2012 a 1/4/2012; Sr. Genilde Miranda de Paiva (CPF: 271.899.963-20), Gerente Administrativo no período de 2/4/2012 a 31/12/2012; Sr. Alessandro Mendes da Costa (CPF: 784.424.783-53), Gerente Administrativo Substituto no período de 1/1/2012 a 31/12/2012; Sra. Leidyenne Nazária Araújo (CPF: 851.914.933-20), Gerente de Operações Substituta no período de 1/1/2012 a 11/6/2012; Sr. Manoel da Vera Cruz Reis Silva Filho (CPF: 393.577.164-91), Gerente de Operações Substituto no período de 12/6/2012 a 31/12/2012, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, dando-lhes quitação plena;

1.9. Dar ciência à Superintendência Regional da Conab no Maranhão, que:

1.9.1. Inclua no rol de responsáveis de agentes cuja natureza de responsabilidade não se enquadra no art. 10 da IN TCU 63/2010, descumpre o mencionado normativo, conforme se verificou no âmbito das contas de 2012 da Superintendência Regional da Conab no Maranhão;

1.9.2. Carrear o relatório de gestão com informações incompletas e incorretas em relação ao tema restos a pagar ensejou em descumprimento ao item 12.2 da Parte C do Anexo II da DN TCU 119/2012, normativo que determina o conteúdo do relatório de gestão da UJ, uma vez que se constatou no relatório de gestão da Sureg/MA - 2011 (peça 16, 106) informações diferentes do apontado no relatório de gestão da UJ no ano de 2012 (peça 5, p. 62), conforme descrito nos subitens 100 e 101, da peça 18;

1.10. Dar ciência deste acórdão, à Superintendência Regional da Conab no Maranhão - Sureg/MA, encaminhando, como subsídio à compreensão do julgado, inteiro teor da instrução e da instrução à peça 18; e

1.11. Retirar o sobrestamento do presente processo uma vez que já houve o julgamento de mérito do processo sobrestante (TC 013.059/2014-9).

ACÓRDÃO Nº 3761/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena ao(s) responsável(eis), conforme os pareceres emitidos nos autos, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.379/2018-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2017)

1.1. Responsáveis: Carlos Alberto de Paula (125.528.988-07); Cassio Cabral Kelly (810.148.057-91); Helena Mulim Venceslau (657.979.301-53); Icaro Demarchi Araujo Leite (311.299.118-45); Joaquim Mendanha de Ataides (369.920.621-15); Marcelo Augusto Camacho Rocha (023.545.687-03); Paulo dos Santos (757.618.908-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Seguros Privados - Susep

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Julgar regulares com quitação plena as contas dos Srs. Cassio Cabral Kelly (CPF 810.148.057-91); Icaro Demarchi Araujo Leite (CPF 311.299.118-45); Joaquim Mendanha de Ataides (CPF 369.920.621-15); Paulo dos Santos (CPF 757.618.908-87); Carlos Alberto de Paula (CPF 125.528.988-07); Marcelo Augusto Camacho Rocha (CPF 023.545.687-03); Helena Mulim Venceslau (CPF 657.979.301-53), com fundamento nos arts. 10, § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 208 do Regimento Interno do TCU;

1.8. Dar ciência à entidade das seguintes impropriedades em seu processo de contas:

1.8.1. não apresentação de rol de responsáveis, nos moldes do que estabelece a IN TCU 63/2010;

1.8.2. deficiências em seu sistema de controles internos, identificadas pela CGU/AC, nos aspectos "ambiente de controle" e "avaliação de riscos", em ofensa ao princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal;

1.8.3. baixa eficiência na arrecadação das multas aplicadas nos dois últimos exercícios, contrariando, desta forma, o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal;

1.8.4. classificação incorreta da conta "investimentos e aplicações temporárias a longo prazo" no subgrupo "ativo realizável a longo prazo", contrariando o estabelecido no Manual da STN 2020 - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - itens 4.4 Estrutura e 4.5 Modelo, disponível no endereço eletrônico http://www.tesouro.fazenda.gov.br;

1.8.5. valor expressivo de ajustes para perdas em créditos de longo prazo que ultrapassam o valor previsto de arrecadação da dívida ativa tributária e não tributária no exercício de 2017 e chegando quase à integralidade do valor previsto no exercício de 2016, implicando impacto negativo no patrimônio líquido do exercício de 2017 e podendo impactar negativamente exercícios futuros da entidade, contrariando, desta forma, o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal.

1.9. Determinar à Susep que informe, nas contas do presente exercício (2020), as providências que vierem a ser adotadas com o intuito de corrigir as impropriedades acima apontadas e de implementar as recomendações expedidas pelo Controle Interno, apresentadas no item 106 da instrução de peça 11.

ACÓRDÃO Nº 3762/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento das deliberações constantes Acórdão n.º 518/2012 - TCU - 2ª Câmara De Minha Relatoria, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 17, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar cumprido o monitoramento determinado pelo item 1.9 do Acórdão n.º 518/2012 - TCU - 2ª Câmara de minha relatoria;

b) enviar cópia desta deliberação e da instrução, aos representantes e ao Município de Indianópolis/MG, informando que o FNDE já tem conhecimento das irregularidades informadas e irá analisar tais prestações de contas no âmbito de sua estratégia, a qual leva em consideração aspectos relacionados à eficiência da Administração Pública;

c) arquivar os autos, com fundamento no art. 106, § 4º, da Resolução TCU 259/2014 e art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU; e

d) informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-023.207/2009-7- MONITORAMENTO (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 030.058/2014-7 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Joao Agnaldo Campaner (678.532.006-25); Renes Jose Borges Pereira (866.190.716-00)

1.3. Interessado: Câmara Municipal de Indianópolis - MG (21.246.764/0001-31)

1.4. Órgão/Entidade: Município de Indianópolis - MG

1.5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 11/2020 - 2ª Câmara

Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 3763/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-001.561/2020-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Ana Lucia Gomes da Silva (CPF 273.295.771-20); Helena Hokama (CPF 273.384.601-91); Irmo Barbosa Flores (CPF 321.916.341-68); Jose Pereira Vidal (CPF 256.908.171-04); Maria Jose Neto (CPF 089.646.128-92); Rita Maria Baltar Van Der Laan (CPF 108.188.121-68); Solange Gattass Fabi (CPF 497.183.471-00) e Vera Ines Portella Bessa (CPF 250.811.871-00).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3764/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-004.812/2020-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Antonio Goncalves de Oliveira (CPF 200.579.891-68); Antonio Sergio Izar (CPF 106.437.881-15); Clodoaldo Lemes de Souza (CPF 200.707.051-00); Eliezer Azevedo Lopes (CPF 142.985.621-15); Icleia Albuquerque de Vargas (CPF 272.249.701-82);

Ireny Mendes Ferreira Porto (CPF 309.262.111-53); Madalena Navarro Cristaldo (CPF 778.950.701-00); Mara Lucia Bellinate (CPF 321.483.801-68) e Maria Luiza Tegon (CPF 061.662.438-71).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3765/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-005.668/2020-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Flavio Renato Araldi (CPF 311.467.670-72); Francimar Alves da Silva (CPF 427.165.947-91); Francisco Rodrigues Pereira (CPF 080.947.723-87); Francisco de Assis Florentino (CPF 119.482.131-68); Iris Gabriele Brunhilde Diel (CPF 554.307.780-79); Joao Evangelista Cruvinel (CPF 101.961.881-72); Joao Gilson Ribeiro (CPF 038.387.301-00); Joao Oliveira Silva (CPF 152.064.401-91); Jose Barros de Oliveira (CPF 116.548.481-15) e Jose Carlos Amaral Sarrazin (CPF 071.880.302-78).

1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3766/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Ivalino Ozelame.

1. Processo TC-011.053/2020-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessado: Ivalino Ozelame (CPF 012.267.890-72).

1.3. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Rio Grande do Sul.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3767/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Antônio Haroldo Garcia Teixeira.

1. Processo TC-011.825/2020-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessado: Antônio Haroldo Garcia Teixeira (CPF 010.335.066-72).

1.3. Unidade: Gerência Executiva do INSS/Contagem/MG.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1. 8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3768/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento do Acórdão 11.889/2016 - 2ª Câmara, de minha relatoria, que considerou ilegais os atos de concessão de aposentadoria a Maria das Dores Acioli de Lima, Maria das Graças da Silva Cavalcante e Márcia Maria Lobo Garcia, servidoras inativas da Universidade Federal da Bahia.

A negativa de registro deu-se em razão da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de hora extra, e da vantagem pessoal do artigo 5º do Decreto 95.689/1988, na base de cálculo dos proventos.

No referido acórdão, a 2ª Câmara determinou à Universidade Federal da Bahia que cessasse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados.

A unidade jurisdicionada informou, entretanto, estar impossibilitada de cumprir essa determinação tendo em vista as interessadas se encontrarem amparadas por decisões judiciais proferidas nos autos do Agravo de Instrumento 0016183-32.2010.4.01.0000/BA, dos Agravos de Instrumento 0033169-22.2014.4.01.0000 e 0049242-69.2014.4.01.0000 e do Mandado de Segurança 0043188-86.2011.4.01.3300 e de recursos interpostos junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

considerando que o TRF-1, em grau de recurso de mandado de segurança, proferiu decisão no sentido de "determinar à Impetrada que mantenha o pagamento da rubrica denominada Vantagem Pessoal do Art. 5º do Decreto 95.689/88 nos contracheques dos substituídos do Impetrante";

considerando a Questão de Ordem 4/2011, aprovada pelo Plenário em 8/6/2011;

considerando os pareceres uniformes constantes dos autos;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a" do Regimento Interno, em realizar a determinação abaixo indicada e em promover o arquivamento dos presentes autos.

1. Processo TC-025.656/2016-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessadas: Maria das Dores Acioli de Lima (CPF 112.048.694-72); Maria das Graças da Silva Cavalcante (CPF 166.885.705-72); Márcia Maria Lobo Garcia (CPF 070.477.705-34).

1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que, nos termos da Questão de Ordem 4/2011 - Plenário, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, as informações necessárias para acompanhamento do Agravo de Instrumento 0016183-32.2010.4.01.0000/BA, dos Agravos de Instrumento 0033169-22.2014.4.01.0000 e 0049242-69.2014.4.01.0000, e do Mandado de Segurança 0043188-86.2011.4.01.3300, todos em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, dando ciência à Consultoria Jurídica do TCU.

ACÓRDÃO Nº 3769/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria a Paulo César Gonçalves Egler no cargo de Analista de Ciência e Tecnologia Senior III, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que a unidade técnica verificou que o cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT) não contrariou os critérios da legislação de regência, uma vez que foi calculada com base na média aritmética dos últimos 60 meses anteriores à aposentadoria, nos termos do art. 16 da Lei 11.094/2005;

considerando que a rubrica "opção" deixou de ser paga nos proventos do interessado, conforme verificado na folha de pagamento de outubro/2014, estando os proventos do inativo adequados ao limite imposto pelo §2° do art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998;

considerando os pareceres uniformes constantes dos autos;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Paulo César Gonçalves Egler.

1. Processo TC-032.586/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1.Classe de Assunto: V.

1.2. Interessado: Paulo Cesar Goncalves Egler (CPF 409.873.377-34).

1.3. Unidade: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3770/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Luiz Filipe Soares Furtado.

1. Processo TC-004.485/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Luiz Filipe Soares Furtado (CPF 168.305.927-12).

1.3. Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército (vinculador).

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: determinar ao Comando do Exército que promova o desligamento do interessado do seu quadro de pessoal caso haja decisão judicial final desfavorável.

ACÓRDÃO Nº 3771/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-007.724/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Alvaro Cesar Dutra Presto (CPF 107.115.716-78); Andre Cavalcante Barbosa da Silva (CPF 090.215.214-90); Diana Paola Gutierrez Diaz de Azevedo (CPF 700.943.056-09); Diogo Strauch Ribeiro (CPF 122.454.577-06); Jessica Natacha Macedo Pamplona (CPF 130.580.857-61); Marcelo Jose Pinheiro Guedes de Uzeda (CPF 952.589.227-15); Marina Hussak dos Santos (CPF 055.617.817-31); Paulo Alves Graciano de Almeida (CPF 123.845.307-47); Rodolfo Duarte Ferreira (CPF 119.909.127-88) e Rodrigo Lobo da Veiga Jardim (CPF 025.062.321-84).

1.3. Unidade: Universidade Federal Fluminense.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3772/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-007.830/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Frederico Antonio Tavares Monier (CPF 120.680.468-81) e Monica Miranda Hunka (CPF 410.016.804-72).

1.3. Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3773/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Jessica Cardoso Coutinho.

1. Processo TC-007.882/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessada: Jessica Cardoso Coutinho (CPF 009.106.162-80).

1.3. Unidade: Ministério da Saúde (vinculador).

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3774/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rodolfo Rodrigues da Cruz.

1. Processo TC-008.087/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Rodolfo Rodrigues da Cruz (CPF 985.986.352-00).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3775/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Aline de Fatima Mariano da Silva.

1. Processo TC-010.782/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Aline de Fatima Mariano da Silva (CPF 063.363.176-09).
1.3. Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica (vinculador).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3776/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-002.907/2020-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Antonia Dulcinea de Lima (CPF 640.275.114-68); Esperanca da Silva Villela (CPF 361.207.157-20); Genir Christina do Nascimento Dias de Souza (CPF 011.090.157-63); Haydee dos Santos Silva (CPF 306.591.917-68); Laura da Conceicao Antunes da Costa (CPF 869.626.557-20); Maria Goncalves (CPF 069.112.847-24); Maria Soares de Oliveira Lins (CPF 311.927.505-00); Marli da Conceicao Euzebio (CPF 003.975.537-14); Ruth Silva Novaes (CPF 087.207.967-81) e Therezinha da Cruz Benites (CPF 293.815.091-15).
1.3. Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha (vinculador).
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3777/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a Ruth Bordini Pegoraro.

1. Processo TC-005.879/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Ruth Bordini Pegoraro (CPF 402.252.160-00).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3778/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de pensão civil a Ruth Figueiredo Ribeiro.

1. Processo TC-010.862/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Ruth Figueiredo Ribeiro (CPF 428.005.286-72).
1.3. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3779/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-039.062/2019-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Artur Miguel Silva Mendes (CPF 785.751.412-87); Elizabete Motta (CPF 779.480.098-68); Ildacy Dantas Chaves (CPF 674.024.102-34); Matheus Antunes de Souza (CPF 024.823.442-04); Mayara Vicencia de Souza Ferreira (CPF 023.664.942-62) e Raimundo Nonato Ferreira (CPF 351.742.422-68).
1.3. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija os fundamentos legais dos atos no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 3780/2020 - TCU - 2ª Câmara

Vistos os atos de pensões militares emitidos pelo Comando da Marinha em favor dos interessados indicados no subitem 1.2 desta deliberação;

Considerando que os pareceres foram uniformes pela legalidade dos atos às peças 6, 7, 9, 10 e 11 destes autos;

considerando, entretanto, que a apreciação do ato à peça 9 está prejudicada pelo exaurimento dos efeitos da pensão, ante o falecimento da interessada, conforme comprova o ato à peça 10;

considerando que o Ministério Público junto ao TCU - MPTCU não se manifestou sobre o mérito dos atos às peças 2, 3, 4, 5 e 8, por defender a necessidade de adoção de medidas saneadoras a fim de avaliar os casos à luz do precedente contido no Acórdão 2.225/2019 - Plenário, da relatoria do ministro Benjamin Zymler;

considerando que essa providência também deve ser implementada em relação ao ato à peça 6, diante dos indicativos de que houve melhoria na reforma inicial (Sisac 10637508-07-1997-000080-1) em face da incapacidade posterior do ex-militar (Sisac 10637508-07-2000-000108-7);

considerando que, embora as mencionadas reformas tenham sido apreciadas pela legalidade (peça 13, p. 10), eventual irregularidade em ato registrado pelo TCU, sem possibilidade de revisão, pode ser objeto de nova análise de legalidade na apreciação da pensão decorrente, pois a concessão deste benefício é ato novo, que somente se aperfeiçoa após a apreciação realizada pelo Tribunal no exercício da competência prevista no art. 71, inciso III, da Constituição de 1988;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, bem como nos arts. 157 e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno, em:

I - considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar emitidos em favor de Elaine Cristina Alves da Silva, Flora Marta do Nascimento, Kelly Cristina do Nascimento, Marcelo Portes da Silva e Marcia Maria Alves Monteiro da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos;

II - considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do Ato 69586/2019, referente à pensão em favor de Inez Pinto do Nascimento (peça 9), tendo em vista seu falecimento;

III - efetuar a determinação especificada abaixo, em consonância com a manifestação do MPTCU.

1. Processo TC-031.883/2019-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Classe: V.
1.2. Interessados: Aline da Silva Cardoso (CPF 130.687.287-11), Ana Isaura Lima de Souza (CPF 901.364.895-91), Arlete da Silva Cardoso (CPF 051.967.817-65), Cremilda dos Santos Andrade (CPF 108.305.357-48), Elaine Cristina Alves da Silva (CPF 101.564.167-94), Eliza de Paiva do Espírito Santo (CPF 202.706.402-82), Flora Marta do Nascimento (CPF 179.640.081-53), Inez Pinto do Nascimento (CPF 064.527.414-38), Kelly Cristina do Nascimento (CPF 678.084.844-15), Marcelo Portes da Silva (CPF 086.590.867-24), Marcia Maria Alves Monteiro da Silva (CPF 184.816.122-00), Maria Auxiliadora Santos de Franca (CPF 240.283.472-20), Marlene da Silva Cardoso (CPF 072.784.197-19), Marly Alves Cardoso (CPF 018.189.117-44), Salete da Silva Cardoso Manhães (CPF 054.588.777-13), Suely da Silva Cardoso (CPF 021.682.137-12) e Vanda Lucia da Silva Cardoso (CPF 110.091.517-62).
1.3. Unidade: Comando da Marinha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinação:
1.8.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que analise se o cálculo das pensões militares objeto dos atos às peças 2, 3, 4, 5, 6 e 8 contempla a irregularidade apontada no novo entendimento deste Tribunal firmado por meio do Acórdão 2.225/2019 - Plenário, da relatoria do ministro Benjamin Zymler.

ACÓRDÃO Nº 3781/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de atos de concessão de pensão militar a diversas beneficiárias, pensões estas concedidas pelo Comando da Aeronáutica.

Considerando que os procedimentos a que os atos foram submetidos não constataram qualquer óbice à apreciação pela legalidade destes e que em consulta aos sistemas disponibilizados para o TCU não foram constatadas acumulações das aludidas pensões com cargos, funções e outros benefícios previdenciários que pudessem macular os atos de concessão em comento;

considerando que as pensionistas Itala da Costa Juliano e Ana Cristina Boeira dos Reis são servidoras públicas federais, cujas situações encontram amparo legal no art. 29, incisos I e II, da Lei das Pensões Militares - Lei 3765/1960, que permite as acumulações salariais desses dois regimes, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal;

considerando que quanto às demais interessadas cumpre esclarecer que as aludidas pensionistas recebem apenas os benefícios em exame;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar às interessadas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-036.279/2019-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Ana Cristina Boeira dos Reis (CPF 695.345.000-20); Elzita de Fatima Miranda Balinhas (CPF 390.786.126-49); Itala da Costa Juliano (CPF 293.507.864-00); Raimunda Melo de Barros (CPF 392.633.632-34) e Viviane Boeira dos Reis (CPF 747.175.290-49).
1.3. Unidade: Comando da Aeronáutica.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3782/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de prestação de contas da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Estado do Mato Grosso, relativa ao exercício de 2017.

Considerando que a Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente, com anuência de seu corpo dirigente, concluiu serem adequadas as recomendações formuladas pela Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República para sanear as impropriedades identificadas, bem como para mitigar os riscos delas decorrentes, as quais deverão ser acompanhadas nas próximas contas da unidade;

considerando que, apesar do certificado de auditoria do controle interno propor o julgamento pela irregularidade das contas de João Bosco de Moraes, superintendente regional - substituto, a unidade técnica entendeu que as falhas apontadas não são suficientes para macular pela irregularidade a sua gestão, constituindo-se ressalvas em suas contas.

considerando que os fatores motivadores da ressalva no julgamento das contas dos responsáveis foram: (i) atuação sem o conhecimento do total de imóveis já adquiridos pela unidade e sem a existência de um Plano Regional de Reforma Agrária que fixasse as prioridades regionais e a extensão e localização das áreas desapropriáveis, bem como utilização de Diagnóstico Regional desatualizado, Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR) inexistente e Relatório de Análise do Mercado de Terras (RAMT) desatualizado; (ii) falha na avaliação e controle da fidedignidade, qualidade e segurança dos registros e dos sistemas de controle do estoque de terras destinadas à reforma agrária; (iii) intempestividade na análise das prestações de contas de transferências voluntárias e morosidade na adoção de providências para a instauração das respectivas tomadas de contas especiais por insuficiência na coordenação do monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas da unidade; (iv) falha na execução dos lançamentos dos fatos contábeis e dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União com consequente não adoção de medidas com vistas à regularização dos registros relativos à depreciação e/ou amortização de ativos permanentes e direitos a receber, com reflexos negativos sobre o resultado do patrimônio, além de conduzir à inobservância de procedimentos de conteúdo fiscal e legal; (v) não adoção de medidas para garantir a segregação de funções relacionada ao acúmulo de atribuições por servidores responsáveis por atividades de Conformidade de Gestão e Contábil; e (vi) morosidade na instauração das ações relacionadas à atividade correcional, por insuficiência de controle dos atos necessários ao bom andamento das comissões disciplinares e sindicantes;

considerando que o Ministério Público junto ao TCU manifestou concordância com as conclusões alcançadas pela unidade instrutiva;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e II, 17, 18 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso I, 169, inciso III, 207, 208, §2º, e 214, inciso I, do Regimento Interno, em:

a) julgar regulares as contas de Carlos Eduardo Barbieri Gregório e Natália Ilka Morais Nascimento, e dar-lhes quitação plena;

b) julgar regulares com ressalva as contas de João Bosco de Moraes e dar-lhe quitação;

c) dar ciência deste acórdão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Mato Grosso;

d) fazer a determinação e dar ciência das ocorrências registradas nos subitens 1.8 e 1.9 deste acórdão; e

e) arquivar o processo.

1. Processo TC-033.988/2018-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício de 2017)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsáveis: Carlos Eduardo Barbieri Gregório (CPF 310.951.038-30); João Bosco de Moraes (CPF 161.458.601-20) e Natalia Ilka Morais Nascimento (CPF 018.039.753-26).

1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra No Estado de Mato Grosso.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente - SecexAmb.

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar à Superintendência Regional do Incra no Estado do Mato Grosso que, no prazo de 90 dias, apresente plano de ação com vistas à adoção de medidas efetivas para a identificação dos imóveis rurais destinados à reforma agrária, bem como o seu consequente registro contábil em valores atualizados, para refletir, nos demonstrativos contábeis da unidade, o real patrimônio sob sua responsabilidade, em cumprimento ao subitem 9.2.6 do Acórdão 557/2004 - Plenário e aos arts. 98 e 102, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno - Portaria Incra 338/2018, de 9/3/2018;

1.9. dar ciência à Superintendência Regional do Incra no Estado do Mato Grosso sobre as seguintes impropriedades detectadas durante o exercício de 2017:

1.9.1. não adoção de procedimentos iniciais e necessários para aquisição de imóveis amparados por instrumentos de planejamento atualizados e atuação sem o conhecimento do total de imóveis já adquiridos pela Superintendência, o que fere o art. 111, inciso II, alíneas "a" e "g", do Regimento Interno - Portaria Incra 49/2017, de 31/1/2017, e o art. 35 do Estatuto da Terra (Lei 4504/1964), c/c o art. 2º do Decreto-Lei 1.110/1970, além do art. 2º da Portaria MDA 6/2013, do Módulo I do Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial, aprovado pela Norma de Execução Incra/ST 52, de 25/10/2006, do art. 2º e § 2º do art. 3º da Instrução Normativa Incra 83/2015 e art. 3° da Norma de Execução Incra 112, de 12/9/2014;

1.9.2. não observância ao princípio da segregação de funções, uma vez que ocorre o acúmulo de atribuições por servidores responsáveis por atividades de Conformidade de Gestão e Conformidade Contábil, contrariando o art. 8º, incisos I, V e VII, §1º, do Decreto 6.976/2009, o item 3.9.1 da Macrofunção SIAFI 02.03.14 - Conformidade de Registro de Gestão e o art. 11, III, "b", da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 01/2016;

1.9.3. morosidade na análise de prestação de contas das entidades convenentes, em desacordo com a legislação que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira (art. 31 da Instrução Normativa STN 01, de 15/1/1997, art. 60 da Portaria Interministerial 127, de 29/5/2008, art. 76 da Portaria Interministerial 507, de 24/11/2011, e art. 64 da Portaria Interministerial 424, de 30/12/2016);

1.9.4. inconformidades que impactam significativamente na fidedignidade dos demonstrativos contábeis da unidade, como não atualização das contas 121110301 - Empréstimos Concedidos a Receber e 121219808 - Créditos a Receber - Regularização Fundiária, ausência de registros de depreciação de bens móveis e pendência de regularização há mais de quatro anos dos saldos constantes nas contas "Bens Móveis a Alienar" e "Bens Móveis Não Localizados";

1.9.5. ausência de apurações e julgamentos tempestivos e demora excessiva para realizar designações de comissões e seus respectivos membros, fazendo com que o lapso temporal entre a ciência e a instauração, bem como para conclusão dos processos disciplinares dificulte a coleta de provas e labute contra a pretensão punitiva da administração, face à possível ocorrência da prescrição, em prejuízo do esclarecimento da verdade dos fatos e em desacordo com o art. 130, inciso XIV, do Regimento Interno - Portaria Incra 49/2017, de 31/1/2017, e art. 4º da Portaria Incra 191, de 30/6/2009 (que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas Comissões Disciplinares, bem como no Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares - Sispad, no âmbito do Incra);

1.10. dar ciência ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de que as constatações registradas neste processo não são casos pontuais, pois se repetiram na maioria das Superintendências Regionais do Incra que tiveram processo autuado de contas ordinárias referente ao exercício de 2017, o que indica que a solução dos problemas dependerá de atuação sistêmica da Autarquia.

ACÓRDÃO Nº 3783/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado do Maranhão, em desfavor de Zilmar Melo Araújo, prefeito de Tutóia/MA na gestão 2005-2008, em razão da omissão do dever de prestar contas e da execução parcial do objeto do Convênio CRT/MA/11.000/2007, Siafi 597078, firmado entre a Superintendência Regional do Incra no Estado do Maranhão e a prefeitura de Tutóia/MA.

Considerando que, por meio do Acórdão 8.664/2015 - 2ª Câmara, de 29/9/2015 (peça 30), subitem 9.4, esta Corte rejeitou as razões de justificativa apresentadas por Zilmar Melo Araújo, entre outros, condenando-o ao pagamento de débito e ao recolhimento de multa no valor de R$ 100.000,00;

considerando que, antes de transcorrido o prazo recursal (3/12/2015), e, portanto, o trânsito em julgado do processo, Zilmar Melo Araújo faleceu (23/11/2015);

considerando que não há como persistir contra Zilmar Melo Araújo nem a seus herdeiros a aplicação da multa do art. 57 da Lei 8.443/1992, em função de sua natureza personalíssima.

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005, com redação dada pela Resolução-TCU 235/2010, em tornar insubsistente a multa aplicada a Zilmar Melo Araújo por meio do subitem 9.4 do Acórdão 8.664/2015 - 2ª Câmara; e em retornar os autos à Secretaria de Gestão de Processos para que se dê continuidade aos procedimentos necessários à citação do espólio de Zilmar Melo Araújo, na pessoa do inventariante, Zilmar Melo Araújo Júnior.

1. Processo TC-007.682/2013-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC 011.519/2016-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC 011.523/2016-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC 011.522/2016-0 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Classe de Assunto: II.

1.3. Responsáveis: Raimundo Nonato Abraao Baquil (CPF 179.105.603-20) e Zilmar Melo Araújo (CPF 032.705.563-49).

1.4. Unidade: Município de Tutóia/MA.

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.8. Representação legal: Bertoldo Klinger Barros Rego Neto (OAB/MA 1.909) e outros, representando Raimundo Nonato Abraão Baquil; Roberta Vasconcelos Santos (OAB/MA 6.775) e outros, representando o Município de Tutóia/MA.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3784/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento do Acórdão 1.387/2018 - 2ª Câmara, que apreciou a prestação de contas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA referente ao exercício de 2015.

São objeto deste monitoramento as determinações e recomendações contidas nos subitens 1.9.1, 1.9.2.1, 1.9.2.2, 1.9.2.3, 1.10 e 1.11 do Acórdão 1387/2018-TCU-2ª Câmara.

Considerando que, após analisar as informações prestadas pela UFMA, a instrução final de mérito do auditor da Secretaria de Controle Externo da Educação - SecexEducação, com ajustes no encaminhamento feito pelo diretor da unidade, verificou que:

i) o subitem 1.9.1 do Acórdão 1.387/2018-TCU-2ª Câmara, que trata da inclusão nos Relatórios de Gestão de parâmetros e metas de indicadores a serem atingidos, foi devidamente atendido pela UFMA, cabendo à SecexEducação analisar o tema no próximo relatório a ser entregue pela unidade;

ii) os subitens 1.9.2.1, que trata da apuração das causas para a redução na Taxa de Sucesso da Graduação, e 1.9.2.2, que trata da apuração das causas para a redução na execução dos projetos previstos para a ação "Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica", foram considerados atendidos;

iii) o subitem 1.9.2.3, e seus subitens, que exigiam a apresentação de um plano de ação para atendimento de determinações relacionadas com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), foi considerado não atendido. Porém, a unidade técnica entendeu restar prejudicada a continuidade do seu monitoramento, tendo em vista que o assunto será objeto de análise em futuras prestações de contas da UFMA.

iv) em relação ao subitem 1.10 do Acórdão 1.387/2018-TCU-2ª Câmara, que trata da reiteração de outras deliberações feitas por esta Corte, a unidade técnica considerou atendida a determinação do subitem 1.10.5 e prejudicada a continuidade do monitoramento dos subitens 1.10.1, 1.10.2, 1.10.3, 1.10.4 e 1.10.6.

v) o subitem 1.11 do Acórdão 1.387/2018-TCU-2ª Câmara, que trata da autuação de dois processos de Acompanhamento, foi considerado atendido, tendo em vista a instauração dos TCs 024.070/2018-1, que trata de contratos de obras, e 024.069/2018-3, que trata do relacionamento com Fundações de Apoio, ambos em exame na SecexEducação.

Assim, considerando as conclusões do auditor da Secretaria de Controle Externo da Educação, com a anuência e os ajustes no encaminhamento propostos pelo diretor da unidade;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 169, inciso I, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em:

a) considerar cumpridas as determinações dos subitens 1.9.1, 1.9.2.1, 1.9.2.2 e 1.11 do Acórdão 1.387/2018 - 2ª Câmara;

b) considerar cumprida a determinação do subitem 1.10.5 do Acórdão 1.387/2018 - 2ª Câmara e, por conseguinte, os nele referidos subitens do Acórdão 5.621/2014-Plenário;

c) considerar prejudicada a continuidade do monitoramento dos subitens 1.9.2.3, 1.10.1, 1.10.2, 1.10.3, 1.10.4 e 1.10.6;

d) dar ciência aos gestores da Universidade Federal do Maranhão de que o cumprimento da legislação e dos princípios jurídico-administrativos, bem como das medidas requeridas pelo Tribunal, deve ser realizado independentemente de monitoramento das ações, sob eventual sujeição às sanções previstas;

e) dar ciência à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip desta Corte de Contas acerca do teor do subitem 1.10.2 do Acórdão 1.387/2018 - 2ª Câmara, que se refere a itens do Acórdão 66/2014 - 2ª Câmara, a fim de utilizar como subsídio nas verificações contínuas realizadas por meio do sistema e-Pessoal/Indícios;

f) dar ciência desta deliberação e da instrução às peças 36 e 37 à Universidade Federal do Maranhão;

g) apensar o processo ao TC 031.852/2016-5, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução-TCU 259/2014, c/c o art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009.

1. Processo TC-012.337/2018-8 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: III.

1.2. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3785/2020 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP, noticiando a contratação, pelo Município de Ferraz de Vasconcelos, do fornecimento de gêneros alimentícios para merenda escolar, com recursos, possivelmente, do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Considerando que a documentação apresentada é constituída de autos do processo licitatório, sem comprovação de transferência de recursos oriundos do PNAE, e não se faz acompanhar de indícios suficientes acerca da ocorrência de irregularidades ou ilegalidades;

considerando, contudo, que pesquisa realizada pela Secretaria de Controle Externo da Educação - SecexEducação indicou que houve repasse do valor de R$ 2.427.518,00 para aquisição de gêneros alimentícios no exercício de 2017, cuja prestação de contas está aguardando análise no FNDE;

considerando, então, que a atuação desta Corte sobre a matéria poderá ocorrer em decorrência da análise antes indicada;

considerando os pareceres uniformes da unidade técnica;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno; 103, § 1º, e 105 da Resolução TCU 259/2014, em:

a) não conhecer da documentação como representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade, visto não estar acompanhada de indícios suficientes acerca da ocorrência de irregularidades ou ilegalidades;

b) dar ciência desta deliberação e da instrução à peça 7 ao representante; e

c) arquivar o processo.

1. Processo TC-029.338/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP.

1.3. Unidade: Município de Ferraz de Vasconcelos/SP.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 4/2020 - 2ª Câmara

Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 3786/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-030.730/2012-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Amanda de Araújo Rodrigues (088.118.114-57); Rosa Maria de Araújo (013.279.214-13).

1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - MEC.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 4/2020 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 3787/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.907/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcio Ribeiro do Vale (286.225.966-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras - UFLA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3788/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.281/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anderson Soares Nunes (153.042.134-91); Elsio Francisco de Oliveira (037.434.888-09); Isaura Izumi Kobayashi (040.885.868-08); Jauri de Oliveira (044.567.058-41); Lais Ferreira Ramos (040.899.158-56); Lucinea Guska (063.233.978-03); Luiz Claudio da Costa Nascimento (738.183.137-68); Moises Carlos Gomes (430.876.807-10); Reinaldo Coelho Portella (508.368.207-97); Severino Carlos Jacinto (029.122.578-08).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3789/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.355/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aroldo de Oliveira Carleo (065.067.392-15); Carlos Eduardo Figueira Clain (234.967.540-87); Creusa Maria de Souza (733.812.847-20); Eliani de Souza Vieira Lima (783.660.037-87); Jorge Carlos dos Santos (147.906.455-68); Manoel Antonio dos Santos Moura (638.916.117-49); Marco Antonio Melo de Jesus (502.559.757-91); Marta Gomes de Souza (298.715.064-49); Raymundo Jose Moraes (125.746.945-20); Roberto Correia Gomes (078.528.865-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3790/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.525/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Jeane Virginio Soares (871.829.717-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3791/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.649/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Clara Rosa dos Santos (394.842.624-49); Ivete Silverio Santana (388.239.934-15); Jose de Almeida Pires Neto (220.131.644-91); Leonisio Jose David Ribeiro (113.911.541-34); Maria Jose Ribeiro de Oliveira (250.963.034-20); Maria Lucia Pedrosa de Freitas Farias (160.897.154-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3792/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.766/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Nancy Vieira Lima (457.043.842-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3793/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.773/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ceila Maria de Siqueira (299.611.571-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3794/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.816/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Creuza Stephen Figueira (325.534.807-25); Renato de Carvalho Torres Raposo (851.511.067-91); Zilma Catarina Libania da Fonseca (552.434.107-30).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3795/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.840/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Reinaldo Fernandes da Silva (109.678.501-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3796/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.851/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Paulete Maria Cunha dos Santos (270.565.620-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3797/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.059/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Elias Vieira da Costa (386.193.426-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3798/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.074/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria da Graça Streisky (434.787.789-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - TRT9.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3799/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.632/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Silvia Regina Silva Mota (386.934.534-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3800/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.664/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vamberton Gaspar Barreto (242.379.497-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ - TRT/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3801/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.680/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Jose de Carvalho (174.311.236-04); Cleo Kuhn (207.300.710-49); Cleunice Maria Nunes (339.335.706-97); Jair Picanco de Carvalho (035.093.462-20); Joao Batista de Novaes Rodrigues (149.951.404-25); Joao Maria Dias de Sa (183.003.084-15); Maria Elizabeth Soares (094.222.934-72); Maria Lucia de Sousa Simião (158.974.513-20); Osmar Gomes (195.068.211-00); Romeu Custodio Menezes de Carvalho (328.292.217-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3802/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.798/2017-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gil Afonso Carvalho (090.886.367-53).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3803/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.808/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eduardo Lami Pereira (465.912.737-00); Eli Rubens Levy Epstein (273.253.857-49); Leda Pereira de Barcellos (297.857.157-87); Lucy Buzaglo Kaner (596.334.097-72); Regina Behar (406.037.927-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3804/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.837/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Augusto de Almeida (919.362.258-91); Jefferson Augusto Travessa Ribeiro (075.478.462-20); Jose Carlos Conte Sanches (111.568.802-20); Rosa da Silva Lima (147.124.822-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3805/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.284/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Tercy Maria Nascimento Ribeiro (064.823.502-59).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3806/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.310/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Roberto Alves Teixeira (305.300.677-49); Edecarlos Pinto (518.582.157-49); Jaqueline Menezes Almeida (884.537.237-53); Jorge Eduardo Mendonça (296.176.427-00); Maria Lucia da Costa Alves (008.542.457-90); Maria das Graças Silva (938.165.707-63); Paula Pereira dos Santos (514.475.847-91); Sidney Leal Garcia (352.358.027-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3807/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.467/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Messias Carlota Pierre (331.922.606-10).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3808/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.826/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz de Camargo Bicudo Neto (538.369.018-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3809/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.848/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Altair Feliciano de Souza (480.663.116-72); Claudia Maria Correa Ferreira (438.515.846-00); Elizeth Rita Henriques (549.194.956-68); Gilson Ferreira (392.717.576-53); Joao de Paula Cardoso (297.885.366-20); Luiz Carlos Nunes de Oliveira (421.844.016-68); Maria do Rosario Florencio (465.328.036-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3810/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.982/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andre Luis Vasconcellos Hoher (373.256.550-53); Cicero Urbanetto Nogueira (303.600.640-00); Karin Erica Brass (425.367.580-87); Nara Augustin Gehrke (496.394.800-10).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3811/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.017/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celice Batista Passos Costa (267.051.841-91); Conceição de Maria Pereira Garcia (297.691.081-20); Eliodoro Cardoso dos Santos (184.073.401-97); Francisco Xavier Batista Lima (138.129.983-00); Gilce da Silva Pinto (788.225.307-30); Jose Alves dos Santos (228.508.721-72); Manoel Alves dos Santos Filho (120.773.801-87); Regina Rosa Vieira (245.133.931-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3812/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.029/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Moreira (023.731.406-16); Francisco Berno Neto (384.154.967-53); Marcos Gonçalves Rios (316.742.916-04); Maria Selma Rodrigues (399.608.896-53).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3813/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.080/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ciriaca dos Anjos Leite (158.887.621-72); Conceição Silveria de Jesus Oliveira (318.898.917-20); Durval Pinto da Paz (218.844.041-20); Elmisa Gomes Dias (328.496.561-00); Guilherme Caetano Bicalho (110.535.426-15); Ideides Ferreira da Silva (218.677.121-72); Jorge Ribeiro de Souza (251.521.491-68); Maria Aparecida de Freitas Paiva (166.444.501-30); Plinio Laercio de Oliveira (184.821.121-04); Vanderli Rodrigues da Silva (301.125.081-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3814/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.088/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marilda Pereira da Silva Veloso (347.223.271-49); Marilde Santos Santana (232.411.361-91); Mario Lopes de Sousa (055.708.673-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3815/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.091/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arilce Freire da Silva Souza (111.522.061-68); Elizabeth Vaz de Figueiredo Moreno Batista (161.837.621-72); Helio Eduardo de Franca (176.100.101-97); Jacy Padilha Ribeiro (156.813.351-00); Jair Francisco Serpa (310.053.810-20); Jose Nereu Carmona (079.039.952-00); Luiz Carlos de Oliveira (260.363.391-00); Nilo Ismael do Carmo (142.330.881-68); Selvino Ferreira dos Santos (035.131.901-82); Sinval Bispo de Souza (138.099.971-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3816/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.174/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lucilene Freitas Sa (094.359.303-44); Raimundo Nonato Abreu (044.015.493-68).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Maranhão - Incra/MA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3817/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.219/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sergio Barcelos Theotonio (495.996.237-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3818/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.221/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria das Dores Rodrigues de Oliveira (342.736.546-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3819/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.356/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Hayde Vianna Pimenta (805.204.137-68).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - Niterói/RJ - INSS/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3820/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.371/2020-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aristóbulo Nunes Silveira (268.318.806-49).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - Ouro Preto/MG - INSS/MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3821/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.382/2020-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Walter Alves Ribeiro (040.639.025-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3822/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.418/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Agnaldo Fernando Vieira de Arruda (334.019.184-00); Ivone Maria Elias Moreyra (208.207.471-49); Jose Gabriel Garcia Carvalho (130.029.531-72); José Hamilton Pinheiro (071.827.913-15); Vilma Passos de Paiva (375.576.611-68).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3823/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.450/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Correia de Souza (044.014.503-10); Cenira Maria Brandao Menezes (032.490.933-00); Cicero Carreiro Neiva (291.263.393-15); Francisco de Assis Leal Mesquita (080.475.103-04); Jose Henrique Braga Polary (002.186.853-00); Jose Leite Machado (004.191.253-53); Jose Maria de Lima (040.416.233-91); Leonor de Jesus Souza (044.739.813-04); Otoniel Abreu de Sousa (042.104.843-34); Teresa de Jesus Pinheiro Barros (044.924.633-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3824/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.462/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dirce de Jesus Fleury Watanabe (691.222.296-04); Geralita Euzébio Alves (366.247.486-72); Ilson Batista dos Santos (288.407.206-34); Iron Antônio Dias (211.795.066-34); José Antônio de Lima (394.535.536-20); José Pires de Oliveira (007.860.986-00); João Rodrigues (191.410.766-72); Leonice dos Reis Silva (446.041.736-72); Lindaura Arantes Carvalho de Castro (457.811.766-91); Luis Antônio Ortellado Gomez Zelada (434.524.347-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - UFU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3825/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.506/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Eden Heck (228.711.360-68); Carlos Roberto Pinto Pereira (270.061.150-00); Carmen de Lima (358.997.350-15); Cathya Queiroz de Carvalho (244.655.421-00); Ceilson Ludolf Ribeiro (399.360.747-34); Celia Cristina Alves Balduino (239.827.641-49); Celina Almeida Mendonça (059.763.402-53); Celso Damasio (605.726.717-68); Cesar Israel da Silva (605.772.827-00); Chislei Maria da Silva (288.911.476-72).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3826/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.577/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Frederico Baeta Guimaraes (072.713.796-49); Gilson Alexandre de Castro (334.335.856-87); Helder Couto (550.812.747-04); Helton Geraldo Magalhaes (112.706.166-68); Jorge Montessi (135.466.356-04); Jose Alberto Gomes de Pinho Neves (136.893.636-91); Jose Fernando de Almeida Sales (312.813.627-00); Jose Maria Ramos (135.917.386-20); Marcilio Jose Pedretti (181.897.926-87); Marcio de Pinho Vinagre (442.147.747-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3827/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.647/2020-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ivam Cividini (429.808.449-34).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3828/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.697/2020-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Norma Aparecida Veloso da Silva (711.241.448-20).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - Marília/SP - INSS/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Sefip que corrija o fundamento legal do presente ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - Sisac, nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, com redação dada pela Resolução/TCU 237/2010.

ACÓRDÃO Nº 3829/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.700/2020-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Uvadil Aparecido dos Santos (033.687.928-81).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - Sorocaba/SP - INSS/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Sefip que corrija o fundamento legal do presente ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - Sisac, nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, com redação dada pela Resolução/TCU 237/2010.

ACÓRDÃO Nº 3830/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.947/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Doacy Silva de Almeida (203.832.747-53); Gerson Barros da Penha (567.708.807-25); Jose Guilherme Machado (462.159.137-15); Jose da Rocha Pinto (554.700.257-72); Marcos Antonio Machado Lemos (571.120.457-20); Maria Eliane Pereira da Silva (070.995.255-49); Maria do Livramento Gomes (265.693.701-97); Marilene Teixeira da Silva (704.983.347-91); Osmar da Silva Gonelli (637.249.527-91); Vanderlei Damasceno Rosa (360.490.937-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3831/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.583/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jayme Neves de Carvalho (345.594.771-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRT3.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3832/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.284/2019-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Fernandes dos Santos Macedo (016.070.145-72).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - Aracaju/SE - INSS/SE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3833/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.520/2019-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Farias da Silva (093.145.121-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3834/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento do interessado ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.769/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucas Leonardo Morais Felipe (034.352.483-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3835/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento da interessada ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.776/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Ana Carolina Salles (341.276.798-08).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3836/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.932/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduino Rodrigues da Costa (010.543.340-30); Paulo Tadeu de Morais (091.097.258-30).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3837/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.257/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Alessandra Beatriz Mendes de Oliveira (286.053.268-40).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3838/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.306/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jonathan Zancanaro (034.097.849-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3839/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.350/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Roberta Lima Nishimura Aiko (220.219.158-59); Danielle Cordeiro Barbosa Bruno (110.841.006-57); Flavio Tavares Goivinho (029.737.971-28); Hemily Sued Alves Costa (044.812.191-30); Hugo Mikael Santos Amancio (041.424.271-80); Joao Victor Gama da Silveira Gutierres Gimenez (011.290.251-01); Maria Aparecida Teixeira Viturião (805.903.221-68); Marina Timo de Sa (053.417.591-09); Pedro Ribeiro Simões Mathias (050.835.871-06); Wanderson Moura de Castro Freitas (027.079.231-76).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3840/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.467/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carolina Savia Nobrega Oliveira (018.097.461-08); Claudia de Castro Queiroz (837.222.621-00); Jair Imaculado da Silva (635.040.221-91); Jose Alan Alves de Macedo (857.470.761-91); Kelly Cruz de Oliveira (711.715.681-34); Lais Barros Gonçalves (028.756.801-61); Lelia Regina Carvalho de Souza (719.462.091-04); Rogerio Dias Ferreira (908.352.391-87); Taric de Oliveira Sousa (004.291.651-88).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3841/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.834/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Fernandes Coimbra Marigo (361.228.746-04); Alessandra da Silva Oliveira (105.750.676-16); Humberto Lidio Antonelli (021.126.171-84).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3842/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.862/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Matheus Perico Lima (051.378.731-36).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal - MPF.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3843/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.906/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Denise Abreu Gorrao (121.177.538-09); Rodrigo Barboza Zizas (247.953.668-88).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3844/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.038/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edmayre Magna Cardoso Jardim (063.623.786-95); Thiago Silva Prates (076.905.386-65); Weronica Maria Brito Santos (075.129.986-35).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3845/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.041/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Angela Maria Costa Ferreira (073.898.095-15); Cleide Maria Prudente Costa Ferreira (159.384.175-20); Lizeth Medeiros de Morais Madruga (119.625.851-15); Maria de Fatima Queiroz Santos (110.928.905-72).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3846/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento do interessado ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.149/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Enoch Quindere de Sa Barreto (042.841.906-28).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3847/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.168/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nesci Carla Pereira da Silva (026.643.763-06); Paulo Cezar Madeira de Souza (509.809.632-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3848/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento do interessado ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.176/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Robson Benedito Farias (007.276.651-46).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3849/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.178/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cleberson Ribeiro de Jesuz (018.403.581-30); Ezequiel Lopes do Carmo (067.140.296-08); Fernanda Mateus Ventura Fernandes Campos (030.303.391-65); Gabriela Nubia Chaves de Paulo Garcia (015.360.091-80); Gisele Souza Moraes (921.225.071-87); Jennifer dos Santos Boff (027.653.751-35); Jose Lucas Brandao Montes (044.437.931-27); Klauber Henry dos Reis (987.039.271-72); Marcos Pedro da Silva (551.097.641-15); Renata Bachin Mazzini Guedes (022.597.369-39); Ricardo Douglas de Souza (009.876.741-02); Rita de Cassia dos Santos Penteado (280.156.618-70); Roger Diego Batista Cury (010.821.691-88); Rosenil Goncalina dos Reis e Silva (318.594.451-87); Rowayne Soares Ramos (550.967.001-00); Sheyla Varela Lucena (037.389.584-44); Thyago Jorge Machado (709.605.931-87); Urandi Joao Rodrigues Junior (046.384.819-57); Valdecir Amaral (283.907.091-04); Willan Flagner de Oliveira Ferreira (015.411.141-40).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3850/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento do interessado ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.204/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Charles Vinicius de Cabral Motta (011.296.961-54).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal - MPF.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3851/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.289/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Clara Azevedo de Oliveira Soares (061.611.414-18); Denise Dal Ava Augusto (045.548.954-83); Sarah Cristina Melo de Abreu Abbott Galvão (010.136.794-58); Yolanda de Franca Coriolano Maia (050.903.444-69).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3852/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.302/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Katia Gonçalves Morais (052.572.665-98); Rogerio Batista de Carvalho (034.818.971-03).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3853/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.356/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hemilly Brugnara Lara (080.596.826-10); Marcelo Correa Mussel (004.293.237-86).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3854/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.365/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jaqueline Jeronimo Milhomem (704.851.271-72); Rafael Caetano do Nascimento (345.244.758-85).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3855/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.399/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Paula Lima de Araujo (026.861.993-00); Antonio Samuel Olinda Fernandes (619.597.073-53); Paulo Anaximandro Tavares (881.888.333-04); Thamara Martins Ismael de Sousa (014.946.454-16).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri - UFCA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3856/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.400/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eunice Andrade de Oliveira Menezes (510.422.903-34); Janiele de Brito de Souza (029.841.843-60); Paulo Ricardo dos Santos (076.978.894-71).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Cariri - UFCA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3857/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.402/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiano Naibert Chimpliganond (647.601.031-04); Frederico Goncalves Cezar (666.515.731-87); Gabriela dos Reis Wane (011.254.921-71); Izabella Veronica Cardoso da Costa (030.086.821-97); Marcos Vinicius Albuquerque da Silva (029.255.781-79); Naina Urbano Santos Araujo (017.226.401-46); Nubia Almeida Duarte Oliver (064.027.136-78); Victor Roberto Santos Costa (093.039.826-22).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3858/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.429/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alessandra Souza Silva (036.063.465-65); Aline Costa Rabelo (033.236.115-27); Artur Chagas de Souza Carneiro (005.943.865-78); Cassiana Mendes dos Santos Almeida (028.062.365-84); Cleyton Fabio Leite Batista (026.280.004-74); Donizete Moreira Soares (685.998.545-34); Eliane Mahl (039.145.659-85); Eneas Pereira da Silva Junior (050.955.484-96); Gidel de Oliveira de Souza (039.268.595-71).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3859/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.456/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eliane Maria Farias Lukaszczyk (741.554.400-59); João Gilberto do Nascimento Lima (019.163.903-66).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3860/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.472/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luana Zen (046.815.719-03); Paula Piekarski Barchik (065.628.119-70); Pollianna Milan (005.213.359-14); Priscila Kabbaz Alves da Costa (036.022.839-92); Robson de Oliveira (054.225.729-71).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3861/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.490/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Modesto Schmidt (615.186.117-53); Ana Carolina Esposito (054.607.216-01); Cleber Goncalves Jardim (556.532.436-04); Jose de Ribamar Medeiros Lima Junior (019.142.653-94); Juliana dos Santos de Carvalho (099.658.027-18); Lucas Loiola Santos (042.133.466-50); Luciana Kiehl Noronha (919.137.219-49); Pedro Henrique Tarter Nunes (011.504.201-62); Ricardo Prado de Souza (006.678.953-29); Scheila Aust (017.537.229-26).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3862/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.503/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriellen Laiza Teixeira Lopes (047.878.485-69); Danielle da Silva Benedicto (091.247.837-30); Guilherme Dick de Souza (803.125.940-20); Jakson Rafael Dellatorre (026.140.121-14); Jaqueline Timóteo de Araujo (006.674.415-65); Joana Darc Alves Moreira Guimaraes Rocha (033.450.325-62); Jocelia Maria Zorante Graça (690.479.795-91); Josefa dos Santos Neto (403.130.695-49); Renata Santos Oliveira (049.299.055-75); Ricardo Dantas Fonseca Junior (028.400.185-60).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3863/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.523/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Simone Aparecida da Silva (495.754.901-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3864/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.158/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alan Deivis de Moura (040.109.670-05); Alisson Lemos da Silva (041.192.610-18); Edson Tomaz Y Castro Junior (870.248.700-44); Eric Martins da Silva (045.088.130-03); Erick Afonso Radtke (035.475.440-84); Gabriel Hahn Denardin (021.221.430-61); Guilherme Goncalves Rodrigues (019.594.120-94); Heitor Bruno Roque de Lima (046.354.130-80); Mauricio Eduardo Correa (018.717.960-32); Michel Garcia dos Santos (047.554.820-54).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3865/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.576/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Carla Costa de Souza (011.159.235-60); Brena Samyly Sampaio de Paula (037.510.793-27); Breno Anderson Leitao Ursulino (983.481.913-72); Douglas Aurelio Carvalho Costa (029.306.463-65); Francisco Cristovao Maia Gomes (023.630.323-65); Izabela Cristiane de Lima Silva (064.771.304-75); Joao Dehon da Rocha Junior (073.448.754-11); Juliana Bianca Maia Franco (013.735.854-71); Ramom Santana Rebouças (036.015.243-09); Richard Hugh Bente (112.968.768-61).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3866/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.633/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Lais Faina (347.305.018-02); Viviane dos Santos Nicacio Martins (111.044.107-02).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3867/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.637/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Elza Paulo (572.701.637-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3868/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.645/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Maria Negreira Souto (858.361.337-00); Cezar Aloisio Pascoa Braga (080.797.096-45); Paula Novaes de Valença (297.844.158-52); Paulo Fernando dos Santos Fernandes (125.425.157-00); Tiago Vinicios Policarpo Cortes (124.342.627-67).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense - UFF.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3869/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.685/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Julia Pessoa Varges (109.842.497-29); Katia Katarina Lawall (946.225.236-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3870/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.696/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jean Fabricio Teixeira Gomes (839.295.092-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3871/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.749/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Carolina Pontes Maciel (365.813.438-03); Carine Hermes (678.203.520-00); Carla Ferrel Valdivia (784.725.200-72); João Carlos Baptista (251.993.448-46); Katia Teixeira Santos (622.670.190-00); Larissa Daniela Spasin (830.260.370-87); Luana Fehlberg Herrmann (013.026.160-21); Marcio Bertoni Otto (944.990.200-34); Nathalie Maurique Conte Torres (002.848.520-31); William Silveira da Silva (018.923.930-18).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3872/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.756/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Fernandes Cavalcante (075.198.884-79); Fernanda Beatriz da Costa Ogliari (124.203.157-07); Gabriella Guarilha Costa Dias Mattar (136.819.017-08); Guilherme Rodrigues de Souza Mattos (142.882.747-10); Laura Cavalcante Vilasboas (016.324.175-96); Lione da Silva (109.767.807-55); Ludmila Russo Salgado (086.420.376-44); Maria Fernanda Gianetti de Sa Barreto (351.763.368-20); Mariana Carvalho de Andrade (119.665.247-30); Michele Dias Pinheiro (053.778.337-75).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3873/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.787/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Arthur Tani Neves (191.576.727-09); Bruno Muricy de Avila (513.104.898-23); Gabriel Putumuju Silverio (473.679.828-93); Gustavo Pinto Cavalcante (184.539.237-01); Joao Artur Russo Coelho Lima (124.532.116-17); Lucas Veloso Pinto (164.301.807-86); Luiz Carlos Marques de Sa Junior (188.171.887-51); Matheus Severo Seguins (057.346.181-36); Pedro Henrique da Silva Lopes Vianna Brand (142.539.907-03); Vitor Pereira Souza (151.473.737-05).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3874/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.927/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel de Jesus Nascimento (175.706.007-38); Dhemesson de Almeida Silva (189.744.647-05); Felipe Maximo Vidal da Rocha (158.981.697-84); Joao Vitor de Oliveira Tavares (147.041.087-75); Lucas Arruda dos Santos (186.572.437-84); Lucas Gorzkowski Gonzales Petra de Melo (121.318.517-31); Lucas Vasconcelos da Silva (147.618.147-05); Robert de Freitas Carvalho (164.661.317-18); Robson Gomes Estevam da Silva (161.549.647-57); Thiago Bandeira Sarli (176.396.537-62).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3875/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.075/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexsandro Neves dos Santos (035.121.473-99); Aline Dutra de Sousa (034.353.366-92); Eric Chaves (034.378.819-57); Fernanda Almeida de Oliveira (034.945.885-54); Flavia Hable (035.084.509-37); Francisco Florencio Monteiro Neto (035.017.623-05); Gisele dos Santos (035.219.889-37); Jaira Dayane Caldas Rodrigues Pimentel (035.018.993-51); Josiane Chore Ferreira (034.893.649-45); Renata Cristina de Oliveira (034.538.886-00).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3876/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.212/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Maria Barradas (018.338.493-88); Brenda Rafaele Viana da Silva (050.147.933-39); Carlos Sidney Avelar Araujo (740.216.993-68); Thais Teixeira da Silva (054.315.363-03).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3877/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.227/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dalton Marinho Vieira Junior (027.605.041-07); Daniel Oswaldo Silva e Rocha (997.592.921-49); Felipe Ricardo Oliveira Silva (057.980.265-58); Felipe Schwerz Marques (034.926.570-44); Felipe Simões Bacelar (058.565.105-18); Fernando Bastos Garcia (126.498.417-02); Francisco Jose Aragão Araujo Junior (058.434.003-60); Frederico Romeu (014.788.206-08); Frederico Vinicius de Souza Leite (090.102.186-51); Gabriel da Consolação Palanicki (084.013.049-03).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3878/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.307/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anyelle da Silva Pereira Peixoto (083.884.444-84); Bethania Martins Mariano (015.996.556-08); Vanessa de Cassia Tavares Andrade (084.769.207-84).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3879/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.346/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bianca Leite Paiva (089.576.974-38); Camila de Sousa Rodrigues de Alencar (083.256.564-41); Cinthia Botelho de Barros (095.933.874-80); Iara Paula da Fonseca Andrade (048.445.894-90); Jamille Carreiro de Azevedo Lima (098.892.874-47); Livia Carolina Rocha Azevedo (702.573.184-61); Marcella Moreira Rodrigues de Oliveira (111.583.714-11); Neire Santana de Oliveira Lima (626.287.121-72); Victor Amorim de Carvalho (107.051.264-80); Welanio Guedes Matias de Lima Junior (064.828.384-48).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3880/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.350/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anyelle da Silva Pereira Peixoto (083.884.444-84); Bethania Martins Mariano (015.996.556-08); Daniel Jose de Souza Dantas Filho (013.931.794-52); Erica Thaise da Silva (101.783.454-74); Herson Alexandre de Souza Meireles (007.406.942-00); Josiane Isabela da Silva Rodrigues (066.859.776-39); Julio Cesar de Almeida Llarena (108.988.454-08); Natalia Maritan Ugulino de Araujo (090.455.264-09); Ronald Ramos de Oliveira Lima (064.789.064-00); Wanessa Raphaella Gomes dos Santos (073.748.914-66).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3881/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.463/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Camila Rodrigues de Oliveira (054.831.194-36); Danniely de Melo Ribeiro (026.372.704-11); Ellen Ohana Costa Queiroz (055.155.414-21); Iara de Souza Januario (066.801.744-90); Isabella Perazzo Creazzola Campos (060.300.134-32); Joao Paulo da Silva Fernandes (009.670.394-60); Julio Cesar Bezerra Vilar da Silva (068.759.244-55); Louise Gomes de Lima (082.991.094-85); Paloma de Sousa Bezerra (056.755.043-54); Vanessa Lopes de Freitas (091.356.324-29).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3882/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.543/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Artur Cabral Reis (037.141.001-05); Breno de Sousa Santana (047.140.661-96); Ivonne Alejandra Maria Gutierrez Gongora (752.716.801-34); Leticia Alcantara Ribeiro (040.266.861-83); Leticia Cristina Ribeiro (116.846.726-86); Luiza Helena Madia Lourenco (031.295.261-96); Max Moura de Oliveira (089.577.407-08); Natalia Maria Aggio (333.156.538-52); Quefren Ramses Correa Lopes (057.894.181-39); Wendel da Cruz Batista (077.372.415-07).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3883/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.547/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lucas Macedo Almeida (023.127.611-73); Renata da Silva Pessoa (035.839.781-29); Willian Gomes Coelho (002.078.461-97).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3884/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.559/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Jordana Ribeiro Teixeira (071.981.104-01); Etore Jeronimo Lula de Medeiros (059.127.934-78); Gabriella Dayane de Souza (065.041.974-07); Gilmario Ferreira dos Santos (084.254.284-16); Heloize dos Santos Pereira (060.624.484-00); Ilana Maria da Silva Barros (013.698.354-50); Juscelino Pereira de Araujo (092.048.334-83); Lucas Trindade da Silva (082.460.374-55); Paulo Henrique Pinheiro da Silva (069.291.274-69); Thales Queiroz Fonseca (074.153.214-05).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3885/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento das interessadas ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.610/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Carolina de Fatima Fampa Sarges (775.357.152-49); Lilian Greice dos Santos Ortiz da Silveira (032.658.290-81).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3886/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.680/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Giselle Rosa Ferreira da Costa Barroso (041.401.937-78); Giselle da Silva Coutinho Nunes (084.350.927-98); Gizelle Rodrigues Ramos (718.766.427-34); Gleice Ferreira Leal (094.392.967-98); Guilherme Pereira Neves Cravo (071.069.297-86); Gustavo Santos Stoduto de Carvalho (078.002.657-81); Halyne Limeira Pessanha (082.722.247-55); Ilana Candida Freitas Pires (080.882.117-27); Isabele Carvalho Gomes Dias Molinari (086.156.457-01); Isolina Periad Dultra de Souza (016.613.007-90); Ivanildo Amâncio Raimundo (079.860.277-54); Ivomar Maria Justo Bernardo (771.851.297-53); Ivone Delmiro da Silva (843.741.957-34); Jorge Luiz Amorim Correa (029.101.517-43); Jorge Luiz Rodrigues (402.097.257-53); Jorge Rafael da Silveira Paladino Wenke Motta (073.617.787-63); Jose Bento de Assis Junior (025.739.757-46); Juliana Arantes de Oliveira (077.523.887-26); Juliana Fagundes de Oliveira Azevedo (083.041.977-23); Juliane Monteiro Freire da Silva (010.316.747-13).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3887/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.681/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Greice de Assis de Souza de Medeiros (085.789.087-59); Guajary da Silva Ribeiro (019.394.537-12); Gustavo Henrique Santos Pereira (071.567.357-21); Gustavo Motta Pereira (076.045.507-46); Jose Carlos Peixoto Gomes (069.649.047-19); Jose Guilherme Barbosa Leite (070.962.137-08); Luciana Moreira Maramaldo Costa Dias (042.807.357-35); Marcela Benassi de Andrade Faria (082.068.767-74); Marcia Jose Felizardo (983.129.287-15); Marcus Vinicius Motta Valadão da Silva (733.895.875-00); Margareth de Araujo Silva (072.316.967-59); Maria Alice Santos Tavares (086.395.807-90); Maria Aparecida de Oliveira Silva (025.813.387-25); Maria Celeste Ribeiro (407.798.827-68); Renata Cristina Menegussi Pereira (086.875.837-02); Ricardo Alberto Miranda Praca (075.937.177-63); Robson Rodrigues da Silva (086.929.007-02); Sergio Cardoso Machado (625.801.917-04); Sheila Bastos Carvalho (080.436.117-77); Wladia Ferreira da Silva (809.180.003-78).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3888/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.896/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Alessio Tony Batista Celeste (027.406.884-23).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3889/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.086/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Amanda Medeiros Braga (959.327.800-10); Ana Carolina Kanitz (014.453.930-69); Daniel Pires Martins (970.123.190-20); Douglas Cesar (018.453.820-30); Iana Gomes de Lima (007.971.150-21); Kelly Abreu Ferraz (012.621.216-39); Loiva Mara de Oliveira Machado (691.795.570-15); Mariana Argenta Losekann (025.076.060-61); Santiago Valdes Ravelo (751.707.281-15); Thiago Henrique Bragato Barros (333.357.608-24).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3890/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.160/2020-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline da Fonseca Leal (012.361.840-17); Gabriele Gimenes Amaral (031.129.290-98); Gabriele do Canto Souza (009.960.990-85); Karen Benitez Rodrigues (029.678.940-28); Kesia Ferreira Alves (070.908.586-93); Luiza Rocha Braga (028.676.380-03); Nayara Silva Machado (082.932.736-31); Patricia da Silva Bofi (301.525.658-09); Pollyanna Alves de Oliveira (067.918.336-10); Tauana Bandeira Goncalves (019.900.830-21).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3891/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.166/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bionor Reboucas Brandao Neto (795.452.385-34); Gabriele Costa Goncalves (033.187.205-69); Icaro Ferreira de Abreu (033.669.395-83); Itallo Orrico dos Anjos Sampaio (039.425.175-07); Luana Ribeiro Orlandini (047.804.555-70); Luana Souza Marques (040.206.795-92); Tamile Evangelista dos Santos (839.861.895-72); Thales Rodrigo Araujo Farias (017.827.455-05); Vinicius Farias Ribeiro de Souza (062.472.785-86); Waldson Nascimento Lyra (286.252.695-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3892/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.259/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Leandro Colares de Paula (076.261.197-97).

1.2. Órgão/Entidade: Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3893/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.278/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Beatriz Martins Moura (006.108.302-01).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3894/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.451/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Barbara Novaes Rocha (408.388.308-11); Fabiano Fabricio de Lima (324.646.418-98); Flavio Henrique Targa (260.596.098-64); Jasse Rodrigues de Almeida Filho (157.609.168-66); Joseph Emanuel Villantoy Martins (466.125.928-93); Luara Palley de Barros Ruegenberg (369.562.348-90); Luiz Fernando Rodrigues da Silva (013.243.558-67); Marcio Aurelio da Silva Lima (084.635.038-61); Murilo Morales Vilar (404.246.358-44); Weverton Francisco do Carmo Silva (386.293.158-73).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3895/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.510/2020-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edson Oliveira Delatorre (113.992.857-00); Juliana da Fonseca Bezerra (000.417.153-57); Manuela Vieira Blanc (106.183.377-17); Mario Acrisio Alves Junior (090.383.347-61); Noele Bissoli Perini de Souza (058.874.357-71); Scarlett dos Anjos Oliveira (136.556.337-50).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3896/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.555/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Altamiro Lacerda de Almeida Junior (011.710.216-40); Rodrigo Esteves Pereira (075.948.316-75).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3897/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.647/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Gabriele do Rosario Landim (393.213.738-88).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3898/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.765/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Arnor Batista Nunes (014.095.451-13); Francisco Cetrulo Neto (020.351.938-85); Matheus Henrique Passos de Oliveira (065.762.511-65).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3899/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.797/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jaime Ernesto Winter Hughes Leon (123.647.737-50); Leila Helena Caldas Oliveira (030.012.576-36); Matheus de Freitas Silva (350.570.438-54).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas - Unifal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3900/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.819/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Martins Costa (083.593.636-84); Bruna Penna Mibielli (079.530.596-65); Carlos Eduardo Souza Maia (073.563.306-10); Doane Martins da Silva (084.691.256-21); Haniel Moreira Barbosa (071.259.434-54); Humberto Santiago da Rocha Neves (103.793.816-05); Jose Gonzaga Lopes Junior (047.680.406-08); Ludmila de Paula Soares (128.955.486-25); Paulo Victor Teixeira Pereira de Melo (063.685.806-58); Thiago Muniz Stehling (099.978.096-45).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3901/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.145/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marco Donizete Paulino da Silva (083.884.608-46); Maristela Ribeiro Garcia de Paiva Lopes (066.081.308-48); Roberta de Fatima Carreira Moreira Padovez (223.946.968-42); Tamya de Oliveira Ramos Moreira (380.132.628-47); Vinicius Fiocco Sciuti (368.248.128-11).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3902/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.607/2019-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aleksander Velozo Pascoal (816.915.481-20); Daniela Santos Cordeiro Baldez (076.358.176-39); Julierme Rodrigues da Silva (599.428.191-34); Maik Deive Nogueira Rabelo (479.898.903-72); Marcelo Bruno Freire Felix (011.263.991-75); Marco Antonio Marquez de Amorim (291.335.991-49); Ricardo Moitinho Uzel Pereira (391.892.795-49); Ronaldo Balestra Choze (885.332.981-53); Vitor Isaac Tannus Souza (713.803.101-72); Vitor Paulos Bellini (700.610.761-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3903/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.328/2019-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilson Mendes dos Santos (057.718.857-70); Agnaldo do Nascimento Duarte (087.547.347-46); Alan da Silva Ribeiro (056.451.457-80); Aleksandra da Silva Pereira (044.488.667-26); Alessandra Pereira Leitao Ferreira (095.278.757-14); Aline Chaves de Souza (050.243.204-76); Aline Cristiane dos Santos Lopes (054.562.897-09); Andre Assen Senna (085.176.807-58); Angélica Santos Roberto (120.481.177-67); Antonio Carlos de Araujo Dantas (023.511.507-08).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Rio de Janeiro - DR/ECT/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3904/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do falecimento dos interessados ou do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.729/2019-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Laercio José Carvalho Pereira (027.413.913-86); Pedro Tércio Ferreira de Castro (467.526.253-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3905/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.239/2020-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Doraci de Oliveira Costa (580.879.589-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3906/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.921/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Maria Justino Salles (322.552.898-65); Antonio Rodrigues de Carvalho (019.266.658-48); Cecilia Jofre de Oliveira (185.662.698-96); Ercilia Goncalves Silva (037.330.918-09); Laura Prates Rodrigues (317.813.938-93); Maria Aparecida da Silva Santos (049.598.596-10); Maria Helena de Souza e Silva (248.583.838-06); Maria Neusa Gomes de Carvalho (074.949.448-42); Maria Pontes da Silva (098.513.168-30); Therezinha Felipe Goncalves de Abreu (091.563.208-09).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3907/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.958/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Aytel Marcelo Teixeira da Fonseca (058.363.677-28).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3908/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.968/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Janua Coeli Azevedo de Melo (033.114.344-55).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB - TRT/PB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3909/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.985/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Auriane Sousa da Silva do Nascimento (546.910.523-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3910/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.245/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elisa Silveira Goncalves (570.920.600-87); Eloisa Bleichvehl (649.510.499-53); Helia Rivelo B. do Nascimento (076.070.618-27); Jandira Moura Pereira (353.086.727-68); Maria Viana Ferreira (955.821.856-15); Maria da Gloria Henriques Pereira da Costa (046.294.466-21); Valdira Ferreira da Silva (051.634.947-32).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3911/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.265/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Jose de Souza (008.035.984-16); Neusa Honorina Maria dos Santos (454.685.164-20); Rita Ferreira de Brito (170.182.774-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3912/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.283/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Lauricena Maria de Alcantara Ferreira (045.596.496-34); Maria Beatriz Ribeiro Costa (049.211.626-11).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3913/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.293/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Reneusa Fernandes de Araujo (724.161.904-82).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3914/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.303/2020-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria do Perpetuo Socorro Leal Rodrigues (077.551.553-15); Teresinha de Jesus Morada Luna e Silva (594.508.434-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3915/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.330/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Lazara Bombarda Sonego (127.112.478-56); Luzia Helena Kalicki (334.295.258-02).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3916/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.333/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Leonillia Andrade Kalfeltz (003.654.389-60).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3917/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.338/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Antonio Joane Luciano Batista (419.117.253-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará - UFC.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3918/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.377/2020-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Tereza Martins Lima (043.982.033-20); Francisca Pinto Camara (804.774.963-34); Maria do Monte Serrat Rodrigues (158.771.083-87); Reinaldo Strassburger (142.794.280-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3919/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.380/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Amara Cristina da Silva (739.685.957-34); Heide Silva Costa Lino de Barros (042.444.001-68); Maria do Carmo Montes Guedes (056.269.237-13).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3920/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.448/2020-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jose Correia da Silva (199.074.198-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3921/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.451/2020-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Vanusa Coelho Silva (386.603.009-63).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3922/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.758/2020-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Almira Alves (430.750.887-49); Eda Ana Kischlat Guerra Peixe (110.304.357-90); Helena Madeira de Carvalho de Moraes (827.432.237-15); Hilda Correa Barreto (209.627.206-82); Ivone de Oliveira Pinto (391.184.688-61); Lucas Gabriel de Andrade Teixeira (090.925.164-90); Maria Emilia de Medeiros Correia (091.851.574-22); Maria da Gloria Paiva Bueno (755.202.146-20); Maria de Fatima Rodrigues Oliveira (934.084.806-30); Olga Enedina de Paula (200.434.734-15); Renan Pedro de Andrade Teixeira (090.924.624-62); Zeneide Hortencio de Medeiros Braga (704.321.714-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3923/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.844/2020-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Abraon Vieira Ramos (393.515.646-49); Ana Maria da Silva Rodrigues (765.921.386-53); Anna Laura Batista Silva Alves (107.625.296-60); Carlos Afrânio Alves (239.657.206-78); Dorothea Louisa Rutkowski (369.937.196-49); Eunice Maria Cândido (696.026.386-72); Juscélia Marques Alemar (483.155.676-91); Maria Abadia Pereira Miranda (351.745.016-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - UFU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3924/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.855/2020-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria da Conceição Rodrigues Revoredo (032.635.547-27); Rosangela Mendes de Oliveira (837.686.107-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Tecnologia - INT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3925/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.875/2020-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Juliana Barbosa de Carvalho (523.971.902-06); Marluce Lima Silva (209.758.562-00).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3926/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.752/2019-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Francisca Campos Barbosa (216.229.142-87).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Acre - Incra/AC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3927/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.973/2019-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Jose Volnei Cardoso (416.808.129-04); Manoel Luiz da Silva (104.472.029-87); Marina Alencar (029.827.499-04); Marlete Silva Mund (807.837.329-53).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3928/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.424/2020-4 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Beatriz Ferreira Lins (252.162.364-49); Celuta Santos (720.292.424-20); Consuelo Rocha de Melo (192.064.293-53); Cremildo Avelino de Andrade (000.640.844-34); Edesio Pereira de Almeida (018.432.814-49); Emanoel Pereira Dantas (014.845.864-50); Francisca Ferreira de Oliveira (428.278.334-68); Helena Barbosa dos Santos (762.104.804-20); Iara de Alencar Loyo (025.562.034-98); Jayme Emidio de Sousa (008.244.964-34); Jose Correia Lins (006.084.834-00); Jose Oliveira Montanha (009.972.184-87); Josefa Neci da Silva Gomes (374.581.834-20); Maria do Carmo Viana Chagas (126.602.134-53); Norma Maria Alves Dionizio (007.431.094-14); Rita Alves Machado Marinho (199.212.764-68); Rubem de Souza Barbosa (063.900.804-68); Severina Maria Gomes (117.657.918-55); Severino Moreira de Oliveira (024.776.894-44); Walderez Gomes Leal (109.902.914-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3929/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.426/2020-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Ana Maria de Jesus da Silva (319.313.839-87); Florivia Cardozo da Silveira (855.757.639-00); Iolanda Resende de Souza (910.372.719-04); Marcolina da Silveira Stori (043.610.489-08); Marta Voltolini Moreira (005.908.629-79); Nastasia Kotetski Ozdovski (028.949.619-52); Teresa Maria Martins (027.682.349-40).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3930/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação, por perda de objeto, do mérito da concessão pensão especial de ex-combatente em favor dos Srs. Hunald Teles de Menezes e Moyzeis Luz, tendo em vista o falecimento dos interessados, e legal, para fins de registro, o ato do Sr. Manoel Nascimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.505/2018-1 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Hunald Teles de Menezes (199.402.977-34); Manoel Nascimento (239.836.127-68); Moyzeis Luz (058.308.857-00)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3931/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.842/2020-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Aroldo Duarte Guedes (006.983.181-53); Floriano Lourenco da Silva (182.894.957-49); Jurandi Antonio de Sena (054.447.305-10); Luiz Vicente Franco (034.779.407-68); Marino Lopes de Sousa (012.767.602-30); Mario da Silva (081.706.147-91); Moacir Romão de Souza (351.092.547-53); Napoleão Simões Vieira (254.692.667-53); Newton Righi Vieira (031.968.957-34); Pedro Ferreira Galvão (261.431.514-15); Raimundo Nonato Pereira dos Santos (059.810.187-04); Vicente Martins de Andrade (005.679.225-53); Waldenor Lino Ramos (011.005.054-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3932/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.435/2020-6 (REFORMA)

1.1. Interessado: Fabiano Antonio Alexandre de Rose (032.178.332-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3933/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.484/2019-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Clayton Silva da Fontoura (808.842.297-34); Ricardo Luiz Teixeira da Matta (568.683.407-53); Saray do Rocio Chila Meira (581.998.709-82).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa-Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3934/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.793/2019-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Jose Vicente Carvalho Bueno (025.411.069-04); Jose Vicente Carvalho Bueno (025.411.069-04); Wendelino Affonso Treml (064.914.729-49).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3935/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.794/2019-5 (REFORMA)

1.1. Interessado: Venancio Arguelho (090.654.071-20).

1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3936/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 20 e 21 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 169, inciso II, e 211, caput e § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar as contas do responsável a seguir indicado iliquidáveis, ordenando o seu trancamento e o consequente arquivamento do processo, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao referido responsável e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.309/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Luiz Augusto Cardoso Pinto (020.832.208-62).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.6. Representação legal: Alessandro de Assunção Nóbrega (30289/OAB-DF) e outros, representando Luiz Augusto Cardoso Pinto.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3937/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.979/2019-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Arlon Fulgêncio Taveira (359.770.781-53).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Goiás/GO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3938/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso IV, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul - Sebrae/MS, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-005.615/2019-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - MP/MS.
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul - Sebrae/MS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrab).
1.6. Representação legal: Luiz Aurélio Adler Ralho, OAB/MS 11.639
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3939/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-009.531/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Gradux Brasil Eireli EPP (23.191.866/0001-22).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim/BA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3940/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente e encaminhar cópia desta deliberação à representante e à Prefeitura Municipal de Surubim/PE e cópia integral dos autos ao Ministério da Cidadania, para a adoção das medidas de sua alçada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-023.983/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Ana Celia Cabral de Farias (268.264.454-68), Prefeita do Município de Surubim/PE.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Surubim/PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3.1. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais (SecexTrab).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. ao Ministério da Cidadania que instaure tomada de contas especial para apuração de dano ao erário e de responsabilidades relacionadas à execução parcial do Convênio 832.180/2016, firmado entre o Ministério do Esporte e o Município de Surubim/PE, para a realização da Maratona Esportiva naquela municipalidade, informando os resultados a este Tribunal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ACÓRDÃO Nº 3941/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 103, § 1º, e 106, § 3º, inciso II, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do feito, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao representante e cópia das peças 1 e 2 destes autos e desta deliberação à Controladoria Regional da União do Estado do Maranhão - CGU/MA e ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE/MA, para a adoção das providências que entenderem cabíveis, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-040.649/2019-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Juiz de Direito Titular da Comarca de Cururupu/MA.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Serrano do Maranhão/MA.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 10/2020 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 3942/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão e prolatar a determinação abaixo indicada, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-001.600/2020-6 (CPF APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Freitas de Lemos (CPF 033.118.052-91); Carlos Alberto Messias da Silva (CPF 039.095.732-15); Elizabeth Maria Sant Ana Pena (CPF 121.829.742-53); Maria Blandina Freire Baptista (CPF 189.717.922-72); Odemar Pinto Leal (CPF 038.755.042-91); Odinea Ferreira Miranda (CPF 036.567.052-91); Silvania Iasmine Foinkinos Portel (CPF 149.611.992-49); Sílvio Lopes da Silva (CPF 144.297.302-10); Sônia Costa Cunha (CPF 023.757.532-91) e Wandy Selma Carvalho da Costa Cirino (CPF 247.124.932-91).
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belém - PA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a Sefip promova a necessária diligência junto à Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belém - PA para que complemente as informações sobre o ato de aposentadoria em favor de Maria Blandina Freire Baptista (CPF n.º 189.717.922-72) e, assim, envie ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da presente deliberação, as cópias dos seguintes documentos:
1.7.1. planilha de cálculo sobre a média das 80% maiores remunerações utilizadas para o pagamento dos proventos, na forma da Lei n.º 10.887, de 2004; e
1.7.2. mapa de tempo de contribuição da interessada, além das certidões averbadas para a respectiva aposentadoria.

ACÓRDÃO Nº 3943/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.661/2020-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Onofre de Melo Salviano (CPF 091.324.813-49)
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3944/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.731/2020-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Luciana de Paiva Amorim (CPF 837.418.601-15).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - TRT/DF e TO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3945/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.775/2020-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Julimar Alves da Silva (CPF 153.401.712-72).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3946/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.305/2020-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Agar Seixas Grossi Diaz (CPF 153.287.831-15); Francisco Guerra de Mello Brandão (CPF 076.301.151-72); Izo Zeigerman (CPF 894.612.238-20) e Kátia Lanuzia Nogueira de Araújo (CPF 185.779.111-87).
1.2. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3947/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de aposentadorias deferidas pela Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica;
Considerando que, em 10/3/2020, ao prolatar o Acórdão 1.476/2020, além de apreciar os atos em favor dos interessados, entre outras medidas, a 2ª Câmara do TCU encaminhou as determinações à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica pela seguinte linha:
"(...) 9.5. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica adote as seguintes medidas:
9.5.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais pelo item 9.3 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU, sem prejuízo de, se ainda não fez, promover, também, a suspensão dos pagamentos decorrentes dos atos indicados pelo item 9.2 deste Acórdão, diante do superveniente falecimento dos interessados e da eventual ausência de formação dos subsequentes atos de pensão; e
9.5.2. dê ciência desta deliberação aos interessados apontados pelo item 9.3 deste Acórdão, além de alertá-los no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não os eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;"
Considerando que, em 1/1/2020, como Chefe do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, o Exmo. Sr. Major-Brigadeiro Intendente Marcos Aurélio Pereira Silva solicitou (Peça 96) a prorrogação, por 30 (trinta dias), do prazo para o atendimento às determinações proferidas pelo Acórdão 1.476/2020-TCU-2ª Câmara, diante dos óbices encontrados pela Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP) para o cumprimento do aludido acórdão;
Considerando que a Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica foi notificada sobre o aludido acórdão por intermédio do Ofício 9.976/2020-TCU/Seproc (Peça 91), tendo a ciência do expediente ocorrido em 17/3/2020;
Considerando que à Peça 98 a Sefip se manifestou pelo deferimento do pedido apresentado;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada à Peça nº 96 pelo Exmo. Sr. Major-Brigadeiro Intendente Marcos Aurélio Pereira Silva e, assim, autorizar a prorrogação, por 30 (trinta dias), do prazo para o atendimento às determinações proferidas pelo Acórdão 1.476/2020-TCU-2ª Câmara, sem prejuízo de prolatar a seguinte determinação à unidade técnica:

1. Processo TC-005.425/2015-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Maria dos Santos (CPF 162.992.217-04); Cristina de Ávila Cardoso (CPF 003.379.997-08); Cristina de Ávila Cardoso (CPF 003.379.997-08); Edilson Limeira Leite (CPF 490.167.177-49); Edinéa Corrêa Souza (CPF 738.648.897-15); Ednalva Santos (CPF 360.502.707-59); Ednalva Santos (CPF 360.502.707-59); Iara Braz Neves (CPF 243.335.220-72); Maria da Glória Silva Oliveira (CPF 098.524.761-49); Maria da Graça Alves Marques (CPF 055.352.472-00); Mauro Melo Dolinsky (CPF 074.256.278-68); Paulo Lucas Batista (CPF 545.721.696-91); Paulo Roberto Pereira (CPF 200.130.277-00); Paulo Toshio Dozono (CPF 028.411.808-75); Renato Madeira Branco (CPF 601.671.657-04); Rivalda Ferreira de Menezes (CPF 547.592.007-97); Roberto Masato Anazawa (CPF 847.626.168-34); Sueli Nilda Moreira da Silva Martins (CPF 404.424.898-20); Suely Caruso (CPF 297.278.477-49); Vera Lúcia Ramos da Silva (CPF 184.350.924-53); Vitorino Pedroso Barboza (CPF 329.860.847-53); Waldemir Nonato de Lima (CPF 068.640.151-49) e Yelisetty Sree Rama Krishna (CPF 062.498.548-27).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica - MD.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal:

1.7. Determinar que a Sefip envie a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica, para mera ciência.

ACÓRDÃO Nº 3948/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.483/2020-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: João Jose Ferreira Junior (CPF 187.560.930-04); Jorge Fontes Barbosa (CPF 257.922.107-72); Jose Mário do Amaral Virue (CPF 212.354.650-04); Jose Ribamar de Matos Barros (CPF 034.380.072-15); José Antônio Vasconcelos de Sá (CPF 094.070.573-72); José Ribeiro Neto (CPF 073.072.503-06); Luciana Lima Neiva (CPF 036.801.118-60); Maria Jose da Costa Amorim (CPF 074.650.412-87); Maria Luiza de Moura Cruz (CPF 081.495.692-00) e Marlúcia Cavalcante da Silva (CPF 111.509.714-87).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3949/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.524/2020-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nelita Elza Rodrigues Teixeira (CPF 306.015.689-15).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Florianópolis - SC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3950/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.619/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juliana da Costa Rocha (CPF 018.524.797-01); Juliano Rodrigues Meira (CPF 738.516.805-10); Júlio Cesar Alves de Aguiar (CPF 011.951.366-84); Luciana Dias Lago Machado (CPF 016.484.577-11); Luiz Alberto Meirelles Beleiro Barreiro Junior (CPF 073.394.277-67); Luiz Eduardo dos Santos Monteiro (CPF 083.301.757-82); Marcos Vargas da Silva (CPF 013.744.697-77) e Marcos Viana da Silva (CPF 082.395.617-21).

1.2. Entidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3951/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.875/2020-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Danúzia Lira de Sá Cabral (CPF 062.070.664-30).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3952/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.880/2020-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexsander Lucena (CPF 797.253.094-72) e Dino Sani Teixeira de Oliveira (CPF 374.229.103-30).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3953/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.902/2020-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andréia dos Santos Moura (CPF 004.639.801-58); Beatriz dos Santos Lima Rodrigues (CPF 043.724.453-93); Fátima Aparecida Balbino (CPF 122.358.538-70); Mateus da Silva Machado (CPF 289.011.848-77); Mirley Sangela Pessoa Bezerra de Andrade (CPF 664.983.843-87); Monique Ramalho da Silva (CPF 009.962.415-07); Patrícia Maria Figueiredo Cruz (CPF 026.822.263-02); Renata Moura Silva (CPF 016.402.703-37); Welida Kenia de Souza Rolim (CPF 099.915.914-35) e Yane Tainara Albonyz Pereira (CPF 035.981.821-80).

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3954/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.044/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Angélica Rodrigues Lima (CPF 027.388.011-02); Jhon Ever Quispe Vargas (CPF 236.079.038-24); João Eduardo Reis (CPF 943.425.801-44); Lívia Maria Alves (CPF 088.671.366-82); Mara Rúbia da Silva Miranda (CPF 011.697.011-16); Milene Brandão Pereira (CPF 999.763.581-72); Nayara Joyse Silva Monteles (CPF 007.593.963-02); Ronaldo da Paixão Fonseca (CPF 021.454.421-46); Rubens Celso Lopes Filho (CPF 331.842.468-41) e Vanbasten Fernandes Silva (CPF 100.242.336-84).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Goiás - UFG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3955/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.102/2020-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Angélica da Silva Reis (CPF 091.999.796-16); Bruna Helena Mellado (CPF 217.985.628-80); Eduardo Tavares Silvério (CPF 033.181.291-60); Hugo Cesar Rodrigues Moreira Catão (CPF 067.393.176-58); Jean Roberto Ponciano (CPF 086.779.236-16); Karita Rosa de Almeida (CPF 015.742.296-80); Luciano Fernandes Crozara (CPF 077.320.776-79); Luiz Cláudio de Carvalho Duarte (CPF 686.728.886-34); Roberta Leal Hias Teruel (CPF 060.413.406-18) e Thamayne Valadares de Oliveira (CPF 021.969.371-42).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3956/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.139/2020-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bárbara Pereira Christofaro Silva (CPF 099.418.366-63); Cassiana Regina de Góes (CPF 352.236.048-65); Daniel Leite Mesquita (CPF 063.582.056-09); Fabiana Reinis Franca Passamani (CPF 007.947.377-65); Giovanni Jan Giubilato (CPF 703.257.506-45); Guilherme Osvaldo Dias (CPF 853.512.616-34); Juciara Nunes de Alcântara (CPF 045.302.346-06); Manuel Aníbal Silva Portugal e Vasconcelos Ferreira (CPF 749.007.301-49); Rodrigo Avelaira Barbosa (CPF 346.522.688-74) e Stefania Becattini Vaccaro (CPF 032.181.176-31).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Lavras - UFLA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3957/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.144/2020-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Teresa de Campos Delfino D Elia (CPF 011.772.706-76); Andréia Fujimoto (CPF 228.290.488-57); Anne Caroline Santana Iriarte (CPF 047.652.855-02); Gleidylucy Oliveira da Silva Maia (CPF 041.051.794-11); Jonathan Justen de La Vega Martinez (CPF 235.025.078-48); Juliana Hotta Ansai (CPF 370.952.708-21); Lindomar de Oliveira Alves (CPF 414.689.388-78); Maurício Duarte Xavier (CPF 036.759.459-52); Rodrigo Cesar Perissini (CPF 416.582.798-32) e Tiago Jose Leme de Lima (CPF 368.562.468-70).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)..

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3958/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.200/2020-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adélia Maria Damasceno Simões (CPF 815.660.695-72); Ademilton Marinho da Silva Filho (CPF 128.303.427-12); Adenice Socorro de Souza (CPF 056.962.286-74); Andressa Rocha Soares (CPF 609.116.993-92); Bárbara Pontes Rodrigues (CPF 047.450.443-30); Giovanne Santos de Sousa (CPF 438.730.088-40); João Victor Joenck Hoffmann (CPF 076.195.799-58); Natália Barbosa Barros (CPF 095.704.514-08); Nidia da Paz Palácio (CPF 036.138.073-94) e Sandra Ferreira Batista dos Santos (CPF 021.938.365-07).

1.2. Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3959/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.263/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Márcia Simões dos Santos (CPF 767.646.212-68); Marcos de Freitas Barbosa (CPF 684.941.819-04); Quemele Braga de Amorim Almeida (CPF 020.153.632-38); Rômulo Damasclin Chaves dos Santos (CPF 571.693.572-91) e Thays da Silva Mandu (CPF 013.946.392-52).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3960/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.589/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ivone Santos Amutares (CPF 285.850.622-15); Jacqueline Aguiar Gonçalves (CPF 027.549.291-50); Jaidir Alves Costa dos Santos (CPF 028.403.385-56); Jakeline Borges de Souza (CPF 041.159.676-41); Janaína Gesser (CPF 077.390.479-45); Janaína de Sousa Cunha (CPF 042.854.876-83); Janary Araújo Cardoso (CPF 857.936.803-06); Jaqueline de Fátima Boa Morte Morgado (CPF 000.285.281-07); Jean Carlos Borges Brito (CPF 865.236.511-34) e Jeanei Rodrigues dos Santos (CPF 727.566.755-04).

1.2. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3961/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.427/2020-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Stephan Fuchs (CPF 801.386.659-90).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3962/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.601/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adeílson de Melo da Silva (CPF 459.598.463-49); Adriana Lopes Cavalcanti Garcia (CPF 403.820.281-04); Aimar Garcia Sanches (CPF 845.197.709-04); Amílton Medeiros Wanderley (CPF 596.345.887-00); Ana Beatriz Antônio da Silva (CPF 902.457.097-20); André Rocha Marinho (CPF 338.227.348-96); Andrea Baldassim Moreno (CPF 257.323.548-32); Átila Cagliari Mizerkowski Junior (CPF 025.961.819-59); Carlos Henri Gomes (CPF 062.077.298-03) e Cláudia Helena Nossack Rizzo Araújo (CPF 062.180.338-30).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3963/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 1º, VIII, 143, II, 259, I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do desligamento da servidora, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.685/2019-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Ana Letícia de Oliveira Souza (CPF 065.215.044-60).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - TRE/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3964/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.916/2020-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Adalgisa Alves dos Santos Ferreira (CPF 337.504.324-49); Josinete Santos de Melo (CPF 899.937.484-04) e Rozileuza Barros Guedes (CPF 509.115.624-00).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3965/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.015/2020-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antônio Soares Pessoa de Area Leão (CPF 094.420.307-87); Ivani do Vale da Costa Ribeiro (CPF 799.099.907-25); Maria Laudelina Ferreira (CPF 880.165.877-04); Nanete Oliveira da Silva (CPF 037.940.787-64); Ronilce Neves Camacho da Silva (CPF 810.536.737-87) e Ruth dos Santos Lourenço (CPF 038.672.057-60).

1.2. Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3966/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.840/2020-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Luzia Batista (CPF 228.867.208-01).

1.2. Órgão: 2ª Região Militar - Comando do Exército - MD.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3967/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.917/2020-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Amanda Martins Fagundes (CPF 126.051.816-77); Eduardo Pedro Benvenuto (CPF 520.666.906-78); Eponina Guimarães da Silva (CPF 062.647.816-22); Geovana Martins Fagundes (CPF 126.051.946-55); Maria da Conceição Camilo Fagundes (CPF 154.723.706-63); Neuza Marta Rezende Raso (CPF 003.745.246-02) e Rufina Braga Justa de Vasconcelos Costa (CPF 035.019.656-72).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3968/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.677/2020-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: José Miguel de Barros Gomes (CPF 532.216.487-15); Mariza Folloni do Nascimento (CPF 029.343.679-75) e Wilson Roberto Vitório (CPF 582.523.988-04).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3969/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.723/2020-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Iolanda Ferreira de Souza Pinto (CPF 306.262.699-20); Keid Bin (CPF 104.594.059-34); Lorair Marins (CPF 024.412.469-84); Lucila Machado de Sousa Pires (CPF 894.093.379-68) e Marilda Braidotti Stevanato (CPF 695.722.329-91)

1.2. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3970/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.932/2019-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Francisca de Lourdes Moreira Roballo (CPF 011.955.427-55).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip)..
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3971/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.591/2020-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Ilka Maria Lima de Azevedo (CPF 030.251.534-82); Kátia Regina Pereira da Cruz (CPF 074.252.337-38); Luiza de Oliveira dos Santos Pereira (CPF 427.315.347-53); Maria Lúcia Pereira (CPF 867.397.784-34); Sandra Regina Pereira de Lima (CPF 969.102.837-91) e Sonia Regina da Fonseca Pereira (CPF 010.220.937-54).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Marinha (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3972/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de pensão militar em favor de Ângela Márcia Martins da Silva (CPF 000.543.470-09), de Bernadete Barros de Almeida (CPF 427.372.227-53), de Jacqueline Fernandes dos Santos (CPF 429.871.134-04), de Júlia Pereira da Silva Margalho (CPF 691.794.094-15), de Maria Heloysa Soares Margalho (CPF 059.734.262-89), de Marilândia Rocha Torres (CPF 073.092.137-93), de Marília Rocha Torres Machado Alves (CPF 016.199.627-21) e de Viviane Souza Campos de Freitas (CPF 045.497.767-06) para prolatar a determinação abaixo indicada, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-031.860/2019-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Ângela Márcia Martins da Silva (CPF 000.543.470-09), Aparecida dos Santos Cunha (CPF 669.944.207-44), Bernadete Barros de Almeida (CPF 427.372.227-53), Jacqueline Fernandes dos Santos (CPF 429.871.134-04), Júlia Pereira da Silva Margalho (CPF 691.794.094-15), Maria Glória Passamani (CPF 450.913.157-72), Maria Heloysa Soares Margalho (CPF 059.734.262-89), Marilândia Rocha Torres (CPF 073.092.137-93), Marília Rocha Torres Machado Alves (CPF 016.199.627-21), Monica Fabiane Silveira de Lucena (CPF 021.484.547-81), Valdiece Ferreira de Oliveira (CPF 711.782.287-20) e Viviane Souza Campos de Freitas (CPF 045.497.767-06).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Marinha (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a Sefip promova a necessária diligência junto ao Comando da Marinha/MD para que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da presente deliberação, informe o TCU se as pensões militares em favor de Valdiece Ferreira de Oliveira (CPF 711.782.287-20), Maria Glória Passamani (CPF 450.913.157-72), Monica Fabiane Silveira de Lucena (CPF 021.484.547-81) e Aparecida dos Santos Cunha (CPF 669.944.207-44) estariam enquadradas no novo entendimento firmado pelo Acórdão 2.225/2019 prolatado pelo Plenário do TCU pela seguinte linha:

"SUMÁRIO: ATOS DE REFORMA. ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO. DETERMINAÇÕES. LEGALIDADE E REGISTRO DAS DEMAIS CONCESSÕES."

ACÓRDÃO Nº 3973/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar de Andréia Barbeto Martins (CPF 033.458.347-07), de Bárbara Borges de Oliveira (CPF 068.964.556-24), de Cláudia Márcia Martins da Silva (CPF 029.973.817-54), de Márcia dos Anjos Silva (CPF 934.136.707-78), de Margarida de Lourdes Alves Martins (CPF 016.252.387-46), de Maria Helena Ramos da Paixão (CPF 024.077.497-31), de Maria Lucia Ramos da Paixão (CPF 467.216.577-91), de Monica Roberta Silva Brum de Oliveira (CPF 833.928.157-72), de Regina Maria Gomes de Oliveira (CPF 313.872.921-53), de Rosalinda Paixão do Carmo (CPF 017.624.627-45), de Rose Mary da Paixão Dias (CPF 530.802.117-15), de Soraia Vieira de Mello Barros (CPF 931.429.437-49), de Suely Cicero de Miranda Ferreira Mendes (CPF 304.468.137-53), de Tereza Cesário Batista (CPF 086.873.818-24), de Valeria Cristina Benjamim (CPF 992.671.797-72) e de Vivian Barbeto Martins (CPF 093.834.057-32) para prolatar a determinação abaixo indicada, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto a TCU:

1. Processo TC-031.921/2019-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Andréia Barbeto Martins (CPF 033.458.347-07), Bárbara Borges de Oliveira (CPF 068.964.556-24), Cláudia Márcia Martins da Silva (CPF 029.973.817-54), Márcia dos Anjos Silva (CPF 934.136.707-78), Margarida de Lourdes Alves Martins (CPF 016.252.387-46), Maria Helena Ramos da Paixão (CPF 024.077.497-31), Maria Henriqueta Ferreira Sales (CPF 058.933.303-82), Maria Lucia Ramos da Paixão (CPF 467.216.577-91), Maria das Graças Ataliba Moura da Silva (CPF 186.030.841-49), Monica Roberta Silva Brum de Oliveira (CPF 833.928.157-72), Regina Maria Gomes de Oliveira (CPF 313.872.921-53), Rosalinda Paixão do Carmo (CPF 017.624.627-45), Rose Mary da Paixão Dias (CPF 530.802.117-15), Soraia Vieira de Mello Barros (CPF 931.429.437-49), Suely Cicero de Miranda Ferreira Mendes (CPF 304.468.137-53), Tereza Cesário Batista (CPF 086.873.818-24), Valeria Cristina Benjamim (CPF 992.671.797-72) e Vivian Barbeto Martins (CPF 093.834.057-32).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Marinha (vinculador).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. 1.7. Determinar que a Sefip promova a necessária diligência junto ao Comando da Marinha/MD para que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da presente deliberação, informe o TCU se as pensões militares em favor de Maria Henriqueta Ferreira Sales (CPF 058.933.303-82) e Maria das Graças Ataliba Moura da Silva (CPF 186.030.841-49) estariam enquadradas no novo entendimento firmado pelo Acórdão 2.225/2019 prolatado pelo Plenário do TCU pela seguinte linha:

"SUMÁRIO: ATOS DE REFORMA. ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO. DETERMINAÇÕES. LEGALIDADE E REGISTRO DAS DEMAIS CONCESSÕES."

ACÓRDÃO Nº 3974/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações sobre a legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de reforma relacionados no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.820/2020-5 (REFORMA)
1.1. Interessado: Elgues Castilho Bayoné (CPF 009.145.090-04).
1.2. Órgão: 1ª Região Militar - Comando do Exército - MD.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3975/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de reforma relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.823/2020-4 (REFORMA)
1.1. Interessado: Samuel Barreto Chagas (CPF 367.105.717-34).
1.2. Órgão: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3976/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.801/2020-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Jose Soares Coutinho Filho (CPF 227.275.589-53); Luiz Alberto Maciel Lopes (CPF 499.022.027-72); Luiz Antônio Martins (CPF 499.025.207-15); Luiz Ney da Silva Bueno (CPF 318.595.427-00) e Moacyr Pereira Chaves (CPF 203.003.950-00).
1.2. Órgão: 5ª Região Militar - Comando do Exército - MD.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3977/2020 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de reforma em favor de Francisco Alexandre Falcão Leal (CPF 054.704.044-04), de Francisco Augusto Miranda Ferreira (CPF 055.416.548-15) e de Gilson de Almeida Pinho (CPF 788.956.348-53) e prolatar a determinação abaixo indicada, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-012.871/2020-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Flávio Veiga da Silva (CPF 069.332.977-72); Francisco Alexandre Falcão Leal (CPF 054.704.044-04); Francisco Augusto Miranda Ferreira (CPF 055.416.548-15) e Gilson de Almeida Pinho (CPF 788.956.348-53).
1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica - MD.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a Sefip promova a necessária diligência junto ao Comando da Aeronáutica - MD para que, sobre o ato de reforma em favor de Flávio Veiga da Silva (CPF 069.332.977-72), no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da presente deliberação, adote as seguintes medidas:
1.7.1. envie ao TCU a cópia do mapa de tempo de serviço, além da certidão de tempo de contribuição expedida pelo INSS sobre a suposta averbação de 1 ano, 2 meses e 3 dias a título de tempo rural, como informado à Peça n.º 2; e
1.7.2. esclareça se foi promovido o efetivo recolhimento das contribuições previdenciárias, ainda que a título de indenização, sobre o tempo rural suscitado no item 1.7.1 deste Acórdão, enviando a cópia dos comprovantes de pagamento, se existentes.

ACÓRDÃO Nº 3978/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que se trata de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA em desfavor de Marluce Cabral Pinheiro, como presidente da Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social - ANDHUS, diante da parcial impugnação dos dispêndios com os recursos federais repassados por meio do Convênio nº 55/2010 (Siconv 748891) destinado a apoiar o projeto de organização dos pescadores artesanais para acessar os programas habitacionais no Estado de Pernambuco (Peça nº 1, p. 65);

Considerando que, por intermédio do Acórdão 13.048/2019 prolatado pela 2ª Câmara, o TCU enviou a determinação à Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração da atual Secretaria de Aquicultura e Pesca - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pela seguinte linha:

"(...) 1.7.1. à Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração da atual Secretaria de Aquicultura e Pesca - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Mapa que, no improrrogável prazo de 90 (noventa) dias, avalie a documentação apresentada ao TCU pela Sra. Marluce Cabral Pinheiro (CPF 071.854.564-87) e pela Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social - ANDHUS (CNPJ 07.989.147/0001-03) a título de prestação de contas do Convênio nº 55/2010 (Siconv 748891) e, ao final do aludido prazo, encaminhe ao TCU e seu parecer conclusivo sobre a adequação e a suficiência da documentação apresentada como prestação de contas do referido convênio e sobre a regularidade da execução, com o aproveitamento, ou não,

da parcela executada do correspondente objeto em prol da comunidade local, indicando a eventual subsistência do suscitado dano ao erário, sob pena de aplicação da multa legal ou até mesmo de solidariedade pele eventual débito, nos termos dos arts. 58 e 8º da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do eventual descumprimento da presente decisão do TCU;"

Considerando que, diante disso, o Ofício 14928/2019-TCU/Seproc (Peça 37) foi encaminhado à Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP/MAPA, tendo a ciência do expediente ocorrido em 19/12/2019 (Peça nº 38);

Considerando que, em 18/3/2020, como Secretário de Aquicultura e Pesca, o Sr. Jorge Seif Júnior compareceu à Peça nº 40 para solicitar, por 90 (noventa dias), a dilação do prazo para o atendimento ao aludido Ofício 14928/2019-TCU/Seproc, permitindo, assim, que o fiscal designado para realizar a avaliação demandada pelo Acórdão 13.048/2019-TCU-2ª Câmara possa concluir a sua análise;

Considerando que a unidade técnica se manifestou à Peça nº 43 pelo deferimento do pedido;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. Jorge Seif Júnior, como Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e, assim, conceder, excepcionalmente, em favor do MAPA a prorrogação, por 90 (noventa) dias, do prazo para o atendimento ao Ofício 14.928/2019-TCU/Seproc, devendo o novo prazo ser contado da ciência do presente Acórdão, em sintonia com a proposta da unidade técnica:

1. Processo TC-001.608/2016-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social - ANDHUS (CNPJ 07.989.147/0001-03) e Marluce Cabral Pinheiro (CPF 071.854.564-87).

1.2. Entidade: Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social - ANDHUS (CNPJ 07.989.147/0001-03).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: Pamela Regina Ramos de Carvalho (OAB/PE 28.247), entre outros, representando a Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social - Andhus.

1.7. Determinar que a Secex-TCE envie a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para mera ciência.

ACÓRDÃO Nº 3979/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor de Manoel Mariano de Sousa, como então prefeito de Barra do Corda - MA (gestões: de 1º/1/2005 a 31/12/2008 e de 1º/1/2009 a 31/12/2012), diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por meio do Contrato de Repasse 234.142-44/2007 celebrado entre a Caixa Econômica Federal, como mandatária da União representada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e o referido município, com vistas à construção e reforma de mercado em prol dos produtos agropecuários do referido município;

Considerando que, no seu parecer à Peça 52, a unidade técnica propôs a desconsideração da personalidade jurídica da Construtora Góes Incorporação Ltda. (CNPJ: 63.445.688/0001-33), como empresa contratada para a obra inerente ao referido Contrato de Repasse 234.142-44/2007, de forma a permitir a citação dos seus representantes legais (João Batista Magalhães - CPF 625.451.913-53 e Eliezer de Araújo Góes Santiago - CPF 094.145.765-68) e a citação do espólio de Manoel Mariano de Sousa (CPF 021.881.043-15) por intermédio da cônjuge supérstite (Francisca Telis de Sousa - CPF 425.408.523-00), em solidariedade com a aludida Construtora Góes Incorporação Ltda.;

Considerando que a proposta de citação da empresa contratada, com os seus sócios, por desconsideração da personalidade jurídica, além do espólio do gestor falecido, seria adequada, diante das evidências de graves irregularidades, a exemplo da fraude em licitações e contratos e da falta de comprovação sobre a execução do ajuste por ausência de nexo causal, tendo o pagamento sido feito, contudo, pela totalidade dos valores federais transferidos;

Considerando que essas irregularidades teriam sido apuradas na auditoria realizada pela então Secex-MA, em 2011, no Município de Barra do Corda - MA (Peça 49) para verificar a regularidade da utilização de valores federais descentralizados no período de 2005 a 2010, tendo sido prolatado o Acórdão 936/2016 pelo Plenário do TCU, ao apreciar o correspondente TC-003.723/2012-7, no sentido da autuação de processos, com semelhante objeto e idênticos responsáveis, e, assim, seria buscada a coerência entre as medidas processuais neles adotadas;

Considerando que o prazo final para a apresentação da prestação de contas do Contrato de Repasse 234.142-44/2007 expirou em 29/6/2013, com as subsequente promoção das notificações dos responsáveis, não subsistindo o longo transcurso de tempo tendente a eventualmente prejudicar a defesa dos responsáveis;

Considerando, enfim, que está nesse mesmo sentido o parecer do Ministério Público junto ao TCU (Peça 56);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU nº 246, de 2011, em desconsiderar a personalidade jurídica da Construtora Góes Incorporação Ltda. (CNPJ: 63.445.688/0001-33) com vistas a permitir que os seus representantes legais (João Batista Magalhães - CPF 625.451.913-53 e Eliezer de Araújo Góes Santiago - CPF 094.145.765-68) passem a figurar como responsáveis neste processo, além da citação do espólio de Manoel Mariano de Sousa (CPF 021.881.043-15) por intermédio da cônjuge supérstite (Francisca Telis de Sousa - CPF 425.408.523-00), em solidariedade com a aludida Construtora Góes Incorporação Ltda., e prolatar as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-006.366/2019-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Construtora Góes Incorporação Ltda. (CNPJ 63.445.688/0001-33), Eliezer de Araújo Góes Santiago (CPF 094.145.765-68), João Batista Magalhães (625.451.913-53) e Manoel Mariano de Sousa (CPF 021.881.043-15).

1.2. Entidade: Município de Barra do Corda - MA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a Secex-TCE adote as seguintes medidas:

1.7.1. promova, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 12, I e II, da Lei nº 8.443, de 1992 e do art. 202, I e II, do RITCU, a citação do espólio de Manoel Mariano de Sousa (CPF 021.881.043-15) por intermédio da cônjuge supérstite (Francisca Telis de Sousa - CPF 425.408.523-00), em solidariedade com a Construtora Góes Incorporação Ltda. (CNPJ: 63.445.688/0001-33) e os seus representantes legais (João Batista Magalhães - CPF 625.451.913-53 e Eliezer de Araújo Góes Santiago - CPF 094.145.765-68), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as suas alegações de defesa ou recolham o débito apurado nos autos, atualizado monetariamente a partir da respectiva data até o efetivo recolhimento, abatendo na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor, em face das seguintes irregularidades:

1.7.1.1. Débito relacionado ao responsável Manoel Mariano de Sousa - CPF 021.881.043-15 (falecido), como prefeito municipal no período de 1/1/2005 a 31/12/2008 e de 1/1/2009 a 31/12/2012, sob as seguintes condições:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
13/1/2009	190.438,65
6/3/2009	138.497,00
8/6/2010	233.801,96

Cofre credor: Tesouro Nacional.

Valor atualizado do débito (sem juros) em 1/10/2019: R$ 985.432,58 (Peça 50)

Irregularidade: ausência de nexo de casualidade entre a parcela executada do objeto e os recursos federais descentralizados, ensejando inexecução contratual, nos termos do Acórdão 936/2016-TCU-Plenário;

Evidências da irregularidade: Extrato bancário conta específica, da data dos créditos até o encerramento da movimentação (peça 30), Relatório de fiscalização ou parecer/nota técnica ou explicativa sobre a execução do objeto (Peça 1), Determinação/recomendação/portaria/despacho/ autorização de instauração da TCE (Peça 2) e Acórdão (Peça 3);

Normas infringidas: Cláusula Terceira, item 3.2, alínea "i" e Cláusula Décima Sétima do contrato de repasse e arts. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

Conduta: executar contrato com ausência de nexo de causalidade entre a parcela executada do objeto e os recursos federais descentralizados;

Nexo de causalidade: A conduta descrita impediu o estabelecimento do nexo causal entre a parcela executada do objeto e os recursos federais descentralizados, ensejando inexecução contratual;

Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade. É razoável afirmar que era possível ao responsável ter consciência da ilicitude do ato. Não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade. É razoável afirmar que era possível ao responsável ter consciência da ilicitude do ato. Era exigível conduta diversa da praticada;

1.7.1.2. Débito em desfavor dos seus representantes legais (João Batista Magalhães - CPF 625.451.913-53 e Eliezer de Araújo Góes Santiago - CPF 094.145.765-68), em solidariedade com a aludida Construtora Góes Incorporação Ltda. (CNPJ: 63.445.688/0001-33), sob as seguintes condições:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
13/1/2009	190.438,65
6/3/2009	138.497,00
8/6/2010	233.801,96

Cofre credor: Tesouro Nacional.

Valor atualizado do débito (sem juros) em 11/9/2019: R$ 986.830,40

Irregularidade: ausência de nexo de casualidade entre a parcela executada do objeto e os recursos federais descentralizados, ensejando inexecução contratual, nos termos do Acórdão 936/2016-TCU-Plenário;

Evidências da irregularidade: Extrato bancário conta específica, da data dos créditos até o encerramento da movimentação (Peça 30), Relatório de fiscalização ou parecer/nota técnica ou explicativa sobre a execução do objeto (Peça 1), Determinação/recomendação/portaria/despacho/ autorização de instauração da TCE (peça 2) e Acórdão (Peça 3);

Normas infringidas: Cláusula Terceira, item 3.2, alínea "i" e Cláusula Décima Sétima do contrato de repasse e arts. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

Conduta: receber integralmente o valor referente à construção ou reforma de mercado para produtos agropecuários do município de Barra do Corda/MA repassados por força do Contrato de Repasse 234.142-44, registro Siafi 611633, enquanto há fortes indícios de inexecução da obra pela referida empresa, ante a verificação de inexistência de empregados registrados na empresa no período de vigência do ajuste;

Nexo de causalidade: o recebimento integral do valor referente à construção ou reforma de mercado para produtos agropecuários do município de Barra do Corda/MA repassados por força do Contrato de Repasse 234.142-44, registro Siafi 611633, por empresa fantasma, propiciou a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, resultando em dano ao erário;

Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade. É razoável afirmar que era possível ao responsável ter consciência da ilicitude do ato. Não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade. É razoável afirmar que era possível ao responsável ter consciência da ilicitude do ato. Era exigível conduta diversa da praticada;

1.7.2. informe a todos os responsáveis que, caso venham a ser condenados pelo Tribunal, os débitos ora apurados serão acrescidos de juros de mora, nos termos do § 1º do art. 202 do RITCU;

1.7.3. esclareça aos responsáveis o seguinte:

1.7.3.1. o recolhimento tempestivo do débito somente saneará o processo caso seja reconhecida a sua boa-fé e não se constate outra irregularidade nas contas, em obediência ao art. 12, § 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, e ao art. 12, inciso VI, da Resolução TCU 170, de 2004;

1.7.3.2. o não atendimento à citação ou à audiência implicará revelia, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo em obediência ao art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e ao art. 12, inciso VII, da Resolução TCU 170, de 2004; e

1.7.4. envie a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, a todos os responsáveis e ao Município de Barra do Corda - MA, para facilitar a manifestação nos autos.

ACÓRDÃO Nº 3980/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor de José Edson de Sousa, como então prefeito de Brejo da Madre de Deus - PE (gestões: 2009-2012 e 2013-2016), diante da não execução do objeto pactuado pelo Contrato de Repasse 173.925-17/2005 destinado à "implantação de núcleos de esporte recreativo e lazer - construção e equipamento de quadra de esporte coberta no município" sob o montante de R$ 492.798,65 pelo aporte de R$ 270.000,00 em recursos federais e R$ 222.798,65 em recursos da contrapartida.

Considerando que, ao apurar a subsistência do débito original sob o montante de R$ 131.347,58 (cento e trinta e um mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), correspondente ao total de recursos efetivamente desbloqueados no âmbito do ajuste, a Caixa emitiu o Relatório do Tomador de Contas Especial em 25/8/2015 (Peça 1, p. 168-171), sob a responsabilidade do Sr. José Édson de Sousa

Considerando que, a partir de relatório de vistoria emitido em 11/12/2012, que fundamentou o Parecer Consubstanciado PA GIGIDURCA 0067/2015 - Confidencial (Peça 1, p. 4-7), restou evidenciada a ausência de funcionalidade do objeto do ajuste, cuja execução teria alcançado somente 49,08% das metas originalmente pactuadas;

Considerando que, em 13/3/2017, a Caixa realizou nova vistoria in loco e, ao verificar o suposto posterior cumprimento do objeto da avença, encaminhou ao TCU o Ofício 0261/2017/GEATO (Peça 3), alcançando a conclusão de que os serviços de construção da quadra poliesportiva teriam se apresentado concluídos e em razoável grau de conservação;

Considerando que a mudança de entendimento dos técnicos da Caixa se deu a partir da prolação do Acórdão 5690/2015, da 2ª Câmara, ao examinar caso concreto do TC 004.142/2015-2, quando o TCU teria considerado inexistente o dano decorrente da inexecução parcial do objeto caso a parcela efetivamente realizada tivesse apresentado funcionalidade e se revertesse em benefício à população;

Considerando que, após realizar inspeção remota sobre o objeto do Contrato de Repasse 173.925-17/2005, no bojo do TC 017.027/2015-2, a Secex-TCE teria assinalado que os novos elementos apresentados pela Caixa tenderiam a atestar o aproveitamento dos serviços executados no âmbito do Contrato de Repasse 173.925-17/2005 em benefício da população local, a partir da suposta conclusão dos serviços pendentes com os recursos provenientes exclusivamente do Município do Brejo da Madre de Deus;

Considerando que, por meio do parecer conclusivo lançado à Peça 15, a Secex-TCE teria assinalado a suposta insubsistência do débito originalmente apurado e, desse modo, propôs, com a anuência do MPTCU, o arquivamento do feito por ausência de pressuposto para o desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos dos arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU;

Considerando, todavia, que, na condução do referido Contrato de Repasse 173.925-17/2005, a gestão dos aludidos recursos federais teria sido integralmente promovida durante o mandato de José Edson de Sousa (2009-2012 e 2013-2016) e, no período entre abril de 2013 e junho de 2014 (Peça 1, p. 8, 11 e 132), a Caixa teria expedido os seus ofícios no sentido de reiterar o envio de informação à prefeitura sobre a existência de pendências nas medições, tendo solicitado, sem o esperado sucesso, a necessária regularização dessas pendências para a subsequente liberação de novos saques em prol da necessária conclusão do empreendimento, e, assim, restou evidenciado que a malsinada paralisação das obras teria ocorrido durante a gestão do aludido responsável;

Considerando que, durante a gestão do responsável, o contrato de repasse teve a vigência prorrogada em seis oportunidades (para novembro de 2009, novembro de 2010, novembro de 2011, novembro de 2012, fevereiro de 2013 e, depois, agosto de 2013), mas o alcaide municipal deixou de adotar quaisquer providências para a regularização das aludidas falhas ou mesmo para o esclarecimento da situação, buscando justificá-las, com vistas a promover a adequada conclusão do empreendimento;

Considerando que, em 21/8/2015, a Caixa iniciou os procedimentos para a instauração da tomada de contas especial, tendo declarado expressamente que a obra no ajuste teria sido vistoriada e estaria maculada pelo baixo nível de execução em 49,08% e durante a última vistoria ocorrida em 31/7/2012 (Peça 1, p. 4-7), não apresentando "nenhuma funcionalidade" em prol da comunidade local;

Considerando que a 2ª Câmara do TCU já teria expressamente alertado a Caixa e as unidades técnicas no Tribunal sobre a efetiva necessidade de não admitirem a prática dessa perigosa confusão financeira entre os recursos federais e os supervenientes recursos municipais, tendo, para tanto, prolatado o Acórdão 11.398/2019-2ª Câmara no seguinte sentido:

"(...) 9.3. determinar, nos termos do art. 250 do RITCU, que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Caixa Econômica Federal oriente todas as suas unidades no País e, especialmente, as suas unidades no Estado de Pernambuco sobre a efetiva necessidade de pronta adoção das seguintes medidas:

9.3.1. abstenham-se de manter o atual procedimento adotado pela Caixa, ao eventualmente cogitar sobre a aplicação do Acórdão 5.690/2015-2ª Câmara, por não se mostrar plenamente adequado, pois não poderia emprestar ao referido Acórdão 5.690/2015 o condão de servir para o integral afastamento da aplicação das suas normas internas, a exemplo da AE 099, e das subjacentes normas legais, a exemplo do art. 116 da Lei n.º 8.666, de 1993, além de todas as demais premissas fixadas pela jurisprudência do TCU; devendo atentar, pois, para a necessidade de efetivamente observar a jurisprudência do TCU no sentido de só eventualmente opinar pelo superveniente arquivamento de tomada de contas especial, com o afastamento do dano ao erário originalmente apurado, quando a posterior execução complementar ou suplementar do correspondente objeto parcialmente executado não resultar, por exemplo, no afastamento da devida demonstração do respectivo nexo causal entre o aporte dos recursos federais e os supostos dispêndios incorridos no convênio ou instrumento congênere, entre outros elementos de convicção necessários à efetiva comprovação sobre a boa e regular aplicação dos recursos federais, até porque, diante desse afastamento do nexo causal, deve subsistir a evidência do dano ao erário apurado originalmente, com a consequente responsabilização de todos os gestores envolvidos e até mesmo, se o for o caso, dos agentes públicos praticantes dessa posterior execução complementar ou suplementar do objeto parcialmente executado, nos termos dos arts. 8º e 16 da Lei n.º 8.443, de 1992;

9.3.2. atentem também, entre outras circunstâncias tendentes a obstar a regular comprovação dos dispêndios nas respectivas prestações de contas dos ajustes, ao eventualmente cogitar sobre a aplicação do referido Acórdão 5.690/2015-2ª Câmara, para a eventual intercorrência das seguintes circunstâncias: (a) execução dos itens de serviço pendentes em desacordo com as especificações previstas no plano de trabalho; (b) subsequente desvirtuamento das etapas anteriores, já aprovadas e pagas pela Caixa, ante a superveniente complementação do objeto previamente pactuado, resultando no desvio de objeto ou no desvio de finalidade; (c) deterioração dos itens de serviço executados sob a égide do convênio ou contrato de repasse, sem a efetiva comprovação de os itens de serviço terem sido completados de modo a preservar a integral funcionalidade das parcelas já executadas; e (d) ausência ou deficiência na visita in loco para a comprovação da execução física do objeto pactuado diante da possível insuficiência de relatórios fotográficos, entre outros documentos, e da impossibilidade de, assim, verificar a efetiva veracidade dessa suposta execução;

9.4. determinar que a Segecex informe todas as unidades técnicas junto ao TCU sobre a efetiva necessidade de observância às premissas anunciadas pelo item 9.3 deste Acórdão;"

Considerando, pois, que, em flagrante dissonância com o referido princípio do devido processo legal, o respectivo prazo para a malsinada prestação de contas dos ajustes já teria acabado em outubro de 2013, estando as irregularidades no aludido ajuste já apuradas no bojo da subsequente TCE para o julgamento pelo TCU em 2017, e, assim, todas essas estranhas medidas para a posterior conclusão do empreendimento com a superveniente prestação de contas, em 2017, só poderiam ter sido promovidas após a prévia anuência do TCU e o concomitante acompanhamento pela Caixa, mas isso não ocorreu; não podendo o TCU passar, pois, a indevidamente admitir essa superveniente prestação de contas diante da evidente preclusão processual e da referida inobservância ao devido processo legal, para além de, também, não dever admitir o aludido rompimento do nexo causal a partir da suscitada confusão financeira entre os recursos federais e os supervenientes recursos municipais.

Considerando, enfim, que, até o presente momento, a citação de José Edson de Sousa no âmbito desta TCE ainda não teria sido promovida;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 157, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em prolatar a determinação a seguir indicada:

1. Processo TC-014.592/2016-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: José Edson de Sousa (CPF 146.842.844-68).
1.2. Entidade: Município de Brejo da Madre de Deus - PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.3.1. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva;
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
1.6. Representação legal: Bernardo de Lima Barbosa Filho (24201/OAB-PE), entre outros, representando José Edson de Sousa.
1.7. Determinações:
1.7.1. Determinar que a Secex-TCE adote as seguintes medidas:
1.7.1.1. promova a citação de José Edson de Souza pelo débito decorrente da inexecução parcial do objeto do Contrato de Repasse 173.925-17/2005, ante a ausência da efetiva comprovação do necessário nexo causal entre os recursos federais aportados e os supostos dispêndios incorridos no ajuste, resultando apenas no patamar de 49,08% das metas pactuadas no ajuste e na consequente imprestabilidade dos serviços executados em prol da comunidade local, sob as seguintes condições:

Valor Original (R$)	Data
13.821,30	25/08/2008
14.312,70	21/11/2008
15.066,00	25/03/2010
31.342,42	13/04/2012
26.730,69	06/11/2012
30.074,47	07/06/2013

1.7.1.2. envie a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Caixa Econômica Federal, para ciência e adoção das medidas cabíveis, e ao responsável, para facilitar a correspondente manifestação nos autos; e
1.7.1.3. dê prosseguimento ao presente feito, com a devida urgência.

ACÓRDÃO Nº 3981/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que se trata de representação sobre os indícios de irregularidade perpetrada no âmbito da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (3ª CECM), em Dom Pedrito - RS, a partir da contratação da Bárbara M. Bonilla - ME para a prestação de serviços de manutenção e conservação de bens imóveis, estando a subjacente contratação em investigação por meio do Inquérito Policial Militar (IPM) 0000053-55.2015.7.03.0203;

Considerando que, após a apreciação inicial do feito, foi prolatado o Acórdão 9.851/2017 pela 2ª Câmara, sob a minha relatoria (Peça 59), no sentido de conhecer da representação e de sobrestar o andamento do feito, até o deslinde do IPM 0000007-57.2015.7.03.0303 ou o transcurso do prazo máximo de 180 dias, além de determinar que a unidade técnica solicitasse à 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar o envio do resultado do referido IPM em face das supostas irregularidades na contratação da Bárbara M. Bonilla - ME;

Considerando que o referido prazo de 180 dias expirou sem o envio de qualquer nova informação sobre o citado IPM, tendo sido prolatado, então, o Acórdão 4.047/2019-TCU-2ª Câmara, sob a minha relatoria (Peça 72), nos seguintes termos:

"(...) 1.7. Determinar, nos termos do art. 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que a administração do Comando Militar do Sul no Exército Brasileiro acompanhe o desfecho do Inquérito Policial Militar 0000007-57.2015.7.03.0303 e, a partir desse desfecho, promova a análise dos elementos de prova ali reunidos e dos resultados das correspondentes apurações para, em seguida, orientar a unidade militar competente no sentido de instaurar a devida tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da Lei n.º 8.443, de 1992, ou de formular a representação perante o TCU, devendo informar o TCU sobre o resultado dessas medidas, no prazo de 60 (sessenta) dias após a conclusão do referido Inquérito Policial Militar 0000007-57.2015.7.03.0303;

(...) 1.8. Determinar que a Selog adote as seguintes medidas:

1.8.2. envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Ministério Público Militar para ciência e eventual adoção das providências cabíveis sobre o longo decurso de tempo sem a suscitada conclusão do referido Inquérito Policial Militar 0000007-57.2015.7.03.0303, até porque a legislação fixaria o devido prazo para o encerramento do aludido procedimento, não podendo ele se estender indefinidamente. (...)"

Considerando que, ao discorrer sobre a notificação do TCU a respeito do Acórdão 4.047/2019-2ª Câmara (Peça 74), o juízo da 3ª Circunscrição Judiciária Militar teria informado que, em 18/9/2019, proferiu a sentença na Ação Penal Militar 0000007-57.2015.7.03.0303, julgando a acusação improcedente para a absolvição dos réus arrolados, mas, atualmente, a referida ação penal estaria em grau de recurso por intermédio da apelação interposta pelo Ministério Público Militar (Peça 93, p. 2);

Considerando que o Comando Militar do Sul teria instaurado os seguintes procedimentos: (i) sindicância para apurar as possíveis condutas administrativas tendentes a causar os prejuízos ao 3º Batalhão de Engenharia de Combate, em Cachoeira do Sul - RS, tendo, ao final do procedimento, concluído pela ausência do dano ao erário a ser indenizado, a partir do Despacho Decisório do Comandante (Peça 86, p. 20-21); e (ii) sindicância para a apuração de condutas administrativas tendentes a causar o dano ao erário durante a gestão do ordenador de despesas do 13º GAC (Portaria 14-Asse Ap As Jurd CMS/Cmdo CMS, de 20/3/2018 - Peça 86, p. 22), tendo, inicialmente, sido imputadas as responsabilidades em desfavor dos agentes da administração, mas, após o exame dos recursos, o Comandante do Exército teria determinado a realização de diligências complementares (Portaria 39 - Asse Ap As Jurd CMS/Cmdo CMS, de 29/7/201, estando essas diligências na fase final de elucidação);

Considerando que, ao final da sindicância, o Comando Militar do Sul teria imputado a responsabilidade pelos prejuízos em desfavor dos agentes da administração e dos empresários envolvidos, mas, na via recursal, o Comandante do Exército teria suscitado a não ocorrência do dano ao erário e, para tanto, informou como referência o "Anexo 2", mas ele não estaria localizado no presente processo;

Considerando que restaria pendente a conclusão da sindicância sobre o eventual dano ao erário pelo valor histórico de R$ 20.565,05 em face dos supostos pagamentos indevidos efetuados em 12/11/2010 (NF 44) e em 7/12/2010 (NF 059) para a Bárbara M. Bonilla em contrapartida aos serviços considerados como irregularmente executados (Peça 86, p. 25-26, letra "p"), tendo o Comandante do Exército determinado, em 10/9/2019, a restituição do processo ao Comando Militar do Sul para o saneamento indicado (Peça 86, p. 29-33);

Considerando que os demais procedimentos de sindicância tiveram as decisões no sentido da suposta ausência de prejuízo ao erário;

Considerando que, após a análise do feito, a unidade técnica propôs o arquivamento do presente processo, diante do suposto esclarecimento da questão tratada no item 1.8.2 do Acórdão 4.047/2019-TCU-2ª Câmara (Peça 72), assinalando que estaria em andamento o cumprimento da determinação proferida pelo item 1.7 desse mesmo acórdão;

Considerando que restaria pendente a conclusão da sindicância sobre o possível dano ao erário pelo valor histórico de R$ 20.565,05, estando a APM 0000007-57.2015.7.03.0303 em grau de recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em prolatar as determinações abaixo indicadas:

1. Processo TC-007.942/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Justiça Militar da União - 2ª Auditoria da 3ª CJM.
1.2. Órgão: 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (CNPJ 09.584.352/0001-06).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar que a Selog adote as seguintes medidas:
1.7.1. promova a devida diligência junto ao Comando Militar do Sul para que encaminhe ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, a fundamentação adotada na conclusão da sindicância indicada pelo CMS como "Anexo 2", por não ter sido localizado no presente processo, já que, a partir desse documento, o Comandante do Exército teria decidido pela não ocorrência do suscitado dano ao erário;
1.7.2. promova a devida diligência junto ao Comando Militar do Sul para que encaminhe ao TCU, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a conclusão da pendente sindicância sobre o possível dano ao erário pelo valor histórico de R$ 20.565,05;
1.7.3. promova a devida diligência junto à 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, solicitando que se digne a encaminhar ao TCU, após o correspondente julgamento, a decisão a ser proferida no recurso interposto perante a APM 0000007-57.2015.7.03 sobre as supostas irregularidades na contratação da Bárbara M. Bonilla - ME (CNPJ 07.341.358/0001-27);
1.7.4. envie a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, à representante, para ciência, e à administração do Comando Militar do Sul no Exército Brasileiro e à 3ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, para ciência e eventuais providências; e
1.7.5. promova o prosseguimento do presente processo pela realização das suscitadas diligências.

ACÓRDÃO Nº 3982/2020 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que a presente representação foi formulada pelo Exmo. Sr. Antônio Nilo Rayol Lobo Segundo, como Procurador da República em Garanhuns - PE, com a apresentação do Ofício n° 1088/2016/GAB/MPF/PRMI~AR-1° OF e a cópia integral do Procedimento Administrativo nº 1.26,005,00005612015-47, para ciência e adoção das providências cabíveis, anunciando que "médicos do Hospital Regional Dom Moura em Garanhuns/PE recebem salários sem cumprir a carga horária para a qual foram contratados";

Considerando que, em 20/5/2019, por intermédio do Acórdão 3.548/2019, ao conhecer da representação e, no mérito, considerá-la prejudicada, a 2ª Câmara do TCU proferiu, entre outras medidas, a seguinte determinação:

"(...) 1.7.1. ao Ministério da Saúde que adote as medidas cabíveis junto ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Denasus e, no prazo de 60 (trinta) dias, informe o TCU sobre o resultado das providências adotadas para a apuração e a solução das irregularidades noticiadas nestes autos;"

Considerando que a unidade técnica notificou o Ministério da Saúde, o Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS e a Procuradoria da República no Município de Garanhuns - PE sobre o aludido Acórdão 3.548/2019-TCU-2ª Câmara;

Considerando que, em 19/3/2020, como Coordenador-Geral de Controle Interno do Ministério da Saúde, o Sr. Manoel Augusto Cardoso da Fonseca encaminhou o Ofício 167/2020/CDOC/CGCIN/DINTEG/MS, e, em atendimento à demanda do Denasus consignada no Despacho DITEG 0014024762, solicitou a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para o atendimento à determinação prolatada pelo 1.7.1 do Acórdão 3548/2019-TCU-2ª Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da solicitação apresentada pelo Sr. Manoel Augusto Cardoso da Fonseca, como Coordenador-Geral de Controle Interno do Ministério da Saúde, e, assim, conceder, excepcionalmente, o novo e improrrogável prazo de 60 (sessenta) dias para o atendimento ao item 1.7.1 do Acórdão 3.548/2019-TCU-2ª Câmara, sem prejuízo de prolatar a determinação abaixo indicada:

1. Processo TC-021.414/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Exmo. Sr. Antônio Nilo Rayol Lobo Segundo, como Procurador da República em Garanhuns - PE.

1.2. Instituições: Secretaria Estadual de Saúde do Governo de Pernambuco e Hospital Regional Dom Moura em Garanhuns - PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.3.1. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos (Seproc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a Seproc envie a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Ministério da Saúde e ao representante, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 3983/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.197/2019-0.
2. Grupo I - Classe III - Assunto: Monitoramento.
3. Interessado: Ministério Público Federal.
4. Órgão: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento da determinação proferida pelo item 9.2 do Acórdão 7.807/2018-TCU-2ª Câmara, ao apreciar a representação formulada no bojo do TC 022.420/2017-7 pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre o eventual descumprimento do limite constitucional mínimo para as transferências obrigatórias em prol das ações e dos serviços públicos de saúde no Estado do Rio de Janeiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar o integral cumprimento do item 9.2 do Acórdão 7.807/2018-TCU-2ª Câmara, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;

9.2. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.2.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para ciência e adoção das medidas cabíveis em face, por exemplo, da Ação Civil Pública 0155318-79.2015.4.02.510, além do envio ao Ministério da Saúde, para ciência; e

9.2.2. promova o definitivo apensamento do presente processo ao TC 022.420/2017-7.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3983-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3984/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.932/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Marcia Regina Fontebassi (032.353.418-03).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria vinculado ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Marcia Regina Fontebassi, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP o que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a esta Corte de Contas documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3984-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3985/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-001.990/2020-9.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Lais Ferreira Lima Lourenço (059.036.963-68).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferido a ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Maria Lais Ferreira Lima Lourenço, negando registro ao correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada indicada no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado (subitem 9.1 acima), sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Maria Lais Ferreira Lima Lourenço, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.3.3. alerte à interessada que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4. esclarecer ao órgão de origem que poderá emitir novo ato de concessão, livre da irregularidade indicada neste processo, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida indicada no subitem 9.3.1 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3985-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3986/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-001.993/2020-8.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Jorge Henrique Galvão da Costa (537.363.627-49).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa concessão de aposentadoria em favor de ex-servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria em benefício do Sr. Jorge Henrique Galvão da Costa e negar-lhe o correspondente registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores recebidos indevidamente de boa-fé pelo interessado, nos termos do Enunciado da Súmula de Jurisprudência do TCU 106;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado (subitem 9.1 acima), sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação ao Sr. Jorge Henrique Galvão da Costa, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.3.3. alerte o interessado que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4. esclarecer ao órgão de origem que poderá emitir novo ato de concessão, livre da irregularidade indicada neste processo, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida indicada no subitem 9.3.1 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3986-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3987/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.132/2020-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto V: Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Antônio Pereira Neto (185.212.901-87).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria referente a Antônio Pereira Neto, no cargo de Técnico Legislativo, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU; c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Antônio Pereira Neto, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, o pagamento decorrente da vantagem "opção" de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. promova o destaque da parcela de quintos incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, mantendo-se o pagamento da vantagem até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3987-10/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3988/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.140/2020-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Lindolfo do Amaral Almeida (097.382.231-72).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria referente a Lindolfo do Amaral Almeida, no cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU; c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Lindolfo do Amaral Almeida, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, o pagamento decorrente da vantagem "opção" de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. promova o destaque da parcela de "quintos" incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, mantendo-se o pagamento da vantagem até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3988-10/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3989/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.147/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Rachel Vicente Ferreira (252.652.021-53).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria vinculado ao Senado Federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Rachel Vicente Ferreira, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a esta Corte de Contas documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3989-10/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3990/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.166/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Nilva Mota Torquato Leodido (313.663.331-87).
4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidora do Ministério Público Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Ministério Público Federal que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.1. faça cessar, com base no art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, o pagamento da vantagem de opção que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;

9.3.2. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.114, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;

9.3.3. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3990-10/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3991/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.408/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Nélson Rocha Faria (CPF 184.345.176-04).
4. Entidade: Universidade Federal de Itajubá.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida em favor de Nélson Rocha Faria pela Universidade Federal de Itajubá;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração da aposentadoria em favor de Nélson Rocha Faria (à Peça 5 sob o nº de controle 25587/2019), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em sintonia com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que a Universidade Federal de Itajubá adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, os pagamentos decorrentes do ilegal ato indicado no item 9.1 deste Acórdão, alertando que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo eventual débito subsequente, nos termos do art. 262, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3.2. informe ao interessado indicado no item 9.1 deste Acórdão que, diante da exclusão do suscitado período de insalubridade (2 anos e 8 dias), ele pode exercer a sua opção pela manutenção da aludida aposentadoria com os proventos, todavia, sob a proporção máxima de 32/35 avos;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor desta decisão ao interessado indicado no item 9.1 deste Acórdão, no prazo de 15 (quinze) contados da ciência desta deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento do aludido recurso;

9.4. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.4.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Universidade Federal de Itajubá, para ciência e adoção das providências cabíveis; e

9.4.2. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3991-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3992/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.941/2007-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Pensão Civil).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Maria Margarida Santos Lima (283.894.173-91); Rita Tinoco (273.216.737-15)

3.2. Recorrente: Rita Tinoco (273.216.737-15).

4. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Rogério Almeida Rabelo, OAB/RJ 72.184, procuração à peça 11, p. 32.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo em que se aprecia o pedido de reexame interposto por Rita Tinoco contra o Acórdão 7.201/2017-Segunda Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em

9.1. com fundamento no art. 48, caput e parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. em consequência ao disposto no subitem precedente, considerar legal o ato de pensão civil de Rita Tinoco, concedendo-lhe o registro; e

9.3. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3992-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3993/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.132/2006-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Genesio Euwaldo de Moraes Rego Caldas (020.262.793-49); Luis Carlos Morais (016.802.933-20); Maura Regina Brandao de Lima (054.995.853-34); Miryam de Magdala Teixeira e Silva (003.135.053-49); Reginaldo Medeiros Muniz (075.174.913-34); Rita de Cassia Bastos de Melo (038.078.273-15); Sebastiana Helena Pires Alves (032.161.793-20); Terezinha de Jesus Penha Abreu (023.570.383-49).

3.2. Responsável: Miryan de Magdala Teixeira e Silva (003.135.053-49).

3.3. Recorrente: Miryan de Magdala Teixeira e Silva (003.135.053-49).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. Kristhian Heluy Gomes (12.461/OAB-MA) e outros, representando Miryan de Magdala Teixeira e Silva.

8.2. Mário de Andrade Macieira (4217/OAB-MA) e outros, representando Sebastiana Helena Pires Alves.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes Embargos de Declaração opostos por Miryan de Magdala Teixeira e Silva face do Acórdão 9.868/2019 - TCU - 2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante e aos interessados.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3993-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3994/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.294/2019-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessadas: Maria Eugênia Barbosa de Souza Tapioca (CPF 238.361.995-72), Maria das Graças Tosta Ribeiro (CPF 388.340.065-34) e Maria das Merces Alves de Carvalho dos Santos (CPF 096.935.725-72).

4. Órgão: Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas pelo Ministério da Saúde no Estado da Bahia em favor de Maria das Graças Tosta Ribeiro, Maria das Merces Alves de Carvalho dos Santos e Maria Eugênia Barbosa de Souza Tapioca;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 260, § 1º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar o retorno do presente processo à Sefip; e

9.2. determinar que, com a devida urgência, a unidade técnica promova a sua análise final sobre os aludidos atos de aposentadoria, ante a apresentação da referida documentação complementar pela Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia (Peça 16), com vistas à subsequente emissão do necessário parecer conclusivo sobre o mérito do feito pela unidade técnica.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3994-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3995/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.676/2018-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Jilson Antonio Soares dos Reis (CPF 218.150.148-30).

4. Órgão: então Ministério da Cultura (MinC).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura (MinC) em desfavor de Jilson Antônio Soares dos Reis diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados sob o valor original de R$ 242.205,75 em prol da montagem da turnê do espetáculo musical intitulado como "O Girassol", nos termos da Lei nº 8.313 (Lei de Incentivo à Cultura), de 1991;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável (Jilson Antônio Soares dos Reis), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Jilson Antônio Soares dos Reis, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "a", "b" e "c", 19, caput, 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para, assim, condená-lo ao pagamento do correspondente débito, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida dívida ao Fundo Nacional de Cultura, abatendo a quantia já restituída, em 6/7/2017, sob o montante de R$ 60.852,18 (sessenta mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos), na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor (R$)
30/12/2010	13.705,75
31/1/2011	9.500,00
28/2/2011	9.500,00
31/3/2011	9.500,00
29/4/2011	9.500,00
31/5/2011	9.500,00
30/6/2011	9.500,00
29/7/2011	9.500,00
31/8/2011	9.500,00
4/10/2011	9.500,00
31/10/2011	9.500,00
30/11/2011	9.500,00
29/12/2011	9.500,00
31/1/2012	9.500,00
29/2/2012	9.500,00
30/3/2012	9.500,00
30/4/2012	9.500,00
29/6/2012	9.500,00
31/7/2012	9.500,00
31/8/2012	9.500,00
28/9/2012	9.500,00
31/10/2012	9.500,00
30/11/2012	9.500,00
27/12/2012	9.500,00
30/9/2013	10.000,00

9.3. aplicar em desfavor de Jilson Antonio Soares dos Reis a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e

9.6. determinar que a unidade técnica envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3995-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3996/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.046/2014-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Representação).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Jussara Santos Mendes (599.027.011-91); Secretaria de Controle Externo do TCU/RN (00.414.607/0017-85).
3.2. Recorrente: Jussara Santos Mendes (599.027.011-91).
4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: Gustavo Lins de Oliveira Cruz (OAB 9306/RN), representando a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mossoró.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos por Jussara Santos Mendes contra o Acórdão 9273/2017-TCU-2ª Câmara, o qual não conheceu de Pedido de Reexame contra o Acórdão 7092/2017-TCU-2ª Câmara (Relator Ministro Augusto Nardes);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.
10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3996-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3997/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.357/2019-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador) (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsável: Ailton Nascimento (227.517.505-91).
4. Órgão/Entidade: Município de São Francisco - SE.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) contra o Sr. Ailton Nascimento, ex-prefeito do Município de São Francisco/SE, gestão 2009-2012, em razão de irregularidades presentes na prestação de contas dos recursos do Convênio 733278/2010 (Siconv 733278), tendo por objeto apoiar o evento denominado "São João antecipado de São Francisco/SE";
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nas razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o responsável Ailton Nascimento, CPF 227.517.505-91, ex-Prefeito do Município de São Francisco/SE, gestão 2009-2012, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as contas do responsável Ailton Nascimento, CPF 227.517.505-91, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno;

	Data de ocorrência	Valor histórico
Débito	2/7/2010	R$ 100.000,00

Valor atualizado do débito (com juros), em 6/12/2019: R$ 211.266,77

9.3. aplicar ao responsável Ailton Nascimento, CPF 227.517.505-91, a multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do RI/TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.6. enviar cópia deste Acórdão ao Ministério do Turismo e ao responsável, para ciência, e à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, e informar-lhes que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.
10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3997-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3998/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.235/2014-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Comissão XXI de Desenvolvimento Sócio-Cultural (05.739.294/0001-91); Samuel Mendes Barbosa (722.043.111-20).
3.2. Recorrentes: Comissão XXI de Desenvolvimento Sócio-Cultural (05.739.294/0001-91); Samuel Mendes Barbosa (722.043.111-20).
4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: não há.
8. Representação legal:
8.1. Huilder Magno de Souza (18444/OAB-DF) e outros, representando Comissão XXI de Desenvolvimento Sócio-cultural e Samuel Mendes Barbosa;
8.2. Valdemar Cunha Silva, representando VM Produção e Comunicação Ltda.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Comissão XXI de Desenvolvimento Sócio-Cultural e pelo Sr. Samuel Mendes Barbosa contra o Acórdão 9.106/2018-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, acolhê-los parcialmente, de modo a sanear a omissão e contradição apontadas pelos embargantes, nos termos dispostos no voto condutor desta deliberação, atribuindo-lhes efeito modificativo, de modo que os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 9.106/2018-Plenário passam a ter a seguinte redação:
"9.2. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único, e 23, inciso III, todos da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. Samuel Mendes Barbosa e da Comissão XXI de Desenvolvimento Sócio-Cultural;
9.3. aplicar ao Sr. Samuel Mendes Barbosa a multa prevista no art. 58, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor";
9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.
10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3998-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 3999/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.758/2017-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Aia - Comunicação, Produção e Internet Ltda. - ME (06.267.762/0001-35); Alessandra Rubino de Oliveira Silvestri (143.926.488-00).
3.2. Recorrente: Alessandra Rubino de Oliveira Silvestri (143.926.488-00).
4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Eduardo Simões Fleury (273.434/OAB-SP) e outros, representando AIA - Comunicação, Produção e Internet Ltda. - ME e Mario Silvestri Filho.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pela Sra. Alessandra Rubino de Oliveira Silvestri contra o Acórdão 12.513/2019 - TCU - 2ª Câmara que, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos destinados ao projeto de obra cinematográfica de longa-metragem, gênero documentário, intitulado "Cuba", julgou irregulares suas contas, condenando-a, solidariamente com a empresa AIA - Comunicação, Produção e Internet Ltda. - ME, ao pagamento de débito apurado nos autos e, individualmente, ao pagamento da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), bem como da multa prevista no art. 6º, § 1º, da Lei 8.685/1993, a ser aplicada quando da execução do julgado;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pela Sra. Alessandra Rubino de Oliveira Silvestri para, no mérito, rejeitá-los e manter inalterada a deliberação recorrida;
9.2. dar ciência da presente deliberação à embargante;
9.3. arquivar os presentes autos.
10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3999-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4000/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-009.250/2019-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Jose Alencar Pereira (056.479.833-91).
4. Entidade: Município de Coronel José Dias/PI.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação contra o Sr. Jose Alencar Pereira, ex-prefeito Município de Coronel José Dias/PI (gestão: 1º/1/2005 a 31/12/2008 e 1º/1/2009 a 6/5/2012), em razão da omissão no dever de prestar contas dos valores transferidos, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), no exercício de 2011.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea a, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Jose Alencar Pereira, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas até a efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III,

alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida a favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na forma da legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
8.766,52	4/4/2011
8.766,52	3/5/2011
8.766,52	2/6/2011
8.766,52	5/7/2011
8.766,52	2/8/2011
8.766,52	5/9/2011
8.766,52	4/10/2011
8.766,52	2/11/2011
8.766,52	2/12/2011

9.2. aplicar ao Sr. Jose Alencar Pereira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas a que se referem os subitens 9.1 e 9.2 acima em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, com fundamento no 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4000-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4001/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.155/2016-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I- Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Assistência Social (01.002.940/0001-82); Ministério do Desenvolvimento Social (extinto) (05.526.783/0001-65)

3.2. Responsável: José Severino Ramos de Souza (197.078.434-20)

3.3. Recorrente: José Severino Ramos de Souza (197.078.434-20).

4. Órgão/Entidade: Município de Gameleira/PE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Manoel Alves de Oliveira (035.533.454-20), Paulo Roberto dos Santos Coelho Filho (038.566.044-80) e outros, representando José Severino Ramos de Souza, procuração à peça 82.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. José Severino Ramos de Souza, ex-prefeito de Gameleira/PE (gestão 2009/2012), contra o Acórdão 558/2018-2ª Câmara (peça 23), mediante o qual esta Corte julgou irregulares suas contas, condenou-o ao pagamento do débito apurado, bem como de multa individual fundamentada no art. 57 da Lei nº 8.443/1992.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. retificar, de ofício, por inexatidão material, o item 9.2 do Acórdão 558/2018-2ª Câmara, a fim de que a tabela de composição do débito passe a ser a seguinte:

Data de Ocorrência	Valor (R$)
12/01/2011	39.000,00
13/01/2011	1.545,08
17/01/2011	6.300,00
20/01/2011	13.818,75
04/02/2011	4.500,00
14/02/2011	1.545,08
14/02/2011	39.000,00
24/02/2011	6.300,00
24/02/2011	4.500,00
02/03/2011	5.967,00
15/03/2011	6.300,00
17/03/2011	1.545,08
17/03/2011	44.500,00
28/03/2011	4.500,00
06/04/2011	6.909,00
06/04/2011	44.500,00
11/04/2011	1.545,08
24/04/2011	6.300,00
05/05/2011	8.479,50
06/05/2011	1.545,08
09/05/2011	4.500,00
11/05/2011	44.500,00
31/05/2011	6.300,00
31/05/2011	1.256,25
02/06/2011	4.500,00
06/06/2011	44.500,00
07/06/2011	4.500,00
08/06/2011	1.545,08
09/06/2011	6.300,00
15/06/2011	4.710,75
11/07/2011	1.545,08
11/07/2011	44.500,00
14/07/2011	6.300,00
15/07/2011	4.710,75
20/07/2011	4.500,00
25/07/2011	7.223,25
03/08/2011	2.512,50
03/08/2011	2.512,50
08/08/2011	1.545,08
10/08/2011	44.500,00
15/08/2011	6.300,00
22/08/2011	6.909,00
08/09/2011	44.500,00
12/09/2011	1.545,08
13/09/2011	6.300,00
20/09/2011	8.165,25
07/10/2011	44.500,00
10/10/2011	1.256,25
11/10/2011	1.545,08
18/10/2011	4.500,00
18/10/2011	4.500,00
19/10/2011	6.300,00
20/10/2011	4.500,00
20/10/2011	8.165,25
11/11/2011	6.300,00
21/11/2011	44.500,00
22/11/2011	1.545,08
24/11/2011	8.165,25
13/12/2011	4.500,00
14/12/2011	1.545,08
14/12/2011	44.500,00
16/12/2011	4.500,00
16/12/2011	5.967,00
22/12/2011	6.300,00

9.2. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo sr. José Severino Ramos de Souza e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para:

9.2.1. reduzir o débito discriminado no item 9.2 do Acórdão 558/2018-2ª Câmara, de modo que passe a ter a seguinte composição:

Data de Ocorrência	Valor (R$)
15/08/2011	30.593,08
17/08/2011	6.300,00
24/08/2011	6.909,00
12/09/2011	44.500,00
14/09/2011	1.545,08
16/09/2011	6.300,00
22/09/2011	8.165,25
13/10/2011	44.500,00
17/10/2011	1.256,25
17/10/2011	1.545,08
20/10/2011	4.500,00
20/10/2011	4.500,00
25/10/2011	6.300,00
25/10/2011	4.500,00
25/10/2011	8.165,25
17/11/2011	6.300,00
24/11/2011	44.500,00
29/11/2011	1.545,08
29/11/2011	8.165,25
15/12/2011	4.500,00
16/12/2011	1.545,08
16/12/2011	44.500,00
21/12/2011	4.500,00
21/12/2011	5.967,00
26/12/2011	6.300,00

9.3. reduzir a multa fixada no item 9.3 do Acórdão 558/2018-2ª Câmara, proporcionalmente à redução do débito, para o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4001-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4002/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.178/2018-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Talize Cristina Sayegh (CPF 127.055.187-62); Hollywood Brazilian Film Festival e Produções Ltda. (CNPJ 12.997.262/0001-51).

4. Entidade: Agência Nacional do Cinema (Ancine).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) em desfavor, originalmente, da Hollywood Brazilian Film Festival e Produções Ltda., com a sua representação por Talize Cristina Sayegh e Tânia Cristina Sayegh, diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados sob o valor original de R$ 200.000,00 em prol da produção cinematográfica intitulada como "4º Hollywood Brasil Filme Festival", nos termos da Lei n.º 8.313 (Lei de Incentivo à Cultura), de 23 de dezembro de 1991;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis a Sra. Talize Cristina Sayegh e a Hollywood Brazilian Film Festival e Produções Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Talize Cristina Sayegh e da Hollywood Brazilian Film Festival e Produções Ltda., nos termos dos arts. 16, III, alíneas "a" e "c", e 19, caput, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-las, solidariamente, ao pagamento do correspondente débito, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da dívida em favor do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Valor (em R$):	Data da Ocorrência:
100.000,00	17/5/2012
100.000,00	11/6/2012

9.3. aplicar em desfavor de Talize Cristina Sayegh e da Hollywood Brazilian Film Festival e Produções Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo às responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, diante do não atendimento das notificações; e

9.6. determinar que a unidade técnica envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4002-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4003/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.630/2011-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto (V): Pensões Civis

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Maria Eunice Regis Lemos Carcereri (CPF: 761.293.149-49); Olga de Oliveira (CPF: 020.586.329-90); Silvana Aparecida de Oliveira (CPF: 009.325.479-23).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de pensão civil instituídas a favor de Maria Eunice Regis Lemos Carcereri (CPF: 761.293.149-49); Olga de Oliveira (CPF: 020.586.329-90); Silvana Aparecida de Oliveira (CPF: 009.325.479-23), todos beneficiários de ex-servidores Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º e 262, § 2º do RI/TCU, em:

9.1. considerar legal o ato de concessão inicial de pensão civil, instituída pelo ex-servidor Almir Carcereri (CPF: 104.161.889-15) em favor de Maria Eunice Regis Lemos Carcereri (CPF: 761.293.149-49), concedendo-lhe o respectivo registro;

9.2. considerar ilegal o ato de concessão inicial da pensão civil, instituída pelo ex-servidor Manoel de Oliveira (CPF: 135.118.909-34), em favor de Olga de Oliveira (CPF: 020.586.329-90) e Silvana Aparecida de Oliveira (CPF: 009.325.479-23), negando-lhe o respectivo registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina que, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e 19, caput, da Instrução Normativa - TCU 78/2018:

9.4.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato de concessão de pensão considerado ilegal, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência deste Acórdão, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;

9.4.2. emita e disponibilize no sistema e-Pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de concessão de pensão civil, escoimado da irregularidade apontada, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e

9.5. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, o comprovante de que as interessadas tomaram ciência do inteiro teor deste Acórdão.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4003-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4004/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.835/2012-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Exma. Sra. Dalila Nascimento Andrade, como Presidente do TRT-5ª Região.

3.1. Interessados: Paulo Moises Tavares Multary (CPF 052.529.385-04); Romival Rosário Bonfim (CPF 004.893.365-15).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de embargos de declaração opostos pela Exma. Sra. Dalila Nascimento Andrade, como Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - BA, em face do Acórdão 1.394/2020 prolatado pela 2ª Câmara do TCU no sentido da ilegalidade do ato inicial de aposentadoria deferido pela administração do TRT-5ª Região em favor de Romival Rosário Bonfim;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração opostos pela Exma. Sra. Dalila Nascimento Andrade, como Presidente do TRT-5ª Região, em face do Acórdão 1.394/2020-2ª Câmara, nos termos do art. 34 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 287 do RITCU, para, no mérito, dar-lhes o parcial provimento e, assim, ao manter inalterado o item 9.1 do aludido acórdão, os itens 9.2 a 9.6 do referido Acórdão 1.394/2020 devem passar a contar com a seguinte redação:

"(...) 9.2. considerar ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Romival Rosário Bonfim (à Peça 19 sob o nº de controle 20783906-04-2008-000003-0), para lhes negar o respectivo registro, deixando, todavia, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.4. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - BA adote as seguintes medidas:

9.4.1. dê ciência desta deliberação ao interessado indicado no item 9.2 deste Acórdão no prazo de 30 (trinta) dias;

9.4.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - BA verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.4.2 e 9.4.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.6. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.6.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - BA, para ciência e efetivo cumprimento aos itens 9.4 e 9.5 deste Acórdão; e

9.6.2. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o acompanhamento das medidas assinaladas pelo item 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.;" e

9.2. determinar que a unidade técnica envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à ora embargante, para ciência e eventuais providências.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4004-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4005/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.003/2015-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Anderson Guedes Pessoa (557.565.494-04); Pedro Serafim de Souza Filho (138.401.184-68); Prefeitura Municipal de Ipojuca - PE (11.294.386/0001-08).

3.3. Recorrente: Anderson Guedes Pessoa (557.565.494-04).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ipojuca - PE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Márcio José Alves de Souza (5786/OAB-PE), representando Pedro Serafim de Souza Filho.

8.2. Thiago José Milet Cavalcanti Ferreira (28007/OAB-PE), representando Prefeitura Municipal de Ipojuca - PE.

8.3. Marco Antonio Frazao Negromonte (33196/OAB-PE), representando Anderson Guedes Pessoa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Anderson Guedes Pessoa, contra o Acórdão 13.058/2019 - TCU - 2ª Câmara, que negou provimento ao Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão 4.717/2018 - TCU - 2ª Câmara que, entre outras providências, julgou irregulares suas contas e o condenou, em sede de Tomada de Contas Especial, ao pagamento de débito e multa em virtude de irregularidades na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Saúde - MS, no âmbito do Município de Ipojuca-PE, em razão da indevida transferência de recursos federais da conta específica do Fundo Municipal de Saúde (FMS) para outras contas do referido município durante o exercício de 2005, sem a necessária comprovação da aplicação desses valores nos programas de atenção básica à Saúde;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Anderson Guedes Pessoa para, no mérito, rejeitá-los e manter inalterada a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao embargante;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4005-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4006/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.072/2015-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta) (37.115.342/0001-67).

3.2. Responsáveis: Emsa - Empresa Sul Americana de Montagens S.A. (17.393.547/0001-05); Hugo Sternick (296.677.716-87); Jayme Eduardo Rincon (093.721.801-49); José Américo de Sousa (129.211.571-87); Luiz Heleno Albuquerque Filho (412.853.443-91); Ona S.A. - Engenharia Comércio e Indústria (01.277.193/0001-95); Siscon Consultoria de Sistemas Ltda. (42.565.325/0001-61).

4. Órgão/Entidade: Agência Goiana de Transportes e Obras.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Silvana Regina Schmitt Ribeiro (58.372/OAB-RS) e outros, representando Hugo Sternick.

8.2. Leonardo Lacerda Jube (26.903/OAB-GO) e outros, representando Ona S.A. - Engenharia Comércio e Indústria.

8.3. Eduardo Han (11714/OAB-DF) e outros, representando Siscon Consultoria de Sistemas Ltda.

8.4. Johann Adrianus Camargo Boudens (14.410E/OAB-DF) e outros, representando Jayme Eduardo Rincon.

8.5. Marcus Vinícius Labre Lemos de Freitas (14282/OAB-GO) e outros, representando Emsa - Empresa Sul Americana de Montagens S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia tomada de contas especial instaurada em face da constatação de sobrepreço no Contrato 143/2005-PR-GEAJU, firmado entre a Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), atualmente Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), e a empresa Emsa - Empresa Sul Americana de Montagens S.A. visando à execuc–ão de terraplanagem, pavimentac–ão, drenagem, obras de arte correntes, obras de arte especiais, servic–os complementares e servic–os de protec–ão ambiental da BR-080/GO, trecho Luiz Alves/São Miguel do Araguaia, com extensão de 45,55 km (lote 5),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da presente relação processual os Srs. José Américo de Sousa, Jayme Eduardo Rincon, Hugo Sternick e Luiz Heleno Albuquerque Filho;

9.2 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas das empresas Emsa - Empresa Sul Americana de Montagens S.A., Siscon Consultoria de Sistemas Ltda. e Ona S.A. - Engenharia Comércio e Indústria, dando-lhes quitação;

9.3 dar ciência desta decisão aos responsáveis e demais interessados.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4006-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4007/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 021.077/2016-9.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Representação).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Emanuel Rosa dos Santos Júnior (044.632.837-52); Francisco Jorge de Souza Godoy (005.603.738-48).

3.2. Recorrentes: Emanuel Rosa dos Santos Júnior (044.632.837-52); Francisco Jorge de Souza Godoy (005.603.738-48).

4. Órgão: 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta IV.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Elísio de Azevedo Freitas (18.596/OAB-DF) e outros, representando Emanuel Rosa dos Santos Júnior.

8.2. José Antônio da Silveira, 167.328/OAB-MG), representando Francisco Jorge de Souza Godoy.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, nos quais foram opostos Embargos de Declaração contra o Acórdão 10.616/2019-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, acolhê-los parcialmente, tão só para, suprindo a omissão apontada pelos recorrentes, nos termos da análise complementar contida nos relatório e voto condutores deste decisum, integrar o voto condutor do acórdão embargado, mantendo-se, todavia, incólume a parte dispositiva do referido aresto;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e demais interessados.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4007-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4008/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.842/2019-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Reforma.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Carlos Alberto Costa (008.428.936-87); Eloy Costa de Sa (007.583.530-49); Evanir Jose da Silva (002.426.089-49); Francisco Eduardo Barbosa (022.682.487-04); Levi Feitosa da Silva (013.943.044-04); Messias Venâncio de Paula (554.307.088-87); Paulo Cesar Rodrigues Franco (744.814.527-49); Pedro Garcia de Campos (503.944.958-53); Reinaldo Ferreira dos Santos (080.807.718-04); Roberto Oriel Justus (089.999.888-72).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica (Vinculador).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de reformas de militares do Comando da Aeronáutica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. Considerar legais e conceder o registro dos atos de Paulo Cesar Rodrigues Franco, Reinaldo Ferreira dos Santos, Messias Venâncio de Paula, Roberto Oriel Justus, Evanir Jose da Silva e Pedro Garcia de Campos;

9.2. considerar ilegais os atos de alteração de reforma de Levi Feitosa da Silva, Eloy Costa de Sá, Carlos Alberto Costa e de Francisco Eduardo Barbosa, recusando seus respectivos registros;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos interessados, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Comando da Aeronáutica que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos Srs. Levi Feitosa da Silva, Eloy Costa de Sá, Carlos Alberto Costa e de Francisco Eduardo Barbosa, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os eximem da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4008-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4009/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 024.446/2016-5.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração em processo de Representação.

3. Responsáveis/Interessados/Recorrentes:

3.1. Representante: Coenco Construções Empreendimentos e Comércio Ltda. (CNPJ 00.431.864/0001-68).

3.2. Responsáveis: Ana Gerlane da Silva Formiga (CPF 759.671.704-72), Denize Torres Candeia Guedes (CPF 009.928.734-01) e Marcone Macário Lopes (CPF 805.478.934-34), Presidente e demais membros da Comissão Permanente de Licitação do Município de Quixaba-PB, e Paulo Cesar Leite (CPF 078.242.374-43), assessor jurídico daquela edilidade.

3.3. Embargantes: Ana Gerlane da Silva Formiga (CPF 759.671.704-72), Denize Torres Candeia Guedes (CPF 009.928.734-01) e Marcone Macário Lopes (CPF 805.478.934-34).

4. Órgãos/Entidades: Município de Quixaba-PB e Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Carlos Augusto Pinheiro Cavalcante Júnior (OAB/PB 13.676) e Joanilson Guedes Barbosa (OAB/PB 13.295), representando Ana Gerlane da Silva Formiga, Denize Torres Candeia Guedes e Marcone Macário Lopes (procurações e substabelecimento às peças 53, 55, 105 e 113).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, ora em fase de Embargos de Declaração opostos por Ana Gerlane da Silva Formiga, Denize Torres Candeia Guedes e Marcone Macário Lopes em face do Acórdão 9.859/2019-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443, de 16/7/1992, em:

9.1. conhecer dos Embargos Declaratórios em exame, para, no mérito, rejeitá-los, haja vista a inexistência de qualquer vício no Acórdão 9.859/2019-TCU-2ª Câmara, cujo teor e fundamentação merecem ser mantidos em seus exatos termos;

9.2. dar ciência desta decisão aos embargantes, assim como ao Município de Quixaba-PB e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), fazendo remissão, no caso desses dois últimos destinatários, aos Ofícios 0676/2019 e 0677/2019, expedidos pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana em 10/10/2019 (peças 129 e 130).

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4009-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4010/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 025.115/2009-2.

1.1. Apenso: 008.819/2010-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Seng Engenharia Ltda. - ME (83.931.691/0001-74).

3.2. Responsáveis: Domingos Juvenil Nunes de Sousa (010.836.512-34); Multisul Engenharia S/S Ltda. (02.577.145/0001-85)

3.3. Recorrente: Multisul Engenharia S/S Ltda. (02.577.145/0001-85).

4. Órgão/Entidade: Município de Altamira - PA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal:

8.1. Douglas Wallison dos Santos (14.632/E/OAB-DF) e outros, representando Domingos Juvenil Nunes de Sousa.

8.2. Ivone Souza Lima (9524/OAB-PA), representando Multisul Engenharia S/S Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão 554/2018-TCU-2ª Câmara, que rejeitou Recurso de Reconsideração contra o Acórdão 4.312/2014-TCU-2ª Câmara, proferido no âmbito de Tomada de Contas Especial que examinou as irregularidades no Convênio 331/2002, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e o Município de Altamira/PA, com vistas à execução de melhorias sanitárias domiciliares nas aldeias Curuá, Tukumã, Ipixuna, Apterewa, Xingu, Iriri, Bakajá, Paquiçamba, Patkrô, Arara, Kararaô e Koatinemo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pela empresa Multisul Engenharia S/S Ltda. para, no mérito, rejeitá-los e manter inalterada a deliberação embargada;

9.2. dar ciência ao embargante;

9.3. autorizar o arquivamento dos presentes autos.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4010-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4011/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-025.250/2016-7.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Xinaik Silva de Medeiros (465.239.442-04), Maria Madalena de Jesus Souza (200.646.912-68) e Município de Iranduba/AM (04.628.533/0001-73).

4. Entidade: Município de Iranduba/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária contra o Sr. Xinaik Silva de Medeiros (gestão de 1º/1/2013 a 9/11/2015) e a Sra. Maria Madalena de Jesus Souza (gestão de 10/11/2015 a 2016), ex-prefeitos de Iranduba/AM, em face do não atingimento dos objetivos acordados no Termo de Cooperação Técnica 3.000/2013.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. excluir a Sra. Maria Madalena de Jesus Souza e o município de Iranduba/AM da relação jurídico-processual instaurada por esta Tomada de Contas Especial;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Xinaik Silva de Medeiros, condenando-o ao pagamento do débito abaixo especificado, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da correspondente data, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original	Data da ocorrência
R$ 2.046.799,98	12/9/2013

9.3. aplicar ao Sr. Xinaik Silva de Medeiros a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas a que se referem os subitem 9.2 e 9.3 acima em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, e ao Incra para ciência.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4011-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4012/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 027.267/2019-9.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Iracy de Freitas Nunes (279.689.872-53).

4. Órgão/Entidade: Município de Cametá/PA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em desfavor de Iracy de Freitas Nunes, prefeito do município de Cametá/PA no período de 1º/1/2013 a 31/12/2016, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, no exercício de 2015.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Iracy de Freitas Nunes (CPF 279.689.872-53), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Iracy de Freitas Nunes (CPF 279.689.872-53), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
19/1/2015	147.143,70
7/7/2015	48.450,00
4/8/2015	24.225,00

9.3. aplicar ao responsável Iracy de Freitas Nunes (CPF 279.689.872-53) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.6. enviar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis,

9.7. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao responsável.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4012-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4013/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 027.446/2019-0.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração em processo de Representação.

3. Responsáveis/Interessados/Recorrentes:

3.1. Representante: Representante: TDS Comércio Materiais de Construção em Geral - Eireli (CNPJ 29.603.519/0001-46).

3.2. Embargante: Banco do Brasil S/A (CNPJ 00.000.000/0001-91).

4. Órgãos/Entidades: Banco do Brasil S/A (CNPJ 00.000.000/0001-91).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. André Luiz Borges Gonçalves (OAB/PE 39.878), Lucas Gouvea Valença de Melo (OAB/PE 37.014), Maria Júlia Galvão Knopp (OAB/PE 48.196), Marino Sérgio Oliveira de Abreu (OAB/PE 35.401) e Rafael José Farias Souto (OAB/PE 37.334), representando a empresa TDS Comércio Materiais de Construção em Geral - Eireli (procuração à peça 3);

8.2. Edinei Silva Teixeira (OAB/SP 185.415), Mário Renato Balardim Borges (OAB/RS 50.627) e outros, representando o Banco do Brasil S/A (procuração e substabelecimento às peças 24 e 25).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, ora em fase de Embargos de Declaração opostos pelo Banco do Brasil S/A em face do Acórdão 12.517/2019-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443, de 16/7/1992, em:

9.1. conhecer dos Embargos Declaratórios em exame, para, no mérito, rejeitá-los, haja vista a inexistência de qualquer vício no Acórdão 12.517/2019-TCU-2ª Câmara, cujo teor e fundamentação merecem ser mantidos em seus exatos termos;

9.2. dar ciência desta decisão ao embargante.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4013-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4014/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.821/2019-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Gemilton Souza da Silva (805.670.884-72).

4. Unidade jurisdicionada: Município de São Bento/PB.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor de Gemilton Souza da Silva, ex-prefeito do município de São Bento/PB (gestão 2013 a 2016), em razão da omissão no dever de prestar contas e da não comprovação da regular aplicação dos recursos recebidos por força do Programa Brasil Alfabetizado,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Gemilton Souza da Silva (805.670.884-72), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento a este processo, nos termos dispostos no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, § 8º, do RI/TCU;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Gemilton Souza da Silva (805.670.884-72), condenando-o ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
3/7/2014	48.543,24
6/2/2015	8.545,97

9.3. aplicar ao Sr. Gemilton Souza da Silva (805.670.884-72) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, com fundamento no § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, destacando que o inteiro teor da deliberação, incluindo relatório e voto, pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.7. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4014-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4015/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.827/2019-4.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsável: Fernando Sales de Sousa Filho (CPF: 340.917.693-49).
4. Órgão/Entidade: Município de Cocal/PI.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da omissão da prestação de contas dos recursos repassados ao Município de Cocal/PI, no exercício de 2010, por força do Programa Brasil Alfabetizado,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Fernando Sales de Sousa Filho, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e nos arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, inciso I, e 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as presentes contas e condenar o Sr. Fernando Sales de Sousa Filho em débito, pelos valores originais abaixo discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora a partir das datas indicadas, nos termos da legislação vigente, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional;

Data	Valor (R$)
19/7/2010	93.380,00
26/8/2011	14.570,00

9.3. aplicar ao Sr. Fernando Sales de Sousa Filho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde já, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis;

9.6. dar ciência desta decisão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Procuradoria da República no Estado do Piauí, para adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4015-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4016/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 027.873/2019-6.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Reforma.
3. Interessados: Antônio Vieira Pinto (083.888.498-91); Ciro Oswaldo Pereira (674.069.718-34); Luiz José de Sales (011.465.484-00); Manoel de Sousa Neto (886.290.668-49); Nadimor Blanch Laudeauser (151.795.408-87); Nilo Sérgio de Almeida Meireles (059.558.589-20); Noberto Souto Braga (026.194.317-00); e Wellington Souza Dias de Oliveira (335.250.668-05).
4. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Defesa/ Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de reforma a ex-servidores militares vinculados ao Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legais as reformas concedidas aos Srs. Antônio Vieira Pinto (peça 10); Ciro Oswaldo Pereira (peça 5), Luiz José de Sales (peça 2), Manoel de Sousa Neto (peça 3), Nadimor Blanch Laudeauser (peça 4), Nilo Sérgio de Almeida Meireles (peça 8), e Wellington Souza Dias de Oliveira (peça 9), determinando o registro dos atos correspondentes;

9.2. considerar ilegais os atos de alteração de reforma dos Srs. Ciro Oswaldo Pereira (peça 6), Noberto Souto Braga (peça 7) e Antônio Vieira Pinto (peça 11), recusando registro aos correspondentes atos;

9.3. aplicar a orientação fixada no verbete da Súmula/TCU 106 acerca das parcelas indevidamente percebidas de boa-fé pelos interessados mencionados no subitem 9.2;

9.4. determinar ao Comando da Aeronáutica, em relação aos atos indicados no subitem 9.2 acima, que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.4.2. comunique os interessados a respeito deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida indicada no subitem 9.4.1 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4016-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4017/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-028.361/2019-9.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Giselia Lucia Gonçalves Pires (223.458.761-15).
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferido pelo Tribunal de Contas da União em benefício da Sra. Giselia Lucia Gonçalves Pires, que ocupou o cargo de Técnico Federal de Controle Externo nesta Corte de Contas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Giselia Lucia Gonçalves Pires, negando registro ao correspondente ato;

9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada indicada no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3 determinar ao Tribunal de Contas da União que:

9.3.1 no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado (subitem 9.1 acima), sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2 dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Giselia Lucia Gonçalves Pires, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.3.3. alerte a interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4. esclarecer ao órgão de origem que poderá emitir novo ato de concessão, livre da irregularidade indicada neste processo, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida indicada no subitem 9.3.1 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4017-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4018/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.423/2019-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Vaneska Ribeiro Perfeito Santos (720.348.586-20).
4. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do ato de admissão de Vaneska Ribeiro Perfeito Santos no cargo de professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, art. 260, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legal o ato de admissão de Vaneska Ribeiro Perfeito Santos, procedendo ao respectivo registro;

9.2. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4018-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4019/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.559/2017-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto (V): Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Aguinaldo Torres Lúcio (CPF: 328.237.706-15); Alessandra Gontijo de Alvarenga Losso (CPF: 461.733.316-91); Alvano Carvalho Lemos (CPF: 514.498.387-15); Ana Maria Martins Mendonça (CPF: 219.584.836-72); Angela de Oliveira Correa (CPF: 195.748.786-00).

4. Entidade: Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de aposentadoria do Sr. Aguinaldo Torres Lúcio, da Sra. Alessandra Gontijo de Alvarenga Losso, do Sr. Alvano Carvalho Lemos, da Sra. Ana Maria Martins Mendonça e da Sra. Angela de Oliveira Correa, ex-servidores da Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro no inciso III do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU em:

9.1. considerar legais as aposentadorias concedidas aos Senhores Aguinaldo Torres Lúcio (CPF: 328.237.706-15); Alvano Carvalho Lemos (CPF: 514.498.387-15); e às Senhoras Alessandra Gontijo de Alvarenga Losso (CPF: 461.733.316-91); Ana Maria Martins Mendonça (CPF: 219.584.836-72); Angela de Oliveira Correa (CPF: 195.748.786-00), concedendo os respectivos registros;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, §2º, da Resolução TCU 206/2007, que, na hipótese de desconstituição das decisões judiciais obtidas pelas entidades representativas em mandados de segurança que tramitam perante o Supremo Tribunal Federal/STF (MS 35.500/DF e MS 35.410/DF, ambos de Relatoria do Ministro Alexandre de Moraes), faça cessar, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos servidores inativos Aguinaldo Torres Lúcio (CPF: 328.237.706-15); Alessandra Gontijo de Alvarenga Losso (CPF: 461.733.316-91); Alvano Carvalho Lemos (CPF: 514.498.387-15); Ana Maria Martins Mendonça (CPF: 219.584.836-72); Angela de Oliveira Correa (CPF: 195.748.786-00), do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por ser incompatível com o art. 40, caput e §§1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter remuneratório e pro labore faciendo, da base de cálculo da contribuição previdenciária;

9.3. determinar que a Sefip promova o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de, em conjunto com a Consultoria-Jurídica do TCU, promover o acompanhamento sobre o deslinde das decisões proferidas pelo Ministro do STF Alexandre de Moraes no âmbito dos MS 35.500 e 35.410/DF, entre outros processos correlatos;

9.4. encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, nos termos da questão de ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, as informações necessárias ao acompanhamento do Mandados de Segurança dos MS 35.500 e 35.410/DF no Supremo Tribunal Federal, para adoção das providências cabíveis.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4019-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4020/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.560/2017-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto (V): Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Angela Maria de Faria Freitas (CPF: 455.123.296-34); Angela Maria de Oliveira Furtado (CPF: 232.335.676-34); Angela Rosa Faustino Tostes (CPF: 267.587.927-49); Antônio Geraldo Teixeira (CPF: 268.258.136-68).

4. Entidade: Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de aposentadoria da Sra. Angela Maria de Faria Freitas, da Sra. Angela Maria de Oliveira Furtado, da Sra. Angela Roza Faustino Tostes e do Sr. Antônio Geraldo Teixeira, ex-servidores da Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro no inciso III do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU em:

9.1. considerar legais as aposentadorias concedidas às Senhoras Angela Maria de Faria Freitas (CPF: 455.123.296-34); Angela Maria de Oliveira Furtado (CPF: 232.335.676-34); Angela Rosa Faustino Tostes (CPF: 267.587.927-49) e ao Senhor Antônio Geraldo Teixeira (CPF: 268.258.136-68), concedendo os respectivos registros;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, §2º, da Resolução TCU 206/2007, que, na hipótese de desconstituição das decisões judiciais obtidas pelas entidades representativas em mandados de segurança que tramitam perante o Supremo Tribunal Federal/STF (MS 35.500/DF e MS 35.410/DF, ambos de Relatoria do Ministro Alexandre de Moraes), faça cessar, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos servidores inativos Angela Maria de Faria Freitas (CPF: 455.123.296-34); Angela Maria de Oliveira Furtado (CPF: 232.335.676-34); Angela Rosa Faustino Tostes (CPF: 267.587.927-49); Antônio Geraldo Teixeira (CPF: 268.258.136-68), do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por ser incompatível com o art. 40, caput e §§1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter remuneratório e pro labore faciendo, da base de cálculo da contribuição previdenciária;

9.3. determinar que a Sefip promova o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de, em conjunto com a Consultoria-Jurídica do TCU, promover o acompanhamento sobre o deslinde das decisões proferidas pelo Ministro do STF Alexandre de Moraes no âmbito dos MS 35.500 e 35.410/DF, entre outros processos correlatos;

9.4. encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, nos termos da questão de ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, as informações necessárias ao acompanhamento do Mandados de Segurança dos MS 35.500 e 35.410/DF no Supremo Tribunal Federal, para adoção das providências cabíveis.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4020-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4021/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.584/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto (V): Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Amelia Dantas Wanderley (CPF: 238.150.784-15); Enezilta Maria Costa (CPF: 179.756.031-04); Iris do Ceu de Carvalho Coelho (CPF: 250.986.084-49); Joyce Machado (CPF: 242.356.362-00); Maria Aparecida dos Santos Rocha (CPF: 207.480.004-53); Rômulo da Cunha Lucena (CPF: 101.946.061-04); Silvania Motta Braga (CPF: 184.987.364-04).

4. Entidade: Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de aposentadoria da Sra. Amelia Dantas Wanderley, da Sra. Enezilta Maria Costa, da Sra. Iris do Ceu de Carvalho Coelho, da Sra. Joyce Machado, da Sra. Maria Aparecida dos Santos Rocha, do Sr. Rômulo da Cunha Lucena e da Sra. Silvania Motta Braga, ex-servidores da Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro no inciso III do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU em:

9.1. considerar legais as aposentadorias concedidas ao Senhor Rômulo da Cunha Lucena (CPF: 101.946.061-04) e às Senhoras Amelia Dantas Wanderley (CPF: 238.150.784-15); Enezilta Maria Costa (CPF: 179.756.031-04); Iris do Ceu de Carvalho Coelho (CPF: 250.986.084-49); Joyce Machado (CPF: 242.356.362-00); Maria Aparecida dos Santos Rocha (CPF: 207.480.004-53); Silvania Motta Braga (CPF: 184.987.364- 04), concedendo os respectivos registros;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, §2º, da Resolução TCU 206/2007, que, na hipótese de desconstituição das decisões judiciais obtidas pelas entidades representativas em mandados de segurança que tramitam perante o Supremo Tribunal Federal/STF (MS 35.500/DF e MS 35.410/DF, ambos de Relatoria do Ministro Alexandre de Moraes), faça cessar, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos servidores inativos Amelia Dantas Wanderley (CPF: 238.150.784-15); Enezilta Maria Costa (CPF: 179.756.031-04); Iris do Ceu de Carvalho Coelho (CPF: 250.986.084-49); Joyce Machado (CPF: 242.356.362-00); Maria Aparecida dos Santos Rocha (CPF: 207.480.004-53); Rômulo da Cunha Lucena (CPF: 101.946.061-04); Silvania Motta Braga (CPF: 184.987.364- 04), do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por ser incompatível com o art. 40, caput e §§1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter remuneratório e pro labore faciendo, da base de cálculo da contribuição previdenciária;

9.3. determinar que a Sefip promova o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de, em conjunto com a Consultoria-Jurídica do TCU, promover o acompanhamento sobre o deslinde das decisões proferidas pelo Ministro do STF Alexandre de Moraes no âmbito dos MS 35.500 e 35.410/DF, entre outros processos correlatos;

9.4. encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, nos termos da questão de ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, as informações necessárias ao acompanhamento do Mandados de Segurança dos MS 35.500 e 35.410/DF no Supremo Tribunal Federal, para adoção das providências cabíveis.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4021-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4022/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.612/2017-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto (V): Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: José Adão Pereira Fonseca (CPF: 119.313.961-91); José Agnaldo Alves de Almeida (CPF: 218.251.146-68); José de Carvalho Filho (CPF: 166.142.326-49); José Jarbas Pimenta (CPF: 165.152.186-72); José Renato Lins (CPF: 162.417.626-72).

4. Entidade: Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisam atos de concessão de aposentadoria do Sr. José Adão Pereira Fonseca, do Sr. José Agnaldo Alves de Almeida, do Sr. José de Carvalho Filho, do Sr. José Jarbas Pimenta e do Sr. José Renato Lins, ex-servidores da Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro no inciso III do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU em:

9.1. considerar legais as aposentadorias concedidas aos Senhores José Adão Pereira Fonseca (CPF: 119.313.961-91); José Agnaldo Alves de Almeida (CPF: 218.251.146-68); José de Carvalho Filho (CPF: 166.142.326-49); José Jarbas Pimenta (CPF: 165.152.186-72); José Renato Lins (CPF: 162.417.626-72), concedendo os respectivos registros;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do então Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais, com fulcro nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 6º, §2º, da Resolução TCU 206/2007, que, na hipótese de desconstituição das decisões judiciais obtidas pelas entidades representativas em mandados de segurança que tramitam perante o Supremo Tribunal Federal/STF (MS 35.500/DF e MS 35.410/DF, ambos de Relatoria do Ministro Alexandre de Moraes), faça cessar, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o pagamento aos servidores inativos José Adão Pereira Fonseca (CPF: 119.313.961-91); José Agnaldo Alves de Almeida (CPF: 218.251.146-68); José de Carvalho Filho (CPF: 166.142.326-49); José Jarbas Pimenta (CPF: 165.152.186-72); José Renato Lins (CPF: 162.417.626-72), do Bônus de Eficiência e Produtividade, previsto na Lei 13.464/2017, por ser incompatível com o art. 40, caput e §§1º, 3º, 4º e 18, da Constituição Federal, dada a expressa exclusão da vantagem, de caráter remuneratório e pro labore faciendo, da base de cálculo da contribuição previdenciária;

9.3. determinar que a Sefip promova o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de, em conjunto com a Consultoria-Jurídica do TCU, promover o acompanhamento sobre o deslinde das decisões proferidas pelo Ministro do STF Alexandre de Moraes no âmbito dos MS 35.500 e 35.410/DF, entre outros processos correlatos;

9.4. encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, nos termos da questão de ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, as informações necessárias ao acompanhamento do Mandados de Segurança dos MS 35.500 e 35.410/DF no Supremo Tribunal Federal, para adoção das providências cabíveis.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4022-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4023/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.800/2019-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação.
3. Representante: Capim Dourado Rent a Car Ltda. (CNPJ 14.487.384/0001-23).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Cleiton Leite de Loiola (2736/96/OAB-PI), entre outros, representando a Capim Dourado Rent a Car Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Capim Dourado Rent a Car Ltda., nos termos do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, e dos arts. 235 e 237, VII, do RITCU, sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico nº 15/7070, de 2019, promovido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) com vistas à contratação dos serviços de transporte de pessoas e de pequenos volumes ou documentos sob o valor estimado de R$ 2.206.991,19, para o período de 12 (doze) meses, no âmbito das respectivas unidades localizadas no Ceará e no Rio Grande do Norte;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, VII, do RITCU e no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;
9.2. indeferir o requerimento de cautelar suspensiva formulado pela ora representante;
9.3. determinar, nos termos do art. 250, II, do RITCU, que a Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:
9.3.1. abstenha-se de promover a discricionária prorrogação do subsequente contrato público derivado do Pregão Eletrônico n.º 15/7070, de 2019, e firmado com a Exclusiva Aluguel de Veículos Ltda., diante das irregularidades detectadas no presente feito, devendo apresentar ao TCU, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da ciência desta deliberação, o devido plano de ação para a efetiva conclusão superveniente do novo certame em substituição ao indigitado PE n.º 15/7070, de 2019, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias para o encerramento do aludido contrato público, em face da presente ofensa à vedação fixada pelo art. 17, XII, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e aos princípios da isonomia e da máxima competitividade no certame;
9.3.2. determinar que a Selog que adote as seguintes medidas:
9.3.2.1. envie a cópia do presente Acórdão, com a cópia do Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:
9.3.2.1.1. à representante, para ciência;
9.3.2.1.2. à Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento à determinação prolatada pelo item 9.3.1 deste Acórdão; devendo a Caixa promover, ainda, a eventual abertura do devido processo administrativo para a aplicação da correspondente penalidade em face da infração cometida pela Exclusiva Aluguel de Veículos Ltda. em ofensa à vedação fixada pelo art. 17, XII, da Lei Complementar nº 123, de 2006, no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 15/7070, de 2019; e
9.3.2.2. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3.1 deste Acórdão.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4023-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4024/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.987/2019-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria de Fatima Alves Saegussa (320.923.346-20).
4. Órgão/Entidade: Conselho da Justiça Federal (CJF).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidora do Conselho da Justiça Federal.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Conselho da Justiça Federal que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;
9.3.2. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, pelo sistema e-Pessoal;
9.3.3. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.114, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;
9.3.4. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;
9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Conselho da Justiça Federal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4024-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4025/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.903/2015-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Meio Ambiente (vinculador).
3.2. Responsáveis: Agrosig Engenharia e Meio Ambiente Eireli - Epp (05.848.147/0001-50); Luis Eduardo Dudu Colombo dos Santos (507.348.490-87).
3.3. Recorrente: Luís Eduardo Dudu Colombo dos Santos (507.348.490-87).
4. Órgãos/Entidades: Ministério do Meio Ambiente (vinculador); Prefeitura Municipal de Bagé - RS.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Evandro Gottardo, representando Agrosig Engenharia e Meio Ambiente Eireli - Epp.
8.2. Alexandre Melo Soares (24518/OAB-DF) e outros, representando Luis Eduardo Dudu Colombo dos Santos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Luís Eduardo Dudu Colombo dos Santos, ex-Prefeito Municipal de Bagé-RS (gestões 2009-2012 e 2013-2016), contra o Acórdão 10584/2019 - TCU - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento de débito apurado nos autos e ao pagamento da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Luís Eduardo Dudu Colombo dos Santos para, no mérito, rejeitá-los e manter inalterada a deliberação recorrida;
9.2. dar ciência da presente deliberação ao embargante;
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4025-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4026/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.096/2019-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria de Fátima de Oliveira Braz (268.031.001-20).
4. Órgão: Superior Tribunal de Justiça (STJ).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Superior Tribunal de Justiça.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:
9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;
9.3.2. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, pelo sistema e-Pessoal;
9.3.3. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.114, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;
9.3.4. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;
9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Superior Tribunal de Justiça.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4026-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4027/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.263/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Vânia Gomes dos Santos Moreira (296.578.901-44).
4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria a Vânia Gomes dos Santos Moreira no cargo de Técnico Judiciário do Superior Tribunal de Justiça;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Vânia Gomes dos Santos Moreira, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a esta Corte de Contas documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4027-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4028/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.434/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ana Paula Farah Nader Canha (711.159.867-91).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho (TST).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Tribunal Superior do Trabalho,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. faça cessar, com base no art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, o pagamento da vantagem de opção que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;

9.3.2. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.114, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;

9.3.3. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Superior do Trabalho e, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4028-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4029/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.471/2019-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Edith Lopes de Alencar (337.692.731-68).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria referente a ex-servidora vinculada ao Tribunal Superior do Trabalho;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Edith Lopes de Alencar, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a esta Corte de Contas documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4029-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4030/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.527/2019-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Jurandir Rodrigues de Sousa (154.327.931-72).
4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidor do Tribunal Superior do Trabalho,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, pelo sistema e-Pessoal;

9.3.3. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Tribunal Superior do Trabalho.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4030-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4031/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.549/2019-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Alvanir Almeida de Carvalho (258.321.581-72).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho (TST).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidora do Tribunal Superior do Trabalho.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, pelo sistema e-Pessoal;

9.3.3. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.114, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;

9.3.4. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Superior do Trabalho.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4031-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4032/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.555/2019-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Cleusa Francisco dos Reis (150.886.851-49).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho (TST).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidora do Tribunal Superior do Trabalho,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. faça cessar, com base no art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, o pagamento da vantagem de opção que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;

9.3.2. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.114, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;

9.3.3. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Superior do Trabalho e, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4032-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4033/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.578/2019-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Mônica Mara Raposo Jaguaribe (339.476.431-87).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho (TST).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Tribunal Superior do Trabalho,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, pelo sistema e-Pessoal;

9.3.3. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Superior do Trabalho.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4033-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4034/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.587/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Paulo de Tarso Giglio Vellozo (143.907.361-91).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidor do Tribunal Superior do Trabalho,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, pelo sistema e-Pessoal;

9.3.3. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Tribunal Superior do Trabalho.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4034-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4035/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-030.622/2019-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Soraya Christina Tostes Ribeiro Vivacqua (279.600.301-97).
4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão inicial de aposentadoria deferida pelo Tribunal Superior do Trabalho em benefício da Sra. Soraya Christina Tostes Ribeiro Vivacqua, que ocupou cargo de Analista Judiciário daquele Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU em:

9.1 considerar ilegal a concessão inicial (NC 20788401-04-2017-000122-0) em benefício da Sra. Soraya Christina Tostes Ribeiro Vivacqua, negando registro ao respectivo ato;

9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada indicada no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado (subitem 9.1 acima), sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. emita novo ato de concessão, livre da irregularidade indicada neste processo, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018;

9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Soraya Christina Tostes Ribeiro Vivacqua, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.3.4. alerte a interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida indicada no subitem 9.3.1 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4035-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4036/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.809/2019-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Noriko Massuyama (072.626.848-84).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria referente a ex-servidora vinculada ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente à Maria Noriko Massuyama, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a esta Corte de Contas documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4036-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4037/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.816/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Wagner Moacir Borragine (012.245.918-01).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidor do Tribunal Regional Federal da 3ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.1. faça cessar, com base no art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, o pagamento da vantagem de opção que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;

9.3.2. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.114, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;

9.3.3. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.4. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4037-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4038/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.839/2019-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Ana Cristina Machado Rosa (CPF 416.774.470-87).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida em favor de Ana Cristina Machado Rosa pela administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Ana Cristina Machado Rosa (à Peça 2 sob o nº 20782705-04-2016-000004-1), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. adote as medidas cabíveis para a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.3 e 9.3.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.5.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Tribunal Regional do Federal da 4ª Região, para ciência e efetivo cumprimento aos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.5.2. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4038-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4039/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.843/2019-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Cláudia Maria de Almeida (477.000.090-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria referente a Cláudia Maria de Almeida, no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU; c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Cláudia Maria de Almeida, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, o pagamento decorrente da vantagem "opção" de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência deste acórdão, do inteiro teor da deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4039-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4040/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-030.844/2019-3.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Claudia Junqueira (449.182.590-49).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região em benefício da Sra. Claudia Junqueira, que ocupou cargo de analista judiciário naquele órgão.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Claudia Junqueira, negando registro ao correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada indicada no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos referentes à parcela indevida da rubrica "opção", sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. em novo ato a ser emitido, indique a procedência do pagamento de "quintos", se decorrente de decisão judicial transitada em julgado ou não ou ainda de decisão administrativa, mencionando expressamente a decisão administrativa ou judicial que autorizou a aludida vantagem, devendo destacar as parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/4/1998 a 4/9/2001 e transformá-las em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos nos proventos, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.3.3 dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Claudia Junqueira, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.3.4. alerte a interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4. esclarecer ao órgão de origem que o novo ato de concessão a ser emitido deve:

9.4.1. estar livre da irregularidade indicada neste processo (pagamento da vantagem "opção");

9.4.2. observar a providência fixada no subitem 9.3.2; e

9.4.3. ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida indicada no subitem 9.3.1 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4040-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4041/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 030.850/2019-3.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Jorge Ladislau Gomes Pimentel (263.969.390-53).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região em benefício do Sr. Jorge Ladislau Gomes Pimentel, que ocupou cargo de Técnico Judiciário naquela Corte.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor do Sr. Jorge Ladislau Gomes Pimentel, negando registro ao correspondente ato;

9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado indicado no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3 determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:

9.3.1 no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado (subitem 9.1 acima), sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2 dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação ao Sr. Jorge Ladislau Gomes Pimentel, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.3.3. alerte o interessado de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4. esclarecer ao órgão de origem que poderá emitir novo ato de concessão, livre da irregularidade indicada neste processo, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida indicada no subitem 9.3.1 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4041-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4042/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.855/2019-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Rodrigo Tiaraju Machado dos Santos (442.957.740-49).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.1. faça cessar, com base no art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, o pagamento da vantagem de opção que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;

9.3.2. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.114, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;

9.3.3. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4042-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4043/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.875/2019-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Elaine Aparecida da Silva Rossi (CPF 480.460.009-49).
4. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida em favor de Elaine Aparecida da Silva Rossi pela administração da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Elaine Aparecida da Silva Rossi pela administração da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região (à Peça 2 sob o nº 20782713-04-2016-000034-5), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, e da indevida incorporação da vantagem como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em face da indevida percepção da vantagem como "opção" prevista no art. 2º da Lei nº 8.911, de 1994, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.3.4. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.5. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto à Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.4 e 9.3.5 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.5.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região, para ciência e efetivo cumprimento aos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.5.2. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4043-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4044/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.885/2019-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: José Campos de Avellar (106.779.840-49).
4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria vinculado à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a José Campos de Avellar, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a esta Corte de Contas documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4044-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4045/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.935/2019-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Hélio Lins de Medeiros Silva (150.723.391-49).
4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia o ato de concessão de aposentadoria de Hélio Lins de Medeiros Silva no cargo de Analista Judiciário da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 considerar ilegal e negar o registro do ato constante do presente processo;

9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3 determinar à Unidade Jurisdicionada que:

9.3.1 se abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2 emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, após corrigida a falha que ensejou na ilegalidade do ato;

9.3.3 comunique o interessado do teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4045-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4046/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.945/2019-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Manoel César Alves (140.681.504-78).
4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria referente a interessado vinculado à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Manoel César Alves, negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a esta Corte de Contas documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4046-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4047/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.949/2019-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Romero Paulo da Silva (CPF 424.913.397-49).
4. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º graus da 5ª Região - PE.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida em favor de Romero Paulo da Silva pela administração da Justiça Federal de 1º e 2º graus de 5ª Região - PE;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Romero Paulo da Silva (à Peça 2 sob o nº 20783019-04-2017-000026-7), negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Justiça Federal de 1º e 2º graus de 5ª Região - PE adote as seguintes medidas:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;
9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.4. adote as medidas cabíveis para a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;
9.4. determinar que o órgão de controle interno junto à Justiça Federal de 1º e 2º graus de 5ª Região - PE verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.3 e 9.3.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.5. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:
9.5.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno da Justiça Federal de 1º e 2º graus de 5ª Região - PE, para ciência e efetivo cumprimento aos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e
9.5.2. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4047-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4048/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.079/2015-6.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessado/Recorrente:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
3.2. Recorrente: Saul Nunes Bemerguy (053.110.802-30).
4. Entidade: Município de Tabatinga/AM.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação Legal:
8.1. Elizabeth Cristina Vasconcelos de Menezes (13.962/OAB-AM) e outros, representando Saul Nunes Bemerguy (peça 43).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Saul Nunes Bemerguy, ex-prefeito de Tabatinga/AM, gestão 2009/2012, contra o Acórdão 12.152/2018-TCU-2ª Câmara, mantido pelo Acórdão 1.308/2019-TCU-2ª Câmara, mediante o qual esta Corte julgou irregulares suas contas e condenou-o ao pagamento do débito apurado e imputou-lhe multa proporcional ao dano,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao interessado e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4048-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4049/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.216/2019-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Elba Maria Souza de Brito (207.964.802-06).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal : não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de concessão de aposentadoria a Elba Maria Souza de Brito (CPF: 207.964.802-06) no cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Elba Maria Souza de Brito (CPF: 207.964.802-06), negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;
9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;
9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a esta Corte de Contas documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4049-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4050/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.227/2019-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Adelia Tavares de Almeida (101.841.631-53).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria referente a ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU; c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Adelia Tavares de Almeida, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO que:

9.3.1. promova o destaque da parcela de quintos incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, mantendo-se o pagamento da vantagem até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE e adotando as medidas necessárias à regularização dos pagamentos indevidos de acordo com a modulação dos efeitos realizada pelo STF em seu supracitado decisum;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4050-10/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4051/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.234/2019-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Nilza Mendes Campos (CPF 266.362.201-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do ato de concessão de aposentadoria da Sra. Maria Nilza Mendes Campos, no cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Sra. Maria Nilza Mendes Campos, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, o pagamento decorrente da vantagem "opção" de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. promova o destaque da parcela de quintos incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, mantendo-se o pagamento da vantagem até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4051-10/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4052/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.554/2019-9.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Reforma.
3. Interessado: Genário Teixeira Neto (394.276.097-53).
4. Órgão: Diretoria de Administração de Pessoal do Comando do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de reforma deferida pela Diretoria de Administração de Pessoal do Comando do Exército em favor de Genário Teixeira Neto;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, além dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de reforma em favor de Genário Teixeira Neto (à Peça 2 sob o nº 98387/2019), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria de Administração de Pessoal do Comando do Exército adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado indicado no item 9.1 deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento ao referido recurso, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação ao TCU no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, o novo ato da aludida reforma apontada no item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade suscitada nesta deliberação, para ser submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.4.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Diretoria de Administração de Pessoal do Comando do Exército, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4052-10/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4053/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.513/2016-3.
1.1. Apenso: 011.161/2015-9
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Almir Liberato da Silva (034.255.092-68); Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões (02.806.229/0001-43); José de Castro Correia (052.444.712-87); Luiz Irapuan Pinheiro (000.896.722-91); Miguel Angelo da Silva (024.687.002-87); Márcia Perales Mendes Silva (214.861.902-00).
3.2. Recorrentes: Luiz Irapuan Pinheiro (000.896.722-91); José de Castro Correia (052.444.712-87); Almir Liberato da Silva (034.255.092-68).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal:
8.1. Ana Luiza Moraes Rebouças (5891/OAB-AM) e outros, representando José de Castro Correia e Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões;
8.2. Dinair Faria Albernaz (5.077/OAB-AM) e outros, representando Miguel Angelo da Silva; e
8.3. Fábio Nunes Bandeira de Melo (4331/OAB-AM) e outros, representando Almir Liberato da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos por Luiz Irapuan Pinheiro, José de Castro Correia e Almir Liberato da Silva, diretores executivos da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões (Unisol), contra o Acórdão 7.182/2018, mantido pelo Acórdão 9.543/2018, ambos da 2º Câmara do TCU, que, dentre outras medidas, julgou suas contas irregulares, condenou-os a pagamento de débito solidário e aplicou-lhes multas individuais;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nas razões expostas pelo relator e nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Almir Liberato da Silva (CPF 034.255.092-68), José de Castro Correia (CPF 052.444.712-87) e Luiz Irapuan Pinheiro (CPF 000.896.722-91) para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta decisão às entidades/órgãos interessados, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas e aos recorrentes, e comunicar-lhes que o Relatório e o Voto que a fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov/acordaos.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4053-10/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4054/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.684/2015-4.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Leandro Rodrigues Duarte (CPF 418.627.164-04).
4. Entidade: Município de Santa Maria da Boa Vista - PE.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) em desfavor de Leandro Rodrigues Duarte, como então prefeito de Santa Maria da Boa Vista - PE (gestões: 2005-2008 e 2009-2011), diante da parcial impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio n.º 5.0035/00 destinado à execução das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário a partir do aporte de recursos federais sob o valor de R$ 5.251.499,58, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 20/12/2005 a 31/12/2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa oferecidas por Leandro Rodrigues Duarte;

9.2. julgar irregulares as contas de Leandro Rodrigues Duarte, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", e 19, caput, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida dívida em favor da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, abatendo o valor já restituído, sob as seguintes condições:

Valor Original (R$)	Observação	Data da Ocorrência
1.312.874,89	-	17/4/2008
1.312.874,89	-	7/8/2008
4.975,74	-	17/4/2008

506.404,53	já restituído	6/4/2011

9.3. aplicar em desfavor de Leandro Rodrigues Duarte a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação; e

9.6. determinar que a unidade técnica envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4054-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4055/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 036.177/2019-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Reforma.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: João da Mata Pinto de Araújo (045.411.700-00).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa - Comando do Exército (Vinculador).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de reforma de militar do Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de reforma de João da Mata Pinto de Araújo, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos interessados, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4055-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4056/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.404/2019-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Roberto Botelho Carvalho (CPF 098.237.431-34).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-DF e TO).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida em favor de Roberto Botelho Carvalho pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-DF e TO);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Roberto Botelho Carvalho (à Peça 3 sob o nº 20784805-04-2016-000022-4), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-DF e TO) adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. adote as medidas cabíveis para a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.3 e 9.3.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.5.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-DF e TO), para ciência e efetivo cumprimento aos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.5.2. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4056-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4057/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.414/2019-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria de Lourde Pereira da Silva Lago (225.423.452-87).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia o ato de concessão de aposentadoria de Maria de Lourde Pereira da Silva Lago, no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 considerar ilegal e negar o registro do ato constante do presente processo;

9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3 determinar à Unidade Jurisdicionada que:

9.3.1 abstenha de realizar pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2 emita novo ato de aposentadoria e submeta-o a registro deste Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, após corrigidas as falhas que ensejaram a ilegalidade do ato;

9.3.3 comunique a interessada do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4 no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4057-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4058/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-039.508/2019-6.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Marcos Figueira de Almeida (214.162.571-87).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa a concessão de aposentadoria deferida pela Câmara dos Deputados em benefício do Sr. Marcos Figueira de Almeida, que ocupou cargo de analista legislativo naquele órgão.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor do Sr. Marcos Figueira de Almeida, negando registro ao correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado indicado no subitem precedente, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta Deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos referentes à parcela indevida da rubrica "opção", sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. em novo ato a ser emitido, registre a procedência do pagamento de "quintos", se decorrente de decisão judicial transitada em julgado ou não ou ainda de decisão administrativa, indicando expressamente a decisão administrativa ou judicial que autorizou a aludida vantagem, devendo destacar as parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/4/1998 a 4/9/2001 e transformá-las em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos nos proventos, desde que a hipótese não seja decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.3.3 dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, do inteiro teor desta Deliberação ao Sr. Marcos Figueira de Almeida, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

9.3.4. alerte o interessado de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.4. esclarecer ao órgão de origem que o novo ato de concessão a ser emitido deve:

9.4.1. estar livre da irregularidade indicada neste processo (pagamento da vantagem "opção");

9.4.2. observar a providência fixada no subitem 9.3.2; e

9.4.3. ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da medida indicada no subitem 9.3.1 supra, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4058-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4059/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.638/2019-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: June Del Frari Coutinho (250.044.335-34).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Senado Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, pelo sistema e-Pessoal;

9.3.3. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Senado Federal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4059-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4060/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 039.647/2019-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Matias Barboza Batista (152.491.741-91).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Matias Barboza Batista, no cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU; c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente a Matias Barboza Batista, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Senado Federal que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, o pagamento decorrente da vantagem "opção" de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. promova o destaque da parcela de quintos incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, mantendo-se o pagamento da vantagem até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste acórdão, do inteiro teor da deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4060-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4061/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.689/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Rosa de Fátima Oliveira (775.233.007-82).
4. Órgão: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Ministério Público Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Ministério Público Federal que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.1. faça cessar, com base no art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, o pagamento da vantagem de opção que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;

9.3.2. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.114, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;

9.3.3. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4061-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4062/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.698/2019-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Tônia Daysi Mückenberger (CPF 544.650.959-53).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida em favor de Tônia Daysi Mückenberger pela administração do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Tônia Daysi Mückenberger (à Peça 2 sob o nº 20778805-04-2016-000005-9), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.3 e 9.3.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.5.1. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), para ciência e efetivo cumprimento aos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.5.2. arquive o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4062-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4063/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.703/2019-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Bernadete Maria Lins de Albuquerque (134.644.774-87).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de ex-servidora do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:

9.1. considerar ilegal a presente concessão e negar registro ao respectivo ato;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada, nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.1. faça cessar, com base no art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, o pagamento da vantagem de opção que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;

9.3.2. reavalie e altere, se for o caso, a parcela de quintos inicialmente concedida, à luz da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 638.114, na Sessão Ordinária de 18/12/2019;

9.3.3. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos, junto ao TCU, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.3.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal.

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4063-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4064/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.938/2020-7
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Wilson Satoru Kurosaka (CPF 056.797.958-09).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Wilson Satoru Kurosaka no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse o pagamento, nos proventos do interessado, da parcela relativa à "opção", sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. ao emitir novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades, siga o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115/CE, quanto à cessação, ou não, do pagamento dos "quintos/décimos" incorporados após o advento da Lei 9.624/1998, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4064-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4065/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.940/2020-1
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessada: Águida Aparecida de Andrade (CPF 428.760.106-82).
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Águida Aparecida de Andrade no cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4065-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4066/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.568/2014-4
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Agil Motores e Bombas Ltda. (CNPJ 07.362.452/0001-62) e Emivaldo Vasconcelos Macedo (CPF 329.791.001-10).

3.1. Interessada: Fundação Nacional de Saúde (CNPJ 26.989.350/0001-16).

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Campestre do Maranhão/MA.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em desfavor de Emivaldo Vasconcelos Macedo, ex-prefeito do Município de Campestre do Maranhão/MA, em razão de impugnação parcial de despesas realizadas com recursos repassados à Prefeitura Municipal daquele município, para construção de sistema de abastecimento de água.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 58, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e ainda nos arts. 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar regulares as contas da empresa Agil Motores e Bombas Ltda., dando-lhe quitação plena;

9.2. julgar irregulares as contas de Emivaldo Vasconcelos Macedo;

9.3. aplicar multa no valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) a Emivaldo Vasconcelos Macedo, a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da multa aplicada;

9.5. autorizar a cobrança judicial do valor da multa, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar o responsável de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor.

9.9. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4066-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4067/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.290/2013-3
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Recorrente: Pedro Lopes Aragão (CPF 074.524.623-00).

3.1. Responsável: Pedro Lopes Aragão (CPF 074.524.623-00).

4. Unidade: Município de Anajatuba/MA.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641) e outro representando Pedro Lopes Aragão.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por Pedro Lopes Aragão ao Acórdão 453/2020-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4067-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4068/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.172/2018-9

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Cidinei Luiz do Carmo (CPF 813.665.311-91) e M E C Produtos Farmaceuticos Ltda. - ME (CNPJ 09.637.459/0001-75).

4. Unidade: Fundo Nacional de Saúde.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor da empresa M E C Produtos Farmacêuticos Ltda., solidariamente com Cidinei Luiz do Carmo.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c" e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de M E C Produtos Farmacêuticos Ltda. e de Cidinei Luiz do Carmo;

9.2. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Saúde dos débitos indicados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora das datas indicadas até o pagamento:

Data	Valor histórico (R$)	Data	Valor histórico (R$)	Data	Valor histórico (R$)
14/03/2013	6.381,60	14/01/2015	23.643,15	09/09/2014	146,40
15/03/2013	1.635,39	09/02/2015	25.937,10	02/10/2014	34,80
19/04/2013	5.297,55	09/02/2015	8.804,70	03/10/2014	26,92
29/04/2013	1.554,39	03/03/2015	25.612,50	03/11/2014	13,46
31/05/2013	6.689,10	03/03/2015	8.826,57	03/11/2014	45,60
31/05/2013	1.798,20	02/04/2015	8.159,13	28/11/2014	151,70
04/06/2013	9.417,15	02/04/2015	24.123,15	28/11/2014	46,80
05/06/2013	2.763,72	05/05/2015	8.471,79	14/01/2015	306,42
28/06/2013	11.887,80	05/05/2015	24.630,45	14/01/2015	62,40
28/06/2013	3.566,43	12/06/2015	24.438,00	09/02/2015	30,00
31/07/2013	14.193,00	12/06/2015	8.991,00	09/02/2015	90,14
31/07/2013	4.276,80	07/07/2015	26.037,75	03/03/2015	52,48
02/09/2013	4.506,03	07/07/2015	9.840,69	03/03/2015	106,80
02/09/2013	16.376,40	05/08/2015	10.310,49	02/04/2015	151,70
01/10/2013	5.632,74	05/08/2015	31.103,70	07/07/2015	72,00
02/10/2013	19.736,55	31/08/2015	15.729,39	07/07/2015	13,46
12/11/2013	23.608,50	31/08/2015	36.158,85	05/08/2015	9,60
12/11/2013	7.237,35	30/12/2012	13,46	05/08/2015	240,99
06/12/2013	7.171,74	28/06/2013	62,40	31/08/2015	98,40
06/12/2013	24.208,05	31/07/2013	26,40	31/08/2015	390,80
30/12/2013	7.878,87	31/07/2013	13,46	02/10/2013	14,40
30/12/2013	25.836,90	02/09/2013	40,80	12/11/2013	14,40
07/02/2014	20.586,60	02/09/2013	13,46	30/12/2013	15,60
07/02/2014	6.381,99	01/10/2013	40,96	07/02/2014	123,60
31/03/2014	7.893,45	02/10/2013	46,80	31/03/2014	76,80
31/03/2014	24.287,55	12/11/2013	337,96	16/04/2014	14,40
09/04/2014	6.247,53	12/11/2013	74,40	13/05/2014	13,77
16/04/2014	18.703,95	06/12/2013	303,40	30/05/2014	109,20
13/05/2014	6.634,71	06/12/2013	44,40	02/06/2014	46,80
30/05/2014	21.489,00	30/12/2013	276,48	04/07/2014	46,80
02/06/2014	23.047,50	30/12/2013	25,20	09/09/2014	46,80
06/06/2014	7.365,33	07/02/2014	303,40	02/10/2014	46,80
04/07/2014	23.986,05	07/02/2014	25,20	03/11/2014	46,80
04/07/2014	7.798,68	31/03/2014	27,50	28/11/2014	46,80
31/07/2014	23.511,60	31/03/2014	105,60	09/02/2015	46,80
01/08/2014	7.763,04	16/04/2014	30,00	09/02/2015	25,56
09/09/2014	7.929,90	13/05/2014	13,46	03/03/2015	46,80
09/09/2014	24.023,55	30/05/2014	30,00	02/04/2015	25,56
02/10/2014	22.417,35	02/06/2014	140,40	12/06/2015	61,20
03/10/2014	7.606,71	06/06/2014	152,28	07/07/2015	25,20
03/11/2014	8.318,70	04/07/2014	218,40	05/08/2015	66,00
03/11/2014	23.511,45	04/07/2014	27,50	05/08/2015	83,39
28/11/2014	24.540,60	31/07/2014	172,80	31/08/2015	160,80
28/11/2014	9.042,84	01/08/2014	191,30	31/08/2015	151,70
14/01/2015	8.663,76	09/09/2014	27,50	-	-

9.3. aplicar-lhes multas individuais de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até o pagamento, se efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Saúde e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4068-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4069/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.588/2015-0

1.1. Apenso: TC 014.848/2015-5

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: José Ronaldo Ribeiro (CPF 152.945.441-72).

3.1. Responsáveis: Centro Comunitário Imaculada Conceição (CNPJ 26.510.552/0001-33) e José Ronaldo Ribeiro (CPF 152.945.441-72).

4. Unidade: Ministério do Esporte (extinto).

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: José Roberto Covac (OAB/SP 93.102) e outros representando o Centro Comunitário Imaculada Conceição; Henrique de Sousa Lima (OAB/DF 53.484) e outros representando José Ronaldo Ribeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por José Ronaldo Ribeiro contra o Acórdão 2.272/2019-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer deste recurso de reconsideração e dar-lhe provimento para afastar a responsabilização de José Ronaldo Ribeiro, mantendo-se os demais termos do acórdão impugnado;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, aos demais interessados e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4069-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4070/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.296/2019-2

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Doracy de Sá (CPF 090.389.576-53).

4. Unidade: Município de Alpercata/MG.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em razão de omissão no dever de prestar contas de recursos repassados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no exercício de 2012, ao Município de Alpercata/MG.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19 e parágrafo único, 23, inciso III, alínea "a", 26, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 6º, 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Doracy de Sá;

9.2. condená-lo ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação das importâncias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir de cada uma das datas indicadas até a data do pagamento:

VALOR (R$)	DATA
27/3/2012	1.422,00
28/3/2012	5.370,00
2/4/2012	1.422,00
3/4/2012	5.370,00
11/4/2012	1.752,00
27/4/2012	2.298,00
30/4/2012	5.370,00
1/6/2012	2.298,00
4/6/2012	5.370,00
2/7/2012	3.458,00
3/7/2012	5.370,00
1/8/2012	5.930,00
2/8/2012	5.370,00
4/9/2012	5.930,00
5/9/2012	5.370,00
2/10/2012	5.930,00
3/10/2012	5.370,00
1/11/2012	5.930,00
5/11/2012	5.370,00
3/12/2012	5.930,00
4/12/2012	5.370,00

9.3. aplicar-lhe multa no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo a seguir estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada prestação;

9.8. alertar o responsável de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. remeter cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4070-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4071/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.308/2019-0
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Marcos Aurélio Martins de Paiva (CPF 436.457.474-00).
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CNPJ 00.378.257/0001-81).
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Mari/PB.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em desfavor de Marcos Aurélio Martins de Paiva, em razão de omissão no dever de prestar contas de recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no exercício de 2016.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "c" e § 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Marcos Aurélio Martins de Paiva;

9.2. condená-lo ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação dos débitos indicados a seguir, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora das datas indicadas até o pagamento:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
5/1/2016	36.078,00
4/3/2016	28.448,00
6/4/2016	28.448,00
6/5/2016	28.448,00
3/6/2016	28.448,00
7/7/2016	28.448,00
8/8/2016	28.448,00
8/9/2016	28.448,00
6/10/2016	28.448,00
8/11/2016	28.448,00
7/12/2016	28.448,00

9.3. aplicar-lhe multa de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até o pagamento, se efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. dar ciência desta deliberação ao responsável, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4071-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4072/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.711/2019-3
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: José Rubens dos Prazeres Maia (CPF 117.192.492-53).
4. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de José Rubens dos Prazeres Maia no cargo de Técnico Judiciário da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse o pagamento, nos proventos do interessado, da parcela relativa à "opção", sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. ao emitir novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades, siga o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115/CE, quanto à cessação, ou não, do pagamento dos "quintos/décimos" incorporados após o advento da Lei 9.624/1998, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4072-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4073/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.381/2019-7
2. Grupo II - Classe V - Pensão Militar.
3. Interessados: Ana Luíza Alves Silveira Martins César (CPF 071.229.278-06), Dulcidalva Fernandes de Medeiros (CPF 664.861.494-34), Dulcineide Teixeira de Carvalho (CPF 876.594.684-72), Dulcinete Teixeira de Carvalho (CPF 124.157.664-53), Ivone Aquino de Medeiros (CPF 277.071.567-49), Lúcia Helena Alves Silveira Martins Neves (CPF 065.945.998-10), Marize de Lima (CPF 012.723.287-75) e Nereida Silvestre de Souza Pinto (CPF 421.136.794-34).
4. Unidade: Comando da Aeronáutica - Ministério da Defesa.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos atos de pensão militar do Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 259, inciso II, 260, §§1º e 5º, e 262, §2º, do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19, inciso II, da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legais os atos de pensões militares instituídas por Afonso Teixeira de Carvalho (beneficiárias Dulcidalva Fernandes de Medeiros, Dulcineide Teixeira de Carvalho e Dulcinete Teixeira de Carvalho), Laietes Alves de Medeiros (beneficiária Ivone Aquino de Medeiros) e Heraldo de Souza Pinto (beneficiária Nereida Silvestre de Souza Pinto) e registrá-los;

9.2. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de pensão militar instituída por Mário Alves de Faria em favor de Marize de Lima;

9.3. considerar ilegal o ato de pensão militar instituída por Célio Cruz Silveira Martins em favor de Ana Luíza Alves Silveira Martins César e Lúcia Helena Alves Silveira Martins Neves, negando-lhe registro;

9.4. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas beneficiárias do ato considerado ilegal até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.5. determinar ao Comando da Aeronáutica que, em relação ao ato impugnado:

9.5.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse pagamentos decorrentes, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.5.2. comunique às interessadas a deliberação deste Tribunal e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não as eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.5.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.5.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que as interessadas dele tomarem conhecimento; e

9.5.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4073-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4074/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.744/2017-6
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrentes: Centro de Estudos Casa Curta-se (CNPJ 06.036.728/0001-50) e Rosângela Rocha dos Santos (CPF 330.765.375-04).
4. Unidade: Ministério do Turismo (vinculador).
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: Gilberto Vieira Leite Neto (OAB/SE 2.454) e outros representando Rosângela Rocha dos Santos e Centro de Estudos Casa Curta-se.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Rosângela Rocha dos Santos e pelo Centro de Estudos Casa Curta-se contra o Acórdão 3.575/2019-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e dar-lhes provimento parcial;

9.2. dar a seguinte redação aos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 3.575/2019-2ª Câmara:

"9.1. rejeitar as alegações de defesa e julgar irregulares as contas do Centro de Estudos Casa Curta-se e de Rosângela Rocha dos Santos, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para, assim, condená-los, solidariamente, ao pagamento do débito sob o valor de R$ 315.400,00 (trezentos e quinze mil e quatrocentos reais), atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora calculados desde 30/6/2010 até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida dívida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;"

"9.2. aplicar em desfavor do Centro de Estudos Casa Curta-se e de Rosângela Rocha dos Santos, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das referidas dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;"

9.3. manter inalterados os demais subitens do Acórdão 3.575/2019-2ª Câmara;

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Sergipe.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4074-10/20-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4075/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 031.871/2014-3
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Ricardo Neves Bedoya (CPF 315.180.104-82).
3.1. Interessado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPJ 33.654.831/0033-13).

4. Unidade: Instituto Federal do Maranhão (IFMA).
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) contra Ricardo Neves Bedoya, pesquisador do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), em virtude de sua omissão no dever de prestar contas de recursos recebidos.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Ricardo Neves Bedoya;

9.2. aplicar-lhe multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. determinar ao Instituto Federal do Maranhão que, caso notificado pelo TCU da não comprovação do recolhimento da dívida, efetue o respectivo desconto na remuneração do responsável, em favor do Tesouro Nacional, na forma estabelecida pela legislação pertinente;

9.6. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada prestação;

9.8. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4075-10/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4076/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.626/2018-2
2. Grupo II - Classe VI - Representação.
3. Representante: Procuradoria da União no Estado do Paraná.
4. Unidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo de representação formulada pela Procuradoria da União no Estado do Paraná, em que noticia possíveis pagamentos irregulares de adicional de insalubridade a agentes penitenciários, em exercício, lotados na Penitenciária Federal em Catanduvas.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com base nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da presente representação e considerá-la improcedente;

9.2. dar ciência desta deliberação à representante;

9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4076-10/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4077/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 038.136/2019-8
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Tarcísio Leal de Araújo (CPF 135.912.403-97).
4. Unidade: Conselho da Justiça Federal.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Tarcísio Leal de Araújo no cargo de Analista Judiciário do Conselho da Justiça Federal.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 262 do Regimento Interno, 8º da Resolução TCU 206/2007 e 19 da Instrução Normativa TCU 78/2018, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em análise e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Conselho da Justiça Federal que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse o pagamento, nos proventos do interessado, da parcela relativa à "opção", sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique ao interessado a deliberação deste Tribunal e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não o eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. ao emitir novo ato, em que sejam suprimidas as irregularidades, siga o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115/CE, quanto à cessação, ou não, do pagamento dos "quintos/décimos" incorporados após o advento da Lei 9.624/1998, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4077-10/20-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4078/2020 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 043.290/2018-3
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Laser Press Comunicação Ltda. (CNPJ 06.062.758/0001-30) e Sylvia Blanco Bojunga (CPF 443.358.220-49).
4. Unidade: Ministério da Cultura (atual Ministério da Cidadania).
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: Felipe Gregoski (OAB/RS 81.147) e outros representando as responsáveis.
9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura - MinC em decorrência de impugnação parcial de despesas relativas a projeto cultural.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, §3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e § 3º, 19, 23, inciso III, 26 e 28, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas da empresa Laser Press Comunicação Ltda. e de Sylvia Blanco Bojunga;

9.2. condená-las, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Cultura das quantias indicadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora desde as datas especificadas até a data do pagamento:

Valor original (R$)	Data
7,00	22/9/2004
2,80	4/1/2006
120,30	16/3/2006
49,94	17/3/2006
101,50	20/3/2006
100,02	21/3/2006
24,00	22/3/2006
193,52	20/1/2006
119,00	21/12006
22,00	24/1/2006
54,16	30/1/2006
153,40	31/1/2006
734,88	4/2/2006
444,87	6/2/2006
675,72	7/2/2006
558,98	8/2/2006
255,45	14/2/2006
2.150,00	17/2/2006
62,26	21/2/2006
28,50	22/2/2006
150,00	23/2/2006
24,80	2/3/2006
127,00	3/3/2006
118,99	6/3/2006
41,70	7/3/2006
390,97	10/3/2006
15,00	11/3/2006
83,82	12/3/2006
143,00	13/3/2006
196,00	15/3/2006
35,40	16/3/2006
4,47	17/3/2006
82,95	20/3/2006
182,89	21/3/2006
287,21	22/3/2006
25,00	23/3/2006
76,12	23/3/2006
43,45	24/3/2006
70,00	25/3/2006
29,50	27/3/2006
62,00	28/3/2006
116,50	29/3/2006
5,00	30/3/2006
426,80	31/3/2006
1.200,50	3/4/2006
29,59	4/4/2006
236,00	5/4/2006
565,37	6/4/2006
167,84	7/4/2006
49,50	10/4/2006
31,18	11/4/2006
171,00	13/4/2006
2,60	15/4/2006
194,50	17/4/2006
615,48	17/4/2006
145,00	19/4/2006
15,84	20/4/2006
49,23	25/4/2006
24,69	27/4/2006
165,61	28/4/2006
105,75	4/5/2006
70,00	5/5/2006
1.680,42	6/5/2006
35,04	8/5/2006
401,02	9/5/2006
684,50	10/5/2006
72,00	11/5/2006
50,58	12/5/2006
72,41	14/5/2006
14,54	16/5/2006
15,00	17/5/2006
87,39	18/5/2006
350,15	19/5/2006
1.200,00	22/5/2006
62,07	26/5/2006
102,79	29/5/2006

225,31	30/5/2006
162,00	3/6/2006
175,49	5/6/2006
38,06	6/6/2006
29.686,42	7/6/2006
280,00	8/6/2006
7,00	12/6/2006
6,00	13/6/2006
8,43	14/6/2006
486,22	19/6/2006
103,73	21/6/2006
233,45	22/6/2006
1.626,53	28/6/2006
229,45	4/7/2006
8,00	6/7/2006
39,62	7/7/2006
28,91	9/7/2006
2.481,79	10/7/2006
77,00	11/7/2006
95,57	12/7/2006
66,16	13/7/2006
4,50	14/7/2006
51,84	17/7/2006
698,94	18/7/2006
131,29	21/7/2006
8,00	25/7/2006
33,03	28/7/2006
110,26	29/7/2006
65,34	2/8/2006
43,12	4/8/2006
5.300,00	8/8/2006
11,76	9/8/2006
109,54	12/8/2006
565,48	21/8/2006
21,74	22/8/2006
26,30	28/8/2006
18,00	30/8/2006
20,47	1/9/2006
4.987,18	25/10/2006
14,05	1/11/2006
854,08	17/12/2006

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida imputada;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelas responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.7. alertar às responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. enviar cópia deste acórdão:

9.8.1. à Secretaria Especial de Cultura e à Secretaria Federal de Controle Interno, para ciência;

9.8.2. ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 10/2020 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/4/2020 - Virtual.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4078-10/20-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 30 minutos, foi encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da 2ª Câmara

Aprovada em 20 de abril de 2020.

ANA ARRAES
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RESOLUÇÃO Nº 652, DE 20 DE ABRIL DE 2020

Institui o Código de Processamento Disciplinar para o Nutricionista e o Técnico em Nutrição e Dietética (TND) e dá outras providências.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, o Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980 e o Regimento Interno do CFN, considerando a necessidade de serem reeditadas normas sobre processos, procedimentos e julgamento de infrações ético-disciplinares que venham a ser atribuídas aos Nutricionistas e aos Técnicos em Nutrição e Dietética (TND), nos termos em que deliberado na 357ª Reunião Plenária por Videoconferência, realizada às 14h30min do dia 17 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º. Aprovar o Código de Processamento Disciplinar para o Nutricionista e o Técnico em Nutrição e Dietética (TND), na forma que segue.

Art. 2º. O Código de Processamento Disciplinar aprovado por esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CFN nº 321, de 2 de dezembro de 2003.

RITA DE CÁSSIA FERREIRA FRUMENTO
Presidente do Conselho

ANEXO

CÓDIGO DE PROCESSAMENTO DISCIPLINAR PARA O NUTRICIONISTA E O TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA (TND).

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

Art. 1º. Os profissionais sujeitos à disciplina e fiscalização dos Conselhos Federal e Regional de Nutricionistas, quando lhes seja atribuída a prática de infrações disciplinares, ficam sujeitos ao processo e julgamento disciplinar conforme as disposições deste Código. Parágrafo único. Os profissionais a que se refere o caput deste artigo são os nutricionistas, habilitados na forma da Lei n° 8.234, de 17 de setembro de 1991, e os técnicos em nutrição e dietética sujeitos ao registro profissional nos termos da Resolução CFN n° 604, de 22 de abril de 2018.

Art. 2º. Constitui infração ético-disciplinar a transgressão às disposições legais ou normativas reguladoras da conduta no exercício profissional dos nutricionistas e dos técnicos em nutrição e dietética ou a preceitos de ordem ética a que estão obrigados.

CAPÍTULO II - DA FASE PRELIMINAR.

Art. 3º. A fase preliminar consiste nos procedimentos que tratam da recepção, da análise dos elementos, da natureza, do teor e do encaminhamento referente às denúncias de natureza ético-disciplinar, assim definidas: I - Análise da Natureza: avaliação pela área técnica dos encaminhamentos cabíveis conforme a natureza da denúncia, sendo classificadas como: a) Competência externa: é aquela que trata de fatos cujos encaminhamentos fogem às competências dos Conselhos Regionais de Nutricionistas - CRN, devendo ser conduzida à fiscalização do CRN para os devidos trâmites. b) Infração administrativa: é aquela que trata de infrações administrativas de pessoas física e jurídica, sujeitas à fiscalização do CRN conforme Resolução vigente. c) Infração ético-disciplinar: é aquela definida no artigo 2º desta Resolução. II - Análise dos Elementos: as infrações de natureza ético-disciplinar serão avaliadas pela área técnica quanto aos elementos mínimos necessários para realização dos encaminhamentos, quais sejam: a exposição do fato com suas circunstâncias em desacordo com as disposições legais ou normativas reguladoras da conduta no exercício profissional e demais elementos elencados no Art. 26. III- Análise do teor: avaliação pela área técnica dos fatos descritos na denúncia, correlacionando-os com as disposições legais ou normativas reguladoras da conduta no exercício profissional dos nutricionistas e dos técnicos em nutrição e dietética do teor das denúncias de natureza ético-disciplinar.

Art. 4º. Após as análises previstas no artigo anterior, a área técnica elaborará um relatório preliminar e o encaminhará à Comissão de Ética, com as seguintes recomendações: a) Arquivamento por inexistência de indícios de autoria e prova de materialidade; ou b) Ação orientadora por notificação; c) Ação orientadora presencial, com formalização de Termo de Ajustamento Ético (TAE) quando pertinente; d) Instauração de Processo Ético-Disciplinar. Parágrafo único. Ao receber o relatório elaborado pela área técnica, a Comissão de Ética analisará as opções constantes no referido documento e, de forma fundamentada, submeterá ao Presidente para decisão final no caso concreto.

SEÇÃO I - DA AÇÃO ORIENTADORA.

Art. 5º. A Ação Orientadora se dará mediante notificação do denunciado, nos casos de infração de menor potencial ofensivo, podendo ser realizada pessoalmente, por correspondência, meio eletrônico ou outro meio idôneo e eficaz que resulte, em qualquer caso, em prova inequívoca do recebimento por parte do investigado/denunciado interessado, devendo os comprovantes serem juntados aos autos. § 1º. O investigado/denunciado submetido à ação orientadora não poderá ser novamente orientado sobre o mesmo fato pelo período de 01 (um) ano, a contar da juntada do comprovante aos autos.§ 2º. Considera-se infração disciplinar de menor potencial ofensivo a conduta punível com advertência ou repreensão, prevista na Lei n° 8234/91, e desde que possa ser sanada por meio de orientação ao denunciado.

SEÇÃO II - DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE ÉTICO (TAE).

Art. 6º. O Termo de Ajustamento Ético (TAE) é o ato jurídico pelo qual a pessoa física, em regra, reconhecendo implicitamente que caracterizou ou pode caracterizar transgressão às disposições legais ou normativas reguladoras da conduta no exercício profissional no interesse individual ou coletivo, assume, perante o Conselho Regional respectivo, o compromisso de eliminar integralmente a ofensa ou o risco por meio da adequação de seu comportamento às exigências legais e éticas, mediante a formalização do termo, em caráter sigiloso e acesso restrito. Parágrafo único. O TAE consiste em procedimento administrativo, proposto pelo respectivo CRN, voltado à resolução consensual de conflitos.

Art. 7º. O TAE somente será celebrado quando o investigado/denunciado: I - não tenha registro vigente de penalidade disciplinar em seus assentamentos funcionais; e II - não tenha firmado TAE no último ano.

Art. 8º. Por meio do TAE, o investigado/denunciado se compromete a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente.

Art. 9º. A celebração do TAE será realizada por membro do plenário ou delegado designado pela diretoria ou autoridade competente.

Art. 10º. A proposta de TAE poderá: I - ser oferecida de ofício pelo Presidente; II - ser sugerida pela comissão responsável pela condução do procedimento disciplinar; III - ser apresentada pelo investigado/denunciado interessado. § 1º. Em Processos Ético-Disciplinares em curso, o pedido de TAE poderá ser feito pelo investigado/denunciado à autoridade competente concomitante à apresentação de defesa dentro do prazo de defesa de 15 dias. § 2º. O pedido do TAE pelo denunciado não suspende o prazo estabelecido para apresentação de defesa, contido no § 2º, artigo 29 desta resolução. § 3°. O pedido de celebração de TAE apresentado poderá ser indeferido motivadamente pela autoridade competente.

Art. 11. O TAE deverá conter: I - a qualificação do investigado/denunciado envolvido; II - os fundamentos de fato e de direito para sua celebração; III - a descrição das obrigações assumidas; IV - o prazo e o modo para o cumprimento das obrigações; e V - a forma de fiscalização das obrigações assumidas. § 1º. As obrigações estabelecidas pelo Conselho Regional devem ser proporcionais e adequadas à conduta praticada, visando mitigar a ocorrência de nova infração e compensar um eventual dano. § 2º. As obrigações estabelecidas no TAE poderão compreender, dentre outras: I - retratação do investigado/denunciado interessado; II - assinatura de termo de comprometimento de adequar integralmente sua conduta às disposições legais ou normativas reguladoras do exercício profissional corrigindo os atos praticados. § 3º. O prazo de cumprimento do TAE não poderá ser superior a 15 (quinze) dias. § 4º. O descumprimento das obrigações estabelecidas no TAE importará em imediata instauração de processo ético-disciplinar.

Art. 12. O denunciado que aderir ao TAE ficará impedido de firmar um novo acordo sobre fato da mesma natureza devidamente capitulado no Código de Ética do CFN pelo período de 01 (um) ano.

Art. 13. O TAE terá acesso restrito até o seu efetivo cumprimento ou até a conclusão do processo disciplinar decorrente de seu descumprimento.

Art. 14. O TAE será registrado nos assentamentos funcionais do investigado/denunciado. § 1º. Declarado o cumprimento das condições do TAE pela autoridade competente para a instauração do respectivo procedimento disciplinar, não será instaurado processo ético-disciplinar pelos mesmos fatos objetos do ajuste. § 2º. No caso de descumprimento do TAE, a autoridade competente para instauração do respectivo procedimento disciplinar adotará imediatamente as providências necessárias à instauração ou continuidade do respectivo procedimento disciplinar, sem prejuízo da apuração relativa à inobservância das obrigações previstas no ajustamento de conduta ética. § 3º. A celebração do TAE suspende a prescrição até o recebimento, pela autoridade celebrante, da comprovação do cumprimento do acordo pelo investigado/denunciado.

Art. 15. É nulo o TAE firmado sem os requisitos da presente seção. Parágrafo único. A autoridade que conceder irregularmente o benefício do TAE poderá ser responsabilizada nas esferas administrativa, civil e criminal.

CAPÍTULO III - DO PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR.

Art. 16. O processo ético disciplinar obedecerá às seguintes fases: I - instauração; II - instrução; III - julgamento; IV- penalização.

Art. 17. No âmbito do processo ético-disciplinar, as competências ficam definidas: I - para a instauração: a) à Presidência do Conselho Federal de Nutricionistas, quando a infração for atribuída: 1. a conselheiros federais e respectivos suplentes, qualquer que seja a falta; 2. a conselheiros regionais e respectivos suplentes, nos casos que a falta esteja relacionada com o respectivo mandato; b) à Presidência dos Conselhos Regionais de Nutricionistas, nos demais casos; II - para a instrução: a) à comissão de ética do CFN, para os processos de que trata a alínea "a" do inciso I deste artigo; b) às

comissões de ética dos Conselhos Regionais de Nutricionistas, para os processos de que trata a alínea "b" do inciso I deste artigo; III - para o julgamento: a) ao Plenário do CFN: 1. como órgão julgador originário, nos processos instruídos pela comissão de ética do CFN; 2. como órgão julgador revisor das próprias decisões, para os recursos contra decisões adotadas nos termos do número 1 desta alínea; 3. como órgão julgador recursal, para os recursos contra decisões dos Conselhos Regionais de Nutricionistas; b) ao Plenário dos Conselhos Regionais de Nutricionistas: 1. como órgão julgador originário, nos processos instruídos pela comissão de ética do próprio Conselho, compreendido nesta competência o julgamento de todos os profissionais que venham a cometer falta disciplinar na Região do respectivo Conselho Regional de Nutricionistas, ainda que o profissional tenha inscrição em outro, ressalvado o disposto no item seguinte; 2. como órgão julgador especial, nos casos de competência dos Conselhos Regionais de Nutricionistas, em processo que o CFN tenha decidido pelo desaforamento do Conselho Regional de Nutricionistas de competência originária; IV - para a execução da decisão, o Conselho Regional de Nutricionistas da Região onde o profissional que deva sofrer a penalidade tenha sua inscrição originária. Parágrafo único. Os processos éticos-disciplinares serão precedidos de pareceres das Unidades Jurídicas (UJ) dos respectivos Conselhos, que a seu critério, além de opinarem sobre os procedimentos, verificando se o processo está em conformidade com os regramentos desta Resolução, observarão a legalidade dos atos até então praticados, e ao final, poderão opinar pelo o provimento ou não do recurso.

CAPÍTULO IV - DOS ATOS PROCESSUAIS.

Art. 18. Os atos processuais têm caráter sigiloso e realizar-se-ão, de preferência, na sede dos Conselhos, em dias e horários previamente determinados. Parágrafo único. O dever de guardar sigilo estende-se à parte representante, à parte representada, aos advogados, aos membros das comissões de ética, aos conselheiros, aos assessores, aos empregados e aos demais funcionários dos Conselhos que participarem ou tomarem conhecimento dos atos e eventos processuais.

Art. 19. Os processos disciplinares poderão ser físicos ou digitais, conforme plataforma eletrônica utilizada pelo Sistema CFN/CRN. § 1º. Quando físicos, serão organizados sob a forma de autos e terão suas folhas rubricadas e numeradas por empregados dos Conselhos, atribuindo-se a cada processo um número de ordem. § 2º. Quando eletrônico, a ordenação será dada pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme regulamentação estabelecida pelo CFN.

Art. 20. Os termos processuais deverão conter somente o indispensável à realização de sua finalidade, sendo os números e datas escritos, preferencialmente, por extenso, e não sendo admissíveis espaços em branco, entrelinhas e rasuras, salvo quando devidamente justificadas. § 1º. Os termos processuais serão digitados, impressos e digitalizados. § 2º. Os termos de juntada e outros semelhantes serão lançados por despacho ou certidão nos autos, com data, assinatura e identificação dos empregados dos Conselhos. § 3º. A citação e notificações, inclusive quanto às decisões e acórdãos proferidos, em qualquer fase do processo, serão realizadas pessoalmente, por correspondência, meio eletrônico ou outro meio idôneo e eficaz que resulte, em qualquer caso, em prova inequívoca do recebimento, devendo os comprovantes serem juntados aos autos. § 4º. As intimações e notificações enviadas por meio eletrônico deverão estar acompanhadas de comprovante de entrega e de leitura juntado aos autos. § 5º. Serão consideradas válidas as citações e intimações encaminhadas para o endereço residencial ou profissional do representado ou seu representante legal, quando o recebimento da notificação for realizado por funcionários responsáveis pelo recebimento de correspondências. § 6º. A notificação por meio de edital deverá ser adotada nos casos em que as citações, intimações e notificações restarem frustradas. O edital será publicado mediante link no Diário Oficial da União que deverá constar do endereço do sítio eletrônico do respectivo Conselho. § 7º. A contagem dos prazos processuais será realizada em dias úteis, iniciando-se a partir do primeiro dia útil seguinte ao da juntada aos autos do comprovante de recebimento da notificação. No caso de notificação editalícia, a contagem inicia-se no primeiro dia útil seguinte ao término do prazo fixado no edital.

Art. 21. As partes poderão ser acompanhadas ou representadas, em qualquer fase, por advogado detentor de mandato com poderes bastantes para atuar no processo ético disciplinar.

Art. 22. Os autos não poderão ser retirados da sede do Conselho ou do local onde esteja em curso o processo, sendo assegurada às partes a obtenção de certidões ou cópias impressas desde que requeridas por formulário próprio ou por petição, as quais poderão ser entregues pessoalmente, via correio ou e-mail, mediante o pagamento dos respectivos custos. § 1º. Para o fornecimento de cópias dos autos será exigido do requerente um termo de compromisso, sob as penas da lei, de preservação do sigilo nos termos referidos no art. 18 e seu parágrafo deste Código. § 2º. Caso o processo tramite por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), serão facultados às partes e seus representantes legais, mediante requerimento formal, o acompanhamento e acesso aos autos por meio eletrônico, quando disponível.

Art. 23. Os atos processuais de responsabilidade dos Conselhos Regionais de Nutricionistas que tiverem de ser praticados fora da respectiva Região, e os de responsabilidade do Conselho Federal de Nutricionistas que devam ser praticados fora do Distrito Federal deverão ser objeto de carta precatória, dirigida ao Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da região onde o ato deva ser cumprido. § 1º. A carta precatória, expedida mediante comprovante de recebimento, será instruída com a documentação e cópias necessárias para o seu cumprimento. § 2º. O Conselho Regional de Nutricionistas que receber a carta precatória deverá cumpri-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias, restituindo-a, após, ao Conselho deprecante. Não havendo possibilidade de cumprimento no prazo, essa situação será comunicada ao Conselho deprecante, indicando-lhe a previsão de cumprimento.

CAPÍTULO V - DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR.

Art. 24. As ocorrências que constituam ou possam vir a se constituir em infração disciplinar serão formalmente comunicadas ao Presidente do Conselho Federal ou Regional de Nutricionistas, observadas as competências relacionadas no art. 17 deste Código: § 1º. O Presidente do Conselho Federal ou Regional de Nutricionistas, que seja destinatário de comunicação de ocorrências na forma do caput deste artigo, entendendo-se incompetente, remeterá os autos à autoridade que entender ser competente, fazendo-o de ofício ou a requerimento da parte interessada. § 2º. O Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas que receber os autos e se julgar incompetente suscitará o conflito de competência, remetendo-se os autos ao Conselho Federal de Nutricionistas para decisão Plenária do mesmo, não cabendo recurso administrativo.

Art. 25. Para os fins deste Código define-se por denúncia ético-disciplinar a notícia de um fato dirigido ao Conselho Federal de Nutricionistas ou ao Conselho Regional de Nutricionistas, que relatar indícios de autoria e prova material de condutas que infrinjam disposições legais e normativas que regem o exercício profissional. Parágrafo único. A denúncia poderá ser: I - particular, de iniciativa de quaisquer pessoas físicas e jurídicas; II - ex officio, de iniciativa do CFN e/ou CRN.

Art. 26. A denúncia/representação será feita por meio de documento produzido eletronicamente, digitalizado ou físico, o qual deverá indicar: I - Identificação completa do autor da denúncia, qual seja, nome completo, documento de identificação oficial com foto, CPF, endereço atualizado com CEP e e-mail; II - descrição circunstanciada e objetiva dos fatos ou informações que caracterizem ou possam vir a caracterizar infração disciplinar; III - nome, número de inscrição no CRN, qualificação e endereço do denunciado; IV - elementos de prova. V - nome das testemunhas e suas qualificações, quando houver, limitando-se à quantidade de 3 (três). § 1º. A ausência dos elementos e informações indicados nos incisos I, II, III e IV, do caput deste artigo, poderá obstar o conhecimento da denúncia/representação. § 2º. As denúncias anônimas com ausência de identificação do denunciante e aquelas com pedido de sigilo não serão consideradas inválidas e poderão ser analisadas desde que contenham indícios de infrações ético disciplinares e elementos de prova, prosseguindo na modalidade ex officio.

Art. 27. O Presidente do Conselho exercerá juízo de admissibilidade determinando, conforme o caso, em despacho fundamentado, o seguinte: I - Arquivamento por inexistência de indícios de autoria e prova de materialidade; II - Ação Orientadora por notificação; III - Ação Orientadora presencial, com formalização do Termo de Ajustamento Ético (TAE) quando pertinente; IV - Instauração do processo ético-disciplinar pela comissão de ética. § 1º. Contra a decisão que determinou o arquivamento, caberá recurso ao Plenário pela parte interessada no prazo de 10 dias. § 2º. O denunciado será intimado a apresentar contrarrazões em igual prazo e, após, serão os autos encaminhados ao Plenário respectivo. § 3º. Após a instauração do procedimento disciplinar, este deverá tramitar no Conselho Profissional de origem até a conclusão do julgamento, mesmo na hipótese de transferência do profissional.

CAPÍTULO VI - DA CITAÇÃO E DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL - SEÇÃO I - DA CITAÇÃO.

Art. 28. Decidida a instauração do processo ético-disciplinar e recebidos os autos na comissão de ética, esta promoverá a citação do denunciado/representado. Parágrafo único. Tratando-se de processo de competência originária do CFN, a comissão de ética deste requisitará ao Conselho Regional de Nutricionistas, onde o denunciado/representado tenha sua inscrição, a cópia do respectivo prontuário.

Art. 29. A citação conterá o prazo de defesa e a descrição resumida dos fatos que a motivaram, bem como a indicação das disposições legais normativas ou preceitos de ordem ética apontados como infringidos. § 1º. A citação será acompanhada da denúncia/representação e decisão de admissibilidade. § 2º. Será fixado o prazo de 15 (quinze) dias para defesa, com as advertências de que deverá ser escrita, com exposição das alegações de defesa, a nomeação de testemunhas e a indicação das provas que pretenda produzir. § 3º. Será efetuada por correspondência ou por qualquer meio idôneo e eficaz de que resulte, em qualquer caso, prova inequívoca do recebimento pelo denunciado/representado, sendo os seus comprovantes juntados aos autos. § 4º. Não sendo encontrado o denunciado/representado, este será citado por edital, devendo ser observado o constante no § 6°do artigo 20, bem como: I - O prazo do edital será de 15 (quinze) dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao da publicação a que se refere o inciso I deste parágrafo. II - No caso de citação editalícia, o prazo para apresentação de defesa será de 15 (quinze) dias úteis contados do término do prazo do inciso anterior. § 5º. O denunciado/representado poderá, caso queira, exercer pessoalmente a sua defesa sem a necessidade de constituir um advogado para tal finalidade.

Art. 30. Caso o denunciado/representado seja citado para apresentar defesa e não tenha condições de realizar sua própria defesa ou comprovadamente não tiver condições financeiras para contratar um advogado, o Presidente do Conselho poderá, nestes casos, e desde que requerido no prazo 15 (quinze) dias, nomear defensor dativo em favor do denunciado, nomeação essa que deverá recair na pessoa de nutricionista regularmente inscrito no respectivo Conselho Regional; defensor público; núcleos de prática jurídica ou advogados regularmente inscritos na OAB. § 1º. A nomeação de nutricionista como defensor dativo não poderá recair sobre profissional que seja conselheiro efetivo ou suplente do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais de Nutricionistas, nem representante destes em suas delegacias e órgãos regionais. § 2º. Será incumbido ao defensor dativo apresentar defesa em 1ª ou 2ª instância, que poderá ser por negativa geral dos fatos imputados ao denunciado, bem como a prática dos demais atos processuais que visem a defesa do denunciado, inclusive eventual recurso contra decisão condenatória, quando se encerra sua atuação.

Art. 31. O denunciado/representado que se opuser ao recebimento da citação ou, quando citado, não apresentar defesa dentro do prazo, será considerado revel, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo. Parágrafo único. O revel poderá intervir a qualquer momento do processo, vedada a revisão dos atos processuais já praticados.

SEÇÃO II -DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. SUBSEÇÃO I - DAS PROVAS.

Art. 32. As provas podem ser testemunhais, documentais e periciais. § 1º. Entende-se por provas documentais quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares. § 2º. A perícia, quando requerida, será feita por perito designado pelo Conselho. A designação de perito deverá recair em pessoa com conhecimentos técnicos e científicos suficientes para o esclarecimento da matéria controvertida, sendo vedada a designação de pessoas com interesse no resultado do feito. § 3º. A parte que requerer a prova pericial indicará, desde logo, a sua motivação e formulará os quesitos que pretende que sejam respondidos. § 4º. Deferido o requerimento de prova pericial, a comissão de ética notificará a parte adversa sobre o pedido, fixando-lhe prazo de 5 (cinco) dias para formular quesitos e indicar, querendo, assistente técnico. § 5º. Decorrido o prazo fixado na forma do § 4º, a comissão de ética designará o perito e lhe solicitará a proposta de honorários. § 6º. Cabe ao requerente da prova pericial suportar o respectivo ônus, para o que será notificado a depositar, antecipadamente, à ordem do Conselho, o valor integral da proposta de honorários acrescido dos encargos que incidirem sobre a prestação dos serviços nas condições indicadas pelo respectivo Conselho. § 7º. É lícita a utilização de prova emprestada para instrução do processo ético disciplinar, desde que submetida ao contraditório. § 8º. São inadmissíveis as provas protelatórias ou ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, devendo ser desentranhadas dos autos, por decisão fundamentada. § 9º. Um parecer de câmara técnica especializada poderá ser requisitado em matéria de complexidade científica, servindo como elemento de esclarecimento à Comissão de Ética, sem caráter pericial ou decisório, dando ciência às partes para manifestação no prazo comum de 5 (cinco) dias.

SUBSEÇÃO II - DA AUDIÊNCIA, DAS TESTEMUNHAS E DOS DEPOIMENTOS.

Art. 33. Apresentada a defesa, a comissão de ética designará audiência, fixando os locais, dias e horários em que serão produzidas as provas orais, ouvindo-se nesta ordem os depoimentos: I - Denunciante/Representante; II -Testemunhas do Denunciante/Representante; III - Testemunhas da Comissão de Ética; IV - Testemunhas do Denunciado/Representado; V - Denunciado/Representado. Parágrafo único. As provas poderão ser produzidas numa só audiência e, dependendo das circunstâncias, poderão ser designadas várias datas e horários.

Art. 34. Após a qualificação e antes de iniciado o depoimento, as partes poderão contraditar a testemunha ou arguir circunstâncias que a tornem suspeita de parcialidade. A Comissão de Ética fará consignar a contradita ou arguição e a resposta da testemunha. Parágrafo único. A testemunha impedida ou suspeita, se ouvida, será como informante.

Art. 35. Às partes, diretamente ou por intermédio de seus advogados formalmente constituídos, será concedido o direito de formularem perguntas às testemunhas, sempre por intermédio da comissão de ética, não se admitindo aquelas que induzam a respostas que não tenham relação com a causa ou que levem à repetição de outra já respondida. § 1º. Sobre os pontos não esclarecidos, a Comissão de Ética poderá complementar a inquirição. § 2º. A Comissão de Ética não permitirá que as testemunhas manifestem suas apreciações pessoais, de cunho subjetivo, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.

Art. 36. As audiências poderão ser gravadas em áudio e/ou vídeo, dispensada a redução a termo, sendo as partes e seus defensores previamente informados. § 1º. Ao final será lavrada a ata constando a qualificação das partes e testemunhas, bem como a assinatura dos presentes. § 2º. As gravações de audiências em vídeo conferência ficarão armazenadas em ambiente restrito, sob a responsabilidade da comissão de ética ou de servidor da Autarquia que lhe esteja vinculado, e só poderão ser acessadas mediante solicitação formal do interessado ou do seu procurador ao presidente, que decidirá de forma fundamentada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, certificando nos autos o fornecimento da mídia.

Art. 37. Na redação do depoimento, a Comissão de Ética deverá cingir-se, tanto quanto possível, às expressões usadas pela testemunha.

Art. 38. Serão consignadas no termo da audiência as perguntas que os depoentes deixarem de responder ou aquelas indeferidas pela comissão, quando solicitado.

Art. 39. A parte poderá desistir da inquirição de qualquer uma das testemunhas arroladas, ressalvado o direito da Comissão de Ética de ouvi-las, se assim entender pertinente.

Art. 40. As testemunhas poderão ser substituídas mediante requerimento das partes quando ocorrer as seguintes hipóteses: I - falecimento; II - enfermidade, quando não estiver em condições de depor; III - quando, tendo mudado de residência ou de local de trabalho, não for encontrada. Parágrafo único. As testemunhas não arroladas poderão ser ouvidas como testemunhas da comissão de ética.

Art. 41. As partes e as testemunhas arroladas pela Comissão de Ética serão intimadas previamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 42. Os depoimentos serão tomados por carta precatória, respeitadas as disposições do art. 23 deste Código.

Art. 43. Poderão ser arroladas testemunhas, em número de no máximo 3 (três), para cada parte interessada. § 1º. A comissão de ética, a seu exclusivo critério, poderá promover a intimação e colher o depoimento de pessoas que, embora não

indicadas como testemunhas por qualquer das partes, sejam citadas em outros depoimentos, ou, no curso da instrução, fique evidenciado que os respectivos depoimentos poderão contribuir para a elucidação dos fatos. § 2º. As partes, após intimação pela Comissão de Ética, são obrigadas a apresentar as testemunhas que arrolarem, independentemente da intimação destas, para serem ouvidas nas datas designadas. § 3º. Se adiado o ato processual, por qualquer motivo, a Comissão de Ética marcará, desde logo, na presença das partes e testemunhas, dia e hora para seu prosseguimento, que se lavrará nos autos.

SUBSEÇÃO III - DO DEPOIMENTO DO DENUNCIANTE E DO DENUNCIADO/REPRESENTADO.

Art. 44. O denunciante será qualificado e perguntado sobre as circunstâncias em que ocorreram os fatos, quem seja ou presuma ser o responsável, as provas testemunhais e documentais que possa indicar, sendo registradas as suas declarações. Parágrafo único. Se houver mais de um denunciante, cada um destes será ouvido separadamente, sendo garantida a presença de seus procuradores.

Art. 45. O denunciado será devidamente qualificado e, depois de cientificado dos fatos que originaram o processo ético disciplinar, será informado pela Comissão de Ética, antes de iniciar o depoimento, de seu direito de permanecer calado e de não responder às perguntas que lhe forem formuladas. § 1º. O silêncio do denunciado, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo de sua defesa. § 2º. O denunciado será indagado se conhece o denunciante e as testemunhas arroladas, bem como o que tem a alegar acerca dos fatos contidos no relatório do instrumento de admissibilidade do processo ético disciplinar. § 3º. Se houver mais de um denunciado, cada um destes será ouvido separadamente, sendo garantida a presença de seus procuradores.

Art. 46. Às partes e seus procuradores é garantida a presença nos depoimentos, formular questionamentos e se manifestar no momento próprio. § 1º. As partes que residirem fora da jurisdição do CRN serão ouvidas no respectivo CRN de sua atual residência, expedindo-se carta precatória para esse fim, intimando-se as partes no CRN deprecado. § 2º. No caso do parágrafo anterior, a oitiva das partes poderá ser realizada por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, sendo reduzida a termo e colhida assinatura no local onde estiver sendo realizada a videoconferência, na sede ou nas delegacias dos Regionais, garantida a presença dos procuradores.

SUBSEÇÃO IV - DAS TESTEMUNHAS.

Art. 47. A testemunha prestará o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, idade, estado civil e residência; sua profissão, lugar onde exerce sua atividade; se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas; e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais seja possível avaliar sua credibilidade. Parágrafo único. As testemunhas serão ouvidas separadamente, de modo que uma não saiba nem ouça o depoimento da outra, devendo a Comissão de Ética adverti-las das penas cominadas ao falso testemunho previsto no art. 342 do Código Penal.

Art. 48. O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito, não sendo vedada, entretanto, breve consulta a apontamentos.

Art. 49. O depoimento da testemunha será reduzido a termo, assinado por ela, e por todos os presentes. Parágrafo único. Se a testemunha não souber assinar ou não puder fazê-lo, pedirá a alguém que o faça por ela, depois de lido na presença de todos ou aposição de sua digital.

Art. 50. Caso o denunciante ou o denunciado apresente comportamento inadequado, intimidando a testemunha ou desrespeitando e não acatando as determinações da Comissão de Ética, após as devidas advertências, esta poderá interromper a audiência, redesignando nova data. Parágrafo único. A adoção de qualquer das medidas previstas no caput deste artigo deverá constar do termo, assim como os motivos que a determinaram.

Art. 51. O nutricionista ou técnico em nutrição e dietética que, regularmente intimado pela Comissão de Ética, se recusar a comparecer sem justo motivo ficará sujeito às disposições previstas no Código de Ética.

Art. 52. É de responsabilidade das partes a condução das testemunhas de seu interesse.

Art. 53. A testemunha que morar fora da circunscrição do CRN poderá ser ouvida pelo CRN do lugar de sua residência, expedindo-se carta precatória para esse fim, intimadas as partes no CRN de origem. Parágrafo único. Os depoimentos das testemunhas poderão ser realizados por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, sendo reduzido a termo e colhida assinatura dos presentes no local onde estiver sendo realizada a videoconferência, nas sedes ou delegacias dos Regionais, garantida a presença dos procuradores das partes.

SUBSEÇÃO V - DA ACAREAÇÃO.

Art. 54. A acareação poderá ocorrer por decisão da Comissão de Ética, sendo admitida entre denunciantes, denunciante e testemunha, denunciados, denunciado e testemunha, testemunhas e testemunhas, sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias relevantes, aos esclarecimentos sobre o mérito do processo. Parágrafo único. Os acareados serão reperguntados para que expliquem os pontos de divergências, reduzindo-se a termo o ato de acareação.

SUBSEÇÃO VI - DAS DEGRAVAÇÕES.

Art. 55. As gravações apresentadas pelas partes, para serem admitidas nos autos, deverão estar acompanhadas de sua respectiva transcrição e submetidas ao contraditório.

SUBSEÇÃO VII - DO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO.

Art. 56. Concluída a instrução, será aberto o prazo sucessivo de 5 (cinco) dias para apresentação das alegações finais, primeiramente ao denunciante e, em seguida, ao denunciado. § 1º. Havendo mais de um denunciante ou mais de um denunciado, o prazo será comum aos denunciantes e, por fim, aos denunciados. § 2º. Estando as partes ou seus procuradores presentes à última audiência, elas serão intimadas para apresentação das alegações finais no prazo sucessivo de 5 (cinco dias).

SUBSEÇÃO VIII - DAS CONCLUSÕES DA COMISSÃO DE ÉTICA.

Art. 57. A comissão de ética deverá instruir o processo no prazo de até 6 (seis) meses, contados da data da decisão que admitiu a denúncia/representação, podendo ser prorrogado automaticamente por igual período. Parágrafo único. A extrapolação do prazo para conclusão do processo ético-disciplinar não é causa de nulidade do processo ou extinção do processo, quando desta não ficar evidenciado prejuízo à defesa.

Art. 58. A comissão de ética declarará encerrada a instrução e encaminhará para o Presidente do respectivo Conselho os autos para que designe relator.

CAPÍTULO VII - SEÇÃO I - DA RELATORIA.

Art. 59. Nomeado o relator nos procedimentos de competência originária, este poderá determinar as diligências que entender necessárias.

Art. 60. Após as diligências do artigo anterior, o relator elaborará relatório e voto no prazo de até 90 (noventa) dias, restituindo os autos com relatório e voto ao Presidente, que incluirá o processo em pauta para julgamento. § 1º. Incluído o processo em pauta, serão notificadas as partes denunciante e denunciada, e seus procuradores, do dia, hora e local do julgamento, devendo essa comunicação ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis. § 2º. Às partes será permitida a vista dos autos no respectivo CRN ou CFN após a intimação da pauta de julgamento.

SEÇÃO II - DO JULGAMENTO - SUBSEÇÃO I - DAS DELIBERAÇÕES PRELIMINARES.

Art. 61. Recebido o processo ético-disciplinar no Plenário do Conselho Regional de Nutricionistas serão declarados, preliminarmente, de ofício ou a requerimento dos conselheiros, os impedimentos para a relatoria e para a participação nos julgamentos. § 1º. Será declarado de ofício o impedimento para relatoria e julgamento dos conselheiros que incorram nas seguintes situações: I - tenham sido autores da representação ou atuado como testemunhas; II - tenham parentesco, afinidade ou divergência com as partes representante ou representada; III - tenham vínculo de subordinação hierárquica com as partes representante ou representada; § 2º. Os conselheiros que se declararem e os que forem declarados suspeitos não participarão de qualquer julgamento relacionado ao processo ético-disciplinar e nem poderão intervir nas discussões da matéria. § 3º. Sendo declarado o impedimento de conselheiro efetivo, poderá ser nomeado um suplente.

SEÇÃO III - DA SESSÃO DE JULGAMENTO.

Art. 62. Na sessão de julgamento, após a leitura do relatório, as partes denunciante e denunciada, diretamente ou por seus advogados formalmente constituídos, poderão, no período de 15 (quinze) minutos, promover sustentação oral das suas alegações, quando novamente será conferida a palavra ao relator para proferir seu voto.

Art. 63. Após o voto do Relator, o Presidente do Conselho dará início à votação dos demais conselheiros, que poderão requerer esclarecimentos, se necessário. § 1º. Todos os conselheiros no exercício da efetividade presentes proferirão voto, à exceção do Presidente, que votará para o desempate, respeitando-se o previsto no artigo 61. § 2º. Na sessão de julgamento, os conselheiros que assim desejarem poderão apresentar, por escrito, declaração de voto, que será juntada aos autos. § 3º. Vencido o voto do relator, o primeiro conselheiro que proferiu o voto divergente, seguido pela maioria, será responsável pela elaboração do acórdão e sua assinatura.

Art. 64. Estando as partes denunciante e denunciada, ou os seus procuradores formalmente constituídos, presentes na sessão de julgamento, serão elas notificadas do resultado do julgamento. Parágrafo único. O prazo do recurso data da intimação pessoal no ato da sessão de julgamento ou a partir do primeiro dia útil seguinte ao da juntada aos autos do comprovante de recebimento da intimação do acórdão.

Art. 65. Não havendo recurso voluntário na hipótese de ser aplicada, em primeira ou única instância, as penas de suspensão ou cancelamento da inscrição profissional, o Presidente do Conselho prolator da decisão procederá à remessa ex officio ao CFN, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão, a qual será tida por recurso com efeito suspensivo. § 1º. Expirado o prazo do recurso voluntário, o processo deverá ser encaminhado imediatamente ao CFN. § 2º. Na hipótese de aplicação da penalidade de suspensão do exercício profissional, a parte denunciada poderá renunciar ao direito de recorrer, inclusive no recurso ex officio, iniciando-se o cumprimento da pena a partir da entrega do documento de identidade profissional.

CAPÍTULO VIII - DOS RECURSOS AO CFN.

Art. 66. Das decisões proferidas nos processos disciplinares cabe recurso, por escrito, ao Conselho Federal de Nutricionistas, com efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da intimação do acórdão. § 1º. Os recursos dirigidos ao Conselho Federal de Nutricionistas, conforme o caso, designar-se-ão: I - ordinários, quando movimentados contra decisões dos Conselhos Regionais de Nutricionistas; II - de revisão, quando dirigidos contra suas próprias decisões e desde que estas tenham sido proferidas como órgão julgador originário, na forma do art. 17, inciso III, alínea "a", número 1, deste Código; III - ex-officio, previstos no art. 65 deste Código.

Art. 67. Os recursos voluntários ao CFN deverão ser protocolizados no respectivo Conselho Regional de Nutricionistas, devendo ser indicada a data e hora do recebimento.

Art. 68. O Conselho Regional de Nutricionistas, quando do recebimento de recurso contra suas próprias decisões, exercerá juízo de admissibilidade restrito à tempestividade, vedados a retratação e qualquer outro exame. Sendo intempestivo o recurso, este não será remetido à instância recursal.

Art. 69. O Conselho Regional de Nutricionistas encaminhará o recurso ao CFN, enviando o original do processo e dele ficando traslado, remetendo junto cópia do prontuário do representado.

Art. 70. Nenhuma taxa será devida para recebimento e processamento do recurso.

Art. 71. O Presidente do CFN, ao receber o recurso, o encaminhará à Comissão de Ética e a Unidade Jurídica, que emitirão parecer no prazo sucessivo de até 90 (noventa) dias, restituindo-o, em seguida, à Presidência.

Art. 72. O julgamento do recurso no CFN obedecerá, no que couber, às disposições contidas neste Código para o julgamento realizado no Conselho Regional de Nutricionistas. § 1º. Será declarado de ofício o impedimento para relatoria e julgamento dos conselheiros que incorram nas seguintes situações: I - sejam egressos do Conselho Regional de Nutricionistas de onde se origina o recurso; II - tenham sido autores da representação ou atuado como testemunhas; III - tenham parentesco, afinidade ou divergência com as partes representante ou representada; IV - tenham vínculo de subordinação hierárquica com as partes representante ou representada; § 2º. Os conselheiros da Comissão de Ética do CFN que tenham emitido juízo de valor, conforme art. 71, ficam impedidos de atuarem como relatores e julgadores e não poderão intervir nas discussões da matéria. § 3º. Sendo declarado o impedimento de conselheiro efetivo, poderá ser nomeado um suplente.

Art. 73. Julgado o recurso, o CFN providenciará a comunicação às partes denunciante e denunciada, ou seus representantes legais, na forma do art. 20, § 3° deste Código.

Art. 74. Adotadas as providências de que trata o art. 73, o processo será baixado ao Conselho Regional de Nutricionistas em que o denunciado tenha inscrição originária, para arquivamento ou para a execução da decisão, conforme o caso, nos termos que determina este Código.

Art. 75. O processo ético-disciplinar será mantido em arquivo no Conselho Regional de Nutricionistas em que o denunciado tenha inscrição originária pelo prazo de mínimo de 10 (dez) anos, contados a partir da decisão transitada em julgado, fazendo-se o registro da sua existência e solução no prontuário do profissional.

CAPÍTULO IX - DAS PENALIDADES.

Art. 76. As penas disciplinares são as seguintes: I - advertência; II - repreensão; III - multa equivalente a até 10 (dez) vezes o valor da anuidade; IV - suspensão da inscrição e proibição do exercício profissional pelo prazo de até 3 (três) anos; e V - cancelamento da inscrição e proibição do exercício profissional. § 1º. Salvo nos casos de gravidade manifesta ou reincidência que exija aplicação de pena mais severa, a sua imposição obedecerá à gradação fixada neste artigo, observadas as demais normas previstas neste Código.§ 2º. Ocorrendo no mesmo processo várias infrações disciplinares, poderá, a critério do julgador, aplicar penalidades distintas de forma individualizada. § 3º. No caso da aplicação das penalidades previstas nos incisos I, III, IV e V, após o trânsito em julgado da decisão, será encaminhado ofício reservado por correspondência, meio eletrônico ou outro meio idôneo e eficaz que resulte, em qualquer caso, prova inequívoca do recebimento. § 4º. A penalidade de repreensão, por ser considerada uma penalidade mais grave que a advertência, será, preferencialmente, entregue pessoalmente pela Comissão de Ética ou agente designado para o ato de forma individualizada, devendo nesta oportunidade o denunciado receber a notícia formal da penalidade aplicada, bem como as orientações necessárias. § 5º. Após o trânsito em julgado das decisões, as penalidades suspensão ou cancelamento das atividades profissionais, além de serem anotadas nos prontuários profissionais, serão publicadas no D.O.U. e afixadas na sede e nas delegacias do Conselhos Regionais, podendo também serem divulgadas no site, mídias sociais dos Conselhos Regionais e em jornais de grande circulação.

Art. 77. A anotação da execução das penas de que trata este artigo será feita no prontuário do profissional punido, salvo quanto às de advertência, de repreensão e de multa, que serão anotadas somente em caso de reincidência. Parágrafo único. Para fins de comprovação de antecedentes, as penas devem ser anotadas no sistema eletrônico de banco de dados do respectivo Conselho Regional e comunicadas ao Conselho Regional solicitante no caso de transferência ou inscrição secundária.

Art. 78. Na fixação de pena serão considerados os antecedentes profissionais do infrator, o seu grau de culpa, as circunstâncias atenuantes e agravantes e as consequências da infração.

Art. 79. Na execução da pena de suspensão do exercício profissional será assinalado o prazo de 10 (dez) dias para que o profissional suspenso proceda à entrega do documento de identidade profissional ao Conselho Regional de Nutricionistas da Região onde tenha sua inscrição originária, por qualquer meio idôneo, passível comprovação de recebimento. § 1º. O Conselho Regional de Nutricionistas da Região procederá às anotações no prontuário nos limites da decisão transitada em julgado e manterá os documentos apreendidos até que decorra o prazo da suspensão. § 2º. Findo o prazo assinalado no caput deste artigo, caso não haja a entrega voluntária do documento, a penalidade será automaticamente executada a partir do 11º (décimo primeiro) dia, ficando vedado o exercício profissional no período de suspensão. § 3º. O não atendimento à determinação de entrega do documento de identidade profissional no prazo estabelecido ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis com vistas à busca e

apreensão, bem como a possibilidade de configuração de nova infração ético-disciplinar.§ 4º. Em caso de descumprimento do previsto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o Conselho Regional respectivo noticiará o Ministério Público para apuração das medidas que entender cabíveis.

Art. 80. No caso de cancelamento da inscrição, o profissional penalizado será notificado a proceder à entrega do(s) documento(s) de identificação profissional ao Conselho Regional de Nutricionistas da Região onde tenha sua inscrição originária. § 1º. O Conselho Regional de Nutricionistas procederá às anotações no prontuário, nos limites da decisão transitada em julgado, retendo o documento de identidade profissional mediante recibo. § 2º. Findo o prazo assinalado no caput deste artigo, caso não haja a entrega voluntária do documento, a penalidade será automaticamente executada a partir do 11º (décimo primeiro) dia, ficando vedado o exercício profissional no período de suspensão, sob pena de configuração do crime de previsto no artigo 205 do Código Penal, com pena de detenção de três meses a dois anos e multa.§ 3º. O não atendimento à determinação de entrega do documento de identidade profissional no prazo estabelecido ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis com vistas à busca e apreensão do documento profissional. § 4º. Em caso de descumprimento do previsto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o Conselho Regional respectivo noticiará a Polícia Civil e ao Ministério Público para apuração das medidas que entender cabíveis.

CAPÍTULO X - DA REINCIDÊNCIA DA INFRAÇÃO, E DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.

Art. 81. Dar-se-á reincidência se o infrator praticar nova infração ético-disciplinar dentro do prazo de 05 (cinco) anos, a contar do trânsito em julgado.

Art. 82. Prescreve em 5 (cinco) anos a falta sujeita ao processo disciplinar, a partir da verificação do fato pelo Conselhos Regionais e Federal de Nutricionistas nas competências originárias. Parágrafo único. O conhecimento expresso ou a citação válida do denunciado interrompe o prazo de prescrição de que trata este artigo.

Art. 83. Todo processo ético-disciplinar que ficar paralisado por mais de 03 (três) anos, pendente de despacho ou julgamento, será definitivamente arquivado ex officio ou a requerimento da parte interessada. CAPÍTULO XI - DAS NULIDADES E ANULABILIDADES.

Art. 84. A nulidade do ato processual ocorrerá nos seguintes casos: I - quando inexistir a instauração do processo; II - quando qualquer dos membros da Comissão de Ética de instrução, que se tenha declarado previamente impedido, participar de qualquer fase do processo; III - por falta de citação válida do denunciado; IV - por negativa ou redução de prazos a que tenha direito o representado.

Art. 85. Nenhum ato será declarado nulo se a parte interessada não demonstrar efetivo prejuízo. § 1º. Ainda que da anulabilidade possa resultar prejuízo, ela somente será pronunciada quando não for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato. § 2º. Quando puder ser decidido o mérito a favor da parte a que aproveite a anulabilidade, esta não será pronunciada, nem será mandado repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

Art. 86. As anulabilidades devem ser arguidas até 15 (quinze) dias úteis a partir da data da ciência do ato, pela parte interessada, sob pena de preclusão.

Art. 87. Quando determinado ato for anulável, será considerado válido: I - se a anulabilidade não for arguida em tempo oportuno, de acordo com o disposto no artigo anterior; II - se, praticado por forma diversa da determinada por este Código, o ato tiver atingido seu fim. CAPÍTULO XII - DA REVISÃO DA PENA. Art. 88. É facultado ao profissional punido nos termos deste Código, ou aos seus representantes ou herdeiros, nos casos de interdição ou de falecimento, o pedido de revisão de pena, sem efeito suspensivo, a qualquer tempo, quando: I - forem conhecidos novos fatos, provas idôneas ou de circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada ao profissional ou desclassificar o fato configurador da infração, de modo a recomendar penalidade mais branda do que aquela que foi aplicada; II - a decisão condenatória tiver sido fundamentada em prova cuja inidoneidade ficar comprovada;

Art. 89. A revisão terá início com petição dirigida ao Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas que executou a pena, com as provas documentais comprobatórias dos fatos arguidos. § 1º. O juízo de admissibilidade será exercido pelo Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas. § 2º. Não será admitida a renovação do pedido de revisão, salvo se fundamentado em novas provas. § 3º. Ao pedido de revisão serão aplicadas, no que couber, as normas previstas neste Código.

Art. 90. A decisão no processo revisional pode reduzir ou extinguir a pena, sendo vedado o seu agravamento. § 1º. A absolvição implica no restabelecimento de todos os direitos perdidos em virtude de punição anteriormente aplicada. § 2º. A revisão da pena somente surtirá efeito após o trânsito em julgado da respectiva decisão. CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 91. Será assegurado no processo ético-disciplinar o contraditório e a ampla defesa.

Art. 92. No caso de multa não paga amigavelmente, após o trânsito em julgado, será inscrita como dívida ativa e cobrada judicialmente, na forma da lei.

Art. 93. Transitada em julgado a decisão ou acórdão, o Conselho Regional de Nutricionistas competente adotará as providências cabíveis para a sua execução. Parágrafo único. Todas as penas serão executadas pelos Conselhos Regionais de Nutricionistas, ainda que o Conselho Federal de Nutricionistas tenha julgado com base na sua competência originária.

Art. 94. Se a infração que estiver sendo apurada conter indícios de violação à legislação penal brasileira, o Presidente do Conselho comunicará o fato à autoridade competente.

Art. 95. Estão impedidos de exercer a função de membro da comissão de ética ou de instrução, e a relatoria de processos disciplinares, em qualquer instância, bem como de integrar o Plenário na sessão de julgamento do processo ético-disciplinar, os parentes até o terceiro grau, aqueles que de qualquer forma estejam envolvidos com os fatos objeto da representação, ou que tenham, publicamente, emitido juízo de valor sobre os mesmos fatos. Parágrafo único. O impedimento será declarado de ofício, podendo a parte também suscitá-lo a qualquer tempo, inclusive sob a forma de exceção de suspeição, qualquer que seja a fase processual, desde que o faça na primeira oportunidade após ter tomado conhecimento do fato.

Art. 96. Sendo o impedimento suscitado pela parte, deverá o suscitado, caso assim reconheça, o declarar, dando ciência do fato ao Presidente do Conselho, para que designe substituto, na forma do Regimento Interno.

Art. 97. Os Conselhos Federal e Regional de Nutricionistas aplicarão a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e, subsidiariamente, os Códigos de Processo Penal e Civil, como também os Princípios Gerais de Direito, sempre que o presente Código for omisso ou suscitar dúvida.

Art. 98. É parte integrante deste Código o Anexo I - Glossário. Art. 99. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 100. Ao entrar em vigor esta Resolução, suas disposições se aplicarão desde logo aos processos pendentes, ficando revogada a Resolução CFN nº 321/2003.

Art. 101. As disposições da Resolução CFN nº 321/2003, relativas ao procedimento ético-disciplinar que forem revogadas se aplicarão aos processos que estejam aptos a julgamento pelos Conselhos Regionais e Federal até o início da vigência deste Código. Parágrafo único. Os atos praticados sob a égide da Resolução CFN n° 321/2003 restam convalidados.

ANEXO I

GLOSSÁRIO. ABSOLVIÇÃO: ato ou conteúdo de decisão que, adentrando no mérito da representação, reconhece a inexistência de culpa do representado. ACAREAÇÃO: procedimento a ser adotado durante a instrução de processo, em que as partes e ou testemunhas, que divergirem nas suas declarações, serão postas frente a frente, umas das outras, com vistas serem tomados novos depoimentos. ACÓRDÃO: decisão colegiada adotada pelo Conselho Federal de Nutricionistas ou por Conselho Regional de Nutricionistas, decorrente do julgamento promovido pelo respectivo Plenário. ADMISSIBILIDADE: ato do Presidente do CFN ou de Presidente de CRN, ou do respectivo Plenário como instância revisora de ofício, que admite a representação contra profissional sob jurisdição disciplinar do respectivo Conselho. ADVERTÊNCIA: sanção disciplinar a ser aplicada para infrações de menor gravidade. FINIDADE: qualidade de afim; relação, semelhança. AGRAVAMENTO: conteúdo decisório no sentido de agravar a sanção aplicada. ALEGAÇÕES: argumentos deduzidos perante a comissão de instrução do processo disciplinar ou perante o órgão julgador que buscam o convencimento quanto ao direito sustentado. AMPLA DEFESA: princípio constitucional que assegura oportunidade de defesa no sentido mais amplo. ANTECEDENTES: fatos e eventos que correspondam a modo de conduta anterior. ANULABILIDADE: atos e decisões que poderão ser anuladas em razão de vícios oportunamente conhecidos. APREENSÃO: ato pelo qual serão tomados, se necessário com a requisição de medida judicial, documentos em poder de pessoas relacionadas com o processo disciplinar. ARGUIDA: matéria ou fato alegado na oportunidade própria e que será considerada ou rechaçada nas conclusões e julgamento de processo disciplinar. ARQUIVO SIGILOSO: local ou forma de guarda de documentos com acesso restrito aos agentes do respectivo Conselho. ATOS PROCESSUAIS: todos os atos praticados no processo com previsão normativa. AUTOS: as partes materiais que constituem o processo disciplinar, devidamente ordenados, numerados e formalmente assinados e juntados. BAIXADO: condição pertinente a processo disciplinar que tenha sido remetido à instância de origem. BUSCA: ação realizada no curso da instrução ou julgamento, com o objetivo de encontrar peça de interesse processual e fazer sua juntada aos autos. CARTA PRECATÓRIA: expediente de circulação externa ao respectivo Conselho que objetiva a execução de providência processual fora da área territorial de atuação da comissão de instrução ou do órgão julgador. CASSADO: condição que adquire o registro e a pessoa após decisão proibitiva e permanente do exercício da profissão. CERTIFICAÇÃO: ato de afirmar a ocorrência de determinado ato ou evento processual. CITAÇÃO: ato pelo qual o representado é chamado para conhecer da existência de representação e para exercer o direito de defesa. COMINAÇÃO DE PENA: qualidade própria da norma em que faz a previsão da pena a ser aplicada nos casos que especifica. COMPROBATÓRIO: qualidade própria de documentos, atos e eventos processuais que contenham valor de prova acerca do direito afirmado. CONDENAÇÃO: ato ou conteúdo de decisão que, adentrando no mérito da representação, reconhece a existência de culpa do representado. CONFLITANTE: qualidade própria de provas, afirmações, atos e eventos processuais que estabeleçam incompatibilidade com outros existentes nos mesmos autos ou autos conexos. CONTRADITÓRIO: existência de contrariedade frontal entre um ato e outro praticados pela mesma pessoa nos mesmos autos ou em autos conexos. CONVENCIMENTO: qualidade própria do ato que tem o efeito de convencer a comissão de instrução ou o órgão julgador acerca das alegações a que se refira. DECISÃO: ato de decidir, resolvendo qualquer evento processual; equivale a acórdão, quando se tratar de decisão colegiada que resolva o litígio estabelecido pela representação. DECLARAÇÃO DE VOTO: manifestação escrita, formulada por membro do órgão julgador que não seja o relator da matéria, concordando ou discordando da solução encaminhada pelo relator. DEFENSOR DATIVO: pessoa designada pelo órgão julgador para promover a defesa do representado revel. DEFESA: ato ou conjunto de atos, escritos e verbais, com o qual o representado conteste as imputações que lhe são feitas na representação. DENÚNCIA ÉTICO-DISCIPLINAR: notícia de um fato dirigido ao Conselho Federal de Nutricionistas ou ao Conselho Regional de Nutricionistas, que relata indícios de autoria e prova materialidade de condutas que infrinjam disposições legais e normativas que rege o exercício profissional. DEPOENTE: toda pessoa que é ouvida no processo, incluindo partes e testemunhas. DEPOIMENTO: ato, enquanto ação do depoente, em que exterioriza conhecimento acerca dos fatos objeto de questionamento; documento, enquanto resultado material reduzido a termo, no qual são registradas as perguntas formuladas ao depoente e as respectivas respostas e ocorrências relacionadas. DEPRECANTE: a autoridade administrativa que requisita a realização de ato processual em outra localidade. DESAFORAMENTO: deslocamento de um processo, já iniciado, de um foro para outro, transferindo-se para este a competência para dele conhecer e julgá-lo. DESCRIÇÃO CIRCUNSTANCIADA: registro detalhado de determinado ato ou evento de ocorrência antes ou durante a instrução ou o julgamento do processo. DESIGNAÇÃO: ato que atribui a alguém encargos processuais. DESPACHO: ato ou ordem proferida no curso da instrução processual ou no julgamento da representação destinado à sua regular movimentação. DEVER DE SIGILO: a obrigação das pessoas de se absterem de comentar os fatos e eventos do processo fora do meio em que ele tramita. DILIGÊNCIA: ação com a qual se busca a obtenção de providências processuais. DIVERGÊNCIA: ação de divergir; manifestações e decisões em sentidos diversos entre si. DÍVIDA ATIVA: a dívida regularmente constituída pela apuração e registro, segunda as normas legais próprias, passível de cobrança judicial. EFEITO SUSPENSIVO: o efeito com que é recebido um recurso e que suspende a exigibilidade do conteúdo decisório até o julgamento pela instância superior. EGRESSO: relativo à origem, procedência de alguém. EIVADO: qualidade daquilo que contém defeitos ou vícios que comprometam sua validade. ELUCIDAÇÃO: ato de elucidar; esclarecimento; aclaração; explicação. EXECUÇÃO: ato ou efeito de executar, de levar a efeito; realização; cumprimento de decisão depois de transitada em julgado. EXTRATO DA DECISÃO OU ACÓRDÃO: resumo que permita a sua compreensão para fins de lhe dar publicidade. FACULTADO: inerente à oportunidade que é dada para a prática de determinado ato de natureza processual. FUNDAMENTADO: qualidade do ato que traz consigo as razões da sua adoção; motivação indispensável das decisões, sem a qual haverá nulidade. GRADAÇÃO: aumento ou diminuição gradual; transição gradual; progressão ascendente ou descendente na aplicação da penalidade disciplinar. GRAVIDADE MANIFESTA: o grau de nocividade de um fato ou de uma ação que possa ser percebido sem maior esforço. HABILITADO: qualidade inerente ao profissional que está autorizado a exercer a profissão. IDÔNEA: qualidade própria das pessoas ou de condutas que retratem correção ou possibilidade de atendimento a um determinado fim correto. IMPEDIMENTO: condição própria das pessoas que proíbe ou reduz a capacidade para a prática de determinados atos. INDÍCIO: sinal, vestígio, indicação, circunstância conhecida e comprovada que, relacionando-se com determinado fato, autoriza, por indução, concluir-se a existência ou prática de determinado delito. INFRAÇÃO: ação que consiste em desrespeitar uma determinada norma de conduta ou ordem legítima. INFRATOR: a pessoa que desrespeita norma de conduta ou ordem legítima. INSCRITO: o profissional que teve sua inscrição deferida por Conselho Regional de Nutricionistas. INSTÂNCIA: ordem ou grau hierárquico dos órgãos de julgamento de processo disciplinar. INSTAURAÇÃO: ação ou ordem pela qual é materialmente aberto um processo disciplinar. INSTRUÇÃO DO PROCESSO: conjunto de atos a partir dos quais são apurados os fatos e eventos relacionados com uma representação, na busca da verdade acerca deles e das respectivas responsabilidades. INTEMPESTIVO: que vem fora do tempo próprio; inoportuno; extemporâneo. INTERDIÇÃO: condição inerente à proibição de locomoção ou de funcionamento. INTERVENÇÃO: ato de intervir; mediação; interferência; intercessão. INTIMAÇÃO: ação de informar acerca de atos e eventos processuais com o objetivo de que a pessoa tenha conhecimento deles para, querendo, praticar atos próprios admitidos processualmente. JUNTADA: ato de juntar ou anexar peças em um processo. LITÍGIO: conflito de interesses, entendimentos ou condutas que motivam a representação disciplinar. MANDADO: ato de autoridade que determina o conhecimento de determinado ato ou evento processual ou que contenha ordem para execução de determinada ação. MANDATO: autorização ou procuração que alguém confere a outrem para, em seu nome, praticar certos atos; delegação; encargo. MÉRITO: questão ou questões fundamentais de fato ou de direito que constituem o principal objeto da representação. NOMEAÇÃO: ato ou efeito de nomear. NOTIFICAÇÃO: ato de dar conhecimento acerca de ato ou evento processual, para que o destinatário exerça determinado ato ou cumpra ordem. NULIDADE: qualidade do que é nulo; falta de validade; falta de aptidão ou de talento; aquilo que não está sujeito a ser validado pela ação do tempo ou pela inércia das pessoas. OFÍCIO RESERVADO: o expediente formal cujo conteúdo deve ficar no conhecimento adstrito dos agentes que atuam no processo de representação. PARECER: manifestação escrita ou verbal pela qual são expostas razões técnicas ou jurídicas acerca do convencimento para a solução ou encaminhamento de determinado fato. PARENTESCO: qualidade de parente, laços de sangue, origem e traços comuns; relação entre parentes. PEDIR VISTA: requerimento que contém pedido de acesso aos autos processuais. PERÍCIA: exame de caráter técnico e especializado com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados a fato ou evento que fuja ao conhecimento comum. PERITO: aquele que pelas suas aptidões ou conhecimentos especiais é nomeado para proceder a um exame, vistoria ou avaliação técnica. PETIÇÃO: expediente pelo qual a parte formula pedido que deve ou pode ser deferido pela autoridade requerida. PROCURADOR: indivíduo que tem procuração, mandato, ordem para agir e tratar de negócios ou interesses materiais ou imateriais de outrem. PROFERIR: pronunciar em voz alta; articular; decretar; dizer; ler; exteriorizar entendimento ou decisão. PROLATOR: a pessoa ou órgão que expede uma decisão em processo submetido a seu julgamento.

PRONTUÁRIO: arquivo ordenado de documentos relacionados à vida profissional de uma pessoa. PRONUNCIADA: evidente, nítida, saliente, marcada, acentuada. QUALIFICAÇÃO: o conjunto de informações próprias da pessoa que é parte ou testemunha em processo disciplinar e que são registradas nos autos. RECURSO VOLUNTÁRIO: o recurso que a própria parte interessada interpõe quando for proferida uma decisão que lhe seja desfavorável. RECURSO EX-OFFICIO: o recurso que é interposto pelo próprio órgão prolator da decisão, por expressa disposição normativa, e objetiva a confirmação ou reforma da decisão recorrida mesmo quando não haja recurso voluntário. REDUZIDO A TERMO: aquilo que é transformado para a forma escrita. REINCIDÊNCIA: a repetição da prática de uma determinada conduta e de cuja prática anterior já lhe tenha gerado condenação disciplinar. RELATORIA: a ação de relatar processo disciplinar; envolve a elaboração do relatório e do voto. RELATÓRIO: o escrito processual que descreve a situação verificada no processo sob julgamento. RELATÓRIO CONCLUSIVO: a redução a termo dos fatos, eventos e ocorrências verificados na instrução processual e as respectivas conclusões do órgão de instrução. REPREENSÃO: sanção disciplinar, a ser aplicada para infrações de pequena gravidade.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO Nº 423, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Aprova alterações do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos empregados do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas as alterações do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos empregados do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, conforme Deliberação CRCMG n^{0} 319/2020, que aprova o reajuste salarial dos funcionários do CRCMG.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º/3/2020.

Art. 3º O Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos empregados do CRCMG está disponível no portal do CRCMG, no endereço eletrônico www.crcmg.org.br.

ROSA MARIA ABREU BARROS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 12, DE 15 DE ABRIL DE 2020

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC, no uso de suas atribuições legais, E CONSIDERANDO que este Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará - CREMEC, decide prorrogar a suspensão das atividades judicantes (Assessoria Jurídica, Sindicâncias e Processos Éticos) até dia 30/04/2020, podendo ser prorrogada por tempo indeterminado, devido à pandemia do COVID-19 que se alastrou em todo Território Nacional, resolve:

Art. 1° Determinar a suspensão de todos os prazos processuais, como também a não realização de audiências, intimações e sessões de julgamento até o dia 30/04/2020.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data a publicação.

Art. 3° - Oficie-se e Cumpra-se. CIENTIFIQUE-SE, ANOTE-SE E PUBLIQUE-SE.

HELVÉCIO NEVES FEITOSA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a necessidade de restrição do atendimento nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) 24h e congêneres durante o período de calamidade pública em virtude da COVID-19, priorizando os pacientes classificados como de maior grau de urgência.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco - CREMEPE, Autarquia Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.790.999/0001-94, com sede na Rua Conselheiro Portela, nº 203, Espinheiro, Recife/PE, CEP 52.020-030, por seu presidente Mario Fernando da Silva Lins, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei n° 3.268, de 30 de setembro de 1957, publicada em 1° de outubro de 1957, regulamentada pelo Decreto n° 44.045, de 19 de julho de 1958, publicado em 25 de julho de 1958, Decreto-Lei N° 200, de 25 de fevereiro de 1967, Lei n° 11.000, de 15 de dezembro de 2004, publicada em 16 de dezembro de 2004 e Decreto 6.821/2009, de 14 de abril de 2009;

CONSIDERANDO o atual cenário da COVID -19, classificado como pandemia pela OMS - Organização Mundial de Saúde, e tendo o Senado Federal brasileiro, através do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, reconhecido o estado de calamidade pública no Brasil;

CONSIDERANDO as medidas de Prevenção e Controle de Infecções (PCI) para a doença provocada pelo vírus SARS-CoV-2, denominada COVID-19, preconizadas pela Organização Mundial da Saúde e pelo Governo Federal na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que incluem medidas como restrição de circulação, quarentena e isolamento;

CONSIDERANDO que o Conselho Federal de Medicina e os Conselhos Regionais de Medicina são os órgãos supervisores da ética profissional em toda a República e, ao mesmo tempo, julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da Medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente;

CONSIDERANDO que o Código de Ética Médica estabelece os princípios da prática médica de qualidade e que os Conselhos de Medicina são os órgãos supervisores e fiscalizadores do exercício profissional e das condições de funcionamento dos serviços médicos prestados à população;

CONSIDERANDO a Resolução CFM Nº 2.062/2013 que dispõe sobre a interdição ética, total ou parcial, do exercício ético-profissional do trabalho dos médicos nos estabelecimentos de assistência médica ou hospitalização de qualquer natureza;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 2.056/2013 Disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina, estabelece critérios para a autorização de funcionamento dos serviços médicos de quaisquer naturezas, bem como estabelece critérios mínimos para seu funcionamento, vedando o funcionamento daqueles que não estejam de acordo com os mesmos.

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 2.079/14 que normatiza o funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) 24h e congêneres, bem como do dimensionamento da equipe médica e do sistema de trabalho nessas unidades.

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 2.147/2016 que assegura ao diretor técnico o direito de suspender integral ou parcialmente as atividades do estabelecimento assistencial médico sob sua direção quando faltarem as condições funcionais previstas na norma e na Resolução CFM nº 2056/2013;

CONSIDERANDO a Resolução Cremepe 3/2010 que define a necessidade de restrição do atendimento;

CONSIDERANDO ainda o Decreto Estadual nº 48.834, de 20 de março de 2020, alterado pelo Decreto Estadual nº 48.836, de 22 de março de 2020 e o disposto na Portaria SES/PE nº 107, de 24 de março de 2020, a qual suspende a realização de cirurgias eletivas, consultas e procedimentos diagnósticos ambulatoriais em todas as unidades da rede assistencial pública e privada em todo o Estado de Pernambuco, a partir de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na sessão plenária realizada em 20 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Restringir o atendimento nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) 24h e congêneres em consultas sem potencial de gravidade, tornando exclusivo o atendimento nas salas de estabilização de pacientes graves (vermelha) e nas áreas dos leitos de observação de pacientes com potencial de gravidade (amarela), devido a necessidade vigilância constante e possível intervenção imediata.

Parágrafo único - O sistema de fluxo do atendimento aos pacientes e os critérios para restrição seguirão na forma do anexo dessa Resolução.

Art. 2º Essa resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Dê-se ciência.

MARIO FERNANDO DA SILVA LINS
Presidente do Conselho

MARIO JORGE LEMOS DE CASTRO LOBO
Secretário-Geral

ANEXO

1. Fluxo de atendimento e acolhimento com Classificação de Risco

A unidade deverá possuir protocolo de contingenciamento para os casos suspeitos e confirmados para o novo coronavírus (SARS-CoV-2) seguindo a nota técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020.

O sistema de classificação dos pacientes será definido de acordo com a gravidade do agravo à saúde que apresentam. A classificação deve obrigatoriamente ser realizada em local que assegure a privacidade e sigilo do paciente e a proteção dos profissionais classificadores. O acesso dos pacientes ao Setor de Classificação de Risco deve ser imediato.

Os pacientes encaminhados de Serviços Pré-Hospitalares Móveis de Urgência e Emergência podem ser pré-classificados, dependendo do contato prévio da regulação médica e terão acesso direto à sala de estabilização de pacientes graves. Os demais pacientes deverão passar pelo processo de Acolhimento com Classificação de Risco. O paciente grave e com potencial de gravidade será encaminhado à respectiva sala (amarela e vermelha) para atendimento e monitorização e os pacientes sem potencial de gravidade (verde e azul) seguirão o seguinte fluxo:

a) Classificado para atendimento de especialidades pertencentes à própria Unidade de Pronto Atendimento (ortopedia, pediatria e cirurgia geral);

b) Classificado e encaminhado para unidades básicas de saúde do respectivo município para atendimento;

c) Classificado e encaminhado para unidades municipais de referências para atendimento dos casos suspeitos de síndromes gripais/COVID-19 ou para Unidades de Saúde da Família (USF) e Unidades Básicas Tradicionais (UBT) que possua plano de contingência de atendimento.

2. Critérios relacionados à restrição do atendimento

a) Número de profissionais médicos - Estando a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) com número de profissionais médicos inferior ao necessário para o adequado atendimento, segundo o estabelecido pela Resolução CFM nº 2.079/14, estes profissionais ficará exclusivo para as salas de estabilização de pacientes graves (vermelha) e nas áreas dos leitos de observação de pacientes com potencial de gravidade (amarela). Caso a unidade esteja com dimensionamento insuficiente de profissionais que inviabilize o atendimento, será aberto protocolo para interdição ética de acordo com a Resolução CFM Nº 2.062/2013.

b) Insuficiência de EPI'S na unidade - Nessa situação os EPI's ficarão exclusivos para as salas de estabilização de pacientes graves (vermelha) e das áreas dos leitos de observação de pacientes com potencial de gravidade (amarela) até sua regularização. Nos casos de ausência de EPI's, de insumos e/ou equipamentos, será aberto protocolo para interdição ética de acordo com a Resolução CFM Nº 2.062/2013.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 43, DE 23 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre o atendimento ao público na sede e nas Delegacias Regionais do CREMESP.

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREMESP, Dra. Irene Abramovich, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto na 44.045, de 19 de julho de 1958, tendo em vista o Decreto Estadual nº 64.946 de 17 de abril de 2020, que estende até o dia 22 de abril de 2020 o período de quarentena no Estado de São Paulo, como medida necessária ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, determina:

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento de saúde pública referente ao Coronavirus (COVID-19) e as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS);

CONSIDERANDO a reclassificação do Novo Coronavirus (COVID-19) como "pandemia" pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de prevenção à saúde dos conselheiros, delegados, funcionários, estagiários e sociedade em geral, com escoramento da Assessoria Jurídica SJU/DEJ desta autarquia;

CONSIDERANDO, finalmente, o quanto deliberado na Reunião de Diretoria realizada em 20 de abril de 2020; revolve:

Art. 1º Regulamentaro funcionamento da Sede e das Delegacias Regionais no período compreendido entre 23 de abril de 2020 a 08 de maio de 2020.

Parágrafo único - Não serão reabertas as Delegacias Regionais de Registro e de Osasco que se localizam no interior de shoppings centers, fechados em razão da decretação da quarentena no Estado de São Paulo.

Art. 2º As Delegacias Regionais contarão com 1 funcionário, em regime de escala, no horário de 9:00h às 12:00h e 13:00h às 18:00h.

Paragráfo primeiro - As Delegacias Regionais poderão contar com mais funcionários conforme a necessidade.

Parágrafo segundo - As Delegacias que contarem somente com um colaborador funcionarão três vezes por semana.

Parágrafo terceiro - A escala de funcionamento pode ser visualizada no endereço: https://http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=NoticiasC&id=5613.

Art. 3º O atendimentos na sede do CREMESP será das 9:00h às 18:00h.

Parágrafo único - Cada departamento da sede do CREMESP deverá providenciar a presença de, no mínimo, 1 (um) funcionário.

Art. 4º Os atendimentos, tanto na sede como nas Delegacias Regionais, serão realizados mediante agendamento prévio, das 9:00h às 18:00h, nos seguintes telefones:

a) (11) 3631-5236 para a Sede

b) (11) 97607-2994 para as Delegacias Regionais

c) (11) 5082-1141 exclusivamente para a Regional da Vila Mariana

Art. 5º O atendimento presencial nas Delegacias Regionais será restrito a situações essenciais para viabilizar o exercício da Medicina.

Art. 6º Serão aceitas exclusivamente solicitações de novos registros de pessoas físicas, de pessoas jurídicas, registro provisório de pessoas físicas, alteração de registro de pessoas jurídicas, registro de título de especialista, solicitações de CRM digital e retirada de documentos.

Art. 7º Os casos omissos serão decididos pelo Presidente "ad referendum" da Diretoria.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IRENE ABRAMOVICH

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE ABRIL DE 2020

Dispõe sobre a permissão da realização de reuniões de diretoria; comissões e sessões plenárias, ordinárias e extraordinárias, do Conselho Regional de Psicologia do Paraná, em ambiente virtual, em decorrência da COVID-19.

A Conselheira Presidente, do Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do novo coronavírus (COVID-19) em todos os Continentes caracteriza pandemia; CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de se evitar a contaminação em larga escala, com máxima redução da exposição de pessoas ao risco; CONSIDERANDO a necessidade de planejar ações para adequação das estruturas internas de trabalho às normas sanitárias vigentes, em especial, às orientações da Organização Pan Americana de Saúde - OPAS; CONSIDERANDO a existência de recursos tecnológicos suficientes a viabilizar a realização de grande parte das atividades à distância; CONSIDERANDO a Resolução nº 5, de 22 de fevereiro de 2018, do Conselho Federal de Psicologia, que dispõe sobre o pagamento de diárias nacionais e internacionais, adicional de deslocamento, verba de representação e gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva (Jeton), para o atendimento de despesas de conselheiras(os), empregadas(os) e colaboradoras(es) do Sistema de Conselhos de Psicologia, e dá outras providências; CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 6/2020, que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil; CONSIDERANDO o Art. 3º e Parágrafo único da Lei 9.608/1998 que dispõe sobre o serviço voluntário. O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário. CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Psicologia zelarem para que as atividades do Sistema de Conselhos de Psicologia sejam exercidas com rigorosa observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência; resolve:

Art. 1º Permitir que as reuniões de diretoria; comissões e sessões plenárias, ordinárias e extraordinárias, do Conselhos Regional de Psicologia do Paraná sejam realizadas em ambiente virtual.

Art. 2º Os conselheiros convocados a participar de reuniões e/ou sessões plenárias, ordinárias e extraordinárias, realizadas em ambiente virtual, não farão jus à percepção de verbas de diárias, de adicional de deslocamento ou verbas de representação.

Art. 3º O Conselho poderá conceder ajuda de custo, no valor mensal de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), enquanto perdurar o regime de trabalho remoto no CRP-PR, em função do isolamento social e pandemia, para conselheiras(os) que necessitarem deste aporte para contratação e/ou manutenção de estrutura de internet e energia para participação em reuniões ordinárias e extraordinárias e demais atividades virtuais do Conselho.

Art. 4º AS(Os) conselheiras(os) que necessitarem da ajuda de custo descrita no artigo 3º, deverão encaminhar e-mail para a Gerência Administrativa Financeira do CRP-PR, formalizando o pedido.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

CÉLIA MAZZA DE SOUZA CRP-08/02052

